



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1765

Quinta-feira - 18 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Garuva	417	Palhoça	602
Água Doce	3	Gaspar	419	Papanduva	604
Alto Bela Vista	46	Governador Celso Ramos	422	Passo de Torres	605
Anchieta	50	Grão Pará	423	Passos Maia	611
Antônio Carlos	51	Guaramirim	427	Paulo Lopes	612
Arroio Trinta	52	Guarujá do Sul	430	Penha	613
Ascurra	58	Herval d'Oeste	431	Pinheiro Preto	618
Balneário Rincão	59	Ibiam	433	Pomerode	620
Barra Velha	61	Ilhota	435	Ponte Serrada	621
Benedito Novo	62	Imarui	436	Porto Belo	623
Biguaçu	63	Imbituba	437	Porto União	624
Blumenau	99	Indaial	440	Rio do Sul	625
Bom Jesus do Oeste	127	Ipumirim	459	Santa Terezinha do Progresso	643
Bom Retiro	129	Irineópolis	461	São Bento do Sul	644
Botuvera	130	Itá	464	São Domingos	657
Braço do Trombudo	135	Itapiranga	465	São João do Sul	659
Brusque	137	Itapoá	466	São Joaquim	684
Caçador	138	Ituporanga	472	São José	689
Camboriú	140	Joaçaba	473	São Lourenço do Oeste	897
Campo Alegre	141	Lages	476	São Miguel do Oeste	898
Campo Erê	155	Laguna	477	São Pedro de Alcântara	910
Campos Novos	156	Lebon Regis	487	Schroeder	918
Canelinha	175	Leoberto Leal	493	Serra Alta	929
Canoinhas	176	Lindóia do Sul	501	Sombrio	944
Capinzal	199	Luzerna	502	Tigrinhos	945
Catanduvas	202	Mafra	507	Timbó	947
Celso Ramos	203	Maracajá	511	Três Barras	951
Concórdia	204	Maravilha	512	Trombudo Central	952
Coronel Martins	205	Massaranduba	514	Tunápolis	953
Correia Pinto	209	Meleiro	515	União do Oeste	954
Corupá	210	Modelo	519	Urussanga	956
Curitibanos	213	Morro da Fumaça	521	Vargeão	957
Dionísio Cerqueira	217	Navegantes	522	Vargem Bonita	958
Doutor Pedrinho	218	Nova Trento	589	Vidal Ramos	963
Forquilha	221	Novo Horizonte	598	Videira	964
Fraiburgo	226	Orleans	599	Vitor Meireles	966
Frei Rogério	413	Ouro	600	Xanxerê	967
Garopaba	414	Ouro Verde	601	Xaxim	969

Associações

AMAUC	970	EGEM	981
-------------	-----	------------	-----

Consórcios

AGIR	990
CIGA	990
CIMCATARINA	992
CIS/AMUREL	1016
CIRSURES	1020

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 61/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 76/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 61/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS.
TIPO :Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 01 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC,10 de junho de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 62/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 77/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 62/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADO AO USO NA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA..
TIPO :Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 01 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC,10 de junho de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 65/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 80/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 65/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA CONSUMO EM VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA.
TIPO :Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 30 de junho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC,16 de junho de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 66/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 81/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 66/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
TIPO :Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 02 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC,16 de junho de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 67/2015

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 82/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 67/2015
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ADITIVO PARA RADIADORES ANTI CONGELANTES, DESTINADO AO USO NA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA.
TIPO :Menor preço POR ITEM.
Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 02 de julho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC,16 de junho de 2015.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 002/2015

CONVÊNIO Nº. 002/2015 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
DE 12 DE JUNHO DE 2015

Termo de Convênio que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito a Sr. NOVELLI SGANZERLA, doravante denominado Município e de outro lado a ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA DE ÁGUA DOCE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.628.019/0001-16, com endereço na Praça João Macagnan, 196, na cidade de Água Doce-SC, neste ato devidamente representado por seu Presidente o Sr. EUCLIDES PANTANO, inscrita no CPF sob o nº 425.680.219-34, de agora em diante denominada SOCIEDADE, e:

Considerando a Lei Municipal nº 2.354/2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar com a SOCIEDADE;

Considerando o interesse público no fomento da atividade cultural, em especial a manutenção da associação Italiana.

Celebram o presente Convênio pelas cláusulas abaixo e na melhor forma do direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é o auxílio financeiro com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a SOCIEDADE, o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em 01 (uma) parcela.

A ASSOCIAÇÃO deverá preceder todos os atos necessários para viabilizar e normatizar os serviços objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A despesa decorrente com a execução do presente convênio, será por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS

3.3.50.00.0.3.0000/91 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - DA DATA DE REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a cláusula segunda, serão repassados em até 10 dias após a assinatura do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município:

1. Repassar os recursos, na forma preconizada no presente convênio;
2. Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio;

Da Associação:

1. Manter em funcionamento a associação representada na cidade de Água Doce;
2. Prestar contas dos valores recebidos, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009;
3. Manter em plena atividade a entidade.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente Convênio tem início 12 de junho de 2015, com término previsto para 12 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

As partes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso de partes convenientes, e, ainda, se ocorrer às hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o FORO da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente Convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Convênio em três vias do igual teor e forma na presença das testemunhas arroladas.

Água Doce, 12 de junho de 2015.
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA
EUCLIDES PANTANO
Presidente
Testemunhas:

1 – Cristiano Savaris da Silva
CPF - 005.614.419-95

2 – Gláucia Regina Varaschin
CPF – 006.597.239-21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 5/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 43/2015
TOMADA DE PREÇO 5/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 43/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 5/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a contratação de empresa para pavimentação em C.A.U.Q da Rua Basílio Cavalet, execução do contrato nº 1018081-64/2014 – Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, o qual será processado e julgado no dia 06 de julho de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 16 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 6/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 44/2015
TOMADA DE PREÇO 6/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 6/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a contratação de empresa para construção de Garagem de Máquinas da Prefeitura de Água Doce, com recursos do BADESC, o qual será processado e julgado no dia 06 de julho de 2015 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 16 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

CONTRATOS E SEUS ADITIVOS MÊS MAIO/2015

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Página: 1/1

Data : 10/06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Contratos e Seus Aditivos
 (Artigo 2º, Inciso XX da L.N. nº 028/1999)

Unidade gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Contrato	Número do Contrato	Contratado	Tipo	Mês/Ano	Valor
8493	05TADIT4813	BETHA SISTEMAS LTDA	Normal	01/05/2015	1.425,39
8494	29/2015	LETTARI & CIA LTDA -	Normal	01/05/2015	2.885,35
8495	30/2015	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	Normal	01/05/2015	293,90
8496	06TADIT4813	BETHA SISTEMAS LTDA	Normal	01/05/2015	576,42
8497	31/2015	VALMIR ANTONIO CLAUDINO	Normal	01/05/2015	5,00
8498	05TADIT7413	H2O AMBIENTAL LTDA ME	Normal	01/05/2015	0,00
8499	32/2015	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CA	Normal	01/05/2015	3.500,00
8500	33/2015	EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTD/	Normal	01/05/2015	343.777,34

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA MÊS MAIO/2015

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	02 GABINETE DO PREFEITO							
	02.01 GABINETE DO PREFEITO E VÍ							
	0201.04 Administração							
	0201.04.122 Administração Geral							
	0201.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO E ASSESSOR							
	04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE							
1	3.1.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
1	3.1.90.11.01.00.00.00.0679 vencimentos e salários							
1	3.1.90.11.33.00.00.00.0679 gratificação por exercício de funç	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
1	3.1.90.11.37.00.00.00.0679 gratificação por tempo de serviço							
1	3.1.90.13.02.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
1	3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II							
2	3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas - Oper. Intra-C		4.742,91	24.228,11		4.742,91	24.228,11	
2	3.1.91.13.03.00.00.00.0679 Contribuição Patronal Para o Reç	8.925,00	264,42	1.507,61	7.417,39	264,42	1.507,61	
3	3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas	25.000,00	264,42	1.507,61	3.735,72	264,42	1.507,61	
3	3.3.90.14.14.00.00.00.0679 Diárias no País - Civil		3.876,78	21.264,28		9.182,13	21.264,28	
3	3.3.90.30.01.00.00.00.0679 Combustíveis e Lubrificantes Aut		0,00	3.603,17		0,00	3.603,17	
3	3.3.90.30.26.00.00.00.0679 Material Elétrico e Eletrônico		1.063,51	3.631,27		1.185,34	3.631,27	
3	3.3.90.30.30.00.00.00.0679 Material para Manutenção de Veí		120,00	120,00		120,00	120,00	
3	3.3.90.30.39.00.00.00.0679 Outros Materiais de Consumo		0,00	4.346,14		4.176,52	4.346,14	
3	3.3.90.33.01.00.00.00.0679 Passagens Para o País		0,00	960,00		0,00	960,00	
3	3.3.90.39.01.00.00.00.0679 Assinatura de Periódicos e Anuid		1.748,27	3.880,55		1.748,27	3.880,55	
3	3.3.90.39.19.00.00.00.0679 Manutenção e Conservação de V		130,00	130,00		130,00	130,00	
3	3.3.90.39.47.00.00.00.0679 Serviços de Comunicação em Gê		35,00	1.240,65		1.042,00	1.240,65	
3	3.3.90.39.64.00.00.00.0679 Telefonia Móvel		86,20	434,56		86,20	434,56	
3	3.3.90.46.01.00.00.00.0679 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		82,60	473,29		82,60	473,29	
3			611,20	2.444,65		611,20	2.444,65	
	04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSOI	164.500,00	1.762,74	17.306,06	147.193,94	823,49	16.366,81	939,25
4	3.1.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas	145.000,00	0,00	12.425,68	132.574,32	0,00	12.425,68	0,00
4	3.1.90.11.01.00.00.00.0679 vencimentos e salários		0,00	5.319,11		0,00	5.319,11	0,00
4	3.1.90.11.05.00.00.00.0679 incorporações		0,00	1.558,82		0,00	1.558,82	0,00
4	3.1.90.11.33.00.00.00.0679 gratificação por exercício de funç		0,00	1.078,58		0,00	1.078,58	0,00
4	3.1.90.11.37.00.00.00.0679 gratificação por tempo de serviço		0,00	2.127,64		0,00	2.127,64	0,00
4	3.1.90.13.02.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II		0,00	2.341,53		0,00	2.341,53	0,00
5	3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II	4.500,00	517,89	2.245,89	2.254,11	517,89	2.245,89	0,00
5	3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas - Oper. Intra-C		517,89	2.245,89		517,89	2.245,89	0,00
6	3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Contribuição Patronal Para o Reç	15.000,00	1.244,85	2.634,49	12.365,51	305,60	1.695,24	939,25
6	3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas		939,25	1.939,25		0,00	1.000,00	939,25
6	3.3.90.39.05.00.00.00.0679 Serviços Técnicos Profissionais		305,60	695,24		305,60	695,24	0,00
6	3.3.90.46.01.00.00.00.0679 Auxílio-Alimentação em Pecúnia							
	04.122.0002.2.004 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRI	24.000,00	4.750,00	14.250,00	9.750,00	4.750,00	14.250,00	0,00
7	3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	3.3.93.00.00.00.00.00.0679 Aplicação Direta Decorrente de C	24.000,00	4.750,00	14.250,00	9.750,00	4.750,00	14.250,00	0,00
8	3.3.93.39.99.00.00.00.0679 Outros Serviços de Terceiros Pes		4.750,00	14.250,00		4.750,00	14.250,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	02 GABINETE DO PREFEITO	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
	02.01 GABINETE DO PREFEITO E VICE	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
	0201.04 Administração	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
	0201.04.122 Administração Geral	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
	0201.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA	561.585,00	35.822,88	197.751,81	363.833,19	40.188,98	196.812,56	939,25
	04.122.0002.2.005 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA	41.760,00	0,00	14.853,92	26.906,08	0,00	14.853,92	0,00
9	3.1.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	38.680,00	0,00	14.357,32	24.322,68	0,00	14.357,32	0,00
9	3.1.90.11.01.00.00.00.0679 vencimentos e salários		0,00	11.651,80		0,00	11.651,80	0,00
9	3.1.90.13.02.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II		0,00	2.705,52		0,00	2.705,52	0,00
10	3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas - Oper Intra-C	1.165,00	0,00	0,00	1.165,00	0,00	0,00	0,00
11	3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	1.915,00	0,00	496,60	1.418,40	0,00	496,60	0,00
11	3.3.90.46.01.00.00.00.00.0679 Auxilio-Alimentação em Pecúnia		0,00	496,60		0,00	496,60	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		03 SECRETARIA DE ADMINISTRAC	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		03.01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		0301.04 Administração	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122 Administração Geral	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	1.329.435,00	148.595,85	761.221,31	588.213,69	143.778,11	632.716,03	128.505,28
		04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA	1.252.700,00	148.595,85	761.003,06	491.696,94	143.778,11	632.497,78	128.505,28
12	3.1.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	793.575,00	74.788,65	328.625,39	464.949,61	74.788,65	328.625,39	0,00
12	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários		40.513,24	170.562,04		40.513,24	170.562,04	0,00
12	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações		3.935,41	17.818,33		3.935,41	17.818,33	0,00
12	3.1.90.11.33.00.00.00.0679	gratificação por exercício de func		5.189,28	23.455,23		5.189,28	23.455,23	0,00
12	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		5.879,88	26.374,10		5.879,88	26.374,10	0,00
12	3.1.90.11.42.00.00.00.0679	ferias indenizadas		0,00	12.327,36		0,00	12.327,36	0,00
12	3.1.90.11.43.00.00.00.0679	13º salário		0,00	1.750,21		0,00	1.750,21	0,00
12	3.1.90.11.44.00.00.00.0679	ferias - abono pecuniário		2.627,65	2.627,65		2.627,65	2.627,65	0,00
12	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II		14.702,70	60.463,45		14.702,70	60.463,45	0,00
12	3.1.90.16.01.00.00.00.0679	Outras Despesas Variáveis - Pes		1.940,49	9.854,95		1.940,49	9.854,95	0,00
12	3.1.90.92.13.00.00.00.0679	Obrigações Patronais		0,00	3.392,07		0,00	3.392,07	0,00
13	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	26.500,00	2.424,15	11.873,52	14.626,48	2.424,15	11.873,52	0,00
13	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg		2.424,15	11.873,52		2.424,15	11.873,52	0,00
180	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	3.625,00	0,00	0,00	3.625,00	0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	416.000,00	71.383,05	408.512,15	7.487,85	66.565,31	280.006,87	128.505,28
14	3.3.90.14.14.00.00.00.0679	Diárias no País - Civil		8.761,40	10.955,62		8.761,40	10.955,62	0,00
14	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut		0,00	453,24		0,00	453,24	0,00
14	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		626,14	4.309,37		626,14	4.309,37	0,00
14	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		75,00	957,99		550,00	957,99	0,00
180	3.3.90.30.26.00.00.00.0110	Material Elétrico e Eletrônico		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.30.26.00.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico		2.262,66	4.071,16		2.262,66	4.071,16	0,00
14	3.3.90.30.31.00.00.00.0679	Sementes, Mudas de Plantas e li		0,00	99,50		0,00	99,50	0,00
14	3.3.90.30.96.00.00.00.0679	Material de Consumo - Pagame		399,21	1.898,66		399,21	1.898,66	0,00
14	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		506,91	5.472,28		506,91	5.472,28	0,00
14	3.3.90.33.01.00.00.00.0679	Passagens Para o País		0,00	491,88		0,00	491,88	0,00
180	3.3.90.36.59.00.00.00.0110	Serviços de Áudio, Vídeo e Fdo		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.36.59.00.00.00.0679	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto		0,00	1.200,00		0,00	1.200,00	0,00
14	3.3.90.39.01.00.00.00.0679	Assinatura de Periódicos e Anuid		130,00	6.120,00		130,00	6.120,00	0,00
180	3.3.90.39.05.00.00.00.0110	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		9.535,69	80.694,95		4.836,42	36.899,11	43.795,84
14	3.3.90.39.10.00.00.00.0679	Locação de Imóveis		0,00	10.863,93		987,63	2.962,89	7.901,04
180	3.3.90.39.11.00.00.00.0110	Locação de Softwares		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.39.11.00.00.00.0679	Locação de Softwares		7.045,93	30.555,61		316,44	20.978,16	9.577,45
14	3.3.90.39.12.00.00.00.0679	Locação de Máquinas e Equipam		2.346,58	11.161,47		2.346,58	8.975,47	2.186,00
14	3.3.90.39.16.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de B		0,00	13.349,27		0,00	13.349,27	0,00
14	3.3.90.39.24.00.00.00.0679	Serv de Confec, Manut e Inst de		0,00	6.570,80		0,00	6.570,80	0,00
14	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		6.794,20	26.897,38		5.294,20	20.397,38	6.500,00
14	3.3.90.39.47.00.00.00.0679	Serviços de Comunicação em Gê		2.758,62	12.943,41		4.094,49	11.516,46	1.426,95

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		03 SECRETARIA DE ADMINISTRAC	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		03.01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		0301.04 Administração	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122 Administração Geral	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	1.329.435,00	148.595,85	761.221,31	568.213,69	143.778,11	632.716,03	128.505,28
		04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA A	1.252.700,00	148.595,85	761.003,06	491.696,94	143.778,11	632.497,78	128.505,28
180	3.3.90.39.52.00.00.00.0110	Serviços de Reabilitação Profissi		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.39.52.00.00.00.0679	Serviços de Reabilitação Profissi		1.130,00	2.930,00		1.130,00	2.930,00	0,00
14	3.3.90.39.58.00.00.00.0679	Serviços de Telecomunicações		164,87	444,43		164,87	444,43	0,00
14	3.3.90.39.63.00.00.00.0679	Serviços Gráficos e Editoriais		0,00	56,00		0,00	56,00	0,00
14	3.3.90.39.64.00.00.00.0679	Telefonia Móvel		1.654,41	7.610,47		1.654,41	7.610,47	0,00
180	3.3.90.39.81.00.00.00.0110	Serviços Bancários		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.39.81.00.00.00.0679	Serviços Bancários		4.524,25	25.012,18		4.524,25	25.012,18	0,00
14	3.3.90.39.90.00.00.00.0679	Serviços de Publicidade Legal		935,41	54.534,62		6.331,41	11.366,62	43.168,00
14	3.3.90.39.96.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terc. Pessoa		1.440,00	1.440,00		1.440,00	1.440,00	0,00
180	3.3.90.39.99.00.00.00.0110	Outros Serviços de Tercários - P		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Tercários - P		3.903,03	15.591,44		3.863,03	15.041,44	550,00
14	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		2.207,49	10.955,84		2.207,49	10.955,84	0,00
14	3.3.90.47.12.00.00.00.0679	Contribuição Para o PIS/PASEP		14.150,25	60.210,78		14.106,77	46.810,78	13.400,00
180	3.3.90.47.18.00.00.00.0110	Contrib. Previdenciária S/ Serviço		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
14	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib. Previdenciária S/ Serviço		31,00	559,89		31,00	559,89	0,00
14	3.3.90.92.39.00.00.00.0679	Outros Serviços de Tercários - P		0,00	99,98		0,00	99,98	0,00
185	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	1.992,00	1.008,00	0,00	1.992,00	0,00
15	4.4.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
15	4.4.90.52.34.00.00.00.0679	Máquinas, Utensílios e Equipame		0,00	408,00		0,00	408,00	0,00
185	4.4.90.52.35.00.00.00.0110	Equipamentos de Processament		0,00	1.992,00		0,00	1.992,00	0,00
15	4.4.90.52.35.00.00.00.0679	Equipamentos de Processament		0,00	8.858,00		0,00	8.858,00	0,00
15	4.4.90.52.36.00.00.00.0679	Máquinas, Instalações e Utilit		0,00	734,00		0,00	734,00	0,00
		04.122.0003.2.007 REALIZAÇÃO DE CONCURSO I	1.000,00	0,00	218,25	781,75	0,00	218,25	0,00
16	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	218,25	781,75	0,00	218,25	0,00
16	3.3.90.39.81.00.00.00.0679	Serviços Bancários		0,00	218,25		0,00	218,25	0,00
		04.122.0003.2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	75.735,00	0,00	0,00	75.735,00	0,00	0,00	0,00
17	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	70.535,00	0,00	0,00	70.535,00	0,00	0,00	0,00
18	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-C	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
19	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
		0301.04.122.0005 CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS	150.370,00	27.674,12	93.927,36	56.442,64	14.399,56	79.312,80	14.614,56
		04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC. A EI	150.370,00	27.674,12	93.927,36	56.442,64	14.399,56	79.312,80	14.614,56
20	3.1.71.00.00.00.00.00.0679	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		03 SECRETARIA DE ADMINISTRAC	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		03.01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		0301.04 Administração	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122 Administração Geral	1.479.805,00	176.269,97	855.148,67	624.656,33	158.177,67	712.028,83	143.119,84
		0301.04.122.0005 CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS	150.370,00	27.674,12	93.927,36	56.442,64	14.399,56	79.312,80	14.614,56
		04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC. A EI	150.370,00	27.674,12	93.927,36	56.442,64	14.399,56	79.312,80	14.614,56
21	3.3.71.00.00.00.00.0679	Transferências a Consórcios Pút		0,00	0,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00
21	3.3.71.70.01.00.00.00.0679	Participação em Consórcio Públi	6.250,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
22	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	110.230,00	25.209,12	72.102,36	38.127,64	12.604,56	59.497,80	12.604,56
22	3.3.90.47.17.00.00.00.0679	Contribuições para Associações		25.209,12	72.102,36		12.604,56	59.497,80	12.604,56
23	3.3.93.00.00.00.00.00.0679	Aplicação Direta Decorrente de C	33.890,00	2.465,00	21.825,00	12.065,00	1.795,00	19.815,00	2.010,00
23	3.3.93.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros Pe		2.465,00	21.825,00		1.795,00	19.815,00	2.010,00
24	4.4.71.00.00.00.00.00.0679	Transferências a Consórcios Pút	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0301.24 Comunicações	2.000,00	0,00	180,00	1.820,00	0,00	180,00	0,00
		0301.24.722 Telecomunicações	2.000,00	0,00	180,00	1.820,00	0,00	180,00	0,00
		0301.24.722.0006 SISTEMAS DE TELECOMUNIC	2.000,00	0,00	180,00	1.820,00	0,00	180,00	0,00
		24.722.0006.2.010 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO I	2.000,00	0,00	180,00	1.820,00	0,00	180,00	0,00
25	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	180,00	820,00	0,00	180,00	0,00
25	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	180,00		0,00	180,00	0,00
26	4.4.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0301.28 Encargos Especiais	1.695.227,49	182.763,73	589.528,43	1.105.699,06	182.763,73	589.528,43	0,00
		0301.28.271 Previdência Básica	809.100,00	60.305,37	309.873,55	499.226,45	60.305,37	309.873,55	0,00
		0301.28.271.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	809.100,00	60.305,37	309.873,55	499.226,45	60.305,37	309.873,55	0,00
		28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSSIONISTAS	645.395,00	48.820,72	248.158,80	397.236,20	48.820,72	248.158,80	0,00
27	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	645.395,00	48.820,72	248.158,80	397.236,20	48.820,72	248.158,80	0,00
27	3.1.90.01.01.00.00.00.0679	Proventos - Pessoal Civil		48.820,72	248.158,80		48.820,72	248.158,80	0,00
		28.271.0000.0.005 INATIVOS E PENSSIONISTAS -	163.705,00	11.484,65	61.714,75	101.990,25	11.484,65	61.714,75	0,00
28	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	163.705,00	11.484,65	61.714,75	101.990,25	11.484,65	61.714,75	0,00
28	3.1.90.01.01.00.00.00.0679	Proventos - Pessoal Civil		11.484,65	61.714,75		11.484,65	61.714,75	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		03.01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
		0301.28 Encargos Especiais	1.695.227,49	182.763,73	589.528,43	1.105.699,06	182.763,73	589.528,43	0,00
		0301.28.843 Serviço da Dívida Interna	629.198,00	44.658,56	183.909,53	445.288,47	44.658,56	183.909,53	0,00
		0301.28.843.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	629.198,00	44.658,56	183.909,53	445.288,47	44.658,56	183.909,53	0,00
		28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS	614.898,00	44.329,45	179.165,63	435.732,37	44.329,45	179.165,63	0,00
29	3.2.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	8.680,00	984,55	5.786,03	2.893,97	984,55	5.786,03	0,00
29	3.2.90.21.99.00.00.00.0679	Outros Juros da Dívida Contratada		984,55	5.786,03		984,55	5.786,03	0,00
30	4.6.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	606.218,00	43.344,90	173.379,60	432.838,40	43.344,90	173.379,60	0,00
30	4.6.90.71.99.00.00.00.0679	Outras Amortizações da Dívida C		43.344,90	173.379,60		43.344,90	173.379,60	0,00
		28.843.0000.0.006 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS	14.300,00	329,11	4.743,90	9.556,10	329,11	4.743,90	0,00
31	3.2.90.00.00.00.00.00.0209	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
164	3.2.90.00.00.00.00.00.0644	Aplicacoes Diretas	500,00	34,42	401,52	98,48	34,42	401,52	0,00
164	3.2.90.21.99.00.00.00.0644	Outros Juros da Dívida Contratada		34,42	401,52		34,42	401,52	0,00
32	4.6.90.00.00.00.00.00.0209	Aplicacoes Diretas	4.700,00	294,69	294,69	4.405,31	294,69	294,69	0,00
165	4.6.90.00.00.00.00.00.0644	Aplicacoes Diretas	4.100,00	0,00	4.047,69	52,31	0,00	4.047,69	0,00
33	4.6.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
32	4.6.90.71.01.00.00.00.0209	Amortização da Dívida Contr c/ Ir		294,69	294,69		294,69	294,69	0,00
165	4.6.90.71.01.00.00.00.0644	Amortização da Dívida Contr c/ Ir		0,00	4.047,69		0,00	4.047,69	0,00
		0301.28.846 Outros Encargos Especiais	256.929,49	77.799,80	95.745,35	161.184,14	77.799,80	95.745,35	0,00
		0301.28.846.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	256.929,49	77.799,80	95.745,35	161.184,14	77.799,80	95.745,35	0,00
		28.846.0000.0.000 SENTENÇAS JUDICIAIS	21.804,49	21.804,49	21.804,49	0,00	21.804,49	21.804,49	0,00
187	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	21.804,49	21.804,49	21.804,49	0,00	21.804,49	21.804,49	0,00
187	3.3.90.91.99.00.00.00.0110	Diversas Sentenças		21.804,49	21.804,49		21.804,49	21.804,49	0,00
		28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	185.125,00	5.995,31	23.940,86	161.184,14	5.995,31	23.940,86	0,00
34	3.3.20.00.00.00.00.00.0099	Transferencias a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	3.3.20.00.00.00.00.00.0679	Transferencias a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	3.3.90.00.00.00.00.00.0095	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	3.3.90.00.00.00.00.00.0099	Aplicacoes Diretas	125,00	0,00	0,71	124,29	0,00	0,71	0,00
182	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	185.000,00	5.995,31	23.940,15	161.059,85	5.995,31	23.940,15	0,00
177	3.3.90.39.81.00.00.00.0095	Serviços Bancários		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
177	3.3.90.47.12.00.00.00.0095	Contribuição Para o PIS/PASEP		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
176	3.3.90.47.12.00.00.00.0099	Contribuição Para o PIS/PASEP		0,00	0,71		0,00	0,71	0,00
182	3.3.90.47.12.00.00.00.0679	Contribuição Para o PIS/PASEP		5.995,31	23.940,15		5.995,31	23.940,15	0,00
		28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
36	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	03 SECRETARIA DE ADMINISTRAC	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
	03.01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	3.177.032,49	359.033,70	1.444.857,10	1.732.175,39	340.941,40	1.301.737,26	143.119,84
	0301.28 Encargos Especiais	1.695.227,49	182.763,73	589.528,43	1.105.699,06	182.763,73	589.528,43	0,00
	0301.28.846 Outros Encargos Especiais	256.929,49	77.799,80	95.745,35	161.184,14	77.799,80	95.745,35	0,00
	0301.28.846.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	256.929,49	77.799,80	95.745,35	161.184,14	77.799,80	95.745,35	0,00
	28.846.0000 0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
36	3.3.90.91.99.00.00.0679 Diversas Sentenças		50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		04 SECRETARIA DA AGRICULTUR	1.190.170,00	69.537,46	399.454,74	790.715,26	76.529,43	391.154,47	8.300,27
		04.01 DEPARTAMENT DE AGRICULTI	408.550,00	2.913,27	49.301,94	359.248,06	1.545,97	47.934,64	1.367,30
		0401.20 Agricultura	408.550,00	2.913,27	49.301,94	359.248,06	1.545,97	47.934,64	1.367,30
		0401.20.606 Extensão Rural	388.550,00	0,00	44.071,63	344.478,37	0,00	44.071,63	0,00
		0401.20.606.0007 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RUI	388.550,00	0,00	44.071,63	344.478,37	0,00	44.071,63	0,00
		20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍ	238.550,00	0,00	31.477,31	207.072,69	0,00	31.477,31	0,00
183		3.3.90.00.00.00.00.0109 Aplicacoes Diretas	31.477,31	0,00	31.477,31	0,00	0,00	31.477,31	0,00
183		3.3.90.39.99.00.00.0109 Outros Serviços de Terceiros - Pj	31.477,31	0,00	31.477,31	0,00	0,00	31.477,31	0,00
37		4.4.90.00.00.00.00.0089 Aplicacoes Diretas	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00
38		4.4.90.00.00.00.00.0109 Aplicacoes Diretas	175.072,69	0,00	0,00	175.072,69	0,00	0,00	0,00
39		4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
		20.606.0007.1.005 CONSTRUÇÃO DE POÇOS AR	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
40		4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
		20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTC	145.000,00	0,00	12.594,32	132.405,68	0,00	12.594,32	0,00
41		3.3.50.00.00.00.00.0679 Transferencias a Instituições Pn	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00
42		3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	12.594,32	12.405,68	0,00	12.594,32	0,00
42		3.3.90.14.14.00.00.0679 Diárias no País - Civil		0,00	1.346,32		0,00	1.346,32	0,00
42		3.3.90.32.99.00.00.0679 Outros Materiais de Distribuição		0,00	11.248,00		0,00	11.248,00	0,00
		0401.20.608 Promoção da Produção Agropecu	20.000,00	2.913,27	5.230,31	14.769,69	1.545,97	3.863,01	1.367,30
		0401.20.608.0007 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RUI	20.000,00	2.913,27	5.230,31	14.769,69	1.545,97	3.863,01	1.367,30
		20.608.0007.2.015 APOIO AO DESENVOLVIMENTC	20.000,00	2.913,27	5.230,31	14.769,69	1.545,97	3.863,01	1.367,30
43		3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	20.000,00	2.913,27	5.230,31	14.769,69	1.545,97	3.863,01	1.367,30
43		3.3.90.32.99.00.00.0679 Outros Materiais de Distribuição		2.913,27	5.230,31		1.545,97	3.863,01	1.367,30
		04.02 DEPARTAMENTO DE CONTRO	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
		0402.20 Agricultura	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
		0402.20.304 Vigilância Sanitária	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
		0402.20.304.0009 CONTROLE SANITÁRIO	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
		20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DE CONTROLE	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
44		3.1.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	50.310,00	3.871,31	19.963,71	30.346,29	3.871,31	19.963,71	0,00
44		3.1.90.11.01.00.00.0679 vencimentos e salários		2.520,12	13.600,28		2.520,12	13.600,28	0,00
44		3.1.90.11.05.00.00.0679 incorporações		187,73	1.439,29		187,73	1.439,29	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		04 SECRETARIA DA AGRICULTUR	1.190.170,00	69.537,46	399.454,74	790.715,26	76.529,43	391.154,47	8.300,27
		04.02 DEPARTAMENTO DE CONTRO	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
		0402.20 Agricultura	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
		0402.20.304 Vigilância Sanitária	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
		0402.20.304.0009 CONTROLE SANITÁRIO	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
		20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DE CONTROLE	56.820,00	3.871,31	19.980,66	36.839,34	3.871,31	19.980,66	0,00
44	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		268,19	1.162,15		268,19	1.162,15	0,00
44	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II		895,27	3.761,99		895,27	3.761,99	0,00
45	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	1.510,00	0,00	16,95	1.493,05	0,00	16,95	0,00
45	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg		0,00	16,95		0,00	16,95	0,00
46	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
		0402.20.606 Extensão Rural	7.18.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
		0402.20.606.0007 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RUI	7.18.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
		20.606.0007.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETAR	7.18.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
47	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas	443.000,00	28.777,08	182.032,00	260.968,00	28.777,08	182.032,00	0,00
47	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários		16.781,42	125.542,63		16.781,42	125.542,63	0,00
47	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações		337,72	1.484,98		337,72	1.484,98	0,00
47	3.1.90.11.33.00.00.00.0679	gratificação por exercício de func		1.337,76	5.351,04		1.337,76	5.351,04	0,00
47	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		3.579,00	15.264,66		3.579,00	15.264,66	0,00
47	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II		6.741,18	34.294,40		6.741,18	34.294,40	0,00
47	3.1.90.16.01.00.00.00.0679	Outras Despesas Variáveis - Pes		0,00	94,29		0,00	94,29	0,00
48	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	13.300,00	306,51	1.614,41	11.685,59	306,51	1.614,41	0,00
48	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg		306,51	1.614,41		306,51	1.614,41	0,00
49	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas	262.500,00	33.669,29	146.525,73	115.974,27	42.028,56	139.592,76	6.932,97
49	3.3.90.14.14.00.00.00.0679	Diárias no País - Civil		0,00	188,33		0,00	188,33	0,00
49	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut		9.658,32	54.824,35		9.658,32	54.824,35	0,00
49	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		174,32	598,59		174,32	598,59	0,00
49	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		0,00	69,30		0,00	69,30	0,00
49	3.3.90.30.24.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Ber		0,00	30,00		0,00	30,00	0,00
49	3.3.90.30.28.00.00.00.0679	Material de Proteção e Seguranç		0,00	330,00		0,00	330,00	0,00
49	3.3.90.30.31.00.00.00.0679	Sementes, Mudas de Plantas e I		0,00	1.400,00		0,00	700,00	700,00
49	3.3.90.30.39.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí		11.718,30	39.551,80		8.912,65	36.746,15	2.805,65
49	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		52,20	97,90		52,20	97,90	0,00
49	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	16.000,02		14.222,24	16.000,02	0,00
49	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V		9.776,00	22.577,90		6.916,00	19.697,90	2.880,00
49	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		605,01	1.680,16		405,01	1.180,16	500,00
49	3.3.90.39.64.00.00.00.0679	Telefonia Móvel		43,74	285,59		43,74	285,59	0,00
49	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Tercários - P		44,64	586,13		47,32	538,81	47,32
49	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		1.596,76	8.071,66		1.596,76	8.071,66	0,00
49	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço		0,00	234,00		0,00	234,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
49	04 SECRETARIA DA AGRICULTUR	1.190.170,00	69.537,46	399.454,74	790.715,26	76.529,43	391.154,47	8.300,27
	04.02 DEPARTAMENTO DE CONTRO	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
	0402.20 Agricultura	775.620,00	66.624,19	350.152,80	425.467,20	74.983,46	343.219,83	6.932,97
	0402.20.606 Extensão Rural	718.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
	0402.20.606.0007 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RUI	718.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
49	20.606.0007 2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETAR	718.800,00	62.752,88	330.172,14	388.627,86	71.112,15	323.239,17	6.932,97
	3.3.90.47.18.00.00.00.0679 Contrib Previdenciária S/ Serviço		0,00	234,00		0,00	234,00	0,00
190	04.03 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBI	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
	0403.18 Gestão Ambiental	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
	0403.18.541 Preservação e Conservação Ambi	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
	0403.18.541.0008 MEIO AMBIENTE	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
50	18.541.0008 2.013 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMB	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.0110 Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
51								

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
52	05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
53	05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
172	0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
53	0501.12.306 Alimentação e Nutrição	186.124,40	19.915,80	72.977,94	113.146,46	19.915,80	72.977,94	0,00
52	0501.12.306.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO	123.594,40	10.257,27	36.651,19	86.943,21	10.257,27	36.651,19	0,00
53	12.306.0010.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA E	123.594,40	10.257,27	36.651,19	86.943,21	10.257,27	36.651,19	0,00
172	3.3.90.00.00.00.00.0060 Aplicacoes Diretas	38.550,00	4.631,06	14.046,37	24.503,63	4.631,06	14.046,37	0,00
53	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	80.000,00	5.626,21	17.600,42	62.399,58	5.626,21	17.600,42	0,00
172	3.3.90.00.00.00.00.0685 Aplicacoes Diretas	5.044,40	0,00	5.004,40	40,00	0,00	5.004,40	0,00
53	3.3.90.30.04.00.00.00679 Gás Engarrafado	372,00	372,00	372,00	0,00	372,00	372,00	0,00
52	3.3.90.32.03.00.00.0060 Gêneros Alimentícios	4.631,06	4.631,06	14.046,37	14.046,37	4.631,06	14.046,37	0,00
53	3.3.90.32.03.00.00.0679 Gêneros Alimentícios	5.254,21	5.254,21	17.228,42	17.228,42	5.254,21	17.228,42	0,00
172	3.3.90.32.03.00.00.0685 Gêneros Alimentícios	0,00	0,00	5.004,40	0,00	0,00	5.004,40	0,00
54	0501.12.306.0013 EDUCAÇÃO INFANTIL	62.530,00	9.658,53	36.326,75	26.203,25	9.658,53	36.326,75	0,00
55	12.306.0013.2.016 MANUTENÇÃO DA MERENDA E	62.530,00	9.658,53	36.326,75	26.203,25	9.658,53	36.326,75	0,00
171	3.3.90.00.00.00.00.0060 Aplicacoes Diretas	29.050,00	3.770,02	11.364,02	17.685,98	3.770,02	11.364,02	0,00
54	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	30.000,00	5.888,51	21.482,73	8.517,27	5.888,51	21.482,73	0,00
55	3.3.90.00.00.00.00.0685 Aplicacoes Diretas	3.480,00	0,00	3.480,00	0,00	0,00	3.480,00	0,00
171	3.3.90.30.04.00.00.0060 Gás Engarrafado	0,00	0,00	54,00	0,00	0,00	54,00	0,00
54	3.3.90.32.03.00.00.0060 Gêneros Alimentícios	3.770,02	3.770,02	11.310,02	11.310,02	3.770,02	11.310,02	0,00
55	3.3.90.32.03.00.00.0679 Gêneros Alimentícios	5.888,51	5.888,51	21.482,73	21.482,73	5.888,51	21.482,73	0,00
171	3.3.90.32.03.00.00.0685 Gêneros Alimentícios	0,00	0,00	3.480,00	0,00	0,00	3.480,00	0,00
163	0501.12.361 Ensino Fundamental	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
56	0501.12.361.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
163	12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E I	17.071,60	0,00	17.071,60	0,00	0,00	13.705,00	3.366,60
56	4.4.90.00.00.00.00.0197 Aplicacoes Diretas	12.071,60	0,00	12.071,60	0,00	0,00	8.705,00	3.366,60
163	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
56	4.4.90.51.99.00.00.00197 Outras Obras e Instalações	0,00	0,00	8.705,00	0,00	0,00	8.705,00	0,00
163	4.4.90.51.99.00.00.0679 Outras Obras e Instalações	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
163	4.4.90.52.39.00.00.00197 Equipamentos e Utensílios Hidrá	0,00	0,00	3.366,60	0,00	0,00	0,00	3.366,60
57	12.361.0010.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MOV	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
58	4.4.90.00.00.00.00.0086 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
58	12.361.0010.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PAF	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00
58	4.4.90.00.00.00.00.0187 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 12

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR#	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12.361 Ensino Fundamental	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		0501.12.361.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃ	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		12.361.0010.1.010 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃ	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
59	4.4.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
		12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	793.861,25	113.299,34	615.581,36	178.279,89	60.725,96	553.619,46	61.961,90
60	3.1.90.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	196.645,30	63.485,30	172.415,93	24.229,37	63.485,30	172.415,93	0,00
61	3.1.90.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	266.854,70	-37.312,46	204.028,99	62.825,71	-37.312,46	204.028,99	0,00
60	3.1.90.11.01.00.00.0086	vencimentos e salários		48.402,40	130.869,09		48.402,40	130.869,09	0,00
61	3.1.90.11.01.00.00.0086	vencimentos e salários		-37.312,46	149.224,13		-37.312,46	149.224,13	0,00
60	3.1.90.11.05.00.00.0086	incorporações		1.327,40	3.956,48		1.327,40	3.956,48	0,00
61	3.1.90.11.05.00.00.0086	incorporações		0,00	5.015,48		0,00	5.015,48	0,00
61	3.1.90.11.33.00.00.0086	gratificação por exercício de funç		0,00	3.974,00		0,00	3.974,00	0,00
60	3.1.90.11.37.00.00.0086	gratificação por tempo de serviço		1.792,35	4.837,63		1.792,35	4.837,63	0,00
61	3.1.90.11.37.00.00.0086	gratificação por tempo de serviço		0,00	6.353,50		0,00	6.353,50	0,00
60	3.1.90.11.42.00.00.0086	feitas indenizadas		0,00	112,51		0,00	112,51	0,00
60	3.1.90.11.43.00.00.0086	13º salário		0,00	93,42		0,00	93,42	0,00
61	3.1.90.11.43.00.00.0086	13º salário		0,00	160,70		0,00	160,70	0,00
60	3.1.90.13.01.00.00.0086	FGTS		64,73	194,19		64,73	194,19	0,00
61	3.1.90.13.01.00.00.0086	FGTS		0,00	129,46		0,00	129,46	0,00
60	3.1.90.13.02.00.00.0086	Contribuições Previdenciárias - II		11.898,42	32.352,61		11.898,42	32.352,61	0,00
61	3.1.90.13.02.00.00.0086	Contribuições Previdenciárias - II		0,00	39.171,72		0,00	39.171,72	0,00
62	3.1.91.00.00.00.00.0086	Contribuições Previdenciárias - Oper Intra-C	30.000,00	4.286,27	17.600,57	12.399,43	4.286,27	17.600,57	0,00
62	3.1.91.13.03.00.00.0086	Contribuição Patronal Para o Reç		4.286,27	17.600,57		4.286,27	17.600,57	0,00
63	3.3.90.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	19.861,25	1.580,00	19.600,73	260,52	0,00	18.020,73	1.580,00
64	3.3.90.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	280.500,00	81.260,23	201.935,14	78.564,86	30.266,85	141.553,24	60.381,90
64	3.3.90.14.14.00.00.0679	Diárias no País - Civil		2.719,62	8.232,03		2.719,62	8.232,03	0,00
64	3.3.90.30.04.00.00.0679	Gás Engarrafado		518,00	2.716,00		518,00	2.716,00	0,00
64	3.3.90.30.07.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		730,00	870,40		64,00	204,40	666,00
63	3.3.90.30.16.00.00.0086	Material de Expediente		1.580,00	1.580,00		0,00	0,00	1.580,00
64	3.3.90.30.16.00.00.0679	Material de Expediente		45.830,48	46.314,88		43,10	527,50	45.787,38
64	3.3.90.30.20.00.00.0679	Material de Cama, Mesa e Banhc		0,00	1.355,50		0,00	1.355,50	0,00
64	3.3.90.30.21.00.00.0679	Material de Copa e Cozinha		0,00	5.597,47		0,00	5.597,47	0,00
63	3.3.90.30.22.00.00.0086	Material de Limpeza e Produção		0,00	12.369,04		0,00	12.369,04	0,00
64	3.3.90.30.22.00.00.0679	Material de Limpeza e Produção		0,00	5.881,82		0,00	5.881,82	0,00
64	3.3.90.30.24.00.00.0679	Material para Manutenção de Ber		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
64	3.3.90.30.26.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico		488,84	741,04		488,84	741,04	0,00
64	3.3.90.30.96.00.00.0679	Materiais de Consumo - Pagame		379,00	1.521,00		0,00	1.521,00	0,00
64	3.3.90.30.99.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		2.019,91	14.011,80		2.019,91	14.011,80	0,00
64	3.3.90.33.01.00.00.0679	Passagens Para o País		530,95	3.380,33		530,95	3.380,33	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.082,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12.361 Ensino Fundamental	4.872.028,82	423.427,43	1.866.063,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		0501.12.361.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO	4.872.028,82	423.427,43	1.866.063,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	793.861,25	113.299,34	615.581,36	178.279,89	60.725,96	553.619,46	61.961,90
64	3.3.90.36.22.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de B		0,00	3.500,00		0,00	3.500,00	0,00
64	3.3.90.36.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj		0,00	840,00		0,00	840,00	0,00
64	3.3.90.39.01.00.00.00.0679	Assinatura de Periódicos e Anuid		130,00	130,00		130,00	130,00	0,00
64	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		981,50	19.008,17		3.231,50	19.008,17	0,00
64	3.3.90.39.20.00.00.00.0679	Manutenção e Cons. de Bens Móv		0,00	220,00		0,00	220,00	0,00
64	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		5.182,67	16.262,70		3.232,67	7.904,18	8.358,52
64	3.3.90.39.47.00.00.00.0679	Serviços de Comunicação em Gê		741,37	1.987,74		571,37	1.817,74	170,00
64	3.3.90.39.64.00.00.00.0679	Telefonia Móvel		128,11	546,06		128,11	546,06	0,00
64	3.3.90.39.69.00.00.00.0679	seguros em Geral		0,00	2.289,78		0,00	2.289,78	0,00
64	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj		15.859,62	55.123,55		11.789,62	50.323,55	4.800,00
63	3.3.90.46.01.00.00.00.0086	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		0,00	5.651,69		0,00	5.651,69	0,00
64	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		4.347,16	8.894,87		4.347,16	8.894,87	0,00
64	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib. Previdenciária S/ Serviço		673,00	2.510,00		73,00	1.910,00	600,00
		12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FU	2.311.808,12	147.017,98	588.387,79	1.723.420,33	147.017,98	588.387,79	0,00
65	3.1.90.00.00.00.00.00.0092	Aplicacoes Diretas	2.128.315,00	142.361,40	484.285,13	1.644.029,87	142.361,40	484.285,13	0,00
166	3.1.90.00.00.00.00.00.0199	Aplicacoes Diretas	85.863,12	0,00	85.863,12	0,00	0,00	85.863,12	0,00
65	3.1.90.11.01.00.00.00.0092	vincimentos e salários		106.405,43	336.832,84		106.405,43	336.832,84	0,00
166	3.1.90.11.01.00.00.00.0199	vincimentos e salários		0,00	85.863,12		0,00	85.863,12	0,00
65	3.1.90.11.05.00.00.00.0092	incorporações		2.422,46	9.679,30		2.422,46	9.679,30	0,00
65	3.1.90.11.33.00.00.00.0092	gratificação por exercício de funç		3.308,88	14.827,63		3.308,88	14.827,63	0,00
65	3.1.90.11.37.00.00.00.0092	gratificação por tempo de serviço		3.532,18	13.669,35		3.532,18	13.669,35	0,00
65	3.1.90.13.02.00.00.00.0092	Contribuições Previdenciárias - II		26.692,45	108.702,63		26.692,45	108.702,63	0,00
65	3.1.90.16.01.00.00.00.0092	Outras Despesas Variáveis - Pes		0,00	573,38		0,00	573,38	0,00
66	3.3.90.00.00.00.00.00.0093	Aplicacoes Diretas	97.630,00	4.656,58	18.239,54	79.390,46	4.656,58	18.239,54	0,00
66	3.3.90.46.01.00.00.00.0093	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		4.656,58	18.239,54		4.656,58	18.239,54	0,00
		12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPOR	1.104.817,00	89.652,55	416.922,26	687.894,74	91.170,46	416.922,26	0,00
67	3.1.90.00.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	364.687,00	26.088,98	130.444,90	234.222,10	26.088,98	130.444,90	0,00
67	3.1.90.11.01.00.00.00.0086	vincimentos e salários		11.210,17	56.050,85		11.210,17	56.050,85	0,00
67	3.1.90.11.05.00.00.00.0086	incorporações		613,29	3.066,45		613,29	3.066,45	0,00
67	3.1.90.11.33.00.00.00.0086	gratificação por exercício de funç		5.726,00	28.630,00		5.726,00	28.630,00	0,00
67	3.1.90.11.37.00.00.00.0086	gratificação por tempo de serviço		3.623,23	18.116,15		3.623,23	18.116,15	0,00
67	3.1.90.13.02.00.00.00.0086	Contribuições Previdenciárias - II		4.916,29	24.581,45		4.916,29	24.581,45	0,00
68	3.1.91.00.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-C	11.000,00	508,54	2.545,76	8.454,24	508,54	2.545,76	0,00
68	3.1.91.13.03.00.00.00.0086	Contribuição Patronal Para o Reg		508,54	2.545,76		508,54	2.545,76	0,00
69	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	729.150,00	63.055,03	283.931,60	445.218,40	64.572,94	283.931,60	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR#	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12.361 Ensino Fundamental	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		0501.12.361.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃ	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		12.361.0010.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPOR	1.104.817,00	89.652,55	416.922,26	687.894,74	91.170,46	416.922,26	0,00
69	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut		13.575,93	49.617,90		14.802,76	49.617,90	0,00
69	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		0,00	40,00		0,00	40,00	0,00
69	3.3.90.30.26.00.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico		0,00	6.916,00		0,00	6.916,00	0,00
69	3.3.90.30.39.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí		7.400,35	16.793,28		7.400,35	16.793,28	0,00
69	3.3.90.30.96.00.00.00.0679	Material de Consumo - Pagame		0,00	1.066,76		0,00	1.066,76	0,00
69	3.3.90.34.01.00.00.00.0679	Substituição de Mão-de-obra (LR		8.683,50	49.766,21		8.729,58	49.766,21	0,00
69	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		3.250,00	3.400,00		3.250,00	3.400,00	0,00
69	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V		7.235,00	23.983,20		7.480,00	23.983,20	0,00
69	3.3.90.39.23.00.00.00.0679	Festividades e Homenagens		0,00	7.368,06		0,00	7.368,06	0,00
69	3.3.90.39.26.00.00.00.0679	Serviços de Transporte Escolar		20.868,16	105.057,62		20.868,16	105.057,62	0,00
69	3.3.90.39.69.00.00.00.0679	seguros em Geral		0,00	772,80		0,00	772,80	0,00
69	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj		593,45	11.068,34		593,45	11.068,34	0,00
69	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		1.344,64	7.397,43		1.344,64	7.397,43	0,00
69	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço		104,00	684,00		104,00	684,00	0,00
	12.361.0010.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CON'		254.000,00	31.747,80	31.747,80	222.252,20	31.747,80	31.747,80	0,00
70	3.3.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicacoes Diretas		31.747,80	31.747,80		31.747,80	31.747,80	0,00
70	3.3.90.34.01.00.00.00.0022	Substituição de Mão-de-obra (LR		9.524,34	9.524,34		9.524,34	9.524,34	0,00
70	3.3.90.39.26.00.00.00.0022	Serviços de Transporte Escolar		22.223,46	22.223,46		22.223,46	22.223,46	0,00
	12.361.0010.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDU		272.532,44	28.544,40	175.202,80	97.329,64	28.544,40	175.202,80	0,00
71	3.3.90.00.00.00.00.00.0058	Aplicacoes Diretas		28.544,40	150.412,97		28.544,40	150.412,97	0,00
167	3.3.90.00.00.00.00.00.0602	Aplicacoes Diretas		0,00	24.789,83		0,00	24.789,83	0,00
71	3.3.90.30.01.00.00.00.0058	Combustíveis e Lubrificantes Aut		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
71	3.3.90.34.01.00.00.00.0058	Substituição de Mão-de-obra (LR		8.563,32	45.544,44		8.563,32	45.544,44	0,00
167	3.3.90.34.01.00.00.00.0602	Substituição de Mão-de-obra (LR		0,00	7.436,94		0,00	7.436,94	0,00
71	3.3.90.39.26.00.00.00.0058	Serviços de Transporte Escolar		19.981,08	104.868,53		19.981,08	104.868,53	0,00
167	3.3.90.39.26.00.00.00.0602	Serviços de Transporte Escolar		0,00	17.352,89		0,00	17.352,89	0,00
	12.361.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS D		84.938,41	13.165,36	21.169,87	63.768,54	13.165,36	21.169,87	0,00
72	3.3.90.00.00.00.00.00.0061	Aplicacoes Diretas		13.165,36	13.165,36		13.165,36	13.165,36	0,00
168	3.3.90.00.00.00.00.00.0686	Aplicacoes Diretas		0,00	8.004,51		0,00	8.004,51	0,00
72	3.3.90.34.01.00.00.00.0061	Substituição de Mão-de-obra (LR		3.949,60	3.949,60		3.949,60	3.949,60	0,00
168	3.3.90.34.01.00.00.00.0686	Substituição de Mão-de-obra (LR		0,00	3.079,93		0,00	3.079,93	0,00
72	3.3.90.39.26.00.00.00.0061	Serviços de Transporte Escolar		9.215,76	9.215,76		9.215,76	9.215,76	0,00
168	3.3.90.39.26.00.00.00.0686	Serviços de Transporte Escolar		0,00	4.924,58		0,00	4.924,58	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12.361 Ensino Fundamental	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		0501.12.361.0010 EDUCAÇÃO TRANSFORMAÇÃO	4.872.028,82	423.427,43	1.866.083,48	3.005.945,34	372.371,96	1.800.754,98	65.328,50
		12.361.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS D	84.938,41	13.165,36	21.169,87	63.768,54	13.165,36	21.169,87	0,00
168	3.3.90.39.26.00.00.00.0686	Serviços de Transporte Escolar		0,00	4.924,58		0,00	4.924,58	0,00
		0501.12.362 Ensino Médio	84.281,95	5.014,20	5.469,04	78.812,91	3.484,86	3.939,70	1.529,34
		0501.12.362.0011 OPORTUNIZAR E APOIAR O EN	84.281,95	5.014,20	5.469,04	78.812,91	3.484,86	3.939,70	1.529,34
		12.362.0011.2.026 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉ	22.000,00	1.529,34	1.984,18	20.015,82	0,00	454,84	1.529,34
73	3.3.50.00.00.00.00.00.0679	Transferências a Instituições Pri	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
74	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	2.000,00	1.529,34	1.984,18	15,82	0,00	454,84	1.529,34
74	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		1.529,34	1.529,34		0,00	0,00	1.529,34
74	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		0,00	26,70		0,00	26,70	0,00
74	3.3.90.39.47.00.00.00.0679	Serviços de Comunicação em Gê		0,00	428,14		0,00	428,14	0,00
		12.362.0011.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPOR	62.281,95	3.484,86	3.484,86	58.797,09	3.484,86	3.484,86	0,00
75	3.3.90.00.00.00.00.00.0061	Aplicacoes Diretas	15.710,90	3.484,86	3.484,86	12.226,04	3.484,86	3.484,86	0,00
76	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
169	3.3.90.00.00.00.00.00.0686	Aplicacoes Diretas	1.571,05	0,00	0,00	1.571,05	0,00	0,00	0,00
75	3.3.90.34.01.00.00.00.0061	Substituição de Mão-de-obra (LR		1.195,20	1.195,20		1.195,20	1.195,20	0,00
169	3.3.90.34.01.00.00.00.0686	Substituição de Mão-de-obra (LR		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
75	3.3.90.39.26.00.00.00.0061	Serviços de Transporte Escolar		2.289,66	2.289,66		2.289,66	2.289,66	0,00
		0501.12.364 Ensino Superior	180.500,00	13.861,80	46.753,74	133.746,26	13.861,80	46.753,74	0,00
		0501.12.364.0012 INCENTIVO AOS UNIVERSITÁF	180.500,00	13.861,80	46.753,74	133.746,26	13.861,80	46.753,74	0,00
		12.364.0012.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE	180.500,00	13.861,80	46.753,74	133.746,26	13.861,80	46.753,74	0,00
77	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	180.500,00	13.861,80	46.753,74	133.746,26	13.861,80	46.753,74	0,00
77	3.3.90.39.26.00.00.00.0679	Serviços de Transporte Escolar		13.861,80	46.753,74		13.861,80	46.753,74	0,00
		0501.12.365 Educação Infantil	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
		0501.12.365.0013 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
		12.365.0013.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E I	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
78	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR#	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.01 DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12 Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
		0501.12.365 Educação Infantil	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
		0501.12.365.0013 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
		12.365.0013.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTC	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
79	4.4.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
		12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO	1.255.443,70	103.057,83	430.549,31	824.894,39	75.946,14	401.527,14	29.022,17
80	3.1.90.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	384.395,00	14.026,54	95.752,26	288.642,74	14.026,54	95.752,26	0,00
81	3.1.90.00.00.00.00.0092	Aplicacoes Diretas	724.055,00	51.653,84	257.331,19	466.723,81	51.653,84	257.331,19	0,00
80	3.1.90.11.01.00.00.0086	vencimentos e salários		10.645,07	70.843,80		10.645,07	70.843,80	0,00
81	3.1.90.11.01.00.00.0092	vencimentos e salários		37.270,60	185.759,16		37.270,60	185.759,16	0,00
80	3.1.90.11.05.00.00.0086	incorporações		246,04	1.230,20		246,04	1.230,20	0,00
81	3.1.90.11.05.00.00.0092	incorporações		704,62	1.279,36		704,62	1.279,36	0,00
81	3.1.90.11.33.00.00.0092	gratificação por exercício de funç		2.968,46	16.449,02		2.968,46	16.449,02	0,00
80	3.1.90.11.37.00.00.0086	gratificação por tempo de serviço		492,23	2.838,77		492,23	2.838,77	0,00
81	3.1.90.11.37.00.00.0092	gratificação por tempo de serviço		996,39	3.885,47		996,39	3.885,47	0,00
80	3.1.90.11.42.00.00.0086	feitas indenizadas		0,00	1.659,32		0,00	1.659,32	0,00
80	3.1.90.11.43.00.00.0086	13º salário		0,00	1.449,03		0,00	1.449,03	0,00
80	3.1.90.13.02.00.00.0086	Contribuições Previdenciárias - II		2.643,20	17.731,14		2.643,20	17.731,14	0,00
81	3.1.90.13.02.00.00.0092	Contribuições Previdenciárias - II		9.713,77	47.677,36		9.713,77	47.677,36	0,00
81	3.1.90.13.03.00.00.0092	Contrib Patronal P/ o Regime Pr		0,00	2.280,82		0,00	2.280,82	0,00
82	3.1.91.00.00.00.00.0086	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	2.800,00	700,40	1.801,41	998,59	700,40	1.801,41	0,00
82	3.1.91.13.03.00.00.0086	Contribuição Patronal Para o Reg		700,40	1.801,41		700,40	1.801,41	0,00
83	3.3.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	115.000,00	30.392,72	60.834,01	54.165,99	9.585,36	38.096,17	22.737,84
173	3.3.90.00.00.00.00.0687	Aplicacoes Diretas	29.193,70	6.284,33	14.830,44	14.363,26	0,00	8.546,11	6.284,33
83	3.3.90.30.04.00.00.0679	Gás Engarrafado		420,00	1.050,00		420,00	1.050,00	0,00
83	3.3.90.30.16.00.00.0679	Material de Expediente		15.484,08	15.484,08		0,00	0,00	15.484,08
173	3.3.90.30.16.00.00.0687	Material de Expediente		6.284,33	6.284,33		0,00	0,00	6.284,33
173	3.3.90.30.20.00.00.0687	Material de Cama, Mesa e Banhc		0,00	559,50		0,00	559,50	0,00
173	3.3.90.30.21.00.00.0687	Material de Copa e Cozinha		0,00	4.186,61		0,00	4.186,61	0,00
83	3.3.90.30.22.00.00.0679	Material de Limpeza e Produção ,		0,00	13.172,47		0,00	13.172,47	0,00
83	3.3.90.30.26.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico		0,00	90,00		0,00	90,00	0,00
83	3.3.90.30.99.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		3.070,10	3.820,52		1.990,10	2.740,52	1.080,00
83	3.3.90.39.05.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		1.909,00	4.952,20		1.909,00	4.952,20	0,00
173	3.3.90.39.05.00.00.0687	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	3.800,00		0,00	3.800,00	0,00
83	3.3.90.39.16.00.00.0679	Manutenção e Conservação de B		0,00	730,00		0,00	730,00	0,00
83	3.3.90.39.43.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		1.795,11	4.547,58		1.295,11	3.047,58	1.500,00
83	3.3.90.39.47.00.00.0679	Serviços de Comunicação em G		0,00	604,39		0,00	604,39	0,00
83	3.3.90.39.52.00.00.0679	Serviços de Reabilitação Profissi		3.600,00	3.600,00		0,00	0,00	3.600,00
83	3.3.90.39.58.00.00.0679	Serviços de Telecomunicações		0,00	680,64		56,72	226,88	453,76
83	3.3.90.39.90.00.00.0679	Serviços de Publicidade Legal		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
83	05	SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.082,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
83	05.01	DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
83	0501.12	Educação	6.660.119,60	565.277,06	2.421.833,51	4.238.286,09	485.580,56	2.325.953,50	95.880,01
83	0501.12.365	Educação Infantil	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
83	0501.12.365.0013	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.325.184,43	103.057,83	430.549,31	894.635,12	75.946,14	401.527,14	29.022,17
83	12.365.0013.2.029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO	1.255.443,70	103.057,83	430.549,31	824.894,39	75.946,14	401.527,14	29.022,17
83	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pr		1.382,35	3.658,01		1.162,35	3.038,01	620,00
83	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		2.651,08	8.083,12		2.651,08	8.083,12	0,00
83	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib. Previdenciária S/ Serviço		81,00	361,00		81,00	361,00	0,00
84	12.365.0013.2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPOR	59.740,73	0,00	0,00	59.740,73	0,00	0,00	0,00
84	3.3.90.00.00.00.00.00.0061	Aplicacoes Diretas	8.855,20	0,00	0,00	8.855,20	0,00	0,00	0,00
85	3.3.90.00.00.00.00.00.0086	Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
170	3.3.90.00.00.00.00.00.0686	Aplicacoes Diretas	885,53	0,00	0,00	885,53	0,00	0,00	0,00
84	3.3.90.39.26.00.00.00.0061	Serviços de Transporte Escolar		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
86	0501.12.367	Educação Especial	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
86	0501.12.367.0014	EDUCAÇÃO ESPECIAL	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
86	12.367.0014.2.031	APOIO A APAE	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
86	3.3.50.00.00.00.00.00.0679	Transferencias a Instituicoes Pri	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
87	05	02 DEPARTAMENTO DE CULTUR	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
87	0502.13	Cultura	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
87	0502.13.392	Difusão Cultural	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
87	0502.13.392.0015	CULTURA	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
87	13.392.0015.2.032	MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	123.655,00	13.420,10	49.515,02	74.139,98	9.745,24	41.466,16	8.048,86
87	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	48.055,00	4.701,54	23.417,34	24.637,66	4.701,54	23.417,34	0,00
87	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários		3.537,77	17.623,71		3.537,77	17.623,71	0,00
87	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações		115,75	575,33		115,75	575,33	0,00
87	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		162,05	805,47		162,05	805,47	0,00
87	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II		885,97	4.412,83		885,97	4.412,83	0,00
88	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	1.500,00	74,82	340,59	1.159,41	74,82	340,59	0,00
88	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reç		4.633,41	20.974,18		4.633,41	20.974,18	0,00
178	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	53.100,00	4.633,41	4.782,91	48.317,09	4.633,41	4.782,91	4.227,77
89	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	21.000,00	4.010,33	20.974,18	25,82	4.563,24	17.153,09	3.821,09
178	3.3.90.30.07.00.00.00.0110	Gêneros de Alimentação		0,00	104,50		0,00	104,50	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 18

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR#	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.02 DEPARTAMENTO DE CULTUR#	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
		0502.13 Cultura	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
		0502.13.392 Difusão Cultural	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
		0502.13.392.0015 CULTURA	225.805,00	13.420,10	50.184,32	175.620,68	9.745,24	42.135,46	8.048,86
		13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	123.655,00	13.420,10	49.515,02	74.139,98	9.745,24	41.466,16	8.048,86
89	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		16,00	16,00		16,00	16,00	0,00
178	3.3.90.30.16.00.00.00.0110	Material de Expediente		2.659,77	2.659,77		0,00	0,00	2.659,77
89	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		709,03	709,03		0,00	0,00	709,03
178	3.3.90.30.21.00.00.00.0110	Material de Copa e Cozinha		0,00	45,00		0,00	45,00	0,00
89	3.3.90.30.22.00.00.00.0679	Material de Limpeza e Produção		0,00	491,22		0,00	491,22	0,00
89	3.3.90.30.24.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Ber		0,00	3.000,00		0,00	3.000,00	0,00
89	3.3.90.30.31.00.00.00.0679	Sementes, Mudanças de Plantas e li		0,00	1.106,00		0,00	1.106,00	0,00
89	3.3.90.30.39.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		157,00	1.791,40		157,00	1.791,40	0,00
178	3.3.90.39.05.00.00.00.0110	Serviços Técnicos Profissionais		1.168,00	1.168,00		0,00	0,00	1.168,00
89	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		2.897,50	9.901,00		3.951,50	6.821,00	3.080,00
89	3.3.90.39.16.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de B		0,00	826,50		0,00	826,50	0,00
178	3.3.90.39.43.00.00.00.0110	Serviços de Energia Elétrica		500,04	500,04		100,04	100,04	400,00
89	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		0,00	627,98		200,00	627,98	0,00
89	3.3.90.39.47.00.00.00.0679	Serviços de Comunicação em Gê		206,68	1.001,05		206,68	1.001,05	0,00
89	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - P		24,12	480,30		32,06	448,24	32,06
178	3.3.90.46.01.00.00.00.0110	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		305,60	305,60		305,60	305,60	0,00
89	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		0,00	840,40		0,00	840,40	0,00
89	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contribuição Previdenciária S/ Serviço		0,00	183,30		0,00	183,30	0,00
		13.392.0015.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS	90.000,00	0,00	669,30	89.330,70	0,00	669,30	0,00
90	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas		0,00	669,30		0,00	669,30	0,00
90	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		0,00	404,30		0,00	404,30	0,00
90	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - P		0,00	265,00		0,00	265,00	0,00
		13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPO	12.150,00	0,00	0,00	12.150,00	0,00	0,00	0,00
91	3.3.50.00.00.00.00.00.0679	Transferencias a Instituições P	12.150,00	0,00	0,00	12.150,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTUR	7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.082,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
		05.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE	463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
		0503.27 Desporto e Lazer	463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
		0503.27.812 Desporto Comunitário	463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
		0503.27.812.0016 MAIS ESPORTE PARA ÁGUA DOCE	463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
		27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E	5.850,00	0,00	5.850,00	0,00	0,00	5.850,00	0,00
162	4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	850,00	0,00	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00
92	4.4.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
162	4.4.90.51.99.00.00.00.0110	Outras Obras e Instalações	0,00	0,00	850,00	0,00	0,00	850,00	0,00
92	4.4.90.51.99.00.00.00.0679	Outras Obras e Instalações	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
		27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	353.315,00	28.700,08	150.677,98	202.637,02	29.556,80	149.624,22	1.053,76
93	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	299.815,00	25.604,33	125.686,43	174.128,57	25.604,33	125.686,43	0,00
93	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários	19.431,15	19.431,15	95.228,95	19.431,15	19.431,15	95.228,95	0,00
93	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações	392,80	392,80	1.964,00	392,80	392,80	1.964,00	0,00
93	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço	965,97	965,97	4.829,85	965,97	965,97	4.829,85	0,00
93	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II	4.814,41	4.814,41	23.663,63	4.814,41	4.814,41	23.663,63	0,00
94	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	567,49	567,49	2.780,06	6.219,94	567,49	2.780,06	0,00
94	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg	567,49	567,49	2.780,06	6.219,94	567,49	2.780,06	0,00
95	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	44.500,00	2.528,26	22.211,49	22.288,51	3.384,98	21.157,73	1.053,76
95	3.3.90.30.22.00.00.00.0679	Material de Limpeza e Produção	0,00	0,00	2.926,78	0,00	0,00	2.926,78	0,00
95	3.3.90.30.26.00.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	416,50	0,00	0,00	416,50	0,00
95	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo	79,68	79,68	2.152,68	79,68	79,68	2.152,68	0,00
95	3.3.90.36.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj	0,00	0,00	470,00	0,00	0,00	470,00	0,00
95	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais	170,00	170,00	5.730,00	170,00	170,00	5.730,00	0,00
95	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica	844,53	844,53	4.032,65	1.744,53	1.744,53	3.932,65	100,00
95	3.3.90.39.47.00.00.00.0679	Serviços de Comunicação em G	72,76	72,76	366,60	72,76	72,76	366,60	0,00
95	3.3.90.39.58.00.00.00.0679	Serviços de Telecomunicações	0,00	0,00	680,64	0,00	0,00	680,64	0,00
95	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj	272,97	272,97	1.269,72	172,97	172,97	769,72	453,76
95	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	1.054,32	1.054,32	4.033,92	1.054,32	1.054,32	4.033,92	500,00
95	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço	34,00	34,00	142,00	34,00	34,00	142,00	0,00
		27.812.0016.2.037 MANUTENÇÃO DA C.M.E	104.200,00	2.087,20	23.680,88	80.519,12	7.911,20	20.518,88	3.162,00
179	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	18.200,00	2.293,20	11.016,40	7.183,60	2.527,20	9.144,40	1.872,00
96	3.3.90.30.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	86.000,00	-206,00	12.664,48	73.335,52	5.384,00	11.374,48	1.290,00
96	3.3.90.30.20.00.00.00.0679	Material de Cama, Mesa e Banh	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	140,00	0,00
96	3.3.90.30.21.00.00.00.0679	Material de Copa e Cozinha	0,00	0,00	285,46	0,00	0,00	285,46	0,00
96	3.3.90.30.96.00.00.00.0679	Materiais de Consumo - Pagame	-206,00	-206,00	1.959,00	-206,00	-206,00	1.959,00	0,00
96	3.3.90.31.04.00.00.00.0679	Premiações Desportivas	0,00	0,00	1.900,02	0,00	0,00	1.900,02	0,00
179	3.3.90.36.06.00.00.00.0110	Serviços Técnicos Profissionais	1.872,00	1.872,00	6.084,00	2.106,00	2.106,00	4.212,00	1.872,00
96	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais	0,00	0,00	6.880,00	5.590,00	5.590,00	5.590,00	1.290,00
96	3.3.90.39.27.00.00.00.0679	Locação de Veículos Para Locor	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
179	3.3.90.39.99.00.00.00.0110	Outros Serviços de Terceiros - Pj	0,00	0,00	4.090,00	4.090,00	0,00	4.090,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA		7.349.289,60	609.484,44	2.652.226,69	4.697.062,91	532.793,80	2.544.082,06	108.144,63
05.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE		463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
0503.27 Desporto e Lazer		463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
0503.27.812 Desporto Comunitário		463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
0503.27.812.0016 MAIS ESPORTE PARA ÁGUA DOCE		463.365,00	30.787,28	180.208,86	283.156,14	37.468,00	175.993,10	4.215,76
27.812.0016.2.037 MANUTENÇÃO DA C.M.E		104.200,00	2.087,20	23.680,88	80.519,12	7.911,20	20.518,88	3.162,00
3.3.90.47.18.00.00.00.0110 Contrib Previdenciária S/ Serviço			421,20	842,40		421,20	842,40	0,00
179								

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
97	07 SEC RETARIA DA INDÚSTRIA C		62.600,00	4.533,81	20.953,95	41.646,05	4.333,81	20.203,95	750,00
	07.01 DEPARTAMENTO DE INDÚSTR		6.000,00	0,00	122,00	5.878,00	0,00	122,00	0,00
	0701.22 Indústria		6.000,00	0,00	122,00	5.878,00	0,00	122,00	0,00
	0701.22.661 Promoção Industrial		6.000,00	0,00	122,00	5.878,00	0,00	122,00	0,00
	0701.22.661.0020 INCENTIVO AO DESENVOLVIM		6.000,00	0,00	122,00	5.878,00	0,00	122,00	0,00
	22.661.0020.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAF		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	22.661.0020.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM		1.000,00	0,00	122,00	878,00	0,00	122,00	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas		1.000,00	0,00	122,00	878,00	0,00	122,00	0,00
	3.3.90.30.07.00.00.0679 Gêneros de Alimentação			0,00	122,00		0,00	122,00	0,00
99	07.02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTR		56.600,00	4.533,81	20.831,95	35.768,05	4.333,81	20.081,95	750,00
	0702.23 Comércio e Serviços		56.600,00	4.533,81	20.831,95	35.768,05	4.333,81	20.081,95	750,00
	0702.23.695 Turismo		56.600,00	4.533,81	20.831,95	35.768,05	4.333,81	20.081,95	750,00
	0702.23.695.0021 TURISMO		56.600,00	4.533,81	20.831,95	35.768,05	4.333,81	20.081,95	750,00
	23.695.0021.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS		7.000,00	910,42	2.920,04	4.079,96	710,42	2.170,04	750,00
	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas		5.000,00	910,42	2.920,04	2.079,96	710,42	2.170,04	750,00
	3.3.90.39.43.00.00.0679 Serviços de Energia Elétrica		2.000,00	910,42	2.920,04	2.000,00	710,42	2.170,04	750,00
	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM		49.600,00	3.623,39	17.911,91	31.688,09	3.623,39	17.911,91	0,00
	3.1.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas		43.300,00	3.470,59	17.514,63	25.785,37	3.470,59	17.514,63	0,00
101	3.1.90.11.01.00.00.0679 vencimentos e salários			1.696,74	10.243,78		1.696,74	10.243,78	0,00
	3.1.90.11.05.00.00.0679 incorporações			780,50	3.122,00		780,50	3.122,00	0,00
	3.1.90.11.37.00.00.0679 gratificação por tempo de serviço			339,35	848,36		339,35	848,36	0,00
	3.1.90.13.02.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II			654,00	3.300,49		654,00	3.300,49	0,00
	3.1.91.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas - Oper Intra-C		1.300,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas		5.000,00	152,80	397,28	4.602,72	152,80	397,28	0,00
	3.3.90.46.01.00.00.0679 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			152,80	397,28		152,80	397,28	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		08 SECRETARIA DE TRANSPORTI	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
		08.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPC	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
		0801.26 Transporte	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
		0801.26.782 Transporte Rodoviário	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
		0801.26.782.0019 ESTRADAS VICINAIS	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
		26.782.0019.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO	63.000,00	0,00	825,00	62.175,00	0,00	825,00	0,00
104	3.3.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	825,00	9.175,00	0,00	825,00	0,00
104	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	825,00	0,00	0,00	825,00	0,00
105	4.4.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00
		26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPC	1.367.367,00	92.107,39	523.834,28	843.532,72	69.334,27	457.474,73	66.359,55
106	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	611.662,00	31.066,28	217.895,29	383.766,71	31.066,28	217.895,29	0,00
106	3.1.90.11.01.00.00.00.00.0679	vencimentos e salários	18.101,02	18.101,02	154.283,64	18.101,02	18.101,02	154.283,64	0,00
106	3.1.90.11.05.00.00.00.00.0679	incorporações	296,92	296,92	1.597,73	296,92	296,92	1.597,73	0,00
106	3.1.90.11.37.00.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço	4.321,79	4.321,79	19.650,18	4.321,79	4.321,79	19.650,18	0,00
106	3.1.90.13.02.00.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - IIR	7.940,09	7.940,09	41.025,32	7.940,09	7.940,09	41.025,32	0,00
106	3.1.90.16.01.00.00.00.00.0679	Outras Despesas Variáveis - Pes	406,46	406,46	1.338,42	406,46	406,46	1.338,42	0,00
107	3.1.91.00.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-C	18.350,00	906,61	5.043,16	13.306,84	906,61	5.043,16	0,00
107	3.1.91.13.03.00.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg	0,00	906,61	5.043,16	0,00	906,61	5.043,16	0,00
108	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	12.355,00	0,00	0,00	12.354,72	0,00	0,00	0,00
108	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	720.000,00	60.134,50	300.895,55	419.104,45	37.361,38	234.536,00	66.359,55
109	3.3.90.30.01.00.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut	0,00	19.297,85	116.552,76	0,00	20.481,28	116.552,76	0,00
109	3.3.90.30.04.00.00.00.00.0679	Gás Engarrafado	0,00	0,00	109,60	0,00	0,00	109,60	0,00
109	3.3.90.30.05.00.00.00.00.0679	Explosivos e Munições	0,00	0,00	306,90	0,00	0,00	306,90	0,00
109	3.3.90.30.07.00.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação	246,65	246,65	5.433,19	246,65	246,65	5.433,19	0,00
109	3.3.90.30.10.00.00.00.00.0679	Material Odontológico	0,00	0,00	88,20	0,00	0,00	88,20	0,00
109	3.3.90.30.16.00.00.00.00.0679	Material de Expediente	82,00	82,00	150,00	82,00	82,00	150,00	0,00
109	3.3.90.30.26.00.00.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico	0,00	0,00	47,00	0,00	0,00	47,00	0,00
109	3.3.90.30.39.00.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí	5.224,97	5.224,97	86.382,54	5.224,97	5.224,97	45.882,54	40.500,00
109	3.3.90.30.44.00.00.00.00.0679	Material de Sinalização Visual e F	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	545,00	0,00
109	3.3.90.30.99.00.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo	793,13	793,13	15.695,94	625,58	625,58	15.528,39	167,55
109	3.3.90.34.01.00.00.00.00.0679	Substituição de Mão-de-obra (LR	4.640,00	4.640,00	4.640,00	0,00	0,00	0,00	4.640,00
109	3.3.90.36.20.00.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00
109	3.3.90.39.05.00.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais	1.448,00	1.448,00	2.986,00	724,00	724,00	2.262,00	724,00
109	3.3.90.39.19.00.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V	7.505,00	7.505,00	36.013,02	7.640,00	7.640,00	34.325,02	1.688,00
109	3.3.90.39.43.00.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica	56,48	56,48	329,94	56,48	56,48	249,94	80,00
109	3.3.90.39.64.00.00.00.00.0679	Telefonia Móvel	93,58	93,58	634,15	93,58	93,58	634,15	0,00
109	3.3.90.39.69.00.00.00.00.0679	seguros em Geral	117,51	0,00	117,51	0,00	0,00	117,51	0,00
109	3.3.90.39.90.00.00.00.00.0679	Serviços de Publicidade Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	3.3.90.39.99.00.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pi	18.560,00	18.560,00	20.268,48	0,00	0,00	1.708,48	18.560,00
109	3.3.90.46.01.00.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	10.413,32	2.146,84	10.413,32	2.146,84	2.146,84	10.413,32	0,00
108	3.3.90.47.12.00.00.00.00.00.0679	Contribuição Para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	3.3.90.47.18.00.00.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço	40,00	40,00	92,00	40,00	40,00	92,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	08 SECRETARIA DE TRANSPORTI	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
	08.01 DEPARTAMENTO DE TRANSPC	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
	0801.26 Transporte	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
	0801.26.782 Transporte Rodoviário	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
	0801.26.782.0019 ESTRADAS VICINAIS	1.430.367,00	92.107,39	524.659,28	905.707,72	69.334,27	458.299,73	66.359,55
	26.782.0019.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPC	1.367.367,00	92.107,39	523.834,28	843.532,72	69.334,27	457.474,73	66.359,55
110	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		12 FUNDO MUN DOS DIREITOS D	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
		12.01 FUNDO MUN DOS DIREITOS D	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
		1201.08 Assistência Social	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
		1201.08.243 Assistência à Criança e ao Adoles	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
		1201.08.243.0023 DIREITOS DA CRIANÇA E ADO	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
		08.243.0023 2.039 MANUTENÇÃO DO FUNDO DO	229.017,32	7.779,27	52.087,54	176.929,78	1.869,27	33.848,27	18.239,27
186	3.3.50.00.00.00.00.00.0110	Transferencias a Instituicoes Pri	52.565,00	6.419,27	12.838,54	39.726,46	509,27	509,27	12.329,27
111	3.3.50.00.00.00.00.00.0621	Transferencias a Instituicoes Pri	54.000,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00
112	3.3.50.00.00.00.00.00.0679	Transferencias a Instituicoes Pri	19.000,00	0,00	13.790,00	5.210,00	0,00	7.880,00	5.910,00
186	3.3.50.43.99.00.00.00.0110	Outras Subvenções Sociais		6.419,27	12.838,54		509,27	509,27	12.329,27
112	3.3.50.43.99.00.00.00.0679	Outras Subvenções Sociais		0,00	13.790,00		0,00	7.880,00	5.910,00
174	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	21.720,00	0,00	21.720,00	0,00	0,00	21.720,00	0,00
113	3.3.90.00.00.00.00.00.0621	Aplicacoes Diretas	55.735,00	1.360,00	3.739,00	51.986,00	1.360,00	3.739,00	0,00
114	3.3.90.00.00.00.00.00.0623	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
113	3.3.90.30.16.00.00.00.0621	Material de Expediente		800,00	800,00		800,00	800,00	0,00
113	3.3.90.30.99.00.00.00.0621	Outros Materiais de Consumo		560,00	560,00		560,00	560,00	0,00
113	3.3.90.39.05.00.00.00.0621	Servicos Técnicos Profissionais		0,00	2.000,00		0,00	2.000,00	0,00
113	3.3.90.39.99.00.00.00.0621	Outros Serviços de Terceiros - P		0,00	379,00		0,00	379,00	0,00
174	3.3.90.92.43.00.00.00.0110	Subvenções Sociais		0,00	21.720,00		0,00	21.720,00	0,00
115	4.4.90.00.00.00.00.00.0621	Aplicacoes Diretas	5.997,32	0,00	0,00	5.997,32	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		13 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO C	526.360,00	19.814,77	100.663,21	425.696,79	20.864,77	99.949,25	713,96
		13.01 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO C	201.000,00	166,10	188,60	200.811,40	166,10	188,60	0,00
		1301.16 Habitação	201.000,00	166,10	188,60	200.811,40	166,10	188,60	0,00
		1301.16.481 Habitação Rural	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
		1301.16.481.0024 HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SC	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
		16.481.0024.1.003 CONSTRUÇÃO DE CASAS POB	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
116		4.4.90.00.00.00.00.0109 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
188		4.4.90.00.00.00.00.0110 Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1301.16.482 Habitação Urbana	151.000,00	166,10	188,60	150.811,40	166,10	188,60	0,00
		1301.16.482.0024 HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SC	151.000,00	166,10	188,60	150.811,40	166,10	188,60	0,00
		16.482.0024.1.001 AQUISIÇÃO DE TERRENOS - H	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
117		4.4.90.00.00.00.00.0109 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
		16.482.0024.1.002 CONSTRUÇÃO DE CASA POPL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
118		4.4.90.00.00.00.00.0109 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
189		4.4.90.00.00.00.00.0110 Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MU	1.000,00	166,10	188,60	811,40	166,10	188,60	0,00
119		3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	1.000,00	166,10	188,60	811,40	166,10	188,60	0,00
119		3.3.90.39.81.00.00.00.0679 Serviços Bancários		0,00	22,50		0,00	22,50	0,00
119		3.3.90.39.90.00.00.00.0679 Serviços de Publicidade Legal		166,10	166,10		166,10	166,10	0,00
		13.02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇ	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08 Assistência Social	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08.244 Assistência Comunitária	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08.244.0024 HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SC	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
120		3.1.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	289.670,00	15.540,21	81.348,39	208.321,61	15.540,21	81.348,39	0,00
120		3.1.90.11.01.00.00.00.0679 vencimentos e salários		9.617,90	50.045,69		9.617,90	50.045,69	0,00
120		3.1.90.11.05.00.00.00.0679 incorporações		1.375,56	6.528,24		1.375,56	6.528,24	0,00
120		3.1.90.11.37.00.00.00.0679 gratificação por tempo de serviço		1.618,31	8.091,55		1.618,31	8.091,55	0,00
120		3.1.90.11.42.00.00.00.0679 férias indenizadas		0,00	1.667,64		0,00	1.667,64	0,00
120		3.1.90.13.02.00.00.00.0679 Contribuições Previdenciárias - II		2.928,44	15.015,27		2.928,44	15.015,27	0,00
121		3.1.91.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas - Oper Intra-C	8.690,00	324,31	1.912,77	6.777,23	324,31	1.912,77	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		13 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO E	526.360,00	19.814,77	100.663,21	425.696,79	20.864,77	99.949,25	713,96
		13.02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇ	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08 Assistência Social	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08.244 Assistência Comunitária	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		1302.08.244.0024 HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SC	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
		08.244.0024 2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE	325.360,00	19.648,67	100.474,61	224.885,39	20.698,67	99.760,65	713,96
121	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg		324,31	1.912,77		324,31	1.912,77	0,00
122	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas		3.784,15	17.213,45	7.786,55	4.834,15	16.499,49	713,96
122	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustiveis e Lubrificantes Aut	25.000,00	665,57	3.834,82		665,57	3.834,82	0,00
122	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		0,00	40,00		0,00	40,00	0,00
122	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		79,90	79,90		79,90	79,90	0,00
122	3.3.90.30.39.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí		0,00	1.706,07		0,00	1.634,07	72,00
122	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		60,00	60,00		60,00	60,00	0,00
122	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V		1.320,00	3.751,00		2.420,00	3.751,00	0,00
122	3.3.90.39.43.00.00.00.0679	Serviços de Energia Elétrica		516,85	2.117,18		466,85	1.617,18	500,00
122	3.3.90.39.64.00.00.00.0679	Telefonia Móvel		223,87	1.258,40		223,87	1.258,40	0,00
122	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pi		141,96	709,80		141,96	567,84	141,96
122	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		764,00	3.644,28		764,00	3.644,28	0,00
122	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço		12,00	12,00		12,00	12,00	0,00
123	4.4.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 27

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	14 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
	14.01 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
	1401.17 Saneamento	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
	1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
	1401.17.512.0025 SANEAMENTO URBANO	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
	17.512.0025.2.047 MANUTENÇÃO DO FUNDO MU	97.458,00	0,00	28.745,80	68.712,20	0,00	28.745,80	0,00
124	3.3.90.00.00.00.00.00.0211 Aplicacoes Diretas	33.720,00	0,00	7,80	33.712,20	0,00	7,80	0,00
181	3.3.90.00.00.00.00.00.0645 Aplicacoes Diretas	28.738,00	0,00	28.738,00	0,00	0,00	28.738,00	0,00
124	3.3.90.39.81.00.00.00.0211 Serviços Bancários	0,00	0,00	7,80	0,00	0,00	7,80	0,00
124	3.3.90.92.39.00.00.00.0211 Outros Serviços de Terceiros – P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	3.3.90.92.39.00.00.00.0645 Outros Serviços de Terceiros – P	0,00	0,00	28.738,00	0,00	0,00	28.738,00	0,00
125	4.4.90.00.00.00.00.00.0211 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
126	4.4.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	15 FUNDO DE DESENVOLVIMENT	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	15.01 FUNDO DE DESENVOLVIMENT	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	1501.22 Indústria	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	1501.22.661 Promoção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	1501.22.661.0022 DESENVOLVIMENTO ECONÔM	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
	22.661.0022.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
127	4.4.90.00.00.00.00.0679 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 29

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		16 DEFESA CIVIL	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
		16.01 DEFESA CIVIL	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
		1601.06 Segurança Pública	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
		1601.06.182 Defesa Civil	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
		1601.06.182.0026 DEFESA CIVIL	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
		06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. C	241.750,00	15.606,08	129.623,33	112.126,67	16.022,80	126.289,57	3.333,76
128	3.1.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	69.150,00	11.610,89	44.748,63	24.401,37	11.610,89	44.748,63	0,00
128	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários		7.464,80	27.075,36		7.464,80	27.075,36	0,00
128	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações		0,00	302,08		0,00	302,08	0,00
128	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		0,00	377,60		0,00	377,60	0,00
128	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - IIR		2.187,99	8.432,56		2.187,99	8.432,56	0,00
128	3.1.90.16.01.00.00.00.0679	Outras Despesas Variáveis - Pes		1.958,10	8.561,03		1.958,10	8.561,03	0,00
129	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	2.100,00	156,60	744,39	1.355,61	156,60	744,39	0,00
129	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reç		156,60	744,39		156,60	744,39	0,00
130	3.3.90.00.00.00.00.0213	Aplicacoes Diretas	32.350,00	3.227,39	16.359,86	15.990,14	3.644,11	13.026,10	3.333,76
131	3.3.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	113.150,00	611,20	66.991,45	46.158,55	611,20	66.991,45	0,00
130	3.3.90.30.01.00.00.00.0213	Combustíveis e Lubrificantes Aut		783,95	869,75		783,95	869,75	0,00
131	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut		0,00	7.262,21		0,00	7.262,21	0,00
130	3.3.90.30.07.00.00.00.0213	Gêneros de Alimentação		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
130	3.3.90.30.26.00.00.00.0213	Material Elétrico e Eletrônico		427,70	447,50		427,70	447,50	0,00
130	3.3.90.30.28.00.00.00.0213	Material de Proteção e Segurança		0,00	91,00		0,00	91,00	0,00
130	3.3.90.30.39.00.00.00.0213	Material para Manutenção de Veí		260,00	3.597,72		260,00	3.597,72	0,00
130	3.3.90.30.44.00.00.00.0213	Material de Sinalização Visual e A		275,00	275,00		275,00	275,00	0,00
131	3.3.90.30.44.00.00.00.0679	Material de Sinalização Visual e A		0,00	5.434,00		0,00	5.434,00	0,00
130	3.3.90.30.99.00.00.00.0213	Outros Materiais de Consumo		1.284,35	2.836,35		1.284,35	2.836,35	0,00
131	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		0,00	17.835,40		0,00	17.835,40	0,00
130	3.3.90.39.05.00.00.00.0213	Serviços Técnicos Profissionais		45,00	308,50		45,00	308,50	0,00
131	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	29.850,00		0,00	29.850,00	0,00
130	3.3.90.39.19.00.00.00.0213	Manutenção e Conservação de V		0,00	1.607,00		0,00	1.607,00	0,00
131	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V		0,00	1.000,00		0,00	1.000,00	0,00
130	3.3.90.39.58.00.00.00.0213	Serviços de Telecomunicações		0,00	680,64		56,72	226,88	453,76
130	3.3.90.39.64.00.00.00.0213	Telefonia Móvel		50,29	389,74		50,29	389,74	0,00
130	3.3.90.39.81.00.00.00.0213	Serviços Bancários		101,10	569,03		101,10	569,03	0,00
130	3.3.90.39.90.00.00.00.0213	Serviços de Publicidade Legal		0,00	146,11		0,00	146,11	0,00
130	3.3.90.39.99.00.00.00.0213	Outros Serviços de Terceiros - Pj		0,00	4.497,12		360,00	1.617,12	2.880,00
131	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pj		0,00	2.890,00		0,00	2.890,00	0,00
131	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		611,20	2.719,84		611,20	2.719,84	0,00
130	3.3.90.47.18.00.00.00.0213	Contrib Previdenciária S/ Serviço		0,00	44,40		0,00	44,40	0,00
132	4.4.90.00.00.00.00.0213	Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	779,00	24.221,00	0,00	779,00	0,00
132	4.4.90.52.34.00.00.00.0213	Máquinas, Utensílios e Equipame		0,00	779,00		0,00	779,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		17 SECRETARIA DE URBANISMO	4.486.456,64	127.539,60	675.178,78	3.811.277,86	124.695,36	583.386,47	91.792,31
		17.01 DEPARTAMENTO DE URBANIS	4.486.456,64	127.539,60	675.178,78	3.811.277,86	124.695,36	583.386,47	91.792,31
		1701.06 Segurança Pública	13.200,00	20,00	3.794,53	9.405,47	20,00	3.794,53	0,00
		1701.06.181 Policiamento	13.200,00	20,00	3.794,53	9.405,47	20,00	3.794,53	0,00
		1701.06.181.0017 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBL	13.200,00	20,00	3.794,53	9.405,47	20,00	3.794,53	0,00
		06.181.0017.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO	13.200,00	20,00	3.794,53	9.405,47	20,00	3.794,53	0,00
133	3.3.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	13.200,00	20,00	3.794,53	9.405,47	20,00	3.794,53	0,00
133	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut	0,00	0,00	402,02	0,00	0,00	402,02	0,00
133	3.3.90.30.09.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí	15,00	15,00	1.551,39	0,00	15,00	1.551,39	0,00
133	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V	5,00	5,00	1.664,00	0,00	5,00	1.664,00	0,00
133	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - P	0,00	0,00	177,12	0,00	0,00	177,12	0,00
		1701.15 Urbanismo	4.473.256,64	127.519,60	671.384,25	3.801.872,39	124.675,36	579.591,94	91.792,31
		1701.15.451 Infra-Estrutura Urbana	2.383.914,73	3.105,81	16.067,67	2.367.847,06	3.105,81	16.067,67	0,00
		1701.15.451.0018 URBANISMO –ATIVIDADE DE C	2.383.914,73	3.105,81	16.067,67	2.367.847,06	3.105,81	16.067,67	0,00
		15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO,ABERTURA E	2.383.914,73	3.105,81	16.067,67	2.367.847,06	3.105,81	16.067,67	0,00
184	3.3.90.00.00.00.00.0109	Aplicacoes Diretas	6.642,58	0,00	0,00	6.642,58	0,00	0,00	0,00
134	3.3.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	46.352,73	3.105,81	9.425,09	36.927,64	3.105,81	9.425,09	0,00
134	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	6.257,81	0,00	0,00	6.257,81	0,00
134	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais	0,00	0,00	127,28	0,00	0,00	127,28	0,00
134	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - P	0,00	0,00	3.040,00	0,00	0,00	3.040,00	0,00
159	4.4.90.00.00.00.00.00.0683	Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
135	4.4.90.00.00.00.00.0109	Aplicacoes Diretas	1.838.357,42	0,00	6.642,58	1.831.714,84	0,00	6.642,58	0,00
136	4.4.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	192.562,00	0,00	0,00	192.562,00	0,00	0,00	0,00
135	4.4.90.39.99.00.00.00.0109	Outros Serviços de Terceiros - P	0,00	0,00	6.642,58	0,00	0,00	6.642,58	0,00
		1701.15.452 Serviços Urbanos	2.089.341,91	124.413,79	655.316,58	1.434.025,33	121.589,55	563.524,27	91.792,31
		1701.15.452.0017 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBL	1.043.435,91	77.664,32	421.856,83	621.579,08	78.888,95	335.770,07	86.086,76
		15.452.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBL	380.535,00	27.903,09	140.342,33	240.192,67	27.106,52	114.217,22	26.125,11
137	3.1.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	52.750,00	1.590,03	11.603,16	41.146,84	1.590,03	11.603,16	0,00
137	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários	966,74	966,74	7.798,37	0,00	966,74	7.798,37	0,00
137	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço	323,66	323,66	1.618,30	0,00	323,66	1.618,30	0,00
137	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II	299,63	299,63	2.186,49	0,00	299,63	2.186,49	0,00
138	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	1.585,00	58,07	379,28	1.205,72	58,07	379,28	0,00
138	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reg	0,00	58,07	379,28	0,00	58,07	379,28	0,00
139	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	326.200,00	26.254,99	128.359,89	197.840,11	25.458,42	102.234,78	26.125,11
139	3.3.90.34.01.00.00.00.0679	Substituição de Mão-de-obra (LR	6.580,27	6.580,27	32.098,79	0,00	6.580,27	25.518,52	6.580,27
139	3.3.90.39.28.00.00.00.0679	Coleta de Lixo e Demais Residuo	19.544,84	19.544,84	95.340,48	0,00	18.948,91	75.795,64	19.544,84

Demonstrativo da Execução da Despesa Administração Direta

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 33

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		17 SECRETARIA DE URBANISMO	4.486.456,64	127.539,60	675.178,78	3.811.277,86	124.695,36	583.386,47	91.792,31
		17.01 DEPARTAMENTO DE URBANIS	4.486.456,64	127.539,60	675.178,78	3.811.277,86	124.695,36	583.386,47	91.792,31
		1701.15 Urbanismo	4.473.256,64	127.519,60	671.384,25	3.801.872,39	124.675,36	579.591,94	91.792,31
		1701.15.452 Serviços Urbanos	2.089.341,91	124.413,79	655.316,58	1.434.025,33	121.589,55	563.524,27	91.792,31
		1701.15.452.0018 URBANISMO –ATIVIDADE DE C	1.045.906,00	46.749,47	233.459,75	812.446,25	42.680,60	227.754,20	5.705,55
		15.452.0018.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAM	1.034.906,00	41.357,47	227.371,75	807.534,25	41.888,60	226.826,20	545,55
155	3.1.90.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas		31.983,37	165.040,44		31.983,37	165.040,44	0,00
155	3.1.90.11.01.00.00.00.0679	vencimentos e salários	334.700,00	23.294,09	115.770,77	169.659,56	23.294,09	115.770,77	0,00
155	3.1.90.11.05.00.00.00.0679	incorporações		482,42	1.970,95		482,42	1.970,95	0,00
155	3.1.90.11.37.00.00.00.0679	gratificação por tempo de serviço		2.061,95	11.648,92		2.061,95	11.648,92	0,00
155	3.1.90.11.42.00.00.00.0679	ferias indenizadas		0,00	719,24		0,00	719,24	0,00
155	3.1.90.13.02.00.00.00.0679	Contribuições Previdenciárias - II		6.027,05	30.960,13		6.027,05	30.960,13	0,00
155	3.1.90.16.01.00.00.00.0679	Outras Despesas Variáveis - Pes		117,86	3.970,43		117,86	3.970,43	0,00
156	3.1.91.00.00.00.00.00.0679	Aplicações Diretas - Oper Intra-C	10.100,00	504,61	3.365,08	6.734,92	504,61	3.365,08	0,00
156	3.1.91.13.03.00.00.00.0679	Contribuição Patronal Para o Reç		504,61	3.365,08		504,61	3.365,08	0,00
157	3.3.90.00.00.00.00.00.0679	Aplicacoes Diretas	201.250,00	8.869,49	58.966,23	142.283,77	9.400,62	58.420,68	545,55
157	3.3.90.14.14.00.00.00.0679	Diárias no País - Civil		0,00	565,00		0,00	565,00	0,00
157	3.3.90.30.01.00.00.00.0679	Combustíveis e Lubrificantes Aut		2.807,30	19.297,72		3.883,98	19.297,72	0,00
157	3.3.90.30.07.00.00.00.0679	Gêneros de Alimentação		62,00	466,75		62,00	466,75	0,00
157	3.3.90.30.11.00.00.00.0679	Material Químico		0,00	4.462,50		0,00	4.462,50	0,00
157	3.3.90.30.16.00.00.00.0679	Material de Expediente		134,60	403,70		134,60	403,70	0,00
157	3.3.90.30.22.00.00.00.0679	Material de Limpeza e Produção		0,00	124,90		0,00	124,90	0,00
157	3.3.90.30.26.00.00.00.0679	Material Elétrico e Eletrônico		545,55	760,05		0,00	214,50	545,55
157	3.3.90.30.28.00.00.00.0679	Material de Proteção e Segurança		0,00	110,00		0,00	110,00	0,00
157	3.3.90.30.39.00.00.00.0679	Material para Manutenção de Veí		827,00	7.265,40		827,00	7.265,40	0,00
157	3.3.90.30.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Consumo		2.326,83	12.395,61		2.326,83	12.395,61	0,00
157	3.3.90.32.99.00.00.00.0679	Outros Materiais de Distribuição		0,00	650,00		0,00	650,00	0,00
157	3.3.90.39.05.00.00.00.0679	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	40,00		0,00	40,00	0,00
157	3.3.90.39.19.00.00.00.0679	Manutenção e Conservação de V		455,00	3.924,59		455,00	3.924,59	0,00
157	3.3.90.39.28.00.00.00.0679	Coleta de Lixo e Demais Residuc		0,00	300,00		0,00	300,00	0,00
157	3.3.90.39.64.00.00.00.0679	Telefonia Móvel		68,61	326,23		68,61	326,23	0,00
157	3.3.90.39.69.00.00.00.0679	seguros em Geral		0,00	199,38		0,00	199,38	0,00
157	3.3.90.39.99.00.00.00.0679	Outros Serviços de Terceiros - Pr		0,00	47,32		0,00	47,32	0,00
157	3.3.90.46.01.00.00.00.0679	Auxílio-Alimentação em Pecúnia		1.642,60	7.617,08		1.642,60	7.617,08	0,00
157	3.3.90.47.18.00.00.00.0679	Contrib Previdenciária S/ Serviço		0,00	10,00		0,00	10,00	0,00
160	4.4.90.00.00.00.00.00.0083	Aplicacoes Diretas	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00
161	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicacoes Diretas	88.856,00	0,00	0,00	88.856,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas
Maio/2015
Página: 34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9999.99 Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9999.99.999 Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	9999.99.999.0099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	99.999.0099.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	9.9.99.00.00.00.00.0679 RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:		19.357.086,05	1.341.259,40	6.226.202,23	13.130.883,82	1.227.573,89	5.784.509,39	441.692,84
Total Geral:		19.357.086,05	1.341.259,40	6.226.202,23	13.130.883,82	1.227.573,89	5.784.509,39	441.692,84

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Maio

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**Receitas Realizadas - Execução do Orçamento (Artigo 2º, Inciso XII da I.N. nº 028/1999)
Administração Direta

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
	1.709.795,58	8.575.041,31
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00 Rec.Remun.Rend.COSIP	0017	214,41
4.1.3.2.5.01.13.00.00.00 rec.de Remun.Out.Dep.Banc.Rec.Vinc.FIA IR	0623	90,15
4.1.3.2.5.01.14.00.00.00 rec.de remun.rend.fundeb	0189	4.113,32
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00 Rec.de Remun.Rend. FIA -Rec.Próprios	0621	1.406,36
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00 Rec.de Remun.Rend.Imp.Educação	0086	2.009,71
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00 Rec.de Remun.Rend.Saúde	0087	770,64
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0109	1.856,68
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Devolução Remuneração de Rend.Aplic.Financ.	0109	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados		16.810,01
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0679	16.810,01
9.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Devolução de Rendimentos não vinculados	0679	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA		3.183,88
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Agropecuárias	0679	3.183,88
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.549.743,24
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.469.070,15
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União		525.214,05
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União		473.196,78
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		473.129,61
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00 FPM - Próprios	0679	343.018,94
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0086	-118.282,37
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00 FPM - Educa	0086	147.853,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00 FPM - Saúde	0087	88.711,80
4.1.7.2.1.01.02.04.00.00 FPM - FIA	0621	11.828,24
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural		67,17
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00 ITR - Próprios	0679	50,37
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0086	-16,78
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00 ITR - Educa	0086	20,98
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00 ITR - Saúde	0087	12,60
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat		5.478,11
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0679	5.478,11
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE		43.960,65
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	0058	25.642,60
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0060	8.477,60
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0061	9.840,45
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96		2.578,51
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 ICMS - Desoner - Próprios	0679	1.933,88
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0086	-644,62
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00 ICMS - Desoner - Educa	0086	805,78
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00 ICMS - Desoner - Saúde	0087	483,47
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados		687.045,49
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados		687.045,49
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS		770.505,61
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00 ICMS - Próprios	0679	462.303,37
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00 ICMS - Educa	0086	192.626,42
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00 ICMS - Saúde	0087	115.575,82
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0086	-154.101,06
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Cota-Parte do IPVA		76.124,61
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00 IPVA - Próprios	0679	45.674,74
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00 IPVA - Educa	0086	19.031,17
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00 IPVA - Saúde	0087	11.418,70
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	0086	-15.224,86
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Cota-Parte do IPI sobre Exportação		12.176,50
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00 IPI - Próprios	0679	7.305,90
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00 IPI - Educa	0086	3.044,13
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00 IPI - Saúde	0087	1.826,47
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0086	-2.435,31
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	0099	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00 Transferências Multigovernamentais		256.810,61
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB		256.810,61
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB 60%		256.810,61
4.1.7.2.4.01.01.01.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB	0092	256.810,61
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.		80.673,09
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.		80.673,09
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados		80.673,09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Maio

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**Receitas Realizadas - Execução do Orçamento (Artigo 2º, Inciso XII da I.N. nº 028/1999)
Administração Direta

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	1.709.795,58	8.575.041,31
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	0056	21.038,57	84.265,98
9.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Devolução Convênio SSP/Trânsito	0056	0,00	-164,49
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Militar	0054	13.735,76	62.171,18
9.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Devolução Convênio SSP/Polícia Militar	0054	0,00	-152,73
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio SSP/Polícia Civil	0055	13.735,76	59.982,44
9.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Devolução Conv.SSP/Polícia Civil	0055	0,00	-152,73
4.1.7.6.2.99.05.00.00.00	Convênio Transporte Escolar.	0022	32.163,00	64.326,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		11.510,97	89.952,25
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		2.114,22	13.426,06
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos		276,91	1.131,86
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU		100,14	443,89
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Próprios	0679	60,04	266,19
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educa	0086	25,00	110,83
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	0087	15,10	66,87
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS		64,17	326,99
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Próprios	0679	38,48	196,14
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educa	0086	16,03	81,69
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	0087	9,66	49,16
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		112,60	360,98
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0679	112,60	360,98
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos		1.837,31	12.294,20
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU		920,96	6.250,79
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Próprios	0679	552,55	3.750,32
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educa	0086	230,22	1.562,56
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	0087	138,19	937,91
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS		132,76	1.193,62
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.s/ISS- Ordinário	0679	79,64	716,12
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas?Juros de Mora Div.ATIV.s/ISS- Educação	0086	33,18	298,35
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div.ATIV.s/ISS - Saúde	0087	19,94	179,15
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	0679	438,03	2.065,17
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos		345,56	2.784,62
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0679	345,56	2.784,62
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		490,47	7.248,48
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		490,47	7.248,48
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0679	490,47	7.248,48
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		3.408,61	25.898,93
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária		3.408,61	25.898,93
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU		1.979,38	13.828,53
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios	0679	1.187,62	8.297,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educa	0086	494,82	3.457,01
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	0087	296,94	2.074,52
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS		624,00	3.329,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios	0087	374,40	1.997,36
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educa	0086	156,00	832,21
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	0679	93,60	499,43
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	0095	143,89	1.124,34
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos		661,34	7.617,06
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0679	661,34	7.617,06
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		5.497,67	43.378,78
4.1.9.9.0.98.00.00.00.00	Outras Receitas Eventuais	0209	0,00	2.826,60
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas		5.497,67	40.552,18
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	0679	5.497,67	40.552,18
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		0,00	130.659,22
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	130.659,22
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		0,00	130.659,22
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades		0,00	122.925,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União		0,00	122.925,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Convênio Ministério das Cidades	0109	0,00	122.925,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.		0,00	7.734,22
4.2.4.7.2.03.00.00.00.00	Transf. Convênios do Estado Dest. Prog. Saneam.Bás		0,00	7.734,22
4.2.4.7.2.03.01.00.00.00	Transferência de Convênios - CASAN	0211	0,00	7.734,22

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Maio

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Receitas Realizadas - Execução do Orçamento (Artigo 2º, Inciso XII da L.N. nº 028/1999)

Administração Direta

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

Receita Extra Orçamentária

Recurso

0,00

0,00

Total Geral :

1.709.795,58

8.575.041,31

RECURSOS RECEBIDOS - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MÊS MAIO/2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Maio

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Administração Direta
Recursos Recebidos - Transferências Constitucionais
Instrução Normativa - TCU nº 28 de 28/05/1999

Recursos recebidos da União	Montante Recebido	
	No Mês	Até o Mês
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00 FPM - Próprios	343.018,94	1.582.875,43
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00 FPM - Educa	147.853,00	682.273,92
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00 FPM - Saúde	88.711,80	409.364,33
4.1.7.2.1.01.02.04.00.00 FPM - FIA	11.828,24	54.581,92
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00 ITR - Próprios	50,37	23.511,13
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00 ITR - Educa	20,98	9.796,31
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00 ITR - Saúde	12,60	5.877,80
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.478,11	26.281,20
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	25.642,60	149.141,32
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	8.477,60	25.432,80
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	9.840,45	19.680,90
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00 ICMS - Desoner - Próprios	1.933,88	9.669,37
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00 ICMS - Desoner - Educa	805,78	4.028,91
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00 ICMS - Desoner - Saúde	483,47	2.417,35
Subtotal:	644.157,82	3.004.932,69

Recursos recebidos do Estado	Montante Recebido	
	No Mês	Até o Mês
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00 ICMS - Próprios	462.303,37	2.367.674,89
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00 ICMS - Educa	192.626,42	986.531,30
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00 ICMS - Saúde	115.575,82	591.918,72
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00 IPVA - Próprios	45.674,74	170.844,72
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00 IPVA - Educa	19.031,17	71.185,46
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00 IPVA - Saúde	11.418,70	42.711,22
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00 IPI - Próprios	7.305,90	36.901,44
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00 IPI - Educa	3.044,13	15.375,65
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00 IPI - Saúde	1.826,47	9.225,37
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	0,00	100,54
Subtotal:	858.806,72	4.292.469,31
Total:	1.502.964,54	7.297.402,00

TRIBUTOS ARRECADADOS MÊS MAIO/2015

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Tributos Arrecadados - Maio de 2015 (Artigo 2º, Inciso I da L.N. nº 028/1999)

Administração Direta

Código	Espécie	Recebido	
		No Mês	Até o Mês
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Próprios	1.399,93	140.575,04
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educa	583,28	58.572,71
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saúde	350,04	35.144,51
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios	13.516,97	67.106,80
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educa	5.632,07	27.961,16
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	3.379,26	16.776,78
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	522,19	2.067,76
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educa	217,56	861,52
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	130,60	517,10
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Próprios	6.390,49	37.459,09
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Educa	2.662,71	15.607,96
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	1.597,64	9.364,79
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISQN - Próprios	27.129,25	144.689,64
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISQN - Educa	11.303,83	60.287,30
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISQN - Saúde	6.782,51	36.173,38
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	133,65	801,90
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	280,65	3.106,97
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Tx.de Licença Continuidade da Localização	749,98	34.979,99
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00	Tx.de Licença Comércio Ambulante	0,00	1.830,46
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	256,00	386,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	78,62	8.274,67
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	De Expediente	115,88	5.167,28
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços - Bombeiros	5.786,61	17.691,52
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00	Outras Taxas de Prest.Serv.Sec.Urbanismo	2.605,00	3.530,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	25.357,95	113.687,97
Total:		116.962,67	842.622,30

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2039, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE”

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Saúde no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a V Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 03 de Julho de 2015, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, na Centro Comunitário de Alto Bela Vista, localizado a Rua José Bordin, n.º 88, Centro desta cidade.

Art. 2º - A V Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: "Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas, direito do povo brasileiro".

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Gerente de Saúde, senhor Ademar Amant e auxiliado pelo enfermeiro senhor Francarlo Gouvêa.

Art. 4º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Editais da Gerência de Saúde e fundamentada em Regimento Interno próprio.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2040, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando a realização e homologação do concurso público 001/2015 com o preenchimento da referida vaga;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal LARISSA RUVIARO, Matrícula 536, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando o Decreto nº. 1338 de 01 de março de 2011 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 15 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 082 DE 01 DE JUNHO DE 2015

RECONHECE O DIREITO À LICENÇA PRÊMIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º Reconhecer em favor do Sr. VALDERLEI CADORE ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, nomeado através da Portaria nº 072/2015, o direito à incorporação da licença prêmio estabelecida na Lei Complementar nº 23 de agosto de 2010, relativamente o período aquisitivo compreendido entre 13/04/2013 à 29/05/2015, retomando a contagem após a respectiva aprovação do estágio probatório que alude a Portaria nº 072/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 083 DE 01 DE JUNHO DE 2015

RECONHECE O DIREITO À LICENÇA PRÊMIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º Reconhecer em favor do Sr. VANDERLEI EDMUNDO PALLAS ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, nomeado através da Portaria nº 073/2015, o direito à incorporação da licença prêmio estabelecida na Lei Complementar nº 23 de agosto

de 2010, relativamente o período aquisitivo compreendido entre 21/04/2014 à 29/05/2015, retomando a contagem após a respectiva aprovação do estágio probatório que alude a Portaria nº 073/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 084 DE 01 DE JUNHO DE 2015

RECONHECE O DIREITO À LICENÇA PRÊMIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º Reconhecer em favor do Sr. GUILHERME VARGAS ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, classificado em 2º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, nomeado através da Portaria nº 074/2015, o direito à incorporação da licença prêmio estabelecida na Lei Complementar nº 23 de agosto de 2010, relativamente o período aquisitivo compreendido entre 07/04/2013 à 29/05/2015, retomando a contagem após a respectiva aprovação do estágio probatório que alude a Portaria nº 074/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 085 DE 15 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. DANIVAL RAMIRO RIBEIRO para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, classificado em 2º Lugar no Concurso

Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º Reconhecer em favor do nomeado, o direito à incorporação da licença prêmio estabelecida na Lei Complementar nº 23 de agosto de 2010, relativamente aos períodos aquisitivos compreendido entre 23/08/2010 à 01/08/2011 e 01/01/2013 à 11/06/2015 e retomando a contagem após a respectiva aprovação do estágio probatório no cargo de MOTORISTA.

Art. 3º Reconhecer em favor do nomeado, o direito à incorporação de anuênios adquiridos durante o provimento ao cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em quinze (15) de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 086 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E ADOTA PROVIDÊNCIA CORRELATAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a aprovação do servidor que abaixo identifica, no Concurso Público 01/2015, para o cargo de Motorista desta Municipalidade, e sua respectiva nomeação para a assunção da referida vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS de nível 16 a 20, padrão de vencimento por referências de A à F, do município de Alto Bela Vista, ocupado pelo Sr. DANIVAL RAMIRO RIBEIRO, matrícula 134, por motivo de sua aprovação no Concurso Público 01/2015, para o cargo inacumulável de MOTORISTA desta Municipalidade e sua respectiva nomeação para a assunção da referida vaga, de acordo com o que dispõe o inciso VI do art. 38 da Lei Complementar nº 11 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em quinze (15) de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 087 DE 15 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH para exercer o cargo efetivo de TESOUREIRO, classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 15 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 088 DE 15 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. EDUARDA JULIA NICOLLI MIOTTO para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS, classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações, para atender as necessidades na execução das Ações e Serviços do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, conforme termo de adesão firmado pelo município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 15 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 089 DE 15 DE JUNHO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do Artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora, LISNEIA RAQUEL PALLAS matrícula nº 289 lotada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecidos nos § 5º e § 6º do Art. 14 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de duas (2) referências pela qualificação em cursos apresentados e deferidos no requerimento 150 de 29 de maio de 2015 de um total de 360 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo dispositivo do § 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 15 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 090 DE 15 DE JUNHO DE 2015
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ELIANE MARISA HENN FISCHER, ocupante do Cargo de Caráter de Admissão Temporário de PROFESSOR I – 20 HORAS, no período de sessenta (60) dias, a contar de 10 de junho de 2015, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Joel B. da Silva CRM 10198.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 10 de junho à 09 de julho de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 15 de junho de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 017_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 017/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, Objetivando a Contratação de empresa especializada em seguros para o prédio da unidade básica de saúde e os veículos da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 16:30 horas do dia 02/07/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de junho de 2015.

MAGLI ROSCETE

Gestora FMS

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 062/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 062/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 040/2015; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto à aquisição de equipamentos e mobiliários, para a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC, com Recursos do Governo Federal, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº 8128 firmando entre a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC e o MEC/FNDE. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de julho 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 063/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 063/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 041/2015; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de prestador serviços na área esportiva para Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 01 de julho de 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.479/2015

LEI Nº 1.479/2015

"Autoriza o chefe do poder executivo municipal a aprovar excepcionalmente condomínio fechado com características específicas, revoga lei que especifica e da outras providências"

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, XXVI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal excepcionalmente autorizado a aprovar o projeto urbanístico dos Condomínios Residenciais denominados Santa Barbara I e II, na localidade de Santa Barbara neste Município de Antônio Carlos/SC, o qual, possui como arruamento a extensão de 8 (oito) metros, sendo, 6 (seis) metros de pista de rolamento e 2 (dois) metros de calçadas.

Parágrafo Único - A autorização disposta nesta Lei é adstrita à autorizar a aprovação do projeto urbanístico dos Condomínios Santa Barbara I e II com arruamento de 8 (oito) metros.

Art. 2º: Em contrapartida a autorização para aprovação do projeto urbanístico dos Condomínios Residenciais denominados Santa Barbara I e II, com a concessão referida no artigo anterior, a empresa JCP Construções e Incorporações Ltda, bem como, o proprietário do imóvel futuramente parcelado Sr. José Carlos Coelho, se comprometem a executar os serviços de pavimentação, drenagem viária, melhorias nas redes de abastecimento elétrico e no fornecimento de água em uma extensão de 514 (quinhentos e quatorze) metros da Rua José Adão Reitz localizada neste Município de Antônio Carlos, a contar da Rua 04 de Dezembro.

Parágrafo Único – O habite-se da obra estará condicionado à execução e aceite por parte do Poder Público dos serviços mencionados no caput deste artigo.

Art. 3º: Fica Revogada a Lei Municipal nº. 1.470 de 03 de fevereiro de 2015.

Art. 4º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º: Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 09 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0004/2015

CONTRATO Nº004/2015/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 78.589.504/0001-86, com sede na Avenida Tiradentes, nº4455, Bairro Setor Industrial no município de Londrina – Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JOÃO PAULO CHIES DE CARVALHO, portador do CPF sob nº 954.394.200-53 e CI sob nº 106.685.444-7 residente no município de Londrina – Estado do Paraná que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0005/2015, Pregão Presencial Nº0004/2015, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o fornecimento pela contratada de CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINA Equipamento desenvolvido especificamente para armazenagem imunobiológicos e termolábeis com capacidade interna de no mínimo 340 litros; Tensão 220 volts; Gabinete interno em chapa de aço inoxidável; Gabinete externo em chapa de aço galvanizado com pintura epóxi na cor branca; Unidade compressora agregada sob o gabinete; Porta de vidro duplo ou triplo; Grade de ventilação da unidade compressora; Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade, livre de CFC, com no mínimo 70 mm espessura; Possuir sistema de aquecimento para dias frios e de resfriamento para dias quentes; Sistema de circulação interna por ar forçado para garantir a homogeneidade da temperatura no interior da câmara; Utilização de sistema de refrigeração com compressor hermético com unidade selada isenta de vibrações, ecologicamente correta (livre de CFC, gás R134a); Degelo automático com evaporação de condensado; Equipada com rodízios e freios; Luz interna temporizada com acionamento externo mesmo com porta fechada por no mínimo 50 segundos ou acionamento automático na abertura da porta; Grades internas tipo grelha em alumínio ou aço inoxidável em quantidade igual ou superior a cinco; Sistema de contra portas internas em aço inoxidável ou acrílico transparente individuais para cada prateleira; Temperatura de trabalho entre +2°C e +8°C; Painel de comando e controle frontal superior com display LCD com comando eletrônico digital micro-processado e menu para visualização dos parâmetros; Controlador digital com subdivisão de leitura de 0,1°C; Display luminoso com visores grandes para visualização da temperatura à distância; Possuir no mínimo dois sensores de temperatura tipo NTC, um imerso em solução (simula temperatura de momento da vacina), e um sensor interno para leitura da temperatura do interior da conservadora; Possuir relógio e calendário com bateria interna; Memória das temperaturas máximas e mínimas com leitura digital no painel

(acionado por tecla), o registro deve ficar armazenado mesmo com o desligamento da câmara ou queda da energia; Manter histórico das temperaturas atingidas com data e hora com intervalo de tempo programável; Permitir salvar o histórico de temperaturas em pen drive através de conexão USB frontal; Possuir sistemas de alarme sonoro e visual sempre que a conservadora trabalhar em temperaturas fora do especificado; Possibilidade no ajuste do tempo do alarme; Possibilidade em ajustar tempo entre os registros de temperatura; Deve acompanhar software para configuração, monitoramento via computador e organização dos dados coletados; Possibilidade para interromper os alarmes sonoros e visuais através do acionamento de qualquer tecla do painel (se a temperatura se mantiver fora do especificado, os alarmes devem voltar a soar após o tempo pré-determinado); Filtro de ruídos eletromagnéticos provenientes da rede elétrica ou por campo magnético protegendo o sistema micro processado; Sistema de emergência: Equipada com bateria estacionária que garante o funcionamento da conservadora mesmo sem energia elétrica convencional mantendo toda parte eletroeletrônica, alarmes e compressor de frio ligados, garantindo a temperatura entre +2°C á +8°C estável e constante com autonomia de no mínimo 36 horas. Chave geral de alimentação e fusíveis de segurança; Discador telefônico: sistema que realiza chamadas telefônicas para até três responsáveis, sempre que a temperatura estiver em nível crítico, tudo conforme processo licitatório parte integrante do presente contrato independente de transcrição.

OBSERVAÇÃO:

1 - GARANTIA DO EQUIPAMENTO DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.

§ 1º – Os equipamentos deverão ser entregues montados e instalados no local, prontos para uso, num prazo máximo de 30 dias da homologação da licitação, expedida pelo Fundo Municipal de Saúde;

§ 2º - As mercadorias deverão ser entregues na Unidade de Saúde Central (Posto de Saúde) localizado na Rua Francisco Nava, 57, Centro, neste Município;

§ 3º - A entrega deverá ser feita ao Secretário Municipal de Saúde Sr. Tarcisio Lidani que fará o recebimento e a conferência da mercadoria;

§ 4º – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

§ 5º - Garantia dos Equipamentos de no mínimo 12 (doze) meses da Homologação da Licitação;

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$ 7.500,00(SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e mediante liberação de recursos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em 12/06/2015 e terminará em 13/07/2015. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2015, conforme segue:

374 - 2 . 3001 . 10 . 305 . 9 . 2.21 . 1 . 449000 Aplicações Diretas
312 - 2 . 3001 . 10 . 305 . 9 . 2.21 . 1 . 449000 Aplicações Diretas
373 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.18 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos itens especificados no edital, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 12 de junho de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

CNPJ 10.479.381/0001-97

TARCÍSIO LIDANI

CONTRATANTE

INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, CNPJ nº. 78.589.504/0001-86

JOÃO PAULO CHIES DE CARVALHO

CPF nº 954.394.200-53

PROCURADOR DA CONTRATADA

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE CPF: 027.783.989-02	IRIO SERIGHELLI CPF: 163.594.709-00
---	--

CONTRATO Nº 0004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS.

EMPRESA VENCEDORA: INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA

VALOR: R\$7.500,00

CONTRATO Nº 0005/2015

CONTRATO Nº005/2015/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA CSNET INFORMÁTICA LTDA.

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF nº.613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta – SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa CSNET INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.335.907/0001-37, com sede á Rua Galdino Nesi, 44, no Município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JANDIR ANTÔNIO CREPALDI, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 715.611.029-20, Carteira de Identidade nº 10/C-2.405.607, residente e domiciliado à Rua Governador Lacerda, nº 44, Apto 402, Centro, no Município de Arroio Trinta – SC que de

acordo com o Processo Licitatório Nº 0005/2015, Pregão Presencial Nº0004/2015, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o fornecimento pela contratada de UM SERVIDOR RACK EM 1U 2x Processador de 22nm, 64bits, 2GHz com overclock turbo até 2.5ghz, 8 núcleos e 16 threads, 20MB cache L3, Tecnologia de virtualização embarcada, comutação baseada na demanda, suporte de memória de até 768GB. Suporte para segundo processador.

24GB de memória DDR3 RDIMM e suporte de até 24 soquetes DIMM de memória DDR-3 RDIMM/UDIMM/LRDIMM
4x HD 300GB SAS 10.000RPM2.5"

Oito unidades Small Form Factor (SFF) de 2,5 pol. hot-swap para HDD.

Suporte 6 Gbps RAID-0, -1, -10; RAID-5

Slot Placa controladora RAID off-board.

Dois slots PCIe 3.0 I/O

Slots PCI-X

4 Portas Gigabit Ethernet integrado 10GBe

2 Fontes redundantes de 550W Reais Hot-Swap

Tecnologia de monitoramento e diagnostico do sistema através de luzes LED.

Módulo de Gerenciamento Integrado de monitoramento com tecnologia de segurança criptografada para acesso.

Capacidade de boot Unified Extensible Firmware Interface (UEFI)

Suporte a chaves USB para Sistema Operacional de Virtualização

Suportes/bandeja telescópica para administração física do equipamento

Componentes hot swap obrigatórios: Fontes de energia, módulos de ventilador e unidades de disco rígido

Portas VGA: 1 dianteiro/1 traseiro

Suporte para Sistema Operacional de Virtualização 64 Bits

Proteção RAID avançada para alta disponibilidade de HDDs

UM RACK DE PISO PARA SERVIDORES

1X RACK DE PISO - FECHADO - 28 US – 600MM Largura - 1.070 MM PROFUNDIDADE

1x REGUA 1U - 19" - C/8 TOMADAS - 2P+T - PRETA

Descrição:

Estrutura soldada em aço SAE 1020 1,5mm de esp.

Porta frontal embutida, armação em aço 1,5mm de espessura, com visor em fumê 2,0mm de espessura, com fechadura escamoteável. 04 pés niveladores (aço polipropileno) confeccionados em aço (1/2").

Laterais e Fundos removíveis 0,75mm de espessura com aletas de ventilação e fecho rápido.

Kit de 1º e 2º plano móvel 1,5mm de espessura com furos 9x9mm para porca gaiola.

Guia argolas soldadas internamente nas colunas traseiras para acomodação de cabos.

Base de 1,9mm de espessura com abertura na parte traseira para passagem de cabos.

Pintura epóxi-pó texturizada.

UM NOBREAK SENOIDAL 2000VA - C/06 BAT. 7AH/12V COM SUPORTE A BATERIA AUTOMOTIVA EXTERNA.

Nobreak microprocessado com DSP (processador digital de sinais)

. Tecnologia Line Interactive com forma de onda senoidal pura e com controle digital

. Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento

. Tecnologia SMD que garante alta confiabilidade e qualidade ao nobreak

. Comutação livre de transitórios pois rede e inversor são perfeitamente sincronizados

. DC Start (bateria carregada) - podendo ser ligado mesmo na ausência de rede elétrica com bateria carregada

. Recarga de bateria automática quando a rede elétrica estiver normal

. Gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria deve ser substituída

. Chave liga/desliga embutida no painel frontal para evitar desligamento acidental

. Corrente do carregador controlada digitalmente

. Sinalização visual através de leds no painel frontal indicando todas as condições do nobreak, da rede elétrica e da bateria.

. Função True RMS com melhor qualidade na regulação de saída

. Permitir ser utilizado com grupo gerador devido à sua ampla faixa de frequência na entrada

. Estabilidade na frequência de saída devido ao uso de cristal de alta precisão

. Gabinete metálico com pintura epóxi

. Painel frontal com plástico antichama

. Estabilizador interno

. Baterias seladas tipo VRL internas de primeira linha e à prova de vazamento

. Senóide controlada digitalmente

. Inversor adaptável com frequência do inversor igual a frequência da rede elétrica

. Controle do ventilador interno de acordo com o consumo de carga e da temperatura do nobreak

. Distorção harmônica mínima com carga linear devido à operação do DSP

. Comunicação serial padrão USB

. Modelo bivolt automático na entrada

. Tensão de saída nominal padrão 120V, permitindo configurar para saída 220V através de selação interna através de jumper na placa

. Oito tomadas de saída dispensando uso de extensões adicionais

. Proteção contra surtos de tensão através de filtro de linha e varistor óxido metálico que atenua efeitos de descargas atmosféricas

. Proteção contra curto-circuito, sobrecarga e sobretemperatura

. Desligamento e proteção contra descarga total da bateria

. Alarme visual e auditivo de potência excessiva

. Indicação visual e auditivo de bateria baixa e falha de rede

. Indicação de potência true RMS

. Monitoração da rede true RMS

. Opcional contato seco

. Opcional com engate rápido para expansão de baterias

POTÊNCIA

Pot. nominal: 2000VA

Pot. contínua: 1400W

Pot. pico: 1540W

Pot. mínima: 84W (Para desligamento por carga mínima)

Fator de pot. saída: 0,7

Carga de informática: 6 micros + 3 impressoras

ENTRADA

Tensão nom. entrada: 120V - 220V automático

Faixa de entrada: 90V - 156V / 176V - 265V

Freq. entrada: 47Hz - 63Hz

Fase: Monofásico

Conexão de entrada: Cabo de alimentação AC com 1,5m de comprimento plugue padrão NBR 14136

SAÍDA

Tensão nom. saída: 120V (220V configurável através de troca de posição de conector interno na placa)

Fx. tensão saída rede: 120V +-6% (220V+-6%/-10%)

Fx. tensão saída inversor: 120V +-3% (220V+-3%)

Frequência de saída: 50Hz/60Hz inversor adaptável de acordo com a frequência de entrada da rede elétrica

Forma-de-onda: Senoidal

Número de tomadas: 8 Tomadas padrão NBR 14136

Distorção harmônica: <= 1% com carga linear em modo inversor (THD)

Estágios de regulação: 8

Regulação dinâmica: <=5% em modo inversor

Regulação estática: <=1% em modo inversor

Tempo de transferência: Menor que 4ms / Tempo de acionamento do inversor menor que 0,8ms
Rend. pl. carga rede: $\geq 95\%$ para 120V/120V ou 220V/220V / $\geq 90\%$ para 120V/220V ou 220V/120V
Rend. pl. carga inversor: $\geq 85\%$
Grupo gerador: Permitir ser ligado com gerador BATERIA
Tensão operação: 72V
Tipo de bateria: Chumbo ácida selada VRLA livre de manutenção e à prova de vazamento
Quantidade de baterias: 6 x 7Ah/12V internas
AUTONOMIA
Aut. típica: 15 min
Aut. meia carga: 12 min
Aut. plena carga: 5 min
Tempo de recarga: De 3h a 6h autoajustável (após 90% descarregada)
PROTEÇÃO
Sobrecarga: $\gg 110\%$ nobreak deve se desligar em 5min em rede e 1,25min em inversor 150% nobreak deve se desligar em 1min em rede e 15s em inversor
Curto-circuito: \gg Nobreak deve se desligar na condição de curto-circuito na saída e permacer piscando led amarelo sincronizado com apito da campainha e led vermelho piscando rápido até que se retire o excesso de carga do nobreak. Devendo-se desligar e religar o nobreak
Desligamento pot. mínima: \gg Nobreak deve se desligar automaticamente se estiver em modo inversor por um tempo de 30min e com potência inferior a 84W para evitar descarga desnecessária da bateria.
Temperatura: \gg Nobreak deve se desligar automaticamente por proteção interna de temperatura com apito longo sincronizado com led vermelho e amarelo.
Bateria mínima: \gg O desligamento deve ser automático contra descarga profunda da bateria no modo inversor se a tensão de bateria atingir nível de bateria mínima
Entrada: \gg Fusível de entrada com porta-fusível tipo rosqueável
Mais: \gg Religamento automático das cargas após desligamento do nobreak e retorno de rede
SINALIZAÇÃO VISUAL
Rede normal: \gg Led Normal aceso: rede elétrica presente e bateria carregada. Led Normal piscando: rede elétrica presente e Bateria carregando
Bateria sem carga: \gg Led Normal piscando: rede elétrica presente e bateria carregando
Desligam. Por proteção: \gg Led Proteção pisca em sincronismo com aviso sonoro da campainha
Bateria baixa: \gg Ou bateria descarregada led Atenção pisca 5x no período
Inversor ativo: \gg Leds com indicação escalonada do consumo real e aparente de carga com incremento a cada 10%
Rede alta: \gg Led Atenção pisca 3x no período
Rede baixa: \gg Ou rede ausente led Atenção pisca 1x no período
Carga mínima: \gg Ou nobreak sem carga led Atenção pisca 2x no período
Potência excessiva: \gg Led Atenção pisca 4x em sincronismo com a campainha
Troca de bateria: \gg Led Atenção aceso direto no modo rede. Substituir bateria, caso contrário nobreak não será capaz de segurar carga se houver falha da rede elétrica
Temperatura: \gg Nobreak se desliga por proteção interna de temperatura com apito longo sincronizado com led Proteção e Atenção.
SINALIZAÇÃO SONORA
Desligam. por proteção: \gg Apito intermitente da campainha Potência excessiva: \gg Apito intermitente da campainha até que se retire o excesso de carga do nobreak
Bateria descarregada: \gg Quanto mais a campainha apitar menor é a autonomia da bateria até o limite de dez apitos
Temperatura: \gg Nobreak se desliga automaticamente por proteção interna de temperatura com apito longo

Mais: \gg Sinalização de bateria descarregada e com campainha apitando indicando que o inversor está ativado
 \gg Sinalização de bateria descarregada e sem apito da campainha indicando que o nobreak aguarda recarga.

UM ROTEADOR

Características

Tipo Rack 1U

5 portas velocidade Ethernet

6 portas velocidade Gigabit

Suporte a PoE out na porta 10

Processador de 600MHz

64MB RAM

Sistema Operacional Open Source

FUNÇÕES

Controle e Limitação de Banda, reserva de banda

Fail Over e Load Balance de links de internet

Protocolos de Roteamento: OSPF, BGP, RIP, MPLS

Conectividade PPTP, L2TP, EOIP, Suporta IPSec, OpenVPN, PPPoE, PPP, Túnel IP FTP e Telnet.

Suporte VRRP, 802.11a, 802.11b, 802.11g e 802.11n, VLAN, STP e SNMP com administração em tempo real.

O método de administração do equipamento deverá ser por console ou interface gráfica

Roteador dedicado

Bridge com filtros em layer2

Firewall com layer7 e diversos filtros

Controle de velocidade, garantia de banda, burst, hierarquia e disciplinas de filas

Ponto de Acesso Wireless modo 802.11 e proprietário, cliente wireless

WDS, NSTREME, NSTREME Dual

Concentrador PPPoE, PPTP, IPSec, L2TP, etc.

Roteador de Borda

Servidor Dial-in e Dial – out

Hotspot e gerenciador de usuários

WEB Proxy (cache de páginas e arquivos)

Recursos de Bonding, VRRP, etc.

Linguagem avançada de scripts

Ferramentas: watchdog, bandwidth test, torch, tudo conforme processo licitatório parte integrante do presente contrato independente de transcrição.

OBSERVAÇÃO:

1 - GARANTIA DO EQUIPAMENTO DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.

§ 1º – Os equipamentos deverão ser entregues montados e instalados no local, prontos para uso, num prazo máximo de 30 dias da homologação da licitação, expedida pelo Fundo Municipal de Saúde;

§ 2º - As mercadorias deverão ser entregues na Unidade de Saúde Central (Posto de Saúde) localizado na Rua Francisco Nava, 57, Centro, neste Município;

§ 3º - A entrega deverá ser feita ao Secretário Municipal de Saúde Sr. Tarcisio Lidani que fará o recebimento e a conferência da mercadoria;

§ 4º – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora;

§ 5º - Garantia dos Equipamentos de no mínimo 12 (doze) meses da Homologação da Licitação;

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$ 26.400,00(VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS

REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega dos equipamentos, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e mediante liberação de recursos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em 12/06/2015 e terminará em 13/07/2015. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2015, conforme segue:

374 - 2 . 3001 . 10 . 305 . 9 . 2.21 . 1 . 449000 Aplicações Diretas
312 - 2 . 3001 . 10 . 305 . 9 . 2.21 . 1 . 449000 Aplicações Diretas
373 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.18 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte dos itens especificados no edital, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista,

previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 12 de junho de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ 10.479.381/0001-97
TARCÍSIO LIDANI
CONTRATANTE

CSNET INFORMÁTICA LTDA
CNPJ nº 02.335.907/0001-37
CONTRATADA

JANDIR ANTÔNIO CREPALDI
CPF nº 715.611.029-20
CONTRATADA

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE CPF: 027.783.989-02	IRIO SERIGHELLI CPF: 163.594.709-00
---	--

CONTRATO Nº 0005/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015
OBJETO: FORNECIMENTO DE SERVIDOR E OUTROS
EMPRESA VENCEDORA: CSNET INFORMÁTICA LTDA
VALOR: R\$26.400,00

TERMO ADITIVO Nº 0002/2015

TERMO ADITIVO Nº 0002/2015 CONTRATO Nº 007/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2014, FORNECIMENTO DE ÓLEO PARA MÁQUINAS E CAMINHÕES, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA ANSILIERO & NAVA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede à Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97 e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Presidente Castelo Branco, nº 191 em Arroio Trinta – SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - – Fica acrescida as seguintes quantidade de litros de ÓLEO DIESEL ao contrato nº 007/2015 de 05 de janeiro de 2015:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	ÓLEO DIESEL S 500 MARCA POTENCIAL	LITROS	5.000	2,77	13.850,00
02	ÓLEO DIESEL S 10 MARCA POTENCIAL	LITROS	6.000	R\$2,88	17.280,00
TOTAL					31.130,00

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - Fica acrescido ao contrato original 007/20015 e aditivo 0001/2015 o valor de R\$31.130,00(TRINTA E UM MIL, CENTO E TRINTA REAIS).

CLAUSULA ADITIVA TERCEIRA – Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta – SC, 10 de junho de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA
CNPJ 81.777.492/0001-28
OLIVO NAVA
Sócio Gerente

Testemunhas
Nome: LÚCIA MARIA MANENTI
CPF: 715.609.129-87

Nome: IRIO SERIGHELLI
CPF:163.594.709-00

ARROIO TRINTA-SC, 10 de junho de 2015.
AUTORIZAÇÃO
PARA ADITIVAÇÃO DO CONTRATO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2014 e Lei 8.666/93, O ACRESCIMO DE 11.000 (ONZE MIL LITROS) DE ÓLEO DIESEL COM A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DO SUPERVISOR DE COMPRAS.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0002/2015 AO CONTRATO Nº 0007/2015
OBJETO: ADITIVAÇÃO DA QUANTIDADE ÓLEO DIESEL
CONTRATADA: ANSILIERO & NAVA LTDA.
VALOR: R\$31.130,00(TRINTA E UM MIL, CENTO E TRINTA REAIS).

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO 2738, DE 01/06/2015

DECRETO Nº 2738, de 01 de Junho de 2015.

Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 25 de junho de 2015, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de junho de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Janete Teresinha Frare Andreani

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Ascurra

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 01 de junho de 2015.

Solange Maria Lourenço

Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/PMBR/2015

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação da empresa, para execução de 200 (duzentas) horas de suporte técnico, através de acesso remoto aos sistemas e banco de dados, já instalados e utilizados pelo Município de Balneário Rincão – SC., durante 19 (dezenove) meses.

CONTRATADA: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 17/06/2015, por Alberto de Souza -Secretario de Administração e Finanças Interino.

RATIFICAÇÃO: em 17/06/2015, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 17 de Junho de 2015.

RENATO DA SILVA VITCHE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº. 281/2015

DECRETO Nº. 281/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Ativ. 2.006: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0000 (21) – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 2.031: Manutenção DO Departamento de Obras e serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0000 (187) – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0000 (188) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 240.000,00

Artigo 2º - O crédito orçamentário a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Ativ. 2.006: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0000 (16) – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 2.031: Manutenção DO Departamento de Obras e serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0000 (186) – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

TOTAL R\$ 240.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de junho de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

DECRETO Nº. 282/2015

DECRETO Nº. 282/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei n.º 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão 04: SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER

Proj./Ativ. 2.018: Manutenção dos Eventos Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.609 (244) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 2.031: Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.609 (243) – Aplicações Diretas R\$ 275.000,00

TOTAL R\$ 475.000,00

Artigo 2º - Os créditos a que se refere o art. 1º. ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, provenientes de recursos próprios - ordinários correspondentes aos saldos em 31 de dezembro de 2014, creditados em contas bancárias – Movimento,

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de junho de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

Barra Velha

PREFEITURA

INEX 016/2015 FUNTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 022/2015 – FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2015 - FUNTEC

Contratada: LIGA JOINVILENSE DE FUTEBOL

Contrato 023/2015

Objeto: Contratação de serviço de Arbitragem dos Jogos dos Campeonatos Municipal, nas modalidades: Futebol de Campo, Futebol Suíço Veterano, Futebol Suíço Livre para o ano de 2015.

Valor do Contrato: R\$ 29.520,00

Vigência: 17/06/2015 a 31/12/2015

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 17 de junho de 2015.

LAUDIR ZERMIANI - Contratado

Claudemir Matias Francisco

PP 005/2015 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 005/2015 - FUNREBOM

Pregão Presencial nº 005/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por ITEM para aquisição de veículo para atender as necessidades do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/07/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 01/07/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 17 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO 45/2015

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 45/2015

DATA: 10/06/2015 HORÁRIO DE INÍCIO: 09:00 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 45/2015, com a presença do Pregoeiro JOAO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas:

COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 75.342.097/0001-10, representada pelo Sr. ANDERSON KRUEGER, Rg nº 3069969-0/SC e CPF nº 032.210.309-67

FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 04.577.916/0001-60, representada pelo Sr. JANETE APARECIDA ODORIZZI MENESTRINA, Rg nº 1246114/ e CPF nº 811.585.649-53

JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP.; (Microempresa) CNPJ nº 17.405.532/0001-01, representada pelo Sr. JOSE NEI KOCH, Rg nº 2.905.995-0/SC e CPF nº 021.736.999-54

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA.; (Não Enquadrado) CNPJ nº 81.815.219/0001-40, representada pelo Sr. VENESIO HORNBERG, Rg nº 2980532/ e CPF nº 821.724.049-34

CLAUDIO ESTEVAO JUNIRO EIRELI - EPP.; (Microempresa) CNPJ nº 21.491.455/0001-27, representada pelo Sr. SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES, Rg nº 1329180/SC e CPF nº 533.989.209-34

Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no Edital. As licitantes JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP e CLAUDIO ESTEVAO JUNIRO EIRELI, apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas e os mesmos foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, foram desclassificadas as licitantes nos itens:

Fornecedor Desclassificado	Item	Motivo
JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP	87	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP	100	Item anulado por exceder cotação máxima especificada
JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP	101	Item anulado por exceder cotação máxima especificada

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	62	O representante solicitou desclassificação do item, pois a marca cotada não atende as especificações do edital.
---------------------------	----	---

Os demais itens e propostas estão em acordo com o solicitado, sendo as mesmas classificadas. As propostas das demais licitantes estão em acordo com o exigido, sendo portando, classificadas. Em seguida, abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, a qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta, o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim, as licitantes melhores colocadas, consideradas HABILITADAS, e portanto, declaradas VENCEDORAS do presente certame conforme relatório em anexo. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação e os mesmos desistiram do prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ata, que após lida foi achada conforme. Os representantes das licitantes optaram por não aguardar a lavratura da presente ata, deixando portanto de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 15 de janeiro de 2015, às 12:03 min.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	--	-------------------------------------

AVISO DE LICITAÇÃO CV 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 50/2015

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA MAQUINA TRATOR ESTEIRA KOMATSU D41A.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 26 de junho de 2015

ABERTURA: às 09:00 do dia 26 de junho de 2015.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente em horário de expediente no Setor de Compras e Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou pelo e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de junho de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

ERRATA Nº 01 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 29/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 29/2015.

Considerando a ausência de garantia do produto e documentação para análise da proposta por parte dos Engenheiros Clínico. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 29/2015:

5.1 (...)
f – DEVERÁ SER APRESENTADO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA (ENVELOPE REF. PROPOSTA – LACRADA), TODOS OS DOCUMENTOS MENCIONADOS NO DESCRITIVO DO ITEM (ANEXO II DO PRESENTE EDITAL).

Leia-se:

5.1 (...)
f – DEVERÁ SER APRESENTADO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA (ENVELOPE REF. PROPOSTA – LACRADA), TODOS OS DOCUMENTOS MENCIONADOS NO DESCRITIVO DO ITEM (ANEXO II DO PRESENTE EDITAL). BEM COMO O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O CATÁLOGO DO PRODUTO, A INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO E A ESPECIFICAÇÃO REAL DO PRODUTO.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 29/2015:

5.9.1. A apresentação de proposta eletrônica (CD), contendo o lançamento dos valores no sistema betha auto cotação, não exige a obrigação da empresa licitante de apresentar proposta escrita.

Leia-se:

5.9.1. A apresentação de proposta eletrônica (CD), contendo o lançamento dos valores no sistema betha auto cotação, não exige a obrigação da empresa licitante de apresentar proposta escrita, tampouco a descrição real do produto.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 29/2015:

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1. O atendimento pela contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A F) pela Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Saúde de Biguaçu.

9.2. A entrega do objeto dar-se-á no Hospital Regional de Biguaçu, localizado na Rua Major Livramento, Cond. Deltaville, Vendaval, Biguaçu/SC – CEP: 88164-050.

9.3. Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9.4. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por almoxarife(s), designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

9.5. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

a- Provisoriamente, no ato da entrega da parcela do(s) produto(s), para imediata verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

b- Definitivamente, em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.6. O Fornecedor Beneficiário deve efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender (em) as especificações do objeto licitado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação. O não atendimento no prazo citado, estará sujeito as penalidades impostas neste instrumento vinculativo, eis que será considerado como não entregue o item discordante.

9.7. A empresa contratada deverá oferecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a contratante.

Leia-se:

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DO FORNECIMENTO DO PRODUTO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1. O fornecimento pela contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A F) pela Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Saúde de Biguaçu.

9.2. A entrega do objeto dar-se-á no Hospital Regional de Biguaçu, localizado na Rua Major Livramento, Cond. Deltaville, Vendaval, Biguaçu/SC – CEP: 88164-050.

9.3. Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9.4. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por almoxarife(s), designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

9.5. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

a- Provisoriamente, no ato da entrega da parcela do(s) produto(s), para imediata verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

b- Definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação por parte dos Engenheiros Clínico contratados para este fim.

9.6. O Fornecedor Beneficiário deve efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender (em) as especificações do objeto licitado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da solicitação. O não atendimento no prazo citado, estará sujeito as penalidades impostas neste instrumento vinculativo, eis que será considerado como não entregue o item discordante.

9.7 A empresa contratada deverá oferecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a contratante.

9.8 A empresa se obriga a fornecer a garantia mínima de 2 (dois) anos para o produto ao qual for vencedora, contados a partir da instalação do produto, a qual será agendada pelos Engenheiros Clínico tão logo tenha sido realizada a contratação dos funcionários que utilizarão o equipamento no Hospital Regional de Biguaçu.

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecerão inalteradas.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

ERRATA Nº 01 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 42/2015.

Considerando a ausência de garantia do produto e documentação para análise da proposta por parte dos Engenheiros Clínico. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 42/2015:

5.1 (...)
f – DEVERÁ SER APRESENTADO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA (ENVELOPE REF. PROPOSTA – LACRADA), TODOS OS DOCUMENTOS MENCIONADOS NO DESCRITIVO DO ITEM (ANEXO II DO PRESENTE EDITAL).

Leia-se:

5.1 (...)
f – DEVERÁ SER APRESENTADO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ESCRITA (ENVELOPE REF. PROPOSTA – LACRADA), TODOS OS DOCUMENTOS MENCIONADOS NO DESCRITIVO DO ITEM (ANEXO II DO PRESENTE EDITAL). BEM COMO O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O CATÁLOGO DO PRODUTO, A INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO E A ESPECIFICAÇÃO REAL DO PRODUTO.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 42/2015:

5.9.1. A apresentação de proposta eletrônica (CD), contendo o lançamento dos valores no sistema betha auto cotação, não exige a obrigação da empresa licitante de apresentar proposta escrita.

Leia-se:

5.9.1. A apresentação de proposta eletrônica (CD), contendo o lançamento dos valores no sistema betha auto cotação, não exige a obrigação da empresa licitante de apresentar proposta escrita, tampouco a descrição real do produto.

Onde se lê no Edital de Licitação do PP nº 42/2015:

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1. O atendimento pela contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A F) pela Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Saúde de Biguaçu.

9.2. A entrega do objeto dar-se-á no Hospital Regional de Biguaçu, localizado na Rua Major Livramento, Cond. Deltaville, Vendaval, Biguaçu/SC – CEP: 88164-050.

9.3. Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9.4. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por almoxarife(s), designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

9.5. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

a- Provisoriamente, no ato da entrega da parcela do(s) produto(s),

para imediata verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

b- Definitivamente, em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.6. O Fornecedor Beneficiário deve efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender (em) as especificações do objeto licitado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação. O não atendimento no prazo citado, estará sujeito as penalidades impostas neste instrumento vinculativo, eis que será considerado como não entregue o item discordante.

9.7. A empresa contratada deverá oferecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a contratante.

Leia-se:

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DO FORNECIMENTO DO PRODUTO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1. O fornecimento pela contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A F) pela Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Saúde de Biguaçu.

9.2. A entrega do objeto dar-se-á no Hospital Regional de Biguaçu, localizado na Rua Major Livramento, Cond. Deltaville, Vendaval, Biguaçu/SC – CEP: 88164-050.

9.3. Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9.4. A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por almoxarife(s), designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

9.5. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

a- Provisoriamente, no ato da entrega da parcela do(s) produto(s), para imediata verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

b- Definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação por parte dos Engenheiros Clínico contratados para este fim.

9.6. O Fornecedor Beneficiário deve efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender (em) as especificações do objeto licitado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da solicitação. O não atendimento no prazo citado, estará sujeito as penalidades impostas neste instrumento vinculativo, eis que será considerado como não entregue o item discordante.

9.7 A empresa contratada deverá oferecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a contratante.

9.8 A empresa se obriga a fornecer a garantia mínima de 2 (dois) anos para o produto ao qual for vencedora, contados a partir da instalação do produto, a qual será agendada pelos Engenheiros Clínico tão logo tenha sido realizada a contratação dos funcionários que utilizarão o equipamento no Hospital Regional de Biguaçu.

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

GASTOS COM ENSINO

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.
REFERÊNCIA ATÉ ABRIL DE 2015

1. Receita produto de Impostos.	31.159.136,26	
1.1. Receita de Impostos	7.987.100,71	
1.1. Receita de IPTU	3.417.035,00	
1.2. Receita de ITBI	822.276,62	
1.3. Receita de ISS	3.533.291,84	
1.4. Receita de IRRF	470.905,58	
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	73.187,98	
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	118.458,14	
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	255.389,33	
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-703.443,78	
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	23.172.035,55	
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	8.550.734,42	
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “d”.	0,00	
2.3. Cota-Parte do ITR	22.324,33	
2.4. Cota-Parte do ICMS	12.778.555,44	
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	51.679,51	
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	198.005,64	
2.7. Cota-Parte do IPVA	1.570.736,21	
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00	
2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27,0% do item 1, conforme LOA)	8.412.966,79
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	711.582,21
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	22.620,00
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	92.698,73
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas – PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	12.596,40
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	238,52
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	0,00
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	10.731,12
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 91,75%	4.746.219,85
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 8,25%	166.161,82
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	126,19
0.1.70.000201	Cobertura de Quadra em Escola	98.320,73
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	201.013,78
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR – Transporte Escolar	4.656,87
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	28.025,14
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	12.482,35
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	11.131,16
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	4.771,25
0.1.81.000006	RDB – PNATE	70,19
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	63,26
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	465,85
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	3,72
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	24.576,38
	TOTAL	14.562.745,59

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB					
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
3.1. Receita de Impostos	8.412.966,79	7.880.714,32	-532.252,47		
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	2.176.735,31	1.644.482,84	-532.252,47
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	1.549.348,58	1.549.348,58	0,00
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	54.159,73	54.159,73	0,00
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00

0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	4.632.723,17	4.632.723,17	0,00			
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00			
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
(+) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.532,18			
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
3.2. Receita do Fundeb e de RDB	4.940.406,81	5.052.422,88	112.016,07					
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	1.700.460,61	1.882.473,34	182.012,73			
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	3.045.759,24	3.045.759,24	0,00			
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	166.161,82	124.190,30	-41.971,52			
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	28.025,14	0,00	-28.025,14			
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013	12.608,54	12.608,54	0,00					
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	126,19	126,19	0,00			
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	12.482,35	12.482,35	0,00			
3.4. Receita de Outras Fontes	1.196.763,45	900.196,75	-296.566,70					
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	530.534,51	341.059,51	-189.475,00			
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	181.047,70	181.047,70	0,00			
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	22.620,00	0,00	0,00				
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	92.698,73	52.749,8	-39.948,93			
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00			
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28			
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	12.596,40	21.569,02	8.972,62			
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	238,52	0,00	-238,52			
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	10.731,12	0,00	-10.731,12			
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	98.320,73	125.706,15	27.385,42			
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	201.013,78	178.064,57	-22.949,21			
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	4.656,87	0,00	-4.656,87			
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	11.131,16	0,00	-11.131,16			
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	4.771,25	0,00	-4.771,25			
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	70,19	0,00	-70,19			
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	63,26	0,00	-63,26			
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	465,85	0,00	-465,85			
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	3,72	0,00	-3,72			
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	24.576,38	0,00	-24.576,38			
TOTAL	14.562.745,59	13.845.942,49	-718.803,10					
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA					
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% do item 1	25,29%	0,29%					
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60% do Fundeb	99,75%	39,75%					
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício	95%	102,27%	7,27%					

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $7.880.714,32 \times 100 / 31.159.136,26 = 25,29\%$ 4.2 = $1.882.473,34 + 3.045.759,24 \times 100 / 4.940.406,81 = 99,75\%$ 4.3 = $5.052.422,88 \times 100 / 4.940.406,81 = 102,27\%$

Biguaçu, 29 de maio de 2015.

RAMON WOLINGER	MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO	
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação	

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RREO – Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS.

REFERÊNCIA ATÉ ABRIL DE 2015

1. Receita produto de Impostos.	31.159.136,26	
1.1. Receita de Impostos	7.987.100,71	
1.1. Receita de IPTU	3.417.035,00	
1.2. Receita de ITBI	822.276,62	
1.3. Receita de ISS	3.533.291,84	
1.4. Receita de IRRF	470.905,58	
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	73.187,98	
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	118.458,14	
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	255.389,33	
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-703.443,78	
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	23.172.035,55	
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	8.550.734,42	
2.2. Cota-Parte do ITR	22.324,33	
2.3. Cota-Parte do ICMS	12.778.555,44	
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	51.679,51	
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação	198.005,64	
2.6. Cota-Parte do IPVA	1.570.736,21	
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00	
2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (21,07% do item 1, conforme LOA)	6.565.230,01
0.1.02.000000	Déficit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	-1.836.355,92
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	0,00
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	47.687,64
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	88.574,65
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	49.040,52
0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	731.272,00
0.6.28.000015	Superávit Financeiro Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	261,07
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	517.712,00
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	59.599,39
0.6.28.000043	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vig. San. – PFVISA – Parte do FNS	108.251,35
0.2.28.000044	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	100.272,80
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Componente Básico de Assistência Farmacêutica	6.051,40
0.2.28.000045	Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	13.336,33
0.6.28.000045	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	38.145,04
0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	128.893,64
0.6.28.000107	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância em Saúde	83.216,07
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	411.684,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	84.964,89
0.2.28.000047	Saúde da Família	432.330,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	106.619,14
0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST	28.666,64
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Incentivo ao Prog. Nac. de HIV/AIDS e Outras DST	13.866,23
0.2.28.000048	SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	78.882,00
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	39.600,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	25.233,57
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	160.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	42.790,88
0.2.28.000056	Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	250.000,00
0.6.28.000056	Superávit Financeiro Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	1.801,34
0.2.28.000057	Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio – EMAP	30.000,00
0.6.28.000057	Superávit Financeiro Progr.Nacional Equipes Multip. de Apoio – EMAP	1.526,41
0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	21.508,00

0.6.28.000104	Superávit Financeiro Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	13.992,00
0.2.28.000108	Incentivo de Qualificação das Ações de Dengue	0,00
0.2.28.000119	Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	608.214,13
0.2.28.000119	Cancelamento de Restos a Pagar	19.908,61
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	177.964,10
0.2.28.000179	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	302.600,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Prog. Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	221.521,83
0.2.28.000184	Saúde Bucal	62.440,00
0.6.28.000184	Superávit Financeiro Saúde Bucal	1.063,08
0.6.28.000186	Superávit Financeiro Aquisição de Equipamentos p/UBS	665,69
0.2.28.000187	Rede Psico Social	121.756,79
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Rede Psico Social	4.599,99
0.2.28.000193	Programa Saúde na Escola	0,00
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	2.775,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro MAC – Rede Viver sem Limites	359,99
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	26.439,04
0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	44.238,00
0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	-31.310,62
0.2.29.000053	Centro Especialidades Odontológicas	0,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro Especialidades Odontológicas	37.034,57
0.2.29.000054	Co-Financiamento – PAB	42.460,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento – PAB	123.509,70
0.2.29.000125	ASPS - Manutenção do FMS	65.967,00
0.2.29.000125	ASPS - Manutenção do FMS	-70.618,24
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	118.910,91
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	0,00
0.6.30.000000	Superávit Financeiro Transf. Mun. Gover. Celso Ramos e Antônio Carlos	4.852,17
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde – UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UPA	7.316,98
0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	-833,71
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	0,00
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	-86.701,15
0.2.70.000176	Convênio MS – Construção da UBS – Prado	0,00
0.6.70.000176	Superávit Financeiro Convênio MS – Construção da UBS – Prado	55.726,97
0.2.70.000180	Programa Requalificação de UBS – Reforma/Ampliação	118.984,00
0.2.70.000185	Convênio MS – Aquisição de Equipamentos para o Hospital	4.899.984,40
0.2.70.000185	Convênio MS – Aquisição de Equipamentos para o Hospital	-1.116.353,04
0.2.70.000186	Aquisição de Eptoss para UBS	0,00
0.6.70.000192	Superávit Financeiro Convênio MS Programa de Requalificação UBS	36.046,33
0.6.70.000197	Superávit Financeiro Convênio MS – Construção da UBS – Prado	35.474,00
0.2.70.000208	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	16.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	3.103.172,85
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	-515.062,42
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	119.272,13
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	45.987,78
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	21.200,00
	TOTAL	17.072.402,20

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
3.1. Receita de Impostos	4.728.874,09	5.500.758,47	771.884,38		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	4.511.194,93	3.446.723,39	-1.064.471,54
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. e Ambul.	1.926.956,74	1.926.956,74	0,00
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	26.027,94	26.027,94	0,00
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	101.050,40	101.050,40	0,00
0.1.02.000000	306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	-1.836.355,92	0,00	1.836.355,92
(+) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes	12.343.528,11	5.147.091,02	-7.196.437,09		
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	47.687,64	0,00	-47.687,64
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	88.574,65	98.136,63	9.561,98
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	49.040,52	0,00	-49.040,52
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	731.272,00	437.600,76	-293.671,24
0.6.28.000015	301	Atenção Básica	261,07	0,00	-261,07
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	517.712,00	913.289,32	395.577,32
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	59.599,39	0,00	-59.599,39
0.6.28.000043	304	Vigilância Sanitária	108.251,35	0,00	-108.251,35
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	100.272,80	105.000,00	4.727,20
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	6.051,40	0,00	-6.051,40
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	13.336,33	4.707,51	-8.628,82
0.6.28.000045	304	Vigilância Sanitária	38.145,04	0,00	-38.145,04
0.2.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	128.893,64	24.541,46	-104.352,18
0.6.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	83.216,07	150,00	-83.066,07
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	411.684,00	529.208,28	117.524,28
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	84.964,89	0,00	-84.964,89
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	432.330,00	448.860,00	16.530,00
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	106.619,14	0,00	-106.619,14
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	28.666,64	28.395,83	-270,81
0.6.28.000120	301	Atenção Básica	13.866,23	0,00	-13.866,23
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. e Ambul.	78.882,00	109.410,18	30.528,18
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	39.600,00	29.465,96	-10.134,04
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	25.233,57	0,00	-25.233,57
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	160.000,00	160.000,00	0,00
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	42.790,88	0,00	-42.790,88
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	250.000,00	124.515,06	-125.484,94
0.6.28.000056	301	Atenção Básica	1.801,34	0,00	-1.801,34
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	30.000,00	2.978,23	-27.021,77
0.6.28.000057	301	Atenção Básica	1.526,41	0,00	-1.526,41
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	21.508,00	0,00	-21.508,00
0.6.28.000104	301	Atenção Básica	13.992,00	0,00	-13.992,00
0.2.28.000108	301	Atenção Básica	0,00	14.900,00	14.900,00
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	608.214,13	603.643,08	-4.571,05
0.2.28.000119	Cancelamento de Restos a Pagar	19.908,61	0,00	-19.908,61	
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	177.964,10	0,00	-177.964,10
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	302.600,00	272.678,23	-29.921,77
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	221.521,83	0,00	-221.521,83
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	62.440,00	54.220,00	-8.220,00
0.6.28.000184	301	Atenção Básica	1.063,08	0,00	-1.063,08
0.6.28.000186	301	Atenção Básica	665,69	0,00	-665,69
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	121.756,79	112.270,00	-9.486,79
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	4.599,99	0,00	-4.599,99
0.2.28.000193	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	2.775,00	0,00	-2.775,00
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	359,99	0,00	-359,99
0.6.29.000051	304	Vigilância Sanitária	26.439,04	0,00	-26.439,04
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	44.238,00	55.015,60	10.777,60
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	-31.310,62	0,00	31.310,62
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	37.034,57	0,00	-37.034,57
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	42.460,00	216.140,67	173.680,67
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	123.509,70	0,00	-123.509,70
0.2.29.000125	301	Atenção Básica	65.967,00	0,00	-65.967,00
0.2.29.000125	301	Atenção Básica	-70.618,24	0,00	70.618,24
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	118.910,91	0,00	-118.910,91
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.30.000000	301	Atenção Básica	4.852,17	0,00	-4.852,17
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00

0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7.316,98
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	-833,71	0,00	833,71
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	-86.701,15	0,00	86.701,15
0.2.70.000176	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.70.000176	301	Atenção Básica	55.726,97	0,00	-55.726,97
0.2.70.000180	301	Atenção Básica	118.984,00	0,00	-118.984,00
0.2.70.000185	301	Atenção Básica	4.899.984,40	696.850,00	-4.203.134,40
0.2.70.000185	301	Atenção Básica	-1.116.353,04	0,00	1.116.353,04
0.2.70.000186	301	Atenção Básica	0,00	66.078,80	66.078,80
0.6.70.000192	301	Atenção Básica	36.046,33	0,00	-36.046,33
0.6.70.000197	301	Atenção Básica	35.474,00	0,00	-35.474,00
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	16.000,00	0,00	-16.000,00
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	3.103.172,85	0,00	-3.103.172,85
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	-515.062,42	0,00	515.062,42
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	119.272,13	39.035,42	-80.236,71
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	45.987,78	0,00	-45.987,78
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.85.000101	301	Atenção Básica	21.200,00	0,00	-21.200,00
TOTAL	17.072.402,20	10.647.849,49	-6.424.552,71		

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	17,65%	2,65%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = 5.500.758,47X100/31.159.136,26=17,65%

Biguaçu, 29 de maio de 2015.

RAMON WOLINGER	LEANDRO ADRIANO DE BARROS	
Prefeito Municipal	Secretario Municipal de Saúde	

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA	
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda	

PORTARIA Nº 1566/2015

PORTARIA Nº 1566/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

ART. 1º - Instituir a Comissão Especial de Licitação para a contratação de Sistema de ERP.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Especial de Licitação e como membros os servidores EDUARDO LOPES JONKER, BRUNO DIOGO MARQUES, LEANDRO FRANCISCO TORQUATO, PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO, LEANDRO DE SOUZA CUNHA, NAGIB ABRAHÃO SALUM NETO e THIAGO ALEXANDRE PEREIRA.

ART. 3º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 120 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo Único - Os servidores terão direito a Gratificação apenas no período em que estiver vigente a referida Comissão, cessando com a homologação do certame.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1567/2015

PORTARIA nº 1567 de 08 de junho de 2015

Designa a servidora Fernanda Aparecida da Cunha, para substituir o servidor Giovani Rafael Gasparetto, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Fernanda Aparecida da Cunha, inscrita na matrícula funcional nº 9782, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, na Secretaria Municipal de Administração, para exercer a Função de Pregoeiro, em substituição da titular Giovani Rafael Gasparetto, inscrito na matrícula funcional nº 7955, nos termos do art. 110 da Lei Complementar nº 53/2012, no período de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2015.

Biguaçu, 08 de junho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1568/2015

PORTARIA Nº. 1568 de 10 de junho de 2015

Designa a comissão para que seja realizada Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário; Leandro de Souza e Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, para proceder abertura de Sindicância e apuração dos fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Educação com a servidora Isonide Helena Waltrich, ocupante do cargo temporário de Professor I, de acordo com a Comunicação Interna nº. 273/2015 da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1569/2015

PORTARIA Nº. 1569 de 10 de junho de 2015

Designa a comissão para que seja realizada Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental; Marivalde Inês Kons Hofmann, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Kátia Bernadeth da Silva, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, para proceder abertura de Sindicância e apuração dos fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Educação com os servidores Diego Rogério Pedroso, ocupante do cargo temporário de Motorista III, e Josmar Pereira da Costa, ocupante do cargo temporário de Monitor de Transporte Escolar, de acordo com o Processo nº. 3534/2015 da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1570/2015

PORTARIA Nº. 1570 de 10 de junho de 2015

Designa a comissão para que seja realizada Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Bernardo Heringer Rodrigues Silva, ocupante do cargo efetivo de Advogado; Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, e Fabiano Thiago José, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais v (Servente), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, para proceder abertura de Sindicância e apuração dos fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Saúde com o servidor Luis Henrique Couto da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Motorista III, de acordo com o Memorando e-2717/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1620/2015

PORTARIA Nº 1620/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA CIPRIANI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5277/2015 em anexo nos períodos de 29/05/2015 a 27/07/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1621/2015

PORTARIA Nº 1621/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIAN DENISE PRUNER PERES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5188/2015 em anexo nos períodos de 24/05/2015 a 09/06/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1622/2015

PORTARIA Nº 1622/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5064/2015 em anexo nos períodos de 24/05/2015 a 09/06/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1623/2015

PORTARIA Nº 1623/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIO ROBERTO SOARES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5213/2015 em anexo nos períodos de 26/05/2015 a 26/08/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1624/2015

PORTARIA Nº 1624/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5087/2015 em anexo nos períodos de 18/05/2015 a 20/05/2015 e de 27/05/2015 a 29/05/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1625/2015

PORTARIA Nº 1625/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIONETE TEREZINHA AMORIM DA SILVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5034/2015 em anexo no período de 25/05/2015 a 08/06/2015.

Biguaçu, 16 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1626/2015

PORTARIA Nº 1626/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAGALI RAMOS CURCIO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4983/2015 em anexo no período de 19/05/2015 a 25/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1627/2015

PORTARIA Nº 1627/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANESSA BITTENCOURT ROSA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5222/2015 em anexo no período de 29/05/2015 a 03/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1628/2015

PORTARIA Nº 1628/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA JULIETA DE SOUZA SOGABE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5222/2015 em anexo nos períodos de 03/06/2015 a 03/06/2015 e de 06/06/2015 a 10/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1629/2015

PORTARIA Nº 1629/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANE ESTHER VESENICK, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5336/2015 em anexo no período de 02/06/2015 a 16/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1630/2015

PORTARIA Nº 1630/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISOLETE DA SILVA PADILHA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4963/2015 em anexo no período de 20/05/2015 a 27/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1631/2015

PORTARIA Nº 1631/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANE DE FARIA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5327/2015 em anexo no período de 01/06/2015 a 05/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1632/2015

PORTARIA Nº 1632/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 5227/2015 em anexo no período de 27/05/2015 a 29/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1633/2015

PORTARIA Nº 1633/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 5028/2015 em anexo nos períodos de

19/05/2015 a 19/05/2015, 21/05/2015 a 21/05/2015 e 25/05/2015 a 25/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1634/2015

PORTARIA nº 1634/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, REGINA CARDOSO, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR EM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/06/2015 a 05/10/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 06/10/2015 a 04/11/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1635/2015

PORTARIA Nº 1635/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5649/2015 em anexo no período de 11/06/2015 a 17/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1636/2015

PORTARIA Nº 1636/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA REGINA JUPA DALPRÁ, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5589/2015 em anexo no período de 09/06/2015 a 12/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1637/2015

PORTARIA Nº 1637/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RICARDO REIS, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5657/2015 em anexo no período de 11/06/2015 a 10/07/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1638/2015

PORTARIA Nº 1638/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5588/2015 em anexo no período de 11/06/2015 a 10/08/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1639/2015

PORTARIA Nº 1639/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LIRIAN HAUPTLI AMORIM, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5679/2015 em anexo no período de 11/06/2015 a 16/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1640/2015

PORTARIA nº 1640 de 17 de junho de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que

lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATALIA HULSE BRASIL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 13/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2015.

Biguaçu, 13 de junho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1641/2015

PORTARIA nº 1641 de 17 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TIAGO COSTA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/06/2015 a 16/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1642/2015

PORTARIA nº 1642 de 17 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA FEIJÓ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 16/06/2015 a 16/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1643/2015

PORTARIA nº 1643 de 17 de junho de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AGUIDA MARIA PEREIRA DE FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 16/06/2015 a 16/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1644/2015

PORTARIA Nº 1644/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ELI TEREZINHA VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 82/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1645/2015

PORTARIA Nº 1645/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MANOEL JOSÉ MACHADO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 83/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1646/2015

PORTARIA nº 1646 de 17 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Isabel Cristina Curcio, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 25/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1647/2015

PORTARIA nº 1647 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Francielle Regis de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1648/2015

PORTARIA nº 1648 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Lívia Zimmer de Cerqueira Cezar, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1649/2015

PORTARIA nº 1649 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Cássia Dandara Struck, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (Ensino Fundamental), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1650/2015

PORTARIA nº 1650 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Fernando Magalhães Pinheiro, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1651/2015

PORTARIA nº 1651 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Andreia Junkes Rodrigues Prazeres, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/05/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1653/2015

PORTARIA nº 1653 de 17 de junho de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Luis Augusto Wolkan, detentor do cargo de provimento temporário de Carpinteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1654/2015

PORTARIA nº 1654 de 17 de junho de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marisa Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2015.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

RETIFICAÇÃO PP 130/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 130/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas na CC 130/2015 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SISTEMA DE MACRODRENAGEM COMPLEMENTAR QUE ATINGIRÁ OS BAIRROS BOM VIVER, VENDAVAL E SÃO MIGUEL (RIO CAVEIRAS) - PARA O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETO ANEXO", que houve alterações no Anexo II do Edital, passando a ter a seguinte redação:

ANEXO II - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA

As interessadas deverão comprovar através de atestados para todos os itens considerados de maior relevância técnica e de valor significativo, podendo ser somados mais de um atestado, conforme descritos no Quadro abaixo:

Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade do Projeto Básico	Quantidade Mínima Exigida das Licitantes
Execução de Galeria Moldada In Loco com DN (3,00m x 1,50m); (4,00m x 2,00m) e (2,00 x 1,50m)	m	72	36
Execução de Galeria Pré-Moldada com DN (2,00 x 1,50m) e (1,50 x 1,50m)	m	1064,1	532,05
Execução de canal trapezoidal com Colchão Reno	m	514	257
Execução de Canal Aberto Trapezoidal	m	558	279
Escavação mecânica de vala não escorada	m³	18288,44	9144,22
Gabião Tipo Colchão Reno/Manta (h=0,17m)	m²	4626	2313
Concreto (fck=20mpa) e (fck=30mpa)	m³	1127,58	563,79
Armação Aço ca-50	Kg	17392,31	8696,155

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 21/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 21/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 17 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	187.955.000,00	187.955.000,00	26.097.076,65	13,88	52.570.077,52	135.384.922,48
RECEITAS CORRENTES	136.270.000,00	136.270.000,00	22.895.583,07	16,80	43.828.995,21	92.441.004,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.188.000,00	24.188.000,00	5.758.940,16	23,81	8.761.297,11	15.426.702,89
IMPOSTOS	20.290.000,00	20.290.000,00	4.966.075,64	24,48	7.573.062,24	12.716.937,76
TAXAS	3.898.000,00	3.898.000,00	792.864,52	20,34	1.188.234,87	2.709.765,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.510.000,00	6.510.000,00	1.053.257,19	16,18	2.093.789,31	4.416.210,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.636.000,00	2.636.000,00	364.278,43	13,82	727.728,80	1.908.271,20
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.874.000,00	3.874.000,00	688.978,76	17,78	1.366.060,51	2.507.939,49
RECEITA PATRIMONIAL	5.812.000,00	5.812.000,00	1.374.650,42	23,65	2.814.884,37	2.997.115,63
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	1.583,29	15,83	3.135,19	6.864,81
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.742.000,00	5.742.000,00	1.372.780,48	23,91	2.811.016,23	2.930.983,77
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	286,65	0,48	732,95	59.267,05
RECEITA DE SERVIÇOS	408.000,00	408.000,00	119.147,21	29,20	224.074,67	183.925,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.460.000,00	96.460.000,00	14.095.140,46	14,61	28.992.259,45	67.467.740,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	95.075.000,00	95.075.000,00	13.893.866,68	14,61	28.747.648,68	66.327.351,32
Transferências de Instituições Privadas	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	260,00	8,67	3.596,99	-596,99
Transf. de Conv.	782.000,00	782.000,00	201.013,78	25,71	241.013,78	540.986,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.892.000,00	2.892.000,00	494.447,63	17,10	942.690,30	1.949.309,70
Multas e Juros de Mora	806.000,00	806.000,00	195.891,85	24,30	376.660,80	429.339,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	130.000,00	130.000,00	33.622,86	25,86	83.751,12	46.248,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.564.000,00	1.564.000,00	196.800,93	12,58	352.500,39	1.211.499,61
RECEITAS DIVERSAS	392.000,00	392.000,00	68.131,99	17,38	129.777,99	262.222,01
RECEITAS DE CAPITAL	51.685.000,00	51.685.000,00	3.201.493,58	6,19	8.741.082,31	42.943.917,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.100.000,00	17.100.000,00	0,00	0,00	0,00	17.100.000,00
Operações de Crédito Internas	17.100.000,00	17.100.000,00	0,00	0,00	0,00	17.100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34.525.000,00	34.525.000,00	3.201.493,58	9,27	8.741.082,31	25.783.917,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.540.000,00	1.540.000,00	0,00	0,00	5.034.968,40	-3.494.968,40
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	32.985.000,00	32.985.000,00	3.201.493,58	9,71	3.706.113,91	29.278.886,09
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.480.000,00	5.480.000,00	842.126,28	15,37	1.681.870,53	3.798.129,47
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	193.435.000,00	193.435.000,00	26.939.202,93	13,93	54.251.948,05	139.183.051,95

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	193.435.000,00	26.939.202,93	13,93	54.251.948,05	28,05	139.183.051,95
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)		193.435.000,00	26.939.202,93	13,93	54.251.948,05	28,05	139.183.051,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	1.157.634,82	—	—	160.608,43	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.157.634,82	—	—	160.608,43	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	181.955.000,00	189.959.000,41	24.742.691,80	59.237.889,27	130.721.111,14	20.947.682,64	34.945.016,03	155.013.984,38	30.935.532,70
DESPESAS CORRENTES	104.900.000,00	105.392.863,99	22.093.130,96	47.879.548,75	57.513.315,24	19.190.441,51	30.992.796,11	74.400.067,88	27.627.832,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.953.000,00	54.649.343,00	8.864.645,44	16.559.695,54	38.089.647,46	8.947.844,75	16.183.810,12	38.465.532,88	15.680.917,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.325.000,00	1.325.000,00	25.000,00	186.655,78	1.138.344,22	39.649,40	94.061,62	1.230.938,38	79.937,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.622.000,00	49.418.520,99	13.203.485,52	31.133.197,43	18.285.323,56	10.202.947,36	14.714.924,37	34.703.596,62	11.866.977,72
DESPESAS DE CAPITAL	65.873.000,00	73.384.136,42	2.649.560,84	11.358.340,52	62.025.795,90	1.757.241,13	3.952.219,92	69.431.916,50	3.307.700,04
INVESTIMENTOS	59.788.000,00	67.299.136,42	2.568.833,60	7.596.944,00	59.702.192,42	656.917,04	1.755.422,28	65.543.714,14	1.550.801,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.085.000,00	6.085.000,00	80.727,24	3.761.396,52	2.323.603,48	1.100.324,09	2.196.797,64	3.888.202,36	1.756.898,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.182.000,00	11.182.000,00	0,00	0,00	11.182.000,00	0,00	0,00	11.182.000,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.280.000,00	5.256.000,00	945.129,55	1.739.480,35	3.516.519,65	1.006.981,54	1.629.076,39	3.626.923,61	1.167.444,72

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.280.000,00	5.256.000,00	945.129,55	1.739.480,35	3.516.519,65	1.006.981,54	1.629.076,39	3.626.923,61	1.167.444,72
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	187.235.000,00	195.215.000,41	25.687.821,35	60.977.369,62	134.237.630,79	21.954.664,18	36.574.092,42	158.640.907,99	32.102.977,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	187.235.000,00	195.215.000,41	25.687.821,35	60.977.369,62	134.237.630,79	21.954.664,18	36.574.092,42	158.640.907,99	32.102.977,42
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	17.677.855,63	—	54.251.948,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	187.235.000,00	195.215.000,41	25.687.821,35	60.977.369,62	—	21.954.664,18	54.251.948,05	—	86.354.925,47

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.862.020,36

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	5.480.000,00	5.480.000,00	842.126,28	15,37	1.681.870,53	30,69	3.798.129,47
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.480.000,00	5.480.000,00	842.126,28	15,37	1.681.870,53	30,69	3.798.129,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.730.000,00	4.730.000,00	721.375,77	15,25	1.443.458,69	30,52	3.286.541,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.730.000,00	4.730.000,00	721.375,77	15,25	1.443.458,69	30,52	3.286.541,31
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	750.000,00	750.000,00	120.750,51	16,10	238.411,84	31,79	511.588,16
Rec. Decorrente Aportes Period.p/Amort. Deficit	750.000,00	750.000,00	120.750,51	16,10	238.411,84	31,79	511.588,16

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	5.280.000,00	5.256.000,00	945.129,55	1.739.480,35	3.516.519,65	1.006.981,54	1.629.076,39	3.626.923,61	1.167.444,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.530.000,00	4.506.000,00	699.191,62	1.375.881,09	3.130.118,91	706.596,99	1.328.691,84	3.177.308,16	929.032,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	750.000,00	750.000,00	245.937,93	363.599,26	386.400,74	300.384,55	300.384,55	449.615,45	238.411,84

FONTE:

DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	18.136.572,49	16.685.498,84	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	14.921.485,38	13.178.205,41	0,00	0,00
Interna	14.921.485,38	13.178.205,41	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	3.215.087,11	3.507.293,43	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.623.349,76	15.060.547,27	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.545.667,58	19.884.347,41	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	9.435,45	8.124,68	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.931.753,27	4.831.924,82	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	9.513.222,73	1.624.951,57	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	122.600.771,99	123.278.472,81	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	14,79%	13,53%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	7,76%	1,32%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	147.120.926,39	147.934.167,37	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	132.408.833,75	133.140.750,63	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	14.921.485,38	13.178.205,41	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	14.921.485,38	13.178.205,41	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	14.921.485,38	13.178.205,41	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	761.975,78	1.046.320,23	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.017.313,60	25.084.123,43	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	56.082.867,93	59.904.556,81	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	142.475,71	202.342,68	0,00	0,00
Investimentos	55.940.392,22	59.702.214,13	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	118.492,05	190.945,50	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-56.082.867,93	-59.904.556,81	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Biguaçu, 29/05/2015

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Secretário da Fazenda

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora CRC/SC 028726/O-6

FONTE:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Administração	181.955.000,00	189.959.000,41	24.742.691,80	59.237.889,27	97,15	20.947.682,64	34.945.016,03	155.013.984,38
Planejamento e Orçamento	14.143.000,00	14.676.307,21	2.194.196,15	5.622.982,14	9,22	2.129.644,84	3.593.668,82	11.082.638,39
Administração Geral	1.561.000,00	1.566.000,00	255.579,09	756.936,01	1,24	317.793,11	619.776,05	946.223,95
Administração Financeira	7.382.000,00	7.415.000,00	1.024.073,08	2.679.908,22	4,39	954.839,50	1.599.036,25	5.815.963,75
Controle Interno	2.938.000,00	2.938.000,00	428.544,08	1.492.167,99	2,45	560.889,81	950.429,10	1.987.570,90
Tecnologia da Informação	143.000,00	143.000,00	22.400,04	51.288,50	0,08	20.698,44	44.187,71	98.812,29
Formação de Recursos Humanos	630.000,00	1.125.307,21	199.092,78	206.264,23	0,34	75.337,75	78.109,20	1.047.198,01
Administração de Receitas	30.000,00	30.000,00	26.893,55	28.013,55	0,05	25.613,55	26.733,55	3.266,45
Comunicação Social	720.000,00	720.000,00	400,00	5.800,00	0,01	5.534,40	5.534,40	714.465,60
Segurança Pública	739.000,00	739.000,00	237.213,53	400.603,64	0,66	168.938,28	269.862,56	469.137,44
Defesa Civil	18.081.000,00	18.081.000,00	84.956,06	161.818,35	0,27	58.051,25	86.427,95	17.994.572,05
Assistência Social	18.081.000,00	18.081.000,00	84.956,06	161.818,35	0,27	58.051,25	86.427,95	17.994.572,05
Assistência ao Idoso	4.271.000,00	4.365.032,00	685.407,11	1.719.048,70	2,82	655.936,80	1.226.253,84	3.138.778,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	196.000,00	196.000,00	96.331,06	173.073,90	0,28	45.330,56	75.493,47	120.506,53
Assistência Comunitária	1.943.000,00	2.037.032,00	279.426,98	666.559,48	1,09	276.847,43	539.525,03	1.497.506,97
Previdência Social	2.132.000,00	2.132.000,00	309.649,07	879.415,32	1,44	333.758,81	611.235,34	1.520.764,66
Previdência do Regime Estatutário	3.930.000,00	3.930.000,00	660.825,88	1.264.663,54	2,07	660.825,88	1.264.663,54	2.665.336,46
Saúde	3.930.000,00	3.930.000,00	660.825,88	1.264.663,54	2,07	660.825,88	1.264.663,54	2.665.336,46
Atenção Básica	34.796.000,00	38.962.481,72	5.177.579,01	14.415.116,42	23,64	5.881.352,04	10.270.062,69	28.692.419,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.898.000,00	27.060.265,65	2.773.100,23	8.941.722,05	14,56	3.820.298,75	6.891.054,72	20.199.210,93
Vigilância Sanitária	10.887.000,00	10.887.000,00	2.240.806,81	5.066.227,01	8,31	1.913.328,17	3.101.139,75	7.565.860,25
Vigilância Epidemiológica	463.000,00	463.000,00	80.828,06	213.742,51	0,35	67.343,78	140.527,22	322.472,78
Alimentação e Nutrição	506.000,00	680.216,07	82.843,91	193.424,85	0,32	80.381,34	137.341,00	542.875,07
Trabalho	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
Fomento ao Trabalho	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Educação	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Alimentação e Nutrição	33.350.000,00	34.210.747,36	6.380.390,18	14.174.590,69	23,25	5.608.073,48	9.297.011,96	24.913.735,40
Ensino Fundamental	851.000,00	851.000,00	411.134,05	531.388,65	0,87	114.552,16	212.964,12	638.035,88
Ensino Profissional	14.956.000,00	15.763.998,18	2.571.374,32	6.430.183,75	10,55	2.484.733,94	4.114.485,59	11.649.512,59
Ensino Superior	95.000,00	95.000,00	15.253,33	35.348,37	0,06	14.567,48	25.378,82	69.621,18
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação de Jovens e Adultos	16.900.000,00	16.952.749,18	3.231.382,14	7.009.525,89	11,50	2.841.171,25	4.777.124,25	12.175.624,93
Educação Especial	128.000,00	128.000,00	43.696,34	60.614,03	0,10	45.498,65	59.509,18	68.490,82
Diffusão Cultural	400.000,00	400.000,00	107.550,00	107.550,00	0,18	107.550,00	107.550,00	292.450,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	181.955.000,00	189.959.000,41	24.742.691,80	59.237.889,27	97,15	20.947.682,64	34.945.016,03	95,55
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.142.000,00	1.143.000,00	54.556,49	124.973,42	0,20	56.046,48	112.340,23	0,31
Difusão Cultural	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	845.000,00	845.000,00	52.256,49	122.673,42	0,20	56.046,48	112.340,23	0,31
Promoção Comercial	22.000,00	23.000,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	68.000,00	68.000,00	8.561,04	18.590,72	0,03	10.051,04	18.590,72	0,05
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	68.000,00	68.000,00	8.561,04	18.590,72	0,03	10.051,04	18.590,72	0,05
Urbanismo	38.770.000,00	38.770.000,00	5.954.434,53	10.258.438,81	16,82	2.968.969,86	3.815.183,01	10,43
Infra-Estrutura Urbana	25.709.000,00	25.709.000,00	498.288,88	939.406,10	1,54	114.353,30	204.902,39	0,56
Serviços Urbanos	12.811.000,00	12.811.000,00	5.456.145,65	9.319.033,71	15,28	2.854.616,56	3.610.280,62	9,87
Transportes Coletivos Urbanos	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	20.705,84	0,03	0,00	20.705,84	0,06
Habituação Urbana	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	20.705,84	0,03	0,00	20.705,84	0,06
Saneamento	19.000,00	19.000,00	0,00	17.405,96	0,03	6.000,00	7.405,96	0,02
Saneamento Básico Urbano	19.000,00	19.000,00	0,00	17.405,96	0,03	6.000,00	7.405,96	0,02
Gestão Ambiental	845.000,00	845.000,00	16.266,72	623.062,71	1,02	100.679,80	181.138,28	0,50
Preservação e Conservação Ambiental	795.000,00	795.000,00	16.266,72	623.062,71	1,02	100.679,80	181.138,28	0,50
Recuperação de Áreas Degradadas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.943.000,00	3.041.648,27	330.724,91	784.885,16	1,29	329.465,00	565.779,03	1,55
Promoção da Produção Animal	257.000,00	257.000,00	41.848,17	71.113,35	0,12	40.586,21	57.471,92	0,16
Extensão Rural	2.686.000,00	2.784.648,27	288.876,74	713.771,81	1,17	288.876,79	508.307,11	1,39
Indústria	690.000,00	690.000,00	95.905,66	162.402,30	0,27	70.727,33	114.817,98	0,31
Promoção Industrial	690.000,00	690.000,00	95.905,66	162.402,30	0,27	70.727,33	114.817,98	0,31
Comércio e Serviços	246.000,00	396.000,00	122.897,37	167.897,37	0,28	59.706,10	104.706,10	0,29
Promoção Comercial	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	180.000,00	330.000,00	122.897,37	167.897,37	0,28	59.706,10	104.706,10	0,29
Transporte	2.999.000,00	4.975.265,90	2.344.650,23	3.175.723,25	5,21	729.963,68	964.458,00	2,61
Transporte Rodoviário	2.999.000,00	4.975.265,90	2.344.650,23	3.175.723,25	5,21	729.963,68	964.458,00	2,61
Desporto e Lazer	3.081.000,00	2.971.393,95	398.176,48	826.133,85	1,35	211.775,39	491.287,29	1,34
Administração Geral	1.132.000,00	1.132.000,00	256.209,45	533.466,25	0,87	179.378,99	314.345,32	0,86
Desporto Comunitário	1.689.000,00	1.539.393,95	140.007,03	167.942,58	0,28	26.876,40	54.711,95	0,15
Lazer	260.000,00	300.393,95	1.960,00	124.825,02	0,20	5.520,00	122.230,02	0,33
Encargos Especiais	9.099.000,00	9.332.124,00	233.123,98	5.699.449,04	9,35	1.410.413,67	2.820.514,79	7,71
Serviço da Dívida Interna	7.300.000,00	7.300.000,00	0,00	3.842.325,06	6,30	1.114.212,18	2.265.097,95	6,19
Outras Transferências	1.799.000,00	2.032.124,00	233.123,98	1.857.123,98	3,05	296.201,49	555.416,84	1,52

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	181.955.000,00	189.959.000,41	24.742.691,80	59.237.889,27	97,15	20.947.682,64	34.945.016,03	95,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.182.000,00	11.182.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	5.280.000,00	5.256.000,00	945.129,55	1.739.480,35	2,85	1.006.981,54	1.629.076,39	4,45
Planejamento e Orçamento	1.480.000,00	1.475.000,00	346.554,67	567.350,65	0,93	401.001,29	504.135,94	1,38
Administração Geral	125.000,00	120.000,00	20.288,08	39.753,20	0,07	20.288,08	39.753,20	0,11
Administração Financeira	1.045.000,00	1.045.000,00	279.446,89	434.917,23	0,71	333.893,51	371.702,52	1,02
Administração Financeira	300.000,00	300.000,00	44.543,40	88.127,62	0,14	44.543,40	88.127,62	0,24
Controle Interno	5.000,00	5.000,00	906,06	1.812,12	0,00	906,06	1.812,12	0,00
Comunicação Social	5.000,00	5.000,00	1.370,24	2.740,48	0,00	1.370,24	2.740,48	0,01
Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	194.000,00	176.000,00	26.330,44	52.090,36	0,09	26.330,44	52.090,36	0,14
Assistência ao Idoso	1.000,00	1.000,00	470,06	1.000,00	0,00	470,06	1.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	98.000,00	80.000,00	11.057,91	19.615,48	0,03	11.057,91	19.615,48	0,05
Assistência Comunitária	95.000,00	95.000,00	14.802,47	31.474,88	0,05	14.802,47	31.474,88	0,09
Saúde	848.000,00	848.000,00	188.545,43	377.786,81	0,62	188.545,42	377.786,80	1,03
Atenção Básica	445.000,00	445.000,00	133.983,64	269.004,24	0,44	133.983,64	269.004,24	0,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	324.000,00	324.000,00	44.812,53	88.741,01	0,15	44.812,53	88.741,01	0,24
Vigilância Sanitária	13.000,00	13.000,00	1.622,43	3.244,87	0,01	1.622,42	3.244,86	0,01
Vigilância Epidemiológica	66.000,00	66.000,00	8.126,83	16.796,69	0,03	8.126,83	16.796,69	0,05
Educação	2.191.000,00	2.191.000,00	317.002,82	544.844,70	0,89	317.002,82	544.844,70	1,49
Alimentação e Nutrição	11.000,00	11.000,00	2.152,21	3.190,26	0,01	2.152,21	3.190,26	0,01
Ensino Fundamental	790.000,00	790.000,00	109.635,86	215.668,68	0,35	109.635,86	215.668,68	0,59
Ensino Profissional	3.000,00	3.000,00	415,22	830,44	0,00	415,22	830,44	0,00
Educação Infantil	1.386.000,00	1.386.000,00	204.799,53	325.155,32	0,53	204.799,53	325.155,32	0,89
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	88.000,00	87.000,00	9.699,88	20.074,29	0,03	9.699,88	20.074,29	0,05
Difusão Cultural	87.000,00	87.000,00	9.699,88	20.074,29	0,03	9.699,88	20.074,29	0,05
Promoção Comercial	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	174.000,00	174.000,00	26.257,98	52.181,90	0,09	26.257,98	52.181,90	0,14
Serviços Urbanos	174.000,00	174.000,00	26.257,98	52.181,90	0,09	26.257,98	52.181,90	0,14

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Gestão Ambiental	5.280.000,00	5.256.000,00	945.129,55	1.739.480,35	2,85	1.006.981,54	1.629.076,39	4,45
Preservação e Conservação Ambiental	62.000,00	62.000,00	0,00	62.000,00	0,10	7.405,38	14.810,76	0,04
Agricultura	62.000,00	62.000,00	0,00	62.000,00	0,10	7.405,38	14.810,76	0,04
Promoção da Produção Animal	125.000,00	125.000,00	15.922,88	32.702,41	0,05	15.922,88	32.702,41	0,09
Extensão Rural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	123.000,00	123.000,00	15.922,88	32.702,41	0,05	15.922,88	32.702,41	0,09
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	415,22	830,44	0,00	415,22	830,44	0,00
Transporte	3.000,00	3.000,00	415,22	830,44	0,00	415,22	830,44	0,00
Transporte Rodoviário	66.000,00	66.000,00	8.195,28	16.934,12	0,03	8.195,28	16.934,12	0,05
Desporto e Lazer	66.000,00	66.000,00	8.195,28	16.934,12	0,03	8.195,28	16.934,12	0,05
Administração Geral	47.000,00	47.000,00	6.204,95	12.684,67	0,02	6.204,95	12.684,67	0,03
	47.000,00	47.000,00	6.204,95	12.684,67	0,02	6.204,95	12.684,67	0,03
TOTAL (III) = (I + II)	187.235.000,00	195.215.000,41	25.687.821,35	60.977.369,62	100,00	21.954.664,18	36.574.092,42	100,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

GASTOS COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	56.040.135,65	0,00
Pessoal Ativo	52.022.019,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	3.722.365,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	295.750,44	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.012.641,28	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.131.929,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	121.090,77	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.759.621,21	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	52.027.494,37	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	123.278.472,81	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	52.027.494,37	42,20
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	66.570.375,32	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	63.241.856,55	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	59.913.337,79	48,60
FONTE:		

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	3.647.000,00	3.647.000,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	3.647.000,00	3.647.000,00
Interna	3.647.000,00	3.647.000,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	3.647.000,00	3.647.000,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	123.278.472,81	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	3.647.000,00	2,96
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	19.724.555,65	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	17.752.100,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.629.493,10	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	3.647.000,00	2,96

FONTE:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de Biqueira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	12.094.681,72	10.600.213,71	10.565.400,82	11.617.579,03	10.216.282,48	11.616.683,79	10.510.537,54	13.679.563,92	12.703.389,69	10.651.133,64	13.073.629,55	12.053.296,59	133.354.622,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.277.289,50	1.399.987,46	1.399.987,46	1.318.896,90	1.321.539,43	1.632.770,98	1.384.713,60	1.844.696,85	1.486.142,23	1.516.214,72	3.898.240,05	1.860.700,11	19.937.457,90
I.P.T.U.	27.259,44	27.816,06	30.731,52	86.170,31	76.794,21	260.802,28	64.804,68	120.442,21	160.14,20	103.748,56	2.115.402,99	518.424,56	3.448.124,56
I.R.R.F.	98.334,63	151.216,94	167.960,59	141.601,29	116.340,73	116.485,76	144.022,16	259.787,28	99.495,31	111.007,07	1.265.114,1	133.891,79	1.666.054,96
I.S.S.	697.296,06	721.518,71	759.947,35	773.446,69	816.312,25	905.801,10	582.719,77	1.116.416,96	1.026.672,31	974.875,77	762.426,13	764.002,34	9.901.408,34
I.T.B.I.	191.156,05	233.386,16	234.405,21	180.277,53	125.095,62	184.123,86	160.760,05	186.546,60	135.871,17	139.301,22	334.526,42	211.176,16	2.316.627,16
Outras Receitas Tributárias	263.251,32	163.049,59	206.851,40	137.390,98	186.996,62	165.555,98	132.406,93	161.504,60	208.089,24	187.281,11	559.373,10	233.491,42	2.695.242,49
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	550.094,40	546.434,96	406.433,93	668.222,82	555.623,62	604.817,44	481.241,67	892.557,13	595.208,34	445.323,78	566.781,18	486.476,01	6.799.215,18
RECEITA PATRIMONIAL	1.406.299,30	379.520,29	634.256,01	977.241,19	29.289,70	701.425,46	715.533,75	251.597,79	912.684,32	527.569,63	545.911,42	828.739,00	7.989.037,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	44.267,78	23.593,46	30.442,21	36.301,61	36.533,42	58.452,78	41.666,67	56.276,89	43.380,25	61.547,21	79.202,28	39.944,93	551.598,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.76.597,29	7.970.179,61	7.758.462,06	8.372.116,62	8.048.039,08	8.214.314,81	8.010.066,83	10.375.212,60	9.439.844,52	7.858.982,00	7.731.064,95	8.596.491,15	100.850.001,52
Cota-Parte do F.P.M.	2.292.357,23	1.718.119,96	1.476.506,52	1.733.704,22	1.572.331,72	1.486.015,41	1.288.239,97	3.942.255,72	2.397.342,66	2.447.222,40	1.782.442,06	1.923.727,30	24.021.326,17
Cota-Parte do I.C.M.S.	3.131.319,93	3.176.890,52	2.992.152,76	3.097.132,56	3.320.883,23	3.423.835,24	3.777.414,23	3.636.485,71	3.417.139,13	3.093.966,45	3.065.481,11	3.290.988,75	39.296.579,62
Cota-Parte do I.P.V.A.	472.426,34	451.153,32	537.737,54	486.279,80	437.097,40	373.107,99	235.943,36	164.822,16	254.022,48	343.314,51	475.315,02	498.094,20	4.606.000,00
Cota-Parte do ITR	141,70	475,53	249,71	487,56	6.618,38	20.012,94	3.225,69	1.087,82	55,06	48,91	21.520,82	699,54	54.823,76
Outras Transferências Correntes	1.194.006,27	1.310.398,26	1.570.747,65	1.691.256,33	1.385.507,62	1.525.700,84	1.252.834,73	1.272.994,84	2.007.045,38	797.461,58	1.209.281,53	1.526.795,91	16.744.776,34
Transferências da LC 61/1989	51.261,60	48.823,96	50.157,41	51.701,19	48.653,51	52.103,81	59.803,72	59.035,50	71.160,63	42.267,35	41.311,22	43.286,44	619.573,34
Transferências da LC 87/1996	13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	13.836,45	27.672,90	0,00	0,00	0,00	51.679,51	176.207,56
Transferências do FUNDEB	1.320.445,77	1.246.591,61	1.157.073,82	1.237.716,41	1.263.110,57	1.319.702,13	1.379.811,68	1.368.887,95	1.293.079,18	1.194.280,80	1.164.713,19	1.290.308,50	15.207.711,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241.153,45	383.598,03	346.900,24	244.609,89	226.257,23	406.882,32	177.286,02	296.233,66	226.160,03	222.075,30	252.429,67	241.935,30	2.862.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.366.830,12	1.290.762,72	1.199.760,29	1.263.271,96	1.258.142,47	1.252.413,96	1.256.152,25	1.783.557,52	1.465.589,74	1.355.488,70	1.292.304,26	1.350.914,29	16.076.149,28
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	33.834,81	8.892,93	649,61	649,61	649,61	649,61	76.885,18	46.291,54	0,00	0,00	7.524,48	175.827,38
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	174.489,85	174.886,17	174.829,50	173.994,17	179.608,92	177.977,64	179.356,76	360.701,37	181.324,43	182.125,94	180.870,68	183.407,75	2.222.673,18
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.192.340,27	1.062.041,74	1.006.127,86	1.088.629,18	1.079.863,94	1.073.786,71	1.376.145,88	1.346.970,97	1.227.943,77	1.173.363,76	1.071.433,58	1.159.982,06	14.789.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	10.717.851,60	9.309.450,99	9.365.640,53	10.354.307,07	8.957.140,01	10.366.269,83	9.254.385,29	11.896.006,40	11.237.800,95	9.295.644,94	11.821.325,29	10.702.372,30	122.278.477,81

FONTE:

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL

Município de Biguaçu - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	17.100.000,00	0,00			17.100.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	73.384.136,42	11.358.340,52	3.952.219,92	0,00	62.025.795,90
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	73.384.136,42	11.358.340,52	3.952.219,92	0,00	62.025.795,90
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-56.284.136,42	-11.358.340,52	-	-	-44.925.795,90

FONTE:

RESTOS A PAGAR

F

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	
		Restos a Paç
		De Exerci Anterior

F

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	
		Restos a Paç
		De Exerci Anterior
	(a)	(b)

F

F

RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PÓDER-ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						RS 1,00
		Inscritos		Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	433.545,15	4.144.245,41	-	3.855.282,97	722.507,59	71.058,54	3.951.845,05	3.110.815,26	2.950.404,89	54.811,27	1.027.697,44	1.750.205,03	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	417.745,15	2.626.092,45	0,00	2.342.882,45	700.955,15	64.831,03	1.538.119,31	1.023.890,96	934.107,84	25.391,45	643.451,05	1.344.406,20	
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	2.014,39	4.350,59	0,00	4.285,79	2.079,19	0,00	7.943,00	7.943,00	7.943,00	0,00	0,00	2.079,19	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	34.610,21	0,00	33.023,63	1.586,38	0,00	90.963,77	76.794,83	76.794,83	0,00	14.178,94	15.765,32	
	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E Lazer	0,00	74.975,10	0,00	74.975,10	0,00	0,00	83.698,75	53.023,56	53.023,56	0,00	30.675,19	30.675,19	
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	55.168,29	0,00	55.168,29	0,00	0,00	63.753,63	6.490,52	6.490,52	0,00	57.293,11	57.293,11	
	SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA	0,00	3.479,25	0,00	3.479,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	139.933,47	0,00	139.933,47	0,00	0,00	152.068,80	89.778,56	52.947,56	2.771,45	96.339,79	96.339,79	
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, RURAL E AQUICULTURA	0,00	156.945,47	0,00	156.945,47	0,00	0,00	8.308,96	5.266,87	5.266,87	0,00	3.042,09	3.042,09	
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	0,00	54.538,12	0,00	54.538,12	0,00	41.073,53	184.330,12	103.396,61	103.396,61	0,00	122.017,04	122.017,04	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E TECNOLÓGICO	0,00	299.916,17	0,00	299.916,17	0,00	0,00	13,02	13,02	13,02	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES	0,00	18.975,15	0,00	18.975,15	0,00	0,00	11.392,46	3.984,69	3.984,69	0,00	7.407,77	7.407,77	
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	884.956,08	0,00	552.681,85	332.314,23	0,00	297.496,73	222.431,77	220.431,77	22.620,00	54.384,96	386.699,19	
	SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	0,00	4.962,69	0,00	4.962,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	0,00	858.312,49	0,00	858.312,49	0,00	0,00	100.897,72	57.636,71	31.101,75	69.795,97	0,00	69.795,97	
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	16.202,73	0,00	16.202,73	0,00	0,00	1.793,62	965,36	965,36	0,00	828,26	828,26	
	SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	0,00	18.726,64	0,00	4.138,95	0,00	14.587,69	0,00	535.528,73	396.215,46	371.798,30	0,00	163.730,43	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E HABITACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.105,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.105,89	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.651,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.651,61	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	415.730,76	0,00	0,00	0,00	65.343,10	350.387,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.387,66	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU	15.800,00	1.509.996,63	0,00	1.504.254,19	21.512,44	6.237,51	2.408.125,75	2.080.835,51	2.010.206,26	19.908,61	384.246,39	405.758,83	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	185.190,78	0,00	185.190,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	547.709,20	0,00	547.709,20	0,00	0,00	0,00	881,13	0,00	0,00	0,00	881,13	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.237,51	0,00	0,00	0,00	0,00	6.237,51	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	777.066,65	0,00	771.354,21	0,00	5.712,44	0,00	2.407.244,62	2.080.835,51	2.010.206,26	19.908,61	6.237,51		
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. DO MUN. DE BIGUAÇU	0,00	8.186,33	0,00	8.146,33	0,00	40,00	0,00	15.600,00	6.088,79	6.088,79	9.511,21	40,00		
INST. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU	0,00	8.186,33	0,00	8.146,33	0,00	40,00	0,00	15.600,00	6.088,79	6.088,79	9.511,21	40,00		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	EXECUTIVO	-	353.962,71	-	353.962,71	-	-	-	-	-	-	-	-	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	257.955,39	0,00	257.955,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.393,55	0,00	5.393,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E Lazer	0,00	3.539,60	0,00	3.539,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	21.067,38	0,00	21.067,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	14.609,96	0,00	14.609,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, RURAL E AQUICULTURA	0,00	9.086,16	0,00	9.086,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACAO	0,00	13.786,41	0,00	13.786,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECON. E TECNOLÓGICO	0,00	207,61	0,00	207,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES	0,00	4.061,58	0,00	4.061,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	163.525,23	0,00	163.525,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	0,00	311,41	0,00	311,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	0,00	13.073,21	0,00	13.073,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	9.343,29	0,00	9.343,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU	0,00	95.997,32	0,00	95.997,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	95.997,32	0,00	95.997,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (=a)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
EXECUTIVO											
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU	0,00	95.997,32	95.997,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	95.997,32	95.997,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	433.546,15	4.496.208,12	4.209.246,68	0,00	722.507,99	71.068,54	3.961.845,06	3.110.815,26	2.950.404,89	54.811,27	1.027.697,44
											1.750.205,03

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

RESULTADO NOMINAL

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	18.136.572,49	14.748.109,53	14.667.382,29
DEDUÇÕES (II)	8.623.349,76	15.862.818,99	17.330.386,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.545.667,58	19.360.877,40	22.154.186,93
Demais Haveres Financeiros	9.435,45	9.435,45	8.124,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.931.753,27	3.507.493,86	4.831.924,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.513.222,73	-1.114.709,46	-2.663.004,50
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	8.506.054,68	7.365.887,08	7.365.887,08
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.007.168,05	-8.480.596,54	-10.028.891,58

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	-1.548.295,04	-11.036.059,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.648.900,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	56.082.867,93	58.098.495,13	59.904.556,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	142.475,71	191.911,40	202.342,68
Investimentos	55.940.392,22	57.906.583,73	59.702.214,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-56.082.867,93	-58.098.495,13	-59.904.556,81
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-56.082.867,93	-58.098.495,13	-59.904.556,81

FONTE:

RESULTADO PRIMÁRIO

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	136.008.000,00	42.699.849,51	41.892.546,85
Receita Tributária	24.188.000,00	8.761.297,11	8.075.261,89
I.P.T.U.	3.577.000,00	2.753.305,24	2.702.910,93
I.S.S.	10.463.000,00	3.527.976,45	3.096.856,00
I.T.B.I.	3.550.000,00	820.874,97	560.521,23
I.R.R.F.	2.700.000,00	470.905,58	642.449,21
Outras Receitas Tributárias	3.898.000,00	1.188.234,87	1.072.524,52
Receita de Contribuição	11.240.000,00	3.537.248,00	3.644.296,36
Receitas Previdenciárias	7.366.000,00	2.171.187,49	2.145.613,79
Outras Contribuições	3.874.000,00	1.366.060,51	1.498.682,57
Receita Patrimonial Líquida	70.000,00	3.868,14	8.022,52
Receita Patrimonial	5.812.000,00	2.814.884,37	2.839.657,21
(-) Aplicações Financeiras	5.742.000,00	2.811.016,23	2.831.634,69
Transferências Correntes	96.460.000,00	28.992.259,45	29.056.345,29
F.P.M.	20.556.000,00	6.840.587,63	6.517.963,78
I.C.M.S.	35.200.000,00	10.222.844,70	10.183.123,03
Convênios	782.000,00	241.013,78	249.406,00
Outras Transferências Correntes	39.922.000,00	11.687.813,34	12.105.852,48
Demais Receitas Correntes	4.050.000,00	1.405.176,81	1.108.620,79
Dívida Ativa	1.564.000,00	352.500,39	305.680,70
Diversas Receitas Correntes	2.486.000,00	1.052.676,42	802.940,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	51.685.000,00	8.741.082,31	2.535.722,11
Operações de Crédito (III)	17.100.000,00	0,00	1.197.765,60
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	45.000,00
Transferências de Capital	34.525.000,00	8.741.082,31	1.292.956,51
Convênios	32.985.000,00	3.706.113,91	1.244.956,51
Outras Transferências de Capital	1.540.000,00	5.034.968,40	48.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	34.525.000,00	8.741.082,31	1.292.956,51
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	170.533.000,00	51.440.931,82	43.185.503,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	110.648.863,99	49.619.029,10	42.641.088,29	32.621.872,50	26.867.519,30
Pessoal e Encargos Sociais	59.155.343,00	17.935.576,63	16.429.818,17	17.512.501,96	16.424.100,75
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.325.000,00	186.655,78	582.000,00	94.061,62	273.151,29
Outras Despesas Correntes	50.168.520,99	31.496.796,69	25.629.270,12	15.015.308,92	10.170.267,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	109.323.863,99	49.432.373,32	42.059.088,29	32.527.810,88	26.594.368,01
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	73.384.136,42	11.358.340,52	8.123.088,25	3.952.219,92	4.282.718,45
Investimentos	67.299.136,42	7.596.944,00	4.985.920,65	1.755.422,28	2.631.616,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.085.000,00	3.761.396,52	3.137.167,60	2.196.797,64	1.651.101,93
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	67.299.136,42	7.596.944,00	4.985.920,65	1.755.422,28	2.631.616,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	11.182.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	187.805.000,41	57.029.317,32	47.045.008,94	34.283.233,16	29.225.984,53
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.272.000,41	-5.588.385,50	-3.859.505,58	17.157.698,66	13.959.518,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-15.564.000,00	

FONTE:

CÂMARA MUNICIPAL**CONVITE 08/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONVITE Nº 008/2015

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datado de 03 de junho de 2015, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 008/2015, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame a Empresa Metropolitana Viagens e Turismo Ltda ME – CNPJ n. 81.587.693/0001-62, a qual apresentou desconto de 3% (três por centos) sobre o valor da tarifa. O valor estimado do presente certame é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), destinada à contratação de Agência de Viagens para Fornecimento de Passagens Aéreas para os Agentes Políticos e Servidores Municipais da Câmara Municipal de Biguaçu. O Contrato vigorará até o dia 31/12/2015, contado da data da assinatura do contrato, pelas partes. Pelo que se lavrou o presente Termo.

Biguaçu/SC, 09 de junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

EXTRATO DO CONTRATO N. 29/2015 – CONVITE n. 008/2015

Objeto: contratação de Agência de Viagens para Fornecimento de Passagens Aéreas para os Agentes Políticos e Servidores Municipais da Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratado: Metropolitana Viagens e Turismo Ltda ME – CNPJ n. 81.587.693/0001-62.

Valor global estimado: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Assinatura do contrato: 11/06/2015.

Vigência: até o dia 31/12/2015, contado da data da assinatura do contrato, pelas partes.

Biguaçu/SC, 11 de junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

EXTRATO DO 1ª TERMO ADITIVO - CONTRATO 12/2015 - CONVITE 01/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 1 – ref. CONTRATO N. 12/2015 – CONVITE 01/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto o reajuste de preço do leite fornecido pelo CONTRATADO, com base no parecer jurídico elaborado pelo Procurador desta Casa Legislativa, após requerimento feito pelo CONTRATADO em 05/05/2015.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu

Contratado: TAF Distribuidora Ltda – CNPJ n. 83.017.350/0001-98

Valor total do aditivo: R\$ 224,40 (duzentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Fundamento legal: Art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

Data da assinatura do aditivo: 11/06/2015.

Biguaçu/SC, 17 de junho de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

EXTRATO DO 2ª TERMO ADITIVO - CONTRATO 12/2013

Extrato do Termo Aditivo n. 02 – Contrato n. 12/2013 – Dispensa de Licitação n. 007/2013

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Ozias Deodato Alves Junior Me (Jornal Biguaçu em Foco) – CNPJ n. 72.365.786/0001-51.

Objeto: renovação do contrato n. 12/2013, referente a 15 (quinze) assinaturas mensais do Jornal Biguaçu em Foco.

Valor: R\$ 2.998,80 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

Data de assinatura: 22/04/2015.

Vigência até 31/12/2015.

Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 29 de maio de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau**PREFEITURA****NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 187/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 187/2015

CONTRIBUINTE: APASA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA: 7 DE SETEMBRO, 1016 – CENTRO – BLUMENAU - SC
Inscrição no CMC: 67.671 CNPJ: 04.055.905/0001-10
Processo Fiscal: 2015/385
Sócios: ADRIANA PASA e ALESSANDRA PASA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	
Imposto a Recolher	1.376,77
Atualização Monetária	185,85
Juros de Mora	387,49
Multa p/ infração	781,31
Total Geral	2.731,43

DESCRIÇÃO DOS FATOS

Período Fiscal: 09/2012, 10/2012, 11/2012; 01/2013 a 05/2013, 10/2013, 12/2013.

2) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

2.1) Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

2.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

2.2.1) Em 13/05/2015 emitida Intimação Fiscal n. 060/2015 para regularização dos débitos de ISSQN (Notablu).

2.2.2) O contribuinte não foi localizado para o recebimento da Intimação (conforme AR anexo ao processo).

2.2.3) Através desta, notifica-se o contribuinte referente aos débitos de ISSQN sobre sua prestação de serviços, procedendo-se à publicação da Notificação em edital no Boletim Oficial do Município, com fulcro no Art. 153, III, LC 632/2007.

3) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

3.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos valores (ISSQN) referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (Notablu) emitidas.

4) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

4.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 LC 632/2007.

4.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, e nº 10.502/2014.

4.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), conforme Art. 305 da LC 632/2007.

5) Observações:

5.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

5.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

5.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

PATRICIA DIAS
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIO
Matrícula nº 21.554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 187/2015 – APASA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA - ME

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Setembro		75,00	75,00	89,21	14,21	29,44	118,65
Outubro		75,00	75,00	89,21	14,21	28,55	117,76
Novembro		104,56	104,56	124,37	19,81	38,56	162,93
2013							
Janeiro		156,84	156,84	176,07	19,23	51,06	227,14
Fevereiro		87,40	87,40	98,12	10,72	27,47	125,59
Março		156,84	156,84	176,07	19,23	47,54	223,61
Abril		50,00	50,00	56,13	6,13	14,59	70,73
Mai		24,00	24,00	26,94	2,94	6,74	33,68
Outubro		569,13	569,13	638,93	69,80	127,79	766,71
Dezembro		78,00	78,00	87,57	9,57	15,76	103,33
Totais		1.376,77	1.376,77	1.562,62	185,85	387,49	1.950,11

PATRICIA DIAS
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIO
Matrícula nº 21.554-6

HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 01-008/15; 03-035/14; 03-005/15 E 03-008/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Convite nº. 01-008-15 – Contratação de empresa para reforma em geral a ser realizada no 1º andar do Paço Municipal, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, planilhas e outros - SEDECI.

Contratada: ELISEU DA ROSA ME.

Valor Total: R\$ 128.865,45 (cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Concorrência nº. 03-035-14 – Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte (via terrestre) e destino final dos resíduos Sépticos do Serviço de Saúde. Conforme Projeto Básico e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS.

Contratada: GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Valor Total: R\$ 375.750,00 (trezentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta reais).

Concorrência nº. 03-005-15 – Contratação de empresa para execução de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária nas Ruas Arnoldo Jenichen (Bairro Itoupava Central), August Reinhold (Bairro Nova Esperança) e Irapuru (Bairro Da Gloria) localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes neste Edital – Recursos BADESC, Contrato de Financiamento BADESC Cidades II nº 2013-0274-01 - SEMOB.

Contratadas: FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA.

Valor Total: R\$ 1.957.848,28 (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Concorrência nº. 03-008-15 – Contratação de empresas para execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação lajotas e sinalização, na Rua: Paul Hermann Rossenwasser (Bairro: Velha) e execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, na Rua: Leopoldo Kostetzer (Bairro: Vila Itoupava), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes neste edital – Contrato de Repasse nº 805294/2014, Processo nº 1018033-53 – Ministério das Cidades/CEF/SEMOB.

Contratadas: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COM. DE PEDRAS LTDA.

Valor Total: R\$ 616.977,55 (seiscentos e dezesseis mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - COPLAN

RESOLUÇÃO COPLAN Nº. 04/2015

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista deliberação adotada pelo plenário em reunião ordinária do dia 03 de junho de 2015, considerando a:

- Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar:

I – A aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Planejamento Urbano – FMPU para:

a) O valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) para a contratação de Assessoria Técnica para a elaboração da Revisão do Plano Diretor;

b) O valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a impressão das Cartilhas de Análise de Projetos, Manual de Calçadas e Fiscalização Integrada, incluindo informativos, folders de divulgação e outros materiais de publicidade;

II – A Via Planejada interligando as Ruas Albert Einstein e Nilton Persuhn no Bairro Fortaleza, com gabarito de 12 metros (2 metros passeio, 8 pista de rolamento, 2 metros passeio).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 15 de junho de 2015.

JULIANO GONÇALVES

Presidente

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 08-086/2015

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Dispensa nº. 08-086/2015 - contratação de empresa para o transporte dos alunos da rede que irão participar dos jogos escolares municipais - SEMED. EMPRESA VENCEDORA: Transportes Rodopas LTDA ME (CNPJ: 21.692.552/0001-88). VALOR: R\$ 27.108,00. Base Legal: Art. 24, IV, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do inciso II e § 1º)

Recetas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Recetas Realizadas			Saldo
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	(a-c)
RECETAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	1.881.165.000,00	1.881.165.000,00	200.675.779,20	10,67%	200.675.779,20	1.680.489.220,80
RECETAS CORRENTES	1.253.863.000,00	1.253.863.000,00	198.286.302,56	15,82%	198.286.302,56	1.055.576.697,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	289.139.000,00	289.139.000,00	60.586.475,73	20,95%	60.586.475,73	228.552.524,27
IMPOSTOS	224.400.000,00	224.400.000,00	54.998.071,32	24,51%	54.998.071,32	169.401.928,68
TAXAS	63.599.000,00	63.599.000,00	5.583.609,14	8,78%	5.583.609,14	58.015.390,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.140.000,00	1.140.000,00	4.795,27	0,42%	4.795,27	1.135.204,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	57.092.000,00	57.092.000,00	10.960.788,47	19,20%	10.960.788,47	46.131.211,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	33.192.000,00	33.192.000,00	6.784.772,62	20,44%	6.784.772,62	26.407.227,38
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	23.900.000,00	23.900.000,00	4.176.015,85	17,47%	4.176.015,85	19.723.984,15
RECEITA PATRIMONIAL	56.453.000,00	56.453.000,00	8.776.132,08	15,55%	8.776.132,08	47.676.867,92
RECETAS IMOBILIÁRIAS	2.941.000,00	2.941.000,00	232.410,70	7,90%	232.410,70	2.708.589,30
RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	38.504.000,00	38.504.000,00	8.543.721,38	22,19%	8.543.721,38	29.960.278,62
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.006.000,00	15.006.000,00	0,00	0,00%	0,00	15.006.000,00
OUTRAS RECETAS PATRIMONIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	6.000,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%	0,00	4.000,00
OUTRAS RECETAS AGROPECUÁRIAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	93.099.000,00	93.099.000,00	11.884.240,26	12,77%	11.884.240,26	81.214.759,74
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	682.981.000,00	682.981.000,00	99.175.380,55	14,31%	99.175.380,55	583.805.619,45
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	660.147.000,00	660.147.000,00	97.255.875,36	14,73%	97.255.875,36	562.891.124,64
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	689.000,00	689.000,00	6.137,13	0,89%	6.137,13	682.862,87
OUTRAS RECETAS DE CONVENIOS	361.000,00	361.000,00	365.380,96	101,21%	365.380,96	-4.380,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	31.784.000,00	31.784.000,00	1.547.987,10	4,87%	1.547.987,10	30.236.012,90
MULTAS E JUROS DE MORA	64.893.000,00	64.893.000,00	6.903.285,47	10,64%	6.903.285,47	57.989.714,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.922.000,00	10.922.000,00	1.242.731,02	11,38%	1.242.731,02	9.679.268,98
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	14.888.000,00	14.888.000,00	2.888.535,66	19,40%	2.888.535,66	11.999.464,34
RECETAS CORRENTES DIVERSAS	13.790.000,00	13.790.000,00	1.543.004,14	11,19%	1.543.004,14	12.246.995,86
RECETAS DE CAPITAL	25.293.000,00	25.293.000,00	1.229.014,65	4,86%	1.229.014,65	24.063.985,35
OPERACÕES DE CREDITO INTERNAS	295.492.000,00	295.492.000,00	2.389.476,64	0,81%	2.389.476,64	293.102.523,36
OPERACÕES DE CREDITO EXTERNAS	220.920.000,00	220.920.000,00	641.523,29	0,29%	641.523,29	220.278.476,71
ALIENACAO DE BENS	74.572.000,00	74.572.000,00	0,00	0,00%	0,00	74.572.000,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	331.910.000,00	331.910.000,00	1.747.953,35	0,53%	1.747.953,35	330.162.046,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00%	0,00	2.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	1.028.657,14	0,00%	1.028.657,14	-1.028.657,14
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	329.910.000,00	329.910.000,00	719.296,21	0,22%	719.296,21	329.190.703,79
RECETAS (intra-orçamentárias) (II)	67.089.000,00	67.089.000,00	19.096.203,22	28,46%	19.096.203,22	47.992.796,78
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)	1.948.254.000,00	1.948.254.000,00	219.771.962,42	11,28%	219.771.962,42	1.728.482.037,58
OPERACÕES DE CREDITO (FINANCIAMENTO) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (2/3)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Recitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.948.254.000,00	1.948.254.000,00	219.771.982,42	11,28%	219.771.982,42	11,28%	1.728.482.017,58
DÉFICIT (VI)							0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.948.254.000,00	1.948.254.000,00	219.771.982,42	11,28%	219.771.982,42	11,28%	1.728.482.017,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00		8.276.202,22		8.276.202,22
Superávit Financeiro			0,00				
Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas	Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas	Saldo (i)=(e-h)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre (f)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (i)	
DESPESAS (Exceto Intra-orçamentárias) (VII)	1.882.042.000,00	1.900.855.202,22	329.619.182,76	1.571.236.019,46	124.229.217,67	124.229.217,67	117.327.772,81
DESPESAS CORRENTES	1.098.280.000,00	1.103.029.151,11	293.257.682,25	809.771.468,86	117.395.704,34	985.633.446,77	111.014.311,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	421.639.000,00	420.074.086,00	56.576.469,87	363.497.616,13	56.399.634,96	363.674.451,04	175.861.977,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.952.000,00	17.952.000,00	3.357.862,87	14.594.137,13	1.139.716,90	16.812.283,10	54.391.737,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	659.689.000,00	665.003.065,11	233.323.349,51	431.679.715,60	59.856.352,48	605.146.712,63	1.139.716,90
DESPESAS DE CAPITAL	772.879.000,00	776.843.061,11	36.361.500,51	740.581.560,60	6.633.513,33	770.109.537,78	55.482.857,34
INVESTIMENTOS	739.315.000,00	743.379.051,11	31.436.646,64	711.942.404,47	3.158.837,82	740.220.213,29	6.313.461,16
INVERSÕES FINANCEIRAS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	2.638.785,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	33.464.000,00	33.464.000,00	4.824.853,87	28.639.146,13	3.574.675,51	29.889.324,49	100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.883.000,00	20.883.000,00	0,00	20.883.000,00	0,00	20.883.000,00	3.574.675,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56.212.000,00	55.675.000,00	10.672.450,33	45.002.549,67	8.374.901,15	47.300.098,85	0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (IX)	1.948.254.000,00	1.956.530.202,22	340.291.633,09	1.616.238.569,13	132.604.118,82	1.823.926.083,40	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (REFINANCIAMENTO) (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.178,36
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.948.254.000,00	1.956.530.202,22	340.291.633,09	1.616.238.569,13	132.604.118,82	1.823.926.083,40	0,00
SUPERÁVIT (XIII)			0,00		87.167.863,60		122.156.846,71
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.948.254.000,00	1.956.530.202,22	340.291.633,09	1.616.238.569,13	219.771.982,42		207.687.514,27
							200.675.779,20

Continua (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (3/3)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERACOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	67.089.000,00	67.089.000,00	19.096.203,22	28,46%	19.096.203,22	28,46%	47.992.796,78
RECEITA TRIBUTÁRIA INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	105.000,00
TAXAS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	105.000,00
CONTRIBUICOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	64.799.000,00	64.799.000,00	18.931.171,91	29,22%	18.931.171,91	29,22%	45.867.828,09
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	64.799.000,00	64.799.000,00	18.931.171,91	29,22%	18.931.171,91	29,22%	45.867.828,09
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	1.261.000,00	1.261.000,00	83.520,21	6,62%	83.520,21	6,62%	1.177.479,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIAS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	464.000,00	464.000,00	81.511,10	17,57%	81.511,10	17,57%	382.488,90
MULTAS E JUROS DE MORA	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	17.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	357.000,00	357.000,00	81.511,10	22,83%	81.511,10	22,83%	275.488,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	82.000,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.000,00
TOTAL	67.089.000,00	67.089.000,00	19.096.203,22	28,46%	19.096.203,22	28,46%	47.992.796,78

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS CORRENTES	53.064.000,00	52.527.000,00	9.551.043,40	9.551.043,40	42.975.956,60	7.261.012,76	7.261.012,76	45.265.987,24	3.687.916,99	2.290.030,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.784.000,00	47.234.000,00	7.168.752,79	7.168.752,79	40.065.247,21	7.013.974,43	7.013.974,43	40.220.025,57	3.482.564,93	154.778,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.784.000,00	1.784.000,00	120.472,84	120.472,84	1.663.527,16	120.329,04	120.329,04	1.663.570,96	120.235,41	143,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.496.000,00	3.509.000,00	2.261.817,77	2.261.817,77	1.247.182,23	126.709,29	126.709,29	3.382.590,71	95.110,65	2.135.108,48
DESPESAS DE CAPITAL	3.148.000,00	3.148.000,00	1.121.406,93	1.121.406,93	2.026.593,07	1.113.888,39	1.113.888,39	2.034.111,61	1.106.629,84	7.518,54
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	3.148.000,00	3.148.000,00	1.121.406,93	1.121.406,93	2.026.593,07	1.113.888,39	1.113.888,39	2.034.111,61	1.106.629,84	7.518,54
TOTAL	58.212.000,00	55.675.000,00	10.672.450,33	10.672.450,33	45.002.549,67	8.374.901,15	8.374.901,15	47.300.098,85	4.804.546,83	2.297.549,18

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 10h e 58m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CR/SC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
		(a)		(btotal b)	(c) = (a-b)		(dtotal d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	1.892.042.000,00	1.900.855.202,22	329.619.182,76	96,86%	1.571.236.019,46	124.229.217,67	124.229.217,67	1.776.625.984,55	205.389.965,09
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	25.364.000,00	25.364.000,00	0,00	0,00%	25.364.000,00	0,00	0,00	25.364.000,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	25.364.000,00	25.364.000,00	0,00	0,00%	25.364.000,00	0,00	0,00	25.364.000,00	0,00
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	6.678.000,00	6.678.000,00	1.308.224,36	0,38%	5.369.775,64	1.065.784,81	1.065.784,81	5.612.215,19	242.439,55
REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	4.213.000,00	4.213.000,00	801.459,72	0,24%	3.411.540,28	720.188,17	720.188,17	3.492.811,83	81.271,55
ADMINISTRACAO	2.465.000,00	2.465.000,00	506.764,64	0,15%	1.958.235,36	345.596,64	345.596,64	2.119.403,36	161.168,00
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	139.925.000,00	142.748.008,01	30.642.949,05	9,00%	112.105.358,96	13.539.975,67	13.539.975,67	129.208.032,34	17.102.673,38
ADMINISTRACAO GERAL	1.293.000,00	1.293.000,00	299.223,87	0,09%	993.776,13	178.646,24	178.646,24	1.114.353,76	120.577,63
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	102.235.000,00	105.058.008,01	17.527.640,38	5,15%	87.530.367,63	8.328.657,94	8.328.657,94	96.729.350,07	9.198.982,44
CONTROLE INTERNO	13.227.000,00	13.227.000,00	4.805.949,71	1,41%	8.421.150,29	1.539.322,90	1.539.322,90	11.687.677,10	3.266.526,81
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	487.000,00	487.000,00	82.419,94	0,02%	404.580,06	82.419,94	82.419,94	404.580,06	0,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00%	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.415.000,00	2.415.000,00	681.545,99	0,20%	1.733.454,01	261.577,16	261.577,16	2.153.422,84	419.968,83
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	9.791.000,00	9.791.000,00	2.695.382,10	0,79%	7.095.617,90	1.237.432,38	1.237.432,38	8.553.567,62	1.457.969,72
COMUNICACAO SOCIAL	6.243.000,00	6.243.000,00	2.823.648,31	0,83%	3.419.351,69	1.109.190,85	1.109.190,85	5.133.809,15	1.714.467,46
SEGURANCA PUBLICA	4.204.000,00	4.204.000,00	1.726.938,75	0,81%	2.477.061,25	802.728,26	802.728,26	3.401.271,74	924.210,49
ADMINISTRACAO GERAL	35.426.000,00	35.426.000,00	6.380.125,83	1,87%	29.045.874,17	1.858.588,53	1.858.588,53	33.567.411,47	4.521.537,30
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.292.000,00	1.292.000,00	577.447,80	0,17%	714.552,20	100.478,32	100.478,32	1.191.521,68	476.969,48
DEFESA CIVIL	13.777.000,00	13.777.000,00	5.658.317,99	1,66%	8.118.682,01	1.632.675,30	1.632.675,30	12.144.324,70	4.025.642,69
ASSISTENCIAL SOCIAL	20.357.000,00	20.357.000,00	144.360,04	0,04%	20.212.639,96	125.434,91	125.434,91	20.231.565,09	18.925,13
ASSISTENCIA AO IDOSO	34.319.000,00	34.319.000,00	4.167.297,34	1,22%	30.151.702,66	2.980.950,48	2.980.950,48	31.328.049,52	1.176.346,86
ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.546.000,00	2.546.000,00	386.046,80	0,11%	2.159.953,20	259.667,00	259.667,00	2.286.333,00	126.379,80
ASSISTENCIA COMUNITARIA	6.986.000,00	6.986.000,00	897.439,84	0,26%	6.088.560,16	695.743,22	695.743,22	6.290.256,78	201.696,62
PREVIDENCIA SOCIAL	24.787.000,00	24.787.000,00	2.883.810,70	0,85%	21.903.189,30	2.035.540,26	2.035.540,26	22.751.459,74	848.270,44
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	115.143.000,00	115.143.000,00	14.373.035,97	4,22%	100.769.964,03	14.347.441,37	14.347.441,37	100.795.558,63	25.594,60
SAUDE	359.485.000,00	360.260.000,00	109.551.424,70	32,19%	250.708.575,30	29.764.158,32	29.764.158,32	330.495.841,68	79.787.286,38
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.130.000,00	1.130.000,00	169.897,93	0,05%	960.102,07	169.897,93	169.897,93	960.102,07	0,00
ATENCAO BASICA	155.242.000,00	156.012.000,00	35.232.653,57	10,35%	120.779.346,43	19.751.149,15	19.751.149,15	136.260.850,85	15.481.504,42
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	200.510.000,00	200.510.000,00	73.397.044,14	21,57%	127.112.955,86	9.728.980,58	9.728.980,58	190.781.019,42	63.668.063,56
VIGILANCIA SANITARIA	1.300.000,00	1.300.000,00	162.768,13	0,05%	1.137.231,87	28.731,51	28.731,51	1.271.268,49	134.036,62
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.303.000,00	1.303.000,00	589.060,93	0,17%	713.939,07	85.399,15	85.399,15	1.222.600,85	503.661,78
TRABALHO	10.907.000,00	10.907.000,00	395.941,08	0,12%	10.511.058,92	178.072,79	178.072,79	10.728.927,21	217.868,29
FOMENTO AO TRABALHO	10.907.000,00	10.907.000,00	395.941,08	0,12%	10.511.058,92	178.072,79	178.072,79	10.728.927,21	217.868,29
EDUCACAO	271.128.000,00	275.219.868,79	57.063.397,22	16,77%	218.156.471,57	33.519.953,09	33.519.953,09	241.699.915,70	23.543.444,13
ADMINISTRACAO GERAL	4.385.000,00	4.385.000,00	1.050.781,21	0,31%	3.334.218,79	381.710,89	381.710,89	4.003.289,11	669.070,32
PREVIDENCIA BASICA	6.003.000,00	6.003.000,00	882.976,43	0,26%	5.120.023,57	882.976,43	882.976,43	5.120.023,57	0,00

Continua (1/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (2/5)

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)		(b)	(c) = (a-b)		(d)	(e) = (a-d)	(f)
			%	(btotal b)		%	(d/total d)		
EDUCAÇÃO	271.128.000,00	275.219.888,79	57.063.397,22	57.063.397,22	218.156.471,57	33.519.953,09	33.519.953,09	241.699.915,70	23.543.444,13
ENSINO FUNDAMENTAL	135.219.000,00	137.714.517,63	28.117.656,25	28.117.656,25	109.596.861,38	14.898.459,70	14.898.459,70	122.816.057,93	13.219.196,55
ENSINO SUPERIOR	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	124.391.000,00	125.987.351,16	27.011.983,33	27.011.983,33	98.975.367,83	17.356.806,07	17.356.806,07	108.630.545,09	9.655.177,26
EDUCAÇÃO ESPECIAL	630.000,00	630.000,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00	630.000,00	0,00
CULTURA	12.363.000,00	12.363.000,00	975.235,07	975.235,07	11.387.764,93	351.983,74	351.983,74	12.011.016,26	623.251,33
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	594.000,00	594.000,00	25.884,86	25.884,86	568.115,14	1.252,35	1.252,35	592.747,65	24.632,51
DIFUSÃO CULTURAL	11.769.000,00	11.769.000,00	949.350,21	949.350,21	10.819.649,79	350.731,39	350.731,39	11.418.268,61	598.618,82
DIREITOS DA CIDADANIA	1.309.000,00	1.309.000,00	7.521,00	7.521,00	1.301.479,00	3.269,15	3.269,15	1.305.730,85	4.251,85
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.309.000,00	1.309.000,00	7.521,00	7.521,00	1.301.479,00	3.269,15	3.269,15	1.305.730,85	4.251,85
URBANISMO	578.543.000,00	579.863.075,10	50.511.422,16	50.511.422,16	529.151.652,94	9.693.852,25	9.693.852,25	569.969.222,85	40.817.569,91
ADMINISTRAÇÃO GERAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	4.062.000,00	4.062.000,00	618.379,26	618.379,26	3.443.620,74	617.462,86	617.462,86	3.444.537,14	916,40
ORDENAMENTO TERRITORIAL	57.770.000,00	57.770.000,00	2.237.644,42	2.237.644,42	55.532.355,58	594.686,22	594.686,22	57.175.313,78	1.642.958,20
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	451.000,00	451.000,00	0,00	0,00	451.000,00	0,00	0,00	451.000,00	0,00
INFRAESTRUTURA URBANA	410.548.000,00	411.665.075,10	34.188.911,39	34.188.911,39	377.479.163,71	5.920.472,13	5.920.472,13	405.747.602,97	28.288.438,26
SERVIÇOS URBANOS	39.227.000,00	39.227.000,00	13.386.635,76	13.386.635,76	25.840.364,24	2.481.379,71	2.481.379,71	36.745.620,29	10.905.256,05
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	61.985.000,00	61.985.000,00	0,00	0,00	61.985.000,00	0,00	0,00	61.985.000,00	0,00
LAZER	4.000.000,00	4.000.000,00	79.851,33	79.851,33	3.920.148,67	79.851,33	79.851,33	3.920.148,67	0,00
HABITACAO	17.547.000,00	17.547.000,00	495.390,12	495.390,12	17.051.609,88	172.289,62	172.289,62	17.374.710,38	323.100,50
HABITACAO URBANA	17.547.000,00	17.547.000,00	495.390,12	495.390,12	17.051.609,88	172.289,62	172.289,62	17.374.710,38	323.100,50
SANEAMENTO	135.322.000,00	135.322.000,00	34.280.636,98	34.280.636,98	101.041.363,02	6.809.558,74	6.809.558,74	128.512.441,26	27.471.078,24
SERVIÇOS URBANOS	38.800.000,00	38.800.000,00	17.822.388,21	17.822.388,21	20.977.611,79	2.235.652,57	2.235.652,57	38.564.347,43	15.566.735,64
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	3.601.000,00	3.601.000,00	69.390,27	69.390,27	3.531.609,73	69.390,27	69.390,27	3.531.609,73	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.110.000,00	1.110.000,00	0,00	0,00	1.110.000,00	0,00	0,00	1.110.000,00	0,00
ABASTECIMENTO	91.811.000,00	91.811.000,00	16.388.858,50	16.388.858,50	75.422.141,50	4.504.515,90	4.504.515,90	87.306.484,10	11.884.342,60
GESTÃO AMBIENTAL	4.915.000,00	4.931.250,32	1.200.731,59	1.200.731,59	3.730.518,73	447.803,73	447.803,73	4.483.446,59	752.927,86
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	764.000,00	764.000,00	218.131,92	218.131,92	562.118,40	0,00	0,00	760.250,32	218.131,92
CONTROLE AMBIENTAL	4.151.000,00	4.151.000,00	982.599,67	982.599,67	3.168.400,33	447.803,73	447.803,73	3.703.196,27	534.795,94
AGRICULTURA	4.522.000,00	4.522.000,00	280.890,25	280.890,25	4.241.109,75	184.454,46	184.454,46	4.337.545,54	96.435,79
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00	520.000,00	0,00	0,00	520.000,00	0,00
EXTENSÃO RURAL	4.002.000,00	4.002.000,00	280.890,25	280.890,25	3.721.109,75	184.454,46	184.454,46	3.817.545,54	96.435,79
INDÚSTRIA	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	34.522.000,00	34.509.000,00	4.163.095,42	4.163.095,42	30.345.904,58	1.247.446,90	1.247.446,90	33.261.553,10	2.915.648,52
TURISMO	34.522.000,00	34.509.000,00	4.163.095,42	4.163.095,42	30.345.904,58	1.247.446,90	1.247.446,90	33.261.553,10	2.915.648,52
TRANSPORTE	2.620.000,00	2.620.000,00	383.001,12	383.001,12	2.236.998,88	315.203,63	315.203,63	2.304.796,37	67.797,49
ADMINISTRAÇÃO GERAL	600.000,00	600.000,00	46.482,79	46.482,79	553.517,21	0,00	0,00	600.000,00	46.482,79

Continua (2/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (3/5)

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			Até o Bimestre		%(d/total b)		Até o Bimestre		%(d/total d)		
			No Bimestre	(b)			No Bimestre	(d)			
TRANSPORTE	2.620.000,00	2.620.000,00	383.001,12	383.001,12	0,11%	2.236.998,88	315.203,63	315.203,63	0,24%	2.304.796,37	67.797,49
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	2.015.000,00	2.015.000,00	336.518,33	336.518,33	0,10%	1.678.481,67	315.203,63	315.203,63	0,24%	1.699.796,37	21.314,70
TRANSPORTE AEREO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	5.000,00	0,00
DESPORTO E LAZER	10.227.000,00	10.227.000,00	824.536,29	824.536,29	0,24%	9.402.463,71	345.370,98	345.370,98	0,26%	9.881.629,02	479.165,31
DESPORTO E RENDIMENTO	8.177.000,00	8.177.000,00	824.536,29	824.536,29	0,24%	7.352.463,71	345.370,98	345.370,98	0,26%	7.831.629,02	479.165,31
LAZER	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.050.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	69.884.000,00	69.884.000,00	12.614.627,21	12.614.627,21	3,71%	57.269.372,79	7.393.059,41	7.393.059,41	5,58%	62.460.940,59	5.221.567,80
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	50.613.000,00	50.613.000,00	8.182.716,74	8.182.716,74	2,40%	42.430.283,26	4.714.392,41	4.714.392,41	3,56%	45.898.607,59	3.468.324,33
SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00%	800.000,00	0,00	0,00	0,00%	800.000,00	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	18.471.000,00	18.471.000,00	4.431.910,47	4.431.910,47	1,30%	14.039.089,53	2.678.667,00	2.678.667,00	2,02%	15.792.333,00	1.753.243,47
Reserva de Contingência	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00%	320.000,00	0,00	0,00	0,00%	320.000,00	0,00
Reserva de Contingência	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00%	320.000,00	0,00	0,00	0,00%	320.000,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	20.563.000,00	20.563.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.563.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.563.000,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	20.563.000,00	20.563.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.563.000,00	0,00	0,00	0,00%	20.563.000,00	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (II)	56.212.000,00	55.675.000,00	10.672.450,33	10.672.450,33	3,14%	45.002.549,67	8.374.901,15	8.374.901,15	6,32%	47.300.098,85	2.297.549,18
TOTAL (III)=(I + II)	1.948.254.000,00	1.956.530.202,22	340.291.633,09	340.291.633,09	100,00%	1.616.238.569,13	132.604.118,82	132.604.118,82	100,00%	1.823.926.083,40	207.687.514,27

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			Até o Bimestre		%(d/total b)		Até o Bimestre		%(d/total d)		
			No Bimestre	(b)			No Bimestre	(d)			
DESPESAS (intra-orçamentárias)	56.212.000,00	55.675.000,00	10.672.450,33	10.672.450,33	3,14%	45.002.549,67	8.374.901,15	8.374.901,15	6,32%	47.300.098,85	2.297.549,18
LEGISLATIVA	931.000,00	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00
ACAO LEGISLATIVA	931.000,00	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	816.000,00	816.000,00	119.854,76	119.854,76	0,04%	696.145,24	119.854,76	119.854,76	0,09%	696.145,24	0,00
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	816.000,00	816.000,00	119.854,76	119.854,76	0,04%	696.145,24	119.854,76	119.854,76	0,09%	696.145,24	0,00
ADMINISTRACAO	11.244.000,00	11.244.000,00	1.611.243,68	1.611.243,68	0,47%	9.632.756,32	1.455.067,79	1.455.067,79	1,10%	9.788.932,21	156.175,89
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	211.000,00	211.000,00	32.531,08	32.531,08	0,01%	178.468,92	32.531,08	32.531,08	0,02%	178.468,92	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	10.131.000,00	10.131.000,00	1.449.461,66	1.449.461,66	0,43%	8.681.516,34	1.293.305,77	1.293.305,77	0,96%	8.637.694,23	156.175,69
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	827.000,00	827.000,00	119.828,53	119.828,53	0,04%	707.171,47	119.828,53	119.828,53	0,09%	707.171,47	0,00
COMUNICACAO SOCIAL	74.000,00	74.000,00	9.402,41	9.402,41	0,00%	64.597,59	9.402,41	9.402,41	0,01%	64.597,59	0,00
SEGURANCA PUBLICA	1.232.000,00	1.232.000,00	166.811,79	166.811,79	0,05%	1.065.188,21	165.689,04	165.689,04	0,12%	1.066.310,96	1.122,75
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.232.000,00	1.232.000,00	166.811,79	166.811,79	0,05%	1.065.188,21	165.689,04	165.689,04	0,12%	1.066.310,96	1.122,75

Continua (3/5)

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)	
			%		No Bimestre		Até o Bimestre (b)	%	No Bimestre			Até o Bimestre (d)
			(b)total b)	(d)total d)								
DESPESAS (intra-orçamentárias)	56.212.000,00	55.675.000,00	10.672.450,33	10.672.450,33	3,14%	45.002.549,67	8.374.901,15	8.374.901,15	6,32%	47.300.098,85	2.297.549,18	
LEGISLATIVA	931.000,00	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	
ACAO LEGISLATIVA	931.000,00	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	0,00	0,00%	931.000,00	0,00	
ESSENCIAL A JUSTICA	816.000,00	816.000,00	119.854,76	119.854,76	0,04%	696.145,24	119.854,76	119.854,76	0,09%	696.145,24	0,00	
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	816.000,00	816.000,00	119.854,76	119.854,76	0,04%	696.145,24	119.854,76	119.854,76	0,09%	696.145,24	0,00	
ADMINISTRACAO	11.244.000,00	11.244.000,00	1.611.243,68	1.611.243,68	0,47%	9.632.756,32	1.455.067,79	1.455.067,79	1,10%	9.788.932,21	156.175,89	
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	211.000,00	211.000,00	32.531,08	32.531,08	0,01%	178.468,92	32.531,08	32.531,08	0,02%	178.468,92	0,00	
ADMINISTRACAO GERAL	10.131.000,00	10.131.000,00	1.449.481,66	1.449.481,66	0,43%	8.681.518,34	1.293.305,77	1.293.305,77	0,98%	8.837.694,23	156.175,89	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	827.000,00	827.000,00	119.828,53	119.828,53	0,04%	707.171,47	119.828,53	119.828,53	0,09%	707.171,47	0,00	
ADMINISTRACAO SOCIAL	74.000,00	74.000,00	9.402,41	9.402,41	0,00%	64.597,59	9.402,41	9.402,41	0,01%	64.597,59	0,00	
COMUNICACAO SOCIAL	1.232.000,00	1.232.000,00	166.811,79	166.811,79	0,05%	1.065.188,21	165.689,04	165.689,04	0,12%	1.066.310,96	1.122,75	
SEGURANCA PUBLICA	1.232.000,00	1.232.000,00	166.811,79	166.811,79	0,05%	1.065.188,21	165.689,04	165.689,04	0,12%	1.066.310,96	1.122,75	
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.232.000,00	1.232.000,00	166.811,79	166.811,79	0,05%	1.065.188,21	165.689,04	165.689,04	0,12%	1.066.310,96	1.122,75	

Continua (3/5)

Continua (3/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (4/5)

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)	RS Real
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)			
ASSISTENCIAL SOCIAL	247.000,00	247.000,00	15.265,00	15.265,00	0,00%	231.735,00	2.230,94	2.230,94	0,00%	244.769,06	13.034,06	
ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	5.000,00	5.000,00	2.200,00	2.200,00	0,00%	2.800,00	327,48	327,48	0,00%	4.672,52	1.872,52	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	242.000,00	242.000,00	13.065,00	13.065,00	0,00%	228.935,00	1.903,46	1.903,46	0,00%	240.096,54	11.161,54	
PREVIDENCIA SOCIAL	290.000,00	290.000,00	39.248,62	39.248,62	0,01%	250.751,38	39.248,62	39.248,62	0,03%	250.751,38	0,00	
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	290.000,00	290.000,00	39.248,62	39.248,62	0,01%	250.751,38	39.248,62	39.248,62	0,03%	250.751,38	0,00	
SAUDE	16.250.000,00	15.700.000,00	2.486.438,92	2.486.438,92	0,73%	13.213.561,08	2.256.860,38	2.256.860,38	1,70%	13.443.139,62	229.578,54	
ATENCAO BASICA	16.250.000,00	15.700.000,00	2.486.438,92	2.486.438,92	0,73%	13.213.561,08	2.256.860,38	2.256.860,38	1,70%	13.443.139,62	229.578,54	
TRABALHO	294.000,00	294.000,00	43.539,21	43.539,21	0,01%	250.460,79	43.539,21	43.539,21	0,03%	250.460,79	0,00	
FOMENTO AO TRABALHO	294.000,00	294.000,00	43.539,21	43.539,21	0,01%	250.460,79	43.539,21	43.539,21	0,03%	250.460,79	0,00	
EDUCACAO	18.280.000,00	18.280.000,00	4.077.027,21	4.077.027,21	1,20%	14.202.972,79	2.930.795,62	2.930.795,62	2,21%	15.349.204,38	1.146.231,59	
ADMINISTRACAO GERAL	805.000,00	805.000,00	87.105,38	87.105,38	0,03%	717.894,62	82.304,40	82.304,40	0,06%	722.695,60	4.800,98	
ENSINO FUNDAMENTAL	8.575.000,00	8.575.000,00	2.063.671,99	2.063.671,99	0,61%	6.511.328,01	1.495.831,89	1.495.831,89	1,13%	7.079.168,11	567.840,10	
EDUCACAO INFANTIL	8.900.000,00	8.900.000,00	1.926.249,84	1.926.249,84	0,57%	6.973.750,16	1.352.659,33	1.352.659,33	1,02%	7.547.340,67	573.590,51	
CULTURA	188.000,00	188.000,00	184.450,00	184.450,00	0,05%	3.550,00	25.719,50	25.719,50	0,02%	162.280,50	158.730,50	
PATRIM. HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOG	2.000,00	2.000,00	450,00	450,00	0,00%	1.550,00	74,20	74,20	0,00%	1.925,80	375,80	
DIFUSAO CULTURAL	186.000,00	186.000,00	184.000,00	184.000,00	0,05%	2.000,00	25.645,30	25.645,30	0,02%	160.354,70	158.354,70	
URBANISMO	153.000,00	153.000,00	85.331,99	85.331,99	0,03%	67.668,01	5.640,94	5.640,94	0,00%	147.359,06	79.691,05	
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.000,00	40.000,00	195,79	195,79	0,00%	39.804,21	195,79	195,79	0,00%	39.804,21	0,00	
SERVICOS URBANOS	112.000,00	112.000,00	85.136,20	85.136,20	0,03%	26.863,80	5.445,15	5.445,15	0,00%	106.554,85	79.691,05	
GESTAO AMBIENTAL	370.000,00	370.000,00	43.350,86	43.350,86	0,01%	326.649,14	39.256,97	39.256,97	0,03%	330.743,03	4.093,89	
CONTROLE AMBIENTAL	370.000,00	370.000,00	43.350,86	43.350,86	0,01%	326.649,14	39.256,97	39.256,97	0,03%	330.743,03	4.093,89	
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	1.370,25	1.370,25	0,00%	6.629,75	618,53	618,53	0,00%	7.381,47	751,72	
EXTENSAO RURAL	8.000,00	8.000,00	1.370,25	1.370,25	0,00%	6.629,75	618,53	618,53	0,00%	7.381,47	751,72	
COMERCIO E SERVICOS	692.000,00	705.000,00	535.553,56	535.553,56	0,16%	169.446,44	28.451,47	28.451,47	0,02%	676.548,53	507.102,09	
TURISMO	692.000,00	705.000,00	535.553,56	535.553,56	0,16%	169.446,44	28.451,47	28.451,47	0,02%	676.548,53	507.102,09	
TRANSPORTE	292.000,00	292.000,00	41.454,65	41.454,65	0,01%	250.545,35	40.454,65	40.454,65	0,03%	251.545,35	1.000,00	
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	292.000,00	292.000,00	41.454,65	41.454,65	0,01%	250.545,35	40.454,65	40.454,65	0,03%	251.545,35	1.000,00	
DESPORTO E LAZER	30.000,00	30.000,00	2.090,06	2.090,06	0,00%	27.909,94	2.052,96	2.052,96	0,00%	27.947,04	37,10	
DESPORTO E RENDIMENTO	30.000,00	30.000,00	2.090,06	2.090,06	0,00%	27.909,94	2.052,96	2.052,96	0,00%	27.947,04	37,10	
ENCARGOS ESPECIAIS	4.895.000,00	4.895.000,00	1.219.419,77	1.219.419,77	0,36%	3.675.580,23	1.219.419,77	1.219.419,77	0,92%	3.675.580,23	0,00	
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.895.000,00	4.895.000,00	1.219.419,77	1.219.419,77	0,36%	3.675.580,23	1.219.419,77	1.219.419,77	0,92%	3.675.580,23	0,00	

Continua (4/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação (5/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Realis

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
	56.212.000,00	56.675.000,00	10.672.450,33	10.672.450,33	8.374.901,15	8.374.901,15	47.300.098,85	2.297.549,18
TOTAL				3,14%		6,32%		

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 11h e 21m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO / 2014 A FEVEREIRO / 2015

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2015
	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Sep/14	Out/14	Nov/14	Dez/14	Jan/15	Fev/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	86.675.371,68	91.139.768,02	92.295.013,33	84.661.157,97	85.715.028,06	90.201.839,87	81.614.657,31	96.523.598,74	94.130.552,76	97.037.910,68	98.243.465,86	112.973.177,10	1.108.208.550,38	1.321.643.000,00
Receita Tributária	18.330.291,84	17.993.319,63	19.757.798,34	17.595.306,40	17.770.165,95	18.418.931,79	18.778.180,51	19.269.068,15	19.944.611,32	26.362.186,65	17.258.768,05	43.327.707,68	254.806.335,31	289.139.000,00
IPTU	4.301.994,80	2.304.493,37	2.251.347,31	2.531.080,06	2.309.176,05	2.288.731,85	2.281.998,14	2.306.552,49	2.260.695,63	2.367.061,55	2.575.273,93	27.930.547,76	55.720.960,94	59.400.000,00
ISS	7.686.423,98	7.775.186,01	8.672.749,45	8.557.643,80	8.320.822,91	8.901.126,77	9.101.211,88	9.128.775,97	9.221.220,64	9.383.259,92	8.760.227,69	8.403.909,24	104.112.565,26	104.300.000,00
ITBI	2.143.728,85	1.718.105,32	2.151.745,12	1.790.140,86	1.993.397,14	2.272.894,59	2.250.890,04	2.632.087,15	2.996.080,32	3.134.625,48	1.952.598,58	1.997.841,56	26.734.046,01	29.000.000,00
IRRF	2.075.615,03	2.129.444,68	2.011.619,96	1.983.510,78	1.978.645,93	2.176.306,44	2.237.672,62	2.170.923,84	3.039.953,08	8.311.842,43	1.120.959,44	2.256.802,12	31.473.496,35	31.700.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.122.329,38	4.066.080,25	4.670.336,50	2.752.922,90	3.167.923,92	2.770.072,14	2.906.407,83	3.028.728,70	2.726.661,45	2.849.797,41	2.738.607,00	2.738.607,00	36.765.263,75	64.739.000,00
Receita de Contribuições	4.440.234,59	4.767.255,53	4.469.358,38	4.381.652,25	4.252.857,33	4.295.570,60	4.197.442,44	4.257.138,24	4.222.347,10	4.708.635,76	6.480.166,53	4.480.621,94	54.953.280,69	57.992.000,00
Receita Patrimonial	5.476.896,62	5.643.891,86	7.522.154,23	4.199.799,13	4.921.718,40	9.902.117,04	-3.700.741,46	3.865.329,51	4.532.143,57	643.428,16	3.095.703,42	5.680.428,66	51.775.865,14	56.453.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.936.521,98	6.287.879,52	6.026.527,59	5.467.404,83	5.987.058,49	5.455.931,55	5.557.839,02	6.093.591,09	5.669.492,43	6.175.004,87	6.180.102,53	5.704.137,73	70.421.577,63	93.996.000,00
Transferências Correntes	48.674.527,17	52.760.902,27	51.077.413,33	49.421.412,53	48.129.796,34	48.129.796,34	52.800.730,20	55.136.635,08	54.631.591,12	54.614.396,46	59.537.831,39	50.567.609,56	626.511.257,36	760.961.000,00
Cota-Parte do FPM	3.301.471,45	3.769.073,82	5.021.421,63	3.765.742,11	3.234.286,04	3.929.119,36	3.444.201,64	3.255.125,25	4.308.574,52	6.929.937,14	5.229.835,05	5.338.648,37	51.526.445,38	58.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	17.648.331,79	17.197.404,10	17.481.030,73	17.734.932,38	16.480.804,93	17.290.174,85	18.539.294,50	19.934.425,35	21.087.942,33	20.312.354,50	20.691.926,04	18.405.272,77	222.803.894,27	231.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.410.677,93	3.791.475,72	4.017.593,46	3.831.351,74	4.214.429,29	3.850.547,98	3.706.296,40	3.744.799,61	2.338.969,94	1.897.676,05	1.739.079,11	2.558.757,30	38.901.654,53	46.000.000,00
Cota-Parte do ITR	136,87	136,57	64,53	18,98	20,84	203,14	3.035,73	17.369,18	1.047,66	611,24	58,10	133,26	22.845,10	100.000,00
Transferências de LC 87/1996	0,00	77.249,37	77.249,37	77.249,37	77.249,37	77.249,37	77.249,37	77.249,37	77.249,37	154.498,74	0,00	0,00	772.493,70	1.000.000,00
Transferências de LC 61/1989	241.833,94	263.109,79	296.175,01	272.566,54	280.010,74	288.629,16	271.614,98	290.876,86	334.013,29	329.573,95	431.683,57	256.410,52	3.546.498,35	3.800.000,00
Transferências do FUNDEB	9.096.961,01	9.165.740,07	10.021.910,23	9.484.066,29	8.781.951,23	9.394.011,81	9.586.748,21	10.016.256,41	10.457.048,80	10.389.576,50	10.393.787,47	9.612.235,48	116.400.303,51	127.000.000,00
Outras Transferências Correntes	14.976.114,18	18.527.712,83	14.171.968,37	14.255.485,12	16.061.024,90	13.298.176,24	17.172.289,37	17.800.523,05	16.026.745,21	14.800.165,34	21.051.562,05	14.396.351,86	192.537.121,52	294.661.000,00
Outras Receitas Correntes	3.816.899,48	3.653.519,21	3.885.029,08	3.773.431,55	3.773.431,55	4.001.176,98	3.981.206,60	7.908.834,67	5.130.367,22	4.534.259,78	3.690.813,94	3.212.471,53	50.740.239,25	64.893.000,00
DEDUÇÕES (II)	8.162.873,08	8.306.546,44	8.865.029,08	8.560.224,79	8.421.578,50	8.518.855,49	8.594.801,28	8.908.137,64	9.073.858,86	9.912.593,72	10.858.970,74	8.312.519,04	108.215.888,66	107.491.000,00
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	2.206.243,60	2.258.985,75	2.276.244,81	2.385.864,00	2.394.293,04	2.388.170,93	2.392.987,11	2.394.524,28	2.398.570,92	2.793.994,46	4.354.484,07	2.420.382,67	30.664.625,64	33.042.000,00
Servidor	2.206.243,60	2.258.985,75	2.276.244,81	2.385.864,00	2.394.293,04	2.388.170,93	2.392.987,11	2.394.524,28	2.398.570,92	2.793.994,46	4.354.484,07	2.420.382,67	30.664.625,64	33.042.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	1.037.377,29	1.030.394,08	1.032.535,50	1.037.964,27	1.170.502,41	1.043.543,86	993.501,96	1.049.687,57	1.045.727,38	1.573.514,64	885.870,52	590.392,12	12.481.001,60	6.469.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.919.252,19	5.017.176,61	5.576.246,77	5.136.396,52	4.866.793,05	5.097.140,70	5.209.332,21	5.463.925,79	5.929.560,56	5.445.084,62	5.618.516,15	5.311.944,25	63.070.281,42	67.980.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	78.512.498,60	82.830.221,58	83.609.984,25	76.100.933,18	77.293.449,56	81.682.864,38	73.019.856,03	87.615.459,10	85.056.693,90	87.225.316,96	86.384.615,12	104.662.657,72	1.002.992.673,72	1.214.152.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Blumenau. Data da emissão: 15 de Junho de 2015 e hora da emissão: 11h e 23m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC
CPF 383.022.769-87



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Continuação (2/4)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Apontadorias	0,00	0,00	11.411.290,78	9.536.120,42	11.411.290,78	9.536.120,42	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.557.025,71	1.357.040,65	1.557.025,71	1.357.040,65	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.180.871,69	1.285.571,80	1.180.871,69	1.285.571,80	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	115.143.000,00	115.143.000,00	223.847,79	190.239,44	198.253,19	184.157,47	25.594,60	6.081,97
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (intra-orçamentárias) (V)	115.143.000,00	115.143.000,00	223.847,79	190.239,44	198.253,19	184.157,47	25.594,60	6.081,97
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	290.000,00	290.000,00	39.248,62	36.401,97	39.248,62	36.401,97	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	115.433.000,00	115.433.000,00	14.412.284,59	12.405.374,28	14.386.689,99	12.399.292,31	25.594,60	6.081,97
	20.563.000,00	20.563.000,00	20.070.591,88	8.991.573,33	20.096.186,48	8.997.655,30	-25.594,60	-6.081,97

APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS

Piano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00
Piano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Reserva Orçamentária do RPPS

20.563.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA

Caixa

0,00

2014

0,00

Continua (2/4)



PREFEITURA
DE BLUMENAU

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação (3/4)

RRREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Bancos Conta Movimento	8.980,93	381.381,18
Investimentos	346.852.221,73	326.251.222,38
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Recetas de Contribuições		64.856.000,00	64.856.000,00	18.935.286,48	14.196.066,53
Patronal		64.799.000,00	64.799.000,00	18.931.171,91	14.196.066,53
Pessoa Civil		40.149.000,00	40.149.000,00	11.721.458,88	8.805.465,05
Ativo		40.149.000,00	40.149.000,00	11.721.458,88	8.805.465,05
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoa Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		17.920.000,00	17.920.000,00	5.199.675,51	3.906.096,66
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		6.730.000,00	6.730.000,00	2.010.037,52	1.484.504,82
Receta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		57.000,00	57.000,00	4.114,57	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX + X)		64.856.000,00	64.856.000,00	18.935.286,48	14.196.066,53

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Nº o Bimestre / 2014	Nº o Bimestre / 2015	Nº o Bimestre / 2014	Nº o Bimestre / 2015	Em 2014	Em 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	290.000,00	290.000,00						
Despesas Correntes	290.000,00	290.000,00	39.248,62	36.401,97	39.248,62	36.401,97	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	39.248,62	36.401,97	39.248,62	36.401,97	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (3/4)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Em 2014	Em 2015
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	290.000,00	290.000,00	39.248,62	36.401,97	39.248,62	36.401,97	0,00	0,00

Continuação (4/4)

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 17 de Junho de 2015 e hora da emissão 04h e 11m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRCSC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / 2015 <<>> BIMESTRE JANEIRO / FEVEREIRO

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2014	31/Dez/2014	28/Fev/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	168.899.199,94	168.899.199,94	205.238.310,96
DEDUÇÕES (II)	87.460.714,89	87.460.714,89	127.681.059,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	104.988.313,26	104.988.313,26	124.635.147,40
Demais Haveres Financeiros	8.373.573,11	8.373.573,11	8.767.782,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.901.171,48	25.901.171,48	5.721.870,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	81.438.485,05	81.438.485,05	77.557.251,53
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	81.438.485,05	81.438.485,05	77.557.251,53

RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	No Bimestre	Até o Bimestre
RESULTADO NOMINAL	-3.881.233,52	-3.881.233,52

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
------------------------------	-------

Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais para o Exercício de Referência

8.493.159,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	31/Dez/2014	31/Dez/2014	28/Fev/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	279.232.928,25	279.232.928,25	279.232.928,25
Passivo Atuarial	279.232.928,25	279.232.928,25	279.232.928,25
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	325.846.121,02	325.846.121,02	346.849.899,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	381.381,18	381.381,18	8.980,93
Investimentos	326.251.222,38	326.251.222,38	346.852.221,73
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	786.482,54	786.482,54	11.302,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-46.613.192,77	-46.613.192,77	-67.616.971,74
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-46.613.192,77	-46.613.192,77	-67.616.971,74

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 11h e 32m

 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / 2015 <>> BIMESTRE JANEIRO / FEVEREIRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.277.824.000,00	206.450.896,84	182.784.271,13
Receita Tributária	289.244.000,00	60.586.475,73	52.423.923,98
IPTU	59.400.000,00	30.505.821,69	26.094.673,91
ISS	104.300.000,00	17.164.136,93	14.789.322,17
ITBI	29.000.000,00	3.950.351,14	3.159.128,94
IRRF	31.700.000,00	3.377.761,56	4.162.875,67
Outras Receitas Tributárias	64.844.000,00	5.588.404,41	4.217.923,29
Receita de Contribuições	121.891.000,00	29.891.960,38	24.475.637,96
Receita Previdenciária	97.991.000,00	25.715.944,53	20.597.326,74
Outras Contribuições	23.900.000,00	4.176.015,85	3.878.311,22
Receita Patrimonial Líquida	14.421.000,00	-2.155.476,86	-7.355.511,92
Receita Patrimonial	56.453.000,00	8.776.132,08	269.269,36
Aplicações Financeiras (-)	42.032.000,00	10.931.608,94	7.624.781,28
Transferências Correntes	692.545.000,00	99.175.380,55	94.693.819,11
FPM	46.400.000,00	8.454.786,84	8.622.000,70
ICMS	184.800.000,00	31.277.759,21	28.540.041,12
Convênios	31.784.000,00	1.547.987,10	1.150.999,09
Outras Transferências Correntes	429.561.000,00	57.894.847,40	56.380.778,20
Demais Receitas Correntes	159.723.000,00	18.952.567,04	18.546.402,00
Dívida Ativa	14.873.000,00	1.545.334,86	1.747.847,81
Diversas Receitas Correntes	144.850.000,00	17.407.222,18	16.798.554,19
RECEITAS DE CAPITAL (II)	627.502.000,00	2.389.476,64	6.040.238,37
Operações de Crédito (III)	295.492.000,00	641.523,29	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	331.910.000,00	1.747.953,35	6.040.238,37
Convênios	329.910.000,00	719.296,21	5.006.942,97
Outras Transferências de Capital	2.000.000,00	1.028.657,14	1.033.295,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	331.910.000,00	1.747.953,35	6.040.238,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	1.609.734.000,00	208.198.850,19	188.824.509,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCR. EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bim./2015	Até o Bim./2014	Até o Bim./2015	Até o Bim./2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.155.556.151,11	302.808.725,65	230.754.829,69	124.656.717,10	119.304.231,06	178.152.008,55	230.754.829,69
Pessoal e Encargos Sociais	467.308.086,00	63.745.222,66	58.753.724,74	63.413.609,39	57.740.581,66	331.613,27	58.753.724,74
Juros e Encargos da Dívida (IX)	19.736.000,00	3.478.335,71	3.510.342,94	1.260.045,94	1.381.938,39	2.218.289,77	3.510.342,94
Outras de Despesas Correntes	668.512.065,11	235.585.167,28	168.490.762,01	59.983.061,77	60.181.711,01	175.602.105,51	168.490.762,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.135.820.151,11	299.330.389,94	227.244.486,75	123.396.671,16	117.922.292,67	175.933.718,78	227.244.486,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	780.091.051,11	37.482.907,44	28.033.512,96	7.947.401,72	8.036.072,10	29.535.505,72	28.033.512,96
Investimentos	743.379.051,11	31.436.646,64	22.250.561,23	3.158.837,82	3.635.046,20	28.277.808,82	22.250.561,23
Inversões Financeiras	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	36.612.000,00	5.946.260,80	5.682.951,73	4.688.563,90	4.301.025,90	1.257.696,90	5.682.951,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	743.479.051,11	31.536.646,64	22.350.561,23	3.258.837,82	3.735.046,20	28.277.808,82	22.350.561,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	20.563.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	1.900.182.202,22	330.867.036,58	249.595.047,98	126.655.508,98	121.657.338,87	204.211.527,60	249.595.047,98
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-290.448.202,22	-122.668.186,39	-60.770.538,48	81.543.341,21	67.167.170,63	-204.211.527,60	-60.770.538,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	8.276.202,22	11.499.906,48	8.276.202,22	11.499.906,48	0,00	11.499.906,48

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-280.291.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 11h e 40m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

PREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)	PODER /ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Real	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo
		Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
Restos a Pagar (Exceeto Intra-orçamentários) (I)													
Executivo		409.959,09	14.666.714,26	12.552.907,99	724,00	2.523.041,36	906.043,71	54.354.374,88	32.806.355,99	30.503.723,01	4.356.247,31	20.400.448,27	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU		409.959,09	14.256.105,47	12.552.907,99	724,00	2.112.432,57	906.043,71	54.354.374,88	32.806.355,99	30.503.723,01	4.356.247,31	20.400.448,27	
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE		0,00	20.614,07	20.614,07	0,00	0,00	140.000,00	113.062,64	58.442,07	29.964,97	38.404,97	184.692,70	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.989,90	90.989,90	0,00	574,50	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		17.540,12	41.758,05	39.935,61	0,00	19.362,56	17.087,33	44.087,17	24.515,65	7.127,18	953,57	10.900,00	
FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB		0,00	274.364,09	258.245,29	0,00	16.118,80	0,00	1.121.639,52	368.877,49	274.401,59	0,00	847.237,93	
FUNDO MUNIC.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	850,00	0,00	0,00	850,00	20.351,14	140.825,13	48.275,33	0,00	0,00	112.900,94	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	197.662,72	192.429,59	724,00	4.509,13	0,00	451.818,94	283.788,54	242.088,52	5.921,84	203.808,58	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	1.767.361,17	1.767.133,39	0,00	227,78	18.429,94	32.305.394,31	19.155.421,86	18.648.985,85	3.825.287,63	9.849.550,77	
GABINETE DO PREFEITO		0,00	42.451,95	42.451,95	0,00	0,00	0,00	19.331,30	17.657,40	11.577,20	0,00	7.754,10	
GABINETE DO VICE PREFEITO		0,00	1.549,57	1.549,57	0,00	0,00	0,00	14.961,42	14.702,78	10.461,42	0,00	4.500,00	
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU		0,00	775.448,81	773.349,94	0,00	2.098,87	16.966,99	269.532,88	53.319,98	44.116,18	561,37	241.822,32	
INTENDENCIA DISTRTAL DE VILA ITUPAVA		0,00	10.982,09	10.982,09	0,00	0,00	0,00	5.830,00	4.189,88	0,00	0,00	5.830,00	
INTENDENCIA DISTRTAL DO GRANDE GARCIA		0,00	5.506,40	5.506,40	0,00	0,00	0,00	2.486,13	2.220,82	2.220,82	0,00	265,31	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	214.227,25	214.227,25	0,00	0,00	0,00	50.972,96	12.771,63	3.634,25	0,00	47.338,71	
SECRET. DE ASSIST. SOCIAL, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	193.317,36	172.842,36	0,00	20.475,00	0,00	476.265,02	218.057,64	114.101,95	102.665,04	259.498,03	
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		2.144,95	582.791,37	262.049,77	0,00	322.886,55	0,00	182.236,22	169.951,51	4.665,69	0,00	177.570,53	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		103.590,00	1.128.776,67	1.072.123,75	0,00	160.242,92	0,00	238.881,86	109.515,47	60.846,88	0,00	178.034,98	
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		0,00	448.247,83	434.783,83	0,00	13.464,00	0,00	290.922,79	244.497,27	119.715,36	0,00	171.207,43	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO		0,21	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	35.173,08	34.166,86	0,00	1.006,22	1.062,22	105.011,98	41.529,29	37.444,62	0,00	68.629,36	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		2.679,38	138.060,91	134.222,41	0,00	6.517,88	0,00	213.593,62	9.563,33	7.201,23	0,00	206.392,39	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		73.968,67	3.760.913,44	3.758.059,65	0,00	76.822,46	111.437,65	1.340.624,78	526.683,09	509.826,28	74.759,38	867.476,77	
Continua (1/3)													

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	206.980,71	206.980,71	0,00	0,00	0,00	23.807,44	14.102,43	8.146,80	0,00	15.660,64
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	1.371.164,49	628.303,69	0,00	742.860,80	0,00	2.924.889,58	2.329.751,27	2.163.430,65	250.442,16	511.016,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	935,07	0,00	0,00	0,00	935,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	136.053,12	51.993,77	0,00	84.059,35	0,00	115.283,65	84.225,30	71.372,65	0,00	43.911,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	98,83	2.055.982,06	1.726.202,00	0,00	329.878,89	0,00	5.280.885,75	2.625.415,13	2.142.116,65	50.918,09	3.087.851,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	208.845,90	0,00	0,00	0,00	208.845,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	5.000,83	5.000,83	0,00	0,00	0,00	177.117,56	166.324,64	161.843,26	0,00	15.274,30
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	31.738,55	30.488,37	0,00	1.270,18	7.335,61	452.743,28	441.515,07	441.515,07	30,00	18.533,82
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	155,96	809.128,88	709.284,84	0,00	100.000,00	117,27	7.848.276,40	5.648.914,40	5.206.515,89	6.011,93	2.635.865,85
Legislativo	0,00	410.608,79	0,00	0,00	410.608,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	410.608,79	0,00	0,00	410.608,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar (Intra-orçamentários) (II)	351.996,12	11.258.984,55	10.703.482,32	0,00	907.498,35	0,00	175.632,25	13.661,03	13.661,03	107,99	161.863,23
TOTAL (III) = (I + II)	761.955,21	25.925.698,81	23.256.390,31	724,00	3.430.539,71	906.043,71	54.530.007,13	32.820.017,02	30.517.384,04	4.356.355,30	20.562.311,50

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
Restos a Pagar Intra-orçamentários	351.996,12	11.258.984,55	10.703.482,32	0,00	907.498,35	0,00	175.632,25	13.661,03	13.661,03	107,99	161.863,23
Executivo	351.996,12	11.143.148,90	10.703.482,32	0,00	791.662,70	0,00	175.632,25	13.661,03	13.661,03	107,99	161.863,23
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	12.933,88	12.933,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234,84	34,84	34,84	0,00	1.200,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	97.374,29	97.374,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO PROMOT.DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	0,00	4.402,93	4.402,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Inscritos		Pagos	Liquidados	Cancelados
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014		Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	3.332.712,90	3.332.712,90	0,00	9.656,24	9.656,24	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	20.945,39	20.945,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	6.968,57	6.968,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	11.033,73	11.033,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRIITAL DE VILA ITROUPAVA	84,62	10.650,93	10.650,93	0,00	292,38	0,00	0,00	292,38
INTENDENCIA DISTRIITAL DO GRANDE GARCIA	2.260,78	10.381,35	4.708,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	177.802,74	177.802,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	50.786,75	50.777,07	0,00	230,08	0,00	0,00	230,08
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	783.409,44	783.409,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	345.511,38	321.088,63	0,00	3.186,75	0,00	0,00	3.186,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	13.266,87	13.266,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	66.083,79	64.567,51	0,00	8.837,41	0,00	0,00	8.837,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	441.353,40	372.120,05	0,00	26.613,94	0,00	0,00	26.613,94
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	346.146,10	4.701.374,75	4.370.693,18	0,00	117.242,36	68,10	0,00	117.174,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	44.631,62	44.631,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	66.153,78	66.083,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	244.223,75	244.223,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	3.504,62	194.061,62	186.470,13	0,00	3.710,73	3.608,58	102,15	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	28.909,51	28.521,64	0,00	387,87	0,00	0,00	189,64
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	129.659,13	129.659,13	0,00	299,11	293,27	5,84	0,00
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	348.516,40	348.516,40	0,00	4.138,77	0,00	0,00	4.138,77
Legislativo	0,00	115.835,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	115.835,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL Intra-orçamentários	351.996,12	11.258.984,55	10.703.482,32	0,00	175.632,25	13.661,03	107,99	161.863,23

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 15 de Junho de 2015 e hora da emissão 11h e 44m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ

**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art.212 da CF)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	237.400.000,00	237.400.000,00	56.481.786,56	23,79%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	68.200.000,00	68.200.000,00	31.733.835,06	46,53%
1.1.1 - IPTU	67.200.000,00	67.200.000,00	36.819.623,33	54,79%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	6.560,89	6,56%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	8.800.000,00	8.800.000,00	1.221.360,79	13,88%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	91,69	0,09%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	-8.000.000,00	-8.000.000,00	-6.313.801,64	78,92%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	29.300.000,00	29.300.000,00	3.950.962,35	13,48%
1.2.1 - ITBI	30.000.000,00	30.000.000,00	3.982.609,46	13,28%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100.000,00	100.000,00	611,21	0,61%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	-1.000.000,00	-1.000.000,00	-32.258,32	3,23%
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	108.200.000,00	108.200.000,00	17.419.227,59	16,10%
1.3.1 - ISS	111.000.000,00	111.000.000,00	17.236.925,28	15,53%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	448,44	0,45%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	4.200.000,00	4.200.000,00	254.622,97	6,06%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	19,25	0,02%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	-7.200.000,00	-7.200.000,00	-72.788,35	1,01%
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.700.000,00	31.700.000,00	3.377.761,56	10,66%
1.4.1 - IRRF	31.700.000,00	31.700.000,00	3.377.761,56	10,66%
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	339.900.000,00	339.900.000,00	54.651.804,09	16,08%
2.1 - Cota-Parte FPM	58.000.000,00	58.000.000,00	10.568.483,42	18,22%
2.1.1 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea b	58.000.000,00	58.000.000,00	10.568.483,42	18,22%
2.1.2 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2 - Cota-Parte ICMS	231.000.000,00	231.000.000,00	39.097.198,81	16,93%
2.3 - ICMS - Desoneração - LC 87/1996	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	3.800.000,00	3.800.000,00	688.094,09	18,11%
2.5 - Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	191,36	0,19%
2.6 - Cota-Parte IPVA	46.000.000,00	46.000.000,00	4.297.836,41	9,34%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	577.300.000,00	577.300.000,00	111.133.590,65	19,25%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	34.487.000,00	34.487.000,00	4.145.679,87	12,02%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	11.950.000,00	11.950.000,00	3.661.494,58	30,64%
5.2 - Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.3 - Transferências Diretas PNAE	4.149.000,00	4.149.000,00	382.670,00	9,22%
5.4 - Transferências Diretas PNATE	147.000,00	147.000,00	8.224,99	5,60%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	241.000,00	241.000,00	93.290,30	38,71%
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.310.000,00	14.310.000,00	1.300.000,00	9,08%
6.1 - Transferências de Convênios	14.300.000,00	14.300.000,00	1.300.000,00	9,09%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	48.797.000,00	48.797.000,00	5.445.679,87	11,16%

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	67.980.000,00	67.980.000,00	10.930.360,81	16,08%			
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	11.600.000,00	11.600.000,00	2.113.696,68	18,22%			
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	46.200.000,00	46.200.000,00	7.819.439,76	16,93%			
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00%			
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	760.000,00	760.000,00	137.618,82	18,11%			
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB (20% de 1.5 + 2.5)	20.000,00	20.000,00	38,27	0,19%			
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	9.200.000,00	9.200.000,00	859.567,28	9,34%			
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	127.500.000,00	127.500.000,00	20.082.333,20	15,75%			
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	127.000.000,00	127.000.000,00	20.006.022,95	15,75%			
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%			
11.3 - Receita de Aplicação Financeira do Recursos do FUNDEB	500.000,00	500.000,00	76.310,25	15,26%			
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	59.020.000,00	59.020.000,00	9.075.662,14	15,38%			
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	9.075.662,14	100,00%			
DEPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	113.475.000,00	113.475.000,00	16.957.659,77	14,94%	16.956.578,98	14,94%	1.080,79
13.1 - Com Educação Infantil	57.000.000,00	57.000.000,00	9.058.562,76	15,89%	9.057.481,97	15,89%	1.080,79
13.2 - Com Ensino Fundamental	56.475.000,00	56.475.000,00	7.899.097,01	13,99%	7.899.097,01	13,99%	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	14.025.000,00	14.025.000,00	1.658.100,61	11,82%	1.409.509,74	10,05%	248.590,87
14.1 - Com Educação Infantil	7.405.000,00	7.405.000,00	972.544,41	13,13%	723.953,54	9,78%	248.590,87
14.2 - Com Ensino Fundamental	6.620.000,00	6.620.000,00	685.556,20	10,36%	685.556,20	10,36%	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	127.500.000,00	127.500.000,00	18.615.760,38	14,60%	18.366.088,72	14,40%	249.671,66
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB							Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							18.366.088,72
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) * 100)%							84,44%
19.2 - Mínimo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) * 100)%							7,02%
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no exercício (100 - (19.1 - 19.2))%							8,55%
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015							0,00

MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	144.325.000,00	144.325.000,00	27.783.397,65	19,25%			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	119.463.000,00	119.463.000,00	21.895.204,82	18,33%	13.657.814,63	11,43%	8.237.390,19
23.1 - Creches	98.258.317,50	98.258.317,50	18.008.805,96	18,33%	11.233.552,53	11,43%	6.775.253,43
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	52.973.112,50	52.973.112,50	8.250.585,65	15,58%	8.045.230,71	15,19%	205.354,94
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	45.285.205,00	45.285.205,00	9.758.220,32	21,55%	3.188.321,83	7,04%	6.569.898,49
23.2 - Pré-escola	98.258.317,50	98.258.317,50	18.008.805,96	18,33%	11.233.552,53	11,43%	6.775.253,43
23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	52.973.112,50	52.973.112,50	8.250.585,65	15,58%	8.045.230,71	15,19%	205.354,94
23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	45.285.205,00	45.285.205,00	9.758.220,32	21,55%	3.188.321,83	7,04%	6.569.898,49
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	109.425.000,00	109.425.000,00	21.260.637,72	19,43%	12.461.247,05	11,39%	8.799.390,67
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	63.095.000,00	63.095.000,00	8.584.653,21	13,61%	8.584.653,21	13,61%	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	46.330.000,00	46.330.000,00	12.675.984,51	27,36%	3.876.593,84	8,37%	8.799.390,67
25 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
26 - ENSINO SUPERIOR	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
28 - OUTRAS	11.223.000,00	11.223.000,00	6.309.520,93	56,22%	5.635.649,63	50,22%	673.871,30
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	240.611.000,00	240.611.000,00	49.465.363,47	20,56%	31.754.711,31	13,20%	17.710.652,16

Continua (2/3)



PREFEITURA
DE BLUMENAU

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (3/3)

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)	9.075.662,14
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50 h)	76.310,25
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46 g)	3.231,63
37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	9.155.204,02
38 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - 37)	16.963.857,66
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38 / 3) * 100) %	15,26%

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.030.000,00	14.439.233,08	8.317.798,89	57,61%	3.322.221,16	23,01%	4.995.577,73
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	35.767.000,00	37.449.635,71	3.357.262,07	8,96%	1.373.816,24	3,67%	1.983.445,83
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	47.797.000,00	51.888.868,79	11.675.060,96	22,50%	4.696.037,40	9,05%	6.979.023,56
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	288.408.000,00	292.499.868,79	61.140.424,43	20,90%	36.450.748,71	12,46%	24.689.675,72
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2015 (i)
46 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						0,00	3.231,63
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						0,00	3.231,63
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB						0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		Valor
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		3.222.060,34
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		20.006.022,95
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		18.978.456,04
49.1 - Orçamento do Exercício		17.617.418,08
49.2 - Restos a Pagar		2.059.471,37
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		76.310,25
51 - (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		4.325.937,50

Nota: O valor apresentado na linha 49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE R\$ 18.978.456,04, representa o valor líquido das despesas, sendo que o valor bruto é R\$ 19.676.889,45.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 17 de Junho de 2015 e hora da emissão 05h e 10m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ

**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	237.400.000,00	237.400.000,00	56.481.786,56	23,79%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	59.400.000,00	59.400.000,00	30.505.821,69	51,36%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	29.000.000,00	29.000.000,00	3.950.351,14	13,62%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	104.300.000,00	104.300.000,00	17.164.136,93	16,46%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	31.700.000,00	31.700.000,00	3.377.761,56	10,66%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	300.000,00	300.000,00	7.620,54	2,54%
Dívida Ativa dos Impostos	12.400.000,00	12.400.000,00	1.475.983,76	11,90%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	300.000,00	300.000,00	110,94	0,04%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	339.900.000,00	339.900.000,00	54.651.804,09	16,08%
Cota-Parte FPM	58.000.000,00	58.000.000,00	10.568.483,42	18,22%
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	191,36	0,19%
Cota-Parte IPVA	46.000.000,00	46.000.000,00	4.297.836,41	9,34%
Cota-Parte ICMS	231.000.000,00	231.000.000,00	39.097.198,81	16,93%
Cota-Parte IPI-Exportação	3.800.000,00	3.800.000,00	688.094,09	18,11%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) =	577.300.000,00	577.300.000,00	111.133.590,65	19,25%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	236.134.000,00	236.134.000,00	29.352.051,53	12,43%
Provenientes da União	217.577.000,00	217.577.000,00	28.309.074,80	13,01%
Provenientes dos Estados	17.550.000,00	17.550.000,00	774.227,03	4,41%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	1.007.000,00	1.007.000,00	268.749,70	26,69%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.322.000,00	1.322.000,00	230.184,30	17,41%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	237.456.000,00	237.456.000,00	29.582.235,83	12,46%

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)	
DESPESAS CORRENTES	361.200.000,00	361.900.000,00	111.333.806,74	30,76%	31.792.422,64	8,78%	79.541.384,10
Pessoal e Encargos Sociais	124.111.000,00	123.111.000,00	20.879.225,54	16,96%	20.879.225,54	16,96%	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	237.089.000,00	238.789.000,00	90.454.581,20	37,88%	10.913.197,10	4,57%	79.541.384,10
DESPESAS DE CAPITAL	14.535.000,00	14.060.000,00	704.056,88	5,01%	228.596,06	1,63%	475.460,82
Investimentos	14.535.000,00	14.060.000,00	704.056,88	5,01%	228.596,06	1,63%	475.460,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	375.735.000,00	375.960.000,00	112.037.863,62	29,80%	32.021.018,70	8,52%	80.016.844,92

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	169.897,93	0,15%	169.897,93	0,53%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	236.174.000,00	236.399.000,00	70.490.369,79	62,92%	11.730.008,42	36,63%	58.760.361,37
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	221.069.000,00	221.294.000,00	70.490.369,79	62,92%	11.730.008,42	36,63%	58.760.361,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	15.105.000,00	15.105.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	236.174.000,00	236.399.000,00	70.660.267,72	63,07%	11.899.906,35	37,16%	58.760.361,37
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	139.561.000,00	139.561.000,00	41.377.595,90	29,65%	20.121.112,35	14,42%	21.256.483,55
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%							18,11%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIB)/100)]							3.451.073,75

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2014	37.372.771,77	3.823.213,28	23.707.393,15	9.842.165,34	32.272.697,70
Inscritos em 2013	9.063.027,72	604.502,68	8.446.215,04	2.310,00	5.386.818,70
Inscritos em 2012	4.556.464,60	398.321,35	4.158.143,25	0,00	3.838.175,66
Inscritos em 2011	7.534.727,63	823.049,24	6.711.678,39	0,00	5.484.722,01
Inscritos em 2010	8.570.144,58	234.017,15	8.336.127,43	0,00	6.319.062,22
Exercícios anteriores ao de referência - Somatório	20.697.622,75	1.335.362,18	19.362.260,57	0,00	10.368.858,23
Total	87.784.759,05	7.218.465,88	70.721.817,83	9.844.475,34	63.670.334,52

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)	
Atenção Básica	171.492.000,00	171.712.000,00	37.719.092,49	33,67%	22.008.009,53	68,73%	15.711.082,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	200.510.000,00	200.510.000,00	73.397.044,14	65,51%	9.728.980,58	30,38%	63.668.063,56
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Vigilância Sanitária	1.300.000,00	1.300.000,00	162.768,13	0,15%	28.731,51	0,09%	134.036,62
Vigilância Epidemiológica	1.303.000,00	1.308.000,00	589.060,93	0,53%	85.399,15	0,27%	503.661,78
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras subfunções	1.130.000,00	1.130.000,00	169.897,93	0,15%	169.897,93	0,53%	0,00
TOTAL	375.735.000,00	375.960.000,00	112.037.863,62	29,80%	32.021.018,70	8,52%	80.016.844,92

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 17 de Junho de 2015 e hora da emissão 05h e 12m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2015 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
----------------------	-------------	----------------

RECEITAS

Previsão Inicial		1.948.254.000,00
Previsão Atualizada		1.948.254.000,00
Receitas Realizadas	219.771.982,42	219.771.982,42
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		8.276.202,22

DESPESAS

Dotação Inicial		1.948.254.000,00
Créditos Adicionais		8.276.202,22
Dotação Atualizada		1.956.530.202,22
Despesas Empenhadas	340.291.633,09	340.291.633,09
Despesas Liquidadas	132.604.118,82	132.604.118,82
Despesas Pagas	122.156.846,71	122.156.846,71
Superávit Orçamentário		87.167.863,60

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
-------------------------------	-------------	----------------

Despesas Empenhadas	340.291.633,09	340.291.633,09
Despesas Liquidadas	132.604.118,82	132.604.118,82

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
--------------------------------	----------------

Receita Corrente Líquida	1.002.992.670,72
--------------------------	------------------

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
--	-------------	----------------

Regime Geral de Previdência Social

Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	34.482.876,47	34.482.876,47
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	14.386.689,99	14.386.689,99
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)	20.096.186,48	20.096.186,48
Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX) = (VII-VIII)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)
-------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Resultado Nominal	8.493.159,00	-3.881.233,52	-45,70%
Resultado Primário	-280.291.000,00	81.543.341,21	-29,09%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
---	-----------	-----------------------------	--------------------------	---------------

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.687.654,02	724,00	23.256.390,31	3.430.539,71
Executivo	26.161.209,58	724,00	23.256.390,31	2.904.095,27
Legislativo	526.444,44	0,00	0,00	526.444,44
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	55.436.050,84	4.356.355,30	30.517.384,04	20.562.311,50
Executivo	55.436.050,84	4.356.355,30	30.517.384,04	20.562.311,50
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	82.123.704,86	4.357.079,30	53.773.774,35	23.992.851,21

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	16.963.857,66	25,00%	15,26%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	16.956.578,98	60,00%	84,44%

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre		Saldo não realizado	
Receitas de Operações de Crédito		641.523,29		294.850.476,71	
Despesa de Capital Líquida		7.947.401,72		742.608.143,67	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício 2014	10º Exercício 2023	20º Exercício 2033	35º Exercício 2048
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias (I)					
Despesas Previdenciárias (II)					
Resultado Previdenciário (III = II-I)					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		92.039.841,56	256.200.518,05	341.889.552,51	311.028.930,44
Despesas Previdenciárias (V)		76.869.095,40	143.551.394,69	233.435.705,17	261.840.568,80
Resultado Previdenciário (VI = IV-V)		15.170.746,16	112.649.123,36	108.453.847,34	49.188.361,64
Receitas Previdenciárias (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre		Saldo não realizado	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		100.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		60.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais		
			% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		20.121.112,35	15,00%	18,11%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00%			

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 17 de Junho de 2015 e hora da emissão 04h e 18m

 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EDITAL N.º 002/2015 DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE.

Estado de Santa Catarina

Município de Bom Jesus do Oeste

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Federal nº 8.069/90

Lei Municipal nº 851/2012 e Lei Municipal n.º 965/2015

EDITAL N.º 002/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Bom Jesus do Oeste.

Roseli Simone Jandt, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições Legais, torna público que, com base na Lei Municipal n.º 851/2012 e lei municipal n.º 965/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, e dá outras providências.

Capítulo I: 1 Do Cargo e das Vagas

Art.1º - A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

Art.2º - Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

§1º Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Art. 3º - O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

Capítulo II: Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

Art. 4º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, de dedicação exclusiva, e conforme Lei Municipal nº 851/2012 e lei municipal nº 965/2015, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 874,02 (oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – décimo terceiro salário.

Art. 5º - Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

§ Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

Art.6º - A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

Art.7º - O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

I - Plantão noturno das 17:00h às 07:30h do dia seguinte.

II - Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

III - Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

Capítulo III: Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

Art. 8º - O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 15 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(Centro de Referência de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

Art. 9º - Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – residir no município, a um ano ou mais;

IV – Ensino médio completo, comprovado através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V – estar no gozo dos direitos políticos;

Parágrafo Único: O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

Art.10º - Para efetuar a inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Requerimento (modelo fornecido no ato da inscrição);

II – Cópia da carteira de identidade e CPF;

III – Atestado de idoneidade moral, expedido por autoridade policial;

IV – Declaração de tempo de residência, (modelo fornecido no ato da inscrição);

V – Comprovante do grau de escolaridade(cópia).

VI – Comprovante de votação das eleições 2014(cópia).

Art.11º - Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

Art.12º - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Paragrafo Único: O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

Art. 13º - A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 03/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e CRAS, para ciência pública.

Art.14º - Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 06/07/2015 a 10/07/2015, no horário de atendimento ao público na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(Centro de Referência de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

§1ºO candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 13/07/2015 a 17/07/2015, no horário de atendimento ao público na Sala da Assistência Social, anexa a Prefeitura Municipal, sito na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, ou no CRAS(-Centro de Referência de Assistência Social), sito a Rua Eduardo Sehnem, 408.

§2º A comissão eleitoral terá o período para apresentar a resposta quanto às impugnações até o dia 24/07/2015.

§3º Após a homologação das inscrições dos candidatos será realizado treinamento de capacitação dia 26 de agosto de 2015 dos candidatos para atuação na área, somente sendo homologada a inscrição para a fase seguinte do processo de escolha, a inscrição dos candidatos com 100%(cem por cento) de frequência ao referido treinamento.

Art.15º - O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 30/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, CRAS e Diário Oficial dos municípios.

Capítulo IV : Da Eleição

Art. 17º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará, observando as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II- A candidatura é individual, não sendo permitida a composição de chapas, vedada qualquer propaganda ou interferência político-partidária.

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 18º - Terão direito a votar todas as pessoas votantes do município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 19º - A eleição dos membros do Conselho Tutelar será realizada no dia 04/10/2015, das 8:00 as 16:00 horas na Escola Municipal Professor Albano Borre, sito a Av. Cristo Rei, ao lado do Ginásio de Esportes.

Art. 20º - No ato de votar, os votantes deverão apresentar a carteira de identidade, ou outro documento que o identifique.

Art. 21º - Encerrada a votação, será realizada pelo CMDCA, a apuração dos votos e proclamados os resultados com a divulgação do nome dos Conselheiros Tutelares Titulares Eleitos, bem como dos suplentes, publicados em resolução.

Paragrafo Único: O Presidente do CMDCA homologará os resultados e fará publicar a resolução no Diário Oficial dos Municípios e em Mural Público.

Art. 22º - O prazo para entrada com recurso referente ao resultado do escrutínio é de 24 horas, após a divulgação do resultado da

eleição.

Art. 23º - Serão considerados os seguintes critérios para efeito de desempate:

I – O candidato mais idoso.

II – Maior grau de escolaridade.

III – Maior tempo de residência no Município.

Capítulo V : Da proclamação e posse do Conselho Tutelar

Art. 24º - Os membros do Conselho Tutelar serão proclamados oficialmente eleitos pelo CMDCA, através de resolução.

Art.25º - A posse dos membros do Conselho Tutelar será dia 10 de janeiro de 2016, as 07:30 horas junto à sua sede.

Art.26º - Casos não previstos no edital, terão solução nos termos da legislação.

Art. 27º - Esta resolução entra em vigor condicionada sua validade a publicação no DOM/DC, nos termos do Parágrafo Único do artigo 3º do decreto n.º 4450 de 16 de setembro de 2013 e/ou publicação no Diário oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer época por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

Bom Jesus do Oeste, SC, 15 de junho de 2015.

Roseli Simone Jandt

Presidente do CMDCA de Bom Jesus do Oeste

Anexo 1

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Eleição Conselho Tutelar 2015

Inscrições	15/06/2015 a 30/06/2015
Publicação dos candidatos	03/07/2015
Impugnação de candidaturas	06/07/2015 a 10/07/2015
Defesa das impugnações	13/07/2015 a 17/07/2015
Resposta das impugnações	27/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	30/07/2015
Treinamento de capacitação para os candidatos	26/08/2015
Eleição unificada	04/10/2015
Posse dos novos conselheiros	10/01/2016

Roseli Simone Jandt

Presidente do CMDCA de Bom Jesus do Oeste

Bom Retiro

PREFEITURA

2278.15 - L REVISÃO CÂMARA

Lei n.º 2278/2015 de 16.06.15

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES E DETENTORES DE MANDATO ELETIVO DO PODER LEGISLATIVO, Á TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1o - Fica concedida reposição salarial de 8,41%, (oito virgula quarenta e um por cento) nos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal e detentores de mandato eletivo, a título de recomposição das perdas salariais, acumuladas no período de abril/2014 a março/2015, com base no INPC acumulado no período.

Art. 2o - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3o - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1o de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 16 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

584.06.15 - P. FÉRIAS ANA P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 584/15 de 17.06.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Ana Paula da Silva, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Bairro São José, para gozá-las a contar de 17 de junho com término no dia 16 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

17 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

585.06.15 - P. FÉRIAS JOÃO B. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 585/15 de 17.06.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário João Batista da Silva, Ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Padrão I – Nível 37, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 038/2015 de 16 de junho de 2015, para gozá-las a contar de 16 de junho com término no dia 15 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

17 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - BOM RETIRO - SC

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00001, de 15 de Junho de 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 12005 e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeitos passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
FLARES CESAR DE OLIVEIRA	257.896.780-68	3049/0000212015

Titular da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Dano Cesar de Lins Matrícula. 00011401

Cargo/Portaria de Nomeação nº: Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Assinatura:

Data de afixação: 16/06/2015

Data de Desafixação: 01/07/2015

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.808/2015**

D E C R E T O Nº 1.808/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 8.249,20 (oito mil duzentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
06.01	Divisão De Obras E Serviços Urbanos
15-452-211-2.75	Manutenção Do Cemitério Público
4.4.9.0.00.00 (671)	Aplicações Diretas R\$ 249,20
05.00	Secretaria De Assistencia Social E Habitação
05.01	Fundo Municipal De Assistencia Social
08-244-100-2.63	Centro De Referencia De Assistência Social - Cras
3.3.9.0.00.00(668)	Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de junho de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.807/2015

DECRETO Nº 1.807/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.298/2015 de 17 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais) conforme abaixo especificado:

Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função:	12 - Educação
Subfunção:	361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	25 – ENSINO FUNDAMENTAL DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
Ação:	1.2 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS
Despesa: 450	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
	Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação – 0.1.36
	Total da Despesa: 20.000,00
Despesa: 448	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
	Fonte de Recurso: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01
	Total da Despesa: 250.000,00
Programa:	30 – TRANSPORTE ESCOLAR
Ação:	2.16 – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Despesa: 465	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
	Fonte de Recurso: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01
Total da Despesa:	35.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

Órgão Orçamentário:	2000 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	5 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIA GERAL	
Despesa: 422	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	10.000,00	
Órgão Orçamentário:	3000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função:	28 - Encargos Especiais	
Subfunção:	843 - Serviço da Dívida Interna	
Programa:	180 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	
Ação:	2.9 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	
Despesa: 556	4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	21.000,00	
Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Função:	12 - Educação	
Subfunção:	364-ENSINO SUPERIOR	
Programa:	50-APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
Ação:	2.18 – APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR	
Despesa: 477	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00	
	Total da Despesa: 35.000,00	
Subfunção:	365 - Educação Infantil	
Programa:	20 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL	
Ação:	1.2 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
Despesa: 440	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01
Total da Despesa:	20.000,00	
Despesa: 441	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação – 0.1.36	
Total da Despesa:	20.000,00	
Órgão Orçamentário:	6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Função:	15 - Urbanismo	
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana	
Programa:	120 - INFRA ESTRUTURA URBANA	
Ação:	1.5 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA E COMPLEMENTARES	
Despesa: 510	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	32.000,00	
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos	
Programa:	130 - AÇÕES DE URBANISMO	
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO	
Despesa: 608	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	20.000,00	
Função:	26 - Transporte	
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário	
Programa:	125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
Ação:	2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Despesa: 515	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	50.000,00	
Programa:	140 - CONTENÇÃO DE CHEIAS E RECUPERAÇÃO DE SEUS EFEITOS	
Ação:	1.4 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, GALERIAS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS	
Despesa: 620	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	15.000,00	
Função:	17 - Saneamento	
Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano	

Programa:	110 - AÇÕES DE SANEAMENTO	
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA	
Despesa: 507	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Ação:	1.3 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTO E FOSSAS SEPTICAS	
Despesa: 509	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	15.000,00	
Ação:	2.24 - MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTOS E TUBULAÇÕES PLUVIAIS	
Despesa: 508	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	25.000,00	
Órgão Orçamentário:	10000 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE	
Função:	23 - Comércio e Serviços	
Subfunção:	695 - Turismo	
Programa:	170 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE	
Ação:	2.47 - FOMENTO DA ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
Despesa: 552	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	10.000,00	
Ação:	2.48 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ	
Despesa: 618	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Função:	13 - Cultura	
Subfunção:	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	
Programa:	60 - CULTURA	
Ação:	2.20 - APOIO A CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	
Despesa: 480	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Função:	27 - Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário	
Programa:	70 - DESPORTO AMADOR	
Ação:	2.21 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DO MUNICÍPIO	
Despesa: 483	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	17.000,00	

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de junho de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.298/2015

LEI Nº 1.298/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais) conforme abaixo especificado:

Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Função:	12 - Educação	
Subfunção:	361 – ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa:	25 – ENSINO FUNDAMENTAL DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	
Ação:	1.2 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	
Despesa: 450	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação – 0.1.36	

	Total da Despesa: 20.000,00	
Despesa: 448	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01	
	Total da Despesa: 250.000,00	
Programa:	30 – TRANSPORTE ESCOLAR	
Ação:	2.16 – MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa: 465	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01	
Total da Despesa:	35.000,00	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

Órgão Orçamentário:	2000 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	5 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
Ação:	2.2 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIA GERAL	
Despesa: 422	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	10.000,00	
Órgão Orçamentário:	3000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função:	28 - Encargos Especiais	
Subfunção:	843 - Serviço da Dívida Interna	
Programa:	180 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	
Ação:	2.9 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	
Despesa: 556	4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	21.000,00	
Órgão Orçamentário:	4000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Função:	12 - Educação	
Subfunção:	364-ENSINO SUPERIOR	
Programa:	50-APOIO AO ENSINO SUPERIOR	
Ação:	2.18 – APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR	
Despesa: 477	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00	
	Total da Despesa: 35.000,00	
Subfunção:	365 - Educação Infantil	
Programa:	20 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL	
Ação:	1.2 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CRECHES	
Despesa: 440	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01
Total da Despesa:	20.000,00	
Despesa: 441	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação – 0.1.36	
Total da Despesa:	20.000,00	
Órgão Orçamentário:	6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Função:	15 - Urbanismo	
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana	
Programa:	120 - INFRA ESTRUTURA URBANA	
Ação:	1.5 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA E COMPLEMENTARES	
Despesa: 510	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	32.000,00	
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos	
Programa:	130 - AÇÕES DE URBANISMO	
Ação:	2.40 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO	
Despesa: 608	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	20.000,00	
Função:	26 - Transporte	
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário	
Programa:	125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	

Ação:	2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Despesa: 515	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	50.000,00	
Programa:	140 - CONTENÇÃO DE CHEIAS E RECUPERAÇÃO DE SEUS EFEITOS	
Ação:	1.4 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, GALERIAS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS	
Despesa: 620	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	15.000,00	
Função:	17 - Saneamento	
Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano	
Programa:	110 - AÇÕES DE SANEAMENTO	
Ação:	2.23 - MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA	
Despesa: 507	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Ação:	1.3 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ESGOTO E FOSSAS SEPTICAS	
Despesa: 509	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	15.000,00	
Ação:	2.24 - MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTOS E TUBULAÇÕES PLUVIAIS	
Despesa: 508	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	25.000,00	
Órgão Orçamentário:	10000 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE	
Função:	23 - Comércio e Serviços	
Subfunção:	695 - Turismo	
Programa:	170 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE	
Ação:	2.47 - FOMENTO DA ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
Despesa: 552	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	10.000,00	
Ação:	2.48 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ	
Despesa: 618	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Função:	13 - Cultura	
Subfunção:	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	
Programa:	60 - CULTURA	
Ação:	2.20 - APOIO A CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	
Despesa: 480	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	5.000,00	
Função:	27 - Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário	
Programa:	70 - DESPORTO AMADOR	
Ação:	2.21 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DO MUNICÍPIO	
Despesa: 483	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
	Fonte de Recurso:	100 - Recursos Ordinários - 0.1.00
Total da Despesa:	17.000,00	

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 17 de junho de 2015.

José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 077/2015

DECRETO Nº 077/2015

Retifica Art.2º do Decreto de 074/2015, que dispõe sobre Medidas de Contenção de Gastos com Pessoal

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc,...

DECRETA:

Art.1º Fica retificado o art. 2º do Decreto nº074/2015, de 03.06.2015 passando o mesmo a ter a seguinte redação: "Ficam cancelados todos os atos que autorizam a realização e o pagamento de qualquer tipo de serviço extraordinário (horas-extras), por tempo indeterminado, com exceção dos serviços essenciais (Estação de Tratamento de água, saúde e educação).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de junho de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 34/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 01.07.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodo-trombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 41/2015

EXTRATO DE CONTRATO 41/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: POSITIVO INFORMATICA SA

CNPJ 81.243.735/0001-48

Sito A RUA JOAO BETTEGA,5200, CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, CURITIBA/PR

Objeto: aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior, conforme especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico n.o 71/2013, e nos respectivos, termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Valor: R\$ 17.640,00 (dezessete mil reais e seiscentos e quarenta

reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 15.06.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

LEI 0840/2015

LEI Nº 0840/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III - Fórum Municipal de Educação;

§ 1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Art. 6o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 3o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 4o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 7º. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 9º Fica revogada a Lei Municipal nº 0549/2007 de 17.05.2007.

Art.10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 17 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA 099/2015

PORTARIA 099/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada e sem efeitos a Portaria nº 0158/2014 de 15.10.2014, que estabeleceu horário de atendimento diferenciado ao setor de tributos, a partir de 01.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.06.2015.

Braço do Trombudo, em 15 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015 – FMAS

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015 – FMAS

Espécie: Contrato nº 005/2015 - FMAS, entre o Município de Brusque e a empresa EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP, em 11/06/2015. Objeto: Aquisição de materiais (cartilhas) da Editora Amigos da Natureza, para atender as necessidades do CRAS e CREAS. Valor: R\$ 15.802,00. Fundamento legal: artigo 25, "caput", da Lei 8.666/93. Nesse sentido acompanha o prejulgado n. 1124TCE/SC.. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015 – FMAS. Dotação Orçamentária: 3001.2329.33903099/13.509. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Rodrigo Voltolini e Maria de Lourdes Dalago.

PORTARIA Nº 10.122, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA nº 10.122, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Institui e nomeia Comissão para proceder à averiguação de informações relativas a servidores em estágio probatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear Comissão para proceder à averiguação de informações relativas a servidores em estágio probatório, dela integrando:

- Evandro Carneiro Flora – Chefe de Gabinete
- Rogério Adilson Lana – Diretor da ESAP
- Joel Cesar Schwamberger – Diretor de Recursos Humanos.

Art. 2º A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária para a elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Art. 3º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de relatório conclusivo.

Art. 4º Serão gratuitos e considerados de natureza relevante os serviços prestados pelos membros desta Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 71-2015, PR – Nº 50-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 71-2015, PR – Nº 50-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/07/2015 as 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/07/2015 as 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 16 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 04-2015 PR Nº - 04-2015-FUNDEMA REPUBLICADO - INCORREÇÃO NO OBJETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROCESSO LICITATORIO Nº 04-2015 PR Nº - 04-2015-FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CABO DE AÇO COM ALMA EM AÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE VASSOURA DA VARREDOURA BOBCAT E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPINA MECÂNICA – FUNDEMA CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 08/07/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 08/07/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 15 de junho de 2015.

Luiz Gustavo Pavelski

Presidente FUNDEMA

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 16 DE JUNHO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Outorga a Medalha de Mérito "DESTAQUE CAÇADORENSE".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 16 de junho de 2015, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica outorgada a Medalha de Mérito "DESTAQUE CAÇADORENSE" aos Senhores, Claudinei Bertotto, José Anito Padilha, Odelir Neves, Osiel Manoel Paulino, Paulo Sérgio Ramos, Ronaldo Riedi e Valdir Antônio Dalastra Bonfanti, às Senhoras Lisete Regina Batista Coelho de Souza, Lucinei Xavier Paes e Vanira Teresa Gomes Adami, as entidades Associação Banda Musical Júbilo Celeste, Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Caçador e a Sociedade Franco Brasileira Hospital Maicé, que no campo de suas atividades se destacam de forma relevante e através de sua atuação tem contribuído para o engrandecimento de Caçador.

Parágrafo único. A entrega da Medalha será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal no dia 19 de junho de 2015, com a presença dos homenageados e convidados especiais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,
Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos Pereira,
1ª Secretária.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

PORTARIA Nº 31, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA nº 31, de 09 de junho de 2015.

Atribui função de confiança gratificada a servidor integrante do quadro efetivo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, CONSIDERANDO que além dos serviços inerentes a sua função o mesmo presta assistência em pequenos reparos e movimentação de mobiliário necessários no cotidiano da Câmara Municipal; CONSIDERANDO que a contratação de pessoal para a execução dos citados pequenos reparos, além de mais onerosa, também acarretaria maior dispêndio de tempo, prejudicando o bom andamento do Administrativo do Órgão

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo de Motorista da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPEA 3060, conforme Anexos I, I-A e III do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador para, além das funções do seu cargo, prestar assistência em atividades de pequeno porte e que dispensam a contratação de profissional especializado para a manutenção do espaço físico da Câmara Municipal.

Art. 2º ATRIBUIR função de confiança gratificada no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos do servidor, a iniciar na competência 06/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 09 de junho de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

1º ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 07/2014

Inexigibilidade nº 01/2014

Processo de Licitação nº 08/2014

CONTRATO Nº 03/2015

1º Aditamento ao Contrato nº 07/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR – IPASC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual para disponibilização do sistema Fly Transparência, na modalidade de software, por meio de conexão com a internet e com os sistemas de Contabilidade, Folha de Pagamento, RH, Compras e Licitações. PRAZO: 01 ano. VALOR: R\$ 8.541,24. Caçador, 29/05/2015. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Ernesto Muniz de Souza Jr. e Daniela Ramos Silva, Betha Sistemas Ltda.

PORTARIA N.º 824, DE 17 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA n.º 824, de 17 de junho de 2015.

Altera dispositivo da Portaria nº 795, de 25/02/2015, que concedeu aposentadoria a EUCLIDES ALVES DE MELLO.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º, da Portaria nº 795, de 25 de fevereiro de 2015, que concedeu aposentadoria a EUCLIDES ALVES DE MELLO, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Conceder aposentadoria ao Servidor EUCLIDES ALVES DE MELLO, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.451.400-44, com matrícula nº 563 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, Referência 05, Nível XV, carga horária de 44 horas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, a contar de 04 de fevereiro de 2015, passando à matrícula nº 3353, no IPASC.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

CC 006/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 006/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA DRENAGEM PLUVIAL E PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, PASSEIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO SANTA REGINA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO FGTS Nº 0400.762-80 - PAC 2 - 2º ETAPA - MCIDADES - PRÓ TRANSPORTES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Junho de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 004/2015 - FUMPOM

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015-FUMPOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL, QUE INCORPORÁ AS VIATURAS DE SERVIÇO UTILIZADAS NO SETOR DE TRÂNSITO DA 1ª CIA PM DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 30 (Trinta) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 81/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 81/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 030PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação; PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 43/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SETIMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 43/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 43/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 04 de agosto de 2015, contando a partir de 05 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 02 de junho de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR

A.R.G. IDUSTRIAL LTDA

CONTRATADA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE INSTALAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE INSTALAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Coordenadora do Núcleo Gestor do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC., convida-o (a) para participar da 1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal Participativo.

Uma palestra explicará a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento de nosso Município.

Serão apresentados o Processo de Revisão do Plano Diretor, iniciativas de Mobilização Social e o cronograma das ações propostas durante a revisão do Plano Diretor Municipal Participativo.

Data: 23 de junho de 2015

Horário: 19 horas.

Local: Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson

Endereço: Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

Pauta:

18:30 - Credenciamento

19:00 - Abertura

19:30 - Palestra com o Dr. Marcelo Leão com o Tema "Plano Diretor e a Importância da Participação no Processo de Revisão"

20:15 - Apresentação do Processo de Revisão pela Equipe da AMU-NESC

20:30 - Leitura da Ata

20:45 - Agradecimentos e Encerramento da Audiência Pública.

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 19/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 19/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADA: BRUNA FERNANDA DARGA DE OLIVEIRA, Professor IV – Inglês, portadora do CPF/MF nº 047.405.779-84, residente domiciliada a Rua Videira esquina com Rua Juruá, nº 171, Bairro Progresso, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 20 de Fevereiro 2013;

Término: 19 de Dezembro 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 940,25 (novecentos e quarenta reais e vinte cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 20 de Fevereiro 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	BRUNA FERNANDA DARGA DE OLIVEIRA CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 20/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 20/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: SOENI CARDOSO BORGES, Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 765.219.589-68, residente e domiciliada a Rod. SC-301, na localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

PRAZO: Início: 21 de Fevereiro de 2013;
Término: 20 de Agosto de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 20 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SOENI CARDOSO BORGES Contratada
--	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 21/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 21/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: CAROLINE NEUMANN, Professor IV - Inglês, portadora do CPF/MF nº 045.626.969-07, residente domiciliada a Rua Generoso Frago, nº 319, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002

PRAZO: Início: 25 de fevereiro de 2013;
Término: 19 de dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 339,60 (trezentos e trinta e nove reais, sessenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 10 (dez) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 20 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CAROLINE NEUMANN Contratada
--	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 22/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 22/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MAURETE GALLIANI, Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 836.305.209-44, residente e domiciliada a Rua Eugênio Duarte, nº 155, Bairro Santo Antônio, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Substituir a servidora CARLA ANDREA VEIGA em Licença Maternidade até seu retorno, prevista no Inciso IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 25 de Fevereiro de 2013;
Término: 31 de Maio de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 25 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MAURETE GALLIANI Contratada
--	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 23/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 23/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: SUELI CARDOZO, Professor III – ARTES, portadora do CPF/MF nº 808.364.459-53, residente e domiciliada a Rua Benjamin Constant, nº 21, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 25 de Fevereiro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 25 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SUELI CARDOZO Contratada
--	-----------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 24/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 24/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, Professor III – Artes, portadora do CPF/MF nº 082.444.109-57, residente e domiciliada a Estrada Papanduvinha de Cima, snº Localidade de Papanduvinha de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 25 de Fevereiro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 783,54 (setecentos e oitenta e três reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 25 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 25/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 25/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: JOSEANE KIESKI, Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF sob nº 039.597.559-02, residente e domiciliada a Rua Cecília Weiss, nº 80, Bairro Oxford, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 26 de Fevereiro de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte quatro centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 26 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JOSEANE KIESKI Contratada
--	------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: JOSÉ DE CHAVES VIEIRA, Cargo Público Agente Operacional III, Função Operador de Máquinas, portador do CPF/MF nº 311.932.859-68, residente domiciliado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 810, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de Excepcional Interesse Público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 26 de Fevereiro de 2013;
Término: 26 de Agosto de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte e cinco reais, cinquenta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 26 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JOSÉ DE CHAVES VIEIRA Contratado
--	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 27/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 27/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: CLAUDICÉIA FRANCO DE OLIVEIRA TORRES, Professor I – Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF sob nº 053.772.389-74, residente e domiciliada a Estrada Pessegueiro, nº 3.049, Bairro Mato Preto, Município, São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Substituir Servidor Público licenciado com remuneração, até seu retorno, conforme Artigo 300, inciso IX, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 26 de Fevereiro de 2013;
Término: 05 de Agosto de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 26 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDICÉIA FRANCO DE OLIVEIRA TORRES Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 28/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 28/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

Considerando que esta Administração publicou o Edital de Processo Seletivo nº 001/2013 em data de 05, 07 e 09 de Janeiro de 2013, o qual não obteve êxito;

Considerando que esta Administração publicou o Edital de Processo Seletivo nº 002/2013 em data de 31 de Janeiro de 2013, e 02 de Fevereiro de 2013, sem que mais uma vez concorressem interessados, causando assim, inquestionável prejuízo dos serviços essenciais que devem ser prestados à população;

Considerando, por fim, que com a URGÊNCIA da contratação de Médico IV para atendimento ao Plantão Médico 12 horas no fim de semana, atividade precípua da Administração Pública, cuja paralisação deve ser evitada a todo custo, sob pena de prejuízos irreparáveis aos usuários do SUS., faz-se necessária a presente contratação.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento de seu dever Constitucional previsto nos Arts. 196 e 197 da Constituição Federal, firma a presente contratação temporária, em Regime de Urgência, nos seguintes termos e condições:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rubens Blazkowski.

CONTRATADO: Dr^a. CHRISTINA DE MEDEIROS, médica, portador do CPF/MF nº 065.039.489-56, residente e domiciliada a Rua Ten. Antônio João, nº 105, Bairro Bom Retiro, Município de Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso X do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente Contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei

Complementar Municipal nº 006/02.

PRAZO: Início: 03 de Março de 2013;
Término: 03 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 34,58 (trinta e quatro reais, cinquenta e oito centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, de Campo Alegre/SC., com atendimento nas dependências do Hospital Salvatoriano São Luiz, sita a Rua Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 12 (doze) horas semanais, realizada nos finais de semana.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 03 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	Dr ^a . CHRISTINA DE MEDEIROS Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 29/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 29/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Médico II, portador do CPF/MF nº 500.734.940-20, residente e domiciliado a Rua Olímpio Vidal Teixeira, nº 172, Bairro Progresso, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de Excepcional Interesse Público, prevista no Inciso VIII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal.

PRAZO: Início: 06 de Março de 2013;
Término: 06 de Maio de 2013, ou até realização, Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação dos Aprovados.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, cujo texto e conteúdo o contratado declara conhecer e anuir, especialmente os Artigos 299 a 312 da respectiva Lei.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.534,76 (cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais, setenta e seis centavos), mais 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, mais 100% (cem por cento) por laborar exclusivamente no ESF na localidade de Bateias de Cima, conforme Lei Complementar nº 069 de 14 de Dezembro de 2009, Art.4º, § 3º, alínea "a".

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato. No caso de aviso prévio no prazo consignado, o contratado fica isento do pagamento de multa.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO Contratado
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 30/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 30/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA, Cargo Público e na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 835.944.429-34, residente domiciliado a Rua José Gomes Munhoz, nº 199, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 07 de Março de 2013;
Término: 06 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 07 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ALTAIR DA ROCHA Contratada
--	-------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 31/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 31/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: CRISTIANO MUNHOZ, Cargo Público na Função de Motorista, portador do CPF/MF nº 031.378.179-60, residente e domiciliado a Estrada Laranjeiras, snº, na Localidade de Laranjeiras, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 05 de Março de 2013;
Término: 05 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 05 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CRISTIANO MUNHOZ Contratado
--	--------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 32/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 32/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MONICA AUGUSTIN DRANKA, Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 419.942.489-04, residente domiciliada a Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 879, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 13 de Março de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 940,24 (novecentos e quarenta reais, vinte e quatro centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação de Campo Alegre S/C.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 13 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MONICA AUGUSTIN Contratada
--	-------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 33/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 33/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: ADRIANA ROSELI MEY, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 720.192.639-04, residente e domiciliada na Estrada São Miguel, nº 5.779, localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 13 de Março de 2013;
Término: 13 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Administração de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 13 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ADRIANA ROSELI MEY Contratada
--	----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 34/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO, Cargo Público e na Função de Instrutor de Música, portador do CPF/MF nº 098.354.629-09, residente e domiciliado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 337, Apto. nº 02, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor Público Titular, prevista no Inciso X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 14 de Março de 2013;
Término: 13 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos) a hora aula.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 14 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO Contratado
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 35/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 35/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 970.190.549-00, residente domiciliada a Rua das Flores, nº 180, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 21 de Março de 2013;
Término: 20 de Setembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 14 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 36/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 36/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADA: MARIA APARECIDA HÜMMELGEN, Professor I – Ensino Infantil e Anos Iniciais portadora do CPF/MF nº 004.898.699-20, residente e domiciliada na Estrada Fragosos, snº, Município de Piên/PR.

OBJETO: Substituição de Servidor Público, Professor Titular, prevista no Inciso IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 25 de Março de 2013;
Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.880,49 (um mil oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 25 de Março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA APARECIDA HÜMMELGEN Contratada
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 37/2013

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 37/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski.

CONTRATADO: TIAGO LOPES RODRIGUES, Professor IV – Matemática, portador do CPF/MF nº 075.125.999-35, residente e domiciliado a Rua Leo Frantz, nº 238, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Substituição de Servidor Público Titular, prevista no Inciso X Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 02 de Abril de 2013;

Término: 19 de Dezembro de 2013.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Substituir o Servidor Público Efetivo CASSIANO GERVASIO RODRIGUES, que pediu sua exoneração.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.567,08 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais, oito centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato. Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 02 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	TIAGO LOPES RODRIGUES Contratado
--	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 9.061 DE 17 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.061 DE 17 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.								
11.01 -	Coordenadoria de Cultura								
13.392.0082.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Coordenadoria de Cultura								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.000,00							

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.				
11.01 -	Coordenadoria de Cultura				
13.392.0082.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Coordenadoria de Cultura				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONTRATADO: JOSÉ DA CONCEIÇÃO FLORENÇA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 16 de Janeiro de 2013 até 06 de Fevereiro de 2013

AMPARO LEGAL: Lei Nº. 006, de 19 de Setembro de 2002 e Alterações.
FUNÇÃO: Médico IV Para Atendimento no Plantão Médico
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 32,02 (trinta e dois reais e dois centavos) Por Hora de Trabalho, Adicionado de 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica Prevista no Art. 117 da L.C.M. Nº 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC, 16 DE JANEIRO DE 2013
RUBENS BLASZKOWSKI.
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONTRATADO: ROMAN ORZECOWSKI
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 26 de Janeiro de 2013 a 11 de Fevereiro de 2013
AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: Médico IV para atendimento ao Plantão Médico
CARGA HORÁRIA: 24 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 32,02 (trinta e dois reais e dois centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de Gratificação Especial Médica prevista no Art. 117 da L.C.M. nº 006/02.

CAMPO ALEGRE/SC, 26 de Janeiro de 2013;
RUBENS BLASZKOWSKI.
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ROSALINA CCHALOUPECK

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 06 de Fevereiro de 2013 a 19 de Dezembro de 2013

AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor I – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais

CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais.

SALÁRIO BASE: R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais e sessenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 06 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ANA CAROLINE KROL

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO.

VIGÊNCIA: 13 de Fevereiro 2013 a 19 de Dezembro 2013

AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor V – Língua Portuguesa

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.741,20 (um mil setecentos e quarenta e um reais, vinte centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 13 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: RODINEI BIAOBOCK

OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR TITULAR

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro 2013 a 19 de Dezembro 2013

AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor IV – Matemática

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.741,20 (um mil setecentos e quarenta e um reais, vinte centavos)

CAMPO ALEGRE/SC, 14 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: REGIANE MALINOVSKI HORTZ

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 14 de Fevereiro de 2013 até 19 de Dezembro de 2013.

AMPARO LEGAL: Lei Nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: Professor III – Artes

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

SALÁRIO BASE: R\$ 1.741,20 (um mil setecentos e quarenta e um reais, vinte centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 14 de Fevereiro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 11.939 DE 17 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.939 DE 17 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Secretária Municipal de Finanças, MARIA ELIANE FRIEDRICH, Registro no Sistema sob nº 955184, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária de Finanças gozará férias no período de 18 de Junho de 2015 à 02 de Julho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.940 DE 17 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.940 DE 17 DE JUNHO DE 2015

DESIGNA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Administração – Srª. LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 18 de junho de 2015 a 02 de Julho de 2015.

Parágrafo único – A Designação de que trata o caput deste Artigo em razão da Secretária Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) A Secretária Municipal de Administração não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Finanças, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 18 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DE PROTOCOLO N. 01/2015

Município de Campo Erê - SC.

Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM

EXTRATO DE PROTOCOLO.

Os municípios de Campo Erê, São Bernardino, Santa Terezinha do Progresso, Saltinho e Anchieta TONRNAM PUBLICO o protocolo de criação do Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal - CRESIM, de Direito Público, representados pelos, seus representantes legais, chefes dos poderes executivos na condição de prefeitos municipais em pleno exercício dos mandatos e representando seus Municípios: RESOLVEM CELEBRAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – CRESIM, MEDIANTE DIRETRIZES DEFINIDAS EM SUAS cláusulas. Com o objetivo principal de coordenar e ordenar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis nas esferas de governo municipal, estadual, federal e também junto a fundações e instituições internacionais para reforçar o papel dos municípios consorciados na elaboração e gestão das políticas públicas.

Campo Erê, SC, 17 de Junho de 2015.

RUDIMAR BORCIONI, IVO JOSE LUDWIG, JACOB GILMAR JUNGES, LUIZ DE PARIS e ARI PRESTES DE OLIVEIRA.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP32-2015.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29 de Junho de 2015 às 14.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323.

Campos Novos, 17 de Junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 1.164/15

PORTARIA Nº 1.164 DE 15/06/15
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS DA MUNICIPALIDADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 100, inciso VIII, C/C Artigos 11 e 12, incisos I e II da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis da Municipalidade, que será integrada pelos seguintes membros:

Membros Efetivos:

- _ Deise Salmória Pires
- _ Ana Paula Walter
- _ Sônia Aparecida Truculo

Membros Suplentes:

- _ Paula Betina Pires
- _ Patrick Redante
- _ Cristiane Carezia

Art. 2º A Comissão será presidida pela senhora DEISE SALMÓRIA PIRES que será responsável para organizar e convocar as reuniões, definir prazos e acompanhar em conjunto com a comissão o andamento das atividades que vierem ocorrer.

Art. 3º - São atribuições da Comissão:

- I. Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio do Município;
- II. Proceder o ajuste contábil dos bens do Município de Campos Novos., que é representado pelo registro das depreciações, vida útil econômica, valor residual, considerando o critério do valor justo dos bens móveis acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- III. Proceder ao levantamento, cadastramento e identificação dos bens móveis e imóveis, utilizando para isso formulário próprio e etiquetas de identificação;
- IV. Promover o controle dos bens integrantes do acervo do Município, através de seu cadastro central e de relatórios que evidenciem suas alterações, enviados pelas secretarias e órgãos vinculados;
- V. Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade dos bens integrantes do cadastro patrimonial;
- VI. Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;
- VII. Manter registro dos responsáveis por bens patrimoniais;
- VIII. Orientar as secretarias e órgãos vinculados sobre o correto desempenho de suas funções com relação ao patrimônio público;
- IX. Verificar a inservibilidade de bens do Município para fins de baixa do Patrimônio Municipal;
- X. Avaliar sucatas pertencentes ao Município;
- XI. Reavaliar bens móveis e imóveis pertencentes ao Município para fins contábeis;
- XII. Organizar, definir prazos e acompanhar e dar andamento dos Leilões de Bens inservíveis do Patrimônio Público que vierem a ocorrer.
- XIII. Excepcionalmente, efetuar baixa de bens para ajuste de incorreções no cadastro do sistema patrimonial, com autorização através de Decreto do Prefeito do Município/ ou lei municipal específica;
- XIV. Emitir pareceres sobre a doação de bens móveis, permitida exclusivamente para fins de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- XV. Avaliar bens imóveis para fins de locação, alienação, aquisição por meio de compra, permuta ou doação pela Administração Pública do Município, e ainda recebimento por doação em pagamento como forma de extinção de crédito tributário municipal.

XVI. A Divisão de Recursos Humanos do Município deverá solicitar certidão da Coordenadoria do Patrimônio de bens sob a responsabilidade de servidor municipal efetivo ou ocupante de cargo em comissão, previamente à sua exoneração.

Paragrafo Único: Os ajustes referidos deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 4º. A comissão de levantamento e avaliação poderá, ainda, avaliar os bens móveis que não possua valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e a condição de uso e estado de conservação do bem.

Parágrafo único: Os bens patrimoniais que possuam valores superiores ao valor de mercado serão reavaliados ou depreciados, conforme o caso, a fim de que possam espelhar a realidade.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1172/15

PORTARIA Nº 1.165/15 de 15/06/15

ALTERA PORTARIA Nº 1486/13 QUE CONCEDEU PENSÃO POR MORTE A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando o falecimento do Servidor Inativo Vasco Marcon, conforme certidão de óbito nº 10835701552013400024122000605280 de 16 de Setembro de 2013, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos ; em conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00, conforme Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal/1988,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder pensão por morte a Erza Alves Marcon, em decorrência do óbito aposentado VASCO MARCON.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2013, revogando-se a Portaria nº 1486/13 de 25/09/2013.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2015 QUILOMETRO RODADO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 57/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015**

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NESON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2015, Processo Licitatório nº. 57/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETRO RODADO PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE PESSOAS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10045	A AVANTES TRANSPORTES LTDA	1
10672	CELSE ELY - M.E.	2
7744	LUIZ ADEBAR PERTILLE - ME	
9036	MARCELO PERTILLE - ME	3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.AVANTES TRANSPORTES LTDA	11.943.414/0001-70	CLAUDIOIR BALDISSERA	906.917.840-00
CELSE ELY - M.E.	84.993.252/0001-59	CELSE ELY	385.215.809-59
LUIZ ADEBAR PERTILLE - ME	04.066.282/0001-80	LUIZ ADEBAR PERTILLE	326.394.730-34
MARCELO PERTILLE - ME	07.735.231/0001-92	MARCELO PERTILLE	038.262.389-40

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETRO RODADO PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE PESSOAS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9036 - MARCELO PERTILLE - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DENTRO DO MUNICÍPIO, COM MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 30 LUGARES.	KM		12.000,000	3,7500	45.000,00
4	TRANSPORTE DE PESSOAS, INTERMUNICIPAL, COM MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 20 LUGARES.	KM		14.000,000	3,7500	52.500,00

Fornecedor: 10045 - A AVANTES TRANSPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DENTRO DO MUNICÍPIO, COM VEÍCULO UTILITÁRIO COM NO MÍNIMO 15 LUGARES	KM		12.000,000	2,8400	34.080,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015**Fornecedor: 10672 - CELSO ELY - M.E.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TRANSPORTE DE PESSOAS, INTERMUNICIPAL, COM VEICULO UTILITÁRIO COM NO MÍNIMO 15 LUGARES.	KM		14.000,000	2,1400	29.960,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 15 de Junho de 2015.

NESON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AAVANTES TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 11.943.414/0001-70 _____

CELSO ELY - M.E.

CNPJ: 84.993.252/0001-59 _____

LUIZ ADEBAR PERTILLE - ME

CNPJ: 04.066.282/0001-80 _____

MARCELO PERTILLE - ME

CNPJ: 07.735.231/0001-92 _____

EXTRATOS DE CONTRATOS PREFEITURA MUNICIPAL MAIO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MIGUEL - ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2015**Número do Processo:** 41/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 113/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO (PEDRAS REGULARES) NO CEMITÉRIO DOM DANIEL HOSTIN, CONFORME PROJETO BÁSICO.**Data da Assinatura:** 08/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/05/2015**Vigência:** 08/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 54.582,22**Forma de Pagamento:** MEDIANTE LAUDO E NF**Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 10/2014**Número do Processo:** 83/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 114/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 210/2014 para 30 de agosto de 2015, para execução de obra de pavimentação asfáltica, sobre calçamento com drenagem pluvial e obras complementares em trechos nas ruas: Anselmo Nino Granzotto, Benjamim Constant, Expedicionário e São João Batista, conforme especificações do projeto básico. Recursos: Orçamento Geral da União - Contrato nº 100.5511-55/2013 - Progr**Data da Assinatura:** 13/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/05/2015**Vigência:** 13/05/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 99/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 115/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 218/2014, até 30 de agosto de 2015, para execução de obra de recuperação de ruas pavimentadas do município de Campos Novos, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 13/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/05/2015**Vigência:** 13/05/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 16/2014**Número do Processo:** 160/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 116/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 386/2014, até 30 de agosto de 2015, para execução de obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento, em ruas de acesso ao Loteamento Faedo (ruas Anildo Bleichwel, rua Projetada A, rua Capinzal) no município de Campos Novos, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 13/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/05/2015**Vigência:** 13/05/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FRANCHESCOLI SARTORI - ME**CNPJ:** 07.389.013/0001-43**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2015**Número do Processo:** 51/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 117/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, PINTURA E POLIMENTO EM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS.**Data da Assinatura:** 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 39.921,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 118/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.355,02**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 119/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Transporte Escolar, dos alunos da Escola Itinerante, E.E.B. Paulo Blasi, Ensino Inovador para a Fazenda Santa Mônica, Assentamento, Sepe Tiaraju à Comunidade do Pito Aceso, Ponto na EIM São Simão Panho, com veículo de no mínimo 39 lugares, período vespertino 5 vezes por semana, percorrendo 75,80 Km diários.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 33.094,28**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 120/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Transporte Escolar, dos alunos da Linha Esmeralda, Residência Antônio Camassola, Ponto de ônibus Cristo Rei, sobe na linha Campinas, passa pela Residência do Sr. Vilson Costa. Faz a volta no aviário de Cicero Dorini, Rio Pardo para a EMEF André Rebouças, no período matutino e vespertino, as 17 horas e 20 minutos vai até a Encruzilhada Euclair Prigol, percorrendo 124,5 km, com veículo de no mínimo 52 lugares.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 184.463,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 121/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte da localidade de Santa Barbara/Guarani, percorrendo a residência de Cassio Facin, Jurandir Surdi, Linha Wagner, Osmar Camassola (Neto), Marcelo de Lazari, Leandro de Lazari (Leandra, Catriel), Adelir Surdi, Gabrieli Padilha, funcionário Romani para EMEF André Rebouças, no período matutino/vespertino, percorrendo 70 Km diários, com veículo de no mínimo 20 lugares.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 184.463,50**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 122/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte escolar da linha São José, Pocinhos, Cristo Rei, Linha Esmeralda, Linha Esmeralda, Linha Esmeralda, Linha Campinas para EMF André Rebouças no período matutino e vespertino e da EMEF Andre Rebouças para escola Master Dolorum e Apae de Capinzal, no período matutino, percorrendo 155,0 km diários, com veículo de no mínimo 59 lugares.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 184.463,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 123/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte escolar saindo de São José, Canhadão, Encruzilhada Monte Verde, Pinhal Preto, Caxambu, Sede do Humaita para a E.B.E Paulo Blasi, no período noturno, percorrendo 73,0 km, com veículo de no mínimo 20 lugares.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 184.463,50**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** LUIZ MOREIRA - ME**CNPJ:** 81.372.369/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 124/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte escolar da escola Corredeira percurso fazenda Santo Antônio, Fazenda Manfroí, Fazenda da Conquista, Residência de Libório Keraldi e Fazenda Postinho no período Matutino e Vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares, percorrendo 134,8 km diários.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 52.468,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 125/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte escolar percorrendo Serraria Pacheco, Fazenda Dalloglio, Valdevino Ribeiro, Alunos Sandro Dias, BR 470 para E.E.M Marilene Rupp Bagatini, E.E.B Paulo Blasi, E.E.B. Cel Gasparino Zorzi, E.E.B. Henrique Rupp Junior no período vespertino, percorrendo 75,75 Km, com veículo de no mínimo 15 lugares

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 29.484,93**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** THIAGO RAMOS TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 21.506.875/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 126/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A contratada obriga-se a prestar os serviços de transporte escolar percorrendo Caxambu, Leonidas Lopes, Encruzilhada do Cassaniga para E.I. Pinhal Preto, passando pela Fazenda Talamini, contorno na Encruzilhada do Guarani no período matutino e vespertino, sendo que no período vespertino, vai até o ponto de ônibus Fazenda Retori, ida e volta percorrendo 126 km diários com veículo de no mínimo 09 lugares.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 49.044,24**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**CNPJ:** 34.028.316/0028-23**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 10/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 127/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDENCIA, SEDEX, CARTA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, PAC, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNÊS DE IPTU, PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS AMPARADO NO ART. 25, inciso I DA LEI FEDERAL 8.666/93.

Data da Assinatura: 15/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2015**Vigência:** 15/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC**CNPJ:** 07.955.338/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2015**Número do Processo:** 53/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 128/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER USADO EM REPAROS NO SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, MANUTENÇÃO E REPAROS E SERVIÇOS ELÉTRICOS DA PREFEITURA, PRAÇA DA LAGOA MANSUR MELQUIADES ELIAS NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Data da Assinatura: 25/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/05/2015**Vigência:** 25/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.119,70**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME**CNPJ:** 03.362.244/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2015**Número do Processo:** 53/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 129/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER USADO EM REPAROS NO SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO, MANUTENÇÃO E REPAROS SERVIÇOS ELETRICOS DA PREFEITURA, PRAÇA DA LAGOA MANSUR MERQUIADES ELIAS NO BAIRRO APARECIDA.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Data da Assinatura: 25/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/05/2015**Vigência:** 25/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.695,80**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA**CNPJ:** 08.932.456/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2015**Número do Processo:** 53/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 130/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER USADO EM REPAROS NO SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO, MANUTENÇÃO E REPAROS SERVIÇOS ELETRICOS DA PREFEITURA, PRAÇA DA LAGOA MANSUR MERQUIADES ELIAS NO BAIRRO APARECIDA.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Data da Assinatura: 25/05/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/05/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.150,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/10

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ROBERTO MIGUEL - ME
CNPJ: 15.862.954/0001-80
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 6/2015 **Número do Processo:** 48/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 131/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS REGULARES (PARALELEPIPEDO) EM VÁRIAS RUAS DO BAIRRO SENHOR BOM JESUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 25/05/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/05/2015
Vigência: 25/05/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 77.634,97 **Forma de Pagamento:** CONFORME MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Contratado: PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ: 82.743.832/0001-62
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 16/2014 **Número do Processo:** 160/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 132/2015
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve aditar ao contrato original nº 386/2014, o valor de R\$ 451,10 (quatrocentos e cinquenta e um reais e dez centavos), para execução de obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento, em ruas de acesso ao Loteamento Faedo (ruas Anildo Bleichwel, rua Projetada A, rua Capinzal) no município de Campos Novos - Contrato 352.558-78/2011 - PAC II - Urbanização.

Data da Assinatura: 27/05/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/05/2015
Vigência: 27/05/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho: 08.25 15.451.0019 1.010.4.4.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 451,10 **Forma de Pagamento:** CONFORME MEDIÇÃO E NF

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 07/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de 15 computadores e 18 estabilizadores para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável deste Edital. DATA DE ABERTURA: 01 de julho de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 17 de junho de 2015.

ANTÔNIO DA SAILVA

Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 08/2015 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, manutenção e atualização de software para faturamento e emissão de faturas de água do SEMAIS de Canelinha, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 01 de julho de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 17 de junho de 2015.

GILBERTO ROSA

Diretor do SEMAIS

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 50/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/15

HOMOLOGAÇÃO: 17/06/15

CONTRATADO: AUTO POSTO PWIEDADE LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.250,00 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais)

DATA: 17/06/15

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 59/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/15

HOMOLOGAÇÃO: 17/06/15

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais)

DATA: 17/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/15

HOMOLOGAÇÃO: 17/06/15

CONTRATADO: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.798,15 (doze mil setecentos e noventa e oito reais e quinze centavos)

DATA: 17/06/15

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 68/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 111/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 68/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/07/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 50 UNIDADES DE ROTEADORES WI-FI, PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 02/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 54/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 299,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano:

Licitação.....: 54/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PORTÕES EM FERRO GALVANIZADO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311044028 - PORTÃO DE FERRO GALVANIZADO - Unidade: M2								
16603	MAURI METKA RODRIGUES & CIA LTDA - ME	PRÓPRIA	1,000	0,0000	141,00000	141,00	Venceu	1 *****
16095	RAMÍLIA DE OLIVEIRA E CIA LTDA	PRÓPRIA	1,000	0,0000	146,00000	146,00	Perdeu	2
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME	PRÓPRIA	1,000	0,0000	242,97000	242,97	Perdeu	3
16633	ABC & MAO DE OBRA COMERCIO DE VIDROS, CALHAS, E AC	GERDAU (MODELO	1,000	0,0000	250,00000	250,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 311044029 - PORTÃO DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO - Unidade: M2								
16603	MAURI METKA RODRIGUES & CIA LTDA - ME	PRÓPRIA	1,000	0,0000	158,00000	158,00	Venceu	1 *****
16095	RAMÍLIA DE OLIVEIRA E CIA LTDA	PRÓPRIA	1,000	0,0000	159,90000	159,90	Perdeu	2
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME	PRÓPRIA	1,000	0,0000	205,59000	205,59	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 89/2015

Licitação.....: 54/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO PARA FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PORTÕES EM FERRO GALVANIZADO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo: 299,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 2	- 311044029	- PORTÃO DE FERRO GALVANIZADO COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	- Unidade: M2					
16633	ABC & MAO DE OBRA COMERCIO DE VIDROS, CALHAS, E AC	GERDAU (MODELO	1,000	0,0000	227,0000	227,00	Desclassif.	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -/...../.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -/...../.....	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 59/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/17

Processo / Ano: 94/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 51.098,15

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 5829 - SAE 15W40 API CI 4 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	80,000	0,0000	193,2079	15.456,63	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	80,000	0,0000	189,0000	15.120,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 5771 - OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL 5 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	178,7583	1.787,58	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	196,0000	1.960,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 5774 - OLEO LUBRIFICANTE ISO VG 68 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	80,000	0,0000	121,5189	9.721,51	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	80,000	0,0000	119,0000	9.520,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 5721 - OLEO LUBRIFICANTE ISSO VG 46 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	20,000	0,0000	154,0031	3.080,06	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	20,000	0,0000	175,0000	3.500,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 2/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015		Processo Administrativo:				51.098,15		
Licitação.....: 59/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 5775 - FLUIDO DE FREIO DOT4 - Unidade: CXA								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	HI TECH	1,000	0,0000	274,8929	274,89	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	1,000	0,0000	375,0000	375,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6 - 5777 - OLEO LUBRIFICANTE SAE 30 2 TEMPOS - Unidade: CXA								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	1,000	0,0000	230,2857	230,29	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRÁS	1,000	0,0000	312,0000	312,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7 - 5745 - OLEO LUBRIFICANTE 85W140 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	192,5089	1.925,09	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	229,0000	2.290,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8 - 311044059 - OLEO LUBRIFICANTE SAE 10W ATF TIPO A - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	5,000	0,0000	185,6386	928,19	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	5,000	0,0000	187,0000	935,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 3/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015 Processo Administrativo: 51.098,15

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 9 - 311041905 - OLEO 20W50 - Unidade: LT								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	1,000	0,0000	209,1954	209,20	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	1,000	0,0000	285,0000	285,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 10 - 19842 - OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR A DIESEL 15W40 SJ - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	5,000	0,0000	261,9811	1.309,91	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	5,000	0,0000	285,0000	1.425,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 11 - 311044060 - OLEO LUBRIFICANTE JCB 4000/2200 (ORIGINAL) - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9935	TRATOR ESPERANCA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 12 - 311044061 - OLEO LUBRIFICANTE 20W50 4 TEMPOS - Unidade: CXA								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	2,000	0,0000	227,3798	454,76	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRÁS	2,000	0,0000	235,0000	470,00	Perdeu	2
9935	TRATOR ESPERANCA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/17

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Item.....	13	-	5780	-	OLEO LUBRIFICANTE SAE 5W30 MOTOR DIESEL - Unidade: BALD	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
9977					MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	5,000	0,0000	584,3771	2.921,89	Venceu	1 *****
9183					SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	5,000	0,0000	585,0000	2.925,00	Perdeu	2
9935					TRATOR ESPERANCA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846					JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....	14	-	13908	-	FILTRO DE AR ARS 8842 - Unidade: UN							
15846					JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	1,000	0,0000	32,5000	32,50	Venceu	1 *****
9935					TRATOR ESPERANCA	INPECA	1,000	0,0000	29,9700	29,97	Perdeu	2
9183					SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977					MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....	15	-	13930	-	FILTRO DE AR TR 25131 (CAT.140H) - Unidade: UN							
15846					JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	1,000	0,0000	78,6000	78,60	Venceu	1 *****
9935					TRATOR ESPERANCA	INPECA	1,000	0,0000	119,8500	119,85	Perdeu	2
9183					SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977					MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....	16	-	13931	-	FILTRO DE AR TR 1524(MOTON.RG 140B N.H) - Unidade: UN							
15846					JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	46,1500	92,30	Venceu	1 *****
9935					TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	64,9000	129,80	Perdeu	2
9183					SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977					MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 5/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015		Processo Administrativo: 51.098,15						
Licitação.....: 59/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 26353 - FILTRO DE AR ARS 9837 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	52,0000	104,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	79,9000	159,80	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18 - 10449 - FILTRO DE AR ARS 9839 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	10,000	0,0000	45,5000	455,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	10,000	0,0000	69,9500	699,50	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 19 - 5783 - FILTRO DE AR ARS 8889 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	31,2000	124,80	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	41,7200	166,88	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 3581 - FILTRO DE AR AP 9834 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	29,9000	59,80	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	42,7500	85,50	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 6/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21 - 5677 - FILTRO DE AR ARS 1013 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	30,5000	61,00	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	34,2300	68,46	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 22 - 12636 - FILTRO DE AR ARL 8834 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	6,5000	13,00	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	6,9700	13,94	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 23 - 5797 - FILTRO DE AR ART 6098 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	22,1000	44,20	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	31,2000	62,40	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24 - 311041913 - FILTRO DE AR LX 1597 OU ARL 9608 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MAHLE	6,000	0,0000	14,3000	85,80	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	6,000	0,0000	21,6900	130,14	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 7/17

Processo / Ano: 94/2015		Processo Administrativo:		51.098,15				
Licitação.....: 59/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 25 - 311044077 - FILTRO DE AR TR 9987 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	4,000	0,0000	87,0000	348,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	TURBO	4,000	0,0000	133,9200	535,68	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 26 - 311041906 - FILTRO DE AR TR 25437 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	4,000	0,0000	181,3000	725,20	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	TURBO	4,000	0,0000	188,3000	753,20	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27 - 311044062 - FILTRO DE AR Nº 200795348 (ORIGINAL RENAULT) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MAHLE	4,000	0,0000	33,8000	135,20	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	51,6500	206,60	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 28 - 311044063 - FILTRO DE AR Nº 293829614 (IVECO) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MAHLE	2,000	0,0000	59,8000	119,60	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	TECFIL	2,000	0,0000	84,6400	169,28	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 8/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015 Processo Administrativo: 51.098,15

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 29 - 23848 - FILTRO DE AR ARL 4150 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MAHLE	6,000	0,0000	12,3500	74,10	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	6,000	0,0000	12,2800	73,68	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30 - 5689 - FILTRO DE AR ARL 6091 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MAHLE	6,000	0,0000	11,7000	70,20	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	6,000	0,0000	11,9600	71,76	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 31 - 311044064 - FILTRO DE AR JCB 32/925682 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	97,5000	292,50	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	ORIG FILTER	3,000	0,0000	149,6500	448,95	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32 - 311044066 - FILTRO DE AR C 18450/1 (MICRO IVECO) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	57,2000	228,80	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	67,9000	271,60	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 9/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 33	- 10470 - FILTRO DE AR ARS 2868 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	3,000	0,0000	28,6000	85,80	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	3,000	0,0000	24,6300	73,89	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 34	- 311044065 - FILTRO DE AR JCB 32/925683 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	58,5000	117,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	SHF	2,000	0,0000	89,8500	179,70	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 35	- 311044067 - FILTRO DE AR AS 2474 (F. CARGO 3133 - FILTRO DO ARLA 32) - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	3,000	0,0000	28,6000	85,80	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	3,000	0,0000	43,7900	131,37	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 36	- 1148 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 519 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	11,0500	22,10	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	16,9400	33,88	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/17

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37	- 5799 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 145 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	5,000	0,0000	9,1000	45,50	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	5,000	0,0000	13,9900	69,95	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38	- 1625 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 562 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	14,3000	42,90	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	3,000	0,0000	14,6200	43,86	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 39	- 5701 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 283 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	39,000	0,0000	52,0000	2.028,00	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	39,000	0,0000	79,4000	3.096,60	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		39,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		39,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 40	- 311044068 - FILTRO LUBRIFICANTE JCB 320/04133 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	BALDWIN	3,000	0,0000	50,0000	150,00	Venceu	1 ****
9935	TRATOR ESPERANCA	DONALDSON	3,000	0,0000	76,3000	228,90	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 11/17

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41 - 311044069 - FILTRO LUBRIFICANTE WO 460 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	13,0000	52,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	19,5500	78,20	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 42 - 311044070 - FILTRO LUBRIFICANTE NH TRANSMISSÃO Nº 86981280 - PA CARREGAD - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	BALDWIN	4,000	0,0000	118,3000	473,20	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	BALDWIN	4,000	0,0000	139,5900	558,36	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 43 - 311044071 - FILTRO LUBRIFICANTE JCB TRANSMISSÃO Nº 581-M7013 (TRANSMISSA - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	BALDWIN	1,000	0,0000	42,2500	42,25	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	BALDWIN	1,000	0,0000	54,3000	54,30	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44 - 311044072 - FILTRO LUBRIFICANTE H616 MICHIGAN - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	2,000	0,0000	109,2000	218,40	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	TECFIL	2,000	0,0000	167,9100	335,82	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 12/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015		Processo Administrativo:		51.098,15				
Licitação.....: 59/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 45 - 5807 - FILTRO HIDRAULICO DE TRANMISSÃO 219001877 (RANDON) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	2,000	0,0000	96,8500	193,70	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	MC FILTRO	2,000	0,0000	148,2900	296,58	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 46 - 311041924 - FILTRO LUBRTIFICANTE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	4,000	0,0000	175,5000	702,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	MC FILTRO	4,000	0,0000	269,8400	1,079,36	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47 - 311041926 - FILTRO LUBRIFICANTE 2995655 (MICRO IVECO) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	9,1000	27,30	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	3,000	0,0000	13,9900	41,97	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48 - 25301 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 619 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	10,000	0,0000	8,4500	84,50	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	10,000	0,0000	12,9700	129,70	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/17

51.098,15

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 94/2015

Licitação.....: 59/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 49	- 13922 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL 970/1 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	5,000	0,0000	54,0000	270,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	5,000	0,0000	49,9600	249,80	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 50	- 5813 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL BF 7954 D - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	8,000	0,0000	57,2000	457,60	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	BALDWIN	8,000	0,0000	87,9000	703,20	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 51	- 5897 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 75 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	19,5000	78,00	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	27,9700	111,88	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 52	- 3599 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 161 - Unidade: UN							
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ANFIL	10,000	0,0000	7,1500	71,50	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	10,000	0,0000	6,9900	69,90	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 14/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015										Processo Administrativo: 51.098,15									
Licitação.....: 59/2015 - PR																			
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL																			
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.																			
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação		Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 53 - 5820 - FILTRO DE COMBUSTIVEL FF 5488 (F.CARGO 3133) - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	10,000	0,0000	27,9000	279,00	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	10,000	0,0000	39,8800	398,80	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 54 - 5826 - FILTRO DE COMBUSTIVEL FF5706 (VOLARE) - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	15,000	0,0000	116,3500	1.745,25	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	FLEETGUARD	15,000	0,0000	178,9000	2.683,50	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 55 - 311041916 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 79 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	50,7000	101,40	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	66,5000	133,00	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 56 - 12634 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 72/1. - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	30,000	0,0000	9,1000	273,00	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	30,000	0,0000	13,9800	419,40	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											

Página: 15/17

51.098,15

[illegible]

Página: 16/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 94/2015										Processo Administrativo: 51.098,15									
Licitação.....: 59/2015 - PR																			
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL																			
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.																			
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação		Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 61 - 311044075 - FILTRO DE COMBUSTIVEL JCB 32/925915 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	56,5500	169,65	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	SFH	3,000	0,0000	86,9000	260,70	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 62 - 311044076 - FILTRO DE COMBUSTIVEL 5801640992 (MICRO IVECO) - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	6,000	0,0000	56,5500	339,30	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	6,000	0,0000	86,4500	518,70	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 63 - 311044120 - FILTRO DE AR DO AR CONDICIONADO KOMATSU 17M 911 3530 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	SAKURA	2,000	0,0000	162,4500	324,90	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA		2,000	0,0000	199,3000	398,60	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 64 - 311044121 - FILTRO LUBRIFICANTE LINE, PSL 135 (TM 4) - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	9,0000	36,00	Venceu	1 *****											
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	4,000	0,0000	13,7500	55,00	Perdeu	2											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		94/2015		Processo Administrativo:		51.098,15		
Licitação.....:		59/2015 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 65	- 311044122	- FILTRO DE TRANSMISSAO MICHIGAN FXL 381 (ORIGINAL MICHIGAN 33 - Unidade: UN						
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	TURBO	2,000	0,0000	35,7500	71,50	Venceu	1 *****
9935	TRATOR ESPERANCA	INPECA	2,000	0,0000	54,8200	109,64	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -			
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -			EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -			EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -			EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -			28.764/SC
VANESSA LANGER -			CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 84/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 25.250,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 84/2015

Licitação.....: 50/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 27423	- LAVAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS - Unidade: SER						
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	PRÓPRIA	600,000	0,0000	25,0000	15,000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 27424	- LAVAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE UTILITÁRIOS - Unidade: UN						
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	PRÓPRIA	140,000	0,0000	30,0000	4,200,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 48741	- LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEIS (DUCHA) - Unidade: UN						
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	PRÓPRIA	215,000	0,0000	10,0000	2,150,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 84/2015

Licitação.....: 50/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

Processo Administrativo: 25.250,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 48742	- LAVACÃO EXTERNA DE UTILITÁRIOS (DUCHA) - Unidade: UN						
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	PROPRIA	195,000	0,0000	20,0000	3.900,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 02/2015 - COMUNICADO DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES**

COMUNICADO DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

CARTA CONVITE Nº 002/2015

A Empresa Maga Engenharia Ltda ME, protocolou recurso contra decisão da Comissão que inabilitou a empresa Maga Engenharia Ltda ME. Protocolo nro 1 de 16/06/2015.

Processo de Licitação nro 002/2015 na modalidade de Carta Convite nro 002/2015.

As empresas participantes tem 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação deste, para que prestem os esclarecimentos que acharem necessário, contrarrazoando os fatos apontados.

O teor do recurso protocolado pela empresa Maga Engenharia Ltda ME está a disposição dos interessados no site www.canoinhas.sc.leg.br , link Portal da Transparência, link Licitações, e também pode ser solicitado pelos emails: marcio@canoinhas.sc.leg.br , diego@canoinhas.sc.leg.br , morglessak@yahoo.com.br.

MÁRCIO JULIANO SELEME

Presidente da Comissão da Licitação

Canoinhas, SC 17/06/2015

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0120/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0024/2015

Processo Licitatório Nº 0120/2015

Dispensa de Licitação Nº 0024/2015

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário da Educação, Cultura e Esportes do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de nº 120/2015, conforme segue:

OBJETO

Aquisição e instalação de vidros para as janelas do Ginásio de Esportes Dileto Bertaiolli.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	5,00	UN	Vidro comum incolor medindo 0,40m x 1,40m	DURIGON	78,00	390,00
2	45,00	UN	Vidro martelado medindo 0,90m x 0,40m	DURIGON	46,67	2.100,15
Total	2.490,15					

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
CELIO DURIGON - ME	001 e 002
2.490,15 (dois mil quatrocentos e noventa reais e quinze centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 115 - Manutenção dos ginásios esportivos

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 3 - ESPORTES

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 100 - ESPORTE E AÇÃO

Projeto/Atividade: 2.056 - Manutenção dos ginásios esportivos

Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 16 de junho de 2015

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0121/2015
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO
REAL DE USO 0006/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0121/2015

Concorrência para Concessão de Direito Real de Uso Nº 0006/2015

OBJETO: Concessão de direito real de uso de área na Rodoviária Municipal de Capinzal/SC, destinada a instalação de bar e lanchonete.

TIPO: Maior Lance ou Oferta

JULGAMENTO: Global

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 20/07/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Departamento de Compras e Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8739

CAPINZAL, 18 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

PORTARIA 486/2015

PORTARIA Nº 486, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) à servidora Ana Paula Franceschi Savariz, matrícula nº 326461/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012 e memorando nº 8/2015/SME.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em março de 2015

Capinzal - SC, em 13 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 487/2015

PORTARIA Nº 487, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos

termos do contrato nº 487/2015, Marilce Gotardo, matrícula nº 331651/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, para atuar junto ao Programa AABB Comunidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 13 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 488/2015

PORTARIA Nº 489, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 16 de março de 2015, Rosangela Lopes de Abreu, como membro do Conselho Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Rosangela Lopes de Abreu

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu Rosangela Lopes de Abreu, a fim de tomar posse na função de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 489, de 16 de março de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 16 de março de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 490/2015

PORTARIA Nº 490, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 16 de março de 2015, Rubia Samara Fabro, matrícula 410094/01, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Rubia Samara Fabro

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Rubia Samara Fabro, matrícula 410094/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nomeada pela Portaria nº 490, de 16 de março de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 16 de março de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 491/2015

PORTARIA Nº 491, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Dionei Antonio da Costa, matrícula nº 327778/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 16 de março a 15 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 16 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 492/2015

PORTARIA Nº 492, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Averbação constante da Certidão de Casamento, Matrícula nº 106401 01 55 2008 2 00021 052 0001334 55, do Registro Civil das Pessoas Naturais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Tânia Maria Dalavequia Ercoles, matrícula nº 333794/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais e vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a assinar Tânia Maria Dalavequia Ercoles.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de março de 2015

Capinzal – SC, em 18 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 493/2015

PORTARIA Nº 493, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 19 de março de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 1222/2015, Irene Machado, matrícula nº 323055/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 327, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 005/2015, DO CMDCA

Resolução Normativa nº 005/2015 - CMDCA

ADENDO AO EDITAL CMDCA nº 001/2015

Prorroga prazo de inscrição para o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Catanduvas/SC

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990, o Art. 5º e ss. da Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012, CONSIDERANDO Art. 5º alíneas do Edital CMDCA nº 001/2015, Calendário da Eleição, torna público que:

Resolve prorrogar o prazo para inscrição ao processo de Eleição para Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Catanduvas-SC, por mais 10 (dez) dias a contar de 15 de junho a 26 de junho de 2015.

Permanecem inalterados os locais e horários para a inscrição:

Local: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na Rua da Liberdade nº 1524, Centro.

Horário: de segunda a sexta-feira das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

Fica o cronograma das eleições alterado para:

29 e 30/06/2015	Análise de documentos
01/07/2015	Publicação da relação dos candidatos, prazo de cinco (5) dias para impugnação; e simultâneas vistas ao Ministério Público;
08/07/2015 a 15/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado à Comissão Eleitoral até às 17 horas
16/07/2015	Análise e julgamento das impugnações, decisão e publicação das candidaturas e documentos impugnados pela Comissão Eleitoral;
23/07/2015 a 30/07/2015 até às 17 horas	Interposição de recurso à plenária do CMDCA cabendo julgar os recursos da Comissão Eleitoral.
05/08/2015	Publicação de edital/resolução das candidaturas homologadas nos locais: Mural da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), site do Município de Catanduvas e outros meios de comunicação de circulação no Município.
18/09/2015	Prazo para operacionalização da eleição
04/10/2015	ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS
05/10/2015	Publicação dos eleitos.
novembro/2015	Reservado para Formação inicial dos Conselheiros e suplentes eleitos
10/01/2016	Diplomação e Posse.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 15 de junho de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco

Presidente

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 95 E 96/2015**

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
226	95/2015	16/06/2015	31/12/2015	57/2015	Não	318.000,00		ACQUISICÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO LISO DE SOLOS NOVO, COM HORAS ZERADAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTA EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM A CAIXA, SOB NÚMERO: 1.019.100.95/2014/ME/CAIXA, APOIANDO O PROGRAMA: PRONAT - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA.	ANGONESE E PICININI CONTABILIDADE E ASSES
227	96/2015	17/06/2015	31/12/2015	58/2015	Não	34.450,00		ASSESSORIA CONTABIL	ANGONESE E PICININI CONTABILIDADE E ASSES
Total: 2									

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº15/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

Tomada de preços Nº 15/2015 - PMC

AVISO DE SUSPENSÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), para complementação e finalização da construção da quadra coberta com vestiários no Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, situado na Rua Aurélio Guedes, Bairro Industriários, neste município

Comunicamos às licitantes que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO temporariamente em face à Impugnação ao Edital. Assim que o processo for concluído, publicaremos novas datas e prazos.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL CONCORRENCIA Nº 2/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRENCIA Nº 2/2015 - PMC

Objeto: Seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, removidos ou apreendidos por infração de trânsito, efetuados pelos agentes de autoridade de trânsito, conforme convênio celebrado entre Secretária de Estado da Segurança Pública – SSP/SC, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, Polícia Militar – PM/SC e Município de Concórdia, de acordo com o Anexo “D” – Memorial Descritivo, constantes do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: AUTO SOCORRO DECEZARE EIRELI – ME, LORENO GAVAZZONI - ME que as licitantes IDALINA RITTER SGARBOSSA – ME, interpôs, na data de 15 de junho de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame e LORENO GAVAZZONI - ME, interpôs, na data de 11 de junho de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 17 de junho de 2015

Leonice Parizotto Camargo

Presidente da CPL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 45/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 45/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 256.844,21 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos).

Concórdia SC, 17 de junho de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 41/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 41/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a AUTOMÓVEL CLUBE DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 78.479.565/0001-90, com sede na Rua Romano Anselmo Fontana, 456, Centro, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor CIRANGELO HENRIQUE KNAACK.

OBJETO: Conjunção de esforços para revitalização da pista de Kart do Município, objetivando promover a difusão esporte de abrangência regional, estadual, nacional no Município de Concórdia, como Campeonato Catarinense de kart, Copa Santa Catarina e Campeonato Sul Brasileiro.

VALOR: R\$ 200.000,00.

PRAZO: Até 8 de outubro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 8 de junho de 2015.

SUAS- IGD 10ª PARCELA 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGDSUAS, repasse da parcela no valor de R\$ 1.541,32 (Um mil quinhentos, quarenta e um reais e trinta e dois centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 17 de junho de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 038/2015 DE CONTRATO DE 29 DE MAIO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 038/2015 DE CONTRATO DE 29 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 010/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/04/2013

CLÁUSULA I.- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é para prestar serviço profissional especializado na área médica em Ginecologia e Ultrassonografia, com disponibilização por parte da empresa do Aparelho de Ultrassonografia, com atendimento de 08:00 (Oito) horas semanais, exercendo suas funções junto a Unidade de Saúde da Sede do município, fica por este instrumento de Termo Aditivo, fica prorrogado para 03 de junho de 2016.

CLÁUSULA II.-

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.100.523/0001-59

CONTRATADO: CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO SCARIOTI & LONGO LTDA EPP.

DECRETO Nº. 106 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 106 DE 22 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) na seguinte Programação de despesa:

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL				
20.606.0046.2.041 – Incentivo a Produção Animal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	57	01.0000	6.300,00
06.01 SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47	01.0000	6.300,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) da seguinte Programação de despesas:

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL				
20.606.0046.2.041 – Incentivo a Produção Animal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	58	01.0000	6.300,00
06.01 SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	48	01.0000	6.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 22 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 107 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 107 DE 22 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$1.100,00 (hum mil e cem reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO				
06.181.0005.2.006 – Manut. Conv. Sec. de Segurança Publica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	33	01.0000	1.100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$1.100,00 (hum mil e cem reais) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO				
06.181.0005.2.006 – Manut. Conv. Sec. de Segurança Publica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	34	01.0000	1.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 22 de maio de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 108 DE 22 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 108 DE 22 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.001,00 (doze mil e um real) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	6.001,00
10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0038	6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 12.001,00 (doze mil e um real) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	06	01.0002	4.701,00
10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.93.00.00.00	Aplicações Diretas Dec.de OP entre Org.	05	01.0002	1.300,00
10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	09	01.0038	6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 22 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 116 DE 09 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 116 DE 09 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0038	7.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	09	01.0038	7.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 123 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 123 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015, Lei nº 653 de 16/06/2015, e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, será anulado recursos da mesma ordem, da seguinte dotação e programação de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	42	01.0000	100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de junho de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 05/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 02/07/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 18 de junho de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

BEATRIZ DA SILVA MESQUITA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 04/2015 FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2015
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM EXECUÇÃO INDIRETA E FORNECIMENTO PARCELADO. Forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Abertura dos envelopes: 30.06.2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 18 de junho de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

DILMAR RIBEIRO PEREIRA
Diretor Administrativo FHMCP

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 04/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015
RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE DESFIBRILADOR CARDÍACO E ELETROCARDIOGRAFO PORTÁTIL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, conforme segue: alteração nos itens 13 e 14 do edital / alteração nos números dos itens do anexo I do edital, 16 e 18 para 01 e 02, e alteração no descritivo do item Eletrocardiógrafo, do anexo I do edital. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 01.07.2015 às 14:30 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 18 de junho de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

BEATRIZ MESQUITA
Secretária de Saúde

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 894/15

DECRETO Nº 894/15

DEFINE DIRETIVAS PARA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e ainda amparado no art. 66, inc. VI da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a necessidade de realização da Conferência Municipal de Saúde neste ano de 2015;

Considerando, as deliberações do Conselho Municipal de Saúde com relação a data e local para realização da referida conferência;

Considerando, que o tema central da conferência será "Saúde Pública de Qualidade Para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

DECRETA:

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 15 de junho de 2015, fica convocada a 1ª Conferência de Saúde do Município para o dia 1º de julho de 2015.

Art. 3º - O tema central da Conferência será, "Saúde Pública de Qualidade Para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 4º - A Conferência de Saúde, será realizada Salão Paroquial Católico, situado na Rua Padre Vicente Schmidt, neste Município de Corupá.

Art. 5º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas por esta municipalidade.

Art. 7º - Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Corupá, 15 de julho de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

ERRATA PREGÃO 020/15

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/15

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/15

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 020/15, ficando assim determinado:

PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAS

Prazo de entrega imediato em ate 30 dias, após a autorização de fornecimento.

Corupá, 17 de Junho de 2015.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUPÁ

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUPÁ

REGIMENTO GERAL

CAPITULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - A Conferência Municipal de Saúde de Corupá convocada pelo Decreto Municipal Nº 894/15, terá por finalidade reorganizar o modelo de atenção à saúde com base na política de atenção básica, através da discussão dos problemas de Saúde do Município e da proposição de diretrizes para atualizar o Plano Municipal de Saúde

CAPÍTULO II

Da Realização

Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 01 de julho de 2015, a partir das 8 horas.

Parágrafo Único - A Conferência será realizada no Salão Paroquial Católico, situado a Rua Padre Vicente Schmidt, sob os auspícios da Prefeitura Municipal através da Secretaria de Saúde.

CAPÍTULO III

Do Temário

Art. 3º - Nos termos do Decreto de 894/15 do Prefeito Municipal e da Portaria Nº 3372/15 do Município de Corupá, a Conferência terá como tema básico "Saúde Pública de Qualidade Para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 4º - Além do temário central a Conferência terá como Sub-temas:

I- Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II- Participação Social;

III- Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV- Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V- Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI- Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII- Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

VIII- Reformas Democráticas e Populares do Estado;

Art. 5º - A abordagem do temário será realizado por exposição de 1(um) conferencista, seguidas de discussão na plenária e posterior discussão nos grupos de trabalho.

Parágrafo Único - Cada grupo de trabalho terá um coordenador e um relator definidos pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art 6º - Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência,

por ordem e mediante prévia inscrição à mesa diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates, através de perguntas ou observações pertinentes ao tema.

CAPÍTULO IV

Da Organização da Conferência

Art. 7º - A Conferência será presidida pelo prefeito Municipal e na sua ausência pelo coordenador da Conferência.

Art. 8º - A Conferência Municipal de Saúde será coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde e terá como membros da comissão organizadora:

Comitê Executivo e de Organização

Presidente: Fernando Gean Lunelli

Coordenador Geral: Bernadete Corrêa Hillbrecht

Coordenador Adjunto: Franciesca Morgana Gasparetto Farias

Secretária Executiva: Emelly Priscila Fontana

Tesoureira: Reintraud Menestrina

Secretaria de Credenciamento: Emelly Priscila Fonatana

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Darci Rutsatz

Relator: Aparecida Inêz Corrêa

CAPÍTULO V

Dos Membros

Art. 9º - Tomarão parte como membros da Conferência, todas as pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento da política de saúde, na condição de:

- a) Delegados;
- b) Participantes;
- c) Convidados.

§ 1º - Os membros inscritos como Delegados terão direito a voz e voto; os participantes terão apenas direito a voz. Assim como os convidados;

§2º - Como participantes inscrever-se-ão membros credenciados de associações, instituições públicas, entidades de classe e de representação da sociedade civil.

§3º - Serão convidados entidades e ou representantes de outras cidades e ou instituições Estaduais e Nacionais para serem participantes ou conferencistas.

SEÇÃO I

Dos Delegados

Art. 10º - Tomarão parte da conferência na condição de Delegados os membros titulares e, na ausência destes, os respectivos suplentes, do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Nos termos do Artigo 1º da Lei 8.142/90, a representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde.

Art. 11 - A secretaria do evento, funcionará na Secretaria de Saúde até o dia 30 de junho de 2015 e no Salão Paroquial Católico no dia 01 de julho de 2015.

Art. 12 - A plenária da Conferência terá como objetivo debater os temas da programação, a serem explanados pelo palestrante antes da realização dos debates.

Parágrafo Único - os trabalhos em grupo servirão para aprofundar estes temas e elaborar propostas a serem discutidas na plenária final.

Art. 13 - A plenária final terá como objetivos:

- a) Apreciar e submeter à votação a síntese das discussões do Temário Central que tenham relatórios finais apresentados pelos grupos de trabalho.
- b) Aprovar as diretrizes da Política de Saúde para os próximos 2 (dois) anos.

Art. 14 - Participarão da Plenária Final os delegados e participantes credenciados, sendo que os delegados terão direito a voz e voto e os participantes apenas a voz.

Parágrafo Único - Apenas poderão pedir destaques de propostas os delegados.

Art. 15 - A mesa diretora, responsável pela coordenação dos trabalhos da reunião plenária final, será presidida pelo coordenador da conferência, juntamente com 2 (dois) membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 16 - A apreciação e votação das propostas consolidadas nos relatórios terá o seguinte encaminhamento:

I- Os Coordenadores de Oficinas procederão a leitura do Relatório Geral de modo que os pontos de divergência possam ser identificados como destaques para serem apreciados, no final da leitura de cada proposta, por ordem de apresentação.

II- A aprovação das propostas será por maioria simples dos delegados presentes.

Art. 17 - A plenária é soberana à mesa e lhe será facultada questionamentos pela ordem à mesa, sempre que, a critério dos participantes não se esteja cumprindo o regulamento.

Parágrafo Único - Os pedidos de questão de ordem, poderão ser feitos a qualquer tempo, exceto durante o período de votação, desde que a mesa tenha submetido à apreciação da plenária os anteriormente feitos.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 18 - O Conselho Municipal de Saúde decidirá sobre os casos omissos e pôr qualquer eventualidade que ocorra durante o evento.

Art. 19 - Em caso do participante ser funcionário público municipal, a ausência ao trabalho será considerada justificada.

Art. 20 - As decisões administrativas e de funcionamento durante a conferência serão tomadas pela comissão executiva, que deverá prestar contas de todos os gastos de receitas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o término dos trabalhos, sendo facultado a todos os participantes, ou não, da conferência o acesso às contas e documentos probatórios.

(Aprovado por unanimidade em reunião do Conselho Municipal de Saúde de Corupá no dia 15 de junho de 2015).

Fernando Gean Lunelli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Corupá, 15 de junho de 2015

PORTARIA Nº 3372/15

PORTARIA Nº 3372/15

CONVOCA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

Considerando, a necessidade de realização da Conferência Municipal de Saúde neste ano de 2015;

Considerando, as deliberações do Conselho Municipal de Saúde com relação a data e local para realização da referida conferência;

Considerando, que o tema central da conferência será "Saúde Pública de Qualidade Para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Saúde de Corupá conforme determinação legal do Decreto Municipal 894/15.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Chefe do poder Executivo e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3º - A Conferência será realizada no Salão Paroquial Católico, situado na rua Padre Vicente Schmidt, neste Município de Corupá.

Art. 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Fernando Gean Lunelli

Coordenador Geral: Bernadete Corrêa Hillbrecht

Coordenador Adjunto: Franciesca Morgana Gasparetto Farias

Secretária Executiva: Emelly Priscila Fontana

Tesoureira: Reintraud Menestrina

Secretaria de Credenciamento: Emelly Priscila Fonatana

Secretaria de Divulgação e Comunicação: Darci Rutsatz

Relator: Aparecida Inêz Corrêa

Art. 6º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções.

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Coordenador Adjunto: Auxiliar o coordenador e se responsabilizar pela estrutura organizativa da Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento.

Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações das diversas sub-seções, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento destas sub-seções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da Conferência.

Relator: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretaria de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição até o dia 30 de junho na sede da Secretaria, durante a Conferência dia 01 de julho, no salão Paroquial Católico; depois da Conferência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretaria de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 8º - Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Corupá, 15 de julho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO504/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato504/2015

Contrato Nº.: 504/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 379,70 (trezentos e setenta e nove reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00
(84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00
(109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO505/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato505/2015

Contrato Nº.: 505/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

Valor : 460,50 (quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00

(84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00
(109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO506/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato506/2015

Aditivo Nº : 506/2015 - Contrato Nº: 470/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: AGROPECUARIA E PLANEJAMENTO MARTINS LTDA

Valor : 1.102,80 (um mil cento e dois reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 06/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2015

Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.102,80 PARA AQUISIÇÃO DE ADUBO E URÉIA PARA MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO507/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato507/2015

Contrato Nº.: 507/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA

Valor : 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 06/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26)

Objeto : IMPRESSÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO508/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato508/2015

Contrato Nº.: 508/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900
Valor : 3.190,00 (três mil cento e noventa reais)
Vigência : Início: 07/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91),
2.065.3.3.90.00.00.00.00 (98),
2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO510/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato510/2015

Contrato Nº.: 510/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD
Valor : 1.634,85 (um mil seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 07/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES,

SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLÍCIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO511/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato511/2015

Contrato Nº.: 511/2005
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME
Valor : 90,24 (noventa reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 07/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (33),
2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91),
2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO512/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato512/2015

Contrato Nº.: 512/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
Valor : 8,10 (oito reais e dez centavos)
Vigência : Início: 07/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (33),
2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91),
2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL,

POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO513/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato513/2015

Contrato Nº.: 513/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 53,94 (cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (98), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO514/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato514/2015

Contrato Nº.: 514/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA
Valor : 215,00 (duzentos e quinze reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),

2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO515/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato515/2015

Contrato Nº.: 515/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
Valor : 120,00 (cento e vinte reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO516/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato516/2015

Contrato Nº.: 516/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 9.473,00 (nove mil quatrocentos e setenta e três reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (78), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA

ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO517/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato517/2015

Contrato Nº.: 517/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: REUNIDAS TURISMO S/A
Valor : 36,70 (trinta e seis reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO SERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO518/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato518/2015

Contrato Nº.: 518/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA
Valor : 20,00 (vinte reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO519/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato519/2015

Contrato Nº.: 519/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MAURILIO VIEIRA 67423000949
Valor : 61,00 (sessenta e um reais)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO520/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato520/2015

Contrato Nº.: 521/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Valor : 4.937,36 (quatro mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 12/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VEÍCULO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que em virtude da alteração de itens fica prorrogado o prazo de abertura do Pregão 079/2015 – Objeto: Aquisição de Materiais para manutenção de Escolas Municipais Ficando para Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 30/06/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 17/06/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES CONTRATOS 2015

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 011/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

ONDE SE LÊ - Contratado: L.A Importação e Exportação Ltda.

O CORRETO É: Contratado: BETHA Sistemas Ltda.

Objeto Locação de Software Origem: AF 067/2015 Compra Direta Nº 38. Valor R\$ 3.510,00 - Vigência: 15/04/2015 à 15/01/2015.

Dionísio Cerqueira 17/06/2015

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 033/2015. Modalidade: Pregão nº 033/2015, Objeto Aquisição de Instrumentos médicos para o Fundo Municipal de Saúde. Vencedores: Althis Com. de Med. E Materiais Médicos -. Valor R\$ 7.149,60 – Casa Cirúrgica Chapecó Ltda. – Valor R\$ 3.918,00 – Dental Oeste – Eirelli – Valor R\$ 1.980,00

Dionísio Cerqueira 17/06/2015

João Stahl

Gestor do FMS

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****DECRETO 020/2015****DECRETO Nº 020, de 01 de junho de 2015.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.007,46.*

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 846, de 05 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 4.007,46 (quatro mil sete reais e quarenta e seis centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3340100	TRANSFERENCIA CONVENIO UNIÃO	4.007,46
TOTAL		4.007,46
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		4.007,46

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----R\$ 4.007,46

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de junho de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 01 de junho de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

DECRETO 021/2015

DECRETO nº 021 de 02 de junho de 2015.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Ângelo Marcarini CPF nº 384.153.569-00 casado com Isabel Marcarini CPF nº 893.984.089-53, contendo uma área de 80.505,59m² (oitenta mil quinhentos e cinco metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um imóvel urbano, com área de 80.505,59m² (oitenta mil quinhentos e cinco metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, e seguindo pelo lado ímpar da Rua Navegantes 23.21m até a esquina que esta forma com o lado ímpar da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, devidamente registrado na Comarca de Timbó/SC, 2º Ofício de Registro de Imóveis sob matrícula nº 5.146, livro 2

Parágrafo Único - Do referido imóvel será desmembrado cinco lotes não restando área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01: Com área de 848.81m² (oitocentos e quarenta e oito metros e oitenta e um decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, e seguindo pelo lado ímpar da Rua Navegantes 23.21m até a esquina que esta forma com o lado ímpar da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel seguindo direção ao lado direito em linha reta com ângulo interno de 113°40'23" e distância de 12.16m, até o ponto P1, confrontando com o lado Ímpar da Rua Navegantes, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 88°26'58" e distância de 27.55m, dos quais: 16.34m, confrontando com terras de Marcio Klug e Gleysi Daiana Pschinski (Matricula nº 6.283 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), e 11.21m confrontando com terras do lote nº 5 á desmembrar de Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P2; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 158°50'13" e distância de 17.34m confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC) até o ponto P3; sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 106°2'25" e distância de 23.04m, confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 73°0'1" e distância de 44.53m, confrontando com terras de Charles Hager e Daiane Hager (Matricula nº 5.525 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este Lado Esquerdo.

II - Lote nº02: Com área de 9.673,50m² (nove mil seiscentos e setenta e três metros e cinquenta decímetros quadrados, localizado no lado ímpar da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel, e seguindo pelo lado ímpar da Rua Clara Marcarini 71.00m até a esquina

que esta forma com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel seguindo direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 90°0'0" e distância de 21.25m, até o ponto P1; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 270°0'0" e distância de 35.80m, até o ponto P2, ambas confrontando com terras de Charles Hager e Daiane Hager (Matricula nº 5.525 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC); deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 106°59'59" e distância de 23.04m, até o ponto P3; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 253°57'35" e distância de 17.34m, até o ponto P4, ambas confrontando com terras do Lote nº 1 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC); deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 137°50'27" e distância de 16.23m, até o ponto P5; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 231°58'5" e distância de 1.40m, até o ponto P6, ambas confrontando com terras do Lote nº 5 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC); deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 91°32'51" e distância de 41.81m, dos quais: 19.15m confrontando com terras de Parcela nº2 de Ângelo Marcarini (Matricula nº 7.078 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC) e 22.66m confrontando com terras de Parcela nº01 de Ângelo Marcarini (Matricula nº 7.077 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC) até o ponto P7, sendo esse o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 77°35'53" e distância de 147.03m, confrontando com terras de Heitor Marcarini (Matricula nº 1.825 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P8, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 98°45'10" e distância de 65.08m confrontando com terras do Lote nº 4 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P9; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 84°40'22" e distância de 61.61m, dos quais: 46.58m confrontando com terras do Lote nº 4 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), e 15.03m confrontando com terras do Lote nº 3 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P10; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 266°39'37" e distância de 25.97m confrontando com terras do Lote nº 4 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P11, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 90°0'0" e distância de 13.00m confrontando com o Lado Ímpar da Rua Clara Marcarini até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

III - Lote nº 03: Com área de 396,10m² (trezentos e noventa e seis metros e dez decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel, e seguindo pelo lado ímpar da Rua Clara Marcarini 84.00m até a esquina que esta forma com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel seguindo direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 90°0'0" e distância de 25.97m, confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P1, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 93°20'23" e distância de 15.03m, confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 86°39'37" e distância de 26.84m confrontando com terras do Lote

nº 4 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 90º0'0" e distância de 15.00m confrontando com o Lado Ímpar da Rua Clara Marcarini até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

IV - Lote nº 04: Com área de 69.495,41m² (sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco metros e quarenta e um décímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel, e seguindo pelo lado ímpar da Rua Clara Marcarini 99.00m até a esquina que esta forma com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado direito do imóvel seguindo direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 90º0'0" e distância de 26.84m, confrontando com terras do Lote nº 3 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P1; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 93º20'23" e distância de 46.58m até o ponto P2; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 275º19'38" e distância de 65.08m até o ponto P3, ambas confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 81º14'50" e distância de 737.39m, confrontando com terras de Heitor Marcarini (Matricula nº 1.825 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 68º3'45" e distância de 102.66m, confrontando com terras de Americana Granitos do Brasil Ltda. (Matricula nº 2.713 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P5; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 112º1'25" e distância de 713.60m, confrontando com terras de Cleodir Marcarini (Matricula nº 6.289 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P6; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 90º0'0" e distância de 2.38m, confrontando com terras de Término da Rua Clara Marcarini, até o ponto P7, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 270º0'0" e distância de 22.00m, confrontando com o Lado Ímpar da Rua Clara Marcarini, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

V - Lote nº 05: Com área de 91.77m² (noventa e um metros e setenta e sete décímetros quadrados), para anexar á Matricula nº 6.283 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC, de Marcio Klug e Gleysi Daiana Pschinski, lote encravado, localizado nos fundos do lado ímpar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, seguindo pela divisa entre terras do Lote nº 1 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC) e terras de Marcio Klug e Gleysi Daiana Pschinski (Matricula nº 6.283 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), 16.34m até o lado ímpar da Rua Navegantes, e deste ponto segue pelo lado ímpar da mesma mais 35.37m até a esquina que esta forma com o lado ímpar da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes especificações: Inicia-se esta descrição no ponto PP localizado no vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel seguindo direção ao lado direito em linha reta com ângulo interno de 80º11'36" e distância de 15.00m, até o ponto P1, confrontando com terras de Marcio Klug e Gleysi Daiana Pschinski (Matricula nº 6.283 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 88º27'9" e distância de 1.40m, confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito;

deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 128º1'55" e distância de 16.23m, confrontando com terras do Lote nº 2 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 63º19'20" e distância de 11.21m, confrontando com terras do Lote nº 1 á desmembrar Ângelo Marcarini (Matricula nº 5.146 livro 2, 2º Ofício de Timbó/SC), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de junho de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 02 de junho de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015

TERCEIRO ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 87/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO A BASE DE LAJOTAS SEXTAVADAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO DE CIMENTO PORTLAND EM LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às nove horas do dia dezessete do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura dos envelopes nº. 02 da Proposta de Preço das empresas BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA, LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP. Os preços globais apresentados foram: BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, R\$ 402.809,90 (quatrocentos e dois mil oitocentos e nove reais e noventa centavos); CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, R\$ 377.504,12 (trezentos e setenta e sete mil quinhentos e quatro reais e doze centavos); COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, R\$ 395.063,25 (trezentos e noventa e cinco mil sessenta e três reais e vinte e cinco centavos); CREMA CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 402.809,90 (quatrocentos e dois mil oitocentos e nove reais e noventa centavos); LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, R\$ 402.809,90 (quatrocentos e dois mil oitocentos e nove reais e noventa centavos); FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 387.905,93 (trezentos e oitenta e sete mil novecentos e cinco reais e noventa e três centavos); BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, R\$ 342.420,92 (trezentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, pertencente à empresa BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 17 de junho de 2015.

VALDECIR TISCOSKI KEND BERNARDO TROMBIM RENATA PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

DECRETO Nº 103, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 103, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCEREM O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Técnico em Enfermagem.

CONSIDERANDO que as nomeadas em questão foram classificadas no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, por concurso, JULIANA TROMBIM, FÁTIMA ELIANE WINCK DA ROCHA NUNES, PATRICIA PREIS, DIRLEIA DA ROSA e VANILCE CARDOSO MATHEOS para exercerem o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, classificadas do 9º ao 13º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º As servidoras nomeadas terão o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 107, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO a grande quantidade de faltas ao serviço apontadas nos registros de frequência do servidor SANDRO DA SILVA PETERLE, ocupante do cargo do quadro efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula 4658, podendo, em tese, ter se configurado infração ao inciso X do art. 88 e inciso I do art. 89, que conforme §§ 1º e 2º do art. 97 ensejariam a penalidade de demissão prevista no caput e incisos II e III do mesmo artigo, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – KELLY KARITIANA MORO SCUSSEL, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 2776;

I – ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2438;

III – FELIX KAMMER, servidor público do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 459;

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2014.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 108, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 108, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo, ocupante do cargo de Professor de Artes, CAROLINE BOEING NUERNBERG, matrícula nº 2784, teve sua licença sem vencimentos, concedida pela Portaria nº 340, de 16 de maio de 2013, até o início do ano letivo de 2014, prorrogada pela Portaria nº 234, de 05 de abril de 2014, até o início do ano letivo de 2015, contudo até a presente data a servidora não se apresentou ao serviço,

CONSIDERANDO que o prazo para a reapresentação da servidora CAROLINE BOEING NUERNBERG, matrícula nº 2784, se expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais, podendo, em tese, ter se configurado abandono de cargo previsto no artigo 125, que ensejaria a penalidade de demissão prevista no artigo 123, inciso II, todos da Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – RENATA PEREIRA FRITZEN, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2034;

II – JOELSON MONTEIRO, servidor público efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 553;

III – MORGANA TOMAZI DA SILVA, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 4754;

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 109, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 109, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que a denúncia formulada por Joelson Oliveira Gonçalves na comunidade #VEMPRARUAFORQUILHINHA, da rede social FACEBOOK.COM, de que servidores públicos responsáveis pela limpeza da pista de skate, durante o horário de expediente, furtaram milho;

CONSIDERANDO que a conduta denunciada, em tese, pode ter configurado infração aos deveres dos servidores previstos no art. 88, assim como o cometimento de proibições previstas no art. 89, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I – FABIANA VENSON VIEIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 2722;

II – MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4761;

III – GONÇALVES LOURENÇO NETO, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Vigia, matrícula nº 2014;

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 105, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 105, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

REGULAMENTA A LEI Nº 1.802, DE 22 DE MAIO DE 2012, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES, ÁREAS PÚBLICAS DE CARÁTER ESPORTIVO OU RECREATIVO E ÁREAS VERDES, ESTABELECE SEUS OBJETIVOS E PROCESSOS, SUAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES E DOS BENEFÍCIOS DOS ADOTANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" (compreendido neste conceito a adoção de parques, áreas públicas e áreas verdes) promove a participação e conscientização da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças públicas, de esporte e áreas verdes do Município de Forquilha em conjunto com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" leva à população vizinha às praças públicas, de esporte e áreas verdes a entenderem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Projeto "Adote uma Praça" incentiva o uso das praças públicas, de esporte e áreas verdes pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;

CONSIDERANDO que os grupos organizados da população elaboraram projetos de utilização das praças públicas, de esporte e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população;

DECRETA:

Art. 1º As entidades da sociedade civil, as associações de moradores, as sociedades de amigos de bairro e as empresas interessadas em participar do Programa de Adoção de Praças Públicas, de Esportes e Áreas Verdes, instituído pela Lei nº 1.802, de 22 de maio de 2012, deverão apresentar carta de intenção ou projeto indicando a área pública de seu interesse, bem como indicar a(s) forma(s) prevista(s) no artigo 5º, I, II, III e IV da Lei, que se pretende realizar a adoção.

Parágrafo único. Não poderão participar do programa de adoção as empresas do ramo de cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Planejamento e à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha fazer o levantamento com informações acerca da natureza da área pública, de modo a confirmar tratar-se de bem de uso comum do povo ou de praça de esportes ou de caráter recreativo, elaborando a seguir croqui com a indicação de suas dimensões, dos equipamentos e mobiliários urbanos instalados, inventário das espécies arbóreas existentes e informações sobre seu estado de conservação.

Art. 3º Havendo interesse e possibilidade jurídica da cooperação, será publicado no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site oficial do Município, Edital destinado a dar conhecimento público da proposta, contendo o nome do proponente da cooperação e o local, abrindo o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação, para que o próprio proponente e outros interessados na mesma área manifestem seu interesse, mediante apresentação de carta de intenção, acompanhada de envelope lacrado, contendo: I - ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, acompanhado de prova da regular representação da diretoria em exercício ou da eleição de seus administradores;

II - CNPJ, em caso de empresa privada ou associação cujo cadastramento seja obrigatório;
III - plano de trabalho, indicando os serviços que se propõe a realizar e a manter (artigo 5º, I, II, III e IV da Lei nº 1.802/2012), as metas a serem atingidas, as fases ou etapas de execução e o número de placas que pretende instalar;
IV - anotação de Responsabilidade Técnica, expedida pelo órgão ao qual está vinculado o responsável pelo projeto, quando for o caso;
V - licenças ambientais, no caso de área de preservação permanente.

Art. 4º Recebendo, no prazo previsto no artigo anterior, outras intenções de cooperação para o mesmo local, após juntá-las no expediente já autuado, designará data, hora e local para a realização de sessão pública para abertura dos envelopes, a ser divulgada no átrio da Prefeitura Municipal e no sítio eletrônico e comunicada aos interessados, via fax, postal, ou eletrônica, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, na qual se buscará a atuação conjunta dos interessados na adoção do espaço público.
Parágrafo único. Não sendo possível a adoção conjunta, proceder-se-á a abertura de procedimento licitatório.

Art. 5º A cooperação será formalizada por meio de convênio.
Parágrafo único. Os termos de convênio deverão conter cláusulas definindo a área, a descrição dos serviços a serem prestados, o prazo de duração, que não poderá exceder a 120 (cento e vinte) meses, o número e as dimensões das placas indicativas da cooperação permitidas, a proibição de transferência do termo a terceiros, a previsão de rescisão a qualquer tempo, motivada em razões de interesse público ou descumprimento do acordo, independentemente de prévia notificação e imediata retirada das placas, e outras que sejam necessárias à proteção do interesse público.

Art. 6º A colocação de placas indicativas da cooperação será permitida com a menção ao nome, logomarca, ramo, telefone, setas indicativas e sítio eletrônico da adotante.

§ 1º Em qualquer hipótese, a placa deverá fazer menção à adoção (por exemplo: "praça adotada") e conter a logomarca da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC;

§ 2º A quantidade de placas será definida pela Secretaria de Planejamento que analisará cada situação concreta, à luz da extensão da área, localização geográfica, grau de investimento econômico, observado o limite máximo de quatro placas por adoção.

Art. 7º As informações sobre o adotante não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do tamanho da placa, devendo o espaço restante conter os dados da cooperação celebrada com o Poder Público Municipal.

§ 1º Os equipamentos publicitários poderão ser luminosos ou iluminados.

§ 2º Os gastos com a confecção e instalação dos equipamentos publicitários serão de responsabilidade da adotante.

Art. 8º Independentemente de iniciativa dos particulares, a Secretaria de Planejamento poderá iniciar processo, objetivando obter a cooperação para a conservação de áreas públicas, indicando a área, os serviços pretendidos e o número máximo de placas permitidas para o local, observadas as disposições deste decreto.

Art. 9º Encerrada a cooperação por decurso do prazo de vigência ou por rescisão, qualquer benfeitoria dela decorrente integrará o patrimônio público, não tendo o adotante direito de retenção ou indenização a qualquer título.

Art. 10. Os serviços a serem realizados em razão do convênio deverão ser acompanhados e controlados pela Secretaria de Planejamento ou Fundação Ambiental Municipal de Forquilha/SC, conforme o caso, de modo que não venham a ser desvirtuados ou causar

prejuízo ao interesse público.

Art. 11. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRADIELI PEDRO

Secretário Administração e Finanças

ANEXO I - DECRETO Nº. DECRETO Nº. 105, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Excelentíssimo Senhor

PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Nesta

Senhor Prefeito:

Sabedores do Projeto "PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS..." vimos solicitar nossa participação no mesmo, sendo de nosso interesse adotar a área denominada (Denominar: PRAÇACANTEIRO/VIVEIRO/ÁREA PÚBLICOA/ ÁREA VERDE) situada na:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES (Descrever uma ou mais das seguintes ações: I - urbanização e/ou conservação e/ou manutenção do espaço público adotado (praça pública ou área verde); II - construção e/ou conservação e/ou manutenção de parque ou área pública de caráter recreativo; III - construção e/ou conservação e/ou manutenção de área pública de caráter esportivo.

DADOS DA ADOTANTE:

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMERCIAL: _____

CEP: _____

FONE CONTATO _____

E-MAIL: _____

FORQUILHINHA/SC, _____ de _____ de _____

Requerente

CPF: _____

ANEXO II - DECRETO Nº. 105, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

TERMO DE CONVÊNIO PARA ADOÇÃO Nº _____/20__.

TERMO DE CONVENIO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E (CONVENIADO).

Considerando a Lei Municipal nº;

Considerando o interesse público na manutenção e preservação do bom estado de conservação dos logradouros públicos;

Considerando o interesse público do Município no paisagismo e ajardinamento de praças, canteiros e congêneres;

....

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, neste ato representada por seu Prefeito, Sr., e do outro lado (CONVENIADO, CNPJ, rua, bairro, representante) resolvem celebrar o presente CONVENIO PARA ADOÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O MUNICÍPIO acima qualificado e o CONVENIADO têm por certo e justo entre si firmar o presente "Termo de Parceria para Adoção de Logradouros Públicos", com fundamento nas disposições e regramentos da Lei nº, tendo por objeto a adoção do logradouro a seguir indicado e descrito:

Nome do Logradouro:

Endereço do Logradouro:

Dimensões:

Ações a serem realizadas:

Observações:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO PARCEIRO

São atribuições do parceiro: (Discrição de acordo com a proposta)

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo tem duração de ____ (____) meses, contados desde a data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Sem prejuízo das causas de rescisão previstas em lei, o presente termo é firmado em caráter precário, podendo o MUNICÍPIO tê-lo por rescindido, a qualquer tempo, mediante notificação expressa ao CONVENIADO, sem que isso implique em qualquer sorte de indenização e sem prejuízo do disposto no item "7", da Cláusula Terceira.

Parágrafo único. É dado ao CONVENIADO rescindir o presente, a qualquer tempo, desde que o MUNICÍPIO seja expressamente notificado e com antecedência mínima de trinta (30) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PLACAS

Expressamente declara o CONVENIADO nesta data haver recebido do Município de Forquilha os quantitativos e modelo de placas, com dimensões, formato e estrutura, a serem implantado no local adotado, ao qual, fielmente, irá cumprir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O presente ajuste pode ser prorrogado, por vontade expressa e convergente das partes, pelo prazo de mais ____ (____) meses contados do termo fixado na Cláusula Quarta, desde que formalizado por instrumento competente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para o fim de dirimir toda e qualquer controvérsia porventura decorrente do presente ajuste, as partes elegem como competente o Foro da Comarca de Forquilha - SC.

E, por estarem cientes da integralidade do conteúdo que encerra o presente termo, comprometendo-se a bem e fielmente cumpri-lo, MUNICÍPIO e CONVENIADO, o assinam em três (03) vias de idêntico teor, forma e conteúdo.

Forquilha/SC, ____ de ____ de ____.

DECRETO Nº. 106, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 106, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, ELIANE IZABEL SACOMAN BORDIGNON, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza;

CONSIDERANDO que ELIANE IZABEL SACOMAN BORDIGNON nomeada pelo Decreto n. 024/2015, de 02 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza, não se apresentou para posse no prazo determinado, tornando sua nomeação sem efeito;

CONSIDERANDO que o Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, no item 14.1 dispõe que o candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

CONSIDERANDO que todos os aprovados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014, para o cargo de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza, já foram nomeados;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, ELIANE IZABEL SACOMAN BORDIGNON para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA, classificada em 29º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A nomeada terá prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002A - DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0130/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002A/2015 – PMF

Objeto: Concorrência pública visando a contratação de 03 (três) empresas para prestação de serviços funerários, condicionada a outorga onerosa, ou seja, melhor técnica e maior oferta de preços. Retificação: Fica retificada a data de Protocolo dos Envelopes, sendo Obrigatoriamente até as 14:00 horas do dia 04/08/2015; Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações Fone (49) 3256-3000 – ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0078_2015-PMF RP 0052

Aviso do Pregão Presencial nº 0078/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0052/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para as Casas Lares "Célio Thibes dos Santos" e "João Alves dos Santos", durante o período de julho a outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a outubro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:15 horas do dia 30.06.2015. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - DESENFRAI

Convocação para Reunião Extraordinária do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo – Desenfrai

O presidente do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo, Senhor Ivo Biazolo e o Vice-Presidente Senhor Jorge Luiz Pozza Pederiva, fazendo uso de suas atribuições legais, convocam todos os conselheiros para reunião extraordinária a realizar-se na data de 18 de junho de 2015 as 13:30 horas na Associação Comercial e Industrial de Fraiburgo – ACIAF, para tratar assuntos de interesse do município.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015

IVO BIAZZOLO

Presidente

JORGE LUIZ POZZA PEDERIVA

Vice-Presidente

PORTARIA Nº 1309/2015

PORTARIA Nº 1309, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 097/2015, da Assessoria de Gabinete;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NELCI RIBEIRO CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 033.903.619-28, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1310/2015

PORTARIA Nº 1310, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 560.017.119-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de junho de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1311/2015

PORTARIA Nº 1311, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRONDI BITTENCOURT MARTINS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 186.891.249-34, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1312/2015

PORTARIA Nº 1312, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 03 de março de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 096/2015, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 062.957.309-30, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 22 de junho de 2015 até 21 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1313/2015

PORTARIA Nº 1313, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ANTONIO MANOEL MARTINAZZO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 030.718.779-94,

nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CMS 006_2015

DELIBERAÇÃO 006/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Regimento Interno da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo, sendo esta a Etapa Municipal da 7ª Conferência Estadual e da 15ª Conferência Nacional de Saúde, conforme ATA Nº 006/2015.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS 007_2015

DELIBERAÇÃO 007/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o fechamento das Unidades de Saúde no período da tarde do dia 03 de julho de 2015, para a realização da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo, ficando os servidores convocados a participar da conferência, exceto o Pronto Atendimento Ambulatorial que deverá permanecer aberto, conforme ATA Nº 006/2015.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0009_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de uma pista para prática de skate, com área a ser construída de 468,75 m², a ser edificada sobre o lote nº 02 da quadra 06 na Avenida Rio Grande do Sul, centro, nesta cidade, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativo (Anexos ao PAL), houve a participação da empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP enquadrada como empresa de pequeno porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação.

Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0009_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para construção de uma pista para prática de skate, com área a ser construída de 468,75 m², a ser edificada sobre o lote nº 02 da quadra 06 na Avenida Rio Grande do Sul, centro, nesta cidade, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativo (Anexos ao PAL) quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP com o valor global de R\$ 89.991,03 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e três centavos), ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 123/2015**DECRETO Nº 123, 17 DE JUNHO DE 2015.**

HOMOLOGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 08 DE MAIO DE 2015, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002, de 8 maio de 2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 17 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Farmacêutico Bioquímico

Código:

1

 Área de Atuação:

Geral

Disciplina:

Farmacêutico Bioquímico

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
Especial.	0	6	0	NÃO	30/08/1989
Cursos Área	0	0	0	NÃO	17/11/1992
Portador Defic.	0	2	0	NÃO	27/04/1986
Filhos	10	0	1	NÃO	14/09/1985
Data Nascimento					

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	4	THATIANY DA SILVA	51	45
2	5	LARYSSA GABRIELE TORREL	49	48,66
3	2	RAQUEL ANTON	48	46
4	3	ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	35	22,16

LEI Nº 2294/2015**LEI Nº 2294, DE 17 DE JUNHO DE 2015****ESTABELECE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Plano Municipal de Educação – PME de Fraiburgo fica estabelecido, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 8º da Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica do município com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Conselho Municipal de Educação – CME;
- III - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput*:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais

metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se refere a Meta 15 do Anexo Único desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do artigo 213 da Constituição Federal.

§ 5º. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma prevista em lei federal específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI, do artigo 214 da Constituição Federal.

Art. 6º. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no *caput*:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º. O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de

ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO/SC, 17 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Plano Municipal de Educação

2015-2025

Fraiburgo/2015



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeito

Ivo Biazzolo

Presidente da Câmara Municipal

Gerson de Matia

Secretária Municipal de Educação

Claudete Gheller Mathias

Fórum Municipal de Educação

Almeri Aparecida Kades Morsoletto

André Luiz de Oliveira

Aydir Fatima Balvedi

Dulcineia Rosa Melo

Edelcio de Carvalho

Edna Aparecida Vieira Padilha

Elton Luiz Borrachini

Frederico Idalcir Colombelli

Giovana Oliva de Carli

Gislani Angelica Pessoa de Freitas

Ildo Lucas

Jarciane Zanon

João Albino Barros

João Rudinei Belotto

Joaquim Tadeu Borges

Junior Vianezi Zornitta

Lucildes Dalagnoli Gareis

Marcos Antonio Maestri Miguel

Maria Aparecida de Barros Balestrin

Marizete Antunes Pinto

Nilce Pinz

Pricila Dal Magro Cordeiro

Rita de Cássia Cordeiro

Rojandro Polo

Rosane Aparecida Barbosa Luciano

Rosangela Aparecida Stranginski Dias

Rosemeri Aparecida Morsoletto Conte

Silmara Regina Camargo Piasson

Sirlei de Fatima da Cruz dos Passos

Tania da Silva Ferreira

Tatiana Carla Scalabrin

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Wallace Bizzolo Antunes
Walmir Ozório

Presidente do FUNDEB

Joelmir Kaiser – 2013/2015
Aydin Fátima Balvedi - 2015/2017

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Rojandro Polo – 2012/2015
Roberto Rivelino Lemos – 2015/2018

Comissão Técnica Responsável pela adequação do Plano Municipal de Educação nomeada através da Portaria 0596 de 19/02/2015

Claudete Gheller Mathias

Coordenadora

Denisia Posanske Mittanck
Fernando André Marques
Lucia Bernadete Oliveira Panisson
Maria Aparecida de Barros Balestrin
Rose Mari Gaio Bianchi
Tania da Silva Ferreira
Tatiana Carla Scalabrin

Colaboradores

Adriano Pedro da Cunha
André Luiz de Oliveira
Angelita Fadani
Ilze Chiarello
Itamar Fávero
Moisés Amadeu Patrício
Rita de Cássia Soares
Roalves Polesi

Revisão Técnica MEC/SASI/DICOPE

João Carlos da Gama
Humberto Dalpizzol

Revisão Ortográfica

Juliana Padilha Ribeiro

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

APRESENTAÇÃO

Partimos da busca de dados para elaboração de um diagnóstico o qual nos proporcionasse informações necessárias para estabelecer objetivos, metas, diretrizes e procedimentos para que “as esperanças” e expectativas em torno de um futuro desejável aconteçam. O resultado desse processo constitui-se num plano que sistematicamente apresenta as intenções e o percurso necessário à concretização do que se pretende.

Foi um momento ímpar, que possibilitou fazer uma avaliação do que já estava elaborado e criar uma nova metodologia alinhando-o com o Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação para registrar as proposições de educadores, de educandos, organizações civis e governamentais para planejarmos a construção da Educação com a qualidade social que tanto queremos.

Respeitando ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal (Art. 206, Inciso VII) observando a gestão democrática do ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência foi construído o presente Plano Municipal de Educação, um plano decenal. Ele requereu de todos nós que dele participamos, clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos.

O processo de construção e desenvolvimento de qualquer sociedade, a formação da identidade cultural de um povo, a consciência social dos indivíduos, o exercício político da cidadania, intrinsecamente estão relacionados como um aspecto fundamental.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Fraiburgo aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos com uma nova visão de mundo e sociedade, em condições para interagir, na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

Claudete Gheller Mathias

Secretária de Educação

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

INTRODUÇÃO

"Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso, que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, em que se adivinha, enfim, a escola que apaixonadamente diz sim à vida".

Paulo Freire

O presente documento foi elaborado no período de março de 2014 a abril de 2015, com a finalidade de atender à necessidade de um planejamento público e compartilhado para os próximos dez anos, proibindo qualquer forma de discriminação.

O grande desafio do Plano Municipal de Educação é em consonância com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, proporcionar mudanças na educação no Município de Fraiburgo, de modo a garantir uma escola universal em seu compromisso com a democratização de oportunidades socioeducativas, plural na promoção do respeito à diversidade e ética em sua responsabilidade de formação de valores para uma educação cidadã, solidária e socialmente inclusiva.

O processo de elaboração coletiva do Plano Municipal de Educação de Fraiburgo teve como pressuposto a concepção de que não se muda o quadro educacional de uma cidade apenas com leis e decretos, já que a luta em defesa de uma educação pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade, deve se dar com a participação efetiva da maioria dos segmentos que concebem a educação como um campo estratégico de desenvolvimento humano e social.

Assim, iniciou-se no ano de 2014 uma série de pré-conferências oportunizando aos professores e demais entidades refletirem sobre a qualidade da educação no município de Fraiburgo. Após cada seminário temático, diretrizes e metas eram desenvolvidas para posterior apresentação ao Fórum Municipal de Educação.

A partir desta sucessão de encontros, um documento base foi elaborado e entregue ao Poder Legislativo que solicitou a revisão do mesmo.

A metodologia foi verificada e foram dados então os primeiros passos para fundamentar o processo de tomada de decisões: diagnóstico da realidade, estabelecimento de diretrizes, prioridades, objetivos e metas que assegurem à população do município de Fraiburgo uma educação de qualidade, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como a valorização dos profissionais de educação e a política e gestão da educação com a utilização efetiva dos recursos disponíveis.

Desde o mês de dezembro de 2014 os Coordenadores da Secretaria Municipal de Educação de Fraiburgo passaram a buscar materiais disponibilizados pelo MEC, além

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

de visitar sites em busca de dados que pudessem nortear o diagnóstico e assim, elaborar metas e estratégias condizentes com a realidade municipal.

Em 19 de fevereiro de 2015, através da Portaria 0596 foi nomeada uma comissão responsável pela adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, a qual buscou valorizar o trabalho realizado durante as pré-conferências.

Foram diversos momentos de estudo, discussão, análise de dados para que o alinhamento do Plano Municipal de Educação fosse construído de forma a contemplar os anseios da comunidade e assim ser aprovado dentro do prazo estabelecido pelo governo federal.

Representantes da Gerência Regional de Educação de Videira participaram do alinhamento da meta que trata do Ensino Médio, assim como da educação integral.

Representantes da UNIARP – Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe participaram do alinhamento de todas as metas relacionadas a expansão do Ensino Superior, além da formação inicial e continuada de professores.

Realizaram-se reuniões com o Fórum Municipal de Educação com o objetivo de apresentar o trabalho realizado, além do esclarecimento de dúvidas e sua respectiva opinião acerca de metas e estratégias definidas. Outros momentos marcaram o alinhamento do Plano Municipal de Educação, como as consultorias realizadas por técnicos representantes do MEC.

Como apontado na breve descrição deste processo, são vários os agentes sociais envolvidos no mesmo, fazendo com que as expectativas também sejam diversas. Percebemos que, do ponto de vista histórico do significado de um Plano Municipal de Educação, é possível sistematizá-las em pelo menos duas dimensões: as expectativas associadas à sociedade organizada e as relacionadas ao governo.

Por parte da sociedade espera-se que ela venha a compreender o PME 2015/2025 como um instrumento de luta pela qualidade social da educação, usando-o para o controle social. Do governo, espera-se que o mesmo transforme este Plano em ferramenta de gestão, orientando as ações cotidianas para que o PME 2015/2025 tenha sentido e significado.

O Plano Nacional de Educação apresenta 20 metas e o Plano Municipal de Educação apresentará 15 metas as quais estarão organizadas da seguinte maneira:

META 1 – *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano. (Contempla META 1 do Plano Nacional de Educação).*

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

META 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano. **(Contempla META 2 do Plano Nacional de Educação).**

META 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento). **(Contempla META 3 do Plano Nacional de Educação)**

META 4 – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. **(Contempla a META 4 do Plano Nacional de Educação).**

META 5 – Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental. **(Contempla a META 5 do Plano Nacional de Educação).**

META 6 – Ampliar com apoio da União e do Estado a oferta de educação em tempo integral. **(Contempla a META 6 do Plano Nacional de Educação).**

META 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais no IDEB:

METAS PROJETADAS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do EF	5,1	5,4	5,7	5,9
Anos Finais do EF	5,1	5,4	5,6	5,8
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte : INEP/IDEB

(Contempla META 7 do Plano Nacional de Educação)

META 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, integrando, sempre que possível, matrículas de

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, à educação profissional. (Contempla as METAS 8 e 10 do Plano Nacional de Educação)

META 9 – *Elevar a taxa de alfabetização da população do município de Fraiburgo ,reduzindo a taxa de analfabetismo funcional.(Contempla a META 9 do Plano Nacional de Educação).*

META 10 – *Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e a expansão no segmento público.(Contempla a META 11 do Plano Nacional de Educação).*

META 11 – *Fomentar a expansão da taxa de matrículas da população do município de Fraiburgo na educação superior e incentivar professores do município a ingressar em pós-graduação stricto sensu. (Contempla as METAS 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação).*

META 12 – *Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, política de formação inicial e continuada, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, e pós-graduação considerando o contexto do sistema de ensino. (Contempla as METAS 15 e 16 do Plano Nacional de Educação).*

META 13 – *Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal. (Contempla as METAS 17 e 18 do Plano Nacional de Educação).*

META 14 – *Criar condições, no prazo de 5 (cinco) anos para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (Contempla a META 19 do Plano Nacional de Educação).*

META 15 – *Aplicar o investimento público em educação de forma a atingir o mínimo de 25% das receitas e transferências de impostos recebidos pelo município.(Contempla a META 20 do Plano Nacional de Educação).*

Com este novo documento, elaborado e aprovado, especialmente por aqueles que atuam mais diretamente na área de educação, Fraiburgo cumpre o requisito legal e torna público o planejamento educacional para o município nos próximos 10 (dez) anos, cabendo ao Executivo e Legislativo as providências para a sua homologação em Lei.

Comissão de Adequação do Plano Municipal de Educação

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

"A construção de um Plano Municipal de Educação significa um grande avanço por se tratar de um plano de Estado e não somente de um plano de governo..."

Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa. Com um plano com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas."

(Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação, 2005. P. 9)

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

FUNDAMENTOS LEGAIS

Para elaboração do texto base, a Comissão apoiou-se na análise situacional da educação fraiburguense baseando-se na legislação vigente, nas políticas públicas desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos, nos principais indicadores demográficos, socioeconômicos e educacionais. As principais fontes de pesquisa dos dados e indicadores são: o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os dados dos censos demográficos e das pesquisas nacionais por amostra em domicílio e estimativas populacionais; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando os dados dos censos escolares, das taxas de rendimento escolar, das taxas de distorção idade-série, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos censos da Educação Superior; considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A Constituição Federal, no Art. 214, estabelece que o Plano Nacional de Educação tenha duração de dez anos, “com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas”.

A Constituição define ainda, que na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Em seu Art. 208, inciso I, determina como dever do Estado a efetivação da educação básica, sua obrigatoriedade e gratuidade a partir dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. A LDB, em seu Art. 32, reafirma a obrigatoriedade e o princípio da gratuidade, na escola pública, estabelecendo a duração de 09 (nove) anos, para o ensino fundamental, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

Deste modo, a União deverá organizar o sistema nacional de ensino e aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos. Os estados e o Distrito Federal, prioritariamente, devem atuar no âmbito do ensino fundamental e médio, aplicando, no mínimo vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos e, os municípios, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, aplicando também, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.

A legislação também estabelece que a educação escolar pública deve ser garantida pelo Estado, mediante a efetivação de políticas públicas que universalizem a educação básica, em todos os níveis e modalidades. Políticas estas, que assegurem: o acesso e a ampliação progressiva do período de permanência na escola; o atendimento do público da educação especial, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos do campo, afrodescendentes, das comunidades tradicionais e outros estratos sociais historicamente excluídos; a oferta de ensino noturno regular, inclusive para jovens e adultos; padrões de qualidade e insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, qualificação para o trabalho; e a expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior gratuito.

Certamente, com a efetivação de ações concretas, delineadas nas metas e

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

estratégias deste Plano Municipal de Educação, enquanto política de Estado, e realizadas em regime de colaboração com a União e o Estado, o município avançará no sentido de superar as desigualdades historicamente estabelecidas, promovendo uma educação de qualidade para todos os fraiburguenses.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO	4
FUNDAMENTOS LEGAIS	9
LISTA DE SIGLAS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	19
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO	22
ASPECTOS GERAIS	23
ANÁLISE SITUACIONAL	23
PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DE FRAIBURGO	23
2. NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO	28
2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA	28
2.1.1 Etapas da Educação Básica.....	34
2.1.1.1 Educação Infantil	34
2.1.1.2 Ensino Fundamental	41
2.1.1.2.1 Alfabetização	51
2.1.1.2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	57
2.1.1.3 – Ensino Médio	66
2.1.1.3.1 – ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio	74
2.1.2 Aprendizagem e infraestrutura.....	78
2.1.3 Modalidades da Educação Básica.....	83
2.1.3.1 Educação Profissional e Tecnológica	83
2.1.3.2 Educação de Jovens e Adultos	87
2.1.3.3 Educação Especial.....	94
2.1.3.4 Educação Escolar Indígena e Quilombola	100
2.1.3.5 Educação Escolar do Campo	102
2.1.3.6 Educação em Tempo Integral	105
3 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	109
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR	127
5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	130
6 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	134
6.1 RECURSOS VINCULADOS PARA A EDUCAÇÃO	134
6.2 O FUNDEB.....	135
6.2 OUTROS RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	135
6.3 SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	135
7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	138
METAS E ESTRATÉGIAS	139
META 1	139
META 2	141
META 3	144
META 4	146

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

META 5	149
META 6	151
META 7	152
META 8	156
META 9	158
META 10	159
META 11	160
META 12	163
META 13	164
META 14	166
META 15	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização
CEB – Câmara de Educação Básica
CME – Conselho Municipal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EM – Ensino Médio
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE – Fundo Nacional de Desempenho da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GERED – Gerência Regional de Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC – Ministério da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não Governamental
PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE/SC – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina
PIB – Produto Interno Bruto
PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

PL – Projeto de LEI

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUNI- Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SC – Santa Catarina

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SME – Secretaria Municipal de Educação

TEA – Transtorno de Espectro do Autismo

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

LISTA DE GRÁFICOS

1. Gráfico 1 – População total de Fraiburgo no período de 1991/2010 – Amostragem zona urbana e rural
2. Gráfico 2 – IDHM Total
3. Gráfico 3 – IDHM Longevidade
4. Gráfico 4 – IDHM Renda
5. Gráfico 5 – IDHM Educação
6. Gráfico 6 – Evolução de matrículas na Educação Básica 2007/2013
7. Gráfico 7 – Demonstrativo de matrículas por dependência administrativa
8. Gráfico 8 – Estabelecimentos escolares por dependência administrativa
9. Gráfico 9 – Matrículas por zona de localização
10. Gráfico 10 – Estabelecimentos escolares por zona de localização
11. Gráfico 11 - Estabelecimentos escolares por dependência administrativa
12. Gráfico 12 – Total de matrículas por dependência administrativa
13. Gráfico 13 – População de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental
14. Gráfico 14 – Taxas de Rendimento – Anos Iniciais 2013
15. Gráfico 15 – Taxas de Rendimento – Anos Finais 2013
16. Gráfico 16 – Taxa de rendimento 9º ano do Ensino Fundamental 2013
17. Gráfico 17 – Taxas de distorção idade-série do Ensino Fundamental por dependências administrativa 2013
18. Gráfico 18 – Total de matrículas em classes de alfabetização em 2013
19. Gráfico 19 – Porcentagem de professores da rede pública com ensino superior ou mestrado em classes de alfabetização
20. Gráfico 20 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Anos Iniciais
21. Gráfico 21 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Anos Finais
22. Gráfico 22 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Ensino Médio
23. Gráfico 23 – Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado Prova Brasil
24. Gráfico 24 – Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado Prova Brasil
25. Gráfico 25 – Ensino Médio: Total de matrículas por dependência administrativa 2013
26. Gráfico 26 – Ensino Médio: Total de matrículas por zona de localização 2013

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

27. Gráfico 27 - Ensino Médio: Total de estabelecimentos por zona de localização
28. Gráfico 28 – Ensino Médio: Evolução de matrículas das escolas públicas por turno
29. Gráfico 29 – Ensino Médio: Integrado a Educação Profissional – Campo
30. Gráfico 30 – Ensino Médio: Taxas de Rendimento 2013
31. Gráfico 31: Ensino Médio – Taxas de rendimento por série
32. Gráfico 32 – Ensino Médio – Distorção idade-série 2013
33. Gráfico 33 – Ensino Médio: Distorção idade-série por rede 2013
34. Gráfico 34 – Laboratórios de Informática - Ensino Fundamental
35. Gráfico 35 – Laboratórios de Informática – Ensino Médio
36. Gráfico 36 – Educação Profissional / Rede Federal
37. Gráfico 37 – Educação Profissional técnica integrada / Rede Estadual
38. Gráfico 38 – Evolução da taxa de matrículas de Jovens e Adultos na Rede Pública
39. Gráfico 39 – EJA Ensino Fundamental – Evolução de matrículas por turno
40. Gráfico 40 – EJA Ensino Médio – Evolução de matrículas por turno
41. Gráfico 41 – População de 18 a 29 anos matriculados na Educação de Jovens e Adultos
42. Gráfico 42 – Evolução das matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns
43. Gráfico 43 – Matrículas de alunos com necessidades especiais em turmas de AEE
44. Gráfico 44 – Docentes no atendimento educacional especializado
45. Gráfico 45 – Docentes que lecionam LIBRAS
46. Gráfico 46 – Educação Básica : Total de matrículas na zona rural
47. Gráfico 47 – Professores da Educação Básica com curso superior na rede pública em Fraiburgo
48. Gráfico 48 – Professores da Educação Básica com curso superior na rede privada em Fraiburgo
49. Gráfico 49 – Professores da Educação Infantil por escolaridade
50. Gráfico 50 – Professores do Ensino Fundamental por escolaridade
51. Gráfico 51 – Professores do Ensino Médio por escolaridade
52. Gráfico 52 – Professores de Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
53. Gráfico 53 – Professores de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
54. Gráfico 54 – Professores de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

55. Gráfico 55 – Professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
56. Gráfico 56 – Professores de Ciências dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
57. Gráfico 57 – Professores de Filosofia dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
58. Gráfico 58 – Professores de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
59. Gráfico 59 – Professores de Artes dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
60. Gráfico 60 – Professores de Língua Estrangeira dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
61. Gráfico 61 – Demonstrativo de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área em que atua
62. Gráfico 62 – Professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
63. Gráfico 63 – Professores de Matemática do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
64. Gráfico 64 – Professores de História do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
65. Gráfico 65 – Professores de Geografia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
66. Gráfico 66 – Professores de Química do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
67. Gráfico 67 – Professores de Física do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
68. Gráfico 68 – Professores de Biologia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
69. Gráfico 69 – Professores de Filosofia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
70. Gráfico 70 – Professores de Educação Física do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
71. Gráfico 71 – Professores de Artes do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
72. Gráfico 72 – Professores de Língua Estrangeira do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
73. Gráfico 73 – Demonstrativo de professores do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua
74. Gráfico 74 – Professores da Educação Básica com Pós-graduação
75. Gráfico 75 – Professores da Educação Básica com Pós-graduação por rede
76. Gráfico 76 – Tipos de pós-graduação

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

77. Gráfico 77 – Porcentagem de professores por quantidade de estabelecimentos que trabalham

78. Gráfico 78 - Demonstrativo de Conselhos Escolares e APP na Educação Básica

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1 – Comparativo da população do município de Fraiburgo, por faixa etária
2. Tabela 2 – Indicadores da Educação Básica
3. Tabela 3 – Evolução no total de matrículas na Educação Básica de Fraiburgo, por dependência administrativa
4. Tabela 4 – Demonstrativo dos estabelecimentos da Educação Infantil por rede
5. Tabela 5 – Demonstrativo de matrículas em creche por dependência administrativa
6. Tabela 6 – Demonstrativo de matrículas em pré- escola por dependência administrativa
7. Tabela 7 – Educação Infantil: Evolução do total de matrículas por etapa e dependência administrativa
8. Tabela 8 – Demonstrativo de docentes na Educação Infantil, por formação
9. Tabela 9 – Demonstrativo de docentes na rede pública, por formação
10. Tabela 10 – Demonstrativo de docentes na rede privada , por formação
11. Tabela 11 – Evolução no total de matrículas no Ensino Fundamental, por dependência administrativa
12. Tabela 12 – Taxas de Rendimento Escolar da Educação Básica
13. Tabela 13 – Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Iniciais da Educação Básica
14. Tabela 14 – Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Iniciais da Educação Básica por dependência administrativa
15. Tabela 15 - Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Finais da Educação Básica
16. Tabela 16 - Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Finais da Educação Básica por dependência administrativa
17. Tabela 17 – Ensino Fundamental: evolução da taxa de reprovação por etapa de ensino e dependência administrativa
18. Tabela 18 – Ensino Fundamental: evolução da taxa de abandono por etapa de ensino e dependência administrativa
19. Tabela 19 – Taxas de rendimento escolar em classes de alfabetização
20. Tabela 20 – Evolução da taxa de reprovação em classes de alfabetização por etapa de ensino e dependência administrativa
21. Tabela 21 – Demonstrativo de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior Completo e com Pós-graduação *Stricto Sensu*
22. Tabela 22 – IDEB Observado e projeções
23. Tabela 23 – Demonstrativo projeções IDEB Educação Básica Fraiburgo/SC
24. Tabela 24 – Desempenho PROVA BRASIL

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

25. Tabela 25 – Ensino Médio: Evolução no total de matrículas por dependência administrativa
26. Tabela 26 – Ensino Médio : Total de matrículas por turno
27. Tabela 27 - Ensino Médio: Evolução das taxas de rendimento por dependência administrativa
28. Tabela 28 - Médias das escolas do município em redação e demais áreas do conhecimento avaliadas pelo Enem
29. Tabela 29 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com computador disponível para alunos
30. Tabela 30 – Demonstrativo de laboratórios de informática em escolas da Educação Básica
31. Tabela 31 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com internet
32. Tabela 32 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com acesso à água tratada , esgoto sanitário, energia elétrica, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências
33. Tabela 33 – Demonstrativo de matrículas da Educação Profissional
34. Tabela 34 – Comparativo de matrículas Ensino Médio e Educação Profissional
35. Tabela 35 – Transporte Escolar para alunos da Educação de Jovens e Adultos
36. Tabela 36 – Evolução das matrículas da Educação de Jovens e Adultos
37. Tabela 37 – Evolução de matrículas de idosos na Educação de Jovens e Adultos
38. Tabela 38 – Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns por dependência administrativa
39. Tabela 39 – Demonstrativo de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por etapa da Educação Básica
40. Tabela 40 – Salas de recursos Multifuncionais por rede e localização
41. Tabela 41 – Demonstrativo de matrículas por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação
42. Tabela 42 – Evolução do total de matrículas por etapa e modalidade de ensino, zona rural
43. Tabela 43 – Porcentagem de matrículas em tempo integral na Educação Básica
44. Tabela 44 – Professores da Educação Básica com curso superior
45. Tabela 45 – Professores da Educação Básica por escolaridade
46. Tabela 46 – Professores dos anos finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua
47. Tabela 47 – Professores do Ensino Médio com licenciatura na área que atua
48. Tabela 48 – Professores com pós-graduação em cada etapa da Educação Básica

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

49. Tabela 49 – Total de professores da Rede Pública ocupantes de cargos de provimento efetivo

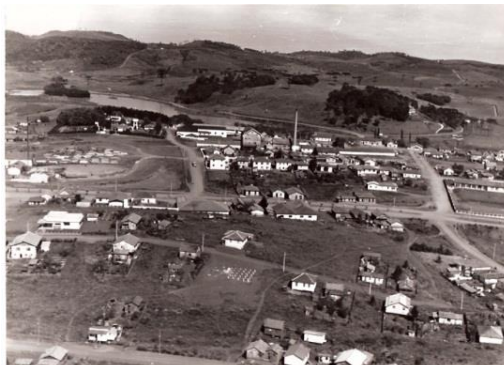
50. Tabela 50 – Evolução recursos financeiros 2010 a 2014

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Histórico do Município de Fraiburgo

Fraiburgo nasceu da saga de seus empreendedores pioneiros. Em terras antes contestadas entre a fazenda Liberata e Buitá Verde, no Planalto Serrano, meio oeste catarinense, foi onde em 1937 os irmãos Frey (Rene e Arnaldo) deram início ao povoado.

Na região, habitavam famílias brasileiras oriundas das Revoluções da segunda metade do século XIX e posseiros de grandes fazendas. Vale destacar neste período, a ocorrência do primeiro conflito da Guerra do Contestado, na localidade de Taquaruçu, hoje pertencente a Fraiburgo e um dos seus mais antigos povoados.



O nome do município provem dos radicais FREI + BURGO, que significam respectivamente Frei = livre e Burgo = fortaleza, sendo que a palavra frei assemelhasse-se muito com o nome dos precursores que fundaram o município: Família Frey.



Fraiburgo é conhecida como a "terra da maçã", o cultivo de maçãs corresponde a 51% de toda a produção catarinense e a 26% da produção Nacional.

Fonte: IBGE

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Aspectos Gerais

Fundação: 29/12/1961 - Data festiva de emancipação 31 de dezembro

Gentílico: Fraiburguense

Colonização: Cabocla, Alemã e Italiana

Principais etnias: Cabocla, Alemã e Italiana

Padroeiro: Nossa Senhora Imaculada Conceição

Fonte: <http://www.fraiburgo.sc.gov.br>

Análise Situacional

É no território do município que as metas nacionais se concretizam. A articulação efetiva de esforços para as ações colaborativas deve ser construída no espaço territorial do município, onde vive o cidadão a quem o direito à educação precisa ser garantido.

Com certeza o Plano Municipal de Educação de Fraiburgo apresentará muitos desafios, e para que seja possível dimensionar os esforços para superá-los tornou-se essencial a análise do cenário atual da educação fraiburguense, com o objetivo de reconhecer as fragilidades, as potencialidades e os fatores internos e externos que influenciam tal realidade.

Os dados utilizados para esta análise se fundamentaram na legislação vigente e nos principais indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos do município e seus resultados foram fundamentais para que metas e estratégias fossem criadas de maneira precisa, objetivando a tão sonhada educação de qualidade.

Perfil Demográfico e Socioeconômico de Fraiburgo

Faz-se necessário um estudo dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos do município de Fraiburgo entendendo que a Educação está inserida dentro desta realidade.

Localização e Área

Meio Oeste Catarinense

Altitude: 1048 ao nível do mar

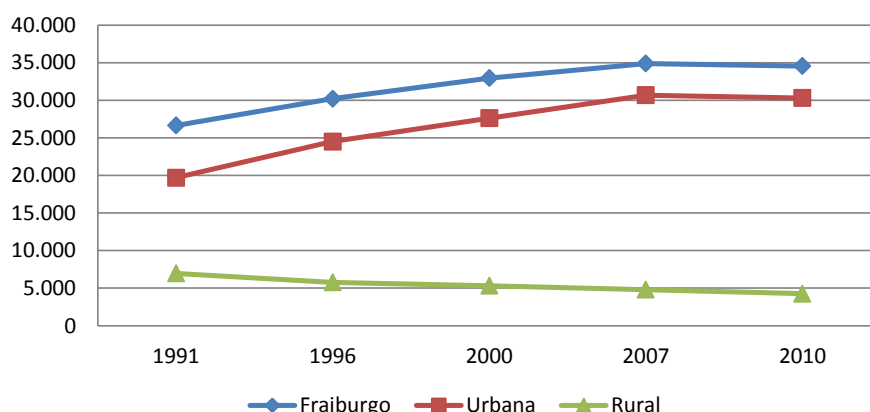
Latitude Sul: 27° 03'20"

Longitude Oeste: 50° 03'34"

Área da unidade territorial: 546 km²

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 1 – População total de Fraiburgo no período de 1991/2010 – Amostragem zona urbana e rural



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

O comparativo dos dados do Censo Demográfico vem demonstrando um aumento populacional em Fraiburgo nas áreas urbanas, uma vez que a população rural vem diminuindo gradativamente (Gráfico 1).

Tabela 01 – Comparativo da população do Município de Fraiburgo, por faixa etária

ANO	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
2000	2.864	1.475	6.241	1.983	4.363	5.843	10.179	32.948
2007	2.384	1.293	6.498	1.983	4.147	5.689	12.895	34.889
2010	2.099	1.155	5.923	2.074	4.129	5.413	13.730	34.553

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Observando a Tabela 01 é notável que houve uma diminuição da população de 0 a 14 anos, crescimento de 15 a 17 e crescimento da população a partir dos 35 anos de idade o que nos faz entender que aconteceu uma queda na natalidade e fecundidade, além do aumento das expectativas de vida ao nascer.

Outros fatores importantes a serem verificados são aqueles que dizem respeito à oferta e melhoria de serviços básicos como, o acesso a saúde, educação, emprego, moradia, saneamento básico e etc. Essa realidade pode ser observada através do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o índice Gini-Renda, que são utilizados para medir o bem-estar da população e as desigualdades de renda, respectivamente.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 02 – IDHM Total

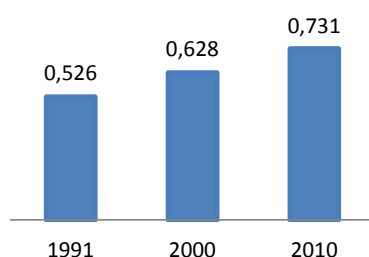


Gráfico 03 – IDHM Longevidade

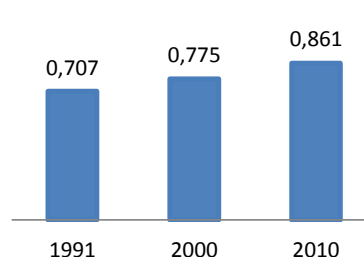


Gráfico 03 – IDHM Renda

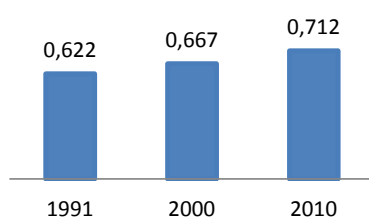
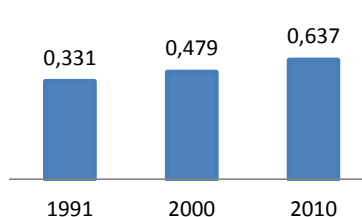


Gráfico 04 – IDHM Educação



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,526, em 1991, para 0,731, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 38,97% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 56,75% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,307), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Com uma população estimada em 34.553 habitantes, dados do último censo do IBGE (2010), Fraiburgo tem como carro chefe da economia a produção de maçãs, sendo considerada a Terra da Maçã, respondendo por grande fatia do mercado interno e externo. Mas, se engana quem pensa que o município sobrevive apenas da cultura da maçã, a produção de papel e celulose e o ramo moveleiro também são expressivas



Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

potências econômicas.

Na agricultura podemos enumerar a cultura do alho, cebola, feijão, trigo, mas com destaque a do milho, que situa Fraiburgo como um dos maiores produtores da região.

Na pecuária também é expressiva a bovinocultura de leite, criação de aves e em ritmo crescente, a de suínos.

O comércio local possui infraestrutura para atender toda a demanda do município: são lojas de confecções, pequenas confecções e malharias, material de construção, bancos, supermercados, postos de gasolina dentre outros.

Um setor que também merece destaque é o da industrialização da maçã, com a fabricação de produtos derivados da fruta, como: geléias, maçã seca para chá, chips de maçã, aguardente de maçã, torta de maçã (congelada), folhados de maçã, dentre outros.

Principais atividades econômicas: Fruticultura, Grãos, Indústria e Comércio.

Fonte: <http://www.fraiburgo.sc.gov.br>



Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

“Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar os sonhos possíveis. E, o que eu quero dizer com sonho possível? Na verdade, há sonhos impossíveis e o critério de possibilidade ou impossibilidade dos sonhos é um critério histórico-social e não individual. O sonho impossível hoje se torna possível amanhã”

Paulo Freire

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação

A educação escolar está organizada de acordo com o Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): Educação Básica e Educação Superior. Na sequência, são apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior em Fraiburgo, considerando as respectivas etapas e modalidades.

2.1 Educação Básica¹

Do início de sua vigência até os tempos atuais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

No tocante às etapas da Educação Básica, destacam-se as modificações no tempo de duração e na idade de ingresso em algumas delas que, a partir das Leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013, ficam organizadas da seguinte forma:

- a) a Educação Infantil que compreende a Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos de idade);
- b) o Ensino Fundamental com duração de 9 anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade;
- c) o Ensino Médio com duração mínima de 3 anos.

Outra alteração significativa e de grande impacto é que a obrigatoriedade na Educação Básica deixa de ser somente no Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade) e passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade (Lei nº 12.796/2013 que modifica o Artigo. 4º da LDB), compreendendo as seguintes etapas:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio.

Vale lembrar que a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, já havia alterado o Artigo 208, inciso I, da Constituição Federal que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

¹ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

Quanto às modalidades da Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, em consonância com o que preconiza a LDB e demais atos legais, afirma que a cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

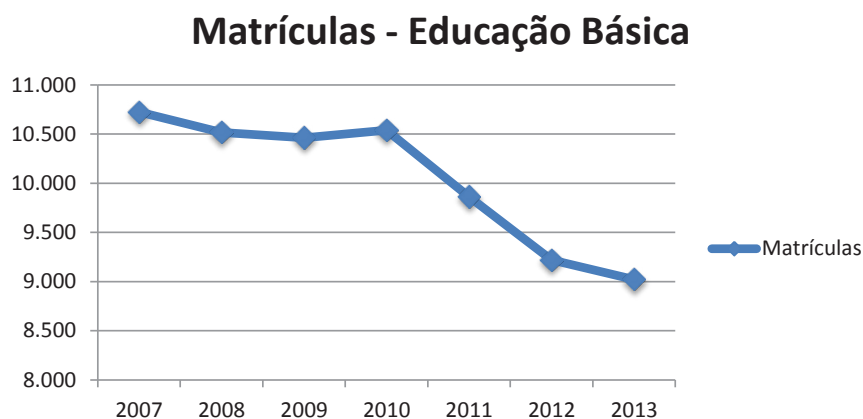
Considerando todas as etapas e modalidade da Educação Básica, em 2013, Fraiburgo totalizou 9.021 matrículas, distribuídas em 37 estabelecimentos de ensino.

Tabela 2 - Indicadores da Educação Básica

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	33	10.724	476	478
2008	33	10.516	474	467
2009	32	10.461	448	483
2010	36	10.538	431	483
2011	36	9.862	400	429
2012	36	9.221	428	396
2013	37	9.021	458	410

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Gráfico 6 – Evolução de matrículas na Educação Básica 2007/2013



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

A redução da taxa de natalidade pode ser um dos fatores que interferiu na diminuição gradativa de matrículas nas etapas da Educação Básica no município de Fraiburgo. No que se refere ao quantitativo de estabelecimentos de ensino, os dados do

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Censo Escolar apontam um aumento entre os anos de 2007 a 2013 apesar do número de matrículas ter diminuído. Com a descentralização de vários recursos foi possível aos gestores priorizar a diminuição de alunos em sala de aula, além de buscar construir novos prédios, mais modernos e com padrões de infraestrutura adequada.

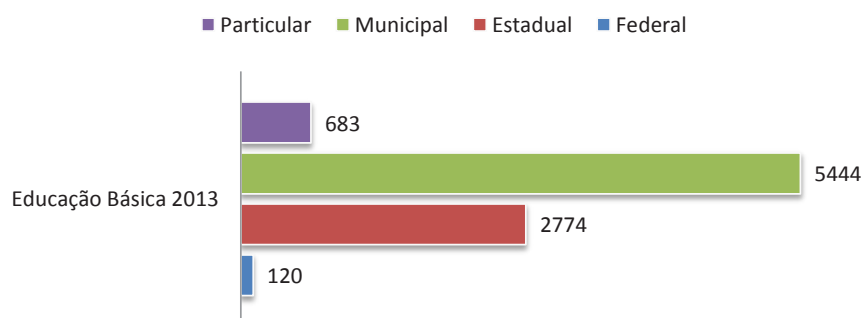
As dependências administrativas no município de Fraiburgo são de esfera estadual, municipal e privada e a partir de 2013 uma instituição federal também irá aparecer neste contexto. A Educação Básica no município de Fraiburgo é predominantemente pública. A rede municipal compreende 60,35% das matrículas de acordo com o Censo Escolar de 2013², já a rede estadual compreende 30,75%, a rede particular 7,57 % das matrículas e a rede federal compreende 1,33% do montante final de 9021 matrículas em 2013.

Tabela 3 Evolução no total de matrículas na Educação Básica de Fraiburgo, por dependência administrativa

Dep. Admin.	2010	2011	2012	2013
Federal	-	-	-	120
Estadual	4021	3377	2771	2774
Municipal	5857	5871	5782	5444
Privada	660	614	668	683
Total	10538	9862	9221	9021

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

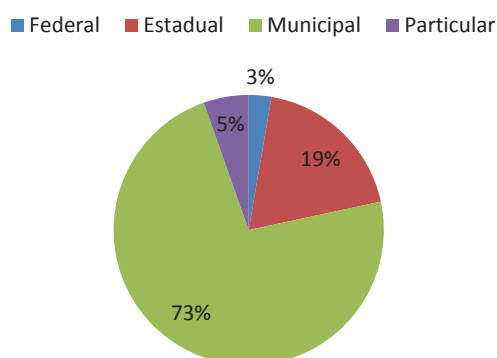
Gráfico 7 - Demonstrativo de Matrículas por dependência administrativa



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

² Os dados referem-se ao Censo Escolar 2013 por serem os dados oficiais neste momento

Gráfico 8 - Estabelecimentos escolares por dependência administrativa



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Políticas públicas como a municipalização do Ensino Fundamental, a transferência das matrículas da Educação Infantil para a rede pública municipal são alguns dos fatores que indicam o crescimento das matrículas nesta rede e a diminuição na rede estadual.

Estão na zona urbana cerca de 88,95% dos alunos matriculados, destes muitos moram na zona rural e todos os dias utilizam o transporte escolar deslocando-se até estabelecimentos que ofereçam Séries Finais e Ensino Médio. A zona rural compreende 11,05% dos alunos matriculados. Os estabelecimentos atendem prioritariamente crianças de 0 a 11 anos de idade- etapas que correspondem à creche, pré-escola e Anos Iniciais, apenas uma escola estadual atende alunos nas Séries Finais e Ensino Médio.

Gráfico 9 - Matrículas por zona de localização

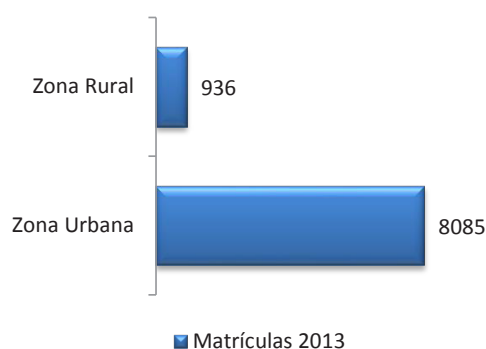
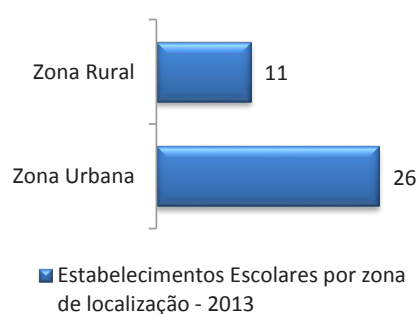


Gráfico 10- Estabelecimentos escolares por zona de localização

Fonte: gedu.org.br/ Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Para incrementar este diagnóstico a fim de contribuir para a criação de metas e estratégias possíveis de serem alcançadas, faz-se necessário conhecer as especificidades de cada etapa da Educação Básica no município de Fraiburgo. De acordo com a legislação vigente é competência do município atuar prioritariamente na educação infantil e ensino fundamental, enquanto cabe ao estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, prioritariamente, o ensino médio. No município de Fraiburgo ainda contamos com dois estabelecimentos privados que atendem a Educação Básica e um estabelecimento federal que atende ao Ensino Médio. A união, neste contexto se responsabiliza da organização do sistema de educação superior e do apoio técnico e financeiro aos demais entes federados.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A criança é feita de cem.

*A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar,
de jogar e de falar.*

Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.

Cem alegrias para cantar e compreender.

*Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar. Cem
mundos para sonhar.*

*A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem), mas
roubaram-lhe noventa e nove.*

A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.

*Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça, de
escutar e de não falar,*

*De compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se só na
Páscoa e no Natal.*

*Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e de cem,
roubaram-lhe noventa e nove.*

*Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a
ciência e a imaginação,*

*O céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão
juntas.*

*Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário,
as cem existem.*

Loris Malaguzzi

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1 Etapas da Educação Básica

2.1.1.1 Educação Infantil

No Brasil, alguns elementos fortalecem a política educacional quanto a Educação Infantil, entre eles a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que aborda na Seção II da Educação Infantil:

ART.29. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei 12.796, de 04 de abril de 2013).

Deve ser oferecida gratuitamente em creches de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas de 4 a 5 anos de idade, conforme a LDB – Lei nº. 9.394/96, Art. 29, nos incisos I e II, Art. 30, com alterações dadas pela Lei nº 12.796/2013. Cabe ao município realizar a expansão da oferta, com cooperação técnica e financeira da união e dos estados (Artigo 211, § 2 e Artigo 30, Inciso VI, da Constituição Federal).

Outra alteração importante na LDB diz respeito à obrigatoriedade para crianças de 4 anos de idade. O Art.6º da LDB traz a seguinte redação “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4(quatro) anos de idade.” Também estabelece uma carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

O que vale destacar é que teremos um grande desafio em superar implicações financeiras, humanas e de infraestrutura para receber todas as crianças nesta faixa etária, sempre priorizando pelo desenvolvimento integral da criança.

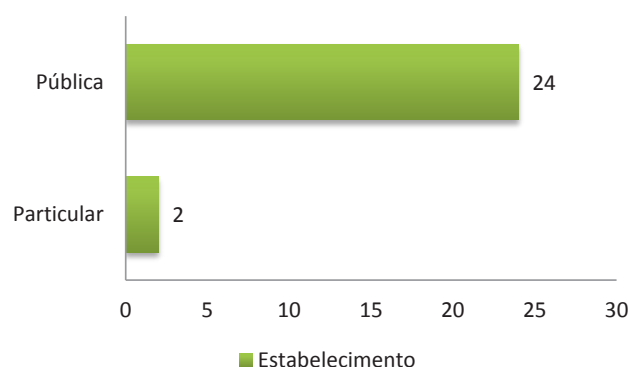
A organização dos estabelecimentos de Educação Infantil no município de Fraiburgo conta com o atendimento público e privado para esta etapa da Educação Básica. Aconteceu uma evolução significativa em relação ao número de estabelecimentos públicos de educação infantil de 2007 até o ano de 2013 passando de 16 para 24 unidades. Esse acréscimo se justifica pelo fato de terem sido abertas turmas de pré-escola em estabelecimentos que antes atendiam somente as Séries Iniciais e Finais, além do município assumir turmas de pré-escola antes sob responsabilidade da rede estadual. Hoje a rede municipal é responsável por 92,3% do atendimento e a rede privada, que conta com 2 estabelecimentos de ensino, tem sob sua responsabilidade 7,4% de matrículas efetivadas em 2013. A rede municipal atende crianças da Educação Infantil na zona urbana e na zona rural.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 4 – Demonstrativo dos estabelecimentos da Educação Infantil por rede

Ano	Pública	Privada
2007	88,9% (16 estabelecimentos)	11,1% (2 estabelecimentos)
2008	88,9% (16 estabelecimentos)	11,1% (2 estabelecimentos)
2009	90,9% (20 estabelecimentos)	9,1% (2 estabelecimentos)
2010	92,6% (25 estabelecimentos)	7,4% (2 estabelecimentos)
2011	92,6% (25 estabelecimentos)	7,4% (2 estabelecimentos)
2012	92,6% (25 estabelecimentos)	7,4% (2 estabelecimentos)
2013	92,3% (24 estabelecimentos)	7,4% (2 estabelecimentos)

Fonte: MEC/Inep/Deep/Censo Escolar

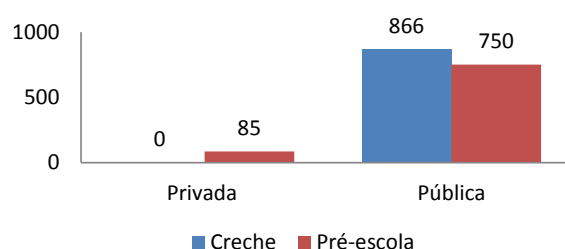
Gráfico 11 - Estabelecimentos escolares por dependência administrativa

Fonte: MEC/Inep/Deep/Censo Escolar

A partir do Censo Escolar 2013 é possível perceber que o atendimento de 0 a 3 anos de idade tem sido de responsabilidade pública, neste caso da rede municipal de ensino, totalizando 866 crianças nesta faixa etária frequentando a creche, 18,01% destas crianças estão na zona rural. A rede municipal atende 89% das crianças de Fraiburgo em idade para frequentar a pré-escola, enquanto a rede privada atende 21%.

Ainda em relação à estratégia 1.10 do PNE – Plano Nacional de Educação, que traz como assunto principal o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, o município de Fraiburgo já vem cumprindo esta meta visto que as crianças da Educação Infantil permanecem em suas respectivas comunidades. As indígenas, hoje existentes em nosso município, são atendidas no estabelecimento mais próximo a sua residência, visto que temos cidadãos de origem indígena, mas não uma comunidade isolada.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 12 - Total de matrículas por dependência administrativa

Fonte: MEC/Inep/Deep/Censo Escolar

Quando tratamos da Meta 1 do Plano Nacional de Educação precisamos identificar dados referentes ao atendimento em creches (0 a 3 anos de idade) e a pré-escola (4 a 5 anos de idade), apesar da meta trazer estas 2 etapas descritas, seus objetivos em relação a porcentagem de atendimento se difere. O Plano Nacional de Educação traz como meta atender 100% das crianças de 4 a 5 anos de idade até 2016 e 50% de crianças de 0 a 3 anos de idade até 2025, ano final da vigência deste Plano. De acordo com o Censo Escolar de 2013 a Rede Municipal atendeu 73% das suas matrículas referentes a Educação Infantil em tempo Integral.

O município de Fraiburgo conta hoje com 15 estabelecimentos de ensino para atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade. De acordo com o censo demográfico de 2010, 42,8% - cerca de 922 das crianças nesta faixa etária do município de Fraiburgo estavam sendo atendidas nos espaços escolares, em sua grande maioria em tempo integral. Será necessário ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches em 7,1% para crianças de 0 a 3 anos de idade até o final da vigência deste plano para atingir o mínimo estabelecido pela Lei³.

Tabela 5 – Demonstrativo de matrículas em creche por dependência administrativa

Ano	Pública	Privada
2007	100% (14 estabelecimentos)	0%
2008	100% (14 estabelecimentos)	0%
2009	100% (15 estabelecimentos)	0%
2010	93,3% (14 estabelecimentos)	6,7% (1 estabelecimento)
2011	100% (14 estabelecimentos)	0%
2012	93,3 (14 estabelecimentos)	6,7% (1 estabelecimento)
2013	100% (15 estabelecimentos)	0%

Fonte: MEC/Inep/Deep/Censo Escolar

³ Para ter dados concretos torna-se fundamental realizar um minicenso após aprovação deste Plano para saber quantas crianças de 0 a 5 anos não estão frequentando os Centros de Educação Infantil.

A Educação Básica conquista um grande marco a partir do momento em que a pré-escola passa a ser obrigatória para crianças de 4 a 5 anos de idade. A aprovação da Lei ainda não é garantia de criança na escola já que temos uma parcela de crianças fora dela. No município de Fraiburgo não temos lista de espera para crianças de 4 e 5 anos de idade, mesmo assim, o IBGE aponta que 75,7% das crianças de 4 a 5 anos de idade estavam frequentando a escola em 2010, o que nos faz identificar que será necessário a ampliação da oferta e fiscalização para receber os outros 24,3% de crianças nesta faixa etária.

No município de Fraiburgo o crescimento de estabelecimentos que atendem a pré-escola cresceu de maneira considerável, em 2007 apenas 02 estabelecimentos públicos e 02 privados atendiam a pré-escola, já no ano de 2013 podemos identificar 25 estabelecimentos para atender esta faixa etária. Atualmente a rede pública é responsável pelo atendimento de 92% das crianças de 4 a 5 anos de idade enquanto a rede privada atende 8%.

Tabela 6 – Demonstrativo de matrículas em pré-escola por dependência administrativa

Ano	Pública	Privada
2007	50% (02 estabelecimentos)	50% (02 estabelecimentos)
2008	50% (02 estabelecimentos)	50% (02 estabelecimentos)
2009	87,5% (14 estabelecimentos)	12,5% (02 estabelecimentos)
2010	92,3% (24 estabelecimentos)	7,7% (02 estabelecimentos)
2011	92,3% (24 estabelecimentos)	7,7% (02 estabelecimentos)
2012	92,3 (24 estabelecimentos)	7,7% (02 estabelecimentos)
2013	92% (23 estabelecimentos)	8% (02 estabelecimentos)

Fonte: MEC/Inep/Deep/Censo Escolar

Para que o desafio de universalizar o acesso das crianças de 4 a 5 anos de idade seja superado, é imprescindível que o município de Fraiburgo promova articulação entre diversas secretarias e a sociedade civil, buscando informações sobre crianças nesta faixa etária fora da escola, (re)formulando e ampliando as políticas públicas, os programas, projetos e ações para que consigam dar conta de incluir todos aqueles que ainda não tiveram seu direito garantido.

Tabela 7 – Educação Infantil : Evolução do total de matrículas por etapa e dependência administrativa

FRAIBURGO		CRECHE			PRÉ-ESCOLA		
Ano	Ed. Infantil	Total	Pública	Particular	Total	Pública	Particular
2010	1820	920	901	19	900	822	78
2011	1710	806	806	-	904	834	70
2012	1704	876	875	1	828	762	66
2013	1701	866	866	-	835	750	85

Fonte: qedu.org.br: Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica é uma estratégia que vem sendo cumprida no município de Fraiburgo, seja com atendimento nas salas de AEE, ou em parcerias com outras instituições sejam elas públicas ou privadas.

A Educação Infantil é atualmente pensada como espaço importante para a construção de uma educação de qualidade e que necessita de profissionais que compreendam as especificidades desse ensino. A valorização da escola e da educação infantil está intimamente ligada com a valorização da própria criança, que foi durante muito tempo vista como um adulto em miniatura.⁴ A LDB 9394/96 dispõe, no título VI do art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Oferecer a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil é uma estratégia importante para que seja possível promover o desenvolvimento integral da criança, levando em conta aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, colaborando com a ação da família e da sociedade.

Verifica-se uma evolução significativa no que se refere à formação dos professores da Educação Infantil no município de Fraiburgo. Em 2007 estavam atuando 31 profissionais com magistério e ao final de 2013 apenas 2 profissionais ainda apresentavam-se nesta condição. O índice de professores não habilitados oscila entre os anos de 2007 a 2013, em contrapartida o número de profissionais com Ensino Superior vem aumentando a cada ano.

Tabela 8 – Demonstrativo de docentes na Educação Infantil, por formação

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	17,6%	31	1,1%	2	81,3%	143
2008	0%	0	9%	16	8,5%	15	82,5%	146
2009	0%	0	13,9%	28	12,9%	26	73,3%	148
2010	0%	0	13,1%	23	10,2%	18	76,7%	135
2011	0%	0	9,5%	17	9,5%	17	81%	145
2012	0%	0	1,2%	2	5,8%	10	93,1%	161
2013	0%	0	1%	2	11,2%	22	87,8%	173

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

⁴ POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 2006.p. 24.

A partir das tabelas seguintes é possível perceber que o nível de formação de profissionais da Educação Infantil, seja ela pública ou privada no município de Fraiburgo apresenta níveis bastante parecidos, o que facilita a definição de estratégias para o Plano Municipal de Educação.

Tabela 9 – Demonstrativo de docentes na rede pública, por formação

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	17,4%	30	1,2%	2	81,4%	140
2008	0%	0	9,2%	16	8%	14	82,8%	144
2009	0%	0	14,2%	28	12,7%	25	73,1%	144
2010	0%	0	13,5%	23	10,6%	18	75,9%	129
2011	0%	0	9,2%	16	9,8%	17	81%	141
2012	0%	0	0,6%	1	5,4%	9	94%	157
2013	0%	0	0,5%	1	11,5%	22	88%	169

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Tabela 10 – Demonstrativo de docentes na rede privada, por formação

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	16,7%	1	0%	0	83,3%	5
2008	0%	0	0%	0	16,7%	1	83,3%	5
2009	0%	0	0%	0	12,5%	1	87,5%	7
2010	0%	0	0%	0	0%	0	100%	7
2011	0%	0	16,7%	1	0%	0	83,3%	5
2012	0%	0	14,3%	1	14,3%	1	71,4%	5
2013	0%	0	16,7%	1	0%	0	83,3%	5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

A META 1 do Plano Municipal de Educação de Fraiburgo está diretamente relacionada a META 15, cabe analisar com muita cautela os recursos financeiros disponíveis para a ampliação de oferta gradativamente.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

*O principal objetivo da Educação é criar pessoas capazes de
fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações
fizeram.*

Jean Piaget

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1.2 Ensino Fundamental

O ensino fundamental de 9 anos constitui medida de política educacional e meta do PME, que se insere nas decisões voltadas a melhoria da qualidade dos processos de escolarização. Dentro desta meta articula-se ações para que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O objetivo da Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade, foi assegurar a todos um tempo mais prolongado de permanência na escola, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagem, de modo que os alunos prossigam nos seus estudos e concluam, com qualidade a educação básica. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância.

A meta universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano constitui-se em um grande desafio. Mesmo a oferta dessa etapa da educação básica sendo de responsabilidade de estados e municípios, o alcance dessa meta, com a devida qualidade, implica considerar a organização federativa e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

O Ensino Fundamental composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (LDB 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).⁵

Com um total de 5.365 matrículas no Ensino Fundamental em 2013, sendo 2.760 nos anos iniciais e 2.605 nos anos finais Fraiburgo registrou uma queda de 6,93% em relação a 2012, correspondendo 399 matrículas a menos.

Tabela 11 – Evolução no total de matrículas no Ensino Fundamental, por dependência administrativa

Fraiburgo		Anos Iniciais			Anos Finais		
ANO	E.Fundamental	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual	Particular
2010	6153	2407	399	216	1678	1259	194
2011	5878	2323	496	209	1747	905	198
2012	5764	2343	360	224	1679	946	212
2013	5365	2227	313	220	1539	850	216

Fonte: INEP – Instituto Nacional e Pesquisas Anísio Teixeira/ Censo Escolar

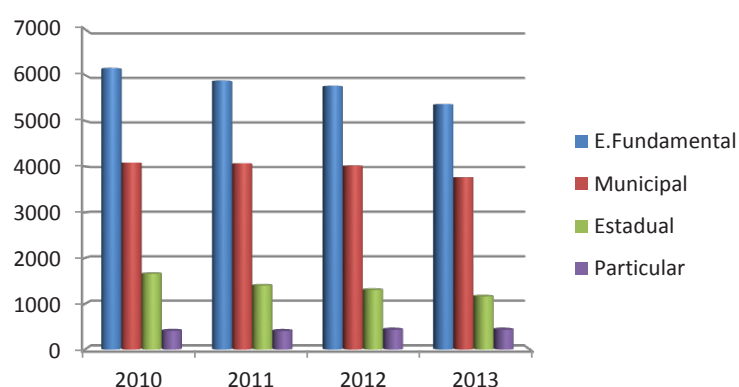
⁵ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

A rede pública municipal é majoritária no atendimento tanto nos anos iniciais, quanto nos anos finais. Nos anos iniciais a rede municipal atendeu 80,68% dos alunos matriculados em 2013, a rede estadual 11,34% e a rede particular 7,98%. Nos Anos Finais a rede municipal atendeu 59,07% dos alunos matriculados de acordo com o Censo Escolar de 2013, a rede estadual 32,62% e a rede particular 8,29%.

O decréscimo no total de matrículas do Ensino Fundamental, é decorrente da redução da população na faixa etária de 6 a 14 anos, da repetência, do abandono e da evasão escolar. Em Fraiburgo, no comparativo de 2013 com 2007, houve queda de 12,81% no total de matrículas do Ensino Fundamental.

Segundo o IBGE/Censo demográfico em 2010 98,1% das crianças de 6 a 14 anos estavam frequentando a escola, o que demonstra que 1,9% de alunos nesta faixa etária acabam evadindo-se da escola.

Gráfico 13 – População de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental



Fonte: INEP – Instituto Nacional e Pesquisas Anísio Teixeira/Censo Escolar

A partir dos dados do censo escolar o INEP calcula as taxas de rendimento escolar e as taxas de distorção idade-série. Por meio desses indicadores é possível identificar os desafios a serem superados quanto a reprovação, o abandono e a defasagem idade-série na Educação Básica.⁶

Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma na quantidade de alunos que se encontram em cada uma destas situações constituem as Taxas de Rendimento. Aprovação + Reprovação + Abandono = 100%. Em 2013, a taxa de reprovação no município de Fraiburgo ficou acima dos 5% nos Anos Finais e no Ensino Médio, já a taxa de abandono ficou em 12,2% nos Anos Finais. Esta situação indica a necessidade de intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos

⁶ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

estudantes poderão ficar fora da escola. Altos índices de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.⁷

Tabela 12 – Taxas de Rendimento Escolar da Educação Básica

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	4,7% (129 reprovações)	0,1% (4 abandonos)	95,2% (2628 aprovações)
Anos Finais	9,3% (243 reprovações)	0,6% (16 abandonos)	90,1% (2347 aprovações)
Ensino Médio	9,1% (151 reprovações)	12,2% (201 abandonos)	78,7% (1297 aprovações)

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Destacando a Taxa de Rendimento de cada rede de ensino no município de Fraiburgo, a rede municipal apresentou nos anos iniciais uma taxa de reprovação de 5,3% (120 reprovações), 0,2% de abandono (4 abandonos) e 94,5% de aprovações (2120 alunos aprovados). Já nos anos finais 9,4% de reprovações (178 reprovações), 0,6% de abandono (12 abandonos) e 90,0% de aprovações (1703 alunos aprovados).

A rede estadual no município de Fraiburgo ao final do ano letivo de 2013 teve uma taxa de reprovação de 2,7% nos anos iniciais (9 reprovações), nenhum abandono e 97,3% de aprovações (289 alunos aprovados). Já nos anos finais apresentou 13,1% de reprovações (66 reprovações), 0,6% de abandono (4 abandonos) e 86,2% de aprovações (430 alunos aprovados).

A rede particular no município de Fraiburgo, ao final do ano letivo de 2013 mostrou-se com 0,5% de reprovações nos anos iniciais (1 reprovação), nenhum abandono e 99,6% de aprovações (220 alunos aprovados). Nos anos finais apresentou 0,9% de reprovações (2 reprovações), nenhum abandono e 99,1% de aprovações (215 alunos aprovados).

Na tabela abaixo é possível observar as taxas de reprovação, abandono e aprovação nos Anos Iniciais de acordo com o Censo Escolar de 2013. Um dado interessante diz respeito ao número de reprovações entre o 1º e 3º ano do Ensino

⁷ Texto Base: www.qedu.org.br

Fundamental, fase esta considerada pelas políticas de alfabetização como um ciclo de aprendizagem, ou seja, o aluno estaria alfabetizado ao final deste ciclo.

Tabela 13 – Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Iniciais da Educação Básica

ANOS INICIAIS	Reprovação	Abandono	Aprovação
1ºano EF	3,8% (21 reprovações)	0,3% (2 abandonos)	95,9% (520 aprovações)
2ºano EF	5,7% (38 reprovações)	0,1% (1 abandono)	94,2% (615 aprovações)
3ºano EF	5,8% (38 reprovações)	0,0% Nenhum abandono	94,2%% (611 aprovações)
4ºano EF	3,5 % (20 reprovações)	0,2% (2 abandonos)	96,3% (535 aprovações)
5ºano EF	3,9% (15 reprovações)	0,0% Nenhum abandono	96,1% (349 aprovações)

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Os dados por rede de ensino no município de Fraiburgo no que se refere aos anos iniciais são apresentados da seguinte forma:

Tabela 14 – Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Iniciais da Educação Básica por dependência administrativa

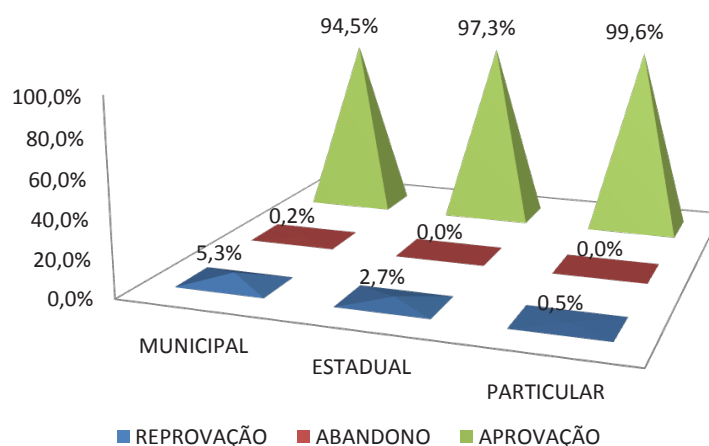
ANOS INICIAIS	MUNICIPAL			ESTADUAL			PARTICULAR		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
1º ANO EF	4,3%	0,4%	95,3%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	100%
2º ANO EF	6,3%	0,2%	93,5%	0,0%	0,0%	100%	2,2%	0,0%	97,8%
3º ANO EF	6,0%	0,0%	94,0%	9,3%	0,0%	90,7%	0,0%	0,0%	100%

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

4º ANO EF	4,4%	0,2%	95,4%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	100%
5º ANO EF	5,2%	0,0%	94,8%	1,4%	0,0%	98,6%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Gráfico 14 – Taxas de Rendimento – Anos Iniciais 2013



Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Na tabela abaixo é possível observar as taxas de reprovação, abandono e aprovação nos Anos Finais de acordo com o Censo Escolar de 2013, os resultados apresentam índices de reprovação acima de 5% o que coloca o município em estado de alerta.

Tabela 15 - Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Finais da Educação Básica

ANOS FINAIS	Reprovação	Abandono	Aprovação
6ºano EF	9,6% (68 reprovações)	0,2% (2 abandonos)	90,2% (636 aprovações)
7ºano EF	8,1% (52 reprovações)	0,4% (3 abandonos)	91,5% (587 aprovações)
8ºano EF	9,5%	0,8%	89,7%

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

	(53 reprovações)	(5 abandonos)	(496 aprovações)
9ºano EF	10,0 %	1,0%	89,0%
	(71 reprovações)	(8 abandonos)	(630 aprovações)

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

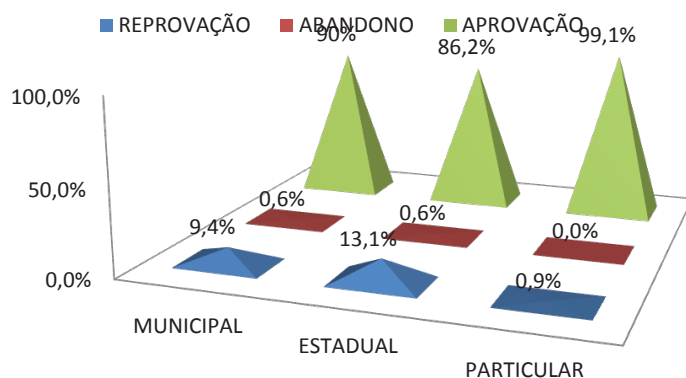
Os dados por rede de ensino no município de Fraiburgo no que se refere aos anos finais são apresentados da seguinte forma:

Tabela 16 - Taxas de Rendimento Escolar dos Anos Finais da Educação Básica por dependência administrativa

ANOS INICIAIS	MUNICIPAL			ESTADUAL			PARTICULAR		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
6º ANO EF	10,4%	0,2%	89,4%	10,3%	0,0%	89,7%	0,0%	0,0%	100%
7º ANO EF	9,8%	0,4%	89,8%	5,7%	0,0%	94,3%	0,0%	0,0%	100%
8º ANO EF	10,3%	0,9%	88,8%	0,0%	0,0%	100%	3,6%	0,0%	96,4%
9º ANO EF	6,5%	1,0%	92,5%	19,6%	1,4%	79,0%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Gráfico 15 – Taxas de Rendimento – Anos Finais 2013

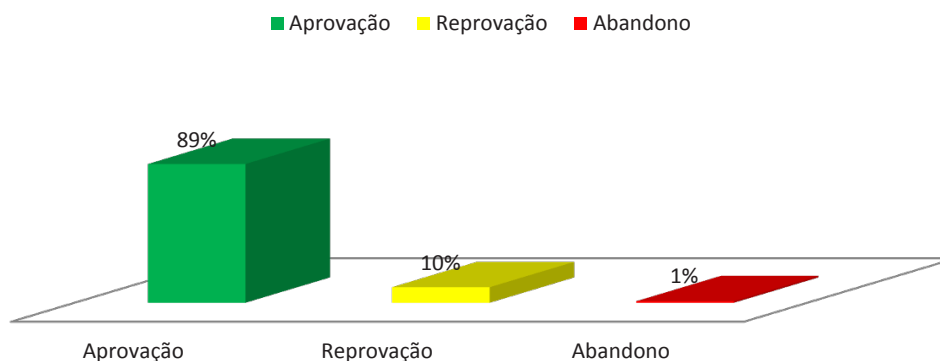


Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Ao analisar os dados referentes ao 9º ano do Ensino Fundamental é possível concluir que 89% dos alunos concluíram esta etapa da Educação Básica, sendo aprovados ao final do ano letivo de 2013, 10% dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental foram reprovados e 1% dos alunos abandonaram os estudos.

Gráfico 16 – Taxa de rendimento 9º ano do Ensino Fundamental 2013



Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Nos últimos anos, Fraiburgo tem conseguido reduzir as taxas de reprovação no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, mas o maior desafio ainda está nos Anos Finais, já que a taxa de reprovação é praticamente o dobro dos Anos Iniciais. Além disso, os piores resultados ficam com a rede pública de ensino.

Tabela 17 – Ensino Fundamental: evolução da taxa de reprovação por etapa de ensino e dependência administrativa

ANO	Anos Iniciais					Anos Finais				
	Total	Municipal	Estadual	Privada	Federal	Total	Municipal	Estadual	Privada	Federal
2010	6,3	7,5	1,9	0,9	-	7,6	9,1	6,6	0,0	-
2011	3,6	4,2	2,4	0,0	-	6,2	7,4	5,2	0,0	-
2012	4,5	5,4	1,5	0,0	-	6,7	8,0	4,1	0,0	-
2013	4,7	5,3	2,7	0,5	-	9,3	9,4	13,1	0,9	-

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

Já as taxas de abandono no Ensino Fundamental estão em decadência nos últimos anos, entretanto, o maior problema continua nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 18 – Ensino Fundamental: evolução da taxa de abandono por etapa de ensino e dependência administrativa

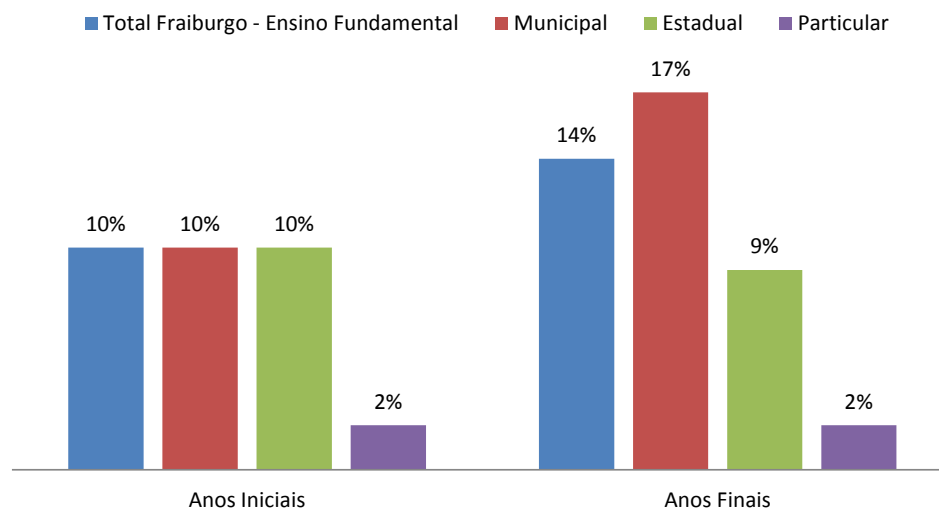
ANO	Anos Iniciais					Anos Finais				
	Total	Municipal	Estadual	Privada	Federal	Total	Municipal	Estadual	Privada	Federal
2010	0,3	0,3	0,3	0,0	-	0,8	1,4	0,2	0,0	-
2011	0,2	0,2	0,2	0,0	-	0,5	0,6	0,5	0,0	-
2012	0,3	0,4	0,4	0,0	-	0,9	0,9	0,9	0,0	-
2013	0,1	0,2	0,0	0,0	-	0,6	0,6	0,6	0,0	-

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

É importante uma investigação minuciosa no Ensino Fundamental, para identificar os motivos em relação aos resultados no que diz respeito a reprovação e evasão escolar nos anos finais, somente assim será possível criar estratégias pedagógicas capazes de corrigir as fragilidades e atender a população mais vulnerável.⁸

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série.

Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.⁹

Gráfico 17 – Taxas de distorção idade série do Ensino Fundamental por dependência administrativa 2013

Fonte: INEP – Censo escolar 2013

⁸ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina⁹ Texto Base: www.qedu.org.br

O maior percentual de distorção idade-série está nos anos finais na rede municipal, nos anos iniciais o percentual se mantém tanto na rede municipal, quanto na estadual. Diferentemente do abandono, a distorção idade-série é percebida também na rede privada de ensino fundamental.

Para garantir que pelo 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, é imprescindível desenvolver e executar políticas públicas para reduzir as taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono, monitorando-as e avaliando sua eficácia para o público alvo. Atualmente cerca de 66,4% de pessoas com 16 anos concluem o Ensino Fundamental em Fraiburgo, será necessário evoluir em 28,6% para alcançar a meta nacional nos próximos 10 anos.

A META 2 do Plano Municipal de Educação está diretamente relacionada a META 5, com a META 7 e com a META 15.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Durante muito tempo, era considerado analfabeto o indivíduo incapaz de escrever seu próprio nome. De um tempo para cá, o que define este indivíduo como analfabeto ou alfabetizado é o saber escrever um bilhete simples ou um recado, que são ações da escrita que a fazem ser uma prática social.

Ser alfabetizado hoje significa incorporar as práticas da leitura e da escrita, adquirir competência para usá-las, envolver-se através de livros (assim como jornais, revistas etc.), saber preencher formulários, escrever cartas, localizar-se em catálogos telefônicos, compreender uma bula de remédio entre outros (SOARES, 2005).

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1.2.1 Alfabetização

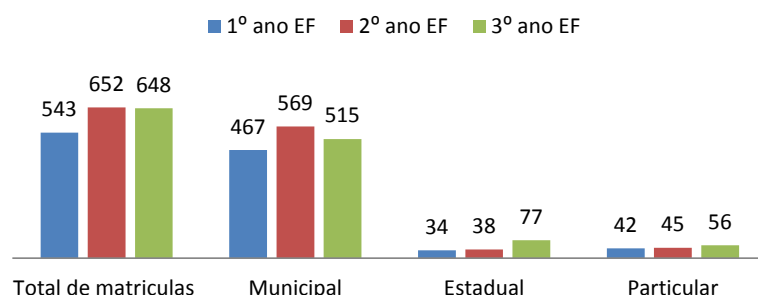
Outra meta de igual importância é a que trata da alfabetização na idade certa, uma vez que na atualidade a política de alfabetização estabelece uma meta: a de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade. O processo de leitura e escrita com letramento é de responsabilidade do poder público, devendo este, manter políticas que zelem pela aprendizagem das crianças. Os índices de aprendizagem tem revelado o baixo desempenho dos estudantes brasileiros nas competências da leitura e da escrita, o que conforma a fragilidade do processo de alfabetização.

A proposta de organização dos três primeiros anos do Ensino Fundamental em um único ciclo exige mudanças no currículo para melhor trabalhar com a diversidade dos alunos e permitir que eles progridam na aprendizagem. A promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens; não se trata, portanto, de promoção automática. Para garantir a aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para recuperar os alunos que apresentam dificuldades no seu processo de construção do conhecimento.¹⁰

Quanto aos processos avaliativos, parte integrante do currículo, há que partir do que determina a LDB em seus artigos 12,13 e 24, cujos comandos genéricos prescrevem o zelo pela aprendizagem dos alunos, a necessidade de prover os meios e as estratégias para recuperação daqueles com menor rendimento e consideram a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional. A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

Gráfico 18 – Total de matrículas em classes de alfabetização em 2013



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

¹⁰ Parecer CNE/CEB nº 11/2010

No ano de 2013 o município de Fraiburgo tinha 1842 alunos em classes de alfabetização distribuídos entre as redes municipal, estadual e particular. Ficou sob a responsabilidade da rede municipal a maior parte das matrículas nesta etapa da Educação Básica.

No que se refere as taxas de rendimento apresentados no ciclo de alfabetização é possível perceber a seguinte situação:

Tabela 19 – Taxas de rendimento escolar em classes de alfabetização

ANOS INICIAIS	MUNICIPAL			ESTADUAL			PARTICULAR		
	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
1º ANO EF	4,3%	0,4%	95,3%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	100%
2º ANO EF	6,3%	0,2%	93,5%	0,0%	0,0%	100%	2,2%	0,0%	97,8%
3º ANO EF	6,0%	0,0%	94,0%	9,3%	0,0%	90,7%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Cada rede de ensino vem enfatizando os ciclos de aprendizagem a sua maneira, percebemos na rede municipal a reprovação nos primeiros anos do ciclo de alfabetização, já na rede estadual não percebemos índices de reprovação no 1º e no 2º anos, serão percebidas no 3º ano do ensino Fundamental, um índice bastante alto já que apresenta 9,3% nesta taxa. Na rede particular nota-se pequenos índices na taxa de reprovação.

Tabela 20 – Evolução da taxa de reprovação em classes de alfabetização por etapa de ensino e dependência administrativa

	1º ano do Ensino Fundamental			2º ano do Ensino Fundamental			3º ano do Ensino Fundamental		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
2010	2,7%	0,0%	0,0%	14,2%	0,0%	2,8%	8,2%	7,2%	2,1%
2011	1,3%	0,0%	0,0%	6,7%	0,0%	0,0%	5,6%	12,3%	0,0%

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2012	3,1%	0,0%	0,0%	9,6%	0,0%	0,0%	6,7%	7,1%	0,0%
2013	4,3%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	2,2%	6,0%	9,3%	0,0%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Como os índices de reprovação em classes de alfabetização apresentam-se bastante altos na rede municipal e na rede estadual surge a necessidade de rever a metodologia e as estratégias usadas neste ciclo, visto que o objetivo é assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade.

Dentro desta visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.¹¹

A Provinha Brasil¹² é um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização e de matemática aos professores e gestores das redes de ensino, e conforme Portaria Normativa nº 10, de 24 de abril de 2007, tem os seguintes objetivos:

- a) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental;
- b) Oferecer às redes e aos professores e aos gestores de ensino um resultado da qualidade da alfabetização, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem;
- c) Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

¹¹ Texto Base: www.pacto.mec.br

¹² O Governo Federal disponibiliza a Provinha Brasil para todas as instituições públicas. Seus objetivos são: avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do ensino fundamental; oferecer às redes e aos professores e gestores de ensino um resultado da qualidade da alfabetização, prevenindo o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem; e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

A aplicação deste diagnóstico não é obrigatório, e os resultados servem para um planejamento interno.

Até 2013, não havia um instrumento próprio de avaliação nacional em larga escala específica para aferir a qualidade da alfabetização. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) foi incorporada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2013, por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013, e seu objetivo principal é de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (INEP, 2014). Os professores e gestores também são avaliados.¹³

Os resultados de 2013 foram divulgados em 2014 apenas para os diretores escolares, já os resultados preliminares da prova ANA 2014 serão divulgados em maio de 2015. Nessa etapa, apenas os diretores das escolas poderão ter acesso aos resultados, já que são preliminares. Os resultados finais serão divulgados até agosto de 2015.

Participam da ANA as escolas públicas urbanas e rurais com no mínimo, 10 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, organizado no regime de 9 anos.

Desde o ano de 2013, escolas públicas municipais e estaduais participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, uma parceria entre governos que vem primeiramente oferecer formação continuada aos professores, além de oferecer materiais e referências bibliográficas para auxiliar neste planejamento.

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação de professores para a alfabetização é uma das estratégias que o Plano Nacional de Educação traz em seu direcionamento.

Tabela 21 – Demonstrativo de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior Completo e com Pós-graduação *Stricto Sensu*

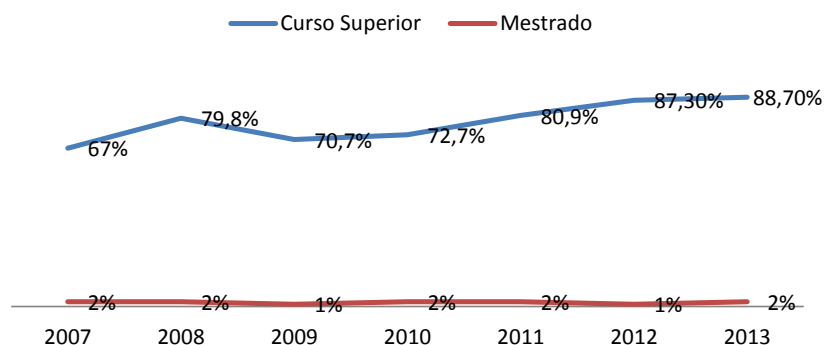
Ano	Com Superior Completo		Com pós-graduação <i>stricto sensu</i>	
2007	68,9%	93	1,5%	2
2008	78,6%	99	1,6%	2
2009	73,6%	81	0,9%	1
2010	75%	81	1,9%	2
2011	82,8%	82	2%	2
2012	86,7%	104	0,8%	1
2013	88,2%	105	1,7%	2

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

¹³ Texto base retirado do Plano Estadual de Educação

A pós-graduação *stricto sensu* é comumente conhecida como Mestrado, nota-se que no município de Fraiburgo a taxa de professores alfabetizadores com curso superior completo ainda não atinge 100%, este dado cai ainda mais quando tratamos do mestrado, apenas 2 professores com mestrado trabalharam em classe de alfabetização no ano de 2013 na rede pública. Na rede privada não temos professores com mestrado trabalhando em classes de alfabetização.

Gráfico 19 – Porcentagem de professores da rede pública com ensino superior ou mestrado em classes de alfabetização



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

[...] o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. (BRASIL, 2001, p. 19).

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1.2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹⁴

O IDEB é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, o IDEB sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país:

Fluxo: representa a taxa de aprovação dos alunos;

Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada.

Com o IDEB, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

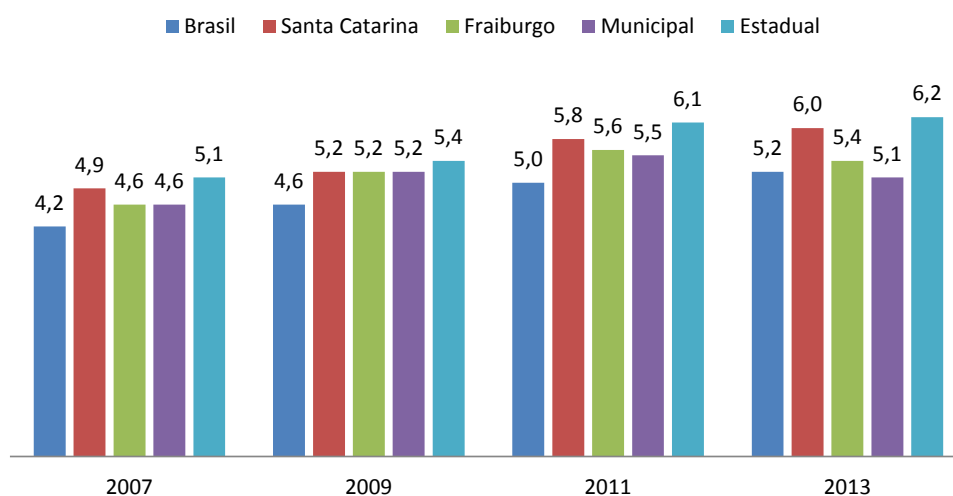
O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Por isso, antes de iniciar qualquer estudo referente ao IDEB é preciso ter em mente que:

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a Educação Básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os estudantes concluem o Ensino Médio no período correto não é de interesse caso os estudantes aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007 p. 5)

¹⁴ Texto Base : www.qedu.org.br

Desde o primeiro ano de observação do IDEB a educação fraiburguense tem tentado superar as metas estabelecidas.

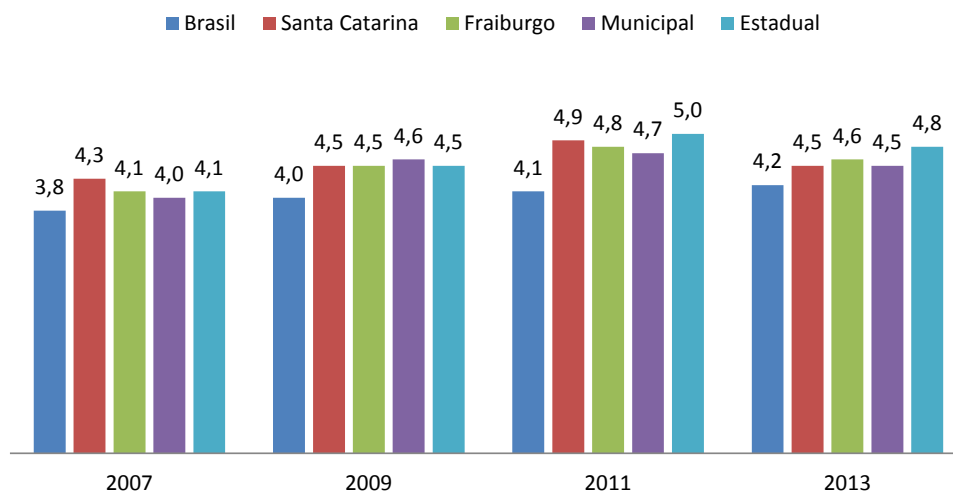
Gráfico 20 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Anos Iniciais



Fonte: MEC/INEP

Observando a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos Anos Iniciais é possível notar que o município de Fraiburgo vem conseguindo superar o índice nacional, todas as redes de ensino também tem superado as metas projetadas.

Gráfico 21 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Anos Finais

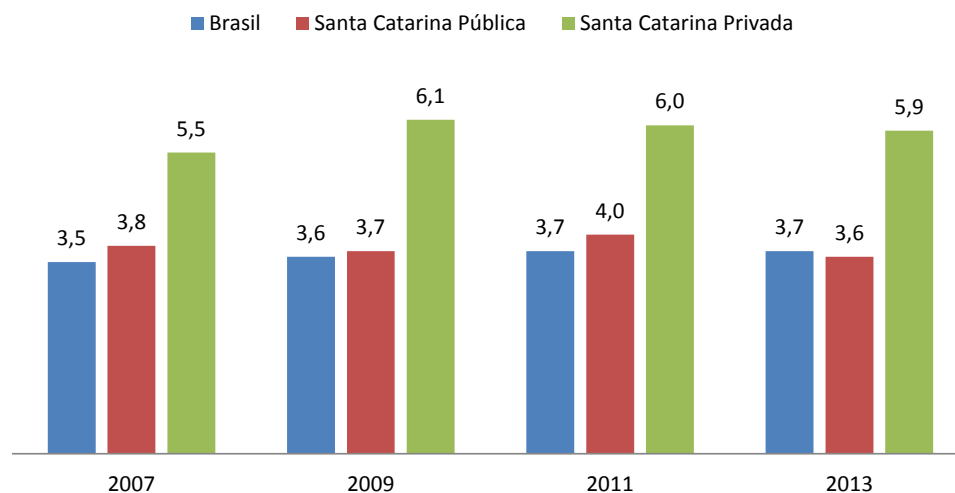


Fonte: MEC/INEP

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Observando a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos Anos Finais é possível notar que o município de Fraiburgo vem conseguindo superar o índice nacional, a rede estadual no ano de 2013 não conseguiu atingir a meta projetada que era de 5,2.

Gráfico 22 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Evolução 2007 a 2013 Ensino Médio



Fonte: MEC/INEP

Já a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Médio no Estado de Santa Catarina é possível notar que o estado vem conseguindo superar o índice nacional, no ano de 2013 a rede pública não conseguiu atingir a meta projetada que era de 4,0 e mesmo a rede privada que apresenta um índice muito superior ao ensino público no ano de 2013 não atingiu a meta projetada que era de 6,2.

Tabela 22 – IDEB Observado e projeções ¹⁵

	IDEB OBSERVADO					PROJEÇÕES							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental													
Total Santa Catarina	4,4	4,9	5,2	5,8	5,9	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
Pública Fraiburgo	3,7	4,6	5,2	5,6	5,4	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9

¹⁵ Mesmo sendo criado em 2007, o IDEB possui resultados desde 2005 por causa da reformulação do SAEB, permitindo a primeira avaliação universal da Educação Básica pública (PROVA BRASIL).

Privada SC	6,4	6,6	7,1	7,1	7,5	6,5	6,7	7,0	7,2	7,4	7,5	7,7	7,8
Estadual	4,1	5,1	5,4	6,1	6,2	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3
Municipal	3,6	4,6	5,2	5,5	5,1	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental													
Total Santa Catarina	4,3	4,3	4,5	4,9	4,3	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
Pública Fraiburgo	3,9	4,1	4,5	4,8	4,6	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,4	5,6	5,8
Privada SC	5,9	5,9	6,3	6,4	6,4	6,0	6,1	6,3	6,6	6,9	7,1	7,2	7,4
Estadual	4,3	4,1	4,5	5,0	4,8	4,4	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,2
Municipal	3,5	4,0	4,6	4,7	4,5	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio													
Total	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6
Estadual	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Privada	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1

Fonte: IDEB/INEP/MEC

O Estado de Santa Catarina, assim como o município de Fraiburgo vem ao longo dos anos conseguindo atingir as projeções do IDEB, no ano de 2013 os Anos Finais e o Ensino Médio apresentaram uma queda em seus resultados não atingindo a meta projetada para aquele ano, inclusive a rede privada demonstrou-se vulnerável nestas duas etapas da Educação Básica.

Os dados referentes as escolas privadas são por amostragem, mas o INEP pretende que a participação das escolas particulares seja obrigatória.

Mesmo os anos iniciais que alcançaram a meta projetada em 2013 estão em estado de alerta, pois além da rede estadual as demais obtiveram um resultado em 2013 muito próximo a meta projetada para 2015.

Entretanto, precisamos compreender que as avaliações externas não devem ser enfatizadas e analisadas somente no ano em que as provas são aplicadas, pois desta forma tornar-se-ia uma ação restrita que avalia parte do contexto escolar. Assim sendo, os resultados precisam ser analisados como um todo, motivos que levam a reprovação, o abandono e principalmente, a não aprendizagem.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Por exemplo, quando analisamos os resultados do IDEB por escolas vamos perceber que nos anos iniciais apenas as escolas da rede estadual atingiram a meta 6 e precisam manter os resultados em 2015, pois demonstraram crescimento no IDEB. Têm o desafio de manter o crescimento do IDEB para garantir o aprendizado de todos os alunos. Já as escolas da rede municipal estão em estado de atenção, pois as que atingiram a meta projetada em 2013 estão muito próximas da meta projetada para 2015 o que nos faz compreender que: escolas em situação de atenção não foram bem em dois critérios entre os três analisados. Têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas.

Ao analisarmos os resultados do IDEB por escolas de anos finais é possível perceber que tanto as escolas da rede municipal, quanto da rede estadual na sua maioria estão em estado de atenção, pois não foram bem em dois critérios entre os três analisados em 2013 e têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas. O declínio dos anos finais foi sentido no país inteiro.

Por que a nota 6.0?¹⁶

A definição da meta nacional do IDEB de 6.0 significa que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente.

Segundo o Inep, isso significa progredir do valor nacional 3,8, registrado em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2021. Com isso, espera-se que o Brasil se posicione entre os países com os melhores sistemas de ensino do mundo.

Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa (Programme for International Student Assessment) e no Saeb. A partir disso, derivou-se a proposta de uma meta de desempenho médio para o Brasil nas avaliações de 2021. A taxa de aprovação sugerida para compor a meta relativa ao IDEB é de 96%.

A meta 7 do PNE vem fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo de aprendizagem escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Tabela 23 – Demonstrativo projeções IDEB Educação Básica Fraiburgo/SC

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais EF	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais EF	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: MEC/INEP

¹⁶ Texto base: www.qedu.org.br

Entretanto, o IDEB não é um indicador que se resume a uma escala de 0 a 10, o desempenho dos alunos na Prova Brasil/SAEB e o aumento das taxas de aprovação vão contribuir ou não, para que o município, as redes, as escolas sejam capazes de atingir as metas projetadas.

A Prova Brasil é uma avaliação censitária que engloba os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

A Prova Brasil procura avaliar o aprendizado realizado ao longo da trajetória escolar do aluno. Assim, são avaliadas habilidades relativas a anos anteriores ao que ele está matriculado e também a anos posteriores. O conjunto dessas habilidades são organizadas em competências. Seu resultado é um dos componentes utilizados no cálculo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que ao utilizar outros fatores no cálculo, define uma nota que pode ir de 0 até 10 para as escolas, cidades, estados e para o Brasil.

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento “Todos Pela Educação”, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual se pode considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

Tabela 24 – Desempenho PROVA BRASIL

	FRAIBURGO/SC		ANOS INICIAIS EF		ANOS FINAIS EF	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Total	36%	48%	14%	30%		
Municipal	31%	42%	13%	25%		
Estadual	53%	67%	15%	39%		

Fonte: MEC/INEP

Ao analisar os dados da Prova Brasil na rede municipal pode-se concluir que em português no 5º ano dos 186 alunos que realizaram a prova, apenas 77 alunos demonstraram o aprendizado adequado no que se refere a competência de leitura e interpretação, este dado cai ainda mais nos anos finais quando no 9º ano dos 395 alunos que realizaram a Prova Brasil apenas 96 demonstraram a aprendizado adequado.

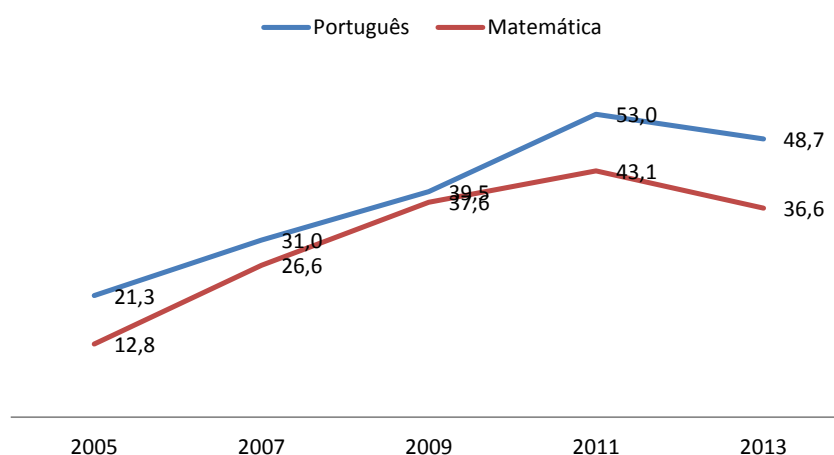
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Já em Matemática também na rede municipal pode-se concluir que no 5º ano dos 186 alunos que realizaram a prova, 56 demonstraram um aprendizado adequado no que se refere a competência de resolução de problemas, este dado também cai nos anos finais quando no 9º ano dos 395 alunos que realizaram a Prova Brasil apenas 53 demonstraram aprendizado adequado.

A rede estadual no município de Fraiburgo apresenta resultados significativos em relação à rede municipal. Ao analisar os dados da Prova Brasil na rede estadual pode-se concluir que em português no 5º ano dos 70 alunos que realizaram a prova, 46 alunos demonstraram o aprendizado adequado no que se refere a competência de leitura e interpretação, este dado cai ainda nos anos finais quando no 9º ano dos 212 alunos que realizaram a Prova Brasil apenas 82 demonstraram aprendizado adequado.

Em Matemática na rede estadual pode-se concluir que no 5º ano dos 70 alunos que realizaram a prova, 37 demonstraram um aprendizado adequado no que se refere a competência de resolução de problemas, este dado também cai significativamente nos anos finais quando no 9º ano dos 212 alunos que realizaram a Prova Brasil apenas 32 demonstraram aprendizado adequado.

Gráfico 23 – Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado Prova Brasil

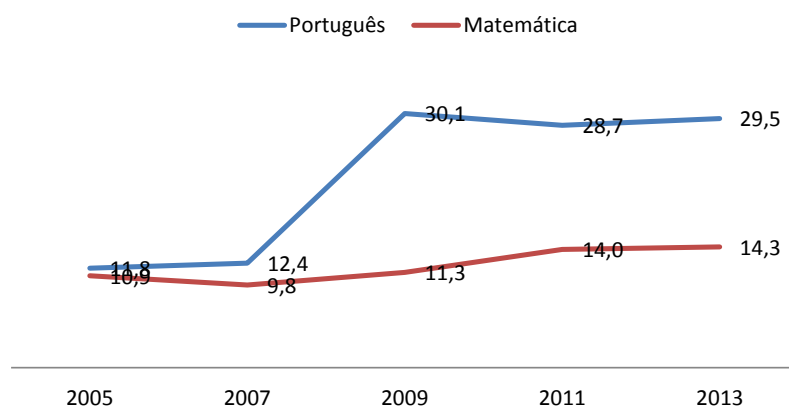


Fonte: MEC/INEP

Contudo analisando a série histórica da média dos anos iniciais no desempenho na Prova Brasil, constata-se que o município de Fraiburgo tem empregado esforços para superar as desigualdades, uma vez que, em sua maioria, os resultados se apresentam de forma crescente, mesmo assim, no ano de 2013 apresentou um declínio significativo.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 24 – Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado Prova Brasil



Fonte: MEC/INEP

Nos anos finais do Ensino Fundamental apesar dos índices de desempenho na Prova Brasil serem muito baixos, os mesmos vêm em evolução.

É preciso diminuir as desigualdades de aprendizagem por meio de estratégias que levem em consideração as condições socioeconômicas, culturais e educacionais desses estudantes, a fim de levá-los a patamares mais adequados de aprendizagem.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art. 22.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1.3 – Ensino Médio

O Ensino Médio, com duração de três anos, é de responsabilidade dos estados. Nesse período, são aprofundados os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, buscando articular o conteúdo com a preparação básica para o trabalho e a cidadania. Outra função do ensino médio é propiciar a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

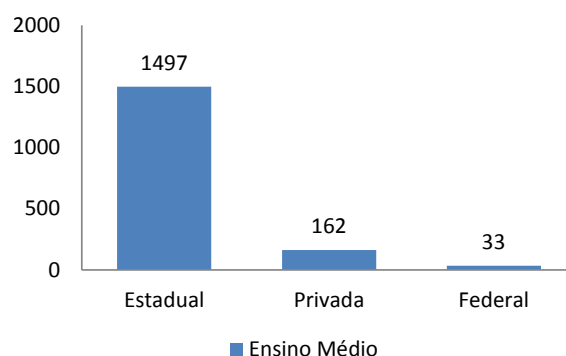
Tudo isso permite ao estudante concluir a educação básica dominando conhecimentos e habilidades que possibilitem escolher rumos na vida adulta. Ele deve estar preparado para a inserção no mercado de trabalho e também, para poder seguir o caminho do ensino superior.

Tamãna a importância do cidadão concluir o Ensino Médio nos dias atuais, a meta 3 traz em sua descrição um grande desafio a sociedade como um todo: **universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.** Este desafio se mostra principalmente pela evasão escolar após a conclusão do Ensino Fundamental.

O Ensino Médio no município de Fraiburgo é ofertado pela rede estadual, particular e federal, contabilizando no ano de 2013 1.692 matrículas.

De acordo com o IBGE/Censo Demográfico 2010, 85,5% de jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola em Fraiburgo, cerca de 1.663 jovens, este dado cai para 58,3% quando se refere a escolarização desta mesma população em relação ao Ensino Médio, o que nos leva a crer na distorção idade-série e no abandono escolar no transcurso do caminho.

Gráfico 25 – Ensino Médio: Total de matrículas por dependência administrativa 2013



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Analisando o gráfico acima é possível confirmar que a rede estadual é responsável por 88,48% das matrículas efetivadas em 2013 no Ensino Médio, a rede privada teve uma taxa de matrículas no Ensino Médio de 9,57% e a rede federal 1,95% das matrículas.

Gráfico 26 – Ensino Médio: Total de matrículas por zona de localização 2013

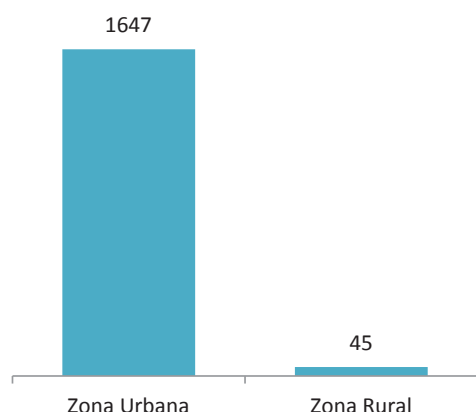
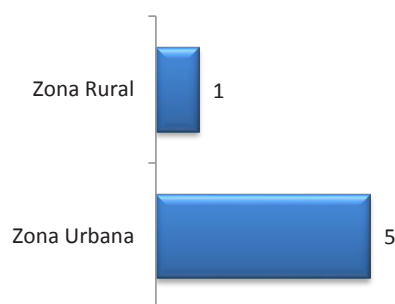


Gráfico 27 - Ensino Médio: Total de estabelecimentos por zona de localização



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

A maior taxa de matrículas está centralizada na zona urbana a qual tem 5 estabelecimentos que ofertam o Ensino Médio, destas, 2 são particulares e 3 são da rede estadual. Também é da rede estadual a única escola no município que oferece Ensino Médio no campo.

Os alunos do campo que frequentam o Ensino médio são transportados diariamente até a zona urbana com transporte escolar, existe uma parceria entre o governo estadual e municipal para garantir este direito ao estudante.

Nos últimos anos, em decorrência dos dispositivos legais, diversas políticas públicas para o Ensino Médio foram criadas e aplicadas com o intuito de galgar a universalização desta etapa do ensino à população de 15 a 17 anos de idade. Exemplo disso, foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).¹⁷

De acordo com o MEC, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971/2009, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é uma estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Este Programa tem como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrado à sua formação,

¹⁷ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar construído coletivamente. Fraiburgo conta com 2 (duas) escolas de Ensino Médio com tempo integral.¹⁸

Tabela 25 – Ensino Médio: Evolução no total de matrículas por dependência administrativa

Dep. Adm.	2010	2011	2012	2013
Estadual	1410	1406	1375	1497
Particular	153	137	165	162
Federal	-	-	-	33
Total	1563	1543	1540	1692

Fonte: INEP – Instituto Nacional e Pesquisas Anísio Teixeira/Censo Escolar

No comparativo de 2010 a 2013, houve um aumento de 7,63% na taxa de matrículas no Ensino Médio no município de Fraiburgo. O Ensino Médio no País e, consequentemente em Santa Catarina se apresenta de forma diversificada, compreendendo cursos como: médio (formação geral), médio integrado à educação profissional e magistério, além da sua oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos também mostra-se um grande desafio.

Tabela 26 – Ensino Médio : Total de matrículas por turno

ANO	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO	
2007	33,2%	466	15,3%	215	51,5%	722
2008	39%	606	7,6%	118	53,4%	831
2009	41%	652	12,1%	193	46,9%	747
2010	45,3%	708	10,2%	159	44,5%	696
2011	41,6%	642	11,2%	173	47,2%	728
2012	42,3%	651	11,9%	184	45,8%	705
2013	44,1%	731	14,9%	248	41%	680

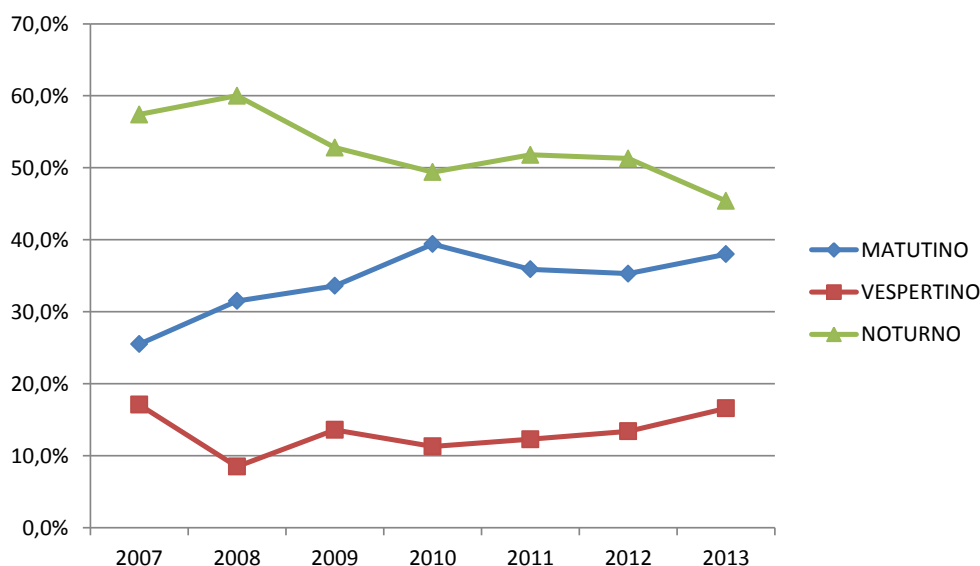
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

¹⁸ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

A partir dos dados apresentados acima vemos que existe um equilíbrio quanto à procura pelo ensino médio. A porcentagem de estudantes no período noturno é bastante grande, na maior parte dos casos os estudantes conciliam os estudos com o trabalho.

A rede privada oferece ensino médio somente no período matutino.

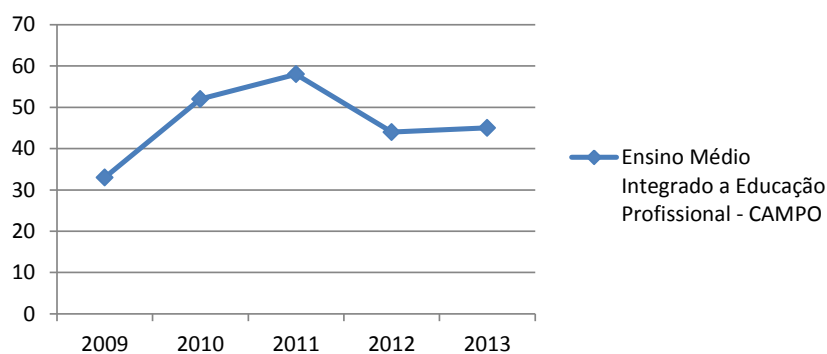
Gráfico 28 – Ensino Médio: Evolução de matrículas das escolas públicas por turno



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

No município de Fraiburgo a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à Educação Profissional, observando as peculiaridades das populações do campo mantem-se estáveis nos últimos anos:

Gráfico 29 – Ensino Médio: Integrado a Educação Profissional – Campo



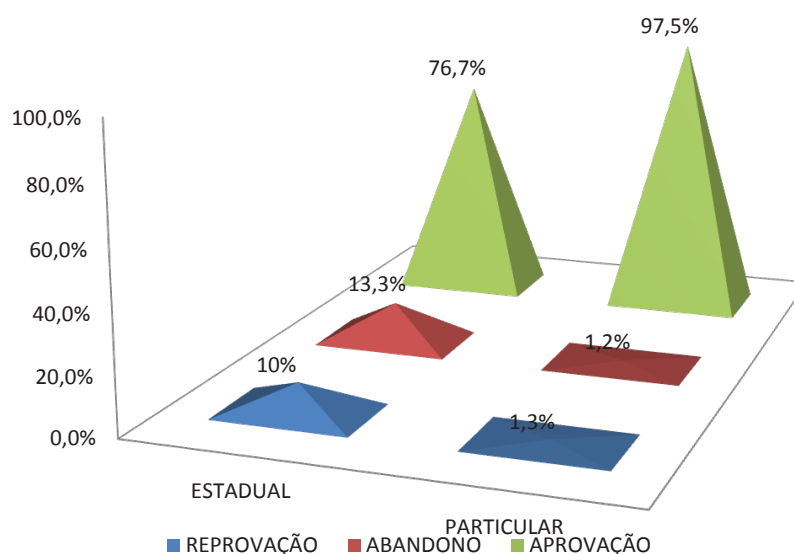
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade será desafiador pelo curto espaço de tempo e pelo fato de ter uma parcela significativa da população nesta faixa etária fora da escola e outra parcela com atraso escolar. Fatores como a reprovação, o abandono, a falta de atrativos do ensino Médio e a inserção no mundo do trabalho contribuem para esta realidade.

Os indicadores de rendimento escolar mostram taxas de aprovação no Ensino Médio maiores na rede privada, além das taxas de reprovação e de abandono serem quase imperceptíveis. Já na rede estadual nota-se uma taxa de abandono bastante alta, é preciso tomar conhecimento das causas para que seja possível intervir de maneira positiva.

Gráfico 30 – Ensino Médio: taxas de Rendimento 2013



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Tabela 27 - Ensino Médio: Evolução das taxas de rendimento por dependência administrativa

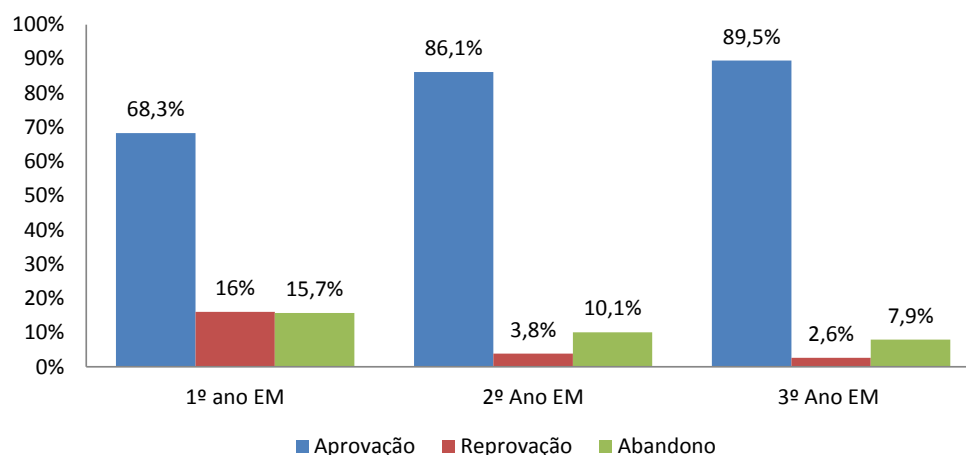
Ano	Taxa aprovação			Taxa reprovação			Taxa abandono		
	Total	Estadual	Particular	Total	Estadual	Particular	Total	Estadual	Particular
2010	78%	75,6%	98,1%	12,3%	13,4%	1,9%	9,8%	11%	0,0%
2011	77,4%	75,3%	99,2%	9,9%	10,8%	0,8%	12,7%	13,9%	0,0%
2012	80,5%	78,4%	98,1%	9,3%	10,2%	1,9%	10,2%	11,4%	0,0%
2013	78,7%	76,7%	97,5%	9,1%	10%	1,3%	12,2%	13,3%	1,2%

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

As taxas de reprovação e abandono praticamente não são notadas na rede privada que mantém uma taxa bastante elevada no que se refere a aprovação dos alunos. Já na escola pública as taxas de aprovação também se mantêm estáveis, o que se alterna são as taxas de abandono e reprovação. Observa-se que a taxa de reprovação vem diminuindo, mas ao mesmo tempo, a de abandono escolar aumenta nos últimos anos.

Gráfico 31 – Ensino Médio: taxas de rendimento por série

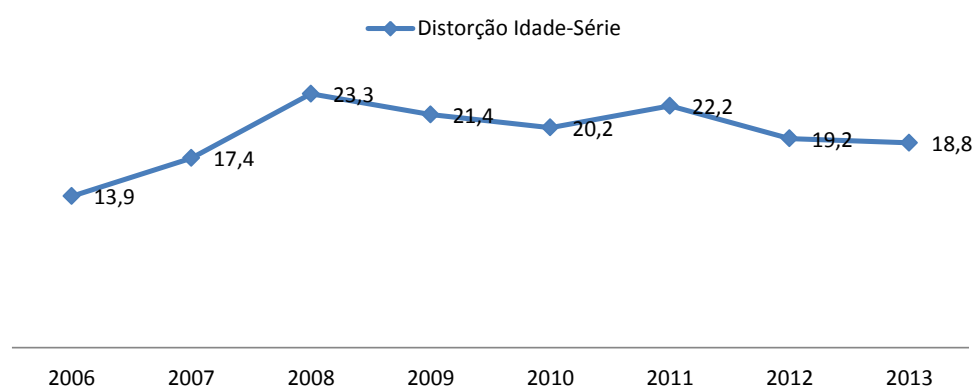


Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

No que se refere às taxas de rendimento o 1º ano do Ensino Médio mostrou-se mais vulnerável ao abandono e a reprovação.

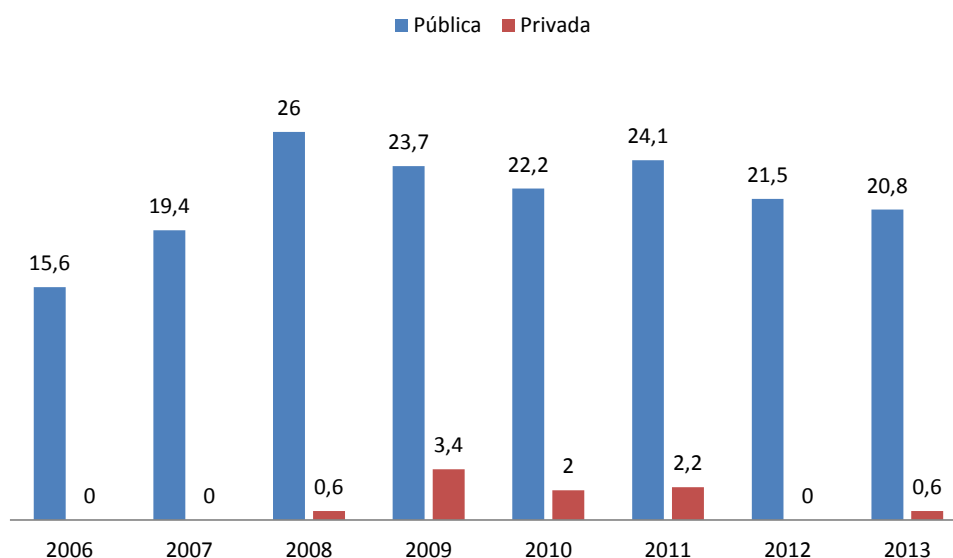
Em 2013, o País registrou 29,5% dos estudantes matriculados no Ensino Médio com distorção idade-série. Em Fraiburgo esta taxa registrou 19% dos estudantes matriculados no Ensino Médio que estavam em situação de distorção idade-série.

Gráfico 32 – Ensino Médio – Distorção idade -série 2013



Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 33 – Ensino Médio: Distorção idade-série por rede 2013

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

O gráfico acima nos mostra que temos uma grande missão no que se refere a distorção idade-série, nota-se que as taxas nos últimos anos mantêm-se estáveis, mesmo assim, um percentual bastante alto. É importante considerar que este problema não começa, necessariamente, no Ensino Médio. É preciso analisar tal situação desde a Educação Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental onde se observa reprovação significativa nos anos finais, até chegar às implicações do Ensino Médio.

Portanto, para universalizar o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos de idade e elevar a taxa líquida de frequência, é necessário um olhar para a Educação Básica como um todo, com investimentos maciços na formação dos profissionais da educação, na infraestrutura e nos currículos escolares.

Cabe aqui destacar que a META 3 do Plano Municipal de Educação de Fraiburgo está diretamente ligada a Meta 6, a META 7 e a META 15 considerando que o Ensino Médio urge por maiores investimentos, seja na estrutura física, seja na busca por novas metodologias, como é o caso do ProEMI.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

O Enem surgiu como forma de valorizar a lógica e a capacidade de interpretação do aluno, estimulando o raciocínio e as ideias.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.1.3.1 – ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio ¹⁹

Instituído em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) e realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enem se tratava apenas de um teste para avaliar as competências desenvolvidas ao longo da educação básica.

Um dos seus objetivos é a seleção para o ingresso no ensino superior, a avaliação passa pelo domínio de competências e habilidades em quatro áreas do conhecimento e em redação.

Atualmente, a prova é composta por 180 questões de múltipla escolha, distribuídas da seguinte maneira:

- **Área do conhecimento:** Ciências da Natureza e suas tecnologias
- **Disciplinas avaliadas:** Química, Física e Biologia
- **Número de itens:** 45

- **Área do conhecimento:** Ciências Humanas e suas tecnologias
- **Disciplinas avaliadas:** História, Geografia, Filosofia e Sociologia
- **Número de itens:** 45

- **Área do conhecimento:** Linguagens, Códigos e suas tecnologias
- **Disciplinas avaliadas:** Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Comunicação e Informação
- **Número de itens:** 45

- **Área do conhecimento:** Matemática e suas tecnologias
- **Disciplinas avaliadas:** Matemática (Álgebra e Geometria)
- **Número de itens:** 45

- **Redação:** Avalia cinco competências. A nota para cada uma vai de 0 a 200. A nota final é a soma simples das obtidas em cada competência.

O Enem ocorre anualmente, geralmente no mês de novembro, em todo o Brasil e não é obrigatório. As provas são aplicadas em dois dias, sempre aos sábados e domingos.

1º Dia: Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias.

¹⁹ Texto Base: www.qedu.org.br

2º Dia: Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias e Redação.

Qualquer pessoa pode participar do Enem, basta realizar sua inscrição pelo site do exame no período determinado pelo Inep. Assim, podem fazer a prova estudantes do ensino médio para testar seus conhecimentos, que está concluindo ou já terminou o ensino médio para ingressar na universidade e pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio e desejam obter a certificação de conclusão desta etapa de ensino.

Além disso, o Enem permite que pessoas em reclusão também realizem o exame. As provas são aplicadas dentro das unidades prisionais em data diferente.

Com a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), em 2004, a nota obtida no Enem passou a ser utilizada para a obtenção de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em universidades e faculdades particulares.

Outro grande marco no ensino superior brasileiro foi a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em 2009. Ele utiliza a nota do Enem como forma de ingresso em várias instituições públicas de ensino superior, como as universidades federais e os institutos federais de educação profissional e tecnológica. Segundo o Inep, a ideia é democratizar as oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior por meio de um processo nacional, dando a possibilidade de estudantes de qualquer estado poder concorrer a vagas de qualquer região.

Outra vantagem, é que jovens maiores de 18 anos que ainda não concluíram o Ensino Médio podem obter a certificação de conclusão desta etapa de ensino utilizando apenas a nota do Enem desde 2012.

Implementado em meados de 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras é uma grande oportunidade para jovens universitários e pesquisadores. Porém, um dos requisitos para participar do programa na graduação é ter realizado o Enem. O programa visa proporcionar a estudantes de graduação e pós-graduação a experiência de estudar em faculdades de excelência, em diversos países.

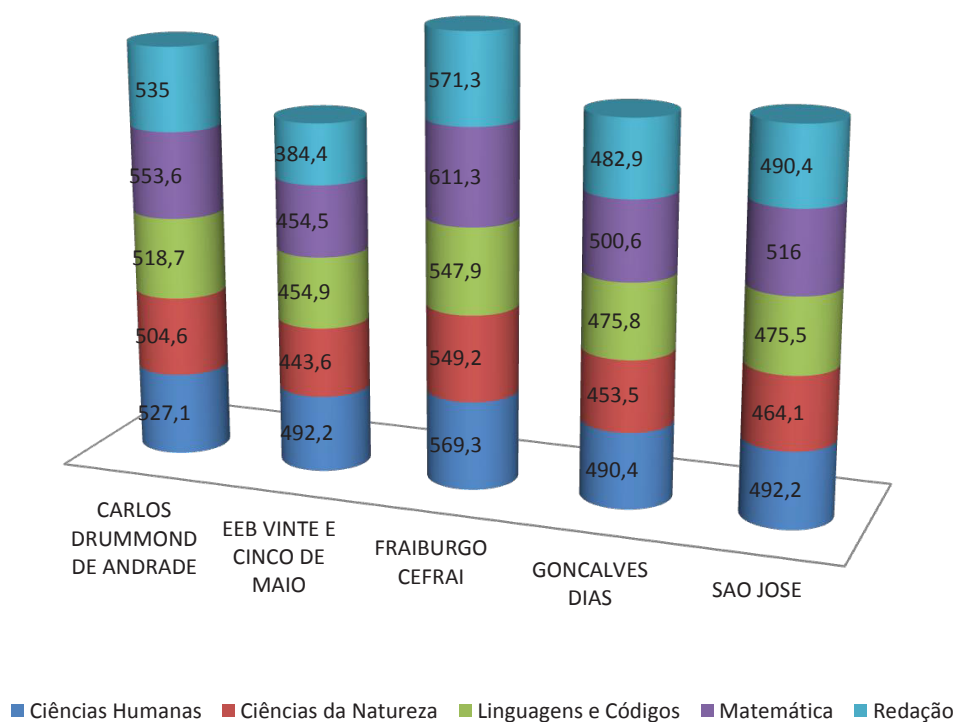
Tabela 28 - Médias das escolas do município em redação e demais áreas do conhecimento avaliadas pelo Enem

Escola	Rede	Taxa de participação	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	Privada	70,59%	527,1	504,6	518,7	553,6	535

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

EEB VINTE E CINCO DE MAIO	Estadual	75,00%	492,2	443,6	454,9	454,5	384,4
FRAIBURGO CEFRAI	Privada	92,00%	569,3	549,2	547,9	611,3	571,3
GONCALVES DIAS	Estadual	53,39%	490,4	453,5	475,8	500,6	482,9
SAO JOSE	Estadual	84,38%	492,2	464,1	475,5	516	490,4

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/682-fraiburgo/enem>



Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/682-fraiburgo/enem>

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta.

Escolano

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.2 Aprendizagem e infraestrutura

Uma das questões bastante discutidas no que se refere a uma educação de qualidade está relacionada a infraestrutura das escolas. Pensando nisso, considerou-se de relevância trazer indicadores que identifiquem a real situação das escolas no município de Fraiburgo.

A disponibilidade de computadores e internet de boa qualidade é fundamental nos dias atuais para que seja possível promover a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação por professores e alunos.

Tabela 29 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com computador disponível para alunos

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	30,3%	10	20,7%	6	100%	4
2008	30,3%	10	23,3%	7	100%	3
2009	46,9%	15	43,3%	13	100%	2
2010	55,6%	20	52,9%	18	100%	2
2011	63,9%	23	61,8%	21	100%	2
2012	63,9%	23	61,8%	21	100%	2
2013	64,9%	24	62,9%	22	100%	2

Fonte: MEC/INEP

Existe uma evolução considerável no que diz respeito a disponibilidade de computadores aos alunos da Educação Básica no município de Fraiburgo. O computador, nos dias atuais é sem dúvida essencial para orientar e organizar o trabalho dos profissionais da educação básica a fim de que o processo pedagógico da escola e do sistema seja favorável a um processo de ensino –aprendizagem de qualidade.

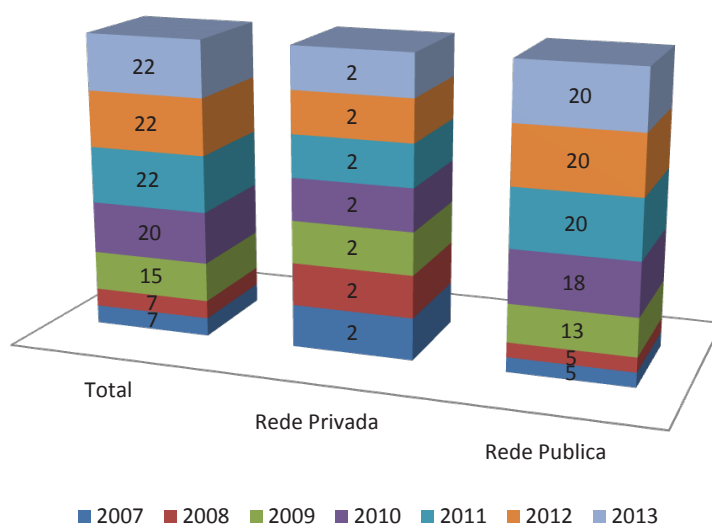
Tabela 30 – Demonstrativo de laboratórios de informática em escolas da Educação Básica

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	24,2%	8	17,2%	5	75%	3
2008	21,2%	7	16,7%	5	66,7%	2
2009	46,9%	15	43,3%	13	100%	2
2010	58,3%	21	55,9%	19	100%	2
2011	63,9%	23	61,8%	21	100%	2
2012	63,9%	23	61,8%	21	100%	2
2013	64,9%	24	62,9%	22	100%	2

Fonte: MEC/INEP

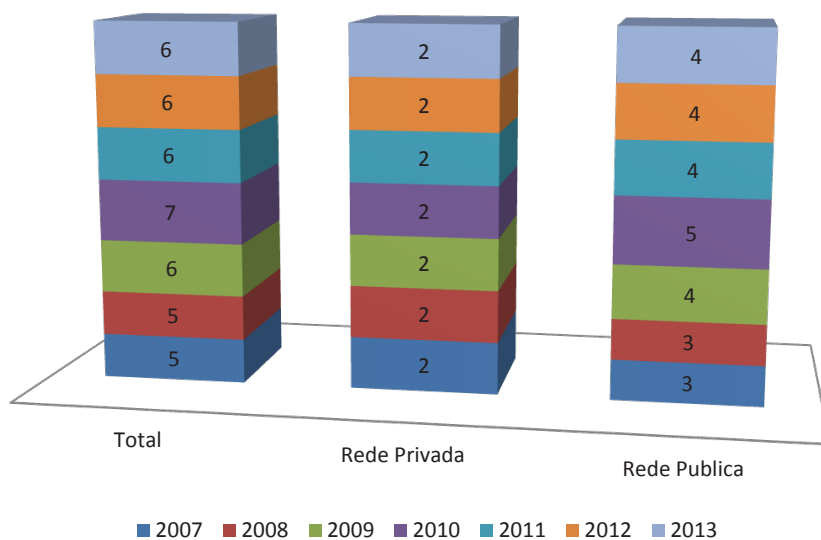
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 34 – Laboratórios de Informática - Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Gráfico 35 – Laboratórios de Informática – Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 31 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com internet

Ano	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
2007	30,3%	10	20,7%	6	100%	4
2008	36,4%	12	30%	9	100%	3
2009	46,9%	15	43,3%	13	100%	2
2010	61,1%	22	58,8%	20	100%	2
2011	80,6%	29	79,4%	27	100%	2
2012	97,2%	35	97,1%	33	100%	2
2013	97,3%	36	97,1%	34	100%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Nota-se que o número de escolas da Educação Básica com acesso a Internet supera o número de escolas com laboratórios de informática, isso acontece pelo fato de que a Educação Infantil ainda não conta com este recurso disponível aos alunos, a não ser as turmas de Pré-escola que são atendidas nos espaços escolares.

Assegurar a todas as escolas públicas da Educação Básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva e bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, também é um ponto crucial ligado ao direito a educação de qualidade e ao acesso a todos.

Tabela 32 – Demonstrativo de escolas da Educação Básica com acesso à água tratada , esgoto sanitário, energia elétrica, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências

2013	Todas as Redes		Rede Pública		Rede Privada	
Energia elétrica	100%	37	100%	35	100%	2
Esgoto Sanitário	56,8%	21	54,3%	19	100%	2
Água tratada	100%	37	100%	35	100%	2
Biblioteca ou Sala de Leitura	64,9%	32	62,9%	30	100%	2
Quadra	54,1%	20	51,4%	18	100%	2
Laboratório de Ciências	24,3%	9	20%	7	100%	2

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Através da Resolução 003/2012 o Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo aprovou o Programa Aprendizagem Tecnológica para a rede municipal de ensino à qual tem por objetivo principal inserir tecnologias de informação e comunicação nas unidades escolares da rede municipal de ensino visando à inclusão digital da comunidade escolar e a dinamização do ensino-aprendizagem. Atualmente a rede municipal de educação de Fraiburgo conta com carteiras informatizadas para todos os alunos do 2º ao 5º ano, além de lousas digitais. O projeto vem sendo ampliado e o objetivo é que todas as salas contem com lousas digitais até o final do ano letivo de 2015.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada.

Paulo Freire

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.3 Modalidades da Educação Básica

2.1.3.1 Educação Profissional e Tecnológica²⁰

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial ou continuada ou qualificação profissional, de educação técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei nº 11.741/2008).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

Em Fraiburgo, a Educação Profissional Técnica em Nível Médio é oferecida em duas formas: articulada com o Ensino Médio (integrada e concomitante) e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

De acordo com o Censo Escolar 2013 foram registradas em Fraiburgo 165 matrículas de Educação Profissional Técnica, destas 45 estavam integradas ao Ensino Médio, 33 em forma concomitante e 87 de forma subsequente.

Tabela 33 – Demonstrativo de matrículas da Educação Profissional

Ano	Total	Integrada	Concomitante	Subsequente	Pública	Privada	Urbana	Rural
2007	122	0	27	95	0	122	122	0
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	33	33	0	0	33	0	0	33
2010	52	52	0	0	52	0	0	52
2011	58	58	0	0	58	0	0	58
2012	44	44	0	0	44	0	0	44
2013	165	45	33	87	165	0	120	45

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

A partir da tabela apresentada é visível a evolução positiva no que se refere a Educação Profissional no município de Fraiburgo, só no ano de 2013 foram efetivadas 121 novas matrículas em relação ao ano de 2012, destas, 1 matrícula realizou-se na zona rural e as demais em instituição federal de educação profissional.

²⁰ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

Mesmo assim, a porcentagem de matrículas na Educação Profissional de nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio é muito inferior a meta 11 do Plano Nacional de Educação que pretende triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público.

Tabela 34 – Comparativo de matrículas Ensino Médio e Educação Profissional

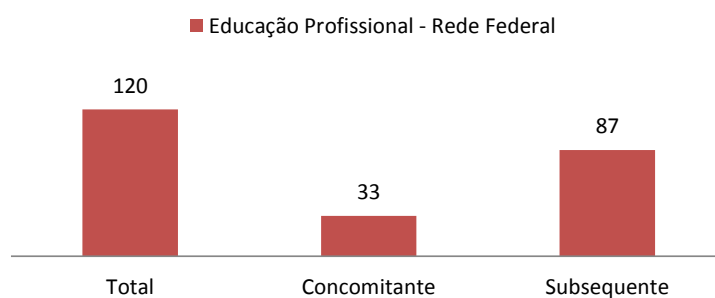
Ano	Total de Matrícula Ensino Médio Fraiburgo	Total de Matrículas na Educação Profissional	
2007	1403	0	0
2008	1555	0	0
2009	1592	2,1%	33
2010	1563	3,3%	52
2011	1543	3,8%	28
2012	1540	2,9%	44
2013	1658	2,7%	45

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

É preciso crescer 47,3% os índices de matrícula em Educação Profissional de Nível Médio para que a meta nacional seja cumprida, seriam em média 4,73% ao ano até o fim da vigência deste plano.

Fraiburgo conta com uma instituição federal que oferece Educação Profissional de nível médio desde o ano de 2013, além do ensino oferecido pelo SENAI, SENAC e SESI.

Gráfico 36 – Educação Profissional / Rede Federal

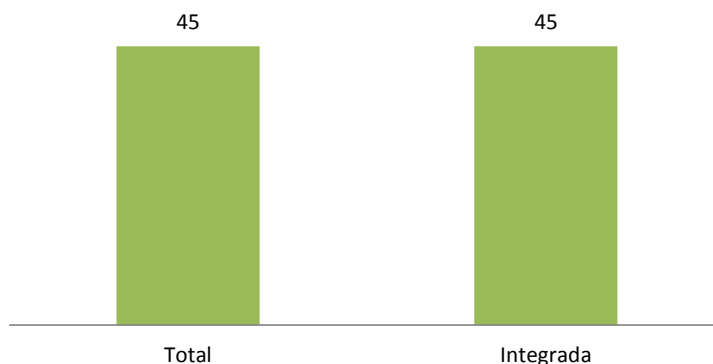


Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A rede estadual de ensino oferece Educação profissional técnica de nível médio na forma integrada, ou seja, na mesma instituição de ensino.

Gráfico 37 – Educação Profissional técnica integrada / Rede Estadual



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Esta escola da rede estadual localiza-se no campo e vem ao encontro a estratégia 11.9 do PNE a qual destaca a importância de se expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades. Lembrando que em Fraiburgo não temos comunidades indígenas e quilombolas.

Existe uma forte expectativa no município de Fraiburgo pelo crescimento da Educação Profissional e Tecnológica, a qual também está ligada as estratégias da Educação de Jovens e Adultos e ao Financiamento.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

*Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um
aluno um simples gesto de um professor.*

Paulo Freire

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

4.1.3.2 Educação de Jovens e Adultos ²¹

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram e ou, não deram continuidade nos estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Prevista na Constituição Federal e regulamentada pela, tem se tornado importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

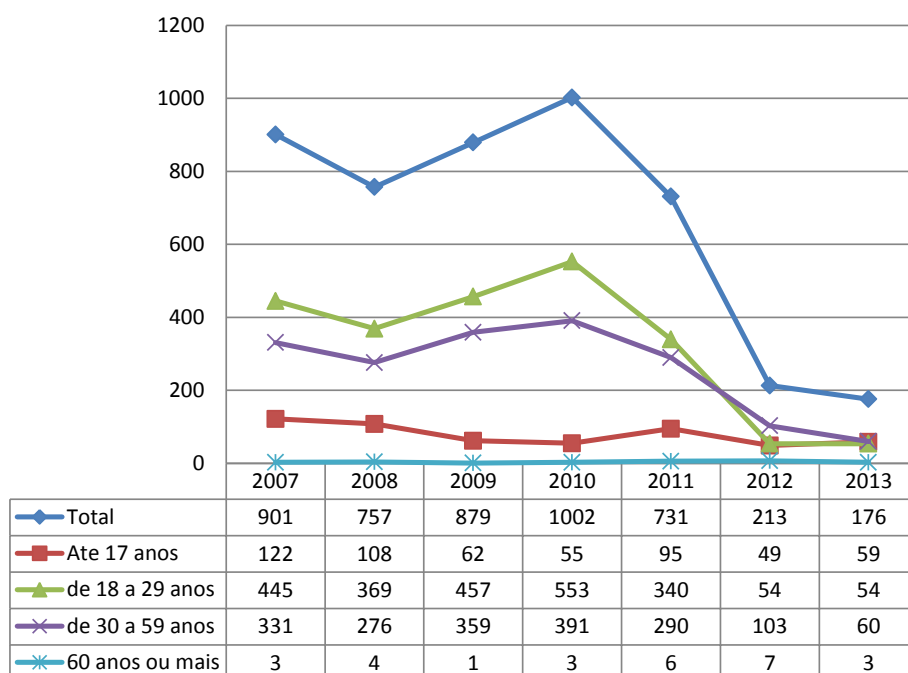
Ainda de acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino à garantia de gratuidade do ensino, por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também, como parâmetros a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio, e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação. Sendo assim,

Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende a educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos e saberes ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos (BRASIL, 2008b, p.1).

No município de Fraiburgo a rede municipal é responsável pela Educação de Jovens e Adultos na etapa de Ensino Fundamental, já a rede estadual é responsável pelo EJA – Ensino Médio.

Elevar as taxas de alfabetização da população com 15 anos ou mais, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional é a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação.

²¹ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

Gráfico 38 – Evolução da taxa de matrículas de Jovens e Adultos na Rede Pública**FONTE: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar**

É visível a queda na taxa de matrículas da Educação de Jovens e Adultos no município de Fraiburgo entre os anos de 2007 a 2013. Esse dado fica ainda mais preocupante quando analisamos a população que se enquadra nesta faixa etária considerada analfabeta.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 Fraiburgo apresentava uma população de 34.553 pessoas, destas 1668 foram consideradas analfabetas entre a idade de 15 anos ou mais, ou seja, 4,8% da população. Se pensarmos em proporções menores, das 1668 pessoas consideradas analfabetas, 60 tinham idade entre 15 e 24 anos, ou seja 3,5% , 859 tinham idade entre 25 a 59 anos de idade, ou seja, 51,5% e 749 tinham idade superior a 60 anos, ou seja, 45% do grupo de analfabetos eram idosos.

Se observarmos as matrículas de 2010 na Educação de Jovens e adultos vamos identificar 1002 matrículas, ou seja, 40% da população analfabeta não estava na escola, e talvez este número seja ainda maior se considerarmos que destas matrículas nem todos serão considerados analfabetos, uma vez que, historicamente, a insuficiente oferta de Educação Básica de qualidade, associada ao fracasso escolar e à necessidade de ingresso precoce ao mundo do trabalho, gerou uma demanda significativa de jovens e adultos que não concluíram seus estudos.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

É disponibilizado ao estudante de Educação de Jovens e Adultos transporte escolar e alimentação.

Tabela 35 – Transporte Escolar para alunos da Educação de Jovens e Adultos

Ano	Total		Municipal		Estadual	
2007	43,2%	389	99,7%	388	0,3%	1
2008	46,5%	352	92,3%	325	7,7%	27
2009	39,8%	350	3,1%	11	96,9%	339
2010	28,9%	290	6,2%	18	93,8%	272
2011	41%	300	19%	57	81%	243
2012	21,1%	45	44,4%	20	55,6%	25
2013	39,2%	69	81,2%	56	18,8%	13

FONTE: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Uma das ações fundamentais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos é estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, assim como destaca a estratégia 9.10 do Plano Nacional de Educação.

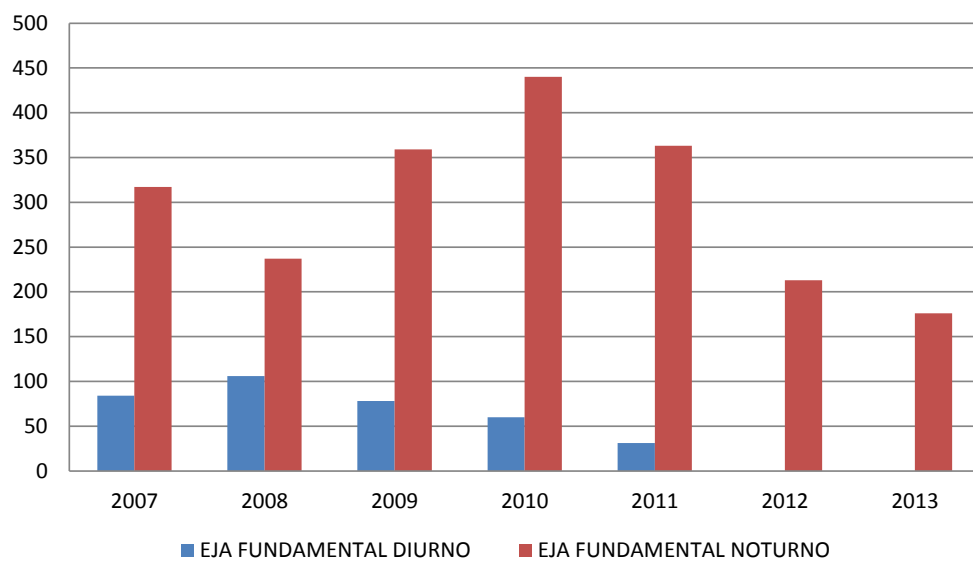
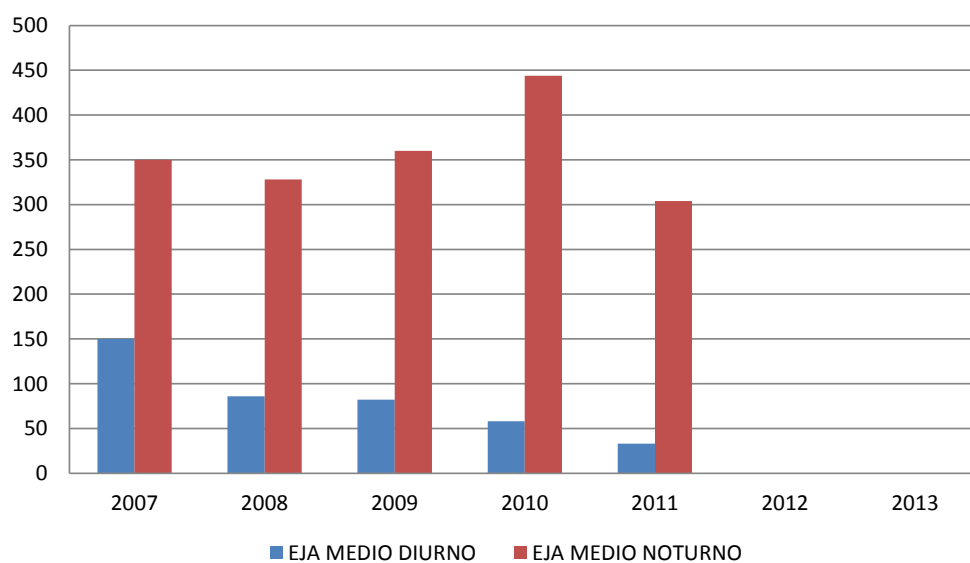
A oferta de EJA em Fraiburgo representou apenas 1,9% das matrículas efetivadas no ano de 2013 na Educação Básica no município de Fraiburgo. Há de se considerar que esse decréscimo nas matrículas de EJA ocorre, em parte, devido ao aumento das taxas de alfabetização e de escolarização média e ao envelhecimento da população, mas será preciso mapear adequadamente quais outros fatores estão contribuindo para a redução da taxa de matrículas na EJA.

Tabela 36 – Evolução das matrículas da Educação de Jovens e Adultos

Ano	EJA DIURNO		EJA NOTURNO	
2007	26%	234	74%	667
2008	25,4%	192	74,6%	565
2009	18,2%	160	81,8%	719
2010	11,8%	118	88,2%	884
2011	8,8%	64	91,2%	667
2012	0%	0	100%	213
2013	0%	0	100%	176

FONTE: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 39 – EJA Ensino Fundamental – Evolução de matrículas por turno**Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar****Gráfico 40 – EJA Ensino Médio – Evolução de matrículas por turno****Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar**

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Muitos idosos ainda apresentam-se na condição de analfabetos, assim, cabe considerar a importância de promover políticas públicas a fim de buscar o fim do analfabetismo, promovendo o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais, esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

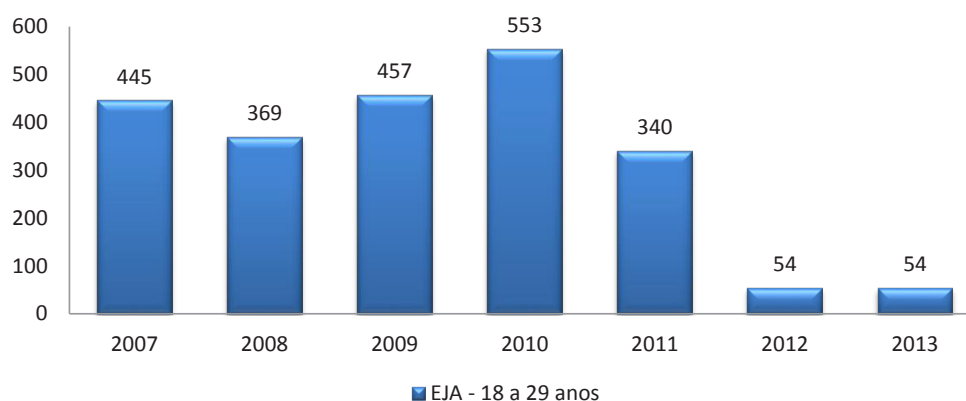
Tabela 37 – Evolução de matrículas de idosos na Educação de Jovens e Adultos

ANO	TOTAL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
2007	3	1	2
2008	4	2	2
2009	1	1	0
2010	3	2	1
2011	6	5	1
2012	7	7	0
2013	3	3	0

MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

A meta 8 do Plano Nacional de Educação pretende elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo para aqueles segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

Gráfico 41 – População de 18 a 29 anos matriculados na Educação de Jovens e Adultos



MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Após a análise de diversos dados referentes a Educação de Jovens e Adultos e a Escolaridade da população de Fraiburgo torna-se importante destacar que a meta do Plano Municipal de Educação de Fraiburgo deve estar relacionada a busca da superação do analfabetismo funcional e da alfabetização de jovens e adultos, relacionada a meta 15.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

*Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades
para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar
e quem aprende ensina ao aprender.*

Paulo Freire

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

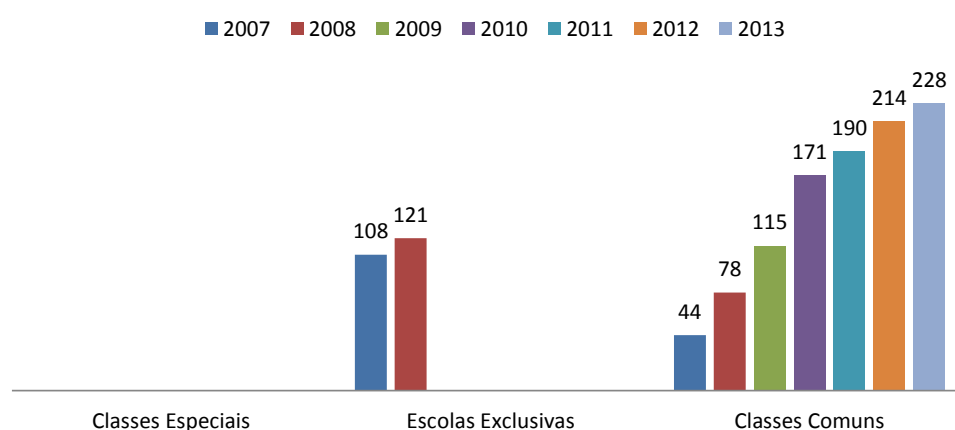
2.1.3.3 Educação Especial

Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva é publicada” da SEESP/MEC, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento a rede pública de ensino.

A concepção da Educação Especial nesta perspectiva da educação inclusiva busca superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como, a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Essa compreensão orienta que a oferta do AEE seja planejada para ser realizada em turno inverso a escolarização, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos a educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino.

Pensando nesta perspectiva, a meta 4 do Plano Nacional de Educação pretende universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional especializado inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Gráfico 42 – Evolução das matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 38 – Matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns por dependência administrativa

ANO	TOTAL		REDE PÚBLICA		REDE PRIVADA	
2007	28,9%	44	100%	44	0%	0
2008	39,2%	78	100%	78	0%	0
2009	100%	115	100%	112	100%	3
2010	100%	171	100%	166	100%	5
2011	100%	190	100%	184	100%	6
2012	100%	214	100%	208	100%	6
2013	100%	228	100%	223	100%	5

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

É possível perceber que o município de Fraiburgo vem trabalhando de acordo com o que a política nacional estabelece, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação devem frequentar classes comuns da Educação Básica, tanto na rede pública, quanto na rede privada de ensino.

Tabela 39 – Demonstrativo de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por etapa da Educação Básica

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL		ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS		ENSINO MÉDIO	
2007	30%	6	42,9%	24	100%	13	1,6%	1
2008	56,3%	9	62,9%	39	78,9%	30	0%	0
2009	100%	12	100%	68	100%	31	100%	3
2010	100%	22	100%	74	100%	66	100%	8
2011	100%	14	100%	89	100%	71	100%	15
2012	100%	14	100%	95	100%	83	100%	21
2013	100%	12	100%	89	100%	95	100%	26

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Destaca-se na Resolução do CNE/CEB nº04, de 02 de outubro de 2009:

Art.3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional;

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo as classes comuns;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Art.8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum do ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE;

As matrículas do AEE devem ser informadas no Censo Escolar/MEC/INEP para que o repasse seja efetivado. Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas está em destaque na estratégia 1.3 do Plano Nacional de Educação.

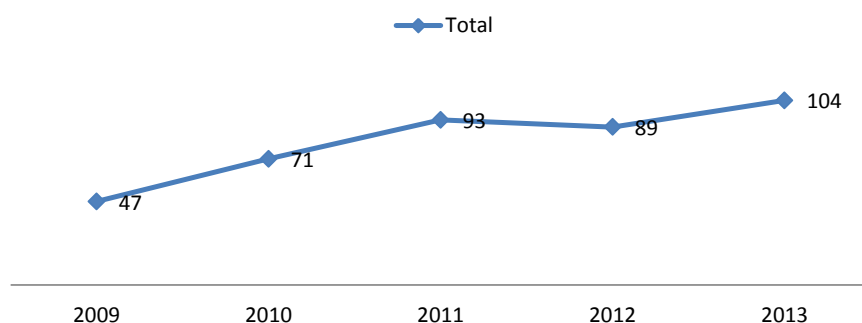
Tabela 40 – Salas de recursos Multifuncionais por rede e localização

ANO	TOTAL		URBANO		MUNICIPAL		ESTADUAL	
2009	6,3%	2	9,1%	2	0%	0	12,5%	1
2010	8,3%	3	12%	3	3,7%	1	14,3%	1
2011	19,4%	7	28%	7	18,5%	5	28,6%	2
2012	22,2%	8	32%	8	21,4%	6	33,3%	2
2013	18,9%	7	26,9%	7	21,4%	6	16,7%	1

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

A rede municipal tem outras três salas de recursos multifuncionais em fase de instalação, em escolas da zona rural, o que irá facilitar o atendimento educacional especializado das crianças do campo, sem necessidade de deslocamento em contra-turno. A rede privada não possui salas de recursos multifuncionais

Gráfico 43– Matrículas de alunos com necessidades especiais em turmas de AEE



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 41 – Demonstrativo de matrículas por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação

ANO	2009	2010	2011	2012	2013
CEGUEIRA	0%	0%	100%	66,7%	100%
			(1)	(2)	(1)
BAIXA VISÃO	10%	12,1%	6,7%	4%	18,8%
	(2)	(4)	(2)	(1)	(3)
SURDEZ	50%	66,7%	60%	75%	80%
	(2)	(2)	(3)	(3)	(4)
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	50%	58,3%	33,3%	41,2%	42,9%
	(4)	(7)	(4)	(7)	(6)
SURDOCEGUEIRA	0%	0%	0%	0%	0%
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	46,4%	55,2%	62,9%	50%	50,6%
	(39)	(58)	(83)	(76)	(89)
DEFICIÊNCIA FÍSICA	10%	13,6%	11,1%	10,5%	10%
	(1)	(3)	(2)	(2)	(2)
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	33,3%	50%	28,6%	25%	20%
	(1)	(3)	(2)	(2)	(1)
TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO	0%	0%	0%	0%	0%
ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO	0%	0%	0%	0%	0%

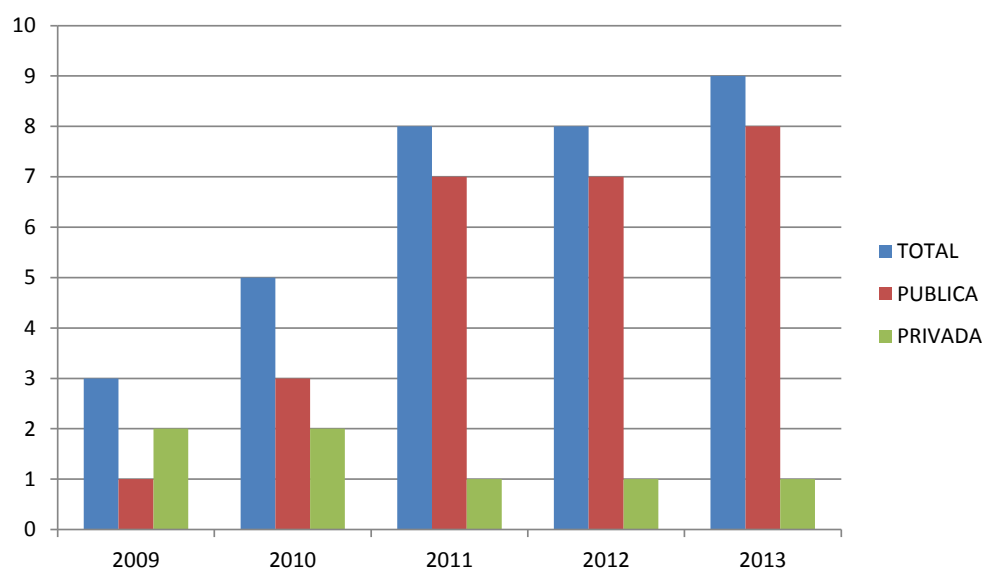
Fonte: MEC/ANEP/DEED/Censo Escolar

A partir da tabela acima é possível notar que a Deficiência Intelectual detém o maior número de atendimentos em salas de AEE.

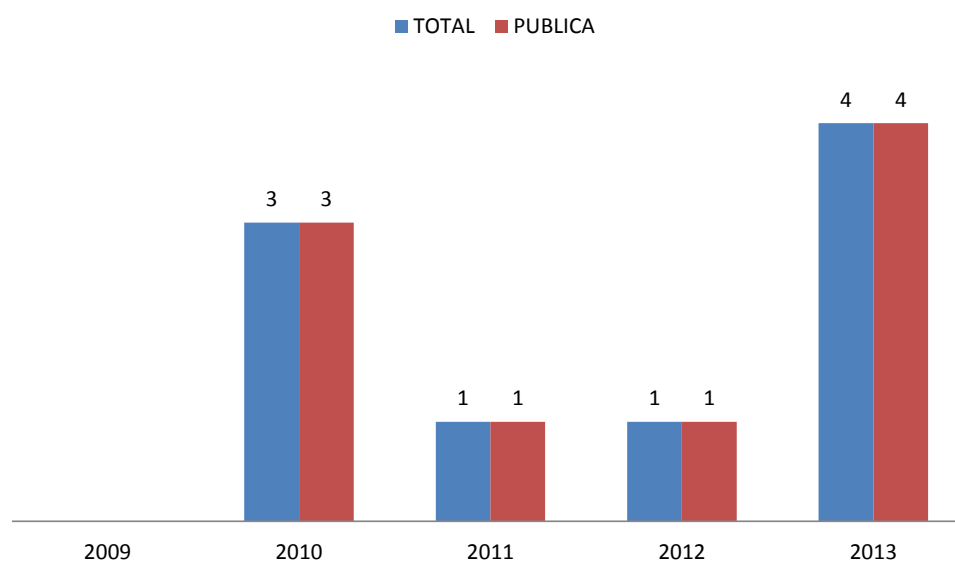
Algumas escolas tanto da rede municipal, quanto da estadual já receberam algum tipo de recurso destinado a adequação arquitetônica das escolas. Este recurso chega a escola de acordo com dados indicados no Censo Escolar.

Quando a escola recebe uma sala de recurso multifuncional deve ser direcionado para trabalhar neste ambiente um professor com conhecimento específico para o exercício da função. Também, sempre que necessário outros profissionais da educação trabalharão diretamente com este aluno, seja ele, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção (Resolução CNE/CEB 4/2009. Art. 9º).

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 44 – Docentes no atendimento educacional especializado

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 45 – Docentes que lecionam LIBRAS

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Diante do exposto percebe-se o comprometimento da Educação Básica de Fraiburgo frente à meta 4, a qual está diretamente ligada a META 15, principalmente no que se refere a investimentos do governo federal. .

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

*Nosso país será justo quando brancos negros, indígenas e outras etnias
viverem em condições de igualdade de direitos sociais.*

Felipe B. Anezzi

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.3.4 Educação Escolar Indígena e Quilombola²²

Não encontramos no município de Fraiburgo comunidades indígenas e/ou quilombolas, mas é possível encontrar estudantes de etnia indígena matriculadas na Educação Básica no município de Fraiburgo.

A maioria dos alunos de etnia indígena ficam no município de maneira itinerante, outros vêm com suas famílias e são matriculados nas escolas de ensino regular. Como o número de matrículas ainda é muito pequeno e não existe uma comunidade indígena no município não se justificaria a criação de uma escola específica para o atendimento da demanda. Assim, devemos garantir o direito de expressão de suas diferenças étnico-culturais, a valorização de seus modos tradicionais de conhecimento, crenças, memórias e demais formas de expressão de suas diferenças.

Cabe à escola não indígena, desenvolver estratégias pedagógicas com o objetivo de promover e valorizar a diversidade cultural, com base no que está assegurado na LDB, em seu artigo 26, alterado pela LEI 11.645/2008: Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2013b).

Não há comunidade de quilombo no Município de Fraiburgo, mas a garantia da escolarização quilombola está prevista nos seguintes documentos legais:

- Constituição Federal de 1988, artigo 205;
- Lei nº9394/1996, alterada pelas Leis nº10.639/2003 e nº12.960/2014 – estas leis apresentam a possibilidade de se construir propostas de escolarização para quilombolas, pois não se pode falar de história e cultura afro-brasileira sem abordar a formação dos quilombos;
- Resolução CNE/CEB nº 8/2012 – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

As ações para a Educação Escolar Indígena e Quilombola estão explícitas nas estratégias deste plano.

²² Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidência de uma grande nação.

Nelson Mandela

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.3.5 Educação Escolar do Campo ²³

A Educação Escolar do Campo assegurada no Artigo 28, da LDB, deve ser oferecida pelos sistemas de ensino de modo que atenda às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente, quanto aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural.

De acordo com o último censo demográfico de 2010 Fraiburgo tinha uma população de 4262 habitantes na zona rural, um decréscimo cada vez maior. Essa realidade demonstra a necessidade de forte investimento na elevação da escolaridade desta população, que permita assegurar a permanência destas famílias na atividade, com renda e qualidade de vida.

A Educação do Campo precisa ser pensada a partir de valores do campo e não do meio urbano. Arroyo & Fernandes (1999) afirmam que não basta ter escolas no campo, é necessário construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

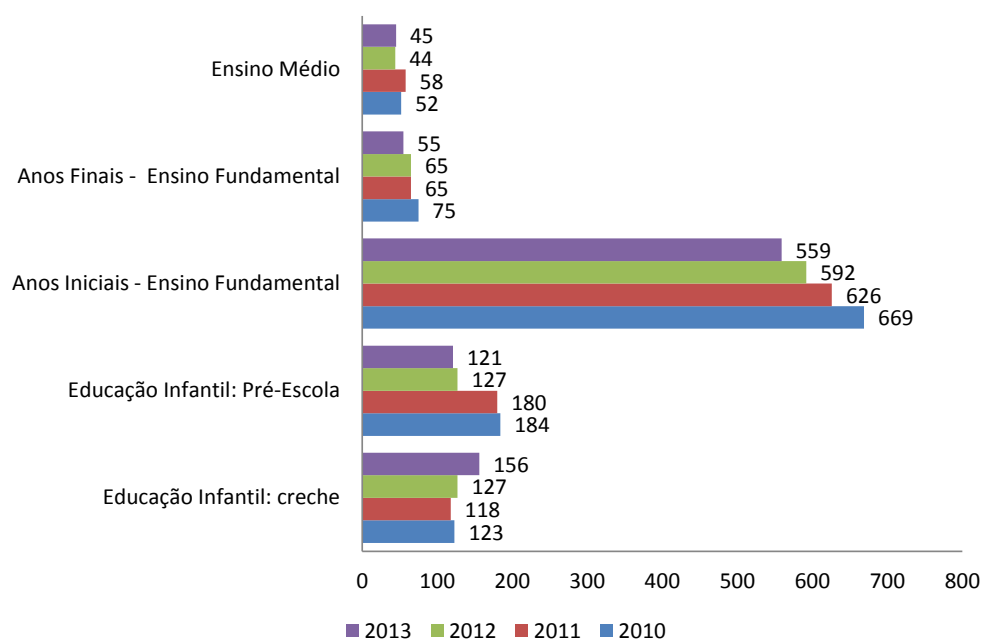
Tabela 42 – Evolução do total de matrículas por etapa e modalidade de ensino, zona rural

Etapa/modalidade	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil: creche	123	118	127	156
Educação Infantil: Pré-Escola	184	180	127	121
Anos Iniciais - Ensino Fundamental	669	626	592	559
Anos Finais - Ensino Fundamental	75	65	65	55
Ensino Médio	52	58	44	45

Fonte: MEC/ANEP/DEED/Censo Escolar

A oferta majoritária da Educação Infantil e do Ensino Fundamental- Anos Iniciais é da rede pública municipal e a do Ensino Fundamental- Anos Finais e Ensino Médio e da Educação Profissional da rede pública estadual.

²³ Texto Base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

Gráfico 46 – Educação Básica : Total de matrículas na zona rural

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Estabelecer uma política pública adequada à Educação do Campo necessita a adoção de ações conjuntas de colaboração e cooperação que fortaleçam o currículo e uma Educação Básica de qualidade, em busca de todas as estratégias já citadas relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, aprendizagem adequada e na idade certa e principalmente, no que se refere ao financiamento.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral ‘as crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações.

(MEC, 2009, p.18)

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.1.3.6 Educação em Tempo Integral ²⁴

A proposição de uma política de Educação Integral²⁵ transcende os objetivos da ampliação do tempo escolar, perpassando pela ressignificação da função social da escola e do currículo. O conceito de Educação Integral toma a formação humana como princípio, com um currículo da Educação Básica centrado no tempo, no espaço e no contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade (BRASIL, 2010d).

Assim, ampliar o tempo na escola não significa fazer mais do mesmo, mas garantir que a aprendizagem aconteça em modos diferentes de organização dos tempos e espaços que compõem os processos escolares, superando a maneira discursiva e abstrata presentes na prática escolar.

Os ideais da Educação Integral não são novos entre os educadores brasileiros. Eles aparecem na história da educação, no período da segunda república, com o “Manifesto dos Pioneiros” no ano de 1932. O documento coloca em discussão a reconstrução da educação, bem como, a organização de um sistema escolar único, laico, público e obrigatório para todos, onde todos os educandos tivessem as mesmas oportunidades de desenvolver-se integralmente.

Mesmo estando em pauta há mais de 60 anos e sendo assegurada pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 205, 206 e 227), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela LDB em seu Artigo 34, somente a partir de 2001, com a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, é retomada com maior ênfase à Educação Integral como possibilidade de formação da pessoa integralmente, para o Ensino Fundamental e também a Educação Infantil. O estado de Santa Catarina, na Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar nº 170/1998, reafirma a importância da Educação Integral.

Neste Plano foi contemplada a meta que trata da ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, sete horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando a instituição de Conselhos Escolares (BRASIL, 2001a).

O principal instrumento para o alcance das metas do PNE é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), composto por um conjunto de normas, programas, instrumentos de avaliação e gestão, voltadas para a Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, programa estratégico do PDE, foi aderido por Santa Catarina em

²⁴ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

²⁵ Considera-se tempo integral os alunos que estão em turmas com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas com carga horária menor, mas que, somado o tempo de atividade complementar atinja as 7 horas.

dezembro de 2007. Este Plano de Metas possui 28 diretrizes, dispostas em seu Artigo 2. Em relação a educação em tempo integral, a diretriz nº 7 aponta para a ampliação das possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular. Em virtude desta adesão, Santa Catarina vem elaborando Planos de Ações Articuladas estadual e municipais, cujo objetivo é angariar recursos financeiros para atender demandas prioritárias conforme diagnóstico prévio.

Neste processo, é preciso mencionar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 11.494/2007), que assegurou percentual per capita diferenciado para estudantes em tempo integral na escola.

É importante ressaltar que os Planos Nacional, Estaduais e Municipal expressam o resultado dos debates sobre os rumos da educação brasileira realizados na Conferência Nacional de Educação de 2010 e em todas as etapas preparatórias estaduais, regionais e municipais para a CONAE 2014, de onde saíram proposições de metas prioritárias a serem alcançadas em um decênio. A Educação Integral foi amplamente discutida nestes espaços, fazendo com que o novo PNE, aprovado em 2014, pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2014 até 2024, trouxesse meta específica para sua ampliação (meta 6).

Dentre os programas do Governo Federal aderidos em Fraiburgo, que estão contribuindo para a ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral, estão o Programa Mais Educação (ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral), a partir de 2012, e o Programa Ensino Médio Inovador, a partir de 2011. O Censo Escolar de 2013, registrou 2 escolas da rede municipal participantes do Programa Mais Educação e 1 escola estadual participante do ProEMI.

Diante do exposto, é possível constatar que a Educação em Tempo Integral, sob o conceito de Educação Integral, possui um sólido aparato legal e diversos programas, projetos e ações para o fomento de sua ampliação. Em Fraiburgo a maior cobertura fica por conta da rede pública municipal e o maior número de matrículas em tempo integral está na Educação Infantil.

Tabela 43 – Porcentagem de matrículas em tempo integral na Educação Básica

ANO	TOTAL		Educação Infantil		Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio	
2011	13,5%	1229	65,3%	111 6	100%	806	34,3%	310	0%	0	1,9 %	55	4,1 %	58
2012	13,5%	1216	67,1%	114 4	99,9%	875	32,5%	269	0%	0	1%	28	3,2 %	44
2013	15,5%	1356	69,3%	117 9	100%	866	37,5%	313	4,1 %	113	0,7 %	19	3%	45

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Historicamente a Educação Infantil atende em período integral no Município de Fraiburgo pelo fato da necessidade das mães trabalharem, é uma questão social.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Diferentemente da maioria dos municípios atende 12 horas por dia. Já a Educação Integral nas escolas aparece recentemente, principalmente pela falta de infraestrutura adequada.

Os 15 Centros de Educação Infantil do Município de Fraiburgo fazem atendimento em Educação Integral, as escolas da rede privada recentemente vêm ampliando a jornada em tempo integral para pais com este interesse. Ainda o Censo Escolar de 2013 aponta 02 escolas da rede municipal com Educação em Tempo Integral para Anos Iniciais e 01 escola estadual em tempo integral para Ensino Médio. No ano de 2015 a oferta em tempo integral nas escolas municipais subiu para 04, ainda abrangendo os anos iniciais.

A Educação em Tempo Integral é considerada pela comunidade educacional como uma possibilidade de reduzir as desigualdades sociais, com promoção da inclusão educacional a partir de políticas públicas e ações pedagógicas criativas voltadas às necessidades da população fraiburguense.

Para que materializem os percentuais de atendimento na Educação em Tempo Integral propostos na meta 6, até o final da vigência deste Plano, será preciso definir políticas públicas respaldadas pelos respectivos Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e no Plano de Governo, com desencadeamento de busca ativa do público da Educação Básica.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Esse professor ou professora consegue estabelecer relações baseadas no diálogo, na confiança e nutrir uma efetividade que permite que os conflitos cotidianos da escola sejam solucionados de maneira democrática.
(ARAÚJO)

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

3 Profissionais da Educação Básica

O artigo 3º da LDB, ao definir os princípios da educação nacional, prevê a valorização do profissional da educação escolar. Assim, valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

Para a formação inicial e continuada dos docentes, é central levar em conta a relevância dos domínios indispensáveis ao domínio da docência, conforme disposto na Resolução do CNE/CP nº 1/2006, que assim se expressa:

I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II – a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional;

III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas de instituições de ensino.

Além desses domínios, o professor precisa, particularmente, saber orientar, avaliar, elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir conhecimentos. Deve transpor os saberes específicos de suas áreas de conhecimento e das relações entre essas áreas, na perspectiva da complexidade; conhecer e compreender as etapas de desenvolvimento dos estudantes com os quais está lidando.

A formação inicial e continuada do professor deve ser assumida como compromisso integrante do projeto social, político, ético, local e nacional, que contribui para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e capaz de promover a emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

Assim, hoje, exige-se do professor mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigida, como pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente em equipe e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa.

Nesse sentido, o professor da Educação Básica é o profissional que conhece as especificidades dos processos de desenvolvimento e de aprendizagens, respeita os direitos dos estudantes e de suas famílias. Para isso, domina o conhecimento teórico-metodológico e teórico-prático indispensável ao desempenho de suas funções, definidas no artigo 13 da LDB, no plano de carreira a que se vincula, no regimento da escola, no projeto político-pedagógico em sua processualidade.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 44 – Professores da Educação Básica com curso superior

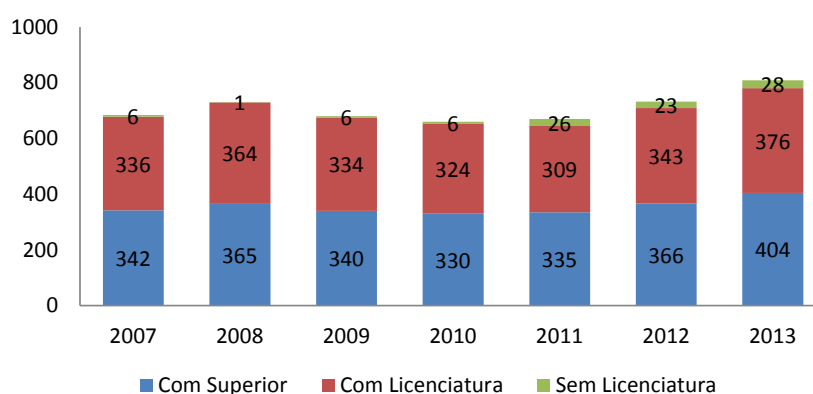
Ano	Curso superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	79,7%	384	2,9%	14	76,8%	370
2008	82,3%	396	0,2%	1	82,1%	395
2009	80,3%	362	1,3%	6	78,9%	356
2010	80,3%	354	1,4%	6	78,9%	3448
2011	85,8%	356	7%	29	78,8%	327
2012	89,6%	388	5,8%	25	83,8%	363
2013	88,2%	426	6,2%	30	82%	396

Fonte: MEC/ANEP/DEED/Censo Escolar

A meta 15 do Plano Nacional de Educação pretende garantir em regime de colaboração política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

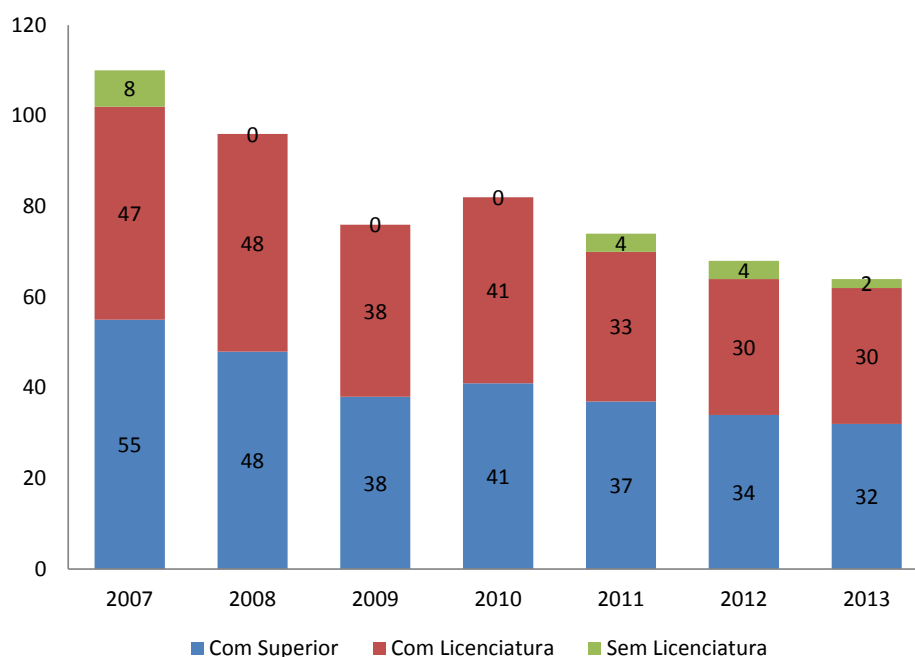
Percebe-se através da tabela acima apresentada que os professores que atuam na Educação Básica no Município de Fraiburgo em sua grande maioria tem curso superior com licenciatura, mesmo assim os índices ainda não superam a expectativa nacional.

O MEC vem implantando programas para oportunizar a formação aos professores sem habilitação na área de atuação ou sem curso superior. Exemplo disso, é o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído em 2009, mesmo assim existe a necessidade de incentivar os professores a se inscreverem no programa e concluírem seus estudos.

Gráfico 47 – Professores da Educação Básica com curso superior na rede pública em Fraiburgo

Fonte: MEC/ANEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 48 – Professores da Educação Básica com curso superior na rede privada em Fraiburgo

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Tabela 45 – Professores da Educação Básica por escolaridade

ANO	E. Fundamental		Ensino Médio		Ensino Médio		Ensino superior	
			Magistério					
2007	0,4%	2	17,2%	82	2,9%	14	79,4%	378
2008	0,2%	1	7,2%	34	10,5%	50	82,1%	389
2009	0%	0	8,9%	40	10,9%	49	80,1%	359
2010	0%	0	8,6%	37	11,4%	49	80%	345
2011	0%	0	6,8%	27	7,8%	31	85,5%	342
2012	0%	0	0,9%	4	9,6%	41	89,5%	383
2013	0%	0	0,4%	2	11,6%	53	88%	403

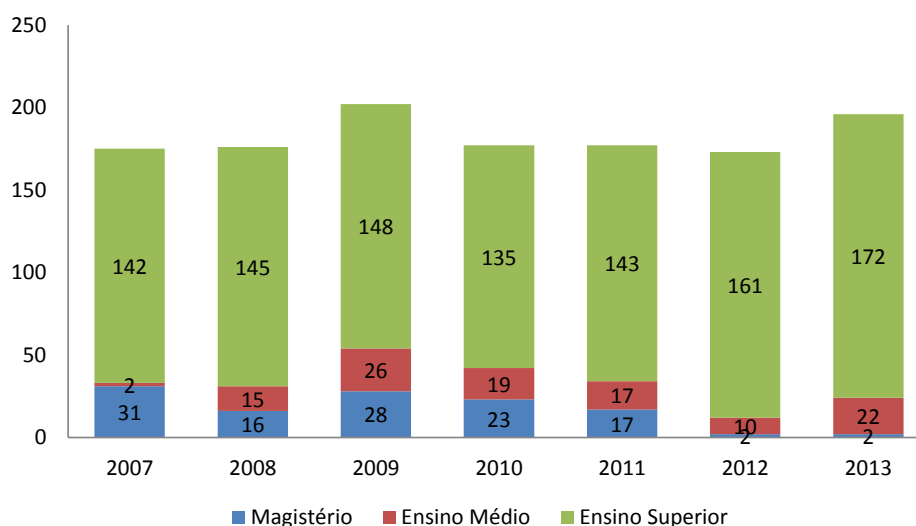
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Mesmo com amparo legal e políticas públicas voltadas a formação inicial, Fraiburgo ainda não atingiu a totalidade de docentes com curso superior completo. Fatores como a rotatividade de professores, dificultam a criação de vínculos entre a escola e o professor, com prejuízo significativo do trabalho pedagógico.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Logo abaixo poderemos acompanhar a escolaridade dos professores por etapa da Educação Básica. A maioria dos professores da Educação Infantil possui curso superior, ou seja, 87,8% dos docentes, 11,2% tinham ensino médio, muitos frequentando o ensino superior e apenas 1% tem apenas o ensino médio/magistério.

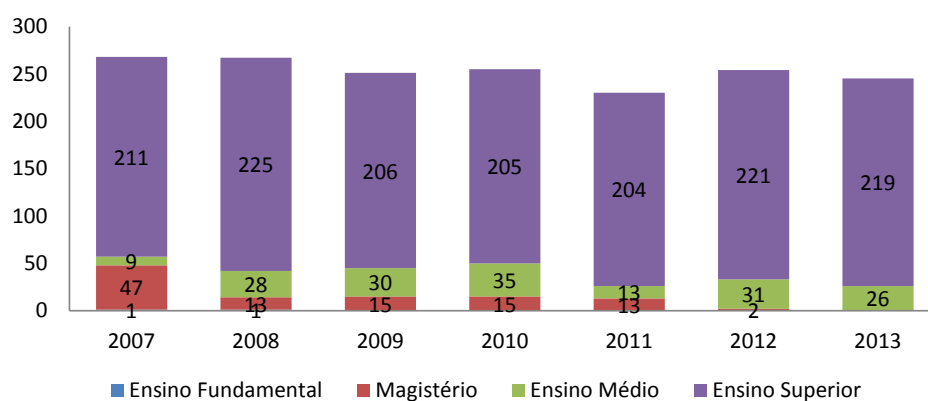
Gráfico 49 – Professores da Educação Infantil por escolaridade



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

No Ensino Fundamental da Educação Básica de Fraiburgo também nota-se que 89,4% dos professores atuantes em 2013 tinham ensino superior completo e 10,6% estavam cursando o ensino superior.

Gráfico 50 – Professores do Ensino Fundamental por escolaridade

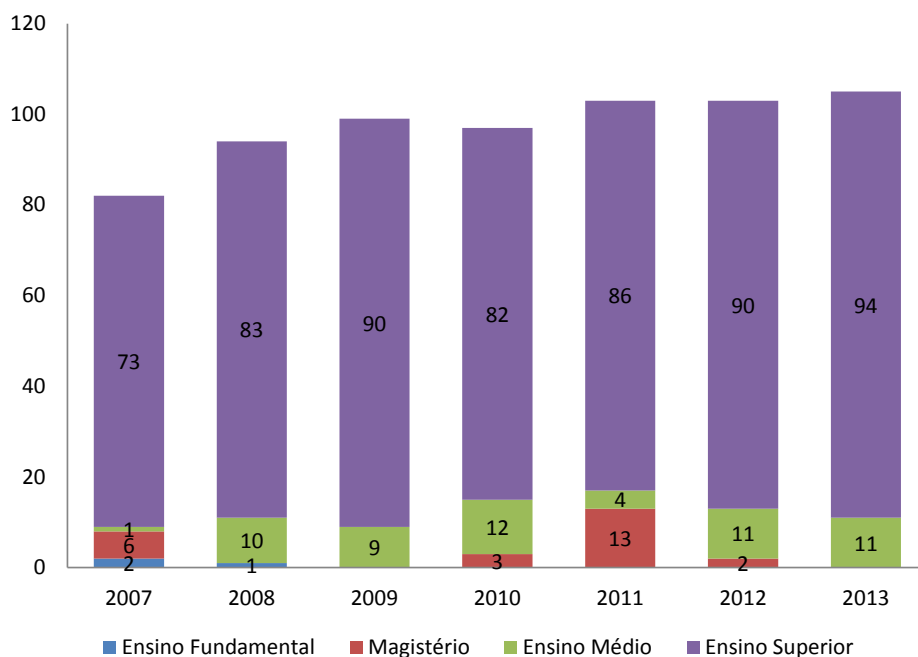


Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Os dados do Ensino Médio no que se refere a formação de professores é muito parecido com os de anos finais, em 2013 89,5% dos docentes que atuaram nesta etapa da Educação Básica tinham ensino superior e apenas 10,5% estavam cursando.

Gráfico 51 – Professores do Ensino Médio por escolaridade



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Se analisarmos a formação dos professores que atuam nos anos finais será perceptível que temos um longo caminho a conquistar no que se refere a licenciatura em área específica. Poderemos verificar na tabela geral e nos gráficos por disciplina que nenhuma das áreas é contemplada em 100% por profissionais com licenciatura em sua área.

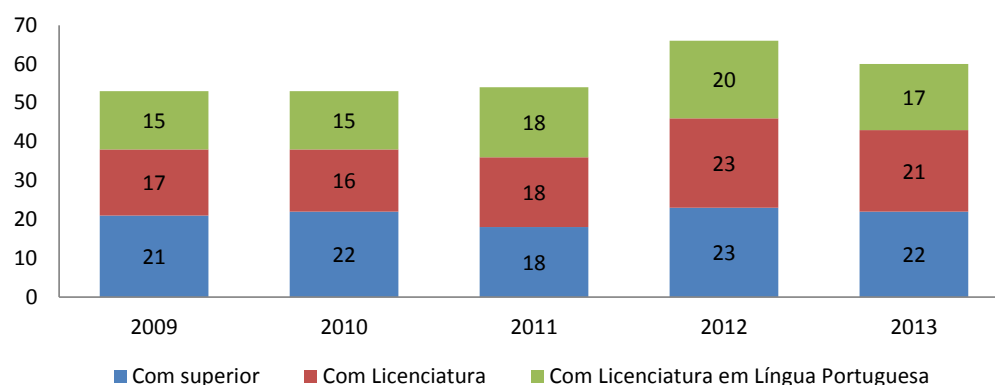
Tabela 46 – Professores dos anos finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

Ano	Com Superior	Com Licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	94,4% 117	53,2% 66	33,9% 42
2010	91,2% 114	42,4% 53	32,8% 41
2011	100% 151	88,7% 134	69,5% 105
2012	95,3% 162	80,6% 137	56,5% 96
2013	98,2% 160	81% 132	62,6% 102

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

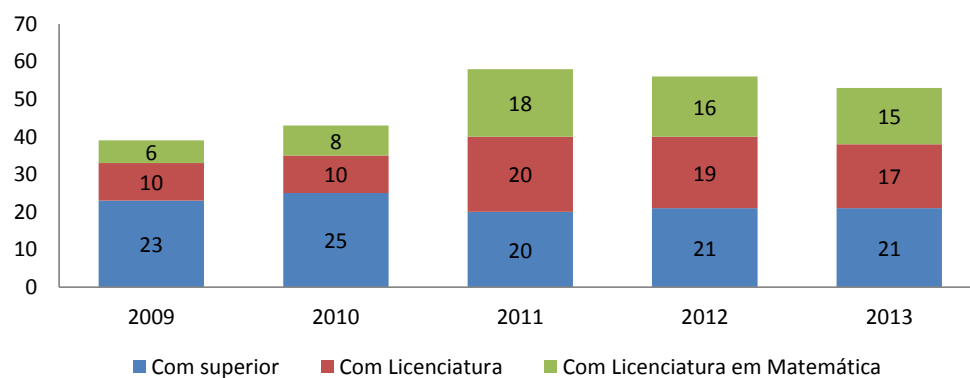
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 52 – Professores de Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua



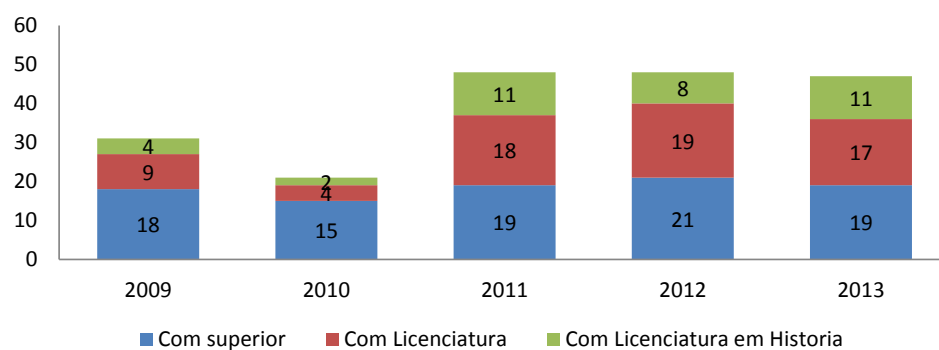
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 53 – Professores de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

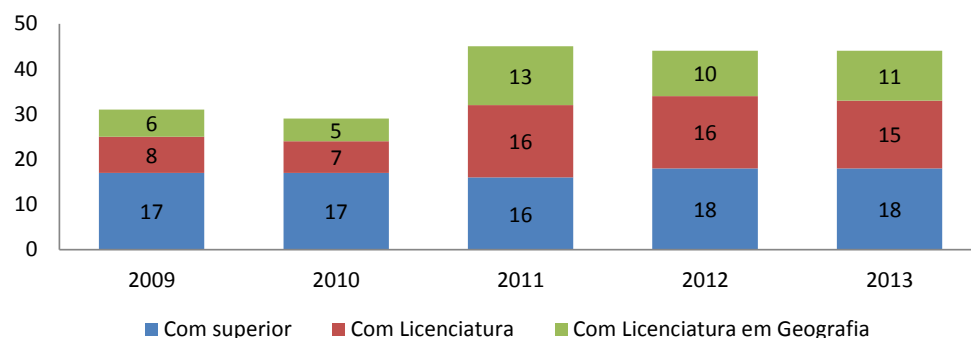
Gráfico 54 – Professores de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

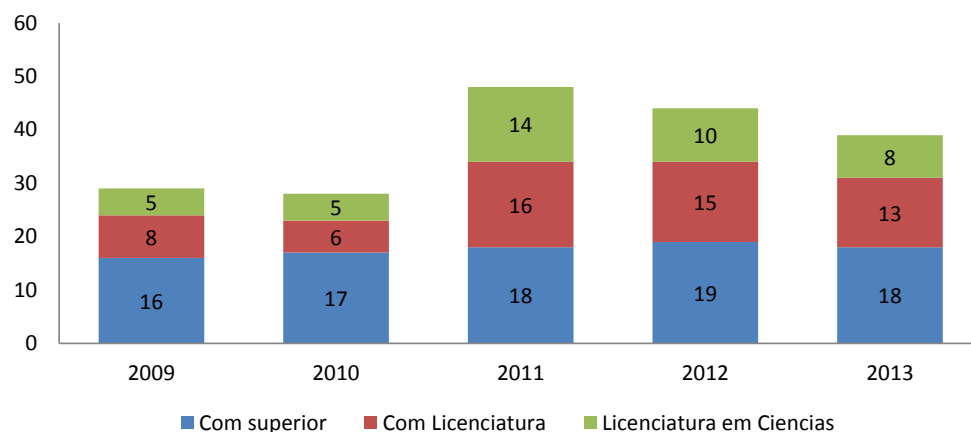
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 55 – Professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua



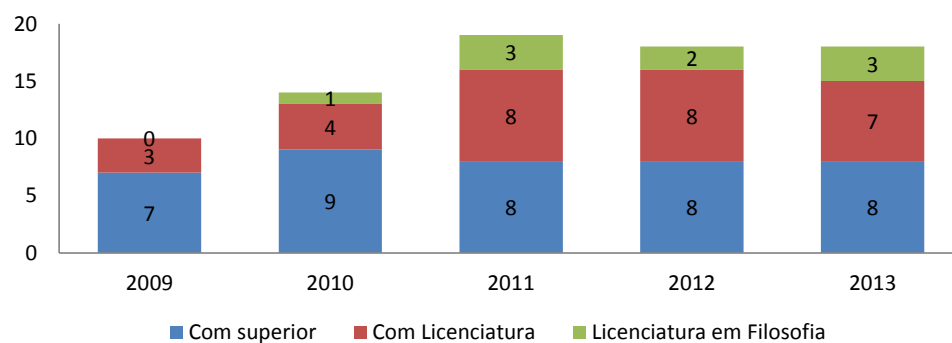
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 56 – Professores de Ciências dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua



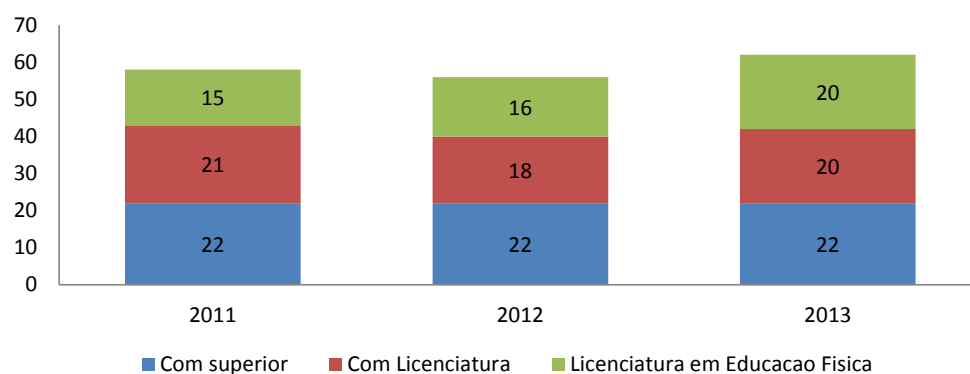
Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 57 – Professores de Filosofia dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

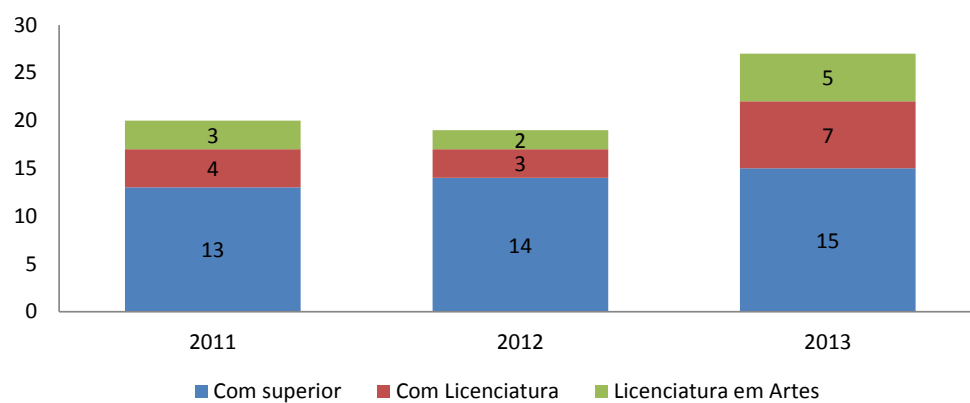


Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

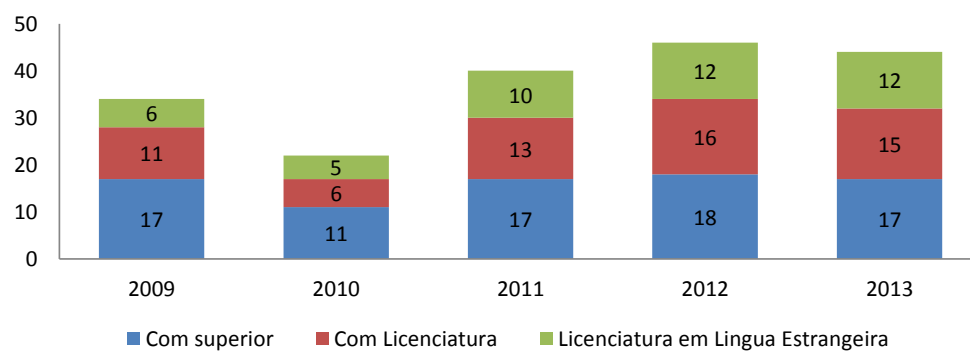
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 58 – Professores de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 59 – Professores de Artes dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

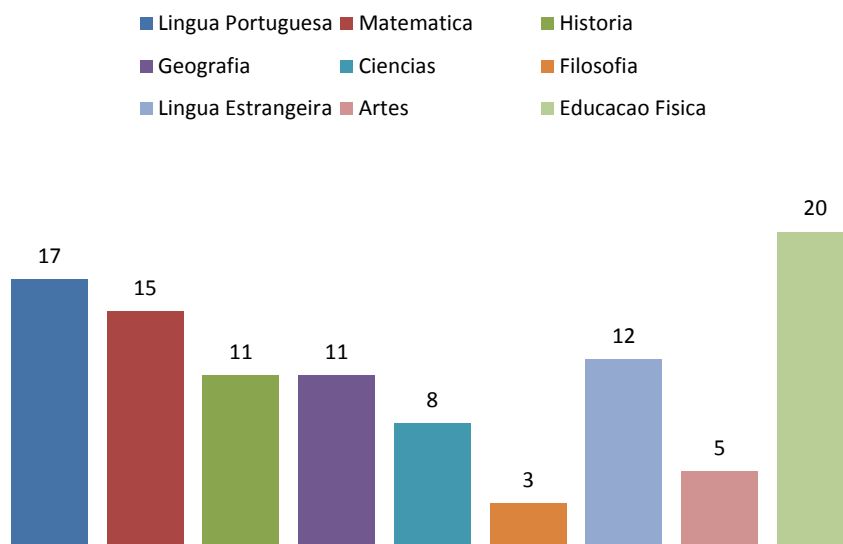
Gráfico 60 – Professores de Língua Estrangeira dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Nos anos finais as disciplinas de Língua Portuguesa e Educação Física são as que concentram maior número de professores com licenciatura na área de atuação, já filosofia e artes demonstram as menores taxas.

Gráfico 61 – Demonstrativo de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental com licenciatura na área em que atua



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

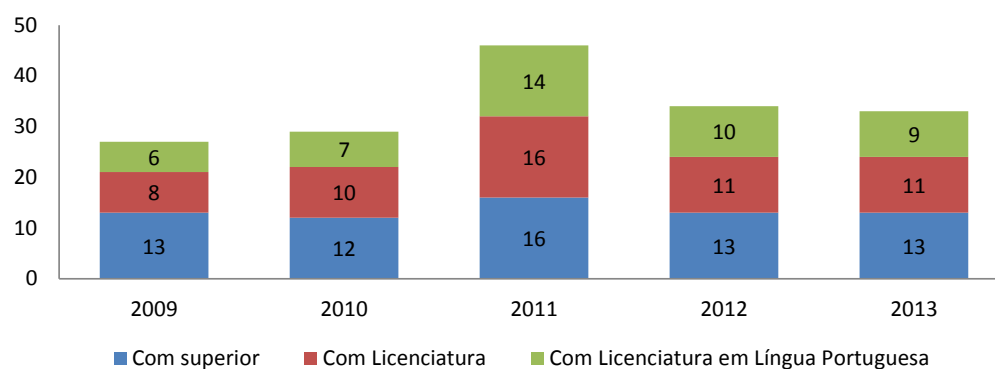
Se analisarmos a formação dos professores que atuam no ensino médio será perceptível que temos um longo caminho a conquistar no que se refere a licenciatura em área específica. Poderemos verificar na tabela geral e nos gráficos por disciplina que nenhuma das áreas é contemplada em 100% por profissionais com licenciatura em sua área, assim como nos anos finais.

Tabela 47 – Professores do Ensino Médio com licenciatura na área que atua

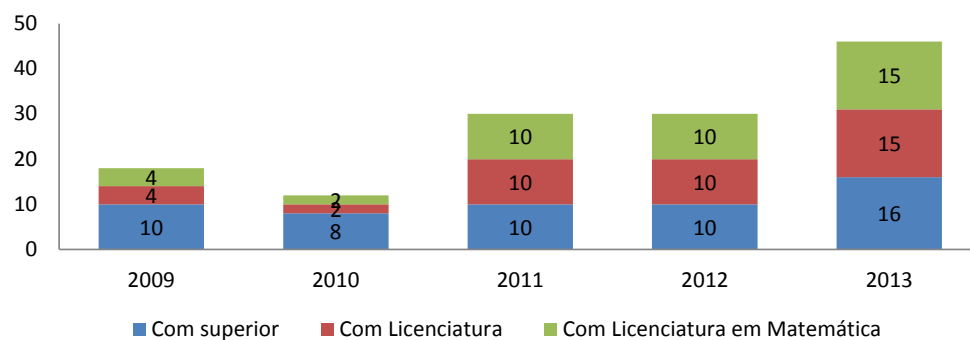
Ano	Com Superior		Com Licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	89,5%	17	57,9%	11	31,6%	6
2010	78,6%	11	42,9%	6	35,7%	5
2011	100%	17	76,5%	13	58,8%	10
2012	100%	18	88,9%	16	66,7%	12
2013	89,5%	17	78,9%	15	63,2%	12

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

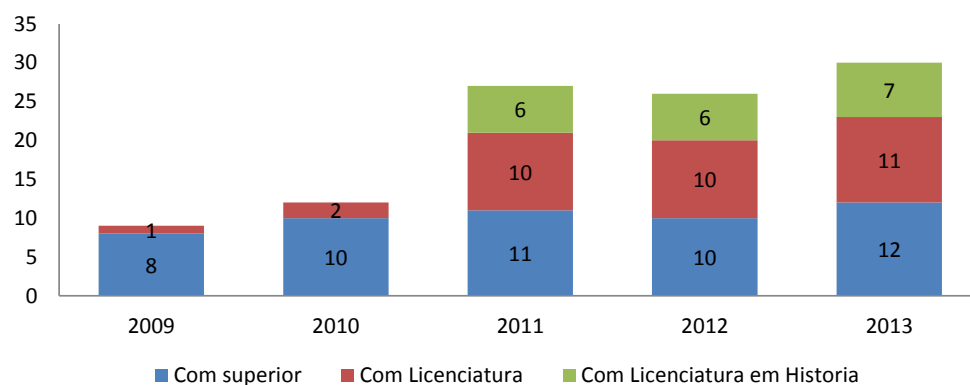
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 62 – Professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

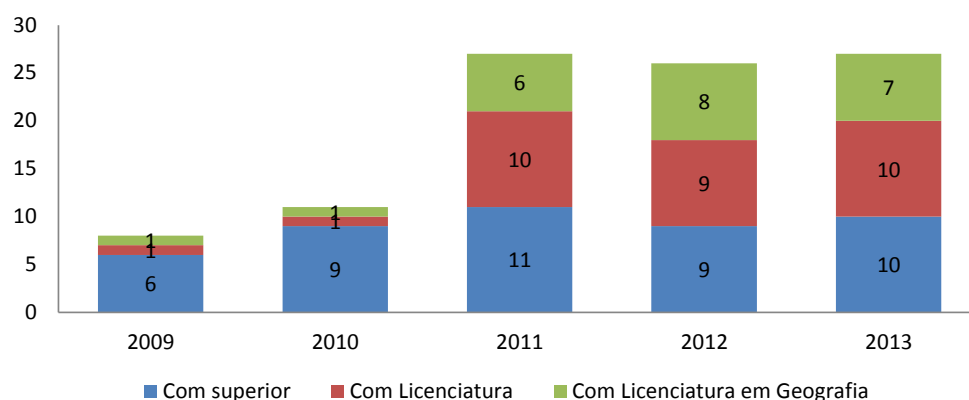
Gráfico 63 – Professores de Matemática do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

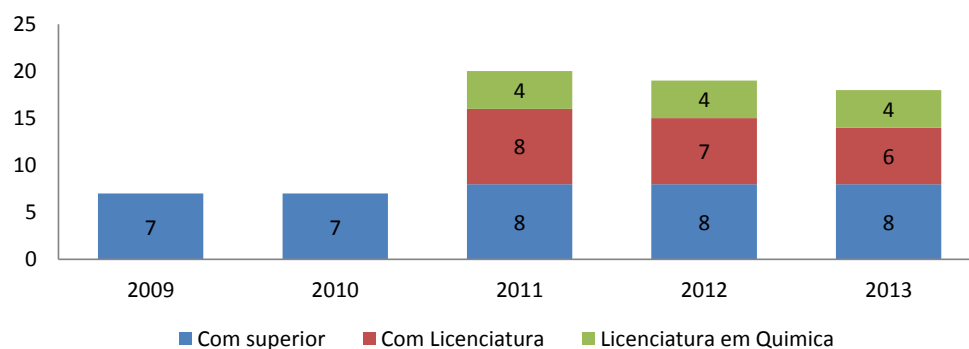
Gráfico 64 – Professores de História do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

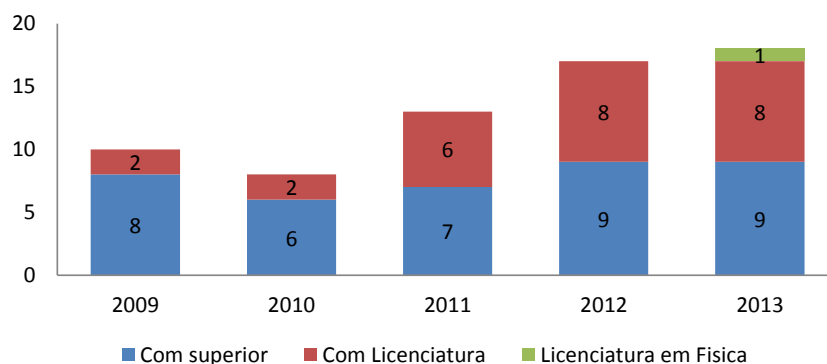
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 65 – Professores de Geografia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

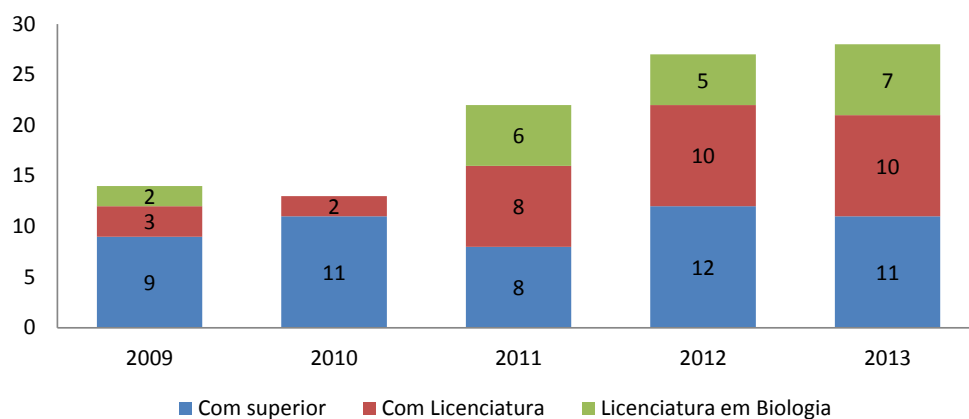
Gráfico 66 – Professores de Química do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

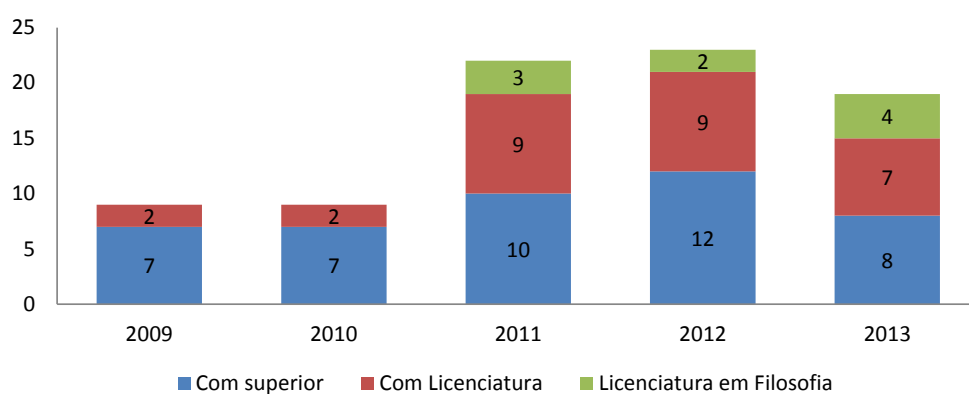
Gráfico 67 – Professores de Física do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

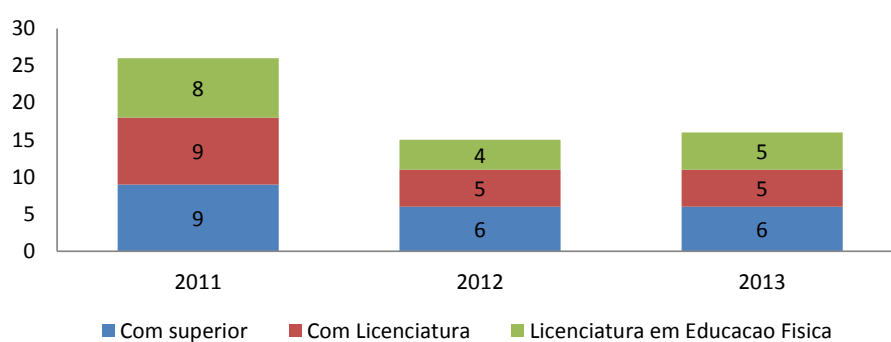
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Gráfico 68 – Professores de Biologia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

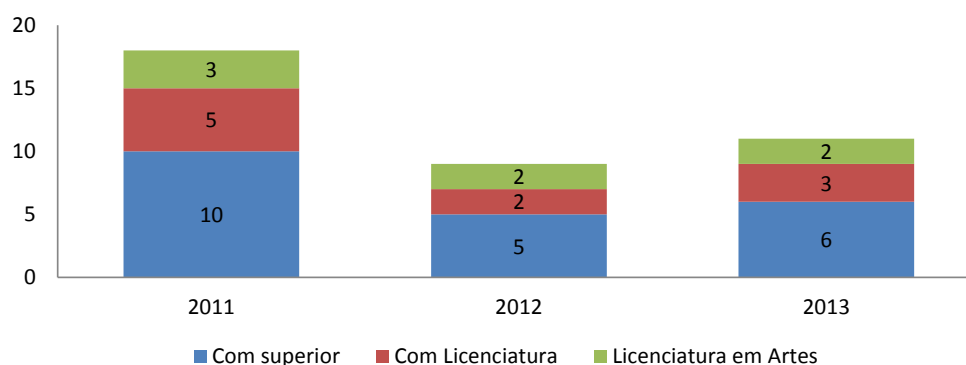
Gráfico 69 – Professores de Filosofia do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

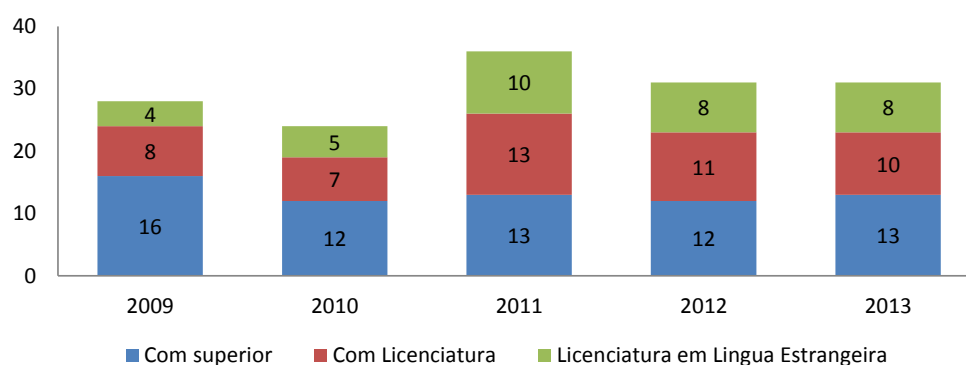
Gráfico 70 – Professores de Educação Física do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

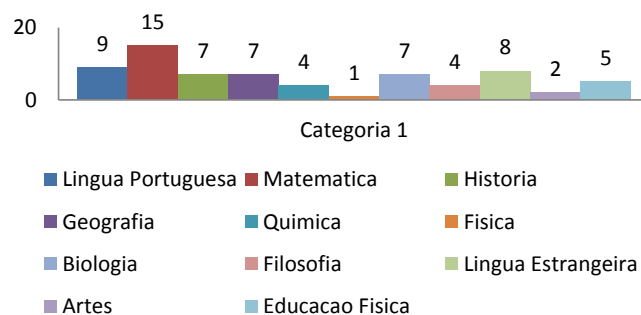
Gráfico 71 – Professores de Artes do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 72 – Professores de Língua Estrangeira do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

No Ensino Médio as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são as que concentram maior número de professores com licenciatura na área de atuação, já filosofia, química, física e artes demonstram as menores taxas.

Gráfico 73 – Demonstrativo de professores do Ensino Médio com licenciatura na área em que atua

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

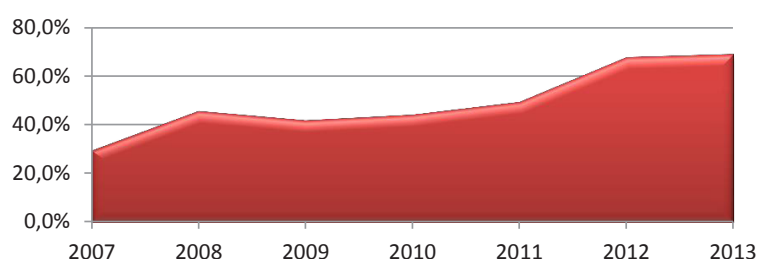
Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A estratégia 15.9 do Plano Nacional de Educação vem fortalecer a importância de implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa de atuação docente, em efetivo exercício.

Além do curso superior a Meta 16 também está relacionada a formação de professores, já que estabelece formar em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste plano e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

É perceptível o aumento de professores com pós-graduação atuantes na Educação Básica no Município de Fraiburgo. A meta do Plano Nacional é que 50% dos profissionais tenham pós-graduação, mas em Fraiburgo este número chega a 68,9% de acordo com o Censo Escolar de 2013.

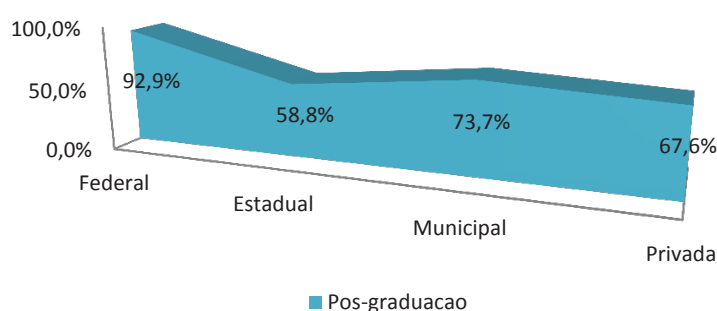
Gráfico 74 – Professores da Educação Básica com Pós-graduação



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Se analisarmos o mesmo indicativo pelas redes de ensino, será possível notar que tanto a rede federal, quanto a estadual, a municipal e a privada já atingiram a meta nacional de 50%.

Gráfico 75 – Professores da Educação Básica com Pós-graduação por rede

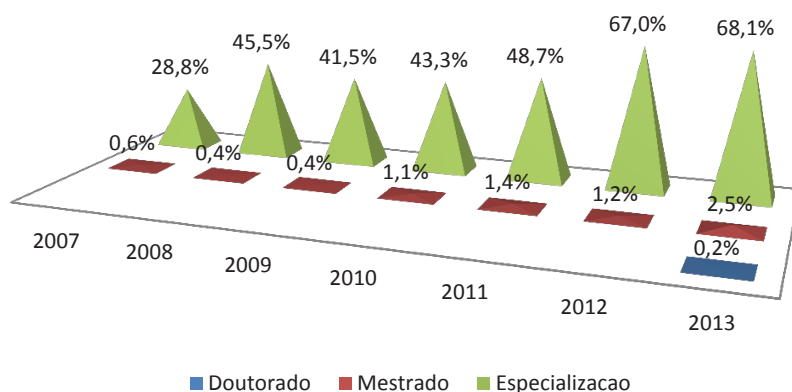


Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Se o número de professores pós-graduados é bastante expressivo, o número de mestres e doutores na área da educação ainda é bastante baixo. Não existem políticas de incentivo para que o professor tenha a possibilidade de cursar mestrado, principalmente, no interior do estado.

Gráfico 76 – Tipos de pós-graduação



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Tabela 48 – Professores com pós-graduação em cada etapa da Educação Básica.

EDUCAÇÃO INFANTIL								
	TOTAL		REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR	
2007	26%	46	26,2%	44	50%	3	0%	0
2008	44,4%	79	43,3%	74	80%	4	66,7%	4
2009	37,1%	75	38,1%	75	-	-	25%	2
2010	42,4%	75	41,5%	71	-	-	71,4%	5
2011	46,4%	83	46%	80	-	-	66,7%	4
2012	78%	135	79%	132	-	-	57,1%	4
2013	74,2%	147	74,6%	144	-	-	66,7%	4

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS								
	TOTAL		REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR	
2007	37,5%	63	33,3%	42	60,6%	20	6,3%	1
2008	50,9%	86	48,8%	59	62,2%	23	52,4%	11
2009	47,6%	70	45,3%	48	64,3%	18	42,1%	8
2010	48,3%	71	44,7%	51	52,2%	12	78,9%	15

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2011	58,6%	78	57,9%	55	57,1%	16	73,7%	14
2012	72%	103	69,6%	78	87,5%	14	77,8%	14
2013	73,6%	109	74,6%	85	64,7%	11	72,2%	13

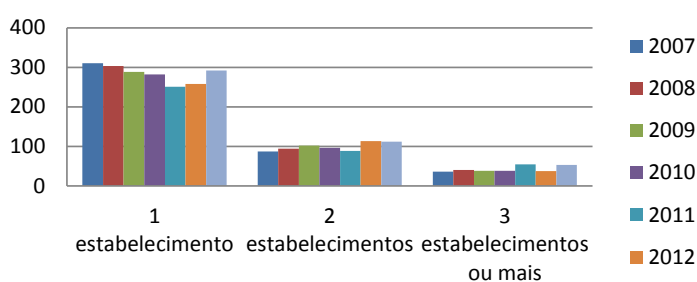
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

	TOTAL		REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR	
2007	29,5%	39	29,9%	20	36,1%	26	11,85	2
2008	47,4%	64	49,3%	33	45,1%	32	63,2%	12
2009	40%	56	41,1%	30	38,2%	26	50%	9
2010	41,2%	61	31%	22	42,9%	30	75%	15
2011	50%	68	42,5%	31	52,5%	32	70%	14
2012	55,8%	82	54,4%	49	58,5%	31	72,2%	13
2013	61,2%	90	65,2%	58	58,8%	30	65%	13

ENSINO MÉDIO

	TOTAL		REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL		REDE PRIVADA	
2007	27,7%	23	0%	0	31,1%	23	0%	0
2008	38,3%	36	0%	0	32,9%	26	60%	12
2009	43,4%	43	0%	0	41,7%	35	47,4%	9
2010	44,6%	45	0%	0	43%	37	60%	12
2011	48,5%	47	0%	0	47,6%	40	57,9%	11
2012	54,5%	55	0%	0	52,9%	45	64,7%	11
2013	61,6%	69	0%	0	60%	57	73,7%	14

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

Gráfico 77 – Porcentagem de professores por quantidade de estabelecimentos que trabalham²⁶

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar

²⁶ Um mesmo docente pode atuar em mais de uma dependência administrativa.

Tabela 49 – Total de professores da Rede Pública ocupantes de cargos de provimento efetivo

ANO	TOTAL		REDE MUNICIPAL		REDE ESTADUAL	REDE FEDERAL		
2011	64,1%	252	69,5%	207	53,4%	71	0	
2012	62,3%	254	67,2%	215	50%	57	0	
2013	52,3%	239	54,1%	193	49,6%	59	78,6%	11

Fonte: MEC/ANEP/DEED/Censo Escolar

Assegurar a promoção efetiva da valorização dos profissionais da educação pública não se resume a formação inicial e continuada. É fundamental reestruturar os estatutos e planos de carreira, para garantir o que dispõe a LDB, no artigo 67: o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e título; o piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação e/ ou habilitação e na avaliação do desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; e condições adequadas de trabalho.²⁷

²⁷ Texto Base: Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

É que surge o perfil para o atual professor universitário, que deve ser o assessor do educando em sua busca do saber por vias e estratégias formativas próprias, estimulando sua curiosidade na busca de conhecimentos ainda não obtidos. [...] combatendo a corrente acadêmica da acomodação e da repetição de ideias tradicionais [...]. CERQUEIRA

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

4 Educação Superior²⁸

O direito a Educação Superior de qualidade está estabelecido na constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e nos reordenamentos do Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com o Artigo 44, da LDB, a Educação Superior abrange cursos e programas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico), de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), de extensão e cursos sequenciais, podendo ser oferecida pelas redes de ensino pública e privada, nas modalidades presencial e a distância.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, no Município de Fraiburgo 901 pessoas tinham o curso superior completo, 1161 estavam frequentando cursos de graduação, 320 tinham curso de pós-graduação, 18 de mestrado e 8 de doutorado.

Se analisarmos o diagnóstico referente a formação de professores será possível notar um aumento expressivo de pós-graduados a partir de 2010, o que indica que este dado será superado significativamente no próximo censo demográfico, já que os professores são uma parcela de municípios em constante formação.

Ainda de acordo com o censo demográfico, em 2010 Fraiburgo tinha uma população de 7011 pessoas entre a faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Elevar a taxa de escolarização da população de 18 a 24 anos de idade para 50% é mais uma meta do Plano Nacional de Educação.

No Brasil cerca de 30,3% da população tem curso superior, em Santa Catarina este dado sobe para 41% e em Fraiburgo, de acordo com dados de 2010 fica em 3,8% da população se considerarmos os municípios que estavam cursando o ensino superior em 2010, o que nos mostra que mesmo que as taxas tenham evoluído nos últimos 4 anos urge a necessidade pelo incentivo ao curso superior, seja através de campanhas de incentivo ao aluno do Ensino Médio, seja pela ampliação de políticas de incentivo financeiro. Em Fraiburgo temos 2 Campus Universitários privados, sendo 1 em modalidade a distância.

Outro desafio à Educação Superior é a meta de elevar sua qualidade e ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo do total, no mínimo 40% doutores, até o final da vigência deste plano.

As taxas de professores com mestrado e doutorado podem ser analisadas juntamente aos dados de formação de professores, destacadas anteriormente.

²⁸ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

No âmbito do governo federal, em regime de colaboração e por meio de adesão entre entidades parceiras, são desenvolvidos programas e ações que contribuem para a expansão da Educação Superior, o atendimento à demanda de formação de professores não habilitados, o fortalecimento da pós-graduação, a realização das pesquisas e a mobilidade docente e discente, as questões socioeconômicas e afirmativas, raciais e de gênero, bem como, a qualificação dos profissionais de educação.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

A gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso.

Libâneo

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

5 Gestão Democrática da Educação²⁹

A gestão educacional é um processo que ocorre sob determinada orientação política, cuja construção se dá a partir da dinâmica das relações que se desenvolvem nos contextos institucionais. Segundo Bordignon e Gracindo (2000), a gestão da educação, sob uma orientação democrática, implica na participação das pessoas nos processos decisórios com vistas à construção e o exercício da autonomia.

Para assegurar e materializar uma gestão educacional democrática, conta-se com conselhos, fóruns, projeto político pedagógico, entre outros, nas diversas instâncias educacionais. Em relação aos conselhos, na Educação Básica, conta-se com: Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Conselho Municipal de Educação (CME); Conselhos Escolares (CEs). E na Educação Superior conta-se com Conselhos Universitários, entre outros. Estes devem ser participativos e representativos dos segmentos sociais, tendo caráter: normativo, consultivo, deliberativo e avaliativo. Outros mecanismos são os Fóruns de Educação Nacional, Estaduais e Municipais, constituídos com a participação da sociedade civil.

Para qualificar a gestão democrática, no contexto educacional da Educação Básica, são necessários o fortalecimento e a participação de todos os segmentos de instâncias colegiadas, como o conselho escolar; a Associação de Pais e Professores e o Grêmio Estudantil, onde houver cujas ações nortearão os princípios e encaminhamentos do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, buscando a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania de seus componentes. Na Educação Superior esta representatividade realiza-se por meio de conselho universitário e nos diretórios acadêmicos.

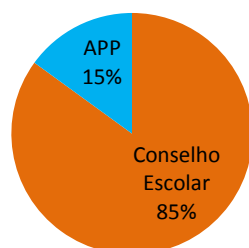
A atuação destes segmentos garantirá as conquistas, ampliando as responsabilidades da comunidade escolar, em sua dinâmica cotidiana. A ação responsável e integrada dos segmentos educacionais favorece a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, na organização escolar, contribuindo para o respeito às diversidades, formando novas lideranças e democratizando as instituições.

Portanto, é fundamental criar e consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da alimentação escolar, conselhos de controle social, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

Em Fraiburgo, as escolas da rede municipal já têm os Conselhos Escolares participando das ações e decisões nas Escolas e Centros de Educação Infantil, as escolas da rede estadual trabalham com as APP's e Grêmio Estudantil. Ao todo são 28 Conselhos Escolares e 05 APP's.

²⁹ Texto base – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

Gráfico 78 - Demonstrativo de Conselhos Escolares e APP na Educação Básica



Fonte: Censo Escolar

Outro aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Em Fraiburgo a escolha de diretor da rede municipal é feita através de indicação, já a rede estadual está amparada pelo Decreto nº 1.794/2013, que dispõe sobre a gestão escolar da Educação Básica e Profissional na rede pública estadual, é um instrumento legal possibilitador de mudança de paradigma de gestão nas escolas da rede estadual, valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa. Para isso, o Plano de Gestão Escolar é um documento fundamental no sentido de planejar *a priori* a gestão, de submetê-lo à apreciação da comunidade em processo democrático de escolha de direção da escola.

Os pontos negativos ou positivos de uma eleição para diretor escolar ainda apresentam controvérsias através de estudos publicados, vale aqui destacar que a LDB n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), contempla a gestão democrática explicitando que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII- gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino

[...]

Artigo 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

[...]

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Compreende-se desta forma que não será a eleição de diretor que garantirá a gestão democrática na escola e sim a participação efetiva de professores, funcionários, pais, comunidade e Conselho Escolar na tomada de decisões.

Ainda no que se refere a gestão democrática num âmbito maior que a esfera escolar surgem o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Conselho do FUNDEB, os quais estão ativos e as reuniões fazem parte da agenda anual.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

*“Filho, aprenda o que eu lhe ensino e nunca esqueça o que eu
mando você fazer.*

*Escute os sábios e procure entender o que eles ensinam. Sim, peça
sabedoria e grite pedindo entendimento. Procure essas coisas, como se
procurasse prata ou um tesouro escondido.*

*Se você fizer isso, saberá o que quer dizer temer o Senhor, e
aprenderá a conhecê-lo. É o Senhor quem dá sabedoria; a sabedoria e o
entendimento vêm dele. Se você me ouvir, entenderá o que é direito, justo e
honesto e saberá o que deve fazer.*

Você se tornará sábio, e a sua sabedoria lhe dará prazer.

*O seu entendimento e a sua sabedoria o protegerão
e o livrarão de fazer o mal.”*

Rei Salomão

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

6 Financiamento da Educação

6.1 Recursos vinculados para a educação

A Constituição, em seu artigo 212, caput, garante um gasto mínimo de recursos financeiros que o Poder Público é obrigado a aplicar em educação: a União tem de aplicar nunca menos de 18%, e os Estados, DF e Municípios, no mínimo, 25% de algumas de suas receitas em despesas relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino. Os recursos vinculados não podem ser aplicados em educação em geral, mas somente em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Em princípio, os recursos vinculados podem ser gastos em todas as etapas e modalidades de educação básica escolar. Entretanto, segundo a LDB (art. 11, V), o Município só pode aplicar os 25% da receita de impostos no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e somente recursos acima desse percentual podem ser destinados ao Ensino Médio e à Educação Superior, mesmo assim, se estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência. Os percentuais fixados pela Constituição são “o mínimo” que os governos devem destinar ao ensino. Percentual maior do que 25% pode ter sido estabelecido na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica Municipal. Esses recursos não podem ser gastos em outras ações, como Segurança, Saúde ou Habitação, devendo obrigatoriamente aplicá-los em despesas com o ensino. Para calcular o percentual de recursos vinculados para o ensino, não se considera toda a receita prevista nos orçamentos públicos, mas apenas os impostos, isto é, as taxas e as contribuições não integram a base de cálculo dos recursos vinculados. Por outro lado, a receita resultante de impostos corresponde à soma dos impostos próprios e das transferências de impostos previstas pela Constituição, assim como dos valores da dívida ativa de impostos, multas e juros de mora. No caso dos Municípios, incluem-se, portanto: – os impostos próprios (IPTU, ISS, ITBI) e a respectiva dívida ativa, multas e juros desses impostos; - as transferências constitucionais recebidas da União (FPM, IRRF, ITR, IOF-ouro); - as transferências constitucionais recebidas do Estado (ICMS, IPVA, IPI-Exportação).

Também não são consideradas para o cálculo do percentual vinculado ao ensino as despesas realizadas com recursos provenientes de transferências legais (salário-educação e outros) a exemplo dos Programas de Alimentação Escolar, Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola ou de convênios assinados com a União e o Estado; nem tampouco as despesas realizadas com recursos recebidos a mais à conta do FUNDEB, quando o Município recebe mais do que contribui. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), estabelece quais despesas podem (Art. 70) e quais não podem (Art. 71) ser consideradas como próprias de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

6.2 O FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 (com as alterações do Decreto nº 6.278, de 29/11/2007). Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 339, de 28/12/2006. O FUNDEB copia os mesmos mecanismos que deram certo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF): subvincula recursos fiscais de Estados e Municípios à Educação Básica redistribuindo esses recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais das três etapas da Educação Básica e garante um valor mínimo nacional por aluno, promovendo a partilha de responsabilidades entre o governo estadual e os governos municipais. O FUNDEB é um recurso de natureza contábil, no âmbito de cada Estado, que contempla todas as etapas e as modalidades da Educação Básica, com vigência de 14 anos (até 2020).

6.2 Outros recursos destinados ao financiamento da educação

Segundo a LDB (art. 68), além da parcela dos impostos e das transferências constitucionais vinculadas ao ensino, os recursos públicos para a educação são ainda originários de:

- receita do salário-educação e outras transferências;
- receita de incentivos fiscais;
- outros recursos previstos em lei.

A educação pública também pode contar com outras fontes de financiamento, como empréstimos junto a organismos nacionais e internacionais e captação de recursos junto a organizações não governamentais, empresas privadas e comunidade em geral.

6.3 Salário-educação

Definido pela Constituição (art. 212, § 5º) como fonte adicional de financiamento da Educação Básica pública (alteração efetuada pela EC nº 53/2006), o salário-educação é contribuição social recolhida pelas empresas e corresponde a 2,5% calculados sobre o total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, aos empregados segurados (Lei nº 9.424/2006, art. 15).

Por se tratar de contribuição social, as despesas custeadas pelo salário-educação não podem ser consideradas para cálculo dos 25% da receita de impostos vinculados à MDE.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Em consequência, a Lei nº 9.766, de 1998, dispôs que os recursos da cota estadual fossem redistribuídos entre o governo do Estado e seus Municípios de acordo com critérios fixados em lei estadual.

Diante da dificuldade de receber esses recursos por meio dos Estados, os Municípios continuaram a luta pela criação de uma cota municipal do salário-educação. A Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003, alterou a legislação vigente nos seguintes pontos:

- criou a cota estadual e municipal dessa contribuição social, em substituição à cota estadual;
- determinou que a cota federal, assim como a cota estadual e municipal do salário educação fossem compostas, respectivamente, de 1/3 e 2/3, em relação a 90%, e não mais em relação a 100%, da arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal;
- estabeleceu que a cota estadual e municipal fosse integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, em substituição à determinação de que critérios para essa redistribuição fossem estabelecidos por lei estadual;
- Os 10% restantes se incorporaram à cota federal, totalizando 40% dos 100% arrecadados. Atendendo à reivindicação de Estados e Municípios, o Ministério da Educação destinou os 10% restantes – os chamados recursos desvinculados do salário-educação – ao financiamento do Transporte Escolar e da Educação de Jovens e Adultos. É com esses recursos que o governo federal está financiando o Transporte Escolar instituído pela Lei nº 10.880/2004.

Com a alteração efetuada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, os recursos do salário-educação podem ser aplicados em despesas com todas as etapas e modalidades da educação básica, vedada sua utilização para o pagamento de pessoal (Lei nº 9.766/1998, Art. 7º).

Pelas novas regras, a distribuição dos recursos é feita de acordo com o número de alunos matriculados em toda a Educação Básica, ou seja, pelas novas regras, além do ensino fundamental são consideradas as matrículas da Educação Infantil e do Ensino Médio regular e de Educação de Jovens e Adultos.

Os recursos da cota federal do salário-educação são utilizados pela União no desempenho de sua função supletiva e redistributiva em relação à Educação Básica pública e são direcionados para programas de apoio às redes estaduais e municipais de ensino como é o caso do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE entre outros.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Tabela 50 – Evolução recursos financeiros 2010 a 2014

RECEITAS	2010	2011	2012	2013	2014
FUNDEB	R\$ 12.159.979,04	R\$ 14.997.606,41	R\$ 16.335.128,99	R\$ 19.219.168,83	R\$ 20.510.659,07
SALARIO EDUCAÇÃO	R\$ 1.087.504,87	R\$ 1.346.117,32	R\$ 1.540.001,96	R\$ 1.897.651,95	R\$ 1.930.806,10
TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 573.545,21	R\$ 562.811,52	R\$ 533.598,01	R\$ 699.890,93	R\$ 615.616,26
MERENDA	R\$ 409.860,00	R\$ 405.480,00	R\$ 468.264,00	R\$ 570.772,00	R\$ 508.006,26
OUTROS RECURSOS VINCULADO	R\$ 331.650,00	R\$ 836.200,00	R\$ 971.737,75	R\$ 782.399,38	R\$ 1.049.077,61
RESTOS LIQUIDADOS	R\$ 274.000,00	R\$ 1.323.451,87	R\$ 2.747.456,71	R\$ 1.680.771,45	R\$ 422.095,42
EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 18.520.953,06	R\$ 20.110.728,84	R\$ 26.139.430,46	R\$ 29.259.499,27	R\$ 29.582.000,29
DESPESAS LIQUIDADAS	R\$ 18.794.953,06	R\$ 21.434.180,71	R\$ 28.886.887,17	R\$ 30.940.270,72	R\$ 30.004.095,71

Fonte: Controladoria Geral do Município de Fraiburgo

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Ao longo dos próximos 10 (dez) anos, teremos que prever acompanhamento e avaliação, a fim de revisar periodicamente os objetivos e as metas elencadas neste Plano. É indispensável que se tornem públicos a execução das metas e os avanços oriundos do Plano Municipal de Educação.

A primeira avaliação deverá ocorrer dois anos a partir da aprovação deste. Findando o período de dez anos, um novo Plano deverá ser elaborado sob nova legislação. Cabe, ainda, definir os instrumentos e procedimentos de avaliação a serem respeitados e reorganizados, caso necessário. Salientamos a necessidade de ser previsto o fluxo migratório na cidade, o fluxo de recursos financeiros de diferentes receitas e outros do momento.

Assim como na elaboração, e atendendo à solicitação nos diferentes momentos de elaboração do processo de construção deste PME, caberá manter um caráter democrático, como indicação do caminho para avaliar e reconstruir o PME, respeitando os anseios da comunidade local e assumindo o compromisso com o bem comum.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Metas e Estratégias

Meta 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

Estratégias

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município;

1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade;

1.5 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.6 Articular e ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2025;

1.7 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil;

1.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.9 Fomentar o atendimento às populações do campo e às comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.10 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.11 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.14 Realizar e publicar, a cada ano, em colaboração da União e do Estado, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.56 Estimular o acesso à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.16 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

Estratégias

2.1 Colaborar com o Ministério da Educação fornecendo dados para a elaboração de proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental;

2.2 Pactuar entre União, Estados e Distrito Federal no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental;

2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social;

2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

- 2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10 Expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações;
- 2.11 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 2.12 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal;
- 2.13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo às habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;
- 2.14 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender ao público da educação especial;
- 2.15 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;
- 2.16 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;
- 2.17 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- 2.18 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 2.19 Fortalecer a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo para a cidade;
- 2.20 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

2.21 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.22 Garantir que a Proposta Pedagógica de Fraiburgo assegure a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação;

2.23 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;

2.24 Normatizar até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, dispositivo tratando de número de estudantes por turma.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias

3.1 Incentivar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para consolidar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões, como: ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2 Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.3 Fomentar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.6 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e da educação especial;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

3.7 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;

3.8 Articular a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.9 Oportunizar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.10 Avaliar a necessidade de oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;

3.11 Oportunizar formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.12 Apoiar e acompanhar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.13 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.14 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular; e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.3 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva,

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10 Fomentar o desenvolvimento de metodologias e uso de materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11 Fomentar a articulação entre os setores de políticas públicas que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14 Obter informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos divulgados pelos institutos de pesquisa;

4.15 Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação;

4.16 Promover parcerias com instituições comunitárias, filantrópicas, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.18 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.19 Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

Estratégias

5.1 Fomentar política de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-o com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio de equipe multidisciplinar, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;

5.3 Utilizar instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.4 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.5 Estimular o uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

5.10 Assegurar programas de incentivo à leitura.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 6

Ampliar com apoio da União e do Estado a oferta de educação em tempo integral.

Estratégias

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de ampliação, reforma e construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, e cinema;

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6 Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;

6.8 Adotar medidas para aperfeiçoar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais no IDEB:

METAS PROJETADAS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do EF	5,1	5,4	5,7	5,9
Anos Finais do EF	5,1	5,4	5,6	5,8
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: IDEB/INEP/MEC

Estratégias

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

7.2 Assegurar que:

- a. no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b. no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Implantar indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;

7.8 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;

7.11 Universalizar, em colaboração com a União e o Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.12 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

7.13 Manter programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.14 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.15 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.16 Participar em regime de colaboração com a União e o Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.17 Informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico;

7.18 Colaborar com políticas públicas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.21 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

7.22 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.23 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.24 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.25 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.26 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.27 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.28 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.29 Priorizar aos estudantes com rendimento escolar defasado metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão;

7.30 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes;

7.31 Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, integrando, sempre que possível, matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, à educação profissional.

Estratégias

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados;

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames;

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.7 Incentivar o acesso e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior;

8.8 Participar de programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

8.9 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

8.10 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

8.11 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8.12 Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

8.13 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

8.14 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

8.15 Ofertar a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8.16 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

8.17 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

8.18 Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 9

Elevar a taxa de alfabetização da população do Município de Fraiburgo, reduzindo a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4 Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde;

9.5 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;

9.6 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.7 Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;

9.8 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;

9.9 Fomentar nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.10 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 10

Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e a expansão no segmento público.

Estratégias

10.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

10.2 Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio;

10.3 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

10.4 Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.5 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada;

10.6 Estimular o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

10.7 Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial;

10.8 Fomentar programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

10.9 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;

10.10 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 11

Fomentar a expansão da taxa de matrículas da população do Município de Fraiburgo na educação superior e incentivar professores do município a ingressar em pós-graduação *stricto sensu*.

Estratégias

11.1 Otimizar, com a participação das Instituições de Ensino Superior instaladas no Município de Fraiburgo a ampliação da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

11.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica;

11.3 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica;

11.4 Adotar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(as) estudantes de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior;

11.5 Divulgar programas de apoio financeiro do Governo Federal e Estadual aos estudantes de ensino superior;

11.6 Apoiar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

11.7 Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

11.8 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior;

11.9 Incentivar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais na região;

11.10 Incentivar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional;

11.11 Articular, com a União, e o Estado a expansão e a descentralização da oferta de educação superior atendendo a toda comunidade, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas e quilombola;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

11.12 Incentivar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

11.13 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

11.14 Incentivar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

11.15 Divulgar mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior;

11.16 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo;

11.17 Fomentar, em articulação com a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

11.18 Promover, de forma articulada com a União e o Estado, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores;

11.19 Incentivar, em articulação com a União, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos;

11.20 Adotar, em parceria com a União e Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação;

11.21 Divulgar bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino;

11.22 Incentivar, em articulação com a União e Estado, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas,

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

quilombolas, para pessoas, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos;

11.23 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade;

11.24 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;

11.25 Fomentar, em articulação com a União, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 12

Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, política de formação inicial e continuada, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, e pós-graduação considerando o contexto do sistema de ensino.

Estratégias

12.1 Divulgar, em regime de cooperação, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

12.2 Fomentar e divulgar programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento;

12.3 Divulgar formas de financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

12.4 Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica, com dados de formação de todos os professores da rede pública e privada, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

12.5 Fomentar programas específicos de formação, em nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas, educação especial e, estratos historicamente excluídos;

12.6 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado;

12.7 Divulgar política nacional de formação de professores da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 13

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal.

Estratégias

13.1 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;

13.2 Fomentar ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

13.3 Realizar acompanhamento nas redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

13.4 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;

13.5 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

13.6 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos, na atualização e reestruturação dos planos de carreira;

13.7 Buscar alternativas para implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

13.8 Garantir, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, coordenação e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

13.9 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 14

Criar condições, no prazo de 5 (cinco) anos para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto

Estratégias

14.1 Aderir a repasses de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional;

14.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar e de outros;

14.3 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico com o intuito de: a) coordenar a conferência municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação e do Fórum Estadual de Educação;

14.4 Estimular o fortalecimento dos Conselhos Escolares;

14.5 Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

14.6 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

14.7 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação;

14.8 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública;

14.9 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

14.10 Fortalecer fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;

14.11 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar ; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e fomento à integração entre os Conselhos Escolares;

14.12 Fortalecer comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

14.13 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

14.14 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito municipal.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Meta 15

Aplicar o investimento público em educação de forma a atingir o mínimo de 25% das receitas e transferências de impostos recebidos pelo município.

Estratégias

15.1 Aplicar os recursos recebidos da União e Estado em todas as etapas da educação básica de competência do município, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

15.2 Cooperar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

15.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

15.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, e demais conselhos vinculados com a educação em colaboração entre a Secretaria de Educação do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público.

15.5 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria de Finanças, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação básica de sua competência.

15.6 Implantar mecanismos de avaliação do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional.

15.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da educação básica em consonância com os recursos de financiamento repassados pela União e Estado.

15.8 Acompanhar a regulamentação da União e do Estado das normas de cooperação entre a União, o Estado e o Município, em material educacional, e a articulação dos sistemas de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União e do Estado no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

15.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

15.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União e do Estado para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

15.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

15.12 Buscar, junto à União e o Estado, a complementação de recursos financeiros para o Município, caso não venha a atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e posteriormente, do CAQ.

15.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino de sua competência.

15.14 Articular junto a União e Estado recursos para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la.

15.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

15.16 Garantir em conjunto com a União e Estado a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

15.17 Garantir em conjunto com a União e Estado a aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

15.18 Aplicar os recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, didático e pedagógico.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM 5. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2014.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: DF, 1999, Coleção Por uma Educação Básica do Campo nº 2.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-176.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 26 jan. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 26 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Brasília: Casa Civil, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm. Acesso em: 29 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da república. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Brasília: CNE/CEB, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília: CNE/CEB, 1999b. Disponível em:

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/indigena/CEB0399.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2000. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília: Casa Civil, 2000b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 12 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2001b. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados. Acesso em: 13 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm. Acesso em: 14 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10861.htm. Acesso em: 22 fev. 2015.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Casa Civil, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2006. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil, 2006c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 02 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: Casa Civil, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: Casa Civil, 2007d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007e.

BRASIL. Presidência da República. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008a. Disponível em: http://www.planetaeducacao.com.br/porta/documentos_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Casa Civil, 2008d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2008e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implementação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2008f. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE/SAEB: Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008g. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008h. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2008i. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília:

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Casa Civil, 2009d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Brasília: Casa Civil, 2009e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI. Brasília: MEC, 2009f. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_3873975_PORTARIA_N_971_DE_9_DE_OUTUBRO_DE_2009.aspx. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Brasília: CNE/CEB, 2010c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE /CEB nº 7, de 7 de abril de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010d. Disponível em: http://www.nepiec.com.br/legislacao/pceb007_10.pdf. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: CNE/CEB, 2010e. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 30 de outubro de 2012. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2012a. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: 2012b. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/pnaic/documentos/manual-pnaic.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2012d. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014113112619550rceb006_12-1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012e. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Estudo sobre a lei do piso salarial. Brasília: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. 2012f. Disponível em: file:///C:/Users/Maristee/Downloads/estudo_sobre_lei_piso_salarial.pdf. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo escolar da educação básica: 2013 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em: [file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(1).pdf). Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013c.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Casa Civil, 2013d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 103 de 31 de dezembro de 2013. 2013e

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 482/2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília: MEC, 2013f.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

BRASIL. Presidência da República. CONAE 2014: Conferência Nacional de Educação. Documento - Referência. Brasília: MEC; FNE, 2014a. Disponível em: <http://redesocialconae.mec.gov.br/images/documentos/documento-referencia-revisado.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 24 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Estudo sobre a lei do piso salarial. Brasília: MEC, CNE, CEB, [20--].

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política da avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, ano V. n. 9, jul./dez. 2011.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. O planejamento educacional no Brasil. Brasília: FNE, 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em: 30 mar. 2015.

GONÇALVES, A. C. P. O direito à educação básica e a omissão do Estado Moçambicano. 2008. Disponível em: <http://educacaomocambicana.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 mar. 2015.

HADDAD, Sergio. Educação e exclusão no Brasil. Ação Educativa. 2007. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1218&Itemid=149. Acesso em: 25 mar. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

INEP. Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

PNE – Plano Nacional de Educação. Portal do Observatório do PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTA CATARINA – Versão Preliminar do Plano Estadual de Educação – Disponível em www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../doc.../3887-peesc-versao-preliminar-2508 . Acesso em 05 de mar. De 2015

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. Educ. Soc., Campinas, v. 3, n. 112, p. 981-1000, jul./set. 2010.

TEIXEIRA, Lúcia Helena. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 691-708, set./dez. 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013. São Paulo: Moderna, 2013.

Plano Municipal de Fraiburgo – 2015/2025

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 722/2015 CONVOCA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMURC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 722/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

“CONVOCA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMURC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e ainda, considerando a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e o disposto no Decreto Federal Nº 8.416 de 05 de Março de 2015, em especial, o seu artigo 3º;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada e homologada a participação do Município de Frei Rogério/SC, na II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional a ser realizada em plano regional, conforme prevê o EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2015 da Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC), cujo documento fica fazendo parte integrante do presente Decreto (anexo I).

Art. 2º. A II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios da AMURC será realizada no dia 30 de Junho de 2015, das 09h45' às 16h30', junto às dependências do Pavilhão da Igreja Católica, sita na Rua Florisbal Bragança de Moraes, 689, centro do Município de São Cristóvão do Sul, SC.

Art. 3º. A II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios da AMURC terá como lema “COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: POR DIREITOS A SOBERANIA ALIMENTAR” e desenvolverá trabalhos com objetivo principal de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para promoção da soberania alimentar e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 4º. A II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios da AMURC encaminhará propostas e elegerá delegados (as) à Conferência Estadual do CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina

Art. 5º. A Conferência Regional será presidida pelo Presidente da Associação de Municípios da Região da AMURC, ou, em sua ausência, por integrante da Comissão Organizadora da Conferência.

Art. 6º. A Comissão Coordenadora do evento será integrada pelos Secretários de Assistência Social dos Municípios da AMURC e por um agente técnico de área afim de cada município.

Art. 7º. Para a estruturação dos trabalhos da Conferência será tomado por referência o Regimento da Conferência Nacional e Regimento da Conferência Estadual, aplicando-se suas regras por analogia e observando-se ainda como documentos de referência da organização do evento, conforme Edital.

Art. 8º. As despesas com a organização e realização da Conferência correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura

Municipal de Frei Rogério/SC.

Art. 9º. Fica nomeada a Sra. Andreia Carla da Silva Buyno, Assistente Social, responsável no Município de Frei Rogério/SC, pela organização do evento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Frei Rogério, 16 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROC. DE LIC. 01/2015 = ASSIST.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR, ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL, NO DIA 30 DE JUNHO DE 2015 AS 14H00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA RUA ADOLFO SOLETTI, Nº 750. LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, SOB A ÉGIDE DAS LEIS 10520 N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, SENDO O OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO CRAS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTE PROCESSO.

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 17 DE JUNHO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR016/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520/02, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 30/06/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 30/06/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba - SC, 17 de junho de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107/2015

DECRETO N.º 107, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Saúde no Município.

DECRETA,

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 13/03/2015, fica convocada a IV Conferência de Saúde do Município para o dia 01 de julho de 2015.

Art. 3º. O tema central da Conferência será “SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS, DIREITO DO POVO BRASILEIRO”.

Art. 4º. A Conferência de Saúde será realizada na Câmara Municipal de Vereadores, situada a Rua 30 de dezembro – Centro – Garopaba.

Art. 5º. A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e Coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º. As normas de organização e funcionamento da Conferência

serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de Junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 108/2015

DECRETO N.º 108, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 60.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	10.000,00
3.3.90.0.3.24.001007 - Aplicações Diretas	10.000,00
04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIRO	50.000,00
0618292.009 - Func. E Manutenção do Funrebom	50.000,00
3.3.90.0.3.60.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.0.3.60.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO N.º 109, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 813.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 813.900,00 (oitocentos e treze mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.900,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.900,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	3.900,00
3.1.90.0.3.29.000004 - Aplicações Diretas	3.900,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	810.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	810.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	700.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 813.900,00 (oitocentos e treze mil e novecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.900,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.900,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	3.900,00
3.3.90.0.3.29.000004 - Aplicações Diretas	3.900,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	810.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	810.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	700.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 110/2015

DECRETO N.º 110, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 548.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 548.000,00 (quinhentos e quarenta e oito mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	500.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	500.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	48.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	30.000,00
3.1.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas	10.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	18.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	18.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 548.000,00 (quinhentos e quarenta e oito mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 045/2015. Processo nº 097/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: TRILHA ENGENHARIA LTDA - EPP CNPJ: 10.643.254/0001-81; Objeto: O objeto do presente contrato é a construção de Deck com fornecimento de material e mão de obra no trecho entre a Rua lagoa Mar e Rua Elmo Kinseski em Garopaba; Valor Total: R\$ R\$ 344.395,13 (trezentos e quarenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais com treze centavos); Data da Assinatura: 17/06/2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 8 DE 17 DE JUNHO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 8 DE 17 DE JUNHO DE 2015

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de maio de 2015 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de junho de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de junho de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 18/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

CONVENIO Nº 06/2015

Convênio nº 06/2015

Convênio de cooperação mútua que celebram o Município de Garuva, e a OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA – FAZENDA ESPERANÇA

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal José Chaves, inscrito no CPF nº. 248.236.869-34 e portador da Cédula de Identidade nº. 595643-9 SSP/SC, e a OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA – FAZENDA ESPERANÇA, com sede neste Município, na Rua Barão do Rio Branco, Sn, Urubuquara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.555.775/0062-71, representada neste ato pelo seu Presidente, senhor José Aldo Mariano da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 415.941.934-87, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar o presente convênio de cooperação mútua, com base na Lei Municipal nº 1887, de 15 de maio de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de Auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO, incentivo às ações desenvolvidas pela referida Associação, referente à manutenção das despesas da Comunidade Terapêutica Fazenda Esperança, de acordo com o Plano de Trabalho, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 66.600,00 (Sessenta e seis mil e seiscentos reais), que serão repassados pelo Município à Associação em doze parcelas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no Orçamento do presente exercício e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

02.001 – Gabinete do Prefeito

2005 – Contribuição a Entidades e Associações

335041 – Contribuições

010000 – Recursos Livre do Tesouro

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações

I - Do Município

- a) Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaborada pela conveniente, analisando e examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;
- b) Repassar os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;
- c) Suspender o repasse a Conveniente, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;

II - Da Associação

- a) Promover o acolhimento de jovens adictos e alcoólatras.
- b) Aceitar as orientações/supervisão do Município;
- c) Manter conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;
- d) Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integrarão as prestações de contas do ajuste;
- e) Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;
- f) Devolver ao Município o saldo financeiro não utilizado no prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O prazo para a vigência deste Termo contará a partir da data da publicação da Lei Autorizativa e terá validade até 31/07/2016.

CLÁUSULA SEXTA – Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida, inclusive da contrapartida, quando houver, deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 17 de junho de 2015.

José Chaves Prefeito Municipal	José Aldo Mariano da Silva Presidente
-----------------------------------	--

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 95/2015

DECRETO Nº. 95, de 16 de junho de 2015

"institui Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO o Ofício SMS nº 114/2015 que solicita a nomeação dos membros para a composição da Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde conforme Reunião do Conselho Municipal de Saúde

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

Presidente – Vanessa Marilyng Backes Nagel

Coordenadora Geral – Scheila Bianca Krause Strey

Coordenadores Adjuntos – Eliselly Ana Romão

Rodrigo Adrianly David

Romilda Miranda Bortolameoti

Secretária Executiva e Tesoureira: Ariane Leandro

Secretários de Credenciamento: Anne Caroline Schogl

Everton Daniel Mafra

Maria Zenir Dissenha

Ronald Roeder

Secretários de divulgação e comunicação: Cleiton Carlos Stael

Relator: Renan Marcus Santana

Art. 2º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 88 de 10 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 89/2015

PORTARIA Nº. 089, de 12 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1599/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ANNELIESE BON BARBOSA HUBNER.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na carreira "Professor", Classe "III", referência "Q".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 12 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 90/2015

PORTARIA Nº. 090, de 15 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1720/2015;

CONSIDERANDO, Comunicação Interna n.º 207/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. – Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas do servidor RICARDO BUENO, sendo 20 horas na Escola Municipal Vicente Vieira e 20 horas na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação a contar de 15 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.328, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.328, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
LUIZ GONZAGA VALERIO	MOTORISTA - FME	40	1º	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
SARAH RIBEIRO RIBAS	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III	40	4º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.467, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.467, DE 15 DE JUNHO DE 2015.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato para o cargo abaixo, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

DORACI LAMI DESCHAMPS	PEDAGOGO	40	2º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
-----------------------	----------	----	----	--------------------------------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.468, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.468, DE 16 DE JUNHO DE 2015.
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO NA SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 SANEAMENTO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 1153 Aquisição de Veículos	
Despesa: 22 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 14.031,05

Art. 2º Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
---	--

Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 SANEAMENTO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 1153 Aquisição de Veículos	
Despesa: 21 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 7.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.469, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.469, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
MARCOS PAULO RODRIGUES	ASE III- ADMINISTRATIVO PMG	40	6º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.473, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6.473, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 319 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00
Dotação: 180 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 261.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº. 6.466, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 6.466, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 13 de julho de 2015, em substituição, os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

MEMBRO ATUAL	Novo Membro	Entidade
LUCAS BAILER Titular	Eduardo Wanzuit Ferreira Titular	Representantes do Poder Executivo
CARLA CAMILA MARTINS Titular RODRIGO FONTES SCHRAMM Suplente	Carlos Eduardo Junkes Titular NELSON MARIO KUSTNER Suplente	Representantes da Sociedade Civil

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 15 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.715, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.715, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

APLICA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR GUSTAVO JOSÉ HILÁRIO LOPES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, com fulcro no art. 157, I, da Lei Municipal nº. 1.305/1991, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014, instaurado pela Portaria nº 3.421, de 07 de maio de 2014.

RESOLVE

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência ao servidor público municipal GUSTAVO JOSÉ HILÁRIO LOPES, matrícula nº 9701, ocupante do cargo efetivo de zelador, por transgressão ao art. 146, incisos II e X, da Lei Municipal nº 1.305/91, uma vez que restou comprovado que o servidor, sem justificativa, faltou reiteradamente em seu trabalho.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 31/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 031/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 32/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 032/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA COMPOR KITS LANCHE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 116-159

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0116 / 2015 DE 23 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder 2 (dois) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário JULIO CESAR DA SILVA DACOREGGIO, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, nos termos conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0117 / 2015 DE 23 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária MARCIA BORGHEZAN BAGIO, ocupante do cargo de Professor, nível III, do Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, carga horária de 10 (dez) horas semanais, a disposição da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0118 / 2015 DE 28 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011, Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária ANDREIA BOEGER DA SILVA, ocupante do cargo de cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, no período compreendido entre 01/04/2015 a 30/07/2015, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias o período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0119 / 2015 DE 28 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04/04/2000, Contratar BEATRIZ BEZA ROSA, para, a partir de 01/04/2015, exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sob o Regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, em substituição a Yara Jurema San Roman Cardoso, designada para exercer função Gratificada, conforme portaria nº 085/2015, de 02/03/2015.

PORTARIA Nº. 0120 / 2015 DE 01 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000

Reduzir, temporariamente, a partir desta data, a carga horária da funcionária SIMONI COSTA RECARDO LEMBECK, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para 30 (trinta) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0121 / 2015 DE 01 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011,

Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária PATRICIA HEIDEMANN INACIO, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a Função Gratificada de Chefe de Setor de Educação no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, no período compreendido entre 01/04/2015 a 30/07/2015, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias o período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0122 / 2015 DE 01 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

PORTARIA Nº. 0123 / 2015 DE 02 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18º, da Lei Municipal 991/2000, de 04/04/2000 e Lei Municipal nº 1236/2003, de 18/06/203

Prorrogar os efeitos da portaria 295/2014, de 07/10/2014, que contrata MARIANE FABIZACK KEMPER, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, para atuar no ESF - Estratégia de Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por ter sido aprovada em 4º (quarto) lugar no processo seletivo 001/2013, de 03/07/2013, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0124 / 2015 DE 02 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Designar JOSIANE HERECK MARCOS, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural, fazendo jus a gratificação FG-03, a partir desta data

PORTARIA Nº. 0125 / 2015 DE 02 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar ANA CAROLINE BONETTI, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Administração e Fazenda, em substituição a Josiane Hereck Marcos, designada para exercer Função Gratificada, conforme portaria 0124/2015.

PORTARIA Nº. 0126 / 2015 DE 06 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Contratar MILENA ANACLETO WEBER, para, no período

compreendido entre 06/04/2015 a 31/12/2016, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no Centor de Educação Infantil rio Pequeno - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Termo de Compromisso de Estágio em anexo.

PORTARIA Nº. 0127 / 2015 DE 06 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

PORTARIA Nº. 0128 / 2015 DE 07 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 047/2015, de 04/02/2015, que reduz a carga horária da funcionária NADIR PERIN DEBONA, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com atuação no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Turma 3 / 4 anos, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, retornando para 40 (quarenta horas semanais, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0129 / 2015 DE 08 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Zolenir Isidorio Maffei, em licença para tratamento de saúde, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0130 / 2015 DE 09 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária DJULIE FIGUEREDO MULLER, ocupante do cargo de Odontólogo, código 1.06, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a partir de 01/05/2015, nos termos conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0131 / 2015 DE 09 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder 1 (um) ano de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário ROBSON VIDAL ROSA, ocupante do cargo de Servente de Obras, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, a partir de 02/04/2015, data do requerimento, conforme parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0132 / 2015 DE 14 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000 e Lei complementar 011/2015, de 14/04/2015,

Reduzir a carga horária da funcionária KARLA CRISTINE DA SILVA

CONCEIÇÃO, ocupante do cargo de Médico Ginecologista, código 1.06, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, passando para 5 (cinco) horas semanais, com efeitos retroativos a 01/02/2015, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0133 / 2015 DE 14 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000 e Lei complementar 011/2015, de 14/04/2015,

Reduzir a carga horária do funcionário EMIR DACOREGIO, ocupante do cargo de Médico, código 1.06,, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, passando para 10 (dez) horas semanais, com efeitos retroativos a 01/02/2015, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0134 / 2015 DE 16 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário LAERCIO JOSE MICHELS JUNIOR, ocupante do cargo de Odontólogo, código 1.06, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a partir de 01/05/2015, nos termos conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0135 / 2015 DE 17 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Cessar, a pedido, os efeitos da portaria 081/2013, de 08/02/2013, que contrata GIOVANE NIEHUES FABIZACK, para ocupar o cargo de Cargo de Condutor de Veículos, Código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções no Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 23/04/2015.

PORTARIA Nº. 0136 / 2015 DE 17 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar, em caráter temporário, JUNIOR ASCARI FERNANDES, para, a partir de 22/04/2015, ocupar o cargo de Cargo de Condutor de Veículos, Código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções no Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição ao titular Márcio Borba Blasius, designado para ocupar cargo em comissão, conforme portaria nº 003/2013, de 01/01/2013, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0137 / 2015 DE 22 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Cessar, a pedido, os efeitos da portaria 078/2015, de 27/02/2015, que contrata que contrata FÁBIO SCHMITZBLASIVUS, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0138 / 2015 DE 22 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Cessar, a pedido, a partir de 24/04/2015, os efeitos da portaria 080/2014, de 03/03/2014, que contrata EMILY GUIZONI BRATTI, para ocupar o cargo de Professor, nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Programa Núcleo de Apoio a Saúde Familiar - NASF, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0139 / 2015 DE 22 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 27 e 28, da Lei Municipal nº 990/2000, de 04/04/2000

Conceder Adicional por Nova titulação, a funcionária ALCIONE MAIRA FURTADO, ocupante do cargo de Professor, Nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, passando para o nível III, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0140 / 2015 DE 24 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 68, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

Conceder 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família à funcionária RITA CANEVER GUIZONI, ocupante do cargo de Professor, nível I, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0141 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,

Exonerar, a pedido, JORGE LUIS DA SILVA ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Família, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 01/05/2015.

PORTARIA Nº. 0142 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000

Alterar a carga horária da funcionária MARILEIA GONÇALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, passando para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/05/2015

PORTARIA Nº. 0143 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a VILSON PONCIANO, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade código 2.04, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, responsável pela Gestão de Contabilidade da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, no período de 01/05/2015 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 02/11/2013 a 01/11/2014, bem como, a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, conforme requerimento, designando DIONE HEINZEN, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, código 2.04, exercendo o Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Administração e Fazenda, nível DAS-01, para responder, cumulativamente, pela Gestão de Contabilidade da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e

do Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, fazendo jus a 3 (três) gratificações, fixada no artigo 3ª, da Lei 1.640/2009,

PORTARIA Nº. 0144 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/05/2015 a 30/05/2015, com a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário do período da funcionária Vilma Marques Souto.

PORTARIA Nº. 0145 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar SANTOS SOARES, para, temporariamente, ocupar o cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, até a realização de Concurso Público, a partir de 05/05/2015, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0146 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar VANIO JORGE BALLMANN, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo 001/2014, devido a desistência do candidato aprovado em 1º (primeiro) lugar, cessando os efeitos da portaria 272/2014, de 15/09/2014, que contrata para ocupar o cargo em comissão de Diretor Adjunto de Departamento, nível DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0147 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar THIAGO HERT DA COREGIO, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo 001/2014.

PORTARIA Nº. 0148 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Contratar VANDERLEI DA CONCEIÇÃO, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo 001/2014, cessando os efeitos da portaria 098/2015, de 03/03/2015, que contrata para ocupar o cargo de Servente de Obras (ACT), código 4.01.

PORTARIA Nº. 0149 / 2015 DE 30 de ABRIL de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Contratar JOELSON SALVADOR DA SILVA, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 6º (sexto) lugar no Processo Seletivo 001/2014, devido a desistência do candidato aprovado em 5º (quinto) lugar.

PORTARIA Nº. 0150 / 2015 DE 05 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Contratar BEATRIZ BESA ROSA, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovada em 7º (sétimo) lugar no Processo Seletivo 001/2014, cessando os efeitos da portaria 119/2015, de 28/03/2015, que contrata para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01.

PORTARIA Nº. 0151 / 2015 DE 05 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Contratar MARIA LEMBECK ALBERTON, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovada em 8º(oitavo) lugar no Processo Seletivo 001/2014.

PORTARIA Nº. 0152 / 2015 DE 05 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000
Exonerar, a partir desta data, CELINA HEIDEMANN INACIO, ocupante do cargo de Professor, nível III, do Centro de Educação Infantil Aiurê, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme portaria de nomeação por concurso nº 102/2002, de 04/03/2002, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento.

PORTARIA Nº 0153 / 2015 DE 05 de MAIO de 2015.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,
Nomear, a partir de 11/05/2015, WALDAIR ANGELO ALBERTON para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor do Departamento da Agricultura, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0154 / 2015 DE 08 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de

30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 075/2015, de 20/02/2015, que contrata JUSSARA WEBER, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no Ensino Fundamental, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0155 / 2015 DE 11 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e Lei Complementar 04/2013, de 11/12/2013,
Contratar CINTHIA CAROLINA DE SOUZA, para, temporariamente, ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária de 30 (quarenta) horas semanais, para ter exercício no Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo 001/2014, cessando os efeitos da portaria 060/2013, de 01/02/2013, que contrata para ocupar cargo em comissão de Coordenador, e exercer suas atividades no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

PORTARIA Nº. 0156 / 2015 DE 11 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1650/2010, de 23/02/2010,

Nomear, a partir desta data, CAROLINA CORREA para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, para exercer suas atividades no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0157 / 2015 DE 11 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
Contratar LARISSA DORIGON DELLA GIUSTINA, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, no Ensino Fundamental, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa..

PORTARIA Nº. 0158 / 2015 DE 12 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 15/05/2015 a 14/06/2015.

PORTARIA Nº. 0159 / 2015 DE 15 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
Contratar MARIELY FRANÇA OENNING, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas -Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa..

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 491/2015

DECRETO Nº. 491/2015

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 409/2014, que institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico, integrante do presente Decreto, conforme anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TÍTULO I

Da Natureza e Competência

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 1º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico é um órgão colegiado que reúne representantes do poder público, dos usuários de saneamento básico, dos prestadores de serviço público, das entidades técnicas, das organizações da sociedade civil, do sindicato patronal da construção civil e da defesa do consumidor, devidamente constituído, de natureza permanente, de caráter consultivo no âmbito de suas competências, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 11/2010 de 29 de setembro de 2010 e Decreto Municipal nº. 409/2014, de 23 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 2º. Ao Conselho Municipal de Saneamento Básico compete:

- I – Auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico e no Plano de Saneamento Básico;
- II – Sugerir a criação de comissões ou subcomissões para auxiliar no exercício das suas atribuições;
- III – Facilitar e defender a efetiva participação da sociedade civil no processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IV – Emitir orientações e recomendações às comissões e subcomissões;
- V – Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas em reuniões comunitárias e audiências públicas;
- VI – Elaborar e aprovar a criação das Câmaras Técnicas Especializadas em abastecimento de água, drenagem urbana, tarifas, esgotamento sanitário, resíduos sólidos. As câmaras servirão de apoio

e suporte técnico, de acordo com as necessidades do conselho.

VII – Participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;

VIII – Promover ampla divulgação de suas decisões à população, externando a posição interna do Conselho;

IX – Participar e opinar sobre a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Drenagem, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município de Guaramirim;

X – Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudo sobre o meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;

XI – Apresentar proposta de Projetos de Lei ao Executivo ou Legislativo, que tratem sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

XII – Opinar, promover e assessorar sobre medidas destinadas a impedir a execução de obras e construções que possam vir a comprometer o solo, os rios, lagoas, aquíferos subterrâneos, ambiente costeiro, a qualidade do ar e as reservas ambientais do Município, buscando o parecer técnico que evidencie o possível dano;

XIII – Participar e aprovar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Guaramirim;

XIV – Promover a conferência Municipal de Saneamento Básico, sempre que necessário.

TÍTULO II

Da Estrutura Organizacional

CAPÍTULO I

Art. 3º. A composição do Conselho Municipal de Saneamento Básico, assegurada a representação de forma paritária, é composto de 6 (seis) representantes do Poder Público Municipal e 6 (seis) representantes de organizações da sociedade civil, técnicas, prestadora de serviços e usuários de saneamento básico, defesa do consumidor;

§ 1º A representação seguirá a composição de titulares e suplentes nomeados por Decreto, pelo Chefe do Poder Público Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos;

§ 2º Nas reuniões do Conselho os titulares terão direito a voto, assegurada, entretanto a manifestação do suplente nos debates e discussões. No impedimento, vacância, ausência do titular, o suplente tomará o seu lugar, depois de ser convocado pelo presidente, com direito a voto.

§ 3º Caso o titular esteja ausente após o início da reunião por mais de quinze minutos, o seu suplente será convocado pelo presidente e terá direito ao voto, até o final da reunião.

§ 4º Caso o titular e suplente estejam ausentes em duas reuniões consecutivas a entidade correspondente deverá indicar novos membros para a respectiva vaga.

Art. 4º. Cada membro, titular ou suplente, do poder público e sociedade civil, poderá ser substituído, desde que cada segmento, entidade ou órgão, indique seu substituto com antecedência de 15 (quinze dias).

Art. 5º. Todo o apoio logístico, técnico e financeiro será garantido a partir de recursos disponibilizados pelo poder público através do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá à sua

disposição uma Secretária Executiva, com as seguintes atribuições:
I – Convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme definido pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico ou pelo seu Presidente;

II – Divulgação das pautas e atas das reuniões com até 48 horas de antecedência;

III – Arquivamento dos documentos e transcrição das atas de reuniões;

IV – Outras atribuições e responsabilidades delegadas pelo Conselho ou seu Presidente.

Art. 7º. A Presidência do Conselho Municipal de Saneamento Básico será exercida pelo Prefeito Municipal em sua ausência esta será exercida pelo Secretário de Gestão Estratégica.

Art. 8º. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I – Convocar e coordenar as reuniões do Conselho;

II – Ordenar o uso da palavra ou definir quem o faça;

III – Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento;

IV – Encaminhar ao Executivo, Secretarias Municipais e demais órgãos ligados ao saneamento básico projetos, documentos e resoluções tomadas pelo Conselho;

V – Tomar decisões relativas aos trabalhos do Conselho em caráter de urgência, devendo posteriormente ser submetida ao mesmo.

VI – Promover a divulgação das informações e ações do Conselho, garantindo sua transparência e a gestão democrática;

TÍTULO III

Do Funcionamento

CAPÍTULO I

Das Reuniões

Art. 9º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 3 meses ou, extraordinariamente, para discussão e avaliação de matéria de caráter relevante e urgente. O quorum mínimo necessário às instalações das sessões é de 50% mais 1 (hum) do conselheiros, independente da paridade.

§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas na primeira terça-feira do referido mês e terão início às 10h00min e as reuniões extraordinárias serão convocadas, sempre preferencialmente com no mínimo 03 (três) dias de antecedência, com início, também, às 10h00min.

§ 2º Qualquer alteração de data, horário ou local das reuniões deverá ser informada a todos os integrantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Quando da convocação para participar da reunião do Conselho será dirigida ao titular e ao suplente, respectivamente, por telefone, carta ou correio eletrônico.

§ 4º A pauta e atas das reuniões serão previamente divulgadas aos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das reuniões através do site www.pmg.sc.gov.br.

CAPÍTULO II

Da Votação

Art. 10. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos seus membros, salvo aquelas determinadas em lei específica.

Art. 11. O Presidente do Conselho poderá exercer o voto de minerva.

Art. 12. Todas as atas serão lidas e aprovadas na reunião seguinte e publicadas no site da Prefeitura em link específico.

TÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 13. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de interesse público.

Parágrafo único. Ficam vedados, a contratação remunerada de empresas ou entidades privadas, que poderão prestar serviços ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, cujos membros estejam envolvidos diretamente com o serviço.

Art. 14. Em caso de dúvidas sobre as disposições e lacunas do presente regimento interno, estas serão dirimidas pela Plenária, a qual será soberana em suas deliberações.

Art. 15. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, podendo ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 16. Homologo o presente Regimento Interno do Conselho de Saneamento Básico, de acordo com o que dispõe o art. 2º, inciso XIV e art. 4º, ambos do Decreto nº. 409/2014, que regulamenta a Lei Complementar nº. 11/2010.

Lauro Fröhlich

Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico

PORTARIA Nº. 425/2015

PORTARIA Nº. 425/2015

CONTRATA Eliane Kroin através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Eliane Kroin, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 426/2015

PORTARIA Nº. 426/2015

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 9º, parágrafo único da Lei Complementar nº. 49/2013;

Considerando as atitudes do servidor H. L. da S., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, incisos II, II e IX, art. 50, inciso XI da Lei Complementar nº. 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída ao servidor H. L.

da S., matrícula 369438, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Sirlene Scaburi e Laura Odázia de Oliveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 427/2015

PORTARIA Nº. 427/2015

Instaura e Constitui Comissão de Sindicância Administrativa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 51 da Lei Complementar nº. 007/2001, com o inciso VI e § 4º do art. 3º da Lei nº. 3530/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância Administrativa para apurar obras supostamente realizadas pelo Município na Rua Erich Mayer, no dia 02 de maio de 2015.

Art. 2º. Designar, em cumprimento ao disposto no artigo anterior, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa composta pelos servidores Frank Ricardo de Oliveira, Jamil El Khaitib e Tarcisio Koch.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo servidor Frank Ricardo de Oliveira.

Art. 3º. A Comissão ora constituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 428/2015

PORTARIA Nº. 428/2015

Altera Portaria nº. 446/2013, que nomeia representantes para comporem o Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 3770/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Alteram os incisos I, III, V, VI e VII da Portaria nº. 446/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Jair Tomelin

SUPLENTE: Cheila Patricia Rohweder

III – HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

TITULAR: Márcia Adriana Pruesse

SUPLENTE: Camila Emanuela Warmeling Orsi

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

V - PROFISSIONAIS DA SAÚDE

TITULAR: Denise Malmann Varnier

SUPLENTE: Rosangela Paula de Farias

VI – PROFISSIONAIS DA SAÚDE

TITULAR: Maria do Nascimento Isidoro

SUPLENTE: Adriana R. S. de Andrade

VII – PROFISSIONAIS DA SAÚDE

TITULAR: Tanisse Amorim Ferrari

SUPLENTE: Nivaldo Cordeiro de Lima"

Art. 3º. Os demais dispositivos da Portaria nº. 446/2013 permanecem inalterados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 2014

RESOLUÇÃO N.º 02/ 2014 - CMAS

Dispõe sobre critério de renda para provimento do auxílio funeral.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS de Guarujá do Sul, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Considerando o disposto na Política Nacional de Assistência Social/2004 no que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange as diretrizes, controle e acompanhamento das questões relativas a Política Pública de Assistência Social em âmbito local;

Considerando a deliberação da plenária sobre a pauta apresentada e discutida na reunião ordinária realizada no dia 04 de Novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o critério de renda familiar para concessão do auxílio funeral;

Art. 2º - Fica estipulado que, para ter direito a receber o auxílio funeral, a renda familiar somada com a do falecido, não poderá ultrapassar um salário mínimo per capita.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guarujá do Sul, 05 de Novembro de 2014

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3101/2015

LEI Nº 3101/2015.

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA CONFORMIDADE DO ARTIGO 93 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas, a cada 2 (dois) anos, pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social da Câmara de Vereadores;
- III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- IV - Fórum Municipal de Educação;

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo.

§3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º O investimento público em educação a que se refere à Meta 20(vinte) do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Fica expressamente revogada a lei Ordinária nr. 2985/2013.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 16 de junho 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

O Anexo que refere-se o artigo 1º da presente Lei, (contendo 111 páginas) está disponível no seguinte endereço eletrônico <https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4588/leis-de-herval-do-oeste>

LEI Nº 3102/2015

LEI Nº 3102/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O SIMAE, DE BEM PATRIMONIAL QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, objetivando a Cessão de Uso de 01 terreno com área de 100m²(Cem metros quadrados) sem benfeitorias, com área frontal de 10 (dez) metros e acesso pela estrada geral de Serra Alta, pertencente a área maior, inscrita sob a matrícula 5.247, livro n. 2, fl. 01, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste, com a área total de 1.600,00m² (mil e seiscentos metros quadrados).

Parágrafo Único - O imóvel destina-se exclusivamente para a perfuração de um poço profundo e implementação de estação elevatória de água, para ampliação do sistema de abastecimento de água para a localidade de Serra Alta.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 20

(vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos decorrentes da celebração da Cessão de Uso.

Herval D'Oeste (SC), 16 de junho de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 728/2015

PORTARIA Nº 728/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR OS EFEITOS da Portaria nº 726/2015, que contratou a Senhorita MADELEINE MARIA LUVIZON (Matr. 4148), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Educação Infantil.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Junho de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de material expediente e material escolar para uso das diversas secretarias e fundos da Administração municipal pelo período de 12 meses,.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:00 horas do dia 03/07/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de junho de 2015
NELSON GUINDANI
Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2805/2015

DECRETO Nº 2805, DE 26 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 30.252,76 (Trinta mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. Mun.Infraestrutura, Transp. Obras

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782– Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 2023 Manut. da Secr. Infraestrutura, Transp. E Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1339- Superávit FEP

Valor: R\$ 30.252,76

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE MAIO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2814/2015

DECRETO Nº 2.814, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA 6ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologado a 6ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório do Servidor Público do

Município IVAIR ZENO MICHELUZZI admitido por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2012, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 058, de 01 de abril de 2014, e seu conteúdo está amparado nos Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional do servidor a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Em decorrência da aprovação no estágio probatório, fica o servidor considerado estável no serviço público municipal de Ibiam.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JUNHO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Administração e da Fazenda

PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIA Nº 108, DE 10 DE JUNHO DE 2015

“DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no veículo com código no RENAVAM 1028449108;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MLR 2789, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal sob Nº 31568699, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, em parcela única, no mês de junho/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIA Nº 109, DE 11 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ANTONIO RECALCATTI, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível 2 – Referência D, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak – CRM/SC 16766,

para o período de 18 de maio de 2015 a 19 de maio de 2015.

Art. 3º. O segundo afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Marcelo Kutzke – CRM/SC 7034, para o período de 11 de junho de 2015 a 10 de julho de 2015.

§1º. Durante os primeiros 30 (trinta) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade, o servidor estará em auxílio doença (INSS), a contar da data de 09 de julho de 2015 e enquanto ele permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 007/15

PORTARIA Nº 007/2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A SERVIDORA LUCIANA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS)

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiã – SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, bem como a lei 200/2002, combinado com o art. 10 da lei 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Progressão Horizontal à servidora Luciana Rosa- Agente de Serviços Gerais- Nível 1- para o mesmo cargo, Nível 1- Referência “A”, de conformidade com o Anexo I-A, da lei 052 de 11/08/1997, com nova redação dada pela lei complementar 019 de 03 de março de 2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Ibiã, 16 de junho de 2015.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

PRESIDENTE

GELSON LUIZ TREVISOL

1º VICE-PRESIDENTE

IRINEU SALVADORI

2º VICE-PRESIDENTE

CLODOMIR D. PARISE

1º SECRETÁRIO

ADENIR ROMANATTO

2º SECRETARIO

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 012 - PRG 030 2015 - ELTON - MACADAME

Extrato de Contrato nº 012/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Pregão Presencial nº 030/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MACADAME PARA MELHORIA DAS ESTRADAS NO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2014TR3699, PROCESSO Nº SDR15 6160/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Fornecedor: ELTON FERREIRA EPP

Valor: R\$ R\$ 133.333,33 (Cento e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos),

Assinatura: 09/06/2015

Vigência: até 31/12/2015

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

Imarui

PREFEITURA

LEI Nº. 1.874, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº. 1.874, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA A ESCOLA DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A SOCIEDADE E O DESPORTO – ESCOLA DO ATLETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a repassar até R\$16.800,00 (dezesesseis mil, e oitocentos reais), mediante celebração de convênio a Escola de Formação e Educação da Criança e do Adolescente para a Sociedade – Escola do Atleta, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, inscrita no CNPJ sob o nº00.752.548/0001-98, com sede neste Município de Imaruí/SC.

I - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

II – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à disponibilidade financeira do Município.

III – O valor mencionado no caput deste artigo será repassado em até 07 (sete) parcelas, iguais e sucessivas de até R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), nos meses de junho a dezembro de 2015.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção da entidade.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura, da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, conforme segue:

3.3.50.00.00.00.00.0.1.000.000000

Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 17 de junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 110, DE 16 DE JUNHO DE 2015

DECRETO PMI Nº 110, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG		
Manutenção do Fundo da Procuradoria		
02.062.0005-2.150		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0004)	Aplicações Diretas	120.000,00
Total	120.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 30 de junho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de material de consumo para manutenção do programa "Vem Ser", financiado pela empresa Votorantim".

O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de junho de 2015.

Selma Elias Westphal
Secretária da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 25/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 30 de junho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de computadores e impressoras, para SEAST e seus respectivos programas e serviços".

O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de junho de 2015.

Selma Elias Westphal
Secretária da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº. 41/2015 (PMI - SEDUC)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 62/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 30 de Junho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios nos veículos da secretaria municipal de educação".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de junho de 2015.

Michela da Silva Freitas
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº. 42/2015 (PMI - SEDUC)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 63/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 17:00 horas do dia 30 de Junho de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei

nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de mobiliário para as unidades escolares da rede municipal de educação". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de junho de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA PMI/GGP Nº 356/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 356, de 17 de junho de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora NELI GONÇALVES DE SOUZA, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 377.339.909-04, admitida em 01 de julho de 1994, contrato nº 406, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	03.08.2015 a 01.09.2015
	03.11.2015 a 02.12.2015
	01.02.2016 a 01.03.2016

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 357/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 357, de 17 de junho de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor PAULO LAUDELINO DE SENNA, Bioquímico, inscrito no CPF sob o n.º 578.692.519-68, admitido em 01 de março de 1995, contrato nº 446, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 358/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 358, de 17 de junho de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora SUELI DIAS LOPES, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 691.252.959-34, admitida em 01 de julho de 1987, contrato nº 531, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	01.10.2015 a 29.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 359/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 359, de 17 de junho de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ELIZABETE OLIVEIRA DOS PASSOS VIEIRA, Professora III – 20h, inscrita no CPF sob o n.º 691.531.839-91, admitida em 16 de março de 1988, contrato nº 144, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	16.06.2015 a 13.09.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 360/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 360, de 17 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Admissão de Recreadora - SOCIAL, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base nas Leis Complementares nº 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20h semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Mirian Laurentino Mota	Recreadora - SOCIAL 20h	052.368.289-10	18/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 181/2012

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 181/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e , IMOBILIÁRIA TROPICAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.487.520/0001-06, estabelecida na Rua Alameda Duque de Caxias, nº 20, 3º andar, bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. Nilton Ramthun, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 584.444.839-15 e Cédula de Identidade nº 1.631.736-7, residente na Rua Engenheiro Udodeeke, n. 2.350, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 141/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 002/2012-18201, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo as cláusulas segunda e terceira do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel situado na rua 7 de Setembro, nº 464, bairro Carijós, para instalação do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Indaial, contendo área total aproximada de 170,00m², passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do presente contrato é de 31 de maio de 2015 a 31 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço contratado é de R\$ 2.159,50 (dois mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 29 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA TROPICAL Nilton Ramthun Locador
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

ATA Nº 024/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000103****Pregão Nº 46/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.24/2015**

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000103 - Pregão Nº 46/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.137.396/0001-28, estabelecida à RUA JORGE CZERNIWICZ, nº 907 – Bairro CZERNIWICZ, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Serviço de aplicação de sinalização horizontal, para demarcação viária, incluindo fornecimento de materiais.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

689300 - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME.**Lote: 1 - LOTE 01**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de aplicação de sinalização horizontal, com tinta acrílica a frio, para demarcação viária, incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas do município. Com laudo de um dos laboratórios: Lenco, Falcão, Bauer ou Tork.	METRO QUADRA DO		10.000	R\$9,42	R\$94.200,00
Total Lote:						R\$94.200,00
Total Fornecedor:						R\$94.200,00
Total Homologação:						R\$94.200,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 11 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.24/2015**

SINAL CITY SINALIZACAO LTDA ME.

ANTONIO CARLOS MERINI
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

ATA Nº 025/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000104****Pregão Nº 47/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.25/2015**

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000104 - Pregão Nº 47/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.894.553/0001-35, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 22 – Bairro DAS NAÇÕES, no município de Indaial – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO E CORRELATOS À INFRAESTRUTURA
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

- 3.1.1.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015****25429 - GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP****Lote: 1 - LOTE 01.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E/OU INSERÇÃO DE VIAS, TREVOS, RÓTULAS E OUTROS ENVOLVENDO O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO QUADRAD O		200.000	R\$1,55	R\$310.000,00
2	EQUIPE DE TOPOGRAFIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA PERTINENTES Á ESTUDOS, LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	HORA		500	R\$118,00	R\$59.000,00
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE DE ÁGUA POTÁVEL, INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO		25.000	R\$3,74	R\$93.500,00
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE DE ESGOTO SANITÁRIO, INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	METRO		30.000	R\$4,10	R\$123.000,00
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO SANITÁRIO, INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		4	R\$16.225,00	R\$64.900,00
6	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA ATENDIMENTO DE	UNIDADE		1	R\$39.600,00	R\$39.600,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.25/2015

	APROXIMADAMENTE 500 A 1.000 PESSOAS, INDICANDO TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS SEGUNDO LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR E PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA. AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM MENCIONADO ACIMA, ESTÁ INSERIDA NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.					
				Total Lote:	R\$690.000,00	
				Total Fornecedor:	R\$690.000,00	
				Total Homologação:	R\$690.000,00	

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015**

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015**

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
- 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015**

ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 16 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.25/2015**

GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP

IRONE ALDO MAURISENZ
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 - EDITAL DE PREGÃO 04/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2015

EDITAL DE PREGÃO 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e quinze, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Anderson Luz dos Santos, Presidente, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 003.628.699-01, CI nº 2.964.013-0 residente e domiciliado na Rua Germano Schroeder, nº 103, Apto. 201, Bairro do Sol, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria nº 16/2015 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 008/2015 – Edital de Pregão nº 004/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, nº 185 – Bairro Centro, no município de Apiúna – Estado de Santa Catarina – CEP: 89135-000.

1.2. MOCAM SUPERMERCADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 86.378.429/0004-85, estabelecida à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1090, Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – CEP – 89130-000.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios, do Edital de Pregão nº 004/2015.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

LOTE 1: CAFÉ E CHÁS					
SUPERMERCADO FISTAROL LTDA					
ITEM	QDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	450 caixas	CAFÉ tradicional, torrado e moído de primeira qualidade, acondicionado em pacote alumínio-zado, hermeticamente fechado por processo ao alto vácuo (tijolinho), com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café-ABIC. O PRODUTO deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério de Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos-CNNPA. VALIDADE: igual ou superior a 12 meses a partir da fabricação; EMBALAGEM de 500g, contendo data de fabricação e validade;	CABOCLO	7,07	3.181,50
02	15 caixas	Chá sabor erva cidreira – Embalagem de 15 gramas com 15 saquinhos – Validade de 6 meses;	CHILENO	2,12	31,80
02	15 caixas	Chá sabor camomila – Embalagem de 15 gramas com 15 saquinhos – Validade de 6 meses;	CHILENO	2,30	34,50
04	15 caixas	Chá maçã c/canela – sabor misto de maçã com canela – Embalagem de 30 gramas com 15 saquinhos – Validade de 6 meses	CHILENO	2,82	42,30
05	15 caixas	Chá Hortelã – Embalagem de 30 gramas com 15 saquinhos – Validade de 6 meses	CHILENO	1,99	29,90
TOTAL FORNECEDOR	3.320,00				

LOTE 2: AÇÚCAR E ADOÇANTE					
MOCAM SUPERMERCADO LTDA					
ITEM	QDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	80 pacotes	Açúcar refinado – Embalagem de 5kg – Validade de 12 meses a partir da fabricação;		8,87	709,60
02	5 unidades	Adoçante dietético líquido – Embalagem de 100 ml – Validade de 6 meses.		2,08	10,40
TOTAL FORNECEDOR	720,00				

LOTE 3: LEITE					
MOCAM SUPERMERCADO LTDA					
ITEM	QDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	2500 litros	Leite UHT integral longa vida. Embalagem com 1 litro, em caixa – Validade de 5 meses a partir da entrega;		2,47	6.175,00
TOTAL FORNECEDOR	6.175,00				

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 008/2015 - Edital de Pregão nº 004/2015.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com a Câmara Municipal de Indaial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Câmara em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Câmara Municipal de Indaial a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos

Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
j) Portaria da Câmara nº 16/2015.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 17 de junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL Anderson Luz dos Santos Presidente	SUPERMERCADO FISTAROL LTDA Moacir Antônio Fistarol Sócio Administrador MOCAM SUPERMERCADOS LTDA Diogenes Campestri Sócio Proprietário
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 04/2015**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Através do presente termo, fica adjudicado objeto constante do Processo Licitatório nº 008/2015 – Edital de Pregão (Presencial) nº 008/2015 (Registro de Preços), consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 39/2014, conforme ata lavrada em 15 de junho de 2015.

Indaial/SC, 17 de junho de 2015.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI

Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

CARIN MARIA BACHMANN BRANDT MARIA HELENA THEISS

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 04/2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 39/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexada, considerando vencedores para o objeto do Processo Licitatório nº 008/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 004/2015 (Registro de Preços), as empresas:

Lote 1 – Café e Chás – SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, com valor total de R\$ 3.320,00 (três mil, trezentos e vinte reais);

Lote 2 – Açúcar e Adoçante – MOCAM SUPERMERCADOS LTDA, com o valor total de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

Lote 3 – Leite – MOCAM SUPERMERCADOS, com o valor total de R\$ 6.175,00 (seis mil, cento e quarenta e cinco reais).

Indaial/SC, 17 de junho de 2015.

Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 05/2015

Edital de Notificação nº 05/2015

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 20/05/2015 a 16/06/2015

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	15.747,33
417213302000000	Transferências SUS - ESF	37.960,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	16.224,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	2.895,92
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	4.460,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	21.925,32
417213402000000	Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade	0,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMILIA	1.375,00
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	0,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	29.022,09
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	4.460,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	3.000,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	990,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.622,52
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.708,14
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	588,05
424210200000001	Transferência FNDE PAR	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período	150.123,37	

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 17.06.2015

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 39, PP 16-MATERIAL EXPORTIVO/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 39/2015

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015, do PROCESSO Nº 39/2015, homologado aos 12 de junho de 2015, cujo objeto é: aquisição de material esportivo destinado as atividades da CME, e demais órgãos da administração pública., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.39.8117

de 12 de junho de 2015

FORNECEDOR: ESPORTE ESPETACULAR COM. ARTIGOS ESPORT. LTDA, situada na RUA DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533 SALA 02, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.184.414/0001-67 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais nº 254.921.450, representado pelo Senhor ROBERTO SUNTTI, CPF: 623.360.709-44.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada	UN	50,00	PENALTY MAX 1000	122,40	6.120,00
5	Bola Oficial de Futebol de Campo, termotec. Material: Em PVC,	UN	100,00	PENALTY S11R2	77,50	7.750,00
6	Coletes para treino de futebol confeccionados em Dry Fit 100%	UN	50,00	J ESPORTE	9,90	495,00
10	Escada de agilidade de tecido 4m (10 degraus - 9 espaços).	UN	2,00	ESTAR FLEX	102,90	205,80
11	Botijão Térmico: Corpo e Interna Plástica, Bocal largo,	UN	1,00	INVICTA	299,00	299,00
12	Sacola para fardamento, confeccionadas em nylon 600 emborrac	UN	2,00	POLISPORT	25,90	51,80
15	Sapatilha de atletismo, fabricada em tecido sintético leve e	UN	1,00	PISTA E CAMPO	479,00	479,00
16	Dardo de alumínio/aço 500 g. Indicado para treinamento.	UN	1,00	PISTA E CAMPO	459,90	459,90
17	Dardo de alumínio/aço 700 g. Indicado para treinamento.	UN	1,00	PISTA E CAMPO	549,90	549,90
Valor Total Registrado						16.410,40

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.39.8924
de 12 de junho de 2015

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.024.600, representado pelo Senhor KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	BOLA DE FUTSAL TERMOTEC	UN	25,00	PENALTY MAX 500	114,50	2.862,50
3	Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos,	UN	25,00	PENALTY MAX 200	84,50	2.112,50
4	BOLA DE FUTSAL TERMOTEC COM 8 GOMOS, CONFECIONADA	UN	25,00	PENALTY MAX 100	79,50	1.987,50
7	Cone em PVC flexível modelo chinês	UN	20,00	PANGUE	7,30	146,00
8	Cones em PVC de 23 cm de altura, para treinamento físico.	UN	20,00	PANGUE	7,40	148,00
9	Rede para bolas fio 04 PE (nylon), malha 10x10 cap 24 bola	UN	5,00	PANGUE	11,80	59,00
13	Bolsa de Massagista Para Futebol Confeccionado em Nylon.	UN	1,00	PANGUE	82,50	82,50
18	Bola Oficial de Vôlei, matrizada, com 16 gomos, confeccionado	UN	25,00	PANALTY 7.0	174,50	4.362,50
Valor Total Registrado						11.760,50

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.39.9799
de 12 de junho de 2015

FORNECEDOR: ROCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, situada na RUA CORONEL SPÍNOLA DE CASTRO, Nº 4360, Município de SÃO JOSÉ DO RIO PRET-SP, inscrita no CNPJ sob n. 10.203.240/0001-47 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 647535918110, representado pelo Senhor CARLOS ROBERTO LOMBARDI, CPF: 974.666.628-20.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
14	Camisetas de treino, confeccionadas e Dry fit 100% poliéster	UN	200,00	RAMA POLIESTER	6,00	1.200,00
Valor Total Registrado						1.200,00

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.826/2015

D E C R E T O Nº 2.826/15

“Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 6.390, com a área de 93.956,56 m² (noventa e três mil, novecentos cinquenta e seis metros, cinquenta e seis decímetros quadrados), localizado na Avenida 22 de julho, Centro, quadra nº 39, Irineópolis, SC, de propriedade de VICENTE LECH, ficando com as seguintes características: LOTE 1 da quadra 39 com área de 44.245,77 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0832.0.000: Frente: 157,37 metros com a Avenida 22 de julho; Lado Esquerdo: em duas linhas, a primeira medindo 166,25 metros, e a segunda medindo 239,03 metros + 15,00 metros com o lote n.º 2 de sua propriedade, ambos interligados por uma linha de 111,88 metros com o lote n.º 2; Lado Direito: 406,02 metros com o imóvel de propriedade de Oscar Teodoro Senn; Fundos: 87,63 metros com o Arroio do Monjolo, sendo que no outro lado fica imóvel de propriedade de Romeu Rocha; LOTE 2 da quadra 39, com área de 45.721,24 m², com inscrição imobiliária nº 1.1.39.0.0794.0.000: Frente: 38,59 metros com a Avenida 22 de julho; Lado Esquerdo: 409,70 metros com imóvel de propriedade de Wenceslau Michahouski; Lado Direito: em duas linhas, a primeira medindo 166,25 metros, e a segunda medindo 239,03 metros + 15,00 metros com o lote n.º 1 de sua propriedade, ambas interligadas por uma linha de 111,88 metros com o lote n.º 1; Fundos: 175,92 metros com o Arroio do Monjolo, sendo que no outro lado fica imóvel de propriedade de Romeu Rocha.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.829/2015

DECRETO Nº 2.829/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal Irineópolis (SC), no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 214, da Constituição Federal, Lei nº 9.394, de 20 de janeiro de 1996, que aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB); a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação e a Lei Municipal nº 1.843/2015, de 10/06/2015, que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal Decenal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Permanente de Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Irineópolis (SC) para o próximo decênio, composta pelos seguintes membros:

Ana Paula Martins Reichardt

Cleusa Clarice de Lima

Dircélia Aparecida Senff Nicoluzzi

Ivone Terezinha Glinski Konopka

Lillian Eliane Batschauer Ferreira

Valci Ilda Knoll Rosinski

Wilza Carla Henning

Wiviane Henning.

Art. 2º - A Comissão Organizadora, sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação, fará o acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 16 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EDITAL 03-2015 - SMDC

PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA ADESÃO AO PROGRAMA

“NENHUMA CASA SEM LUZ”.

EDITAL Nº 003/2015 SMDC

Prefeitura Municipal de Irineópolis Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário.

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Juliano Pozzi Pereira, torna público que se encontra prorrogado o prazo até o dia 15 de julho do corrente ano para o processo de homologação das inscrições deferidas e indeferidas para adesão ao PROGRAMA “NENHUMA CASA SEM LUZ”, do município de Irineópolis, de acordo com o Decreto n. 2.580 de 14 de abril de 2014, que regulamenta a Lei Municipal n. 1.781/2014, de 18 de março de 2014, em virtude do grande número de inscritos e da vasta série de informações a serem analisadas, referentes aos procedimentos para operacionalização do Programa.

Irineópolis, 15 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal.

EXTRATO DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 33/2015

Processo Licitatório nº. 33/2015
Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2015
Comissão Permanente de Licitações
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 26/2015, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda conforme documentação constante dos autos, com o objetivo Contratação de Serviços do Tipo Hora/Máquina, Destinados ao Atendimento de Programas Municipais Dentre os Quais o Programa Porteira Adentro, Manutenção e Recuperação de Estradas Municipais, Conforme Especificações Descritas no Decreto Nº 2.762, de 12 de Fevereiro de 2015. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 16 de junho de 2015.
ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL
PROCESSO LICITATORIO Nº 33/2015

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 04/2015
Objeto: Contratação da empresa MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora maquina, especialmente para locação de maquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 25, caput, da Lei 8.666/93, declarando a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda.

O preço se apresenta compatível com o mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 16 de junho de 2015.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 33/2015
INEXIGIBILIDADE 04/2015
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 34/2015

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar serviços de hora/máquina especialmente para locação de maquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2762/2015. A empresa MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda, se compromete para os serviços ao qual se credenciou, incluir operador e/ou motorista, combustível e manutenções dos veículos, máquinas ou equipamentos. Os serviços prestados serão para a recuperação e manutenção das ruas e estradas deste município, onde se fizer necessário, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Infra Estrutura ou Agricultura, e também junto ao Programa "Porteira Adentro", conforme Lei Municipal nº. 1700/2013, aos agricultores cadastrados, conforme artigo 3º:

- I – Terraplanagem;
- II – Abertura, conservação e revestimentos de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais;
- III – Construção e reforma de silos, trincheiras, tanques de peixe e açudes para captação de água;
- IV – realização de drenagem;
- V – Fornecimento de brita, lascão e cascalho;
- VI – Transporte de cascalho e brita;
- VII – Transporte de calcário e outros insumos, para fins de programa oficial de correção de solo;
- VIII – Valetamento;
- IX – Construção de bueiros, abertura de fossas e sumidouros para tratamento de detritos orgânicos e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal da Infraestrutura e obedecida os limites orçamentários.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Paragrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um numero limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação da empresa MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 16 de junho de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de julho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS E DEMAIS MÓVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 038/2015

DECRETO Nº 038, de 15 de junho de 2015.

"Dispõe Sobre a Instauração de Procedimento Administrativo visando análise de requerimento protocolado por Itá Eco Aventura Ltda. ME, e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal e, demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando protocolo de requerimento por parte de Itá Eco Aventura Ltda ME, demonstrando interesse em adquirir bens a ela cedidos através de Concorrência Pública;

Considerando a necessidade de uma análise in loco dos fundamentos apresentados pela empresa solicitante e se vem atendendo o que preve o Contato Administrativo firmado pelo município com a mesma;

Considerando ainda, a necessidade de profunda análise dos termos da solicitação e do interesse público envolvido.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial que irá efetuar levantamento, análise e, posterior emissão de relatório concernente ao requerimento de compra de bens públicos cedidos ao Itá Eco Ventura Ltda ME, conforme Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso de Imóveis Públicos Nº 225/2008, os seguintes membros:

I – Presidente: Andriano Paulo Stadlober

II – Secretário: Jair Francisco Moschetta

III – Membro: Julcimar Antônio Zotti

IV – Membro: Franciele Dal Bello

Art. 3º. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogados por igual período caso haja necessidade.

Art. 4º. - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 15 de Junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretaria de Administração e Fazenda

EDITAL 011 - PROCESSO SELETIVO 002/2015

EDITAL011 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 18 de Junho 2015, às 08:00h na Secretaria Municipal de Educação, Itá/SC.

Estagiários

008	Cristiane Mara Dallelaste Teles
-----	---------------------------------

Itá, 17 de junho de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EDITAL 039 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 039 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 29ª CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 18 de JUNHO 2015, às 08h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

História

Não habilitada

Colocação	Nº da Inscrição	Nome
5º	089	Samara Carina Vortmann

Itá – 17 de junho de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 112/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 112/2015, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e outros materiais permanentes, destinados para a Secretaria de Assistência Social e demais secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 01 de julho de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 17 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - INEXIGIBILIDADE Nº 04/14

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	17/06/2015	Horário início: 12h00min
Licitação / Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 004/2014 Nº 003/2014 Nº 111/2014

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de veículos de mídias impressas locais, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da Prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 08/09/2014 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
03/06/2015	3496	CAROLINA ORMINDA VIEIRA ME	14.421.882/0001-73

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação ao credenciamento, o qual foi encontrado devidamente lacrado. Aberto o envelope, iniciou-se a análise dos documentos apresentados, onde foi verificado que a empresa CAROLINA ORMINDA VIEIRA ME, deixou de juntar o Contrato Social da empresa conforme exigência do item 4.1.1 do edital, apresentou o documento exigido no item 4.1.6, com a data de validade já expirada na data de entrega do envelope no setor de protocolo oficial deste município e não comprovou a tiragem dos exemplares durante os últimos 3 (três) meses conforme exigência do edital. Por todas essas razões a CPL considerou a empresa CAROLINA ORMINDA VIEIRA ME INABILITADA para o presente certame. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	MARIZA A. FILLA MEMBRO
--	---------------------------

CMDCA: A COMISSÃO ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR, VEM POR MEIO DESTA PUBLICAR A LISTA DE CANDIDATOS COM A INSCRIÇÃO DEFERIDA (ORDEN ALFABÉTICA):

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES

Ofício CMDCA: 014/2015 Itapoá, 17 de junho de 2015.

A Comissão Eleitoral do Processo de Eleição para Conselheiro Tutelar, vem por meio deste publicar a lista de candidatos com a inscrição deferida (ordem alfabética):

- ANGELA MARIA GONÇALVES DE MORAES
- CRISTIANE RODRIGUES
- DANIELE CORREIA DA SILVA
- DIEGO ANGELO ANTUNES
- EDSON LUIZ DE RAMOS
- ERCÍLIA SANTOS DE SOUZA
- EVA APARECIDA SILVA
- JAQUELINE SPJIORIN
- LEVI DOMINGOS PELEGRINI
- MÔNICA HARMS SOARES
- REGINA DE TOLEDO SILVA
- ROSANE MARIA MINATTI CAVALARI
- TAÍZA DAMIANI MACIEL

YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
Presidente Interina do CMDCA
Comissão do Processo Eletivo

DECRETO MUNICIPAL Nº 2471/2015 EXONERA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2471/2015

Data: 16 de junho de 2015

EXONERA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. SYBELLE LEICHSENDRING, do cargo de Diretora do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2473/2015 NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2473/2015

Data: 17 de junho de 2015

NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1 Fica nomeada a Sra. SYBELLE LEICHSENRING, no cargo de Diretora do Departamento Jurídico da Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2474/2015 NOMEIA CHEFIA DA SEÇÃO DE CIDADANIA DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2474/2015

Data: 17 de junho de 2015

NOMEIA CHEFIA DA SEÇÃO DE CIDADANIA DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. KARINA JUSSARA DOS SANTOS, no cargo de Chefe da Seção de cidadania, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2475/2015 NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2475/2015

Data: 17 de junho de 2015

NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. ROSILDA APARECIDA BOLDORI, no cargo de Chefe da Divisão de Administração e Controle da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2476/2015 CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2476/2015

Data: 17 de junho de 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 128, de 16 de junho de 2015, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), a servidora Roselini Cardoso Reis, por atuação como enfermeira, na UBS – Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2477/2015 CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2477/2015

Data: 17 de junho de 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 128, de 16 de junho de 2015, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), ao servidor Igor Morelle Pinheiro Olivera, por atuação como médico, na UBS – Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2472/2015 EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CIDADANIA DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2472/2015

Data: 16 de junho de 2015

EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CIDADANIA DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ROSILDA APARECIDA BOLDORI, do cargo de Chefe da Seção de cidadania, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de junho de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

ERRATA À TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA À TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015 - PROCESSO Nº 10/2015

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção do Abrigo Provisório Recanto Feliz, no Balneário Princesa do Mar, compreendendo 350,02m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

1. CONSIDERANDO que o Edital de Tomada de Preço nº 02/2015 - Processo nº 10/2015, no item 3. DA EXECUÇÃO E DO PRAZO (ART. 40, INCISO II), subitem 3.1 prevê o seguinte: "3.1. Os serviços contratados por meio da presente licitação serão realizados na forma de execução indireta no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL".

2. CONSIDERANDO que no Anexo V Minuta Contratual, prevê: PARÁGRAFO ÚNICO – Integra e completa o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 02/2015.

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações à Minuta do Contrato Administrativo:

AONDE CONSTA Cláusula terceira: Da execução dos serviços
Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo nº 10/2015, os anexos integrantes do processo licitatório e a proposta apresentada pela Contratada, que originou o presente contrato, e que esta declara conhecer.

§ 1º: A Contratada deverá tomar as providências necessárias para evitar transtornos ao andamento normal dos trabalhos, durante a execução dos serviços.

§ 2º: Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as relativas à Segurança e Medicina no Trabalho.

PASSA A INCLUIR O § 3º: Cláusula terceira: Da execução dos serviços

Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo nº 10/2015, os anexos integrantes do processo licitatório e a proposta apresentada pela Contratada, que originou o presente contrato, e que esta declara conhecer.

§ 1º: A Contratada deverá tomar as providências necessárias para evitar transtornos ao andamento normal dos trabalhos, durante a execução dos serviços.

§ 2º: Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as relativas à Segurança e Medicina no Trabalho.

§ 3º: Os serviços serão realizados na forma de execução indireta no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Itapoá, 17 de junho de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 589/2015 DECLARA COMO UTILIDADE PÚBLICA O "ROTARY CLUBE DE ITAPOÁ" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 589/2015

Data: 17 de junho de 2015

DECLARA COMO UTILIDADE PÚBLICA O "ROTARY CLUBE DE ITAPOÁ" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o "ROTARY CLUBE DE ITAPOÁ", inscrito no CNPJ sob o nº 02.952.456/0001-87, com sede na Rua Sangue de Boi, nº 209, Balneário São José, cidade de Itapoá/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 590/2015 DENOMINA VIA PÚBLICA: WELLINGTON RODRIGUES JUNQUEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 590/2015

Data: 17 de junho de 2015

DENOMINA VIA PÚBLICA: WELLINGTON RODRIGUES JUNQUEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: Wellington Rodrigues Junqueira (Rua III), iniciando no Ponto A – esquina com a Rua do Príncipe, lado Leste, com coordenadas geográficas 26º 4' 43" S e 48º 37' 29" O; entre o lote 02 e a quadra C do Loteamento Residencial Príncipe e terras da "Antártica", numa distância de 950,00 metros até o Ponto B, onde faz esquina com a Rua IX, lado Oeste, com coordenadas geográficas - 26º 4' 43" S e 48º 37' 29" O, entre o lote 12 da quadra R, do Loteamento Residencial Príncipe e terras de "Antártica".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 591/2015 DENOMINA A "ESTRADA BOIADEIRO" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 591/2015

Data: 17 de junho de 2015

DENOMINA A "ESTRADA BOIADEIRO" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como "Estrada Boiaideiro", circunscrita na localidade 1º de Julho, com coordenada no ponto inicial em 735510.56 E e 7108028.38, e com coordenada do ponto final em 735335.58 E e 7109992.92 S, e dista 2.243 metros do entroncamento entre a Estrada José Alves e a SCSC-416, neste município

de Itapoá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: EDITAL Nº 036/2015 - ADMINISTRADOR

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 036/2015

Alessandra Silveira Oliveira, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento do cargo de Administrador para atuar junto aos Conselhos Municipais, vinculados à esta Secretaria, nível superior com título de graduação e carga horária de 40 horas semanais.

1. DOS OBJETIVOS E DA INSCRIÇÃO

1.1. A seleção tem por objetivo o preenchimento do cargo de Administrador nos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria, podendo participar do processo seletivo profissionais que possuam título de graduação em Administração.

1.2. As inscrições estarão abertas de 18 a 23 de Junho de 2015, na sede do CRAS, sito à Rua 1660, nº 321 - horário de 8h às 12h.

1.3. No ato de inscrição o candidato preencherá ficha de inscrição e entregará cópia da seguinte documentação:

a) Carteira de Identidade;

b) CPF;

c) Comprovante de residência;

d) Certificado de Conclusão do Ensino Superior em Administração (Cópia autenticado);

e) Cópias dos Certificados/Declarações de Cursos de Capacitação e/ou Especialização, conforme item 4.3.

1.4. A entrega dos documentos é de inteira responsabilidade dos candidatos.

1.5. Será entregue ao candidato o recibo de inscrição que servirá de ingresso ao local da Etapa Eliminatória.

2. DAS ATRIBUIÇÕES

2.1. Serão atribuições do Administrador dos Conselhos Municipais vinculados a esta Secretaria:

I. Elaborar as atas e manter atualizada a documentação do Conselho;

II. Fomentar as discussões referentes as pautas das reuniões;

III. Manter os conselheiros informados e atualizado sobre as legislações, normativas, portarias pertinentes aos Conselhos;

IV. Expedir correspondências e arquivar documentos;

V. Prestar contas à Presidência dos seus atos, informando-a de todos os fatos que tenham ocorrido no Conselho;

VI. Informar à Presidência dos compromissos agendados;

VII. Manter os Conselheiros informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das comissões temáticas;

VIII. Coordenar as atividades da secretaria, sob supervisão do presidente;

IX. Apresentar, anualmente, relatórios sucintos das atividades dos Conselhos;

X. Receber previamente relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de inteirar-se sobre o tema, embasando-se nas legislações referentes a tal documentação, para processamento e inclusão na pauta;

XI. Providenciar publicação dos atos do conselho no Diário Oficial do Município;

XII. Exercer outras funções correlatas que lhe sejam atribuídas pelo presidente ou pela assembleia;

3. DA ETAPA ELIMINATÓRIA

3.1. O Processo Seletivo contará com uma etapa eliminatória e uma etapa classificatória.

3.2. A Etapa Eliminatória contará com uma prova objetiva.

3.3. A prova objetiva contará com 20 questões com peso de nota de 0,5 pontos cada uma, totalizando nota máxima de 10,0 pontos. Sendo 05 questões de Língua Portuguesa e interpretação de texto, 03 questões de Informática, 05 questões de Conhecimentos Gerais e 07 questões de Matéria específica sobre Assistência Social, Controle Social e Conselhos.

3.4. A prova será realizadas na data de 26 de Junho de 2015, no Centro de Convivência, sito à Rua 1670, nº 330, com início às 8 horas e término às 12:00 horas.

3.5. Serão desclassificados o candidato que chegarem após o horário – não haverá horário de tolerância.

3.6. O Resultado da Etapa Eliminatória será divulgado no dia 30 de Junho de 2015.

3.7. O candidato que se sentir prejudicado na sua pontuação poderá recorrer perante a Comissão.

3.8. O recurso da Etapa Eliminatória será de 01 (um) dia útil, ou seja, 01 de julho de 2015.

3.9. O Resultado Final da Etapa Eliminatória será divulgado no dia 03 de Julho de 2015.

4. DA ETAPA CLASSIFICATÓRIA

4.1. Serão considerados aptos para prosseguir a Etapa Classificatória os candidatos com nota igual ou acima de 7,0 pontos e que não tenham zerado em nenhum dos temas da Etapa Eliminatória.

4.2. A Etapa Classificatória contará com a avaliação de títulos.

4.3. A análise de títulos computará até o máximo de 05 (cinco) pontos e considerará a titulação acadêmica em Administração e os cursos de capacitação profissional na área de Administração e/ou Assistência Social, conforme quadro abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Curso de Capacitação com carga horária de 100h a 119h	1,0 ponto
Cursos de Capacitação com carga horária de 120h a 179h	1,5 pontos
Cursos de Capacitação com carga horária de 180h ou mais	2,0 pontos
Especialização em áreas afins de Administração e/ou Assistência Social	2,5 pontos
Mestrado	3,0 pontos
Doutorado	4,0 pontos

4.4. O resultado da Etapa Classificatória será divulgado no dia 03 de Julho de 2015.

4.5. O candidato que se sentir prejudicado na sua pontuação poderá recorrer perante a Comissão.

4.6. O recurso da Etapa Classificatória será de 01 (um) dia útil, ou seja, 06 de julho de 2015.

4.7. O Resultado Final Etapa Classificatória será divulgado no dia 08 de Julho de 2015.

5. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5.1. As questões de matéria específica sobre Assistência Social, Controle Social e Conselhos, da prova objetiva serão de acordo com os seguintes temas:

I. Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS;

II. Política Nacional de Assistência Social;

III. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social- NOB/SUAS;

IV. O Papel do Controle Social;

V. O Papel dos Conselhos Municipais;

V.1. As questões de Língua Portuguesa, da prova objetiva serão de acordo com os seguintes temas:

I. Interpretação de texto;

II. Conhecimento de língua: ortografia/pontuação/accentuação gráfica;

III. Classes de palavras: substantivo: classificação, flexão e grau;

- IV. Adjetivo: classificação, flexão e grau;
 V. Advérbio: classificação, locução adverbial e grau;
 VI. Pronome: classificação, emprego e colocação dos pronomes oblíquos átomos;
 VII. Verbo: classificação, conjugação, emprego de tempos e modos;
 VIII. Concordância verbal e nominal;
 IX. Regência verbal e nominal;
 V.2. As questões de Informática, da prova objetiva serão de acordo com os seguintes temas:
 I. Sistema Operacional Microsoft Windows: Organização de pastas e arquivos, operações e manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear);
 II. Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação de gráficos e figuras;
 III. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão. Utilização e criação de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados.
 IV. Internet: Navegação e busca de documentos.
 V.3. As questões de Conhecimentos Gerais, da prova objetiva serão de acordo com os seguintes temas:
 I. Política e Economia mundiais;
 II. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia);
 III. História e Geografia mundiais;
 IV. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas;
 V. Meio ambiente.

6. DA CONVOCAÇÃO

- 6.1. Será convocado o candidato que tiver maior pontuação na soma da Etapa Eliminatória e Classificatória.
 6.2. Os demais candidatos entrarão para cadastro de reserva de vagas, distribuídas de acordo com a ordem de classificação por nota.
 6.3. Havendo empate de notas entre os três primeiros colocados, utilizar-se-á como critério de desempate:
 a) Maior pontuação obtida na Etapa Eliminatória;
 b) Permanecendo o empate, o critério de desempate será em favor do candidato de maior idade.
 6.4. O Resultado Final do Processo Seletivo e a Convocação do candidato serão divulgados no dia 08 de Julho de 2015.

7. DA NOMEAÇÃO E AVALIAÇÃO

- 7.1. O candidato convocado deverá apresentar os documentos exigidos pelo departamento de Recursos Humanos, sendo que a ausência ou não apresentação de algum documento, implica na desclassificação do candidato e chamamento de outro candidato de acordo com lista de classificação.
 7.2. O contrato terá vigência até o chamamento do concurso público, ou de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
 7.3. O candidato passará por processo de avaliação, feito pela equipe de processo seletivo, com apoio dos presidentes de Conselhos, a cada três meses, podendo haver a rescisão de contrato neste período.

8. DOS RECURSOS:

- 8.1. O candidato que se sentir prejudicado nas suas pontuações poderá recorrer perante a Comissão seguindo as datas constantes nos itens 3.8. e 4.6.
 8.2. Os recursos devem ser protocolados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS entre as 08h e 12h dos dias estabelecidos acima.
 8.3. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, o número de inscrição, o endereço completo, telefone, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido a Comissão Gestora.
 8.4. A Comissão Gestora terá prazo de até 02 (dois) dias úteis para análise do recurso.

8.5. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente;

8.6. Findo o prazo para o recurso, o Processo Seletivo será homologado pela Comissão Gestora do Processo Seletivo Simplificado.

9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

9.1. Todos os resultados serão divulgados no site da PMI (<http://www.itapoa.sc.gov.br>), no Jornal Oficial e afixados na Sede da Secretaria.

10. DA RETRIBUIÇÃO MENSAL:

10.1. A retribuição mensal será o salário base para nível superior vigente na Prefeitura Municipal de Itapoa, correspondente à data de admissão.

R\$ 2.238,66 (dois mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), valor vigente no lançamento do Edital.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas contidas neste Edital, pressupondo conhecimento integral de seus termos, não podendo alegar ignorância.

11.2. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato, comunicando previamente qualquer alteração a Comissão, não lhe cabendo qualquer reclamação, acaso, por sua omissão, não for possível convocá-lo.

11.3. O acompanhamento das publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.

Itapoa, 17 de Junho de 2015.

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 027/2015 - AUX DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 027/2015 – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	Claudinei Fabian Walendorf	76
2º	Zenir Wisniewski Fernandes	72
3º	Claudia Regina Dutra dos Santos	64
4º	Cristiane do Socorro Costa da Silva	64
5º	Marisa da Silva Saraiva Pinto	62

Itapoa, 17 de Junho de 2015.

Marciane Rech Joseane

Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Soares de Lima

Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz

Agente Administrativo II

SECRETARIA DE SAÚDE: RESULTADO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 030/2015 VAGA: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PONTAL DO NORTE EXTENSÃO JAGUARUNA

RESULTADO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 030/2015

VAGA: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PONTAL DO NORTE EXTENSÃO JAGUARUNA

A Comissão de Processos de Transferências, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado do processo de transferência Edital nº 030/2015.

Nº	Área	Vaga	Carga Horária	Local	Profissional
1º	Auxiliar de Enfermagem	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte Extensão Jaguaruna	Roberta Marin Gomes

Itapoá, 17 de Junho de 2015.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Necy dos Santos Silva

Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel

Auxiliar de Serviços Gerais

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 DO EDITAL 027/2015 - AUX ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 027/2015

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato CLAUDINEI FABIAN WALENDOLF para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

Itapoá, 17 de Junho de 2015.

Ituporanga

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E CAÇAMBA, PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA D

O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº31/2015

Processo: 47/2015

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E CAÇAMBA, PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: A Prefeitura Municipal de Ituporanga, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no §4º do art. 21 da Lei 8.666/93, está prorrogando a data de recebimento dos invólucros e esta promovendo alterações no Edital do Pregão Presencial nº 31/2015, sendo transferida a data para o dia 30 de junho de 2015 nos mesmos horários, na sala de Reuniões da Prefeitura do município de Ituporanga, sito à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro, Ituporanga. Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, pelo fone (**47) 3533-1211.O Termo de Retificação poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 10 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PL 66/2015/PMJ - CC 1 /2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 1/2015/PMJ

Objeto: Alienação de imóveis localizados no Distrito Industrial e especificados no Anexo I deste Edital, pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Joaçaba, com a finalidade de incentivar e estimular a instalação de empresas naquelas áreas. Tipo: Maior oferta. Forma de Julgamento: Maior oferta. Data da abertura: Dia 22/07/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 22/07/2015 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 16 de junho de 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO.

Jorge Ronaldo Pohl

Secretário

NOTIFICAÇÃO INSTAURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Em virtude da recusa de recebimento do Termo de Notificação pelo senhor Carlos Zagonel, a Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 4.366/2015 e nº. 4.411/2015 do senhor Prefeito do Município de Joaçaba, NOTIFICA através desta, o servidor CARLOS ZAGONEL da instauração de Processo Administrativo Disciplinar citado acima.

Obedecendo ao Art. 148 da LC 76 de 11 de dezembro de 2003, o processo administrativo disciplinar observará o princípio do contraditório, assegurada ao (s) acusado (s) ampla defesa e o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devidamente constituído para este fim, podendo arrolar testemunhas, requerer vista do processo, extração de cópias, contestar os fatos e tudo o mais que julgar necessário para apresentar em sua defesa.

Abaixo seguem as portarias nº. 4.366/2015 e nº. 4.411/2015, já publicadas no DOM nas edições de 28/05/2015 e 10/06/2015, respectivamente.

Joaçaba, 17 de junho de 2015.

INES MARIA PICOLI

Presidente

PORTARIA Nº 4.366 DE 28 DE MAIO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY 0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 4.109/2015 e 4.336/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.411 DE 09 DE JUNHO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.366/2015 na qual INSTAURA "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY 0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013

Onde lê-se: "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY

0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica, Leia-se: "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY 0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 09 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

ORDEM DE RETOMADA DE OBRA Nº 05

ORDEM DE RETOMADA OBRA Nº 05/2015

Determino à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a retomada dos serviços relativos ao contrato nº 177/2013/PMJ – Ordem de serviço nº 243/2014, para construção de Ginásio de Esportes no Barro Santa Tereza, no Município de Joaçaba.

A retomada dos trabalhos aconteceu a contar de 15/06/2015.

Joaçaba, SC, 15 de junho de 2015
MUNICIPIO DE JOAÇABA
Venilton Rogerio Teles
Secretario de Infraestrutura

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA
Jucenei Silva de Andrade

PORTARIA N.º 4432

PORTARIA Nº 4.432 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVONE DADHETTI SIMADON, Professor Nível II (Pós-Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de documento encaminhado pela diretoria do Foro da Comarca de Joaçaba, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 60 dias, a partir de 08 de junho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de junho de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4433

PORTARIA Nº 4.433 DE 16 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR, o (a) Sr.(a) MIGUEL NUNES PEREIRA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura da convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4434

PORTARIA Nº 4.434 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) MIRIAM GOLIN FAGUNDES, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4435

PORTARIA Nº 4.435 DE 16 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MAURO GARCIA DE VARGAS, Operador de máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) , por um período de 12 dias, a partir de 01 de junho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de junho de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

PP 69-2015 PML RERRATIFICADO E PP 32-2015 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 69/2015 PML

Objeto: Aquisição de Mobiliário Escolar.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 127.224,24

Modalidade: PP 32/2015 SMS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para manutenção de equipamentos Médicos Hospitalares e Odontológicos.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 02/07/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 108.900,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 009/2015

EDITAL Nº. 009/2015

ADILSON APPOLINÁRIO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 10/08/2015 (segunda-feira).

Horário: 20:00 horas

Pauta: A realização de Audiência Pública para tratar sobre as marginais da BR-116 no trecho até o Hotel Martelo, sobre o fechamento dos acessos aos bairros da Cidade Alta e quanto a questões de segurança como passarela e lombada eletrônica.

Local: Câmara de Vereadores de Lages

Plenário Nereu Ramos.

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralages.sc.gov.br.

Lages, 17 de junho de 2015.

ADILSON APPOLINÁRIO

Presidente

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 821/2015

PORTARIA RH Nº 821/2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ROSÂNGELA DE SOUZA CUNHA Assessor de Presidência, do dia 08.06.2015 a 06.07.2015, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Presidente da Fundação Interino

PORTARIA Nº 822/2015

PORTARIA RH Nº 822/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.06.2015 a 07.07.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Clarabel Alves Patrício	2014/2015
Kátia Regina Medeiros da Rosa	2013/2014
Lindomar Giusti Júnior	2013/2014
Valdirene Torres	2013/2014

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 823/2015

PORTARIA RH Nº 823/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de PAULA GUEDES FRETTE Assessor Especial, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 08 de

Junho de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 824/2015

PORTARIA RH Nº 824/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, RITA MARIA MACHADO LANG do cargo de Agente Comunitário, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 825/2015

PORTARIA RH Nº 825/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, EDILENA DE SIQUEIRA ANTUNES do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 827/2015

PORTARIA RH Nº 827/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 2624/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Junho de 2015 a 05 de Setembro de 2015, ao Servidor REGINALDO DE SOUZA, Assistente de Administração, referente ao período 2000/2005, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 828/0015

PORTARIA RH Nº 828/2015

O SECRETÁRIO DE PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3255/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Junho de 2015 a 05 de Setembro de 2015, ao Servidor LEANDRO VICENTE CARDOSO, Motorista, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
THIAGO ALCIDES DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 829/2015

PORTARIA RH Nº 829/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, SILVIO CARDOSO Agente de Proteção Social, do dia 08.06.2015 a 07.07.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 831/2015

PORTARIA RH Nº 831/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor DANIELA AMANDIO ROSA Agente Comunitário, do dia 01.06.2015 a 30.06.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 832/2015

PORTARIA RH Nº 832/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRÉ NANDI ANTUNES para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos Especiais e Captação, AS 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 833/2015

PORTARIA RH Nº 833/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ALVARO SILVA MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Procuradoria, AS 3, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 834/2015

PORTARIA RH Nº 834/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ROSILDA REBELO PATRÍCIO CORRÊA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 2, com lotação na Secretaria do Governo, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 835/2015

PORTARIA RH Nº 835/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 2, com lotação na Secretaria do Governo, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 836/2015

PORTARIA RH Nº 836/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, DAYANE ADRIANO PRATES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 2, com lotação na Secretaria do Governo, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 838/2015

PORTARIA RH Nº 838/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, CARLOS JOSÉ STUPP JÚNIOR para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gestão Orçamentária, AS 2, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 839/2015

PORTARIA RH Nº 839/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ERICK REBELO FIGUEIREDO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 2, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840/2015

PORTARIA RH Nº 840/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ELISABETH GUTERRO FLOR para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 2, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 841/2015

PORTARIA RH Nº 841/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, FILLIPE MACHADO BARZAN para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 2, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 842/2015

PORTARIA RH Nº 842/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, HELEN APARECIDA DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Arrecadação e Acompanhamento Tributário, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 843/2015

PORTARIA RH Nº 843/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, AMILTON MARTINS DE SOUZA para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Administração e Serviços Públicos, NE 2, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 844/2015

PORTARIA RH Nº 844/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, LUCAS VERAS SPILLERE DA SILVA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licitação, Compras, Contratos e Convênios, DS 4, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 845/2015

PORTARIA RH Nº 845/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, CÉLIO JOSÉ DE MEDEIROS para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Obras e Saneamento, NE 2, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 846/2015

PORTARIA RH Nº 846/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, JOSÉ CARLOS FERREIRA para exercer o Cargo de Diretor do Departamento de Execução e Fiscalização de Obras Públicas, DS 4, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 847/2015

PORTARIA RH Nº 847/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO ACIS para exercer o Cargo de Diretor do Departamento de Água e Saneamento, DS 4, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 848/2015

PORTARIA RH Nº 848/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, SEDERONI POLICARPO para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Obras e Terraplanagem, DS 5, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 849/2015

PORTARIA RH Nº 849/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, MORGANA FIGUEIREDO MEDEIROS para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Saúde, NE 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 850/2015

PORTARIA RH Nº 850/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ARIADNA CRISPIM ANDRADE para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Odontologia, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 851/2015

PORTARIA RH Nº 851/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ANDERSON SILVEIRA DE SOUZA do cargo em comissão de Assessor de Planejamento Esportivo, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 852/2015

PORTARIA RH Nº 852/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, TATIANE YARA ODEBRECHT para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos da Educação e Esportes, AS 1, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 853/2015

PORTARIA RH Nº 853/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, SUELI MENDONÇA para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos da Educação e Esportes, AS 1, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 854/2015

PORTARIA RH Nº 854/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, MARILETE DE AGUIAR CORRÊA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Administração, Controle e Acompanhamento, DS 4, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 855/2015

PORTARIA RH Nº 855/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANE DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Apoio Pedagógico, DS 4, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 856/2015

PORTARIA RH Nº 856/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, LAÉRCIO FREITAS CAMILO para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos Especiais e Captação, AS 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 857/2015

PORTARIA RH Nº 857/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO HENRIQUE para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Planejamento Urbano e Projetos, AS 1, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 858/2015

PORTARIA RH Nº 858/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e de acordo com a Lei Complementar nº 210/2010,

RESOLVE:

NOMEAR, JACKSON BARBOSA SIQUEIRA para exercer o cargo de Natureza Especial de Coordenador Municipal de Defesa Civil, NE 2, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 859/2015

PORTARIA RH Nº 859/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, EVELYNE DOMICIANO SEBASTIÃO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Habitação, DS 4, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861/2015

PORTARIA RH Nº 861/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ANA PAULA CARNEIRO FLORA CORRÊA para exercer o cargo em comissão de Assessor da Presidência, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862/2015

PORTARIA RH Nº 862/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, PATRÍCIA DE OLIVEIRA PEIXOTO DO NASCIMENTO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863/2015

PORTARIA RH Nº 863/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, BRUNO CARNEIRO FLORA para exercer o Cargo em comissão de Coordenador da Casa de Anita Garibaldi, DAF 4, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 865/2015

PORTARIA RH Nº 865/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, CARLA MEDEIROS DE SOUZA para ocupar o cargo em comissão de Assessor de Ensino Superior, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 866/2015

PORTARIA RH Nº 866/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, PEDRO PAULO ANDRADE ALVES para ocupar o cargo em comissão de Coordenador dos Centros Esportivos, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 867/2015

PORTARIA RH Nº 867/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, FERNANDA ROSA RAMOS para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos Sociais, DAF 3, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 868/2015

PORTARIA RH Nº 868/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, PEDRO PAULO MATIAS para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, DAF 3, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 869/2015

PORTARIA RH Nº 869/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, JOÃO DOLVINO para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Patrimônio, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 870/2015

PORTARIA RH Nº 870/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e em conformidade com a Lei Complementar nº 279 de 24 de Janeiro de 2014;

RESOLVE:

NOMEAR, VICTOR BOPPRE para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiental, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 871/2015

PORTARIA RH Nº 871/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, SABRINA NEVES MACHADO para exercer o Cargo em comissão de Assessor Jurídico, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 872/2015

PORTARIA RH Nº 872/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ROBERTA DE OLIVEIRA VIEIRA para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 873/2015

PORTARIA RH Nº 873/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, PALOMA DE OLIVEIRA PEIXOTO NASCIMENTO para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, no C.E.I. Padre Augustinho, Progresso, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 876/2015

PORTARIA RH Nº 876/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, PYETTRA APARECIDA JUSTINO ROCHADEL para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Registro Patrimonial, DS 5, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 880/2015

PORTARIA RH Nº 880/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, MARLUSI FIGUEIREDO COBRA, Técnico em Enfermagem, para responder pela Divisão de Almoxarifado, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 881/2015

PORTARIA RH Nº 881/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, ROSINEIDE MARIA FIGUEIREDO, Auxiliar de Serviços Gerais, para responder pela Divisão de Epidemiologia, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 882/2015

PORTARIA RH Nº 882/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, LUCIENE BENTO VICENTE, Técnico em Enfermagem, para responder pela Divisão de Unidade de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 883/2015

PORTARIA RH Nº 883/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, HELAINE CRISTINA SILVEIRA BORG, Técnico em Enfermagem, para responder pela Divisão de Saúde do Trabalhador, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 884/2015

PORTARIA RH Nº 884/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3033/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2015 a 29 de Agosto de 2015, ao Servidor SANDRA CUSTÓDIO VALÉRIO, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 885/2015

PORTARIA RH Nº 885/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, BRENDEN RODRIGUES DE OLIVEIRA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 01.06.2015 a 30.06.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 886/2015

PORTARIA RH Nº 886/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor SÔNIA MARIA AMÉRICO DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Públicos, do período de 05/03/2012 a 07/06/2015, lotado na Secretaria de Administração e Serviços, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 887/2015

PORTARIA RH Nº 810/2015

PORTARIA RH Nº 887/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 3470/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, até 01/09/2015, ao Servidor MANOELA GOULARTE DE SOUZA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Bioquímico, lotado na Secretaria de Saúde, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº. 55/2015, 17 de junho de 2015.

Retifica o artigo 1º do DECRETO Nº. 43/2015, 22 de maio de 2015, para alterar a data da realização da Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

Considerando o ofício emitido pela Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a impossibilidade de o palestrante comparecer na data prevista, e;

Considerando a necessidade da realização da conferência:

Decreta:

Art. 1º. O artigo primeiro do Decreto 43/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica convocada a Vª Conferência Municipal de Saúde, a se realizar na data de 08 de julho de 2015, nas dependências do Auditório Municipal ESF Pedro Inhaia em Lebon Régis, Santa Catarina, com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro"."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Lebon Régis, 17 de maio de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº. 56/2015, de 17 de junho de 2015.

"Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiros e Equipe de Apoio."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações – CPL do Município de Lebon Régis – SC, que passa a ter a seguinte composição:

I – José Vanderlei de Campos, servidor público efetivo.

II – Amilton Dias de Lima, servidor ocupante de cargo em comissão;

III – Antônio Luiz dos Santos Lima, servidor público efetivo.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo servidor indicado no inciso I e secretariado pelo servidor indicado no inciso II.

Art. 2º. Ficam relacionados os servidores públicos para atuarem como pregoeiros nas sessões de licitação quando houver impedimento do pregoeiro designado em edital:

I – Jose Vanderlei de Campos, servidor público efetivo;

II - Vilmar Pierdoná, servidor público efetivo;

III - Amauri Grazziotin, servidor público efetivo;

IV- Adair da Silva Mattos, servidor público efetivo;

V- Tainá Grazziotin, servidora ocupante de cargo em comissão;

VI – Thacyana Canalle, servidora de cargo em comissão;

VII – Mariza Granemann de Mello – servidora ocupante de cargo em comissão.

Art. 3º. Ficam designados para a Equipe de Apoio aos pregoeiros os seguintes servidores:

I – Elizabete Spautz, servidora ocupante de cargo em comissão;

II - Alessandro Granemann Souza, servidor público efetivo;

III – Fernando Ribeiro da Silva, servidor público ocupante de cargo em comissão;

Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio são aquelas definidas na legislação federal e municipal pertinentes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto Nº 024/2015, de 20 de Março de 2015.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 233/2015

PORTARIA Nº 233 DE 01 DE JUNHO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, PATRICIA MACHADO DOS SANTOS, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios

(DOM)
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E
Finanças

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIA Nº 234 DE 01 DE JUNHO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR A PEDIDO, LUIZ SANDRO SOARES DOS SANTOS, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E
Finanças

PORTARIA Nº 235/2015

PORTARIA Nº 235 DE 01 DE JUNHO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, ADRIANA XAVIER, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E
Finanças

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIA Nº 236 DE 01 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR THAINARA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 237/2015

PORTARIA Nº 237 DE 01 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ZENITA TOBIAS DE LIMA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 238/2015

PORTARIA Nº 238 DE 01 DE JUNHO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JANISSE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, FÉRIAS, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIA Nº 239 DE 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário OTAVIO RAFAELI, Pintor, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 240/2015

PORTARIA Nº 240 DE 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário NELSON MOREIRA ANTUNES, Farmacêutico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FUNÇÃO GRATIFICADA, no valor de R\$ 500,00, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 241/2015

PORTARIA Nº 241 DE 01 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário MAILTON RAFAEL WOLFART, Médico Veterinário, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 242/2015

PORTARIA Nº 242 DE 05 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário GILMAR DE OLIVEIRA, Pedreiro, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, AUXILIO DOENÇA, a partir de 05/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIA Nº 243 DE 10 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR FAURI JOSE CARNEIRO, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e

Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 244/2015

PORTARIA Nº 244 DE 10 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR CLEONICE SALETE MACIEL, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de junho de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 245/2015

PORTARIA Nº 245 DE 11 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, THAIS FERREIRA DE SOUZA GARCIA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de junho de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 246/2015

PORTARIA Nº 246, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Lebon de Régis, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e moralidade pública devem ser resguardados e preservados;

CONSIDERANDO que os deveres dos servidores públicos Municipais estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis – LC 76/2012;

CONSIDERANDO que são deveres de todo servidor público municipal exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, sobrepondo o interesse público a quaisquer outros de ordem pessoal; cumprir com prontidão as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza ao público em geral; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o interesse público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços; comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com as autoridades municipais, visitantes, colegas e munícipes para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensáveis ao desempenho das tarefas;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretária Municipal de Assistência Social, que indicam que a servidora abaixo especificada cometeu atos ensejadores de penalidades administrativas, conforme informações constantes no Ofício nº 31SMAS/2015 e demais documentos acostados a este, que apontam elementos suficientes de que a servidora pública municipal não observou seus deveres funcionais e transgrediu proibições funcionais;

CONSIDERANDO que o descumprimento dos deveres funcionais atribuídos à servidora previstos nos incisos II, III, VIII e XVII do art. 117 e o cometimento das proibições previstas no art. 118, incisos VI e XIX, todos os dispositivos legais citados da LC n. 76/2012, ensejam a aplicação de penalidades,

CONSIDERANDO que a violação da proibição prevista no art. 118, inciso XIII e XIX implicam a penalidade de demissão, por força do art. 134, inciso XIII, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis – LC 76/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores efetivos: Antônio Luiz dos Santos Lima (técnico agrícola); Ivani Teresinha Melo Xavier (professora) e Claudia Regina Zolet Seemann (Assistente Social) para apurar os fatos noticiados, que em tese configuram infrações disciplinares, cujos poderes e atribuições estão delimitados no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis/

SC (LC n. 76/2012).

Art. 2º. Instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor da servidora MARIZETE MARTINS DE CARVALHO, ocupante do cargo de Orientadora Social, lotada na Secretaria de Assistência Social, pela prática, em tese, de infração que a sujeita à aplicação da penalidade de demissão (art. 134, inciso XIII), além da inobservância dos deveres funcionais previstos nos incisos II, III, VIII e XVII do art. 117 e das proibições previstas nos incisos VI e XIX do art. 118 ambos da LC n. 76/2012.

Art. 3º. O processo administrativo disciplinar ora instaurado deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 16 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 494/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0494/2015 de 15 de Junho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora, CLAUDETE GUEDES DA SIVLA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 10/07/2013 a 09/07/2014 e período de gozo de 15/06/2015 a 14/07/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 15 de Junho de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 495/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0495/2015 de 15 de Junho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta

Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, SANDRA ALVES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 15/06/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 15 de Junho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 496/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0496/2015 de 17 de Junho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Regimento Interno da Autarquia.

RESOLVE:

ART. 1º/ NOMEAR à partir desta data a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, com poderes para acompanhar e fiscalizar todas as fases da realização do Concurso Público do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, de que trata o Edital de Concurso nº. 001/2015 que será realizado para prover cargos do Quadro de Pessoal, composta pelos seguintes membros:

ANA MARIA WERNER Presidente
ELAINE GRANEMANN DE SOUZA Membro MAYARA DE FATIMA CARLIN Membro

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 17 de Junho de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015_RP04 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015_RP04 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Elaboração de Ata de Registro de Preços para eventual compra escalonada de MATERIAIS DE EXPEDIENTE para manutenção das

atividades de todas as secretarias sob a administração Municipal. Conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do 30/06/2015. Obtenção do Edital e maiores informações: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br, e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis 17 de junho de 2015.

LUDOVINO LABAS – Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015_RP05 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015_RP05 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015

A Secretaria Municipal de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, utensílios e gás de cozinha, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 01 de julho de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 01/07/2015. Obtenção do Edital e maiores informações pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br. Lebon Régis 17 de junho de 2015. LUDOVINO LABAS – Prefeito.

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 065/2015**

DECRETO Nº 065, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Função	08	Assistência Social	467,17
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	467,17
Programa	07	Vivendo com Amor	467,17
Atividade	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	467,17
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	467,17
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	467,17
Fonte de Recursos	0.3.0064	Transferências de Convênios – Estado/Outros - Superávit	467,17
Detalhamento	325	Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	467,17		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – Estado Outros/ Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	0.1.0064/325	467,17
TOTAL DO SUPERAVIT	467,17	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.154/2015

LEI Nº 1.154, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência até 2024 a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 3º O Município destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município, o Estado e a União em regime de colaboração são responsáveis pelo financiamento da educação pública e executarão as metas e estratégias, conforme estabelecido neste Plano Municipal de Educação.

§ 1º Caberá aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 4º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 7º O Plano Municipal de Educação elaborado com a participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil estabelecerá estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Art. 8º O Município deverá aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10º Até o final do primeiro semestre do ano de 2023, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo

das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11 O poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei, o Sistema Municipal de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.155/2015

LEI Nº 1.155, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DA DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO GRUPO INTEGRADO DE AÇÕES COORDENADAS, NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 1º Fica criado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Leoberto Leal, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergências ou calamidades públicas.

§ 1º O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, regionais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º São objetivos do SIMPDEC:

- I - Cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais entes Federados;
- II - Promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em Defesa Civil;
- III - Planejar e promover a defesa permanente contra desastres;
- IV - Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas;
- V - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os sistemas estadual e nacional de Defesa Civil.

Art. 2º Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC, com atuação permanente:

- I - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, constituído nos termos desta Lei;
- II - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC;
- III - A Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC;
- IV - O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC.

CAPÍTULO II

Da Diretoria Municipal Proteção e Defesa Civil – DIMPDEC

Art. 3º Fica criada, no âmbito da Estrutura Organizacional-Administrativa da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, a Diretoria Municipal Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC, órgão de subordinação direta ao Prefeito Municipal, à qual compete coordenar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, implementando a política de proteção e de defesa civil à população.

Art. 4º Integrarão a Estrutura Organizacional da DIMPDEC, com seus respectivos símbolos, os cargos em comissão e as funções gratificadas ora criadas, especificados nos Artigos nº 19 e nº 20 da presente Lei.

Parágrafo Único. As atribuições dos cargos e das funções gratificadas da DIMPDEC são as estabelecidas nos Artigos nº 19 e nº 20 da presente Lei.

Art. 5º São atribuições da Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- I - executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade;
- II - promover a integração entre todos os entes públicos, privados, organizações não governamentais e sociedades civis organizadas, a nível municipal e regional, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

III - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
IV - estimular o desenvolvimento de comunidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
V - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir suas ocorrências;
VI - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;
VII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;
VIII - desenvolver consciência acerca dos riscos de desastre;
IX - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC- em âmbito local;
X - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
XI - incentivar a incorporação de ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
XII - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
XIII - propor ao chefe do executivo municipal a decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;
XIV - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
XV - propor a abertura de pontos de apoio ou abrigos provisórios, para assistência à população em situação de alto risco ou desastre;
XVI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como, sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
XVII - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
XVIII - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
XIX - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XX - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
XXI - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações de Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;
XXII - Capacitar profissionais para ações específicas em Proteção e Defesa Civil.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do município de Leoberto Leal, a semana de 18 a 24 de maio de cada ano, como Semana Municipal de Ações de Defesa Civil, em simetria à data da Semana Estadual de Ações da Defesa Civil, instituída pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 14.706/2009.

Parágrafo Único. Nesta semana, a DIMPDEC promoverá atividades de conscientização da população, sobre ações que envolvam prevenção, mitigação e enfrentamento aos eventos de desastres naturais.

Art. 7º Para efeitos desta Lei são considerados:

I - Agentes de Proteção e Defesa Civil: todos os servidores públicos lotados na DIMPDEC, independente da função que exerçam;
II - Técnicos de Proteção e Defesa Civil: os engenheiros, arquitetos e geólogos, lotados na DIMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;
III - Auxiliares Técnicos de Proteção e Defesa Civil: técnicos em

construção civil, técnicos em edificações, tecnólogos em meio ambiente ou compatíveis, meteorologistas ou técnicos em meteorologia, lotados na DIMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;

IV - Voluntários de Proteção e Defesa Civil: Pessoa Física ou Jurídica, previamente capacitada e treinada, que presta serviço voluntário através de atividade não remunerada à DIMPDEC, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 8º A DIMPDEC terá o Poder de Polícia Administrativa para Notificar, Multar, Interditar, Demolir e, em caso de iminente ou decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, requisitar equipamentos, edificações, máquinas ou veículos para uso exclusivo da Defesa Civil, e penetrar na Propriedade e Remover Pessoas, nas seguintes condições:

§ 1º Das Notificações:

I - A DIMPDEC poderá notificar os proprietários, possuidores, ou responsáveis por imóveis a apresentarem documentos e/ou cumprir as exigências técnicas determinadas pelos Agentes de Proteção e Defesa Civil, necessárias a prevenir e mitigar os riscos apontados no local ou que comprometam a segurança de terceiros;
II - O prazo do cumprimento às exigências contidas na Notificação poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado;
III - O descumprimento acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido na notificação.

§ 2º Das Interdições:

I - INTERDIÇÃO CAUTELAR, determinada por Agente de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco iminente, conforme avaliação preliminar. A Interdição Cautelar será autuada formalmente ou, na impossibilidade, informada verbalmente e terá duração de até 24h (vinte e quatro horas), devendo formalmente ser ratificada ou cancelada por Técnicos de Proteção e Defesa Civil;

II - AUTO DE INTERDIÇÃO, emitido por Técnicos de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco, irregulares ou em desconformidade a legislação, conforme avaliação técnica. Os ocupantes deverão deixar o imóvel e seguir todas as instruções dadas pelo Técnico da DIMPDEC. A Interdição será autuada formalmente e terá efeito imediato, com duração indeterminada, podendo ser permanente ou condicionada ao cumprimento de requisitos essenciais à proteção, prevenção e ou mitigação dos riscos contemplados;

a) O Auto de Interdição será registrado na DIMPDEC, em arquivo próprio, publicado no Diário Oficial do Município, averbado no Órgão Municipal específico e comunicado ao Registro Geral de Imóveis, para o devido assentamento do gravame;
b) Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a apresentação de Defesa Prévia do proprietário ou possuidor do imóvel interditado. A Defesa Prévia deve ser apresentada, através do competente processo administrativo municipal e destinada à DIMPDEC;
c) O descumprimento do Auto de Interdição acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido no Auto de Interdição, além das sanções previstas na legislação penal;

III - DESINTERDIÇÃO, ato formal, emitido pelo Agente ou Técnico de Proteção e Defesa Civil, pelo qual o proprietário ou possuidor do imóvel interditado, após cumprir todos os requisitos e demais exigências contidas no Auto de Interdição, poderá requerer a Desinterdição, apresentando justificativas e provas em Laudo

Técnico, elaborado por profissional competente, através de processo administrativo municipal e destinado à DIMPDEC. Em caso de deferimento, a DIMPDEC publicará no Diário Oficial do Município e averbará no Órgão Municipal específico, comunicando o Registro Geral de Imóveis para a retirada do assentamento do gravame;

IV - DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, ato formal, emitido pelo Agente ou Técnico de Proteção e Defesa Civil, pelo qual o proprietário ou possuidor do imóvel interditado poderá ser Notificado a prover a Demolição do imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente em questão, de acordo com Laudo Técnico ou Registro de Ocorrência emitido por Técnico de Proteção e Defesa Civil. Caso as ações determinadas não sejam cumpridas no prazo, que poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado, fica o Município autorizado a proceder, de ofício, ações necessárias à Demolição e/ou a Recuperação da Área Degradada. Todos os custos inerentes aos procedimentos executados pelo município para prover a Demolição do Imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente serão devidamente cobrados do proprietário ou possuidor do imóvel ou área objeto das ações.

§ 3º Das Requisições:

I - Os Agentes e Técnicos de Proteção e Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres ou eventos adversos, em casos de risco iminente, observada a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Penal, terão a incumbência de:

a) Penetrar nos imóveis, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento dos moradores, para prestar socorro ou para determinar a pronta Evacuação dos mesmos;

b) Requisitar o emprego de recursos humanos da administração pública ou de particular, além do uso da propriedade móvel ou imóvel, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens;

II - O descumprimento da Ordem de Requisição, Penetração nos Imóveis e Evacuação, importará em imputação de crimes previstos na Legislação Penal, além de sanção administrativa de multa.

§ 4º Das Multas:

I - Pelas infrações às disposições previstas nesta Lei serão aplicadas Multas iniciais que variam de 100 (cem) a 2000 (duas mil) Unidades Fiscais do Município de Leoberto Leal - UFM, tendo como critério o grau de risco constatado no Laudo Técnico;

II - No caso de cada reincidência a multa será aplicada no dobro da UFM apontada. A aplicação da multa terá lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração;

III - O pagamento da multa não ilide a infração, ficando o infrator na obrigação de cumpri-las;

IV - Assiste ao infrator o direito de Defesa Prévia dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, contra o auto de infração, que poderá ser apresentada através do competente processo administrativo municipal e destinada a Diretoria Técnica da DIMPDEC, que a julgará.

CAPÍTULO III

Do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 9º Com a finalidade da elaboração de políticas públicas relacionadas às atribuições da DIMPDEC e acompanhamento de suas implantações, e para o efetivo desenvolvimento da conscientização da sociedade a respeito da participação popular na contribuição da consolidação da Defesa Civil Municipal, é criado, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com a participação paritária do Governo e Sociedade Civil Organizada.

§ 1º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC integra o SIMPDEC como órgão colegiado, de natureza consultiva, tendo como atribuições propor diretrizes para a política municipal de defesa civil, em face dos objetivos do SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, como:

I – planejar e promover ações de prevenção de desastres naturais, antropogênicos e mistos, de maior prevalência no Município;

II – realizar estudos, avaliar e reduzir riscos de desastres;

III – atuar na iminência e em circunstâncias de desastres, e,

IV – prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações afetadas e restabelecer os cenários atingidos por desastres.

§ 2º O COMPDEC será composto por um representante e suplente de cada órgão a seguir indicado:

I – Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, cujo titular o presidirá;

II – Gabinete do(a) Prefeito(a), cujo representante será o(a) Secretário(a) do COMPDEC;

III – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

IV – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

V – Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

VI – Câmara Municipal de Vereadores, cujo representante não poderá ser Vereador;

VII – Ação Social Católica;

VIII – Ação Social Evangélica;

IX – Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

X – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal;

XI – Associação Comercial e Industrial de Leoberto Leal; e

XII – Cooperativa de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior – CEREJ.

§ 3º A participação no COMPDEC será considerada prestação de serviço público relevante, não sendo remunerada.

§ 4º A DIMPDEC fornecerá apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMPDEC.

§ 5º O COMPDEC poderá convidar representantes de outros órgãos da administração pública, de entidades privadas, de organizações não-governamentais, de conselhos e de fóruns para acompanhamento e/ou participação dos trabalhos.

§ 6º Composto o COMPDEC, seus integrantes disporão de 120 (cento e vinte) dias para elaborar o seu Regimento Interno e submetê-lo à aprovação do(a) Chefe do Poder Executivo.

§ 7º Na hipótese de alguma entidade não indicar o seu representante ou suplente, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a convidar ou indicar entidade que a substitua.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC

Art. 10. Com a finalidade de se proverem os meios necessários, para o efetivo desenvolvimento das ações norteadoras das políticas públicas sob atribuição da DIMPDEC, fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), que será gerido pelo(a) Diretor(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 11. Compete ao Órgão Gestor do FUMPDEC:

- I - Administrar recursos financeiros;
- II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela DIMPDEC;
- III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
- IV - Prestar contas da gestão financeira;
- V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Art. 12. Constituem receita do FUMPDEC:

- I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos, no aporte mínimo de 0.5% (cinco décimos por cento) do FPM;
- II - Os recursos transferidos da União, Estado, Município e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de Proteção e Defesa Civil;
- III - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinadas a prevenção de desastres, socorro, assistência humanitária e reconstrução;
- IV - As doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
- V - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMPDEC;
- VI - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;
- VII - Os recursos oriundos de arrecadação de Multas emitidas pela DIMPDEC;
- VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 13. O FUMPDEC será implementado no exercício fiscal de 2015 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2016.

CAPÍTULO V**Do Grupo Integrado de Ações Coordenadas**

Art. 14. Fica criado o Grupo Integrado de Ações Coordenadas de Defesa Civil (GRAC), ao qual compete:

- I - Propiciar apoio técnico e operacional à Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II - Colaborar na formação de banco de dados e mapear os recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência, restabelecimento e recuperação;
- III - Engajar-se nas ações de socorro, assistência e restabelecimento, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da Defesa Civil;
- IV - Manter-se em contato permanente, em caso de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, que atinjam o município ou a região;
- V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas no Plano de Contingência elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando atuação coordenada e harmônica.

Art. 15. Os membros participantes do Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC convocados para colaborar nas ações de Emergência ou de Calamidade Pública, exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam e será considerada prestação de serviço público relevante e não farão jus a qualquer espécie

de gratificação ou remuneração especial.

Art. 16. O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC, presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, será composto por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II - Gabinete do Prefeito;
- III - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CB-MS;
- V - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- VI - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- VII - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público;
- VIII - Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;
- IX - Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças;
- X - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;
- XI - Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - PCSC;
- XII - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- XIII - Associação Comercial e Industrial de Leoberto Leal.

CAPÍTULO V**Das Disposições Finais**

Art. 17. O Diretor(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação da presente Lei, elaborar o Regimento Interno do Órgão criado pela presente Lei, o qual será aprovado por meio de Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante crédito especial, a unidade gestora orçamentária, necessária à implementação da presente Lei, para instalação e funcionamento da nova estrutura administrativa, assim como abertura dos programas de trabalho, ações, atividades ou projetos e elementos de despesa, sob sua coordenação administrativa.

Parágrafo Único. Os créditos orçamentários que irão dotar a estrutura orçamentária da unidade gestora serão abertos mediante remanejamento de dotações alocadas na atual Lei Orçamentária.

Art. 19. Fica criado o cargo de DIRETOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL com estas características:

- I - Provimento em Comissão;
- II - Escolaridade: Nível Superior;
- III - Vencimento mensal: R\$ 2.042,59 (Dois mil, quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos);
- IV - Jornada de 40 (quarenta) horas semanais;
- V - Subordinado lotado no Gabinete do(a) Prefeito(a) com;
- VI - As atribuições de:
 - a) Planejar, articular, coordenar e gerir as atividades de Defesa Civil em todo o território municipal, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
 - b) Realizar programas de proteção comunitária, em caráter permanente, para a População do Município;
 - c) Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;
 - d) Estabelecer a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, articulada com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e Sistema Estadual de Defesa Civil (SEDEC), visando a proteção da população do Município;
 - e) Elaborar o Plano Diretor de Defesa Civil, para a implementação dos programas de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e recuperação, visando atender às diferentes modalidades de desastres, com a agregação dos órgãos governamentais e não-governamentais com

sede no Município, como integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), coordenando e supervisionando suas ações;

f) Coordenar e conceder apoio técnico para atividades de proteção comunitárias, desenvolvidas nos Distritos do Município e pelo setor privado, estimulando a evolução dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC);

g) Elaborar, em conjunto com a comunidade, estudos para avaliação e mapeamento de áreas de risco e ações que viabilizem a melhoria das condições de proteção da população do Município;

h) Elaborar a execução de programas de estudo, capacitação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento de pessoal, para prover de recursos humanos as atividades de Defesa Civil;

i) Elaborar e executar um Programa Permanente de Proteção Comunitária, para preparação das comunidades locais;

j) Manter o órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de defesa civil;

l) Propor à autoridade competente a decretação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC);

m) Assessorar diretamente o Chefe do Executivo Municipal nas questões ligadas à Defesa Civil;

n) Outras atividades afins.

Art. 20. O Cargo Agente Ambiental e de Defesa Civil, criado pela Lei nº 844, de 08 de dezembro de 2011, passa a ser denominado AGENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, DEFESA CIVIL E MEIO AMBIENTE, sob o comando da DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, mantidas as mesmas características e atribuições, sendo estas acrescidas de:

a) Executar e auxiliar os serviços e ações de Proteção e Defesa Civil, Administrativa, quando solicitado, auxiliando a Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

b) Atender ao público no seu local de trabalho e nas atividades operacionais em campo;

c) Registrar ocorrências verificadas, preenchendo formulário interno de acordo com o sinistro ocorrido;

d) Conduzir viaturas, lanchas e botes de Defesa Civil, ou sob responsabilidade expressa desta;

e) Operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e transmitindo mensagens de interesse da Defesa Civil;

f) Participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, bem como outros locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulário interno de acordo com cada sinistro;

g) Identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial;

h) Notificar, embargar e interditar obras e imóveis em risco, assim como solicitar demolição após vistoria, quando se fizer necessário;

i) Atuar em caso de desastre, emergência ou incidentes, entre outros, no Município, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal;

j) Recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras necessidades afins;

l) Ministrar palestras para a comunidade em geral, a fim de informar à sociedade as ações da Defesa Civil e medidas de proteção civil;

m) Zelar pela manutenção de máquinas, equipamentos e seus implementos, limpando-os, lubrificando-os de acordo com as instruções de manutenção do fabricante, comunicando ao chefe qualquer irregularidade ou avaria;

n) Desenvolver outras atividades inerentes às atividades de Proteção e Defesa Civil.

Art. 21. O Município realizará concurso público, destinado a prover o cargo de Agente Municipal de Proteção, Defesa Civil e Meio Ambiente.

Art. 22. Ficam aprovados os modelos anexos de:

I – Notificação;

II – Auto de Interdição/Desinterdição;

III – Auto de Infração.

Art. 23. A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

AUTO DE INFRAÇÃO Nº ____/2015.

I – PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

Nome: _____

RG nº _____

CPF nº _____

CNPJ nº _____

II – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Rua/Avenida/etc: _____

Bairro: _____

III – FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO/ENQUADRAMENTO LEGAL:

Tendo em vista o não cumprimento da Notificação Nº _____, de _____, ficou Vossa Senhoria multado em R\$ _____ (), por infração ao disposto na Lei/Decreto nº _____ de _____, art. _____, parágrafo/inciso.

IV – VALOR DA MULTA E PRAZO PARA RECOLHIMENTO:

VALOR	R\$
Prazo de recolhimento	//

Leoberto Leal,

Assinatura do Agente

Recebi em ____ / ____ / ____

Assinatura do Infrator

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

NOTIFICAÇÃO Nº ____ / ____.

A DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com fundamentos nos art. 8º, V da Lei nº 12.608/2012 e considerando que, segundo se apurou através de diligência levada a efeito no local, ficou constatado que a edificação situada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, neste Município está em ruínas, pondo em risco os moradores da vizinhança, bem como as pessoas que transitam pelo local.

Assim, sendo, NOTIFICA V. Sa. na qualidade de proprietário da edificação ou responsável pela mesma, dando-lhe ciência de que:

- a) No prazo de _____ dias, deverá realizar a manutenção da edificação que está pondo em risco a integridade física das pessoas que por ali transitam;
- b) Caso inexistir por parte do notificado interesse em realizar a manutenção em decorrência da situação que ora se encontra a edificação, deve o mesmo executar a demolição da mesma no mesmo prazo.
- c) Caso o bem notificado haja sido tombado pelo Poder Público nos níveis federal, estadual ou municipal, com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens, os mesmos deverão no prazo estabelecido na notificação, seguindo orientações de legislações específicas, responder a tal notificação.

O descumprimento da presente notificação no prazo indicado sujeitará o notificado à multa conforme previsto na Lei Municipal Nº _____, sendo que a mesma será expedida após o término do prazo, bem como a demolição da edificação poderá ser realizada pelo ente municipal, sendo que as despesas para execução de tais procedimentos correrão por conta do notificado.

Local e data, _____.

Diretor Municipal da DIMPDEC
Matrícula:
CPF:

Notificado: _____
Nome: _____
CPF/CNPJ: _____
Endereço: _____

Recebi em: _____

Assinatura: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

AUTO DE INTERDIÇÃO Nº _____/____.

Dentro do que preceitua o Art. 8º, inciso VII, da Lei 12.608 de 10 de abril de 2012, c/c Lei Municipal nº _____, vem pela presente informar o Sr(a) _____, portador do CPF nº _____, residente na Rua _____, nº _____, bairro _____, no Município de Leoberto Leal/SC, que está interditando sua _____ (residência, escola, prédio, indústria), pois a mesma encontra-se em área de risco eminente causado por _____ (inundação, enchente, explosão, incêndio, desabamento, risco de desabamento, deslizamento de terra, enfim identificar o motivo).

Em decorrência da situação apresentada, a interdição deverá ser

cumprida em _____ (horas/dias), perdurando até que a situação seja reavaliada pela Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, ou seja, apresentado pelo proprietário da edificação documentação com Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional da área de riscos para a referida edificação.

A interdição será levada ao conhecimento do Registro Geral de Imóveis, para o devido assentamento do gravame;

O não cumprimento da presente interdição no prazo estipulado, sujeitará o infrator à multa de _____ - UFM (unidade fiscal do Município), que em caso de não pagamento será inscrita em dívida ativa municipal.

Leoberto Leal, _____ de _____ de 2015.

Diretor Municipal da DIMPDEC
Matrícula:
CPF:

Recebi em ____/____/____.

Proprietário/possuidor
CPF nº

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 02/2015 CMI

RESOLUÇÃO CMI Nº 02, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a convocação da Conferência Inter municipal do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE LINDÓIA DO SUL - CMI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 242 de 12 de novembro de 2014, que convoca a Conferência e dá as providências.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Conferência Intermunicipal do Idoso, em conjunto ao município de Lindóia do sul e Ipumirim e Arabutã, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da política municipal de atendimento ao idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

Art. 2º Estabelecer o dia 22 de junho para realização da referida Conferência Intermunicipal.

Art. 3º A Conferência Intermunicipal do Idoso terá como tema central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades" e como eixos:

I – Gestão: Programas, projetos e ações;

II – Financiamento;

III – Participação;

IV – Sistema de Garantia de Direitos Humanos.

Parágrafo Único. Outros sub eixos poderão ser adotados como os que traduzem as políticas setoriais de: Justiça, Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Habitação, Transporte, dentre outras, assim como o Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

Art. 4º Instituir a Comissão Organizadora Intermunicipal, sob a coordenação da Presidente do CMI, com composição paritária entre representantes do Governo e da sociedade civil.

§ 1º A Comissão Organizadora Municipal será representada por:

I – Alexandre Cavalier

II – Sônia M L Mendes

III – Genir Pereira

IV – André Oldoni

V – Noemia Breier

VI – Sergio Luiz Bernardi

VII -

VIII -

§ 2º A Comissão Organizadora Intermunicipal poderá convidar profissionais do setor público e privado, que desenvolvam atividades relacionadas ao tema objeto desta Conferência Municipal, quando entender relevante para a consecução das suas finalidades.

§ 3º A Secretaria Municipal da Saúde e Diretoria de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora Intermunicipal.

Art. 5º Compete à Comissão Organizadora Intermunicipal:

I – Definir plano de ação e metodologia de trabalho;

II – Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Intermunicipal;

III – Elaborar materiais relativos ao regimento interno, metodologia, divulgação, organização e composição a ser utilizada durante a Conferência Intermunicipal;

III – Organizar material necessário à realização da Conferência;

IV – Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

V – Elaborar relatório da Conferência Intermunicipal.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 16 de junho de 2015

Genir Pereira

Presidente do CMI

Sônia M Mendes

Secretária do CMI

Registra-se e Publica-se

Em, 17 de junho

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2051

DECRETO Nº 2051 de 17 de junho de 2015.

"ALTERA O art. 1º do DECRETO Nº 1474 de 28 de março de 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art.39 e c/c art. 44 da Lei Complementar nº 106 de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - O art. 1º do Decreto nº 1474 de 28 de março de 2012, que "Institui tabela de preços para tarifas de veículos de aluguel que especifica e dá outras providências", passará a ter a seguinte redação:

"Art.1º- Ficam fixadas as tarifas taximétricas de acordo com os seguintes valores, sendo:

Bandeirada	R\$ 5,00
km Bandeira 01	R\$ 3,60
km Bandeira 02	R\$ 4,50
Hora Parada	R\$ 20,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2052

DECRETO Nº 2052 de 17 de junho de 2015.

"NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), ficando assim constituída:

a)Representante da Polícia Militar
JACIR CERON

b)Representante da Polícia Civil
GILMAR ANTÔNIO BONAMIGO

c)Representante da ACIAL
CRISTIANE EING DEQUIGIOVANI

d)Representante das Associações de Moradores de Luzerna
LAÉRCIO CORSO

e)Representante da Administração Municipal
JULIANO SCHNEIDER

Parágrafo Único - Fica designada para assessorar a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), nos assuntos relacionados à temática educação no trânsito a Professora ADRIANA ELISABETH BIER, para assessorar a COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), nas questões de engenharia de tráfego o Engenheiro MURIEL KIRSCH e como Consultor Especial o Soldado PM ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA.

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO/CMT DE LUZERNA(SC), não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto 1672 de 26 de setembro de 2013..

Luzerna(SC), 17 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0162015

EXTRATO DE CONVÊNIO
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADO: CORAL UNIDOS EM CRISTO

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para o CORAL UNIDOS EM CRISTO, a ser aplicado nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: 08.0801.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários. VIGÊNCIA: Até 30/11/2015.

Luzerna(SC), 16 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	ERMELINDO KISSOW CORAL UNIDOS EM CRISTO CONVENIADO
--	--

EXTRATO DE CONVÊNIO 0172015

EXTRATO DE CONVÊNIO
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 017/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00

- Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.
VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 17 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	HILÁRIO PATZLAFF ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY CONVENIADA	CONVENIADA
--	---	------------

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 005/15

PORTARIA Nº 005/2015, de 02 de junho de 2015.

"ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO PARA A SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA, SC".

JOÃO BATISTA ZAMBONI, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições descritas no art. 301 do Regimento Interno da Câmara;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Legislativo nº 003/2014, que instituiu turno único para o funcionamento da Secretaria da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna (SC) e dá outras providências;

RESOLVE:

Art.1º - A Secretaria da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, terá o seguinte horário de trabalho:

I – nas segundas-feiras, das 13h00min às 21h00min, sendo das 13h00min às 19h00min turno normal de 06 (seis) horas diárias e das 19h00min às 21h00min para atender às Sessões da Câmara de Vereadores;

II – nas terças às quintas-feiras, das 13h00 às 19h00;

III – nas sextas-feiras, das 13h00min às 17h00min, a fim de compensar o horário das Sessões da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da vigência do Decreto Legislativo nº 003/2014.

Luzerna (SC), 03 de junho de 2015.

João Batista Zamboni

Presidente da Câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO Nº 001/15

	ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA
--	---

RESOLUÇÃO Nº 001/2015, de 16 de junho de 2015.

"DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS da câmara de vereadores E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO BATISTA ZAMBONI, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 17, §1º da Lei Orgânica Municipal e do art. 160, VII, do Regimento Interno RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, responsável pela realização de compras de materiais, bens e serviços pela Câmara de Vereadores do MUNICÍPIO DE LUZERNA, SC.

Parágrafo Único - O Sistema de Administração de Materiais e Serviços será estruturado para:

I - receber as solicitações de compras e serviços;

II - proceder, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal, as aquisições diretas e as realizadas através do procedimento licitatório;

III - manter atualizado o registro cadastral dos fornecedores do município;

IV - manter sob sua guarda e controle os processos licitatórios realizados;

V - efetuar o controle e a entrega dos materiais quando for o caso;

VI - demais atribuições necessárias para implementação e funcionamento do Sistema.

Art. 2º O Sistema de Administração de Materiais e Serviços será de responsabilidade do Setor Contábil, responsável por compras e licitações.

Art. 3º As solicitações de compras de materiais, bens e serviços deverão ser encaminhadas ao Setor Contábil, o qual, de acordo com a legislação pertinente e demais normas as realizará através de compra direta ou através de processo licitatório competente.

§ 1º. Os materiais de uso contínuo deverão ter uma programação mínima para um período de 12 (doze) meses.

§ 2º. As solicitações para aquisição de materiais deverão ser encaminhadas ao Setor Contábil, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias

do previsto para uso e consumo quando for compra direta e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias quando for preciso realizar processo licitatório, sendo que, os prazos serão reabertos em caso de necessidade de readequação do descritivo do objeto a ser adquirido ou lícitado.

§ 3º. Os materiais existentes no almoxarifado serão entregues automaticamente, de acordo com a solicitação.

§ 4º. Sob pena de devolução, as requisições de materiais, serviços e equipamentos, deverão ser devidamente preenchidas, contendo número de ordem, identificação do solicitante, especificação dos materiais e assinatura do responsável, conforme Anexos I e II desta Resolução.

Art. 4º As compras deverão ser processadas mediante a realização de competente procedimento licitatório.

§ 1º. Excetuam-se os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada e demais normas aplicáveis.

§ 2º. Todas as solicitações de compras de materiais, bens ou serviços deverão estar acompanhadas com 3 (três) orçamentos de preços, conforme Anexos II e III.

§ 3º. Justificadamente, poderão ser dispensados os 03 (três) orçamentos prévios nos casos de limitação de mercado, urgência e emergência e ainda para as compras de materiais, bens e serviços de valor de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 5º Os casos não previstos ou omissos nesta Resolução serão definidos pelo Presidente da Câmara e Setor Contábil.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de junho de 2015.

JOÃO BATISTA ZAMBONI

Presidente da Câmara

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

ANEXO I
REQUERIMENTO DE COMPRA DE MATERIAL/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO
Nº _____ / 20____
(PARA COMPRAS/CONTRATAÇÕES DE ATÉ R\$ 400,00)

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:				
NOME:				
EMPREGO/CARGO:				
2. DADOS DOS MATERIAIS/SERVIÇOS:				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO/SERVIÇO	QUANT.	DESTINAÇÃO/FINALIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
3. JUSTIFICATIVA:				
4. DADOS DO FORNECEDOR:				
RAZÃO SOCIAL/NOME:				
CNPJ/CPF:		I.E.:	I.M.:	
ENDEREÇO COMPLETO:				
FONE:				
Nestes termos, pede deferimento.				

Luzerna/SC, _____ de _____ de 20____.

REQUERENTE

DECISÃO DO SETOR CONTÁBIL:

Autorizo a compra/contratação requerida.

Luzerna/SC, _____ de _____ de 2015.

Responsável por compras e licitações_____
Presidente da CâmaraESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

ANEXO II

REQUERIMENTO DE COMPRA DE MATERIAL/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

Nº _____ / 20____

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:				
NOME:				
EMPREGO/CARGO:				
2. DADOS DOS MATERIAIS/SERVIÇOS:				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO/SERVIÇO	QUANT.	DESTINAÇÃO/FINALIDADE	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
3. JUSTIFICATIVA:				
Nestes termos, pede deferimento.				

Luzerna/SC, _____ de _____ de 20____.

REQUERENTE

DECISÃO DO SETOR CONTÁBIL:

Autorizo a compra/contratação requerida.

Luzerna/SC, _____ de _____ de 2015.

Responsável por compras e licitações Presidente da Câmara\s
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Nº _____ / 20____

Nome da empresa/prestador:

CNPJ: I.E./I.M.:

Endereço Completo:

Cidade/UF: CEP:

Fone:

E-mail:

Pessoa para contato:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO/SERVIÇO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					
19.					
20.					

_____/SC, ____ de ____ de 20__.

Nome Legível:

Carimbo

Nome da empresa/prestador: _____

CNPJ: Assinatura

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA ANO 2015

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA PARA COMPLETAR O EXERCÍCIO DE 2015, A REALIZAR-SE NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 (TRINTA) DE JUNHO DE 2015

A Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, faz saber a todos os Vereadores, servidores do Poder Legislativo e a todos os munícipes que, segundo o Art. 22 da Lei Orgânica do Município de Mafra e os artigos 7º, 8º, 9º, 13, I, j, 14, V, 23 e 139, II, "g", todos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Mafra, ainda que alguns de forma subsidiária,

CONVOCA

Eleições para a Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Mafra para completar o exercício de 2015, a ser realizada no dia 30 de junho de 2015, em reunião ordinária, segundo as regras a seguir:

Art. 1º. Compete ao Presidente em exercício da Câmara presidir a reunião ordinária de eleição para a composição do cargo de Presidente da Mesa Diretora e dar-lhe posse.

Art. 2º. O Presidente em exercício terá direito a voto quando da eleição da Presidência da Mesa Diretora.

Art. 3º. A eleição far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 4º. Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição para os membros da Mesa na primeira Reunião, conforme o disposto no art. 8º, §3º, do Regimento Interno desta Casa, o Presidente convocará Reunião para o dia seguinte, até plena consecução desse objetivo.

Art. 5º. A inscrição do nome que desejar concorrer deverá ocorrer das 8 às 17h do dia 19 de junho de 2015, por meio de requerimento protocolado na Secretaria da Casa, firmado pessoalmente pelo candidato.

Parágrafo único- Não serão aceitas inscrições por meio de procuração.

Art. 6º. Se ocorrer empate, considerar-se-á eleito o candidato a Presidente que for o mais idoso.

Art. 7º. O voto será aberto e a ordem a ser definida por sorteio a ser realizado no dia 30 de junho de 2015, momentos antes da votação.

Art. 8º. Encerrada as eleições o Presidente em exercício da Câmara de Vereadores declarará eleito Vereador escolhido, devendo depois de oficialmente nomeado na mesma reunião, assumir o cargo incontinenti, independente de qualquer outra formalidade.

Art. 9º. Este Edital deve ser lido na Reunião Ordinária do dia 16 de junho de 2015, publicado no órgão de publicação dos atos oficiais da Câmara de Vereadores e no local de costume (edital) no prédio da Câmara Municipal.

Plenário da Câmara de Vereadores, aos 16 de junho de 2015.

Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Mafra

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA MESA DIRETORA ANO 2016

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA PARA COMPLETAR O EXERCÍCIO DE 2016, A REALIZAR-SE NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 (TRINTA) DE JUNHO DE 2015

A Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, faz saber a todos os Vereadores, servidores do Poder Legislativo e a todos os munícipes que, segundo o Art. 22 da Lei Orgânica do Município de Mafra e os artigos 7º, 8º, 9º, 13, I, j, 14, V, 23 e 139, II, "g", todos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Mafra, ainda que alguns de forma subsidiária,

CONVOCA

Eleições para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Mafra para o exercício de 2016, a ser realizada no dia 30 de junho de 2015, em reunião ordinária, segundo as regras a seguir:

Art. 1º. Compete ao Presidente em exercício da Câmara presidir a reunião ordinária de eleição para a composição do da Mesa Diretora e dar-lhe posse.

Art. 2º. O Presidente em exercício terá direito a voto quando da eleição do Presidência da Mesa Diretora.

Art. 3º. A eleição far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 4º. Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição para os membros da Mesa na primeira Reunião, conforme o disposto no art. 8º, §3º, do Regimento Interno desta Casa, o Presidente convocará Reunião para o dia seguinte, até plena consecução desse objetivo.

Art. 5º. A inscrição das chapas que desejarem concorrer deverá ocorrer das 8 às 17h do dia 19 de junho de 2015, por meio de requerimento protocolado na Secretaria da Casa, firmado pessoalmente por todos os candidatos aos quatro cargos que compõem a Mesa Diretora.

Parágrafo único- Não serão aceitas inscrições por meio de procuração.

Art. 6º. Se ocorrer empate, considerar-se-á eleita chapa em que o candidato a Presidente for o mais idoso.

Art. 7º. O voto será aberto e a ordem a ser definida por sorteio a ser realizado no dia 30 de junho de 2015, momentos antes da votação.

Art. 8º. Encerrada as eleições o Presidente em exercício da Câmara de Vereadores declarará eleita a chapa vencedora, devendo os Vereadores desta, depois de oficialmente nomeados na mesma reunião, assumir o cargo e, 1º de janeiro de 2016, independente de qualquer outra formalidade.

Art. 9º. Este Edital deve ser lido na Reunião Ordinária do dia 16 de junho de 2015, publicado no órgão de publicação dos atos oficiais da Câmara de Vereadores e no local de costume (edital) no prédio da Câmara Municipal.

Plenário da Câmara de Vereadores, aos 16 de junho de 2015.

Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Mafra

RESOLUÇÃO Nº 12/2015

RESOLUÇÃO Nº 12/15, de 17 de junho de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2015.

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 04 de 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 16.06.2015.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de junho de 2015.

VER.^a MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA

Presidente em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

RESOLUÇÃO Nº 13/15, de 17 de junho de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 05/2015.

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 05 de 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 16.06.2015.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de junho de 2015.

VER.^a MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA

Presidente em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

17 de junho de 2015.

ESTABELECE NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES COMPLEMENTARES INDIRETAS PARA OS CARGOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO E APROVA O RESPECTIVO CALENDÁRIO ELEITORAL.

VEREADORA MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 61 da Lei Orgânica Municipal e pelos arts. 99, §1º, e 122 do Regimento Interno, e:

– considerando a vacância do cargo de Prefeito Municipal em face da decisão da Câmara de Vereadores do dia 03 de junho de 2015, proferida no seio do processo de cassação do mandato criado pela

Resolução n. 06/2015;

– considerando a vacância do cargo de Vice-Prefeito ocorrida por falecimento no ano de 2013;

- considerando a ausência de lei municipal ou de qualquer outra norma que discipline a matéria relacionada às eleições complementares indiretas;

- considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil;

- considerando o Decreto Legislativo nº 006/2015, que decreta a cassação do Prefeito Roberto Agenor Scholze a partir do dia 04 de junho de 2015;

- considerando que a dupla vacância dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito é um problema da Organização dos Poderes e, por isso mesmo, o princípio federativo se ajusta à autonomia dos Estados e também dos Municípios para que adotem soluções mais adequadas às suas próprias realidades.

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução estabelece instruções para a realização das eleições complementares indiretas para os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito do Município de Mafra.

Art. 2º - As eleições ocorrerão no dia 30 de junho de 2015, após Reunião Ordinária, na sede da Câmara Municipal, em sessão extraordinária, independente de convocação.

Parágrafo único - Esta Resolução com Anexo será afixada no Edital da Câmara de Vereadores e reproduzida no sítio da Câmara Municipal no dia 17/06/2015, e será publicada na imprensa local para ciência dos interessados que não poderão reclamar desconhecimento considerando a ampla publicidade aqui referida.

Art. 3º - O colégio eleitoral destas eleições é formado unicamente pelos 10 (dez) Vereadores que estiverem em exercício no cargo na data das eleições.

Art. 4º - A votação será feita por voto aberto, lançado sobre cédula previamente confeccionada, na qual deverá, em relação a cada candidatura deferida, constar o número e nome do(s) partido(s)/coligação e o nome dos candidatos aos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito.

Parágrafo único – A chamada para a eleição será pela ordem alfabética.

Art. 5º - Será considerada eleita no primeiro escrutínio a chapa (Prefeito e Vice-Prefeito) que obtiver a maioria absoluta de votos.

§1º - Se, no primeiro escrutínio, nenhuma chapa obtiver a maioria absoluta, a eleição far-se-á em segundo escrutínio, por maioria relativa, concorrendo no segundo escrutínio, em caso de mais de duas chapas inscritas, somente as duas que obtiverem o maior número de votos no primeiro escrutínio.

§2º - Em caso de empate no primeiro escrutínio entre três ou mais chapas concorrerão no segundo escrutínio as duas chapas cujos candidatos a Prefeito sejam os mais idosos.

§ 3º - Havendo empate no segundo escrutínio será considerada eleita à chapa que tiver o candidato a Prefeito mais idoso.

§ 4º - A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito será dada pelo o Presidente da Mesa ao final da reunião extraordinária para a eleição.

Art. 6º - As condições de elegibilidade são aquelas previstas na Constituição da República, assim como aquelas relacionadas no Anexo Único desta Resolução.

Art. 7º - A inscrição é feita em chapa única, com indicação do candidato a Prefeito e a Vice-Prefeito.

§1º. O requerimento deverá ser instruído com:

a) Autorização por escrito do candidato;

b) Prova de filiação partidária atendendo ao disposto na Constituição da República;

¹ Maioria relativa, pois, é a que se firma pela pluralidade, sem atenção a qualquer relação de número ou cifra, que lhe seja estranha. Resulta simplesmente do maior número de momento, comparativamente ao número menor, que lhe ficou abaixo. SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico: atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia

Carvalho, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010. p. 874.

c) Cópia do título eleitoral e certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor em situação regular junto a Justiça Eleitoral;

d) Endereço onde poderá ser intimado durante o processo eleitoral, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

§2º. A inscrição de substituto deverá ser dentro do período estabelecido no calendário e, somente em caso de morte, incapacidade física mental do inscrito e impedimento insuperável.

§3º. A Mesa Diretora fará publicar no diário oficial, em jornal local e no edital da Câmara de Vereadores o requerimento de registro dos candidatos para conhecimento dos interessados.

§4º. A sessão será aberta verificada a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§5º. Não havendo quórum mínimo, decorrido o prazo previsto no Regimento Interno, a sessão será encerrada e nova sessão será aberta para acontecer após o transcurso de uma hora e, assim, sucessivamente, até a obtenção do quórum.

§6º - A apresentação e o julgamento das impugnações aos registros de candidatura seguirão o rito e os prazos estabelecidos no art. 11.

Art. 8º - É lícita a propaganda eleitoral no período compreendido entre o dia seguinte ao deferimento do registro da candidatura até a véspera das eleições.

Art. 9º - As decisões relativas ao processo eleitoral serão tomadas tão somente pela Mesa Diretora.

§1º - Os vereadores que forem candidatos a Prefeito ou a Vice-Prefeito não poderão julgar os pedidos de impugnação na Mesa Diretora.

§2º - A Mesa Diretora poderá deliberar com no mínimo 3 (três) membros, sem a necessidade de recomposição do quarto membro.

§3º - Havendo a necessidade de recomposição da Mesa Diretora, em decorrência do disposto no §1º, esta se dará pelo Presidente em exercício da Câmara Municipal, conforme praxis atual, devendo a convocação ser imediata, tão logo se conheçam os candidatos inscritos.

§4º - Durante o período de julgamento das impugnações que ocorrerá até o dia 24 de junho, os vereadores devem permanecer à disposição da Câmara de Vereadores para pronta convocação para as sessões de julgamento, considerando que os prazos transcorrerão de forma corrida, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Art. 10. Fica aprovado o Calendário Eleitoral na forma de anexo único desta Resolução considerando que os prazos não serão interrompidos ou suspensos e correrão nos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único – o horário de funcionamento da Câmara de Vereadores aos sábados, domingos e feriados será das 9h às 12h.

Art. 11. Caberá a qualquer candidato, no dia 24 de junho do corrente ano, até às 17h, impugnar candidatura em petição fundamentada, devidamente protocolada na Câmara de Vereadores, dirigida à Mesa Diretora, especificando, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de 3 (três), que deverão comparecer independentemente de convocação.

§1º - O candidato que sofrer impugnação será intimado em até 06 (seis) horas do dia 25/06/2015, devendo contestá-la até às 9h do dia 26, indicando rol de testemunhas, no máximo de 3 (três), que deverão comparecer independente de convocação e requerer a produção de provas legítimas e as em direito admitidas.

§2º - As testemunhas de ambas as partes serão ouvidas no dia 26 de junho de 2015 às 10h, se a impugnação não tratar de matéria somente de direito. No mesmo ato a Mesa Diretora decidirá sobre diligências que sejam necessárias.

§3º - Encerrada esta fase de instrução as partes terão o prazo comum de até 17h do dia 26 de junho para alegações finais.

§4º - Escoado o prazo do parágrafo acima, os autos serão remetidos

à Mesa Diretora para deliberação no dia 29 de junho, com publicação imediata em sessão e em Edital no átrio do prédio da Câmara de Vereadores.

§5º - O protocolo da Câmara de Vereadores funcionará ininterruptamente das 8h às 12h e das 13h30 às 17h e nos sábados e domingos das 9h às 12h, sendo que nos demais horários será designado regime de plantão com a escala de servidores e telefones para contato a ser divulgada até o dia 24/06/2015, com ampla divulgação na imprensa local e no átrio da Câmara, assim como no Diário Oficial do Município.

§6º - O comparecimento de testemunha será de responsabilidade das partes, não cabendo a substituição nem a dilação de prazo para nova oitiva.

Art. 12 – Os trabalhos da Câmara Municipal, inclusive reuniões ordinárias e de comissões, poderão coincidir com os horários de trabalhos próprios da eleição indireta.

Art. 13 – Os trabalhos da eleição indireta serão realizados sob a direção da Mesa Diretora, respeitando o impedimento do § 1º do art. 9º desta Resolução.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Mafra, aos 17 de junho de 2015.

VERª MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA

Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores do Município de Mafra

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO ELEITORAL

Art. 1 – As normas para as eleições indiretas que serão realizadas pela Câmara Municipal para escolha dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito estão definidas nesta Resolução e as eleições serão realizadas conforme o seguinte calendário:

Até o dia 17/06/2015, publicação desta Resolução;

22/06/2015, prazo final para inscrição das chapas das 8h às 17h;

23/06/2015, data para publicação em jornal local, no sítio da Câmara e no edital da Câmara Municipal das chapas inscritas;

23/06/2015, a partir das 08h00, disponibilização aos interessados da documentação comprobatória das condições de elegibilidade dos candidatos/chapas inscritas;

24/06/2015, prazo final para impugnação de chapa ou candidatura, até às 17h;

26/06/2015, prazo final para Mesa Diretora deliberar sobre os pedidos de inscrição de chapa e impugnação de chapa ou candidatura, até às 17h;

29/06/2015, data de publicação no Diário oficial do Município das decisões da Mesa Diretora sobre as inscrições de chapas ou que acatar impugnação de chapa ou candidatura;

30/06/2015, data da realização das eleições indiretas, após a Reunião Ordinária.

§ 1º As decisões da Mesa Diretora são irrecorríveis no âmbito da Câmara Municipal de Mafra.

§ 2º As decisões sobre as inscrições de candidatos e impugnações de candidaturas serão fundamentadas pela Mesa Diretora.

§ 3º - A Mesa Diretora pode subsidiar suas decisões em pareceres das unidades administrativas e da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal.

DOS REQUISITOS

Art. 2º - Poderão se inscrever como candidatos qualquer cidadão que preencha os seguintes requisitos:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de 21 anos.

Art. 3º. A inscrição da candidatura é feita através de chapa única e indivisível, devendo constar os candidatos ao cargo de Prefeito e Vice-prefeito, de acordo com as normas desta Resolução.

Art. 4º. O pedido de registro das candidaturas, e impugnações de candidaturas serão feitos, mediante protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, nos dias e prazos constantes do Calendário Eleitoral, acompanhado dos documentos necessários

DAS INELEGIBILIDADES

Art. 5º. São inelegíveis e, portanto, não poderão concorrer na disputa:

I. Os inalistáveis e os analfabetos;

II. O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, daqueles que serão substituídos através da presente eleição em razão da perda do mandato;

III. Os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

IV. O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

V. Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

VI. Aqueles que tiveram contra si condenação criminal transitada em julgado, nos termos da Lei Complementar n.º 64/90;

VII. Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

VIII. Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

IX. Os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

X. Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da

eleição;

XI. O Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

XII. Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

XIII. Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XIV. Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XV. Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XVI. A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22, da Lei Complementar 64/90;

XVII. Os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos;

XVIII. Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º. O Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos tomarão posse na mesma reunião extraordinária de eleição, na Câmara Municipal de Mafra, com mandato até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mafra, 17 de junho de 2015.

VERª MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA

Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores do Município de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 31/2015 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 31/2015 - Pregão Presencial –
Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de 04 microcomputadores para os Telecentros instalados no município de Maracajá/SC, Entrega dos envelopes: até as 09:45 horas do dia 30/06/2015 Abertura da Sessão: a partir das 10:00 horas do dia 30/06/2015. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 h e das 13:30 hs as 17:00 hs, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 16 de junho de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Lei nº 3.868/2015

LEI Nº 3.868, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre doação de material usado e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar 20 (vinte) folhas de zinco usadas para a Rede Feminina de Combate ao Câncer, inscrita no CNPJ sob o nº 01.959.465/0001-37, localizada na Avenida Araucária, nº 768, Centro, neste Município.

Parágrafo único. As folhas de zinco, objeto da doação de que trata o presente artigo, foram retiradas da cobertura do Ginásio Municipal Gelson Tadeu Mello Lara, devido sua reforma.

Art. 2º As folhas doadas serão utilizadas pela Rede Feminina para arrecadação de valores a serem empregados nos trabalhos da entidade.

Art. 3º A Rede Feminina de Combate ao Câncer, beneficiada com o auxílio de que trata a presente Lei, deverá após a venda do material usado, prestar contas dos valores arrecadados, mediante apresentação dos comprovantes.

Art. 4º Em caso de aplicação diversa da finalidade descrita no art. 2º desta Lei, ou não aprovação da prestação de contas pelo órgão fiscalizador, a Rede Feminina deverá efetuar a devolução do material usado ao Município de Maravilha/SC.

Art. 5º Autoriza-se também a baixa dos bens de que trata a presente Lei do patrimônio público municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.869/2015

LEI Nº 3.869, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício

de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- GILMAR CRESTANI

Lote urbano nº (12), da quadra nº (51-B), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 297,95 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.870/2015

LEI Nº 3.870, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- ANTONIO ERONDI RIBEIRO e NELSI RODRIGUES DOS SANTOS

Lote urbano nº (15), da quadra nº (51-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 325,52 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.871/2015

LEI Nº 3.871, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- NAIR KERCKHOFF DONHAUSER

Lote urbano nº (11), da quadra nº (51-B), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 164,00 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de junho de 2015.
ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.792/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 2.792/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 024/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

PREGÃO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC 123/2006). A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior aquisição, conforme necessidade, de material de higiene e limpeza para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 01 de julho de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 17 de junho de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3108 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3108 DE 15 DE JUNHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social a Famílias Carentes
0701 – 3190000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima mencionado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social a Famílias Carentes
0701 – 33500000 – Transferências a Inst. Privadas sem fins lucrativos
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE JUNHO DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LIC 38.2015 - PP 30.2015 - AQUISIÇÃO DE LAMINAS E OUTROS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2015
PREGÃO PRESENCIAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 30/2015-PMM

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial – ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de lâminas, parafusos e porcas, para manutenção das Motoniveladoras e tratores de esteira da frota do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 30/06/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 30/06/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 16 de Junho de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 03/07/2015 às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL DO SAMAE DE MELEIRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 17 de junho de 2015.
ENIVALDO DUMINELLI
Diretor do SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/07/2015, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA/PRODUTOS DE HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro/SC, 17 de junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 03/07/2015, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM APÓLICE DE SEGURO, PARA COBERTURA DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 17 de junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 047/2015

DECRETO n.º 047/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 196.000,00 (Cento e noventa e seis mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00004.0 – Aplicações Diretas (12)	R\$ 100.000,00
130110301.2056 – Manutenção do PMAQ/NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (52)	R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0007570.0 – Aplicações Diretas (53)	R\$ 76.000,00
Total	R\$ 196.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada dos recursos repassado pelo Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 050/2015

DECRETO n.º 050/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.00.0743.0 – Aplicações Diretas (126)	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 30.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do convênio.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Maio de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA N.º 229/2015

PORTARIA n.º 229/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ANDREIA DE CEZARO CAVALER PASINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no

período de 30 de Junho de 2005 a 28 de Junho de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 230/2015

PORTARIA n.º 230/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal PAULA MARAGNO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de Julho de 2007 a 28 de Julho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 231/2015

PORTARIA n.º 231/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ROSANGELA RAMOS PEREIRA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 31 de março de 2008 a 29 de março de 2013, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 232/2015

PORTARIA n.º 232/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ESTELA MEZZARI SIMONI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Andreia de Cezaro Cavaler Pasini, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 233/2015

PORTARIA n.º 233/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita DAIELE BENDO PAGNAN, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Paula Maragno, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 234/2015

PORTARIA n.º 234/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora DANIELA MANENTI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Rosangela Ramos Pereira, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 235/2015

PORTARIA n.º 235/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 140/2015, de 31 de março de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 140/2015, de 31 de março de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 01 de Abril de 2015, edição 1715, pg 521, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º A Senhorita PATRICIA MEZZARI SAVI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, sendo 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Rosangela Ramos Pereira, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma, retornando a carga horária total de 20 (vinte) horas semanais”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 236/2015

PORTARIA nº 236/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença sem vencimento por interesse particular,

por um período de até 02 (dois) anos, à servidora pública municipal JANAINA FABRIS DAL PONT, ocupante do cargo de Agente Administrativa, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Relação dos inscritos para eleição do Conselho Tutelar 2015

Nº	Nome
01	Paula Serafim Pedro
02	Marivalda Tezza Martins Fogaça
03	Luciana Faustino
04	Henrique Antonio Manfredini
05	Maria Aparecida Natal Mateus
06	Rosemiria Duarte da Silva
07	Jovelino Rodrigo Venson da Silva
08	Lucia da Glória Zeferino Carvalho
09	Elizandra Dal Pont
10	Lorizete Beker Arigoni

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0164/2015

Decreto nº 164/2015 de 16/06/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 273/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 273/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE CONSUMO PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC., adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
COMERCIO DE BEBIDAS FRANDOSO LTDA	13.970,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0165/2015

Decreto nº 165/2015 de 16/06/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 286/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 286/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ATENDIMENTO TÉCNICO, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS	29.658,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

PORTARIA Nº 075/2015

PORTARIA Nº 075/2015 de 15.06.2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRAS TUTELARES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 2.027/2012 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido às Conselheiras Tutelares relacionadas abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Carine Bruneto	05.07.2013 a 04.07.2014	02.07.2015 a 11.07.2015 (10 dias)
Lúcia Euzébio	04.07.2013 a 03.07.2014	22.06.2015 a 01.07.2015 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 15 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

PORTARIA Nº 076/2015

PORTARIA Nº 076/2015 de 16.06.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Diana Centa Bernardy	24.03.2014 a 23.03.2015	29.06.2015 a 28.07.2015 (30 dias)
Juliana Pavalicini Cesco	02.04.2013 a 01.04.2014	22.07.2015 a 31.07.2015 (10 dias)
Lovani Terezinha Baron (matr. 41-8)	20.02.2013 a 19.02.2014	27.07.2015 a 05.08.2015 (10 dias) + AP
Lovani Terezinha Baron (matr. 1333-1)	20.02.2014 a 19.02.2015	27.07.2015 a 05.08.2015 (10 dias) + AP
Maria Elaine Kroth	15.10.2013 a 14.10.2014	01.07.2015 a 20.07.2015 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 008/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 008/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA DOAÇÃO AOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA MOBILIZAÇÃO DA CAMPANHA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTO JUVENIL conforme anexo. Data: 30/06/2015 às 15:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PRAZO ENTREGA DE ENVELOPE COMPLEMENTAR - CONCORRENCIA 07/2015 FMS

Ata – PRAZO ENTREGA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
CONCORRENCIA 07/2015 FMS

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO E O PRESIDENTE INFORMAM QUE A SESSÃO QUE ACONTECERIA HOJE AS 9H ACONTECERÁ NO DIA 23/06/2015 AS 09 HORAS, POIS HOUVE UM ERRO FORMAL QUANDO DA PRIMEIRA SESSÃO FOI AGENDADO O PRAZO DE 7 DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DE TODOS OS LICITANTES QUE FORAM INABILITADOS, POIS CONFORME A LEI 8666/93 ART48 §3 O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES É DE 8 DIAS UTEIS, DESTA FORMA ESTA ADMINISTRAÇÃO APOS RECONHECER O ERRO FORMAL, PRORROGA O PRAZO PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COMPLEMENTARES ATÉ O DIA 22/06/2015 AS 17:30, SENDO QUE A ABERTURA DOS MESMOS ACONTECERÁ NO DIA 23/06/15 AS 9 HORAS.

PUBLIQUE-SE

NAVEGANTES 17 DE JUNHO DE 2015.

ATA T.P 71/2015 PMN - E PRAZO ABERTURA ENVELOPE COMPLEMENTAR

TOMADA DE PREÇO Nº 71/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PREFAC, RC COMERCIO, IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAMENTO EURO-COVER, SENDO QUE APENAS A EMPRESA EURO COVER ESTAVA DEVIDAMENTE CREDENCIADA, SENDO QUE TAMBEM ESTAVA PRESENTE O REPRESENTANTE DA EMPRESA RC COMERCIO SR ADILSON GIROTTO CPF 02376684919 ENTRETANTO ESTE NÃO HAVIA APRESENTADO NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO CREDENCIAMENTO, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, NESTA ETAPA FOI VERIFICADO QUE REALMENTE HAVIA DENTRO DO ENVELOPE A PROCURAÇÃO EM NOME DO SR ADILSON GIROTTO PARA REPRESENTAR A RC COMERCIO, ESTAVA PRESENTE PARA VERIFICAR OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA O SR HUMBERTO GALVEZ JR DIRETOR DO SESAN o qual não aprovou o atestado de capacidade técnica da empresa IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAMENTO EURO-COVER não restou comprovado que era compatível, e empresa prefac apresentou o atestado de capacidade técnica de impermeabilização com manta asfáltica aluminizada totalmente incompatível e não aplicável a reservatório, quanto a comissão foi verificado que houve a inabilitação também da rc comercio pois a mesma apresentou certidão de falência e concordata do município de Chapecó quando deveria apresentar de itapema (filial) e também apresentou certidão de pessoa jurídica invalida pois estava desatualizada uma vez que houve alteração no contrato social do endereço e não foi alterado no certificado de pessoa jurídica, desta forma as três empresas foram inabilitadas sendo que esta administração abre o prazo para apresentação de envelope com documentação complementar (apresentar os documentos corretos que ensejaram a inabilitação) até o dia 30/06/2015 as 17:30 no balcão de informação da prefeitura, sendo que a abertura dos mesmos será no dia 01/07/2015 as 9 horas (lei 8666/93 art 48 §3º.)

Comprovaram que eram ME/EPP apenas a empresa IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAMENTO EURO-COVER.

PUBLIQUE-SE

NAVEGANTES 17 DE JUNHO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 90/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (GABINETES - PADRÃO ATX 03 BAIAS PRETO COM FONTE) PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/06/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 30/06/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 17 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.

LUIZ CARLOS SATURNINO

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller

Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.

ALBERI VAIZ

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller

Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
REGINALDO MATOS DA SILVA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
JOSÉ RENATO DA ROCHA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
JOSÉ ANDERSON SILVA DOS SANTOS
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilma Sr.
ALINE MAIRA WEISE
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para

comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de ORIENTADOR SOCIAL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
PEDRO ESTANISLAU CUSTÓDIO
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Ilmo Sr.
HUMBERTO WAGNER DE SOUZA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

DECRETO 214 NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 214 DE 16 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2), A PEDIDO, a senhora Sueli Dorti de Melo.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 216 DE 17 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria Aparecida Espíndola.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 217 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Cursos Profissionalizantes a senhora Mônica Soares Baschta.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 218 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora Kátia Maria Rosseto.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 220 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II, A PEDIDO, o senhor João Paulino Claudino.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 221 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Esporte Educacional o senhor Hélio Demétrio.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 222 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Supervisor de Atividades, A PEDIDO, o senhor Altino Gois Neiciak.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 223 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Altino Gois Neiciak.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 224 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assistente Técnico Administrativa a senhorita Lilian do Nascimento.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 225 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Políticas de Recursos Humanos a senhorita Lilian do Nascimento.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 226 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Operações o senhor Célio Pereira.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 227 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Sebastião Pereira.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 228 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Sebastião Pereira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 230 DE 23 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Roseli de Fátima Gonçalves.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 231 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Executiva de Projetos Estratégicos II a senhora Roseli de Fátima Gonçalves.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 232 DE 23 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-8) a senhora Dinorá Pereira dos Santos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 237 DE 30 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-5) a senhora Ketili dos Santos de Andrade.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 238 DE 30 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Planejamento e Projetos do SESAN o senhor Wilson Hostin Gonçalves Júnior.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 239 DE 30 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor Carlos Alberto Reis.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 240 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Emerson Luiz Nardes.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 241 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Atos Legais, Protocolo e Arquivo, A PEDIDO, o senhor Daniel Odorico Nascimento.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 242 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Apoio, A PEDIDO, o senhor Eugênio Lima.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 243 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio o senhor Eugênio Lima.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 244 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Ingresso e Movimentação a senhora Francieli de Paula Sobrinho.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 245 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer função de confiança de Gerente de Ingresso e Movimentação a senhora Francieli de Paula Sobrinho.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 246 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-6) a senhora Shirley Schneider Schreiber da Costa.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 247 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora Luciana Adriano Rosa.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 248 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Carlos Eduardo de Mello.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 249 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor Horácio Bini.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 250 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio ao Idoso a senhora Larissa Batista Adriano.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 256 DE 13 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora Adjunta de Escola CEI EJA (DESC-A1) a senhora Mariza Maria Amorim.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 258 DE 14 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica I a senhora Alessandra Müller.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 260 DE 15 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestora Pública Municipal III o senhor Horácio Bini, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação ..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 261 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora Thainá Nunes Santos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 264 DE 27 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Cleonice Aparecida Ribeiro Cardoso.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 265 DE 27 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Secretário Municipal de Saúde, A PEDIDO, o senhor Samuel Vianeí Paganelli.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 271 DE 30 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária Adjunta da Saúde a senhora Nádia Braz Bins.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 274 DE 5 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora Sheila da Silva Guglielmi.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 278 DE 8 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III, A PEDIDO, a senhora Vanessa Cardoso Amaral.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 287 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-8) a senhora Giovana Soares da Cunha.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 288 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-6) a senhora Antônia Ismênia Freire Pinheiro.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 289 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-8) a senhora Antônia Ismênia Freire Pinheiro.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 290 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Seção a senhora Miroslava Marin.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 291 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Miroslava Marin.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 292 DE 19 DE MAIO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Chefe de Seção o senhor Paulo Roberto Negrão.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 293 DE 19 DE MAIO DE 2015

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas a senhora Elisabete Barboza da Silva Soares.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 294 DE 19 DE MAIO DE 2015

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Gestão de Bens Materiais e Serviços o senhor Ricardo José Felisbino.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 295 DE 19 DE MAIO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico I o senhor Ricardo José Felisbino.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 296 DE 20 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Secretário Municipal de Saúde o senhor Jeferson Belotto.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 300 DE 25 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor Pedro Getúlio de Jesus, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 305 DE 1º DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor Irani dos Santos, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 306 DE 1º DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-5) a senhora Ivone Terezinha Passos Ortiz.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br</p>
--	--

DECRETO N º 307 DE 2 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-6) a senhora Ivone Terezinha Passos Ortiz.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br</p>
--	--

DECRETO N º 308 DE 2 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora Daiane Maria Kaspary.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br</p>
--	--

DECRETO N º 309 DE 2 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-1) a senhora Aparecida Sagaz de Mello.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br</p>
--	--

DECRETO N º 315 DE 8 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Secretário de Escola CEI EJA (SESC-8) o senhor Johnny José Tomelim.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 315 DE 8 DE JUNHO DE 2015

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III, A PEDIDO, o senhor Manoel Júlio Gaya.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 316 DE 8 DE JUNHO DE 2015

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica II a senhora Juliane Wagner Pacheco.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 317 DE 9 DE JUNHO DE 2015

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa, A PEDIDO, o senhor Marcos Antônio Müller Neto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 320 DE 10 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Empenho o senhor Sérgio Marques Longhi.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 321 DE 10 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública municipal III a senhora Regiane Marina de Mattos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 322 DE 10 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III, A PEDIDO, o senhor João Mota dos Santos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 323 DE 10 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (DESC-3), A PEDIDO, a senhora Juliana da Silva Juttel.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 324 DE 10 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Macadamização de Ruas, A PEDIDO, o senhor Itamir Dias da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 324 DE 10 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Macadamização de Ruas, A PEDIDO, o senhor Itamir Dias da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 327 DE 11 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Serviços Públicos, A PEDIDO, o senhor Cláudio Fornasaro Júnior.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 328 DE 11 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Distribuição a senhora Lizete de Souza.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 329 DE 12 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III o senhor David Roberto Alves Barbosa, A PEDIDO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 331 DE 12 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER INTERINAMENTE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer INTERINAMENTE a função de confiança de Secretária de Administração e Logística a senhora Silvana Maria Mendes Francisco.

Art. 2.º A nomeação em questão dá-se em vista das férias da titular.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 333 DE 17 DE JUNHO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal II, A PEDIDO, o senhor Valdelino

Natividade Felício.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 334 DE 17 DE JUNHO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III o senhor Douglas Lemos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 335 DE 17 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento o senhor Douglas Lemos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

DECRETO 331 ADIANTAMENTO FME

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 331 DE 16 DE JUNHO DE 2015

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor Gérson Ademir Fagundes – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 8.510,00 (oito mil quinhentos e dez reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n° 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n° 4320/64 e Resolução n° 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/8/2012.

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da referida Fundação com alimentação e inscrição de participação de atletas no Campeonato Estadual Caixa de Atletismo Pré-Mirim e Mirim, em Itajaí, na Etapa Regional dos Jogos Abertos de Santa Catarina em Três Barras e na Etapa Microrregional da OLESC, em São João Batista.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

DECRETO 332 ADIANTAMENTO

DECRETO N° 332 DE 17 DE JUNHO DE 2015
CONCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDORES QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com a lei municipal n° 1674 de 27/05/2003,
DECRETA:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário aos servidores elencados abaixo, respectivamente Coordenadores e Diretores de Centros Municipal de Educação Infantil e Escolas Municipais, dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n° 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n° 4.320/64 e Resolução n° 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, nos valores abaixo especificados:

NOME COMPLETO DO SERVIDOR	UNIDADES ESCOLARES	VALOR R\$
Clenira Schmitz Pivatto	APAE	400,00
Joice Largura de Oliveira	C. E. M. Prof. ^a Clarinda M. Gaya	400,00
Monica Leal	C. E. M. Prof. ^a Giovana Soares da Cunha	550,00
Maria Inês Pacheco	C. E. M. Prof. ^a Maria de Lurdes Antunes	400,00
Valdemir Chagas Junior	C. E. M. Prof. ^a Maria de Lurdes Couto Cabral	1.000,00
Graziela Cristiane Correa	C. E. M. Prof. ^a Maria de Lurdes Couto Cabral (Creche)	400,00
Giovana Scaburi Kraisch	C. E. Prof. ^a M ^a Regina Gazaniga da Costa	400,00
Luciana dos Passos Bento	C. M. E. I. Prof. ^a Isabel Flores Pagani Luiza	200,00
Maristela Reiser Rosa	C. M. E. I. Marlene de Souza Couto	400,00
Antônio Ismênia Freire Pinheiro	C. M. E. I. Pedacinho do Céu	400,00
Nelci Maria Vieira Albino	C. M. E. I. Prof. ^a José do Passos Lemos	200,00
Gilmara Rocha	C. M. E. I. Prof. ^a Natalina Sabel do Amaral	300,00
Fernanda dos Santos	C. M. E. I. Prof. ^a Alciréia Conceição Couto	300,00
Eusimarie Coelho de Souza	C. M. E. I. Prof. ^a Bernadete M ^a Sedrez da Silva	550,00
Marili Guilherme Corrêa	C. M. E. I. Prof. ^a Didymea Lazzaris de Oliveira	300,00
Telma Balança	C. M. E. I. Prof. ^a Julieta Pereira Muller	300,00
Maria Isabel de Oliveira	C. M. E. I. Prof. ^a Kátia Regina G. de Souza	200,00
Luciani Pivatto Mafra	C. M. E. I. Prof. ^a Lenita de Souza Gaya	200,00
Valéria Regina Camargo	C. M. E. I. Prof. ^a Maria das Neves Emílio	400,00
Adriana Adelaide Borba	C. M. E. I. Prof. ^a Maria de Silva Santos	200,00
Marli Regina Pacheco Fausto	C. M. E. I. Prof. ^a Badia de Faria	500,00

Marinei Leal de Souza	C. M. E. I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira	400,00
Luciana Anacleto Claudino	C. M. E. I. Profª. Regina Marly da Costa	400,00
Ivone Passos Ortiz	C. M. E. I. Profª. Rosana de Fátima Gaya Barreto	400,00
Maria Aparecida da Silva	C. M. E. I. Silvete Couto de Miranda	200,00
Mara Busato	C. M. E. Profª. Solange Pascoali de Souza	200,00
Rita de Cássia da Silva	C. M. E. I. Profª. Recanto dos Baixinhos	200,00
Marilda Maria de Souza	C.M.E.I. Profª Adélia de Souza Fernandes	300,00
Ângela Ramos Lima	C.M.E.I. Profª Maria Carlota Vieira	200,00
Fabiane Veshoski da Luz	E. M. Profª. Vergina Guedes Lemos	200,00
Alexandra Rover	E. M. Profª. Ivone Müller dos Santos	675,00
Neide Maria Mathiola	E. M. Profª. Idília Machado Ferreira	400,00
Cátia Regina da Costa	E. M. Profª. Elsir Bernadete Gaya Müller	600,00
Cristiane Felício	E. M. Profª. Eni Erna Gaya	500,00
Sandra Mery Brandl Hemmer	E. M. Profª. Ilka Müller de Mello	700,00
Edinéia Mônica de Andrade	E. M. Profª. Leonora Schmitz	400,00
Aline Wana de Souza	E. M. Profª. Maria Hostim da Costa	615,00
Sérgio Soares	E. M. Profª. Neusa Maria Rebello Vieira	550,00
Ledair Regina dos Santos Mathiola	Escola Municipal Profª Rosa Maria Xavier de Araújo	675,00
Mirian Regina Galvez	Escola Municipal Profª. Vilna Correia Pretti	550,00
Ana Maria da Silva	Escola Municipal Profª. Izilda Reiser Mafrá	400,00
Roberson Carlos Kolln	Escola Municipal Profª Maria Tereza Leal	400,00
Mônica Evelyn Weirs	Extensão CMEI Profª Silvete Couto de Miranda	400,00
Indianara dos Santos Rita	NAES	400,00
Patrícia Mengarda	Extensão C. M. E. I. Profª. Nazir Rodrigues Rebello	400,00
Elda de Souza	C.M.E.I. Bruce Cranston Kay	400,00
Márcia dos Santos	C.M.E.I. Profª Maria dos Navegantes Ramos	200,00
Rosângela Maria da Silva	C.M.E.I. Profª Alessandra Zilda da Silva	300,00
Andrea Cursel	C.M.E.I. Prof. Robson Francisco Lopes	300,00

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

LEI 3002 AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

LEI N.º 3002 DE 17 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a repassar a quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em parcela única à Sociedade Recreativa e Esportiva Amigos do Gravatá, inscrita no CNPJ sob o número 032826580001-21, com sede estabelecida na Rua Aldo Mário de Almeida n.º 861, Bairro de Gravatá, neste município, tendo como atual Presidente o senhor Valmor Modro. Parágrafo Único: A entidade aludida no caput deste artigo foi declarada de utilidade pública pela lei n.º 1315 de 9 de novembro de 1999.

Art. 2º A quantia a ser repassada será utilizada para aquisição de materiais de construção que serão utilizados na reforma dos banheiros da sede da entidade beneficiada.

Art. 3º A entidade beneficiada apresentará à Secretaria Municipal de Finanças a prestação de contas do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementada à época oportuna.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

LEI 3003 DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE PARA AGÊNCIAS BANCÁRIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 - Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

LEI N.º 3003 DE 17 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INSTALAREM TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO ADAPTADOS EM SUAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO ÂMBITO DO

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º As instituições financeiras, no âmbito do município de Navegantes, deverão disponibilizar aos clientes a quantidade mínima de um terminal de autoatendimento (caixa eletrônico) adaptado com tela e teclado em altura reduzida, compatível para utilização por usuários de cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com baixa estatura.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput, entende-se como usuários tanto os clientes da instituição financeira à qual pertence a agência como o público em geral que a estiver utilizando.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará a agência bancária ao pagamento de multa, a ser aplicada pelo órgão oficial de defesa do consumidor da localidade onde ocorrer a infração – PROCON – sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação em vigor.

Parágrafo Único: O valor das multas deverá ser destinado ao órgão

referido no caput.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

LEI COMPLEMENTAR 245 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 245 DE 17 DE JUNHO DE 2015**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Navegantes, constante do documento anexo, com duração de dez anos a partir da data da publicação desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso I do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 2º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

§ 1º As metas previstas no Anexo Único, integrante desta lei complementar, deverão ser cumpridas no prazo de vigência do Plano Municipal de Educação de Navegantes/2015-2025, desde que não haja prazo superior definido para metas específicas.

§ 2º As metas previstas no Anexo Único, integrante desta lei complementar, referenciaram-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, no censo demográfico e nos censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta lei.

§ 3º As estratégias definidas no Anexo Único, integrante desta lei complementar, não excluem a adoção de medidas visando a formalizar a cooperação entre os entes federados.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação de Navegantes/2015-2025:

I. erradicação do analfabetismo;

II. universalização do atendimento escolar;

III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV. melhoria da qualidade da educação;

V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX. valorização dos profissionais da educação;

X. promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º O Município de Navegantes, em articulação com a sociedade civil, procederá às avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no terceiro ano de vigência desta Lei, por meio do Conselho Municipal de Educação de Navegantes, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, cabendo, à Câmara de Vereadores, aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

§ 3º As alterações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Navegantes deverão alinhar-se com as determinações das metas e estratégias nacionais definidas no Plano Nacional de Educação em vigor.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

§ 4º O Município de Navegantes deverá promover, em colaboração com o Estado de Santa Catarina e a União, a realização de, pelo menos, 2 (duas) Conferências de Educação da Cidade até o final da década, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração do próximo Plano Municipal de Educação de Navegantes (2025-2035).

Art. 4º Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º Os Poderes Executivo e Legislativo de Navegantes empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas para que a sociedade conheça-o amplamente e acompanhe a sua implementação.

Art. 6º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ÍNDICE DE TABELAS	06
ÍNDICE DE GRÁFICOS	08
ÍNDICE DE FIGURAS	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO	14
2.1. CONTEXTO NACIONAL	15
2.2. CONTEXTO ESTADUAL	15
2.3. CONTEXTO MUNICIPAL	15
2.4. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS	15
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES	17
3.1. CONTEXTO HISTÓRICO	17
3.2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	17
3.3. CONTEXTO POPULACIONAL	21
3.4. CONTEXTO EDUCACIONAL	23
3.4.1 História da Educação no Município	24
3.4.1.1 História da Educação Infantil	24
3.4.1.2 História do Ensino Fundamental	25
3.4.1.3 História do Ensino Médio	26
3.4.1.4 História do Ensino Superior e Pós-Graduação	26
4. METAS E ESTRATÉGIAS	27
META 1	27
ESTRATÉGIAS DA META 1	28
META 2	31
ESTRATÉGIAS DA META 2	34

META 3	36
ESTRATÉGIAS DA META 3	40
META 4	41
ESTRATÉGIAS DA META 4	43
META 5	47
ESTRATÉGIAS DA META 5	48
META 6	50
ESTRATÉGIAS DA META 6	51
META 7	52
ESTRATÉGIAS DA META 7	53
META 8	57
ESTRATÉGIAS DA META 8	58
META 9	60
ESTRATÉGIAS DA META 9	61
META 10	63
ESTRATÉGIAS DA META 10	64
META 11	66
ESTRATÉGIAS DA META 11	68
META 12	70
ESTRATÉGIAS DA META 12	73
META 13	75
ESTRATÉGIAS DA META 13	76
META 14	77
ESTRATÉGIAS DA META 14	78
META 15	79
ESTRATÉGIAS DA META 15	80
META 16	83
ESTRATÉGIAS DA META 16	84
META 17	85
ESTRATÉGIAS DA META 17	86
META 18	87
ESTRATÉGIAS DA META 18	88
META 19	89
ESTRATÉGIAS DA META 19	90
META 20	92
ESTRATÉGIAS DA META 20	96
REFERENCIAS	99

APRESENTAÇÃO

Na busca pela consolidação de um planejamento participativo, democrático e dialógico que possa convergir para as determinações constitucionais da garantia da educação que é direito social e inalienável do cidadão brasileiro, Navegantes concretiza seu Plano Municipal de Educação para vigência entre o período de 2015 a 2025.

É um documento legal que contém os contextos municipais atualizados referentes ao seu processo histórico, socioeconômico, populacional e educacional. Consta também o diagnóstico específico de cada uma das metas planejadas para o decênio de 2015 a 2025. Sua estrutura ainda apresenta estratégias alinhadas aos Planos Nacional e Estadual de Educação com vistas ao estabelecimento de regimes de colaboração interfederativos que garantam o cumprimento das metas e potencializem políticas públicas que permitam qualificar a oferta de educação pública e gratuita a todos os cidadãos navegantinos.

Este Plano Municipal de Educação, em sua essência, constitui-se de uma proposta de ações a curto médio e longo prazos, tendo como base as necessidades, os avanços e os potenciais existentes na educação ofertada no âmbito do Município em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Como resultado de uma produção coletiva pautada na legislação nacional em vigor, no comprometimento com a educação pública de qualidade e com o bem estar do cidadão residente em Navegantes, apresentamos o planejamento de um compromisso firmado entre o poder público e a sociedade civil com vistas a continuar fazendo dessa cidade, o lugar onde todos, sem distinção, têm direito a uma escola que lhe garanta boa convivência, bom ambiente de aprendizagem e saberes significativos durante todo o seu itinerário formativo.

O desafio está lançado, o planejamento definido e, o compromisso é com o seu total cumprimento.

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária Municipal da Educação
ÍNDICE DE TABELAS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Navegantes se constitui em grande necessidade na oferta e melhoria da qualidade da educação e da escolarização, dentro dos limites territoriais do município. Sua elaboração permitiu a sistematização de grandes reflexões na trajetória da educação em Navegantes na sua totalidade, podendo projetar a década 2015 a 2025 da educação, junto aos diversos segmentos sociais diretamente envolvidos de forma coerente com os anseios da população, alicerçados a toda conjuntura social, política, econômica e cultural nas esferas governamentais do país como um todo.

Este Plano não se constitui somente nas necessidades educacionais, mas também em respeito e consonância com o espírito e as normas definidas no Plano Nacional de Educação estabelecidas na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, onde a mesma determina que cada município construa seu Plano Municipal de Educação; que insere-se num contexto nacional de planejamento da educação, visto como de primordial importância para que o Brasil enfrente e supere os desafios de universalizar as oportunidades educacionais e de dar, a todos os seus cidadãos, acesso à imensa gama de saberes valorizado pela humanidade.

O presente documento tem origem no registro dos estudos realizados pela Comissão Municipal para o Plano Municipal Decenal de Educação e submetidos à apreciação pública através de fóruns organizados pela Secretaria Municipal de Educação.

A elaboração do Plano Municipal de Educação é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e, neste sentido, o processo de discussão teve início em março de 2014, quando a Secretaria Municipal de Educação assessorada pela Prof. Ms. Gilmara da Silva – Consultora em Educação da Amfri e representantes da Rede de Ensino Municipal, Estadual e Particular, realizaram estudos e discussões referentes ao Plano Municipal de Educação. A partir dos estudos e discussões, iniciaram os primeiros encaminhamentos para o processo de elaboração. No mês de maio, o Município de Navegantes ampliou as discussões, mobilizando toda a comunidade escolar.

Tendo como grande responsabilidade e compromisso a construção do Plano Municipal de Educação, em fevereiro de 2015 foi constituída uma Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal, compostas por representantes dos diversos segmentos ligados à Educação como: Secretaria Municipal de Educação, Instituições de Ensino Públicas e Privadas, Instituições de Educação Superior, Poder Executivo, Poder Legislativo, Autarquias, Institutos, Associações, Fundações e Organizações Não-Governamentais.

As representações setoriais ficaram divididas assim:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais;
- Ensino Médio;
- Superior e Pós-Graduação;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Especial;
- Educação Profissional;
- Valorização do Magistério;
- Gestão Democrática e
- Financiamento da Educação.

Constituídas, as representações setoriais reuniram-se em diversos momentos, elaborando o diagnóstico, metas e estratégias que atendessem as suas necessidades. Sendo assim, foi preparada a versão preliminar do PME para apreciação em Fórum Público em maio de 2015. Das proposições advindas deste Fórum, após análise, grande parte foi incorporada às metas do Plano.

O Plano Municipal de Educação de Navegantes atendendo disposto da Lei Federal nº 13.005 do Plano Nacional de Educação, tem como objetivos principais:

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- O acesso, a permanência e o sucesso do aluno;
- A democratização da gestão do ensino público.

Partindo dos objetivos a que o Plano Municipal de Educação de Navegantes se propõe, foram priorizadas as seguintes ações:

- Garantia de Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu acesso, permanência e sucesso na escola;
- Garantia de Ensino Fundamental a todos que não tiveram acesso na idade própria ou não o concluíram;
- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Desenvolvimento de sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

O Plano Municipal de Educação aborda os seguintes temas:

- Histórico do Plano de Educação;
- Pressupostos do Plano Municipal de Educação;
- Caracterização Geral do Município de Navegantes;
- Estruturação das metas e estratégias municipais alinhadas às nacionais e estaduais de modo a garantir ações que contemplem:
- Níveis de Ensino;
- Modalidades de Ensino;
- Valorização dos Profissionais da Educação;
- Financiamento e Gestão da Educação.
- Avaliação e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação.

A construção do PME iniciou com diagnóstico, realizado em 2015, através de pesquisa de campo organizada pelas representações setoriais nas várias Instituições de Ensino, localizadas no Município. A partir dessas informações e, analisando os objetivos a que se propõe o PNE, foram traçadas as diretrizes relacionadas aos subtemas tratados em cada capítulo, concluindo com a apresentação de objetivos e metas, que buscam dar suporte para que as ações educacionais se efetivem. Importante salientar que as metas propostas nos vários capítulos deste PME, não são auto regulamentáveis, ou seja, cada meta proposta necessita de regulamentação própria, a ser feita posteriormente.

As metas propostas são de competência do município, conforme o previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram construídas de forma efetiva e direta, sendo que ao Município cabe ofertar a Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades. Nos demais níveis e modalidades, as metas se efetivarão na forma de regime de colaboração entre as mantenedoras. Ressalta-se que a conquista das metas e estratégias aqui propostas, depende do envolvimento de toda a sociedade e de todos os segmentos

que participaram da elaboração, onde buscarão assegurar sua implantação e implementação.

Propõe neste instrumento, a direção de novas políticas públicas e de ações da educação no município para os próximos dez anos em todos os níveis e modalidades de ensino. Ficando claro que, a partir da sua implantação, ocorrerão melhorias significativas, com base nos princípios aqui definidos e que deverão fazer parte de todas as ações que serão desencadeadas a partir deste momento na educação do município de Navegantes.

2. CONTEXTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

2.1. CONTEXTO NACIONAL

A Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação, vem desafiar o Brasil legalmente a promover uma nova educação, esta que deverá ser universal, igualitária, com qualidade que envolva os aspectos sociais, científicos, tecnológicos e, sobretudo, humanos. Processo este, que depende de um planejamento amplo, considerando as necessidades educacionais por meio de prioridades para educação nacional.

Por volta de 1932 um grupo de elite intelectual, além de renomados educadores, lançou o "Manifesto dos Pioneiros" onde destacaram a necessidade central de se elaborar um plano amplo e contextualizado visando promover e desenvolver a educação no País.

Na década de 90 a discussão veio a tona após Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, I e II Congresso Nacional de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), no qual aprovaram aprovados documentos, onde os países se comprometeram em erradicar o analfabetismo e universalizar a educação obrigatória.

A Lei nº. 9.394 de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinou nos artigos 9º e 87 que cabe à União a elaborar um plano em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Determina ainda que, os mesmos elaborassem planos decenais com diretrizes e metas constantes do Plano Nacional de Educação, onde estará em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e com o Plano Decenal "Educação para Todos".

As metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, são: elevar globalmente o nível de escolaridade da população; melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis; reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e democratizar a gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico das escolas e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

2.2. CONTEXTO ESTADUAL

Considerando que, no Brasil, o caminho adotado para a construção do planejamento da educação parte do centro (União) para as unidades constituintes do país (Estados, Distrito Federal e Municípios), e obedece ao proposto na LDB 9.394/96 em seu art. 10:

Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos estaduais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios. (BRASIL, 1996)

O Estado de Santa Catarina decidiu realizar um trabalho diferenciado de planejamento, em bases pactuadas com os seus municípios, através de um apoio técnico na elaboração de seus planos, inclusive com a oferta de dados estatísticos e de capacitação de equipes para o seu tratamento adequado. Sendo assim, o Plano Decenal de Educação do Estado de Santa Catarina é construído simultaneamente com os planos municipais do estado.

É neste contexto, o da integração entre as instâncias estadual e municipal em Santa Catarina, que o Município de Navegantes elabora e promove a implementação de seu Plano Municipal de Educação.

2.3. CONTEXTO MUNICIPAL

O exercício de elaboração do Plano Municipal de Educação no município de Navegantes oportuniza a sistematização de um grande conjunto de dados sobre a educação em seus limites territoriais e de refletir sobre os diferentes níveis e modalidades da educação, além daqueles sob a sua restrita responsabilidade.

O Plano Municipal vem para orientar a universalização e a qualidade do atendimento na Educação Básica, considerando que o município e o estado têm uma responsabilidade grande quanto ao alcance dessas metas, e o progressivo atendimento da demanda nas demais modalidades e níveis da educação. Salienta-se a repartição da tarefa entre os setores público e privado, bem como a participação dos segmentos organizados da sociedade e das famílias, conforme explicita a legislação brasileira para a educação.

2.4. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

Como marcos político-institucionais que determinam à elaboração do Plano Municipal de Educação – PME destacam-se:

- A Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Art. 214, a

Fixação, por lei, e um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público.

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394/1996, que estabelece, em seu Art. 9º: [...] A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...] E em seu Art. 10:

Os Estados incumbir-se-ão de [...] elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios.

- A Constituição Estadual de 1998 estabelece: que o plano estadual de educação, visará à articulação com os planos nacional e municipais de educação e, ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao plano nacional.

- Lei Orgânica do Município de Navegantes 05 de abril de 1990:

Art. 147 - O plano municipal de educação, aprovado por lei, articulado com o plano nacional e estadual de educação, será elaborado com a participação da comunidade e tem como objetivos básicos a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - formação humanística, científica e tecnológica.

• A Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação, a partir de um diagnóstico, dispõe sobre diretrizes, objetivos e metas sobre os temas gestão e financiamento da educação, níveis e modalidades de ensino, formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, e sistema de informação e avaliação educacional.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

3.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Navegantes é um município localizado à margem esquerda do rio Itajaí-Açu, no litoral norte de Santa Catarina. É uma cidade nova, apesar de sua colonização ter iniciado no século XVIII por açorianos e portugueses do continente. O crescimento do lugar foi rápido: já em 1796, uma planta levantada pelo demarcador da Real Fazenda, José Ferreira de Mendonça, apontava o nome dos primeiros moradores. A memória popular e os registros históricos narram que aqui habitaram índios carijós e botocudos. Aqui, também, estabeleceu-se o primeiro homem branco do Vale do Itajaí, João Dias D'Arzão, que com Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul, fez várias plantações e garimpou ouro.

Navegantes pertenceu, durante muito tempo, ao município de Itajaí. Era conhecido como povoado de Santo Amaro, mas em 1912, começou-se a discutir o nome do Arraial. Como era habitado por muitos navegadores e tendo por padroeira Nossa Senhora dos Navegantes, o Conselho Municipal deu-lhe o nome de bairro Navegantes no dia 17/12/1912. Em 14 de maio do mesmo ano, a Resolução nº 02 da Câmara Municipal de Itajaí autorizou o desmembramento. A lei Estadual nº 828, 30 de maio de 1962, eleva Navegantes à categoria de município, mas a emancipação político administrativa só ocorreria em 26/08/1962.

3.2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Pelo segundo ano consecutivo, a cidade de Navegantes registrou o maior índice de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, a partir de dados do IBGE. Os dados referem-se ao ano de 2010, último levantamento realizado.

De acordo com a pesquisa, a soma das riquezas de Navegantes saltou de R\$ 912,03 milhões, em 2009, para R\$ 1,39 bilhão no ano seguinte, um incremento de 53,5%. Para se fazer um comparativo, Itajaí teve o segundo maior índice de expansão, crescendo 39,9% nesse período. Dos 295 municípios que compõe Santa Catarina, Navegantes figura na lista das 30 cidades mais ricas do Estado, ocupando a 21ª colocação. Entre 2006 a 2010, o PIB da cidade mais que dobrou. Foi registrado em Navegantes o incremento de 182,9% nesse período. O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Arrecadação de Navegantes, Antônio Carlos Carmona, fala que o PIB navegantino vem se destacando devido ao crescimento constante da área logística, indústria naval e setor portuário.

Gráfico 1 – Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Registros Administrativos 2009.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB/Navegantes. Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2006 o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 93,2 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 7ª posição relativa no ranking nacional. No mesmo ano, Navegantes aparece na 34ª posição do ranking estadual, respondendo por 0,53% da composição do PIB catarinense.

Tabela 1 – Produto interno bruto a preços correntes, segundo Brasil, Santa Catarina e Navegantes no período de 2002-2006. Fonte: IBGE/Sebrae/SC.

No comparativo da evolução deste indicador ao longo do período 2002-2006, o município apresentou um crescimento acumulado de 97,5%, contra um aumento estadual de 67,2%.

Na avaliação dos setores produtivos de Navegantes a agropecuária contribuiu com 5%, a indústria com 27,5% e os serviços com 67,5% do PIB municipal. O gráfico abaixo apresenta a composição do Valor Adicionado Bruto de 2006, integrando a administração pública e impostos.

Gráfico 3 – Composição do valor adicionado bruto (VAB) de Navegantes – 2006. Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria do Estado do Planejamento, Produto Interno Bruto dos Municípios.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 60.556 residentes, dos quais 2.342 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 3,9% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 125 (5,3%) viviam no meio rural e 2.217 (94,7%) no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 4.582 famílias registradas no Cadastro Único e 1.748 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (38,15% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

Gráfico 4 – Registro do CAD Único em Navegantes. Fonte: MDS

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no “Bolsa Família” as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 192 famílias em situação de extrema pobreza. Em Navegantes as informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário estão identificadas no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Beneficiários do BPC em Navegantes. Fonte: MDS

O Atlas Brasil (2013), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,736, considerado médio. Este índice pontua o desempenho dos municípios com relação à renda, longevidade e educação, com base no Censo 2010.

Segundo o Atlas Brasil 2013, constata-se que os índices de Navegantes estão equiparados aos totais do Brasil e a maior diferença positiva destaca-se no critério longevidade. O critério Educação está abaixo no índice nacional e próximo do valor considerado baixo.

Gráfico 6 – IDHM de Navegantes em 2010. Fonte: IPEA, 2013.

No ranking verifica-se que o município de Navegantes precisa avançar na condição da qualidade de vida de seus habitantes tanto na região, quanto no estado, além de melhorar sua posição no ranking nacional.

IDHM 2010 DE NAVEGANTES		
Ranking do IDHM no Brasil	Ranking do IDHM em Santa Catarina	Ranking do IDHM na Amfri
876º	144º	9º

Tabela 2 – Ranking de Navegantes no Brasil e no Estado. Fonte: IPEA, 2013.

3.3. CONTEXTO POPULACIONAL

Os dados censitários da última década demonstram que Navegantes teve acrescido à sua população, aumento de 38.66%, registrando um número absoluto de novos habitantes na ordem de 19.700 pessoas, ou uma média de 2.811 novas pessoas no município a cada ano entre os anos de 2007 e 2014.

São migrantes vindos de outras cidades catarinenses, do Brasil ou do exterior, exigindo políticas públicas, voltadas às necessidades, oriundas desta constatação. Destaca-se a evolução populacional de Navegantes da seguinte forma:

Gráfico 7 – Crescimento da População de Navegantes na década. Fonte: IBGE

Ao analisar a população residente em Navegantes à época do Censo de 2010, constata-se que 94,79% da população é urbana. 49,80% são homens e 50,19% são mulheres. Observa-se ainda, que a faixa etária em idade escolar totaliza 52,34% da população total do município. É importante ainda, destacar que dentre o total geral da população, 25,09% são crianças a ser atendidas na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Gráfico 8 – População de Navegantes por faixa etária. Fonte: IBGE

Entre os grupos etários que compõem a faixa de atendimento da Educação Básica e Superior no Estado de Santa Catarina a estimativa para a próxima década é que haja redução da população conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Projeção decenal da população de Santa Catarina. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas

Os dados acima indicam que haverá redução da população por grupo etário no decênio entre 2014 e 2025 entre os catarinenses cujos percentuais projetados registram-se na tabela abaixo:

GRUPOS ETÁRIOS				
0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
-2.12%	-2.88%	-6.21%	-9.73%	-6.21%

Tabela 3 – Percentual de Redução dos grupos etários em Santa Catarina. Fonte: IBGE

3.4. CONTEXTO EDUCACIONAL

Em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino, a Secretaria Municipal de Educação coordena em sua rede municipal de ensino, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de Alfabetização ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos, totalizando 14.850 matrículas no ano de 2014, através de 52 unidades escolares.

A rede educacional do município de Navegantes, em 2014 conta com o total 62 estabelecimentos de ensino, no qual atende Nível de Ensino envolvendo toda a Educação Básica desde Educação Infantil, Ensino Fundamental até o Ensino Médio, bem como as Modalidades de Ensino – Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Ensino Profissionalizante, Superior e Pós-Graduação em nível de especialização. 84,7% dos estabelecimentos de ensino de Navegantes são da Rede Municipal de Ensino, sendo dentre esses 64,81% dedicados exclusivamente à Educação Infantil.

A distribuição das unidades escolares por dependência administrativa se dá da seguinte forma:

Estabelecimento de Ensino	Dependência administrativa			
	Municipal	Estadual	Particular	Total
Educação Infantil.	34	0	07	41
Ensino Fundamental.	21	05	05	31
Ensino Fundamental e Ensino Médio.	0	05	03	08

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.	0	0	03	03
Ensino Fundamental e Educação de Jovens e adultos.	02	01	0	03
Educação de Jovens e Adultos.	02	01	0	03
Educação Especial.	0	01	0	01
Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação Profissional e Pós Graduação.	0	0	01	01
Educação Profissional	0	0	0	0
Total	59	13	20	0

Tabela 4 – Estabelecimentos de ensino por Dependência Administrativa em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Secretarias das unidades escolares da rede de ensino 2014.

3.4.1 História da Educação no Município

3.4.1.1 História da Educação Infantil

A rede de ensino da Educação Infantil do município de Navegantes busca atender as crianças desde dezembro de 1976 onde instalou a primeira unidade de Educação Infantil o ANABEM - Associação Navegantina do Bem Estar do Menor, localizado na Rua Vereador Nereu Liberato Nunes s/nº, bairro Centro.

Em 1983 no município se instala a primeira unidade escolar particular de Educação Infantil, denominado na época Conjunto Educacional Piaçito atual CONFEPI, tendo como diretora Silvana Aparecida Ferreira Piske.

Em 1987 começou a funcionar o Centro Educacional Professora Ester Sedrez Régis, situado no bairro Nossa Senhora das Graças, região Sul do município. O número de alunos inicial era de 50 crianças na faixa etária de 03 a 06 anos. Funcionou até 1994, quando o projeto PRONAI-CA construiu uma de suas escolas modelo em Navegantes. O funcionamento iniciou em 20 de maio de 1994 com o nome CAIC, iniciando as atividades letivas em agosto do mesmo ano, com a finalidade de promover a atenção integral à criança e adolescentes, nos aspectos físicos, psíquicos e de socialização, também crianças de 4 e 5 anos integral e parcial. Em 10/11/1998, através da lei municipal nº 1.255, passou a ser denominado Centro Educacional Profª Maria de Lourdes Couto Cabral, sem alterar seu papel social.

Esta seria a primeira entre tantas unidades escolares de Educação Infantil, que atenderia crianças de 0 a 6 anos. O CAIC prestava serviços à comunidade em tempo integral. Até então, as unidades de Educação Infantil faziam o atendimento em turmas parciais.

Em decorrência do aumento da população e da necessidade de ofertar ensino de qualidade no município, a Educação Infantil foi sendo ampliada. Sendo assim, o município teve uma crescente considerável, inserindo desta forma, novas unidades de Educação Infantil, com turmas atendidas em período parcial e integral.

A partir de 2001 o município começou a investir nas creches, no qual instalaram na cidade treze unidades que atendiam e atendem até hoje crianças de 0 a 4 anos em período parcial e integral. Em 2014 o município ampliou consideravelmente as unidades de Educação Infantil: 29 unidades atendem crianças de 0 a 5 anos parcial e integral e 05 unidades atendem Educação infantil e ensino Fundamental.

3.4.1.2 História do Ensino Fundamental

De acordo com registros no livro “Navegantes Que Eu Conto”, da escritora Didymea Lazzaris de Oliveira, aponta a existência de uma Escola Mista do Bairro Nossa Senhora dos Navegantes. Também de acordo com os registros locais a Escola Isolada de Pedreiras foi fundada em fevereiro de 1934, sendo que a primeira diretora na época era a senhora Idília Machado Ferreira.

A cidade possui desde a década de 40, núcleos de ensino subsidiados por Itajaí, pois era subvencionado através da municipalidade da cidade vizinha. Através do Decreto 3672 de 03/12/46, fica criado o Grupo Escolar na localidade de Navegantes, distrito e município de Itajaí, com a denominação de Grupo Escolar Professora Júlia Miranda de Souza.

Este grupo escolar foi a transformação da escola Municipal em ensino estadual, que inicia suas atividades nos primeiros dias do mês de fevereiro de 1947, é designada a professora normalista Edy Vieira Wendausen Rothbarth para responder pela direção do novo estabelecimento de Ensino. É cedido temporariamente, o escritório da COBRASIL, de madeira, em precárias condições para nele funcionar o novo Grupo Escolar. Em 1949, as crianças ocupam o prédio da Colônia dos Pescadores. O Grupo Escolar inicia com 217 alunos cuja a matrícula foi assim distribuída: 1º ano, 113 alunos dividido em três turmas; 2º ano, 38 alunos; 3º ano, 40 alunos; 4º ano, 26 alunos. A matrícula, dividida em três turmas, suplantou a expectativa, sendo que os alunos que terminaram o 4º ano escolar recebiam Certificado que lhes permitiam assumir um emprego.

Em agosto de 1953, a professora Didymea Lazzaris de Oliveira, assume a direção da Escola Professora Júlia Miranda de Souza. Em 1955, no governo de Irineu Bornhausen, sendo Prefeito de Itajaí o senhor Paulo Bauer, é inaugurado o prédio do Grupo Escolar construído em terras que foram do senhor Aníbal Gaya. Pelo Decreto nº 6058 de 20 de fevereiro de 1967, o Grupo Escolar se transforma em Ginásio Normal Professora Júlia Miranda de Souza. Decreto nº 10498 de 17 de fevereiro de 1971 o mesmo estabelecimento passa à Escola Básica (Ensino Fundamental de 1º grau 1ª a 8ª série). Decreto nº 260 de 19 de março de 1976 ou transforma em Colégio Estadual Professora Júlia Miranda de Souza, com ensino de 1º e 2º graus. No ano de 1962 começa a funcionar na zona rural a primeira Escola Isolada Municipal Professora Adelaide de Souza Pereira, a diretora era Maria Terezinha Marcos, no qual atendia 15 alunos em uma turma multisseriada.

Navegantes optou por organizar o seu sistema municipal de ensino autônomo, através da Lei nº 1319 em 1999, onde o Conselho Estadual de Educação tomou conhecimento e referendou essa posição da Administração Municipal. Atualmente nosso Município possui 21 unidades de Ensino Fundamental, 05 unidades Estaduais e 06 unidades Particulares.

3.4.1.3 História do Ensino Médio

Navegantes, conta na rede pública estadual com cinco escolas, na rede Particular 03 escolas que atendem os jovens na continuidade dos estudos com o Ensino Médio, ocorrendo a implementação de maneira gradativa, respeitando as necessidades locais. A primeira unidade escolar de Navegantes que atendeu turmas de Ensino Médio, através do decreto nº 260 de 19 de março de 1976 antigo ensino de 2º grau, foi na época o Colégio Estadual Professora Júlia Miranda de Souza, hoje com a nomenclatura Escola de Educação Básica Professora Júlia Miranda de Souza.

3.4.1.4 História do Ensino Superior e Pós-Graduação

Os estudantes do município Navegantes quando concluíam o Ensino Médio buscavam no Município de Itajaí sua qualificação profissional. A Faculdade mais próxima era a Univali. Essa busca pela formação se deu até o ano de 2002, quando o Colégio Sinergia passou a chamar-se Faculdade Sinergia, pois em 02 de agosto de 2002, através da Portaria nº 2.237 foi aprovado o Regimento do Centro de Educação Superior Navegantes.

Os cursos ministrados pela referida Faculdade são ofertados pela respectiva portaria de autorização de funcionamento, e prevê como unidade acadêmica específica o Instituto Superior de Educação. A Faculdade Sinergia é administrada pela Mantenedora composta por oito membros, por um Conselho Superior, Conselho Acadêmico, ISE - Instituto Superior de Educação e ISEP - Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação. Em 2004 abriu a primeira turma de pós-graduação, com o curso de Metodologia e Supervisão Educacional.

4. METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação.

Atualmente o total de estabelecimentos de Educação Infantil na rede municipal de ensino e nas instituições particulares são de quarenta e uma unidades escolares com atendimento de 0 a 5 anos. Algumas destas unidades atendem crianças em pré-escolar, no período parcial, as creches por sua vez, para atender as necessidades dos pais que trabalham atendem em período integral.

A rede municipal conta com vinte e nove centros de Educação Infantil, onde doze atendem crianças de 0 a 3 anos – Creche e nove atendem crianças de 0 a 5 anos no período integral; três unidades de Educação Infantil que atendem crianças de 3 a 5 anos com turmas integral e parcial; quatro unidades de Educação Infantil, que atendem crianças de 4 a 5 anos com turmas integral e parcial; uma unidade de Educação Infantil que atendem crianças de 4 a 5 anos com turmas parciais e onze unidades do Ensino Fundamental que atendem crianças de 4 a 5 anos em períodos parciais.

As instituições particulares de ensino contam com três unidades escolares de Educação Infantil que atendem crianças de 2 a 5 anos em período parcial e integral; e quatro unidades de Ensino Fundamental com turmas de 4 a 5 anos em período parcial.

Figura 1 – Meta Municipal 1. Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola. Fonte: MEC.

Para o atendimento da primeira parte da meta 1, identifica-se que Navegantes precisa ainda atender mais 15,9% da clientela de 4 e 5 anos, como se pode observar na figura acima, sendo necessário, ainda, segundo dados do Censo Escolar de 2014, ampliar o atendimento em 2016 para mais 320 crianças nessa faixa etária.

No que se refere ao atendimento às crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, identifica-se que Navegantes também está aquém do que solicita a segunda parte da meta municipal que sugere o atendimento a 50% da população de 0 a 3 anos até o final da década. É necessário ainda ampliar o atendimento em mais 10,9%, ou seja, anualmente, é necessário abrir, no mínimo 34 novas vagas.

Figura 2 – Meta Municipal 1. Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola. Fonte: MEC.

No que se refere ao atendimento em tempo integral, Navegantes registra excelente percentual na Educação Infantil como se pode observar na tabela a seguir:

ANO	TOTAL	
	%	TOTAL DE MATRÍCULAS
2011	76,2%	2.951
2012	79,7%	3.346
2013	80,8%	3.497

Tabela 5 – % de atendimento em tempo integral na Educação Infantil/2013. Fonte: MEC/Inep

Outro fator a ser considerado é que há matrículas tanto nas áreas rurais como urbanas de Navegantes cuja distribuição se organiza como segue na tabela a seguir:

Ano	Rural	Urbana		
	%	Total de Matrículas	%	Total de Matrículas
2011	70,4%	159	76,6%	2.792
2012	69,7%	140	80,3%	3.206
2013	72,1%	178	81,3%	3.319

Tabela 6 – % de atendimento por localidade na Educação Infantil/2014. Fonte: MEC/Inep

ESTRATÉGIAS DA META 1

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União e o Município de Navegantes, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano Municipal de Educação, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto

de renda familiar per capita mais baixa.

1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.

1.8 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.10 Fomentar o atendimento às populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

1.11 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.12 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.16 O Município de Navegantes, com a colaboração da União, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.17 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.18 Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.

Para o atendimento a primeira parte da Meta 2 desse Plano Municipal de Educação, constata-se que o desafio do município de Navegantes para universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos até o final da vigência desta lei fica em torno de 2,6% da população em idade de 6 e 14 anos. A partir do Censo Escolar de 2014, esse número significa abrir 260 vagas em 2016.

Figura 3 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola. Fonte: MEC

No que se refere a segunda parte da meta 2, identifica-se que o desafio de Navegantes é bem maior. É necessário ainda ampliar o atendimento em mais 29,5%.

Figura 4 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído. Fonte: MEC

Verificando as taxas de aprovação do ensino fundamental, observa-se uma taxa total de 93,9. É maior nos anos iniciais com taxa total de 95,6; nos anos finais essa taxa baixa para 91,7.

As escolas das redes públicas têm taxa menor de aprovação em comparação com as escolas particulares. E, dentre as escolas públicas, as da rede estadual apresentam menor taxa de aprovação nos anos finais do ensino fundamental. Nos anos iniciais, as taxas das Redes Estadual e Municipal são iguais – 95,2.

Gráfico 10 – Taxa total de aprovação no Ensino Fundamental. Fonte: Inep

Em Navegantes verifica-se, segundo dados do Inep, que a taxa total de reprovação do ensino fundamental é de 5,6. Nos anos finais a taxa é de 7,3 e, junto aos estudantes dos 1º ao 5º anos, a taxa é de 4,3.

Gráfico 11 – Taxa total de Reprovação no Ensino Fundamental por dependência administrativa. Fonte: Inep

O gráfico acima permite identificar que as maiores taxas de reprovação estão nas turmas dos anos finais do ensino fundamental. As taxas

são maiores entre as turmas da Rede Estadual de Ensino e o destaque negativo é o 9º ano que atinge a taxa de 19,9. As taxas de abandono são menores em relação às taxas de reprovação, porém, há que se destacar uma taxa total de 0,5 no ensino fundamental. Essa taxa é de 1 nos anos finais do ensino fundamental, cujo índice é mais acentuado nos 8º e 9º anos dos anos finais.

Gráfico 12 – Taxa total de abandono no Ensino Fundamental. Fonte: Inep

Ao observar o gráfico acima verifica-se que as taxas de abandono são maiores entre os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. São mais frequentes entre os estudantes da Rede Municipal de Ensino, onde se verifica abandono em todas as turmas sendo maior nos 7º e 8º anos. Entre os estudantes da Rede Estadual de Ensino a maior taxa é do 9º ano que atinge o índice de 1,9. Verifica-se que a taxa total de distorção idade-série no Ensino Fundamental de Navegantes é de 14,4. Quando se analisa a taxa por etapa do ensino fundamental, constata-se que a taxa dos anos finais é preocupante e chega ao índice de 19,4; é superior duas vezes e meia a taxa dos anos iniciais que é de 7,3.

Gráfico 13 – Taxas de Distorção Idade/Série por dependência Administrativa. Fonte: Inep

Ao observar as taxas por ano/série é possível constatar que a turma com maior taxa de distorção idade/série é 9º ano da Rede Estadual de Ensino que atinge assustadora taxa de 54,5. Na Rede Municipal de Ensino são maiores do que as da Rede Estadual de ensino as taxas dos 5º e 8º anos.

As análises de dados registrados nesse documento dão conta que o maior desafio de Navegantes junto ao atendimento ao ensino fundamental, é a reprovação, especialmente, na Rede Estadual de Ensino.

No que se refere ao total de estudantes do ensino fundamental no âmbito do município, verifica-se que os anos iniciais atendem a 57,06% de todas as matrículas desse nível de ensino. Constata-se na tabela abaixo que a Rede Municipal de Ensino atende 77,02% desses estudantes.

Dependência	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental - 2014	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Estadual	565	774
Municipal	4.494	3.117
Privada	580	351
Total	5.639	4.242

Tabela 7 – Matrícula do Ensino Fundamental em 2014, por dependência administrativa. Fonte: Inep

ESTRATÉGIAS DA META 2

2.1 Pactuar entre o Município de Navegantes e a União, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Fortalecer, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.4 Desenvolver, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes, tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.

2.5 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes.

2.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.8 Expandir o atendimento específico às populações do campo, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.9 Desenvolver, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes, formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.10 Oferecer, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes, atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal.

2.11 Promover em todos os sistemas de ensino, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.12 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.13 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional.

2.14 Estabelecer em todos os sistemas públicos de ensino programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.15 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.16 Garantir a implementação da Proposta Pedagógica, no âmbito de cada sistema de ensino, de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.17 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta o ensino fundamental em Navegantes, a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a etapa final da educação básica. Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, este nível de ensino deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: autoaprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagem comunicação, habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

Para o atendimento a primeira parte da Meta 3 desse Plano Municipal de Educação, constata-se o desafio do município de Navegantes para universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos é de 25,6%. Em números absolutos, a partir dos dados do Censo Escolar de 2014, significa garantir mais 617 vagas; o que representa um grande desafio para as unidades escolares que ofertam esse nível de ensino.

Atualmente 08 unidades escolares ofertam o Ensino Médio, sendo 05 pertencentes a Rede Estadual de Ensino, e 03 instituições particulares de ensino.

Figura 5 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola. Fonte: MEC

Para o atendimento a segunda parte da Meta 3 desse Plano Municipal de Educação que pressupõe elevar, até o final do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), Navegantes registra um percentual preocupante, conforme se pode verificar na figura a seguir:

Figura 6 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.

Os dados demonstram que atualmente de cada 100 estudantes ingressantes no Ensino Médio, 40 não concluem esse nível de ensino. Fatores como a reprovação e o abandono que resultam nas taxas de distorção idade/série podem ser motivos que explicam o grande desafio que esse nível da escolarização obrigatória impõe para Navegantes.

A taxa total de aprovação no Ensino Médio é 73,2%. Ao analisar as taxas por turma nesse nível de ensino constata-se que a menor taxa de aprovação ocorre no 1º ano (62,7), seguido do 2º ano (77,2) e a maior taxa de aprovação ocorre no 3º ano com taxa de aprovação de 88,7.

Rede	Total Aprovação no Ensino Médio	Aprovação no 1º ano	Aprovação no 2º ano	Aprovação no 3º ano	Aprovação no 4º ano
Privada	96,2	94	95,9	98,5	0,0
Estadual	70,7	60,5	74,7	87,1	93,9

Tabela 8 – Taxa de Aprovação por dependência administrativa. Fonte: Inep

A tabela acima ainda permite identificar que a taxa de aprovação é maior nas instituições privadas e o melhor índice de aprovação é do 3º ano com taxa de 98,5.

Inversamente às taxas de aprovação no Ensino Médio, a reprovação tem maior incidência no 1º ano atingindo a taxa de 22,8% enquanto no 2º ano é de 13,4%, e no 3º ano a taxa de reprovação é de 6,1%. Chama a atenção a taxa de reprovação no 1º ano uma vez é maior que a soma das turmas de 2º e 3º anos.

Por dependência administrativa se constata que a Rede Pública Estadual de ensino tem taxas alarmantes de reprovação, especialmente, no 1º ano do Ensino Médio.

Rede	Total Reprovação no Ensino Médio	Reprovação no 1º ano	Reprovação no 2º ano	Reprovação no 3º ano	Reprovação no 4º ano
Privada	3,8	6	4,1	1,5	0,0
Estadual	17,3	24	14,6	6,9	3

Tabela 9 – Taxa de Reprovação por dependência administrativa. Fonte: Inep

As taxas de abandono totalizam 10,8 no Ensino Médio de Navegantes. O abandono acontece em todas as turmas do Ensino Médio e o maior índice registra-se no 1º ano, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Taxa total de abandono no Ensino Médio. Fonte: Inep

Não há registro de abandono nas turmas das escolas particulares.

A taxa total de distorção idade/série no Ensino Médio de Navegantes é de 18,6. A taxa total na Rede Estadual de Ensino é quase seis vezes maior que a taxa total verificada nas escolas particulares. O gráfico a seguir apresenta as taxas por série.

Gráfico 15 – Taxa Distorção Idade-Série Ensino Médio. Fonte: Inep

Em 2013, o País registrou 29,5% dos estudantes matriculados no Ensino Médio com distorção idade-série. Na Região Sul esse percentual cai para 22,6% e em Santa Catarina é igual a 16,4%, portanto as taxas apresentadas no município de Navegantes chamam a atenção e preocupam uma vez que só o 1º ano apresenta taxa maior do que as taxas do Estado de Santa Catarina, como se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 16 – Taxas totais de distorção idade/série por dependência administrativa. Fonte: Inep

Um fato que reforça a preocupação com o Ensino Médio é que analisando a trajetória das taxas de distorção idade/série, constata-se que há uma constância nas taxas o que leva a concluir que pouco se fez efetivamente até o momento para dirimir a situação que desqualifica as aprendizagens e distancia o município de elevar as taxas de escolarização para essa faixa da população.

Gráfico 17 – Evolução da taxa de distorção idade/série no Ensino Médio. Fonte: Inep

As taxas de abandono e reprovação permitem constatar que os dois são fatores que contribuem para a elevação das taxas de distorção idade/série, com destaque para o 1º ano, cujo índice é mais impactante.

Outro fator importante a ser destacado nesse diagnóstico é que o percentual de estudantes do Ensino Médio que estudam no período diurno em Navegantes é maior que o período noturno, sendo favoráveis os totais de matrículas no período diurno, como se comprova na tabela que segue.

ANO	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO			
2007	45,4%	768	6,9%	116	47,8%	808
2008	49,8%	917	7,9%	145	42,3%	779
2009	48%	855	8%	143	44%	785
2010	51,2%	963	9,7%	183	39%	734
2011	52,8%	984	11%	204	36,2%	675
2012	51,7%	1.070	11,1%	229	37,3%	772
2013	47,8%	1.046	16,5%	361	35,6%	779

Tabela 10 – Distribuição dos estudantes do Ensino Médio por período. Fonte: Inep

Através de dados apresentados, num trabalho conjunto com educadores do município de Navegantes, chegou-se a esse diagnóstico, tais como:

- Necessidade de criar um programa diferenciado, para os alunos que fazem matrícula por disciplina e dependência, que contemple suas necessidades, evitando assim transtornos no ambiente escolar;
- Grande número de evasão e repetência;
- A dificuldade de fortalecimento e integração da família/escola;
- Investimento em projetos, visando ampliar a oferta de vagas;
- A falta de políticas que valorizem os profissionais da Educação;
- Falta de incentivo do poder público em transformar os impostos municipais das escolas particulares e profissionalizantes em bolsas de estudos para alunos com problemas financeiros ou baixa renda.

ESTRATÉGIAS DA META 3

3.1 Apoiar a institucionalização de política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Acompanhar a pactuação entre a União e o Estado de Santa Catarina, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Apoiar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir, no que couber, com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Acompanhar e apoiar a manutenção e ampliação de programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.6 Incentivar o fomento para a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas público da educação especial.

3.7 Apoiar o fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.8 Estabelecer parcerias entre as esferas de poder para a promoção da busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.9 Incentivar o fomento de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.10 Sugerir e acompanhar o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.11 Apoiar e colaborar com o desenvolvimento de formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.12 Acompanhar a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.13 Estimular, em parceria com os sistemas de ensino que ofertam o Ensino Médio, a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.14 Acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O direito ao atendimento educacional especializado está igualmente previsto na LDB, art. 58, parágrafo 1º que determina: [...] haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, 1996)

O município de Navegantes promove sistematicamente a educação especial nas diferentes etapas e modalidades de ensino, apesar de constatar-se que ainda é necessário alcançar mais 12,5% da população de 4 a 17 anos com deficiência, estudando nas escolas públicas de ensino regular. A figura abaixo comprova que ainda são necessárias políticas que permitam universalizar o atendimento a essa faixa da população.

Figura 7 – Matrículas da Educação Especial entre a população de 4 a 17 anos. Fonte: MEC

Registram-se em 2014, 280 matrículas de pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação incluídas na Educação Básica de ensino regular em Navegantes a distribuição das matrículas se dá em todos os níveis e modalidades de ensino.

A tabela abaixo indica que nos três últimos anos analisados houve maior percentual de atendimento junto as classes comuns do ensino regular em todas as redes de ensino.

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns			
	%	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula
2007	0%	0	71,7%	124	28,3%	49
2008	2,6%	5	53,2%	101	44,2%	84
2009	4,5%	5	0%	0	95,5%	105
2010	2,1%	4	16,4%	31	81,5%	154
2011	3,4%	7	1,5%	3	95,1%	194
2012	0%	0	2,8%	7	97,2%	243
2013	0%	0	1,9%	5	98,1%	255

Tabela 11 – Distribuição da oferta de Educação Especial em Navegantes. Fonte: MEC/Inep

No que se refere a oferta constata-se que o maior número de oferta se dá na Rede Municipal de Ensino que tem o maior número de matrículas no Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais.

Observa-se que há distribuição das salas de recursos multifuncionais nas áreas urbana e rural do município e, a situação das salas de recursos multifuncionais em Navegantes se apresenta da seguinte forma:

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso			
	%	Total	%	Total	%	Total
2009	0%	0	0%	0	0%	0
2010	3,6%	2	3,6%	2	0%	0
2011	9,1%	5	7,3%	4	1,8%	1
2012	19,6%	11	16,1%	9	3,6%	2
2013	25%	14	23,2%	13	1,8%	1

Tabela 12 – Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso. Fonte: MEC/Inep

Também constata-se que há variedade de deficiências atendidas na Educação Especial de Navegantes. O destaque é para a deficiência intelectual que apresenta evolução de matrículas nos últimos anos, como se pode verificar na tabela a seguir.

Ano	Ce- guei- ra	Bai- xa vi- são	Surdez	De- fici- ên- cia Au- di- ti- va	Surdo ceguei- ra	De- fici- ên- cia in- te- lec- tual	Defici- ên- cia física	Defici- ên- cia múlti- pla	Trans- torno global do desen- volvi- mento	Altas habilida- des/ superdo- tação										
2009	100%	4	38,5%	5	0%	0	45,5%	5	0%	0	58,3%	42	16,7%	1	83,3%	15	60%	3	0%	0
2010	100%	6	53,8%	7	75%	3	30%	3	0%	0	15,5%	17	0%	0	25%	2	30,8%	4	0%	0
2011	0%	0	53,3%	8	0%	0	22,2%	2	0%	0	39,9%	59	29,2%	7	46,2%	6	47,4%	9	0%	0
2012	0%	0	56,3%	9	57,1%	4	88,9%	8	0%	0	51,8%	87	41,4%	12	57,1%	8	70,6%	24	40%	2
2013	0%	0	41,2%	7	44,4%	4	71,4%	5	0%	0	59,1%	104	65,4%	17	75%	9	61,4%	27	50%	1

Tabela 13 – Deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - Navegantes. Fonte: MEC

ESTRATÉGIAS DA META 4

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular de qualquer rede de ensino de Navegantes, sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Implantar, implementar e manter, no âmbito de cada sistema de ensino, ao longo deste Plano Municipal de Educação, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino de todos os sistemas de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da educação básica com os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar, no âmbito de cada sistema de ensino, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos, no âmbito de cada sistema de ensino.

4.9 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular de qualquer rede de ensino, sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.10 Fortalecer, no âmbito de cada sistema de ensino, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.11 Apoiar o fomento à pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.12 Estabelecer parcerias para a promoção do desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersectoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.13 Promover a articulação intersectorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e

adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.14 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.15 Definir, no segundo ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.16 Promover, por iniciativa da Secretaria de Municipal da Educação, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.

4.17 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

4.18 Promover parcerias, no âmbito de cada sistema de ensino, com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.19 Garantir que as escolas de educação básica, no âmbito de cada sistema de ensino, promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.20 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados nas redes públicas de ensino de Navegantes, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas, no âmbito de cada sistema de ensino.

META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Navegantes registra um total de 95,2% de crianças alfabetizadas ao final do terceiro ano do ensino fundamental. 4,8% é o desafio de Navegantes para alcançar a meta municipal.

Figura 8 – Meta 5. Indicadores de Navegantes. Fonte: MEC

Em Navegantes, 24% é a proporção de estudantes que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino. Ou seja, dos 1.049 estudantes do 9º ano que fizeram a prova Brasil, 247 demonstraram o aprendizado adequado. Em se tratando dos estudantes do 5º ano o percentual sobe para 47%, uma vez que dos 1.017 estudantes que fizeram a prova Brasil, 475 demonstraram o aprendizado adequado.

São percentuais relevantes de forma negativa, porque, em se comparando com os dados do Estado Santa Catarina, os dados do 5º ano estão abaixo dos dados do estado uma vez que o percentual de Santa Catarina para o 5º ano é de 56% e, no 9º ano, Navegantes que totaliza o percentual de 24% também fica abaixo dos dados do Estado uma vez que o percentual em Santa Catarina é de 27%.

Quando se trata da Matemática os percentuais caem vertiginosamente ficando em 9% para o 9º ano, uma vez que dos 1.049 estudantes que fizeram a prova, somente 94 alcançaram o aprendizado adequado. No 5º ano os dados são mais animadores, com percentual de 41% uma vez que dos 1.017 estudantes que fizeram a prova Brasil, 417 registraram aprendizado adequado. Os dados deixam Navegantes com percentual de 41% abaixo dos dados do Estado para o 5º ano que registrou 51% e, ficou abaixo também nos percentuais do 9º ano que registrou 9% no município contra 14% do Estado de Santa Catarina.

Figura 9 – Evolução dos resultados da Prova Brasil em Navegantes de 2009 a 2013. Fonte: Inep

Ao observar a figura acima, pode-se constatar que em 2013 tanto na disciplina de Português quanto na disciplina de Matemática observa-se evolução nos resultados, com destaque para o 5º ano em português que saltou de 38% para 47%, porém em Matemática no 9º ano, registra-se declínio de 10% em 2011 para 09% em 2013.

No que se refere a formação dos professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental constata-se que entre 2007 e 2013 a média de professores formados com curso superior na Rede de Ensino é de 61,23%. Em 2013, o percentual de professores com ensino superior nos 1º, 2º e 3º do ano ensino fundamental cai 68% em relação a 2012 que registrava o percentual de 72,80%. Não há nenhum professor com pós-graduação stricto sensu atuando nos três primeiros anos do Ensino Fundamental em nenhuma escola de Navegantes.

ESTRATÉGIAS DA META 5

5.1 Estruturar, no âmbito de cada sistema de ensino, os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Criar política de alfabetização, no âmbito de cada sistema de ensino, que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular todos

os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos, no âmbito de cada sistema de ensino.

5.5 Apoiar o fomento do desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade, no âmbito de cada sistema de ensino.

5.6 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, quando existirem em Navegantes.

5.7 Promover e estimular, no âmbito de cada sistema de ensino, a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, no âmbito de cada sistema de ensino, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação, programas de incentivo à leitura.

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica.

Os dados de Navegantes sobre a meta 6 nacional que se refere a oferta de educação em tempo integral são bem favoráveis. Os percentuais municipais são superiores aos sugeridos no Plano Nacional de Educação, uma vez que o município oferta educação em tempo integral em 91,8% das unidades escolares, segundo dados do Censo Escolar de 2014 quando a União sugere o alcance de 50%.

O município está 41,80% acima da meta nacional no que se refere a quantidade de escolas com matrícula de estudantes com, pelo menos, 7 horas em atividades escolares e, portanto, o desafio de Navegantes será alcançar 100% das escolas até o final dessa década da educação. Quando a meta determina que haja 25% de estudantes com jornada mínima de 7 horas de atividades escolares ao dia, Navegantes também registra dados bem favoráveis; o percentual atual de atendimento é de 33,5%; ou seja, supera a proposta da meta nacional que é de 25% em 8,5% de estudantes em tempo integral. Portanto, o novo desafio será alcançar 50% dos estudantes.

Ao observar o percentual de oferta da educação em tempo integral por dependência administrativa, constata-se que as escolas das redes públicas que incluem escolas estaduais e municipais apresentam uma tímida queda em 2013; as escolas particulares que ofertam educação em tempo integral ainda não atingiram 1% nos três anos analisados.

Gráfico 18 – Educação em Tempo Integral por dependência administrativa. Fonte: Inep

Dados do Inep indicam que as escolas que ofertam atividades em tempo integral estão distribuídas entre os níveis da Educação Infantil – com mais evidência para a etapa de creche e, Ensino Fundamental tanto nos anos iniciais como finais, com equilíbrio de oferta entre essas etapas. A oferta de tempo integral para os estudantes do Ensino Médio é menor em relação a Educação Infantil e Ensino Fundamental e atinge o percentual de 60% exclusivamente na Rede Estadual de Ensino.

ESTRATÉGIAS DA META 6

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, no âmbito de cada sistema de ensino, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social em todas as escolas públicas.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar, no âmbito de cada sistema de ensino, a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino de Navegantes, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Atender às escolas do campo, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais, quando existirem.

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados, no âmbito de cada sistema de ensino.

6.8 Adotar medidas, no âmbito de cada sistema de ensino, para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo

integral, conforme legislação específica, no âmbito de cada sistema de ensino.

META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

O Brasil verifica o índice de aprendizagem e estabelece metas para a educação através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado em 2007, pelo Inep.

Observa-se que, com relação ao Ideb no Brasil, os anos iniciais tiveram superação das metas, com menor índice de melhora nas escolas particulares. No que se refere aos anos finais, nenhuma das redes de ensino alcançou as metas estabelecidas para serem alcançadas em 2013.

Tabela 14 – Quadro comparativo do Ideb por dependência administrativa. Fonte: Inep.

Ao verificar a meta nacional e cruzar os dados com os índices de Navegantes, constata-se que a nota do Ideb, apresenta melhor resultado nos anos iniciais nas duas redes de ensino.

Porém, ao analisar os resultados do Ideb dos anos finais constata-se que a Rede Estadual de Ensino tem discreto melhor desempenho.

Gráfico 19 – Comparativo por rede de ensino das notas do Ideb. Fonte: Inep

ESTRATÉGIAS DA META 7

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.2 assegurar que:

7.2.1 no quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de ensino de Navegantes, tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável, no âmbito de cada sistema de ensino;

7.2.2 no último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de ensino de Navegantes, tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Constituir, em colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica de todas as redes públicas de ensino de Navegantes, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, no âmbito de cada sistema de ensino, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Estabelecer parceria interfederativa para desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.7 Estabelecer parcerias para orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, as diferenças entre as médias dos índices do Estado de Santa Catarina e do Município de Navegantes.

7.8 Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, do Estado de Santa Catarina e do Município de Navegantes, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9 Contribuir para o desempenho dos alunos da educação básica de todas as redes públicas de ensino de Navegantes, nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções.

7.10 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas públicos de ensino de Navegantes em que forem aplicadas.

7.11 Garantir, por meio de parceria interfederativa, transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da

educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.12 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais, no âmbito de cada sistema de ensino que oferta a educação básica em Navegantes.

7.13 Universalizar, até o quinto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas das redes públicas de educação básica de Navegantes, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica de Navegantes, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.15 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.16 Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas dos sistemas de ensino que atuam em Navegantes e da Secretaria de Educação do Município, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria de Educação do Município.

7.17 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e comunidades tradicionais, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socio-culturais e da língua materna de cada comunidade indígena, quando existir, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.18 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, no âmbito de cada sistema de ensino.

7.19 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino, a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.20 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes das redes escolares públicas de educação básica de Navegantes, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.21 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, no âmbito de cada sistema de ensino.

7.22 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.23 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, no âmbito de cada sistema de ensino.

7.24 Estabelecer políticas de estímulo, no âmbito de cada sistema de ensino, às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar

7.25 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino de Navegantes, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, as diferenças entre as médias dos índices do Município.

7.26 Assegurar a todas as escolas públicas das redes de ensino de educação básica de Navegantes, acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.

7.27 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias, no âmbito de cada sistema de ensino, para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Atualmente o compromisso com o processo de escolarização de jovens e adultos se reafirma nas políticas de formação continuada de educadores, abrangendo aspectos específicos do atendimento a este público, isto é, propondo uma prática pedagógica que considere, antes de tudo, as especificidades do educando.

Segundo o MEC por meio das estatísticas do Inep, Navegantes precisa adequar a escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos em 3,3 anos. Resultado preocupante se levar em conta os resultados de municípios vizinhos em que a média fica entre 2 e 2,5 anos.

Nos últimos 7 anos na Educação de Jovens e Adultos de Navegantes que atende aos segmentos populacionais considerados, com defasagem idade-série, constata-se que houve gradativa queda nas matrículas, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 20 – Matrículas de EJA em Navegantes. Fonte: Inep

Ainda com base no MEC/Inep, constata-se que a adequação da escolaridade dos jovens e adultos, considerando a localidade precisa ser de

aproximadamente 3,1 anos para atender a segunda parte da meta 8 desse Plano Municipal de Educação. A tabela abaixo revela que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos de Navegantes são moradores da área urbana.

Ano	Urbana	Rural
2007	566	3
2008	517	8
2009	1.303	0
2010	740	0
2011	673	0
2012	156	0
2013	171	0

Tabela 15 – Estudantes da EJA de Navegantes segundo a localização. Fonte: MEC/Inep

Também é grande o desafio de atender a meta no que se refere a adequação da escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos entre a parcela dos 25% mais pobres. A necessidade é de adequar a escolaridade em mais 5,6 anos.

Entre a população negra de Navegantes com defasagem idade/série e com idade entre 18 e 29 anos há a necessidade de atender mais 12,8% para que a escolaridade mínima, exigida nacionalmente, alcance 100% dessa população.

Os dados do censo escolar entre os anos de 2007 e 2013 revelam que boa parte da população escolar não declara cor e raça; porém, constata-se relevante diversidade etnicorracial e, portanto, necessidade de indicação de estratégias para o atendimento a essa faixa da população.

MATRÍCULAS DE EJA EM NAVEGANTES POR COR/RAÇA						
Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	234	327	7	1	0	0
2008	278	208	5	28	0	6
2009	770	502	7	23	0	1
2010	568	152	2	17	0	1
2011	521	118	9	23	0	2
2012	109	33	2	9	0	3
2013	113	44	4	8	0	2

Tabela 16 – Matrículas de EJA em Navegantes por cor/raça. Fonte: MEC/Inep

A discussão atual refere-se ao aprimoramento do processo de seleção de conteúdos para que o aluno desenvolva as competências traçadas na rede, através da reflexão dos profissionais de cada área do conhecimento.

O município tem o compromisso da oferta de ensino ao público jovem e adulto, pautado pela perspectiva da continuidade dos estudos, incentivando-os a se matricularem no Ensino Médio, podendo assim sair para o campo de trabalho com a Educação Básica concluída.

Em busca de atender às pessoas que não tiveram acesso à escolaridade na idade própria, o município tem ofertado a referida modalidade no ensino fundamental através da EJA; em nível fundamental, prioritariamente pela rede municipal, no âmbito estadual, nas etapas de ensino fundamental e médio.

ESTRATÉGIAS DA META 8

8.1 Estabelecer parcerias para institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados e no âmbito de cada sistema de ensino, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Estabelecer parcerias para garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 Desenvolver parcerias intersetoriais e interfederativa para reduzir as desigualdades regionais e etnicorraciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

8.9 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio

campo.

8.10 Apoiar e colaborar com o fomento para a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.11 Estabelecer parcerias para consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais e populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 96% (noventa e seis por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

No que se refere a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até o final da vigência do Plano Nacional de Educação, constata-se que Navegantes, já superou a meta nacional atingindo em 2013 quando o percentual de alfabetização junto a população de 15 anos ou mais de idade, alcançou 95,8%, segundo dados do Inep. A partir desse contexto, o desafio de Navegantes será alcançar o percentual de 96% até o final de 2015.

No que se refere a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, constata-se que a média de Navegantes também está acima da meta do Plano Nacional de Educação e acima dos percentuais do Sul do país, do Estado de Santa Catarina e da região do Vale do Itajaí, superando a meta nacional proposta em 8,6%. Porém, não é a totalidade o que indica que há sim, que se planejar ações para alcançar 60% da taxa de alfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Os dados de matrícula da Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino de Navegantes revelam que maior parcela dos estudantes dessa modalidade de ensino tem entre 30 e 59 anos, porém, há também muitos estudantes com idade até 17 anos como revela a tabela abaixo.

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	1.436	292	569	564	11
2008	1.355	341	525	479	10
2009	1.461	273	585	592	11
2010	1.784	282	740	745	17
2011	1.626	299	673	633	21
2012	741	310	156	250	25
2013	782	256	171	324	31

Tabela 17 – Matrículas da EJA na Rede Pública de Ensino de Navegantes. Fonte: MEC/Inep

Em 2013 registra-se redução total de 45,54% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos e se constata que a redução acontece junto a quase todas as faixas etárias que são público alvo dessa modalidade de ensino. Por faixa etária a redução do atendimento se registra com os seguintes percentuais:

Gráfico 21 – % de redução das matrículas de EJA em Navegantes. Fonte: Inep

A menor redução acontece entre os estudantes com idades até 17 anos revelando que precisa haver maior regularidade e controle da distorção idade/série entre os estudantes do ensino fundamental e médio com a máxima urgência. Houve aumento somente nas matrículas junto as pessoas de 60 anos ou mais que aumentou o percentual no período observado em 181,81%.

Os dados ainda revelam que os estudantes dessa modalidade de ensino não utilizam transporte escolar e verifica-se que na oferta da EJA para o ensino fundamental, 88,1% estudam no período noturno e somente 11,9% no período diurno como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 22 – Oferta de EJA em Navegantes por turno em 2013. Fonte: Inep

A taxa de analfabetismo em Navegantes, a partir do censo de 2010, é de 4,03, sendo menor entre os homens com taxa de 3,96 contra 4,06 entre as mulheres.

ESTRATÉGIAS DA META 9

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, por meio do estabelecimento de parcerias interfederativas.

9.2 Realizar, no âmbito de cada sistema de ensino, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4 Executar, por meio do estabelecimento de parcerias interfederativas, ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.5 Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.6 Estabelecer, por meio de parcerias, mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os

sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.7 Incentivar, apoiar e colaborar com a implementação de programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.8 Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola, no âmbito de cada sistema de ensino.

9.9 Implementar, no âmbito de cada sistema de ensino, currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;

9.10 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas públicas de todos os sistemas de ensino.

9.11 Estabelecer parcerias para proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica de todos os sistemas de ensino.

META 10

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente em Santa Catarina. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Na rede pública, o total de matrículas na Educação Profissional tem aumentado, contudo, quando analisado por forma de articulação e dependência administrativa, constata-se oscilações entre os anos observados. O mesmo ocorre com as escolas particulares que, no entanto, de 2012 para 2013, apresentou um crescimento significativo, bem superior ao da rede pública, entende-se que isto tenha relação, em parte, pela parceria do poder público (federal e estadual) com o Sistema S e escolas privadas. Isto é resultado de um programa nacional em que são oferecidas matrículas gratuitas para o estudante devidamente matriculado no ensino médio da rede pública.

Figura 10 – Meta Nacional 10. Indicadores de Navegantes. Fonte: MEC

Essa meta é para Navegantes um desafio tão grande quanto para todo o país. Teremos que oportunizar educação profissional aos estudantes; o que será um fato novo haja vista que houve oferta dessa modalidade de ensino no âmbito do município na rede estadual de ensino que oportunizou apenas em 2008. Segundo dados do censo escolar, formou-se uma turma com 12 estudantes, o que representou na época 1,5% do total da EJA. Era uma turma integrada à Educação Profissional.

ESTRATÉGIAS DA META 10

10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Incentivar e colaborar com a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Apoiar ações de fomento à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação à distância.

10.4 Incentivar e colaborar com a ampliação das oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5 Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas em todos os sistemas de ensino que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Incentivar a diversificação do currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7 Incentivar ações de fomento a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8 Incentivar ações que visem à garantia da formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.9 Apoiar o fomento à oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.10 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional junto ao sistema de ensino que oferta essa modalidade de ensino.

10.11 Apoiar a garantia de alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.12 Incentivar a instituição e implementação de programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

10.13 Colaborar com a expansão das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

META 11

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada da seguinte forma:

Gráfico 23 – Matrículas da Educação Profissional de Ensino Médio em 2013. Fonte: Inep

É o Estado da Região Sul com menor número de matrículas nesta modalidade. As escolas particulares de Santa Catarina são detentoras de 56,7% do total de matrículas e se observa que por dependência administrativa a organização no âmbito do Estado se faz da seguinte forma:

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA EM 2013	
Matrículas da Educação na Rede Estadual	13.951
Matrículas da Educação na Rede Federal	12.392
Matrículas nas Escolas Particulares	34.519

Tabela 18 – Matrículas da Educação Profissional em Santa Catarina em 2013. Fonte: Inep

As matrículas estão distribuídas em 191 unidades escolares, sendo 73 estaduais, 30 federais e 88 particulares. 18 dessas escolas são localizadas em áreas rurais.

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente no Estado. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Em Navegantes só há registros de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica a partir do ano de 2010 e a distribuição do total de matrículas destaca-se no gráfico a seguir:

Gráfico 24 – Matrículas de Educação Profissional Técnica em Navegantes. Fonte: Inep

Constata-se um aumento gradual nas matrículas na ordem de 101,29% nessa modalidade de ensino, sendo o ano de 2013, o que tem o maior registro de matrículas.

Mesmo com esse crescimento ainda é necessário ampliar a oferta uma vez que a meta nacional sugere a oferta de, pelo menos, a expansão de 50% no segmento público e ainda atendemos somente 7,1% de todos os matriculados no Ensino Médio de Navegantes como se pode constatar na tabela a seguir:

ANO	TOTAL	
2010	4,1%	77
2011	6,5%	122
2012	5,9%	122
2013	7,1%	155

Tabela 19 – Matrículas Educação Profissional/Nível Médio sobre o total de matrículas do Ensino Médio. Fonte: Inep

Quando analisamos os dados de matrícula com recorte de raça e cor, identificamos maioria branca, porém, com grande incidência de pessoas declaradas como pardas, como destaca a tabela a seguir:

Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
2010	68	0	9	0	0	0
2011	96	0	24	0	0	2
2012	102	0	20	0	0	0
2013	105	2	25	0	0	23

Tabela 20 – Matrículas Educação Profissional/Nível Médio por raça/cor. Fonte: Inep

Vale ressaltar que são todas turmas ofertadas em articulação com o Ensino Médio em escolas públicas estaduais situadas nas áreas urbanas do município.

ESTRATÉGIAS DA META 11

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

- 11.2 Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.
- 11.3 Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade, junto a rede pública estadual de ensino.
- 11.4 Incentivar a reestruturação das escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.
- 11.5 Apoiar a promoção da expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- 11.6 Apoiar e colaborar com a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.
- 11.7 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.
- 11.8 Apoiar a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.
- 11.9 Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial
- 11.10 Colaborar no que couber, com a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).
- 11.11 Apoiar o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.
- 11.12 Incentivar a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades etnicorraciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.
- 11.13 Incentivar a utilização dos dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.
- 11.14 Apoiar ações de fomento e garantia de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Santa Catarina contabilizou, a partir do Censo do Ensino Superior de 2012, o seguinte quadro de oferta no âmbito estadual:

Gráfico 25 – Organização Acadêmica do Ensino Superior em Santa Catarina, 2012. Fonte: INEP

Dentre as 99 Instituições de Ensino Superior, 81,8% pertencem ao setor privado. Ou seja, a grande maioria dos catarinenses precisa arcar com os custos da formação em nível acadêmico.

Gráfico 26 – Matrículas do Ensino Superior por dependência Administrativa/SC. Fonte: Inep.

Da população matriculada no Ensino Superior em 2012, a maioria (56,2%) está na faixa etária recomendada para este nível de ensino (18 a 24 anos), representando 158.793 jovens. Das 1.418 matrículas de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a maioria tem deficiência física (449) e baixa visão (416).

Das matrículas nos cursos de graduação 53,7% são do setor privado e 46,3% da rede pública. Ressalta-se ainda que 23,1% dos cursos são ofertados na modalidade presencial e 76,9% na modalidade a distância; além disso, dos cursos de graduação presenciais e a distância, 67,5% são de bacharelado, 17% de licenciatura e 15% de tecnólogo.

Gráfico 27 – Matrículas por Cursos no Ensino Superior SC. Fonte: Inep

No que se refere à procedência das matrículas para os cursos de ensino superior, observa-se que 49% das matrículas são de escolas públicas, 24% das matrículas são de escolas privadas e 27% das matrículas não tem procedência informada.

Gráfico 28 – Procedência das matrículas do Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

Outro dado relevante a ser considerado é que 67% das matrículas de Ensino Superior são feitas no período noturno e destas, 31% são nas escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

Gráfico 29 – Matrículas por período no Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

O aumento no total de matrículas da graduação é um indicativo de que está ocorrendo a expansão da oferta e mais pessoas estão tendo acesso ao ensino superior. Porém, mesmo considerando tais avanços o Ensino Superior, assim como a Educação Básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes.

Em Santa Catarina, dentre os desafios a serem alcançados está a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, até o final da vigência deste Plano.

Figura 10 – Taxa de Escolarização do Ensino Superior - População entre 18 e 24 anos/SC/2013.

Considerando que a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior é igual a 37,7%, Santa Catarina supera, proporcionalmente, os percentuais

do Brasil (30,2%) e da Região Sul (36,8%). Além disso, seguindo a tendência do total de matrículas, tem conseguido aumentar este percentual gradativamente. Mesmo com algumas oscilações no percurso, aumentou 12,3 pontos percentuais em 12 anos (comparativo de 2012 com 2001).

Contudo, para atingir a meta de 55%, não basta repetir o feito dos últimos anos, serão necessários maiores esforços e investimentos, uma vez que terá que aumentar 17,3 pontos percentuais até o final da vigência deste Plano.

Com relação à taxa líquida de matrícula no Ensino Superior, Santa Catarina também apresenta percentuais maiores que o Brasil (15,4%) e a Região Sul (20,1%), cerca de 22,5%.

Por conta dos problemas de fluxo escolar apresentados na Educação Básica e devido a outras dificuldades enfrentadas pela população vulnerável para ingressar no Ensino Superior, a taxa líquida de matrícula está muito distante do ideal e seu crescimento está longe de ser linear.

Figura 11 – Escolarização Líquida do Ensino Superior entre a População entre 18 e 24 anos - SC/2013

Para chegar a uma taxa líquida de 40% da população de 18 a 24 anos de idade no Ensino Superior, será necessário definir estratégias e ações que envolvam todos os níveis de ensino, voltados para a correção da distorção idade/série e, sobretudo, para as oportunidades de acesso e permanência na escola de Educação Básica e no Ensino Superior.

ESTRATÉGIAS DA META 12

12.1 Apoiar a otimização, com a participação da União, da capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Incentivar ações que visem a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.3 Colaborar com o mapeamento da demanda e o fomento à oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Propor e acompanhar a ampliação e a garantia da oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.5 Apoiar a adoção de políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades etnicorraciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.6 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.7 Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.7.1 Apoiar a adoção e supervisão, com a participação da União, de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.8 Propor que se assegure, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.9 Apoiar ações de fomento a estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município de Navegantes.

12.10 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.11 Apoiar a articulação do Estado de Santa Catarina com a União, para a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo.

12.12 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.13 Apoiar a participação do Estado de Santa Catarina junto a União, para a consolidação de processos seletivos (nacional e municipal) visando acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.14 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública.

META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

De maneira geral a porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior de Santa Catarina atinge a média de 60,6%. Também é possível constatar no quadro abaixo que há uma elevação gradual nesse percentual geral

Ano	Total
2002	52,9
2003	56,5
2004	54,7
2005	57,2
2006	57,7

2007	58,8
2008	60,6
2009	61,6
2010	63,8
2011	65,5
2012	68,9
2013	69,5

Tabela 21 – % total de mestres e doutores no Ensino Superior/SC/2013. Fonte: Inep

Quando se observa a formação de professores por organização acadêmica, constata-se que a menor média decenal de mestres e doutores está nos Centros universitários com percentual de 49,11%. A tabela abaixo ainda indica que a maior média é das universidades com percentual de 64,5%.

Ano	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
2002	54,1	37,6	50,1	12,2
2003	58,5	41,4	53,5	37,2
2004	56,8	43	54,4	37,7
2005	60,9	39	54,4	41,4
2006	62,4	42,7	52,7	39
2007	64,8	43,3	54,2	33,2
2008	66	49,6	50	55,3
2009	66,7	47,9	51,9	73,5
2010	68,6	51,3	54	79,6
2011	70,1	58,6	53,8	82,9
2012	73	66	55,5	86,1
2013	72,7	69	55,6	85,3

Tabela 22 – % total de mestres e doutores por organização acadêmica no Ensino Superior/SC/2013. Fonte: Inep

Quando se observa o percentual de mestres e doutores nas redes de ensino constata-se que em Santa Catarina as instituições públicas de Ensino Superior contabilizam 73,6% da formação prevista no Plano Nacional de Educação; o percentual total nas instituições privadas é de 62,6%. Fazendo o recorte específico de doutores o percentual é de 26,5%.

No que se refere a taxa de conclusão nas instituições de ensino superior, observa-se no gráfico a seguir que a taxa de conclusão é maior nas escolas públicas. Outro fator importante é constatar a queda da taxa de conclusão nas instituições privadas de Ensino Superior.

Gráfico 30 – Taxa de conclusão nas Instituições de Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

ESTRATÉGIAS DA META 13

13.1 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

13.2 Acompanhar a realização das avaliações externas in loco, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema municipal de ensino.

13.3 Incentivar e apoiar o fomento, em articulação com a União, para a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.4 Incentivar a promoção, de forma articulada com a União, da formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Outro desafio do Ensino Superior é a meta de elevar sua qualidade e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total, no mínimo, 40% doutores, até o final da vigência deste Plano.

Figura 12 – Títulos de Mestrado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

Atualmente, Santa Catarina conta com 16.802 funções docentes em efetivo exercício no Ensino Superior. Deste total, 7.254 possuem mestrado e 4.324 possuem doutorado.

Gráfico 31 – Habilitação dos Professores no Ensino Superior SC/2013. Fonte: Inep

O total de mestres e doutores (11.578) representam 68,9% do total de funções docentes em exercício. O percentual de mestres e doutores em exercício no Ensino Superior vem apresentando evolução crescente, sendo que de 2011 para 2012 houve aumento significativo de 3,4 pontos percentuais.

Figura 134 – Títulos de Doutorado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

ESTRATÉGIAS DA META 14

14.1 Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa federal, estadual e municipal.

14.2 Apoiar e acompanhar o monitoramento da expansão do financiamento estudantil, por meio do Fies, à Pós-Graduação Stricto Sensu relativo ao município de Navegantes.

14.3 Incentivar a institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.4 Acompanhar o estabelecimento de parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.5 Estimular a garantia da publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

14.6 Adotar, em parceria com o Município, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

14.7 Estabelecer parcerias para a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino que atuam em Navegantes.

14.8 Acompanhar e apoiar a oferta no âmbito do Estado de Santa Catarina, em articulação com a União, de financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socio-econômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, para pessoas, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.

META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ao longo dos anos Navegantes tem mantido certa estabilidade nos percentuais de professores da Educação Básica com curso superior. Nos últimos 07 anos a média é de 67,27% dos professores com curso superior; desses são 62,54% com licenciatura e apenas 5% sem licenciatura.

Em 2013 os percentuais são de 72,10% dos professores com curso superior, 66,30% com licenciatura e 5,80% sem licenciatura, porém, há que se registrar que esse último percentual diminuiu em relação ao ano anterior que registrou valor de 6%.

Os dados ainda revelam que os professores do Ensino Médio são os que mais têm ensino superior com percentual de 79,50%. Os professores da Educação Infantil são 78,1% e os do Ensino Fundamental atingem o percentual de 67,9%. Chama ainda a atenção o percentual de professores atuantes no Ensino Médio com somente o curso de Ensino Médio, chegando ao percentual de 18%.

Gráfico 32 – Formação dos professores por nível de ensino em Navegantes. Fonte: MEC/Inep

O Ensino Fundamental tem a menor média de professores com licenciatura na área em que atuam. Atingem a um percentual médio de 19% enquanto o Ensino Médio atinge 38,77%.

Ao observar os percentuais por disciplina, no Ensino Fundamental verifica-se que a disciplina de Filosofia tem percentual zero de professores licenciados para ministrar essa área de conhecimento e, Educação Física apresenta o maior percentual de professores com licenciatura na área em que atuam seguido das disciplinas de Língua Estrangeira e Matemática que apresentam percentuais acima de 23%.

DISCIPLINAS	Com curso superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atuam
Língua Portuguesa	67,8%	43,7%	31%
Matemática	68,1%	37,4%	23,1%
História	64,3%	39,3%	21,4%
Geografia	61%	35,4%	17,1%
Ciências	63,3	35,4%	21,5%
Educação Física	63%	39,5%	29,6%
Artes	61,5%	23,1%	6,4%
Língua Estrangeira	59,7%	35,1%	23,4%
Filosofia	66,7%	66,7%	0%

Tabela 23 – Licenciatura Ensino Fundamental por área de ensino/2013. Fonte: MEC/Inep

Com relação aos professores do Ensino Médio, ao observar os percentuais por disciplina, verifica-se que a disciplina de Física apresenta o menor percentual – 7,01% –, de professores com licenciatura na área que atuam apesar de terem curso superior.

Na sequência a disciplina de Língua Portuguesa figura entre as que têm o maior percentual de professores licenciados para ministrar essa área de conhecimento.

DISCIPLINAS	Com curso superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atuam
Língua Portuguesa	88,2%	82,4%	58,8%
Matemática	88,9%	83,3%	50%
História	88,9%	83,3%	44,4%
Geografia	71,4%	71,4%	28,6%
Química	90,9%	72,7%	18,2%
Física	85,7%	64,3%	7,1%
Biologia	85,7%	78,6%	57,1%
Filosofia	81,3%	81,3%	25%
Educação Física	71,4%	71,4%	57,1%
Artes	69,2%	53,8%	23,1%
Língua Estrangeira	81%	81%	57,1%

Tabela 24 – Licenciatura Ensino Médio por área de ensino/2013. Fonte: MEC/Inep

ESTRATÉGIAS DA META 15

15.1 Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Navegantes, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

15.2 Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento, no âmbito de cada sistema de ensino.

15.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.4 Instituir e consolidar, por meio de parceria interfederativa, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores das redes públicas, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em Navegantes.

15.5 Estabelecer parcerias para implementar, no âmbito de cada sistema de ensino, programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, educação especial e, extratos historicamente excluídos.

15.6 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.8 Apoiar e colaborar com a implementação de programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.9 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.10 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério, no âmbito de cada sistema de ensino.

15.11 Consolidar política de formação continuada prevista para cada sistema de ensino.

15.12 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.13 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes de cada uma das redes públicas de ensino de Navegantes;

15.14 Promover programas de formação docente, para educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam cada uma das redes públicas de ensino de Navegantes.

15.15 Promover, no âmbito de cada sistema de ensino, formas de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.16 Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais, no âmbito de cada sistema de ensino.

15.17 Ampliar, no âmbito de cada sistema de ensino, o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.18 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas de todos os sistemas públicos de educação básica para que realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.19 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica, no âmbito de cada sistema de ensino.

15.20 Estabelecer parcerias para criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível junto a cada um dos sistemas públicos de ensino.

META 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Navegantes ainda precisa atingir os percentuais estipulados para a meta 16. Segundo o Censo Escolar divulgado pelo Inep, atualmente, somente 28,7% dos professores da educação básica tem pós-graduação. Faltam 21,3% até o final dessa década para que todos os professores que atuam na educação básica tenham cursos de pós-graduação.

Constata-se que em 2013, não há professores com doutorado, 0,7% dos professores são mestres e 28,1% são especialistas.

Gráfico 33 – % de professores com pós-graduação em Navegantes. Fonte: MEC/Inep

O gráfico acima permite constatar que o maior percentual de professores com pós-graduação são profissionais atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente, na Rede Estadual de Ensino. Dentre as etapas da escolarização, os anos iniciais do Ensino Fundamental são os que atingem o menor percentual de profissionais com pós-graduação.

ESTRATÉGIAS DA META 16

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação de cada um dos sistemas públicos de ensino que atuam em Navegantes.

16.2 Consolidar política de formação, no âmbito de cada sistema de ensino, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras.

16.3 Diagnosticar, consolidar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo em cada um dos sistemas de ensino.

16.4 Garantir no Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas para todos os sistemas de ensino.

16.5 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

META 17

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.

Conforme tabela abaixo, a média dos últimos 7 anos de professores que atuam em uma única escola é de 72,59%. Em duas escolas são 23,26% e em três estabelecimentos de ensino são somente 4,16%.

Ressalta-se que o menor percentual de professores atuando em uma única escola está entre os professores da Rede Estadual de Ensino que atingem o percentual de 62%; na mesma rede de ensino também identifica-se que 10% dos professores atua em três estabelecimentos de ensino ou mais.

QUADRO DE PROFESSORES DE NAVEGANTES POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE TRABALHAM						
Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos			
	%	Total	%	Total	%	Total
2007	75,8%	376	20,8%	103	3,4%	17
2008	76,5%	406	21,5%	114	2,1%	11
2009	71,8%	385	24,3%	130	3,9%	21
2010	70,7%	429	24,2%	147	5,1%	31
2011	70,8%	442	24%	150	5,1%	32
2012	70,8%	464	24,3%	159	4,9%	32
2013	71,7%	547	23,7%	181	4,6%	35

Tabela 25 – Professores de Navegantes por quantidade de estabelecimentos em que trabalham. Fonte: Inep

ESTRATÉGIAS DA META 17

17.1 Constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, fórum permanente, com representação do Município e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2 Apoiar a constituição de tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17.3 Implementar, no âmbito da União, do Estado de Santa Catarina e do Município de Navegantes, plano de Carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.4 Apoiar a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos Profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

META 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O município de Navegantes teve sua última atualização do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal a partir da sanção da Lei Complementar 072/2010 de 08 de janeiro de 2010. Nos últimos anos tem garantido a aplicação dos recursos do Fundeb para o pagamento dos professores e demais profissionais do magistério como prevê a lei nº 11.494/2007.

Para o atendimento do artigo 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o FUNDEB e que determina a aplicação dos percentuais, cujo valor mínimo é de 60% dos valores do Fundef/Fundeb na remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Navegantes, verifica-se linearidade nos percentuais aplicados nos últimos anos, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 34 – Investimento do FUNDEB em Navegantes. Fonte: Siope

Observa-se que no ano de 2007 houve a maior aplicação dos recursos com o percentual do Fundeb na Remuneração dos Profissionais do Magistério atingindo mais de 119%.

A tabela abaixo constata que a Rede Municipal de Ensino tem um percentual superior ao da Rede Estadual no que se refere ao total de ocupantes de cargos de provimento efetivo. Porém, nos últimos anos constata-se gradativa queda do percentual de efetivos nas duas redes públicas de Ensino, como se observa na tabela abaixo.

ANO	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL			
2011	53,8%	336	56%	282	47,5%	67
2012	50,5%	331	54,3%	288	36,6%	53
2013	46,7%	356	50,6%	318	33,3%	50

Tabela 26 – Total de Professores efetivos em Navegantes. Fonte: MEC/Inep

ESTRATÉGIAS DA META 18

18.1 Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não professores, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do/a professor/a, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3 Aderir a prova nacional realizada por iniciativa do MEC, a cada 02 (dois) anos, a partir do segundo ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

18.4 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, a manutenção no plano de Carreira dos profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive, em nível de pós-graduação stricto sensu.

18.5 Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, da iniciativa do MEC e em regime de colaboração, do censo dos profissionais da educação básica e de outros segmentos que não os do magistério.

18.6 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo, no provimento de cargos efetivos para essas escolas, no âmbito de cada sistema de ensino.

18.7 Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o município de Navegantes, uma vez aprovada lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação.

18.8 Instituir comissão permanente de profissionais da educação em todos os sistemas de ensino que atuam no município de Navegantes, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de carreira.

META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Um aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Em Santa Catarina não há um levantamento preciso sobre as formas de investidura desta função na rede pública. No entanto, os questionários da Prova Brasil/SAEB de 2011, respondidos pelas escolas públicas, indicam que apenas 3,2% realizam eleições para escolha de diretor no Estado.

A aprovação do Decreto nº 1.794/2013, que dispõe sobre a gestão escolar da Educação Básica e Profissional na rede pública estadual, representa um avanço significativo, pois é um instrumento legal possibilitador de mudança de paradigma de gestão nas escolas da rede estadual,

valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa.

Para isso, o Plano de Gestão Escolar é um documento fundamental no sentido de planejar a priori a gestão, de submetê-lo à apreciação da comunidade em processo democrático de escolha de direção da escola. Em razão do seu curto tempo de vigência, não é possível gerar indicadores específicos que permitam afirmar o tamanho de tal avanço.

Na Rede Municipal de Ensino de Navegantes, a escolha da direção das unidades escolares ainda precisa aprimorar os critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, uma vez que não tem documento próprio regulamentando o processo de gestão democrática no âmbito do sistema de ensino. A escolha dos gestores escolares, atualmente, acontece por nomeação do poder executivo, como função gratificada e comissionada respeitando o atendimento ao perfil determinado para os cargos da gestão democrática no âmbito da rede municipal de ensino conforme determina o artigo 53 da lei complementar nº 072 de 08 de janeiro de 2010:

Art. 53 Para os cargos de técnico na Secretaria Municipal de Educação, assim como para os cargos de direção, direção adjunta, secretaria escolar e coordenação de Educação de Jovens e Adultos o servidor deverá reunir em seu perfil características que possibilitem:

I. Articular, liderar e executar políticas educacionais, na qualidade de mediador entre essas, a proposta pedagógica e administrativa da Rede de Ensino e da unidade escolar, observadas as diretrizes e metas gerais da política educacional brasileira e o uso dos resultados das avaliações internas e externas como subsídio à construção e revisão constante das propostas educacionais;

II. Compreender os condicionamentos políticos e sociais que interferem no cotidiano escolar para promover a integração e a participação da comunidade escolar, construindo relações de cooperação que favoreçam a formação de redes de apoio e de aprendizagem recíproca;

III. Propor e planejar ações que, voltadas para o contexto socioeconômico e cultural em que a escola esteja inserida, incorpore as demandas e os anseios da comunidade local aos propósitos pedagógicos da escola;

IV. Valorizar a gestão democrática compartilhada como forma de fortalecimento institucional e de melhoria nos resultados de aprendizagem dos alunos;

V. Reconhecer a importância das ações de formação continuada para o aprimoramento dos profissionais que atuam na instituição educacional, criando mecanismos que favoreçam o seu desenvolvimento;

VI. Cuidar para que as ações de formação continuada se traduzam efetivamente em contribuição ao enriquecimento da prática pedagógica em sala de aula e à melhoria da aprendizagem, com ênfase no acesso, na permanência e no sucesso do aluno de toda a Rede de Ensino e/ou da unidade escolar;

VII. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento da proposta pedagógica e os indicadores de aprendizagem, os resultados das avaliações externas e os indicadores de desempenho divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação - MEC, bem como outros órgãos de atuação nessa área, com vistas à melhoria do desempenho da instituição educacional;

VIII. Conhecer os princípios e as diretrizes da administração pública e incorporá-los à prática gestora no cotidiano da administração educacional. (NAVEGANTES, 2010)

Em relação aos Conselhos Municipais de Educação, as pesquisas de 2011 do IBGE apontaram que estes figuram em 293 municípios catarinenses. Em Navegantes a estrutura dos instrumentos de gestão democrática conta com Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, além das Associações de Pais e Professores e o Conselho Escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para a Rede Estadual de Ensino acrescenta-se o Conselho Deliberativo.

ESTRATÉGIAS DA META 19

19.1 Ampliar a participação nos Programas de apoio e formação aos Conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação de Navegantes (COMEN) e de outros, e aos representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Estado e da União para tanto.

19.2 Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME.

19.3 Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações.

19.4 Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o COMEN, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.5 Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPPs, currículos escolares, respeitando o currículo básico da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos professores, diretores ou gestores escolares.

19.6 Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente.

19.7 Assegurar a continuidade e aprimoramento dos programas de formação de diretores e/ou gestores escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores e/ou gestores escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática.

META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Em Santa Catarina, a aplicação dos recursos financeiros da rede estadual de ensino apresentou variação significativa, comportando-se conforme a arrecadação de impostos nos anos específicos, demonstrando um crescimento constante, superior à inflação e ao crescimento do

PIB, exceto em 2009, ano em que a economia teve uma leve desaceleração, com crescimento do PIB insignificativo.

A implantação do FUNDEB, em 2008, figurou como indicativo de mudança no cenário da educação, onde se constata um crescimento constante de investimentos no Ensino Médio e na Educação Especial, enquanto o Ensino Fundamental tem se mantido estabilizado, por força da migração das matrículas para a rede municipal.

Outro ponto a destacar, nos últimos anos, foi o aumento dos investimentos em Educação Superior.

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Geral	324,6	352,4	69,8	85,8	97,3	111,9	141,2	191,2	205,5
Assistência Comunitária	X	X	X	X	X	X	X	X	0,3
Educação Básica	X	X	X	X	X	X	X	477,9	389,5
Educação de Jovens e Adultos	37,1	31,8	40,9	42,5	38,7	46,1	41,2	49,4	53,9
Educação Especial	32,3	41,2	50,7	66,5	71,4	75,1	99,2	126,9	148,0
Educação Infantil	23,6	28,4	29,1	31,4	6,6	10,0	12,3	14,8	14,8
Ensino Fundamental	802,1	798,5	731,5	977,0	1.029,3	1.158,8	1.212,7	1.021,8	1.018,8
Ensino Médio	135,2	181,6	210,2	268,8	311,6	355,2	454,1	511,2	557,0
Ensino Profissional	6,6	3,4	6,9	3,1	2,8	7,6	23,1	27,3	13,1
Educação Superior	145,9	133,7	155,1	179,8	200,0	236,4	289,5	300,1	332,9

Tabela 27 – Demonstrativo de despesas da educação por subfunção (em milhões de reais) – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal.

Os valores dos montantes do FUNDEB em Santa Catarina demonstram que, em valores nominais, o Estado tem contribuído com valores superiores aos seus retornos, sendo que a perda de receita com a redistribuição aos municípios corresponde a 29% do que é aplicado.

Anos de Referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Contribuição FUNDEF/FUNDEB	0,61	0,68	0,76	0,80	0,99	1,29	1,51	1,81	2,10	2,26	2,48
Retorno FUNDEF/FUNDEB	0,50	0,55	0,61	0,63	0,85	1,08	1,26	1,46	1,68	1,71	1,75
Resultado Líquido FUNDEF/FUNDEB	- 0,11	- 0,13	- 0,15	- 0,17	- 0,14	- 0,21	- 0,26	- 0,35	- 0,43	- 0,55	- 0,73

Tabela 28 – Demonstrativos das receitas destinadas diretamente à Educação (Em Bilhões) – Rede Estadual/SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal.

Entre as receitas e despesas da educação da rede estadual no ano de 2013, destaca-se o pagamento de despesas de pessoal ativo e encargos sociais, que é bastante elevado.

RECEITAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
RECEITAS DO FUNDEB Ano de 2013	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
15- RECEITAS DESTINADAS/FUNDEB	2.468.771.930,00	2.493.861.087,00	0,00	2.476.834.450,20	99,31
15.1 - Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.1 - 4))	2.078.536.887,80	2.099.178.211,00	0,00	2.112.912.185,25	100,65
15.2- Receita Resultante do ITCD Destinada FUNDEB-(20% de 1.2)	25.055.705,00	25.055.705,00	0,00	27.827.952,62	111,06
15.3 - Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.3 - 5))	120.396.983,40	124.844.818,00	0,00	120.328.738,87	96,38
15.4- Cota - Parte FPE Destinada FUNDEB (20% de 2.1)	197.679.102,40	197.679.102,00	0,00	170.546.686,33	86,27
15.5 - ICMS - Desoneração Destinada FUNDEB (20% de 2.2)	11.917.378,00	11.917.378,00	0,00	10.504.581,73	88,14
15.6 - Cota - Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de (2.3 - 6))	35.185.873,40	35.185.873,00	0,00	34.714.305,40	98,65
16- RECEITAS RECEBIDAS/FUNDEB	1.940.443.205,00	.940.443.205,00	10,00	1.754.496.141,32	90,41
16.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.914.722.606,00	1.914.722.606,00	0,00	1.745.715.086,05	91,17
16.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.3 - Receita Aplicação Financeira Recursos/FUNDEB	25.720.599,00	25.720.599,00	0,00	8.781.055,27	34,14
17 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS/FUNDEB (16.1 - 15)	-554.049.324,00	-579.138.481,00	0,00	-731.119.364,15	126,24

Tabela 29 – Demonstrativo Receitas Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/SC. Fonte: FNDE/Siope

DESPESAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
--	--	--	--	--	--

DESPESAS DO FUNDEB Ano de 2013	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DES- PESAS LIQUI- DADAS		
			No Bimes- tre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
18 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.210.502.011,00	1.541.594.841,53	0,00	1.451.558.448,18	94,15
18.1 - Com Ensino Fundamental	908.621.556,00	1.033.024.107,67	0,00	963.595.818,46	93,27
18.2 - Com Ensino Médio	301.880.455,00	508.570.733,86	0,00	487.962.629,72	95,94
19- OUTRAS DESPESAS	493.812.286,00	415.631.753,83	0,00	286.099.469,75	68,83
19.1 - Com Ensino Fundamental	362.813.256,00	235.391.863,05	0,00	167.441.273,97	71,13
19.2 - Com Ensino Médio	130.999.030,00	180.239.890,78	0,00	118.658.195,78	65,83
20 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (18 + 19)	1.704.314.297,00	1.957.226.595,36	0,00	1.737.657.917,93	88,78

Tabela 30 – Demonstrativo das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/SC. Fonte: FNDE/Siope

Constata-se que a implantação do Piso Nacional do Magistério, por meio da lei federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 afetou significativamente a folha de pagamento dos professores em relação ao FUNDEB, sendo que passou de um comprometimento de 69% em 2010 para 94% em 2013 no que refere ao pagamento dos profissionais do magistério.

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES ATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE ESTADUAL – SC	VALOR ANO	%
FUNDEB 2010	R\$ 1.460,56	
Folha de Pagamento 2010	R\$ 1.007,09	69
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 453,47	
FUNDEB 2011	R\$ 1.677,50	
Folha de Pagamento 2011	R\$ 1.215,76	72
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 461,74	
FUNDEB 2012	R\$ 1.707,02	
Folha de Pagamento 2012	R\$ 1.574,05	92
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 32,97	
FUNDEB 2013	R\$ 1.747,98	
Folha de Pagamento 2013	R\$ 1.646,14	94
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 101,84	

Tabela 31 – Pagamento Professores Ativos da Educação Básica – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC/Sistema Integrado de Gestão Fiscal.

Em relação aos recursos financeiros da educação municipal de Navegantes, podemos observar no gráfico abaixo, que houve um aumento no valor do repasse do Fundeb nos últimos dez anos, porém, identificam-se oscilações anuais com variação decenal positiva de 22,24%.

Gráfico 35 – Evolução do Fundeb de Navegantes entre 2005 e 2015. Fonte: Tesouro Nacional

Isto se dá em virtude das matrículas da educação básica na Educação Infantil, nas etapas do Ensino Fundamental e modalidades de ensino ofertadas no âmbito da rede municipal de ensino que teve aumento percentual de matrículas na Educação Básica de 22,05% na última década.

O mesmo fator positivo observado na evolução dos recursos do Fundeb observa-se nos valores relativos ao Salário Educação. Na década entre os anos de 2005 e 2015 a evolução dos recursos financeiros ficou em torno de 26,94%.

A queda mais significativa foi registrada entre os anos de 2007 e 2009, cujos percentuais do valor do Salário Educação não chegaram a 15% conforme se pode constatar no gráfico abaixo.

Gráfico 36 – Evolução do Salário Educação de Navegantes entre 2005 e 2015. Fonte: Tesouro Nacional

Em 2014 o transporte escolar de Navegantes atendeu 979 estudantes diariamente. Foram 20,22% de estudantes da zona rural organizados por dependência administrativa como destaca o gráfico a seguir.

Gráfico 37– Transporte Escolar por dependência Administrativa/2014. Fonte: Inep

A tabela abaixo revela que 15 unidades escolares públicas, que representam 15,42% do total de escolas têm estudantes que são usuários do transporte escolar.

UNIDADE ESCOLAR	REDE MUNI- CIPAL	REDE ESTA- DUAL		
	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Urbana
CEM Profª Maria de Lourdes Couto Cabral	0	7	0	0
CMEI Prof Adélia Souza Fernandes	4	0	1	0
CMEI Prof Isabel Flores Pagani	0	3	0	0
CMEI Prof Katia Regina Gazaniga de Souza	24	12	0	0
CMEI Prof Maria dos Navegantes Ramos	0	2	0	0
EEB Prof Paulina Gaya	0	0	2	27
EEB Profª Julia Miranda de Souza	0	3	5	245
EEB Adelaide Konder	0	0	10	136
EEB Profª Irene Romão	0	0	0	14
EEB São José	0	0	91	68
EI Prof. Vergina Guedes Lemos	19	3	0	0
EM Profª Idília Machado Ferreira	6	109	0	0
EI Profª Adelaide de Souza Pereira	19	1	0	0
EM Profª Maria Tereza Leal	13	0	0	0
EM Izilda Reiser Mafra	3	152	0	0

Tabela 32 – Transporte Escolar por Escola/2014. Fonte: Inep

Em 2014 os recursos do Transporte Escolar por meio do PNTE, somaram R\$ 26.441,74, cuja distribuição por etapa de ensino está identificada no gráfico a seguir.

Gráfico 38 – Recursos do Transporte Escolar para Navegantes. Fonte: FNDE.

ESTRATÉGIAS DA META 20

20.1 Apoiar a garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3 Incentivar a otimização da destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

20.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

20.5 Participar do processo de fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.

20.6 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria Municipal da Fazenda, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

20.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

20.8 Acompanhar a regulamentação do §4º, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado de Santa Catarina e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema municipal de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal.

20.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

20.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

20.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

20.12 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Município que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

20.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano Municipal de Educação e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado de Santa Catarina e do Município de Navegantes, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

20.14 Definir recursos provenientes da receita municipal para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la.

20.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

20.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

20.17 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

20.18 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bicas - Aspectos Históricos, Geográficos e Econômicos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Navegantes>.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Navegantes – Dados Populacionais e Aspectos Socioeconômicos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Navegantes – Taxa de Analfabetismo e Escolaridade Média. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em agosto de 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, MEC. Ideb, 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 07 de abril de 2010. Disponível em www.portal.mec.gov.br. Acesso em 02 de outubro de 2013.

BRASIL, MEC/FNDE – Dados orçamentários da Educação Básica. Disponível em <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/>, acesso em 24 de maio de 2015.

BRASIL, MEC/INEP - Censo da Educação Básica. INEP/MEC, 2010.

BRASIL, MEC/INEP – Dados das Escolas de Educação Básica em 2014. Disponível em <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/>, acesso em 16 de abril de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Acesso em agosto de 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/.../Lei/L13005.htm

Sites

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO>

<http://painel.mec.gov.br>

<http://www.fnde.gov.br/pls/simad>

<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Navegantes.pdf>

<http://www3.tesouro.gov.br/estados/municipios>

www.observatoriodopne.org.br

www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../doc.../3887-peesc-versao-preliminar

PORTARIA 1679 NOMEAÇÕES POR CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1679 DE 9 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 004/2014, o senhor Marcos Antônio Müller Neto para exercer o cargo de Fiscal Ambiental do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 10/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

PORTARIA N º 1688 DE 10 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Sidnéia dos Santos Xavier para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

PORTARIA N º 1689 DE 10 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Itamir Dias da Silva para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1705 DE 11 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor João Mota dos Santos para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1706 DE 11 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Léa Catarina da Costa para exercer o cargo de Médica ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 8/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1707 DE 11 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Daniele Lorensen para exercer o cargo de Enfermeira com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 9/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1708 DE 11 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Suellen Venturi Pereira para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1729 DE 12 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 004/2014, o senhor Maikol Laba da Costa Domit para exercer o cargo de Fiscal Ambiental do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1741 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Raquel Signori para exercer o cargo de Assistente Social do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 15/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1754 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Caroline Barbosa de Oliveira para exercer o cargo de Assistente Social do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 15/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1756 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Nelson Brandt para exercer o cargo de Enfermeiro com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 15/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1757 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Claudiani Ramos da Luz para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1758 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor David Roberto Alves Barboza para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1759 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Arlete Oliveira Lins para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1760 DE 16 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Leonardo Espíndola Pereira para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 15/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1764 DE 17 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Valdelino Natividade FELÍCIO para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 18/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 1757 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1757 DE 17 DE JUNHO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar autoria de vandalismo no relógio de registro de ponto biométrico da Unidade do SAMU em Machados.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 1758 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1759 DE 17 DE JUNHO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidor que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 1759 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1759 DE 17 DE JUNHO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidor que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 1760 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1760 DE 17 DE JUNHO DE 2015
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Francisco Manoel Couto Neto – Oficial Administrativo – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo por servidor que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 1765 NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1765 DE 18 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e pela lei n º 1019 de 2 de setembro de 1993,

RESOLVE:

I NOMEAR o senhor Vagner Marin Teixeira para o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar Suplente em vista das férias da Conselheira Titular, Vera Ione Alves Barbosa Guerra da Silva, no período de 16/6/2015 a 7/7/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 16/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Nova Trento

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCAÇÃO

Eu, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no cumprimento ao disposto no Artigo 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCO as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 16 horas do dia 22 de junho de 2015, na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, no auditório daquele Poder Legislativo, com o objetivo de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o 1º QUADRIMESTRE DE 2015.

A sua participação é muito importante.

Nova Trento, 15 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 093/2015

DECRETO nº 093/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 002/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 18 à 19 de junho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 15 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 093/2015)

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Classificação	Nome completo
01	Luciano Amorim

CARGO: PROFESSOR HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA – FUTSAL

Classificação	Nome completo
01	Leandro da Silva

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

Classificação	Nome completo
01	Leoniria Fátima Anzini Mistura

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ARTES

Classificação	Nome completo
01	Ronaldo Casagrande

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO BANDAS E FANFARRAS

Classificação	Nome completo
01	Adriano Bertotti

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO INGLÊS

Classificação	Nome completo
01	Dimas Hueliton Kniss

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO "CONTADOR DE HISTÓRIAS"

Classificação	Nome completo
01	Maiara Boettner

DECRETO Nº 096/2015

DECRETO nº096/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 22 de junho à 01 de julho de 2015,

munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 16 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 096/2015)

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1060	Regina Bauer Da Rocha
2º	899	Guilherme Luiz Ventura
3º	1024	Ailton De Godoi
4º	712	Caroline Battisti Da Silva
5º	425	Fagner De Souza
6º	61	Letícia Casagrande
7º	914	Gabriel Da Cunha Ramos
8º	375	Fabiana Steil

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	811	Francisca Angélica Méndez

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	448	Viviane Castiel Silva
2º	1074	Flora Marily Augusto Barbosa
3º	4	Jane Meri Maçaneiro
4º	346	Giselle da Silva Ricci
5º	619	Nadja C. de Andrade Barauna
6º	1034	Mayara Andrade Santos
7º	320	Ana Paula Orsi
8º	270	Editte Maria Moresco
9º	1087	Monaliza Paixao
10º	96	Maria Goretti Minatti Cipriani
11º	8	Bruna Garbari
12º	278	Daiane Fachin Till
13º	215	Maria Patricia Schwambach Martins
14º	827	Cármén Vanusa Machado Delasena
15º	56	Alessandra Aparecida Da Silva
16º	1059	Camila Darós
17º	694	Edivana Aparecida Carvalho Moura
18º	864	Denize Till Dell Agnolo
19º	54	Erondina Raiser Micheli
20º	1026	Cheile Alessandra Poli Facchini
21º	1082	Juliana Celestino
22º	227	Marciane Cristina Pereira
23º	277	Marcela Wolf
24º	998	Juliéte Lorenzetti
25º	474	Adriele Conceição Dos Santos

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	405	Cleomir Marcolla
2º	513	Isaac Cezar De Godoi
3º	1040	Mariano Budny
4º	124	Ciro Bernardi
5º	578	Gilberto Gilli
6º	1055	Bernardete Tomasi Carniel
7º	202	Cecilia Wilvert Schmitt

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	141	Dolores do Rocio Battisti Marchi
2º	268	Bento Marchiori
3º	236	Maria de Lourdes Fantini Nichellatti
4º	226	Geni Aparecida Orlandi
5º	18	Elisabete Cotta
6º	262	Viviana Costa de Oliveira de Andrade
7º	1006	Licia da Aparecida Lacerda Alves
8º	334	Camila Carolini Cavilha
9º	45	Salete Apolonia Daicampi Lucianer
10º	479	Denize Monteiro Soares
11º	175	Lucicleide Alves de Abrantes
12º	378	Silvania Garcia da Silva
13º	73	Regina Aparecida Barreto
14º	1045	Rosana Cristina Nunes Foletto
15º	9	Juliana Machado dos Santos
16º	276	Aldrya Sue Bonetti
17º	39	Maria Elisabete Airoso Smaniotto
18º	221	Marluce Galvan Lacerda

19º	285	Rosangela Fatima Ramos
20º	248	Rogério dos Santos Fernandes
21º	36	Cristiane Silva Nunes
22º	452	Tânia Murceski Pereira
23º	315	Isaura Cadorin Gandin
24º	3	Angelita Muraro Mafezzolli
25º	157	Olindina Casagrande Lacerda
26º	831	Alcir Danilo Tomazi
27º	238	Maria Valdenice Sousa Silva
28º	457	Cecilia Raiser Dell Antonia
29º	179	Gabriela Silveira Felicio
30º	1078	Aldorinda Maria Melzi Bertoldi
31º	382	Andreia Pereira
32º	55	Maria Madalena Schreiber Viana
33º	220	Miria Teresinha Cipriani Speranzini
34º	25	Marlene Battisti Giacomini
35º	591	Teresinha Ventura Gilli
36º	229	Marinetti Zierke Wilcke
37º	160	Odete Duarte
38º	58	Indiamara da Luz
39º	298	Glauciane Rodrigues Guedes da Silva

CARGO: DENTISTA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	975	Nathaliê Egues Moraes
2º	1017	Francis Tentardini Silveira
3º	562	Thays Ribeiro da Silva

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	275	Sabrina de Souza Costea
2º	772	Benoni Sidinei Brizolla
3º	654	Caroline Krasota Matos Nowak
4º	774	Daniela Antonio Francisco
5º	326	Paulo Nader

CARGO: FARMACÊUTICO (A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	676	Mussia de Castro e Silva Carre

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	1071	Gracilene Rodrigues Tavares
2º	1048	Rafael Gustavo Mader

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	963	Ailton Fladimir Kuttoche
2º	102	Marcos Roberto da Silva
3º	217	Claudemir Girardi
4º	237	Luciano Sutter

CARGO: NUTRICIONISTA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	721	Juliamar Stuari
2º	908	Carla Luisa Matiola Moser

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	416	Sandro Luis Ecks Costa
2º	645	Rogério Righi da Silva
3º	284	David Dener Silva
4º	791	Valdecir Alves Ferreira
5º	167	Benjamim Geraldo Dell Antonia
6º	169	Ataide Siewes
7º	129	Romildo Sehn
8º	414	Rafael Hermes Junkes
9º	522	Jonas Rover

CARGO: PROFESSOR (A) III – INGLÊS 25 HORAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	40	Sabrina Manon Arteiro Meoqui

CARGO: PROFESSOR (A) III – INGLÊS 30 HORAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	841	Marcelino Pereira Neto

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
1º	876	Levid May
2º	1010	Alcirene Michalski Muller
3º	224	Rosiani Priscila Sabino Casas
4º	1063	Sonia Moresco
5º	488	Sandra Maria Azevedo Dandolini
6º	898	Paulo Roberto Ferreirade Brito
7º	324	Fernanda Salum Correa

**ANEXO II – EXAMES MÉDICOS
(Decreto nº 096/2015)**

CARGOS	EXAMES
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	----
ASSISTENTE SOCIAL	----
ATENDENTE DE CRECHE	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo.
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma.
DENTISTA	Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.
ENFERMEIRO (A)	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo, Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.
FARMACÊUTICO (A)	----
FISIOTERAPEUTA	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo, Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma e Audiometria.
NUTRICIONISTA	----
OPERADOR DE MÁQUINAS	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma e Audiometria.
PROFESSOR (A) III – INGLÊS 25 HORAS	Audiometria e Laringoscopia.
PROFESSOR (A) III – INGLÊS 30 HORAS	Audiometria e Laringoscopia.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo, Hemograma, HbsAg, Anti HbsAg, HCV.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA (Decreto nº 096/2015)

Ilmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PORTARIA Nº 520/2015 "A"

PORTARIA Nº 520/ 2015 "A"

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ELIZANGELA MARA ROZA, matrícula nº 6692, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 11 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 527/2015

PORTARIA Nº 527/ 2015

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013 e de acordo com o art. 59 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1.015/2014, que Prorrogou a Concessão de Readaptação ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180 (cento e oitenta e oito) dias, a contar de 09 de junho de 2015 a 05 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 12/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria, em 12 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 528/2015

PORTARIA Nº 528/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 468/2015, que Prorrogou a Concessão Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal EVANILDA TERESINHA GON FANTINI, matrícula nº 300, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência J, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 25 de maio de 2015 a 23 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 12/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 529/2015
PORTARIA Nº 529/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", TERESINHA APARECIDA RAISER SPERANZINI, matrícula nº 6703, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 09 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, em Substituição a Titular Andresa Cristina Geanesini Lopes, afastada conforme atestado médico, datado de 09/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de junho de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora TERESINHA APARECIDA RAISER SPERANZINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 714.306.799-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Andresa Cristina Geanesini Lopes, afastada conforme atestado médico, datado de 09/06/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Teresinha A. Raiser Speranzini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 530/2015

PORTARIA Nº 530/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 490/2015 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6673, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 13 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 528/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELIA DA CUNHA SANTOS, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Ida Franzoi Voltolini, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.481.129-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 528/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 13 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Giselia da Cunha Santos

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 531/2015

PORTARIA Nº 531/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 490/2015 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, matrícula nº 6674, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 13 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 528/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.130.559-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 528/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 13 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Lidiane de Souza Koerchs

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 13 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 532/2015

PORTARIA Nº 532/ 2015

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ADRIANA APARECIDA VINOTTI, matrícula nº 6546, ocupante do cargo de Professor Nível III (Educação Infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 11 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 15/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014**TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, estabelecida na Avenida Bayer Filho, nº 200, Sala 03, Bairro XV de Novembro, CEP 88200-000, cidade de Tijucas/SC, CNPJ nº 01.262.927/0001-62, neste ato representada por seu Sócio-Proprietário Sr. Carlos Felipe Deolindo, inscrito no CPF nº 037.377.789-22, doravante denominada CONTRATADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 077/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Décima Segunda, I, do Contrato nº 077/2014, prorrogando-se o prazo de execução do contrato para mais 150 dias obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

JUSTIFICATIVA: A prefeitura solicitou paralisação da obra devido ao atraso no repasse dos recursos. As medições foram comprometidas devido a falta de repasse. As constantes chuvas também atrasaram o fim da referida obra.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 077/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 25 de setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PrefeitoPROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS
LTDA ME.
Contratada

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____

Aprigio José Botameli
CPF. 716.268.249-91

2. _____

Cátia Maria Búrigo
CPF. 576.333.559-72**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014****TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME., estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, nº 564, Jardim São Paulo, cidade de São João Batista/SC, inscrita no CNPJ Nº 07.258.202/0001-87, neste ato representada por JOSÉ IRIVAM AMORIM, inscrito no CPF nº 692.454.449-53, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 117/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Décima Segunda, I, do Contrato nº 117/2014, prorrogando-se o prazo de execução do contrato para mais 150 dias obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

JUSTIFICATIVA: A prefeitura solicitou atraso no início das obras, para que se finalizassem outras obras de infraestrutura nos mesmos endereços a serem executados serviços deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 117/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 05 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PrefeitoANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME
Contratada

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____

Aprigio José Botameli
CPF. 716.268.249-91

2. _____

Cátia Maria Búrigo
CPF. 576.333.559-72

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015

HOMOLOGAÇÃO: 17/06/2015

CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a locação de SISTEMAS DE PROCESSOS LEGISLATIVO EM PLATAFORMA WEB, COM ENVIO EM TEMPO REAL PARA O PORTAL DA CÂMARA, TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EM ÁUDIO E VÍDEO, PORTAL PARA O PODER LEISLATIVO PARA INTEGRAR AS INFORMAÇÕES E QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO, VOTAÇÃO ONLINE..

O Câmara de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA. (CNPJ nº 10.790.810/0001-42), com sede a Rua Jorge Lacerda, 1067, sala 2, Centro, cidade de Braço do Norte, estado de Santa Catarina. Valor de R\$ 33.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais);

Nova Trento/SC, 17 de junho de 2015.

GENÉSIO LUIZ PIAZZA

Presidente Câmara Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014

TERMO ADITIVO VALOR (SUPRESSÃO E ADIÇÃO)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 077/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, estabelecida na Avenida Bayer Filho, nº 200, Sala 03, Bairro XV de Novembro, CEP 88200-000, cidade de Tijucas/SC, CNPJ nº 01.262.927/0001-62, neste ato representada por seu Sócio-Proprietário Sr. Carlos Felipe Deolindo, inscrito no CPF nº 037.377.789-22, doravante denominada CONTRATADO, considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de acréscimos e supressões na execução dos serviços, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 077/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 077/2014, para suprimir a importância de R\$ 6.058,40 (seis mil, cinquenta e oito reais e quarenta centavos), correspondente a 4,11 % do contrato e aditar a importância de R\$ 13.775,87 (treze mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) correspondente a 9,35 % do contrato, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA.

Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores. Consta do anexo a solicitação da empresa e o parecer do engenheiro Celso quanto aos valores a serem suprimidos e aditados.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 03 de dezembro de 2014.

.....
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI	PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS
Prefeito	LTDA ME.
Contratante	Contratada

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:	2.
1. _____	_____
Aprigio José Botameli	Cátia Maria Búrigo
CPF. 716.268.249-91	CPF. 576.333.559-72

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

Câmara de Vereadores de Nova Trento

O presidente da Câmara de Vereadores de Nova Trento, GENESIO LUIZ PIAZZA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 002/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

- Objeto: Sistemas de processos legislativo em plataforma web, com envio em tempo real para o portal da câmara, transmissões das sessões legislativas em áudio e vídeo, portal para o poder legislativo para integrar as informações e que atenda as exigências da legislação, votação online.

- Empresa Vencedora: ASEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA.. inscrita no CNPJ nº 10.790.810/0001-42, com sede a Rua Jorge Lacerda, 1067, sala 2, Centro, cidade de Braço do Norte, estado de Santa Catarina.

- Valor: R\$ 33.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 17 de junho de 2015.

GENESIO LUIZ PIAZZA

Presidente da Câmara

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 031/2015 - 08-06-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA : 08/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA FAVERO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.627,25 (quarenta e oito mil seiscentos e vinte sete reais e vinte cinco centavos).

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 54.582,11 (cinquenta e quatro mil quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos)

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.112,00 (vinte e oito mil cento e doze reais)

CONTRATADO: BRIDI & FABRO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.467,15 (vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quinze centavos)

DATA: 08/06/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA 85/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE ERRATA

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015.
Tipo: Menor Preço/Por Item

A Prefeitura de Orleans comunica a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial nº 85/2015, contendo as seguintes alterações:

Onde lê-se: Item 11: 675 Kg
Item 12: 470 Kg

Leia-se: Item 11: 675 Pacote
Item 12: 470 Pacote

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 17 de Junho de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretario de Administração

AVISO DE ERRATA E PRORROGAÇÃO 82/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE ERRATA E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2015.
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGUROS DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO.

ALTERA-SE: Anexo VI (...) Cláusula Décima – Das Multas: 10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

10.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

PARA: XXI – DAS SANÇÕES (...) Das Multas: a) Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

b) Multa na ordem de 0,33% por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 9,9%;

PRORROGA-SE A DATA DE ABERTURA PARA:

Recebimento das Propostas: até o dia 01/07/2015 às 15h45m.
Abertura das Propostas: dia 01/07/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 17 de Junho de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretario de Administração

AVISO Nº 86/2015 GINASIO RIO DAS FURNAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 86/2015.

Tipo: Menor Preço/Global
Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINASIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS, ORLEANS, SC, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICIPIO DE ORLEANS
Recebimento das Propostas: até o dia 03/07/2015 às 14h00m.
Abertura das Propostas: dia 03/07/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 17 de Junho de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretario de Administração

Ouro

PREFEITURA

EXTRATO 2015 - CONTRATOS E INEXIBILIDADES

Processo Licitatório n 0021/2015

Modalidade de tomada de preços para compras e serviços nº. 0001/2015

CONTRATO Nº 049/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, na área de engenharia sanitária, para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS.

Vigência: A vigência será da data de assinatura do contrato até 31.12.2015

Valor total: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

Data de assinatura: 10/06/2015

Processo Licitatório n. 0034/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0021/2015

CONTRATO Nº 050/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CARBONI VEÍCULOS LTDA

Objeto: Aquisição de um veículo de passeio

Vigência: A vigência do contrato vigorará da assinatura até o final da garantia.

Valor total: R\$ 70.450,00(SETENTA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)

Data de assinatura: 10/06/2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

Processo Licitatório n. 0041/2015

Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: RÁDIO CAPINZAL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresas jornalísticas, categoria "Jornal Local" – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI) e serviços de radiodifusão em amplitude modulada, categoria.

"Rádio AM Local". Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 10/06/2015 até 31/12/2015. Ouro, 10/06/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n 0041/2015,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2015

CONTRATO Nº 051/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: RÁDIO CAPINZAL LTDA - EPP

Objeto: Contratação de empresas jornalísticas, categoria "Jornal Local".

Vigência: a partir de 10/06/2015 até 31/12/2015

Valor total: Conforme edital de credenciamento 001/2015

Data de assinatura: 10/06/2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC

Processo Licitatório n. 0039/2015

Inexigibilidade de Licitação n. 0004/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de radiodifusão em amplitude modulada, categoria.

"Rádio AM Local". Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 11/05/2015 até 31/12/2015. Ouro, 11/05/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n 0039/2015,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0004/2015

CONTRATO Nº 036/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de radiodifusão em amplitude modulada, categoria.

"Rádio AM Local"

Vigência: O serviço poderá ser executado a partir de 11/05/2015 até 31/12/2015.

Valor total: Conforme edital de credenciamento 001/2015

Data de assinatura: 11/05/2015.

Ouro Verde

PREFEITURA

DISPENSA 0004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 004/2015

Objeto: Exploração de cascalho do imóvel rural de propriedade da CONTRATADA localizada na Linha Serra São José, interior do Município de Ouro Verde/SC. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 17 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 0029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0029/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Prestação de Serviços na área Médica (Clínica Geral), 20 (vinte) horas semanais, visando o atendimento de toda a população do Município de Ouro Verde – SC. . Entrega dos Envelopes: Até as 09h0min dia 01/07/2015. Início da sessão Pública. Às 09h05min dia 01/07/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde - SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 17 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 90 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº90/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 90/2015, no dia 03 de julho de 2015, às 14h00min h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº90/2015 tem como objeto a Aquisição de Placas de Forro de Isopor texturizado com recuperação da estrutura metálica para o Centro Administrativo Municipal, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 17 de julho de 2015. A Pregoeira.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2014 – Pregão Presencial 34/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MARIO MOVEIS LTDA. OBJETO: Confeção e instalação de móveis sob medida, fornecimento de material necessário para a confecção e instalação, para as Unidades Unidades de Saúde Médio Aririú e São Sebastião, Laboratório Municipal e NEPS.

DATA: 18/09/2014 à 17/09/2015.

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
1	30,00	M2		R\$740,00	R\$22.200,00
2	50,00	M2		R\$740,00	R\$37.000,00
3	50,00	M2		R\$740,00	R\$37.000,00
4	50,00	M2		R\$460,00	R\$23.000,00
5	30,00	M2		R\$460,00	R\$13.800,00

6	40,00	M2		R\$440,00	R\$17.600,00
7	20,00	M2		R\$400,00	R\$8.000,00
Especificação: Balcão com maca fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Maca em courvin branco e espuma resistente. Profundidade 58 cm.					
8	20,00	M2		R\$480,00	R\$9.600,00
Especificação: Armário guarda volume fabricado em MDF de 18mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Portas com chaves individuais com aproximadamente 35x40. Acabamento pos forming. Profundidade 40 cm.					
9	30,00	M2		R\$569,00	R\$17.070,00
Especificação: Balcão para recepção divisional, com estrutura em MDF de 18mm, com negativas laqueado em branco e azul. Acabamento de verniz alto brilho aplicado por cima da pintura. Tampo em granito cinza andorinha. Sobre tampo em vidro 15mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas.					
10	50,00	M2		R\$240,00	R\$12.000,00
Especificação: Armário fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Acabamentos pos forming. Profundidade 58 cm.					
11	35,00	M2		R\$449,00	R\$15.715,00
Especificação: Armário tipo gaveteiro fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Fundo em MDF de 15mm Manta térmica para isolamento contra umidade no fundo. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. medida das gavetas: 6cm, largura 45cm, Profundidade 55 cm.					
12	45,00	M2		R\$469,00	R\$21.105,00
Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm., Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em aço inoxidável com duas cubas cônicas de 65 cm de profundidade, para expurgo. Profundidade 58 cm.					
13	50,00	M2		R\$298,20	R\$14.910,00
Valor Total	(duzentos e quarenta e nove mil reais)		R\$249.000,00		

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 023/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 023/2015, referente ao Pregão Presencial 042/2014. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de pedras britadas. Contratada: COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, totalizando o montante de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais). Vigência: A vigência do referido contrato será a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015 ou ate a entrega total do objeto, o que ocorrer primeiro.

Papanduva, 05 de maio de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 052/2015

DECRETO Nº. 052, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"EXONERA , SALVIO BITENCOURT DA SILVA DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DEPTO DE TRANSPORTE E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado Salvio Bitencourt da Silva do cargo de Assessor Adjunto Depto de Transporte e Obras- DAS 3.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 993/2015

LEI Nº 993 DE 03 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado IGNACIA MARIA CARDOSO o Centro de Educação Infantil da rede municipal de ensino, localizado a Rua da Inocência, 44, Bairro Barra Velha, neste município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 03 de junho de 2015.

Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 994/2015

LEI Nº 994 DE 10 DE JUNHO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar no final do primeiro semestre do ano letivo de 2015, auxilio financeiro para custear o transporte escolar dos Estudantes Universitários de Passo de Torres conforme Tabela em Anexo, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Primeiro – O auxílio financeiro compreende o período letivo dos meses de março, abril, maio e junho.

Art. 2º Os recursos a serem transferidos para a cada Estudante Universitário será equivalente a 50% (cinquenta inteiros por cento/mes) dos valores constantes na tabela anexa a presente Lei, conforme itinerário correspondente a cada beneficiário.

Art. 3º Estudante que durante a vigência desta Lei concluir seu curso ou ainda desistir da permanência na Universidade serão automaticamente excluídos do benefício.

Art. 4º A Administração Municipal repassará ao beneficiário, listado na Tabela, Anexo desta Lei, o valor correspondente, somente após a comprovação através do Atestado de Frequência Escolar da instituição de ensino que frequenta.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotação orçamentária própria.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 10 de junho de 2015.

Juarez Godinho Sheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de junho de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANE XO 1

TABELA – BENEFICIÁRIOS/ITINERÁRIO/VALOR

ACADÊMICO	FACULDADE	DIAS	VALOR (R\$)	AUXILIO p/ SEMESTRE 01º/2015
ADRIELI MENDES CARDOSO	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 VEZ	120,00/MÊS	240,00
ALANA MACIEL AGUIAR	UNIASSELVI/CAPÃO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
ALINE SPINDLER VITORINO	ULBRA/TORRES	3 DIAS	70,00/MÊS	140,00
ALOISIO MACIEL PERES	UNISUL/ARARANGUA	3 DIAS	280,00/MÊS	560,00
ANA PAULA BARBOSA	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 DIA	120,00/MÊS	240,00
ANA PAULA DE MATOS MACHADO	UNIASSELVI/CAPAO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
ANDRIUS DA SILVA NUNES	UNOPAR/ARARANGUA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
ANGELA CARDOSO BENETTI	ESUCRI/CRICIUMA	5 DIAS'	270,00/MÊS	540,00
ANGELICA ESPINDULA PADILHA	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 /MÊS	540,00
BIANCA RODRIGUES BATISTA	ESUCRI/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
BRENDA ROLDAO	ULBRA/TORRES	4 DIAS	80,00/MÊS	160,00
BRUNO BRIGIDO GOULART	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
CAIO ROBERTO BARPP DA SILVA	IFSC/SOMBRIÓ	5 DIAS	226,80/MÊS	453,60
CARLA GOMES BATISTA	UNIASSELVI/CAPAO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
CELIA COLAREZ LUIZ	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 DIA	120,00/MÊS	320,00
CLEONICE AGUIAR CARDOSO	UNOPAR ARARANGUA	1DIAS	160,00/MÊS	320,00
CRISTIANE SCHEFFER DA S	ULBRA/TORRES	5 DIAS	96,00/MÊS	192,00
DEMETRIUS SCHERER DE BISSO	ULBRA/TORRES	4 DIAS	76,70/MÊS	153,40
DIULIO FERREIRA EZEQUIEL	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
ELAINE MACHADO MARTINS	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
FERNANDA ESPINDOLA CARDOSO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 MÊS	540,00

FLAVIA CARDOSO	UNOPAR/ARARANGUA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
GEOVANE LOPES ROLDÃO	SATC/CRICIUMA	3DIAS	200,00/MÊS	400,00
GIOVANE DA SILVA COELHO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 /MÊS	540,00
HERBERT DA SILVEIRA INDOLENCIA	SATC/CRICIUMA	5 DIAS	270/MÊS	540,00
HIANDRA GOULART	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
HIURI CARDOSO DOS SANTOS	UNISUL/ARARANGUA	2 DIAS (CARRO)	160,00/MÊS	320,00
JAMARA LUIZA MATOS LAUREANO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
JENNIFER FEIJO REGINALDO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
JOANA MARI A DAITX	UNOPAR/ARARANGUA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
JOANA OLIVEIRA DE BITTENCOURT	UNIASSELVI/CAPÃO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
JONATAN DA SILVA	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
JORDANA SCHEFFER	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
JULIA DOS SANTOS GONÇALVES	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
JULIANO GERMANO PORTO	IFSC/SOMBRIO	5	226,80 /MÊS	453,60
LARISSA BARROS TORRES	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
LAURA RODRIGUES PINHEIRO	ULBRA/TORRES	5 DIAS	96,00/MÊS	192,00
LETICIA LOPES HESPANHOL	IFSC/SOMBRIO	5 DIAS	226,80 MÊS	453,60
LISIANE SCHEFFER DA SILVA	ULBRA/TORRES	1 DIA	19,20/MÊS	38,40
LIZIANE AGUIAR CARDOSO	ULBRA/TORRES	6 DIAS	115,20/MÊS	230,40
LUCAS CORREIA CORREA	IFSC/SOMBRIO	5 DIAS	226,80	453,60
LUCAS DE SOUZA DOS SANTOS	UNIASSELVI/CAPÃO	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
LUCAS RODRIGUES BAUER	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
MAGDA GOMES	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 MÊS	540,0
MAIARA PACHECO SANTOS	ULBRA/TORRES	5 DIAS	96,00/MÊS	192,00
MARCELO SANTINO TEIXEIRA	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 DIA	120,00/MÊS	240,00
MARIANA FERREIRA RIBEIRO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
MARIANE F DE OLIVEIRA SANTOS	UNIASSELVI/CAPAO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
MARIELE APOLINARIO DAITX	UNOPAR/ARARANGUA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
MATEUS CARDOSO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
MORGANA CARDOSO ANTONIO	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 DIA	160/MÊS	320,00
MURILO RIBEIRO PERES	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 /MÊS	540,00
NICOLE CASTRO SCHEFFER	SATC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RAISSA FERNANDES FREITAS	UNESC/CRICIUMA	4 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RAFAELA MARCELINO MUNARI	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RAMOM PORTO DE SOUZA	UNESC/CRICIUMA	3 DIAS	200,00/MÊS	400,00
RAUL PORTO DE SOUZA	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RENATA BARROS PEREIRA	ESUCRI/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RENATO DOS SANTOS CARDOSO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RODRIGO BARUFI RODRIGUES	UNISUL/ARARANGUA	4 DIAS	270,00/MÊS	540,00

RODRIGO FERNANDES DAITX	UNISUL/ARARANGUA	4 DIAS	270,00/MÊS	540,00
RODRIGO METZELTHIN CARDOSO	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
ROGER BATISTA DE MATOS	ULBRA/TORRES	5 DIAS	96,00/MÊS	192,00
ROSILEI QUADROS SCHEFFER	UNESC/CRICIUMA	3 DIAS	200,00 /MÊS	400,00
SABRINA CARDOSO	SATC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
SIBELE SANTANA SILVEIRA	UNIASSELVI/CAPÃO DA CANOA	1 DIA	160,00/MÊS	320,00
TATIANA VILASBOAS DE OLIVEIRA	ULBRA/TORRES	5 DIAS	96,00/MÊS	192,00
THAINE SCHEFFER RODRIGUES	UNESC/CRICIUMA	3 DIAS	200,00/MÊS	400,00
TUANE AURORA KLEIN	UNIASSELVI/CRICIUMA	1 DIA	120,00/MÊS	240,00
VANESSA DA SILVA GONÇALVES	UNISUL/ARARANGUA	4 DIAS	270,00/MÊS	540,00
VICTOR HAHN MATTOS	SATC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
VINICIUS LIMA DIAS	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS	540,00
VITORIA ESPINDULA PADILHA	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00 /MÊS	540,00
WALTER KLINGER REIS	IFSC/SOMBRIÓ	5 DIAS	226,80/ MÊS	453,60
PATRICK BATISTA COSTA	SATC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/MÊS USOU O TRANSPORTE 1MES E MEIO	202,50
JAQUELINE SILVA	UNESC/CRICIUMA	5 DIAS	270,00/mês USOU O TRANSPORTE 1MES E MEIO	202,50

PORTARIA 133/2015

PORTARIA Nº. 133 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra “A” para “B”, aos servidores públicos Municipais do quadro efetivo de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o “Caput” do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupos: I, II e III da referida Lei.

Art. 2º - Os servidores que fazem jus à referida progressão estão relacionados por ordem alfabética, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Anexo I da Portaria Nº 133 de 08 de junho de 2015.
Período em referencia 06/2012 à 06/2015.

PROGRESSÃO DA LETRA “A” PARA “B”

- Lucilene Cardoso Porto	
- Talia Woichimevski Marcos	
- Roger da Silva Gonçalves	

Passo de Torres, 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e finanças

PORTARIA 134/2015

PORTARIA Nº 134, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRISCILA MIRANDA PAZ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Priscila Miranda Paz, do Nível Médio, para o Nível LP – 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Pedagogia-Licenciatura no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 135/2015

PORTARIA Nº 135, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SANDRA MARIA SILVEIRA DOS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Sandra Maria Silveira dos Santos, do Nível Médio, para o Nível LP – 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Pedagogia-Licenciatura no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 136/2015

PORTARIA Nº 136, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRISCILA PERES CARDOSO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Priscila Peres Cardoso, do Nível Médio, para o Nível LP – 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Pedagogia-Licenciatura no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 137/2015

PORTARIA Nº 137, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ANA REGINA CONSTANTE DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Ana Regina Constante de Souza, referente ao período aquisitivo de 14/03/2007 à 18/12/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 15/06/2015 e com término em 12/09/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 138/2015

PORTARIA Nº. 138, DE 15 DE JUNHO DE 2014.

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA “D” PARA “E” AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, JOELSON DA SILVA REZENDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 594/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra “D” para “E”, ao servidor público Municipal do quadro efetivo, Joelson da Silva Resende, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o “Caput” do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupo III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Feloppe
Secretário de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0003/2015

TERMO ADITIVO nº 0003/2015 AO CONTRATO nº 0057/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: TONER MAIS LTDA ME

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a locação de 28 impressoras multifuncionais novas ou com no máximo de 2 (dois) anos de uso, impressora, copiadora, scanner, transformador de voltagem, toner reserva, assistência técnica, componentes eletrônicos e reposição de peças sem onerar a prefeitura.

VALOR: O preço total, certo e ajustado entre as partes conforme descrito na cláusula quarta, do contrato administrativo nº 0057/2013, fica reajustado conforme IGPM 2013/2014 de 5,67% e IGPM de 2014/2015 de 3,96%, sendo assim o valor total do contrato administrativo nº 0057/2013 passara a ser de R\$ 26.365,09 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e cinco reais e nove centavos).

Passos Maia – SC, 17 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIA Nº 226/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 759/97, Art. 3º parágrafo 1º, resolve:

NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o triênio 2015 a 2018. Fica assim constituído após as devidas indicações realizadas pelos órgãos com direitos e representação no Conselho Municipal da Educação:

I – REPRESENTANTE DO ENSINO EDUCACIONAL:

Joyce Fernanda Nunis

II – COMUNIDADES ESCOLARES:

a) ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

Titulares: Odair de Souza

Osnilda Rodrigues Vieira

Suplentes: Janaina Florinda da Silveira de Jesus

Cleuza de Bona

b) DOCENTES

Titulares: Aline Terezinha de Sá Pereira

Edite Fraga Cargnin Vescovi

Suplentes: Claudia Kardamone

Zélia Maria de Souza Santos

c) SEVIDORES NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS

Titular: Isabel Cristina Geraldo

Marlene dos Santos Prudêncio Vieira

Suplente: Marli Maria Cardoso

Ana Maria Lopes

d) DISCENTES OU SEUS RESPONSÁVEIS

Titular: Luciana Madalena dos Santos

Maria de Fátima Bernardes

Suplentes: Ana Paula Ramos

Andreia de Figueredo

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Junho de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA Nº 07/2015

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria Municipal de Saúde
Departamento de Fiscalização e Vigilância Sanitária
Edital nº 07/2015
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Srº Zigomar Gonçalves, CPF: 593.231.169-04, que na data de 12/05/2015 foi lavrado contra si o Auto de Infração sanitária nº 45/015 em face da constatação da seguinte irregularidade: Residência localizada na rua Tereza Krause nº 263 com Animais em excesso (cachorros), causando, incômodos, proliferação de vetores e prejuízo a saúde dos moradores circunvizinhos.

Infringindo o(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal (is): Art. 2 §1º, §2º §4º Art. 23. Art. 36, Art. 105, XXIV, XXV, XXXIV, CAP. V, Art. 114 da lei Complementar Municipal nº 070/2013 (Código Sanitário), fixando o prazo legal de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, junto à Vigilância Sanitária Municipal, localizada na Av. Antonio Joaquim Tavares nº 460, - Centro Penha, 16 de Junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 17ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dezoito dias do mês de maio de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Em seguida CONVIDOU A APROXIMAR-SE DA Mesa o Suplente ÉDIO MARQUETTI para prestar o seguinte juramento: PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DO MEU POVO. O então Vereador recém empossado respondeu solenemente ASSIM O PROMETO, e em seguida foi convidado a tomar assento em substituição ao Vereador ADRIANO DE SOUZA. Ato contínuo, iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 169 e 180/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 175, 176 e 177/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 178/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 179/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. No Grande Expediente de acordo com o Art. 130 R.I. – foi determinada a leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 19/2015: AUTORIZA RECEBER, EM DOAÇÃO, LOTES DO LOTEAMENTO DA EMPRESA GASSENFERTH ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA. REQUERIMENTOS: Nº 84/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: aprovado por unanimidade. Nº 95/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: aprovado por unanimidade. Nº 96/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: aprovado por unanimidade. Nº 97/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: aprovado por unanimidade. Nº 98/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovado por unanimidade. MOÇÕES: Nº 32/2015 dos Vereadores ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI, JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO e JESUEL FRANCISCO CAPELA, manifestando profundo pesar aos familiares enlutados dos Jovens Gabriel Pedro Anacleto e Messias de Oliveira, vítimas de afogamento decorrente do naufrágio da baleeira Jeová Jeré na data de 11 de maio no mar de Laguna. aprovado por unanimidade Nº 33/2015 da Vereadora MARIA

JURACI ALEXANDRINO: congratulações ao jovem lutador de Penha, Antonio Marcos Guszak, sagrou-se campeão Sul Americano de MuayThai dos meio pesados (até 81 quilos), em evento disputado em Buenos Aires, no último dia 9. aprovado por unanimidade. CONSIDERAÇÕES FINAIS - Art. 132 R.I. O Exmo. Sr. Presidente transmitiu a presidência ao Vice, ausentando-se do Plenário. Fez uso da palavra pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino cumprimentou aos presentes, reportou-se ao evento cultural em oito de maio na capela de São João Batista, com apresentação de corais, citando que é necessário estabelecer diálogo com o Departamento de cultura para que o município tenha de fato a gestão da cultura, como acontece em vários outros municípios, ressaltando a necessidade de inscrição de projetos no Fundo Estadual de Cultura, necessária para obtermos recursos, valorizarmos a cultura local, como terno de reis, escritores e outros. Reafirmando que precisamos urgentemente pensar políticas públicas para a cultura de Penha, para não apenas promover eventos, mas garantir o incentivo a cultura. O Vereador Sergio de Mello pronunciando-se em tribuna, cumprimentou aos presentes. Reportando-se ao requerimento do Vereador sobre travessias elevadas, informou que ele próprio fez requerimento solicitando diversas informações acerca da responsabilidade da construção das lombadas e posterior substituição das mesmas, prejuízos, e outros, mas pasmem, a prefeitura não respondeu aos questionamentos. Registrou o caso sobre um carro da prefeitura que foi preso em Navegantes, ficando recolhido no pátio por um bom tempo pois precisavam regulamentar, foi a leilão, sendo vendido, e agora o comprador esteve na Prefeitura em busca do devido documento do veículo, situação esta que buscará mais informações. Encerrou seu discurso ressaltando que falta transparência nas contas públicas. Pronunciando-se em tribuna o Vereador Jefferson Ademir Custódio cumprimentou a todos, em especial o Vereador Édio Marquetti recém empossado, que fará com certeza belo trabalho, fortalecendo o PSDB. Teceu comentários sobre a convenção do PSDB, muito democrática e coletiva, que contou com a presença de aproximadamente 400 pessoas, agradecendo por ter sido indicado para a Presidência do Partido. Saudou aos líderes, comerciantes e empresários que estiveram nesta convenção, citando que almejam uma cidade com mais qualidade de vida. O Vereador recém empossado Édio Marquetti, cumprimentou a todos em especial amigos e familiares que vieram prestigiar sua posse, relatando seus trabalhos anteriores nesta

Casa, reafirmando o compromisso de trabalhar pelo povo de Penha. Encerrou falando sobre sua luta junto a administração municipal por benfeitorias para o Bairro São Cristóvão, e agora está prestes ser agraciado com obras no Bairro. Agradeceu ao Evandro e ao Vereador Adriano que atenderam o chamado o Prefeito para assumir a Secretaria de Educação, oportunizando-lhe estar mais uma vez nesta casa. A Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro pronunciou-se em tribuna, cumprimentando aos presentes, relatou sua viagem à Brasília, fazendo prestação de contas sobre as reuniões com deputados federais em busca de recursos para o município de Penha, salientando a preocupação com as ruas do Mariscal, que necessitam de pavimentação com urgência devido ao seu crescimento populacional, solicitado diversas vezes por essa casa ao Prefeito Municipal, inclusive. O Prefeito precisa de recurso, e nós temos que tentar viabilizar esses recursos para o município. O mesmo discurso fez dirigido ao Bairro de São Cristóvão, que é alvo de sua atenção. Em aparte o Vereador Isac teceu comentários também sobre a viagem relatando pedidos feitos aos deputados, externando o profundo desejo de obter retorno as solicitações. A vereadora Márcia afirmou que nenhum prefeito gosta de ver as comunidades com necessidades, mas não podem tirar dinheiro do próprio bolso para afazer as obras, é necessário recursos destinados ao município. Passando a Presidência o Primeiro Secretário, o Vereador Clóvis Bergamaschi usou a tribuna desejando boas vindas ao vereador Édio Marquetti, desejando-lhe que logre êxito sem eu trabalho nesta casa, cumprimentou a imprensa e demais visitantes presentes. Informou que começou a fazer estudo sobre o Legislativo e as leis criadas no decorrer dos anos e a impressão é de que esta casa é mais um depósito de papel do que uma casa de leis, pois as leis não funcionam, estão paradas. Cada oportunidade em tribuna falará de leis que funcionam parcialmente e outras que não funcionam, citando a lei 1918/2003, que diz que os hinos nacional, do município e da bandeira serão executados e entoados nas unidades de ensino da municipalidade uma vez por semana bem como hasteamento da bandeira todos os dias. A Vereadora Maria Juraci em aparte contribuiu citando que seria interessante visitarem em comissão as unidades da municipalidade para fiscalizar a execução da mesma. Vereador Clóvis prosseguiu falando sobre lei 1929/2003 que obriga os hospitais e unidades de atendimento da saúde devem ter fixados lista com nome de responsável por plantão, médicos e especialidades. A Vereadora Márcia em aparte informou que protocolou projeto neste sentido no ano anterior, arquivado pela Comissão de Legislação, por entenderem que a iniciativa deveria ser do Poder Executivo. Clóvis prosseguiu que é dever do vereador fiscalizar o cumprimento das leis, não adianta criarmos leis que não são cumpridas, citando ainda a lei que determina que as empresas que abrem buracos valas perfurações nas ruas são responsáveis por tapá-los no máximo em quinze dias, o que também não está sendo cumprida, bem como a lei 1948/2003 que obriga consultórios particulares ou municipais a expedirem receitas em letras legíveis no município de Penha, que também não é cumprida. Sérgio em aparte falou que no curso pregam pelo Brasil afora é a consolidação das leis, facilitando sua funcionalidade. O Vereador Clóvis afirmou que está trabalhando nesse sentido e encerrou seu pronunciamento. Pronunciando-se em Tribuna o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi cumprimentou aos presentes nominando-os e teceu comentários referente a requerimento que solicitava pavimentação de ruas do Gravatá, dizendo que hoje acompanhou o serviço da medição da obra já na Rua João Camilo, Ana Benvinda Veiga, paver em frente a Igreja Católica do Gravatá e outro trecho ainda sem denominação, agradecendo ao Prefeito o atendimento a sua solicitação, congratulando-se com os moradores. Jeferson em aparte, parabenizou o vereador Claudinei pelo trabalho que faz pelo Bairro Gravatá que é a sua base, e por todo o município, citando que em breve o do campo de futebol society do Gravatá também será uma realidade. O Vereador Claudinei Ruduitte Pressi teceu agradecimentos e encerrou seu pronunciamento. O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho cumprimentou aos presentes, congratulou-se com a implantação do campo society do Gravatá,

dizendo que ele próprio assim como o Vereador Isac, também fizeram a solicitação de pavimentação destas ruas do Bairro Gravatá, para o Bairro São Cristóvão e São Nicolau, citando que o fato de o Prefeito demorar a atender as solicitações acaba fazendo com que muitos vereadores façam o mesmo pedido, fazendo com que a luta seja de todos os vereadores. Reportou-se a Rua João Francisco conhecida por Rua do Pipoca, em que solicitou ofício ao prefeito para que realize ao menos macadame e patrolamento nesta Rua e na Rua João Alfredo Cordeiro, resolvendo o problema dos valões que existem lá. Pediu travessia elevada em frente a Igreja Católica e a Igreja evangélica do Bairro Gravatá. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente ad-hoc Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando a próxima reunião para o dia vinte e seis de maio, terça-feira em seu horário habitual. E, para constar, Eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro secretário após sua aprovação. Sala das Sessões, 19 de maio de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT ISAC HAMILTON DA COSTA
Presidente 1º Secretário

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 18ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e seis de maio de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 181 e 188/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 182/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 183/2015 do Vereador ÉDIO MARQUETTI. Nº 184, 185 e 186/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 187/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 189, 190 e 191/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 192/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 193/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Iniciando o GRANDE EXPEDIENTE de acordo com o artigo 130 do Regimento Interno, foi determinada a leitura de Pareceres das Comissões Permanentes favorável com Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 19/2015 do Executivo: AUTORIZA RECEBER, EM DOAÇÃO, LOTES DO LOTEAMENTO DA EMPRESA GASSENFERTH ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA. Parecer favorável com Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 21/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 8/2015 do Legislativo: DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DOS VEREADORES MIRINS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA. Leitura e votação de REQUERIMENTOS: Nº 99/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Aprovado por unanimidade. Nº 100/2015 do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI, Aprovado por unanimidade. Nº 101/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO, Aprovado por unanimidade. Nº 102/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, Aprovado por unanimidade. Nº 103/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: Aprovado por unanimidade. MOÇÃO: Nº 35/2015 dos Vereadores ÉDIO MARQUETTI, ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI, JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO e JESUEL FRANCISCO CAPELA, Aprovado por unanimidade. Na ORDEM DO DIA - artigo 131 do Regimento Interno. Em discussão e votação única o Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 19/2015 do Executivo, Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2015 do Executivo: AUTORIZA RECEBER, EM DOAÇÃO, LOTES DO LOTEAMENTO DA EMPRESA GASSENFERTH ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única o Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 21/2015 do Executivo. Aprovado

por unanimidade. Em discussão e votação única o Projeto de Lei Ordinária nº 21/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única o Projeto de Resolução nº 8/2015 do Legislativo: DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DOS VEREADORES MIRINS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA – Aprovado por unanimidade. Não havendo inscritos para uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Presidente Felipe Rebello Schmidt encerrou a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores para a próxima reunião a realizar-se em 28 de maio do corrente ano, às 9:00 horas na sede do Poder Legislativo Municipal. E para constar, EU Tatiane da Silva Willem, Assistente Administrativo, lavrei a presente ata que depois de aprovada, segue assinada pelo Exmo. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 19ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e oito de maio de 2015. Ausente a vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, presentes os demais Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com discussão e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 194/2015 do Vereador ÉDIO MARQUETTI. Nº 195/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. GRANDE EXPEDIENTE - ARTIGO 130 DO R. I. - REQUERIMENTOS: Nº 104/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 105/2015 do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI, aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 106/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, aprovado por unanimidade dos presentes. MOÇÃO - Nº 37/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovado por unanimidade dos presentes. CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I. Fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador Sérgio de Mello e dissertou acerca dos conselhos municipais e as dificuldades enfrentadas pelos membros voluntários das associações, encerrou seu discurso falando sobre o encaminhamento da sua indicação sobre a instituição do Conselho da Juventude e sobre a desvalorização das indicações e requerimentos no Município. Em seguida fez uso da palavra pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, que iniciou seu pronunciamento apontando o machismo existente no parlamento, deu continuidade falando sobre sua indignação acerca de um veto presidencial e sobre a falta de uma política de gestão de saúde no Município, apontou a necessidade de ser realizada uma CPI na Secretaria de Saúde, questionou a utilização do dinheiro público destinado a projetos como o Projeto ADONHIRAN; indicou a necessidade de fiscalização por parte dos Vereadores, indicou também a importância dos conselhos, questionou a implantação do Projeto Caderno de Cidadania e encerrou abordando o já apresentado requerimento acerca da solicitação da implantação dos auto-serviço (Self Services) nas escolas. Passando a presidência ao primeiro secretário, Isac da Costa, pronunciou-se em tribuna o Vereador Felipe Rebello Schmidt, que iniciou seu discurso falando da divergência de ideias acerca sobre o que seria ser parlamentar no Município, respondeu a perguntas apresentadas por parlamentares anteriormente, questionou a diferença de postura de determinados parlamentares na prática e no discurso e

sobre a igualdade e respeito que são necessários, encerrou seu discurso falando sobre a necessidade de equilíbrio e responsabilidade no cumprimento das leis. Fez uso da palavra em seguida pelo tempo regimental o Vereador Toninho iniciando seu pronunciamento apontando a falta de compromisso por parte do Vereador Jefferson e outros parlamentares para com a casa, deu continuidade questionando sobre o retorno de verbas destinada à operação Tapa Buraço realizada pela empresa Águas de Itapocoroy, em aparte o Vereador Sérgio de Mello falou sobre o processo de municipalização do serviço de água e esgoto por reclamações referentes à antiga responsável por parte da atual e agora a terceirização do mesmo pelo fato de a atual empresa responsável estar realizando um serviço de qualidade inferior ao que se realizava antes e apoiando o Vereador Toninho em relação a falta de compromisso dos parlamentares; retomando a palavra o Vereador Toninho solicitou que fossem tomadas ações para a exposição de Vereadores descompromissados e apontou a dificuldade em conseguir informações nas secretarias e concluiu falando sobre o não cumprimento de promessas feitas pelo Prefeito aos moradores. Em seguida fez o uso da palavra o vereador Claudinei R. Pressi que iniciou se desculpando e justificando o fato de ter se atrasado para a atual sessão e indicando que não havia necessidade de retirada de seu requerimento da pauta por esse motivo; logo após justificou aos Vereadores Sérgio de Mello e Toninho o fato de que não haverem datas no requerimento 105/2015 apresentado por ele; tendo fornecido trinta segundos cada, por aparte se pronunciaram os Vereadores Sérgio de Mello e Maria Juraci Alexandrino; o Vereador Sérgio de Mello discursou acerca da coletividade do trabalho dos vereadores, dizendo que nenhum requerimento é aprovado ou deve ser feito unicamente para esclarecimento pessoal, a Vereadora Maria Juraci na tentativa de abordar outros assuntos que não o em discussão foi interrompida pelo Presidente e teve seu tempo devolvido ao Vereador Claudinei, que voltando a se pronunciar disse que cabe aos outros parlamentares apenas aprovar ou não os requerimentos, e não questionar como ele foi apresentado; finalizando seu discurso declarou apoio à punição aos vereadores que se retiram antes do término da sessão, indicou a necessidade de serem respeitados o plenário e os trabalhos da casa, se desculpando e agradecendo. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. presidente agradeceu a presença de todos encerrando a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dois de junho, terça-feira, às dezenove horas. Sala das Sessões, 28 de maio de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 20ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dois de junho de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a discussão e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 196, 197 e 198/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Nº 199 e 201/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 200/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 202, 203 e 204/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 205/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 206, 207 e 209/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei nº01/2015, de autoria da Vereadora Maria Juraci

Alexandrino: INSTITUI O "DIA DO SKATISTA" E A "SEMANA MUNICIPAL DO SKATISTA" NO MUNICÍPIO DE PENHA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTOS: Nº 107/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, APROVADO POR UNANIMIDADE. Nº 108/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: APROVADO POR UNANIMIDADE. Nº 109/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: APROVADO POR UNANIMIDADE. Nº 110/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: APROVADO POR UNANIMIDADE. - Nº 111/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, APROVADO POR UNANIMIDADE. MOÇÕES: Nº 38/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, em nome da bancada do PSDB, manifesta pesar pelo falecimento do Senhor José Paulo Aguiar, Leandro Romério Bento, Senhor Mário da Silva, Senhora Marta esposa do Sr. Marcelino, Sr. Pedro Leite, Senhor Erico Goedert. Nº 39/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: "moção de pesar pelo da Senhora Alice, falecida neste Município na data de 31/05/2015. Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I. - Fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador Sérgio de Mello, que iniciou seu pronunciamento parabenizando os membros da associação de São Cristóvão e deu prosseguimento dentro do tema da segurança pública, após solicitar um requerimento verbal abordando diversos questionamentos endereçados à PM local apontou falhas do Poder Executivo na execução do Programa Bem-Te-Vi; finalizando, apresentou um segundo requerimento acerca de uma rua em São Cristóvão que por descaso da prefeitura acabou sendo invadida. Em seguida pronunciou-se em tribuna o Vereador Jefferson parabenizando aos membros das associações presentes e deu continuidade falando sobre a última audiência pública referente à prestação de contas do município, apresentando os números da receita atual e exemplificando o uso da renda pública em diversas obras no município. Em seguida fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador Toninho que iniciou agradecendo e parabenizando aos organizadores e participantes da Festa do Divino, apresentou um pedido à Secretaria de Obras solicitando providências para a Rua Vila Nova próxima ao Anjo Dourado e para a Rua João Alfredo Cordeiro, assim como várias outras no município; utilizando a palavra após ter sido citado, o Vereador Jefferson solicitou que todos os pedidos fossem encaminhados por escrito para que pudessem ser encaminhados ao secretário de obras e finalizando falou sobre seu partido; retomando a palavra o Vereador Toninho justificou a citação ao Vereador Jefferson e deu mais detalhes acerca das ruas antes citadas. Assumindo a tribuna pronunciou-se em seguida o Vereador Clóvis que iniciou seu pronunciamento explicando acerca da necessidade da criação dos sindicatos e do incentivo governamental dado logo após 1971, data da fundação do sindicato dos trabalhadores agrícolas no município; finalizou propondo uma homenagem aos trabalhadores rurais assim como também aos ex-presidentes dos sindicatos. Em seguida fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador Claudinei que fez seu pronunciamento abordando o ofício encaminhado ao Deputado Estadual Ismael dos Santos, que trata sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, juntamente com o comprometimento por parte do Prefeito já disponibilizando um terreno para a construção das referidas casas. Transferindo o controle dos trabalhos ao Vice-Presidente Clóvis Bergamaschi, pronunciou-se em tribuna o Exmo. Sr. Presidente Felipe Schmidt, que iniciou seu discurso tratando sobre a participação popular nas sessões da Câmara de Vereadores na atual legislatura, deu continuidade falando sobre o compromisso assumido e já parabenizando os voluntários em associações e conselhos, sobre a atual gestão do estado de Santa Catarina pelo PSD, a participação na convenção estadual do partido e declarou suas intenções de cada vez mais tornar a gestão o mais transparente possível. Fazendo uso da palavra a Vereadora Maria Juraci Alexandrino iniciou seu discurso lembrando aos presentes do Fórum em Defesa do Idoso com Deficiência, mencionou requerimentos encaminhados ao Prefeito Municipal, à Secretaria de Saúde e à Assistência Social referentes aos idosos com deficiência no município; falando sobre os conselhos no município, a Vereadora relembrou um Projeto de Lei aprovado e sancionado em 2013 referente aos

Conselhos nas Escolas nas Escolas Públicas, mas que ainda não foi implantado pela Secretaria da Educação e sobre a possibilidade de que pela não implantação dos conselhos o município não obtenha o devido repasse de verbas através do Plano Nacional de Educação; finalizando, indicou a necessidade do encaminhamento de requerimentos e prestação de contas. Após o fim dos pronunciamentos e encerrando as considerações finais o Exmo. Sr. Presidente comunicou a todos os parlamentares e presentes a reunião com a Promotoria Pública, Secretaria de Planejamento e Câmara Municipal de Vereadores a ser realizada na segunda-feira, dia oito de Junho, a tratar sobre assuntos referentes à denominação de vias públicas no município e sobre o sarau literário a ser realizado no dia dez de Junho, quarta-feira. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. presidente agradeceu a presença de todos encerrando a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia nove de Junho, terça-feira, às dezenove horas. E, para constar, eu Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 21ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos nove de junho de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 210 e, 215 e 216/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 217/2015 do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI. Grande Expediente - Art. 130 R.I. Leitura do Projeto de Lei Complementar nº 2/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 96/2015. REQUERIMENTOS: Nº 112/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: Aprovado Por Unanimidade. Nº 113/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Aprovado Por Unanimidade. Nº 114/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: Aprovado Por Unanimidade. Nº 115/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: Aprovado Por Unanimidade. Nº 116/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: Aprovado Por Unanimidade. MOÇÕES: Nº 36/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA em nome da bancada do PSDB, Moção de congratulações a Família do Imperador da 180ª Festa do Divino Espírito Santo, Senhor José Domingos Bento. Aprovado Por Unanimidade. Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS ART. 132 R.I. fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador Clóvis Bergamaschi pedindo atenção para a situação caótica das estradas na localidade de Santa Lídia, citando que "tem buraco em cima do poste esperando vaga pra descer". Dando prosseguimento a seu discurso, falou sobre a omissão por parte das secretarias em obra de calçamento comunitário na Praia Alegre e outra obra parada há um ano e meio, que agora encontra dificuldades para ser concluída. Assumindo o uso da tribuna, o Vereador Édio Marquetti abordou o fato de estarem sendo realizadas cobranças adicionais por parte dos comércios locais quando realizado o pagamento com cartões e também fez menção ao caso em que uma rua foi fechada por um município. A Vereadora Maria Juraci Alexandrino, discursou em tribuna fazendo menção ao estado deplorável das estradas no município como já dito pelo Vereador Clóvis inclusive mencionando ruas como a Luiz

Lopes Gonzaga assim como as demais ruas na localidade do Mariscal e a Nilo Anastácio Vieira. Em seguida, citando o Art. 208, VII da Constituição Federal iniciou sua explanação sobre o fato de as escolas ainda não terem recebido material escolar e o arquivamento do Projeto de Lei que trata da implantação dos conselhos escolares assim como sobre os conselhos em si. Transferindo a liderança dos trabalhos ao Vice-Presidente Clóvis, o Exmo. Sr. Presidente Felipe Schmidt assumiu a tribuna iniciando seu pronunciamento parabenizando os munícipes que por costume acompanham as sessões ordinárias da Câmara de Vereadores e mais uma vez convidando a todos para comparecerem ao Primeiro Sarau a ser realizado no dia 10 de Junho. Finalizando seu pronunciamento anunciou os Vereadores Mirins recém eleitos e também a data da posse dos mesmos. Fez uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador de Mello, convidando aos Vereadores para comparecerem ao 22º Encontro das APAEs no dia 12 de Junho conforme anunciado anteriormente pelo Sr. Presidente assim como também a outros eventos. Teceu considerações sobre o trabalho realizado pelos vereadores e o descaso das autoridades na situação da rua fechada por um munícipe. Pronunciando-se em tribuna o Vereador Isac Hamilton da Costa fez seu pronunciamento com foco na classe dos trabalhadores marítimos, mais especificamente naqueles que ainda não ingressaram na carreira marítima. Fazendo uso da palavra, o Vereador Antonio Alfredo Cordeiro Filho iniciou seu pronunciamento falando sobre as diversas obras inacabadas, dizendo que seria melhor o município iniciar menos obras simultâneas, mas concluí-las efetivamente. Finalizando também repudiou o caso da rua fechada em seu final por um munícipe. O Vereador Claudinei Ruduitte Pressi, assumindo a tribuna iniciou seu discurso falando sobre a solicitação feita para a Rua Paule Simone Leger. Prosseguiu seu discurso sobre denominação de ruas, citando que são denominadas por leis, leis foram feitas para serem cumpridas e que as devidas ações referentes ao cidadão que bloqueou uma via pública deverão ser tomadas. Nada mais havendo, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia dezesseis de Junho do presente ano. E para constar, Eu, MATHEUS SOUZA DE MELO, Secretário Geral, lavrei a presente ata que após aprovada segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em , 09 de Junho de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.242, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4.242, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

DETERMINA À SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL QUE EFETUE CESSÃO DE UM VEÍCULO CORSA CLASSIC À SECRETARIA DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a demanda atual da Secretaria da Agricultura;

CONSIDERANDO que a presente medida é por prazo determinado,

DECRETA:

Art. 1º Determina à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social a cessão de um veículo CORSA CLASSIC, placa MCE-7523, à Secretaria de Agricultura.

§ 1º O veículo de que trata este Decreto deverá ser utilizado pela Secretaria da Agricultura no desenvolvimento das atividades do Órgão.

§ 2º Todas as despesas com a manutenção do veículo no período que for utilizado pela respectiva Secretaria da Agricultura deverão ser empenhadas à conta de dotações orçamentárias alocadas neste Órgão de Agricultura, devendo ser dado ciência aos setores contábeis e de controle de veículos.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 03/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: 49 35621556
email: besocial @pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 03/2015 Pinheiro Preto, 28 de maio de 2015.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS DO ANO 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 758/96 de 12 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal N.º 3859 de 05 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal de Assistência Social devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.859 de 05 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área da assistência social no município de Pinheiro Preto.

RESOLVE

Art.º 1º. Aprovar o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal; Demonstrativo do Gestão SUAS; Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único De Assistência Social - SUAS Ano 2014

Art.º 2º. No ano de 2014, os recursos financeiros recebidos do FNAS foram no valor de R\$ 135.814,00 sendo R\$ 78.743,59 Piso Básico Fixo; R\$ 57.070,67 Piso Básico Variável; IGD SUAS R\$ 4.000,00 e IGD PBF R\$ 6.875,00. Os recursos financeiros recebidos pelo FEAS foram ao valor de R\$27.678,16 Os recursos próprios executados foram no valor de R\$ 110.829,17.

Art.º 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 28 de maio de 2015.
Elaine Timm Duarte
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N.º 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: 49 35621556
email: besocial @pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 04/2014 Pinheiro Preto, 28 de maio de 2015.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANO 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 758/96 de 12 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal N.º 3859 de 05 de agosto de 2013.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivado atender as necessidades dos usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE

Art.º. 1º. Aprovar o PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANO 2015.

Art.º. 2º. As metas de atendimento do referido Plano, são 2.500 famílias referenciadas para o atendimento no PAIF (Piso Básico Fixo); SCV usuários na faixa de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos e seus familiares - 180 e SFCV usuários na faixa de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos em situações prioritárias - 90 (Piso Básico Variável) ; BPC na Escola 2 e 70 famílias beneficiárias do PBF.

Art.º 3º. A Previsão de financiamento do FNAS para o município de Pinheiro Preto no ano de 2015 será no valor de R\$ 187.649,83. Recursos repassados pelo FEAS R\$ 26.600,00 e total de recursos do Fundo Municipal previsto o valor de R\$ 174.300,00, Totalizando os recursos do Fundo Municipal para o exercício 2015 o valor de R\$ 388.549,83.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto- SC, 28 de maio de 2015
Elaine Timm Duarte
Presidente do CMAS

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.944 DE 11 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.944 DE 11 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 31.728,39 (trinta e um mil setecentos e vinte e oito reais trinta e nove centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 4.100,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2011 – Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03620200 – Transporte Escolar Estado R\$ 27.628,39

TOTAL R\$ 31.728,39

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 11 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 051/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO E SERVENTE A SEREM EXECUTADOS NA MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE ESPORTE E LAZER FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA - PAVILHÃO

DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 01/07/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 01/07/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 17 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA Nº 19.658

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 19.658

DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e do parágrafo único do artigo 9º da Lei Complementar 264 de 23 de junho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. ANTONIO VARELA BORGES, Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação de Pomerode, para assinar em conjunto com a Sra. MÔNICA SUSAN ZIMMER, Secretária de Gestão Administrativa e Fazendária, toda movimentação bancária do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 516

DECRETO Nº 516/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

“NOMEIA E CONSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO E COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada,
DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, através da presente Decreto, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Licitações na modalidade de Pregão e Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, realizadas no âmbito do Município de Ponte Serrada.

Art. 2º - As Comissões têm por objetivo:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada os bens móveis e bens imóveis que compõe o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e bens imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Art. 3º - A Comissão Municipal de Acompanhamento, Realização e Fiscalização das Licitações na Modalidade de Pregão terá a seguinte composição:

1. – Alessandra Daiane Andognini – Pregoeira

2. – Equipe de Apoio:

2.1. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco

2.2. – Ivonir Coronetti

2.3. – Odir Filipini

2.4. – Tiago Silva Pinto

Art. 4º - A Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliação dos Bens Móveis e Bens Imóveis da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais terá a seguinte composição:

1. – Alessandra Daiane Andognini – Presidente

2. – Joseane Cristina Forchesatto Petuco – Secretária

3. – Odir Filipini – Membro

4. – Ivonir Coronetti – Membro

5. – Tiago Silva Pinto – Membro

Art. 5º - Excepcionalmente, nos termos do Art. 51, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93, para emissão e julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo membro ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, que processará e julgará nos termos da Lei, lavrando ata circunstanciada para cada caso.

Art. 6º - O exercício do encargo existente decorrente da presente portaria é considerado serviço público relevante e não remunerado.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 003/2014, de 14 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO ATAS 2015

ATA Nº 01/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2015 - FMS

PREGÃO Nº 018/2015 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: Dimeva – Distribuidora de Med. LTDA

CNPJ: 76.386.283/0001-13

OBJETO: Aquisição de medicamentos, destinados a distribuição gratuita nas unidades de saúde do município de Ponte Serrada/SC.

ITENS: 13; 14; 15; 16.

VIGÊNCIA: DE 15 DE JUNHO DE 2015 À 15 DE JUNHO DE 2016

ATA Nº 02/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2015 - FMS

PREGÃO Nº 018/2015 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: Veneza Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA

CNPJ: 13.229.567/0001-86

OBJETO: Aquisição de medicamentos, destinados a distribuição gratuita nas unidades de saúde do município de Ponte Serrada/SC.

ITENS: 02; 03; 06; 07; 08.

VIGÊNCIA: DE 15 DE JUNHO DE 2015 À 15 DE JUNHO DE 2016

ATA Nº 03/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2015 - FMS

PREGÃO Nº 018/2015 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: Althis Comércio de Medic., e Mat., Médico Hospitalares

CNPJ: 13.971.092/0001-07

OBJETO: Aquisição de medicamentos, destinados a distribuição gratuita nas unidades de saúde do município de Ponte Serrada/SC.

ITENS: 01; 04; 11; 12.

VIGÊNCIA: DE 15 DE JUNHO DE 2015 À 15 DE JUNHO DE 2016

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 097/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

PREGÃO Nº 033/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA EPP

CNPJ: 10.257.026/0001-73

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES E INSUMOS DESTINADOS AO EMBELEZAMENTO DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, REQUERIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

VALOR: R\$ 2.709,43 (Dois mil e setecentos e nove reais e quarenta e três centavos)

VIGÊNCIA: DE 16 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 098/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

PREGÃO Nº 033/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: THIAGO BISATO – ME

CNPJ: 15.042.423/0001-41

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES E INSUMOS DESTINADOS AO EMBELEZAMENTO DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, REQUERIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

VALOR: R\$ 1.171,43 (Um mil cento e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

VIGÊNCIA: DE 16 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 099/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

PREGÃO Nº 033/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: PEDRO VICENTE BOESE PADILHA

CNPJ: 21.988.885/0001-59

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES E INSUMOS DESTINADOS AO EMBELEZAMENTO DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, REQUERIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

VALOR: R\$ 6.937,00 (Seis mil e novecentos e trinta e sete reais)

VIGÊNCIA: DE 16 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0100/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

PREGÃO Nº 033/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: JULCIMAR ANDRE BORDIGNON ME

CNPJ: 19.157.862/0001-50

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES E INSUMOS DESTINADOS AO EMBELEZAMENTO DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, REQUERIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

VALOR: R\$ 786,75 (Setecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: DE 16 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 005/2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 005/2015 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de equipamentos (eletrodomésticos) para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Porto Belo, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 30/06/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 30/06/2015, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 113/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 113/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, para a realização de serviços de: coleta regular e transporte de resíduos sólidos urbanos orgânicos e não-recicláveis; coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos urbanos recicláveis; operação e manutenção do aterro sanitário.

Valor Total: R\$ 1.404.278,40, (Um milhão quatrocentos e quatro mil duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 006/2015 - Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 006/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 058/2015 – Prefeitura

Tomada de Preços 006/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Porto União SC, 11 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANA JULIA BACH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2015, firmado em 19/05/2015, com término previsto para 19/06/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA JULIA BACH, portador(a) do CPF nº 007.198.619-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 292/2015, iniciando-se a prorrogação em 20/06/2015 e encerrando-se em 06/11/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/06/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA JULIA BACH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 802.768.659-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, nº 1465 - Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Enfermeiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) ESF Bremer, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/06/2015 e encerrando-se em 17/07/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	SANDRA APARECIDA SEBOLD
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4738, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4738, de 08 de junho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 054/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 054/2015 - SMO, de 05.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- COMERCIAL DACLANDE LTDA;
- FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA;
- PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA;
- SG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
- AGRO COMERCIAL NERI LTDA EPP;
- TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4738/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 054/2015 de 05.05.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DRENAGEM E BRITADOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- COMERCIAL DACLANDE LTDA;
- FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA;
- PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA;
- SG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
- AGRO COMERCIAL NERI LTDA EPP;
- TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- COMERCIAL DACLANDE LTDA;
- FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA;
- PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA;
- SG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
- AGRO COMERCIAL NERI LTDA EPP;
- TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

DECRETO Nº 4743, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4743, de 10 de junho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 056/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 056/2015 - SMO, de 18.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- JEAN MENIN ME;
- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME;
- MAKINGTECH SOL. IMP. TRANSP. COM. INF. LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4743/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 056/2015 de 18.05.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participantes:

- TERRAPLENAGEM CORREA LTDA ME;
- JEAN MENIN ME;
- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME;
- MAKINGTECH SOL. IMP. TRANSP. COM. INF. LTDA;
- MT TERRAPLENAGEM EIRELI ME;
- RCM TERRAPLANAGEM LTDA ME;
- DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- JEAN MENIN ME;
- KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME;
- MAKINGTECH SOL. IMP. TRANSP. COM. INF. LTDA.

DECRETO Nº 4745, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4745, de 11 de junho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015 - SMO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02. DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 053/2015, de 10.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- LEOPARDO MÁQUINAS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

CARISO SÁVIO GIOCOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4745/2015

Pregão Presencial nº 053/2015, de 20.05.2015.

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE 01(UM) TRATOR ROÇADEIRA NOVA MOTOR 15HP, NOVA, 4 TEMPOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Participantes:

- FLORA-MILK MÁQUINAS P/ AGROPECUÁRIA FLORESTA E JARDIM LTDA EPP;

- LEOPARDO MÁQUINAS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- LEOPARDO MÁQUINAS LTDA.

DECRETO Nº 4746, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4746, de 12 de junho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02. DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 057/2015, de 27.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em

favor do licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADM. E PEG. LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 4746/2015

Pregão Presencial nº 057/2015, de 27.05.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO PESSOAL DA PREFEITURA DE RIO DO SUL.

Participantes:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADM. E PEG. LTDA;

- INSTITUTO BARRIGA VERDE.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADM. E PEG. LTDA.

DECRETO Nº 4747, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4747, de 12 de junho de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 055/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 055/2015 de 18.05.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 4747/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 055/2015 de 18.05.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4 E ENVELOPES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL.

Participantes:

- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP;
- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA – ME;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

DECRETO Nº 4751, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4751, de 15 de junho de 2015.

"EXONERA CARLOS EDUARDO PLENS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 05/06/2015, o servidor CARLOS EDUARDO PLENS, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4752, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4752, de 15 de junho de 2015.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 073/2015 de 01.06.15.

Parágrafo único – A revogação se decidida no "caput", se dá devido a revisão orçamentária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 4754, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 4754, de 15 de junho de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 192.557,53 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Próprios	R\$	192.557,53
	TOTAL	R\$	192.557,53

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 192.557,53 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Próprios	R\$	192.557,53
	TOTAL	R\$	192.557,53

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4756, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4756, de 16 de junho de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo, conforme segue:

- O veículo Chevrolet Spin - Placa MJV 9827 - Cor Branca - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307 - Ano 2012/2013 - Renavam nº 492659249 - Patrimônio nº 20472, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado no dia 16 de junho de 2015. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do motorista, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LIVIA REGINA KOESTER - 16º TERMO ADITIVO

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, firmado em 16/10/2009, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

«Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2009, iniciando-se a prorrogação em 20/12/2014 e encerrando-se em 19/03/2015.»

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LIVIA REGINA KOESTER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LIVIA REGINA KOESTER - 18º TERMO ADITIVO

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, firmado em 16/10/2009, com término previsto para 18/06/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2009, iniciando-se a prorrogação em 19/06/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/06/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LIVIA REGINA KOESTER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS - 11º TERMO

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, firmado em 10/08/2011, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 20/12/2014 e encerrando-se em 19/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, firmado em 10/08/2011, com término previsto para 19/06/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 20/06/2015 e encerrando-se em 06/11/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/06/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 0389/RH

PORTARIA Nº 0389/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0776/RH de 17/06/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Biblioteca, da Fundação Cultural e, designar como membros: WILLIAN WALTER SIEVERDT, matrícula 183172-1, Superintendente da Fundação Cultural, MARISA DOS SANTOS, matrícula 194824-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, PATRICIA PIANESSER, matrícula 194697-1,

ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e, designar como suplente: CATIA DAGNONI, matrícula 194743-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0390/RH

PORTARIA Nº 0390/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0778/RH de 17/06/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Divisão Administrativa e Financeira, da Fundação Cultural e, designar como membros: WILLIAN WALTER SIEVERDT, matrícula 183172-1, Superintendente da Fundação Cultural, ISABEL CRISTINA COSTA, matrícula 194700-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, PATRICIA PIANESSER, matrícula 194697-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e, designar como suplente: CATIA DAGNONI, matrícula 194743-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0391/RH

PORTARIA N. 0391/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 61 a 68, dos autos da Sindicância Administrativa n. 028/2013, instaurada pela Portaria n. 1347/RH de 06 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 70 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 028/2013, instaurada para apuração da responsabilidade sobre irregularidades no recebimento/armazenamento de alimentos ocorridos no Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor II, relatados no Ofício nº 349/2013/SME, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista que a Administração Pública Municipal não pode exigir conduta diversa das servidoras envolvidas, uma vez que não disponibilizou os meios necessários para possibilitar uma adequada prestação nos serviços de recebimento e armazenamento de produtos alimentícios perecíveis, nem sequer garantiu uma fiscalização preventiva suficiente para inibir tal ocorrência.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0392/RH

PORTARIA N. 0392/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 124 a 131, dos autos da Sindicância Administrativa n. 029/2013, instaurada pela Portaria n. 1396/RH de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 133 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 029/2013, instaurada para apuração da responsabilidade sobre possíveis acordos realizados sem previsão legal, ocorridos na Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista que embora a prática não atenda ao princípio da estrita legalidade, a penalização da conduta das servidoras relacionadas violaria os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e moralidade administrativa, além do que a referida conduta proporcionou benefício direto a Administração Pública.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0400/RH

PORTARIA Nº. 0400/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0271/2015/RH de 17/04/2015, a qual nomeia MARIA SALETE ISIDORO para exercer

o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

PORTARIA Nº 0401/RH

PORTARIA Nº. 0401/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, LOIRI TEREZINHA SANDER, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

PREGÃO PRESENCIAL 058/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2015

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços para conserto de calçamentos e meio fio em diversas ruas pavimentadas do município. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 30/06/2015, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 30/06/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 044/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 044/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 229/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO ACESSO À PONTE DOM TITO BUSS, BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos catorze (14) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alves, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital do Convite nº 167/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 229, datado de 23 de dezembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 14 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Ltda.

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 045/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 045/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 229/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO ACESSO À PONTE DOM TITO BUSS, BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital do Convite nº 167/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 229, datado de 23 de dezembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 29.033,36 (vinte e nove mil e trinta e três reais e trinta e seis centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

RETIFICAÇÃO DO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO:

A presente Retificação do Edital de Homologação dos Inscritos no Concurso Público objeto do Edital nº 01/2015, de 11 de maio de 2015, para o cargo de Professor de Educação Infantil, em consonância com o Mandado de Citação – Antecipação de Tutela, Autos nº0001148-73.2015.8.24.0035, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

As dos demais cargos ficam ratificados.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 17 de junho de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	604 candidatos	
Inscrição	Nome	RG
729	ADAIR KOERICH	2252773
1186	ADALUT MARIA LOTÉRIO	2256252
18	ADELAIDE VANDERLINDE DA SILVA	942144
120	ADELAINE SOARES DA ROSA	4475127
1033	ADELIA SELMA SPERBER DE OLIVEIRA	258482
321	ADELINE SCHAFFER NAU	4740298
1023	ADRIANA APARECIDA DE CAMARGO	427043645
882	ADRIANA CAMPESTRINI	4056961
197	ADRIANA DE FÁTIMA RIBEIRO	3732714
653	ADRIANA HARDT VIRTUOSO	4432103
1140	ADRIANA HOFFMANN BLASIU	4085568
638	ADRIANA IGNACIO STORCKMANN	4118500
298	ADRIANA LEICHT PRUST	4085310
29	ADRIANA LIGIA DIAS TONON	3607638
789	ADRIANA MARTINS	3638157
1072	ADRIANA VIEIRA	2628993
988	ADRIANIA KRIEGER STREY	31635105
579	ALANA JASPER ZUNINO	4403659
691	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO ZANDONAI	4744421
748	ALESSANDRA BLASIU	54124689
1156	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	4099915532
779	ALESSANDRA OSTERNA	3607655
596	ALEXANDRA MENDES	3.792.038
973	ALICE SENEM HILLESHEIM	5012804
1125	ALINE CRISTINA GONÇALVES	5.880.578
95	ALINE CRISTINA SCOZ	4834549
618	ALINE MARCHI	4431895
92	ALINE RAQUEL BUZZI	5797305

128	ALINE WEIERS	4234749
183	AMANDA MENDES PEREIRA	6072921
776	AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA	3.459.474-4
740	ANA CAROLINA BORGONHA	404376
402	ANA CAROLINA MEES	4118813
538	ANA CLÁUDIA MORAIS	445019190
132	ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS	1678253
439	ANA LUCIA DE MATOS	4158870
949	ANA LUCIA GARCIA GRAHL	1425888
615	ANA MARIA DE OLIVEIRA	1676090
103	ANA PAULA CARDOZO HOEPERS	3835441
436	ANA PAULA CIRILO	4171182
314	ANA PAULA DIECKMANN	4.024.660
1008	ANA PAULA FINARDI DE SOUZA	4118002
975	ANA PAULA MARTINS VARELA KUHIL	32426291
1104	ANA PAULA PEREIRA	22594310
567	ANA PAULA PEYERLE	4403888
164	ANA PAULA ROSA COSTA	4085270
359	ANA PAULA SCOTINI	4457751
705	ANA PAULA SOBIERANSKI COELHO	4830036
758	ANDRÉA DAS GRAÇAS ALEXANDRE ALVES	2.707.033-6
522	ANDRÉIA DE OLIVEIRA WILLEMANN	3161656
62	ANDREIA MORAES COMPER	3766952
850	ANDRESSA ANDRE	5.379.286
520	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA	4.475.207-5
809	ANDREZA APARECIDA DE OLIVEIRA	4596836
271	ANDREZA DE OLIVEIRA	35985046
1037	ANELITA KNAUL	1.896.437-0
360	ANELIZE MACHADO MONTIBELLER LOTERIO	5142910
966	ANGELA APARECIDA SILVA	4.311.329
802	ANGELA MARIA RECH	50711610
689	ANGELA PAULA DE MORAES	3896638
9	ANGELICA SIMONE SCOTINI	4706598
213	ANGENETE MARIAN	3638543
71	ANTONIA ARAUJO DE LIMA	6838437
1059	AUCELY MARIA OTTO RBERTI	16066189
636	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN	2.594.926
17	BÁRBARA CRISTINE PONTICELLI	3314035
1132	BARBARA EVARISTO	5379317
781	BEATRIZ VANDRESEN	47192313
34	BERNADETE CIPRIANI NAZARI	722823-6
192	BERNADETE CANDIDO NUNES	7R/1.679.934
508	BERNADETE MARIA SIEVES TAVARES	625258
562	BIANCA JANINE SCOZ	3980757
349	BIANCA PIERINA SPERANDIO	50882317
537	BIANCA TONET	5923224
1116	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	4745484
626	BRUNA EMANUELI SENS	4724840
805	BRUNA EMILY SCHWEITZER BACHLE	4342924
199	BRUNA LETICIA LAURINDO	6050835
677	BRUNA MULLER CAMARGO	4724668
635	CAMILA DOS SANTOS VARELA	53799585
107	CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS	43743650
716	CAMILA LORENZON DA COSTA	5261981
933	CAMILA SCHMOELLER	47246901
129	CAMILADOAMARAL	4.719.500
415	CARLA CLÉA DE SOUZA	3905782
253	CARLA CRISTIANE ALVES	43718191
265	CARLA FRANCYELE SOUZA	4300840
720	CARLA FUCK WOLLINGER	5142437
877	CARLA HOEPERS EZIDIO	3.833.704
169	CARLA NAUÍLA GOEDERT SCHIESTL	50092383

236	CARLA REGINA PEREIRA	3458602
385	CARLA RODE KIRCHNER	4097077
795	CARLOS ALEIXO GRABOWSKI	4744018
914	CAROLINE DIAS DO PRADO GRANEMANN GREIN	5738410
1039	CAROLINE FERNANDA BUTZKE DA SILVA	5274708
40	CAROLINE GONÇALVES BOGO	4237678
384	CÁSSIA NELI JUNGLOS	5232142
48	CATIA CAROLINE SCHLICHTING	6.230.628
821	CATIA KOHL HANG	34599363
400	CATIA REGINA SCHMIDT	3579228
1074	CATIANE APARECIDA ZAPPELINI	4011758
1007	CÉLIA FUZARIS DE OLIVEIRA	39415779-5
214	CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO	4085629
249	CHARLINE MELLO LEDRA	5232970
1117	CHEILA CRISTINE GRAMKOW	5232629
977	CHIRLES VERIDIANA RATH	4529893
646	CICERA SILVA DOS SANTOS	7.175.832
905	CINEIDE MARIA HUNTEMANN FERREIRA	21203598
370	CINEIDE MARILEIA MOSER	3980798
254	CINTIA INES POSTAI MARCHI	32424299
193	CINTIA LUSIA BATISTI	4233564
416	CINTIA SCHREIBER	4.262.422
875	CLARICE COELHO DOS SANTOS	3820531
499	CLARICE SCHMUELLER	4347596
853	CLARINDA FERREIRA MADEIRA	5040078081
275	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS	5888077
446	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS	2829948
985	CLAUDETE SBORZ LEHMANN	1679542
754	CLÁUDIA COSTA	52792862
494	CLAUDIA DENISE DOS SANTOS DE FREITAS	6478757
28	CLÁUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS	3C/2024054
581	CLAUDIA PRUST WESSNER	4528350
1055	CLAUDIANE GISELE FRONZA CRISTOFOLINI	4056346
364	CLAUDINÉIA TABARELLI	4529495
181	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	31604021
39	CLEIDE MALVA CEOLA	4001764
709	CLEIDE MARI MATOS	1054505
1046	CLEIDE MARIA BUSNARDO	1225 107
115	CLEIDIMARA LUIZ DELUCA	4056601
1012	CLEUSA MARIA MONDINI	4001628
750	CRISLAINE SCHADE	6224432
396	CRISTIANE GOMES SANTOS	6609516
296	CRISTIANE GORGES DE OLIVEIRA	2259607
828	CRISTIANE HECK STEINHEUSER CONACO	4.317.244
409	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA	5.087.724
506	CRISTIANE ODERDENGE	4088209
57	CRISTIANI BECKER	45299919
224	CRISTIANI BLASIU	5412519
70	DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA	4.403.690
284	DAIANA RAMOS DA SILVA	4085017
1160	DAIANE DA CUNHA MORAIS	3617950922
54	DAIANE DE SOUZA MACHADO	4203897
114	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS	4431063
945	DAIANE MARIANO RODE	4725692
126	DANIEL JAHNZ MARQUES	4834143
897	DANIELA ARNDT	4390763
77	DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA	3210314
1101	DANIELA DAMORI BOEING	4374619
425	DANIELA DE PAULA MORAIS	5578118
397	DANIELA PAUL PARMA	5009051
278	DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO	4725889
117	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER	4056298
521	DANIELI WERNKE RODE	4932093
200	DANILA TAMBANI DE OLIVEIRA KISTE	5011689

297	DANISE GÓSS DE SOUZA LONGEN	3.646.776-6
68	DANÚBIA GONZAGA	3820054
471	DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA	4528999
310	DANUBIA SILVEIRA FLORIANI	4347432
59	DARIANE BECKER DA SILVA	44758758
430	DARLANA ULLER ROSA	5.465.417
223	DÉBORA COMIATTO	2.499.627
1174	DÉBORA ERTAL	5923894
799	DEISE ABREU	47249480
885	DEISE HELLMANN	5368248
469	DEISEANE DOS SANTOS	5670608
586	DEISI SCHRODER	3658002
159	DENISE DOS SANTOS	59102419
1026	DENISE NARDELLI	4935950
609	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES	2628833
532	DIANDRA REGINA KLETTENBERG	5009477-7
455	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI	4431713
207	DILVA NAZARI FRANCO	8023034
843	DIRLEI DE FÁTIMA CORDEIRO	4.203.687
786	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES	3479477
127	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS	1427863-4
912	EDINARA JANIÉL HAHN	4404203
739	EDINEIA RENKEL	3792509
258	EDINÉIA ROHLING NEUMANN	4390009
832	EDITE BORGHEZAN ULLER	4485573
303	EDITE CARDOSO SAMULEWSKI	4403857
320	EDNA KOCH SCHOWAMBACH	2258982
23	EDNA SOARES GUTZ	36939072
168	EIMÊ DAS GRAÇAS OLIVEIRA	2254536
501	ELAINE CRISTINA ADAMI	3890384
1004	ELAINE CRISTINA DA ROCHA	4024497
1139	ELAINE CRISTINA NUNES	3600700
21	ELAINE HAVERROTH	3674202
1199	ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA	774167
1193	ELAYNI MARCHI	4931752
656	ELENICE DE JESUS	3930389
569	ELENICE MIRANDA	3833746
313	ELENICE PAULA SANTOLIN	1083329258
861	ELIANA GIOVANELLA MÁZERA	3353831
1024	ELIANA SILVA CAXIADO	854413
566	ELIANE APARECIDA SCHEIDT STEINBACH	3163423
892	ELIANE DOS SANTOS SOUZA	4984149
466	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH	32432607
818	ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN	4231802
417	ELIANE VINOTTI SCHMIDT	4234241
198	ELIETE LESSA	2.623441-30
642	ELISA LUCIO GRUBER	3352026
993	ELISABETE DE ALMEIDA DIAS	35477032
152	ELISABETE DE SOUZA MUNIZ	3833773
1027	ELISANDRA MANOZZO COSTA	2040075241
700	ELISANGELA DOS PASSOS	6094907
1088	ELISIANI ANDRADE	47249498
825	ELISVANE DE JESUS TOLENTINO STEFFEN	5872983
449	ELIZETE MARTENDAL DOLSAN	3395197
398	ELIZETE RODRIGUES	2043424
878	ELIZIANA ESTEVÃO ALVES	2259590
627	EMANUELLA MURIÉL CUNHA	4342595
602	ENELITA DA ROCHA LOTIN	1228472-6
855	ETIANE MAIARA DOMINGOS	135228621
151	EVANILDE DEMETRIO	3458873
1020	EZENILDA KRAMBECK	3.638.660
495	FABIANA GARCIA	42809045
981	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO	3394994

264	FABIANA THOLL	4011909
824	FABIANA ZANCANARO	3.160.682
31	FABIANE ANDREA DA SILVA	3607321
387	FABRÍCIA APARECIDA HINCKEL	4233742
194	FERNANDA FERREIRA	54659051
1184	FERNANDA LEHMKUHL	4724688
644	FERNANDA ROHLING	4236422
279	FRANCIANE KNOPF	3486033
428	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	4280160
1052	FRANCIELE MICHELS	4394217
527	FRANCIELE PEREIRA SCHMOEGEL	4011419
102	FRANCIÉLI ROBERTA MOHR DA SILVA	3674339
45	FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA	47190574
630	FRANCISCA ERLETE MARTINS TOMAZ	2.495.696-1
734	GABRIELA DELA JUSTINA	6209582
112	GABRIELE TEIXEIRA	489116577
361	GEANE KUSTER PEREIRA	4374118
268	GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI	4297085
182	GEICIANI PRICILA WISNESKI	4342104
1030	GENECI MARIA ROMANINI MOTTA	7053695842
1118	GERLANA APARECIDA LAURENTINO	3394991
295	GÉSICA ELIANE MARTINS	52799824
228	GIANA TAMBOSI DE SOUZA	4088771
600	GISELE BUENO DE OLIVEIRA	4540412
917	GISELE DOERNER	4932054
696	GISELLE LANGE	3993627
1106	GISELLE MORAES RODRIGUES DE SOUZA	4387594
1163	GISLAINE APOLINÁRIO	3658285
844	GISLAINE SCHWAMBACH NAVARRO LINS	4024734
388	GLAZIELI ARALDI STUEPP	52327485
528	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER	4403997
121	GRAZIELE CRISTINA GORAL	3693989
419	GRAZIELE INARA CARDOSO	4.691.928
90	GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA	3718445
176	HELENA FERRARI DE OLIVEIRA	7C/ 1034193
319	IADINI SCHAFFER	4740297
732	IARA MARIA KAMMER	6190283
891	IARA MATILDE DA SILVA SANTOS	4097037
804	IARA ROSANE REHBEIN MARIAN	33742197
830	INACILA MARTINS	2.492.985
976	INARA CRISTINA DOS SANTOS	4740129
1019	INARA MARIA CUGNIER	4171256
866	IRENE MARIZE KAMMER	4935449
35	IRIA JANAISA MUTSCHLER	4118499
834	IRINÉIA EGER KNUPFER	4.528.455
184	ISABEL SCHRAMM BIRITO	1892777
378	IVANIR DA SILVA CASAGRANDE	14200970
552	IVETE PEREIRA	3395625
328	IVONE INÊS SAWICKI	6714443
246	IVONETE DO PRADO	6784981
290	IVONETE SCHLESSER	4573118
747	IZOLENE KOBIAK KLAUMANN	2251019
517	JAIANI CRISTINA RODERMEL	7R/2915473
327	JAMILE DE OLIVEIRA	43478379
857	JANA ISIS BUZZI ROSA	3508362
226	JANAINA APARECIDA DA SILVA	3459556
448	JANAINA APARECIDA MERINI	4.529.571-9
84	JANAINA SENS EICHHOLZ	4.317.943
472	JANAÍNA ZANIS	44758391
458	JANAÍNA ZIMMERMANN	4056245
443	JANARA DAIANE BRUSQUE	4342713
529	JANDIRA TERESINHA DE OLIVEIRA	1677869
72	JANE PEREIRA MAGNANI	2913338
810	JANETE ANA BUZZI POSSAMA	1891964

938	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLI	29115108
718	JANETE SCHUTZ WEISS	4374368
833	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTÃO	2258246
345	JÂNIA CARLA DOS SANTOS	26276585
498	JANICE DOERNER BERNARDO	38336847
542	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	5087019
358	JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER	4486269
441	JAQUELINE CRUZ	4719619
895	JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO	5309015108
118	JAQUELINE DALCASTAGUÉ	3273016
154	JAQUELINE DENZER DE LIZ E SOUZA	3993488
15	JAQUELINE HEINZ	4236699
325	JAQUELINE JANAINA VARGAS	48546771
173	JAQUELINE MARCHI	4403056
413	JAQUELINE SCHEIDT	52795101
288	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU	2.610.836
660	JEANE FERREIRA	3164427
335	JERUSA SCHIOCHET	3820698
714	JÉSSICA JEREMIAS	5456779
329	JÉSSICA MARTINS HOLDORF	5.261.007
1111	JÉSSICA WEISS	5.307.989
829	JOELMA GAZANIGA MAFEI	49343157
367	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA	3160141
597	JÓICE DA SILVA SCHVINDAN	3598933
432	JOICE MARA SCHMITZ	44754302
144	JOICE OSSEMER	4691094
1200	JOSE LUIZ ALBINO	14260417
913	JOSEANI DA SILVA CLAUDINO	2257778
486	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA	47407662
995	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI	4457058
722	JOSIANE DE SOUZA SCHWARTZ	4362619
353	JOSIANE FRANCO	47196238
1207	JOSIANE MOTTIM	4486332
7	JOSIANE SCHRODER	4236712
477	JOSIANE VENANCIO	4432834
490	JOYCE HIRT RECALDE BARRETO	5606595
65	JUÇARA SORA VIEIRA	5368350
280	JUCELIA VIEIRA WARMLING	4.403.442-3
1142	JULIA GRACIELA NEUHAUS EMKE	4403636
683	JULIANA APARECIDA FARIAS	45297460
276	JULIANA APARECIDA HOMEM HEIDRICH	5087923
431	JULIANA BLUNING	44318685
603	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	3502968
306	JULIANA FELICIANO	31.512.545
1073	JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ	5633397
343	JULIANA KURTZ	4573733
8	JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA	3533630
366	JULIANA MAZZINI	4431086
543	JULIANA MORETTI	3766481
548	JULIANA NASÁRIO SPINDOLA	3835924
631	JULIANA PAULO CUNHA	4403206
108	JULIANA PPEGA	6072248
611	JULIARA DANIELI SCHIOCHETT	4.834.604-7
4	JULIETE APARECIDA HOMEM	5923722
928	JUSCELENE MARIA ROSSONI	2145175-3
286	JUSSARA DE FÁTIMA SCHEITZ	3693879-3
1078	JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA	3693948
55	JUSSIÁRA HOEGEN	3619036
422	KALLANI DIONA MULLER	4342730
1082	KAOANA CARDOSO	4475413
727	KARIN ROLHING CAETANO	3674610
106	KARINA DOS SANTOS VARELA BELLI	4118253
149	KARINE LIARA DA CUNHA	5412137
920	KÁTIA GREICE TAMBOSETTI MERIZ	35026707

49	KATIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	543765556
883	KATIA SACANI	4606805
672	KATIANE SOARES LOURENCO	4171932
6	KATIUSCIA CUSTODIO DA CONCEIÇÃO	4233718
206	KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER	4056659
269	KELI CARLA RIBEIRO	4403932
133	KELLY DA SILVA GIRARDI	3607814
704	KELY APARECIDA BUZZI	3579350
334	KÉROLIN DUANE BILK	4024741
363	KETRIN BOSCO	4475395
526	LACI PEREIRA DA SILVA	2122165
204	LARISSA ALANE MEES	3.820.113-5
412	LAURA ENEDINA VENANCIO PRIM	23398795
816	LEILA KLAUMANN	4573556
541	LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO	3732980
322	LEONETE T S SEZERINO	2620809
377	LETÍCIA DE FARIAS	5009493
467	LETICIA LONGEN LOMBARDI	4097616
301	LETÍCIA MONIQUE DE OLIVEIRA	4719139
1182	LETICIA WOLF ALVES DA SILVA	5613222
601	LIANA DE SOUZA	4234550
242	LIDIA ANA KUCZKA	2476567
1161	LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA	1036908943
167	LOLINE PORTO LEITE	8064882544
1053	LORETE BARG MICHELS	2.914.778
773	LOUISE SEBOLD	4573540
782	LUANA CAROLINA ANDRADE SALVADOR	4394459
368	LUCI ELIAS	16748395
438	LUCIANA DE MATOS	4158871
482	LUCIANA FRANCISCO	32119062
407	LUCIANA HAVEROTH COSTA	2910795
485	LUCIANA MACHADO	4085637
577	LUCIANA MARA BARBOSA PASSING	40881369
803	LUCIANE DE FARIAS	3890372
444	LUCIARA JULIA AVI	4085872
318	LUCIENE BARTH ERRATH	16721829
1022	LUCILENE SCHLICKMANN PARMA	4317840
147	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT	3980414
161	MADALENA KLAUMANN	2123263
139	MAGALI CRISTINA SCHON	44033265
674	MAIARA ARMANI	6033657
561	MAIARA CARLA MIRANDA	6072092
16	MAIARA CRISTINA WEISS	4719578
576	MAIARA GELDSLEICHTER	4486081
707	MAIARA TAMIRES TIEDEMANN FEIJÓ	4024388
480	MAIKELI TESSARO DRESCH	5408440
791	MAKELLY GARCIA	5071454
216	MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA	32187823
1015	MARAÍSA BÁRBARA FAGUNDES LEAL	4.290.208
762	MARCELA BARBOSA BECHTOLD	4088521
479	MARCELA DE LIMA	5888061
156	MARCIA HOLLER	2912217
1071	MARCIA MORASTONI BOMFANTI	1892539
621	MARCIA REGINA SANTOS BUENO	4113551
238	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA	26257211
1105	MARCIANA DE ANDRADE HAUSMANN	5071640
673	MARCIANE KATIUSCI SCHMITT	3558435
201	MARCIANITA KRIECK	33.554.402-2
958	MARCIÉLI DEMATTÉ MANRICH	4.024.825.9
664	MARGARET APARECIDA CARVALHO	1894970
5	MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO	4118648
462	MARIA APARECIDA FELIPPE	23311223
695	MARIA CARME MERINI	2911187
831	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG	3579659

94	MARIA DE FATIMA RAMOS SANTANA	4463771
474	MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN	5.571.878-4
1131	MARIA DE LURDES MAYER	1037923
293	MARIA GORETTI WALTRICH	2251462
1108	MARIA ISABEL LUDVIG WILLEMANN	3161849
667	MARIA LUZIA DE ANDRADE BONACOLSI	1038339
617	MARIA MADALENA SOUZA MACARI	2255924
1061	MARIEL ELISA GEISER	4475718
575	MARIELE SOARES	4691867
32	MARILÉA LUMKE SCHROEDER	2911597
36	MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS	3543250
1049	MARILEIDE BRANGER	5720731
963	MARILENE ZANLUCA	4.573.719
332	MARILISE SCHWARTZ	892377
82	MARILÚ HELENA BONETTI VARGAS	2.493.980-3
607	MARINA LENZI DUARTE BIEGING	4088044
270	MARINEUZA SCHMITT DALPONTE	4001736-2
1031	MARISA ALBERTON CAPISTRANO	35121831
535	MARISETE LOOZ GUTZ	3285784
203	MARISTELA COELHO KLAUMANN	2493493
909	MARISTELA VITORINO DE LIZ	4097165
163	MARLENE APARECIDA RAMOS FUJISAWA	5261520
1097	MARLENE DA SILVA	4001556
347	MARLENE FÁTIMA DE OLIVEIRA DA ROSA	6797966
162	MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO	1227553
85	MARLI DE ANDRADE	3243391
812	MARLI MAKOSKI	7285469
308	MARLI TATIANE KANTOVICK	4475574
350	MARLI TERESINHA FRONZA SOARES	2.624.701
1153	MARTINA STAROSKY HENN	3833798
423	MARY LEIDE KAMMER	4.233.448
715	MAYHURE ANDRESSA WITTE	4.935.334-9
484	MERI MADALENA SCHNEIDER PINHEIRO	3.197.184
355	MERI TEREZINHA MANTOANELLI	2331523
234	MICHELE CRISTINE FERRARI	5067498
550	MICHELE MARCELINO HARBS	3394554
848	MILEIDE DOS SANTOS SCHLINDWEIN	3985061
237	MIRIAN BRODWOLF PADILHA	2251984
948	MIRTES BECKER CAETANO	3674221
60	MÔNICA MACHADO	2339-593
244	MONIQUE CRISTINA FRANCENER HAMMES SCHUTZ	5071472
395	MONIQUE NOVAK	47404183
881	MORGANA MENDES	4403047
460	MORGANA REGINA ERCKMANN	3211869
66	MORGANA TENFEN	5279003
289	MYRIAN HOLLER KNAESEL	26288559
658	NACA CLAUDINO DOS SANTOS	4347668
58	NAIARA DE SOUZA	4097007
1087	NARA HELENA SILVA DE SOUZA	3092040
666	NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT	4365553
652	NÉDIA MIRIAN HEINZ KRAUSE	2.254.658
78	NEIMARA BURG	5880070
157	NEIVA WEISS	2492845-3
326	NICOLI PEREIRA	50886258
261	NOELI STEINHEUSER	3905760
819	NORMA KRUGER	2120448
411	ODETE APARECIDA PEREIRA	6033573
801	ODETE APARECIDA VEIGA	2492333
3	ORIVANA NARDELLI MORETTI	44033893
800	PABLINE RAQUEL NASATO	4744391
1006	PAMELA SUELLEN CASTELLAIN DA SILVA	3638172
987	PATRICIA APARECIDA HINCKEL	4233743
509	PATRICIA APARECIDA PEIXE	3533844

876	PATRICIA DE DEUS	4725632
316	PATRICIA KOHLS VON PARASKI	29181399
476	PATRICIA MELLO SORDI	4980617
83	PATRICIA PEREIRA	50096710
273	PATRICIA PERINI	50870483
38	PATRICIA REGINA CARDOSO SONNTAG	3658061
53	PATRÍCIA ROSA TRAPLE	1897433
230	PATRICIA SOARES	4203669
625	PATRÍCIA SOFIA SCHVEITZER LAGUNA	40561330
300	PATRICIA STUPP	4280278
93	PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA	4180872
763	POLYANA RENATA WEBER	3741719
836	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	40881522
835	PRISCILA ROBERTA DA SILVA	3.646.829
421	PRISCILA SCHLESSER DUMES	4431875
598	PRISCILLA NUNES	4232095
420	REGINA COSTA SPINDOLA	3718210
171	REGINA DUMKE VERLICK	26271214
737	RITA DE CASSIA COSTA	1420466
1067	RITA REGINA KREUSCH	3164190
42	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4236432
918	ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI	4.024.649
697	ROBERTA DELA JUSTINA	4280653
519	ROSANA MARIA KORB	46917896
1113	ROSANA MURARA	5088275
1151	ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS	44561938
992	ROSELÉIA DE OLIVEIRA DA SILVA	3977571
459	ROSELETE AURORA MARHOLD	1424666
616	ROSELI CALBUCH	3162294
820	ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI	2338877
272	ROSELITA MARIA SEBOLD	21/R2254745
61	ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES	4460508
205	ROSEMERY LEHMKUHL	2122132
160	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	3458674
33	ROSETE CRISTINA MOSER EGER	2337359
113	ROSILENE DUMKE PETRI	4118275-8
51	ROSIMERI BATISTA DOS SANTOS	4289762
440	ROSINHA SOARES	4390209
247	RUBIANA MUTSCHLER	4403935
209	SABRINA FRANCO	4431122
756	SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	4935064
475	SABRINA KNOPF	50873660
454	SALETI ALVES	4203900
98	SAMUEL ARBEGAUS JÚNIOR	3.321.169-8
158	SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA	452157766
723	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA	456460457
555	SANDRA MAY VIEIRA	32108770
505	SANDRA MINELLI MAY	3.547.108-5
632	SANDRA REGINA DOS SANTOS	2911575
190	SANTILIA DOS ANJOS	2259846
69	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER	24929999
262	SCHEILA DE ANDRADE	3980135
1212	SCHEILA LONGEN	3890832
860	SCHEILA SCHMIDT	50110489
823	SÉLIS REGINA TESTONI VICENTIN	2122109
155	SHEENA CARLA PARMA	4724847
267	SIDIANE LAURETE	2919981
371	SILENE FELIZARI	1.898.015
901	SILVANA APARECIDA UESSLER	4280331
97	SILVANA DA SILVA	4486646
924	SILVANA DA SILVA WESSEL	26271680
765	SILVIA SEBOLD BACH	3833881
196	SIMONE ANDERSEN	47245883

916	SIMONE APARECIDA DA SILVA	3486119
232	SIMONE APARECIDA MENDES	54124743
767	SIMONE DUMES VANDRESEN	4374971
648	SIMONE JUNGLOS	5307305
210	SIMONE MAFAZZOLLI CORREA	4056297
243	SIMONE SCHUSSLER	4280261
315	SIMONI SOARES	4234407
512	SINTIA LUCIANO RUCKERT	4725731
309	SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO	3766962
403	SOLANGE APARECIDA LAGUNA DA SILVA	2.122.825
344	SONIA BUCHLING BLEICHVEL	3.869.304
445	SONIA PEREIRA SCHIMMITT	22592768
585	SÔNIA REGINA POLI	1895275
260	SORAIA FERRARI	3.352.652
712	SORAYA MARIA CHIQUETTI	3160847
497	STEPHANIE KLEHM KRIEGER	5088850
437	SUELEM FERNANDA CCONZATTI	4457662
563	SUELEN TÁSSIA ULHMANN	54128609
769	SULAMITA BATISTA CORREA	5456498
742	SUSAN CATARINE STAHNKE RODRIGUES	4311381
134	SUSANA MARIA FERREIRA	4154064
1155	SUSIMAR APARECIDA DA SILVA	5142923
856	SYMONI DAS GRACAS MARIAN FAGUNDES	3.196.414
105	TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER	4475316
191	TAÍSE BUSARELLO	4118649
235	TALITA APARECIDA MAZZINI CONZATTI	5815314
145	TALITA HARBS	4118836
450	TANIA MARCIA BURATO	2124257
187	TANIA REGINA FERREIRA	3395288
410	TASIANI ARNOLD	2259617
222	TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA	3.718.507
960	TATIANE KUHLE	47627310
530	TATIANE MACIEL DOS SANTOS	46915885
1165	TEREZA DAS GRAÇAS SILVA SANTOS	69575986
473	TEREZINHA MARGARETE ROOS	7084160766

131	THAINÁ LUANA DA ROSA	4649117
1154	THAISE IVANIA POFFO	4001354
408	THIARA WOLF	4691471
186	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA	5654445
330	VALDETE MARIA AVI PONTICELLI	2120665
174	VALQUIRIA CLASEN MOHR	4097611
595	VANDERLEIA DE LOURDES TAVARES	2914384
744	VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA	5548931
433	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK	4234335
340	VANESSA DA ROCHA	40885151
404	VANESSA GUILZ MARCONSINI	5379552
470	VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ	3732473
994	VANESSA MARTINS	50765949
610	VÂNIA ANSINI	4.056.642
257	VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA	2257152
177	VANIELA KREUSCH	5279699
299	VANIELE DE ABREU	4011554
838	VERA MARCIA HELLMANN NIEHUES	29160375
63	VERA REHBEIN SCHOENINGER	4744080
1054	VERONILDE DELUCA	3993123
336	VILMA RENGEL	4.011.614-0
22	VIVIANE EGER BITTENCOURT	35474165
442	VIVIANE HAVEROTH	3732199
554	VIVIANE PRIM	4236130
208	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI	32438770
324	VIVIANI DE CAMPOS	41716060
1091	WANDERLEYA REGINA MEES	22520163
811	WIVIANE RAMOS WOJCIK	25971719
1005	YARA MAFALDA DO NASCIMENTO	4001725
426	ZENILDE FRAINER MACHADO	7217773
352	ZENIR GELSLEICHTER	3544770
524	ZILMA KLOPPPEL	1420154
815	ZILMA SILVEIRA RAMOS	7/R-1220536
135	ZONEIDE DE SOUZA	2.334.580

RETIFICAÇÃO Nº. 001 DO EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA – 001/2015 – 2º SEMESTRE – ANO LETIVO DE 2015 – MAGISTÉRIO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO Nº. 001 DO EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA – 001/2015 – 2º SEMESTRE – ANO LETIVO DE 2015 – MAGISTÉRIO MUNICIPAL

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que o Edital de Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta nº. 001/2015, sofreu a seguinte alteração:

Onde se lê:

6.1 DO QUADRO DE VAGAS EDUCAÇÃO INFANTIL

ATUAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
CEI Augusto Bosco	03	40h
CEI Adelaide Ledra	02	40h
CEI Cobras	02	40h
CEI Tia Bea	05	40h
CEI Danilo Lourival Schmidt	06	40h
CEI Cinderela	01	40h
CEI Déa Bornhausen	04	40h
CEI Egídio Dalmarco	02	40h
CEI Francisco Fleisner	01	40h
CEI Matheus Alves da Conceição	05	40h
CEI Padre Angelo Moser	03	40h
CEI Pinguinho de Gente	08	40h
CEI Navegantes	03	40h
CEI Ilse Soldatelli	01	40h

CEPLAS	03	40h
CEI Schirley Dolores Sedrez	08	40h
CEI Ruth Schroeder Ohf	10	40h
CEI Raio de Luz	01	40h
CEI Ricardo Marchi	09	40h
CEI Titio Karan	03	40h
CEI Guilherme Butzke	09	40h

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

DISCIPLINA	ATUAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Anos Iniciais	CE Roberto Machado	01	20h
Anos Iniciais	CE Daniel Maschio	01	20h
Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	02	40h
Educação Física	Escola Modelo Ella Kurth	01	10h
Educação Física	CE Ricardo Marchi	01	10h
Artes	Escola Modelo Ella Kurth	01	20h
Artes	CE Roberto Machado	01	10h
Artes	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	01	20h
Inglês	CE Roberto Machado	01	20h
Matemática	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	01	20h
Geografia	CE Willy Schleumer	01	20h
Geografia	CE Guilherme Butzke	01	20h
História	CE Roberto Machado	01	20h
Ensino Religioso	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli CE Anibal de Barba	01	40h
Ensino Religioso	CE Ulrich Hubsch CE Pedro dos Santos CE Roberto Machado CE Willy Schleumer	01	40h
Ensino Religioso	CE Daniel Maschio CE Ricardo Marchi Escola Modelo Ella Kurth CE Sebastião Back	01	40h
Ensino Religioso	CE Sebastião Back	01	10h
Ciências	-	CR*	
Português	-	CR*	
Pedagogo	-	CR*	

* Cadastro Reserva

Leia-se:

6.1 DO QUADRO DE VAGAS
EDUCAÇÃO INFANTIL

ATUAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
CEI Augusto Bosco	03	40h
CEI Adelaide Ledra	02	40h
CEI Cobras	02	40h
CEI Tia Bea	05	40h
CEI Danilo Lourival Schmidt	06	40h
CEI Cinderela	01	40h
CEI Déa Bornhausen	04	40h
CEI Egídio Dalmarco	02	40h
CEI Francisco Fleisner	01	40h
CEI Matheus Alves da Conceição	05	40h
CEI Padre Angelo Moser	03	40h
CEI Pinguinho de Gente	08	40h
CEI Navegantes	03	40h
CEI Ilse Soldatelli	01	40h
CEPLAS	03	40h
CEI Schirley Dolores Sedrez	08	40h
CEI Ruth Schroeder Ohf	10	40h
CEI Raio de Luz	01	40h
CEI Ricardo Marchi	09	40h
CEI Titio Karan	03	40h
CEI Guilherme Butzke	09	40h

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

DISCIPLINA	ATUAÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Anos Iniciais	CE Roberto Machado	01	20h
Anos Iniciais	CE Daniel Maschio	01	20h
Anos Iniciais	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	02	40h
Educação Física	Escola Modelo Ella Kurth	01	10h
Educação Física	CE Ricardo Marchi	01	10h
Artes	Escola Modelo Ella Kurth	01	20h
Artes	CE Roberto Machado	01	10h
Artes	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	01	20h
Inglês	CE Roberto Machado	01	20h
Inglês	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	01	30h
Matemática	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli	01	20h
Geografia	CE Willy Schleumer	01	20h
Geografia	CE Guilherme Butzke	01	20h
História	CE Roberto Machado	01	20h
Ensino Religioso	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli CE Anibal de Barba	01	40h
Ensino Religioso	CE Ulrich Hubsch CE Pedro dos Santos CE Roberto Machado CE Willy Schleumer	01	40h
Ensino Religioso	CE Daniel Maschio CE Ricardo Marchi Escola Modelo Ella Kurth CE Sebastião Back	01	40h
Ensino Religioso	CE Sebastião Back	01	10h
Ciências	-	CR*	
Português	-	CR*	
Pedagogo	-	CR*	

* Cadastro Reserva

Art. 1º Permanecem inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.

REGINA GARCIA FERREIRA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Administração

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO - LOIRI TEREZINHA SANDER**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) LOIRI TEREZINHA SANDER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de CO-ZINHEIRO – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0401/RH de 10/06/2015, publicada em 18/06/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo

Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG - 40 ANOS; 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2015 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS,: até o dia 30/06/2015, às 09:00 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00 horas do dia 30/06/2015.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique Figueira de Oliveira
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretário de Saúde

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

TERMO DE POSSE 101/2015 ILIDIANE SECCHI

TERMO DE POSSE

Aos 17 dias do mês de Junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu a Sra ILIDIANE SECCHI, admitido pela portaria nº 099/2015 de 08/06/2015, para exercer a função efetiva de TECNICA EM ENFERMAGEM conforme concurso publico 002/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos , declarando , que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

ILIDIANE SECCHI
Técnica em enfermagem

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 992/2015

DECRETO Nº 0992, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3556, 16 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.752,12 (trinta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

3.3.71.70.00.00.00 100 – Rateio pela Participação em Cons. Público R\$ 30.752,12

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Operação Especial: 0.049 – Auxílios Financ. para Associações de Moradores e outras Entidades

(389) 3.3.50.41.00.00.00 100 – Contribuições R\$ 30.752,12

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 993/2015

DECRETO Nº 0993, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3556, 16 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 804.000,00 (oitocentos e quatro mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 176.000,00

Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 428.000,00

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2.065 – Manutenção e Melhoria dos Serv. Esgotamento Sanitário

3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Projeto: 1.001 – Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

4.4.90.51.00.00.00 600 – Obras e Instalações R\$ 504.000,00

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratam. de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 600 – Obras e Instalações R\$ 300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº145/15

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 145/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 110/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, em 07 de ABRIL de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 65/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 110/2015 que consiste na transformação do veículo Furgão I/M. Benz 415 CDI Sprinter, placa MMJ 2897, cor branca, em ambulância Auto Socorro de Urgência - ASU para uso na sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, conforme especificações descritas no anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 65/2015;

Considerando que no Edital de Pregão Presencial nº 65/2015 não foi inclusa a instalação de uma lanterna portátil e que tal equipamento é imprescindível para uso nas ocorrências noturnas, faz-se necessário aditar o referido contrato conforme orçamento em anexo a este Termo Aditivo, com base na Cláusula Décima Segunda – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 1.790,00 (um mil setecentos

e noventa reais) para pagamentos conforme contrato original. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.
São Bento do Sul, 13 de maio de 2015.
Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.
TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, como Contratada.

LEI Nº 3546/2015

LEI Nº 3546, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO – ASBCICLO, CNPJ/MF 02.979.633/0001-19 no valor total de até R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais), objetivando custear despesas referentes a competições esportivas tais como: taxas de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, da modalidade de ciclismo, no ano de 2015, conforme Plano de Trabalho – Processo nº 2942/2015.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelecem os Decretos Municipais nº 0034/2013 e nº 0098/2013 que, “ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC” e que “APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS”, respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.
Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 – Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições
Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.979.633/0001-19, estabelecida à Rua Augusto Wunderwald, nº 1016, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Cleiton Marçal Dias, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 3.610.442, CPF/MF nº 003.894.229-16, residente e domiciliado à Rua Alfredo Jorge Rueckl, nº 601, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo com custeio das despesas referentes à taxa de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2942/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente termo de convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3212-2 a favor da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira

deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 – Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições

Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo

Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

CLEITON MARÇAL DIAS

Presidente da Associação São Bentense de Ciclomotanhismo

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF

Nome:

CPF

LEI Nº 3547/2015

LEI Nº 3547, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Handebol Clube, CNPJ nº 00.676.599/0001-88.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 3286-6, Agência 0628, da Caixa Econômica Federal e será aplicada na

aquisição de bolas, camisetas, calções e medalhas, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2747/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3548/2015

LEI Nº 3548, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTSAL O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para Associação São Bento de Futsal, CNPJ nº 05.533.231/0001-84.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 3294-7, Agência 0628, da Caixa Econômica Federal e será aplicada na aquisição de bolas, camisetas, calções e meias, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2748/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3549/2015

LEI Nº 3549, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTEBOL O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

Adolescente - CMDCA, para Associação São Bento de Futebol, CNPJ nº 13.685.788/0001-69.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 1755-8, Agência 6612-5, do Bradesco e será aplicada na aquisição de bolas, coletes e meias, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2750/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3550/2015

LEI Nº 3550, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 1.756,79 (um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ nº 83.172.478/0001-26.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 7211-7, Agência 5223-X, do Banco do Brasil e será aplicada na aquisição de recursos lúdicos, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2751/2015.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3551/2015

LEI Nº 3551, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 3.993,33 (três mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ nº 83.172.478/0001-26.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 7210-9, Agência 5223-X, do Banco do Brasil e será aplicada na aquisição de notebook, mouse sem fio, som multimídia, data show e microfones, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2753/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3552/2015

LEI Nº 3552, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o Centro de Recuperação Nova Esperança, CNPJ nº 79.372.108/0004-08.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 7226-5, Agência 5223-X, do Banco do Brasil e será aplicada na aquisição de materiais esportivos, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2752/2015.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3553/2015

LEI Nº 3553, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em parcela única, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o Centro de Recuperação Nova Esperança, CNPJ nº 79.372.108/0004-08.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 6734-2, Agência 5223-X, do Banco do Brasil e será aplicada na aquisição de material artístico, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do processo nº 2760/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3554/2015

LEI Nº 3554, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em até quatro parcelas, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Clube de Natacão, CNPJ nº 04.946.594/0001-89.

Art. 2º. A quantia será depositada na conta corrente nº 5171-3, Agência 112, Banco 085 - SCRCRED e será aplicada no pagamento de taxas de inscrição dos atletas da equipe infante/juvenil do referido clube para participação em competições esportivas, conforme plano de trabalho constante no processo nº 2749/2015.

Art. 3º. A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3555/2015

LEI Nº 3555, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em até quatro parcelas, conforme Resolução 006/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Clube de Natacão, CNPJ nº 04.946.594/0001-89.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 5170-5, Agência 112, Banco 085 - SCRCRED e será aplicada no pagamento de taxas de inscrição dos atletas da equipe mirim/petiz do referido clube para participação em competições esportivas, conforme plano de trabalho constante no processo nº 2757/2015.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de ressarcimento ao Município

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3556/2015

LEI Nº 3556, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.752,12 (trinta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

3.3.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Participação em Cons. Público R\$ 30.752,12

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

no valor de R\$ 804.000,00 (oitocentos e quatro mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 - Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 176.000,00

Unidade: 02 - Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 428.000,00

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serv. Esgotamento Sanitário

3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financ. para Associações de Moradores e outras Entidades

(389) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 30.752,12

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 02 - Abastecimento de Água

Projeto: 1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações R\$ 504.000,00

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratam. de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações R\$ 300.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 01/2015 - CONCIDADE

RESOLUÇÃO 01/2015 - CONCIDADE

REGIMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Art. 1.º - A presente norma tem por finalidade regulamentar o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de São Bento do Sul, de forma a garantir:

I - a instituição de canais de participação, com implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados, considerando, inclusive, o estabelecimento de fóruns de caráter propositivo, consultivo e deliberativo;

II - o estabelecimento de regras claras, decididas coletivamente e

válidas em todo o processo;

III - a disponibilização e produção de informação sobre a realidade do Município, em linguagem acessível;

IV - a combinação de estudos técnicos com a visão comunitária da cidade.

Art. 2.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de São Bento do Sul terá os seguintes objetivos:

I - criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos da sociedade;

II - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - promover um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão urbanos;

IV - contribuir para identificar as prioridades da sociedade, de modo a integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

V - acompanhar e avaliar a revisão dos vários programas, projetos e instrumentos durante a revisão do Plano Diretor de São Bento do Sul;

VI - evitar, através da gestão democrática, a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município.

Art. 3.º - O processo participativo de revisão do Plano Diretor de São Bento do Sul cumprirá etapas, a serem definidas pelo Núcleo Gestor e validadas pelo Conselho da Cidade.

Art. 4.º - Será da responsabilidade do Poder Executivo Municipal observar os princípios constitucionais de participação social e de publicidade pertinentes ao processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de São Bento do Sul, em especial:

I - garantir o previsto nas disposições sobre participação e controle social, previstas:

a) na Lei Federal 10.257/2001;

b) nas Resoluções dos Conselho Nacional das Cidades, especialmente os arts. 4.º ao 10 da Resolução n.º 25;

II - instituir uma equipe interna da prefeitura, a ser denominada Grupo Interlocutor, que terá a responsabilidade de:

a) operacionalizar a comunicação e a interação entre todos os órgãos da Prefeitura;

b) conferir operacionalidade e agilidade as tarefas internas da prefeitura destinadas à revisão do Plano Diretor Participativo;

c) facilitar a interação e colaboração para com o Núcleo Gestor, e com outros técnicos internos e externos à Prefeitura;

d) auxiliar o chefe do Poder Executivo Municipal na resposta às demandas dos municípios relativas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo.

Art. 5.º É assegurada a participação da sociedade em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, mediante as seguintes instâncias:

I - Núcleo Gestor;

II - Colegiado de Delegados;

III - Audiências Públicas.

Parágrafo Único. A participação da Sociedade em todas as etapas do processo participativo de revisão do Plano Diretor deverá basear-se na plena informação, a ser disponibilizada pelo Poder Público com antecedência, seguindo a orientação do inciso II do art. 4.º da Resolução 25 e correlatas, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades.

Art. 6.º O Núcleo Gestor é um órgão colegiado do processo de revisão do Plano Diretor do Município de São Bento do Sul, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, e que tem como objetivos:

I - gerenciar o processo de revisão do Plano Diretor;

II - garantir a efetiva participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor;

III - promover e integrar políticas e ações voltadas à revisão do Plano Diretor;

IV - interagir:

a) com o Conselho da Cidade de São Bento do Sul e os outros órgãos colegiados de políticas públicas existentes no município,

visando a integração dos mesmos ao processo participativo de revisão do Plano Diretor;

b) com os diversos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano.

Art. 7.º Compete ao Núcleo Gestor:

I - facilitar e defender a efetiva participação da Sociedade Civil no processo de revisão do Plano Diretor, de forma a cumprir o Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001);

II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social no processo de revisão do Plano Diretor;

III - propor critérios e realizar a divisão do município em áreas, contemplando comunidades urbanas e rurais, para fins de realização de reuniões territoriais voltadas à coleta de dados, informações e eleição de delegados territoriais - partes integrantes da Leitura Comunitária;

IV - supervisionar os seguintes produtos aplicados ao processo de revisão do Plano Diretor:

a) Plano de Trabalho das ações;

b) calendário dos eventos participativos;

c) análises e diagnósticos realizados;

d) versões preliminares de documentos a serem divulgados;

e) produtos gerados por estudos e projetos apresentados por técnicos internos e externos à Prefeitura.

V - acompanhar, avaliar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor, em especial, nesse último caso, as audiências públicas;

VI - acompanhar, avaliar e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações da sociedade civil atuantes no Município;

VII - supervisionar a compatibilização do trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;

VIII - propor critérios para decidir prioridades, de forma a garantir o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;

IX - acompanhar e validar o processo de estabelecimento do conteúdo mínimo do Plano Diretor Participativo;

X - emitir resoluções, com o objetivo de orientar decisões em casos omissos na presente norma.

§ 1º - Fica facultado ao Núcleo Gestor a realização de estudos, seminários ou eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos.

§ 2º - O cadastro citado no inciso VI deste artigo será elaborado e atualizado por órgão competente da Prefeitura.

Art. 8.º - O Núcleo Gestor é composto por:

I - todos os integrantes do Conselho da Cidade de São Bento do Sul;

II - 01 (um) representante do Conselho de Segurança – CONSEG;

III - 01 (um) representante da Polícia Civil;

IV - 01 (um) representante da Polícia Militar;

V - 01 (um) representante dos Bombeiros Voluntários;

VI - 01 (um) representante dos produtores rurais;

VII - 01 (um) representante do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência – COMDE.

VIII- 01 (um) representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI

IX- 01 (um) representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU

X- 01- (um) representante da Defesa Civil

XI- 01- (um) representante Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC

XII – 01 (um) representante da Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa – FETEP

XIII – 01 (um) representante da União Sãobentense das Associações de Moradores -URBAN

§ 1.º - Haverá um suplente para cada representante, sendo que, no caso da representação referida no inciso I deste artigo, fica assegurada a suplência aos que já exercem esta função no âmbito

do Conselho da Cidade de São Bento do Sul.

§ 2.º - O mandato dos membros do Núcleo Gestor durará até a aprovação da nova Lei do Plano Diretor Participativo de São Bento do Sul.

Art. 9.º - O Colegiado de Delegados é composto por representantes que serão escolhidos diretamente pelos participantes dos eventos comunitários e setoriais do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Bento do Sul.

Parágrafo único - O Núcleo Gestor definirá os critérios de representação para a eleição referida no caput.

Art. 10º- O Colegiado de Delegados atuará nas atividades de definição do conteúdo do Plano Diretor Participativo, por meio da participação nas Oficinas de Planejamento Participativo.

Parágrafo Único- O Núcleo Gestor definirá o método e as regras das Oficinas de Planejamento Participativo, que serão validadas pelo Conselho da Cidade.

Art. 11º - As Audiências Públicas são espaço público para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social no processo de revisão do Plano Diretor de São Bento do Sul.

Art. 12º - As Audiências Públicas terão como objetivo viabilizar a validação, pela Sociedade, do Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor.

Parágrafo Único - O Núcleo Gestor definirá as regras de funcionamento das audiências públicas, que deverão ser validadas pelo Conselho da Cidade, e considerar, no mínimo:

I - a observância do inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, combinado com os arts. 8º, 9º e 10º da Resolução 25 do Conselho das Cidades, de forma a contemplar o direito constitucional ao planejamento e à gestão urbana participativos;

II - a garantia do direito de participação do cidadão, individualmente considerado;

III - as regras para possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos da sociedade;

c) movimentos sociais de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

d) entidades de classe;

e) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público.

IV - a convocação por edital, publicado pela imprensa local e/ou afixado em locais públicos e de fácil acesso à população;

V - a utilização, como principais meios para convocação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios oficiais ou de outros meios de divulgação e mobilização:

a) a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no município;

b) a divulgação e mobilização através de convites distribuídos pela rede escolar, Programa Saúde da Família (PSF) e igrejas do município e emissoras de rádio e/ou televisão, e/ou demais meios de comunicação de massa ao alcance da população local;

VI - a condução pelo Poder Executivo municipal;

VII - acontecer em locais e horários acessíveis à maioria da população, indistintamente, e não proibir a presença de qualquer interessado no processo;

VIII - a garantia de igualdade de espaço e de tempo para a manifestação de opinião dos participantes;

X - os critérios para deliberação;

IX - serem gravadas e, ao final de cada audiência, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei que regulará o novo Plano Diretor Participativo, compondo o processo, sobretudo na etapa de tramitação no Legislativo Municipal.

Art. 13º - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

Cássio Luiz Zschoerper

Presidente CONCIDADE

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 139 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 139 de 17 de junho de 2015.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-05, função de AGENTE DE DIVISÃO, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 140 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 140 de 17 de junho de 2015.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOÃO CARNEIRO, Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 141 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 141 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor OLEGÁRIO SLUMINSKI, Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 142 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 142 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER à servidora JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 143 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 143 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da

Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor DIRCEU FERREIRA DA TRINDADE, Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 144 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 144 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDNILSON MARCOS SPOLETE, Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 145 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 145 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor IVAN DA SILVA PEREIRA, Leiturista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 146 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 146 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor LUIZ CARLOS GELISNKI PEREIRA, Operador de Serviços Pedreiro, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 147 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 147 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor MARCOS ANTONIO LEITHOLD, Operador Eletricista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 148 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 148 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor EMERSON PISKE BONETES, Auxiliar Técnico, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 149 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 149 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor RUI SCHIESSL, Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-01, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 150 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 150 de 17 de junho de 2015.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085 de 05 de janeiro de 2015, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº

702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor ELOIR SEBASTIÃO ANDRE, Operador de Rede Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-01, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 129, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 129, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor MARCOS ANTONIO LEITHOLD, Operador Eletricista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-05, função de AGENTE DE DIVISÃO, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 130, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 130, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 131, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 131, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor LUIZ CARLOS GELINSKI PEREIRA, Operador de Serviços Pedreiro, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 132, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 132, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor EMERSON PISKE BONETES, Auxiliar Técnico, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, função de AGENTE DE SETOR, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 133, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 133, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor

Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor JOÃO CARNEIRO, Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 134, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 134, de 17 de junho de 2015.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR da servidora JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 135, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 135, de 17 de junho de 2015.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor OLEGÁRIO SLUMINSKI, Analista de Saneamento II, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 136, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 136, de 17 de junho de 2015.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor DIRCEU FERREIRA DA TRINDADE, Operador de Rede Água e Esgoto, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137, de 17 de junho de 2015.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor EDNILSON MARCOS SPOLETE, Operador de Rede Água e Esgoto, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 138, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 138, de 17 de junho de 2015.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor IVAN DA SILVA PEREIRA, Leiturista, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

ATA PLACAS OBRAS 2015

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 061/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 019/2015. Objeto: AQUISIÇÕES DE PLACAS INFORMATIVAS DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. Fornecedor Registrado: NEIVA FERRARI CARDOSO ME., CNPJ n. 03.015.942/0001-31

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE PLACAS INFORMATIVAS DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC	R\$ 17.450,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/06/2015 a 10/06/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

DEC 2004 DE 15 06 15 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR AQUILES GOES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº 2004, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor pessoal, solicitando exoneração do cargo;

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Aquiles Goes, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1613, de 26 de maio 2014 no que diz respeito ao servidor, nºs 1094, de 21 de junho 2011 e nº 1050, de 06 de abril de 2011.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 2005 DE 17 06 15 NOMEIA AGENTE EDUCATIVO JOSEANE QUEVEDO PEREIRA

DECRETO Nº 2005, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Joseane Quevedo Pereira, para exercer o cargo de Agente Educativo, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 31.07, Grupo 3 (Serviços Auxiliares - SAUXI), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2006 DE 17 06 15 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR JAISSON WALENDORFF DO CARGO DE VIGIA

DECRETO Nº 2006, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor pessoal, solicitando exoneração do cargo;

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Jaisson Walendorff, do cargo de Vigia deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 16 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 16 de junho de 2015.

São Domingos (SC), 17 de junho de 2015.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

RESOLUÇÃO PRAZOS INSCRIÇÕES ENTIDADES 2015

RESOLUÇÃO nº 004/2015 do Conselho

Municipal de Assistência Social - CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo Art. 11, da Lei Municipal nº 0998/95 e pela Lei 1585/09, de acordo com a Reunião Ordinária realizada em oito de junho de 2015.

RESOLVE:

1 – ESTABELECEER prazos para a Inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, com o seguinte cronograma:

- a) Recebimento da documentação dos pedidos de inscrição inicial/renovação das entidades e organizações: até 30 de junho de 2015;
- b) Visita Técnica a Entidade ou Organização de Assistência Social e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento: até o dia 10 de julho de 2015;
- c) Discussão em reunião plenária para a deliberação dos pedidos de inscrição: até 17 de julho de 2015;
- d) Encaminhamento da documentação ao órgão gestor para Inclusão Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social: até 24 de julho de 2015.

São Domingos, SC, 16 de junho de 2015.

Valter Adílio Lessa
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO_CONFERÊNCIA 005

RESOLUÇÃO nº 005/2015.

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal da Assistência Social e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 998/95 e pela Lei 1585 de 2009 e conforme dispõe a resolução nº 03 do CNAS resolve:

Art. 1º - Convocar a VII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026".

Art. 2º - Estabelecer o dia 21 de julho de 2015, para a realização da referida conferência municipal.

Art. 3º - O CMAS encaminhará esta resolução ao Executivo Municipal para elaboração do decreto municipal.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, SC, 16 de junho de 2015.

Valter Adílio Lessa
Presidente do Conselho Municipal das
Assistência Social

São João do Sul

PREFEITURA

LEI N.º 1.753 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

LEI N.º 1.753 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS SÃO JOÃO 2015 no Município de São João do Sul, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São João do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS SÃO JOÃO 2015, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a tributos municipais definidos no Código Tributário Municipal (Lei n.º 629 de 17 de dezembro de 1990) e multas acessórias, e demais obrigações não tributárias de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, podendo ser parcelados em até 16 (dezesesseis) prestações mensais e sucessivas.

Art. 2º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2015 dar-se-á por opção do contribuinte no período de 01 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, mediante formalização de Termo de Acordo de Parcelamento com Confissão de Dívida, diretamente no serviço de atendimento da Secretaria Municipal de Finanças, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei, o qual deverá atender aos seguintes requisitos, vedado a cumulação com pedido de revisão:

I – Estar assinado pelo próprio contribuinte ou procurador devidamente constituído, devendo o instrumento de mandato conter poderes específicos;

II – estar instruído com cópias do documento de identidade e do CPF do contribuinte;

III – no caso de contribuinte pessoa jurídica, estar instruído com cópias do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - comprovante de endereço.

§ 1º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2015, implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no Artigo 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, encargo legal, aos juros de mora e a correção monetária, com base na legislação vigente.

§ 3º - Para fins desta Lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão deduzidos do seu valor, à exceção da correção monetária, conforme tabela abaixo:

Forma de pagamento	Redução de juros e multa
À vista	100%
Até 06 parcelas (sendo que primeira parcela deve corresponder a no mínimo 30% do valor da dívida)	70%
De 07 a 16 parcelas (sendo que primeira parcela deve corresponder a no mínimo 30% do valor da dívida)	50%

§ 4º - A adesão ao parcelamento proposto nesta Lei será condicionada a antecipação de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor da dívida, que deve quitada no ato de formalização do parcelamento.

§ 5º - O contribuinte poderá fazer adesão para débitos em nome de outro devedor, quando deverá apresentar seus documentos pessoais, para conferência e atualização do cadastro tributário do Município.

Art. 3º - O débito consolidado na forma desta Lei, aplicados os benefícios de que trata o seu artigo 2º, sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM, da seguinte forma:

I - O valor de cada uma das parcelas com vencimento dentro do mesmo exercício da data da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015, será acrescido da variação do índice da UFM, vigente na data daquela adesão.

II - O valor de cada uma das parcelas subsequentes será atualizado monetariamente pela variação do índice da UFM, vigente no mês de janeiro do exercício de seus respectivos vencimentos.

III - O contribuinte poderá incluir no REFIS SÃO JOÃO 2015 eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

IV – Poderão também ser incluídos no REFIS SÃO JOÃO 2015 os débitos não pagos referentes a parcelamentos anteriores, sem a incidência dos benefícios nela expressos, desde que o contribuinte não opte pela regularização constante do Artigo 9º da presente Lei.

Parágrafo Único - Não incidirá a variação da UFM, conforme previsto nos incisos I e II, aos contribuintes que aderirem ao REFIS SÃO JOÃO 2015 com opção de parcelamento em até 12 (doze) vezes, desde que pagas as parcelas dentro de seus respectivos vencimentos.

Art. 4º - O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido em até 16 (dezesesseis) prestações - adiantando-se 30% do valor da dívida na primeira parcela, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:

I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, ao valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada parcela;

II - ao valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I supra;

III - ao valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Parágrafo Único - Aquele que paralisar e reiniciar suas atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º - A opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2015 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta lei.

Art. 6º - A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no programa por opção do contribuinte;

II - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - Para obter os benefícios do REFIS SÃO JOÃO 2015, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, a toda e qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, que

tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa por opção do contribuinte, devendo, outrossim, renunciar expressamente ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

IV - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015;

V - Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido na adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015;

VI - Os valores decorrentes de custas judiciais correrão à conta do contribuinte, nos casos em que haja ação de cobrança ajuizada e deverão ser quitados junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - A homologação da opção será efetuada pelo representante do Poder Executivo Municipal, nomeado por Decreto.

§ 1º - A homologação da opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2015 será condicionada ao pagamento da primeira parcela, que corresponderá a antecipação de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor total da dívida ou da parcela única, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

§ 2º - Não haverá outra condição para homologação da opção, não sendo exigido a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

§ 3º - A emissão de certidão positiva com efeito de negativa de débitos fica condicionada ao pagamento da primeira parcela, bem como se o contribuinte estiver adimplente com o pagamento do parcelamento, na forma pactuada.

§ 4º - A certidão negativa somente será emitida após a quitação integral dos débitos parcelados no REFIS SÃO JOÃO 2015.

Art. 8º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - Deixar de atender qualquer uma das exigências do Artigo 6º;

II - Ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão administrativa.

§ 3º - A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015.

Art. 9º - O contribuinte que for excluído do Programa, conforme disposto no Artigo 8º, não poderá aderir novamente ao Programa.

Art. 10 - Os contribuintes que aderiram ao parcelamento previsto por leis anteriores, caso possuam prestações vencidas e não pagas poderão permanecer no programa e nas mesmas condições acordadas, desde que efetuem, obrigatoriamente, o pagamento dos valores referentes a débitos não incluídos no parcelamento e vencidos a partir da data da assinatura do termo de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015.

§ 1º Além da obrigação prevista no caput deste artigo, os contribuintes optantes do parcelamento previsto em leis anteriores, que possuam parcelas em atraso deverão regularizar seus débitos, a fim de permanecerem no programa nas mesmas condições acordadas, desde que, alternativamente:

a) pagas as parcelas em atraso, à vista, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) sobre cada uma das parcelas, prosseguindo no pagamento das demais parcelas vincendas, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2015, ou

b) reparar a totalidade do débito, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2015, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) para cada parcela em atraso, aplicando-se o somatório do percentual sobre o saldo devedor total.

Art. 11 - Os contribuintes terão até a data de 31 de dezembro de 2015 para aderirem ao Programa.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.725 de 01 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, em 17 de junho de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

LEI N.º 1.754 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

LEI N.º 1.754 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se refere a meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI, do art. 214, da Constituição Federal.

Art. 6º - O Município promoverá a realização de pelo menos 04 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º - O Município, no prazo de 02 (dois) anos contados da publicação da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10 - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11 - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Faz parte integrante desta Lei, os Anexos I e II.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de São João do Sul, em 17 de junho de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

ANEXO I

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 80% (oitenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PME.

ESTRATÉGIAS:

- 1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União e Município, metas de expansão da rede municipal Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2. Buscar recursos com a finalidade de ampliar a estrutura da rede de educação infantil com o intuito de ampliar as vagas para poder garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
- 1.3. Realizar em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde um levantamento com a finalidade de diagnosticar a demanda para atendimento da população de 0 (zero) até 05 (cinco) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada;
- 1.4. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches;
- 1.5. Estabelecer regime de colaboração entre a União e o Município, respeitadas as normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;
- 1.6. Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infra-estrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes;
- 1.7. Buscar parcerias para promover de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil.
- 1.8. Buscar parcerias com instituições de nível superior, a fim de garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, ao atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;
- 1.9. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, assegurando a educação bilíngue para os surdos e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica;
- 1.10. Implementar em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade;
- 1.11. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do estudante de 06 (seis) anos de idade até 31 de março do ano corrente no Ensino Fundamental;
- 1.12. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.13. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos.
- 1.14. Realizar e publicar anualmente o levantamento da demanda manifestada por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.15. Buscar recursos federais para ampliar a estrutura física para estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral até o fim da vigência deste PME, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 1.16. Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos na situação em que a demanda solicitada for maior que a oferta.
- 1.17. Garantir a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil;
- 1.18. Elaborar Diretrizes Curriculares Municipais para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil;
- 1.19. Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013, que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial, e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

- 2.1. Colaborar com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).
- 2.2. Pactuar entre a União, e o município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.3. Aplicar mecanismos de acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental com profissionais especializados;
- 2.4. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência

social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, no prazo de dois anos, a contar da aprovação do PME;

2.5. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6. Apoiar o uso e o desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial;

2.7. Assegurar através de parcerias o relacionamento das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural;

2.8. Incentivar a participação ativa dos pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.9. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.10. Estruturar as escolas no prazo de três anos para o incentivo de atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.11. Garantir no prazo de dois anos o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, melhorando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;

2.12. Manter e melhorar a oferta da alimentação escolar, observando dietas das crianças com restrição alimentar e nutricional, referencialmente com produtos da região;

2.13. Implantar e garantir as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;

2.14. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas no prazo máximo de três anos, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;

2.15. Manter programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;

2.16. Implantar e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.17. Garantir e implantar até o segundo ano de vigência deste plano programas de adaptação dos meios físicos para a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;

2.18. Atualizar a Proposta Curricular, com o intuito de garantir a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o quinto ano de vigência do PME;

2.19. Prever no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes do Ensino Fundamental;

2.20. Implantar equipe multidisciplinar com profissionais capacitados e de preferência concursados com o intuito realizar ações de prevenção ao abandono escolar, evitando assim a evasão escolar;

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até final do PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

ESTRATÉGIAS:

3.1. Colaborar com a rede estadual com o processo de adesão ao Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2. Colaborar com o Ministério da Educação na realização da consulta pública nacional, que elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

3.3. Pactuar entre União, Estado, Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;

3.4. Apoiar e garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.5. Criar, manter e ampliar os programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado;

3.6. Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior;

3.7. Incentivar e apoiar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades da população local e das pessoas com deficiência;

3.8. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos estudantes beneficiários de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

- 3.9. Intensificar a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.10. Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos e de idosos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.11. Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais e estaduais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial da oferta de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
- 3.12. Implementar políticas de prevenção à evasão escolar com foco no 1º ano do Ensino Médio, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- 3.13. Estimular a participação dos estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.14. Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante como cidadão e para o trabalho;
- 3.15. Adoção de práticas, como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.
- 3.16. Buscar junto ao governo federal recursos públicos no intuito de estruturas as escolas da rede de educação Básica com laboratórios de física, química, biologia, matemática, robótica etc.

Meta 4: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDH e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

- 4.1. Fornecer dados relativos às matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que se encontram no AEE (atendimento Educacional Especializado) complementar e suplementar, a fim de que sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- 4.2. Garantir, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação, observando as legislações federais, estaduais e municipais;
- 4.3. Implantar, até o segundo ano do PME, um Centro de Educação Especial com salas de recursos multifuncionais, atendimento especializado, atendimento pedagógico, atendimento clínico, e realizar a formação continuada de professores, profissionais de apoio e monitores para o AEE (Atendimento Educacional Especializado), e serviços especializados;
- 4.4. Garantir AEE em salas de recursos multifuncionais, classes, em Centro de Educação Especial nas formas complementar e suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso);
- 4.5. Realizar parcerias entre centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação;
- 4.6. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com altas habilidades ou superdotação;
- 4.7. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;
- 4.8. Garantir a oferta de educação inclusiva, para todos os estudantes da Educação Especial, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE (Atendimento Educacional Especializado);
- 4.9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE (Atendimento Educacional Especializado), bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de Programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.10. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.11. Utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetorial que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE (Atendimento Educacional Especializado);
- 4.12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o fim de desenvolver modelos

de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13. Ampliar as equipes de profissionais da Educação, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado), profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues e monitores;

4.14. Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação;

4.15. Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.16. Apoiar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17. Manter e ampliar parcerias com instituições, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral e o aumento da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, TDHA (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18. Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.19. Criar e instituir equipe multidisciplinar para avaliação e diagnóstico da clientela da educação especial. (Assistente Social, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psicopedagogo, Neurologista e etc.);

4.20. Criar critérios para atuar na educação especial que contemple, preferencialmente, profissionais graduados em pedagogia, com habilitação em educação especial efetivo na rede, com histórico profissional de experiências bem-sucedidas;

4.21. Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e atendimento especializado, bem como, a permanência com qualidade destes alunos no âmbito educacional;

4.22. Ofertar e consolidar a continuidade do atendimento educacional especializado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.23. Instituir a política municipal de educação especial, conforme legislação estadual (pessoas com deficiência intelectual, física e sensorial, TDHA (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento);

4.24. Instituir programa multisetorial de educação, saúde e Assistência Social de prevenção às deficiências, por meio de palestras, orientações e ações de saúde preventiva;

4.25. Instituir política de formação continuada de educação especial (LIBRAS, Braille, Técnicas, Metodologias, etc.) para professores da rede pública em parceria com as instituições formadoras e centros especializados

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2. Participar da prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP), para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.3. Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4. Apoiar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5. Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.6. Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, em estabelecimento de terminalidade temporal;

5.7. Criar política de alfabetização que favoreça a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;

5.8. Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, profissionais e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

5.9. Implantar, até o segundo ano de vigência do plano, programas de incentivo à leitura;

5.10. Implantar e oferecer o ensino integral do ciclo de alfabetização até o segundo ano de vigência deste plano municipal de educação;

Meta 6: Implementar política municipal de educação integral no primeiro ano de vigência do PME, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da Educação Básica até o oitavo ano de vigência deste PME;

ESTRATÉGIAS:

- 6.1. Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola e profissionais devidamente habilitados;
- 6.2. Instituir, em regime de colaboração, Programa de construção e ampliação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliários adequados para atendimento em tempo integral;
- 6.3. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, Programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como, da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4. Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.5. Aplicar gradativamente as atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de Educação Básica, até o segundo ano de vigência deste plano municipal de educação;
- 6.6. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando AEE (Atendimento Educacional Especializado) complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- 6.7. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes (crianças, adolescentes e jovens) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e iniciação a pesquisa científica;
- 6.8. Manter e melhorar a alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;
- 6.9. Instituir o planejamento estratégico da Educação Integral e implantar na rede a Educação Integral de forma gradativa até o segundo ano da vigência deste PME.

Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

IDEB	2015	2017	2019	2021
Ensino Fundamental Anos Iniciais	5,1	5,4	5,7	5,9
Ensino Fundamental Anos Finais	5,0	5,2	5,5	5,7
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

ESTRATÉGIAS:

- 7.1. Estabelecer e implantar na Proposta Curricular, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- 7.2. Criar estratégias e parcerias entre a União, Estado e o Município com o objetivo de assegurar que:
- a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.
- 7.3. Instituir em colaboração com a União na organização dos indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação;
- 7.4. Buscar auxílio do Ministério da Educação para instituir um processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
- 7.5. Formalizar junto ao MEC e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;
- 7.6. Realizar pactuação entre União e o Município, com o objetivo de receber assistência técnica e financeira do MEC para fins de cumprimento do PNE, PEE e PME.
- 7.7. Aderir aos instrumentos de avaliação da qualidade da Educação Básica instituídos pelo Ministério da Educação, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e de outros órgãos;
- 7.8. Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;
- 7.9. Orientar, apoiar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME;
- 7.10. Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

- 7.11. Aderir ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA e estimular a comunidade escolar a participar, com a finalidade de aferir os níveis educacionais e a qualidade da educação do município;
- 7.12. Realizar parcerias entre a União, Estado e o Município que incentive as práticas pedagógicas inovadoras na Educação Básica que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- 7.13. Garantir transporte gratuito de qualidade para todos os estudantes da Educação Básica, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, financiamento compartilhado, com participação da União, e convênios com a Secretaria de Estado da Educação, visando a redução da evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.14. Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;
- 7.15. Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e o acesso wi-fi em todos os ambientes escolares, e triplicar até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.16. Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.17. Acompanhar e monitorar a ampliação de programas e aprofundamento de ações desenvolvidas pelo MEC de atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.18. Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica de qualidade, realizar o fornecimento de água tratada, disponibilizar o serviço de esgotamento sanitário e instituir parceria para a realização manejo dos resíduos sólidos de forma correta;
- 7.19. Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecido pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais, garantindo o acesso dos estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de Ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.20. Buscar junto à União recursos financeiros e garantir recursos municipais com a finalidade de prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.21. Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.22. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das Secretarias de Educação, bem como instituir programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das referidas secretarias;
- 7.23. Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.
- 7.24. Implementar políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.525 de 24 de setembro de 2007;
- 7.25. Garantir, na Proposta Curricular e no Projeto Pedagógico, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
- 7.26. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.27. Promover a articulação dos Programas da área da Educação, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.28. Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.29. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da Educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.30. Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade;
- 7.31. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores, auxiliares de biblioteca e agentes da comunidade, para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.32. Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória Municipal, Estadual e Nacional;
- 7.33. Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;
- 7.34. Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

- 7.35. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas em todas as unidades escolares da educação básica com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;
- 7.36. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento;
- 7.37. Apoiar, aprimorar e reestruturar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;
- 7.38. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;
- 7.39. Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica;
- 7.40. Buscar junto ao MEC assistência técnica financeira que priorize as escolas com IDEB abaixo da média nacional, auxiliar a execução das ações, monitorar e orientar a prestação de contas;
- 7.41. Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas;
- 7.42. Implantar nas unidades escolares o serviço de apoio pedagógico, com serviço de orientação aos alunos, apoio aos professores, supervisão escolar, atendimento psicopedagógico, com, o intuito a melhoria do ensino, a fim de atingir as metas do IDEB.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o quinto ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ESTRATÉGIAS:

- 8.1. Ampliar e melhorar os programas para correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento pedagógico individualizado na unidade escolar e recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado através de jornada de estudo ampliada;
- 8.2. Ampliar gradativamente os Programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos através da institucionalização de núcleos de alfabetização descentralizada e interiorização oportunizando a continuidade da escolarização para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série;
- 8.3. Buscar parcerias com entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical com o intuito de expandir a oferta gratuita de Educação Profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública;
- 8.4. Promover, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento regular durante todo o período letivo através de monitoramento do acesso e permanência na escola, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com a rede, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.5. Promover e estimular a busca ativa de jovens, adultos e idosos fora da escola, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e a iniciativa privada através de levantamento populacional anual;
- 8.6. Instituir equipe multidisciplinar (Psicólogo, psicopedagogo, assistente social) com a finalidade de garantir a saúde física e mental dos estudantes.

Meta 9: Elevar a taxa e garantir a alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 80% (oitenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1. Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;
- 9.2. Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.3. Aderir e apoiar programas federais de benefício adicional no Programa nacional de transferência de renda para jovens, adultos e idosos que frequentarem cursos de Educação de Jovens e Adultos;
- 9.4. Aderir e realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos e idosos;
- 9.5. Aderir e executar programas federais de atendimento ao estudante da EJA, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da Saúde e Assistência Social;
- 9.6. Buscar apoio técnico e financeiro para implementar e executar projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.7. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de Alfabetização da EJA;
- 9.8. Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.9. Considerar nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso as tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;
- 9.10. Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas;
- 9.11. Implementar, no prazo de dois anos após a aprovação do PME, currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social, garantido a revisão anual do currículo;

9.12. Realizar em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o CENSO populacional municipal anual de dados sobre a realidade educacional e a demanda por EJA, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

9.13. Ampliar a oferta da educação de jovens e adultos através de núcleos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e a realização de chamadas públicas regulares para EJA;

9.13.1. Buscar junto ao Ministério da Educação, recursos para a ampliação dos serviços e a melhoria qualitativa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional:

ESTRATÉGIAS:

10.1. Aderir aos Programas Nacionais de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica, através da oferta de novas turmas, novos cursos, e oferta em escola que não há cursos de EJA;

10.2. Buscar com a União, recursos para fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do trabalhador, possibilitando ofertas de cursos de qualificação, e de formação técnica integrada a EJA;

10.3. Capitar recursos para fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das populações, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EAD).

10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens, adultos e idosos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional;

10.5. Aderir e executar o Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA regular e EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6. Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses estudantes;

10.7. Incentivar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios, e a formação continuada de professores das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional;

10.8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas, de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9. Aderir e executar Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional;

10.10. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos de nível Médio;

10.11. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.12. Garantir a formação continuada anual e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional com prazo máximo de início no segundo ano de vigência deste PME;

10.13. Melhorar e ampliar alimentação saudável e adequada, e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos e EJA integrado à Educação Profissional;

10.14. Expandir as matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.15. Realizar levantamentos de demanda de oferta de cursos junto às entidades sindicais e sociais;

10.16. Implantar a EJA Integrada à Educação Profissional, como uma política pública de educação, e iniciar até o segundo ano de vigência do PME, a oferta de cursos profissionais integrados à EJA.

Meta 11: Incentivar a ampliação da oferta de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, com a finalidade de triplicar a matrícula.

ESTRATÉGIAS:

11.1. Incentivar e divulgar os cursos técnicos das Escolas Públicas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com a finalidade de expandir as matrículas e a formação da população;

11.2. Incentivar e apoiar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino, através da realização de levantamento de demanda da população;

11.3. Incentivar, apoiar e fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade;

11.4. Estimular a prática e a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio Regular, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando desenvolver a aptidão do estudante dentro da sua formação, as qualificações próprias da atividade profissional, assim como a contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5. Apoiar e divulgar Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico;

11.6. Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7. Apoiar, estimular e divulgar a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecidas em instituições privadas de Educação Superior;

11.8. Apoiar e aderir a institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes

pública e privada;

11.9. Estimular a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.10. Estimular e apoiar mecanismos que garantam a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte);

11.11. Apoiar a implantação em todas as instituições públicas de educação técnica, Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.12. Realizar em parceria entre a União, Estado e Município, políticas públicas que reduzam as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;

11.13. Colaborar com a União na estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores;

11.14. Apoiar e estimular a reestruturação das escolas de Educação Profissional, levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos;

11.15. Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;

Meta 12: Apoiar a União, Estado e as Instituições de Ensino Superior, no intuito de elevar a qualidade da Educação Superior Brasileiro e contribuir na garantia da elevação da taxa bruta nacional de matrícula do Ensino Superior para 50%, e a taxa líquida para 33% para a população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, garantindo a expansão de 40%(quarenta por cento) das novas matrículas, e a ampliação do corpo docente efetivo para 75%(setenta e cinco por cento) de mestres e doutores, sendo no mínimo 35%(trinta e cinco por cento) doutores, elevar o número de matrículas em cursos de pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores em todo o território nacional:

ESTRATÉGIAS:

12.1. Buscar parcerias com as instituições públicas e privadas de educação superior, com a finalidade de ampliar e interiorizar o acesso à graduação na região e no município, através da otimização dos recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas;

12.2. Apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência, e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3. Realizar esforços conjunto entre os entes federados e as instituições de ensino superior pública para a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, 50% das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4. Fomentar por meio da Plataforma Freire e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a oferta de Educação Superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5. Apoiar e incentivar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6. Divulgar e apoiar com a finalidade de expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.7. Apoiar programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.8. Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;

12.9. Colaborar e incentivar a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;

12.10. Incentivar que as instituições de Ensino Superior tenham condições de acessibilidade na forma da legislação;

12.11. Buscar parcerias com as instituições de Ensino Superior, visando a realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município e da região;

12.12. Incentivar a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente, em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.13. Contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com essa população;

12.14. Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento da região e do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.15. Apoiar o programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e programas de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.16. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na Educação Superior pública;

- 12.17. Apoiar a expansão e reestruturação das Instituições de Educação Superior Estadual, Federal e Comunitária, cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao Programa de reestruturação, na forma de reglamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica;
- 12.18. Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
- 12.19. Buscar junto ao Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior parcerias para a instalação de ensino superior no município através do Programa Universidade Aberta do Brasil, com a finalidade de ofertar educação superior pública de qualidade, possibilitando a elevação dos índices de escolaridade da população do município e da região;
- 12.20. Ampliar parcerias com as instituições privadas de ensino superior para a oferta de cursos no município com valores acessíveis;
- 12.21. Ampliar o programa municipal de apoio ao estudante de ensino superior, chegando a 100% o auxílio do transporte universitário até o término deste PME;
- 12.22. Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 12.23. Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;
- 12.24. Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;
- 12.25. Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras;
- 12.26. Monitorar a expansão do financiamento estudantil, por meio do FIES, à Pós-Graduação Stricto Sensu relativo ao município;
- 12.27. Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado;
- 12.28. Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 12.29. Estimular a participação das mulheres nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;
- 12.30. Estimular a pesquisa científica e de inovação, e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade no Município;
- 12.31. Promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação;
- 12.32. Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Latos e Stricto Sensu que incluam a educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, além de outras temáticas de interesse social;
- 12.33. Incentivar a formação de profissionais da educação através de bolsas de estudos de pós-graduação em Stricto Sensu com temas relacionados ao município.

Meta 13: Garantir, em regime de colaboração no prazo de 01 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

- 13.1. Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições de Educação Superior existentes e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;
- 13.2. Realizar parceria com as instituições de Ensino Superior públicas com a finalidade de ofertar cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado profissional para os profissionais da educação;
- 13.3. Apoiar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica;
- 13.4. Buscar parcerias com instituições de Ensino Superior da região, para implantar Programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica;
- 13.5. Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;
- 13.6. Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do graduando, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas TICs, e educação especial, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica;
- 13.7. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível Médio e Superior dos profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica;
- 13.8. Apoiar a implementação dos cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas

áreas de atuação, aos professores com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício;

13.9. Apoiar e garantir a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

13.10. Apoiar e garantir a implementação de políticas de formação continuada, para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do município, e para além dele;

13.11. Apoiar a instituição de programas de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

13.12. Apoiar e participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional, que valorizem a experiência prática por meio da oferta nas redes federal, estadual e municipal de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes;

13.13. Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

13.14. Apoiar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

13.15. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim;

13.16. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

Meta 14: Garantir, em nível de Pós-Graduação *latu sensu*, 100% (cem por cento) dos professores efetivos e 70% (setenta por cento) dos professores contratados, até o quinto ano de vigência do PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

14.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para garantir o dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação;

14.2. Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias;

14.3. Assegurar a participação no programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

14.4. Apoiar e assegurar o processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

14.5. Destinar recursos públicos com a finalidade de ofertar de bolsas de estudos para Pós-Graduação *stricto sensu* dos professores e demais profissionais da Educação Básica;

14.6. Fortalecer a formação dos professores e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de Programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público;

14.7. Consolidar permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes;

14.8. Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior;

14.9. Buscar parcerias junto ao MEC e Instituições públicas de Ensino Superior, para criar programa de formação de professores e profissionais da educação básica e suas modalidades, a oferta de cursos de pós-graduação – *latu sensu* e *stricto sensu* – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

Meta 15: Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos, a atualização do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o Piso Nacional garantindo a atualização anual, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 2º (segundo) ano da vigência deste Plano;

ESTRATÉGIAS:

15.1. Acompanhar e garantir a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional, da inflação e do ganho real calculado pelas entidades de classes e órgãos afins para os profissionais do magistério público da educação básica do município, tendo como atribuições do Fórum Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com reuniões frequentes durante o ano, a fim de realizar cálculos referentes aos demonstrativos de gastos e aplicações na educação, assegurada a ampla representação social;

15.2. Constituir como tarefa do fórum permanente, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

15.3. Ampliar no Plano de Carreira dos profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, a implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, assegurando este direito aos profissionais efetivos e contratados;

15.4. Articular a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados, para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;

- 15.5. Assegurar e garantir através de lei federal, um ano após a aprovação do plano, a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;
- 15.6. Garantir por meio de lei, a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;
- 15.7. Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de coordenação pedagógica (orientação educacional, supervisão) e administração escolar, na própria escola, realizado por profissionais habilitados na área de atuação, e que estes profissionais estejam contemplados no plano de carreira, e que a nomeação destes ocorra através de concurso público;
- 15.8. Aperfeiçoar o Plano de Carreira para os profissionais do magistério, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- 15.9. Garantir no Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, a manutenção do mesmo, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, licenças remuneradas, incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu, assegurando todos os níveis de escolaridade em um único processo após o estágio probatório;
- 15.10. Garantir a atualização anual do Plano de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública, tomando como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;
- 15.11. Implantar nas redes públicas de educação básica, o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- 15.12. Assegurar, garantir e incentivar a realização de concurso público, através da adesão da prova nacional, realizada a cada 2 anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- 15.13. Estruturar e garantir na rede pública de educação básica, de modo que até o início do terceiro ano de vigência deste PME, pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério, e 70% (setenta por cento) dos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;
- 15.14. Estabelecer através de plano de saúde completo/suplementar, ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 15.15. Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, valorização salarial, condições de trabalho em ambientes adequados, como forma de garantia da qualidade na educação;
- 15.16. Garantir a valorização dos profissionais do magistério da rede pública da educação básica, através da equiparação dos salários, o rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;
- 15.17. Realizar, no primeiro ano de vigência deste PME, a atualização dos Planos de Carreira para os Profissionais da Educação Básica Pública tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;
- 15.18. Participar, anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério;
- 15.19. Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o município, uma vez aprovada a Lei específica, estabelecendo planos de Carreira para os profissionais da Educação;
- 15.20. Instituir comissão permanente de profissionais da educação do município, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de Carreira;
- 15.21. Garantir no Plano de Carreira, promoção por avaliação de desempenho, gratificação por habilitação, e gratificação por tempo de serviço, assegurando licenças para aperfeiçoamento profissional, vale alimentação e vale transporte;
- 15.22. Assegurar o direito do profissional da educação ao salário integral, em casos de afastamento e licenças para tratamento de saúde, que porventura venha a ser readaptado;
- 15.23. Implantar e garantir, a partir de um ano após a aprovação do plano de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de equipe multidisciplinar, assistente social, psicopedagogo, psicólogo educacional, nutricionista educacional, fonoaudiólogo educacional, neurologista, terapeuta ocupacional, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;
- 15.24. Implantar até o quinto ano de vigência deste PME, previdência pública para os profissionais do Magistério Público Municipal.
- 15.25. Implementar na rede pública de ensino, o programa de promoção à saúde do profissional em educação, visando a melhoria da qualidade de vida;
- 15.26. Assegurar a participação efetiva das Secretarias de Assistência Social e de Saúde e outros órgãos da Administração Municipal, na execução do Programa de Promoção à Saúde do Profissional em Educação, com uma equipe de profissionais específicos da área e garantia de recursos que subsidiem vacinas (gripe A, Hepatite e outras), assim como, a implementação de ações permanentes, voltadas à prevenção da saúde física, mental e emocional, visando a prevenção dos males que acometem o profissional da educação;
- 15.27. Implantar programas de apoio multidisciplinar destinado a atender os profissionais da educação (psicólogo, nutricionista, Educador físico, fonoaudiólogo), com a finalidade de melhoria do exercício da profissão;
- 15.28. Implantar, até o quinto ano de vigência deste PME em processo gradativo, a criação de plano de saúde e/ou convênios, com profissionais da saúde especializados, com a finalidade de proporcionar qualidade de vida aos profissionais da educação, através do subsídio de 50% da administração pública e 50% do servidor.

Meta 16: Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

ESTRATÉGIAS:

- 16.1. Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para o município, uma vez aprovada legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação

dos diretores e gestores de escola;

16.2. Ampliar e garantir a participação efetiva nos programas de apoio e formação aos Conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), do Conselho Municipal de Educação e de outros, e aos representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Estado e da União para tanto;

16.3. Criar e assegurar, no âmbito do município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal Permanente de Educação (FME), para que este coordene as Conferências Municipais, e efetue o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME e que possua orçamento anual garantido;

16.4. Estimular, em toda a rede de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações;

16.5. Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

16.6. Assegurar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos Projetos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando e promovendo a participação de pais e responsáveis na avaliação dos docentes, gestores escolares, e funcionários técnicos;

16.7. Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal;

16.8. Aderir e utilizar os programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam integrar o processo de gestão democrática;

16.9. Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

16.10. Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano, e assegurar condições para sua implementação;

16.11. Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano;

16.12. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

16.13. Consolidar e fortalecer os Conselhos Municipais de Educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras;

16.14. Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

16.15. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados à Educação;

16.16. Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

16.17. Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores, Grêmios Estudantis e organizações afins, bem como a realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares;

16.18. Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

16.19. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação;

16.20. Instituir legislação municipal com o intuito de assegurar a descentralização e gestão democrática dos recursos públicos educacionais.

Meta 17: Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público e privado em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, a nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5o (quinto) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio:

ESTRATÉGIAS:

17.1. Garantir fontes de financiamentos permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente, para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Integral, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional aliada a EJA;

17.2. Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação;

17.3. Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE;

17.4. Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

17.5. Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades;

- 17.6. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ);
- 17.7. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores e dos demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- 17.8. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;
- 17.9. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;
- 17.10. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;
- 17.11. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;
- 17.12. Articular com a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE;
- 17.13. Desenvolver, com apoio da contabilidade municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades;
- 17.14. Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal;
- 17.15. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014;
- 17.16. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
- 17.17. Definir recursos provenientes da receita municipal para o financiamento público permanente da educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de expandi-la;
- 17.18. Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;
- 17.19. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;
- 17.20. Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;
- 17.21. Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros;

ANEXO II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EDUCACIONAL

Com a finalidade de entendermos a realidade educacional do município de São João do Sul – SC foi elaborado o presente documento, que abordará todos os níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação, previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. O documento também levará em conta as necessidades locais, crescimento populacional, realidade social e a situação educacional do município de São João do Sul.

Na sequência será apresentado dados da legislação municipal, que regulamenta todo o funcionamento do município, e um breve histórico da rede.

Histórico Educacional do Município

O município de São João do Sul possui um Plano Municipal de Educação desde 17 de dezembro de 2007, conforme a lei nº 1432. O mesmo aponta o que cabe ao município realizar, por ser este seu espaço de governabilidade, e o que lhe compete demandar com outras instâncias de governo, para que, de forma articulada e coerente com as metas fixadas pelo PME, alcançar os objetivos estabelecidos para o país, nos próximos dez anos. O município conta com 10 instituições educacionais. Compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. São João do Sul oferta a educação básica na rede pública nas dependências administrativas: estadual e municipal. Na dependência privada a educação básica é ofertada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O município instituiu o Conselho Municipal de Educação conforme lei nº 841 de 20 de outubro de 1985. Conselho Municipal de Alimentação Escolar desde 2011 conforme a lei 1583, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, desde 15 de julho de 1997 conforme

lei nº 879. O município também se encontra instituído no Sistema Municipal de Ensino por meio da lei 1305 de 20 de dezembro de 2005. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal foi implantado em de 10 de março 2000 conforme lei 937. O Plano Municipal de Educação tem por objetivo traçar metas, visando garantir a qualidade e o acesso de todos na educação.

A rede de educação de São João do Sul, passou por diversos momentos, como de interiorização, onde não se tinha transporte escolar, portanto havia a necessidade de criar escolas em todas as comunidades do município, como política de acesso à educação, chegando a ter 41 unidades escolares distribuídas em todo o município, incluindo o município de Passo de Torres, que então pertencia ao município de São João do Sul. Após a emancipação do município de Passo de Torres, o município de São João do Sul ficou com 33 escolas, sendo 2 unidades escolares estaduais, 16 escolas municipalizadas, 14 escolas municipais e 1 privada (APE).

Após o processo de municipalização e emancipação de Passo de Torres, o município passou pelo processo de nucleação, processo este que realizou o fechamento de diversas escolas isoladas, ficando então com 19 escolas, sendo 2 estaduais e 17 municipais.

Após as nucleações, o município passou pelo processo de reestruturação da rede, momento em que realizou a criação de duas novas unidades escolares e o fechamento de outras 11 unidades escolares municipais e uma escola estadual. Então naquele momento o município ampliou o atendimento da educação infantil, o ensino fundamental, anos finais e educação de jovens e adultos.

No ano de 2011, a rede municipal passa por mais uma reforma incluindo mais uma instituição de Ensino Fundamental na rede, devido ao processo de municipalização das turmas de Ensino Fundamental anos iniciais.

A rede de educação do município de São João do Sul conta hoje com 1 unidade escolar estadual, uma escola privada e 8 escolas municipais. Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior em São João do Sul, considerando as respectivas etapas e modalidades.

1. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação:

1.1. Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Básica, atualmente está organizada da seguinte forma:

a) Educação Infantil:

a. Creche -0 a 3 anos de idade;

b. Pré-escola 4 a 5 anos de idade;

b) Ensino Fundamental, com duração mínima de 9 (nove) anos;

c) Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 torna obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Básica pode corresponder em uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

O município de São João do Sul conta com 10(dez) instituições de Ensino compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (Figura 1), sendo destas 9 (nove) de dependência Administrativa municipal, 1 de dependência administrativa Estadual e uma instituição privada (tabela 1).

Figura 1 Instituições de Ensino

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 2014, São João do Sul registrou um total de 1663 matrículas (Figura 2), sendo que 1107 alunos atendidos na rede municipal, 491 atendidos na rede estadual e 65 atendidos na rede privada e Ensino (APAE).

O Município de São João do Sul oferta a Educação Básica na rede pública nas dependências administrativas: estadual e municipal. Na dependência privada a educação básica é ofertada na Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) de São João do Sul, que possui convênio com o poder público municipal e estadual.

Instituições de Ensino	Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico	EJA	Educação Especial
EEB Caetano Lummertz	Municipal	x	x				
EEB Vila Velha II	Municipal	x	x				
EEB Sertão do Piritu	Municipal		x				
EEB Glorinha	Municipal	x	x				
EEF Prefeito Quintiliano João Pacheco	Municipal		x				
CEI Paraíso da Criança	Municipal	x					
CEI Prof João Vitorino Lopes	Municipal	x					
CEJA Vereadora Rita Quadros	Municipal					x	x
EEB Prof Maria Solange Lopes de Borba	Estadual		x	x	x		
Escola Especial APAE	Privada						x

Tabela 1- Relação de Instituições de Ensino

1.1.1. Educação Infantil:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) garante a educação para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, preferencialmente com atendimento integral e especializado para crianças portadoras de necessidades específicas.

O município de São João do Sul atualmente conta com duas instituições exclusivas de educação infantil e duas instituições de educação básica, em que também é ofertada a educação infantil (figura 1). Nos Centros de Educação Infantil é realizado o atendimento de crianças a partir de 18 (dezoito) meses de idade até completarem 6 (seis) anos, já o atendimento nas Escolas de Educação Básica é realizado a partir de 4 (quatro) anos.

O município no ano de 2014 contabilizou 250 alunos matriculados, sendo que destes 113 são alunos de creche de 0 a 3 anos, e 137 são alunos de pré-escola de 4 a 5 anos, distribuídos em 4 (quatro) instituições de ensino (figura 3).

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde através do programa de saúde da família (PSF) o município de São João do Sul conta com 514 crianças em idade escolar de educação infantil, sendo destes 342, de 0 a 3 anos, e 172 de 4 a 5 anos, no entanto, apenas 48,6% da população desta etapa está sendo atendida nas instituições de Educação Infantil. (Figura 4)

Figura 2- Matrícula por dependência administrativa

Figura 3- Atendimento da Educação Infantil

Figura 4- População X atendimento

Analisando os gráficos de demanda e atendimento referente aos anos de 2010 a 2014 (figura 3 e 4) é possível identificar um crescimento da população de 0 a 3 anos em 8,9% e o atendimento em 28%, já na população de 4 a 5 anos houve uma diminuição da população em 18%, a redução de 8 % no atendimento, justifica-se a diminuição do atendimento devido ao processo de nucleação das escolas.

1.1.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação inicia-se obrigatoriamente aos 06 (seis) anos de idade e tem duração de 9 (nove) anos, garantido o acesso a todos sem distinção.

Atualmente o município conta com seis instituições de Ensino Fundamental, sendo uma de dependência administrativa estadual que oferta ensino fundamental anos finais, duas instituições municipais de ensino fundamental completo e três instituições municipais de ensino fundamental anos iniciais (figura 1).

O município no ano de 2014 contabilizou 858 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que destes 498 são alunos do ensino fundamental anos iniciais e 360 são alunos do ensino fundamental anos finais. A rede municipal atende 179 alunos no ensino fundamental anos finais e a rede estadual atende 181 no ensino fundamental anos finais.

A Figura 5 apresenta o atendimento no ensino fundamental dos anos iniciais dos últimos 5 (cinco) anos, neste gráfico é possível observar que, a partir de 2012 todo o atendimento do ensino fundamental anos iniciais passou a ser de responsabilidade do município, pois no ano de 2011 o município assinou o processo de municipalização do ensino fundamental anos iniciais, acarretando um aumento em 28% do atendimento do ensino fundamental anos iniciais da rede municipal de educação.

Figura 5- Atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas (UNICEF), o município de São João do Sul possui 99,3% da população de 6(seis) a 10(dez) anos de idade em sala de aula.

Analisando os dados populacionais desta faixa etária, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o município conta atualmente com 485 crianças entre 06 a 10 anos (figura 27.), e de acordo com Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas Educacionais, o município no ano de 2014 atendeu uma população de 498 crianças nesta faixa etária, essa diferença justifica-se devido ao município fazer divisa com 5 (cinco) outros municípios e ainda, uma de nossas escolas atende crianças residentes de outros municípios.

O ensino fundamental anos finais é ofertado em três instituições de ensino, sendo uma estadual e duas municipais com um total de atendimento de 360 alunos, destes 179 alunos são atendidos em escolas municipais e 181 em escola estadual (Figura 6)

Figura 6 - Atendimento Ensino Fundamental Anos Finais

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o município conta com 444 pessoas (figura 27) em idade escolar do ensino fundamental anos finais, sendo que o Censo Escolar de 2014, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), apresenta 360 adolescentes matriculados (figura 6). De acordo com essas informações, podemos identificar que 23% da população em idade escolar encontra-se fora da escola. No entanto, justifica-se que 39 alunos, no ano de 2014, encontravam-se em programas de aceleração de estudo, reduzindo esta taxa para 11%.

1.1.3. Ensino Médio

O ensino médio garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), de frequência obrigatório para alunos em idade de 15 a 17 anos, podendo ser ofertado ensino médio regular, ensino médio técnico ou ainda ensino médio inovador integrado.

Atualmente, o município de São João do Sul conta com uma única escola que realiza o atendimento destes alunos, a Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba (figura 1 e Tabela 1).

O município no ano de 2014, contabilizou 307 alunos matriculados no ensino Médio, sendo que 233 encontravam-se no Ensino Médio Regular, 70 no Ensino Médio Técnico e 4 alunos de Ensino Técnico Pós Médio. (Figura 7)

Figura 7 - Matrículas do Ensino Médio

A Figura 7 apresenta o atendimento do Ensino Médio dos últimos 5 (cinco) anos, neste gráfico é possível analisar que a matrícula é maior no ensino médio regular do que no ensino médio técnico integrado. Atualmente a Escola Estadual oferta Curso Técnico Integrado de Informática.

São João do Sul está localizado em uma região em que o Ensino Técnico é privilegiado, pois nos municípios próximos a São João do Sul há Institutos Federais de Educação, Escolas Estaduais de Educação Profissional e Escolas privadas de Educação Profissional. Atualmente contamos com 48 (quarenta e oito) alunos matriculados nestas redes de ensino. (Figura 8).

1.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino integrante da Educação Básica, ofertada para pessoas de 15 anos ou mais, para o ensino fundamental e de 18 anos ou mais, para o ensino médio. A Educação de Jovens e Adultos pode ser aliada ao Ensino profissionalizante, e à Educação Especial, podendo ser ofertada de forma presencial, semi-presencial e EaD.

Atualmente, o município atende 142 (cento e quarenta e dois) alunos da Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Especial Modalidade Substitutiva do Ensino Fundamental. (figura 9)

Figura 8- Alunos do Ensino Médio em outras Redes

Figura 9 – Atendimento Educação de Jovens e Adultos**1.1.5. Educação Especial**

A educação Especial é entendida como uma modalidade da Educação que percorre toda a Educação Básica e o Ensino superior. Atualmente o município de São João do Sul, possui uma população com necessidades especiais de 110(cento e dez) sendo que desta população 30(trinta) encontram-se em idade escolar regular. (figura10).

Figura 10 - população com necessidades específicas

O Atendimento Especializado é fornecido em escolas municipais, estadual e filantrópica que possui convênio com o governo municipal e estadual.

Atualmente, a rede municipal e estadual possui alunos com necessidades educacionais específicas em turmas de ensino regular, turmas de atendimento educacional especializado. O município ainda conta com turmas de Educação de Jovens e Adultos na modalidade substitutiva de Educação Especial, a escola filantrópica possui turmas de atendimento educacional especializado e também realiza atendimento de saúde.

Atualmente o município atende 77 pessoas em atendimento educacional especializado e serviços de saúde, sendo que 68 são atendidos pela instituição filantrópica (privada) e 9 pela rede municipal de educação, sendo o atendimento realizado a todos independentes de estar em idade escolar.

1.1.5.1. AEE

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado a todos os alunos em idade escolar, de forma concomitante ao ensino regular. Atualmente, o município possui 24 alunos (figura 11) em atendimento educacional especializado, sendo 21 (vinte e um) na rede municipal e 3 (três) na rede estadual, de acordo com o gráfico 10, o município conta com uma população de 30 (trinta) crianças, adolescentes e jovens em idade escolar com necessidades específicas, no entanto apenas 24 (vinte e quatro) alunos são atendidos no Atendimento Educacional Especializado.

Figura 11 - atendimento especializado**1.1.5.2. Inclusão**

A inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e na educação de jovens e adultos é garantido na legislação federal e estadual, sendo que todas as pessoas portadoras de necessidades específicas deverão frequentar o ensino regular, tendo o governo (Federal, Estadual e municipal) como responsável por criar estratégias para realizar o atendimento.

A rede estadual de ensino possui o segundo professor, incluído nas classes em que há alunos com necessidades específicas, e que o mesmo necessita de atendimento/auxílio de um profissional especializado, já a rede municipal possui o auxiliar de ensino, que possui as mesmas atribuições do segundo professor da rede estadual.

Atualmente, o município conta com 48(quarta e oito) alunos de inclusão da rede regular de ensino e da Educação de Jovens e Adultos (figura 12).

Figura 12- Atendimento Educacional Especializado**1.1.5.3. Atendimento de Saúde**

No atendimento educacional para portadores de necessidades específicas, faz-se necessário o atendimento de saúde concomitante com o atendimento educacional, devido às especificidades e necessidades de cada educando. A Rede Municipal de Educação oferece atendimento psicológico e fonoaudiólogo, já a instituição privada realiza atendimento de terapia ocupacional, neurologia, psicologia, fonoaudiologia, etc.

Figura 13 - Matrículas de Inclusão**1.2. Mais Educação:**

O município conta com duas escolas integrantes do Programa Mais Educação. Nestas escolas são realizadas atividades de reforço escolar, atividades culturais e esportivas, disponibilizadas a todos os alunos através de atividades realizadas no contra turno.

A Escola de Educação Básica Vila Velha II realiza atendimento no contra turno em total de 243 alunos em atividades de Coral, Percussão, Atendimento pedagógico, Xadrez e Taekwondo.

A Escola de Educação Básica Caetano Lummertz II realiza atendimento no contra turno em total de 350 alunos em atividades de Apoio Pedagógico, Esporte na Escola, Musica e Dança.

A Escola de Ensino Fundamental Prefeito Quintiliano João Pacheco, foi contemplada com o programa, no entanto ainda não iniciaram as atividades por não possuir espaço físico adequado.

1.3. Ensino Superior

O Ensino superior está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em que organiza o ensino superior em: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.

O município de São João do Sul, atualmente, não conta com campus universitário no município, no entanto, no ano de 2015, o município realizou parceria com o Grupo UNINTER (Centro Universitário Internacional) e, atualmente, possui extensão dos cursos do polo da Cidade de Sombrio, sendo ofertado os cursos de Pedagogia, Contabilidade, Gestão Ambiental e Administração.

São João do Sul está localizado em uma área privilegiada para a continuidade dos estudos, pois contamos com diversas universidades públicas, privadas e comunitárias, que ofertam cursos de Graduação e Pós-graduação na modalidade presencial e EAD, cursos de todas as áreas: Administração, Gestão, Direito, Engenharias, Licenciaturas, Tecnologias da Informação e Comunicação, Saúde e etc., totalizando mais de 70 cursos de graduação. Contamos ainda com 16 cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado e mais de 40 cursos de especialização das áreas da saúde, engenharias, direito, administração e educação.

O município possui uma legislação de incentivo à população para a continuidade dos estudos, através do auxílio de transporte universitário ao qual a administração concede o valor de 50% do valor do transporte para o deslocamento da população até as instituições de Ensino Superior de toda a região.

Atualmente, o município conta com 243(duzentos e quarenta e três) adultos regularmente frequentando o ensino superior, sendo que destes 108(cento e oito) encontram-se em cursos da área da Educação, 69(sessenta e nove) em cursos de administração, gestão e direito, 35(trinta e cinco) nas áreas de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, 21(vinte e um) nas áreas da saúde, social e beleza, e 10(dez) nas áreas da Tecnologia da Informação e Comunicação/computação. (Figura 13).

Figura 14 - População em Cursos de Nível Superior

2. Dados Educacionais

2.1. Rendimento Escolar

O rendimento escolar é calculado com base no número de alunos matriculados aprovados, matriculados reprovados, e matriculados com status de abandono.

Para fins de mensurar a evasão e a reprovação utilizaremos os seguintes índices:

- Acima de 5%: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e o avanço da reprovação, que consequentemente irá ocasionar em distorção de idade-série.
- Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Para analisarmos os indicadores de rendimento escolar do município de São João do Sul foi construído cinco gráficos, estes estão organizados em: dados do Ensino Fundamental de Rede Municipal (figura 15 e 16), dados do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual (figura 17, 18) e o último apresenta a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal (figura 19).

Conforme a Figura 15, no rendimento dos anos iniciais da rede municipal, há uma pequena taxa de evasão, abaixo de 1%, com retenção média de 5,5%, no entanto esse baixo índice de retenção se dá devido à aprovação automática no primeiro ano. Analisando os anos posteriores atingimos taxa de até 10%, sendo índices preocupantes ao município, sendo necessário a elaboração de políticas públicas voltadas para a contenção destes índices.

Conforme a figura 16, no rendimento das turmas de Ensino Fundamental anos finais da rede municipal é possível identificar que já há abandono em médio de 0,6% com índice de reprovação médio de 8%, no entanto, há índices que chegam a 23% ano de reprovação, índices alarmantes, sendo necessárias estratégias urgentes para conter tal índices.

Ao analisarmos a figura 17, no rendimento das turmas do ensino fundamental anos finais da rede estadual, é possível identificar uma taxa de abandono maior que a da rede municipal, ficando em torno de 1,5%, e reprovação média de 8%, no entanto, há índices que chegam a 24% de reprovação ano.

Figura 15 - Rendimento da Rede Municipal - Anos Iniciais

Figura 16 - Rendimento do Ensino Fundamental Anos Finais da Rede Municipal

Figura 17 - Rendimento do Ensino Fundamental Anos Finais da rede estadual

A figura 18 apresenta os dados do rendimento escolar do Ensino Médio da rede estadual de ensino, neste gráfico é possível identificar altas taxas de evasão, principalmente no 1º ano do ensino médio, que chegam a 23 %,tendo como média de 8,6% ano, reprovação média de 5% ano, no entanto, as turmas do primeiro ano chegam a atingir taxas de 18% de reprovação.

Figura 18 - Rendimento do Ensino Médio da Rede Estadual

A figura 19 apresenta os dados da Educação de Jovens e Adultos, que apresenta índices altos de evasão escolar, devido à oscilação da matrícula, tendo como média 7,9% de abandono, e reprovação média de 1,5%, índices aceitos para esta modalidade de ensino.

Figura 19 - Rendimento da EJA

2.2. Distorção da Idade-Série

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, caracteriza-se como distorção de idade-série aqueles alunos que se encontram com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Ao analisarmos a figura 20, podemos realizar uma análise em relação a distorção de idade série dos últimos 5 anos, referente às duas redes de ensino municipal e estadual. A média de distorção do município encontra-se em 15%, no entanto, temos grandes oscilações que variam de 1,5 a 66,7%, essas distorções são mais comuns a partir do 4º ano do ensino fundamental, estes índices demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para a correção da distorção, aliada à qualidade do ensino.

Figura 20 - distorção de idade série

3. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep.As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional). São João do Sul possui um bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em relação à média nacional, no entanto ainda não alcançamos o índice mínimo de qualidade estipulado para o Brasil de 6,0. Para alcançar esses índices o Governo Federal por meio do MEC estruturou os objetivos bianual do IDEB de cada Estado, Município, Rede e Escola. O IDEB atual do município de São João do Sul nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se em 5,6. (Figura 21).

Já o IDEB dos anos finais é possível observar separadamente pois, é uma etapa da educação básica ofertada pela rede estadual e municipal. A rede estadual encontra-se com o índice de 4,3 (figura 22), abaixo do projetado pelo MEC. A rede municipal encontra se também abaixo da meta projetada pelo MEC. A atualmente estamos em 4,5(figura 23).

Figura 21 - IDEB observado e Projeção

Figura 22 IDEB observado e Projeção Anos Finais Rede Estadual**3.1. Aprendizado dos Alunos**

Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado a sua etapa escolar, em Língua Portuguesa e Matemática, segundo o QEDU da Fundação Lemann, São João do Sul obteve os seguintes dados:

• Português:

o 50% dos alunos do 5º ano aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano, na rede municipal de ensino.

o 9% dos alunos da rede Municipal do 9º ano ou 8ª série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.

o 25% dos alunos da rede Estadual do 9º ano ou 8ª série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.

Figura 23 IDEB Projetado para o Ensino Fundamental Anos Finais da Rede Municipal**• Matemática:**

o 48% dos alunos do 5º ano aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede municipal de ensino.

o 10% dos alunos da rede municipal do 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede municipal de ensino.

o 14% dos alunos da rede estadual do 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede municipal de ensino.

4. Profissionais da Educação

O município de São João do Sul apresenta bom índice de qualificação profissional em relação à média nacional, atualmente contamos com 85% dos professores com formação de nível superior, e 70% dos profissionais com pós-graduação *latu sensu* e 2% dos professores com pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente, o município possui apenas um professor efetivo de nível magistério. A rede municipal conta também com professores contratados substitutos, que estão com a graduação em andamento, índices estes que atingem o percentual de 15%. Em relação aos profissionais de educação de apoio administrativo e apoio pedagógico, contamos com 90% dos profissionais em nível de especialização, e equipe de manutenção e transporte escolar com um percentual de 60% em nível de ensino médio e 40% nível de ensino fundamental. (Figura 24)

Atualmente o município conta com Plano de Carreira para todos os profissionais da educação. Este plano contempla a valorização do profissional por titulação e desempenho profissional. O município aplica a lei do Piso Nacional do Magistério que é aplicado na tabela em início de carreira.

Figura 24 - profissionais da educação**4.1. Saúde do Profissional da Educação:**

Um aspecto a ser considerado é o adoecimento dos profissionais da Educação em razão das condições de trabalho e inadequada composição da jornada, o que acarreta um custo crescente para os sistemas de ensino com a concessão de licenças e com substituições.

O estudo "Identidade expropriada-retrato do educador brasileiro" realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), mostra que distúrbios vocais, stress, dor nas costas e esgotamento mental e físico são as principais causas de afastamentos de cerca 22,6% dos professores por licenças médicas em todo o Brasil.

Os dados revelaram que, em nível nacional, 48% dos educadores sofrem de algum tipo de sintoma do burnout, que provoca cansaço, esgotamento e falta de motivação.

Em São João do Sul, no ano de 2014, foram concedidas 19 licenças médicas em um grupo de 139 profissionais, obtendo um percentual de 13,6% de afastamento por problemas de saúde.

5. Financiamento Educacional

O financiamento educacional previsto na legislação federal se dá através de transferências voluntárias (FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário Educação e PDDE), aplicação obrigatórias de 25% da arrecadação, e através de programas e projetos em colaboração com a União e Estado. A figura 25 apresenta a evolução dos recursos aplicados na educação.

Figura 25 - Financiamento Educacional**6. População**

A figura 26 apresenta o crescimento populacional dos últimos 8 anos. Ao analisarmos este gráfico, podemos identificar um crescimento populacional de 1,5 % em relação ao ano de 2012, também podemos identificar que a população de São João do Sul encontra-se em processo de envelhecimento, devido à melhora na qualidade de vida da população, e com taxa de natalidade 0,9% ano.

Figura 26 – População Detalhada

Ao analisar a população por faixa etária escolar é possível identificar que se faz necessário a ampliação de vagas na educação infantil, bem como tomar medidas para conter a evasão dos alunos em idade escolar de ensino médio, e deve-se repensar as políticas de educação de jovens, adultos e idosos. (Figura 27)

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde a maior concentração populacional encontra-se no Centro e na Vila Santa Catarina. (Figura 28)

Figura 27 – População por Faixa Etária Escolar

Figura 28 – População por Distrito**7. Social – Programas de Distribuição de Renda da população em Idade Escolar.**

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, extraídos do Cadastro Único, constante no Relatório de Informação Social, referente os dados de 2014, São João do Sul conta com 1245 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo que 587 são consideradas em extrema pobreza (figura 29).

No ano de 2014 foi registrado 1555 beneficiários dos programas de transferências de renda, (figura 30) deste 604 encontravam-se em idade escolar (figura 31),

Figura 29 – Famílias Cadastradas no Cadastro Único**Figura 30 – Beneficiários de Programas de Transferência de Renda****Figura 31 – Público Beneficiário em Idade Escolar****8. Alimentação Escolar:**

A alimentação escolar de São João do Sul-SC é executada de acordo com a Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013, e possui um Responsável Técnico (nutricionista) de 40h/semanais. Os recursos financeiros são provindos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e de recursos próprios do município.

A alimentação escolar atende todos os alunos da rede, cerca de 1.291 alunos matriculados, desde o Ensino Infantil até o Ensino de Jovens e Adultos, e também atende o programa Mais Educação, em duas escolas da rede municipal de ensino. O município conta com 12 auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e organização das escolas e 10 cozinheiras. Todas são devidamente capacitadas pelo nutricionista.

Os cardápios são devidamente calculados de acordo com a Resolução vigente, ofertando as quantidades necessárias de macro e micronutrientes conforme as faixas etárias. O cardápio oferta alimentos diversificados, contendo produtos regionais como frutas, verduras e tubérculos, valorizando a cultura alimentar regional. Para isso, pelo menos 30% da aquisição dos alimentos são obtidos da Agricultura Familiar. A aquisição dos alimentos da alimentação escolar é realizada através de licitações como Pregão para os mercados e Chamada Pública para a Agricultura Familiar. Os alunos da rede municipal de ensino recebem Educação Nutricional e atendimentos de nutrição individualizados pelo nutricionista responsável.

9. Transporte Escolar:

São João do Sul conta com uma frota de transporte escolar composta por 06 ônibus de 45 lugares e 3 micro-ônibus de 25 lugares, sendo que 04 ônibus são veículos com mais de 10 anos de uso e 2 com menos de 5 anos de uso, tendo um total de 9 veículos destinados a atender o transporte escolar. Deste total, 4 veículos foram adquiridos através do programa caminho da escola, 2 micro-ônibus e 2 ônibus, 1 micro-ônibus o município recebeu de doação da Secretaria de Estado da Educação. Os demais veículos foram adquiridos com recursos advindos das receitas municipais. Estes veículos por possuírem uma quilometragem bastante alta e por transportarem um número excessivo de alunos necessitam frequentemente de manutenções, os veículos mais antigos estão constantemente em manutenção.

Diariamente os veículos percorrem em média 800 km diários, divididos em 9 linhas realizadas 4 vezes ao dia, a linha escolar encontra-se superlotada devido à grande quantidade de aluno transportado na rede. O governo municipal possui convênio com o governo estadual para transportar alunos da rede estadual.

O quadro de funcionários do serviço de transporte escolar é composto por 7 motoristas efetivos e 2 motoristas contratados, todos com carteira de habilitação específica para transporte de condutores e com curso de transporte escolar.

Para suprir a necessidade atual da rede municipal e estadual de educação o município precisa renovar a sua frota com 4 ônibus, com capacidade para 45 alunos cada, sendo indispensável que 1 ônibus possua rampa de acessibilidade, e a aquisição de mais dois ônibus para diminuir a superlotação.

10. Conclusões

Ao realizar o diagnóstico situacional da Educação do município de São João do Sul, é possível identificar algumas ações de prioridade do município como:

- Ampliação de vagas na educação infantil;
- trabalho focado no ciclo de alfabetização e letramento;
- construir a política de educação especial;
- instituir um programa de formação de professores em novas práticas e abordagens metodológicas;
- ampliar a estrutura das escolas através da criação de novos espaços educativos;
- Implantação do ensino integral;
- Trabalho multisetorial entre saúde, educação e assistência social no intuito de manter o aluno e evitar a evasão escolar;
- ampliar o atendimento da educação de jovens e adultos;
- a valorização do profissional da educação;
- incentivo ao ensino superior.

Esperamos que durante o período de vigência do PME seja possível realização de todas essas ações com o intuito de elevar a educação aos padrões de excelência em educação.

11. Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:

Anelise Espindola Scheffer
Claudio Junior Lima da Rocha
Daniela Mauricio Scandolara

Edilene dos Santos
Edson Borba Martins
Eliane Maciel da Silva
Maria Solange Sala Brocca
Quéli Sala Brocca
Ronivon Santos Martins
Simoni Lummertz Pereira
Susânia Scariot Bendo Cechinel
Vanessa Sacandolaro Magnus
Viviane Corrêa Teixeira

12. Equipe de Desenvolvimento do Diagnóstico:

Claudio Junior Lima da Rocha:
Susânia Scariot Bendo Cechinel

13. Fontes de Dados:

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE
Controladoria Geral da União – CGRU
Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC
Fórum Estadual de Educação – FEE
Fórum Nacional da Educação – FNE
Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE
Fundação Lemann – QEDU
Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
Ministério da Educação - MEC
Ministério da Saúde – MS
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS
Movimento Todos Pela Educação
Secretaria de Estado da Educação – SED
Secretaria de Estado da Saúde
Secretaria Municipal de Administração - SMA
Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
Secretaria Municipal de Educação - SME
Secretaria Municipal de Saúde - SMS
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – SC

São Joaquim

PREFEITURA

LEI Nº 4.328/2015

LEI Nº 4.328/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONTRIBUIÇÃO A PROTUR - ASSOCIAÇÃO PRO TURISMO DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer contribuição a PROTUR – Associação Pro Turismo de São Joaquim, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a fim de custear despesas com a realização da 8ª Cavalgada, Festa do Colono e do Agricultor, que aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de Julho de 2015, em São Joaquim.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (55) 3.3.50.00.00.00.00.0160, da Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.329/2015

LEI Nº 4.329/2015

“QUE CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” com emenda supressiva ao Paragrafo 2º do Art. 1º, e eu sanciono e promulgo a presente Lei que passa a ter a seguinte Redação:

Art. 1º - Nos termos do Art. 41 da Lei Municipal 2.300/1999, de 24/09/1999, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Joaquim, fica concedido aos Servidores Públicos Municipais reposição salarial inflacionária no percentual de 8% (oito por cento), a ser repassado da seguinte forma:

- I - 2% no mês de junho de 2015;
- II - 2% no mês de julho de 2015;
- III - 2% no mês de agosto de 2015;
- IV - 2% no mês de setembro de 2015.

Parágrafo 1º - Fica concedido nos termos das Leis Municipais Nº 2.433/2001 e Nº 2.596/2004, a reposição salarial inflacionária prevista neste artigo, aos Secretários Municipais.

Parágrafo 2º - Por se tratar de reposição inflacionária, sem aumento real, o percentual de 8% (oito por cento) previsto no caput deste artigo, se estende ao Vice Prefeito e Prefeito Municipal.

Art. 2º - Os funcionários que receberam aumento em virtude do reajuste do valor do salário mínimo vigente a partir de Janeiro de 2015, terão o percentual compensado em relação ao percentual de 8% (oito por cento) previsto em Lei.

Parágrafo Primeiro – Os funcionários cujo percentual de reajuste foi superior a 8% (oito por cento) para se equipararem ao salário mínimo, não perceberão qualquer outro reajuste.

Parágrafo Segundo – Os funcionários cujo valor foi reajustado até o valor do salário mínimo, mas tal reajuste é inferior ao percentual de 8% (oito por cento), farão jus a percepção da diferença até completar o percentual de revisão.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.330/2015

LEI Nº 4.330/2015

“QUE CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Joaquinense ao Senhor JOSÉ ZEFERINO PEDROSO, pelos relevantes serviços prestados ao Município de São Joaquim-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.331/2015

LEI Nº 4.331/2015

“DISPÕE SOBRE A FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, DE QUE TRATA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os documentos e peças a serem encaminhadas à Câmara Municipal deverão ser apresentados em mídia eletrônica (DVD) ou disponibilizados em meio digital (internet).

Parágrafo Único - As prestações de contas apresentadas na forma do caput deste artigo deverão ser também autuadas e processadas em ambiente eletrônico (site) de domínio do Poder Executivo.

Art. 2º - Para o fiel cumprimento do que dispõe o art. 2.º desta Lei, os documentos e peças a serem encaminhados deverão estar organizados em formato PDF.

§ 1º - Os arquivos de imagens que compõem uma única peça devem ser reunidos em um mesmo documento e exportados para o formato de PDF, assim como os documentos em formato texto.

§ 2º - As digitalizações poderão ser configuradas da seguinte forma:

- a) resolução máxima de digitalização de 300 dpi (dots per inch);
- b) em tonalidade cinza ou preta;

§ 3º - O responsável pela prestação de contas deverá apresentar no ato de entrega da mídia ou da disponibilização em meio digital, ofício circunstanciado com rol dos documentos encaminhados devidamente datado e assinado pela autoridade competente, declarando que apresenta perante a Câmara Municipal, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações e assegurando que se encontram em conformidade com todos os atos normativos do Tribunal de Contas do Estado que tratam da matéria.

Art. 3º - Não serão recebidas pela Câmara Municipal as prestações de contas que estejam em desacordo com as regras estabelecidas nesta Lei;

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 235/2015

PORTARIANº 235/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de suas respectivas funções as seguintes pessoas: - ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Diretora na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 245/2014 de 20/05/2014. - DANIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Diretora na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 073/2014 de 18/02/2014. - HERMINIO COSTA DUTRA, ocupante do Cargo de Diretor na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 072/2014 de 18/02/2014. - LUCI MARA PEREIRA MACHADO, ocupante do Cargo de Diretora na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 072/2014 de 18/02/2014. - MARCIO ERON DE SOUZA, ocupante do Cargo de Diretor na E.E.B.M. Jurema

Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 072/2014 de 18/02/2014. - MARILÉIA DE BRIDA AMARAL, ocupante do Cargo de Diretora na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 072/2014 de 18/02/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIANº 236/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de suas respectivas funções as seguintes pessoas: - SANDRA SCHLISCHTING NUNES GIL, ocupante do Cargo de Diretora na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de Arvoredo, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 152/2014 de 14/04/2014. - SÂNIA RAMOS DE CARVALHO, ocupante do Cargo de Diretora na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 073/2014 de 18/02/2014. - THAYSE GREICE DA SILVA, ocupante do Cargo de Diretora na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 059/2015 de 03/02/2015. - ZULEICA APARECIDA DA COSTA ANDRADE LIMA, ocupante do Cargo de Diretora na E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 073/2014 de 18/02/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 237/2015

PORTARIANº 237/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor: - VALDECIR DA SILVA FURTADO, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 28/05/2015 à 26/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 238/2015

PORTARIANº 238/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento
de seu Filho, conforme apresentação de Certidão de óbito à fun-
cionária JOSIANE LEHMKUHL, ocupante do Cargo de Agente de
Serviços Gerais, a contar do dia 28/05/2015 até o dia 03/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e os seus efeitos retroagem ao dia 28 de Maio de 2015, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIANº 239/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com os Requerimentos Protocolados sob os
nºs 257, 258 e 259, de 15/05/2015 e em conformidade com a Lei
Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 21; Ficam
REMOVIDAS por PERMUTA as seguintes funcionárias: - SAMARA
OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços
Gerais efetivada no E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa
Paulina, para se tornar efetiva na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela,
Bairro Jardim Bandeira, a partir desta data. - MARIA CUSTODIA
SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais
efetivada no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minua-
no, para se tornar efetiva na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro
Santa Paulina, a partir desta data. - MARINEZ GARCIA FELISBINO
RICARDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efeti-
vada na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandei-
ra, para se tornar efetiva na CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro
Jardim Minuano, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 240/2015

PORTARIANº 240/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: -
CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA, ocupante da Função de
Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, para
a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de
02/03/2015, em substituição a professora Jacira Vieira Hugem que
encontrava-se em licença pelo INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 241/2015

PORTARIANº 241/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- JOSÉ VILMAR DOMICIANO DA ROSA, ocupante do Cargo de
Eletricista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia
01/06/2015 à 30/06/2015. - MAGALI FERNANDES MACHADO, ocu-
pante da Função de Agente de Saúde - PSF, referente ao exercício
de 2014/2015, a contar do dia 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 242/2015

PORTARIANº 242/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Casamento, conforme apre-
sentação de Certidão de Casamento a Senhora LAIZE TORTELLI
PEREIRA, ocupante do Cargo de Telefonista, a contar do dia
30/05/2015 á 05/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Maio de 2015, ficando
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIANº 243/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora GLEICE RIBEIRO MEDEIROS CAVALCANTI, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2013, de 01/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2015

PORTARIANº 244/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2013, realizado em data de 08/09/13; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora ARIANE CORDOVA MENDES, para exercer a função de Enfermeira (PSF), na Secretaria Municipal da Saúde - CAPS, com 40 horas semanais, a contar do dia 02/06/2015.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 245/2015

PORTARIANº 245/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora MARIA ADRIANA DA SILVA, para

exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Anos Iniciais, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/06/2015, em substituição a professora Beatriz Cristina G. Goulart Yamaguchi que pediu exoneração.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Junho de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 246/2015

PORTARIANº 246/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FRANCIANI NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 25/05/2015. – ANGELINA RAMOS FLORES NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 25/05/2015. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/05/2015. – JONATHAS POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 26/05/2015. – FRANCIELE APARECIDA CESCINETTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 26/05/2015. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 27/05/2015. – JOSIANE LEHMKUHL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 06 (seis) dias, a contar do dia 27/05/2015. – MARINEZ GARCIA FELISBINO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 27/05/2015. – JAMILE MARIA ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 27/05/2015. – MARILIA NUNES GODINHO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 27/05/2015. – RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 28/05/2015. – ELIZIANI BRANCO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 28/05/2015. – GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 28/05/2015. – VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2015. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2015. – SAMY BECHTOLD BETT, ocupante da Função de Odontóloga, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2015. – GLAUCIA BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, ocupante da Função de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 01/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 247/2015

PORTARIAN º 247/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,
conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes fun-
cionários: – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal
de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2015. – EDNA GODI-
NHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por
01 (um) dia, no dia 02/06/2015. – GISELI PAUL, ocupante do Car-
go de Técnica em Informática, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2015.
– REGINA CUSTODIA NUNES, ocupante da Função de Técnica em
Enfermagem, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/06/2015.
– MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo
de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/06/2015.
– ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de
Motorista, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/06/2015. – LARA
APARECIDA SCHMIDT, ocupante da Função de Contadora, por 01
(um) dia, no dia 08/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º
desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Junho de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4623/2015

DECRETO Nº 4623 /2015

ENQUADRA POR TRANSFORMAÇÃO SERVIDORA INATIVA QUE OCUPOU DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NOS TERMOS EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 E DA LEI MUNICIPAL Nº 4.422/2006.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 59 da Lei Complementar nº 053/2011,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003;

CONSIDERANDO que a admissão da servidora inativa no serviço público municipal ocorreu em 15.08.1989;

CONSIDERANDO o Decreto de Aposentadoria nº 7.126/1998;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 7.418/2014;

DECRETA:

Art. 1º – A servidora aposentada nos termos do Decreto nº 7.126/1998, NEUZA TEREZINHA SOTTILI, matrícula nº 1574-1, que ocupou o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR IV, fica enquadrada por transformação no cargo de PROFESSOR, nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003 e da Lei nº 4.422/2006, sendo seus proventos revistos de acordo com a Referência de Vencimento – “11 C” da carreira, em conformidade com a orientação técnica OT nº 01/2015 anexa ao Processo Administrativo nº 7.418/2014.

Art. 2º – Os proventos devido à servidora inativa serão compostos pelo vencimento de referência na Letra “11 C” da carreira de PROFESSOR, de forma integral, com base na sua modalidade de aposentadoria, acrescido do adicional por tempo de servidor de 5% (vinte e cinco por cento) sobre o valor corrigido.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 701/2015

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 701/2015. PARTES: O Município de São José e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

OBJETO: Estabelecer um programa de cooperação e integração entre as partes que o firmam, com o intuito de viabilizar a recomposição de pavimentação e revitalização asfáltica das vias com lajotas em decorrência de obras de implantação da rede de coleta de esgotos sanitários realizados pela CASAN, nas ruas Domingos André Zanini, Farroupilha, Pedro Paulo Kretzer, Teodoro da Silva e Eugênio Raulino Koerich. VA-

LORES: A CASAN repassará ao Município a importância de R\$ 1.000,00 (um milhão de reais) divididos em 03 parcelas. VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de assinatura. LOCAL E DATA: Florianópolis, SC, 27 abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont pelo Município de São José e os Srs. Valter José Galina e Paulo Roberto Meller pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

PORTARIA Nº 009, DE 17 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 009, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera os artigos 1º, 5º e 7º da Portaria nº 008, de 27 de abril de 2015, que regulamenta o procedimento administrativo e o trâmite dos processos de licenciamento/autorização ambiental da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997,
Resolve:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Portaria nº 008/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 1º A análise dos processos de licenciamentos a partir da data da publicação desta Portaria obedecerão a ordem cronológica de protocolo, sempre que possível.

Art. 2º Altera o artigo 5º da Portaria nº 008/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 5º A análise do procedimento deverá levar em consideração a atividade a ser licenciada e deverá ser assinada por no mínimo dois servidores públicos, sendo que um deste será, sempre que possível, servidor efetivo.

Parágrafo único. Caso seja necessária a participação de mais servidores, a depender da complexidade da atividade a ser licenciada, o número de servidores efetivos participantes do processo não poderá ser inferior ao número de servidores comissionados envolvidos, sempre que possível, a fim de garantir paridade, transparência e celeridade na análise.

Art. 3º Altera o artigo 7º da Portaria nº 008/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 7º Uma vez definidas as equipes técnicas e sua composição, estas terão o prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogável uma vez por igual período, para emitir um parecer técnico, devendo, neste, estar contido todas as exigências necessárias ao prosseguimento da atividade e o seu licenciamento em cumprimento ao Art. 14, parágrafos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 140/2011.

Parágrafo primeiro. [Redação original]

Parágrafo segundo. [Redação original]

Parágrafo terceiro. [Redação original]

Parágrafo quarto. [Redação original]

Parágrafo quinto. [Redação original]

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 17 de junho de 2015.

MOACIR DA SILVA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 4411/2015

PORTARIA Nº 009/2015 - SSDST

PORTARIA Nº. 009/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 008/2015, datada de 22 de maio de 2015, publicada no DOM/SC, Edição nº 1750, p. 560, em 26/05/2015, que nomeou Comissão de Sindicância para apurar possível descumprimento ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 2.248/91) substanciada em AMEAÇA DE MORTE contra o Corregedor Geral da GMSJ, pelo GM M. M, matrícula nº 15.728, conforme consta no Boletim de Ocorrência nº 00144-008876, de 20/04/2015, em razão de suas atividades no exercício do seu mister;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 010/2015 - SSDST

PORTARIA Nº. 010/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015

EMENTA: Estabelece novo quadro de horários da linha de Transporte Coletivo Municipal DIRETÃO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua titular, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 032/2009 e Lei nº 4.609/2008,

Considerando a necessidade de reestruturação do sistema operacional do Serviço de Transporte Coletivo em São José, visando um melhor atendimento a população, após estudo de planejamento elaborado pelo Setor de Transportes,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido novo de horários da linha DIRETÃO, conforme anexo I.

Art. 2º. O novo quadro de horários entrará em vigor às 00h00min do dia 29 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

ANEXO I**Quadro de Horários da Linha DIRETÃO**

DIRETÃO				
SAÍDA FAZENDA DO MAX				
2ª a 6ª	Sábado	Domingos e feriados		
06:40	13.20	19.30	06.50	06.30
07.20	13.50	20.00	07.20	08.30
07.50	14.30	21.00	07.50	11.30
08.20	15.00	21.40	08.20	13.30
09.00	15.30	22.10	09.00	15.20
09.30	16.10	22.40	09.30	17.00
10.30	16.40		10.30	19.50
11.10	17.10		11.10	
11.25	17.30		11.40	
11.40	17.50		12.10	
11.55	18.05		12.50	
12.10	18.20		15.30	
12.25	18.35		18.15	
12.50	18.50		20.30	

DIRETÃO				
SAÍDA BARREIROS				
2ª a 6ª	Sábado	Domingos e feriados		
06.30	12.30	19.10	06.30	07.30
06.35	12.45	20.10	07.00	09.30
07.00	13.00	20.50	07.30	12.20
07.05	13.20	21.20	08.10	14.30
07.30	13.40	22.00	08.40	16.10
07.35	14.10	22.30	09.10	17.50
08.10	14.40	23.00	09.50	20.40
08.40	15.20		10.20	
09.10	15.50		11.20	
09.50	16.20		12.00	
10.20	17.00		14.00	
11.20	17.30		17.00	
12.00	18.00		19.30	
12.15	18.40			

PREGÃO PRESENCIAL 027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 – Processo nº 076/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EVENTOS OU PRODUTORA CULTURAL PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE EDIÇÕES ARTÍSTICAS ENTRE MÚSICA, DANÇA, FOLCLORE E TEATRO DESTINADAS AS ATIVIDADES REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 30/06/2015 às 15h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 30/06/2015 às 15h10min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 048/2015 – Processo nº 144/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 30/06/2015 às 13h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 30/06/2015 às 13h10min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 053/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 053/2015 – Processo nº 153/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (BPM) DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 02/07/2015 às 13h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/07/2015 às 13h20min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil APAM
Endereço: Rua Jaime Estefano Becker, nº 138 - Loteamento Ana Clara - Areias
Telefone: (48) 3246-3915
Diretora: Ursula Raquel Fonseca

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV A	3 anos e 11 meses	12	10	-	01	11
IV B	3 anos e 11 meses	12	10	01	01	12
V	4 anos e 11 meses	18	18	-	02	20
GVI-Misto Matutino	5 anos e 11 meses	15	05	14	-	19
GVI-Misto Vespertino	5 anos e 11 meses	15	05	-	14	19
TOTAL	-	-	-	77		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GIV A	01 - matutino
GIV B	-
GV	02 - matutino
GVI - Matutino	02 - matutino
GVI - Vespertino	02 - vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GIV A

	Criança	Período
01	Bryan Juan Menezes	Integral
02	Emilly Victoria Barbosa dos Santos	Integral
03	Eric Martins de Oliveira	Integral
04	Gian Vitor Rosa Xavier	Integral
05	Isabela Echer Veiga Pereira	Integral
06	Larissa Gonçalves Schutz	Integral
07	Maria Fernanda dos Reis Schmitt	Integral
08	Patricia Krug de Pinho	Integral
09	Suzana Vieira Rufino	Integral
10	Tiffany Machado Furtado	Vespertino
11	Vitor Hugo Dutra	Integral

Grupo GIV B

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Martins Ortiz	Integral
02	Anna Luiza da Conceição	Integral
03	João Pedro Vicente	Matutino
04	Julia Silveira de Lemos	Integral
05	Maria Clara de Oliveira Rosa	Integral
06	Marina Medeiros Dutra	Integral
07	Pyetro da Silva	Integral
08	Guilherme Souza Kreusch	Integral
09	Enzo Borges Varanda	Vespertino
10	Heloise Gavasso da Silveira	Integral
11	Samantha Roberta Krug Vieira	Integral
12	Vitor Gabriel Dias Thibes	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GV

	Criança	Período
01	Arthur Rosa Garcia	Integral
02	Beatriz Adriano de Matos	Integral
03	Beatriz Vieira de Lima	Integral
04	Camilla Alves Castro	Integral
05	Eduarda Maciel	Vespertino
06	Isabelly de Souza	Integral
07	Isadora Martins de Oliveira	Integral
08	Joaquim Felipe Fraga Medeiros	Vespertino
09	João Victor Fuck Casagrande	Integral
10	Julio Marllon Souza da Silva	Integral
11	Kauan Orleans dos Santos	Integral
12	Kauan Milioli Martins	Integral
13	Kauan Robson de Souza	Integral
14	Lara Gabrieli Girardi	Integral
15	Lorena Ribeiro Neves	Integral
16	Maria Isabely Kock	Integral
17	Millena Souza Wille	Integral
18	Miguel da Silva Dutra	Integral
19	Nicolas Rodrigo Merizio	Integral
20	William Martins da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVI Misto - MATUTINO

	Criança	Período
01	Ana Vitoria Leoncio Bregeron	Integral
02	Beatriz Barboza	Matutino
03	Bianca Ferreira de Figueiredo de Barros da Rosa	Matutino
04	Guilherme Lemos	Integral
05	Geovana Gabrieli Almeida	Matutino
06	Giovana Ignácio Carvalho	Matutino
04	Kauã Maciel Paes Canabarro	Matutino
08	Marcelo Galvão Nascimento	Matutino
09	Maria Isabel Mendes Saint Martin	Integral
10	Maria Luiza Kempner Padilha	Matutino
11	Michely dos Santos Oliveira	Integral
12	Miguel F.F. Gomes	Matutino
13	Muriel Ferreira Alencar Pereira	Matutino
14	Natalia Vitoria Martins	Matutino
15	Natally Cristine de Souza	Matutino
16	Stheicy Mayumi da Silva Felipe	Matutino
17	Vinicius da Silva	Matutino
18	Vitoria Izabel Boff Favretto	Matutino
19	Yasmim Emanuelli Borge Costa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVI Misto – VESPERTINO

	Criança	Período
01	Ana Vitória Leoncio Bregeron	Integral
02	Breno de Oliveira dos Reis Neto	Vespertino
03	Eric Lima de Moraes	Vespertino
04	Enzo Gabriel Silva	Vespertino
05	Guilherme Lemos	Integral
06	Giovana M. Bernardo	Vespertino
07	Gabrielly Luiza de Melo Lima	Vespertino
08	Larissa Francisco	Vespertino
09	Laura Muniz Fernandes	Vespertino
10	Laisa Gabriella de Moraes	Vespertino

11	Laila Gabrielle de Moraes	Vespertino
12	Maria Eduarda Vieira Souza	Vespertino
13	Maria Eduarda Gonçalves da Silva	Vespertino
14	Maria Isabel Mendes Saint Martins	Integral
15	Mateus de Souza Ferreira	Vespertino
16	Michely dos Santos Oliveira	Integral
17	Rhayssa Jully Lara Ferreira	Integral
18	Pedro Henrique Marques Souza	Vespertino
19	Yasmim Emanuelli Borge Costa	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo GIV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Julia Gabriely Ferreira da Silva	16/03/2012	Aguardando vaga
02	João Pedro Silva da Rosa	05/11/2011	Aguardando vaga
03	Luiz Fernando Torres Gallon	29/03/2011	Aguardando vaga
04	Maria Cecilia Schuller Amaral	16/06/2012	Aguardando vaga
05	Iago Isac Cunha	29/05/2011	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Thaialany Luiza da Silva Ribeiro	30/12/2010	Aguardando vaga
02	Luan Carvalho de Freitas	05/01/2011	Aguardando vaga
03	Leandro de Sena Medeiros	19/06/2010	Aguardando Vaga
04	Kauã Teixeira da Silva	22/10/2010	Aguardando vaga
05	Isabela Castelhana Silva	02/11/2010	Aguardando vaga
06	João Pedro Carvalho Kamers	25/02/2011	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro De Educação Infantil Professora Maria Minervina Soares Cunha

Endereço: Rua Otto Júlio Malina, nº1109 - Bairro Ipiranga

Telefone: (48) 3258-3415

Diretora: Simone Lunardelli

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	02 anos a 02 anos e 11 meses	10	10	-	-	10
IV	03 anos a 03 anos e 11 meses	15	14	01	01	16
V- A	04 anos a 04 anos e 11 meses	15	12	02	04	18
V- B	04 anos a 04 anos e 11 meses	15	15	-	-	15
VI - A	05 anos a 05 anos e 11 meses	15	-	20	-	20
VI - B	05 anos a 05 anos e 11 meses	15	-	-	20	20
TOTAL	51	23	25	99		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV	-
V- A	01 – meio período
V- B	-
VI - A	-
VI - B	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Eduardo Guilherme Da Costa	Integral
02	Evellyn Beatriz Gama	Integral
03	Hellen Caroline Da Mota	Integral
04	Luiz Antonio C. Pedro	Integral
05	Luiz Hyran Silva De Almeida	Integral
06	Manuela Sachete	Integral
07	Maria Beatriz Da Silva Gonçalves	Integral
08	Miguel Pereira	Integral
09	Nathan Gomes Da Silva Ventura	Integral
10	Rafael A. Soter De Oliveira	Integral

Grupo IV

	Criança	Período
01	Allycia B. Ferreira Borges	Integral
02	Arthur Gaspar	Matutino
03	Christopher Davi Olhiara Ramos	Integral
04	Dafny De Lima Farias	Integral
05	Emmanuel Campos Da Silva	Integral
06	Gustavo Medeiros Wagner	Vespertino
07	Isadora Baron De Souza	Integral
08	Jamilly Tatiana Silva De Paula	Integral
09	João Vitor C. Magno Dos Santos	Integral
10	Joaquim Francisco Lima	Integral
11	Kristine Eduarda Costa Ouriques	Integral
12	Letícia Lima Dutra	Integral
13	Lorena Danyara Guedes	Integral
14	Lucas De Farias	Integral
15	Luiz Eduardo Kretzer Manoel	Integral
16	Vinícius De Jesus Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V- A

	Criança	Período
01	Adryel Raphan Sampaio Almeida	Integral
02	Ana Gabrielli Rosa	Integral
03	Arthur Martins De Matos	Integral
04	Arthur Silva	Matutino
05	Beatriz Juvencio Bitencourt-	Vespertino
06	Ester Silveira Torres Fernandes	Integral
07	Gabriel Souza De Oliveira	Matutino
08	Gustavo Teixeira Sisenando	Vespertino
09	Isabelle Matos Da Costa	Integral
10	Jesiel Souza Thomas	Integral
11	João Filipe Da Silva	Integral
12	João Pedro Dutra De Andrade	Vespertino
13	Lorenzo Venâncio	Integral
14	Luisa De Faria Lima	Integral
15	Maria Isabel Lopes Senhorinha	Integral
16	Raíssa Liz Dos Santos	Integral
17	Sara De Faria Lima	Integral
18	Stefanie Materdal Schmitt	Vespertino

Grupo V- B

	Criança	Período
01	Bernardo Mendes Seghessi	Integral
02	Davi Balaban Souza	Integral
03	Gilliard Gilmar Coutinho	Integral
04	Heloisa Machado Flores	Integral
05	Isabela Ferreira Siqueira-	Integral

06	Isabelle Vitória Sabino Martins	Integral
07	Isabelly Wessler Ávila	Integral
08	Kauã Leonardo Gama	Integral
09	Luiz Henrique De Medeiros	Integral
10	Luiza Bernardo De Mendonça	Integral
11	Luiza Leite De Jesus	Integral
12	Maria Luiza Nicolau	Integral
13	Matheus Da Costa Schreiber Ribeiro	Integral
14	Vitor Da Silva Lopes	Integral
15	Yasmin Vanessa Fernandes	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI- A

	Criança	Período
01	Amanda Nunes Martins	Matutino
02	Ana Luysa Benta Do Amarante	Matutino
03	Artur Coelho	Matutino
04	Breno De Souza Umbelino	Matutino
05	Camila H. Da Silva	Matutino
06	Gabriel Felipe Raitz Hames	Matutino
07	Gabriela De Quadra	Matutino
08	Gabriella Monteiro Da Silva	Matutino
09	Igor Sardinha Da Silva	Matutino
10	Iris Carvalho Da Silva	Matutino
11	Isaque Balaban Souza	Matutino
12	Kauê V. Couto De Oliveira	Matutino
13	Kzooey Santos De Oliveira Silva	Matutino
14	Lara Dos Santos Ouriques	Matutino
15	Luana Moreira Machado Pereira	Matutino
16	Marcelo Machado Diniz	Matutino
17	Maryany Da Silva Correa	Matutino
18	Nicolas Adriano Santos Borba	Matutino
19	Nicolas Sardinha Da Silva	Matutino
20	Paola Dos Santos Eleutério	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI- B

	Criança	Período
01	Aghata Heliodoro	Vespertino
02	Ana Flávia Kolet	Vespertino
03	Ana Júlia Dlouhy Da Silva	Vespertino
04	Beatriz Carvalho De Lira	Vespertino
05	Brayan Amorim Da Silva	Vespertino
06	Caio De Souza	Vespertino
07	Danyel Silva Barbosa	Vespertino
08	Deywid Amorim De Souza	Vespertino
09	Erick Henrique Coelho	Vespertino
10	Guilherme Vidal De Souza	Vespertino
11	Isadora Fernandes Da Silva	Vespertino
12	Júlia Lessa Vieira Amorin Rocha	Vespertino
13	José Emanuel F. Dos Passos	Vespertino
14	Lian Silveira Arruda	Vespertino
15	Matheus Andrade Melo	Vespertino
16	Natan Wolff Raupp	Vespertino
17	Stéfany Dos Santos	Vespertino
18	Victor Bezerra Da Silva	Vespertino
19	Vinicius Bezerra Da Silva	Vespertino
20	Yuri Quirino Postiglioni	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Wesley de Matias Cardoso	10/05/2012	Aguardando vaga
02	Pietra Rafaela da Rosa Machado	15/02/2013	Aguardando vaga
03	Thalles de Santi Pereira	30/06/2012	Aguardando vaga
04	Matheus Torres Borges da Silva	05/05/2012	Aguardando vaga
05	Matheus Murilo Amorim	19/08/2012	Aguardando vaga
06	Isabella Martins Ribeiro	12/03/2013	Aguardando vaga
07	Juan Guilherme Vandrê Pereira	12/05/2012	Aguardando vaga
08	Gustavo Romeu Mantovani	06/09/2012	Aguardando vaga
09	Pedro Henrique de Melo Neme	07/03/2013	Aguardando vaga
10	Maria Fernanda Anselmo	30/12/2012	Aguardando vaga
11	Nathalia Tavares Vieira	28/01/2013	Aguardando vaga
12	Isadora Portella Alves	04/01/2013	Aguardando vaga
13	Vitor Beitel Ramos	28/06/2012	Aguardando vaga
14	Gustavo Mariano Santos	09/04/2012	Aguardando vaga
15	Vinicius Gabriel da Silva	21/09/2012	Aguardando vaga
16	Vinicius Augusto Matheus	09/12/2012	Aguardando vaga
17	Carlos Eduardo Jeronimo	11/05/2012	Aguardando vaga
18	Julia Negri de Oliveira	26/11/2012	Aguardando vaga
19	Felipe Leandro Viero	02/08/2012	Aguardando vaga
20	Heloise Maria Rosa dos Santos	16/10/2012	Aguardando vaga
21	Igor Wessler da Silva	14/10/2012	Aguardando vaga
22	Julia Luiza Sartori	07/02/2013	Aguardando vaga
23	Valentina Wagner	02/05/2012	Aguardando vaga
24	Alice Moço de Freitas	24/01/2013	Aguardando vaga
25	Pedro Antônio Mendes Pereira	05/10/2012	Aguardando vaga
26	Henrique Coelho Guimarães	06/06/2012	Aguardando vaga
27	Heitor Mikeias Paulo	28/09/2012	Aguardando vaga
28	Gustavo Silva Gonçalves	27/05/2012	Aguardando vaga
29	Davi Gorges	03/09/2012	Aguardando vaga
30	Larissa Vitória de Paula Prestes	13/10/2012	Aguardando vaga
31	Lucas Johanson Vieira	09/02/2012	Aguardando vaga
32	Igor Ferino de Lins		Matriculado em outra instituição
33	LuizVinicius de Oliveira da Costa	19/06/2012	Aguardando vaga
34	Gustavo Dalmoro Ordahi	10/08/2012	Aguardando vaga
35	Renan Osório Dias	28/07/2013	Aguardando vaga
36	Maria Vitória da Silva Sonaglio	14/05/2012	Aguardando vaga
37	Gabriel dos Santos Rayche	22/05/2012	Aguardando vaga
38	Artur dos Santos Rayche	22/05/2012	Aguardando vaga
39	Davi Elias Xavier	05/04/2013	Aguardando vaga
40	Nathaly B. Bignotti	07/12/2012	Aguardando vaga
41	Carlos Eduardo R. Lunardeli	22/02/2012	Aguardando vaga
42	Suelen Soares da Silveira	24/11/2012	Aguardando vaga
43	Kethlin Eloa F. Resio	16/02/2013	Aguardando vaga
44	Ruan Pierry Benite	31/05/2012	Aguardando vaga
45	Iasmin Aline da Silva de Oliveira	01/11/2012	Aguardando vaga
46	Laura Luiza Teixeira	20/08/2012	Aguardando vaga
47	Bryan de Souza Silva	08/10/2013	Aguardando vaga
48	Ana Paula Alves Fermiano	30/05/2012	Aguardando vaga
49	Sara Luiza de Matos	17/01/2013	Aguardando vaga
50	Kauan Marques Oliveira	27/08/2012	Aguardando vaga
51	Pedro Henrique Oliveira	30/05/2013	Aguardando vaga
52	Valentina de Souza	05/12/2012	Aguardando vaga
53	Cauã Pereira Vieira	06/07/2012	Aguardando vaga
54	Alexandre Ferreira	29/12/2012	Aguardando vaga
55	João Rosário	04/12/2013	Aguardando vaga
56	Vitória de Souza	25/08/2012	Aguardando vaga
57	Sidnei de Souza Junior	30/05/2013	Aguardando vaga
58	Luiz Augusto dos Santos	28/10/2012	Aguardando vaga
59	Pedro Henrique Muniz	12/06/2012	Aguardando vaga
60	Maria Isabeli A. França	25/10/2012	Aguardando vaga
61	Pedro Henrique Muniz	18/05/2012	Aguardando vaga

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação*
01	Maria Vitória Ostroski	05/03/2011	Aguardando vaga
02	Bernardo Caitano da S.Fagundes	29/06/2011	Aguardando vaga
03	George Lucas da Silva	28/06/2011	Aguardando vaga
04	Nícolas de Oliveira Costa	23/01/2011	Aguardando vaga
05	Melissa Batista de Souza	28/10/2011	Aguardando vaga
06	Ruan Fabio A. Cardoso	27/09/2011	Aguardando vaga
07	João Miguel de Melo Silva	Sem contato com a família	Aguardando vaga
08	Isabella Santos de Melo	04/03/2012	Aguardando vaga
09	Nicole Rafaela da Silva Z.	10/10/2011	Aguardando vaga
10	Otávio Roberto	13/10/2011	Aguardando vaga
11	Vitória Berns do Nascimento	20/10/2014	Aguardando vaga (ausente no sorteio)
12	Théo Gebler	21/10/2014	Aguardando vaga (ausente no sorteio)
13	Victor Hugo Vieira da Silva	09/05/2011	Aguardando vaga (ausente no sorteio)
14	Laura Locks	30/05/2011	Aguardando vaga (ausente no sorteio)
15	Luiggi Sant'Anna	18/08/2011	Aguardando vaga (ausente no sorteio)
16	Nicolas de Oliveira Costa	13/11/2011	Aguardando vaga
17	Melissa Batista de Souza	10/2011	Aguardando vaga
18	Ruan Fábio Cardoso	09/2011	Aguardando vaga
19	João Miguel de Melo Silva	04/2011	Aguardando vaga
20	Thays Pereira	06/2011	Aguardando vaga
21	Isabella Santos de Melo	04/03/2012	Aguardando vaga
22	Nicole Rafela da S. Zandna	10/10/2011	Aguardando vaga
23	Otávio Roberto	13/10/2011	Aguardando vaga
24	Juan Gabriel Fermínio M.	29/11/2011	Aguardando vaga
25	Kamily V. Chiodi	25/07/2011	Aguardando vaga
26	Rafaella Steffens	20/01/2012	Aguardando vaga
27	Cleber Matheus Garbin M.	03/02/2012	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação*
01	Rihanna Margotti (vaga vespertino)	29/08/2010	Aguardando vaga
02	Leonardo da Silva	02/05/2010	Aguardando vaga
03	Miguel Amaral Silva	22/11/2010	Aguardando vaga no período vespertino
04	Pietro Napi dos Santos	13/04/2010	Aguardando vaga no período vespertino
05	Matheus Vinicius dos Santos		Matriculado em outra instituição
06	Caio da S. Melo	16/04/2010	Aguardando vaga

Grupo VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação*
01	Maria Luiza M. da Silva	18/11/2009	Aguardando vaga no período vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Araci Olivia da Silva

Endereço: Rua Maria Bernardina Vaz Gomes, s/nº

Telefone: (48) 3357-5260

Diretora: Vanderléia Kamers

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G1	04 meses a 1 ano	12	12	-	-	12
G2A	01 ano a 01 ano e 11 meses	15	15	-	-	15
G2B	01 ano a 01 ano e 11 meses	15	15	01	-	16
G3A	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	16	01	01	18
G3B	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	17	-	-	17
G4A	03 anos a 03 anos e 11 meses	23	21	02	01	24
G4B	03 anos a 03 anos e 11 meses	23	20	02	03	25
G5	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	22	03	03	26
G6	05 anos a 05 anos e 11 meses	25	14	11	11	36
TOTAL				189		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G1	-
G2	-
G3	-
G4	-
G5	-
G6	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G1

	Criança	Período
01	Alice Votri Schaeffer	Integral
02	Caroline Porto Ramos	Integral
03	Clara Roberta De Oliveira	Integral
04	Elias Carrabba Da Silva	Integral
05	Emanuely Cristini De Amorim Meyer	Integral
06	Jackson Vitor De Lima	Integral
07	Natália Amaral Da Cruz	Integral
08	Paola Santana Lima	Integral
09	Pietra Santana Lima	Integral
10	Pietro Santana Lima	Integral
11	Thomas Rabelo Ferreira	Integral
12	Valentina Martins Calsem	Integral

Grupo G2 - A

	Criança	Período
01	Cauã Henrique Soares Gomes	Integral
02	Davi Felipe Cardoso	Integral
03	Dayla Alioto	Integral

04	Emille Pereira	Integral
05	Francisco Fontella Arente	Integral
06	Isabela Périco Santos	Integral
07	Júlia Ayres De Hollanda Rodrigues	Integral
08	Karoline Woytuski Da Silva	Integral
09	Laura Dos Santos Steimbach	Integral
10	Laura Martins Cunha	Integral
11	Luizana Charlotte Da Rocha Santana	Integral
12	Maria Valentine De Amorim Meyer	Integral
13	Paola Stedile De Oliveira	Integral
14	Perola Gonçalves	Integral
15	Tiago Fernando Souza Junior	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G2 - B

	Criança	Período
01	Arthur Negromonte Zottich Valls	Integral
02	Benício Scherer Pereira	Integral
03	Betina Costa Vieira Da Silva	Integral
04	Diorge Duarte Reis	Integral
05	Giovana Coimbra De Oliveira	Integral
06	Gustavo Alan Daros Borges	Integral
07	Júlia Helena De Melo	Integral
08	Laura Cristina Zimmermann	Matutino
09	Mayara Nunes Da Silva Pinto	Integral
10	Melissa Medeiros Possenti	Integral
11	Pedro Henrique Gomes Vieira	Integral
12	Pedro Henrique Schaffer Corrêa	Integral
13	Pedro Rangel Da Silva	Integral
14	Pyetro Da Silva	Integral
15	Vinícius João Resende	Integral
16	Vitor Hugo Porto Lopes	Integral

Grupo G3 - A

	Criança	Período
01	Ana Luisa Nunes Da Silva	Integral
02	Arthur Mafra De Souto Goulart	Integral
03	Bernardo César Gonçalves	Vespertino
04	Davi Brens Medeiros	Integral
05	Douglas Costa Chaves	Integral
06	Emanuel Sangalletti	Integral
07	Emilly Nunes Dolberth	Integral
08	Esther Mara Celestinoisabelle Xavier De Freitas	Integral
09	Isabelle Xavier De Freitas	Integral
10	Isadora Machado	Integral
11	Laís Cravo Moraes	Matutino
12	Luiz Miguel Kelm	Integral
13	Matheus Busanello Gabriel	Integral
14	Miguel Becker Santos	Integral
15	Miriã Eliz Machado	Integral
16	Sophia Schwetzer Valentini	Integral
17	Vitória Both Da Silva Pinto	Integral
18	Yasmin De Oliveira Gonçalves	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G3 - B

	Criança	Período
01	Betina Mattos Prudencio	Integral
02	Davi Inácio De Souza Fernandes	Integral

03	Davi Pereira Santiago	Integral
04	Emanuel Xavier Dutra	Integral
05	Eric Golin Ferreira	Integral
06	Gabriel Kendzierski Macedo	Integral
07	Isabelly Wilwert	Integral
08	Laura Jorge Da Silva	Integral
09	Letícia Vieira Feitosa	Integral
10	Manuela Manuela Machado Marçal	Integral
11	Manuela Rocker Rocha	Integral
12	Marina Flores Fernandes	Integral
13	Maxwell Floriano Ferreira	Integral
14	Valentina Roberta De Oliveira	Integral
15	Ruan Emanuel Schlichting	Integral
16	Sofia E Silva Meneghetti	Integral
17	Victor Gabriel Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G4 - A

	Criança	Período
01	Alexandre Vieira Nogueira	Integral
02	Beatriz Da Silva	Integral
03	Bernardo Rocha De Jesus	Matutino
04	Davi Luiz Duarte Fraga	Integral
05	Helena Ada Pacheco	Integral
06	Hiago Alcino Costa	Integral
07	Isabela Teixeira Rodrigues Araujo	Matutino
08	Isabella Cristina Pereira	Integral
09	José Artur Rodrigues De Oliveira	Integral
10	Kaique Lopes De Amorim	Integral
11	Kauã Felipe Cruz	Integral
12	Letícia Amanda Muhlhausen	Integral
13	Lívia Schweitzer Gonçalves	Integral
14	Luiza Costa Matias	Integral
15	Lynne Eliz Machado	Integral
16	Matheus De Melo Corrêa	Integral
17	Miguel Cardoso Silveira	Integral
18	Nathan Gonzaga Cont	Integral
19	Patrícia Gonçalves	Integral
20	Rhian Effting Pires	Integral
21	Sergio Junior Dos Santos	Integral
22	Vinícius Osni De Melo	Integral
23	Ray Vieira Brito	Integral
24	Lorenzo Figueiredo Nechel	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G4 - B

	Criança	Período
01	Artur Paiter Bezerra	Integral
02	Brener Gabriel De Santana Gomes	Integral
03	Cecília Medeiros	Integral
04	Dandara Santos Vieira	Matutino
05	Davi Pires Luciano	Vespertino
06	David Cardoso Silveira	Integral
07	Fábio Eduardo De Moraes Schibelsky	Integral
08	Felipe Schappo Santos	Vespertino
09	Giovana Mafra De S. Goulart	Integral
10	Higor Meurer De Souza	Matutino
11	Iasmyn Ambrosio	Integral
12	Isabella Corrêa De Souza	Integral
13	José Antônio Porto Medeiros	Integral

14	Júlia Pickler Obelar Rosa	Integral
15	Love Mica Henry	Integral
16	Lucca Pires Luciano	Vespertino
17	Matheus Antonio Costa	Integral
18	Nathalia Saikoski L. Q. Silochi	Integral
19	Pedro Henrique Dias	Integral
20	Pedro Mortari Lorenzen	Integral
21	Roberto Romário Natal Filho	Integral
22	Sofia De Andrade Da R. C. Costa	Integral
23	Valentina Rodrigues	Integral
24	Yared De Bairros Hamad	Integral
25	Yasmin Vieira Martins	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G5

	Criança	Período
01	Ana Clara Lopatink	Integral
02	Antonella Victoria L. beck Peixoto	Matutino
03	Bruno Sanini Grigolo	Integral
04	Gabriel Santos de Oliveira	Vespertino
05	Guilherme R. Gonçalves Silva	Integral
06	Isabella Maria dos Santos Mendes	Integral
07	Isadora da Cunha Novinski	Integral
08	João Pedro da Silva Zimmermann	Integral
09	Julia Lopatink	Integral
10	Maria Eduarda Souza	Integral
11	Ezequias da Silva Marcondes	Integral
12	Lilou Victor da SilvaLucas Machado da Cruz	Integral
13	Lucas Machado da Cruz	Integral
14	Lucas Richetti de Souza	Integral
15	Luiz Eduardo Paes da Silva	Integral
16	Luiza Dutra Schmitz	Vespertino
17	Maelys Schweitzer	Integral
18	Maria Eduarda B. Indyczak	Integral
19	Maria Luiza Damiani da Silva	Vespertino
20	Maria Luiza Rosa Koenig	Integral
21	Miguel Otávio da Silva	Integral
22	Nicolas Fraton Rosa	Integral
23	Sofia Stediele de Oliveira	Integral
24	Sophia Luiza da Rosa Oliveira	Integral
25	Thiago Santos carvalho de Souza	Integral
26	Vitor Argenta	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G6

	Criança	Período
01	Alisson Cícero Vital dos Santos	Integral
02	Ana Clara dos Santos	Vespertino
03	Ana clara Fernandes B. Moraes	Vespertino
04	Ana Luisa Vaz de Oliveiral	Vespertino
05	Anderson Dias de Jesus	Vespertino
06	Antoni Amaral da Cruz	Integral
07	Asheley B. Rodrigues Durante	Integral
08	Beatriz Cordeiro de Castro	Matutino
09	Brenda dos Santos de Lima	Matutino
10	Cauani Elisa de Oliveira	Integral
11	Gabriel Rangel	Vespertino
12	Gustavo Juncks Vieira	Matutino
13	Íago Daniel Ferreira da Silva	Matutino
14	Isis Santos Vieira	Matutino

15	João Lucas Mendes Moraes	Integral
16	João Pedrop Almeida Cruz Gutierrez	Matutino
17	Karina Rodrigues de Jesus	Integral
18	Leonardo de Assis Cravo	Integral
19	Lorenzo Lafuente B. Peixoto	Matutino
20	Lucas Eduardo Rosa	Matutino
21	Lucca Silveira meireles	Integral
22	Luna kaly R. P da Silva	Matutino
23	Maria Carolina Correa Gonçalves	Integral
24	Maria Eduarda Cechinel Amorim	Matutino
25	Maria Luiza Siqueira Schlosser	Vespertino
26	Maria Rafaela M.Ramos	Vespertino
27	Nicole Silva da Cunha	Integral
28	Nycollas Machado	Integral
29	Pablo hartkopff Viana	Integral
30	Paulo Henrique B. Zampieri	Vespertino
31	Pedro Clóvis Schweitzer	Vespertino
32	Pyter felizardo Schiliching	Integral
33	Rafaella Bernardi Bitencourt	Vespertino
34	Vitória Helena de Souza Panicali	Vespertino
35	Vytoria Lourdes C. G. dos Santos	Integral
36	Yasmin Mafra	Matutino

LISTA DE ESPERA

Grupo G1

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Valentina Lima De Souza	23/04/2014	Aguardando vaga
02	Theo Amarin Adão	19/09/2014	Aguardando vaga
03	Frederico E Silva Meneguetti	11/08/2014	Aguardando vaga
04	Julie Strapazon Ribeiro	08/07/2014	Aguardando vaga
05	Kevin Xavier Rocha	18/10/2014	Aguardando vaga
06	Eloisa Xavier Dutra	20/10/2014	Aguardando vaga
07	Nicole Meurer Schaidt Martins	07/05/2014	Aguardando vaga
08	Lorena Krull	04/12/2014	Aguardando vaga
09	Matheus Willaim Francisco	26/08/2014	Aguardando vaga
10	Valentina Machado Boell	17/10/2014	Aguardando vaga
11	Valentina Gonçalves Alves	22/09/2014	Aguardando vaga
12	Bianca Dias De Oliveira	15/05/2014	Aguardando vaga
13	Manuella Bento Silva	07/01/2015	Aguardando vaga
14	Lara Júlia F. Da Silva	13/11/2014	Aguardando vaga
15	Maria Júlia Queiroz Ferreira	16/12/2014	Aguardando vaga
16	Matheus Ribeiro De Oliveira	29/12/2015	Aguardando vaga
17	Rianna Fragoso De Oliveira	27/09/2014	Aguardando vaga
18	Heitor A. Santos De Moura	27/01/2015	Aguardando vaga
19	Higor Mikolay Antoszczuk	27/08/2014	Aguardando vaga

Grupo G2

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Laura Cristina Zimmermann	20/04/13	Chamada
02	Lara Machado Gaia	16/10/2013	Aguardando vaga
03	Eduardo Antonio Marchi Alberti	18/02/2014	Aguardando vaga
04	Henrique Dos Santos Leite	05/07/2013	Aguardando vaga
05	João Hejel Duarte	08/11/2013	Aguardando vaga
06	Carolina Mazoni Berezuschy	17/03/2014	Aguardando vaga
07	Davi Auro Nunes Da Silva	13/08/2013	Aguardando vaga
08	Valentina Thomazini	29/12/2013	Aguardando vaga
09	João Ferreira Cechinel	09/11/2013	Aguardando vaga
10	Valentina Cristina Zimmermann	20/04/13	Aguardando vaga
11	Joaquim Israel Kohn Picolli	14/01/2014	Aguardando vaga
12	Julia Fermio Goulart	22/11/2013	Aguardando vaga
13	Helena Monteiro Dos Passos	30/12/2013	Aguardando vaga

14	Laysa Clidenor Pereira	16/12/13	Aguardando vaga
15	Vitor Da Silva Pires	21/04/2013	Aguardando vaga
16	Valentina Pires Porto	26/12/2013	Aguardando vaga
17	Aquiles Emmanuel N. Santos	02/10/2013	Aguardando vaga
18	Valentina Paula Fortes	22/05/2013	Aguardando vaga
19	Gabriel Vieira De Souza	14/02/2014	Aguardando vaga
20	Luiz Gustavo Fortes	25/09/2013	Aguardando vaga
21	Miguel Klaumann G. De Paula	18/04/2013	Aguardando vaga
22	Lucas Vinicius Almeida Elch	22/07/2013	Aguardando vaga
23	Bruno César A. Miranda	07/02/2014	Aguardando vaga
24	Diana Fagundes De Jesus	04/01/2014	Aguardando vaga
25	Livia Angillo Bonet		Aguardando vaga
26	Isadora Carvalho Da Costa	12/02/2014	Aguardando vaga
27	Laura Croitor G. Dos Santos	30/07/2013	Aguardando vaga
28	Isabela Vieira Bittencourt	26/09/2013	Aguardando vaga
29	Amanda Carissimi Lopes	17/12/2013	Aguardando vaga
30	Izabela Leal Da Cunha	05/02/2014	Aguardando vaga
31	Hyago Da Silva Nicois Ribeiro	05/02/2013	Aguardando vaga
32	Davi Morena Jeremias	22/07/13	Aguardando vaga
33	Pablo Henrique Santos De Souza	17/04/2013	Aguardando vaga
34	Isadora De Amorim Noronha	09/05/13	Aguardando vaga
35	Henrique Ventura	08/04/2014	Aguardando vaga

Grupo G3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Beatriz Chaise Correa	02/04/2012	Aguardando vaga
02	Rafaela Assunção Rodrigues	23/04/2012	Aguardando vaga
03	Maria Clara De Souza Domiciano	30/05/2012	Aguardando vaga
04	Wesley De Matias Cardoso	10/05/2012	Aguardando vaga
05	Mirela De Assis Cravo	20/01/2013	Aguardando vaga
06	Ícaro Sayres Knoll	21/07/2012	Aguardando vaga
07	Breno Anônio Isidoro	02/03/2013	Aguardando vaga
08	Yasmin Zagonel Barbieri	24/05/2012	Aguardando vaga
09	Alice Candido San'anna	26/04/2012	Aguardando vaga
10	Jhonatan Ronconi De Oliveira	11/12/2012	Aguardando vaga
11	Laura Mariane Da Cunha	28/06/2012	Aguardando vaga
12	Arthur Willyan Isidoro	02/03/2013	Aguardando vaga
13	Rafaela Vieira Schweitzer	30/01/2013	Aguardando vaga
14	Luis Fernando Souza	15/01/2013	Aguardando vaga
15	Pedro Henrique Souza	15/01/2013	Aguardando vaga
16	Davi Krieger Vicente	17/10/2012	Aguardando vaga
17	Davi Scheffer Freitas	01/03/2013	Aguardando vaga
18	Nataly Vitoria Dos Santos Santos	22/05/2012	Aguardando vaga
19	Ana Carolina Muller Bueno	10/02/2014	Aguardando vaga
20	Marcos Antonio Koenig Vieira	18/06/2012	Aguardando vaga
21	Noah Paniz Mayer	21/12/2012	Aguardando vaga
22	Isabelly Dutra Da Purificação	27/10/2012	Aguardando vaga
23	Rafaella Matos De Andrade	12/02/2013	Aguardando vaga
24	Sallys F. Queiroz Do Nascimento	20/03/2013	Aguardando vaga
25	Renato Augusto B. Klaser	07/09/2012	Aguardando vaga
26	Lucas Manoel F. Da Silva	29/07/2012	Aguardando vaga
27	Antonio De Sá Todeschini	02/01/2013	Aguardando vaga

Grupo G5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Isabella Rodrigues Alexandre	17/11/2010	Aguardando vaga
02	Sofia Antonia Sebold Lopes	13/03/2011	Aguardando vaga
03	Vitor Thomaz De Abreu	12/07/2010	Aguardando vaga
04	Arthur Soares Kamers	08/07/2010	Aguardando vaga
05	Victor Arthur Trentini Da Silva	10/01/2011	Aguardando vaga
06	Lucas Henrique Tigre	0/07/2010	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Vida Nova
Endereço: Rua José Antonio Pereira s/nº
Diretora: Neusa Teresinha Bastos
Coordenadora Pedagógica: Maria Margarete Farias

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV	03	25	Integral	-	-	23
V	04	25	Integral	-	-	22
IV / V	03 / 04	18	Mista	-	-	17
IV / V	03 / 04	18	Mista	-	-	17
VI	05	18	-	-	-	19
VI	05	18	-	-	-	20

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
V	03
IV / V Mista	01 - matutino
IV / V Mista	01 - vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Ana Clara Soares Da Silva	Integral
02	Andrya Dias Da Silva	Integral
03	Caio Rodrigues Dos Santos	Integral
04	Christofer Viero Da Silva Pereira	Integral
05	Dhiulli Ribeiro Do Nascimento	Integral
06	Enzo Da Silva Martins Nunes	Integral
07	Henrique Campos Teixeira Dos Santos	Integral
08	Isabella Da Silva Martins	Integral
09	Isabely Soares Rosa	Integral
10	Júlia Ferreira Romão	Integral
11	Júlio Kaique Cris Machado Pereira	Integral
12	Kauan Wilwert Da Silva	Integral
13	Maria Eduarda Gonçalves Mariano	Integral
14	Maria Vitória Ostroski	Integral
15	Maykon Kauan De Lara Moreira	Integral
16	Pedro Paulo Ferreira Neto	Integral
17	Richardy Barbosa Ribeiro Do Carmo	Integral
18	Yuri Macedo Ribeiro	Integral
19	Mayson Samuel Pereira	Integral
20	Erick Leon De Alvarenga Póvoas	Integral
21	Tayla Raissa Van Felten	Integral
22	Amanda Vitória Gonçalves	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Angelo Gonçalves	Integral
02	Beatriz Rodrigues Alves	Integral
03	Camili Vitória Maran Soares	Integral
04	Diego Moraes	Integral
05	Gabriel Dos Santos D ´ Alves	Integral
06	Gabrielly Gomes De Jesus	Integral
07	Gustavo Augusto Pereira	Integral

08	Heloisa De Oliveira Cabral	Integral
09	Iuri André Vargas	Integral
10	João Pedro Frey Da Fonseca	Integral
11	João Vitor Oliveira Da Silva	Integral
12	Kaiqui Narciso Vieira	Integral
13	Kauany Vitória Dos Santos Ferreira	Integral
14	Ludimila Vieira Da Silva	Integral
15	Luiza Da Silva Costa	Integral
16	Mariana De Oliveira Rodrigues	Integral
17	Natalli Sofia Da Silva Araujo	Integral
18	Nicole Moreira Dos Santos	Integral
19	Yan Luz Lamim	Integral
20	Yasmin Passos Dos Santos	Integral
21	Anna Beatriz Nogueira Martins	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto GIV e GV Misto Vespertino

	Criança	Período
01	Davi Joel Giovanella	Vespertino
02	Emily Floriano Da Souza	Vespertino
03	Geovana Da Silva Germano	Vespertino
04	Giovana Alves Martins	Vespertino
05	Kauan Luiz Santos De Oliveira	Vespertino
06	Kuane Letícia Moraes Bueno	Vespertino
04	Kaynan Gabriel V. P. De Lima	Vespertino
08	Manuela Dasil	Vespertino
09	Manuela Dos S.Rechetello	Vespertino
10	Miguel Goulart Massiero	Vespertino
11	Ricardo Da Silva Gonçalves	Vespertino
12	Dieniffer Dos Santos	Vespertino
13	Luan João Felipe Da C .Barbosa	Vespertino
14	Thalita Oliveira Ribeiro	Vespertino
15	Análise De Lima	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto GIV e GV Misto Vespertino

	Criança	Período
01	Ana Paula Lima Do Nascimento	Matutino
02	Jessé Vaz Da Silva	Matutino
03	Luciano Lopes Da Silva	Matutino
04	Sara Vitória Dos Santos Souza	Matutino
05	Miguel Nascimento Soares	Matutino
06	Kauã Daniel C. Machado Barreto	Matutino
04	Emelly Isabelly De Souza	Matutino
08	Davi Barbosa Da Silva	Matutino
09	Evelyn Dos Santos	Matutino
10	Suyane De Moraes Costa	Matutino
11	Fernando Eduardo Dos P. Da Cruz	Matutino
12	Richady Barbosa Ribeiro Do Carmo	Matutino
13	Jamily Maria Da Silva	Matutino
14	Alice Nascimento Siqueira	Matutino
15	Nátaly Dos Santos	Matutino
16	Isabelly Bitencourt Gomes	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI – Matutino

	Criança	Período
01	Arthur Francisco Virissimo	Matutino
02	Adriely Camilly Da Silva Souza	Matutino

03	Gabrielly Trindade Pinto	Matutino
04	Henrique Perreira Schauffert	Matutino
05	Joel Victor Da Silva Fernandes	Matutino
06	Jhonni Alves Júnior	Matutino
07	Jhonny Richard Ferreira Mattos	Matutino
08	Kevym Roberto Nunes Dos Santos	Matutino
09	Leonardo Lucas Ribeiro Maran	Matutino
10	Maycsuel Da Silva Mota	Matutino
11	Maria Eduarda Farias De Andrade	Matutino
12	Natan Marinho Florentino	Matutino
13	Paulo Henrique Da Silva Costa	Matutino
14	Pedro Henrique Pereira Manoel	Matutino
15	Vinícius Arantes Dos Santos	Matutino
16	Vítor Oliveira Duarte	Matutino
17	Heder Kauã Dos Passos	Matutino
18	Isabelly Dos Passos Dos Santos	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI – Vespertino

	Criança	Período
01	Ana Alini Mozena	Vespertino
02	Arthur Elias Da Silva	Vespertino
03	Breno Junior Kotkoski Da Silva	Vespertino
04	Gabriel Heger Lacerda	Vespertino
05	Gabrielly Vitória Aparecida Wolf	Vespertino
06	Gelderson Evangelista	Vespertino
07	Herick Augusto Perreira Dos Santos	Vespertino
08	Héllen Souza De Oliveira	Vespertino
09	Isabela Sofia Rodrigues	Vespertino
10	Isabela Gonçalves	Vespertino
11	Júlio Cesar Gonçalves	Vespertino
12	Nícolas João Diomar	Vespertino
13	Raquel Antunes Martins	Vespertino
14	Shalom Fontana Martins	Vespertino
15	Sofia Barbosa Domingos	Vespertino
16	Thalyta Da Silva Orthmann	Vespertino
17	Wesley Siqueira	Vespertino
18	Beatriz Da Silva Andrade	Vespertino
19	Arthur Martins De Souza	Vespertino
20	Nicole Vitória Jeske	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Davi Gabriel Bonbazar Andrade	06/11/2019	Aguardando vaga
02	Gefferson Matheus Martins Silveira	19/10/2019	Aguardando Vaga
03	Edson Levi Dos Santos Souza	25/11/2009	Aguardando Vaga
04	Emily Ferraz Bica	28/10/2009	Aguardando Vaga
05	João Henrique Fonseca da Silva	05/04/2009	Aguardando Vaga
06	Everson Willian de Oliveira		Aguardando Vaga
07	Mariana Correia	27/01/2010	Aguardando vaga
08	Josnei Felipe Martins Silveira	11/09/2009	Aguardando Vaga
09	Ester Correia de Lima	14/04/2009	Aguardando Vaga
10	Luiza Vitória Costa de Avilar	18/04/2010	Aguardando Vaga
11	Kzooey Santos de Oliveira Silva	20/01/2010	Aguardando Vaga
12	Sofia Rodrigues da Silva	26/06/2009	Aguardando Vaga
13	Josnei Felipe Martins Silveira	19/10/2019	Aguardando Vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro De Educação Infantil Nossa Senhora De Fátima
Endereço: Alan Kardec, 430 - Forquilha
Telefone: (48) 3357-0346
Diretora: Nédia Aparecida Fernandes
Coordenadora Pedagógica: Roseli Helena Da Silva Fernandes

CRIANÇAS MATRICULADAS

GRUPO	Adequação do espaço	IDADE	VAGA INTEGRAL	VAGA MATUTINO	VAGA VESPERTINO	TOTAL
2 - A	12		12	00	00	12
2 - B	12		09	03	03	15
Misto - 2 e 3	10		08	02	02	12
3 - A	12		12	00	00	12
3 - B	12		11	01	01	13
4 - A	15		13	02	02	17
4 - B	17		15	02	02	19
4 - C	17		15	02	02	19
5 - A	23		19	01	03	23
5 - B	23		18	02	05	25
G - 6	23		11	12	12	35
TOTAL	143	27	32	202		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G - 2	-
G - 3	-
G - 4	-
G - 5	06
G - 6	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 2 - A

	Criança	Período
01	Arthur da Silva	Integral
02	Emily Kamili de Souza	Integral
03	Isabela da Silva Jeremias	Integral
04	Isabella Espíndola da Silva	Integral
05	Leticia Bento	Integral
06	Lorenzo da Fonseca	Integral
07	Luiz Miguel da Silva Correa	Integral
08	Samuel Ninow Lima	Integral
09	Sara Ninow Lima	Integral
10	Sofia Gonçalves Arcelino	Integral
11	Steffany Stanck Fagundes	Integral
12	Valentina Pereira Wilberstoedt	Integral

Grupo 2 - B

	Criança	Período
01	Bernardo Vieira Assunção	Integral
02	Isabelly de Almeida Palma	Integral
03	Izadora Lopes de Amorim	Integral
04	Lays Vitoria Bezerra Diniz	Integral
05	Luan de Souza Costa	Integral
06	Manuela Araujo Cidade	Integral
07	Pedro Henrique Garcia de Jesus	Integral
08	Sophia Luiza de Melo	Integral
09	Yago Ramos Toner	Integral
10	Isadora Machado Daniel	Matutino

11	Livia Cardoso Porto	Matutino
12	Milena Vicente Agostinho da Silva	Matutino
13	Alice Luiz de Miranda	Vespertino
14	Sara Larissa da Silva Leal	Vespertino
15	Vitor de Souza	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto 2 e 3

	Criança	Período
01	Davi Zoccoli Zacarias	Integral
02	Erick da Fontoura Rodrigues	Integral
03	Fabio Davi Cardoso Rosa	Integral
04	Felipe Pietro Gentil Rossi	Integral
05	Levi Ruan Vilela	Integral
06	Vinicius Camello	Integral
07	Vitoria Zanchi Lunardelli	Integral
08	Vivian Zanchi Lunardelli	Integral
09	Lavinia da Silva	Matutino
10	Bernardo Medeiros	Matutino
11	Bianca Garcia Linhares	Vespertino
12	Gabriel Rosa	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 - A

	Criança	Período
01	Alice Fontana Rode	Integral
02	Ana Cecilia Oliveira Hinckel	Integral
03	Arthur Henrique Balensiefer Duarte	Integral
04	Daniel Arcanjo Pereira Espindola	Integral
05	Daniel Fontana Rode	Integral
06	Gabriel da Silva Ferreira	Integral
07	Joana Aguiar de Souza	Integral
08	Luiza de Moraes	Integral
09	Matheus Bueno Delfino	Integral
10	Pedro Henrique de Lima dos Santos	Integral
11	Rafael Martins Madalena	Integral
12	Victor Gabriel Santos Araujo	Integral

Grupo 3 - B

	Criança	Período
01	Arthur da Silva	Integral
02	Enzo Silva Barbosa	Integral
03	Gustavo Lima Vieira	Integral
04	Higor de Farias Ferreira	Integral
05	Laura Brasil de Jesus	Integral
06	Marcos Henrique Abdon Ritter	Integral
07	Matheus Macário Andrade	Integral
08	Miguel Zaniboni Leite	Integral
09	Milena Albino	Integral
10	Paola Gandini Viani Cabral	Integral
11	Rian Silva de Souza	Integral
12	Manuela da Silveira Mafra	Matutino
13	Beatriz de Oliveira	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - A

	Criança	Período
01	Abduf Diouf	Integral

02	Alice Bittencourt Batisti	Integral
03	Beatriz Camelo	Integral
04	João Lucas Fraga	Integral
05	José Antonio Jaraceski Espindola	Integral
06	Julia Pioner de Mello	Integral
07	Davi Lucas Ferreira de Oliveira	Integral
08	Maria Clara Jaraceski Espindola	Integral
09	Nicoli Correa Vargas	Integral
10	Renan do Prado	Integral
11	Rodrigo Alexandre Fernandes de Souza	Integral
12	Sophia de Souza Delfino	Integral
13	Yann da Rosa	Integral
14	Luana Sampaio da Silva	Matutino
15	Sophia dos Passos	Matutino
16	Alice de Souza Fonseca	Vespertino
17	Thales Henrique Torres	Vespertino

Grupo 4 - B

	Criança	Período
01	Ana Beatriz de Melo	Integral
02	Anna Julia da Rosa	Integral
03	Arthur Amaral Caetano	Integral
04	Camile Mariani Godinho	Integral
05	Davi Rafael de Oliveira	Integral
06	Enzo Zaniboni Leite	Integral
07	Gabriela Regina Garcia Lobo	Integral
08	Kaua Ameida Palma	Integral
09	Leonel Messi Oliveira da Silva	Integral
10	Livia Ester de Freitas	Integral
11	Maria Alice Pereira dos Santos	Integral
12	Nathalia Hames Rachadel	Integral
13	Nicolas Gonçalves Ferreira	Integral
14	Olga Stefany Cordeiro Alexandre	Integral
15	Rafael Fabricio Vasco de Jesus	Integral
16	Yasmim de Souza Ramos	Integral
17	Cauã Prada	Matutino
18	Gustavo da Silva Trindade	Matutino
19	Gabriel Coutinho Pinheiro dos Santos	Vespertino
20	Laura de Oliveira	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - C

	Criança	Período
01	Alice dos Santos Cunha	Integral
02	Ana Beatriz Villar da Silva	Integral
03	Annie Alice Guimarães	Integral
04	Arthur Felix Marques	Integral
05	Bernardo Sema Schvambach	Integral
06	Byanca Machado	Integral
07	Giovani Garcia Ferreira	Integral
08	Guilherme Garcia Maciel	Integral
09	Isabeli Motta do Nascimento	Integral
10	Kaique Bocoly Ferreira	Integral
11	Luis Otavio da Rosa	Integral
12	Luiz Carlos da Silva Medeiros	Integral
13	Maria Clara Alves de Souza	Integral
14	Maria Eduarda Krauss dos Santos	Integral
15	Thalita Ferreira	Integral
16	Maria Julia Felet	Matutino
17	Maria Luiza Soares	Matutino
18	Igor de Souza Fernandes	Vespertino

19	João Felipe de Freitas Alunn Arrua	Vespertino
----	------------------------------------	------------

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - A

	Criança	Período
01	Jean Douglas Toledo Rodrigues Neto	Integral
02	Adrian Salib Graf de Oliveira	Integral
03	Francielli Dezingrini	Integral
04	Gabrielle Cataneo Eberhart de Lima	Integral
05	Gabrielli Dezingrini	Integral
06	Gustavo de Lima	Integral
07	Heloísa Duarte de Sousa	Integral
08	Isabella Kuhn da Silva	Integral
09	Isabella Rodrigues Trupel de Souza	Integral
10	João Vitor Santiago Xavier de Souza	Integral
11	Kaique Stahelin Madalena	Integral
12	Kamily Bastos	Integral
13	Ketlyn Emanuely dos Santos	Integral
14	Luan Rachadel	Integral
15	Manuela de Souza Delfino	Integral
16	Manuella Bauer Vermohler	Integral
17	Maria Vitoria Peres Paulo	Integral
18	Luis Ricardo de Andrade	Integral
19	Yasmim Santos Coimbra	Integral
20	Gustavo de Mello	Matutino
21	André Luiz de Matos	Vespertino
22	Felipe Inácio Padilha Amaral	Vespertino
23	Gustavo Hammes Ferreira	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - B

	Criança	Período
01	Allan Zoccoli Zacarias	Integral
02	Brenda Thaissa Krupp	Integral
03	Davi jaraceski	Integral
04	Elizabeth Vitória Cardoso Rosa	Integral
05	Graciely Garcia Ferreira	Integral
06	Guilherme Dubiella Medeiros	Integral
07	Kauan dos Santos Voigt	Integral
08	Lohan Zoccoli Zacarias	Integral
09	Marcos Pyetro Alves Rodrigues Silva	Integral
10	Maria Heloisa Cunha	Integral
11	Pedro Vermolher Santiago	Integral
12	Ruan Antonio da Silva Vargas	Integral
13	Ruan Carlos das Schlosser	Integral
14	Silvana Duque Jaramillo	Integral
15	Victor Maciel Wodzik	Integral
16	Vinicius Melo Martins	Integral
17	Vitória dos Santos Soares	Integral
18	Yan Cassiano	Integral
19	Luan da Silveira Guedes	Matutino
20	Madson Silva Aleixo	Matutino
21	Davi Alexandre de Souza	Vespertino
22	Lara Santos de Carvalho	Vespertino
23	Manuela Machado de Souza	Vespertino
24	Pedro Henrique Marques Machado	Vespertino
25	Thiago da Silva Machado	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6

	Criança	Período
01	Ainoã Camile da Silva	Integral
02	Emilly de Amorim Espindola	Integral
03	Felipe Alves Hinkel	Integral
04	Gabriela Oliveira Nunes	Integral
05	Guilherme Crispim dos Santos Pinto	Integral
06	Ildo Michael Wilker Ribeiro	Integral
07	Leonardo Anacleto Silva	Integral
08	Luiz Henrique Pereira Ribeiro	Integral
09	Michel Alves dos Passos Silva	Integral
10	Nicoli S. Nonato	Integral
11	Victor Raphael da Silva Machado	Integral
12	Ana Carolina de Oliveira	Matutino
13	Bryan Cardoso Rosa	Matutino
14	Davi Santiago Lima	Matutino
15	Heloise de Oliveira Freitas	Matutino
16	João Pedro Nogueira	Matutino
17	Julia Moraes dos Santos	Matutino
18	Kauã Ferreira Reginaldo	Matutino
19	Lucas Dias da Cruz	Matutino
20	Matheus Fraga Schweitzer	Matutino
21	Pedro Henrique de Oliveira	Matutino
22	Pedro Luiz de Souza da Silva	Matutino
23	Vinicius Boeno Fermohlen	Matutino
24	Ana Karolina de Oliveira Maia	Vespertino
25	Elton Gabriel Pereira Vasco de Souza	Vespertino
26	Estefani Guckert	Vespertino
27	Isabelly Padilha Hinkel	Vespertino
28	Kauã seara da Silva Marafon	Vespertino
29	Kauê Weiss de Melo	Vespertino
30	Lucas Alves de Souza	Vespertino
31	Lucas Venicio Neves Delaria Silva	Vespertino
32	Luiz Felipe Bento de Assis	Vespertino
33	Paulo Henrique dos Santos	Vespertino
34	Pedro Pereira Aguiar Volpato	Vespertino
35	Sofia Azevedo Alflen	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 2

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Davi Roeder Benazzi	03/01/2014	Aguardando vaga
02	Emily Adriely Souza M. da Silva	06/10/2013	Aguardando vaga
03	Maria Fernanda Souza Correa	26/12/2013	Aguardando vaga
04	Emanuelly Vitoria Espindola	14/12/2013	Aguardando vaga
05	Emily Bauer Vermolher	31/01/2014	Aguardando vaga
06	Vitor Silva Batistello	12/07/2013	Aguardando vaga
07	Cecilia Garcia Maciel	08/02/2014	Aguardando vaga
08	Bernardo Batista Rupel	01/11/2013	Aguardando vaga
09	Leonardo dos Santos Olipia	10/07/2013	Aguardando vaga
10	Joaquim Roque de Abreu	09/03/2014	Aguardando vaga
11	Anna Beatriz Ribeiro Pereira	01/01/2014	Aguardando vaga
12	Ravi Filipe Cardoso Vargas	29/08/2013	Aguardando vaga
13	Arthur Verges Ott	01/01/2014	Aguardando vaga
14	Marcos Antonio Feijó da Silva	31/07/2013	Aguardando vaga
15	Otavio Mizael Coimbra de Araujo	29/01/2014	Aguardando vaga
16	Isaac Trancoso Ferreira	25/10/2013	Aguardando vaga
17	Rafaella Amorim	04/10/2013	Aguardando vaga
18	Gabriel Lucas da Silva Leal	22/10/2013	Aguardando vaga
19	Andressa Camargo Dutra Lopes	25/05/2013	Aguardando vaga
20	Vitor Hugo Cardoso de Borba	30/01/2014	Aguardando vaga
21	Marcos Cesar dos Santos Martins	27/02/2014	Aguardando vaga

22	Sofia Santos da Silva	23/05/2013	Aguardando vaga
23	Maria Elizabeth Silva Pedro	14/08/2013	Aguardando vaga
24	Wesley Rosa de Oliveira	23/04/2013	Aguardando vaga
25	Davi Auro Nunes da Silva	13/08/2013	Aguardando vaga
26	Mateus Sipriano Rodrigues	20/05/2013	Aguardando vaga
27	Henrique dos Santos Leite	27/07/2013	Aguardando vaga
28	Matheus Felipe Fernandes	03/08/2013	Aguardando vaga
29	Eloá Alves dos Passos Silva	18/03/2014	Aguardando vaga
30	Jonathan Santos Viana	21/12/2013	Aguardando vaga
31	Agatha Vitoria da Costa	28/02/2014	Aguardando vaga
32	Maria Eduarda Surian	29/08/2013	Aguardando vaga
33	Sara Kelly Santos Costa	06/2013	Aguardando vaga
34	Wagner Miguel Feijó	17/06/2014	Aguardando vaga
35	Arthur Wolf Borba	12/08/2013	Aguardando vaga
36	Josué Lemes da Rosa	02/02/2014	Aguardando vaga
37	Marcos Cesar dos Santos Martins	27/02/2014	Aguardando vaga
38	Eduardo da Silva	23/10/2013	Aguardando vaga
39	Vinicius Guckert	25/12/2013	Aguardando vaga
40	Arthur Brayan Oliveira	26/07/2013	Aguardando vaga
41	Maria Valentina da Costa Minuzzi	26/08/2013	Aguardando vaga
42	Livia Maria Puga	17/02/2014	Aguardando vaga
43	Eliel Nascimento Santos	08/12/2013	Aguardando vaga
44	Caio Prada	23/05/2013	Aguardando vaga
45	Luis Felipe	28/02/2013	Aguardando vaga
46	Kaua Sontag Cardoso	12/08/2013	Aguardando vaga
47	Viviane de Jesus Junckes	13/10/2013	Aguardando vaga
48	Maria Heloisa Castro Araujo	17/01/2014	Aguardando vaga
49	Pedro Henrique Kurwalck	04/07/2013	Aguardando vaga
50	Natali Barbosa Leite	26/03/2014	Aguardando vaga
51	Isabella Goulart Barbosa	27/10/2013	Aguardando vaga
52	Davi Costa Morete	02/07/2013	Aguardando vaga
53	Naamã Pietro Oliveira Ribeiro		Aguardando vaga
54	Sophia Duarte Piva de Lima	03/10/2013	Aguardando vaga
55	Guilherme dos Santos	01/05/2013	Aguardando vaga
56	Pedro Henrique Vaz	14/09/2013	Aguardando vaga
57	Alexsandro dos Santos	31/05/2013	Aguardando vaga
58	Arthur Avelino Ventura	31/01/2014	Aguardando vaga
59	Natalia Soares de Souza	13/11/2013	Aguardando vaga
60	Emille Pereira	08/08/2013	Aguardando vaga
61	Jonathan Laureth	14/05/2013	Aguardando vaga
62	Gabriel Marafon	31/12/2012	Aguardando vaga
63	Rafael da Silva Cardoso	18/06/2013	Aguardando vaga

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Alejandro Ignacio dos S. Alves	19/02/2013	Aguardando vaga
02	Maria Fernanda Anselmo	30/12/2012	Aguardando vaga
03	Hellen Pereira Schweitzer	05/06/2012	Aguardando vaga
04	Flavia Machado de Souza	24/04/2012	Aguardando vaga
05	Enzo dos Santos Voigt	02/02/2013	Aguardando vaga
06	Nathalya Gomes do Nascimento	07/07/2012	Aguardando vaga
07	Kauan de Souza Melo	21/02/2013	Aguardando vaga
08	Beatrice Schlup	14/09/2012	Aguardando vaga
09	Isadora Carolina Cavassini Vieira	01/02/2013	Aguardando vaga
10	Emanuel Ferreira da Cruz	04/04/2012	Aguardando vaga
11	Maria Luiza Farias Alves	30/10/2012	Aguardando vaga
12	Richard Barros Alves	13/08/2012	Aguardando vaga
13	Ian Alano Cardoso	09/12/2012	Aguardando vaga
14	Deivid Eli Santos	15/06/2012	Aguardando vaga
15	Nicolli Martins Fagundes	06/08/2012	Aguardando vaga
16	Maria Alice Zanini	31/05/2012	Aguardando vaga
17	Anna Alice Camargo	09/11/2012	Aguardando vaga
18	Arthur Rafael de Luca Kusma	04/07/2012	Aguardando vaga

19	Davi Eli Santos	15/06/2012	Aguardando vaga
20	Victoria Hoffmann da Silva Vaz	02/01/2012	Aguardando vaga
21	Henrique Teixeira Behr	18/07/2012	Aguardando vaga
22	Sofia Machado de Oliveira	18/04/2012	Aguardando vaga
23	Maria Eduarda da Silva	29/04/2012	Aguardando vaga
24	Maria Carolina da Silva	29/11/2012	Aguardando vaga
25	Julia Costa Varella	15/11/2012	Aguardando vaga
26	Ezequiel Coutinho fraga	16/10/2011	Aguardando vaga
27	Sofia Rodrigues	26/08/2012	Aguardando vaga
28	Guilherme Leal Brasil	28/03/2013	Aguardando vaga
29	Maria Julia Dias Ramos	18/11/2012	Aguardando vaga
30	Emanuely Goulart	29/10/2012	Aguardando vaga
31	Nathiely de Jesus	30/08/2012	Aguardando vaga
32	Kauã Lucas Duarte Amaral	03/05/2012	Aguardando vaga
33	Swany Fernandes Bertoluchi	28/01/2013	Aguardando vaga
34	Luis Felipe da Silva Barbosa	28/02/2013	Aguardando vaga
35	Sophia Xavier dos Santos	29/05/2012	Aguardando vaga
36	Mykael Aires Eroihn	27/07/2012	Aguardando vaga
37	Enzo Gabriel da Rosa	15/06/2012	Aguardando vaga
38	Ana Carolina Leal Matias	30/11/2012	Aguardando vaga
39	Paulo Henrique Julio Jr.	15/09/2012	Aguardando vaga
40	Pedro Henrique Amorim	06/04/2012	Aguardando vaga
41	Ana Clara Cardoso Raschke	17/04/2012	Aguardando vaga
42	Luiz Gustavo Alves Vitoria	26/06/2012	Aguardando vaga
43	Davi Boll dos Santos	28/04/2012	Aguardando vaga
44	Isabeli Wanca	13/08/2012	Aguardando vaga
45	Valerio de Farias da Luz	23/05/2012	Aguardando vaga
46	Emilly Muniz Eckmam	13/05/2012	Aguardando vaga
47	Ana Julia Moreira França	03/09/2012	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Gustavo Boaventura Andrade	01/06/2011	Aguardando vaga
02	Marjorie de Oliveira Gonçalves	07/05/2011	Aguardando vaga
03	Yan Oliveira Mota	20/05/2011	Aguardando vaga
04	Larissa Barbosa	10/01/2011	Aguardando vaga
05	Isadora Back dos Santos	20/03/2011	Aguardando vaga
06	Gustavo de Moura	07/04/2011	Aguardando vaga
07	Vinicius Moreira França	07/05/2011	Aguardando vaga

Grupo 6

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Alicia Vitoria Floriane	07/08/2009	Aguardando vaga
02	Leticia Eli Santos	17/04/2009	Aguardando vaga
03	Laisa Vilela	04/11/2009	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Maria Ferreira
 Endereço: Rua: Teixeira, s/no, frente ao no: 146 - Goiabal – Serraria
 Telefone: 32463138
 Diretora: Juciane Santos

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	2 anos	17	16	-	1	17
IV	3 anos	23	22	1	1	24
V/VI A	4 e 5 anos	25	12	13	-	25
V/VI B	4 e 5 anos	25	12	-	13	25
TOTAL	62	14	15	91		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
	-
III	01 vaga - Matutino
IV	-
V	-
VI	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Agatha Pereira	Integral
02	Alice Soares da Silva	Integral
03	Amanda Moreira	Integral
04	Augusto Boaventura Santos	Integral
05	Cauã da Fonseca Félix	Vespertino
06	Evellin Francisca Rufino de Souza	Integral
07	Felipe Oliveira dos Santos	Integral
08	Isabelly Rodrigues do Nascimento	Integral
09	Jeferson Cordeiro Flores	Integral
10	Lucas Johanson Vieira	Integral
11	Maria Helena de Azevedo Pereira	Integral
12	Maynara dos Santos Soares	Integral
13	Monyk Ribeiro Souza	Integral
14	Rafael Klem Furtado da Silva	Integral
15	Victor Hugo Vieira da Luz	Integral
16	William da Costa Rodrigues	Integral
17	Yasmim Garcia Pelizzoni de Souza	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Ágata Massaneiro Veras	Integral
02	Beatriz Chaise Corrêa	Integral
03	Brayan Gonzaga Menegotto	Integral
04	Camilly Guesser de Faria	Integral
05	Daniel de Lima Mafra	Integral
06	Daniel Isaac Souza	Integral
07	Davi Lucas Gonçalves de Abreu	Vespertino
08	Emily Rayzer da Cruz	Integral
09	Erick Rodrigues Cardoso	Integral
10	Gabriel Rodrigues Cardoso	Integral
11	Guilherme Siqueira	Integral
12	Isadora da Silva Francisco	Integral
13	Izadora Pietra Cavalheiro Rosa	Integral
14	Kamilly Santos de Lima	Integral
15	Larissa Ribeiro Dias	Integral
16	Lucas César Machado	Matutino
17	Lucas Felipe Santos	Integral
18	Nicolý Monteiro da Silva	Integral
19	Pedro Lucas França Querino	Integral
20	Rafaela Rodrigues Avila dos Santos	Integral
21	Sophia Gabrielly da Cruz	Integral
22	Stefanie Cordeiro Oliveira	Integral
23	Vitória Aguiar Pereira	Integral
24	Yasmin Rayzer da Cruz	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V/VI A

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Carvalho da Rosa	Vespertino
02	Ana Beatriz Soares de Gois	Vespertino
03	Caio Igor da Fonseca Felix	Vespertino
04	Cecília Citatin	Vespertino
05	Emmanuel Martins Soares	Vespertino
06	Francisco Kauê Alves do Nascimento	Vespertino
07	Julia Melissa Querino Gonçalves	Vespertino
08	Kaio da Silva Meneguel	Vespertino
09	Kamily Vitória dos Santos	Vespertino
10	Ketlyn Taina Santos de Lima	Integral
11	Maria Clara da Silva	Vespertino
12	Matheus da Silva	Integral
13	Miguel Colônico Pereira	Integral
14	Nathan Nunes da Cruz	Integral
15	Nycolas Rafael	Vespertino
16	Nycolas Trindade Rufino	Vespertino
17	Waylanton Felipe Pires Rodrigues	Vespertino
18	Yasmin Gonzaga Menegotto	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V/VI B

	Criança	Período
01	Ágatha Silva Costa	Matutino
02	Arthur Goulart Dias	Matutino
03	Breno Henrique da Silva	Matutino
04	Davi da Silva Ventura	Matutino
05	Denilson Oliveira Junior	Matutino
06	Eduardo de Oliveira	Matutino
07	Fabianny Rodrigues Mendes	Matutino
08	Guilherme Manoel Rodrigues	Integral
09	Higor Furtado de Farias	Integral
10	Igor Massaneiro Florêncio	Integral
11	João Guilherme Oliveira de Souza	Integral
12	Jocemar Barreto Fernandes	Matutino
13	Kauê Vinicius Rodrigues Silva	Matutino
14	Livia Rodrigues Bender	Integral
15	Luiz Fernando Colônico	Integral
16	Luiza Aparecida dos Santos	Matutino
17	Luiza Soares da Silva	Integral
18	Thel Lucas Pinto Gonzaga	Matutino
19	Thiago Fabiano da Silva	Matutino
20	Vitor Santos Silva	Matutino

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Vitor Hugo Soares Regis	28/06/13	Fora da idade de atendimento.

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Samuel Ibenes Nunes	27/12/12	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Marcos Raul da Silva	Pessoa que veio solicitar vaga não sabia data de nascimento.	Aguardando vaga

Grupo VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Carlos Eduardo Soares de Souza	29/12/09	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Júlia Francisca dos Santos

Endereço: Rua Pedro Paulo de Abreu s/nº

Telefone: (48) 3257-4414

Diretora: Rita de Cacia Garcia

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
1	Até 1	12	12	-	-	12
2 - A	1	15	15	-	-	15
2 - B	1	15	13	2	02	16
3	2	17	17	-	-	17
4 - A	3	23	19	-	02	21
4 - B	3	23	15	-	04	21
5	4	25	19	-	01	22
5 / 6	5	25	09	10	11	34
TOTAL				158		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
2 - B	01 matutino
4 - A	02 - integral / 02 - matutino
4 - B	05 - integral / 01 - matutino
5	04 - integral / 01 - matutino
5 / 6	02 - integral / ou 02 - matutino / 02 - vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Ágatha Nunes Bartz	Integral
02	Alysson Hames dos Santos	Integral
03	Andriely de Borba Andrade	Integral
04	Davi Corrêa Durigon	Integral
05	Eloisa Xavier Dutra	Integral
06	Emilly Vitoria Mendes de Jesus	Integral
07	Jhullyanne Braatz Tome	Integral
08	Joana de Avila da Silva	Integral
09	Lara Torres Pereira	Integral
10	Mariah Cardoso Vieira	Integral
11	Mayara Maiele Nica	Integral
12	Nathan Henrique S. Rodrigues da Silva	Integral

Grupo 2 - A

	Criança	Período
01	Anna Beatriz Ribeiro Pereira	Integral
02	Beatriz Amorim Andretti	Integral
03	Brendon Henrique C. Rosa	Integral
04	Davi Alves Reis	Integral
05	Emanuelly Vitória Espíndola	Integral
06	Emily Bauer Vermohler	Integral
07	Gustavo da Silva Barbosa	Integral
08	Kauany Ferreira Ortiz	Integral

09	Lívia da Silva	Integral
10	Lohana da Costa R. da Silva	Integral
11	Luana da Costa R. da Silva	Integral
12	Maria Valentina da Costa Minuzzi	Integral
13	Pedro Ezequiel	Integral
14	Thiago Almeda dos Santos	Integral
15	Yuri Alexsandro Souza Ruiz	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 2 - B

	Criança	Período
01	Ana Júlia dos Santos Martins da Rocha	Integral
02	Bernardo Dutra Stinghen	Integral
03	Braian Cardoso Pereira	Integral
04	Brendha Leite Freitas	Integral
05	Caio Miguel Schlosser	Vespertino
06	Evelin Hadassa da Silva Duarte	Integral
07	Júlia Andriani Eleodoro	Integral
08	Leonardo da Silva Lopes	Integral
09	Maria Elizabeth Silva Pedro	Integral
10	Maria Fernanda Martins Delfino	Integral
11	Maria Vitória da Rosa	Integral
12	Mateus Sipriano Rodrigues	Integral
13	Thalia Coelho de Jesus	Vespertino
14	Ygor Pereira Santos	Integral

Grupo 3

	Criança	Período
01	Adony Calebe de Souza Silva	Integral
02	Ana Beatriz de O. Stuart	Integral
03	Arielly de Cássia M. Collins	Integral
04	Bernardo de Oliveira Fonseca	Integral
05	Davi de Souza Medeiros Madalena	Integral
06	Djulia Corrêa Durigon	Integral
07	Gislaine E. Rocha Castro	Integral
08	Ian Alano Cardoso	Integral
09	Juliana de Ávila da Silva	Integral
10	Luís Bernardo Barros de Oliveira	Integral
11	Maria Eduarda Beling Huller	Integral
12	Naiara Naieli Nica	Integral
13	Natielly Nunes Bartz	Integral
14	Nicolas Oliveira	Integral
15	Nicolli Martins Fagundes	Integral
16	Nycolas de Moares dos Santos	Integral
17	Paulo Henrique H. Schutz	Integral
18	Rooffen Stupp Cunha Júnior	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - A

	Criança	Período
01	Amabily Nicoli Tavares	Integral
02	Ana Júlia Machado Fagundes	Integral
03	Anna Júlia da Rosa	Integral
04	Ana Luíza Sangalletti da Silva	Integral
05	Bárbara Giselle Bertolassi Cardoso	Integral
06	Eduardo de Almeida Costa	Integral
07	Emily Vitória Rodrigues de Lima	Integral
08	Gustavo Adrian da Rosa da Silva	Integral
09	Isabelle Barbosa da Silva Cardoso	Integral

10	Isadora Régis Pereira	Integral
11	João Antônio Ramos dos Santos	Integral
12	João Vitor Ramos	Integral
13	Kauan Henrique K. B Cardoso	Integral
14	Lucas Gabriel O. Nardi	Vespertino
15	Luiz Ricardo Mainchein	Vespertino
16	Márcio José de Souza Júnior	Vespertino
17	Maria Eduarda Rios	Integral
18	Mateus Martins da Silva	Integral
19	Paulo Ricardo da Silva	Matutino
20	Pedro Miguel Espinoza Quevedo	Integral
21	Sophia dos Santos	Vespertino
22	Vitória Irene Weide	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - B

	Criança	Período
01	Ainoã Vitória da S. Duarte	Integral
02	Bernardo Capella de Souza	Vespertino
03	Bernardo Nunes Chaves	Integral
04	Bryan Aguiar de Souza	Integral
05	Ester Froehner	Integral
06	Gabriel Santos Pereira	Integral
07	Isabela Souza de Andrade	Matutino
08	Gabrielle Orsolin Sperber	Matutino
09	Gustavo Pereira Copetti	Integral
10	Isaac Pereira Lima	Integral
11	Isabelly Régis Eleotério	Integral
12	Kaio Nunes	Matutino
13	Kauê Carbonera	Integral
14	Lara K. Coelho	Integral
15	Larissa Feitosa Pereira	Integral
16	Maria Eduarda S. Larcen	Integral
17	Pedro Gabriel de O. da Luz	Integral
18	Rodrigo Pierri Feres	Integral
19	Sara Cristiana Hoffman	Vespertino
20	Sarah Machado	Integral
21	Vyncius G. Orviedo	Integral
22	Vitor O. Celestino	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Ana Júlia Prates	Integral
02	Enzo da Silva Martins Nunes	Integral
03	Enzo José Viero Candido	Integral
04	Estephane Conceição de Queiroz	Integral
05	Evellin Alice Lopes de Oliveira	Integral
06	Gabriela da Silva Prestes	Integral
07	Gabrielly Andrade Acunha	Integral
08	Giovane Alves dos Santos	Integral
09	Isis Andrielly Fernandes Fontoura	Integral
10	Juan Vitor Mendes de Jesus	Integral
11	Luan Scotti dos Santos	Integral
12	Luiz Gustavo Henrique Pereira	Integral
13	Melissa Lourdes Vieira Garreton	Integral
14	Miguel Galdbeck Lamarque Feijó	Integral
15	Miguel Raulino Duarte Fernandes	Integral
16	Nicolas Dreher	Integral
17	Nicole Luize de Vargas Rodrigues	Integral

18	Ruan Tiago P. Bueno da Luz	Matutino
19	Sarah Ribeiro da Silva	Integral
20	Willian Rafael de Lima de Oliveira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 e 6 - Misto

	Criança	Período
01	Ana Luiza Barbosa	Matutino
02	Anna Kelly Leite Fagundes	Integral
03	Adrielly Christini Machado Collins	Integral
04	Ainoã Camila da Silva Duarte	Matutino
05	Alexandre Lancelotti Campos G. Fór	Matutino
06	Artur Conceição da Silva	Vespertino
07	Bernardo Teixeira dos Santos	Vespertino
08	Breno Pinto Domingos	Integral
09	Bryan Cardoso Rosa	Vespertino
10	Cauê Andrion Olivo	Vespertino
11	Eduarda Gabriely Cruz Butzke	Matutino
12	Francielli Rafaeli Camargo Hugen	Integral
13	Gabriel Henrique da Silva	Matutino
14	Gabriel Regis Rodrigues Manoel	Integral
15	Isabel Domingos Figueiredo	Vespertino
16	Isabelly Emanuela Rosa	Integral
17	Isadora Oliveira de Mattos	Matutino
18	João Vithor Delima dos Santos	Integral
19	José Raimundo Chaves de Souza Neto	Matutino
20	Kamilly dos Santos Martins da Rocha	Integral
21	Kathleen Victória Lins Alves	Matutino
22	Larissa Cristine de Arruda Severo	Vespertino
23	Leonardo Silveira dos Santos	Integral
24	Maria Gabriela Borges	Matutino
25	Nataly Andriani Souza	Vespertino
26	Nathan Brasil	Vespertino
27	Nicholas Yuri Tavares	Vespertino
28	Nicolly da Silva	Vespertino
29	Stefany Rosin de Oliveira	Matutino
30	Paola Steplany Froehner	Vespertino
31	Pedro Henrique Barbosa Cardoso	Integral
32	Yuri Augusto Mello de Souza	Vespertino
33	Pietra Rosa Goulart	Matutino
34	Rafaela de Oliveira Nunes	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo 1

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Mariah Cardoso Vieira	21/04/2014	Chamado
02	Davi Corrêa Durigon	25/05/2014	Chamado
03	Eduardo de Souza Cardoso	18/06/2014	Aguardando
04	Maria Clara F.S. de Abreu	16/04/2014	Aguardando
05	Yasmin da Rocha Padilha	21/04/2014	Aguardando
06	Isadora de Moraes	07/08/2014	Aguardando
07	João Miguel Alves dos Santos	16/05/2014	Aguardando
08	Emanuel Aguiar da Silva Garcia	10/05/2014	Aguardando
09	Luiz Eduardo Vieira Salvador	15/04/2014	Aguardando
10	Laura Vieira Salvador	15/04/2014	Aguardando
11	Pedro Henrique Paquer Alves	13/07/2014	Aguardando
12	Pedro Henrique Silva de Abreu	08/07/2014	Aguardando
13	Heloisa Carvalho Pereira	29/04/2014	Aguardando
14	Vitor da Silva Moraes	07/07/2014	Aguardando
15	Marina Catanio E. de Lima	13/08/2014	Aguardando

16	Alex Gabriel da Silva de Souza	04/05/2014	Aguardando
17	Alice Vitória Rosa dos Santos	15/08/2014	Aguardando
18	Valentina C. Rachadel	10/06/2014	Aguardando
19	Bernardo Machado dos Santos	17/04/2014	Aguardando
20	Helena Schutz	09/07/2014	Aguardando
21	Maria Eduarda R. dos Santos	13/07/2014	Aguardando
22	Luize Maciel de Oliveira	29/09/2014	Aguardando
23	Luis Otávio Folster Brobing	31/05/2014	Aguardando
24	Kauê Enrico Lopes Costa	26/09/2014	Aguardando
25	Lívia Sofia Gomes	22/08/2014	Aguardando
26	Isabella Littig Damasco Viana	01/05/2014	Aguardando
27	Soraya de Souza Silva	02/08/2014	Aguardando
28	Pedro Henrique Rosa Ferreira	04/08/2014	Aguardando
29	Ludmila Helena W. Beltrão	23/07/2014	Aguardando
30	Samuel Ferreira da Cruz	11/10/2014	Aguardando
31	Nicolas Gonçalves	10/05/2014	Aguardando
32	Artur da Silva de Moraes	07/07/2014	Aguardando
33	Luany Moraes da Silva	06/05/2014	Aguardando
34	Julia de Melo Ferreira	30/04/2014	Aguardando
35	Caroline Porto Ramos	24/04/2014	Aguardando
36	Thomas Rabelo Ferreira	15/05/2014	Aguardando
37	Valentina Andolfato Rosa	24/04/2014	Aguardando
38	Mateus Becker Cardoso	24/05/2014	Aguardando
39	João Pedro K. de Oliveira	02/05/2014	Aguardando
40	Brayan Madeira	01/04/2014	Aguardando
41	Paola Santana Lima	08/07/2014	Aguardando
42	Pietro Santana Lima	08/07/2014	Aguardando
43	Lorena Lemes de Brito	11/05/2014	Aguardando
44	Pedro Lucas Nazario	07/06/2014	Aguardando
45	Sara Cardoso Rodrigues	06/10/2014	Aguardando
46	Nicoli dos Santos da Silva	08/05/2014	Aguardando
47	Valentina Andrade Ferreira	08/05/2014	Aguardando
48	Arthur Monteiro da Silva	28/03/2014	Aguardando
49	Francisco Brum Morales	30/10/2014	Aguardando
50	Vitor Boaventura dos Santos	26/01/2015	Aguardando
51	Davi Jacques Giacomelli	23/07/2014	Aguardando
52	Paloma de O. do Nascimento	20/10/2014	Aguardando
53	Àgatha de Andrade de Souza	05/07/2014	Aguardando
54	Leo Pedro Teixeira	18/04/2014	Aguardando
55	Nicole M. Schaidt Martins	07/05/2014	Aguardando
56	Joao Vittor Miranda das Neves	14/06/2014	Aguardando
57	Hyago Sipriano da Silva	05/06/2014	Aguardando
58	Natalia Scherer da Luz	22/01/2015	Aguardando
59	-Millena Peres	28/11/2014	Aguardando
60	Anelise de A. dos Santos	25/05/2014	Aguardando
61	Sophia Merencia de Jesus	31/07/2014	Aguardando
62	Laura Varela E. Silva	22/05/2014	Aguardando
63	Lorena Krull	04/12/2014	Aguardando
64	Emanueli Luz da Silveira	12/06/2014	Aguardando
65	Artur Ribeiro Trentin	11/10/2014	Aguardando
66	Isadora Diel	05/12/2014	Aguardando
67	Isabela Diel	05/12/2014	Aguardando
68	Nataly Barbasa	26/03/2014	Aguardando
69	Valentina Costa M. Machado	19/03/2015	Aguardando
70	Davi Rafael Ramfeld	14/10/2014	Aguardando
71	Caio Barbosa da Silva	09/04/2015	Aguardando
72	Rafaeli de Lima Jordão	11/07/2014	Aguardando
73	Sophia Coutinho de Souza	28/09/2014	Aguardando
74	Luiza Rios da Silva	26/05/2014	Aguardando
75	Davi Luis M. Ericeira	23/02/2015	Aguardando
76	Paulo Henrique Schultes Pereira	23/01/2015	Aguardando
77	Carol Oenning da Silva	19/05/2014	Aguardando

Grupo 2



	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Maria Valentina da C. Minuzzi	26/08/13	Chamado
02	Pedro Ezequiel	22/11/13	Chamado
03	Bernardo da Silva Medeiros	12/11/2013	Desistiu da vaga
04	Alana Bernardo	03/07/2013	Desistiu da vaga
05	Luiz Gustavo Serafim	19/11/2013	Chamado
06	Pedro Oliveira de Souza	23/02/2014	Desistiu da vaga
07	Marcos César dos Santos	27/02/2014	Chamado
08	Mariáh Schmaedete	29/01/2014	Aguardando
09	Matheus Felipe Fernandes	03/08/2013	Aguardando
10	Nicole Lucas da Silva	08/07/2013	Aguardando
11	Vitor Silva Batistella	12/07/2013	Aguardando
12	Karina Tomaz Borges	13/11/2013	Aguardando
13	Miguel Ribeiro dos Santos	05/02/2014	Aguardando
14	Gustavo Ferreira Fernandes	07/03/2014	Aguardando
15	Eloá Alves dos Passos	18/03/2014	Aguardando
16	Gabriela J. Henrique	31/03/2014	Aguardando
17	Leonardo dos Santos Olímpia	10/07/2013	Aguardando
18	Ana Júlia P. da Silva	20/01/2014	Aguardando
19	Arthur Verges OTT	10/01/2014	Aguardando
20	Isabella da Silva Jeremias	08/04/2013	Aguardando
21	Beatriz Régis Eleoterio	21/06/2013	Aguardando
22	Ana Clara H. Fernandes	24/10/2013	Aguardando
23	Giovanna dos Santos Kuhn	07/05/2013	Aguardando
24	Vinícius Campigatte Oliveira	17/12/2014	Aguardando
25	Valentina Pereira w	23/02/2014	Aguardando
26	Bernardo Batista Rupel	01/11/2013	Aguardando
27	-Laura Souza de Jesus	30/08/2013	Aguardando
28	Artur Felipe z. dos Santos	08/04/2013	Aguardando
29	Richard César M. dos Santos	21/05/2013	Aguardando
30	Bernardo Arruda Paes	12/03/2014	Aguardando
31	Heloísa R. Alexandre	17/01/2014	Aguardando
32	Sophia Emanuelly dos S. Ferreira	30/04/2013	Aguardando
33	Eric Veda	09/05/2013	Aguardando
34	Letícia da Cunha Capitani	13/01/2014	Aguardando
35	Felipe Ferreira Fernandes	07/03/2014	Aguardando
36	Daniel Saldi dos Santos	08/06/2013	Aguardando
37	Hiago Cezar dos Santos	04/04/2013	Aguardando
38	Maria Vitória dos Santos	22/07/2013	Aguardando
39	Isabella de Lima	16/12/2013	Aguardando
40	Davi Costa S. Moret	02/07/2013	Aguardando
41	Miguel Ferreira Ramos	25/02/2014	Aguardando
42	Guilherme Shimitz Silva	01/05/2013	Aguardando
43	Pedro Alexandre Rodrigo	31/07/2013	Aguardando
44	Karoline W.da Silva	02/09/2013	Aguardando
45	Luiza Helena F.Kretzer	26/05/2013	Aguardando
46	Samuel Bento Beling	03/04/2013	Aguardando
47	Sara O.Rocha	01/01/2014	Aguardando
48	Davi R.Benazzi	03/01/2014	Aguardando
49	Ana Carolina Rafael	20/06/2013	Aguardando
50	Davi Aura Nunes da Silva	13/08/2013	Aguardando
51	Bernardo de Oliveira e Silva	12/02/2014	Aguardando
52	Valentina Paula Fortes	22/05/2013	Aguardando
53	Luis Felipe da Silva V.de Melo	12/06/2013	Aguardando
54	Renan da Silva de Oliveira	20/01/2014	Aguardando
55	Manuella Vitória S.Pereira	04/10/2013	Aguardando
56	João Henrique G.Rother	11/03/2014	Aguardando
57	Katnis Moreira Schutz	02/07/2013	Aguardando
58	Valentina Pires Porto	26/12/2013	Aguardando
59	Rafaella Amorim	04/10/2013	Aguardando
60	Ramón R.M.Zabel	21/04/2013	Aguardando
61	Arthur Lopes Silveira	26/10/2013	Aguardando
62	Elyeser Alencar Serio	26/06/2013	Aguardando

63	João Vitor dos S. Eugênio	22/12/2013	Aguardando
64	Helena Corrêa	15/01/2014	Aguardando
65	Higor Ribeiro da Silva	12/11/2013	Aguardando
66	Alice de Mello Duarte	06/11/2013	Aguardando
67	Davi Luiz Nunes Maraes	13/01/2014	Aguardando
68	Vitor Hugo Cardoso de Borda	30/01/2014	Aguardando
69	Poliana Aisha Gomes Uchôa	10/09/2013	Aguardando
70	Emanuelly da C. Queiroz	23/03/2013	Aguardando
71	Sofia Duarte Lima	29/06/2013	Aguardando
72	Maria Eduarda Muller Soreano	29/08/2013	Aguardando
73	Arthur Woff Borda	12/08/2013	Aguardando
74	Pedro Henrique Machado de Souza	14/05/2013	Aguardando
75	Vitor Gabriel da Silva	15/01/2014	Aguardando
76	Valentina Cardoso Rankel	19/03/2014	Aguardando
77	Eduardo da Silva	23/10/2013	Aguardando
78	Josué Lemes da Rosa	02/02/2014	Aguardando
79	Viviane de Jesus Junckes	13/10/2013	Aguardando
80	Alison da Costa Martins	16/02/2014	Aguardando
81	Lívia Maria Puga	17/02/2014	Aguardando
82	João Vitor Farias Caetano	01/07/2013	Aguardando
83	Náthanny Inacio Littke	01/12/2013	Aguardando
84	Caio Prada	23/05/2013	Aguardando
85	Analice C. Correa	14/03/2014	Aguardando
86	Maria Heolisa Castro Araújo	17/01/2014	Aguardando
87	Luiza Silva Rodrigues	08/03/2014	Aguardando
88	Samuel A. Dos Santos	17/04/2013	Aguardando
89	Laiz Eduarda de Souza Marques	12/11/2013	Aguardando
90	Isadora Amaral Arruda	25/03/2014	Aguardando
91	Antônio Goncalves	09/02/2014	Aguardando
92	Raisa Eduarda P. da Silveira	23/06/2013	Aguardando
93	Kamily Marcelino Lopes	18/11/2013	Aguardando
94	Julia Nascimento Nazario	19/06/2013	Aguardando
95	Erick Romanick Lemos Nunes	13/08/2013	Aguardando
96	Glaucos Braian	09/08/2013	Aguardando
97	Luiz Gustavo da Silva C. de Oliveira	06/12/2013	Aguardando
98	Alexandro A. Santos	31/05/2013	Aguardando

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Bernardo de Oliveira Fonseca	17/07/2012	Chamado
02	Rebecca Bambinette	13/02/2013	Aguardando
03	Kallew Machado de Jesus	17/08/2012	Aguardando
04	Pedro H.de Lima dos Santos	24/06/2012	Aguardando
05	Sofia Machado de Oliveira	18/04/2012	Aguardando
06	Sophia Xavier dos Santos	29/05/2012	Aguardando
07	Sophia Rodrigues	26/08/2012	Aguardando
08	Helena da S. de Oliveira	23/05/2012	Aguardando
09	Juliana Eger de Melo	11/04/2012	Aguardando
10	Anna Sofia Meurer	19/06/2012	Aguardando
11	Agatha da Silva de Oliveira	02/09/2012	Aguardando
12	Maria Julia Soares Duarte	09/05/2012	Aguardando
13	Emanuel Xavier Dutra	06/07/2012	Aguardando
14	Sophia Tomas de Souza	07/03/2013	Aguardando
15	Ana Carolina M.Bueno	25/02/2013	Aguardando
16	Tiffani de Oliveira dos Passos	12/06/2012	Aguardando
17	Beatrice Schulpup	14/09/2012	Aguardando
18	Yuri da S.Machado	13/01/2013	Aguardando
19	Willian Matias Kappes	25/09/2012	Aguardando
20	Emanuel Ferreira da Cruz	04/04/2012	Aguardando
21	Isabelle Martins Amaral	26/11/2012	Aguardando
22	Davi Gevaerd Rodrigues	07/08/2012	Aguardando
23	Ana Lívia de Lima de Oliveira	14/10/2012	Aguardando
24	Laura Neckel	13/03/2013	Aguardando

25	Eduardo Chollet Fonseca	30/06/2012	Aguardando
26	Matheus Kuster de Souza	16/07/2012	Aguardando
27	Júlia Costa Varella	15/11/2012	Aguardando
28	Maria Vitória P. da Rocha	25/02/2013	Aguardando
29	Arthur Claudia Farias	28/03/2013	Aguardando
30	Rian Silva de Souza	03/10/2012	Aguardando
31	Lucia Campos G. de For	19/09/2012	Aguardando
32	Hellen P. Schweitzer	05/06/2012	Aguardando
33	Asafe Gabriel Gomes	01/03/2013	Aguardando
34	Valeria de Farias da Luz	23/10/2012	Aguardando
35	Kauã M. Tompson	20/01/2013	Aguardando
36	Henrique Teixeira Behr	18/07/2012	Aguardando
37	Emanuel de Bastos Goulart	29/10/2012	Aguardando
38	Luis Felipe da S. Barbosa	28/02/2013	Aguardando
39	Gabriel F. Pompeu Silva	17/11/2012	Aguardando
40	Ezequiel Guilerme Coutinho	16/10/2012	Aguardando
41	Victor Gustavo N. Alves	30/09/2012	Aguardando
42	Nathyele dos S. da Silva	18/09/2012	Aguardando
43	Emily da Costa Cantú	05/08/2012	Aguardando
44	Enzo Gabriel de S. Gobbo	16/12/2012	Aguardando
45	Tiffany C. de M. Santos	13/03/2013	Aguardando
46	Luiz Adriano I. Júnior	20/04/2012	Aguardando
47	Victor Hugo Santos M. Da Silva	05/07/2012	Aguardando
48	Beatriz Fernandes Ventura	11/01/2013	Aguardando
49	Vinicius de Melo F. Martins	02/04/2012	Aguardando
50	Ariely T. C. da Silva	13/12/2012	Aguardando
51	Henzo Inácio Cândido	23/01/2013	Aguardando
52	Jéssica dos Santos Antônio	10/09/2012	Aguardando
53	Kevilin Ramona B. Ribeiro	08/10/2012	Aguardando
54	Ana Clara Machado Cardoso	17/04/2012	Aguardando
55	Pedro Henrique Souza	15/01/2013	Aguardando
56	Luiz Fernando Souza	15/01/2013	Aguardando
57	Maria Júlia Dias Ramos	18/11/2012	Aguardando
58	Isabelly Amarante Bernardo	16/06/2012	Aguardando
59	Fabio Davi Cardoso Rosa	06/10/2012	Aguardando
60	Alice Ribeiro Cardoso	17/04/2012	Aguardando
61	Denison Oliveira Ramos	17/10/2012	Aguardando
62	Maria Izadora Miranda das Neves	25/09/2012	Aguardando
63	Luiz Felipe Barbosa	28/02/2013	Aguardando
64	Emilly M. Eckmann	13/05/2012	Aguardando
65	Ana Clara Zabel Ferraz	19/05/2012	Aguardando
66	Ana Carolina Leal T. Matias	30/11/2012	Aguardando
67	Emily Da Costa Cantu	05/08/2012	Aguardando
68	Gabriel Coelho	12/04/2012	Aguardando
69	Gustavo R. dos santos	13/02/2013	Aguardando
70	Maely dos Santos da Costa	12/12/2012	Aguardando
71	Sara Ribeiro Guimarães	30/03/2013	Aguardando
72	Luany de Almeida Vieira	10/01/2013	Aguardando
73	Emille Pereira	08/08/2013	Aguardando
74	Viviane Assis de Oliveira	07/11/2012	Aguardando
75	Gabriel da Silva de Madeiros	09/11/2012	Aguardando
76	Miguel C. MendesGomes	24/04/2012	Aguardando
77	Isabelly Duarte Pereira	14/03/2013	Aguardando
78	Leonardo de Jesus Costa	21/06/2012	Aguardando

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Mateus Martins da Silva	17/05/2011	Chamado
02	Brenner Gabriel de Santana Gomes	25/11/2011	Chamado
03	Natally Trindade C. da Silva	10/07/2011	Chamado
04	Thalia Ferreira	04/04/2011	Não conseguimos Contato
05	Anna Júlia da Rosa	13/03/2012	Chamado
06	Marjorie O. Gonçalves	07/05/2011	Não conseguimos contato

07	Gleidson	16/07/2011	Não conseguimos contato
08	Pedro Gabriel de O. da Luz	17/06/2011	Chamado
09	Maria Eduarda Rios	30/07/2011	Chamado
10	kaio Nunes Rodrigues	20/02/2012	Chamado
11	Luiz Otavio Martins da Rosa	02/03/2012	Conseguiu vaga em outro CEI
12	Gustavo da silva Trindade	15/09/2011	Chamado
13	Sophia dos Santos	07/09/2011	Chamado
14	Amabily Nicoli Tavares	20/11/2011	Chamado
15	Paulo Ricardo da Silva	04/09/2011	Chamado
16	Cauã Prada	07/07/2011	Não conseguimos contato
17	Isabela Souza Andrade	25/09/2011	Chamado
18	Sarah Machado Correa	26/04/2011	Chamado
19	Gabrielle Orsolin Sperber	01/05/2011	Chamado
20	Sophia dos Santos da Silva	16/03/2012	Não necessita mais da vaga
21	Maria Clara Alves de Souza	16/06/2011	Não conseguimos contato
22	Isadora da Silva Ventura	11/05/2011	Conseguiu vaga em outro CEI
23	Maria Isadora F. Sangallete	05/12/2011	Não conseguimos contato
24	Gustavo de Moura	07/04/2011	Só tem interesse na vaga período integral.
25	Rodrigo Pierri Feres	28/07/2011	Chamado
26	Yasmim Sofia S. Chavier	08/12/2011	Aguardando

Grupo 5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Isabely Santos	06/12/2010	Não tem mais interesse na vaga.
02	Gabriela da Silva Prestes	09/10/2010	Chamado
03	Maria Heloisa S. Cunha	17/02/2011	Conseguiu vaga em outro CEI
04	Estephane C. de Queiroz	04/11/2010	Chamado
05	Miguel Raulina D. Fernandes	07/08/2010	Chamado
06	Ana Julia Prates	01/10/2010	Chamado
07	Maria Eduarda Souza	05/04/2010	Chamado
08	Sarah Ribeiro da Silva	22/05/2010	Chamado
09	Luiz Scott	02/04/2010	Não conseguimos contato
10	Kaique O. da Rosa	07/03/2011	Não conseguimos contato
11	Gabriel Hames Moura	11/10/2010	Não necessita mais da vaga
12	Elizabete Vitória Cardoso Rosa	27/10/2010	Não necessita mais da vaga
13	Thacylla Thays da Silva Barreto	14/08/2010	Não conseguimos entrar em contato
14	Gabrieli R. da Silva	06/12/2010	Não conseguimos entrar em contato
15	Ruan Tiago Pacheco Bueno da Luz	06/03/2011	Chamado
16	Gustavo Thaylor	08/08/2010	Aguardando
17	Yan Cassiano Pinheiro Pereira	23/06/2010	Aguardando
18	Jaqueline de Aguiar Necker	23/11/2010	Aguardando
19	Madson Silva Alex	26/02/2011	Aguardando
20	Vanessa Assis de oliveira	13/07/2010	Aguardando
21	Renan Gonçalves Zanini	11/02/2011	Aguardando
22	Sophia T. L. Dlowhy	25/11/2010	Aguardando
23	Isadora Costa Gonçalves	24/08/2010	Aguardando
24	Isadora Back dos Santos	20/03/2011	Aguardando
25	Kauan de Souza Gonçalves	10/08/2010	Aguardando
26	Pietro Porto Oliveira	22/05/2010	Aguardando
27	Samuel da Conceição Reis	24/01/2010	Aguardando
28	Daniel da Conceição Reis	24/01/2010	Aguardando
29	Kaike Marcelino	13/10/2010	Aguardando
30	Gabriely F. da Cruz	11/11/2010	Aguardando
31	Fabricio da Silva Barbosa Fagundes	20/02/2010	Aguardando
32	Lara H. Mendes da Silva	20/02/2011	Aguardando
33	Luiza Scotti da Silva	02/04/2010	Aguardando
34	Suelen Prudêncio Pereira	17/09/2010	Aguardando
35	Andresa Canuto da Silva	13/12/2010	Aguardando
36	Luca R. Rosa	12/02/2011	Aguardando

Grupo 6

	Criança	Data de Nascimento	Situação*
01	Nathan Brasil	06/07/2009	Chamado
02	Gabriel Henrique da Silva	01/02/2010	Chamado
03	Emanuel Rodrigues	02/09/2009	Chamado
04	Ana Luiza Barbosa	22/10/2009	Chamado
05	Barbara S. Cardoso	07/05/2009	Não conseguimos contato
06	Chaiane A. de Oliveira	12/09/2009	Chamado
07	Eduarda Gabriele	29/03/2010	Chamado
08	Joao Lucas N. Moraes	30/09/2009	Não precisa mais da vaga
09	Joao Pedro Nogueira	20/05/2009	Não conseguimos contato
10	Gustavo Aluisio de Oliveira	03/02/2010	Não tem interesse na vaga
11	Nicholas Yuri Tavares	21/03/2010	Chamado
12	Nataly Andriani Souza	11/08/2009	Chamado
13	Gabriela Oliveira	22/10/2009	Chamado
14	Anna Kelly Leite Fagundes	21/05/2009	Chamado
15	Neusa Beatriz Matias	10/06/2009	Não conseguimos contato
16	Kauane da Silva Dos Santos	19/04/2009	Não conseguimos contato
17	Matheus José da Silva Santos	18/03/2010	Chamado
18	Stefany Rosin de Oliveira	10/05/2009	Chamado
19	Davi Gabriel B. Andrade	06/11/2009	Chamado
20	Rauam Muniz Chapetta	17/01/2010	Aguardando

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Professora Maria Arlinda Cúrcio Dos Santos

Endereço: Rua Aloisio Helfonso Rosa, S/Nº- Serraria

Telefone: (48) 3258-4532

Diretora: Elenir Teresinha Bitencourt De Freitas

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GI	04 meses na matrícula	12	12	-	-	12
GII	01 ano a 01 ano e 11 meses	15	16	-	-	16
GIII - A	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	17	-	-	17
GIII - B		17	17	-	01	18
G - Misto		17	17	-	-	17
GIV	03 anos a 03 anos e 11 meses	21	18	02	02	22
GV	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	22	03	03	28
GVI - Mat.	05 anos a 05 anos e 11 meses	23	-	21	24	45
TOTAL				175		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GI	-
GII	-
GIII	-
GIV	01
GVI Mat.	02
GVI Vesp.	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo I

Nº	Criança	Período
01	Alice Regina Hilário	Integral
02	Ana Luiza Pereira Dutra	Integral
03	Ana Clara Lemos de Souza	Integral
04	Cristoffer Kaue da Silva	Integral
05	Daniel da Silva Ferreira	Integral
06	Emilly Nycole Pereira Guiniz Brum	Integral
07	Helen Valentina Bitencourt	Integral
08	Henzo Gabriel Meireles Pereira	Integral
09	Herick Trindade	Integral
10	Mariny Gabriela dos Santos	Integral
11	Nicolý Ferreira Silva da Rosa	Integral
12	Pedro Henrique dos Santos Mendes	Integral

Grupo II

Nº	Criança	Período
01	Amábilly Ramos Ribeiro	Integral
02	Andrew da Silva Amorim	Integral
03	Daniel Demétrio dos S. Barreto (Mandado de Segurança)	Integral
04	Emillyn dos Santos de Campos	Integral
05	Enzo Pomplona Oliveira	Integral
06	Felipe Demétrio dos Santos Barreto (Mandado de Segurança)	Integral
07	Gustavo de Castro da Silva	Integral
08	Laura Rodrigues Collaco	Integral
09	Lucas Demétrio dos Santos Barreto (Mandado de Segurança)	Integral
10	Lucas de Freitas Chaves	Integral
11	Pablo Cristiano Padilha	Integral
12	Pedro Henrique Coelho dos Anjos	Integral
13	Pyettro Hemanoel Borges	Integral
14	Sofia Amaral Brinhosa	Integral
15	Ticiany Verza Costa de Oliveira	Integral
16	Yasmim Emanuely Sampaio da Fonseca	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III - A

Nº	Criança	Período
01	Agatha Mikaele Bittencourt Nunes	Integral
02	Ana Kely Araujo de Souza	Integral
03	Beatriz Cecilia Lima	Integral
04	Danielle de Souza Fogaça	Integral
05	Eliezer de Lima de Mello	Integral
06	Giovanna Maria Gonçalves Cordeiro	Integral
07	Kaike da Silva Mendes	Integral
08	Kaíque Gabriel de Campos (veio do GII)	Integral
09	Kassiano Palmas de Oliveira	Integral
10	Kauã Gabriel de Campos	Integral
11	Kuan Manoel dos Santos	Integral
12	Laura Benfca Nunes	Integral
13	Maria Clara Oliveira do Prado	Integral
14	Samuel Batista Felipe	Integral
15	Sophia de Menezes Pereira	Integral
16	Valentina Krefta Fraga	Integral
17	Yan César Perusso da Silva	Integral
	Wesley Lohan de Campos de Lima	Desistente
	Alice Valerio Cardoso (Foi para o GIII - B vesp.)	

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III – B

Nº	Criança	Período
01	Alice Valério Cardoso (Veio do GIII - A)	Vespertino
02	Alicya Isabelli Morais Pulli	Integral
03	Arthur Rodrigo dos Santos	Integral
04	Bianca Mafra Leal	Integral
05	Camilly Eduarda Souza	Integral
06	Erick da Rocha Marcelino	Integral
07	Geovanna Catheryne Vieira Quint	Integral
08	Gracyelly Castro Ribeiro	Integral
09	Ícaro Reis Ferreira	Integral
10	Isabelly Karolina Oliveira dos Santos	Integral
11	Isaque Adriano Soares Vaz	Integral
12	Kaique Curcio de Oliveira	Integral
13	Luiz Gustavo Alves de Quadros	Integral
14	Maria Gabriela dos Santos Pontes	Integral
15	Manoella Victoria Santos do Amaral	Integral
16	Nicolay Mafra Leal	Integral
17	Renata Ferreira da Cruz	Integral
18	Taina Pereira da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto

Nº	Criança	Período
01	Arthur Vingla dos Santos	Integral
02	Benício Inácio da Silva	Integral
03	Bernardo Luz	Integral
04	Daniel Andrade Alencar	Integral
05	Davi Luca de Oliveira dos Santos	Integral
06	Gabrielly Libânia Aguiar dos Santos	Integral
07	Henrique Albuquerque Pedrosa Valenga	Integral
08	Isabella Muller Rodrigues Vargas	Integral
09	João Henrique Gonçalves Taborda	Integral
10	Kevin Pereira Costa	Integral
11	Lauhan de Mattos Cardoso	Integral
12	Maria Eduarda Alves Barbosa	Integral
13	Maria Eduarda Bittencourt de Oliveira	Integral
14	Mariana Almeida da Silva	Integral
15	Mateus Andrade Cavalheiro	Integral
16	Nicolas da Costa Carvalho	Integral
17	Vinicius Andrade dos Santos	Integral
	Ana Luiza dos Santos Lunkes	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

Nº	Criança	Período
01	Beatrice Souza de Moraes	Matutino
02	Beatriz Pacheco Ribeiro da Silva	Integral
03	Daniel Lopes de Moraes	Integral
04	Eduarda Lubian Lima	Matutino
05	Gilmar Teodoro Dahmer	Integral
06	Isaac Christian Martins de Souza	Integral
07	Isaac da Silva Vieira	Integral
08	João Francisco Mello Selhorst	Integral
09	Júnior Nunes da Silva	Integral
10	Kaiky Diogo Cipriano	Integral
11	Kennifer Vitória de Oliveira Dias da Luz	Integral
12	Laura dos Santos Barreto (Mandado de Segurança)	Integral
13	Lukas dos Santos	Vespertino

14	Marcos Gabriel Jorge Brandão Rigelo	Integral
15	Maria Eduarda Trindade	Integral
16	Mikaelly dos Santos de Sales	Integral
17	Murilo Pereira Erlo	Vespertino
18	Pedro Lucas Piqui dos Santos	Integral
19	Sarah Sofia da Silva Vieira	Integral
20	Victória da Silva	Integral
21	Vinícius Gomes da Luz	Integral
22	Yasmim da Silva Grassmann	Integral
	Gustavo Emanuel Lovera dos Santos	Desistente

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

Nº	Criança	Período
01	Ana Beatriz Sousa Araujo	Integral
02	Ana Carolini Valerio Cardoso	Vespertino
03	Anne Hellize Macedo Marinho	Integral
04	Bruno Henrique Alves	Integral
05	Carlos Eduardo Ventura Pires	Vespertino
06	Daniel Damasceno Santos	Matutino
07	Emanuel de Paulo Rosa	Integral
08	Henrique de Oliveira	Integral
09	Isabelly Paula de Oliveira Vieira	Integral
10	Joaquim Alves dos Santos	Integral
11	Joice da Silva Ferreira	Integral
12	Kamille dos Santos Fermiano	Integral
13	Laysa de Souza	Integral
14	Luiza dos Santos	Integral
15	Mateus Mokwa Custódio	Integral
16	Maysa Ruama Santos do Amaral	Integral
17	Miriã da Ressureição Santos	Integral
18	Moises Moreira Cavalheiro	Integral
19	Natacha de Castro Lemos	Integral
20	Nicollas Julio Ferreira Elias Silva	Integral
21	Paulo Roberto da Cruz Filho	Matutino
22	Pedro Henrique Rocha Ferreira	Integral
23	Rafaella Gotardo	Integral
24	Romulo Barbosa de Souza	Matutino
25	Valentina de Souza Inácio	Vespertino
26	Vitória Gabriela dos Santos	Integral
27	Vitória Gabriela Medeiros	Integral
28	Wagner Guilherme Sampaio Leite	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Matutino

Nº	Criança	Período
01	Ariele Vitória de Campos Back Cunha	Matutino
02	David Cabral de Oliveira	Matutino
03	Evanderson Paulo Bittencourt Junior	Matutino
04	Filipe Oliveira de Souza	Matutino
05	Gabriella Flores Dalla Rosa	Matutino
06	Jean Paulo Mello Dierings	Matutino
07	Jonathas dos Santos Silva	Matutino
08	Julia Guapiano	Matutino
09	Kaique Camargo de Jesus	Matutino
10	Keumy Martins da Costa Oliveira	Matutino
11	Lara dos Santos Bastos	Matutino
12	Luan Martins da Silva	Matutino
13	Lucas da Silva dos Anjos	Matutino
14	Manoella Boeno Soares	Matutino

15	Manoela de Jesus Silva	Matutino
16	Nicoli Desanti Monteiro	Matutino
17	Pietro Selias Vaz	Matutino
18	Rafael Rodrigues dos Santos	Matutino
19	Tainá Teixeira de Oliveira	Matutino
20	Víctor Gelson de Oliveira Vieira	Matutino
21	Yasmim Perusso Cardoso	Matutino
22	Marcos Gustavo Gonçalves	Desistente
23	Frederico Augusto Pereira dos Santos	Desistente

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

Nº	Criança	Período
01	Ana Júlia Alves dos Santos	Vespertino
02	Cristiano Ismael Laudelino Moraes	Vespertino
03	Eluana Vitória Amaral Neves	Vespertino
04	Evelyn Fidelis	Vespertino
05	Gabriel dos Santos	Vespertino
06	Gabriel Nazareno Fermiano Albino	Vespertino
07	Gabriela Rodrigues Fermiano	Vespertino
08	Guilherme Ramos Hauptli	Vespertino
09	Gustavo Carvalho	Vespertino
10	Herick Matos Ferreira	Vespertino
11	Isabela Nietzsche de Paula	Vespertino
12	Israel de Souza Ferreira	Vespertino
13	Kauã Mendes Silva	Vespertino
14	Luiz Antônio da Rocha	Vespertino
15	Mikael Richardy Pereira	Vespertino
16	Mirela Isene Pereira Erlo	Vespertino
17	Miriam Vitória da Luz Ferreira	Vespertino
18	Nycolas Pereira Cardoso	Vespertino
19	Rafaela Martins	Vespertino
20	Ryan Tonelli de Souza	Vespertino
21	Sofia Camargo Pereira	Vespertino
22	Vítor Gabriel da Silva	Vespertino
23	Vitória de Castro Costa	Vespertino
24	Willian Gabriel Pereira Dutra	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 1

Nº	Criança	Nascimento	Situação
-	Ana Clara Lemos de Souza	16/09/2014	Já foi chamada
01	Sofia Back de C. Cunha	10/10/2014	Aguardando vaga
02	Felippe de Mattos Cardoso	22/05/2014	Aguardando vaga
03	Sofhia Seara C. Fernandes	08/04/2014	Aguardando vaga
04	Luiza da Cunha Schueroff	14/05/2014	Aguardando vaga
05	Isabelly de Jesus Santos	05/04/2014	Aguardando vaga
06	Rayane Gomes Rhoden	26/08/2014	Aguardando vaga
07	Nicolle dos Santos da Costa	14/04/2014	Aguardando vaga
08	Arthur dos Santos de Moraes	02/08/2014	Aguardando vaga
09	Gabrielli Costa Nóbrega	03/04/2014	Aguardando vaga
-	Emilly Nycole Pereira Guiniz Brun	04/05/2014	Já foi chamada
10	Thamyris Souza da Silva	07/04/2014	Aguardando vaga
11	Calebe de Jesus Silveira	09/04/2014	Aguardando vaga
12	Pérola Michelle da S. Pereira	25/07/2014	Aguardando vaga
13	Diogo Fernandes Goulart	28/07/2014	Aguardando vaga
14	Cecília Almeida dos Santos	08/10/2014	Aguardando vaga
15	Sofia Amorim de Oliveira	22/10/2014	Aguardando vaga
16	Gabrielly da Silva Machado	22/04/2014	Aguardando vaga
17	Jullia Luiza Dias de Souza	01/05/2014	Aguardando vaga
18	Ana Clara Teixeira Sagaz	14/10/2014	Aguardando vaga

19	Arthur Gabriel A. de Souza	21/08/2014	Aguardando vaga
20	Lorenzo Quint Rachadel	23/06/2014	Aguardando vaga
21	Kaio Vinícius de Souza	29/04/2014	Aguardando vaga
22	Anderson Vinícius A. da Silva	24/04/2014	Aguardando vaga
23	Luiz Gustavo Moraes Estevão	02/09/2014	Aguardando vaga
24	Emanuel Henrick S. Amaral	10/04/2014	Aguardando vaga
25	Maria Luiza Lima Gomes	11/05/2014	Aguardando vaga
26	Diogo Silveira Amorim	09/04/2014	Aguardando vaga
27	Kaio Varela	07/09/2014	Aguardando vaga
28	Kauã Matheus Vasconcelos de Moraes	30/06/2014	Aguardando vaga
29	Emilly Toledo Siqueira	23/06/2014	Aguardando vaga
30	Emanuelle Valentina Lovera do Nascimento	22/06/2014	Aguardando vaga
31	Ryan Thalles da Silva	09/05/2014	Aguardando vaga
32	Muriel Gustavo de L. de Souza	22/04/2014	Aguardando vaga
33	Enzo Miguel Beato Ladik	17/12/2014	Aguardando vaga
34	Isabela Verza G. de Oliveira	04/09/2014	Aguardando vaga
35	Nicolly Zonta Chagas	25/08/2014	Aguardando vaga
36	Eduarda Gabrielly de Lima Vieira Ferreira	06/09/2014	Aguardando vaga
37	Paulo de Oliveira	04/06/2014	Aguardando vaga
38	Heitor Branco Gilson	29/09/2015	Aguardando vaga
39	Arthur Feck Pereira	26/10/2014	Aguardando vaga
40	Gabriel Dias de Souza	29/06/2014	Aguardando vaga
41	Enzo Bueno Mendes	07/12/2014	Aguardando vaga
42	Kauã Campos dos Santos	22/11/2014	Aguardando vaga
43	Miguel Arthur da Rosa dos Santos	09/12/2014	Aguardando vaga
44	Larissa Mendes Ourique	12/12/2014	Aguardando vaga
45	Maria Clara da Silva	20/11/2014	Aguardando vaga
46	João Gabriel Villa de Araújo Gromovski	05/05/2014	Aguardando vaga
47	Nicolly de Lima de Mello	06/01/2015	Aguardando vaga
48	Izabel Vieira Dutra	14/01/2015	Aguardando vaga
49	Maria Clara Felix Passos	30/01/2015	Aguardando vaga

Grupo II

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Ana Alice Schmitz de Souza (prioridade)	18/02/2014	Aguardando vaga
02	Francielly dos Santos de Sales (prioridade)	06/05/2013	Aguardando vaga
03	João Gabriel de Paulo Rosa (prioridade)	19/09/2013	Aguardando vaga
04	Larissa Manoela Bernardina (prioridade)	02/01/2014	Aguardando vaga
05	Maria Aparecida R Machado (prioridade)	16/02/2014	Aguardando vaga
06	Jhonatan Daniel Rodrigues de Oliveira	19/06/2013	Aguardando vaga
07	Gabriela Ferreira Borges	15/07/2013	Aguardando vaga
08	Kelita Vitória Soares Antunes	05/12/2013	Aguardando vaga
09	Estevão de Moura	01/04/2013	Aguardando vaga
10	Isabeli Conatto Rodrigues dos Santos	28/10/2013	Aguardando vaga
11	Sophia Lorena Silva Rischter	28/07/2013	Aguardando vaga
-	Felipe Demétrio dos Santos Barreto	19/12/2013	Foi chamado Mandado de segurança
12	Isabela Moraes Andrade	06/05/2013	Aguardando vaga
13	Gabriela Amorim	20/07/2013	Aguardando vaga
14	Mayara Laura Rauber	17/10/2013	Aguardando vaga
15	Emilly Alves do Amaral	10/04/2013	Aguardando vaga
16	Derick Eduardo da Luz	01/06/2013	Aguardando vaga
17	Victoria Fortes de araujo	09/01/2014	Aguardando vaga
18	Rafael Felipe Pereira	27/08/2013	Aguardando vaga
19	Lavínia Cabral Ramos	10/02/2014	Aguardando vaga
20	Daniel Demétrio dos Santos Barreto	19/12/2013	Foi chamado Mandado de segurança
21	Felipe Roberto da Silva	08/06/2013	Aguardando vaga
22	Isadora Antonia Pedroso	12/04/2013	Aguardando vaga
23	Sophia Pereira Gonçalves	28/05/2013	Aguardando vaga
24	Paulo Goudel Hauptli Neto	06/10/2013	Aguardando vaga
25	Rafael de Lima de Alencar	27/10/2013	Aguardando vaga
26	Isabelly Lorena Camargo Pegoraro	22/06/2013	Aguardando vaga
27	Gabriel Henrique Pereira	27/08/2013	Aguardando vaga

28	Nicolas Bernardo Ribeiro	18/08/2013	Aguardando vaga
29	Yuri Valdir Esteres da Silva	25/11/2013	Aguardando vaga
30	Flávia de Lima dos Santos	25/07/2013	Aguardando vaga
31	Lucas Demétrio dos Santos Barreto	19/12/2013	Foi chamado Mandado de segurança
32	Alice Gomes da Luz	05/06/2013	Aguardando vaga
33	Breno Grisard Matias	21/02/2014	Aguardando vaga
34	Davi Lucas Rodrigues Pereira	10/06/2013	Aguardando vaga
35	Lorran Santiago Santa'Ana	08/11/2013	Aguardando vaga
36	Johny Henrique Lopes Telles	06/09/2013	Aguardando vaga
37	Davi Leonardo Zuchi de Luna	10/05/2013	Aguardando vaga
38	Arthur Macedo Ferreira	18/03/2014	Aguardando vaga
39	Júlia Knoll Kempfer	10/01/2014	Aguardando vaga
40	Miguel Campos Schmitt	24/04/2013	Aguardando vaga
41	Bernardo Ariel Vieira	04/07/2013	Aguardando vaga
42	Rhuben Barros Feitoza de Sá e Silva	22/01/2014	Aguardando vaga
43	Perséfany Batista Lopes	06/10/2013	Aguardando vaga
44	Kaio Henrique de Souza	10/03/2014	Aguardando vaga
45	Maurício Severo de Lima	12/08/2013	Aguardando vaga
46	Davi Laurindo Gomes	04/06/2013	Aguardando vaga
47	Miguel Luiz Corrêa	18/09/2013	Aguardando vaga
48	Henrique de Jesus Velho	07/05/2013	Aguardando vaga
49	Levi Matos dos Santos	03/10/2013	Aguardando vaga
50	Miguel Rodrigues Noroefé	27/07/2013	Aguardando vaga
51	Gabriel Machado	24/12/2013	Aguardando vaga
52	Laura Rosa Falkowski de Oliveira	16/02/2014	Aguardando vaga
53	Michel Souza de Melo	17/01/2014	Aguardando vaga
54	Maria Antonia Tonial Eli	07/03/2014	Aguardando vaga
55	João Pedro Silva dos Santos	06/06/2013	Aguardando vaga
56	Ruan Pierry da Silva C Chaves	18/08/2013	Aguardando vaga
57	Nathalya Colombo Monteiro Machado	18/05/2013	Aguardando vaga
58	Yan Livramento da Silva	26/11/2013	Aguardando vaga
59	Hellena Westphal Valgas	03/10/2013	Aguardando vaga
60	Ana Clara da Silva Lima	10/03/2014	Aguardando vaga
61	Hector Grisard Matias	21/02/2014	Aguardando vaga
62	Arthur Gabriel Sagaz Belo	06/06/2013	Aguardando vaga
63	André Jorge Brandão	19/07/2013	Aguardando vaga
64	Isabelly Ramos Belo	26/07/2013	Aguardando vaga
65	Vanessa Brunetti dos Santos	10/04/2013	Aguardando vaga
66	Cecília de Castro	30/12/2013	Aguardando vaga
67	Davi Lukas Ferreira dos Santos	29/05/2013	Aguardando vaga
68	Eduarda Botelho de Oliveira	26/04/2013	Aguardando vaga
69	Alice Antonia de Matos Boeno	15/06/2013	Aguardando vaga
70	Bernardo Davi Costenaro Pinto	01/01/2014	Aguardando vaga
71	Carlos Eduardo Antunes Pinto	04/10/2013	Aguardando vaga
72	Isabella Vitória da Silva	25/10/2013	Aguardando vaga
73	Ana Clara Cristina da Silva	14/08/2013	Aguardando vaga
74	Lara Mariah Coelho	11/11/2013	Aguardando vaga
75	Vitória Maria Teixeira de Souza	01/04/2013	Aguardando vaga
76	Thiago Bitencourt Araujo	25/04/2013	Aguardando vaga
77	Emanoel Antonio Ramos Abrahão	15/07/2013	Aguardando vaga
78	Israel Alexsander Silva	19/04/2013	Aguardando vaga
79	Alexia Nichele dos Santos	01/11/2013	Aguardando vaga
80	Arthur Guilherme da Silva	26/09/2013	Aguardando vaga
81	Braio dos Santos Pereira Fão	29/09/2013	Aguardando vaga
82	Joana de Oliveira Cardoso	22/09/2013	Aguardando vaga
83	Gabriely Alves dos Passos da Silva	04/01/2013	Aguardando vaga
84	Isabela Ramos dos Santos	06/10/2013	Aguardando vaga
85	José Victor Machado Aguiar	19/05/2013	Aguardando vaga
86	Luccas Pinheiro	23/01/2014	Aguardando vaga

Grupo III

Nº	Criança	Nascimento	Situação
-	Maria Clara Oliveira do Prado	01/02/2013	Foi chamada

01	Lívia Fraga Alexandre	28/05/2012	Aguardando vaga
02	Igor Caetano da Silva Santos	10/05/2012	Aguardando vaga
03	Nicollas Roberto de Freitas da Silva	03/07/2012	Aguardando vaga
04	Stephany Lima Macedo	25/02/2013	Aguardando vaga
05	Maria Alice Fini	17/11/2012	Aguardando vaga
06	Maria Beatriz de Paula Cardoso	19/01/2013	Aguardando vaga
07	Rafael Kleim Furtado da Silva	23/11/2012	Aguardando vaga
08	Igor Wessler da Silva	19/07/2012	Aguardando vaga
09	Lucas Flores Dalla Rosa	16/11/2012	Aguardando vaga
10	Gabrielly de Souza Mecking	11/09/2012	Aguardando vaga
11	Ruan Gustavo Lopes Moreira	30/06/2012	Aguardando vaga
12	Maria Júlia do Prado Nogueira	06/08/2012	Aguardando vaga
13	Isabela Romão	02/06/2012	Aguardando vaga
14	Higor da Silva Keoma de Paula	02/09/2012	Aguardando vaga
15	Júlia Vitória Machado	14/02/2013	Aguardando vaga
16	Alice Rhoden de Freitas	11/08/2012	Aguardando vaga
17	Alice Mendonça de Oliveira	30/10/2012	Aguardando vaga
18	Rayane da Silva Schultz Barbosa	14/01/2013	Aguardando vaga
19	Endiel Gabriel de Lima dos Santos	12/12/2012	Aguardando vaga
20	Robson Savedra Júnior	05/08/2012	Aguardando vaga
21	Victor William Gomes dos Santos	30/07/2012	Aguardando vaga
22	Vinícius Chagas da Rosa	21/01/2013	Aguardando vaga
23	Pedro Murilo Bonem da Silva	29/12/2012	Aguardando vaga
24	Letícia Barbosa de Souza Martins	02/02/2013	Aguardando vaga
25	Lucas Chaves Miguel	10/06/2012	Aguardando vaga
26	Cristian Machado Fonseca	17/02/2013	Aguardando vaga
27	Larissa Rodrigues da Luz	05/04/2012	Aguardando vaga
28	Kaylane Araújo Campos	03/01/2013	Aguardando vaga
29	Ana Carolina Medeiros Amaral	26/12/2012	Aguardando vaga
30	Manoela Rodrigues Cruz	18/11/2012	Aguardando vaga
31	Jenifer Gregório	20/02/2013	Aguardando vaga
32	Sofia Reginato Colpani	12/09/2012	Aguardando vaga
33	Maisa Roberto da Silva	20/05/2012	Aguardando vaga
34	Camila Vitória Oliveira da Rosa	09/06/2012	Aguardando vaga
35	David Lopes de Souza	01/06/2012	Aguardando vaga
36	Emanuelly Coelho Ribeiro	26/05/2012	Aguardando vaga
37	José Fernando Correa Tegnher	14/09/2012	Aguardando vaga
38	Maria Clara de Paula	17/12/2012	Aguardando vaga
39	Thiago Henrique Ramos dos Santos	10/04/2012	Aguardando vaga
40	Kauan Roberto de Lima	07/11/2012	Aguardando vaga
41	Pedro Henrick Felles Machado	17/02/2013	Aguardando vaga
42	Thais Pereira	17/05/2012	Aguardando vaga
43	Gabriel Einsfeld Martins	22/10/2012	Aguardando vaga
44	Davi Cardoso Rocha	10/02/2013	Aguardando vaga
45	Henrique Quint Rachadel	03/08/2012	Aguardando vaga
46	Carlos Rafael Borges Moreira	10/03/2013	Aguardando vaga
47	Wenddel Gabriel Zorzi Agarriberri	07/01/2013	Aguardando vaga
48	Ysmael dos Santos Pereira	01/11/2012	Aguardando vaga
49	Miguel José dos Santos	01/04/2012	Aguardando vaga
50	Arielly de Oliveira	05/09/2012	Aguardando vaga
51	Gabriela Ferreira Pereira	08/07/2012	Aguardando vaga
52	Heloísa dos Santos Pereira	07/11/2012	Aguardando vaga
53	Enzo Pereira do Espírito Santo	24/04/2012	Aguardando vaga
54	Júlia Beatriz da Silva Ramos	01/11/2012	Aguardando vaga
55	Yasmim Garcia Pelizzoni de Souza	04/07/2012	Aguardando vaga
56	Davi Mendes Bopsin	08/01/2013	Aguardando vaga
57	Livia Borges	25/08/2012	Aguardando vaga
58	Beatryz Goulart de Souza	16/09/2012	Aguardando vaga
59	Murilo Kmetzsch Ortiga	20/08/2012	Aguardando vaga
60	Iasmim dos Santos Pereira	27/07/2012	Aguardando vaga
61	Miguel Ferreira da Costa	24/03/2013	Aguardando vaga
62	Otávio Viera Machado	09/10/2012	Aguardando vaga
63	Pedro da Silva Assis	18/10/2012	Aguardando vaga
64	Luiz Otávio Correa da Cruz	28/05/2012	Aguardando vaga

65	Davi Pinheiro	19/08/2012	Aguardando vaga
----	---------------	------------	-----------------

Grupo IV

Nº	Criança	Nascimento	Situação
-	Mariana Almeida da Silva	23/08/2011	Foi chamada
-	Keli Soares Antunes	12/05/2011	Desistente
-	Arthur Vingla dos Santos	21/01/2012	Foi chamado
-	Gabrielly Libânia Aguiar dos Santos	08/10/2011	Foi chamada
-	Vinicius Andrade dos Santos	26/01/2012	Foi chamado
-	Evelyn Suyane Gonçalves Novais	25/03/2012	Desistente
-	Beatrice Souza de Moraes	04/04/2011	Foi chamada
-	Eduarda Lubian Lima	01/05/2011	Foi chamada
01	Pyetro Batista Lopes	06/09/2011	Aguardando vaga
02	Stephany dos Santos de Moraes	30/05/2011	Aguardando vaga
03	Davi Lucas Gonçalves de Abreu	03/04/2011	Aguardando vaga
04	Cristian Wesley Pereira Gonçalves	03/08/2011	Aguardando vaga
05	Ana Cecília Severino	27/07/2011	Aguardando vaga
06	Yasmim Kemer dos Santos	30/08/2011	Aguardando vaga
07	Cauê Carlos da Silva	26/03/2012	Aguardando vaga
08	Samara Kauany Rodrigues Silverio	28/05/2011	Aguardando vaga
09	João Pedro Wilson Rosa Fernandes	26/12/2011	Aguardando vaga
10	Josué Adriano Soares Vaz	29/11/2011	Aguardando vaga
11	Vitória de Aguiar Pereira	12/03/2012	Aguardando vaga
12	Ana Paula Andrade Pereira	24/07/2011	Aguardando vaga
13	Vinicius da Silva Florindo	01/06/2011	Aguardando vaga
14	João Henrique Vaz Lima	21/01/2012	Aguardando vaga
15	Marianny de Oliveira Silva	22/03/2012	Aguardando vaga
16	Laura dos Santos Barreto	31/08/2011	Aguardando vaga
17	Pedro Henrique Miranda da Silva	07/01/2012	Aguardando vaga
18	Ágatha Ribeiro Silva	30/01/2012	Aguardando vaga
19	Alandones de Castro Lessa Junior	17/04/2011	Aguardando vaga
20	Acsa de Castro Souza Claro	03/06/2011	Aguardando vaga
21	Yago Gabriel Libramento da Silva	11/02/2012	Aguardando vaga
22	Vicente Bozzano Gouveia	31/01/2012	Aguardando vaga
23	Ana Julia Oliveira da Costa	12/08/2011	Aguardando vaga
24	Victor Becker Riedel	01/02/2012	Aguardando vaga
25	Manuely Ferreira dos Santos	06/10/2011	Aguardando vaga
26	Pedro Henrique Espindola Pagani	21/02/2012	Aguardando vaga
27	Lucas Livramento Pedreira	15/05/2011	Aguardando vaga
28	Victória Garcia Paulino	06/05/2011	Aguardando vaga
29	Kaique Hiury da Silva	12/05/2011	Aguardando vaga
30	Marielly Ferreira dos Santos	06/10/2011	Aguardando vaga
31	Guilherme Siqueira	22/03/2012	Aguardando vaga
32	Théo Machado de Souza Costa	28/11/2011	Aguardando vaga
33	Victor Hugo da Silva	08/03/2011	Aguardando vaga
34	Erick Gabriel de L. V. Ferreira	23/01/2012	Aguardando vaga
35	Flávio Gabriel Pereira Lima	28/09/2011	Aguardando vaga

Grupo V

Nº	Criança	Nascimento	Situação
-	Joice da Silva Ferreira	22/04/2010	Já foi chamada
01	Kevin Gilberto Bonem da Silva	07/04/2010	Aguardando vaga
-	Jean Paulo Mello Dierings	20/09/2010	Já foi chamado
02	Lucas Braga Faria	08/02/2011	Aguardando vaga
03	Matheus Bernardo Rosa	22/12/2010	Aguardando vaga
-	Manoella de Jesus Silva	27/06/2010	Já foi chamado
-	Gabriella Flores Dalla Rosa	03/01/2011	Já foi chamada
-	Filipe Oliveira de Souza	13/04/2010	Já foi Chamado
04	Hágata Gabriela Moraes Martins	30/06/2010	Aguardando vaga
05	Beatriz Valentina Silveira	24/06/2010	Aguardando vaga
06	Arthur Turossi Santiago	31/12/2010	Aguardando vaga
07	Miguel Amaral da Silva	22/11/2010	Aguardando vaga
08	Jovanna Chaves Toledo Dedeco	15/03/2011	Aguardando vaga
09	Rafael de Almeida Freitas	15/01/2011	Aguardando vaga

10	Ana Clara Dias de Almeida	05/03/2011	Aguardando vaga
11	Gustavo Sabino Stein	10/05/2010	Aguardando vaga
-	Paulo Roberto da Cruz Filho	01/10/2010	Já foi chamado
12	Kaio da Silva Meneghel	09/11/2010	Aguardando vaga
13	Nicoli Desanti Monteiro	18/06/2010	Aguardando vaga
14	Kauan Victor de Sales	04/01/2011	Aguardando vaga
15	Gabrielli Sales Costa	10/07/2010	Aguardando vaga
16	Yasmin Grossmann Carneiro	13/11/2010	Aguardando vaga
17	João Pedro Silva da Rosa	05/11/2010	Aguardando vaga
18	Maria Francieli Lopes de Souza	04/03/2011	Aguardando vaga
19	Nicolas Bongioio Guse	17/08/2010	Aguardando vaga
20	Arthur Amorim de Oliveira	18/09/2010	Aguardando vaga
21	Vitor Gabriel Santos de Mattos	18/04/2010	Aguardando vaga
22	Beatriz Vitória Moraes da Silva	17/02/2011	Aguardando vaga
23	Sophia Lima de Souza	18/12/2010	Aguardando vaga
24	Romulo Barbosa de Sousa	02/06/2010	Aguardando vaga
25	Daniel Damasceno Santos	04/07/2010	Aguardando vaga
26	Isabelli Soares Marques	23/02/2011	Aguardando vaga
27	Maria Eduarda Rodrigues dos Reis	14/05/2010	Aguardando vaga
28	Kauany Vitória Bitencourt Araújo	31/03/2011	Aguardando vaga
29	Pietro Napi dos Santos	13/04/2010	Aguardando vaga
30	Quérem Alessandra Silva	06/03/2011	Aguardando vaga
31	Júlia de Oliveira Cardoso	08/04/2010	Aguardando vaga
32	Maria Luiza Lang	27/12/2010	Aguardando vaga
33	Sarah Silva Evangelista	05/03/2011	Aguardando vaga

Grupo: G VI

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Isadora Lara Turatto	28/04/2009	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Professora Regina Bastos
 Endereço: Rua José Rafael Freitas de Melo, s/nº - Bairro Areias
 Telefone: (48) 3346-1029
 Diretora: Alcina da Silva e Souza

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
1	4m a 1a	12	11	01	01	13
2	1 a 2 anos	15	15	-	-	15
3 - A	2 a 3 anos	17	17	-	-	17
3 - B	2 a 3 anos	17	17	-	-	17
4 - A	3 a 4 anos	20	20	-	-	20
4 - B	3 a 4 anos	20	17	02	03	22
5	4 a 5 anos	20	19	01	01	21
6 (misto) Matutino	4 a 6 anos	21	-	21	-	21
6 (misto) Vespertino	4 a 6 anos	21	-	-	21	21
TOTAL	116	25	26	167		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
1	-
2	-
3 - A	-
3 - B	-
4 - A	-
4 - B	-

5	-
6 (misto) - Matutino	-
6 (misto) - Vespertino	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Ana Clara Da Silva Fauth Siqueira	Integral
02	Beatriz Ribeiro	Integral
03	Kaio Vinicius P. De Souza	Integral
04	Isadora Gabriele Lino	Integral
05	Leonardo Santana Fraga	Integral
06	Miguel Zimmermann Santos	Integral
07	Nicolas Hilario Mendes	Integral
08	Théo De Oliveira Lopes	Integral
09	Vítor Eduardo De Mattos Vieira	Integral
10	Yasmin Baron Da Cunha	Integral
11	Lucas Kaua De A. Ribeiro	Integral
12	Arthur Weber Monteiro	Vespertino
13	Miguel Elias De Castro	Matutino

Grupo 2

	Criança	Período
01	Arthur José De Aquino	Integral
02	Aysha Rosa Garcia	Integral
03	Ana Júlia Ventura De Oliveira	Integral
04	Gabriel Braga De Jesus	Integral
05	Gabriel Barros Carcelim	Integral
06	Luiz Fernando Dos Santos	Integral
07	Luíza Athanázio	Integral
08	Lucas Raphael Honorato	Integral
09	Lucas Ribeiro Lima	Integral
10	Lucas Steiner Fernandes	Integral
11	Maria Greicielle Amarante Moreira	Integral
12	Miguel Francisco Dias Cardoso	Integral
13	Miguel Da Rocha Petry	Integral
14	Thiago Henrique Evangelista Dos Santos	Integral
15	Sofia Silveira Minosso	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 - A

	Criança	Período
01	Arthur Martins Leite	Integral
02	Ben Hur Da Silva Antunes	Integral
03	Benício Teixeira Mendes	Integral
04	Bernardo Lima De Oliveira	Integral
05	Eloisa Da Silva Moreira	Integral
06	Enzo Filipe Silva	Integral
07	Gabriel Florêncio	Integral
08	Grizel Jolie Araújo Da Silva Sousa	Integral
09	Heloísa Christina Ferreira	Integral
10	Izabella Cristina Martins	Integral
11	Kamila De Mello Gomes	Integral
12	Maria Eduarda Alves Barbosa	Integral
13	Maria Fernanda Anselmo	Integral
14	Maria Izabel Conti Valentim	Integral
15	Rayanne Gonçalves Vieira	Integral
16	Victor De Oliveira Pole	Integral
17	Carolina Lange De Jesus	Integral

Grupo 3 - B

	Criança	Período
01	Antony Alencar Da Silva	Integral
02	Alice Pereira Soares	Integral
03	Alexsandro Vieira	Integral
04	Davi Lopes Ribeiro	Integral
05	Davi Dos Santos Cardoso	Integral
06	Davi Krefta Gomes De Almeida	Integral
07	Enzo Homem Barbosa	Integral
08	Isabelly De Andrade Da Rosa	Integral
09	Nathan Ortega Silva	Integral
10	Ramom Souza Costa	Integral
11	Sofia Cardoso Dos Santos	Integral
12	Sophia Imhoff De Menezes	Integral
13	Gabriel Barrim Ongaratto Da Silva	Integral
14	Laís Gabriella Da Silva F. Siqueira	Integral
15	Letícia Rosa Medeiros	Integral
16	Laura Castilho Reis	Integral
17	Helena Castilho Reis	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 – A

	Criança	Período
01	Amanda T. Laus Dos Santos	Integral
02	Beatriz Da Silva Rosa	Integral
03	Beatriz Dutra De Amorim	Integral
04	Nívia Maria De Souza Dutra	Integral
05	Emilly Dos Santos Oliveira	Integral
06	Rafaela Meira Da Cruz	Integral
07	Gabrielly Dos Santos Moreira	Integral
08	Hiuri Vieira Maciel	Integral
09	Luiz Ricardo Guerreiro Da Silva	Integral
10	Murilo De Oliveira Pole	Integral
11	Nicolas De Paula Batista	Integral
12	Pietro Nascimento Corrêa	Integral
13	Radamés Raynan F. Bagestan	Integral
14	Pedro Henrique A. Platen	Integral
15	Maria Eduarda Camila Da Silva	Integral
16	Jhenyfer Ribeiro Hass De S.	Integral
17	Vinicius Andrade Barcelos	Integral
18	Henrique Schimitz De Andrade	Integral
19	Matheus Do Nascimento De Souza	Integral
20	Victor Horokoski Dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - B

	Criança	Período
01	Valentina Luiza Dos Santos	Integral
02	Lucas Davi Blasius Souza	Integral
03	João Petruka Neto	Integral
04	Ana Luiza Borges De Lima	Integral
05	Kauê Bombazaro	Integral
06	Valentina Da Silva Kloeppel	Integral
07	Lucas Marcelino Martins	Integral
08	Ana Rosa Silveira	Integral
09	Ana Yasmin Belém De Castro	Integral
10	Júlia Victória Antoniazzi	Integral
11	Davi Luiz Moreira Barcelos	Integral
12	Felipe Gasparini Tramutula	Integral

13	Luiz Otávio Godinho Mendonça	Integral
14	Victória Alves De Oliveira	Integral
15	Vinicius Brayan S. Da Conceição	Integral
16	Vitor Carvalho Da Rosa	Integral
17	Felipe Alexandre De O. Ovinski	Vespertino
18	Vitor Kremer Lima	Integral
19	Renan Rodrigo De Souto	Matutino
20	Renan W. Tribess	Vespertino
21	Sophia Marcolino Mallet	Vespertino
22	Vitória De Freitas	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Kniss Faria	Integral
02	Antônio Fernando Da S. Silva	Integral
03	Alice Jiefensee Alexandre	Integral
04	Alice Silveira Minosso	Integral
05	Arthur Bittencourt Teixeira	Integral
06	Brenda Gonçalves De Souza	Integral
07	Davi Ongaratto	Integral
08	Deivid Da Silva Oliveira	Integral
09	Izabel Franciny Pereira Vargas	Integral
10	Isabela Gonçalves De Souza	Integral
11	Isabelli Barrim Ongaratto	Integral
12	Isadora Rosa Medeiros	Integral
13	Junior De Farias De Oliveira	Integral
14	Louise Raitz Schutz Mendes	Vespertino
15	Luiza Wisbeck Camacho	Integral
16	Mariana Gainete Ramos	Integral
17	Maryah Farias Da Silva	Matutino
18	Paulo Ricardo Araújo	Integral
19	Rebeka Ramos Da Silva	Integral
20	Yúri Vieira Feitoza	Integral
21	Matheus Peterson De Miranda	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 - Matutino

	Criança	Período
01	Beatriz Reitz De Souza	Matutino
02	Davi Rodrigues De Andrade	Matutino
03	Eliana Dos Santos De Freitas	Matutino
04	Gabriel Nievinski Ribeiro	Matutino
05	Gabriel Mariano Do Nascimento	Matutino
06	Gabrielly Cristine Da Silva	Matutino
07	Rhariton Xavier Filho	Matutino
08	Davi Jose De Souza	Matutino
09	João Vitor Corrêa Ramos	Matutino
10	Maria Fernanda Borges De Lima	Matutino
11	Laura Birkner Ferreira	Matutino
12	Pedro Henrique Araújo	Matutino
13	Sandher Valentim M. De Lima	Matutino
14	Vinicius Padilha Moreira	Matutino
15	Vitória Da Silva De Limas	Matutino
16	Brayan Amorim Da Silva	Matutino
17	Agatha Farias Da Silva	Matutino
18	Thiago Fernando Da S. Junior	Matutino
19	Marcus Vinícius De Freitas	Matutino
20	Ana Gonçalves Dias	Matutino
21	Amylee Camargo Machado	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 - Vespertino

	Criança	Período
01	Bernardo Bianchi Vieira	Vespertino
02	Melissa Roman	Vespertino
03	Gabriel Ramos Da Silva	Vespertino
04	Yasmim Haertel Goulart	Vespertino
05	Letícia May Garcia	Vespertino
06	Julia Amancio Miskiu	Vespertino
07	Davi Alves De Espíndola	Vespertino
08	Davi De Lima	Vespertino
09	Gabriela Schimitz Henrique	Vespertino
10	João Vitor Mendes	Vespertino
11	Elisa Beatriz Da S. Bittencourt	Vespertino
12	Vitoria Isabel Boff Favreto	Vespertino
13	Pierri Felipe Da Conceição Savedra	Vespertino
14	Maria Del Mar Pinto Zena	Vespertino
15	Nathalia Karla Antunes	Vespertino
16	Ruan Roberto Da Silva	Vespertino
17	Jorney Felipe Martins Silveira	Vespertino
18	Jefferson Matheus M. Silveira	Vespertino
19	Cecilia Faustino Martins	Vespertino
20	Helena Anderson Do Nascimento	Vespertino
21	Igor Isac Cunha	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 1

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Laura Antoniazzi	05/04/2014	Aguardando Vaga
02	Sophie Dielle De Miranda	12/09/2014	Aguardando Vaga
03	Pedro Jorge Vieira Carminatti	15/08/2014	Aguardando Vaga
04	Gabriel Aparecido Kammer	05/06/2014	Aguardando Vaga
05	Sophia Costa Castanheiro	04/05/2014	Aguardando Vaga
06	Sandra Alexandre Garcia	14/04/2014	Aguardando Vaga
07	Luiza Pereira Manoel	17/07/2014	Aguardando Vaga
08	Joaquim Guilherme Pereira	15/07/2014	Aguardando Vaga
09	Amanda Valentina Morbi	15/04/2014	Aguardando Vaga
10	Lorena Evellin Firmino Tavares	13/04/2014	Aguardando Vaga
11	Miguel Francisco Virissimo	15/07/2014	Aguardando Vaga
12	João Guilherme Da Rosa Lemos	11/08/2014	Aguardando Vaga
13	Maria Sofia De Amorim	22/06/2014	Aguardando Vaga
14	Sophia Seara Da Conceição Fernandes	08/04/2014	Aguardando Vaga
15	Arthur Gonçalves Coelho	14/08/2014	Aguardando Vaga
16	Théo Amorim Adão	19/09/2014	Aguardando Vaga
17	Valentina Kop Dos Santos	30/08/2014	Aguardando Vaga
18	Enzo Do Rosário Coutinho	11/08/2014	Aguardando Vaga
19	Luiz Felipe Ferreira	27/04/2014	Aguardando Vaga
20	Daniel Da Silva Ferreira	28/05/2014	Aguardando Vaga
21	Kaio Vitor De Paula Batista	28/08/2014	Bolsa Família
22	Luiza Da Cunha Schueroff	14/05/2014	Aguardando Vaga
23	Luiza Amaral Dias	21/04/2014	Aguardando Vaga
24	Vitor Teles Bueno	28/10/2014	Aguardando Vaga
25	Joaquim Valério Toseto	08/09/2013	Bolsa Família
26	Kaysa Maria Dos Santos Sehn	30/06/2014	Bolsa Família
27	Kamily Lopes Neves De Souza	21/10/2014	Aguardando Vaga
28	Arthur Espíndola Pereira Pena	26/03/2014	Aguardando Vaga
29	Luiza Espíndola Pereira Pena	26/03/2014	Aguardando Vaga
30	Paulo Henrique Oliveira De Souza	21/09/2014	Aguardando Vaga
31	Nicolle Dos Santos Da Costa	14/04/2014	Aguardando Vaga
32	Isaac Albino Prochnov	08/09/2014	Aguardando Vaga

33	Isadora Blanc Pena	24/05/2014	Aguardando Vaga
34	Amanda Elen Nunes Ferreira	22/05/2014	Aguardando Vaga
35	Davi Almeida Medeiros	10/10/2014	Aguardando Vaga
36	Theodoro Feltz Silveira	12/11/2014	Aguardando Vaga
37	Kauê Inácio Martins	04/08/2014	Aguardando Vaga
38	Benício Do Amaral Brizalara	12/06/2014	Aguardando Vaga
39	Alice Rodrigues Moraes	18/11/2014	Aguardando Vaga
40	Arthur Cobielsk Dutra	09/06/2014	Aguardando Vaga
41	Sophia Nathali De Souza Velho	26/06/2014	Aguardando Vaga
42	Juliana De Oliveira Marques	31/05/2014	Aguardando Vaga
43	João Felipe Dos Santos	28/10/2014	Aguardando Vaga
44	João Nicolas Dias	21/07/2014	Aguardando Vaga
45	Cristina Mendes	28/09/2014	Aguardando Vaga
46	Maria Fernanda Lepes Senhorinha	22/08/2014	Aguardando Vaga
47	Miguel Gaspar	06/05/2014	Aguardando Vaga
48	Uriel Jordan Gonçalves	05/12/2014	Bolsa Família
49	Tays Medeiros Nunes	07/12/2014	Aguardando Vaga
50	Maria Eduarda Ferreira Dos Santos	15/12/2014	Aguardando Vaga
51	Mário Augusto	24/05/2014	Aguardando Vaga
52	Luiz Felipe Ferreira	27/04/2014	Aguardando Vaga
53	Izabelly Beatriz De Sena	02/09/2014	Aguardando Vaga
54	Ana Clara Da S Macedo	01/11/2014	Aguardando Vaga
55	Miguel Ongaratto	11/02/2015	Aguardando Vaga
56	João Francisco Raulino De Souza	11/05/2014	Aguardando Vaga
57	Maik Machado Da Silva	28/07/2014	Aguardando Vaga
58	Valentina Sena Richartz	16/10/2014	Aguardando Vaga
59	Talita Pugsley Campos	11/02/2015	Aguardando Vaga
60	Cristofer Campos Garcia	05/11/2014	Aguardando Vaga
61	Charles Eduardo De Almeida Filho	08/10/2014	Aguardando Vaga
62	Isabelle M. Oliveira	07/04/2014	Aguardando Vaga
63	Yasmim Conceição De Lima Roldão	22/04/2014	Aguardando Vaga
64	Vinícius Dos Santos Oliveira	21/10/2014	Aguardando Vaga
65	José Luiz Lopes Ferreira Moraes	27/02/2015	Aguardando Vaga

Grupo 2

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	João Gabriel De Aquino	13/08/2013	Bolsa Família
02	Matheus Delfes Ferreira Xavier	22/11/2013	Bolsa Família
03	Isac Cruz Santos	22/12/2013	Bolsa Família
04	Sofia Amaral Brinhosa	06/04/2013	Bolsa Família
05	Pedro Henrique De Aquino	13/08/2013	Bolsa Família
06	Maysa Lima Da Silva	28/05/2013	Bolsa Família
07	Livia Helena Farias De Oliveira	14/10/2013	Bolsa Família
08	Jeisielle Berenda Santana Ramos	30/08/2013	Bolsa Família
09	Emanuelly Terezinha Da Silva Moreira	12/02/2014	Bolsa Família
10	Andrew Da Silva Amorim	03/11/2013	Bolsa Família
11	Arthur De Souza Rosa	19/03/2014	Bolsa Família
12	Caio Henrique Dos Santos	07/01/2014	Aguardando Vaga
13	Vinicius Martins Da Silva	14/06/2013	Aguardando Vaga
14	Nicolas Bernardo Ribeiro	18/08/2013	Aguardando Vaga
15	Emilly Alves Do Amaral	10/04/2013	Aguardando Vaga
16	Ana Julia Lino Piccoli	23/12/2013	Aguardando Vaga
17	Beatriz Kreff Schmitz	01/09/2013	Aguardando Vaga
18	Kamyla Trombeta De Matos	06/06/2013	Aguardando Vaga
19	Vitoria Maria Teixeira De Souza	01/04/2013	Aguardando Vaga
20	Francisco Souza Fuerback	17/06/2013	Aguardando Vaga
21	Miguel Da Silva Cardoso Dos Santos	03/09/2013	Bolsa Família
22	Hector Grisard Matias	21/02/2014	Aguardando Vaga
23	Pedro Henrique Souza E Silva	11/12/2013	Aguardando Vaga
24	Valentina Wilck Stohr	10/12/2013	Aguardando Vaga
25	Lara Adada Wessler	10/02/2014	Aguardando Vaga
26	Sophia Ferreira De Moura	13/01/2014	Aguardando Vaga
27	Caio Bonetti De Maria	09/01/2014	Aguardando Vaga

28	Mariana Arceno De Souza	30/09/2013	Aguardando Vaga
29	Luiz Miguel Lima Mota	01/12/2013	Aguardando Vaga
30	Lorena Sartori Martins	08/09/2013	Aguardando Vaga
31	Karen Elisa Calazans Pereira	08/04/2013	Aguardando Vaga
32	Mateus Nascimento Madeira	04/09/2013	Aguardando Vaga
33	Benjamin Barbosa Silva Rosa	29/04/2013	Aguardando Vaga
34	Sophia Amália Monteiro De Lima	23/03/2014	Aguardando Vaga
35	Kauê Ferreira Miguel	25/05/2013	Aguardando Vaga
36	Pedro D'ávila Bida	03/11/2013	Aguardando Vaga
37	Luiz Fernando Cravo Laus	22/02/2014	Aguardando Vaga
38	Jordana Da Rosa Antunes	08/11/2013	Aguardando Vaga
39	Lavinia Cabral Ramos	10/02/2014	Aguardando Vaga
40	Isaque Milioli Martins	03/02/2014	Aguardando Vaga
41	Renan Ozório Dias	28/07/2013	Aguardando Vaga
42	Rodrigo Andrade Silveira	17/12/2013	Aguardando Vaga
43	Nicole Ferreira Da Silva	28/10/2013	Aguardando Vaga
44	Maria Antonielli De Paula Alves	10/05/2013	Aguardando Vaga
45	Arthur Macedo Ferreira	18/03/2014	Aguardando Vaga
46	Elloa Fernandes Da Silva	16/07/2013	Aguardando Vaga
47	Izabel Campos Do Nascimento	06/06/2013	Aguardando Vaga
48	Vitor Andrade Silveira	17/12/2013	Aguardando Vaga
49	Enzo Rafael Siqueira Issa	07/09/2013	Aguardando Vaga
50	Cecília De Castro	30/12/2013	Aguardando Vaga
51	Luis Fernando De Oliveira	25/11/2013	Aguardando Vaga
52	Rafael Ribeiro Gonçalves	24/07/2013	Aguardando Vaga
53	Laura Antônia Gomes Goedert	12/03/2014	Aguardando Vaga
54	Maria Lara Camilo Da Silva	07/02/2014	Aguardando Vaga
55	Heloisa Ferreira Coelho	12/10/2013	Aguardando Vaga
56	Geovanna Da Conceição Xavier	07/01/2014	Aguardando Vaga
57	Maria Eloisa Da Silva	13/08/2013	Aguardando Vaga
58	Gabrielle Starosky Braga	22/01/2014	Aguardando Vaga
59	Pedro Henrique De Lima	29/10/2013	Aguardando Vaga
60	Davi Luiz Borman Fernandes	04/07/2013	Aguardando Vaga
61	Lara Mariah Coelho	11/11/2013	Aguardando Vaga
62	Erick Fernandes Sobreira	19/03/2014	Aguardando Vaga
63	Sofia Ferrari Fernandes	29/03/2014	Aguardando Vaga
64	Miguel Carlin Dos Santos	19/09/2013	Aguardando Vaga
65	Ana Carolina Silva Da Costa	29/06/2013	Aguardando Vaga
66	Hellena Westphal Valgas	03/10/2013	Aguardando Vaga
67	Katarina Aparecida Da Silva	26/01/2014	Aguardando Vaga
68	Julia Dauinheimer	08/05/2013	Aguardando Vaga
69	Alice Antônia De Matos Boeno	15/06/2013	Aguardando Vaga
70	Agatha Vitoria De Cerqueira	28/02/2014	Aguardando Vaga
71	Yuri Velasque De Jesus	14/08/2013	Aguardando Vaga
72	Lucas Mendes Da Silva	07/12/2013	Aguardando Vaga
73	Gabrielly Habyeutter De Melo	01/06/2013	Aguardando Vaga
74	Breno Grisard Matias	21/02/2014	Aguardando Vaga
75	Beatriz Gabrielly Cota	09/12/2013	Aguardando Vaga
76	Pedro Antonio Fernandes Spolti	02/01/2014	Aguardando Vaga
77	Amanda Muniz Patricio	17/04/2013	Aguardando Vaga
78	Sara Tondello	13/05/2013	Aguardando Vaga
79	Valentina Cristina Zimmermann	20/04/2013	Aguardando Vaga
80	Luiz Otavio Petry	07/04/2013	Aguardando Vaga
81	Pedro Henrique Sena Richartz	10/07/2013	Aguardando Vaga
82	Laura Cristina Zimmermann	20/04/2013	Aguardando Vaga
83	Marco Antonio Andrade Garcias	02/05/2013	Aguardando Vaga
84	Kesha Damasio Dos Santos	08/01/2014	Aguardando Vaga
85	Helena Adada Wessler	10/02/2014	Aguardando Vaga
86	Victor Davi Abreu Da Silva	21/09/2013	Aguardando Vaga
87	Aghata Da Cunha Da Silva Goulart	29/10/2013	Aguardando Vaga
88	Ana Beatriz Silva	02/01/2014	Aguardando Vaga
89	Cauã Alexandre Silva Paiva	30/01/2014	Aguardando Vaga
90	Noah Schultz Merico	04/06/2013	Aguardando Vaga
91	Alícia Silva Alves	26/06/2013	Aguardando Vaga

92	Isadora Cruz Hang	20/05/2014	Aguardando Vaga
93	Jonas Arsenio De Campos	17/07/2013	Aguardando Vaga
94	Yasmin Monrroy Jeres	28/12/2013	Aguardando Vaga
95	Mariah Da Silva De Medeiros	14/08/2013	Aguardando Vaga
96	Isabella Vitória Da Silva	25/10/2013	Aguardando Vaga
97	Arthur Baretta Dos Santos	26/09/2014	Aguardando Vaga
98	Luiz Antonio Pereira Da Silva	14/05/2013	Aguardando Vaga
99	Ruan Guilherme Dos Santos	12/12/2013	Aguardando Vaga
100	Jeisielle Berenda S. Ramos	30/08/2013	Aguardando Vaga
101	Angelo Cardoso Dos Santos	31/12/2013	Aguardando Vaga
102	Julia Buzzi Vieira	31/05/2013	Aguardando Vaga
103	Davi Lucas Almeida Schmidt	07/09/2013	Aguardando Vaga
104	Emanoelly Teresinha Da S. Moreira	12/02/2014	Aguardando Vaga
105	Nicolas Henrique Da Silva	02/07/2013	Aguardando Vaga
106	Gabriel De Oliveira	08/02/2014	Aguardando Vaga
107	Joaquim Valerio Toseto	08/09/2013	Aguardando Vaga
108	Davi Laurindo Gomes	04/07/2013	Aguardando Vaga
109	Isabela Périco Santos	30/01/2014	Aguardando Vaga
110	Ana Flavia Mendes Saint Martin	11/06/2013	Aguardando Vaga
111	Francyne Patricia Da Mota	22/12/2013	Aguardando Vaga
112	Larissa Harão De Freitas	14/08/2013	Aguardando Vaga
113	Nicolly Lima Ribeiro	31/07/2013	Aguardando Vaga
114	George Ricardo Da Silva	04/12/2013	Aguardando Vaga
115	Isabelly Martins	24/03/2014	Aguardando Vaga
116	Nicolas Gabriel	09/09/2013	Aguardando Vaga
117	Arthur Wait	24/04/2013	Guarda Provisória
118	Francyne Luiza Torres Gallon	19/02/2014	Aguardando Vaga
119	Enzo Mendes Fornari	21/03/2014	Aguardando Vaga
120	Isabelly Beatriz Mendes	19/08/2013	Aguardando Vaga
121	Gabriel Sangali Rodrigues	17/04/2013	Aguardando Vaga
122	Felipe Belluzzo Rodrigues	05/11/2013	Aguardando Vaga
123	Guilherme Wengartini	29/04/2013	Aguardando Vaga
124	Christian Galliani Leite	22/04/2013	Aguardando Vaga
125	João Pietro Martins Da Silva	07/09/2013	Aguardando Vaga
126	Maria Eduarda Gonçalves Monteiro	24/10/2014	Aguardando Vaga
127	Valentina Mariana Cidrão	08/07/2013	Aguardando Vaga
128	Yasmim Torres Martins	01/09/2013	Bolsa Família
129	Jhenifer Isabely Esmachado	25/10/2012	Bolsa Família
130	Samira Costa	04/06/2013	Aguardando Vaga
131	Vitor Zeferino Elias	08/02/2014	Aguardando Vaga
132	Melany Dazil Gonçalves	09/08/2013	Bolsa Família
133	Sophia Mendes Castilho	22/06/2013	Aguardando Vaga
134	Kauã Pavanatti Da Cruz	25/11/2013	Aguardando Vaga
135	Beatriz Santana Carlos	24/04/2013	Aguardando Vaga
136	Rafaela Antonio De Almeida Xavier	21/09/2013	Aguardando Vaga
137	Nicoli Navarro Teodosio	26/08/2013	Aguardando Vaga
138	Michel Souza Melo	17/01/2014	Aguardando Vaga
139	Felipe Belluzzo Rodrigues	05/11/2013	Aguardando Vaga
140	Isabella Amorim	03/06/2013	Aguardando Vaga
141	Victoria Harz Da Silveira	26/02/2013	Aguardando Vaga
142	Luiza Da Silva Rodrigues	08/03/2014	Aguardando Vaga
143	Davi Leopoldo Carvalho Kamers	10/10/2013	Aguardando Vaga

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Davi Da Silva Correa	25/02/2013	Aguardando Vaga
02	Gustavo De Mattos	24/07/2012	Aguardando Vaga
03	Yasmim Da Silva Pereira	08/03/2013	Aguardando Vaga
04	Davi Gorges	03/09/2012	Aguardando Vaga
05	Isabella Martins Ribeiro	12/03/2013	Aguardando Vaga
06	Antônio De Souza Abrão	28/03/2013	Aguardando Vaga
07	Felipe Oliveira Dos Santos	21/12/2012	Aguardando Vaga
08	João Pedro De Campos Da Rocha	02/04/2012	Aguardando Vaga

09	Heitor De Souza Cardoso	24/02/2013	Aguardando Vaga
10	Davi Bottenberg Machado	27/03/2013	Aguardando Vaga
11	Gabriela Ferreira Pereira	08/07/2012	Aguardando Vaga
12	Davi Lucas Furtado Buchele	09/09/2012	Aguardando Vaga
13	Brayan Dias Ribeiro	13/05/2012	Aguardando Vaga
14	Gabriel Macedo Nunes De Barros	22/01/2013	Aguardando Vaga
15	Rafaela Mendes De Melo Coelho	28/12/2012	Aguardando Vaga
16	Beatriz Schmitt Pereira	13/04/2012	Aguardando Vaga
17	Nathália Tavares Vieira	28/01/2013	Aguardando Vaga
18	Beatriz Chaise Corrêa	02/04/2012	Aguardando Vaga
19	Emilly Beatriz Skierzinski De Oliveira	15/07/2012	Aguardando Vaga
20	Lethicia Ávila Pereira	16/08/2012	Aguardando Vaga
21	Gabriel Marques Mendes	15/09/2012	Aguardando Vaga
22	Maria Eduarda Ludtke Gorges	14/11/2012	Aguardando Vaga
23	Clara Fernanda Grutzmann Meirinho	12/05/2012	Aguardando Vaga
24	Felippe Leandro Viero	02/08/2012	Aguardando Vaga
25	Jhonny Ferreira Gomes	04/07/2012	Aguardando Vaga
26	Nathan Eduardo Gonzalez Oliveira	07/03/2013	Aguardando Vaga
27	Gabriel Lucas Da Silva	31/12/2012	Aguardando Vaga
28	Endily Cristini Machado Dos Santos	29/01/2013	Aguardando Vaga
29	Lívia Rafael Mendes	20/02/2013	Aguardando Vaga
30	João Pedro Ferrari	09/10/2012	Aguardando Vaga
31	Lucas Chaves Miguel	10/06/2012	Aguardando Vaga
32	Bernardo Felipe Da Silva	18/01/2013	Aguardando Vaga
33	Aghata Adrielly Machado Da Silva	09/01/2013	Aguardando Vaga
34	Luisa De Lima	23/06/2012	Aguardando Vaga
35	Nicollas Jean Rodrigues Do Nascimento	29/01/2013	Aguardando Vaga
36	Julia Da Silva Alves	08/08/2012	Aguardando Vaga
37	Lucas Martins De Azevedo	28/01/2013	Aguardando Vaga
38	Gustavo Romeu Mantovani	06/09/2012	Aguardando Vaga
39	Isabelly De Moraes Nunes	14/09/2012	Aguardando Vaga
40	Bernardo Pereira De Orleans	26/11/2012	Aguardando Vaga
41	Lazaro Arthur De Souza Silva	27/03/2013	Aguardando Vaga
42	Evellin Francisca Rufino Da Silva	27/06/2012	Aguardando Vaga
43	Elise Idalino Da Silva	05/02/2013	Aguardando Vaga
44	Henrique Coelho Guimarães	06/06/2012	Aguardando Vaga
45	Davi De Oliveira Lima	08/09/2012	Aguardando Vaga
46	Nikolas Jacintho De Abreu	07/03/2013	Aguardando Vaga
47	Davi Berns Medeiros	02/03/2013	Aguardando Vaga
48	Henrique Quint Rachadel	03/08/2012	Aguardando Vaga
49	Juliana Da Silva Pereira	08/03/2013	Aguardando Vaga
50	Lethicia Dos Santos Machado	23/07/2012	Aguardando Vaga
51	Julia Luiza Sartori	07/02/2013	Aguardando Vaga
52	Igor Da Silva Matos	23/10/2012	Aguardando Vaga
53	João Pedro Teixeira Da Silva	12/11/2012	Aguardando Vaga
54	Bernardo Peterson De Miranda	07/08/2012	Aguardando Vaga
55	Ana Clara Martendal Miranda	30/11/2012	Aguardando Vaga
56	Icaro Reis Ferreira	30/07/2012	Aguardando Vaga
57	Thais Walkowski	17/02/2013	Aguardando Vaga
58	Arthur De Cerqueira	04/10/2012	Aguardando Vaga
59	Julia Negri De Oliveira	26/11/2012	Aguardando Vaga
60	João Manoel Dos Santos	30/05/2012	Aguardando Vaga
61	Arthur Da Silva Duarte	17/11/2012	Aguardando Vaga
62	Lívia Oliveira De Liz	15/05/2012	Aguardando Vaga
63	Wesley De Matias Cardoso	10/05/2012	Aguardando Vaga
64	Derick Alexandre Tureck Da Silva	27/10/2012	Aguardando Vaga
65	Miguel Cidade Benevenuto	25/05/2012	Aguardando Vaga
66	Antônia Dias Furtado Gonzaga	12/04/2012	Aguardando Vaga
67	Alice De Oliveira Luersen	13/01/2013	Aguardando Vaga
68	Maria Cecilia Schuller Amaral	16/06/2012	Aguardando Vaga
69	Guilherme Ferreira Lopes Da Silva	27/02/2013	Aguardando Vaga
70	Jair Augusto Marques Da Silva	05/02/2013	Aguardando Vaga
71	Isabela De Almeida Reis	25/01/2013	Aguardando Vaga
72	Adrian Felipe Rodrigues	18/07/2012	Aguardando Vaga

73	Alice Dias Da Silva	30/09/2012	Aguardando Vaga
74	Kauã Maximiliano Dos Santos Sehn	04/12/2012	Bolsa Família
75	Pedro Henrique L. Waskow	22/02/2013	Aguardando Vaga
76	Ygos Daniel Duarte De Oliveira	17/10/2012	Aguardando Vaga
77	Higor Guarnieri Martins	17/10/2012	Aguardando Vaga
78	Davi Nunes Da Silva Kim	14/12/2012	Aguardando Vaga
79	Caio Alex Fidelis Da Silva	28/11/2012	Aguardando Vaga
80	Yasmim De Oliveira Bernardes	04/12/2012	Aguardando Vaga
81	82-Maria Eduarda Da Rocha Varela	14/09/2012	Aguardando Vaga
82	Laura Nascimento Borges	25/03/2013	Aguardando Vaga
83	Bianca Eliaurea Lemos Borges	10/10/2012	Aguardando Vaga
84	Pamela Andreia Mafra	03/05/2012	Aguardando Vaga
85	Natan Augusto Do Carmo	21/07/2013	Aguardando Vaga
86	Gabriel Da S. Medeiros	09/11/2012	Aguardando Vaga
87	Cristopher Novaes De Oliveira	30/01/2013	Aguardando Vaga
88	Valentina Hermes De Souza	05/12/2012	Aguardando Vaga
89	Maria Clara De Andrade Santana	22/04/2012	Aguardando Vaga
90	Ana Laura Martins Cantalice	30/07/2012	Aguardando Vaga
91	Emanoelly Silva Rodrigues	03/12/2012	Aguardando Vaga
92	Davi Deula Castro	17/08/2012	Aguardando Vaga
93	Paulo Henrique Antunes Marcelino	12/10/2012	Aguardando Vaga
94	Isabela Muller Rodrigues Vargas	31/10/2012	Aguardando Vaga
95	Thauan Augusto Neumam	04/10/2012	Aguardando Vaga
96	Laura Benfica Nunes	28/01/2013	Aguardando Vaga
97	Diogo Surriel Gonçalves	01/04/2012	Bolsa Família
98	Arthur Rafael Martins João	21/06/2012	Aguardando Vaga
99	Alexandre Blaskowsk Ferreira	29/12/2012	Aguardando Vaga
100	Ruan Pierre Raulino Benites	31/05/2012	Aguardando Vaga
101	Aghata Adriele Machado Da Silva	09/01/2013	Aguardando Vaga
102	Wendel Gabriel Zorzi A.	07/01/2013	Aguardando Vaga
103	Sofia Wagner De Castro	13/03/2013	Aguardando Vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Marina Medeiros Dutra	28/04/2011	Não Atende
02	Carlos Eduardo Da Luz Estimbao	13/01/2012	Não Atende
03	Enzo Borges Varanda Santiago	05/03/2012	Não Atende
04	João Vitor Dos Santos Ferreira	10/08/2011	Só Quer Integral
05	Kauã Sambo De Mello	26/01/2012	Aguardando Vaga
06	Angélica Cristina S Macedo	15/01/2012	Aguardando Vaga
07	Iago Isac Cunha	29/05/2011	Aguardando Vaga
08	Davi Gabriel Leal Do Amaral	29/06/2011	Aguardando Vaga
09	Sarah Goedert Costa	17/04/2011	Aguardando Vaga
10	Davi De O Dos Santos	24/10/2011	Aguardando Vaga
11	Sophia Saiara Silva Carvalho	01/10/2011	Aguardando Vaga

Grupo 5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Vitor Dos Santos Souza	06/08/2010	Só quer integral
02	Ricardo Marcos Souza E Silva	03/09/2010	Não atende
03	Renan Pontes Dos Santos	11/06/2010	Só quer integral
04	Maia Luciana Da Silva Araújo	17/11/2010	Não atende
05	Davi José Miller Floriano	15/09/2010	Só quer integral
06	Maria Isabel Mendes Saint Martins	06/09/2010	Só quer integral
07	Beatrice Thomaz Medeiros	28/01/2011	Só quer integral ou vespertino
08	Iasmyn Emanoele Borges Costa	06/01/2011	Aguardando Vaga
09	John Eduardo Ramos Cardoso	09/01/2011	Aguardando Vaga
10	Jorge Miguel Feller Monção Camargo	29/09/2010	Aguardando Vaga
11	Leonardo Carlos Esmachado Filho	28/09/2010	Bolsa Família
12	Thailany Luiza Da Silva Ribeiro	30/12/2010	Aguardando Vaga
13	Marcos Raul Da Silva Gomes	23/12/2010	Aguardando Vaga
14	Michely Dos Santos Oliveira	25/04/2010	Aguardando Vaga

15	Leandro De Sena Medeiros	19/06/2010	Aguardando Vaga
16	Heloisa Galliane Dos Santos	31/08/2010	Aguardando Vaga
17	Ricardo Steiner Fernandes	16/03/2011	Aguardando Vaga
18	Kauã Teixeira Da Silva	22/10/2010	Aguardando Vaga
19	João Pedro Carvalho Kamers	25/02/2011	Aguardando Vaga
20	Carolina Paiva Barbosa	13/01/2011	Aguardando Vaga

Grupo 6

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Bruno Moraes Pereira	24/09/2009	Só quer vespertino
02	Vinícius Moraes Pereira	24/09/2009	Só quer vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro De Educação Infantil Professora Ana Sperandio Battisti

Endereço: Ademar da Silva, 1049

Telefone: (48) 3247-6376

Diretora: Maria Aparecida Ramos Erkmann

Coordenadora: Marli da Silva Lostada

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
I	04 meses ou há completar 01 ano até 31 de dezembro de 2015	08	05	03	03	11
II/III	01 ano a 01 ano e 11 meses 02 anos a 02 anos e 11 meses	12	02 08	02 -	02 -	14
IV	03 anos a 03 anos e 11 meses	16	27	03	04	34
V	04 anos a 04 anos e 11 meses	20	34	04	06	45
VI	05 anos a 05 anos e 11 meses	22	-	21	21	42
					TOTAL	145

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
I	-
II	-
III	-
IV	-
V	-
VI	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo I

	Criança	Período
01	Ana Clara Pinheiro Dos Santos	Matutino
02	Bernado Sousa De Jesus - Desistente	Matutino
03	Davi Almeida Medeiros	Vespertino
04	Davi Rodrigues De Lima	Vespertino
05	Flavia Lima Dos Santos	Matutino
06	Davi Santos De Souza	Integral
07	Heitor Admi	Integral
08	Helena Martins Kleinubing - Desistente	Matutino
09	Isabelly Valentina Alves	Integral

10	Kauã Lima Alves Demores	Integral
11	Lavinia Natividade Berto	Vespertino
12	Maria Luiza Martins Li	Matutino
13	Valentina Da Silva Espintula - Desistente	Vespertino
14	Vinicius Luiz De Lima	Integral

Grupo II

	Criança	Período
01	Dimitri Mendonça Vaz	Vespertino
02	Felipe Barcerlos Soares	Vespertino
03	Lucas Martins De Castro	Integral
04	Maria Vitória Moreira Rosa	Integral

Grupo III

	Criança	Período
01	Arthur Rios Schurt	Integral
02	Breno Contassot Alves	Integral
03	Cauã Fernando De Sà	Integral
04	Emanuel Francisco Bezerra Santos	Matutino
05	Pâmela Vieira Dos Santos	Integral
06	Pedro De Sousa Silva	Integral
07	Sophia Miranda Silva	Integral
08	Sophia Seidler De Souza	Integral
09	Thais Pereira	Matutino
10	Théo Becker	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO IV

	Criança	Período
1	Amanda Alves Schmidt	Integral
2	Ana Clara Hardt Ferrari	Integral
3	Antonyo Feliz	Integral
4	Arthur Eduardo Teixeira Rouschkolb	Vespertino
5	Arthur Hahn Marquiorretto	Integral
6	Carlos Nathan Coelho	Integral
7	Enrico Tavares Destro	Matutino
8	Davi Santos	Matutino
9	Dandara Santos Vieira - Desistente	Matutino
10	Filipe Corrêa Francisco	Integral
11	Gustavo Boa Ventura Andrade	Integral
12	Isabeli Da Rocha Rabelo	Integral
13	Isadora Da Silva Schutz	Integral
14	Ivan Carlos De Andrade Filho	Integral
15	João Eduardo D Cunha Corrêa	Integral
16	João Felippi Zazulak Vieira Da Silva	Integral
17	João Vitor Padilha Dos Santos	Matutino
18	Joaquim Barcellos Soares	Vespertino
19	Kamila Lohn	Integral
20	Kaue Pires	Integral
21	Leonardo Korb De Araujo	Integral
22	Lorena Banngortner Da Silva	Integral
23	Lorenzo De Oliveira Pinto Mendes	Integral
24	Lorenzo Figueredo Cenci	Integral
25	Luiz Henrique Dos Santos Prim - Desistente	Matutino
26	Maria Antonia Kamers Alfonso	Integral
27	Maria Luiza Dos Santos Prim	Matutino
28	Miguel Do Carmo Dutra	Integral
29	Moises De Moraes Machado	Integral
30	Pedro Izepon Serafim	Integral
31	Rafaela Cavaleiro Celestino	Integral

32	Theo Figueredo Da Rosa	Vespertino
33	Raquel Duarte Da Rosa	Integral
34	Sofia Furtado	Vespertino
35	Sofia Da Silva Rosa Machado	Integral
36	Valentina Ricardo Branco	Integral
37	Vitória Trindade Coelho	Integral
38	Yasmim Priscila Silveira De A. Lima -Desistente	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO V

	Criança	Período
1	Agatha Marina De Melo	Integral
2	Ana Clara Heck Pacheco	Integral
3	Anna Laura Ferraz Gonçalves Barbiri	Integral
4	Aruã De Ávila Antunes	Integral
5	Alysson Gabriel Marques Suzim	Integral
6	Barbara Mastrelo De Melo	Integral
7	Beatriz Andrade	Integral
8	Beatriz Aragão Da Silveira	Integral
9	Beatriz Hylário Schrer	Matutino
10	Beatriz Valentina Silveira - Desistente	Integral
11	Bernardo Chequetti	Matutino
12	Breno Soares	Integral
13	Caio Macedo De Lima	Integral
14	Caue Cesconetto De Lima Vieira	Integral
15	Daniely Lima De Jesus	Integral
16	Davi Vilvert Kuwakino	Integral
17	Enzo Gabriel De Souza Pimentel	Integral
18	Érika Alves Ercego	Integral
19	Felipe Soares Battista	Integral
20	Gabriel Moreno Goudinho	Integral
21	Gabriel Dos Santos Da Silva - Desistente	Integral
22	Guilherme De Camargo Rocha Thiesen	Integral
23	Hyrís Reis Daniel	Integral
24	Icaro Yan De Oliveira Flores	Vespertino
25	Isabele Dos Santos Machado	Integral
26	Isadorah Silva Praxedes - Desistente	Integral
27	Julio Cesar Gobeti Silva	Integral
28	Klara De Araujo Bastos	Integral
29	Kaila Ramos Leal T. Dos Santos - Desistente.	Matutino
30	Larissa Martins Li	Integral
31	Leticia Silveira Monteiro	Integral
32	Leonardo De Melo	Matutino
33	Luiza Santos De Souza	Integral
34	Lucas Henrique Tigre - Desistente	Matutino
35	Marcela Lopes Assis	Vespertino
36	Maria Clara Campos	Integral
37	Maria Julia Borga Werter	Integral
38	Maria Julia De Souza	Matutino
39	Mariah Fernanda Ribeiro	Vespertino
40	Matheus Hoffmann Maria	Integral
41	Nicole Back Ce	Integral
42	Nicolly Siqueira Schweitzer	Integral
43	Roger Batista Corim	Integral
44	Sarah Da Silva Gam	Vespertino
45	Stefany Beatriz Minetto	Integral
46	Victoria Hillesheim Fraga	Integral
47	Vinicius Soares Caldeira	Integral
48	Vithória Viero Souza	Integral
49	Ygor Nunes Dolbert	Integral

GRUPO VI

	Criança	Período
1	Ana Beatriz Depine Tabordo	Vespertino
2	Ana Clara Dos Santos	Matutino
3	Anandha Freitas Medeiros	Matutino
4	Antoni Amaral Da Cruz - Desistente	Matutino
5	Arthur Osni De Melo	Vespertino
6	Artur Ludviwig Rodrigues	Matutino
7	Aziel De Souza Xavier	Vespertino
8	Beatriz De Andrade Da Rosa	Matutino
9	Brenda Carolina Schlemper Horst	Vespertino
10	Brenda Rodrigues Laranjeira	Matutino
11	Bryan Caetano Luciano	Matutino
12	Catarina Da Cunha Correia	Vespertino
13	Davi Joao Resende	Matutino
14	Ellem Pizani	Vespertino
15	Emanuel Do Espirito Santos Rodrigues	Vespertino
16	Enzo Rios D'avila	Vespertino
17	Evandro Juttel Pereira Filho	Vespertino
18	Felipe Samuel Sousa Matos	Matutino
19	Francisco De Araujo Bastos	Vespertino
20	Gabriel Felipe Raitz Hames - Desistente	Matutino
21	Gustavo Juncks Vieira	Vespertino
22	Gustavo Korb De Araujo	Vespertino
23	Iago Daniel Ferreira Da Silva	Vespertino
24	Iasmin Lima Becker - Desistente	Vespertino
25	João Pedro Almeida Da Cruz Gutierrez	Vespertino
26	Julia Martins	Vespertino
27	Kauan Filipi De Souza Silveira	Vespertino
28	Larissa Alencar Pereira V	Vespertino
29	Laura Dos Santos	
30	Leonardo De Assis Cravo	Vespertino
31	Luiz Otavio Horst Do Nascimento	Matutino
32	Lukas Trombetta De Andrade	Matutino
33	Luna Kaly Rodrigues Peixoto	Vespertino
34	Maria Carolina Correia Gonçalves - Desistente	Matutino
35	Maria Luiza Bezerra Santos I 05/03/2010	Vespertino
36	Matias Antonio Thiesen Lehmkuhl	Vespertino
37	Miguel Dos Santos Severo	Vespertino
38	Nicolas Wallison Bezerra Araujo	Matutino
39	Pedro Pacheco Alves Da Silva	Matutino
40	Rafael Da Silva Schutz	Matutino
41	Thomas Palmezan Madeiros	Matutino
42	Vinicius Moraes Antunes - Desistente	Matutino
43	Vitória Helena De Souza Panicali	Matutino
44	Viviane Prudencio Da Silva	Matutino
45	Vytoria Lurdes C. G. Dos Santos - Desistente	Vespertino
46	Yasmim Guilherme Opazo Gonzalez	Matutino

LISTA DE ESPERA

GRUPO I

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Nicolle Dos Santos Da Costa	14/04/2014	Telefone inexistente
02	Ana Júlia Ramos Dos Santos	02/06/2014	Telefone inexistente
03	Antonella Maia Massironi Garcia	07/01/2015	Idade incompleta
04	Lara Costa Hames	28/05/2014	Não aceitou a vaga oferecida
05	Miguel Ferreira Dos Santos	16/04/2014	Não aceitou a vaga oferecida
06	Tyler P Lopes Batista	09/07/2014	Telefone não aceita ligação
07	Cleiton Andriel Melo Dos Santos	10/03/2014	Não atende ligação
08	Marina Silva	29/12/2014	Não atende ligação
09	Manuela Bento Silva	07/01/2015	Não completou idade
10	Alessandra Schuch Manoel	08/10/2014	Aguardando vaga
11	Vitória Souza De Quadros	20/05/2014	Aguardando vaga
12	Ana Clara Maciel March	13/04/2014	Aguardando vaga

13	André Guilherme Santos Brito	03/01/2015	Aguardando vaga
14	Benjamin Pereira Mello	22/12/2014	Aguardando vaga
15	Enzo Paixer Da Silva	03/05/2014	Aguardando vaga
16	Alice Novaes Dos Santos	01/01/2015	Aguardando vaga
17	Kauã Bavonatte Da Cruz	25/11/2014	Aguardando vaga
18	Rianna De Oliveira	27/09/2014	Aguardando vaga
19	Luiz Arthur Silva	07/07/2014	Aguardando vaga
20	Higor Micolay Antoszczuk	27/08/2014	Aguardando vaga
21	Emanuelly Demétrio Souza Da Silva	08/08/2014	Aguardando vaga

GRUPO II

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Daniel Veronêz da Fonseca	30/10/2013	Aguardando vaga
02	Olivia Pereira Pflifer	22/04/2013	Aguardando vaga
03	Artur Cardoso de Paula	14/06/2013	Aguardando vaga
04	Joaquim Israel Kohn Picolli	14/01/2014	Aguardando vaga
05	Vinícius de Abreu Dias	04/02/2014	Aguardando vaga
06	Júlia Firmino Goulart	22/11/2013	Aguardando vaga
07	Valentina Pires Porto	26/12/2013	Aguardando vaga
08	Hilary Gomes	14/01/2014	Aguardando vaga
09	Leonardo dos Santos Olípi	10/07/2013	Aguardando vaga
10	Valentina Thomazini	29/12/2013	Aguardando vaga
11	Diana Fagundes de Jesus	04/01/2014	Aguardando vaga
12	Henrique Kist Neto	22/04/2013	Aguardando vaga
13	Ana Beatriz Dias dos Santos	02/07/2013	Aguardando vaga
14	Joao Vitor Ferreira Cechinel	09/11/2013	Aguardando vaga
15	Maria Clara Pacheco	29/03/2014	Aguardando vaga
16	Henrique dos Santos Leite	05/07/2013	Aguardando vaga
17	Pedro Oliveira de Souza	23/02/2014	Aguardando vaga
18	Lara Palma Marques	17/09/2013	Aguardando vaga
19	Vitor Hugo Porto Lopes	01/07/2013	Aguardando vaga
20	Arthur Coimbra Peixoto	16/09/2013	Aguardando vaga
21	Laura Nunes do Nascimento	02/12/2013	Aguardando vaga
22	Vinícius João Resende	22/09/2013	Aguardando vaga
23	Miguel Guedes Barbosa	05/02/2014	Aguardando vaga
24	Luis Emanuel Dutra da Silveira	02/12/2013	Aguardando vaga
25	Maria Laura de Souza	12/07/2013	Aguardando vaga
26	Isabelle Leona Moraes de Souza	13/06/2013	Aguardando vaga
27	Giovanna dos Santos Kuhn	07/05/2013	Aguardando vaga
28	Mariany Alves Maciel	11/03/2014	Aguardando vaga
29	Miguel Júlio de Oliveira Bruch	08/02/2014	Aguardando vaga
30	Brayan Alves de Proença	09/02/2014	Aguardando vaga
31	Betina Costa Vieira da Silva	19/01/2014	Aguardando vaga
32	Pedro Henrique Gomes Vieira	09/09/2013	Aguardando vaga
33	Laura Alves Camargo Carvalho	22/02/2014	Aguardando vaga
34	Maria Eduarda dos Santos	06/11/2013	Aguardando vaga
35	Gabrielly Pacheco Soares	04/02/2014	Aguardando vaga
36	Laysa Clidenor Pereira	16/12/2013	Aguardando vaga
37	Felippe de Oliveira dos Santos	04/07/2013	Aguardando vaga
38	Maria Luiza Amaral da Silveira	20/07/2013	Aguardando vaga
39	Anna Luiza Sathler dos Passos	13/11/2013	Aguardando vaga
40	Caio Teixeira Silva	08/01/2014	Aguardando vaga
41	João Hejel Duarte	08/11/2013	Aguardando vaga
42	Arthur Pereira Souto	18/03/2014	Aguardando vaga
43	Beatriz Amorim Andretti	12/02/2014	Aguardando vaga
44	Bernardo Ferreira Conrado	22/09/2013	Aguardando vaga
45	Miguel Klaumann Guerreiro de Paula	18/04/2014	Aguardando vaga
46	Eduardo Antonio Marchi Alberti	18/02/2014	Aguardando vaga
47	Davi Cunha	19/03/2014	Aguardando vaga
48	Miguel Nienkoetter	12/12/2013	Aguardando vaga
49	Luiza Erkmann	10/05/2013	Aguardando vaga
50	Letícia Santana dos Santos	27/10/2013	Aguardando vaga
51	Ana Flavia Bazzo	14/01/2014	Aguardando vaga
52	Laura Croitor Gracionato dos Santos	30/07/2013	Aguardando vaga

53	Davi Venâncio Medeiros	13/05/2013	Aguardando vaga
54	Michelly Pizani	16/03/2014	Aguardando vaga
55	Isadora Kerchheui da Cunha	05/05/2013	Aguardando vaga
56	Eric Lui Scheidt	08/02/2014	Aguardando vaga
57	Samuel Carvalho de Campos	18/01/2013	Aguardando vaga
58	Izabela Leal da Cunha	05/02/2014	Aguardando vaga
59	Davi Moreno Jeremias	22/07/2013	Aguardando vaga
60	João Vitor Machado Adriano	04/06/2013	Aguardando vaga
61	Maria Eduarda Souza da Rosa	15/01/2014	Aguardando vaga
62	Sophia Silveira Cardoso	03/09/2013	Aguardando vaga
63	Liah Yuki Arasaki	10/07/2013	Aguardando vaga
64	Vitória Silveira Delfes	07/06/2013	Aguardando vaga
65	Livia de Souza Buene	22/01/2014	Aguardando vaga
66	Theodoro Miller Schiphrst	18/08/2013	Aguardando vaga
67	Livia Maria Pulga	17/02/2014	Aguardando vaga
68	Maria Laura Pereira	07/06/2013	Aguardando vaga
69	Luan Batista Vital dos santos	19/10/2013	Aguardando vaga
70	Helena Monteiro dos Passos	30/12/2013	Aguardando vaga
71	Eduarda da Silveira Laurentino	11/12/2013	Aguardando vaga
72	Pablo Henrique dos S. de Souza	17/04/2013	Aguardando vaga
73	Cristopher Mendes Pereira	18/11/2013	Aguardando vaga
74	Nicolas Tangerino Carvalho	28/10/2013	Aguardando vaga
75	Davi de Queiros Trugilo May	16/07/2013	Aguardando vaga
76	Pedro Mendonça	31/07/2013	Aguardando vaga
77	Isabelli Machado da Silva	01/04/2014	Aguardando vaga
78	Isadora de Amorim Noranha	09/05/2013	Aguardando vaga
79	Carolina Toyama Tagute Sá	01/06/2013	Aguardando vaga
80	Sophia Trigueiro Ponciano Souza	29/04/2014	Aguardando vaga
81	Joao Guilherme	18/09/2013	Aguardando vaga
82	Emilly Kerolim Schlucubur da Silva	08/06/2013	Aguardando vaga
83	Davi Rocha	12/08/2013	Aguardando vaga
84	Kauani Gabrieli Schlucubur da Silva	08/06/2013	Aguardando vaga
85	Luiz Felipe Ramos	18/03/2014	Aguardando vaga
86	Emily de Souza dos Santos	18/01/2014	Aguardando vaga
87	Guilherme Rodrigues	12/10/2013	Aguardando vaga
88	Maria Alice Bertol	10/06/2013	Aguardando vaga

GRUPO III

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Julia de Pieri da Silva	08/02/2013	Aguardando vaga
02	Isabela Martins de Lima	09/08/2012	Aguardando vaga
03	Davi Berns Medeiros	02/03/2013	Aguardando vaga
04	Yasmin Zagonel Barbieri	24/05/2012	Aguardando vaga
05	Samira Vasques	16/03/2013	Aguardando vaga
06	Eric Golin Ferreira	14/02/2014	Aguardando vaga
07	Arthur Zilli Nunes	14/04/2012	Aguardando vaga
08	Rafaella Matos de Andrade	12/02/2013	Aguardando vaga
09	Caroline Canary da Costa	17/12/2012	Aguardando vaga
10	Marcos Antonio Koenig Vieira	18/06/2012	Aguardando vaga
11	Miguel Duarte de Souza	24/11/2012	Aguardando vaga
12	Joao Lucas Probst	06/03/2013	Aguardando vaga
13	Fabio José Estevão Filho	20/02/2013	Aguardando vaga
14	Sophia Schweitzer Valentini	10/08/2012	Aguardando vaga
15	Enzo Berchon da Rosa	15/03/2013	Aguardando vaga
16	Laura Mariane da Cunha	28/06/2012	Aguardando vaga
17	Alice de Souza Cardoso	05/03/2013	Aguardando vaga
18	Rafaela Mendes de Melo Coelho	28/12/2012	Aguardando vaga
19	Isadora Machado	15/05/2012	Aguardando vaga
20	Heitor da Silveira Monteiro	08/12/2012	Aguardando vaga
21	Alice Moço de Freitas	24/01/2013	Aguardando vaga
22	Felipe Valentine Borges Mendes	25/02/2013	Aguardando vaga
23	Eduardo Silva Pereira	01/10/2012	Aguardando vaga
24	Higor Ferreira	12/04/2012	Aguardando vaga
25	Sheron Gomes	19/06/2012	Aguardando vaga

26	Catarina de Alcantara Pedrini	16/01/2013	Aguardando vaga
27	Pedro Honorato Izidoro	14/01/2013	Aguardando vaga
28	Isabella Iracema Eger B. de Oliveira	09/12/2012	Aguardando vaga
29	Alice Alcântara de Medeiros da Silva	26/12/2012	Aguardando vaga
30	Nathalia Tavares Vieira	28/01/2013	Aguardando vaga
31	Giulya Castilho dos Santos	02/10/2012	Aguardando vaga
32	Abner Pereira Nery	26/02/2013	Aguardando vaga
33	Mirela de Assis Cravo	20/01/2013	Aguardando vaga
34	Maria Luiza Spricigo Ferreira	20/03/2013	Aguardando vaga
35	Kaue Lucca Fernandes da Silva	28/03/2013	Aguardando vaga
36	Isabely Vitoria Santos Thomassen	14/06/2012	Aguardando vaga
37	Guilherme Alves Falgenbach	08/02/2013	Aguardando vaga
38	Beatriz Chaise Correa	02/04/2012	Aguardando vaga
39	Arthur Corrêa Ribeiro	01/04/2012	Aguardando vaga
40	Lucas Manoel Figueredo da Silva	29/07/2012	Aguardando vaga
41	Alice Candido Sant Anna	26/04/2012	Aguardando vaga
42	Maria Clara de Souza Domiciano	30/05/2012	Aguardando vaga
43	Arthur Santiago Neves	30/06/2012	Aguardando vaga
44	Ana Clara Afonso Moritz	23/02/2013	Aguardando vaga
45	Mel Souza Canarins	22/02/2013	Aguardando vaga
46	Alice Pacheco Alves da Silva	03/04/2012	Aguardando vaga
47	Júlia Braga de Oliveira	21/11/2012	Aguardando vaga
48	Erik Souza Sorato	10/12/2012	Aguardando vaga
49	Davi Krieger Vicente	17/10/2012	Aguardando vaga
50	Arthur Rafael de Lucca Kussma	04/07/2012	Aguardando vaga
51	Ícaro Vieira Venâncio Goulart	01/12/2012	Aguardando vaga
52	Giovanna Cordova Santiago	17/05/2012	Aguardando vaga
53	Maria Luiza Farias Alves	30/10/2012	Aguardando vaga
54	Yasmim Victoria Lopes Martins	05/05/2012	Aguardando vaga
55	Ana Carolina Muller Bueno	25/02/2013	Aguardando vaga
56	Noah Paniz Mayer	21/12/2012	Aguardando vaga
57	Maria Eduarda da Silvia Mendes	15/09/2012	Aguardando vaga
58	Ana Clara Piccoli	10/07/2012	Aguardando vaga
59	Israel Centeno Morroni	11/04/2012	Aguardando vaga
60	Davi Schaeffu Freitas	01/03/2013	Aguardando vaga
61	Alexia Riana da C. Santos	13/02/2013	Aguardando vaga
62	Eduardo Nogueira	16/01/2013	Aguardando vaga
63	Sofia Andrade	01/09/2012	Aguardando vaga
64	Davi Nunez de Lima	01/08/2012	Aguardando vaga
65	Valentina Ribeiro Pereira	23/01/2013	Aguardando vaga
66	Agatha Sophia Leandro	24/02/2012	Aguardando vaga
67	Leticia Esteves Teixeira Xavier	05/03/2013	Aguardando vaga
68	Isabela Pilger de Souza	31/07/2012	Aguardando vaga
69	Roger Nathanoel Pereira Mello	01/05/2012	Aguardando vaga
70	Renato Augusto Bischoff Klaser	07/09/2012	Aguardando vaga
71	Giovanna Correia Patricio Torres	24/04/2012	Aguardando vaga
72	Mayane de Moraes Duarte	13/08/2012	Aguardando vaga
73	Swany Fernandes Bertoluchi	28/01/2013	Aguardando vaga
74	Paola dos Santos Silveira	16/06/2012	Aguardando vaga
75	Jhonatan Ronconi de Oliveira	11/12/2012	Aguardando vaga
76	Maria Helena Alves Fagundes	04/06/2012	Aguardando vaga
77	Kauã Trugilo May	29/06/2012	Aguardando vaga
78	Kaique de Souza Silveira	30/03/2013	Aguardando vaga
79	Izaack Gabriel dos Santos	27/09/2012	Aguardando vaga
80	Taiane Rozales Gonçalves	26/05/2012	Aguardando vaga
81	Natália Koerich	19/10/2012	Aguardando vaga
82	Livia Terezan Lamino	31/05/2012	Aguardando vaga
83	Diego Vinicius Marques de Souza	05/09/2012	Aguardando vaga

GRUPO IV

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Davi Silva Rodrigues	03/05/2011	Não aceitou a vaga oferecida
02	Helena Lazzari Trombeta	26/07/2011	Não aceitou a vaga oferecida
03	Lavinia Margarida Marcelino	03/04/2011	Não aceitou a vaga oferecida

04	Pedro Henrique S.Rodrigues	05/07/2011	Não aceitou a vaga oferecida
05	Bernardo Junkes	20/07/2011	Não atende telefone
06	Arthur Ângelo Antunes	15/07/2011	Não aceitou a vaga oferecida
07	Dylan dos Santos Torres	18/11/2011	Não aceitou a vaga oferecida
08	Cristhian Mera dos Santos	24/07/2011	Não aceitou a vaga oferecida
09	Pedro Henrique de melo	25/05/2011	Não aceitou a vaga oferecida
10	Katherine Batista Costa	20/11/2011	Não aceitou a vaga oferecida
11	Davi dos Santos	26/04/2011	Aguardando vaga
12	Maria Gabriela Bertol	07/06/2011	Aguardando vaga

GRUPO V

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Raissa Cardoso Corrêa da Silva	23/03/2011	Já esta no Colégio Atual
02	Isabella Rodrigues Alexandre	17/11/2010	Não aceitou a vaga oferecida
03	Victor Arthur Trentine da Silva	10/01/2011	Não aceitou a vaga oferecida
04	Kemellyn A. Ramos André	10/07/2010	Não atende telefone
05	Nicollas Machado	03/09/2010	Já esta em outra instituição
06	Ezequias da Silva Marcondes	02/04/2010	Não aceitou a vaga oferecida
07	Ryan Matheus dos Santos Julião	10/07/2010	Não aceitou a vaga oferecida
08	Ana Luísa Araújo	23/03/2011	Não aceitou a vaga oferecida
09	Alyson Gabriel Marques Suzim	16/11/2010	Não aceitou a vaga oferecida
10	Emanuel Augusto Cataneo	30/06/2010	Não aceitou a vaga oferecida
11	Muriely Mendes Pereira	12/07/2010	Não aceitou a vaga oferecida
12	Thalya Alves de Oliveira	22/06/2010	Está em outra unidade
13	Hiago Bueno Porciuncula	22/05/2010	Não aceitou a vaga oferecida
14	Calebe Arndt	14/08/2010	Está em outra unidade
15	Victória Ferreira Barcelos	28/03/2011	Matricula em andamento
16	Arthur Joaquim Amassoti	05/07/2010	Aguardando vaga
17	Lara Loirani Borges Matheus	30/03/2011	Aguardando vaga

GRUPO VI

NOME	DATA NASC.	SITUAÇÃO	
01	Lucas Xavier	19/02/2010	Não deixou telefone de contato
02	Miguel Ângelo de Brito	30/09/2009	Matriculado em outra instituição
03	Ezequias da Silva	22/04/2009	Não teve interesse na vaga oferecida
04	Michael Martins Vargas	20/10/2009	Matrícula em andamento

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Professor Antônio Joaquim De Souza

Endereço: Avenida Lisboa - Quadra 05

Telefone: (48) 3357-7684

Diretora: Rafaela Braciani Seugling

Coordenadora Pedagógica: Adriana R. Do Nascimento Oliveira

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G 1	04 meses a 01 ano	12	12	-	-	12
G 2	01 ano a 01 ano e 11 meses	15	15	-	-	15
G 3-A	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	17	-	-	17
G 3-B	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	17	-	-	17
G 4	03 anos a 03 anos e 11 meses	23	23	-	-	23
G 5-A	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	25	-	-	25
G 5-B	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	25	-	-	25
G MISTO	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	-	25	25	50
G 6	05 anos	25	-	25	25	50
TOTAL 184	124	60	60	244		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
-------	---------------

G 1	-
G 2	-
G 3	-
G 4	-
G 5	-
G 6	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Augusto Da Costa Dos Santos	Integral
02	Pablo Guilherme Lima De Almeida	Integral
03	Caio Fassbinder Matos	Integral
04	Giovana Vitoria Gonçalves Da Luz	Integral
05	Sophia Cristina Do Nascimento	Integral
06	Pietra Gonçalves Hemining	Integral
07	Lara Julia Kreusch	Integral
08	Alice Mara Schmidt Praxedes	Integral
09	Alice Lins Schutz	Integral
10	Valentina Da Cruz Rodrigues	Integral
11	Ayla Sofia Rodrigues Matias	Integral
12	Lucas Schild Raasch	Integral

Grupo 2

	Criança	Período
01	Arthur Pereira Ferreira	Integral
02	Maria Antonia Da Costa De Moraes	Integral
03	Nicolly Nattani Dias	Integral
04	Miguel Hames	Integral
05	Alice Rosa Da Silva	Integral
06	Gabrielly Heloise Trukan Burjarka	Integral
07	Esther Soares Mattos	Integral
08	Melissa Riahanna Godoy Rodrigues	Integral
09	Laura Santos De Amorim	Integral
10	Pedro Jose Kraus Dos Santos	Integral
11	Arthur De Souza Lorentz	Integral
12	Davi Roberto Sewald Da Silva	Matutino
13	Sofia Schmidt Da Silva	Integral
14	Thayna Victoria G. Silva	Integral
15	Carlos Henrique Dos Santos	Integral
16	Theo Teofilo De S. De Brito	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 - A

	Criança	Período
01	Maria Clara Conrado	Integral
02	Kauan Macario Rosa	Integral
03	Ricardo Arthur Da Costa Salomao	Integral
04	Maria Alice Felipe	Integral
05	Enzo Gabriel Antunes Silva	Integral
06	Lara Beatriz Barp	Integral
07	Luiz Antonio De Souza	Integral
08	Thiago Pedro De Souza	Integral
09	Adryan Ferreira Da Luz	Integral
10	Carlos Eduardo Da Silva Matos	Integral
11	Nicolas Dos Santos Gonçalves	Integral
12	Deivid S. Da Silva	Integral
13	Paula Luanny D. Natividade	Integral
14	João Gabriel De S. Da Maia	Integral
15	Valentina B. Medeiros	Integral

16	Gabriel Delmondes Leite Dos Santos	Integral
17	Nicolly Ortiz Nascimento	Integral
18	Maria Clara Conrado	Integral

Grupo 3 - B

	Criança	Período
01	Vitor Eduardo Da Costa	Integral
02	Henrique Sarmento	Integral
03	Isabelle De Araujo Custódio	Integral
04	Richard Santos Rosa	Integral
05	Larissa Lourenço Da Silva	Integral
06	Luiz Gustavo Bueno Sarmento	Integral
07	Mateus Peres Werlang	Integral
08	Gabriel Gomes Alves De Oliveira	Integral
09	Davi Baptista	Integral
10	Izabella Spiecker Gomes	Integral
11	Nicolle Alice Marques Ricardo	Integral
12	Pedro De Carvalho E Silva Coelho	Integral
13	Kauan Kades Pereira	Integral
14	Beatriz Dutra Brasil	Integral
15	Rafaela Cristina Da Silva	Integral
16	Davi Eli Santos	Integral
17	Daivid Eli Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4

	Criança	Período
01	Lucas Bruggemam Sotopietra	Integral
02	Arthur Amorim	Integral
03	Sarah Azevedo Farias	Integral
04	Maria Eduarda Rodrigues De Souza	Integral
05	Gustavo Bento Vermohler	Integral
06	Amabile Cardoso Pereira	Integral
07	Aléxia De Souza Amandio	Integral
08	Laura Santos De Souza	Integral
09	Rebeca Nascimento Correa	Integral
10	Ana Julia Macario Rosa	Integral
11	Ana Luiza Macario Rosa	Integral
12	Alessandro Da Costa	Integral
13	Paola Dos Santos Maximilla De Aguiar	Integral
14	Lorenzo Vagner Ewerling De Almeida	Integral
15	Ananda Da Silva Almeida	Integral
16	Isaac Ismael Silva Lima	Integral
17	Maria Luiza Lima De Souza	Integral
18	Daniel Dos Santos Furtunato	Integral
19	Eduarda De Soza Vailões	Integral
20	Mariah Soares Pickler	Integral
21	Bryan Augusto Stivel	Integral
22	Brenda Chaves De Souza	Integral
23	Ana Beatriz Fernandes De Melo	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - A

	Criança	Período
01	Quenedi Freitas	Integral
02	Luisa Reinert Maria Furtado	Vespertino
03	Arthur Jose Ambrest Arceno	Integral
04	Juliana Linhares Schlemper	Vespertino
05	Nicolly Alexsandra Oliveira Sarmento	Integral
06	Vitor Augusto Justino	Vespertino

07	Eduardo Machado	Integral
08	Bianca Kades	Integral
09	Rafael Prestes De Oliveira	Integral
10	Ana Vitória Ianke Tasca	Integral
11	Davi Da Fonseca Pchara	Integral
12	Julia Weiss Da Costa	Matutino
13	Matheus Hoffmamnn Martins	Integral
14	João Germano Barp	Integral
15	Thifani Fernandes Pimentel	Integral
16	Kelven Kades Pereira	Integral
17	Gabriel De Souza Teixeira	Integral
18	Isabella Victoria Dos Santos	Integral
19	Pedro Henrique Thomaz Chaves	Vespertino
20	João Lucas Thomaz Chaves	Vespertino
21	Julia Mariha Martins	Matutino
22	Kaua Martins Soares	Matutino
23	Renan Ranini Pessoa	Matutino
24	Caio Rodrigues Faustino	Matutino
25	Pedro Henrique S. Da Silva	Integral
26	Geysanny Elen Marinho Brito	Integral
27	Gustavo Vieira Da Silva	Integral
28	Pedro Henrique Rodrigues Barbosa	Integral
29	Sandro Arnaldo Silva Junior	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - B

	Criança	Período
01	Piter Domingos	Vespertino
02	Augusto Braciani Seugling	Integral
03	Maria Gabriely Martins Rojas	Integral
04	Alice Da Silva	Integral
05	Theo Andrey Peixoto Cardoso	Integral
06	Pedro Henrique Bittencurt De Jesus	Integral
07	Pedro Henrique Pereira Da Silva	Vespertino
08	Emanuelly De Souza Vailões	Integral
09	Thales Henrique Praseres	Integral
10	Joao Luiz Oliveira Dos Santos	Matutino
11	Isabela De Souza	Vespertino
12	Isabella Dias De Souza	Integral
13	Isabelly De Paula Dos Santos	Integral
14	Maria Luiza Ouriques Dos Santos Gonçalves	Integral
15	Maria Clara Ouriques Dos Santos Gonçalves	Integral
16	Vinicius Pereira Costa	Integral
17	Gustavo Goulart Da Costa	Integral
18	Gabriel Jose Ribeiro Da Silva	Integral
19	Rafaela Santos De Oliveira	Integral
20	Davi Leonardo Pessoa	Integral
21	Emanuel Tiago Benedito Da Silva	Integral
22	Keren Geovana Nascimento De Góis	Integral
23	Ysabelli Santos De Almeida	Vespertino
24	Daniel Laurindo De Souza	Matutino
25	Jean Carlos Gomes Da Silva	Integral
26	Jamily Gullich	Matutino
27	Beatriz Do Nascimento Veiga Silva	Matutino
28	Ismael Padilha Simões	Integral
29	Arthur Francisco Bastos Ferreira	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 / 6 Misto – Matutino

	Criança
--	---------

01	Ismael Camargo D. Lopes
02	Maria Luiza Fonseca Waltrick Marian
03	Beatriz Fernandes
04	Matheus Henrique Rodrigues Da Silva
05	João Vicente Ribeiro
06	Michelli C. Alves
07	Maria Eduarda De Araujo Teixeira
08	Caio Henrique Silva Freitas
09	Matheus Fernandes Da Silveira
10	Ana Luyiza Da Silva Possas
11	Julia Da Silva Faustino
12	Davi Anacleto Das Neves
13	Kauã Gheux Felisbno
14	Emily Cristina Da Silva
15	Marina Vitoria Lucas
16	Ana Clara Toral Isidio
17	Luiz Guilherme Lopes
18	Julya Antônia Schimidt Oliveira
19	Emilly Da Silva Medeiros
20	Carina Ribeiro Padilha
21	Nicolas Ferreira Silva
22	Cauã Marcelino Silva
23	Layana Fidelis
24	Natalia Freitas Xavier
25	Maria Luisa Andrade Da Silva

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 A – Matutino

	Criança
01	Luiz Gustavo Da Silva
02	João Pedro Alves Lopes
03	Mateus Schonivinder
04	Laura Blanco Amândio
05	Davi Souza Da Silva
06	Lucas Eduardo Rodrigues
07	Henrique Favaro Da Costa
08	Evelyn Alves Lourenço
09	Júlia Santos Carvalho
10	Isabelle Emília Da Silva Francisco
11	João Victor D´Avila Nunes
12	Thalita Dos Santos Fermino
13	Matheus Dos Santos Sant´Ana
14	Lucas Ouriques Correa
15	Lays Vitoria L. Maciel
16	Maria Laura Castro Saraiva
17	Maysa Alexandra S. Da Silva
18	Pedro Taciano Dos Santos Da Silva
19	Yuri Oliver Leite
20	David Siqueira Rodrigues
21	Guilherme Marcos Custodio
22	Erick De Freitas
23	João Carlos Barbosa Custodio
24	Pietra Eloá Cândido
25	Ketly Luisa Dos Passos

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 A – Vespertino

	Criança
01	Juliana Monick Schlager Maria
02	Bruno De Oliveira Fernandes

03	Pietra Dos Santos Morfim
04	Ágatha Macario Da Silva
05	Nicolas Galdino Da Silveira
06	Pedro Yuri Santos Rodrigues
07	Rudney Golçalves Mendes
08	Larissa Joaquim Silva
09	Maria Luiza Santiago Felisbino
10	Guilherme Soares Schiller
11	Vitor De Souza Rodrigues
12	Matheus Santos De Melo
13	Brenda Da Silva Menegazzo
14	Gabrielly De Souza Castro
15	Enzo Matias
16	Isadora Oliveira De Melo
17	Lucas Vinicius De Souza
18	Lucas Soares Burgos
19	Luan Mello Laurindo
20	Miguel Antônio Da Silva Da Costa
21	Carlos Henrique De Souza
22	Matheus Araujo Teixeira
23	Maria Luiza Nunes Nogueira
24	Bryan Henrique Alves Ribeiro
25	Fernando Pimentel Pereira

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 B – Vespertino

	Criança
01	Lucas Eduardo Kades De Lima
02	Maria Clara Costa De Moraes
03	Felipe Daniel De Souza
04	Felipe Sadi Spiecker Da Silva
05	Mauricio Souza Teixeira
06	Carolina Nascimento Da Silva
07	Lucas Wuillian Ribeiro Da Silva
08	Kauan Fraga
09	Leticia Eli Santos
10	Raphael Kurten Ângelo Muller
11	Wanderson M. F. Da S. Júnior
12	Vitor Golçalves Castro
13	Dafini Fernanda Silvestri
14	Beatriz Golçalves Dos Santos
15	João Vitor Mendonça
16	Angelina Eloha Garcia Dos Santos
17	Yuri Jaques De Souza
18	Beatriz Zanatto Da Silva
19	Victor De Andrade Gimarães
20	Felipe Teixeira Martins
21	Angelo Guilherme Dos Santos Moreira
22	Yuri Bernardo Da Silva Duarte
23	Sophia Bales Santana
24	Ysabela Dos Santos
25	Isabelly Costa De Assis

LISTA DE ESPERA

Grupo 01

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Emilli Jjuvileski Da Cunha	24/05/14	Atendida
02	Lucas Schild. Raasch	12/04/14	Atendido
03	Bryan Do Carmo Morfim	14/06/14	Aguardando Vaga
04	Ana Laura Leote. Fernandes	24/07/14	Aguardando Vaga
05	Aylla Sofia R. Matias (Bolsa Familia)	24/06/14	Atendida
06	Otavio Henrique Smith	10/06/14	Aguardando Vaga
07	Sophia Luiza Da S. De Oliveira	12/04/14	Bolsa Familia
08	Luiz Paulo Correa. Ribeiro	05/05/14	Aguardando vaga
09	Yasmim Da Silva. Cunha	20/07/14	Aguardando vaga
10	João Gabriel K. Teixeira	24/07/14	Aguardando vaga
11	Joege Aristimunho. Oliveira	15/04/14	Aguardando vaga
12	Jullia Vieira De Amorim	17/07/14	Aguardando vaga
13	Ludmila Helena Woiszczyk Beltrão	23/07/14	Aguardando vaga
14	Bryan Soares Rodrigues	16/09/14	Aguardando vaga
15	Beatriz Machado	15/10/14	Aguardando vaga
16	Arthur Silva Moraes	07/07/14	Aguardando vaga
17	Vitor Da Silva De Moraes	07/07/14	Aguardando vaga
18	Joao Arthur Schaparine A. Pereira	07/10/14	Aguardando vaga
19	Alice Rodrigues Moraes	18/11/14	Aguardando vaga
20	Fernanda Correia Floriano	18/06/14	Aguardando vaga
21	Davi Jacques Guaconelli	23/07/14	Aguardando vaga
22	Arthur Steinback	15/08/14	Aguardando vaga
23	Isabella De Oliveira Kades	22/09/14	Aguardando vaga
24	Suiane Scopel Da Rosa	15/04/14	Aguardando vaga
25	Luiz Antonio Berka	06/02/15	Aguardando vaga
26	Bernardo Lohn Gonçalves	06/01/15	Aguardando vaga
27	Samuel C. Vieira	17/11/14	Aguardando vaga
28	Enzo Ferrari	15/10/14	Aguardando vaga
29	Antonio Gabriel De A. Da Silva Dorcas	06/03/15	Aguardando vaga
30	Gabriel Felipe Clemente	19/05/14	Aguardando vaga
31	Hugo Rafael Da Silva Moura	20/04/14	Aguardando vaga
32	Gabriel Campos Da Chaga	18/03/14	Aguardando vaga

Grupo 02

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Leonardo Da Silva Lopes	31/07/13	Bolsa Família
02	Davi Roeder Benazzi	03/01/14	Aguardando vaga
03	Gustavo José Forester	31/05/13	Aguardando vaga
04	Sharylen De Jesus Bento	01/08/13	Aguardando vaga
05	Arthur Rocha. Santos	10/02/14	Aguardando vaga
06	João Victor Valci De Souza	10/05/13	Aguardando vaga
07	Yuri Fernandes. De Assis	06/05/13	Aguardando vaga
08	Andressa Camargo Dutra Lopes	25/05/13	Aguardando vaga
09	Ana Clara Rosa	23/11/13	Aguardando vaga
10	Nicolly Kamer Schell	26/09/13	Aguardando vaga
11	Ana Julia Poncio. Da Silva	20/01/14	Aguardando vaga
12	Brayan De Aragao Castro	08/01/14	Aguardando vaga
13	Cristian Leite Pereira	13/12/13	Aguardando vaga
14	Arthur Da Silva	10/08/13	Aguardando vaga
15	Mirella Rodrigues Tibes	08/04/13	Bolsa Família
16	Laura Antonio Gomes Goedert	12/03/14	Aguardando vaga
17	Pablo Kades	22/01/14	Aguardando vaga
18	Alice Juppa Leite	04/12/13	Aguardando vaga
19	Agatha Martins Munzfeld	14/08/13	Aguardando vaga
20	Pedro Henrique Arruda De Oliveira	22/08/13	Bolsa Família
21	Guilhermina Americo Claro	30/04/13	Aguardando vaga
22	Maria Eduarda Becker	04/12/13	Aguardando vaga
23	Matheus Gonçalves Castro	22/11/13	Aguardando vaga

24	Yasmim Gloveia Da Silva	28/05/13	Aguardando vaga
25	Luany Marcella Martins De Souza	20/03/14	Aguardando vaga
26	Erick De Souza	26/06/13	Aguardando vaga
27	Maria Clara Silva Mendes De Andrade	09/03/14	Aguardando vaga
28	Beatriz Amorim Andretti	12/02/14	Aguardando vaga
29	Miguel Bruch Martins	10/01/14	Aguardando vaga
30	Maria Fernanda De Souza Correa	26/12/13	Aguardando vaga
31	Milena Fragoso Nunes	24/08/13	Aguardando vaga
32	Miguel Carlim Dos Santos	19/09/13	Aguardando vaga
33	Arthur Monteiro Da Silva	28/03/14	Aguardando vaga
34	Daniel Soldi Dos Santos	08/06/13	Aguardando vaga
35	Joao Pedro Rodrigues	25/03/12	Aguardando vaga
36	Sophia Emanuely Da Silva Ferreira	30/04/13	Aguardando vaga
37	Samuel Fernando Ribeiro Da Luz	14/10/13	Aguardando vaga
38	Sophia Silva Michels	14/10/14	Aguardando vaga
39	Joaquim Sarmento	02/03/14	Aguardando vaga
40	Arthur Felipe Zommer Dos Santos	08/04/13	Aguardando vaga
41	Everton Machado Santos	11/01/14	Aguardando vaga
42	Arthur Romao Santana	10/09/13	Aguardando vaga
43	Eduardo Da Silva	23/10/13	Aguardando vaga
44	Arthur Luiz Peixe Ferreira	27/09/13	Aguardando vaga
45	Emily Vitoria Pedrollo	05/11/13	Aguardando vaga
46	Isaac De Jesus Broering	02/01/14	Aguardando vaga
47	Nicolle Fagundes Gonçalves	14/10/13	Aguardando vaga
48	Julia Isabelly Costa Da Silva	27/06/13	Aguardando vaga
49	Alice De Mello Duarte	06/11/13	Aguardando vaga
50	Isac Jaques Marafio	28/03/14	Aguardando vaga
51	Kaua Durte Rita	29/12/13	Aguardando vaga
52	Isaac Silva De Carvalho	18/06/13	Aguardando vaga
53	Luiz Fernando Tavares Peixoto Neves	30/01/14	Aguardando vaga
54	Rafaela Martins	18/10/13	Aguardando vaga
55	Matheus Martins Pacheco	03/05/13	Aguardando vaga
56	Mariany Alves Maciel	11/03/14	Aguardando vaga
57	Rafaela Gama Pereira	25/04/13	Aguardando vaga
58	Vicente Lentz Silveira	12/12/13	Aguardando vaga
59	Davi Lucca Martins	12/03/14	Aguardando vaga
60	Mariana Andrada Cardoso	23/04/13	Aguardando vaga
61	Ramón Rovaris Modesto Zabel	21/04/13	Aguardando vaga
62	Ana Beatriz Da Silva Da Costa	30/09/13	Aguardando vaga
63	Ana Clara Cardoso Da Silva	18/11/13	Aguardando vaga
64	Iago Formigoni Custodio	06/11/13	Aguardando vaga
65	Helena Correa	15/01/14	Aguardando vaga
66	Julia Da Cunha Leite	29/05/13	Aguardando vaga
67	Nicolly O M. De Paula	26/05/13	Aguardando vaga
68	Maria Clara Santiago Fidelis	10/06/13	Aguardando vaga
69	Emilly K. S. Da Silva	08/06/13	Aguardando vaga
70	Kauane G. S. Da Silva	08/06/13	Aguardando vaga
71	Samuel Vicente Moreira	14/01/14	Aguardando vaga
72	Helena Rodrigues Pereira	18/09/2013	Aguardando vaga
73	Isabelly Silva Duarte	01/12/13	Aguardando vaga
74	Emanuely De Almeida Marcelino	09/03/14	Aguardando vaga
75	Geovana Nunes De Almeida	08/04/13	Aguardando vaga

Grupo 03

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Gabrielly Almeida Maule	20/05/12	Aguardando vaga
02	Bruno Luiz. Lima De Almeida	27/09/12	Aguardando vaga
03	Gabriel Delmondes Leite Dos Santos	27/10/12	Aguardando vaga
04	Ana Clara Pereira	26/02/13	Aguardando vaga
05	Emanuel Sangalletti Andrade	27/09/12	Aguardando vaga
06	Joao Lucas Moraes De Fraga	21/06/12	Aguardando vaga
07	Emanuely Bussaquera Gebauer	28/02/13	Aguardando vaga
08	Bernardo Forster	22/12/12	Aguardando vaga

09	Kerollyn Agatha Da Silva	12/11/12	Aguardando vaga
10	Davi Vidal De Souza	17/04/12	Aguardando vaga
11	Gabriel Cardoso Da Silva	22/01/13	Aguardando vaga
12	Talyson Padilha Nascimento	24/09/12	Aguardando vaga
13	Matheus Rosar Bueno	08/05/12	Aguardando vaga
14	Gabrielly Vitoria Leal Do Amaral	10/07/12	Aguardando vaga
15	Rebeca Aparecida Da Silva	13/05/12	Aguardando vaga
16	Ana Vitoria Da Silva De Campos	05/10/12	Aguardando vaga
17	Vinicius Celito Candido	22/09/12	Aguardando vaga
18	Gustavo Araujo Ferreira	02/11/12	Aguardando vaga
19	Matheus Kuster De Souza	16/07/12	Aguardando vaga
20	Pedro Henrique Cardoso Silveira	31/07/12	Aguardando vaga
21	Pedro Ruan Dos Santos Custodio	25/08/12	Aguardando vaga
22	Vinicius Almeida Campos	28/11/12	Aguardando vaga
23	Sara Ribeiro De Moraes	30/03/13	Aguardando vaga
24	Paulo Henrique Hoffmann Schutz	18/04/12	Aguardando vaga
25	Julia Fernandes Costa	04/01/13	Aguardando vaga
26	Enzo Gabriel Tomaz Da Rosa	23/06/12	Aguardando vaga
27	Maite Kamilly De Souza	06/12/12	Aguardando vaga
28	Isabelly Cordova Ribeiro	24/01/13	Aguardando vaga
29	Pedro Inacio Sachetti	16/05/12	Aguardando vaga
30	Julia Luiza Sartori	07/02/13	Aguardando vaga
31	Murilo Barboza Vitor Santos	20/12/12	Aguardando vaga
32	Bruno Silva Carpes	27/08/12	Aguardando vaga
33	Hyago Antonio Pereira	17/12/12	Aguardando vaga
34	Bernardo Deolindo Cristovao	01/11/12	Aguardando vaga
35	Vinicius De Souza Marafigo	17/08/12	Aguardando vaga
36	Sofia Machado De Oliveira	18/04/12	Aguardando vaga
37	Rai Souza De Souza	10/02/13	Aguardando vaga
38	Bernardo Gomes Cristovao	16/01/13	Aguardando vaga
39	Augustinie Achneider	14/08/12	Aguardando vaga
40	Maria Cristina Silveira	29/08/12	Aguardando vaga
41	Isabella Da Maia Oliveira	31/07/12	Aguardando vaga
42	Isabelle Teixeira Martins	21/04/12	Aguardando vaga
43	Manuella Durgante Monteiro	01/10/12	Aguardando vaga
44	Alessandro Rosa Correa	18/05/12	Aguardando vaga
45	Leandro Rodrigues Vitorino	17/02/13	Aguardando vaga
46	Laura Silva De Lima	28/06/12	Aguardando vaga
47	Kaua Natanair Dos Santos	14/01/13	Aguardando vaga
48	Rayssa Aparecida Da Silva	13/05/12	Aguardando vaga
49	Sofia Maria Azevedo Farias	25/02/13	Aguardando vaga
50	Elisa Gesser	13/02/13	Aguardando vaga
51	Raissa Valeria Pol	10/04/12	Aguardando vaga
52	Isabela Leomonie Platen	13/07/12	Aguardando vaga
53	Maria Eloisa Virtuoso Da Silva	22/01/13	Aguardando vaga
54	Joao Gabriel Da Cruz	20/09/12	Aguardando vaga
55	Arthur Claudio Farias	28/03/13	Aguardando vaga
56	Ryan Camargo Garcia	09/08/12	Aguardando vaga
57	Yuri Da Silva Machado	13/01/13	Aguardando vaga
58	Joao Pedro Teofilo Aleixo	03/05/12	Aguardando vaga
59	Maria Luiza Farias Alves	30/10/12	Aguardando vaga
60	Yasmin Domingos De Jesus	31/12/12	Aguardando vaga
61	Arthur Hammes Steimbach	04/07/12	Aguardando vaga
62	Kevenlyn Ramona Benito Ribeiro	05/03/12	Aguardando vaga
63	Guilherme Leal Brasil	28/03/13	Aguardando vaga
64	Diego De Souza Lima	13/05/12	Aguardando vaga
65	Gabriella Da Rosa De Avila	24/11/12	Aguardando vaga
66	Jhenifer Flores De Souza	13/02/13	Aguardando vaga

Grupo 04

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Daniely Toebe	23/09/11	Só tem interesse se for integral
02	Ana Beatriz Fernandes De Melo	23/01/12	Atendida

03	Hiago Alcino Costa	20/09/11	Situação de guarda
04	Davi Gabriel Leal Do Amaral	27/06/11	Aguardando vaga
05	Isabele Motta Do Nascimento	07/05/11	Aguardando vaga
06	Heloá Souza Dos Santos	05/09/11	Aguardando vaga
07	Breno Souza Castro Junior	23/02/12	Aguardando vaga
08	Sofia Amandio Garcia	03/03/12	Aguardando vaga
09	Anderson Gabriel Schimitz	10/08/11	Aguardando vaga
10	Lorenzo Gabriel Barão Salati	30/09/11	Aguardando vaga
11	Ana Luiza Becker	11/04/11	Aguardando vaga
12	Maria Klara Barroso De Lima	07/12/11	Aguardando vaga
13	Natieli Dávila Nunes	03/07/11	Aguardando vaga
14	Eliseu Aguiar Laurentino	02/12/11	Aguardando vaga
15	João Paulo Schneider Da Silva	14/06/11	Aguardando vaga
16	Davi Miguel De Souza	09/10/11	Aguardando vaga
17	Thales Henrique Torres	20/06/11	Aguardando vaga
18	Cauã Andrade Lopes	21/08/11	Aguardando vaga
19	Isabela Souza De Andrade	25/09/11	Aguardando vaga
20	Vinicius Silva Da Cunha	02/08/11	Aguardando vaga
21	Izadora Lourenço Thuns	12/09/11	Aguardando vaga
22	Kauan William Santos Da Silva	24/01/12	Aguardando vaga
23	Livia Mendes Avila Schneider	25/03/13	Aguardando vaga
24	Ásaf Do Rosario Galvao	08/09/11	Aguardando vaga
25	Yasmim Dos Santos Nascimento	10/05/11	Aguardando vaga
26	Maria Eduarda Krauss Dos Santos	09/07/11	Aguardando vaga
27	Davi De Cordova Passos	06/06/11	Aguardando vaga
28	Liza Fernanda Santos Da Silva	13/11/11	Aguardando vaga
29	Brayan Flores	16/01/12	Aguardando vaga
30	Ewerthon Samuel Peixe	10/06/11	Aguardando vaga
31	Maria Clara Lourenço Scheffel	22/02/12	Aguardando vaga
32	Bryan Espindola Arcelau Da Silva	13/03/12	Aguardando vaga
33	Amanda Boaventura Dos Santos	29/02/12	Aguardando vaga
34	Pedro Henrique Antunes Platen	17/11/11	Aguardando vaga
35	Emmanuel Santiago Stein	27/01/12	Aguardando vaga
36	Alice Nascimento Fernandes	14/07/11	Aguardando vaga
37	Carlos Arthur Siqueira Nazario Da Silva	08/08/11	Aguardando vaga
38	Ian Vinicius Maues Dias E Silva	25/10/11	Aguardando vaga
39	Lucas Samuel De Alcantara Barbosa	06/05/11	Aguardando vaga
40	Vitoria Trindade Coelho	14/07/11	Aguardando vaga
41	Clara Eduarda Da Silva Souza	14/01/12	Aguardando vaga
42	Laysa Mello Laurindo	06/06/11	Aguardando vaga
43	Larissa Guesser Goblo	29/02/12	Aguardando vaga
44	Guilherme Nascimento	31/08/11	Aguardando vaga

Grupo 05

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Eduarda Oliveira De Lara	25/05/10	Atendida
02	Pedro Vermohler Santiago	09/07/10	Só se for integral
03	Natalia Freitas Xavier	27/12/10	Atendida
04	Miguel Goldbeck. L. Feijó	19/09/10	Só se for integral
05	Manuely Vieira Felippi	12/02/11	Não tem interesse
06	Maria Luiza Fonseca Waltrick Marian	23/01/11	Atendida
07	Sofia Elias Dos Santos	18/12/10	Matriculada em outro CEI
08	Kedma Rayane S. M. De Andrade	30/11/10	Não tem contato
09	Matheus Henrique Rodrigues Da Silva	17/03/11	Atendida
10	Kauan Joao Da Cruz	15/07/10	Atendida
11	Caio Henrique Silva De Freitas	24/07/10	Atendida
12	Marina Vitoria Lucas	06/02/11	Atendida
13	Bianca Kades	30/12/10	Atendida
14	Beatriz Do Nascimento Veiga Silva	08/12/10	Atendida
15	Pedro Henrique Rocha Vieira	27/03/11	Atendida
16	Amanda De Liz Selpa	14/02/11	Matriculada em outro CEI
17	Julia Weiss Da Costa	25/09/10	Atendida
18	Kaua Martins Soares	09/09/10	Atendida

19	Julia Gulart Alexandre	16/09/10	Só se for integral
20	Wesley Inacio Sabino	26/01/10	Só se for integral
21	Emanuelly Angelo Cardoso	11/05/10	Aguardando vaga
22	Pedro De Oliveira Ribeiro	24/09/10	Aguardando vaga
23	Nycolas Sodin Da Silva	27/07/10	Aguardando vaga
24	Laura Leticia Cardoso Souza	29/05/10	Aguardando vaga
25	Erick R. Moraes Souza	14/03/11	Aguardando vaga
26	Renan Leandro	27/02/11	Aguardando vaga
27	Raissa O. Oliveira	28/10/10	Aguardando vaga
28	Gabrielly Fridrich Cruz	13/11/10	Aguardando vaga
29	Gustavo H. Campos Da Chaga	12/01/11	Aguardando vaga
30	Maysa Natalia Silva Da Costa	28/12/10	Aguardando vaga
31	Nicole De Oliveira Andrade	11/10/10	Aguardando vaga

Grupo 06

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Brayan Henrique Alves Ribeiro	29/09/09	Atendido
02	Layana Fidelis	12/08/09	Atendido
03	Maria Luiza De Andrade Da Silva	12/07/09	Bolsa família
04	Yuri Bernardo Da Silva Duarte	03/10/09	Atendido
05	Angelo Guilherme Dos Santos Moreira	25/02/10	Atendido
06	Ysabela Dos Santos	26/05/09	Atendido
07	Guilherme Marcos Custodio Da Silva	23/12/09	Atendido
08	Sophia Bales Santana	11/08/09	Atendido
09	Erick De Freitas	02/10/09	Atendido
10	Thiago Henrique Barbosa	21/08/09	Atendido
11	Aline Schlichting	20/09/09	Prefere vespertino
12	Lucas Da Conceição Nascimento	27/04/09	Prefere vespertino
13	Pietra Eloá Candido	28/11/09	Atendido
14	Isabelly Costa De Assis	28/01/10	Bolsa família
15	Andreza Duarte	12/07/09	Matriculada em outro CEI
16	Kauan Fraga Gomes	28/11/09	Não tem contato
17	Leonardo Vieira Bauer	11/11/09	Sem contato
18	Joao Carlos Barbosa Custodio	03/11/09	Atendido
19	Kettyn Luisa Dos Passos	06/12/09	Atendido
20	Daniel Brugeron Junior	26/09/09	Prefere vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Bott Philippi
 Endereço: Rua Crispim Gabriel Souza, nº 67 – Centro – São José
 Telefone: (48) 3257-3616
 Diretora: Waléria Schmidt Iahn

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	02	12	10	02	02	14
IV	03	18	13	02	05	20
V	04	20	17	01	01	19
Misto IV e V	03/04	12	08	02	04	14
Misto V e VI	04/05	20	13	01	07	21
TOTAL 82	61	08	19	88		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV	03 - Matutino
Misto IV e V	02 - Matutino
V	02 - Integral

Misto V e VI

06 - Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Ana Clara Losboa da Cruz	Integral
02	Arthur Santiago Neves	Integral
03	Arthur Willyan Isidoro	Integral
04	Breno Antonio Isidoro	Integral
05	Davi Hecht Boell	Integral
06	Gabriel Hoffmann Faccioli	Integral
07	Jhenyfer Santos de Oliveira	Integral
08	Kauê Lucca Fernandes da Silva	Integral
09	Laura Toldo Petres	Vespertino
10	Maria Luiza Justen	Integral
11	Mariah Letícia Souza Ramos	Matutino
12	Rafaela Freiburger Angelo	Vespertino
13	Vinicius Espindola Generoso	Integral
14	Vitória de Souza Fiorelli Pierry	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Alice Duarte Corrêa	Integral
02	Arthur Becker Rodrigues	Integral
03	Benjamim Carvalho Pereira	Integral
04	Bernardo de Borba Andrade	Vespertino
05	Cataryna Souza Fernandes	Integral
06	Davi Burati de Souza	Matutino
07	Douglas Abreu Rosa dos Santos	Vespertino
08	Enzo Merizio Daudt Yllana	Integral
09	Hadassa Lopes Santos	Matutino
10	Heitor Justen Almeida	Vespertino
11	João Gustavo da Conceição Rodrigues	Integral
12	Júlia Vieira	Vespertino
13	Kauã Santos da Silva	Integral
14	Marcus André Sell Philippi	Integral
15	Nicole Bressan das Chagas	Integral
16	Nikolas Rafael de Sousa	Integral
17	Otávio da Silva	Vespertino
18	Rayane Schmidt	Integral
19	Teresa Cristina Boddenberg Barbosa	Integral
20	Victor Arion Miranda	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Adriano Littig Waltrick	Integral
02	Ana Caroline Dalmas	Integral
03	Cristieli da Silva Vicente Carlos	Integral
04	Guilherme Gerlach Isidoro	Integral
05	Hasaff Cardoso Pereira.	Integral
06	Isabela Amorim da Silva Gonçalves	Integral
07	Jhúlia Alessandra Parintins Vieira Pinto	Integral
08	João Vitor Ferreira da Rosa.	Integral
09	Larissa de Sousa	Integral
10	Lucas Fernandes de Oliveira	Integral
11	Lucas Gerlach Brandolt	Vespertino
12	Mateus Fermio Nunes	Integral

13	Naã Becker Rodrigues	Integral
14	Paulo Antonio da Silva	Integral
15	Samuel da Silva de Paula.	Integral
16	Sharlys dos Santos de Oliveira	Integral
17	Simão Pedro Eninger	Matutino
18	Sthefany mª Silva Gama.	Integral
19	Valentina Câmara da Rosa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto IV e V

	Criança	Período
01	Alice Silva do Rosário	Integral
02	Eduarda Querino da Rosa	Vespertino
03	Emanuelly Eloize Dutra	Integral
04	Emanuelly Vitória de Oliveira	Integral
05	Helena Simão Marques Rocha	Integral
06	Júlia Weiss da Costa	Matutino
07	Maria Clara Levandoski Southgate	Matutino
08	Maria Julia Cassini	Vespertino
09	Maria Júlia Prá	Vespertino
10	Mateus Vieira Lunckes	Integral
11	Nicolas Martins Santana	Vespertino
12	Pedro Ziegler Maia	Integral
13	Rafael Almeida dos Cascaes	Integral
14	Rodrigo Dias Corrêa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto V e VI

	Criança	Período
01	Amanda Celina Knop Adriano	Integral
02	Ana Luiza Floriano das Santos	Vespertino
03	Arthur Vieira Midon	Vespertino
04	Beatriz Ribas	Integral
05	Camilly Abdala Joaquim	Integral
06	Emanuella da Silva	Integral
07	Emilly Sofia Listarol	Integral
08	Erick Tonini Oliveira	Vespertino
09	Gabrielely Yasmim Boddenberg Monteiro	Integral
10	Helena Fraga	Integral
11	Jhulia Welter Rodrigues	Vespertino
12	João Filipi Gama da Silveira	Integral
13	João Victor Bardini José Bittencourt	Integral
14	Kauê Panizzon da Costa	Integral
15	Kevin David de Souza Ribeiro	Vespertino
16	Lucas de Souza Pereira	Vespertino
17	Nicolas Daniel dos Santos Ribas (GV – Integral)	Integral
18	Ruan Barros de Gama	Integral
19	Sophia Toldo Petres	Vespertino
20	Thayuani Cardoso da Rosa	Integral
21	Victor Sarandon Conceição Meira	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Lucas Silva Pires da Rosa	01/10/2012	Aguardando a vaga
02	Lívia de Jesus Pierri	25/02/2013	Aguardando a vaga
03	Swany Feraanández Bertoluchi	28/01/2013	Aguardando a vaga
04	Gustavo do Nascimento Peres	12/11/2012	Aguardando a vaga
05	Davi Boll dos Santos	28/04/2012	Aguardando a vaga
06	Marcelo Mendonça da Silva Filho	15/02/2013	Aguardando a vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis

Endereço: Rua das Esmeraldas, 141, Flor de Nápolis – SJ/SC – CEP: 88106-450

Telefone: (48) 3257-0341

Diretora: Maristela Muller

Coordenadora Pedagógica: Gianni Lucimar Azevedo

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	02 anos à 02 anos e 11 meses	17	13	04	04	21
IV	03 anos à 03 anos e 11 meses	23	23	-	-	23
IV e V	03 anos à 04 anos e 11 meses	23	12	11	11	34
V	04 anos à 04 anos e 11 meses	25	24	00	01	25
VI	05 anos à 05 anos e 11 meses	25	08	17	17	42
TOTAL				145		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV	-
IV e V	-
V	01 – matutino
VI	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Ahmed Oumar Diouf	Integral
02	Ana Luyza da Silva Teles	Integral
03	Anna Alice Camargo	Integral
04	Beatriz dos Santos Dantas	Integral
05	Bianca dos Santos Dantas	Integral
06	Isadora Carolina Cavassini Vieira	Integral
07	Luiz Henrique da Silva Machado	Integral
08	Maria Alice Zanini	Integral
09	Mariana Amaral Lucca	Integral
10	Melissa Ramos de Oliveira	Integral
11	Nathalya Gomes do Nascimento	Integral
12	Penélope Constantino	Integral
13	Tiffany Cibelly de Moura Santos	Integral
14	Heloisa de Quadros Pedroso	Matutino
15	Júlia Costa Varella	Matutino
16	Marco Antônio S. de Aragão	Matutino
17	Maria Caroline Barreto da Silva	Matutino
18	Bernardo Cirilo Gongora	Vespertino
19	Giovanna Gonçalves Pereira	Vespertino
20	Isaque Oliveira de Lima	Vespertino
21	Sophia Alcía Lourenço	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Agatha Cris Floriani	Integral

02	Amanda Boaventura dos Santos	Integral
03	Arthur Joquim dos Santos	Integral
04	Bernardo Vieira de Melo	Integral
05	Catharina Laurentino Machado	Integral
06	Claudia Regina Dubiella Medeiros	Integral
07	Davi Emanuel Gomes	Integral
08	Izadora Lourenço Thums	Integral
09	Joaquim Antônio de Souza	Integral
10	José Fernando Pilon Uveda	Integral
11	Larissa da Silva Mendes	Integral
12	Layza Thaiala Cunha	Integral
13	Luiz Otávio Gramacho	Integral
14	Marina Schmitz	Integral
15	Michael Duarte Gomes	Integral
16	Paola Hames de Oliveira	Integral
17	Rafael Brasil	Integral
18	Samuel Pereira Silva Prazeres	Integral
19	Saphira Alessandra Gomes do Espírito Santo	Integral
20	Thalyz Eduardo Moraes Silva	Integral
21	Valentina dos Reis Patricio	Integral
22	Vinícius Candido Regis	Integral
23	Wallison David da Silva Camargo Barbosa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV / V - Misto

	Criança	Período
01	Arthur Lamin da Rosa	Integral
02	Bernardo de Souza	Integral
03	Davi Godoy da Silva	Integral
04	João Victor Santos Costa	Integral
05	Lucas Raniel Rosa	Integral
06	Luiz Otávio Ventura	Integral
04	Rphael Anzorena Domingues	Integral
08	Sophia Elwanger cardoso	Integral
09	Thuany Vitória Ferreira Lemos	Integral
10	Vitória Rodrigues Cardoso	Integral
11	Yasmin Vitória C. D. Medeiros	Integral
12	André Mariano da Silva	Matutino
13	Bernardo Nunes da Silva	Matutino
14	Jardel da Silva Assunção	Matutino
15	Jayson Salmória Padilha da Rosa	Matutino
16	João Gabriel Feliciano Leonardo	Matutino
17	Laura Vicente Agostinho Silva	Matutino
18	Luisa Isadora Taques dos Santos	Matutino
19	Maria Eduarda F. do Nascimento	Matutino
20	Maria Eduarda Rios	Matutino
21	Nicolas Silveira Martins	Matutino
22	Yan de Oliveira Mota	Matutino
23	Yuri Schutz Stainbach	Matutino
24	Amon Nairon Gabriel Espindola	Vespertino
25	Ana Luiza Patricia dos Santos	Vespertino
26	Ana Rosa Osório Pinto	Vespertino
27	Bernardo Wagner Hoffman	Vespertino
28	Emanuelle Vitória dos Santos	Vespertino
29	Isadora Luiza Galvão	Vespertino
30	João Gabriel Martins	Vespertino
31	Leticia Costa Vieira	Vespertino
32	Leticia Silva Alves	Vespertino
33	Manuela Mendes da Silva	Vespertino
34	Nicolas Hames Longe	Vespertino
35	Sara Beatriz Sousa Sutil	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Agnys Soares	Integral
02	Aleffy Domingues de Matos	Integral
03	Ana Beatriz Soares da Luz	Integral
04	Anderson César dos Santos Filho	Integral
05	Arthur Emil Hoffmann	Integral
06	Arthur Vinicyus Kuhn Silva	Integral
07	Berjamin Ikes Aspiri Diaz	Integral
08	Brayan Alexandre Garcia Souza	Integral
09	Carlos E. Weber Francisco	Integral
10	Hiago Ouriques Moreira	Integral
11	Isadora Torrens Marques	Integral
12	Izabelly Oliveira dos Santos	Integral
13	Izabely Santos	Integral
14	Jamylle Lyandra de Souza	Integral
15	João Gabriel S.Tolentino	Integral
16	Kamilly Parizotto Bento	Integral
17	Lanna Danielly Silva P. Lameira	Integral
18	Larissa Santos de Jesus	Integral
19	Luiz Otávio C.Rodrigues	Integral
20	Luiz Vinicio Ferreira da Silva	Integral
21	Marcos Aurélio A.Machado	Integral
22	Ryan Carlos Rozar Cravo	Integral
23	Stephanie Duarte Gomes	Integral
24	Yara Conceição Nascimento	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI Misto - Matutino

	Criança	Período
01	Adria de Souza Paixão	Matutino
02	Akilas Mariano da Silva	Matutino
03	Ana Beatriz Hoffmann Biff	Matutino
04	Bernardo Aloisio Hermes	Matutino
05	Bianca Hoffmann Mariano	Matutino
06	Brayan Paradela Santos Medrado	Matutino
07	Christopher Barcelos Maus Lopes	Matutino
08	Davi Martins de Jesus	Matutino
09	Janaíne Padilha da Rosa	Matutino
10	José Henrique Ferreira Neto	Matutino
11	Keivison Mithel Rocha dos Santos	Matutino
12	Laisa Evilin Vilela	Matutino
13	Maria Vitória de Souza	Matutino
14	Matheus José da Silva Santos	Matutino
15	Rennê Augusto de Melo de Souza	Matutino
16	Wesley Kich de Lima	Matutino
17	Luis Felipe da Silva	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI Misto - Vespertino

	Criança	Período
01	Ana Júlia Schmitz	Vespertino
02	Ana Luísa Barbosa	Vespertino
03	Cheiny Kailany Matos	Vespertino
04	Emanuelly Cavalheiro Damasco	Vespertino
05	Flávio Tavares Pereira	Vespertino
06	Gustavo de Oliveira Lopes	Vespertino
07	Gustavo Leite Margraf	Vespertino

08	Gustavo Silva Batista	Vespertino
09	Isabela Oliveira de Lima	Vespertino
10	Isabely de Oliveira Pinto	Vespertino
11	Luan Fernandes Lohn	Vespertino
12	Luís Felipe Tavares Pereira	Vespertino
13	Maiara Abatti Correa	Vespertino
14	Marcos Antônio Freitas Machado	Vespertino
15	Natacha Danielle de S. Schaitel	Vespertino
16	Sophia Alexandra G.do Espírito Santo	Vespertino

Grupo VI - Integral

	Criança	Período
01	Alicia Vitória Floriani	Integral
02	Ana Carolinne dos Santos	Integral
03	Davi Santiago Lima	Integral
04	Júlia Elizabeth Della Giustina	Integral
05	Samanta Bandeira de Souza	Integral
06	Vitória Nunes Durgante	Integral
07	Guilherme Antonio de Souza	Integral
08	Lucas Gabriel Rodrigues de Souza	Integral

OBS: Devido a falta de crianças na lista de espera do Grupo V, foram chamadas crianças para Grupo VI Integral.

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Maria Izabelly Soares	13/07/2012	Permanece na lista
02	Enzo Gabriel de Souza Golbo	16/12/2012	Permanece na lista
03	Camila Nascimento da Rosa	15/08/2012	Permanece na lista
04	Ana Carolina R. da Silva	20/06/2013	Permanece na lista
05	Isabella Steimback	24/11/2012	Permanece na lista
06	Emanuel de B. Goularth	29/10/2012	Permanece na lista
07	Sofia Rodrigues	26/08/2012	Permanece na lista
08	Sophia de Andrade	08/04/2013	Permanece na lista
09	Nathiely Sousa de Jesus	30/08/2012	Permanece na lista
10	Gabriel Lins de Oliveira	24/08/2012	Permanece na lista
11	Ana Carolina Leal T. Matias	30/11/2012	Permanece na lista
12	Vinicius de Melo Martins	02/04/2012	Permanece na lista
13	Sofia Beatriz Chavier Melo	01/11/2012	Permanece na lista
14	Isadora da Silva Ventura	11/05/2012	Permanece na lista
15	Dara Elisa S. dos Santos	25/06/2012	Permanece na lista
16	Caio Prada	23/05/2013	Permanece na lista
17	Carlos Eduardo	08/10/2012	Permanece na lista
18	Sara Késia Santos Costa	20/06/2013	Permanece na lista
19	Davi Boll dos Dantos	28/04/2012	Permanece na lista
20	Eric Ueda	09/05/2013	Permanece na lista
21	Isabelli Wanka	13/08/2012	Permanece na lista
22	Jonathan Felipe	14/05/2013	Permanece na lista
23	Felipe Barbosa	06/04/2013	Permanece na lista
24	Gabriel Marafon	12/12/2012	Permanece na lista
25	Ana Júlia Moreira França	03/09/2012	Permanece na lista
26	Luis Felipe da Silva Barbosa	28/02/2013	Permanece na lista
27	Alexssandro Alquino Santos	31/05/2013	Permanece na lista

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Amabile H. de Souza	27/03/2012	Já esta matriculada
02	Júlia Antunes	11/05/2011	Já esta matriculada
03	Israel Marrone	12/04/2011	Permanece na lista
04	Beatriz Pereira da Rosa	02/03/2012	Permanece na lista

05	Cauã Prada	07/07/2011	Permanece na lista
06	Gustavo da Silva Trindade	15/09/2011	Permanece na lista
07	Agatha Gabrieli	26/02/2012	Permanece na lista
08	Arthur Hess de A. Silva	21/10/2011	Permanece na lista
09	Lucas Gabriel Nunes da Silva	25/02/2012	CRAS - Permanece na lista
10	Vinicius Moreira França	07/05/2011	Permanece na lista
11	Keity Nayara de Oliveira	25/07/2011	Permanece na lista
12	Willyan José Crecela	25/05/2011	Permanece na lista

GRUPO V

Não há crianças na lista de espera

GRUPO VI

Não há crianças na lista de espera

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida

Endereço: Rua Vereador Pedro Medeiros

Diretora: Isabel Cristina Elias Dalcomuni

Coordenadora Pedagógica: Rosa de Lima Silva

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV	03 anos a 04 anos	20	16	04	04	24
IV/V	03 anos a 04 anos e 08 meses	13	11	02	02	15
V	04 anos a 05 anos	25	25	-	-	25
V e VI matutino	04 anos e 05 meses a 06 anos	25	-	21	-	21
VI vespertino	5anos a 6 anos	25	-	-	25	25
TOTAL	52	27	31	110		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
IV	-
IV/V	-
V	-
V/ VI matutino	04 - matutino
VI vespertino	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Amanda Francis de Lara	Integral
02	Ana Beatriz Jacques	Vespertino
03	Ana Luiza da Rosa Mundt	Integral
04	Ana Clara dos Santos	Integral
05	Arthur Martins da Rosa	Integral
06	Davi Santos de Lima Silva	Integral

07	Emmanuel Martins Soares	Matutino
08	Enzo Pereira do Espírito Santo	Matutino
09	Gustavo Henrique de Oliveira	Integral
10	Henrique Francisco da Silva	Integral
11	Isabella Cristina Oliveira Welber	Vespertino
12	Isadora da Silva Schnornberger	Integral
13	Juan Pablo Jochem de Souza	Vespertino
14	Kaio Fernandes Cardoso	Integral
15	Kaylanny Soler Coelho de Souza	Vespertino
16	Kristian Piere da Silva	Integral
17	Mateus Bizarro	Integral
18	Melanie Machado Dornelles	Integral
19	Pedro Henrique Espindola Pagani	Matutino
20	Peterson Martins Leandro	Integral
21	Samuel Euclides Martins	Integral
22	Suyanne Soares Rosa	Integral
23	Victor de Mattos Machado	Integral
24	Welliton Fernandes de Carvalho	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV e V

	Criança	Período
01	Analú dos Anjos Leite	Integral
02	Arthur Bittencourt Rodrigues	Integral
03	Davi Soares Nardes	Integral
04	Ketlyn Aparecida Silva Coelho	Matutino
05	Laura Rosa do Amaral	Vespertino
06	Luca Mendes	Vespertino
07	Matheus Bernardo Rosa	Integral
08	Miguel Angelo Ribeiro	Matutino
09	Nicoli Buiarski	Integral
10	Ricardo Marcos Souza e Silva	Integral
11	Sâmily Linhares da Silva	Integral
12	Vinícius Gabriel Rigelo Leite Silveira	Integral
13	Vitor Fernandes	Integral
14	Yasmin da Silva Conceição	Integral
15	Walison Junior Reis Manjura	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Agatha Daniela Guimarães	Integral
02	Allan Rodrigues André	Integral
03	Alice Figueiredo Mello	Integral
04	Amabilly Vitória Belo Cardoso	Integral
05	Beatriz Abbade Da Silva	Integral
06	Charles De Assis Torquato	Integral
07	Gabriel Da Silva Brasil	Integral
08	Guilherme Fillipe Barboza	Integral
09	Guilherme Arthur Klopp	Integral
10	Hagata Gabriela Moraes Martins	Integral
11	Isaac Bion Da Silva	Integral
12	Isabella Trojan Elias	Integral
13	Isadora Machado	Integral
14	Izac Davi Prunzel	Integral
15	João Vitor Lauterio Dos Santos	Integral
16	Kauê Guilherme Fernandes Cardoso	Integral
17	Laryssa Nayara Florenço	Integral
18	Miguel Da Silva De Oliveira	Integral
19	Millena Ferreira Dos Santos	Integral
20	Rafael Martins	Integral

21	Ryan Eduardo Dos Santos Da Silva	Integral
22	Samuel Da Rosa De Oliveira	Integral
23	Thalita Rigelo Dos Santos	Integral
24	Vinícius Fernandes	Integral
25	Wallace Da Rocha Ferreira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V e VI - Matutino

	Criança
01	Ana Luiza Schmitt de Mattos
02	Ana Luiza Rocha Costa
03	Beatrice Thomaz Medeiros
04	Camilly Miranda
05	Carlos Eduardo de Oliveira
06	Daiana Gonçalves Pereira
07	Edson Fernandes de Carvalho
08	Gyulia de Lima Barbosa
09	Jean Lucas Ferraz da Silva
10	Kaleb Santos Lima de Castro
11	Luis Filipe de Souto
12	Lucas Morel Siqueira
13	Luiz Pedro Vidal Scherer
14	Maria Julia dos Santos
15	Maria Vitória Drun
16	Maria Yasmin Oliveira
17	Nathaly Adrielli Avila
18	Natasha Vitória Schwarz
19	Rai Elias Rodrigues de Brito
20	Rodrigo Henrick de Moraes Vieira Leite
21	William Gabriel Fonseca

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

	Criança
01	Amanda Rozar Faria
02	Bruna Plaster Freire
03	Beatriz Avila Lourenço
04	Cauã Henrique Muraro
05	Davi Daniel Lucchesi Siqueira
06	Érick Pinheiro Schmitt
07	Isadora Tavares Alves
08	Jamily Chaves Klopp
09	João Augusto Batistin da Silva
10	João Raphael Amaral dos Santos
11	Jonattan Wesley Alves
12	João Lucas de Oliveira Isac
13	Júlia Kettelen Machado de Castilhos
14	Kaike Silva Santos
15	Kamilly de Abreu
16	Kauã Murilo Correa
17	Luana da Silva Planticow
18	Lucas da Silva dos Anjos
19	Manuela Silva de Freitas
20	Maria Eduarda Raulino Heinemann
21	Matheus kuhn
22	Vinícius Luis dos Santos
23	Yasmin Perusso Cardoso
24	Vitor Gabriel Meira de Souza
25	Wesley Cardoso Machado

LISTA DE ESPERA

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Erick Gabriel de Lima Vieira Ferreira	23/01/2012	Aguardando vaga Somente período integral
02	Guilherme Ortiz Corrêa	21/05/2012	Aguardando vaga
03	Enzo Pereira do Espírito Santo	24/04/2012	Aguardando vaga Atendido período matutino
04	Welliton Fernandes de Carvalho	12/04/2012	Aguardando vaga Atendido período matutino
05	Lucas Chaves Miguel	10/06/2012	Aguardando vaga
06	Ryan Pyetro do Reino Olinger	11/08/2011	Aguardando vaga Somente vespertino
07	Luiza Maraschin das Chagas	30/10/2011	Aguardando vaga Somente integral ou vespertino
08	Alice Cristinna de Moraes	04/05/2012	Aguardando vaga Somente vaga integral
09	Bianca Porfiro Paulo	26/08/2011	Aguardando vaga Somente vaga vespertino
10	Emmanuel Martins Soares	24/08/2011	Aguardando vaga Atendido período matutino
11	Pedro Henrique Espindola Pagani	21/02/2012	Aguardando vaga Atendido período matutino
12	Nicole de Mattos Machado	10/05/2012	Aguardando vaga
13	Thaemy Christinny de Oliveira Ferreira	08/05/2012	Aguardando Vaga
14	Andrey Vicente Lourenço Avila	26/11/2011	Aguardando vaga
15	Miguel Augusto Machado Duarte	13/09/2011	Aguardando vaga
16	Samuel Rennie Coelho de Albuquerque	29/01/2012	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Dafne Lopes de Lima Hames	16/01/2011	Aguardando vaga Sem contato telefônico

Grupo VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Fagner Rangel Batista Gomes	13/04/2009	Aguardando vaga Sem contato telefônico
02	Kauê Vinicius Rodrigues da Silva	13/08/2009	Aguardando vaga Somente período vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças

Endereço: Rua Joinville s/ nº, Bairro Bela Vista

Telefone: (48) 3257-6286

Diretora: Solange Rosa

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV	3 anos à 3 anos e 11 meses	23	-	16	-	16
V	4 anos à 4 anos e 11 meses	25	08	-	14	22
VI	5 anos à 5 anos e 11 meses	25	-	-	21	21
IV-VI (misto)	4 anos à 5 anos e 11 meses	25	08	14	-	22

TOTAL	16	30	35	81		
-------	----	----	----	----	--	--

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
IV	07
V	03
VI	04
IV-VI (misto)	03

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Ana Breatriz Rodrigues Borges Porte	Matutino
02	Bernardo Kroon Silva	Matutino
03	Claudio Rafael Calixto	Matutino
04	Gabriel Ferreira Vargas	Matutino
05	Gabriel Willian Bittencourt	Matutino
06	Henzo Machado Coelho	Matutino
07	Izabela Ferreira Corrêa	Matutino
08	João Gabriel Da Costa Carrasco	Matutino
09	Laiara Vieira	Matutino
10	Manuela Costa Pereira	Matutino
11	Manuela Schuch De Souza	Matutino
12	Matheus Damasco Dos Santos	Matutino
13	Murilo Marcelo De Souza Pereira	Matutino
14	Natália De Souza	Matutino
15	Yan Victor	Matutino
16	William De Souza	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI

	Criança	Período
01	Alice Maria Aparecida Silva Da Costa	Vespertino
02	Arthur Felipe Luciano	Vespertino
03	Bianca Da Costa Vaz	Vespertino
04	Carlos Eduardo Lemes Machado	Vespertino
05	Eric Eduardo D. Costa Dos Santos	Vespertino
06	Eduardo Mery Valter	Vespertino
07	Isadora Natalie Dos Santos Oliveira	Vespertino
08	Isaac José Cardoso Maria	Integral
09	Isabella De Oliveira Siqueira	Integral
10	Isaque Mauricio Pioner	Integral
11	João Victor De Assis Machado	Vespertino
12	Larissa Schmidt	Integral
13	Leticia Sousa Araujo	Integral
14	Livia Boemer Centurion	Vespertino
15	Luan Roberto Cardoso De Oliveira	Integral
16	Maria Victória Massaneiro Taborba	Vespertino
17	Nicolly Machado Da Conceição Patricio	Vespertino
18	Sarah Sofia Mazarem	Integral
19	Sofia De França Chiquette	Vespertino
20	Vitor De Freitas Carvalho Da Silva	Vespertino
21	Vitória Posseti Brasil	Integral
22	Winicius Espindola Do Rosario	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

	Criança	Período
01	Ana Luiza Da Silva Ramos	Vespertino

02	Artur Fernando Gonçalves	Vespertino
03	Bianca Moreira Baltazar	Vespertino
04	Dafne Cardoso Rodrigues	Vespertino
05	Gabriel Henrique Silva Fernandes	Vespertino
06	Helena Da Silva Ortiz	Vespertino
07	Henrique Farias De Azevedo	Vespertino
08	Izabela Pereira Albanaes	Vespertino
09	Izabel Luzia Magaslhães	Vespertino
10	João Campos Westphal	Vespertino
11	Júlia Cardoso Novais	Vespertino
12	Manoel Gaspar Fontes	Vespertino
13	Maria Clara Cardoso	Vespertino
14	Matheus Silva De Souza	Vespertino
15	Nicolly Chaves Roberto	Vespertino
16	Pedro Campos Westphal	Vespertino
17	Rakelly Farias Ramos	Vespertino
18	Samuel Medeiros Ramos	Vespertino
19	Stella Christina De Oliveira	Vespertino
20	Tainan Bento Souza	Vespertino
21	Wesley Gabriel	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV/VI - Misto

	Criança	Período
01	Arthur Felipe Luciano	Matutino
02	Diesin Thayane Quirino De Vargas	Matutino
03	Emanuel Richard Da Silva	Matutino
04	Iago Ciello Lacerda	Matutino
05	Igor Christen Vieira	Matutino
06	Isaac José Cardoso Maria	Integral
07	Isabella De Oliveira Siqueira	Integral
08	Isadora Pereira Dos Santos	Matutino
09	Isaque Mauricio Pioner	Integral
10	Larissa Schimdt	Integral
11	Leticia Souza Araujo	Integral
12	Luan Roberto Cardoso De Oliveira	Integral
13	Lucas Lima Simas	Matutino
14	Marcelly Vieira Duarte	Matutino
15	Maria Luiza Mendes Humes	Matutino
16	Marina Morena Costa Amaral	Matutino
17	Rafaly Araujo Da Silva	Matutino
18	Renan Renato Vieira	Matutino
19	Sarah Sofia Mazarem	Integral
20	Thalya Alves De Oliveira	Matutino
21	Vitória Possenti Brasil	Integral
22	Yasmin Rosa De Maria	Matutino

LISTA DE ESPERA

· Até o momento não há crianças na lista de espera para nenhuma turma.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Santa Inês

Endereço: Rua: Paulo João dos Santos

Telefone: (48) 3257-7916

Diretora: Eliane Marcelino de Oliveira

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	2 anos à 2 anos e 11 meses	17	12	05	05	22
IV - A	3 anos à 3 anos e 11 meses	23	21	02	02	25
IV - B	3 anos à 3 anos e 11 meses	23	19	04	04	27
V - A	4 anos à 4 anos e 11 meses	25	23	02	02	27
V - B	4 anos à 4 anos e 11 meses	25	22	03	03	28
VI Matutino	5 anos à 5 anos e 11 meses	25	-	24	-	24
VI Vespertino	5 anos à 5 anos e 11 meses	25	-	-	24	24
TOTAL				177		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV	-
V	-
VI	01 - matutino
VI	01- vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Alice Godinho	Vespertino
02	Davi Cleber Bezerra Da Silva	Integral
03	Elise Idalino Da Silva	Matutino
04	Emilly Beatriz Skierzinski De Oliveira	Vespertino
05	Gustavo De Oliveira Ploêncio	Integral
06	Heitor De Souza Cardoso	Integral
07	Isaac Silveira Valério	Integral
08	Isabeli Almeida	Integral
09	Isabelly Alves Schmitz	Vespertino
10	Isabelly De Moraes Nunes	Integral
11	Jhonny Ferreira Gomes	Integral
12	Julia Negri De Oliveira	Integral
13	João Pedro Ancelmo Amaral	Integral
14	Lethícia Dos Santos Machado	Matutino
15	Lívia Rafael Mendes	Integral
16	Luan Hoffmann Xavier	Integral
17	Lucas Martins De Azevedo	Vespertino
18	Nicolas Da Silva Amorim Vicente	Integral
19	Nicollas Jean Rodrigues Do Nascimento	Matutino
20	Ruan Guilherme Nascimento Alencar	Matutino
21	Sofia Arruda Dos Santos	Vespertino
22	Valentina Moretti Da Rosa	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV - A

	Criança	Período
01	Alyce Borba Lima	Integral
02	Andre Luiz Pereira Pinheiro	Integral
03	Beatriz Rovere Vianna Do Amaral	Vespertino
04	Bernardo Caitano Da Silveira Fagundes	Integral
05	Bernardo Campani De Amorim	Integral
06	Bianca Porfírio Paulo	Matutino

07	Carlos Fernando Bronnemann Neto	Integral
08	Diego Luiz Souza	Integral
09	Eloisa Fontoura Dos Santos	Integral
10	Fernando Jeremias Fagundes Pereira	Integral
11	Gabriela Romão Pacheco	Integral
12	Giovanna Ferreira Do Amaral	Integral
13	Guilherme Luiz Citatin	Integral
14	João Victor Trindade Margarida	Integral
15	João Gabriel Cardoso Ribas	Vespertino
16	João Carlos Ferreira Lopes	Matutino
17	Julia Tomaz Pauli	Integral
18	Kauã Bezerra Da Silva	Integral
19	Larissa Cristina Gonçalves	Integral
20	Laryssa Alessandra Bochehin De Oliveira	Integral
21	Leonardo Alves Bueno	Integral
22	Maria Beatriz Rodrigues Hinkel	Integral
23	Maria Eduarda De Andrade Daitx	Integral
24	Pablo Luiz Felipe Do Rozario	Integral
25	Vinicius Steinbach Ares	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV - B

	Criança	Período
01	Andre Santos Vieira	Integral
02	Beatriz Alves De Farias	Integral
03	Bernardo De Oliveira Segurondo	Integral
04	Gabriel Basilio Vicente	Integral
05	Isabelle Barbosa	Integral
06	Isabelli Kait Rodrigues	Integral
07	José Gabriel Da Silva	Integral
08	Kamilly Lima Da Silva Vieira	Matutino
09	Kauê Andrade	Integral
10	Lucas Da Silva Alves	Integral
11	Lucas Florenço Schroeder	Integral
12	Luiggi Zacchi Sant'anna	Integral
13	Luiza Barbosa Da Silva	Matutino
14	Luiza Martins Volpato	Integral
15	Maria Júlia Silva De Oliveira	Integral
16	Maria Luiza Dos Santos	Matutino
17	Manuela Souza	Integral
18	Matheus Rafael Palaoro	Integral
19	Otávio Roberto Viríssimo Sell	Integral
20	Pietro Richartz Dos Santos	Vespertino
21	Rafaela Rosa Pacheco	Vespertino
22	Rafael Alves Costa Silva	Integral
23	Rafaely Bernardo Da Silva	Integral
24	Renan Rodrigo De Souto	Vespertino
25	Vinicius Rafael Pacheco	Integral
26	Vitoria De Freitas	Matutino
27	Ygor De Lima Sousa	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V - A

	Criança	Período
01	Ana Clara Bassi Corrêa	Integral
02	Beatriz Helena Da Rosa Pereira	Integral
03	Clara Teresinha Sant'Anna	Matutino
04	Emily Bittencourt	Integral
05	Emily Caroline Siqueira Issa	Integral
06	Erik De Souza Pineiro	Integral

07	Felipe Gabriel Da Luz Chaves	Integral
08	Gabriel Alves Mendes	Integral
09	Gabriel Antonio Do Nascimento	Integral
10	Gustavo Hoffmann	Integral
11	Isabela Galante	Integral
12	Isadora Da Silva Lima	Integral
13	Jamilly Ferreira Gomes	Integral
14	João Paulo De Souza Braga	Integral
15	João Pedro Raitz De Amorim	Integral
16	José Antônio De Andrade De Freitas	Vespertino
17	Julia Kovacs	Integral
18	Kauan Guerra Borges	Integral
19	Marcos Paulo Weber Zablonki	Integral
20	Manoel Neto Silva Fernandes	Integral
21	Mateus Henrique Dos Santos Eyng	Vespertino
22	Maycon Silva Nunes	Integral
23	Natália Pacheco De Souza	Matutino
24	Natan Borges Da Silva	Integral
25	Pedro Henrique Varela	Integral
26	Pedro Henrique Martins Da Conceição	Integral
27	Vinicius Mateus Chupe	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V – B

	Criança	Período
01	Ana Clara De Melo	Vespertino
02	Ana Clara Weiss	Matutino
03	Camilly Eduarda Da Silva Mendes	Integral
04	Davi Nascimento Madeira	Integral
05	Diogo Fortes Dos Santos	Integral
06	Emily Gabrieli De Oliveira	Integral
07	Isabelly Pereira	Matutino
08	Isabelly Barbosa Vicente	Integral
09	Isadora Losso Estevão	Integral
10	José Victor Da Silva Pinheiro	Vespertino
11	Julia Beatriz Da Cruz Leme	Integral
12	Karolline Lucas Oliveira	Matutino
13	Kauã Claumann Da Rocha	Integral
14	Kevyn Bezerra Leandro Da Silva	Integral
15	Maia Luciana Da Silva Araújo	Integral
16	Marcela De Oliveira	Integral
17	Mariana Santos Da Silva	Integral
18	Matheus Mohr Navarini	Integral
19	Nathália Correia Meinert	Integral
20	Nicolas Gabriel De Souza	Integral
21	Nicolly Da Silva Freitas	Integral
22	Pedro José De Macedo	Integral
23	Samantha Schmidt Luz	Integral
24	Sarah Barros De Souza	Integral
25	Sthefany De Jesus Verissimo	Vespertino
26	Thalles Rodrigues Borges	Integral
27	Valentina Oliveira De Souza	Integral
28	Wallace Cristovão Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI – Matutino

	Criança	Período
01	Ana Lara Moreira	Matutino
02	Andriany Moraes Vaghetti	Matutino
03	Arthur Santos Floriano	Matutino

04	Beatriz Dorneles Zorzi	Matutino
05	Bernardo Claudino Rosa Da Cruz	Matutino
06	Bianca Da Silva Amorim	Matutino
07	Henrique Do Nascimento Schappo	Matutino
08	Davi Moreira Costa	Matutino
09	Deivid Gabriel Martins Dos Santos	Matutino
10	Eduardo Cunha	Matutino
11	Gabriel Amorim Da Silva	Matutino
12	Gabrielly Silveira Silva	Matutino
13	Giovana Claudino Rosa Da Silva	Matutino
14	Kauã Albino Machado	Matutino
15	Letícia Manuela Da Silva	Matutino
16	Lucas Moreira Caitano	Matutino
17	Maria Eduarda Silva Adriano	Matutino
18	Maria Fernanda Pereira De Melo	Matutino
18	Pedro De Oliveira Crescente	Matutino
19	Ranna Raquelly Santos Sousa	Matutino
20	Vitor Gabriel Silva Alencar	Matutino
21	Yasmim Silveira Messa	Matutino
22	Yasmim Sousa Da Silveira	Matutino
23	Willian Rafael Correia Dutra Dos Anjos	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Meira Pereira	Vespertino
02	Ana Luiza Godinho	Vespertino
03	Carlos Ryann Alencar Costa	Vespertino
04	Evellyn Bezerra Leandro Da Silva	Vespertino
05	Ewellin Figueiró Souza	Vespertino
06	Fabíola Da Silva Correia	Vespertino
07	Gabrielli Rocha Silveira	Vespertino
08	Gabriely Schiestel	Vespertino
09	Guilherme Silva Cardoso	Vespertino
10	Henrique Silva Cardoso	Vespertino
11	Julia Da Cruz Fraga Rodrigues	Vespertino
12	Júlia Rosa De Liz Martins	Vespertino
13	Karla Vitoria Araujo	Vespertino
14	Laís Baron Prazeres	Vespertino
15	Maria Eduarda Lourenço De Lima	Vespertino
16	Nycolas Alessandro De Matos	Vespertino
17	Pedro Henrique Peres Viríssimo	Vespertino
18	Rhariton Xavier Filho	Vespertino
18	Sabryna Vaccari Da Silva	Vespertino
19	Valter Da Silva Júnior	Vespertino
20	Vitor De Oliveira Da Cruz	Vespertino
21	Vitória Moreira Silveira	Vespertino
22	Yasmim Arruda Dos Santos	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Naomy Cristina Pereira De Farias	25/08/2012	Aguardando vaga
02	Julia Da Silva Alves	08/08/2012	Aguardando vaga
03	Maria Eduarda Ludtke Gorges	14/11/2012	Aguardando vaga
04	Davi Lucas Furtado Buchele	09/09/2012	Aguardando vaga
05	Lincoln Borges De Andrade	15/11/2012	Aguardando vaga
06	Anelize Isabela Mimar	11/05/2012	Aguardando vaga
07	Davi Meira Francisco	01/11/2012	Aguardando vaga
08	Jhenyfer Ribeiro Hass De Souza	30/11/2011	Aguardando vaga

09	Luiz Gustavo Almeida	14/05/2012	Aguardando vaga
10	Maria Fernanda Anselmo	30/12/2012	Aguardando vaga
11	Pedro Henrique Prodígios Da Silva	09/02/2013	Aguardando vaga
12	Thais Walkwski	17/02/2013	Aguardando vaga
13	Antônia Dias Furtado Gonzaga	14/04/2012	Aguardando vaga
14	Beatriz S. Pereira	13/04/2012	Aguardando vaga
15	Alice Avila Isaías	18/03/2012	Aguardando vaga
16	Felícia E. Da Cruz Das Neves	05/12/2012	Aguardando vaga
17	Adrian Felipe Rodrigues	18/07/2012	Aguardando vaga
18	Ágata Andrielly	09/01/2013	Aguardando vaga
19	Mariana De Farias Piskor	20/07/2012	Aguardando vaga
20	Gustavo Dalmora Ordahi	10/08/2012	Aguardando vaga
21	Davi De Oliveira Lima	08/09/2012	Aguardando vaga
22	Guilherme Ferreira Lopes Da Silva	27/02/2013	Aguardando vaga
23	Thauan Augusto Neumann	04/08/2012	Aguardando vaga
24	Jhenifer Isabely Esmachado	25/10/2012	Aguardando vaga
25	Raynna Julia Matana De Oliveira	01/12/2012	Aguardando vaga
26	Arthur Rafael Martins João	21/06/2012	Aguardando vaga
27	Ângelo Cardoso Dos Santos	31/12/2013	Aguardando vaga
28	Luiz Fernando Marques	12/02/2013	Aguardando vaga
29	Ruan Matheus E. Cardoso	01/02/2013	Aguardando vaga
30	Bianca Eliaurea Lemos Borges	10/10/2012	Aguardando vaga
31	Thiago Rocha De Souza	13/10/2013	Aguardando vaga
32	Arthur Leonel L. Da Silva	25/02/2013	Aguardando vaga
33	Lucas Machado De Souza	21/01/2013	Aguardando vaga
34	Ana Laura Martins Cantalice	30/07/2012	Aguardando vaga
35	Luiz Gustavo Almeida	14/05/2012	Aguardando vaga
36	Rafael Martins De Lima	16/06/2012	Aguardando vaga
37	Gabriel Da Silva De Medeiros	09/11/2012	Aguardando vaga
38	Emanuelly Silva Rodrigues	03/12/2012	Aguardando vaga
39	Igor Daniel De Oliveira	17/10/2012	Aguardando vaga
40	Maria Helena De Azevedo Pereira	26/07/2012	Aguardando vaga
41	Icaro Miguel Miranda	19/02/2013	Aguardando vaga
42	João Vitor Da Silva Nunes	21/06/2012	Aguardando vaga
43	Valentina Hermes De Souza	05/12/2012	Aguardando vaga
44	Davi Deula Castro	17/08/2012	Aguardando vaga
45	Kauã Retzlaff Sousa Dias	12/11/2012	Aguardando vaga
46	Benjamin Sagas Bregeron	28/07/2012	Aguardando vaga
47	Everton M. Junior	20/06/2012	Aguardando vaga
48	Ana Beatriz De Oliveira Stuart	14/07/2012	Aguardando vaga
49	Wendel Gabriel Zorzi Agarriberri	07/01/2013	Aguardando vaga

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	João Miguel De Melo Silva	01/04/2011	Aguardando vaga
02	Laura Luiza Teixeira	20/08/2011	Aguardando vaga
03	Nycolas Trindade Rufino	08/10/2011	Aguardando vaga
04	Sophia Marcolino Mallet	06/06/2011	Aguardando vaga
05	Aaron Vicente Coelho	09/06/2011	Aguardando vaga
06	Sarah Nass Rossi	27/12/2011	Aguardando vaga
07	Henrique Campos Ferreira	23/02/2012	Aguardando vaga
08	Maria Isabel Almeida	06/09/2010	Aguardando vaga
09	Kauan Sambo De Mello	26/01/2012	Aguardando vaga
10	Israel Pesanha Da Rosa	27/12/2011	Aguardando vaga
11	Angelica Cristina Da Silva Macedo	15/01/2012	Aguardando vaga
12	Antony Fernando Antunes De Moraes	27/05/2011	Aguardando vaga
13	Victor Hugo Dutra	17/07/2011	Aguardando vaga
14	Bernardo Pereira Goulart	16/03/2012	Aguardando vaga
15	Paulo Henrique Antunes Marcelino	12/10/2012	Aguardando vaga
16	Davi De Oliveira Dos Santos	24/10/2011	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação*
01	Isaac Jose Sanos Canuto	08/08/2010	Aguardando vaga
02	Isabella S. Alves	21/01/2011	Aguardando vaga
03	Miguel Amaral Da Silva	22/11/2010	Aguardando vaga
04	Rodrigo Santana De Jesus	12/01/2011	Aguardando vaga
05	Rafael Henrique Martins	21/10/2010	Aguardando vaga
06	Marcos Raul Da Silva Gomes	23/12/2010	Aguardando vaga
07	Leonardo Carlos Esmachado Filho	28/09/2010	Aguardando vaga
08	Thiago Fernando Da Silva Junior	20/07/2010	Aguardando vaga
09	Bryan Victor Da Silva	08/07/2010	Aguardando vaga
10	Cecilia Cetatin	26/06/2010	Aguardando vaga
11	Ketlin Ferreira	25/12/2010	Aguardando vaga
12	Leonardo Bianchi Vieira	23/11/2010	Aguardando vaga
13	John Eduardo Ramos Cardozo	09/01/2011	Aguardando vaga
14	Davi Teixeira Campos	03/01/2011	Aguardando vaga
15	Marcus Vinicius De Freitas	01/09/2010	Aguardando vaga
16	Carlos Roberto Amancio	26/06/2010	Aguardando vaga
17	Jorge Miguel	29/09/2010	Aguardando vaga
18	Jeferson De Souza Cordova	09/07/2010	Aguardando vaga
19	Leandro De Sena Medeiros	19/06/2010	Aguardando vaga
20	Evellin A. F. Mariano	18/10/2010	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil São Luiz

Endereço: Rua Sulmar Rosa Cunha, s/nº

Telefone: (48) 3247-3991

Diretora: Josiana Cléia Nascimento

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Adequação do espaço	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	TOTAL
GIII/IV	02 anos a 03 anos e 11 meses	17	15		01	16
GIV/V	03 anos 04 anos e 11 meses	23	20	01	03	24
GV/VI	04 anos a 05 anos e 11 meses	25	20	05	05	30
		TOTAL				70

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GIII/IV	01 - integral 01 - matutino
GIV/V	02 - matutino
GV/VI	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III / IV

	Criança	Período
01	Davi Rodrigues Kuhl	Integral
02	Danilo Dias Correa	Vespertino
03	Eduarda Batista	Integral
04	Eduarda de Oliveira Lucio	Integral
05	Guilherme May dos Santos	Integral
06	Guilherme Medeiros Souza de Lima	Integral
07	Henrique da Silva Magalhães	Integral
08	Julia Gabriely de Lima	Integral
09	Laryssa Aparecida de Jesus	Integral

10	Luan dos Santos Júnior	Integral
11	Maria Julia Dias Ramos	Integral
12	Miguel Nascimento Medino Ebel	Integral
13	Régis Matheus Pascoal Formighieri	Integral
14	Rennan Dias Henrique Marinho	Integral
15	Rhuan Bruno de Carvalho de Souza	Integral
16	Yasmim Medeiros dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV / V

	Criança	Período
01	Anna Beatriz Dutra	Integral
02	Bernardo Silva Monteiro	Integral
03	Bernardo Alves dos Santos	Integral
04	Carlos Eduardo Pinheiro de Jesus	Integral
05	Davi Luiz Anselmo Pereira	Vespertino
06	Gabriella Vitória Silva Cavaleiro	Integral
07	Gabrielly Yasmim Mariano Soares	Integral
08	Hugo Paulo Lara da Silva	Integral
09	Jéssica de Souza Marioti	Integral
10	Jhonny Mariano de Oliveira	Integral
11	João Pedro Sousa de Mesquita	Integral
12	João Vitor Locks de Sousa	Integral
13	Laiany Vitória Cardoso Marinho	Integral
14	Laryssa Miller Varela	Matutino
15	Luiz Felipe Goulart Koch	Integral
16	Luan Assis de Sousa	Vespertino
17	Manuella Pereira Machado	Integral
18	Matheus Carlos Pereira Ouriques	Integral
19	Matheus Medeiros da Silva	Integral
20	Pierre Augusto Miranda Lara	Vespertino
21	Radharani Corso	Integral
22	Vitor Schnelder Borges	Integral
23	Yasmim Isadora da Silva Viano	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V / VI

	Criança	Período
01	Anna Gabrieli de Jesus Emiliano	Integral
02	Ana Luiza da Silva Batista	Integral
03	Cauê Henrique Bueno Pereira)	Integral
04	Chailon Willian Batista Galdino	Integral
05	Gabriel Costa Aranha	Integral
06	Gabriela Nascimento de Moraes	Integral
07	Isabella Sousa de Mesquita	Integral
08	João Lucas Gomes de Sousa	Integral
09	Júlio César da Silva Cunha	Matutino
10	Kauan Ribeiro Alves	Vespertino
11	Kauê Osório da Cunha Oliveira	Matutino
12	Kauê Irineu Medeiros dos Santos	Integral
13	Larissa de Assis Fonseca	Vespertino
14	Leonardo Silva Brito	Matutino
15	Luara Vitória Bueno	Integral
16	Luiz Feliipe de Souza Joaquim	Vespertino
17	Lucas Schiesler de Sousa	Vespertino
18	Lucas Spier Ferrari	Integral
19	Maria Eduarda Goulart	Integral
20	Naiara Rovere Muller	Vespertino
21	Nicolas Giliarde Silveira Lopes	Integral
22	Pedro Henrique da Silva	Matutino

23	Rafael Felix Corrêa Obelar	Integral
24	Mikaela Costa Lopes	Integral
25	Raquelly Mendes de Arruda	Integral
26	Robyson Dias Henrique Marinho	Integral
27	Ruan Vinicius Oliveira da Silva	Matutino
28	Victor Samuel Pinheiro de Jesus	Integral
29	Wesley Matias	Integral
30	Yasmim Saldanha	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V / VI

	Criança	Período
01	Ana Vitoria Leoncio Bregeron	Integral
02	Beatriz Barboza	Matutino
03	Bianca Ferreira de Figueiredo de Barros da Rosa	Matutino
04	Guilherme Lemos	Integral
05	Geovana Gabrieli Almeida	Matutino
06	Giovana Ignácio Carvalho	Matutino
04	Kauã Maciel Paes Canabarro	Matutino
08	Marcelo Galvão Nascimento	Matutino
09	Maria Isabel Mendes Saint Martin	Integral
10	Maria Luiza Kempner Padilha	Matutino
11	Michely dos Santos Oliveira	Integral
12	Miguel F.F. Gomes	Matutino
13	Muriel Ferreira Alencar Pereira	Matutino
14	Natalia Vitoria Martins	Matutino
15	Natally Cristine de Souza	Matutino
16	Stheicy Mayumi da Silva Felipe	Matutino
17	Vinicius da Silva	Matutino
18	Vitoria Izabel Boff Favretto	Matutino
19	Yasmim Emanuelli Borge Costa	Integral

LISTA DE ESPERA

Não há crianças na lista de espera.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Professor Lício Mauro da Silveira

Endereço: Rua João Nilo Morfin, s/nº.

Diretora: Lucimar Corrêa

Coordenadora Pedagógica: Jacqueline Ramos Rodrigues Vargas

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
1	Até 01 ano	12	12	00	00	12
2	01 ano	15	14	01	01	16
3 - 1	02 anos	17	16	01	01	18
3 - 2	02 anos	17	15	02	02	19
4 - 1	03 anos	23	21	02	02	25
4 - 2	03 anos	23	21	02	02	25
5 - 1	04 anos	25	23	01	02	25
5 - 2	04 anos	25	22	02	03	27
6 - mat.	05 anos	25	-	22	00	22
6 - vesp.	05 anos	25	-	-	25	25
TOTAL	-	-	-	214		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
-------	---------------

5	02 - matutino
6	02 - matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Ana Clara Martinosviki Feijó	Integral
02	Anita Montalvão Ferreira	Integral
03	Danilo Carneiro Tomasi Souza	Integral
04	Gabrielle Starosky Braga	Integral
05	Helena Vieira Macedo	Integral
06	Joaquim Guilherme Pereira	Integral
07	João Gabriel Kercher Teixeira	Integral
08	Luiz Otávio Sclosser Bandeira	Integral
09	Lívia Ferrari De Araújo	Integral
10	Maria Sofia De Amorim	Integral
11	Valentina Martinovski Feijó	Integral
12	Thaís Máximo Perez	Integral

Grupo 2

	Criança	Período
01	Ana Luiza Fernandes	Integral
02	Arthur De Córdova Schmidt	Integral
03	Arthur Rodrigues Vargas	Integral
04	Bernardo De Souza	Integral
05	Carlos Eduard Teles De Almeida	Integral
06	Evelyn Da Silva Furtado	Integral
07	Guilia Carolini Melo	Integral
08	Isaac R. Nunes Kirsch	Integral
09	Kauan Sant'anna Dos Santos	Integral
10	Luiz Gustavo Da Silva Cavalheiro De Oliveira	Integral
11	Lucas Battistotti Ferreira	Matutino
12	Valentina Cristina Zimmermann	Integral
13	Valentina Marcilio Pacheco	Integral
14	Valentine S. Piana Ramos	Integral
15	Yuri Almeida Da Cunha	Integral
16	Sara Strack Da Silva	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 - 1

	Criança	Período
01	Ana Carolina Virissimo	Integral
02	Alice Bombilio Abreu	Integral
03	Caio Goes De Souza	Vespertino
04	Fernanda Martins Dias	Integral
05	Heloise Maria Rosa Dos Santos	Matutino
06	Henrique Elias Da Silva	Integral
07	Gustavo Santos Souza	Integral
08	Igor Do Nascimento	Integral
09	Kamille Callazans Cristvão	Integral
10	Larissa De Queiroz Machado	Integral
11	Lucas Emanuel Dos Passos Da Silva	Integral
12	Luiz Otávio De Melo	Integral
13	Maria Eduarda Dos Santos	Integral
14	Maria Luiza S. De Oliveira	Integral
15	Nicolas Muraro Moraes	Integral
16	Pedro Andrade E Silva	Integral
17	Pietro Américo David	Integral
18	Rafael Hélio Dos S. Rachadel	Integral

Grupo 3 - 2

	Criança	Período
01	Bruno Bezerra Chavez	Integral
02	Carlos Eduardo Da Silva Guerber	Integral
03	Davi Michael Moreira Pinheiro	Integral
04	Emannuelle Sutil Da Silva	Integral
05	Gabrielly Cristina Venâncio	Integral
06	Geovana De Oliveira Bruch	Vespertino
07	Gustavo Torquato Kaminsk	Integral
08	Gregory Barbosa Dos Passos Alano	Integral
09	Ian Marciano Dos Santos	Matutino
10	Isabella Martinsribeiro	Integral
11	Isadora Kuhn Da Silva	Integral
12	João Manoel Dos Santos	Integral
13	João Philipe Alves Carlos	Integral
14	Lorena De Oliveira	Integral
15	Laura Gomes Alves	Integral
16	Mariah Vieira	Integral
17	Maik Da Silva	Integral
18	Natalia Turnes Santana	Vespertino
19	Vinicius Alvesde Siqueira	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - 1

	Criança	Período
01	Alice Paim Momm	Integral
02	Ana Laura N. Da Silva	Integral
03	Antônio Kaleb Gomes Caetano	Integral
04	Bernardo Cardoso Silva	Integral
05	Clarissa Dias Pessoa	Matutino
06	Cristhofer E. Melo	Vespertino
04	Emilly Da Rosa Campos Maranhão	Integral
08	Gabrielly De Oliveira Rachadel	Integral
09	Helen Sofia Gomes Ribeiro	Integral
10	Isabella De Melo Silveira	Integral
11	José Gustavo Dos S. Souza	Integral
12	Kamila Dos Santos	Vespertino
13	Kaynã Willian De Paula Campos	Integral
14	Leonardo Vieira Macedo	Integral
15	Lohan Nogueira Da Silva Dos Santos	Integral
16	Luiz Felipe Dias De Almeida	Integral
17	Luiza Pires Costa	Integral
18	Maisa Campos Pereira	Matutino
19	Mellani Aysha C. Machado	Integral
20	Nataly Martins Dias	Integral
21	Nicolly Faria De Moraes	Integral
22	Olga De Souza De Aquino	Integral
23	Oliver Mondadori	Integral
24	Yasmin Barros Andrade	Integral
25	Ruan Fábio Amaral Cardoso	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 - 2

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Perez Maya De Azevedo Costa	Integral
02	Amanda Beatriz De S. Nascimento	Integral
03	Alice Evaristo Coelho	Integral
04	Alice Matiola Klingelfus	Integral
05	Carlos Eduardo Dos Santos	Integral

06	Gabriel Bozzetti Guse	Integral
04	Guilherme Eduardo Pinheiro Oliveira	Integral
08	Higor Elias Da Silva	Integral
09	Isaac Pilatti Barbosa	Integral
10	Luiz Philipi Fernandes	Integral
11	Luiz Victor Carpes Cardoso	Integral
12	Mariana Florisbal Ventura Nunes	Integral
13	Matheus Goularte Grah	Integral
14	Nicolly Serafim Damas Moura	Vespertino
15	Otávio A. Da C. Generoso	Integral
16	Pedro Abner Pereira De Oliveira	Integral
17	Rayani Da Costa Leal	Integral
18	Rafael Da Silva Espindola	Matutino
19	Ruani Matos Da Silva	Vespertino
20	Vitor Nascimento Farias	Integral
21	Vitória Angela Mariano Binhoti	Integral
22	Nilton César Da Silva	Integral
23	Yasmim Rosa Dos Santos	Integral
24	Winícius Machado	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - 1

	Criança	Período
01	Ana Clara Luiz	Integral
02	Arthur Cavalcantialmeida Da Silva	Matutino
03	Arthur Filgueiras De Oliveira Fogaça	Integral
04	Arthur Turossi Santiago	Integral
05	Beatriz Faust Xavier	Integral
06	Davi Leandro Pires	Integral
04	Diogo Rosa M. Spinosa	Integral
08	Gustavo Luiz Cruz Werlang	Integral
09	Gustavo Justino Madalena	Vespertino
10	Isabela Furtado De Oliveira	Integral
11	Isabella Werling Corrêa Rosa	Integral
12	Israel Torquato Kaminski	Integral
13	Ingrid Adorno Ferreira Lima	Integral
14	João Lucas Coelho Prim	Integral
15	João Pedro Bonckewtz Da Rosa	Integral
16	Kelvin De Souza Vieira	Integral
17	Luiza Hermes Domingues	Integral
18	Luiza Moreira Pinheiro	Integral
19	Marcos Samuel R. Dias	Integral
20	Maria Beatriz Dos Santos Souza	Integral
21	Maria Clara Paim Monn	Integral
22	Nathan Andrade Dos Santos Sutil	Integral
23	Nicolas Marcos Macedo	Vespertino
24	Sophia Gomes Alves	Integral
25	Rafael Pires Campos	Integral
26	Vitor Barboza	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - 2

	Criança	Período
01	Ana Clara Battistotti Ferreira	Matutino
02	Arthur Cavalheira Leal	Integral
03	Beatriz Sant Anna	Integral
04	Beatriz Letícia Schuller Weber	Integral
05	Bernardo Abreu Da Silva	Integral
06	Caique Linhares Sardá	Integral
04	Davi Birkholz Araujo De Lima	Integral

08	Derick Murilo Alano Lara	Integral
09	Eloá Vieira	Integral
10	Emmanuel Teixeira Sena	Integral
11	Emily Ferreira Paixão	Matutino
12	Helena Silva Herbele	Vespertino
13	Isadora Valentyna Ferreira	Vespertino
14	Isabelly Valentyna Ferreira	Vespertino
15	João Francisco Hasckel Kammer	Integral
16	João Lucas De Souza Silva	Integral
17	João Vitor Souza	Integral
18	Kauan Cezar Pinho	Integral
19	Lara Heinz Hoffmann	Integral
20	Letícia Francisca Bittencourt	Integral
21	Leonardo Abreu Da Silva	Integral
22	Lizandra Santos De Andrade	Integral
23	Lucas Lima Jonck	Integral
24	Maria Eduarda Borges Arias	Integral
25	Samantha Regina Gomes	Integral
26	Stephani Nascente Schiavon	Integral
27	Rodrigo Santana De Jesus	Integral
28	Vitor Ferreira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 – Matutino

	Criança	Período
01	Alexandre Marchiniak	Matutino
02	Alicia Miechoteck Mondadori	Matutino
03	Davi Antunes Machado	Matutino
04	Eliane Da Rosa Schuller	Matutino
05	Enzo Estevão	Matutino
06	Guilherme Hélio Da Silva Germano	Matutino
07	Guilherme Udson Melo	Integral
08	Gustavo Poeta Cruz Westphal	Integral
09	Gustavo Schmoeller Bortoluzzi Cardoso	Integral
10	Iago Nascimento	Matutino
11	Isabelle Ramos Rafaeli	Matutino
12	Isadora Prazeres Do Nascimento	Matutino
13	Isadora Gisele De Lima Antunes	Matutino
14	Islanne Andressa Miranda Teles De Jesus	Integral
15	João Vitor Queiroz Antunes	Integral
16	Kevyn Nascimento Do Patrocínio	Matutino
17	Larissa Lilian Pereira De Oliveira	Matutino
18	Luisa Gilson Vieira	Matutino
19	Maria Eduarda Borba Fraga	Matutino
20	Nicoli Da Rosa	Matutino
21	Pablo Richard Nazário Da Silva	Matutino
22	Valério Ferreira Neto	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 – Vespertino

	Criança	Período
01	Amanda Rodrigues Simas	Vespertino
02	Arthur Goes De Souza	Vespertino
03	Beatriz Teixeira Da Silva	Vespertino
04	Eduardo Pedrini Da Silva	Vespertino
05	Enzo Geminiani	Vespertino
06	Guilherme Udson Melo	Integral
07	Gustavo Poeta Cruz Westphal	Integral
08	Gustavo Schmoeller Bortoluzzi Cardoso	Integral
09	Henrique Florisbal Ventura Nunes	Vespertino

10	Ighor Rafael De Souza	Vespertino
11	Isabelly Oliveira Dias	Vespertino
12	João Vitor Queiroz Antunes	Integral
13	Kauã José Dos Santos	Vespertino
14	Lara Maria Manes	Vespertino
15	Maria Clara Molina De Oliveira	Vespertino
16	Maria Julia Da Silva	Vespertino
17	Maria Luiza Da Cruz	Vespertino
18	Miguel Angelo De Brito	Vespertino
19	Moisés Rafael De Azevedo	Vespertino
20	Natanael Kaique Neri Costa Alves	Vespertino
21	Nicolly Rosa Teodósio	Vespertino
22	Thiago Sousa Ribeiro	Vespertino
23	Vitor Domingos Machado	Vespertino
24	Vitória Rak Barbosa Panaro	Vespertino
25	Yasmim Silva Da Conceição	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 1

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Thayanne Cardoso	08.04.14	Aguardando vaga
02	Bianca R. UtzigFernando	08.05.14	Aguardando vaga
03	Mateus L. S. Vandresen	11.07.14	Aguardando vaga
04	EmanuelyR. Dias	06.05.14	Aguardando vaga
05	Alice da Mota Gabriel	21.05.14	Aguardando vaga
06	Livia Maria	05.01.14	Aguardando vaga
07	Arthur Souza Mota	04.06.14	Aguardando vaga
08	Arthur G. Coelho	14.08.14	Aguardando vaga
09	Isabela Romão	21.08.14	Aguardando vaga
10	Isabelle M. de Oliveira	11.04.14	Aguardando vaga
11	Rafaella N. S.dos Santos	29.07.14	Aguardando vaga
12	Felipe Gabriel Pessoa	02.06.14	Aguardando vaga
13	Luiza Amaral Dias	21.04.14	Aguardando vaga
14	Isaac Albino Prochnov	08.09.14	Aguardando vaga
15	Dhiogo Rodrigues	11.05.14	Aguardando vaga
16	AghataPalamicini	18.05.14	Aguardando vaga
17	Pedro Henrique de Oliveira	10.09.14	Aguardando vaga
18	Arthur Luczinski	12.09.14	Aguardando vaga
19	Arthur Farias Vieira Plater	09.06.14	Aguardando vaga
20	Pedro Henrique M. Cabral	24.10.14	Aguardando vaga
21	Arthur Santana	01.05.14	Aguardando vaga
22	Kauã Alexandre Fernandes	25.09.14	Aguardando vaga
23	Juliana de Oliveira Marques	31.05.14	Aguardando vaga
24	Emanoel Silva de Oliveira	30.12.14	Aguardando vaga
25	Lucas Morales C. de Jesus	03.11.14	Aguardando vaga
26	Allax Gonçalves F. Nascimento	14.06.14	Aguardando vaga
27	Lucas Pietro Ferreira Lima	06.11.14	Aguardando vaga
28	Lorenzo Faustino Martins	22.11.14	Aguardando vaga
29	Emanuel da Silva Ferreira	12.12.14	Aguardando vaga
30	Carlos Guilherme Fraga Costa	20.12.14	Aguardando vaga
31	Breno Arthur M. de Abreu	16.01.14	Aguardando vaga
32	Rafael Oselame Porfiro	25.11.14	Aguardando vaga
33	Vinicius Guedes	08.09.14	Aguardando vaga
34	Joaquim Silveira Costa	17.06.14	Aguardando vaga
35	Rael Pereira Vitória Junior	07.06.14	Aguardando vaga
36	Maria Luisa Pereira	12.11.14	Aguardando vaga
37	Miguel Borbe	30.06.14	Aguardando vaga
38	Lara Valentine T. Eckstein	20.01.14	Aguardando vaga
39	Ronaldo França Filho	17.06.14	Aguardando vaga
40	Rafaela F. G. de Queiroz	22.10.14	Aguardando vaga
41	Vitória Yasmin Goldinho	02.05.14	Aguardando vaga

Grupo 2

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Carlos Eduardo Laurentino	06.05.13	Aguardando vaga
02	Sara Velasques H. Machado	26.02.14	Aguardando vaga
03	Amanda Muniz Patrício	17.04.13	Aguardando Vaga
04	Davi Luiz B. Fernands	04.07.13	Aguardando vaga
05	Caio Bonetti de Maria	09.01.14	Aguardando vaga
06	Ana Carolina S. da Costa	29.06.14	Aguardando vaga
07	Miguel Carlin dos santos	19.09.13	Aguardando vaga
08	Kaio Falconi Jordão	12.09.13	Aguardando vaga
09	Natalia da Silva A. Vasconcelos	29.01.14	Aguardando vaga
10	Maria Cecília D. Franscico	27.08.13	Aguardando vaga
11	Indyanara Gomes da Silva	05.06.13	Aguardando vaga
12	João Gabrielde Jesus	10.10.13	Aguardando vaga
13	Maria Claracancelli Rodrigues	05.11.13	Aguardando vaga
14	Maria Antonielly de Paula Alves	10.05.13	Aguardando vaga
15	George Ricardo da Silva	05.12.13	Aguardando vaga
16	Luiz OtáviaPetry	07.04.13	Aguardando vaga
17	Arthur Martins da Silva	13.12.13	Aguardando vaga
18	Raquel Rodrigues dos S. Oliveira	04.07.13	Aguardando vaga
19	Pedro Henrique de Lima	29.10.13	Aguardando vaga
20	David Eduardo M. Salum	28.05.13	Aguardando vaga
21	Luisa Rosa Reis	27.03.14	Aguardando vaga
22	Enzo dos Santos Pedroso	17.10.13	Aguardando vaga
23	Vinícius Fideles Guimarães	17.07.13	Aguardando vaga
24	Laura Antonia G. Goedert	12.03.14	Aguardando vaga
25	Gabrielle S. Braga	22.01.14	Aguardando vaga
26	Gabriel Zincoski Prazer	09.03.14	Aguardando vaga
27	Bernardo Cidade Ferrão	25.04.13	Aguardando vaga
28	Isadora Antonioli O. Ramos	16.07.13	Aguardando vaga
29	Lucas Mendes da Silva	07.12.13	Aguardando vaga
30	Lara Adada Wessler	10.02.14	Aguardando vaga
31	Luciano Bastos Vill	28.05.13	Aguardando vaga
32	Rafaela Rosa dos Santos	29.08.13	Aguardando vaga
33	Bernardo Cunha Domingos	26.11.13	Aguardando vaga
34	Laís Lopes da Silva	25.01.14	Aguardando vaga
35	Betina Costa V. da Silva	19.01.14	Aguardando vaga
36	Luiz Henrique L. Machado	26.01.14	Aguardando vaga
37	Charles W. da silva Junior	09.07.13	Aguardando vaga
38	Luiz Fellipe S. Domingos	22.08.13	Aguardando vaga
39	Diana Fagundes de Jesus	04.01.14	Aguardando vaga
40	Laura C. Zimmermann	20.04.13	Aguardando vaga
41	Franscisco Souza Zuerback	17.06.13	Aguardando vaga
42	Renan Ozório Dias	28.06.13	Aguardando vaga
43	Sophia Adriano da Conceição	02.04.13	Aguardando vaga
44	Joaquim Israel K. Picolli	14.01.14	Aguardando vaga
45	Sofia Ferrari Fernandes	29.03.14	Aguardando vaga
46	Eduardo Fideles Guimarães	17.07.13	Aguardando vaga
47	Benjamim B. Silva Rosa	29.04.13	Aguardando vaga
48	Moises Nascimento Soares	29.01.14	Aguardando vaga
49	Luiz Miguel Lima	01.12.13	Aguardando vaga
50	Lavínia Cabral Ramos	10.02.14	Aguardando vaga
51	Júlio César Wagner	12.10.13	Aguardando vaga
52	Jordana da Rosa	08.11.13	Aguardando vaga
53	Karina Tomaz Borges	13.11.13	Aguardando vaga
54	Sofia Luise Pulcine	17.02.14	Aguardando vaga
55	Estefany da Rosa C. Maranhão	24.05.13	Aguardando vaga
56	Miguel Júlio de O. Bruch	08.02.14	Aguardando vaga
57	Pedro Antônio F. Spolt	02.01.14	Aguardando vaga
58	Pedro Henrique do Nascimento	20.05.13	Aguardando vaga
59	João Gabriel de Jesus	10.10.13	Aguardando vaga
60	César Amaral M. de Souza	06.05.13	Aguardando vaga
61	Kauê Ferreira Miguel	25.05.13	Aguardando vaga
62	Pedro Henrique Vieira	09.09.13	Aguardando vaga

63	Heloisa Ferreira Coelho	12.10.13	Aguardando vaga
64	Pyetro Neckel Mariano	13.12.13	Aguardando vaga
65	Geonvana dos S. Kuhn	07.05.13	Aguardando vaga
66	Carlos Miguel D. Antônio	07.12.13	Aguardando vaga
67	Sara Tondello	13.05.13	Aguardando vaga
68	Laura dos S. Steimbach	02.04.13	Aguardando vaga
69	Vitor Weber Pereira	25.08.13	Aguardando vaga
70	Helena AdadaWessler	10.02.14	Aguardando vaga
71	Lorena SartoriMartins	08.09.13	Aguardando vaga
72	Emilly Alves do Amaral	10.04.13	Aguardando vaga
73	Lucas Gabriel M. Raiche	01.02.14	Aguardando vaga
74	Sofhia Pinheiro	13.05.13	Aguardando vaga
75	Elena HaschelKrammer	19-01-14	Aguardando vaga
76	Vitoria M. Teixeira de Souza	01.04.13	Aguardando vaga
77	Alex Vinícius G. Losso	19.08.13	Aguardando vaga
78	Bernardo Suenes	06.12.13	Aguardando vaga
79	Enzo Buzzi Corrêa	12.09.13	Aguardando vaga
80	Nicoli Navarro Teodósio	26.09.13	Aguardando vaga
81	Noah Schultz Mareco	04.06.13	Aguardando vaga
82	Alice Cruz Galo	29.05.13	Aguardando vaga
83	Luiz H. S. Abedalla	16.05.13	Aguardando vaga
84	Cauê Alexandre S. Paiva	30.01.14	Aguardando vaga
85	Vinicius Rafael Cerqueira	01.06.13	Aguardando vaga
86	Davi de Oliveira Juttel	26.03.14	Aguardando vaga
87	Ana Clara Hendges Lopes	07.02.14	Aguardando vaga
88	Pietro Henroque S. Oliveira	30.11.13	Aguardando vaga
89	Brenda Lohany S.Silva	08.11.13	Aguardando vaga
90	Andrew da Silva Amorim	03.11.13	Aguardando vaga
91	Isadora Tiete Ferber	10.03.14	Aguardando vaga
92	Talita Ferreira Marinho	21.01.14	Aguardando vaga
93	Raissa Souza A. dos Reis	12.09.13	Aguardando vaga
94	Rafaela M.k. Pereira	08.04.13	Aguardando vaga
95	Ana Luiza Ferreira	15.05.13	Aguardando vaga
96	Aguetinie Schneider	09.04.13	Aguardando vaga
97	Nicolas Gabriel Caetano	09.09.13	Aguardando vaga
98	Patrich Ferreira Euzébio	03.02.14	Aguardando vaga
99	Emmanuel Levi N. Freitas	25.08.13	Aguardando vaga
100	Raquel R. de Oliveira Vicente	04.07.13	Aguardando vaga
101	Lorena Sartori Martins	08.09.13	Aguardando vaga
102	Gutemberg Cerqueira Santos	23.10.13	Aguardando vaga
103	Sofia Ferrari Fernandes	29.03.14	Aguardando vaga
104	Isabelli Martins	24.03.14	Aguardando vaga
105	Lorenzo de Souza Carvalho	20.03.14	Aguardando vaga
106	Felipe Belluzzo Rodrigues	05.11.13	Aguardando vaga
107	Matheus Cipriano Rodrigues	29.05.13	Aguardando vaga
108	Pedro Henrique Firmino Silva	05.07.13	Aguardando vaga
109	Renzo Roszkowski	10.01.14	Aguardando vaga
110	Isabella Rafael da Costa	21.10.13	Aguardando vaga
111	Bernardo Prezeres do Nascimento	10.03.14	Aguardando vaga
112	Alice Claudino Jacques	18.09.13	Aguardando vaga
113	Davi Lima de Oliveira Pires	29.09.13	Aguardando vaga
114	Kauan Marcio Ferreira	14.01.14	Aguardando vaga
115	Pedro Sprandel Ranakoski	08.05.13	Aguardando vaga
116	Ellen de Matos Silva	26.11.13	Aguardando vaga
117	Luiza Silva Rodrigues	08.03.14	Aguardando vaga
118	Jorge Arthur Ventura	08.01.14	Aguardando vaga
119	João Gabriel G. de Queiroz	12.08.13	Aguardando vaga
120	João Pedro Melnik	09.04.13	Aguardando vaga

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Isabella de Freitas	24.12.12	Aguardando vaga
02	Nataly Cristine da Silva	09.06.12	Aguardando vaga

03	Gustavo Romeu Montovani	06.09.12	Aguardando Vaga
04	Julia Matos Machado	01.10.12	Aguardando vaga
05	Davi Berns Medeiros	02.03.13	Aguardando vaga
06	Davi Gorges	03.09.12	Aguardando vaga
07	Erik Sousa Sorato	10.12.12	Aguardando vaga
08	Isabella Helena C. Gonçalves	08.03.13	Aguardando vaga
09	Samuel Lopes da Costa Goes	02.12.12	Aguardando vaga
10	Amanda Paredes dos Santos	17.06.12	Aguardando vaga
11	Clara Fernandes Grutzeman	12.05.12	Aguardando vaga
12	Anthony José S. de Andrade	04.02.13	Aguardando vaga
13	Yasmin de Souza Felício	19.08.12	Aguardando vaga
14	Luisa de Lima	23.06.12	Aguardando vaga
15	Cecília Gelber	02.03.13	Aguardando vaga
16	Bernardo Miguel Godinho	11.11.12	Aguardando vaga
17	Vinícius Pereira Schmidt	20.11.12	Aguardando vaga
18	Maria Eduarda Damasceno	19.01.13	Aguardando vaga
19	Lethícia dos Santos Machado	23.07.12	Aguardando vaga
20	Maria Eduarda da Silva	11.09.12	Aguardando vaga
21	Vitor Beitel Ramos	28.08.12	Aguardando vaga
22	Gustavo de Matos	24.07.12	Aguardando vaga
23	Felipe Santos Cardoso Silva	28.03.13	Aguardando vaga
24	Pedro Henrique B. Oliveira	26.02.13	Aguardando vaga
25	Isadora da Rosa Schuller	23.12.12	Aguardando vaga
26	Bernardo Felipe da Silva	18.01.13	Aguardando vaga
27	Thayla Cristina C. Pereira	23.12.12	Aguardando vaga
28	Nicolas Jean R. Nascimento	29.01.13	Aguardando vaga
29	Maria Eduarda L. Gorges	14.11.12	Aguardando vaga
30	Livia Rafael Mendes	20.02.13	Aguardando vaga
31	Heitor de Souza Cardoso	24.02.13	Aguardando vaga
32	Nicolas Dutra	19.11.12	Aguardando vaga
33	Ana Beatriz Melo Luiz	18.12.12	Aguardando vaga
34	Bruno Bernardo	04.02.13	Aguardando vaga
35	Luís Felipe Machado Fraga	22.11.12	Aguardando vaga
36	Laura Custódio de Camargo	20.08.12	Aguardando vaga
37	Nathália Tavares Vieira	28.01.13	Aguardando vaga
38	GabriellyPressi Alves	19.07.12	Aguardando vaga
39	Luiz Miguel de C. Souza	06.09.12	Aguardando vaga
40	Raylan Miranda Azevedo	16.03.13	Aguardando vaga
41	Ana Clara M. Miranda	30.11.12	Aguardando vaga
42	Maria Luiza Regina Antônia	08.04.12	Aguardando vaga
43	Isabelly O. da Silva	09.03.13	Aguardando vaga
44	Wesley da Matos Cardoso	10.05.12	Aguardando vaga
45	Miguel Nunes de Almeida	01.02.12	Aguardando vaga
46	Gabriella Ferreira Perreira	08.07.12	Aguardando vaga
47	Nicolas de Oliveira Juttel	19.06.12	Aguardando vaga
48	Rafaela Mendes de Melo Coelho	28.12.12	Aguardando vaga
49	Miguel Furtado Demária	20.01.13	Aguardando vaga
50	Gustavo M. Canarin	21.08.12	Aguardando vaga
51	Emanuel de Oliveira Decker da Silva	07.12.12	Aguardando vaga
52	Livia P. dos Santos	24.07.12	Aguardando vaga
53	Ana Beatriz Rodrigues B. Portes	14.05.12	Aguardando vaga
54	Eduardo Antônio Mariam	11.11.12	Aguardando vaga
55	Dherik Ferreira Lima	26.06.12	Aguardando vaga
56	Benjamin Anderson S. Silva	09.04.12	Aguardando vaga
57	Yuri Medeiros Marques	27.09.12	Aguardando vaga
58	Valentina Ribeiro Pereira	23.01.13	Aguardando vaga
59	Andressa Fonseca D. Vieira	08.10.12	Aguardando vaga
60	Kelvin Lima da Cruz	09.09.12	Aguardando vaga
61	Davi da Silva Pacheco	13.01.13	Aguardando vaga
62	João Henrique Lima Silva	03.11.12	Aguardando vaga
63	Igor Luiz Ferreira	13.09.12	Aguardando vaga
64	Luiz Fernando Souza	15.01.13	Aguardando vaga
65	Pedro Henrique Souza	15.01.13	Aguardando vaga
66	Stefany Mathias P. Prudêncio	27.06.12	Aguardando vaga

67	Lorenzo Montanari Teodoro	23.03.13	Aguardando vaga
68	Clara Guimaraes da Silva	24.10.12	Aguardando vaga
69	Davi Bianco Santos	20.03.13	Aguardando vaga
70	Raynna Julia M. de Oliveira	01.12.12	Aguardando vaga
71	Oliver Ferreira da Silva	11.03.13	Aguardando vaga
72	Juan Teixeira Sena	26.03.13	Aguardando vaga
73	Isabela Luis Rocha	13.08.12	Aguardando vaga
74	Sales Francisco N. Queiroz	20.03.13	Aguardando vaga
75	Maria Luiza do Nascimento Vieira	24.04.12	Aguardando vaga
76	Guilherme Leal Brasil	28.03.13	Aguardando vaga
77	Gabriely Vitória C. Macedo	14.11.12	Aguardando vaga
78	Alexsander Rodel Soares	12.12.12	Aguardando vaga
79	Guilherme Oliveira Raquel	17.01.13	Aguardando vaga
80	Izabelly Pierro Silveira	25.03.13	Aguardando vaga
81	Tiago José Martins Junior	28.06.12	Aguardando vaga
82	Paulo Gustavo Gomes Ribeiro	10.07.12	Aguardando vaga
83	Pedro Henrique Farias Borges	16.11.12	Aguardando vaga
84	Maria Isabeli Albuquerque França	25.10.12	Aguardando vaga
85	Jaqueline Stefany Freire Torres	18.01.13	Aguardando vaga
86	Rafael G. Soter de Oliveira	17.09.12	Aguardando vaga
87	Bernardo M. Goldinho	11.11.12	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Pedro Alexandre de Souza	16.04.11	Aguardando vaga
02	Ricardo Souza Carvalho ramos	23.03.12	Aguardando vaga
03	Eduardo Souza Carvalho Ramos	23.03.12	Aguardando Vaga
04	Marcelo M. Canarin	17.04.11	Aguardando vaga
05	Nickolas M. Canarin	17.04.11	Aguardando vaga
06	Murilo Marcelo de S. Pereira	28.05.11	Aguardando vaga
07	Ricardo C. Gonçalves Junior	18.07.11	Aguardando vaga
08	Ana Júlia Oliveira da Costa	12.06.11	Aguardando vaga
09	Luiza Vieira Spinelli	03.02.12	Aguardando vaga
10	Yuri de Souza Cardoso	08.05.11	Aguardando vaga
11	Isadora do Nascimento	04.06.11	Aguardando vaga
12	Izadora B. Medeiros Machado	16.10.11	Aguardando vaga
13	Beatriz Maria Cardoso	05.10.11	Aguardando vaga
14	Isaaque Ferreira Cardoso	29.01.12	Aguardando vaga
15	Victor Alves dos Santos Coldebella	08.03.12	Aguardando vaga
16	Maria Eduarda SiprianoLarces	04.08.11	Aguardando vaga
17	Laísa Caroline Santana dos Santos	08.08.12	Aguardando vaga
18	Bianca Eduarda Alves Rosa	02.02.12	Aguardando vaga
19	Pietro da Silva	04.05.11	Aguardando vaga

Grupo 5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Samila Priscila C. de Almeida	21.04.10	Aguardando vaga
02	João Roberto Ramos Santana	23.11.10	Aguardando vaga
03	Kauã Jefferson Xavier da Silva	04.05.10	Aguardando Vaga
04	Maria Eduarda Souza	05.04.10	Aguardando vaga
05	Isabelly Colmam Medeiros	11.12.10	Aguardando vaga
06	Kelvin Silva leite	08.02.11	Aguardando vaga
07	Guilherme Araújo da Silva	10.09.10	Aguardando vaga
08	Gabriel Araújo da Silva	10.09.10	Aguardando vaga
09	Yuri Bernardo	26.04.10	Aguardando vaga
10	Maria Luísa Rafael da Costa	08.10.10	Aguardando vaga
11	Nicolas Rodrigo Merizio	25.08.10	Aguardando vaga
12	Matheus Rodrigues Ribeiro	15.04.10	Aguardando vaga
13	Arthur Joaquim Alves	05.07.10	Aguardando vaga
14	Lara Dutra de Souza	17.08.10	Aguardando vaga
15	Lucas Lima Simas	03.01.11	Aguardando vaga
16	Bernardo Trindade Ecstein	02.09.10	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil São Judas Tadeu
Endereço: Rua Nove de Julho, s/nº
Telefone: (48) 3343-8474 (secretaria) / (48) 3246-6568 (TP)
Diretora: Lúcia Gerber

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	01	16	16	33
IV Integral	03 anos a 03 anos e 11 meses	23	16	06	07	29
IV Vespertino	03 anos a 03 anos e 11 meses	17	-	-	17	17
V Integral	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	20	05	05	30
V Matutino	04 anos a 04 anos e 11 meses	17	-	16	-	16
VI Matutino	05 anos a 05 anos e 11 meses	23	-	23	-	23
VI Vespertino	05 anos a 05 anos e 11 meses	23	-	-	24	24
TOTAL	37	66	69	172		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
I	-
II	-
III	-
IV	01 - Matutino
V	01 - Matutino
VI	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Adriano Iago dos Santos Gazzoni	Matutino
02	Agustinié Schneider	Matutino
03	Alice Louize de Souto	Vespertino
04	Ana Clara Fonseca da Rosa	Vespertino
05	Ana Luiza Machado	Matutino
06	Bernardo Miguel Godinho	Matutino
07	Carlos Eduardo Jeronimo	Matutino
08	Cecília Gebler	Matutino
09	Davi José Peres	Vespertino
10	Gabriel de Oliveira Mendes	Vespertino
11	Gustavo Romeu Mantovani	Matutino
12	Gustavo Silva Gonçalves	Matutino
13	Heloise Maria Rosa Dos Santos	Vespertino
14	Henrique Coelho Guimarães	Vespertino
15	Jamilly da Silva Platen de Magalhães Gonçalves	Vespertino
16	João Pedro Reis Koester	Integral
17	Júlia da Silva Alves	Vespertino

18	Kauan Carlos da Mota	Vespertino
19	Lucas Heinz Schaaf	Matutino
20	Ludmilla Nascimento Santos	Matutino
21	Luis Felipe Machado Fraga	Matutino
22	Maria Isabel Mendes da Silva	Matutino
23	Matheus Murilo Amorim	Vespertino
24	Náthaly Bittencourt Bignotti	Matutino
25	Paulo Roberto de Jesus Júnior	Matutino
26	Pedro Antônio Mendes Pereira	Vespertino
27	Pedro Henrique de Melo Nemo	Vespertino
28	Phillipe Kauan Soter do Nascimento	Vespertino
29	Sarah Taruhn Vieira	Vespertino
30	Sophia Belo da Cruz	Vespertino
31	Valentina Wagner	Matutino
32	Wallace Hahn Reis	Vespertino
33	Yasmin Aline da Silva de Oliveira	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV INTEGRAL

	Criança	Período
01	Alice Hoffmann	Integral
02	Andrey Ferreira da Silva	Matutino
03	Arnaldo Westphal Neto	Vespertino
04	Caio Henrique Krefta Boell	Integral
05	Carolina Andrade Robinson	Vespertino
06	Davi Lucas Pianezzer Amaral	Matutino
07	Diego Barbosa de Oliveira	Matutino
08	Diogo Evandro de Souza Ferreira	Integral
09	Emanuel Carlin dos Santos	Integral
10	Erick Amaral	Integral
11	Gabriel Sousa de Jesus	Vespertino
12	Gustavo Gleidson da Silva	Integral
13	Gustavo Martins de Oliveira Pinto	Integral
14	Isabella Flores da Rosa	Integral
15	Ismael Da Silva Amancio	Matutino
16	John Erik de Oliveira Santiago	Integral
17	Júlia Victória Martins da Silva	Integral
18	Letícia Peres da Silva	Vespertino
19	Lucas Pinheiro Costa	Integral
20	Pedro Henrique da Silva Platen de M. Gonçalves	Integral
21	Pedro Henrique de Pádua Amaral	Matutino
22	Pierry de Jesus da Silva	Integral
23	Stephany Fernandes de Mattos	Vespertino
24	Théo Gebler	Matutino
25	Ubiratan Souza Mina	Integral
26	Vitória de Oliveira Martins	Integral
27	Wellington Cerqueira de Moraes	Integral
28	Yasmin Vitória de Oliveira	Vespertino
29	Yasmin Vitória Sanches Ortega	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV VESPERTINO

	Criança	Período
01	Brayan Dias Ribeiro	Vespertino
02	Iago Isac Cunha	Vespertino
03	Isabella Sardagna Alves	Vespertino
04	João Vitor Maia	Vespertino
05	Kassyane Pyetra Martins da Rosa	Vespertino
06	Kauan Rodrigo Vilela de Assis	Vespertino
07	Laura Luiza Teixeira	Vespertino

08	Lígia Maria da Silva Vieira	Vespertino
09	Luiz Gabriel Moraes de Freitas	Vespertino
10	Matheus Carlos Esmachado	Vespertino
11	Natália Primo Vianna Limeira	Vespertino
12	Otávio Schieffelin Macedo de Sousa	Vespertino
13	Pedro Henrique Silva	Vespertino
14	Rafaela Schlemper da Silva	Vespertino
15	Vitória Berns do Nascimento	Vespertino
16	Wesley Pereira Godinho	Vespertino
17	Ygor Dias de Oliveira	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V INTEGRAL

	Criança	Período
01	Adriana Barbosa da Silva	Matutino
02	Alice Pereira Godinho	Integral
03	Ezequiel Renato Laurentino	Integral
04	Felipe da Silva Duarte	Integral
05	Gabriela Mendes	Integral
06	Gabrielly Alves Pereira	Integral
07	Gustavo Trierweiler Maria	Integral
08	Isadora Maria da Silva	Integral
09	Jardison Barbosa Martins	Integral
10	José Antônio Nunes Flor	Integral
11	Júlia Alves Miguel	Integral
12	Júlia Cristiane Lessa	Matutino
13	Laís Salai dos Santos	Integral
14	Luana da Silva Amado de Souza	Vespertino
15	Lucas de Oliveira Dal Rovere	Integral
16	Luiz Gustavo Belo da Silva	Integral
17	Manuela Dias Brockveld	Integral
18	Maria Clara Simas dos Santos	Vespertino
19	Maria Eduarda Rothstein Alves do Nascimento	Vespertino
20	Maria Luiza Fernandes dos Passos	Matutino
21	Maria Luiza Souza de Melo	Integral
22	Maria Vitória de Oliveira da Silva	Integral
23	Mateus da Conceição Ebbo	Matutino
24	Matheus Vinícius dos Santos Pedrosa	Vespertino
25	Miguel Amaral da Silva	Vespertino
26	Mikaeli Barbosa de Goes Souza	Integral
27	Rafael de Jesus Francisco	Integral
28	Stefani Mariana Alves	Integral
29	Vitor Gabriel Rodrigues da Silva	Matutino
30	Yasmin Geovana Sousa de Souza	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V MATUTINO

	Criança	Período
01	Ana Júlia de Souza Manes	Matutino
02	Eduarda de Andrade Vieira	Matutino
03	Gabriela Vitória Mariano	Matutino
04	Igor Valentim Silveira	Matutino
05	Júlia Schuttel	Matutino
06	Leonardo Henrique da Silva	Matutino
07	Lucas Cardoso da Silva	Matutino
08	Luiz Arthur Pianezzer Amaral	Matutino
09	Maria Isabel Moraes	Matutino
10	Maria Júlia da Silva	Matutino
11	Nicolé Leis Tavares	Matutino
12	Rafaela Hillesheim Michel	Matutino

13	Rebeca Maria da Silva Coelho	Matutino
14	Ricardo de Souza Da Silva	Matutino
15	Yasmim Silva da Conceição	Matutino
16	Yasmin Emanuelle Borges Costa	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI MATUTINO

	Criança	Período
01	Amanda Martins de Castro	Matutino
02	Amanda Vieira Ferreira	Matutino
03	Clayton de Jesus de Oliveira	Matutino
04	Danyel Silva Barbosa	Matutino
05	Dyane Flores Watermann	Matutino
06	Emily Ferraz Bica	Matutino
07	Felipe Irmo Werlich	Matutino
08	Giovanna Gabrieli da Silva	Matutino
09	Gustavo Alexandre Fernandes	Matutino
10	Ingrid Ramos	Matutino
11	Isadora Fernandes da Silva	Matutino
12	José Emanuel Ferreira dos Passos	Matutino
13	Júlia Lessa Vieira Amorim Rocha	Matutino
14	Kevin Roberto da Silva dos Santos	Matutino
15	Maria Gabriéli Albuquerque	Matutino
16	Nathália Hoffmann Nunes	Matutino
17	Nicolas Pimentel da Silva Costa	Matutino
18	Ruan Christopher Machado Mendes	Matutino
19	Sofhia Cortina Fernandes	Matutino
20	Stefanny Daniela Liberato Nunes	Matutino
21	Stéfany dos Santos	Matutino
22	Yasmin Gabriela Ventura dos Santos	Matutino
23	Yuri Quirino Postiglione	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

	Criança	Período
01	Alex da Luz Júnior	Vespertino
02	Amanda Mendes Rosa	Vespertino
03	Antonella Domingos Junckes	Vespertino
04	Arthur Costa Fernandes	Vespertino
05	Camila Hochscheidt da Silva	Vespertino
06	Felipe Fagundes Farias	Vespertino
07	Gabryel da Silva da Rosa	Vespertino
08	Henzo Pereira Godinho	Vespertino
09	João Arthur da Silva Pereira	Vespertino
10	João Victor da Costa	Vespertino
11	João Vitor da Silva Soares	Vespertino
12	Kaio Vinicius Almeida Teles	Vespertino
13	Kauê Vergottini Couto de Oliveira	Vespertino
14	Luana Moreira Machado Pereira	Vespertino
15	Lucas Hildebrando Silva de Lima	Vespertino
16	Luiz Carlos Moll dos Santos	Vespertino
17	Marco Vinícius Alberton da Silva	Vespertino
18	Mariana de Souza	Vespertino
19	Mariana Vendrechoski dos Santos	Vespertino
20	Matheus de Lima Wasem	Vespertino
21	Miguel Ramos Porto	Vespertino
22	Naiany de Oliveira da Silva	Vespertino
23	Pedro Henrique Fonseca Benício da Rosa	Vespertino
24	Rafael Michels Costa	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo II

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Maria Valentina Simão Bandoni	10/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
02	Noah Schutz Merico	03/06/2013	Faixa etária não atendida no CEI
03	Moisés Henrique Crescêncio Bittencourt	23/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
04	Alice Cruz Galo	29/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
05	Kauê Ferreira Miguel	25/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
06	Isadora Reis Koester	22/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
07	Joana Oliveira Mariano	18/08/2013	Faixa etária não atendida no CEI
08	Rodrigo Teixeira dos Santos	15/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
09	Isadora Eleana Rodrigues Batista	18/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
10	Amanda Muniz Patrício	17/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
11	Beatriz Geovana de Lima Stein	16/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
12	Nicolý de Carvalho Gras	24/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
13	Christian Galliani Mendes	22/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
14	Maria Eduarda Pedroso Miranda	05/05/2013	Faixa etária não atendida no CEI
15	Lauane Fernanda Linhares da Silva	16/08/2013	Faixa etária não atendida no CEI
16	Arthur Nascimento Melo	16/04/2013	Faixa etária não atendida no CEI
17	Ingrid Barbosa de Góes Souza	30/08/2013	Faixa etária não atendida no CEI

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Miguel Cidade Benevenuto	25/05/2012	Aguardando vaga
02	Khetlyn Eloa Ferreira Refo	16/02/2013	Aguardando vaga
03	Vitória Emanuella Diniz	10/07/2012	Aguardando vaga
04	Letícia Cabral Xavier	18/06/2012	Aguardando vaga
05	Sara Luíza Martins	17/01/2013	Aguardando vaga
06	Jennifer Maia	11/08/2012	Aguardando vaga
07	Letícia Martins Peres	06/02/2013	Aguardando vaga
08	Ruan Pierry Raulino Benites	31/05/2012	Aguardando vaga
09	Maria Vitória Soares Rosa	27/11/2012	Aguardando vaga
10	Angelo Cardoso dos Santos	31/12/2012	Aguardando vaga
11	Maria Eduarda da Rocha Varela	14/09/2012	Aguardando vaga
12	David Luiz da Costa Silva	08/08/2012	Aguardando vaga
13	Derick Alexandre Turik da Silva	27/10/2012	Aguardando vaga
14	Maria Isabelle Albuquerque França	25/10/2012	Aguardando vaga
15	Gabriel da Silva Medeiros	09/11/2012	Aguardando vaga
16	Marco Antônio Greiner Pereira	04/09/2012	Aguardando vaga
17	Rafael Adriel Soter	17/09/2012	Aguardando vaga
18	Tiago José Martins Júnior	28/06/2012	Aguardando vaga
19	Alexandre Blascowski Ferreira	29/12/2012	Aguardando vaga
20	Alexander Roedel Soares	12/12/2012	Aguardando vaga
21	Pedro Henrique Muniz	18/06/2012	Aguardando vaga
22	Vitória Daniel de Souza	25/08/2012	Aguardando vaga
23	Davi Ducla Castro	17/08/2012	Aguardando vaga
24	Guilherme Rasthke	03/07/2012	Aguardando vaga
25	Cauã Pereira Vieira	06/07/2012	Aguardando vaga
26	Pedro Henrique Muniz	18/09/2012	Aguardando vaga
27	Vitória Daniel de Souza	25/08/2012	Aguardando vaga
28	Davi Deula Castro	17/08/2012	Aguardando vaga
29	Emily Vitória Rodrigues da Silva	12/03/2013	Aguardando vaga
30	Valentina de Jesus Portela	15/07/2012	Aguardando vaga
31	Julia Marques da Silva	26/09/2012	Aguardando vaga
32	Lara Rafaela de Oliveira Berveglieri	17/10/2012	Aguardando vaga
33	Gustavo de Mattos	24/07/2012	Aguardando vaga
34	Luis Augusto dos Santos	24/07/2012	Aguardando vaga
35	Kauê Pereira Povoas	16/03/2013	Aguardando vaga
36	Higor Guarniere Martins	17/10/2012	Aguardando vaga
37	Ane Izabeli Silva Leite	23/10/2012	Aguardando vaga
38	Guilherme Mattps Siqueira	31/07/2012	Aguardando vaga
39	Ana Beatriz Gonçalves	20/08/2012	Aguardando vaga

40	Renan da Silva da Silva	30/05/2012	Aguardando vaga
41	Ana Paula dos Santos	08/08/2012	Aguardando vaga
42	Miguel Mateus Caetano Antunes	19/04/2012	Aguardando vaga

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Juan Gabriel Fermino Machado	29/11/2011	Chamado. Porém só deseja a vaga integral.
02	Lucas Henrique de Andrade	05/07/2011	Chamado. Porém só deseja a vaga integral

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Mariana de Oliveira Rodrigues	08/07/2010	Chamada. Porém só deseja a vaga Integral ou Vespertino

Grupo VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Wellington Conceição Endes	08/08/2009	Aguardando vaga
02	Davi Gabriel R. Bombazar Andrade	06/11/2009	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Vila Formosa

Endereço: Ayrton Senna da Silva

Telefone: (48) 3259-0426

Diretora: Carolina Luiz

Coordenadora Pedagógica: Andréa dos Santos Costa

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G III	02 anos a 02 anos e 11 meses	16	14	02	02	18
G IV	03 anos a 3 anos e 11 meses	20	18	01	02	21
G V	3 anos a 4 anos e 11 meses	20	20	-	-	20
G MISTO		20	10	09	08	27
TOTAL	-	-	-	86		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G III	-
G IV	01- matutino
G V	-
G MISTO	01 - matutino 02 - vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Alex Oliveira Pereira	Integral
02	Alyssin Da Silva Delario	Integral
03	Antony Lucas Orias Da Cruz	Integral

04	Brunno Dos Santos Nascimento	Integral
05	Davi Luka Trindade	Integral
06	Eliza Gesser	Integral
07	Emily Florencio Da Fonseca	Integral
08	Hiago Antonio Pereira	Integral
09	Isabelle Kuster Vieira	Integral
10	Julya Vieira	Integral
11	Kaillayni Vitoris Macedo	Integral
12	Kamily Simão Fernandes	Integral
13	Leonardo Dos Santos Bauermann	Integral
14	Nicolas Varela Martins	Integral
15	Ana Clara Pereira	Matutino
16	Mariah Hoinaski Narcizo	Matutino
17	Diego Gabriel Martins Dos Santos	Vespertino
18	Vitória Maria Lourdes Dos Santos	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Alice Da Cruz Da Silva	Integral
02	Aline Da Cruz Da Silva	Integral
03	Alyce Da Silva	Integral
04	Bernardo Rodrigues Steffen	Integral
05	Braian Lucas De Oliveira	Integral
06	Laryssa Andryelly Vieira Da Rosa	Integral
07	Lavinia De Oliveira	Integral
08	Leticia Dos Santos Mazena	Integral
09	Maicon Rezendes Rosa	Integral
10	Mikaela Lucia Matei Lemos	Integral
11	Moriá Silveira Molina	Integral
12	Nathan Henrique Gonçalves De Oliveira	Integral
13	Nathan Rosa	Integral
14	Nayara De Oliveira	Integral
15	Renan Gabriel Borges Da Silva	Integral
16	Ruan Rodrigues De Matos	Integral
17	Yasmyn Bueno Soares	Integral
18	Daniely Luiza Lemes	Integral
19	Renan Gabriel Borges Da Silva	Matutino
20	Wesley Trindade	Vespertino
21	Nathan Rosa	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Daniel De Jesus	Integral
02	Douglas Vivicius Rosa De Jesus	Integral
03	Emilyn Karoline Theisen	Integral
04	Gabriela Ribeiro De Moraes	Integral
05	Hagata Trindade Da Silva	Integral
06	Hiago Figueredo Dos Santos	Integral
07	Jheniffer Martins Da Silva Steffen	Integral
08	Jheniffer Trindade Vieira	Integral
09	Jose Henrique Angelo Sarmento	Integral
10	Larrisa Dos Santos Rosa	Integral
11	Larrisa Grutzmann Moreira	Integral
12	Leticia Beker Topolski	Integral
13	Maria Eloiza Schmiaz	Integral
14	Maria Isabela Romano Pereira	Integral
15	Matheus Da Silva Ramos	Integral
16	Matheus Domingues Da Rosa	Integral

17	Midiã Evelyn Avila Molina	Integral
18	Pedro Henrique Vieira Dos Santos Lima	Integral
19	Pietra Dos Santos Januario	Integral
20	Raissa Oripka De Oliveira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto

	Criança	Período
01	Adriana Cardoso De Siqueira	Integral
02	Agata Junior De Oliveira	Integral
03	Andriely Vitoria Da Silva Macedo	Integral
04	Ariel Manasséis Moreira Soares	Integral
05	Daniel Krisch Da Luz	Integral
06	Igor Da Silva Gonçalves	Integral
04	João Pedro Pomiecinski	Integral
08	Matheus Gabriel Carloto Soares	Integral
09	Nathalia Araujo Da Rosa	Integral
10	Ana Clara Da Costa Silva	Matutino
11	Kamili Rafaela Borges Da Silva	Matutino
12	Pedro Henrique Rodrigues	Matutino
13	Miguel Teles	Matutino
14	Rafael De Jesus	Matutino
15	Luan Ribeiro Dos Santos	Matutino
16	Agatha Regina Mendes	Matutino
17	Esther Lemes Silvino	Matutino
18	Evellyn Nicole Barros Cordeiro	Matutino
19	Isabela Cruz Caires Miranda	Matutino
20	Bianca Fernandes Zancanaro	Vespertino
21	Bruna Gonçalves Trindade	Vespertino
22	Camili Vitória Bruda Cruz	Vespertino
23	Eloisa Leal Da Silva	Vespertino
24	Isabely Sadlowski Schmoeler	Vespertino
25	Mirella Da Luz Antunes	Vespertino
26	Natally Luana Dos Santos Lopes	Vespertino
27	Rafaely Emanuela Silveira Azevedo	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Não há crianças na lista de espera.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Manoel Cunha

Endereço: Rua Docilicio Luz, nº15

Telefone: (48) 3357-4932

Diretora: Anny Mary Neuwiem

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G - 3	2 anos a 2 anos e 11 meses	17	15	02	02	19
G - 4	3 anos a 3 anos e 11 meses	23	21	02	02	25
G - 5	4 anos a 4 anos e 11 meses	25	22	01	03	26
G - 6	5 anos a 5 anos e 11 meses	15	19	01	06	26
TOTAL				96		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G - 5	02 – matutino
G - 6	05 - matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3

	Criança	Período
01	Alejandro Ignacio dos Santos Alves	Integral
02	Alyce Ribeiro Cardoso	Integral
03	Bryan de Avila da Silva	Integral
04	Bryan Espindola Arcelau da Silva	Integral
05	Évillyn Vitória Toebe	Integral
06	Gabriel Delmondes Leite dos Santos	Integral
07	Izabella Rocha Ribeiro	Integral
08	Kaike da Luz de Moraes	Integral
09	Maria Elena Alves Fagundes	Integral
10	Marina Valentim Heidemann	Integral
11	Matheus Felipe Mello dos Santos	Integral
12	Nathália Tavares Vieira	Integral
13	Richard Barros Alves	Integral
14	Thiago Henrique Souza Pereira Rodrigues	Integral
15	Camilly Vitória Borges de Souza	Integral
16	Enzo do Nascimento Ferreira	Matutino
17	Patrick Cristiano Cantuária Cruz	Matutino
18	Bernardo Deolindo Cristóvão	Vespertino
19	Fábio Pereira de Simas	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4

	Criança	Período
01	Bernardo Nunes Petry	Integral
02	Nathan Campigotto Oliveira Ramos	Integral
03	Vitória da Silva Nunes	Integral
04	Yuri Murilo Portela da Luz	Integral
05	Yasmin de Souza	Integral
06	Styfani di Bernardi Rother	Integral
07	Rafael Campos Damazio de Souza	Integral
08	Nicolly dos Santos Gallo	Integral
09	Nilson Concilio Dias Neto	Integral
10	Laura Fangundes de Oliveira	Integral
11	Lara de Souza Ferreira	Integral
12	João Davi de Aguiar Matoso	Integral
13	Guilherme Duarte Ventura	Integral
14	Emmanuel Rosa	Integral
15	Emanuel José Ferreira	Integral
16	Derick Luiz Espindola	Integral
17	Andrielly Lohanny Rodrigues Ferreira	Integral
18	Arthur da Conceição de Souza	Integral
19	Isadora da Cunha Rafael	Integral
20	Cleyton Gomes de Souza	Integral
21	Diego Andrade Pereira	Integral
22	Kelven de Souza Manoel	Matutino
23	Sofia Martins Barcelos	Matutino
24	ManuelaFarias Assunção	Vespertino
25	Rafaella de Souza	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Arthur Nascimento Pereira	Integral

02	Arthur Santos Quadros	Integral
03	Bruno de Andrade Gonçalves	Integral
04	Christopher Oliveira Ferreira Andrade	Integral
05	Daniel Mariano de Souza	Integral
06	Davi da Silva	Integral
07	Emily Pereira	Integral
08	Gabriel Luiz de Souza	Integral
09	Gabriel Miranda de Melo	Integral
10	Igor Gabriel Peixer da Silva	Integral
11	Isaac Miguel Nunes Antunes	Integral
12	Izabel Silva Alff	Integral
13	Larissa Nunes Petry	Integral
14	Luiz Antonio Wolski dos Santos	Integral
15	Mariah Martins Assunção	Integral
16	Maria Eduarda Cardoso Bueno	Integral
17	Maria Laura Benites	Integral
18	Maria Luiza de Farias Barbosa	Integral
19	Miguel Barros Pereira	Integral
20	Murilo Pacheco Arcanjo Nunes	Integral
21	Nicolas Ribeiro da Silva	Integral
22	Tiago Longen Arceno	Integral
23	Gean Eliseu Klestadt	Matutino
24	Aline Campos de Souza	Vespertino
25	Beatriz Hames Schweitzer	Vespertino
26	Gabriel da Costa Müller	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6

	Criança	Período
01	Ana Luiza Nunes	Integral
02	Arthur de Souza Rodrigues	Integral
03	Davi Freitas	Integral
04	Emilly Vitória Toebe	Integral
05	Erick Vacari do Amaral	Integral
06	Giovana de Oliveira Andrade	Integral
07	Isabelly Meurer	Integral
08	Julya Duarte Ventura	Integral
09	Kauã Rodrigues da Costa	Integral
10	Maria Eduarda Goulart	Integral
11	Maria Eduarda de Souza Raimundo	Integral
12	Niraje Enzo Ferreira Alves	Integral
13	Pedro Henrique Suave de Silva	Integral
14	Renan Ferreira Cordeiro	Integral
15	Ysadora Machado	Integral
16	Arthur Damasceno Marques	Integral
17	Eloizy Mello Pereira	Integral
18	Emanoeli Vitoria Pereira da Silva	Integral
19	Gabriel Anastacio	Integral
20	Robson Oseias do Carmo Filho	Matutino
21	Bruno Pereira	Vespertino
22	Juliê da Silva Medeiros	Vespertino
23	Rafael Ribeiro Pereira	Vespertino
24	Erick Simas	Vespertino
25	Filipe Brescovit	Vespertino
26	Heloisa Maciel	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Ashey Vieira Da Silva	16/05/2012	Aguardando vaga
02	Isadora Andret	14/11/2012	Aguardando vaga
03	Vinicius De Melo França Martins	02/04/2012	Aguardando vaga

04	Gabriel Da Silva Ferreira	11/05/2012	Aguardando vaga
05	Kauany Luiz Simas	02/07/2012	Aguardando vaga
06	Izabely De Assunção	12/05/2012	Aguardando vaga
07	Cauã Da Luz	14/01/2013	Aguardando vaga
08	Isabelysilvano Da Silva	22/05/2012	Aguardando vaga
09	Bianca Guesser Cardoso Eyroff	29/08/2012	Aguardando vaga
10	Davi Silveira Freitas	21/06/2012	Aguardando vaga
11	Bianca Damasceno	07/02/2013	Aguardando vaga
12	Isabella Correa	16/12/2012	Aguardando vaga
13	Camili Vitoria	04/01/2013	Aguardando vaga
14	Rafaelle Dos Santos Machado	27/12/2012	Aguardando vaga
15	Vitoria Daniel De Souza	25/08/2012	Aguardando vaga
16	João Lucas Probst	06/03/2013	Aguardando vaga
17	Leandro Junior	12/05/2013	Aguardando vaga
18	Stefany Olalia De Melo	12/05/2013	Aguardando vaga
19	Emili Castanheiro De Jesus	29/11/2012	Aguardando vaga
20	Kevin William Rosa Santos	18/12/2012	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Anthony Mattos De Sousa Schmidt	05/03/2012	Aguardando vaga
02	Kamili Francini Lunardi	23/01/2012	Aguardando vaga
03	Gustavo Vicente Salasario	10/04/2011	Aguardando vaga
04	Vitoria	20/10/2012	Aguardando vaga
05	Isabely Gomes Rother	10/09/2011	Aguardando vaga
06	Thayla	29/04/2012	Aguardando vaga
07	Nicoli Padilha Fernandez	24/11/2011	Aguardando vaga
08	Maria Eduarda Dalmora	22/06/2011	Aguardando vaga
09	Jonas Barbosa Silveira	25/09/2011	Aguardando vaga
10	Eliezer Anderson Da Silva	19/04/2014	Aguardando vaga
11	Thiago Felipe Fernandes	21/03/2012	Aguardando vaga
12	Bernardo Rateke Nascimento	29/08/2012	Aguardando vaga

Grupo 5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Jonas Cesar Moreira De Souza	12/12/2010	Aguardando vaga
02	Gabriel Friderich Cruz	13/11/2010	Aguardando vaga
03	Kaua Jeferson Xavier Da Silva	04/05/2010	Aguardando vaga

Grupo 6

Não há crianças na lista de espera.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil São Francisco de Assis

Endereço: Rua Manoel Porto Filho, s/nº

Telefone: (48) 3357-5388

Diretora: Ana Paula Ezequiel Vicente

Coordenadora Pedagógica: Claudia Regina Assunção

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
3	2 anos a 3 anos	15	13	02	02	17
3 misto 4	2 anos a 4 anos	18	16	02	02	20
4 misto 5	4 anos a 5 anos	20	19	01	-	20
5	5 anos	25	17	8	08	33

6	6 anos	25 matutino 25 vespertino	11	14	14	-
TOTAL	76	27	26	129		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
3	-
3 misto 4	-
4 misto 5	01 - vespertino
5	-
6- matutino	-
6 - vespertino	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3

	Criança	Período
01	Ana Sofia Meurer	Matutino
02	Beatriz de Melo do Prado Lima	Vespertino
03	Benjamim Fabro Andrade de Marches	Integral
04	Bernardo Forster	Integral
05	Carine Mireli de Assis da Silva	Integral
06	Carlos Eduardo da Cunha Freitas	Integral
07	Carlos Eduardo de Souza da Silva	Integral
08	Cauã da Luz	Integral
09	Christian Scheuermann Siqueira	Integral
10	Davi Duarte de Souza	Integral
11	Eduardo Silva Pereira	Integral
12	Hemanuely dos Santos Pereira	Integral
13	Isabelly Santos Nazário	Integral
14	Kayan Steimbach Dutra	Vespertino
15	Marcus Vinicius Carvalho Dias	Integral
16	Rafaela Ávila Wigger	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 misto 4

	Criança	Período
01	Aline de Jesus de Almeida	Integral
02	Bernardo Jovino Rocha	Integral
03	Carlos Alberto Ruck Mariano	Integral
04	Guilherme da Silva Manfio	Integral
05	Higor Arthur dos Santos	Integral
06	Isadora da Silva Ventura	Integral
07	João Henrique Rodrigues	Integral
08	João Vinicius de Andrade	Integral
09	Juan Pablo Trukan	Vespertino
10	Katherine Alves Lopes	Integral
11	Kleber L. D. M. Cardoso	Integral
12	Laura Roduvanski Martins	Integral
13	Luiza Berger	Integral
14	Manuela da Silva Régis	Integral
15	Maria Julia Barden de Moraes	Vespertino
16	Natan Palavre de Melo	Matutino
17	Nycole Jaqueline da Rosa	Integral
18	Pedro Henrique Rodrigues Souza	Matutino
19	Pedro Inácio Sachetti	Integral
20	Rafael Henrique Vicente	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 misto 5

	Criança	Período
--	---------	---------

01	Ana Luiza da Silva	Integral
02	Andressa Wanderlind	Integral
03	Daniel Almeida dos Santos	Integral
04	Danielly Serafin	Integral
05	Davi Kirchner Fermino	Integral
06	Davi Machado da Silva Souza	Integral
07	Emily Pereira	Integral
08	João Lucas dos Santos	Integral
09	Gustavo José Luiz	Matutino
10	Izabelly de Oliveira Santana	Integral
11	Jean Felipe Veiga Vieira	Integral
12	Jonas Barbosa Silveira	Integral
13	Kauan Rodrigues Souza	Integral
14	Kauan Salvio de Souza	Integral
15	Leila Manoel Rodrigues	Integral
16	Maria Vitória Campos Hilário	Integral
17	Rafael Padilha Beppler	Integral
18	Samuel Bonazzi Espíndola	Integral
19	Victor Antônio de S. Jacob	Integral
20	Vitor Antunes Lindolfo Ventura	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Aghata Elisabeth dos Santos	Integral
02	Angelina Fábio de Marches	Integral
03	Artur Silva	Integral
04	Carlos Arthur da Cunha Krueger	Integral
05	Caroline Hoffmann Raimundo	Integral
06	Emanuel Lucas Carlim Santos Brito	Integral
07	Emanuelly Carvalho	Matutino
08	Gabriel Cereza Tavares	Vespertino
09	Gabriela Werlich Kuhl	Integral
10	Gabrielle Ramos de Matos	Integral
11	Giovana Isabela Vieira Bruch	Vespertino
12	Guilherme Wiggers dos Santos	Integral
13	Isabelly de Melo de Sousa	Vespertino
14	Izabelle Dlugokenski Mendes	Integral
15	João Gabriel Rodrigues	Integral
16	José Roberto do Nascimento de Assis	Integral
17	Kaike Marcelino	Matutino
18	Kaique Evandro Moreira da Silva	Matutino
19	Kaique Oliveira a Rosa	Matutino
20	Kemilly Thalya Castravechi	Matutino
21	Larissa dos Santos Inácio	Vespertino
22	Layra Beatriz Santos	Integral
23	Leticia Vieira Prado	Vespertino
24	Luisa Pereira da Silva	Vespertino
25	Mariana Vieira Prado	Vespertino
26	Matheus Moreira Alves	Matutino
27	Miguel Ferreira	Vespertino
28	Pedro Henrique Martins Amorim	Integral
29	Vinicius Antunes Lindolfo Ventura	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Aghata Lessa Buz	Vespertino
02	Alicia Oliveira Tietbohl	Matutino
03	Alicia Prazeres Müller	Vespertino
04	Ana Beatriz Hoffmann Friztins	Integral
05	Ana Clara Rogério Nascimento	Vespertino

06	Ana Luisa Mariano	Matutino
07	Ana Luiza Mariano	Vespertino
08	Bruno Botelho de Souza	Matutino
09	Davi da Silva Machado	Integral
10	Gustavo Dias Régis	Integral
11	Heloisa Vitória de Moraes	Integral
12	Igor Chagas da Costa	Vespertino
13	Isabelle Andrade de Souza	Integral
14	Izadora Bittencourt Pereira	Vespertino
15	João Bernardo da Rosa Jorge	Vespertino
16	João Otávio Schmitt	Matutino
17	Joaquim Manoel Wesling	Vespertino
18	Julia da Silva Ferreira	Matutino
19	Kauã Santana Pereira Nunes	Matutino
20	Kleber de Souza	Vespertino
21	Lara Hoffmann	Vespertino
22	Ludmila Puliceno Albano Martins	Integral
23	Luiz Otávio da Silva	Vespertino
24	Marcos Antônio Freitas Machado	Matutino
25	Marcos Manoel Amaral Floriano	Matutino
26	Maria Fernanda Batista	Vespertino
27	Matheus José da Silva Santos	Integral
28	Melissa Jordana Bugarça de Campos	Vespertino
29	Michel Kauan da Silva	Matutino
30	Mikael José da Silva Santos de Lima	Integral
31	Nathaly Luana dos Santos Lopes	Integral
32	Nathan Tomas dos Santos	Vespertino
33	Paola Bagesteiro da Silva	Matutino
34	Poliana Dutra Barbieri	Integral
35	Rafaela Agostinho da Silva	Matutino
36	Rodrigo de Souza Patricio	Matutino
37	Sophia Angélica Machado	Integral
38	Thiago Espíndola Ramos	Matutino
39	Vinicius Tribes Machado	Matutino

LISTA DE ESPERA

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Davi Silveira	21/06/2012	Foi chamado para vaga matutina, mas não quis, permanece aguardando vaga integral.
02	Matheus Felipe dos Santos	27/09/2012	Não quer mais
03	Kawan Denilson Silva Pinto	05/05/2012	Aguardando vaga integral
04	Moises Junior Alves de Souza	10/04/2012	Aguardando vaga integral
05	Jenifer Alessandra Souza	09/01/2013	Não quer mais
06	Pedro Henrique B. de Souza	14/07/2013	Aguardando vaga integral
07	Pedro Henrique Rodrigues de Souza	18/12/2012	Aceitou vaga matutina
08	Ana Carolina da Silva	20/06/2013	Aguardando vaga integral
09	Vitória Mafra	18/04/2013	Aceitou vaga matutina
10	Juliana Marina de Melo Mota	22/05/2013	Aguardando vaga
11	Maria Caroline da Silva Barreto	30/11/2012	Aguardando vaga
12	Nathaly dos Santos Moraes	01/12/2012	Aguardando vaga
13	Emily Muniz Melrik	13/05/2012	Aguardando vaga
14	Emanuel de Bastos Goulart	29/10/2012	Aguardando vaga
15	Davi Costa Schenatto Morete	02/07/2013	Aguardando vaga
16	Isabela Correa Ribas	16/12/2012	Aguardando vaga
17	Giovana Souza de Galvão	07/05/2013	Aguardando vaga
18	Alexia Emanuelly Pereira da Silva	13/11/2012	Aguardando vaga
19	Miguel Guthyer Gomes	06/06/2012	Aguardando vaga
20	Victor Hugo dos Santos	05/06/2012	Aguardando vaga
21	João Lucas Probst	06/03/2013	Aguardando vaga
22	Ana Beatrice Pinheiros Costa	05/04/2012	Aguardando vaga

23	Maria Izadora Miranda das Neves	25/09/2012	Aguardando vaga
24	Maria Alice Barbosa De S. Vargas	02/12/2012	Aguardando vaga
25	Samuel de Abrele	17/04/2013	Aguardando vaga
26	Alice de Souza Cardoso	05/03/2013	Aguardando vaga
27	Monique Maiazak Rodrigues	09/03/2013	Aguardando vaga
28	Davi Boll dos Santos	28/04/2012	Aguardando vaga
29	Raissa Eduarda Pires de Silveira	23/06/2013	Aguardando vaga
30	Paulo Alceu	18/02/2013	Aguardando vaga
31	Lauane De Gabriel Vieira	10/01/2013	Aguardando vaga
32	Gabriel	15/03/2012	Aguardando vaga
33	Ryan de Onisa Pereira	27/07/2013	Aguardando vaga
34	Alexssandro Alquino Santos	31/05/2013	Aguardando vaga
35	Julia Nascimento Nazario	19/06/2013	Aguardando vaga
36	Glaucius Bryan dos Santos	09/08/2013	Aguardando vaga
37	João Pedro Melrick	09/04/2013	Aguardando vaga
38	Maria Beatriz dos Passos	16/06/2012	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Kauã Denis Conceição		Celulares Desligados
02	João Lucas dos Santos	19/05/2011	Foi chamado
03	Sara Cristina Hoffmann	12/07/2011	Não quer mais
04	Samuel de Oliveira	27/08/2011	Sem contato
05	Sarah Machado Correa	26/04/2011	Foi chamada
06	Ana Julia	17/04/2011	Sem contato
07	Rafael Moreira	12/01/2012	Aguardando vaga
08	Julia Antunes	11/05/2011	Não quer mais
09	Nycoli Jaqueline	06/08/2011	Aguardando vaga
10	Gustavo da Silva Trindade	15/09/2011	Não quer mais
11	Bernardo Francisco Muller	22/10/2011	Não quer mais
12	Nicole Padilha Fernandes	24/11/2011	Aguardando vaga
13	Vinicius de Melo Martins	02/04/2012	Aguardando vaga
14	Victor Krueger Souza	04/01/2012	Aguardando vaga
15	Eduardo Augusto dos Santos	04/12/2012	Aguardando vaga
16	Isabela Caroline de Oliveira Franco	22/03/2012	Aguardando vaga
17	Larissa Barbosa	10/01/2011	Aguardando vaga
18	Ana Luisa Costa Costa Moreira	05/08/2011	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Kemilly Castravech	21/05/2010	Matriculada
02	Kauan dos Santos Voight	10/12/2010	Não quer mais
03	Victor Barreto da Silva	23/12/2010	Não quer mais
04	Jonas Schmidt Filho	29/04/2010	Matriculado
05	Arthur Lima	25/12/2010	Não quer mais
06	Miguel Ferreira	12/07/2010	Matriculado
07	Kaique Oliveira	07/03/2011	Matriculado
08	Vinicius Gomes de Andrade	20/03/2011	Foi chamado, não atendeu
09	Felipe de Lima	02/11/2010	Foi chamado para vaga de meio período, mas não quis, permanece aguardando vaga integral.
10	Emily Jovana Jutair	12/08/2010	Telefones desligados
11	Julia Natacha de Oliveira	10/03/2011	Não atendeu
12	Julia Freitas	05/07/2010	Foi chamado para vaga de meio período, mas não quis, permanece aguardando vaga integral.
13	Emanuelly Rodrigues Carvalho	22/02/2011	Foi chamado para vaga no período matutino, mas não quis, permanece aguardando vaga no vespertino.
14	Fabiano Siqueira	21/12/2010	Telefone inexistente
15	Gabriel Hammes Moura	11/10/2010	Não quer mais
16	Silvana Duque Djara Milo	05/10/2010	Não quer mais

17	Isabelle Maria da Silva Lourenço	30/12/2010	Foi chamado para vaga no período matutino, mas não quis, permanece aguardando vaga no vespertino.
18	Launa Daniele	04/11/2010	Foi chamado para vaga no período matutino, mas não quis, permanece aguardando vaga no vespertino.
19	Isadora Back dos Santos	20/03/2011	Aguardando vaga
20	João Carlos Pires de Souza	08/07/2010	Aguardando vaga
21	Phyetro Porto Oliveira	22/05/2010	Aguardando vaga
22	Andressa Canuto da Silva	13/12/2010	Aguardando vaga
23	Bernardo SCmidt Bento	14/01/2011	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Ondina Schmidt Gerlach

Endereço: Avenida Celso Joaquim da Silva, nº 02 - Sertão do Maruim

Telefone: (48) 3357-4052

Diretora: Josiani Francisco

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III	02 a 02 e 11 meses	15	15	-	-	15
IV-1	03 a 03 e 11 meses	15	15	-	-	15
IV-2	03 a 03 e 11 meses	15	15	01	01	15
V-1	04 a 04 e 11 meses	15	14	01	01	16
V-2	04 a 04 e 11 meses	17	14	01	02	17
GM	05 a 05 e 11 meses	25	23	02	02	27
TOTAL 105						

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV-1	-
IV-2	-
V-1	-
V-2	-
GM	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III

	Criança	Período
01	Samuel Henrique de Garais Pinto	Integral
02	Bernardo Martins Campos	Integral
03	Isaac Valério Seidel	Integral
04	Miguel Paulon Lagranha	Integral
05	Julia Aparecida Madeiros	Integral
06	Maria Clara Duarte dos Santos	Integral
07	Miguel Honofre de Souza	Integral
08	Mariáh Andrade Ferreira	Integral
09	Sophia Martins do Carmo	Integral
10	Yago Cristovão Feijó	Integral
11	Ana Luiza Padilha	Integral
12	Vitória Pacheco de Quadros	Integral

13	Lincon Willian Borille	Integral
14	Ysadora Alves do Nascimento	Integral
15	Caio Regis de Oliveira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV – 1

	Criança	Período
01	Alysson Diogo Sousa de Castro	Integral
02	Amanda Dioniz Franco	Integral
03	Caio Silveira de Melo	Integral
04	Cauã Martins	Integral
05	Jefferson Orandes dos Santos Marcelino	Integral
06	Gustavo Pessoa Soares	Integral
07	Maria Clara de Melo Silva	Integral
08	Maria Sophia D`Avila de Souza	Integral
09	Rafaela Rosa Oliveira	Integral
10	Eduarda Silveira Martins	Integral
11	Valentina Goulart de Azevedo	Integral
12	Vitor Jasper	Integral
13	Arthur Silveira Martins	Integral
14	Paulo Henrique Ribeiro dos Santos	Integral
15	Thuany Vitoria Monteiro Camargo	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV – 2

	Criança	Período
01	Enzo Luiz Heinzen	Integral
02	Ysabela Ribeiro Bandeira	Integral
03	Clara Martins Gorges	Integral
04	Virginia Paulon Lagranha	Integral
05	Valentina de Melo Silva	Integral
06	Gustavo Pacheco de Quadros	Integral
07	Pedro Henrique da Silva Pacheco	Integral
08	Micaeli da Silva Martins	Integral
09	Laura Maria Pereira	Integral
10	Gustavo Marcanzoni Waltick	Integral
11	Djonathan Rian Prado da Silva	Integral
12	Davi da Costa Knoblauch dos Santos	Integral
13	Emanuelle Fernandes da Silva	Integral
14	Eduardo Franco Schug	Integral
15	Aline dem Jesus dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V – 1

	Criança	Período
01	Kaiky Victor Ducles	Integral
02	Antonio Hoffmann	Integral
03	Arthur Muller Neves	Integral
04	Alicia Muller Mendesi	Integral
05	Carlos Eduardo Padilha	Integral
06	Letícia Cardoso Sales	Integral
07	Luiza Koerich	Integral
08	Miguel Cardoso da Rocha	Integral
09	Miguel D`Avila de Souza	Integral
10	Sofia Souza Schmitz	Integral
11	Sofia Duarte	Integral
12	Ariel Eduardo de Oliveira	Integral
13	Emanuele Ventura	Integral
14	Samuel Muller Freiri	Integral

15	Kauã Lucas Alves de Medeiros	Matutino
16	Nicolas Hoffmann Martins	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V - 2

	Criança	Período
01	Bernardo Lopes da Silva	Integral
02	Gabriela Yasmin de Oliveira da Silva	Integral
03	Luiz Gustavo Ramos Ferreira	Integral
04	Kauã Heinzen	Integral
05	Laura Pires Ferrari	Integral
06	Luana Almeida Gomes de Sopuza	Integral
07	Mauricio Muller Mendeski	Integral
08	Maria Eduarda Martins de Melo	Integral
09	Nicolas Nathanael Teixeira Medeiros	Integral
10	Nicolas Eger Rodrigues	Integral
11	Sophia Tirloni Lisboa Dlouhy	Integral
12	Arthur de Souza Nunes	Integral
13	Thiago Taborba Amaral	Integral
14	Nycollas Eduardo de Oliveira	Integral
15	Rafaela dos Santos Rocha	Matutino
16	Renan Koerich	Vespertino
17	Vinicius Gomes Meurer	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Multietária GV e GVI

	Criança	Período
01	Mallú Guedes Figueiredo	Integral
02	José Eduardo Albino Fernandes	Integral
03	Eliandro Marcelo Ramos Trindade	Integral
04	Betina Ardigo Campos	Integral
05	Lucas de Limas Góis	Integral
06	Maria Eduarda da Silva Calvi	Integral
07	Matheus Pessoa Soares	Integral
08	Davi Honofre de Souza	Integral
09	Gabriela Dias Joaquim	Integral
10	Mizael Queiroz Mendes	Integral
11	Alicia Rosa da Luz	Integral
12	Vinicius da Silva	Integral
13	Luan Silva de Aguiar	Integral
14	Victor de Garais Pinto	Integral
15	Iana Evelyn Queiroz Rodrigues	Integral
16	Brenda Lauriando da Silva Mello Rodrigues	Integral
17	Leticia de Jesus dos Santos	Integral
18	Julia Ferreira Vieira	Integral
19	Abymael da Silva Soares	Integral
20	Fabiola dos Santos de Aguiar	Integral
21	Diego Dias Franceschi	Integral
22	Rafael Nicollas Antunes Schlosser	Integral
23	Gabriel Gazola Toral	Integral
24	Nycolas Jolones Carvalho	Matutino
25	Brenda Paola Gonçalves	Matutino
26	Victor Arthur Trentini da Silva	Vespertino
27	Dafnny Cipra Ferreira Bueno	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Caio Regis de Oliveira	30/09/2012	Matriculado

02	Wilson Rodrigo da Silva	11/09/2012	Aguardando Vaga
03	Ketlyn X. Albino	02/03/2013	Aguardando Vaga
04	Isabela Platen	03/07/2012	Aguardando Vaga
05	Kaique Sotil	08/05/2012	Aguardando Vaga
06	Sophia Rosa de Oliveira	26/09/2012	Aguardando Vaga
07	Stafani Americano da Silva	02/04/2012	Aguardando Vaga
08	Felipe Marçal Machado	09/11/2012	Aguardando Vaga
09	Davi Cardone Ernest	15/05/2012	Aguardando Vaga
10	Nicolas José de Souza	01/06/2012	Aguardando Vaga
11	Vinicius de Araujo Francisco	02/01/2013	Aguardando Vaga
12	Bryan Vinicius Dias Guimarães	18/11/2012	Aguardando Vaga
13	Wilson Felipe Paguinon	26/12/2013	Aguardando Vaga
14	Ryan Camargo Garcia	09/08/2012	Aguardando Vaga
15	Caique Camargo Carneiro	09/08/2012	Aguardando Vaga
16	Ktley Rebello Cardoso	10/07/2012	Aguardando Vaga
17	Raissa Antunes	26/02/2013	Aguardando Vaga
18	Lara Sophia dos Santos Rieg	29/09/2012	Aguardando Vaga
19	Manuela Ricardo da Cruz	25/12/2012	Aguardando Vaga
20	Enzo Telles Vasconcelos	14/02/2013	Aguardando Vaga
21	Felipe Rodrigues	26/07/2012	Aguardando Vaga
22	Emanuelly Lopes da Silva	26/07/2010	Aguardando Vaga
23	Adryun dos Santos	03/12/2012	Aguardando Vaga
24	Fabricio da Rosa	16/03/2013	Aguardando Vaga
25	Gabrielly da Silva Oliveira	03/09/2013	Aguardando Vaga
26	Julia Rafaela Barbosa Moreira	18/04/2012	Aguardando Vaga
27	Sami Davi Barbosa Moreira	13/03/2013	Aguardando Vaga
28	Gustavo Knaul Dulces	26/06/2013	Aguardando Vaga
29	July Vitoria Barck da Silva	26/03/2013	Aguardando Vaga
30	Matheus Elizeu Neda	24/04/2013	Aguardando Vaga
31	Eduardo Hinueco	10/06/2012	Aguardando Vaga
32	Ana Aline de Souza Machado	29/10/2012	Aguardando Vaga
33	Sofia Machado de Oliveira	18/04/2012	Aguardando Vaga
34	Eduardo Gabriel Iang	10/07/2012	Aguardando Vaga
35	Flavio dos Santos Aguiar	12/05/2012	Aguardando Vaga
36	Robson Leandro Silveira	24/04/2013	Aguardando Vaga

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Mário Uendrio	18/11/2012	Desistiu da vaga
02	Thuany Vitoria Monteiro Camargo	20/11/2011	Matriculada
03	Vytoria Manuella de Jesus Delavega	16/02/2012	Aguardando Vaga
04	Endricke Fernandes Machado	21/11/2011	Aguardando Vaga
05	João Gabriel Estevo	21/02/2012	Aguardando Vaga
06	Emanuele Vitoria de Oliveira	20/01/2012	Aguardando Vaga
07	Victor Henrique Lins Fernandes	10/03/2011	Aguardando Vaga
08	Nicollas Ezequiel de Oliveira Chagas	26/10/2011	Aguardando Vaga
09	Nicolas Gonçalves Ferreira	07/04/2011	Aguardando Vaga
10	Geovana Nicole Schmidt	15/01/2012	Aguardando Vaga
11	Vinicius Domingos Costa	12/11/2011	Aguardando Vaga
12	Bianca Siqueira da Silva	18/10/2011	Aguardando Vaga
13	Mateus Siqueira da Silva	06/03/2012	Aguardando Vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Willian Jailson Rodrigues da Silva	15/09/2010	Aguardando Vaga
02	Emilly Marques Machado	03/02/2011	Aguardando Vaga
03	Gustavo de Oliveira	19/11/2010	Aguardando Vaga
04	Vinicius Eduardo Moreno Rodrigues	10/03/2011	Aguardando Vaga
05	Beatriz do Nascimento Veiga Silva	08/12/2010	Aguardando Vaga
06	Érica Farias Prestes	12/07/2010	Aguardando Vaga
07	Maria Antônia Ozorio da Silva	26/07/2010	Aguardando Vaga
08	Vinicius Eduardo Moreno Rodrigues	10/03/2011	Aguardando Vaga

09	Paulo Henrique da Silva Rodrigues	01/03/2011	Aguardando Vaga
10	Jamilly Ferreira Elizeu	20/09/2010	Aguardando Vaga
11	Emanuele Garcia Merize	17/09/2010	Aguardando Vaga
12	Yasmin Naiara Silveira	24/04/2013	Aguardando Vaga
13	Lucas Cesar Domingues Chaves	23/05/2010	Aguardando Vaga

Grupo Multietário V E VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Fabíola dos Santos de Aguiar	29/09/2012	Matriculada
02	Brenda Laureano da S. Mello Rodrigues	10/05/2010	Matriculada
03	Samanta Bendiera de Souza	14/11/2009	Aguardando Vaga
04	Isabeli Fraga da Silva	17/10/2009	Aguardando Vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Antônio de Quadros

Endereço: Rua João Izídio de Souza, s/nº

Telefone: (48) 3258-1657

Diretora: Erika Mara Caetano Soares

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
II			13	02	02	17
III			17	-	-	17
IV			21	01	02	24
V			23	-	-	23
VI			20	04	05	29
TOTAL				110		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
II	-
III	-
IV	01 - Matutino
V	01 - Integral
VI	01 - Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO II

	Criança	Período
01	Agata Gonçalves Dos Santos	Integral
02	Alice Victória Sezinha	Vespertino
03	Ana Beatriz Da Rosa Machado	Integral
04	Arthur Bernardo Rodrigues Da Rosa	Integral
05	Davi De Oliveira Madeira	Vespertino
06	Emilly De Souto	Integral
07	Esaú Da Silva Lopes	Integral
08	Isabelli Glelepi Fernandes	Matutino
09	Joaab Souza De Oliveira	Integral
10	Jonas Borges Generoso	Integral
11	Kauany Alvina Dias	Integral
12	Laura Valentina Dal Posso	Integral
13	Mateus Glelepi Fernandes	Matutino
14	Mykael Linkiewicz Alves	Integral
15	Ohanna Abgail Matilde Bernardino	Integral
16	Pyetra Tavares De Carvalho	Integral
17	Samuel Wilson De Souza	Integral

GRUPO III

	Criança	Período
01	Amabilly P. Da Silva	Integral
02	Ana Luiza Mina V. O.	Integral
03	Antônio Alenir. A. De Quadros	Integral
04	Claudio J. De Oliveira Jr	Integral
05	Daniel C. Da Silveira	Integral
06	Djuly Pinheiro	Integral
07	Felipe Gabriel V. Rodrigues	Integral
08	Inaiá De A. A. Da Silva	Integral
09	Jean Victor Batista	Integral
10	João Vitor F. Passos	Integral
11	João Vitor S. Coutinho	Integral
12	Kaiane Jaques Sobral	Integral
13	Karolina Mendes	Integral
14	Maria Eloisa V. Marques	Integral
15	Róger Borges Mendes Da Silva Júnior	Integral
16	Taylor A. De P. Hoepers	Integral
17	Yuri Lopes Dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO IV

	Criança	Período
01	Ana Carolyn C. Hoepers	Integral
02	Andressa Crystina Freitas Da Silva	Integral
03	Arthur Gabriel D. Batista	Integral
04	Beatriz T. De Carvalho	Integral
05	Daniel Fagundes Calixto	Integral
06	Diogo Cardoso Gomes	Integral
07	Eloisa Marques Araujo	Integral
08	Gabriel Borges G. Bonassi	Integral
09	Gabriel Fernandes Dos S. De Oliveira	Integral
10	Grégory Miguel C. Bernardino	Integral
11	Isabella Vitória Cardoso Silva	Integral
12	João Henrique Vaz Lima	Integral
13	João Pedro Boaventura (Vesp.)	Integral
14	Kaique Gabriel Sena Araujo	Integral
15	Kauan Campos Da Silva	Integral
16	Luan Abreu Da Silva	Integral
17	Luan Gabriel De Oliveira	Integral
18	Luis Felipe Da Silva	Integral
19	Nicolas Kayne T. Bittencort	Integral
20	Nicolý Dos Santos Camargo Braga	Integral
21	Pedro Henrique D. Putzel	Integral
22	Rafaela Goedert De Souza	Integral
23	Sofia De Jesus Cunha	Integral
24	Vitor Gabriel C. Vieira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO V

	Criança	Período
01	Ana Carolina Franceschini Vas	Integral
02	Ana Vitória Conceição Da Silva	Integral
03	Anderson A. B. Generoso Bonassi	Integral
04	Arthur Da Costa Garcia	Integral
05	Arthur Ferreira De Andrade	Integral
06	Brenda Vitória Ribeiro Freitas	Integral
07	Daniel Dos Santos Curcio	Integral
08	Davi Salomão De Oliveira	Integral

09	Eduarda Martins Consorte Dos Santos	Integral
10	Elizeu Conceição Da Silva	Integral
11	Everton Felipe Bittencourt	Integral
12	Grégory M. Vieira Da Silva	Integral
13	Isabelly Faustino Leite	Integral
14	Jadson Cardoso De Oliveira	Integral
15	João Vitor Bracker Cardozo	Integral
16	João Vitor Sassi Palhano	Integral
17	Kaiany Vitória V. Da S. Wit-Koski	Integral
18	Kristhofer Henrique De Oliveira	Integral
19	Laura Pereira Da Luz	Integral
20	Matheus De Oliveira Sutil	Integral
21	Matheus Maciel Bueno	Integral
22	Sandro Lucas Da Luz Ribeiro	Integral
23	Yara Regina Da Silva	Integral
24	Yasmim Dos Santos Machado	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

GRUPO VI

	Criança	Período
01	Ágata Maria De Souza Valentina	Integral
02	Ana Beatriz Santos De Sousa	Integral
03	Ana Carolina N. B. Machado	Integral
04	Claudio Fraga Deolindo	Integral
05	Cristhyan Leonard De Souza	Integral
06	Gabriela B. M. Dos Santos	Integral
07	Isabella Canfield Parod	Matutino
08	Isamara J. Da Silva Camacho	Integral
09	Jean Pierry Batista Da Rosa	Integral
10	João Pedro Lopes Da Silva	Integral
11	João Vitor Da Silva	Vespertino
12	Kauã Santos Nascimento	Vespertino
13	Kauan Suelos Ribeiro	Integral
14	Kauany V.Bitencourt Araujo	Matutino
15	Leticia Elias Fernandes	Integral
16	Luiz Gustavo S. Nunes	Vespertino
17	Luiz Henrique R. Dos Santos	Vespertino
18	Maria Clara De Souza	Matutino
19	Maria Eduarda Kricinski	Integral
20	Mariane Coelho De Oliveira	Integral
21	Matheus Conceição Lima Da Silva	Integral
22	Miguel Manoel Coelho	Integral
23	Pedro Henrique Da Luz	Integral
24	Tamara Jaqueline S. Camacho	Integral
25	Wesley Leonardo Da Silva	Matutino
26	Wesly M. Santos	Integral
27	Wilian Teles Alves	Integral
28	Wladson Rauber (Vesp.)	Vespertino
29	Ygor Manoel B. Fonseca	Integral

LISTA DE ESPERA

GRUPO: I

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Olívia Smolinski	18/04/2014	Aguardando vaga
02	Ryan Thalles Oliveira da Silva	09/05/2014	Aguardando vaga
03	Cecília Almeida dos Santos	08/10/2014	Aguardando vaga
04	Kelvin dos Santos Silva	06/07/2014	Aguardando vaga
05	Pérola Michelle da Silva Pereira	25/07/2014	Aguardando vaga
06	Izabelly Costa Rosa	07/07/2014	Aguardando vaga
07	Beatriz Pereira Baum	02/09/2014	Aguardando vaga

08	Bryan Rodrigo dos Santos Vargas	14/09/2014	Aguardando vaga
09	Kauã Matheus Vasconcelos de Moraes	30/06/2014	Aguardando vaga
10	Enzo Geovane de Andrade Venite	25/11/2014	Aguardando vaga

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

GRUPO II

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	* Pyetra Tavares de Carvalho	10/01/2014	Matriculada
02	* Sofia Amaral Brinhosa	06/04/2013	Matriculada em outro CEI
03	* Pedro Henrique Coelho dos Anjos	28/10/2013	Matriculado em outro CEI
04	* Mateus Glelepi Fernandes	09/04/2013	Matriculado
05	* Isabelli Glelepi Fernandes	09/04/2013	Matriculada
06	Isabela Moraes Andrade	06/05/2013	Aguardando vaga
07	Nicolas Bernardo Ribeiro	18/08/2013	Aguardando vaga
08	Eduarda Botelho de Oliveira	26/04/2013	Aguardando vaga
09	Letícia Lins José	16/08/2013	Aguardando vaga
10	Arthur Gabriel Sagaz Belo	06/06/2013	Aguardando vaga
11	Yuri Valdir Esteres da Silva	25/11/2013	Aguardando vaga
12	Ana Carolina Faustino Leite	02/03/2014	Aguardando vaga
13	Carlos Eduardo Antunes Pinto	14/10/2013	Aguardando vaga
14	Lara Mariah Coelho	11/11/2013	Aguardando vaga
15	Henrique de Jesus Velho	07/05/2013	Aguardando vaga
16	Amabili Garciki Fagundes	22/08/2013	Aguardando vaga
17	Cecília de Castro	30/12/2013	Aguardando vaga
18	Lavínia Cabral Ramos	10/02/2014	Aguardando vaga
19	Vitória Maria Teixeira de Souza	01/04/2013	Aguardando vaga
20	Luccas Pinheiro	23/01/2014	Aguardando vaga
21	João Pedro Silva dos Santos	06/06/2013	Aguardando vaga
22	Isadora Antônia Pedroso	12/04/2013	Aguardando vaga
23	Pedro Henrique Silva da Cunha	25/10/2013	Aguardando vaga
24	* Yuri Santos Muller da Silva	21/11/2013	Aguardando vaga
25	*Luiz Felipe Fagundes Feitosa	03/05/2013	Aguardando vaga
26	Jenyffer Isabely Machado Branco	19/07/2013	Aguardando vaga
27	Ruan Pablo dos Santos Cardoso	13/04/2013	Aguardando vaga
28	Renan Moraes Passos de Souza	19/12/2013	Aguardando vaga
29	Heloísa Bassani	19/01/2014	Aguardando vaga
30	Kaio Rodrigues de Oliveira	11/10/2013	Aguardando vaga
31	Heloísa Ferreira Coelho	12/10/2013	Aguardando vaga
32	Ketellyn Sofia dos Santos Goulart	14/06/2013	Aguardando vaga
33	Kaio Henrique Ramos Rodrigues	19/06/2013	Aguardando vaga
34	Gabrielly Vinke Fernandes	01/11/2013	Aguardando vaga
35	Victória Fortes de Araújo	09/01/2014	Aguardando vaga
36	Gabriela Ferreira Borges	15/07/2013	Aguardando vaga
37	Rodrigo Meurer	11/07/2013	Aguardando vaga
38	Davi Lucas Rodrigues Pereira	10/06/2013	Aguardando vaga
39	* Jady Alerandra de Lima Felisbino	27/09/2013	Aguardando vaga
40	* Sophia Lorena Silva Rischter	27/09/2013	Aguardando vaga
41	Ana Carolina Ferreira Vinke Carvalho	28/07/2013	Aguardando vaga
42	* Thiago Bitencourt Araújo	07/07/2013	Aguardando vaga
43	Alice Gomes da Luz	05/06/2013	Aguardando vaga
44	*Agatha Luz da Silva	12/06/2013	Aguardando vaga
45	Arthur Guilherme da Silva	26/09/2013	Aguardando vaga
46	Kauan Pavanatti da Cruz Nascimento	25/11/2013	Aguardando vaga
47	Sara Alves Camargo	26/08/2013	Aguardando vaga
48	* Michel Souza de Melo	17/01/2014	Aguardando vaga

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

GRUPO III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Isabelly Karolina Oliveira dos Santos	12/03/2013	Matriculada em outro CEI

02	*Róger Borges Mendes da Silva Júnior	23/10/2012	Matriculado
03	* Erick Rocha Marcelino	27/12/2012	Matriculado em outro CEI
04	* Thalisson Taysson Lima Martins	04/05/2012	Matriculado em outro CEI
05	* João Paulo da Rosa	09/02/2013	Reside em Biguaçu
06	* Izadora da Silva Guedes	10/06/2012	Chamada
07	* Fernanda da Silva Nunes	30/04/2012	Aguardando vaga
08	* Alysson Edward Alves	28/03/2013	Aguardando vaga
09	* Beatriz Cecília Lima	26/12/2012	Aguardando vaga
10	* Agatha Mikaele Bittencourt Nunes	01/11/2012	Aguardando vaga
11	* Nycolas William de Souza Farias	06/05/2012	Aguardando vaga
12	* Danielle de Souza Fogaça	11/07/2012	Aguardando vaga
13	Vinícius Chagas da Rosa	21/01/2013	Aguardando vaga
14	Carlos Rafael Borges	06/08/2012	Aguardando vaga
15	Maria Julia do Prado Nogueira	24/03/2013	Aguardando vaga
16	Miguel Ferreira da Costa	12/08/2012	Aguardando vaga
17	Jonas Rodrigues de Oliveira	02/04/2012	Aguardando vaga
18	Isaias Weligton Santos Luiz	03/01/2013	Aguardando vaga
19	Kaylane Araujo Campos	11/03/2013	Aguardando vaga
20	Isadora Machado de Paula	15/04/2012	Aguardando vaga
21	Davi Santos Palhano	06/06/2012	Aguardando vaga
22	Pedro Felipe Dias	14/07/2012	Aguardando vaga
23	Sophia Mello Mazzutti	23/11/2012	Aguardando vaga
24	Rafael Klem Furtado da Silva	19/08/2012	Aguardando vaga
25	Davi Pinheiro	14/07/2012	Aguardando vaga
26	Isabely Thayná Rodrigues da Costa	27/01/2013	Aguardando vaga
27	*Paulo Cesar Veber Neto	27/01/2013	Aguardando vaga
28	Heloísa dos Santos Pereira	16/05/2012	Aguardando vaga
29	Guilherme Rauber	17/12/2012	Aguardando vaga
30	Jorge Alberto dos Santos da Rosa	11/09/2012	Aguardando vaga
31	Thiago Morais Inocentes	01/12/2012	Aguardando vaga
32	Miguel Nunes de Almeida	21/01/2013	Aguardando vaga
33	Vinícius Chagas da Rosa	16/05/2012	Aguardando vaga
34	Yasmin Correia Nascimento dos Santos	12/12/2012	Aguardando vaga
35	Endiel Gabriel Lima dos Santos	27/02/2013	Aguardando vaga
36	Guilherme Ortiz Kretzer	29/06/2012	Aguardando vaga
37	Yuri Ricardo Laurentino	05/09/2012	Aguardando vaga
38	Arielly de Oliveira	19/02/2013	Aguardando vaga
39	Alicya Isabelli Morais Puli	19/02/2013	Aguardando vaga
40	* Gabriela Ferreira Pereira	08/07/2012	Aguardando vaga
41	Lucas F.D. Rosa	31/01/2013	Aguardando vaga
42	Suellen Eduarda Rodrigues da Luz	01/06/2012	Aguardando vaga
43	Emanuelly Julia de Oliveira	01/06/2012	Aguardando vaga
44	Caleb Maximiliano Galliani de Souza	26/05/2012	Aguardando vaga
45	Estephanny Vieira de Souza	07/02/2013	Aguardando vaga
46	Júlia Canfild Parodi	06/11/2012	Aguardando vaga

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

GRUPO IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	* Tauã Taysson de Lima Martins	26/04/2014	Matriculado em outro CEI
02	* Vitor Gabriel Carvalho Vieira	15/10/2011	Matriculado
03	João Pedro Boaventura	31/01/2012	Matriculado
04	* Luan Abreu da Silva	09/12/2011	Matriculado
05	Maria Eduarda Carvalho	26/01/2012	Não conseguimos contato com a família.
06	Misael Tuni Sabino	22/03/2012	Matriculada em outro CEI
07	João Henrique Vaz Lima	21/01/2012	Matriculado
08	Sofia de Jesus Cunha	17/07/2011	Matriculada
09	*Gabriel Fernandez da Silva	18/04/2011	Matriculado
10	*Nicolý dos Santos Camargo Braga	08/06/2011	Matriculada
11	Andressa Crysetina Freitas da Silva	09/01/2012	Matriculada

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

GRUPO V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	*Arthur Ferreira de Andrade	13/12/2010	Matriculado
02	* Paulo André da Rosa	26/07/2010	Reside em outro Município
03	Beatriz de Oliveira de Lima	02/11/2010	Matriculada
04	Jovanna Chaves Toledo Dedeco	15/03/2011	Matriculado em outro CEI
05	Gabriela Flores D. Rosa	03/01/2011	Matriculada
06	Everton Felipe Bittencourt	12/10/2010	Matriculado
07	Kauny Vitória Bitencourt Araujo	31/03/2011	Matriculada

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

GRUPO VI

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Kaeumy Martins da Costa Oliveira	02/05/2009	Família orientada via SME, não compareceu à Instituição.

* Prioridade: Bolsa Família/Assistência Social/Guarda ou tutela.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro De Educação Infantil Professora Zenir Kretzer Borges

Endereço: Rua Engelberto Koerich, s/nº – Colônia Santana

Telefone: (48) 3257-3086

Diretora: Antônia Leonice Alves

Coordenadora Pedagógica: Lenir

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Adequação do espaço	Idade	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Grupo 04	15	03	08	07	07	22
Grupo 05	18	04	11	07	07	25
Grupo 06 Matutino	10	05		10		10
Grupo 06 Matutino	10	05	-	-	10	10
TOTAL				67		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Grupo 04	-
Grupo 05	-
Grupo 06 Matutino	-
Grupo 06 Matutino	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 04

	Criança	Período
01	Analú Regina Constante	Matutino
02	Ana Júlia Reitz	Integral
03	Andreza Karoliny Laurentino	Integral
04	Beatriz Lopes De Souza	Vespertino
05	Davi Velasco Texeira	Integral
06	Gustavo De Schuller Schusseler	Matutino
07	Jhully Victória Silva	Matutino
08	João Guilherme De Jesus Silva	Matutino
09	João Lucas Agostinho	Vespertino
10	Kaun Lucas Da Silva Costa	Vespertino

11	Kevyn De Araujo Amorim Pereira	Integral
12	Matheus Do Amaral	Matutino
13	Maria Carolini Silveira Rocha	Vespertino
14	Mikael Kammer	Vespertino
15	Nicoli Fuk Camargo	Integral
16	Nicolly Fagundes Pereira	Integral
17	Nicole Gesser Reis	Vespertino
18	Nicoli Silveira De Souza	Matutino
19	Pedro Henrique Ratiz Baumgarten	Vespertino
20	Rafaela Neis Amorim	Integral
21	Samuel Sebastião Fagundes Wolff	Vespertino
22	Sophia Da Silva Costa	Matutino
23	Thiago Antonio Luiz	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 05

	Criança	Período
01	Ana Clara Laurentino De Sá	Integral
02	Bernardo Schweiter De Souza	Integral
03	Camilly Regina Schulle	Vespertino
04	Carolina Duarte Da Silva	Integral
05	Cauã Souza Dos Santos	Integral
06	Caio Pflieger Rebelo	Vespertino
07	Eduardo Santos Da Silva	Integral
08	Érika Neis	Matutino
09	Gabriel Lopes De Souza	Vespertino
10	Gabriely Dos Santos Chaves	Integral
11	João Vitor Kuhnen Costa	Integral
12	João Vitor Souza Inácio	Integral
13	Juan Pablo Damaceno	Matutino
14	José Antônio Moreira	Vespertino
15	Kamila De Souza	Vespertino
16	Kaynã Machado Felix	Integral
17	Lavinia Oliveira Barbosa	Integral
18	Lara Junck Gesser	Vespertino
19	Leonardo José Bento	Matutino
20	Maria Clara Nascimento	Matutino
21	Ruan Hames	Matutino
22	Theo Alair Andrade De Liz	Matutino
22	Vitor Bernardo Santa Helena Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 06

	Criança	Período
01	Amabili Vitoria Lopes	Vespertino
02	Ana Luiza Vieira	Vespertino
03	Beatriz Alves Costa	Matutino
04	Beatriz De Souza Damacena	Matutino
05	Cauã Santos Eger	Matutino
06	Dáfne Vitória Xavier	Vespertino
07	Gabriel Fabiano Da Luz	Matutino
08	Higor Gabriel De Faria Albino	Vespertino
09	Kelyn Anne Fernandes Francisco	Matutino
10	Maria Cecilia Da Silva Marioti	Matutino
11	Mayara De Oliveira Moreira	Matutino
12	Pâmela Da Silva Laurentino	Vespertino
13	Pedro Henrique Fernandes	Matutino
14	Priscila Coelho Dos Santos	Vespertino
15	Rafaela Martins Silveira	Matutino
16	Rafaela Ventura	Vespertino

17	Roberta Maria De Souza	Vespertino
18	Sofia De Freitas Kalfels	Vespertino
19	Vitória Valente	Vespertino
20	Yasmim Dos Santos Minich	Matutino

LISTA DE ESPERA

Não há crianças na lista de espera.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Santo Antônio

Endereço: Rua: Nereu Neto Capistrano s/nº

Telefone: (48) 3343-3508

Diretora: Cibele Ribeiro Lobo Domingues

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
III "A"	02 anos	17	15	02	02	19
III "B"	02 anos	17	15	02	02	19
IV "A"	03 anos	23	21	01	02	24
IV "B"	03 anos	23	21	02	02	25
V "A"	04 anos	25	24	01	-	25
V "B"	04 anos	25	24	-	01	25
VI "A"	05 anos	25	-	21	-	21
VI "B"	05 anos	25	-	22	-	22
VI "C"	05 anos	25	-	-	22	22
Misto IV e V	03 anos e 04 anos	23	-	-	21	21
TOTAL	120	51	52	223		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
III	-
IV	-
V	-
VI	07 - matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III "A"

	Criança	Período
01	Alice Da Silva	Integral
02	Anderson Siqueira	Integral
03	Daniel Da Silva Araújo	Integral
04	Debora Sperber Vilas Boas	Integral
05	Emily Vasco Pires De Souza	Matutino
06	Enzo Garcia Da Silva	Integral
07	Felipe Roosevelt Cruz Dias	Integral
08	Gustavo Ciarcos Ramos Dos Santos	Integral
09	Helena Silva Da Rosa	Integral
10	Heitor Bernardo Junckes Da Silva	Integral
11	Henrique Manoel De Melo Neto	Integral
12	Keity De Sousa (Mat)	Matutino
13	Luiza Rabelo Silva	Integral
14	Mateus Miguel Da Rosa	Vespertino
15	Rafael Wilwert	Integral
16	Thalya Vieira	Integral
17	Yanni Broering De Oliveira	Integral
18	Yasmim Menegaz Amaral	Vespertino
19	Yorran Goedert Rodrigues De Freitas	Integral

Grupo III "B"

	Criança	Período
01	Antony Feijó Dos Santos	Integral
02	Ana Carolina Hilleshein	Vespertino
03	Arthur Garcia Lazzarin	Matutino
04	Bianca De Souza	Integral
05	Clara Nunes Zimmermann Anunciação	Integral
06	Davi Josten	Integral
07	Emilly Neves Padilha	Integral
08	Gabriela Furlan Vieira	Integral
09	Gustavo Do Nascimento Peres	Integral
10	Isabella De Freitas	Integral
11	Isabella Santos Da Silva	Matutino
12	Isabelly Gaspar	Integral
13	Laurah Nunes De Matos	Vespertino
14	Leonardo Vieira Fiala	Integral
15	Nycollas Willian Dos Santos Silveira	Integral
16	Pedro Henrique De Alencar Barbosa	Integral
17	Pietra Botelho Albino	Integral
18	Sophia Korb Bruggemann Feijó	Integral
19	Yasmin Vitória Da Silva De Oliveira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV "A"

	Criança	Período
01	Allan Cristian Gonçalves	Integral
02	Alyce Conceição Santos De Souza	Integral
03	Amanda Moraes Onofre	Integral
04	Bernardo Demétrio Walter	Integral
05	Beatriz Veiga Willamil Luz	Integral
06	Betina Rezende	Integral
07	Carlos Rian Pereira Castro	Vespertino
08	Carlos Daniel Da Costa Rabelo	Integral
09	Emily Silva Neis	Integral
10	Enzo De Melo Porto	Integral
11	Gabriela Nienkoetter	Integral
12	Henrique Augusto Sarza Pereira	Integral
13	Isabela Althoff Monteiro	Integral
14	Isadora Fernandes	Matutino
15	Leticia Braga Parintins	Integral
16	Leticia Soares	Integral
17	Malú Maciel De Souza	Vespertino
18	Melissa Costa José	Integral
19	Miguel Kirchner De Sousa	Integral
20	Rene Ferreira Da Silva Vieira	Integral
21	Rhuan Vieira	Integral
22	Sabrina Almeida Costa	Integral
23	Sofia Rezende	Integral
24	Taylor Dos Santos Gonzaga	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV "B"

	Criança	Período
01	Anthony Mattos De Sousa Schmidt	Integral
02	Ana Luiza Echevengúá De Echevengua	Integral
03	Beatriz Nunes Eleotério Da Silva	Integral
04	Bernardo De Souza Schlickmann	Integral
05	Enzo De Oliveira Borges Da Silva	Integral
06	Gabriel Assunção Albino	Integral

07	Gabriel Dantas	Vespertino
08	Gabriela Souza Da Silveira	Integral
09	Guilherme Abrahão Boegershausen	Matutino
10	Ingrid De Jesus	Integral
11	Isadora Rodrigues Lhemann	Integral
12	Jamilly Akinelle Castro Da Silva	Integral
13	Jeniffer Da Silva Mathies	Integral
14	Julia Felisberto Mariano	Integral
15	Lavinia Souza Vieira	Integral
16	Lethicia Mellody Perão	Integral
17	Marcela Espindola A. Da Silveira	Integral
18	Maria Eduarda Ferreira	Integral
19	Maria Clara Pfleger	Matutino
20	Maria Vitória Alcelmo	Vespertino
21	Mauricio Andretti Muniz	Integral
22	Miguel De Souza Rios	Integral
23	Ruan Soares Garcia	Integral
24	Vinicius De Souza Inacio	Integral
25	Vitor De Souza Inácio	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V "A"

	Criança	Período
01	Ana Clara Onofre Pereira	Integral
02	Ana Beatriz Souza Dos Santos Nardi	Integral
03	Antonio Emidio Dias Júnior	Integral
04	Cauã Da Silva	Integral
05	Cauã Nunes Zimermann Anunciação	Integral
06	Felipe Salmoria	Matutino
07	Gabriely Silva Dos Santos	Integral
08	Guilherme Da Silva	Integral
09	Isabela Teixeira De Medeiros	Integral
10	Isadora Maria De Fátima Pereira	Integral
11	Júlia Maria Vieira	Integral
12	Laryssa Bruggemann	Integral
13	Luiza Rosa De Brito	Integral
14	Lucas De Souza Hamann	Integral
15	Manuela Porto De Souza	Integral
16	Melyssa Arantes Da Silva	Integral
17	Nicoli Fagundes De Lima	Integral
18	Renan Da Silva Rees	Integral
19	Sara Tais Vieira	Integral
20	Tiago De Brito Batista	Integral
21	Vinicius De Souza Machado	Integral
22	Vitoria Nishimura	Integral
23	Luiz Otávio Dos Santos	Integral
24	Maya Hipólito Dias	Integral
25	Pedro Miguel Gonçalves	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V "B"

	Criança	Período
01	Amanda Hermes Avila	Integral
02	Beatriz Belmonte Santos	Integral
03	Cristian Fernandes Alves	Integral
04	Gabriel Da Rosa	Integral
05	Gabriela Zulma De Camargo	Integral
06	Guilherme Cavalcante Parintins	Integral
07	Guilherme Fleck Gonçalves Seibel	Integral
08	Gustavo Alves Pieri	Integral

09	Gustavo Manske Soares De Oliveira	Vespertino
10	Hevelyn Eduarda Nobre Lucas Gomes	Integral
11	Igor Tavares Ignácio Madalena	Integral
12	João Vitor Da Rosa Barbosa	Integral
13	Kailany Vieira Ferreira	Integral
14	Ketlyn Kauany Santos Guariroba	Integral
15	João Victor Da Silva De Araújo	Integral
16	Larissa Domingues	Integral
17	Luan Cordeiro Negrão	Integral
18	Maicon Antony Da Rosa	Integral
19	Marcos Dos Santos Sell	Integral
20	Nicolay Debacher Dos Santos	Integral
21	Samuel Da Silva Santos	Integral
22	Sofia Da Silva Reginaldo	Integral
23	Solano Junior Pilotto Dos Santos	Integral
24	Thiago Da Silva Vaz	Integral
25	Vítor Andrade Weber	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI "A" MATUTINO

	Criança	Período
01	Arthur Da Silva Freiberg	Matutino
02	Bianca Cordeiro Negrão	Matutino
03	Diego Waltrick Laurindo	Matutino
04	Guilherme Barbosa Nardi	Matutino
05	Isabela Lopes Silva	Matutino
06	Hiury Kammer Vieira	Matutino
07	João Gabriel De Souza Carolindo	Matutino
08	Júlio Gabriel Ferreira	Matutino
09	Kaylan Candinho Fagundes De Carvalho	Matutino
10	Larissa Corrêa Dos Santos	Matutino
11	Maria Eduarda Alves Schmitt	Matutino
12	Mateus Da Silva Teodoro	Matutino
13	Nátaly Rodrigues De Oliveira	Matutino
14	Nathália De Melo	Matutino
15	Nicolas Matias De Oliveira Morales	Matutino
16	Pedro Henrique Ferreira	Matutino
17	Sabrina Furik Barboza	Matutino
18	Shaide Alves	Matutino
19	Victor Melsen Da Silva	Matutino
20	Yago Da Rosa Vitório	Matutino
21	Yasmin De Jesus	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI "B" MATUTINO

	Criança	Período
01	Ariany De Cássia Costa Costa	Matutino
02	Arthur Francis De Jesus	Matutino
03	Carla Eliana De Matos Parintins	Matutino
04	Daniela De Almeida Tomazelli	Matutino
05	Eduardo Salmoria	Matutino
06	Emanuela Sousa Venera	Matutino
07	Gabriel Henrique Felipe	Matutino
08	Gabrielly Nunes Da Silva Baldi	Matutino
09	Helena Teixeira Martinho	Matutino
10	Josué Messias Souza Castro	Matutino
11	Leonardo Braga Parintins	Matutino
12	Leonardo Zanini Dos Santos	Matutino
13	Livia Gaia	Matutino
14	Marely Da Silva Martins	Matutino

15	Marie Naide Vilas Boas	Matutino
16	Miguel Estevam Almeida Costa	Matutino
17	Nicole Coelho Trott	Matutino
18	Paulo Henrique Duarte Da Silva	Matutino
19	Rafael Philippe Corrêa Filho	Matutino
20	Ryan Costa Oliveira Da Silva	Matutino
21	Simon Bernardo	Matutino
22	Wenzio Jhuan De Sousa Castro	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI "C" VESPERTINO

	Criança	Período
01	Edu Xavier Garcia Neto	Vespertino
02	Erick Kauã Romfeld Da Silva	Vespertino
03	Bruna Junckes Baldi	Vespertino
04	Eduardo Lenon Pompeu Dias	Vespertino
05	Emilly Monique Fagundes De Souza	Vespertino
06	Éryka Soares Da Conceição	Vespertino
07	Davi Ouriques Virtuoso	Vespertino
08	Gabrielli Da Rosa De Mello	Vespertino
09	Heloise Silveira Martins	Vespertino
10	Isabela Gonçalves Dos Santos	Vespertino
11	Isadora Marciano Oliveira	Vespertino
12	Jamilly Da Silva Santos	Vespertino
13	João Gustavo Da Rosa De Melo	Vespertino
14	João Marcelo Souza Dos Santos	Vespertino
15	João Stanck Cardoso	Vespertino
16	Juliano César Barbosa Ramos	Vespertino
17	Ketlyn Cristine Muller Morgan	Vespertino
18	Laura Lúcia De Almeida Farias	Vespertino
19	Maria Júlia De Sousa Zilli	Vespertino
20	Sofia Helena Galvão Chagas Costa	Vespertino
21	Willian Paulo Vizentin Da Silva	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo "MISTO" VESPERTINO

	Criança	Período
01	Amanda Pereira Vieira	Vespertino
02	Beatriz Kuntze	Vespertino
03	Davi Lucas Albino	Vespertino
04	Evellyn Yasmim Castro De Sousa	Vespertino
05	Guilherme Porto Anunciação	Vespertino
06	Henrique S. Furtado De Farias	Vespertino
07	Isadora Rodrigues De S. Luchtenberg	Vespertino
08	Joaquim De Souza Coelho	Vespertino
09	Kauany Veiga	Vespertino
10	Kamilly Da Rosa Vitória	Vespertino
11	Luana Denófrio Kretzer	Vespertino
12	Luyza Hillesheim Assing	Vespertino
13	João Victor De Oliveira	Vespertino
14	Larissa Vieira Da Silva	Vespertino
15	Larisse César De Souza	Vespertino
16	Mariah Silva Batista	Vespertino
17	Maria Clara Vizentin Salomon Silva	Vespertino
18	Paulo De Souza Coelho	Vespertino
19	Paulo Diego Lima Da Silva Cruz	Vespertino
20	Samuel Laurindo Junior	Vespertino
21	Thayla Moraes	Vespertino
22	Thayna Hoffmann Inácio	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo III

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Ana Carolina Heillesheim	19/06/2012	Matriculada
02	Julia Probst da Silva	09/08/2012	Não quis a vaga
03	Livia de Jesus Pierri	25/02/2013	Aguardando vaga
04	João Pedro B. Kincezki	12/05/2012	Aguardando vaga
05	Arthur da Cunha João	05/05/2012	Aguardando vaga
06	Mikaelly Luyza V.	20/02/2013	Aguardando vaga
07	Sophia Peres V. do Prado	26/02/2013	Aguardando vaga
08	Ana Carolina L. Tomaz Mathias	30/11/2012	Aguardando vaga
09	Aurora Silveira Machado	29/05/2012	Aguardando vaga
10	Pedro Nocetti	16/08/2012	Aguardando vaga
11	Marcus Vinicius de Medeiros	29/04/2012	Aguardando vaga
12	Kauane da Silva Sanjer	14/09/2012	Aguardando vaga
13	Carlos Germano	07/01/2013	Aguardando vaga
14	Isabelle Wanka	13/08/2012	Aguardando vaga
15	Marcelo Mendonça da Silva	15/02/2013	Aguardando vaga
16	Icaro Sanches Nunes	25/12/2012	Aguardando vaga

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Sophia Vitória da S. Costa	22/01/2012	Não foi possível conseguir contato através do telefone informado
02	Maria Vitória Ancelmo Huller	12/08/2011	Matriculada
03	Gabriel Dantas	04/07/2011	Matriculada
04	Agatha Danielly C. Biljan	13/11/2011	Aguardando vaga
05	Sabrina Fernandes Lopes	31/10/2011	Aguardando vaga
06	Emanuelly Victória de Oliveira	20/01/2012	Aguardando vaga
07	Wisley Jeremoias Sousa de Oliveira	23/05/2011	Aguardando vaga
08	Eduardo Medina Moreira	24/06/2011	Aguardando vaga
09	Ronald Willian de Oliveira	14/04/2011	Aguardando vaga
10	João Gabriel S. Marcilio	22/01/2012	Aguardando vaga
11	Monica de Lima Bonfim	10/09/2011	Aguardando vaga
12	Henry G. C. Freitas	08/02/2012	Aguardando vaga
13	Hadassa Lopes Santos	17/03/2012	Aguardando vaga
14	Pedro Luiz de O. Antunes	14/11/2011	Aguardando vaga
15	Scarlat Leona N. Magalhães	23/10/2011	Aguardando vaga
16	Malison Santos da Cunha	04/10/2011	Aguardando vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Victor Saradon Conceição	03/05/2010	Aguardando vaga
02	Isabelly Francisco de Souza	14/06/2010	Aguardando vaga
03	João Alcides do Nascimento	16/10/2010	Aguardando vaga
04	Lais de Almeida Santana	24/02/2011	Aguardando vaga
05	Nicolas Daniel dos S. Ribas	05/10/2010	Aguardando vaga
06	Ana Luiza Araújo	23/03/2011	Aguardando vaga
07	Vinicius Eduardo M. Rodrigues	10/03/2011	Aguardando vaga
08	Beatriz Ribas	21/05/2010	Aguardando vaga
09	Emilly Sofia Fistarol	10/03/2010	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros
 Endereço: Rua Edsom Barros s/n
 Telefone: (48) 3257-1636
 Diretora: Andréa Ouriques de Andrade
 Coordenadora Pedagógica: Cintia Maria Capistrano

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Capacidade Por Sala	Idade	Matrícula Integral	Matrícula Matutino	Matrícula Vespertino	Total
II	15	01 ano e 6 meses a 1 ano e 11 meses	12	-	-	12
III A	17	02 anos a 02 anos e 11 meses	16	1	1	18
III B	17	02 anos a 02 anos e 11 meses	13	2	3	18
IV A	23	03 anos a 03 anos e 11 meses	19	-	3	22
IV B	23	03 anos a 03 anos e 11 meses	18	-	2	20
V A	25	04 anos a 04 anos e 11 meses	16	-	3	19
V B	25	04 anos a 04 anos e 11 meses	16	-	3	19
VI Matutino	25	05 anos a 05 anos e 11 meses	-	22	-	22
VI Vespertino	25	05 anos a 05 anos e 11 meses	-	-	18	18
TOTAL	110	25	33	168		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
II	03 - integral
III A	-
III B	01 – matutino / 01 - integral
IV A	01 – integral / 03 – matutino
IV B	03 – integrais / 02 - matutino
V A	06 – integrais / 03 – matutino
V B	06 – integrais / 03 - matutino
VI - Matutino	03 – matutino
VI - Vespertino	08 – vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo II

Nº	Criança	Período
01	Allana Victória Rodrigues	Integral
02	Alberto Moacir Wanderert	Integral
03	Beatriz de Castro Wehrlich	Integral
04	Bruna Lopes Coelho	Integral
05	Camilly Vitória Soares	Integral
06	Eduardo Filipe Mattos	Integral
07	Isadora Mariah da Silva Vieira	Integral
08	Isadora Silveira	Integral
09	Laura Samadhi Platt dos Santos	Integral
10	Leticia Regina Ms	Integral
11	Robson Pereira Feliciano Júnior	Integral
12	Thaís Kunz Inácio	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III - A

Nº	Criança	Período
01	Ana Beatriz dos Santos	Matutino
02	Ana Cristina Fudihara Thiesen Lira	Integral
03	Ana Júlia Soares Chaves	Integral
04	Deógenes Josué Orleans	Integral
05	Emilly Laissa Flores Ullmann	Integral
06	Gabriel Henrique Tavares	Integral
07	Gabriel Lins de Oliveira	Integral
08	Gustavo Alves de Souza Silva	Vespertino
09	Isabele Lima de Souza	Integral
10	Júlia Guedes Belmiro	Integral
11	Manoelly Antunes Xavier	Integral
12	Nathiely Souza de Jesus	Integral
13	Pablo Yago Alves Schmits	Integral
14	Pedro Henrique de Souza	Integral
15	Rhuan da Silva Costa André	Integral
16	Vitor Miguel Vicente Pereira	Integral
17	Wendler Giovanela Andrade	Integral
18	Ana Julia da Silva Martins	Integral

Grupo III - B

Nº	Criança	Período
01	Alice Coelho Bitt	Vespertino
02	Ana Cristina Taruhn	Integral
03	Ana Luiza Martins Geraldo	Vespertino
04	Arthur dos Santos Medeiros	Integral
05	Beatriz de Oliveira Cândido	Integral
06	Bernardo Meris Rodrigues	Integral
07	Eduardo Antunes Andrade	Integral
08	Emily Soares R. Boling	Integral
09	Enzo Gabriel Querino Quevedo	Matutino
10	João Gabriel da Cruz	Integral
11	Pedro Colzani da Rocha Peixer	Integral
12	Pedro Henrique S. Cruz	Integral
13	Ruan Nirello Fernandes Vieira	Integral
14	Sofia Camargo Lehmkuhl	Integral
15	Vinícius de M. F. Martins	Vespertino
16	Vitor de Souza Pires	Integral
17	Yago Catanhede Araújo	Matutino
18	Bárbara Amaral Nicolino	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV - A

Nº	Criança	Período
01	Amábie Hillesheim de Souza	Integral
02	Ana Beatriz Corrêa da Silva	Vespertino
03	Ana Júlia Leal de Melo	Integral
04	Emilly Lemes da Rosa	Integral
05	Enzo Porto Sagás	Integral
06	Gabriela Alves da Silva	Integral
07	Gabrieli da Silva de Faveri	Integral
08	Heitor Platt dos Santos	Integral
09	Isaac Davi Abdon Ritter	Integral
10	Kauã Rodrigues dos Santos	Integral
11	Laura Oliveira da Conceição	Integral
12	Arthur Hess de Andrade Silva	Integral
13	Luiza Campos da Silva	Integral
14	Miguel de Jesus de Lima	Vespertino
15	Nathan Santos do Nascimento	Integral

16	Nicolay da Rocha Silvano	Integral
17	Pedro Henrique Machado de Araújo	Integral
18	Thalia Souza de Jesus Gonçalves	Integral
19	Thalles Luís Serafim	Integral
20	Kaio da Rosa	Integral
21	Yasmim Frazão dos Santos	Integral

Grupo IV - B

Nº	Criança	Período
01	Alice Lino Borges	Integral
02	Arthur Vasques Melmelstet	Integral
03	Bruno Vieira Barros	Integral
04	Eduardo Asaf Corrêa Damasceno	Integral
05	Emily de Oliveira Souza	Integral
06	Emmanuel Francisco Henrique de O. Machado	Integral
07	Isaac Vinícius Pereira dos Anjos	Integral
08	Isis Emanuely de Almeida	Integral
09	Lucas de Oliveira Tomazini	Integral
10	Maike Suel F. de Freitas	Integral
11	Maria Eduarda Martinhago Martins	Integral
12	Maria Iara Gemelli de Souza	Integral
13	Maria Júlia Felisbino	Vespertino
14	Matheus Felipe Jeremias Martins	Integral
15	Mikaelly Araújo da Silva	Integral
16	Paloma Rosa Rocha	Integral
17	Rafaella Guedes Nunes	Integral
18	Rodrigo de Souza Júnior	Vespertino
19	Ryan de Lima Querino Borges	Integral
20	Sara Maria Inácio	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V - A

Nº	Criança	Período
01	Ana Luiza da Silva Garcia	Integral
02	Ana Luiza de Jesus Nunes Matos	Integral
03	Antony Pinto Machado	Integral
04	Arthur Fudihara Thiesen Lira	Integral
05	Breno Kaab da Rocha	Integral
06	Enzo Ferreira Olguins	Integral
07	Gabriel Martins de Souza	Vespertino
08	Gabriela Koch	Integral
09	Igor Bernardo da Rocha	Integral
10	Igor Mohr dos Santos	Integral
11	Isabelli Gemelli de Souza	Integral
12	João Gabriel Ferreira	Integral
13	Júlia Koch	Integral
14	Kauan Xavier	Integral
15	Kristian Kuhl	Vespertino
16	Larissa Santos Eiroff	Vespertino
17	Leonardo Serafim Alcântara	Integral
18	Vinícius Ramos Hezel	Integral
19	Maria Eduarda Martins da Silva	Integral

Grupo V - B

Nº	Criança	Período
01	Anderson da Costa Martins	Integral
02	Beatrice dos Santos Pamplona Luiz	Vespertino
03	Brayan de Aguida	Integral
04	David Victor Pereira	Integral
05	Davy Cabral de Souza Raquel	Vespertino

06	Felipe Leonardo Silva de Moura	Integral
07	Filipe Nejar Pfeiffer	Integral
08	Gustavo Sidney Cardoso	Integral
09	Hellena Simas Vieira	Integral
10	Iago Torres Souza	Integral
11	Isadora Bosqueti Ribas	Integral
12	Kauan João da Cruz	Integral
13	Larissa dos Santos de Faria	Integral
14	Letícia Leão Martins	Integral
15	Renan Gonçalves Zanini	Integral
16	Samira Machado de Oliveira	Integral
17	Sofia de Andrade Vieira	Integral
18	Sophia Daussen Siqueira	Vespertino
19	Yasmim Guedes Belmiro	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI – Matutino

Nº	Criança	Período
01	Ana Carolina Ferreira Oliveira	Matutino
02	Annyara Monique de Santana Martins	Matutino
03	Bárbara Saray Vitória Santana Cardoso	Matutino
04	Eloísa Perfeito Gonçalves	Matutino
05	Emilly dos Anjos Matias	Matutino
06	Erick Pomiecinski Guimarães	Matutino
07	Flávio Bento dos Santos Júnior	Matutino
08	Giovana Cristina Schmitz Trindade	Matutino
09	Guilherme Antônio de Souza	Matutino
10	Gustavo A. de Oliveira	Matutino
11	Isadora Barreto Guimarães	Matutino
12	Jackson Fernandes Lima	Matutino
13	James Júnior Dalarosa da Silva	Matutino
14	Kauê Gabriel Alves Rodrigues	Matutino
15	Larissa Heiderscheidt Alves	Matutino
16	Liziane Garcêz Trindade	Matutino
17	Lucas Gabriel Rodrigues de Souza	Matutino
18	Nycolas Gabriel Alvarenga dos Santos	Matutino
19	Paulo Henrique de Souza Santos	Matutino
20	Samuel Soares Silveira	Matutino
21	Willian Keitel de Aguiar	Matutino
22	Yanko Ribeiro Couto	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI - Vespertino

Nº	Criança	Período
01	Ana Luiza Braga dos Santos	Vespertino
02	Davi da Silva Peixe	Vespertino
03	Davi dos Passos da Silva	Vespertino
04	Emily Fraga Carvalho	Vespertino
05	Gabriel Oliveira Bosquete Mateus	Vespertino
06	Gabriela da Silva Ribeiro	Vespertino
07	Gabrielly Taruhn	Vespertino
08	Giuliani Nirello Vieira	Vespertino
09	Heloise de Oliveira Freitas	Vespertino
10	Jéssica Dias Ribeiro	Vespertino
11	Kauã Ferreira Reginaldo	Vespertino
12	Kristyne Muller	Vespertino
13	Luiz Gustavo Cardoso Corrêa	Vespertino
14	Manuella Rodrigues Pereira	Vespertino
15	Nycolas Reichel dos Santos	Vespertino
16	Vitor Hugo Lacerda Lima	Vespertino

17	Ildo Maciel Wilker Ribeiro	Vespertino
----	----------------------------	------------

LISTA DE ESPERA

Grupo II

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Ana Luiza G. Carvalho	23/10/2013	Três tentativas e não conseguimos contato
02	Ana Valentina S. Lopes	30/09/2013	Aguardando efetivação da matrícula
03	Arthur Luiz Silveira	22/08/2013	Três tentativas e não conseguimos contato
04	Leonardo O. dos Santos	10/07/2013	Aguardando efetivação da matrícula
05	Nicolle Guedes Nunes	01/10/2013	Aguardando efetivação da matrícula
06	Davi Auro Nunes da Silva	13/08/2013	Aguardando Vaga
07	Gabrielly Lira	11/10/2013	Aguardando Vaga
08	Alexia V. de Barros Alves	28/07/2013	Aguardando Vaga
09	Natalia Soares de Souza	13/11/2013	Aguardando Vaga
10	Caio Prada	23/05/2013	Aguardando Vaga
11	Emille Pereira	08/08/2013	Aguardando Vaga
12	Lohana A. dos Santos	24/11/2013	Aguardando Vaga
13	Jonathan Felipe C Laureth	14/05/2013	Aguardando Vaga
14	Juliana M ^a de Melo Matos	22/05/2013	Aguardando Vaga

Grupo III

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Bryan Vinícius D. Guimarães	18/11/2012	Três tentativas e não conseguimos contato
02	Kallyu de Souza Raquel	22/06/2012	Aguardando efetivação da matrícula
03	Naiara		Sem interesse pela vaga
04	Alana Vitória Rodrigues	04/03/2013	Aguardando Vaga
05	Emanuele de Bastos Goulart	29/10/2012	Aguardando Vaga
06	Chaiane dos Santos Ataíde	15/08/2012	Aguardando Vaga
07	Julia R B Moreira	18/04/2012	Aguardando Vaga
08	Same Davi B Moreira	13/03/2013	Aguardando Vaga
09	Henrique Antunes	09/04/2012	Aguardando Vaga
10	Isabelli Wanka	13/08/2012	Aguardando Vaga
11	Davi Jora	10/03/2013	Aguardando Vaga
12	Alana Sofia Branco	03/09/2012	Aguardando Vaga

LISTA DE ESPERA

Grupo V

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Clayver Antunes da Silva	18/04/2010	Aguardando efetivação da matrícula

Grupo VI

Nº	Criança	Nascimento	Situação
01	Michelly Besen	27/10/2009	Aguardando efetivação da matrícula
02	Mylena Besen	27/10/2009	Aguardando efetivação da matrícula

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Eloí Nietzsche

Endereço: Rua Dos Cravos, s/nº

Telefone: (48) 3346-9346

Diretora: Verinice Mendes Valerio

Coordenadora Pedagógica: Aparecida De Fátima Damasceno De Castro

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G III	02 anos a 02 anos e 11 meses	17	17	-	-	17
G IV	03 anos a 03 anos e 11 meses	23	23	-	-	23
G MISTO	03 anos a 04 anos e 11 meses	25	25	-	-	25
G V - A	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	25	-	-	25
G V - B	04 anos a 04 anos e 11 meses	25	25	-	-	25
G VI - A	05 anos a 05 anos e 11 meses	25	-	25	-	25
G VI - B	05 anos a 05 anos e 11 meses	25	-	-	25	25
TOTAL				163		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G IV	-
G V	-
G VI	03 - matutino
G VI	01 - vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo III - Integral

	Criança
01	Amabile De Oliveira Dos Santos
02	Arthur Guilherme Cristóvão Garvino
03	Emilly Vasconcelos Putzel
04	Enzo Gabriel Rodrigues Amorim
05	Guilherme Ortiz Kretzer
06	Izadora Da Silva Guedes
07	Jorge Alberto Dos Santos Da Rosa
08	Julia Vitória Machado
09	Laryssa Vitória De Paula Prestes
10	Luiz Miguel De Castro De Souza
11	Maria Isadora Silva De Chaves
12	Nycolas Willian De Souza Farias
13	Thallisson Taysson Lima Martins
14	Vitória Karolyna De Matos
15	Wesley Tiago Vas
16	Yasmin Correia Nascimento Dos Santos
17	Yuri Ricardo Laurentino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV - Integral

	Criança
01	Ana Júlia Oliveira Da Costa
02	Ana Carolina Fernandes Camillo
03	Cristian Wesley Pereira Gonçalves
04	Daniely Maria Sassen Dos Santos
05	Elena Da Rosa Luiz De Oliveira
06	Érika Borba Dionizio

07	Evelyn Kauany Costa Duarte
08	Everton Costa De Oliveira
09	Flavio Gabriel Pereira Lima
10	Isabelly Antunes Alves
11	Isadora Cristina Costa Mendes
12	Isadora Pamplona De Moraes
13	João Davi Noronha Souza
14	Keli Soares Antunes
15	Leonardo Ferraz Da Silva
16	Lucas Vinicius De Oliveira Dias
17	Maria Eduarda Carvalho
18	Mayara Moreira Eleutério
19	Rodrigo De Oliveira Nunes
20	Rodrigo De Souza Pajeu
21	Sophia Rodrigues Dos Santos
22	Stephany Dos Santos De Moraes
23	Yasmin Rodrigues Lima

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto - Integral

	Criança
01	Ana Clara Gomes De Sá
02	Ana Flavia Antunes De Jesus
03	Beatriz Valentina Silveira
04	Brayan Amaro Marçal Gallo
05	Cauã Henrique Costa Mendes Da Rocha
06	Évellyn Vasconcelos
07	Gabriela Cabral Stein
08	Isabelli Bernardo Santos
09	Isaias Weligton Santos Luiz
10	Jhonatan Branco Maciel
11	João Carlos Do Carmo Junior
12	Kaolla Vitória Lopes Soares
13	Laura Martins Westphal
14	Leonardo Rocha Oliveira
15	Lucas De Brum Osorio
16	Misael Tuni Sabino
17	Pedro Henrique Ferreira Da Luz
18	Pedro Henrique Lopes De Jesus
19	Rafael De Almeida Freitas
20	Tauã Taysson De Lima Martins
21	Victor Hugo Da Silva
22	William Dahmer Dos Santos

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V A - Integral

	Criança
01	Arthur Gustavo Duarte Da Cunha
02	Beatriz Soares De Jesus
03	Camili Eduarda Dos Santos Gonçalves
04	Emily Ribeiro Teixeira
05	Erick Valter Carvalho
06	Gabriel Corrêa De Jesus
07	Gabrielly Macedo De Oliveira
08	Guilherme Silva Dos Santos
09	Guilherme Wesley Francisco
10	Gustavo Rodrigues Cavalheiro
11	Gustavo Wesley Cunha De Oliveira
12	Jeferson Cavalheiro
13	Jovanna Chaves Toledo Dedeco

14	Karoline De Jesus Porto
15	Lia De Oliveira
16	Luiz Gustavo Freitas Da Silva
17	Maria Alícia Machado Thomé
18	Micael Sérgio Souza De Jesus
19	Nicolas Sommer Bento
20	Pedro Henryque Nascimento Da Cruz
21	Pietro Henrique Rodrigues Pranger
22	Samuel Goulart Vidal
23	Suellen Dias Partika
24	Thalison Davi De Oliveira Dias
25	Viviane Villorva
26	Wesley Natan Rodrigues Fernandes

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V B – Integral

	Criança
01	Ana Beatriz Hilário Feijó
02	Beatriz Vitória Moraes Da Silva
03	Carlos Eduardo Rocha Vas
04	Eloiza De Sousa Lubian
05	Gabriel Antony Claus
06	Gabriel Goulart Vidal
07	Gabrielli Sales Costa
08	Hiago Bueno Da Porciuncula
09	João Pedro Silva Da Rosa
10	José Henrique Berto Dos Santos
11	Júlia Araldi Alves
12	Júlia Ribeiro Pacheco
13	Kamila Vitória De Oliveira Maciel
14	Kauan Victor De Sales
15	Kauê Rosa Dos Santos
16	Laura Antonia Bello Carvalho
17	Luis Roberto Rocha Oliveira
18	Maria Eduarda Rodrigues Dos Reis
19	Mayko Geovan Goularte De Chaves
20	Nicolas André Pereira Da Silva
21	Rihana Eliziário Gomes
22	Samuel Lucas Ferreira Da Silva
23	Samuel Santos Carvalho
24	Sophia Lima De Souza
25	Victor Rodrigues Coelho

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI A – Matutino

	Criança
01	Ana Clara Stein Cargnin
02	Ana Julia Verza Gomes De Oliveira
03	Camilly Vitória Branco De Souza
04	Carlos Castro Da Silva
05	Davi De Brum Osorio
06	David Henrique Dos Santos Gonçalves
07	Ellen Vas
08	Lara Sofi Da Silva
09	Lohanna Laviny Oliveira Duarte
10	Magdiel Gonçalves Novais
11	Marcos Gustavo Gonçalves
12	Maria Eduarda Raupp De Oliveira
13	Maria Fernanda Gueveda
14	Maria Lucia Roque Teodoro

15	Mikael De Carvalho Da Cruz Pereira
16	Nathan De Oliveira Nunes
17	Nicolas Ribas Correa
18	Pablo Miguel Gomes
19	Ruan Gabriel Borba De Aguiar
20	Samuel Maximiliano De Souza
21	Victor Hugo Alberton
22	Victor Peres De Amorim

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI B – Vespertino

	Criança
01	Aline Santos Da Silva
02	Ana Beatriz Da Rosa Vieira
03	André Luiz Passos Francelino
04	Ani Carolini De Andrade
05	Antony Borges Da Silva
06	Carlos Eduardo Bello
07	Damara Lubian De Almeida
08	Dayane Rauber
09	Diogo Duarte
10	Emily Marcell Antonio
11	Érica Cristina Da Silva
12	Everton Do Nascimento Cardoso
13	Frederico Augusto Pereira Dos Santos
14	Gabriel Duarte
15	Isadora Dos Santos Claus
16	João Victor Pereira Auras
17	Julia Cristina Da Silva Campos
18	Kaique Camargo De Jesus
19	Maria Do Carmo Pereira Da Silva
20	Nicole Melo Matos
21	Pâmela Gonçalves De Araujo Vieira
22	Rian Santos Muller Da Silva
23	Victor Soares Fernandes
24	Vitor Gabriel Santos De Matos

LISTA DE ESPERA

Grupo III - Integral

Criança	Data de Nascimento	Situação
01- Maria Julia do Prado Nogueira	06/08/2012	Aguardando a vaga
02- Miguel Nunes de Almeida	01/12/2012	Aguardando a vaga
03-Guilherme Rauber	16/05/2012	Aguardando a vaga
04-Arielly de Oliveira	05/09/2012	Bolsa família
05- Fernanda da Silva Nunes	30/04/2012	Bolsa família
06- Nathália dos Santos da Silva	21/06/2012	Bolsa família
07- Isabeli Paulina Gonçalves	26/02/2013	Bolsa família
08- Nicolay Mafra Leal	26/12/2012	Aguardando a vaga
09-Bianca Mafra Leal	26/12/2012	Aguardando a vaga
10- Victor Hugo Vieira da Luz	23/12/2012	Aguardando a vaga
11- Miguel Ferreira da Costa	24/03/2013	Aguardando a vaga
12- Gustavo Tavares Viana	14/01/2013	Aguardando a vaga
13- Paulo Cesar Veber Neto	27/01/2013	Aguardando a vaga
14- Pedro Henrique Alves Pereira	30/11/2012	Aguardando a vaga
15- Millena Ribeiro	18/11/2012	Aguardando a vaga
16- Caleb Maximiliano Galliani de Souza	26/05/2012	Aguardando a vaga
17-Antonio Gabriel Fernandes	27/02/2013	Bolsa família
18-Murillo Kmetzsch Ortiga	20/08/2012	Aguardando a vaga

Grupo IV - Integral

Criança	Data de Nascimento	Situação
01- Gabriel de Jesus de Oliveira	06/03/2012	Aguardando a vaga
02- Kaique Hiury da Silva	12/05/2011	Aguardando a vaga
03-Zion Neckel Kruel	20/03/2012	Aguardando a vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil São José

Endereço: Rua Paulino Pedro Hermes nº 2785 Bairro Nossa Senhora do Rosário – Floresta

Telefone: (48) 3246-2498

Diretora: Cláudia Martins Rauen Losso

Coordenadora Pedagógica: Samara Maria João

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G 1	4 meses a 1 ano	12	13			13
G 2	1 ano a 1 ano e 11 meses	15	13	02	02	17
G 3 - A	2 anos a 2 anos e 11 meses	10	09	01	01	11
G 3 - B	2 anos a 2 anos e 11 meses	16	15	01	01	17
G 3 - C	2 anos a 1 anos e 11 meses	17	-	-	15	15
G 4 - A	3 anos a 3 anos e 11 meses	23	23	-	-	-
G 4 - B	3 anos a 3 anos e 11 meses	23	21	02	02	25
G 4 e G 5	3 anos a 4 anos e 11 meses	23	-	11	-	11
G 5 - A	4 anos a 4 anos e 11 meses	25	24	-	01	25
G 5 - B	4 anos a 4 anos e 11 meses	25	23	-	02	25
G 6 - A	5 anos a 5 anos e 11 meses	25	-	21	-	21
G 6 - B	5 anos a 5 anos e 11 meses	25	-	-	22	22
TOTAL 235	192	22		235		

* os grupos possuem esse número de crianças devido ao espaço da sala e por frequentar uma criança cadeirante.

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Grupo 3	02 - vespertino
Grupo 4/5	12 - matutino
Grupo 5	04 - matutino
Grupo 6	07 - (4 matutino e 3 vespertino)

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Ana Júlia Costa Leandro	Integral
02	Antonio Daniel do Rozário Cardoso	Integral
03	Arthur Souza Mota	Integral
04	Beatriz da Rosa Broering	Integral
05	Bianca Regina Utzig Fernando	Integral
06	Felipe Fauz de Andrade	Integral
07	Maria Luiza da Rosa Bragio	Integral
08	Melissa Zanon da Silveira	Integral
09	Paolla Oliveira Areias	Integral
10	Pedro Leonardo Silva dos Santos	Integral
11	Sophia Rodrigues da Rosa	Integral
12	Tales Gouveia Mesquita	Integral
13	Tayla Sophie Enderle Ribeiro	Integral

Grupo 2

	Criança	Período
01	Bárbara Alexandre Fernandes do Nascimento	Integral
02	Danilo Guerreiro Ribeiro Campos	Integral
03	Davi Correa Pacheco	Integral
04	Devid Souza de Jesus	Integral
05	Eduardo Fidelis Guimarães	Integral
06	Isabella Maria Brando Silveira	Integral
07	Ítalo Galupo Zanon	Integral
08	João Pedro Zimmer Cezar da Silva	Integral
09	Luiz Fernando Castro Alves	Integral
10	Maria Laura de Souza	Integral
11	Matheus Oliveira da Silva	Integral
12	Matheus Salvador Testa Dutra	Integral
13	Vinícius Fidelis Guimarães	Integral
14	Davi de Queiroz Trugilo May	Matutino
15	Pedro Antônio Fernandes Spolt	Matutino
16	Luiz Fillipe Lopes	Vespertino
17	Sofia Luize Pulceno	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 - A

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Gonçalves	Integral
02	Arthur Terra Truppel dos Santos	Integral
03	Beatriz Brandão Padilha Rodrigues	Integral
04	Davi Luiz Maximiano de Souza	Integral
05	Davi Luiz Ribeiro Campos	Integral
06	Lycia Maria Brinhosa	Integral
07	Maria Eduarda Damasceno de Souza	Integral
08	Nicolas Pietro Cardoso Kintzel	Integral
09	Pedro Henrique Borman Oliveira	Integral
10	Ana Francisca Henkel Amorim	Matutino
11	Lorenzo Montanari Teodoro	Vespertino

Grupo 3 – B

	Criança	Período
01	Arthur Perri da Silva	Integral
02	Edlaine Ribeiro de Lima	Integral
03	Igor Brito Vieira	Integral
04	Isaac Prudêncio Duarte	Integral
05	Isabella Bianco dos Santos	Integral
06	Izadora de Souza Castro	Integral
07	João Vitor Faraco da Silva	Integral
08	Miguel de Oliveira	Integral
09	Nicolas Kister de Jesus	Integral

10	Otavio Martins	Integral
11	Rafael Lopes Milan	Integral
12	Ruan Perri da Silva	Integral
13	Ryan Daufemback Perotti	Integral
14	Thayla Cristina Carmanitta Pereira	Integral
15	Wesley Galupo de Oliveira	Integral
16	João Vitor Freitas de Souza	Matutino
17	Pietra Vieira Martins	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 – C

	Criança	Período
01	Agatha Seeber Monguilhotti	Vespertino
02	Ana Beatriz Melo Luiz	Vespertino
03	Ana Luiza Mina de Souza Cardozo	Vespertino
04	Clara Fernanda Grutzmann Meirinho	Vespertino
05	Davi Cardoso da Silva	Vespertino
06	Davi Pereira de Avila	Vespertino
07	João Pedro Teixeira da Silva	Vespertino
08	Julia Miranda Chierighini	Vespertino
09	Laura Custódio de Camargo	Vespertino
10	Luis Felipe Machado Fraga	Vespertino
11	Matheus Lopes Motta	Vespertino
12	Miguel Furtado Demaria	Vespertino
13	Rafaela Mendes de Melo Coelho	Vespertino
14	Valentina Fachim Silveira	Vespertino
15	Vitória do Nascimento	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 – A

	Criança	Período
01	Agatha Santos	Integral
02	Anna Carolina de Almeida Santiago	Integral
03	Arthur Luiz Martins	Integral
04	Arthur Martins Pereira	Integral
05	Arthur Pereira do Rosário	Integral
06	Bruno Francisco Kuster Filho	Integral
07	Caio Henrique da Rosa Silva	Integral
08	Gabriel de Souza de Oliveira	Integral
09	João Pedro Hoffmann Flor	Integral
10	Júlia da Luz Melo	Integral
11	Lara Amorim Tolentino	Integral
12	Lúcio Ferreira Souza	Integral
13	Maria Clara Marques	Integral
14	Maria Eduarda Cardoso da Silva	Integral
15	Maria Eduarda Santos Veloso	Integral
16	Maria Luiza Ventura Medeiros	Integral
17	Miguel Clave do Amaral	Integral
18	Nicolas Gomes Salvador	Integral
19	Rafael Zuina Flor	Integral
20	Rafaella íviala Julião	Integral
21	Sofia Maria Klöckner Pereira	Integral
22	Sophia Dela Justina Klock	Integral
23	Vinicius da Luz Bueno	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 – B

	Criança	Período
01	Aline Loch	Integral

02	Amabily de Sousa Estropos	Integral
03	Anna Sophia Guesser	Integral
04	Arthur Andrade Vieira	Integral
05	Bernando Poetter Domingos	Integral
06	Davi Teixeira Cardoso	Integral
07	Djenifer Ribeiro Campos	Integral
08	Eduardo Henrique Stüpp Mendes	Integral
09	Evelyn de Souza Leandro	Integral
10	Gabriel da Penha Victória	Integral
11	Henrique Grützmann Santos	Integral
12	João Eduardo Pacheco	Integral
13	João Pedro Custódio Antônio	Integral
14	Joaquim Ferreira Lima	Integral
15	Kaylane Chagas Santana	Integral
16	Laura Ribeiro Crisostimo	Integral
17	Marina Przybysz Camargo	Integral
18	Mateus Jesus de Almeida	Integral
19	Rafael Pinheiro Serpa	Integral
20	Sofia Cidral Müller	Integral
21	Vitor Gabriel de Araujo	Integral
22	Arthur Barcelos Borges	Matutino
23	Nara Ayumi Saito	Matutino
24	Igor Varela Dias de Souza	Vespertino
25	Emanuel de Oliveira Becker da Silva	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4 e 5

	Criança	Período
01	Amanda Ferreira Marques da Silva	Matutino
02	Anna Yasmyn Utzig Dias	Matutino
03	Brayan Gomes Rosa	Matutino
04	Christofer Goedert da Rosa	Matutino
05	Izabelly Souza Camargo	Matutino
06	Manuella Damaceno de Oliveira	Matutino
07	Maria Luiza Rafael da Costa	Matutino
08	Miguel Santos da Silva	Matutino
09	Nicolly Machado da Silva	Matutino
10	Victor Formagio Pires	Matutino
11	Thalyta Moreira Farias	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - A

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Cardoso da Silva	Integral
02	Ana Beatriz Frederico da Silva	Integral
03	Ana Laura Corrêa da Silva	Integral
04	Edvan Ribeiro de Lima	Integral
05	Felipe Gnützmann Santos	Integral
06	Guilherme Costa Leandro	Integral
07	Isabelly Vitória da Silva	Integral
08	KayKe Santana da Cruz	Integral
09	Leonardo Ahlert Candido	Integral
10	Letícia Vilela da Cunha	Integral
11	Ívia Valverde Campos	Integral
12	Luis Gustavo Boaventura Steffens	Integral
13	Luiza Schmitz da Costa	Integral
14	Maria Alice Bormann Oliveira	Integral
15	Maria Clara dos Santos	Integral
16	Maria Laura Rodrigues dos Santos	Integral
17	Maria Luiza Kammer	Integral

18	Maria Victória Carpes Pereira	Integral
19	Mariah Testa Dutra	Integral
20	Maryah Santana Machado	Integral
21	Matheus Rumpf Machado	Integral
22	Rafael Pinheiro Serpa	Integral
23	Théo Fernandes Martins	Integral
24	Yuri Kuhlmann de Moraes	Integral
25	Sara Mafra Batista	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5 - B

	Criança	Período
01	Amanda Loch	Integral
02	Ana Giulia Cruz Lelis de Almeida	Integral
03	Ana Laura de Jesus dos Santos	Integral
04	Anna Beatriz de Santana	Integral
05	Diego Fernandes Dellazari de Carvalho	Integral
06	Douglas Lovacir Ribeiro Campos	Integral
07	Emily Vitória Prudêncio	Integral
08	Gustavo Santana dos Santos	Integral
09	Isabel Cavalheiro Fuhro Martins	Integral
10	Isabela Correa Evaristo	Integral
11	Isadora de Faria	Integral
12	Isadora Schlosser de Oliveira	Integral
13	Jorge Faucez de Andrade	Integral
14	Kevyn de Jesus Santana Mascaro	Integral
15	Larissa de Souza Jaques	Integral
16	Lucas Damasceno Hoffmann	Integral
17	Mariana Ferreira de Jesus	Integral
18	Mariana Lohn	Integral
19	Nicolly Michette Flores	Integral
20	Nícolás Lachewitz	Integral
21	Pierre Brolesi da Silva	Integral
22	Samuel Fernandes Avena	Integral
23	Álvaro Viana de Oliveira	Vespertino
24	Arthur Pereira Domingus	Vespertino
25	Nathan Gomes da Silva	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 – A

	Criança	Período
01	Alda Luiza Borba Prestes Araújo	Matutino
02	Alessandro Pereira Cataneo	Matutino
03	Ana Julia Santos Veloso	Matutino
04	Beatriz Teixeira da Silva	Matutino
05	Davi de Jesus dos Santos	Matutino
06	Eduardo de Paula Martendal	Matutino
07	Felipe Oselame Porfírio	Matutino
08	Gustavo Bruck Schütz	Matutino
09	Ibrahimovic de Araújo da Rosa Soares	Matutino
10	Igor Akio Saito	Matutino
11	Izadora Renata Faria Vitorino	Matutino
12	Lucas Fillipi	Matutino
13	Maria Luiza da Cruz Sodré	Matutino
14	Marina Hausmann Leite	Matutino
15	Miguel dos Santos Teixeira	Matutino
16	Nauhana Araújo do Nascimento	Matutino
17	Pedro Amaral Prats	Matutino
18	Pedro Henrique Cardoso da Costa	Matutino
19	Rhudson Fernando dos Santos	Matutino

20	Thiago Souza Ribeiro	Matutino
21	Vitor Domingos Machado	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6 – B

	Criança	Período
01	Alexandre Marchiniak	Vespertino
02	Alice Kretzer Barotto	Vespertino
03	Arabela Grayce de Souza	Vespertino
04	Bruno de Santana	Vespertino
05	Cleber Luz dos Santos	Vespertino
06	Davi Antunes Machado	Vespertino
07	Emanuelle Lino de Melo	Vespertino
08	Enzo Estevão	Vespertino
09	Gustavo da Silva Soares	Vespertino
10	Isadora Gisele de Lima Antunes	Vespertino
11	Isadora Prazeres do Nascimento	Vespertino
12	Julia Corrêa	Vespertino
13	Larissa Lilian Pereira de Oliveira	Vespertino
14	Kauan Borges Stumer	Vespertino
15	Maria Alice Martins	Vespertino
16	Otávio Augusto Pulceno	Vespertino
17	Pedro Henrique Borges Schmitz	Vespertino
18	Pedro Henrique Schaitel	Vespertino
19	Rafaly Araújo da Silva	Vespertino
20	Rhudson Fernando dos Santos	Vespertino
21	Suane Jesus de Almeida	Vespertino
22	Tiago Wilson Hochsprung Ricardo	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo 1

Criança	Data de Nascimento
01- João Gabriel Hochsprung de Almeida	12/08/2014
02- Pedro da Silva Basler	28/07/2014
03- Théo de Oliveira Lopes	03/07/2014
04- Anna Clara A. Miranda	10/06/2014
05- Arthur Gonçalves Coelho	14/08/2014
06- Israel Kalbusa dos Reis	07/08/2014
07- Maria Fernanda	22/08/2014
09- Pedro Henrique Martins Cabral	24/11/2014
09- Emanuel da Silva Ferreira	12/12/2014
10- Luiz Felipe Amorim	27/11/2014
11- Luiza Vilela da Cunha	17/01/2015
12- Helena Henrique Firmínio	20/08/2014
13- Miguel teriago de Liz da Silveira	22/12/2014
14- Antônio Batista Schimit	25/07/2014
15- Kauã Campos dos Santos	22/11/2014
16- Sara Ribeiro	16/07/2014
17- Victória Souza Oliveira	30/01/2015
18- Nicolas Rafael J. Sarmento	15/09/2014
19- Carlos Guilherme Faga Costa	20/12/2014
20- Rebeca de Souza Lima	08/11/2014
21- Alanah Cristini Prattes	15/05/2014
22- Alax Gonçalves F. Nascimento	14/06/2014
23- Rafael Oselane Porfílio	25/11/2014
24- Alice Novais dos Santos	01/01/2015
25- Davi Wilson B. Ricardo	11/08/2014
26- Lavínia Borges Machado	05/05/2014
27- Leonardo	18/04/2014
28- Vinícius Guedes	26/03/2015

29- Ana Luiza Menezes Ferreira	09/08/2014
30- Davi Luiz Nunes Moraes	13/01/2014
31- Rael Pereira Vitória Junior	07/06/2014
32- Bernardo Pereira José	13/03/2015
33- Ayla Seeber Monghuilhotti	31/12/2014
34- Mariha Bernardo Tomazini	25/12/2014
35- Maria Julia Queiroz Ferreira	16/12/2014
36- Rafaela Nogueira da Silva dos Santos	29/09/2014
37- Gabriel Rodrigues Back	02/08/2014
38- Pedro Henrique de Lima Rodrigues	07/12/2014
39- Isadora Santana Fuck	06/12/2014
40- Clara Porlez	24/04/2015
41- Ronaldo França Filho	17/06/2014
42- Yasmim Schmitt da Silva	05/06/2014
43- Samuel de Campos	12/11/2014
44- Miguel Silva	14/12/2014

Grupo 2

Criança	Data de Nascimento
1-Gabriel Pereira Sena	01/11/2013
2-Lorenzo De Souza Carvalho	20/03/2014
3-Alexia Ribeiro Guesser	07/06/2013
4-Davi De Oliveira Juttel	26/03/2014
5-Carlos Eduardo Teles De Almeida	18/04/2013
6-Maria Vitória Francisco Bento	18/04/2013
7-Gabriel Zincoski Prazer	09/03/2014
8-Isabela Garcia Leonel	16/04/2013
9-Kauê Ferreira Miguel	25/05/2013
10-Laís Lopes Da Silva	25/01/2014
11-Cesar Amaral Mendes De Sousa	06/05/2013
12-Isadora Antonioli De Oliveira Ramos	16/07/2013
13-Sara Velasques Huber Machado	26/02/2014
14-Lucas Zimpeck De Rezende	27/11/2013
15-Gabrielle Starosky Braga	22/01/2014
16-Carlos Miguel Domingos Antônio	07/12/2013
17-Bernardo Prazeres Do Nascimento	10/03/2014
18-Ana Carolina Silva Da Costa	29/06/2013
19-Charles Washington Da Silva Júnior	09/07/2013
20-Helena Adada Wessler	10/02/2014
21-Diana Fagundes De Jesus	04/01/2014
22-Davi Luiz Borman Fernandes	04/07/2013
23-João Gabriel De Jesus	10/10/2013
24-Matheus Sant'anna Fernandes	26/11/2013
25-João Henrique Lohn	06/11/2013
26-Pedro Lohn Da Silva	29/01/2014
27-David Eduardo Machado Salum	28/05/2013
28-Higor David Da Silva	14/03/2014
29-Indianara Gomes Da Silva	05/06/2013
30-Mariana Arceno De Souza	30/09/2013
31-Miguel Júlio De Oliveira Bruch	08/02/2014
32-Caio Henrique Dos Santos	07/01/2014
33-Kaio Falconi Jordão	12/09/2013
34-João Paulo D'agostim Cristovam	26/02/2014
35-Laura Antônia Gomes Goedert	12/03/2014
36-Karina Tomaz Borges	13/11/2013
37-Sofia Ferrari Fernandes	29/03/2014
38-Lara Adada Wessler	10/02/2014
39-Sara Tondello	13/05/2013
40-Lucas Mendes Da Silva	07/12/2013
41 - Kauê Ferreira Miguel	05/05/2013
42- Vitor da Silva Peres	21/04/2013
43- Noah Schultz Merico	04/06/2013
44- Isabela Perico Santos	30/01/2014

45- Miguel Haack	19/06/2013
46- Renzo Roskowski	10/01/2014
47- Alice Cruz Galo	29/05/2013
48- Francyni Luiza Torres Gallon	19/02/2014
49 – Braian Maranhão de Marafigo	27/11/2013
50- Letícia Guerreiro Severo Carlet	06/01/2014
51- Luiz Henrique Silveira Abedala	16/05/2013
52- Felipe Manuel Pessoa	02/03/2014
53- Elen de Matos Silva	26/11/2014
54- Herick Dioniz Porto	28/07/2013
55- Arthur Schmidt Biozotto	31/07/2013
56- Maria Clara de Paula	17/12/2012
57- Maria Luiza Damosco dos Santos	16/12/2012
58- Isack VellIntym Guesses Andrade	11/02/2014
59- Rafaela Magrini Klein Pereira	08/04/2013
60- Davi Luiz Nunes Moraes	13/01/2014
61- Pablo Henrique Santos de Souza	17/04/2013
62- Gabriel Vinotti Soares	04/04/2013
63- Brenda Lorrany Santos Silva	08/10/2013
64- Mateus Sipriano Rodrigues	29/05/2013
65- Vinícius Steinbach	02/10/2013
66- Davi Lima de Oliveira Pires	29/09/2013
67- Isabella Rafael da Costa	21/10/2013
68- Ana Flávia Mendes Martins	11/06/2013
69- Pietra da Silva Vieira	20/03/2014
70- Pedro Sprandel Ronakoski	08/05/2013
71- Gustavo da Rosa	11/01/2014
72- Mitchell da Silva Santana	06/03/2014
73- Gabrielly Werle da Silva	07/03/2014
74- Lucas do Nascimento	07/03/2014
75- Ronald Lima de Jesus	04/10/2013
76- Felipe Belluzzo Rodrigues	05/11/2013
77- Evilin Hadassa da Silva Duarte	24/06/2013

Grupo 3

Criança	Data de Nascimento
1-Luis Felipe Machado Fraga	
2-Bruno Bernardo	04/02/2013
3-Julia Matos Machado	01/10/2012
4-Natália Turnes Sant'ana	08/10/2012
5- Erik Sousa Sorato	10/12/2012
6-Nicolas De Oliveira Juttel	19/06/2012
7-Geovana De Oliveira Bruch	12/07/2012
8-Felipe Santos Cardoso Da Silva	28/03/2013
9-Júlia Miranda Chierighini	13/03/2013
10-João Manoel Dos Santos	30/05/2012
11-Isabelly Oliveira Da Silva	09/03/2013
12-Maria Sophia De Oliveira	28/03/2013
13-Gabriel Lucas Damásio	07/10/2012
14-Davi Gorges	03/09/2012
15-Rayssa De Bithencourt De Souza	09/10/2012
16-Raylan Miranda Azevedo	16/03/2013
17-Henrique Schmidt Alexandre	04/04/2012
18-João Philipe Alves Carlos	11/09/2012
19-Lívia oliveira de Liz	15/05/2012
20-Arthur Correa Ribeiro	01/04/2012
21-Gustavo Silva Gonçalves	27/05/2012
22-Kaique de Souza Silveira	30/03/2013
23-Nathália Costa Sabino Martins de Almeida	12/03/2012
24- Valentins de Souza Vilvert	12/04/2012
25- Natally Vitória dos Santos Santos	22/05/2012
26- Clara Guimarães da Silva	24/01/2012
27- Pedro Henrique Souza	15/01/2013

28- Luiz Fernando Souza	15/01/2013
29- Eduardo Morion	11/10/2012
30- Ricardo Guerreiro Severo Carlet	08/08/2012
31- Matheus Steffens Rossa	07/05/2012
32- Matheus Schmidt Biazotto	19/05/2012
33- Igor Luis Ferreira	13/09/2012
34- Hiago Luis Ferreira	13/09/2012
35- Stefany Mathias P. Prudêncio	27/06/2012
36- Arthur Maurício Rosa	12/05/2012
37- Brayn Gomes da Rosa	05/11/2012
38- Arthur Rafael Martins João	21/06/2012
39- Kelvin Lema da Cruz	09/09/2012
40- Enzo Antunes Machado	18/12/2012
41- Oliver Ferreira da Silva	11/03/2013
42- Kauã Diomar Machado	23/05/2012
43- Kauã May Mattos	27/06/2012
44- Victor Alves dos Santos Coldbella	08/03/2012
45- Beijamin Andreson dos Santos Silva	09/04/2012
46- Pedro Yuri da R. Soares Alves	17/02/2013
47- Bernardo Nascimento Dias	03/08/2012
48- Paola Borges Machado	31/08/2012
49- Hyago da Silva Nicois Ribeiro	05/02/2013
50- Enzo Antunes Machado	18/12/2012
51- Sallys Francisco Queiroz do Nascimento	20/03/2013
52- Paulo Gustavo G. Ribeiro	10/07/2012
53- Carlos Eduardo Elias Maranhão	16/04/2012
54- Maria Isabel A. França	25/10/2012
55- Jaqueline Stefany Freire Torres	18/01/2013
56- Victória Duarte Natividade	04/04/2012
57- Davi da Silva Pacheco	08/06/2015

Grupo 4

Criança	Data de Nascimento
1- Melanie Machado Dornelles	30/10/2011
2- Vitória Trindade Coelho	14/07/2011
3- Lívia dos Santos	07/11/2011
4- David Reis Neto	28/06/2011
5- Ramom Miranda Aguiar	12/04/2011
6- Amanda Ferreiro Marques da Silva	03/02/2012
7- Davi Pereira de Avila	15/11/2012
8- Lívia Oliveira de Liz	15/05/2012
9- Isadora do Nascimento	04/06/2011
10- Hellen Sophia Gomes Ribeiro	04/07/2011
11- Arthur Santana dos Santos	18/04/2011
12- Victor Hugo Dutra	17/07/2011
13- Davi Bachamann Godinho	02/06/2012

Grupo 5

Criança	Data de Nascimento
1- Helena Sieburguer Cláudia	22/03/2011
2- Heloísa Assad Oliveira	19/10/2010
3- Iasmin Lima Franco Seeber	13/04/2011
4- Samila Priscila Cruz de Almeida	21/04/2010
5- Maria Eduarda Sipriano Larcen	04/08/2011
6- Gabriel Rodrigues Rosa	04/01/2011
7- Nicolas Rodrigo Merízio	28/05/2010
08- Maria Isabel Mendes Martins	06/09/2010
09- Mariah Janaina Pessoa	11/10/2012
10- Guilherme Araújo da Silva	12/10/2010
11- Gabriel Araújo da Silva	12/10/2010
12- Larissa Pereira da Conceição	10/09/2010
13- Bernardo Eduardo dos Santos	26/10/2011

14- Cuanã Vitoria da S. Duarte

11/04/2011

Grupo 6

Criança	Data de Nascimento
1- Kauan Filipe de Souza Silveira	29/06/2009
2- Vitória Rak Barbosa Panaro	23/03/2010
3- Miguel Ângelo de Brito	30/09/2009
4- Maria Gabrieli A. França	27/12/2009

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil Los Angeles

Endereço: Joaquim José Meurer S/N –Forquilhas – São José

Telefone: (48) 3357-6110

Diretora: Janete Laurici Marques Hames

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV	03 a 04	23	20	03	03	26
V	04 a 05	25	21	04	04	29
VI	04 a 06	25	-	24	25	49
TOTAL	41	31	32	104		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GIV	-
GV	-
GVI	01 - Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Ana Cristina Popenga Pfleger	Vespertino
02	Ana Julia Góis	Integral
03	Ana Luiza Becker	Integral
04	Anderson Gabriel Schmitz	Vespertino
05	Daniely Toebe	Integral
06	Davi De Cordova Passos	Matutino
07	Estêvão Dos Santos	Integral
08	Ezabelle Chiarani Da Silva	Integral
09	Ian Vinicius Maues Dias E Silva	Integral
10	José Pedro Da Silva Fagundes	Integral
11	Larissa Ribeiro Fernandes	Integral
12	Lucas Almeida Maule	Integral
13	Maria Clara De Oliveira Silva	Integral
14	Maria Eduarda Carvalho Laurindo	Integral
15	Natália Mariano Araujo Dos Santos	Integral
16	Natiele D Avila Nunes	Integral
17	Nycollas Gilmar Becker	Vespertino
18	Otto Bies Da Silva	Integral
19	Ramon Júnior De Paula Quint	Integral
20	Ricardo Correia Chaves Bandeira	Integral
21	Sofia Amandio Garcia	Integral
22	Thiago Prudente Marques Wilhelm	Integral
23	Yasmin Camili Corrêa	Integral
24	Ytalo Rafael Corrêa	Integral
25	Pablo Vieira Albrecht	Matutino

26	Emmanuel Santiago Stein	Matutino
----	-------------------------	----------

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Ana Clara Schimtz Dos Santos	Vespertino
02	Ana Luíza Broering Martins	Integral
03	Crystian Rafael Da Silva Coelho	Integral
04	Davi Uflacker Da Silva	Integral
05	Gabrielly Verissimo	Integral
06	Gustavo Hessel Silva	Integral
07	Gustavo Marcos Correa	Integral
08	Heloá Zetoles Rocha	Integral
09	Hiago Da Silva Vieira	Integral
10	Isabella Becker Portella	Integral
11	Isaque Dos Passos	Integral
12	Izabelly Luiza Kons Da Silva	Integral
13	Kamilly Da Silva	Vespertino
14	Larah Vitória Ribeiro De Lima	Vespertino
15	Luiz Otávio Nunes Both	Integral
16	Maria Luiza Fraga	Integral
17	Maryah Wagner	Matutino
18	Matheus Soares Da Rosa	Integral
19	Mayane Eliane De Melo	Matutino
20	Nicolly Beatriz Almeida	Integral
21	Renan Soldi Dos Santos	Integral
22	Samuel Cavalheiro Da Silva	Vespertino
23	Sophia Veríssimo Dos Santos	Integral
24	Vinícius Bernardes De Assis	Integral
25	Willian Bandeira Dos Santos	Integral
26	Alisson Sagais Veron	Integral
27	Ana Julia Dorneles Cardoso	Matutino
28	Amanda De Liz Selpa	Matutino
29	Thayna Xavier Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI

	Criança	Período
01	Ágatha Balbinot Dos Santos Costa	Matutino
02	Aline Schlichting	Matutino
03	Amáble Spinosa	Matutino
04	Andrey Stuhler	Matutino
05	Beatriz Zanatto Da Silva	Matutino
06	Brayan De Souza	Matutino
07	Camilly Vitória Platen Fagundes	Matutino
08	Daniel Breigeron Júnior	Matutino
09	Deyvid De Freitas	Matutino
10	Gustavo Alves Becker	Matutino
11	Isabelly Costa De Assis	Matutino
12	Isabelly Veríssimo	Matutino
13	Júlia De Paula Quint	Matutino
14	Lara Assunção Da Silva	Matutino
15	Lilian Corrêa Da Costa	Matutino
16	Mariana Correia Stein	Matutino
17	Milena Raissa De Liz Granemann	Matutino
18	Pedro De Oliveira Ribeiro	Matutino
19	Rayanna Dos Santos Nascimento	Matutino
20	Sophia Bales Santana	Matutino
21	Vinícius Pereira Machado	Matutino
22	Yuri Gabriel Miranda	Matutino

23	Kayna Daniel Neri De Oliveira Rufino	Matutino
24	Rebeka Santos Da Silva	Matutino
25	Ana Lara De Souza Constante	Vespertino
26	Bruno José Fraga Elias	Vespertino
27	Camila Einhardt De Melo	Vespertino
28	Carlos Eduardo Steinbach Brigido	Vespertino
29	Eduardo Booz	Vespertino
30	Eduardo Ramos Wilhelm	Vespertino
31	Elias Martins Fernandes	Vespertino
32	Emily Cristina Da Silva Barbosa	Vespertino
33	Everthon Santos Da Conceição	Vespertino
34	Fábio Schappo	Vespertino
35	Gabriel Steinbach Conrado	Vespertino
36	Gabrielle Bandeira Dos Santos	Vespertino
37	Giulia Oliveira Machado	Vespertino
38	Gustavo Soares Lucas	Vespertino
39	Jonatas Staroski Pereira	Vespertino
40	Letícia Araújo De Souza	Vespertino
41	Luiz Fernando Barbosa De Souza	Vespertino
42	Rafael Oliveira Machado	Vespertino
43	Scheila Salustiano Ribeiro Walter	Vespertino
44	Sofia Elias Dos Santos	Vespertino
45	Tainara Beatriz Ferreira	Vespertino
46	Vicente Augusto Hames	Vespertino
47	Nicolý Aparecida Da Silva	Vespertino
48	João Victor D'avila Nunes	Vespertino
49	Mariana Marafiga	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo IV

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Maria Clara Lourenço Scheffel	22.02.2012	Aguarda Vaga
02	Isadora Da Silva Nascimento	10.10.2011	Aguarda Vaga
03	Isabella Silveira Goes	14.05.2011	Aguarda Vaga
04	Lorenzo Gabriel Barão Salati	30.09.2011	Aguarda Vaga
05	Davi Miguel De Souza	09.10.2011	Aguarda Vaga
06	Aline Da Cruz Da Silva	17.03.2012	Aguarda Vaga
07	Paola Vermohlen	26.09.2011	Aguarda Vaga
08	Ana Luiza Sangalletti Da Silva	14.01.2012	Aguarda Vaga
09	Vinicius Silva Da Cunha	02.08.2011	Aguarda Vaga
10	Gabriel Ciusz Passaura	22.11.2011	Aguarda Vaga
11	Rodrigo Pierri Feres	28.07.2011	Aguarda Vaga
12	Victor Gabriel Pereira Da Silva	22.07.2011	Aguarda Vaga
13	Vithor Da Silva Teixeira	02.04.2011	Aguarda Vaga
14	Clara Eduarda Da Silva Souza	14.01.2012	Aguarda Vaga
15	Amabile Moreira Branco	21.06.2011	Aguarda Vaga
16	Livia Mendes Avila Scheneider	25.03.2012	Aguarda Vaga
17	Livia Ester De Freitas	24.04.2011	Aguarda Vaga
18	Fellippe Marcelo Dias De Souza	07.08.2011	Aguarda Vaga
19	Carlos Roberto Siqueira Ribnikier	17.06.2011	Aguarda Vaga
20	Gabrielle Orsalin Sperber	01.05.2011	Aguarda Vaga

Grupo V

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Fabiano Cardoso De Siqueira	21.12.2010	Foi Chamado para Grupo VI - Matutino
02	Beatriz Do Nascimento Veiga Silva	08.12.2010	Aguarda Vaga
03	Ingrid Claudino	22.08.2010	Aguarda Vaga
04	Pedro Henrique Plmenta Rocha	13.11.2010	Aguarda Vaga
05	Gabriely Fridrich Cruz	13.11.2010	Aguarda Vaga
06	Raissa Oripka De Oliveira	28.10.2010	Aguarda Vaga

07	Caio Henrique Silva De Freitas	24.07.2010	Aguarda Vaga
08	Yasmin Kristina Kuczka	10.01.2011	Aguarda Vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil Bom Jesus de Iguape

Endereço: Getúlio Vargas nº 578

Telefone: (48) 3247-3896

Diretora: Cinthia Cristhine Zanin Alves

Coordenadora Pedagógica: Nahdja Anderson dos Santos

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IIIA	2	10	08	02	02	12
IIIB	2	10	06	04	04	14
IV	3	15	15	-	-	15
VA	4	15	14	01	01	16
VB	4	15	13	02	02	17
VI	5	20	15	05	05	25
TOTAL 85	71	14	14	99		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
3	-
4	-
5	-
6	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3 – A

	Criança	Período
01	Bernardo Souza Gaio	Integral
02	Enzo Moraes Da Silva	Integral
03	Erik Sousa Sorato	Integral
04	Gabriel Fontella Pompeu Silva	Matutino
05	Geovana Da Silva	Vespertino
06	Julia De Souza Nunes	Integral
07	Miguel Leonardo Heck De Amorim	Integral
08	Pedro Paulo Da Silva Neto	Integral
09	Rafael Cristian Heck De Amorim	Integral
10	Rafaela Da Silva	Vespertino
11	Valentina Martins De Souza	Integral
12	Mateus Miguel Da Rosa	Matutino

Grupo 3 – B

	Criança	Período
01	Alice Candido Sant Anna	Integral
02	Alice Da Rosa Rodrigues	Vespertino
03	Bruno Silva Carpes	Matutino
04	Gabrielli Constante Moreira	Integral
05	Íkaro Antonio Paiva Pinto	Vespertino
06	Leticia Roecker Lenhart	Integral
07	Manoel Petrus Smolenaars	Integral
08	Pyetro Micael Beling	Integral
09	Sofia Amorim De Souza	Matutino
10	Sophia Crystini Lara Marschall	Vespertino
11	Valentina De Farias Ribeiro Do Amaral	Integral
12	Yan Felipe De Souza	Vespertino

13	Maysa Feiferberg Lopes	Matutino
14	Sara Benardino	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4

	Criança	Período
01	Cristiana Luiza Pereira Pontes	Integral
02	Davi Stelle Bento	Integral
03	Davi Vinicius Guesser Schurhaus	Integral
04	Heloisa Anita Clemente	Integral
05	Izadora Colossi	Integral
06	Lara Alves Dutra	Integral
07	Lara Christine Da Silva	Integral
08	Luan Da Rosa	Integral
09	Marina Perardt Egert	Integral
10	Marjorie Santiago De Assunção	Integral
11	Miguel Assis Voges	Integral
12	Rafaella Rodrigues Vieira	Integral
13	Vinicius Cardoso Da Silva	Integral
14	Vitória Dzingileski Amaral	Integral
15	Yasmin Oliveira Fonseca	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5- A

	Criança	Período
01	Arthur Corradi De Faria	Matutino
02	Ana Alice Da Silva	Integral
03	Bernardo De Souza Ramos	Integral
04	Isis Oliveira Bento	Integral
05	Isabelle De Aguiar Cosmo	Integral
06	João Pedro Souza	Vespertino
07	Leandro Garrido Silveira	Integral
08	Lorenzo Franco De Oliveira	Integral
09	Maria Isabelly Silva Meireles	Integral
10	Mariane Picolo Vieira	Integral
11	Marcos Fernandes Paulino	Integral
12	Nathália Martins De Souza	Integral
13	Pedro Henrique De Souza Nunes	Integral
14	Thiago Gabriel N. Brustolin	Integral
15	Yasmin Bento	Integral
16	Yuri Henrique Medeiros Da Cunha	Integral

Grupo 5- B

	Criança	Período
01	Amanda Capistrano Vieira	Vespertino
02	Carlos Eduardo Vargas Da Cunha Castagnari	Integral
03	Daniel De Souza Neckel	Matutino
04	Davi Luiz Morassato De Oliveira	Integral
05	Emanuel De Souza Neckel	Matutino
06	Gustavo Pilar Dos Santos	Integral
07	Jeferson Padilha Da Rosa	Integral
08	Juliana Dagostim Sgarbi Bazo	Integral
09	Kennedy Lucas Machado Dias	Integral
10	Maísa Kelly Alves De Souza	Integral
11	Manuella Da Silva Pires	Integral
12	Pedro Henrique Hasckel Santos	Integral
13	Rafael Pereira Botelho	Integral
14	Rafael Martins Nascimento	Integral
15	Thuany Camile Inácio	Vespertino
16	Victor Rodrigues Bernardino	Integral

17	Williams Bohm Neto	Integral
----	--------------------	----------

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Martins de Souza	Integral
02	Fernando Massato Arake	Integral
03	Gustavo Leme Valente	Integral
04	João Vitor Alves da Costa	Integral
05	João Pedro Lima Furtado	Integral
06	Julia Schutell	Matutino
07	Ketlen Schimidt	Integral
08	Kevyn Isaías Gomes dos Santos	Integral
09	Luiza Backes	Integral
10	Matheus Winckler Silva	Integral
11	Maria Eduarda Martins Custódio	Integral
12	Marina Christine da Silva	Integral
13	Sophia Costa Reis	Integral
14	Yasmin Pereira	Integral
15	Diogo Anselmo	Integral
16	Otávio Anselmo	Integral
17	Gabrielle Martins Machado	Vespertino
18	Guilherme José dos Santos Corrêa	Vespertino
19	Lucas Schiestl da Silva	Vespertino
20	Maria Clara Andrade Freitas	Vespertino
21	Rafael Adriano da Silva	Vespertino
22	Emanuella da Silva	Matutino
23	Micaele Oliveira dos Santos	Matutino
24	Matheus Emanuel de Sousa	Matutino
25	João Vitor Alves de Jesus de Souza	Matutino

LISTA DE ESPERA

Grupo 3

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Marcos Fernandes Paulino Viana	08/04/12	Não quis a vaga oferecida
02	Ana Clara Lisboa da Cruz	11/05/12	Não quis a vaga oferecida
03	Sara Bernardino	25/03/13	Chamada
04	Emanuelle Vitoria de Oliveira	20/01/13	Aguardando vaga
05	Suiany Fernandes Bortoluche	28/01/13	Aguardando vaga
06	Lívia de Jesus Pierri	25/02/13	Aguardando vaga
07	Isabelle Wanka	13/08/12	Aguardando vaga
08	Maria Elena Alves Fagundes	04/06/12	Aguardando vaga
09	Nicolas Machado Correa	07/05/13	Aguardando vaga

Grupo 4

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Alice Silva do Rosario	05/03/12	Aguardando vaga
02	Arthur Pereira do Rosario	08/12/11	Aguardando vaga
03	Melina Gabrieli Palmann de Souza	22/06/11	Aguardando vaga
04	Helena Simão Marques Rocha	07/02/12	Aguardando vaga
05	Maria Luiza Bernardo Damazio	27/02/12	Aguardando vaga
06	Maria Antonia Karnes Afonso	28/12/11	Aguardando vaga
07	Emanuelly Eloize Dutra	17/08/11	Aguardando vaga
08	Ana Gabriela Paim Pereira	15/08/11	Aguardando vaga
09	João Gabriel Estevo	21/12/12	Aguardando vaga
10	Arthur Medeiros Ricardo	17/02/11	Aguardando vaga
11	Gustavo da Silva Trindade	15/09/11	Aguardando vaga
12	Gustavo Torquato Raimundo	29/03/11	Aguardando vaga

Grupo 5

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Manuela Alves de Lima	11/12/10	Aguardando vaga

Grupo 6

	Criança	Data de Nascimento	Situação
01	Gabrielli Martins Machado	05/07/09	Pegou vaga com o aumento de vagas deste grupo
02	Gabrielli Yasmim B. Monteiro	06/11/09	Só vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome da Instituição: Centro de Educação Infantil José Nitro
 Endereço: Rua João Izidio de Souza, s/n – Serraria - São José
 Telefone: (48) 3258-4456
 Diretora: Mariana Rocha

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Misto	3 anos a 5 anos	20	-	16	-	16
IV	3 anos a 4 anos	20	18	-	-	18
V	4 anos a 5 anos	25	21	-	-	21
VI	5 anos a 5 anos e 11 meses	23	-	-	18	18
TOTAL				73		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Misto	04
G - IV	02
G - V	04
G - VI	05

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo Misto

	Criança	Período
01	Ana Clara Machado	Matutino
02	Ana Quezia Fatiga Guimarães	Matutino
03	Arthur Juliano Machado	Matutino
04	Brenda Santana De Souza	Matutino
05	Eduardo Da Silva De Freitas	Matutino
06	Fernanda Da Silva Nunes	Matutino
07	Isabeli Alves De Quadros	Matutino
08	João Vitor Delfino Silva	Matutino
09	Kendell Miguel Ferreira Adolpho	Matutino
10	Layana De Jesus Souza	Matutino
11	Maik Ruan Duarte	Matutino
12	Matheus Tallys Tibes Antunes	Matutino
13	Nathalia Dos Santos Da Silva	Matutino
14	Nicolly Avila Orlandi	Matutino
15	Pyetro Rafael Felles	Matutino
16	Ricardo Collin Gonçalves Júnior	Matutino

Grupo IV

	Criança	Período
01	Alex Eyler Maerschner	Integral
02	Danielle De Souza Fogaça	Integral
03	Diogo Eduardo Mazeika Saldanha Silva	Integral
04	Djuly Pinheiro	Integral
05	Eduarda Lima De Souza	Integral
06	Gillian Bruno Da Silva Adão Rosa	Integral
07	Isabely Aparecida Da Silva Bento	Integral
08	Jonathan Emanuel Gaulke	Integral
09	Kauan Mendonça Delambert	Integral
10	Kelly Horrana Silva Juvêncio	Integral
11	Kétlin Antunes Do Rosário	Integral
12	Lidia Cristine Antunes Rodrigues	Integral
13	Lucas Oliveira Vieira	Integral
14	Mabily Rodrigues	Integral
15	Vinicius Iago Da Silva Paust	Integral
16	Vitor Hugo Pinheiro De Souza	Integral
17	Vitória Thibes Fernandes	Integral
18	Viviane Ribeiro De Jesus	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Agatha Anacleto Rodrigues	Integral
02	Anna Julia Oliveira	Integral
03	Ana Laura Dos Santos	Integral
04	Beatriz De Oliveira Lima	Integral
05	Emily Ribeiro Teixeira	Integral
06	Evilyn Jesus Da Luz	Integral
07	Emily Thabata Rodrigues Dos Santos	Integral
08	Gustavo Bernardo Paust	Integral
09	Isadora Estacio Kloppel	Integral
10	Julia Ribeiro Pacheco	Integral
11	Kauã Crhistofe Paust Da Luz	Integral
12	Luan Morreira De Moraes	Integral
13	Luiz Henrique Bospo Cruz	Integral
14	Miquéias Garcia Valencio	Integral
15	Nicolli Nogueira Duarte	Integral
16	Paulo Andre Da Rosa	Integral
17	Pedro Henrique Ribeiro Da Silva	Integral
18	Rafaelly Fátima Paust Pereira	Integral
19	Stefani Alves Rosa Da Silva	Integral
20	Wesley Pacheco Pereira	Integral
21	Yasmim Dos Santos Pereira Lemos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI

	Criança	Período
01	Eduarda Vitória Oliveira Vieira	Vespertino
02	Gabriel Nogueira Da Silva	Vespertino
03	Gabrielle Antunes Vaz	Vespertino
04	Gustavo Antunes Do Rosario	Vespertino
05	Gustavo Ávila Dos Santos Vasques	Vespertino
06	Henrique Domingos Correia	Vespertino
04	Henrique Da Cruz Vaz	Vespertino
08	João Vitor Canteli	Vespertino
09	Jonathan Darlei Becker Dos Santos	Vespertino
10	Jhonata Jacques Oliveira	Vespertino
11	Kauã Machado De Paula	Vespertino
12	Kauany Bosquetti Ramos	Vespertino

13	Kemili De Almeida De Souza	Vespertino
14	Matheus Lima Da Cruz	Vespertino
15	Pietro Rafael Almeida Rocha Da Silva	Vespertino
16	Rafael Ribeiro Da Silva	Vespertino
17	Samoel Ribeiro De Góis	Vespertino
18	Vitória Rodrigues Xavier	Vespertino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Ação Social de Barreiros - Creche Nossa Senhora de Lourdes
Endereço: Rua Cândido Amaro Damásio, nº 700 – Barreiros – São José/ SC
Telefone: (48) 3246-8600
Diretora: Anizilda Marques Filippi

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal	2 a 3 anos	15	18	-	-	18
1º Período	3 a 4 anos	13	13	-	-	13
2º Período	4 a 5 anos	15	16	-	-	16
3º Período	5 a 6 anos	15	15	-	-	15
TOTAL				62		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Maternal	-
1º Período	-
2º Período	-
3º Período	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: Maternal

	Criança	Período
01	Bernardo Viana Flores	Integral
02	David Eduardo Machado Salum	Integral
03	Enzo Gabriel da Silva Rosa	Integral
04	Gabrielly Kaminski Fraga	Integral
05	Júlia Gonçalves Ritter	Integral
06	Karoline de Souza Silva	Integral
07	Pedro Henrique Kaminski Medeiros	Integral
08	Sofya Aparecida Senhorinha Barbosa	Integral
09	Sophia de Oliveira	Integral
10	Victor Hugo Rocha	Integral
11	Vinicius Costa Coelho	Integral
12	Samuel Lopes da Costa Gois	Integral
13	Ana Clara de Lima Taborda	Integral
14	Julia Buzzi Vieira	Integral
15	Emanuelly Ramos da Silveira	Integral
16	Dyogo Ruan de Lucena Gelocha	Integral
17	Moises Henrique Crescêncio Bittencourt	Integral
18	Guilherme Ferreira Lopes da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1º período

	Criança	Período
01	Felipe Malgueiro Teló	Integral
02	Gustavo Pereira Peppler	Integral

03	Isabelli de Souza Fontanella	Integral
04	João Pedro Garcia Sabadini	Integral
05	Luiz Henrique Rocha	Integral
06	Leonardo de Souza Vieira	Integral
07	Matheus Sarda Pereira	Integral
08	Maria Luiza Ramos	Integral
09	Miguel Valentim Pimenta de Souza	Integral
10	Misael Albino José Sesa	Integral
11	Rafael Martins de Lima	Integral
12	Giovanna K. A. Santos	Integral
13	Manuela Sus da Silva	Integral

Grupo 2º Período

	Criança	Período
01	Aghata Liberato Souza	Integral
02	Ana Vitória Moreira da Silva	Integral
03	Arthur Henrique Alves de Oliveira	Integral
04	Bernardo de Lima Salvador	Integral
05	Guilherme Antônio Lorencetti Turnes	Integral
06	Huana da Silva Rodrigues	Integral
07	José Diogo Leonardo Rodrigues da Silva	Integral
08	João Lucas Pedron	Integral
09	Manuela Xavier	Integral
10	Ranielly Francine Avila Pereira	Integral
11	Yasmim Bongioio Madeira	Integral
12	Bruno Matheus Stachuck do Nascimento	Integral
13	Thayara Alezio Marçal	Integral
14	Arthur dos Santos Marques	Integral
15	Kauã Lynkon Zanelato Castilho	Integral
16	Nathan Barreiros Miranda	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3º Período

	Criança	Período
01	Ana Julia Vieira Morales da Cunha	Integral
02	Arthur Silva Kloeppel Campos	Integral
03	Bianca Dias	Integral
04	Carlos Augusto de Oliveira Júnior	Integral
05	Ezequiel da Silva Ferreira	Integral
06	Gustavo Lorencetti Turnes	Integral
07	Kaike Costa Coelho	Integral
08	Kaila da Silva Rodrigues	Integral
09	Maria Eduarda Gonçalves Antunes	Integral
10	Pietra Ferreira Leite	Integral
11	Rafael Pereira Peppler	Integral
12	Yasmim Maria da Silva	Integral
13	Gabriel Araujo da Silva	Integral
14	Guilherme Araujo da Silva	Integral
15	Lilian Muniz Correa	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo Maternal

Criança	Data de Nascimento
Emily de Oliveira Torres	29/08/2013
Enzo de Oliveira Torres	29/08/2013
Gabriel Vinotti Soares	04/04/2013
Raissa Souza A. Reis	12/09/2013
Suelen Soares da Silveira	24/11/2012
Gabriel Martins Gomeiz	03/10/2013

Raynna Julia Matana de Oliveira	01/12/2012
Charles Washington da Silva Júnior	09/07/2013

Grupo 1º Período

Criança	Data de Nascimento
Henrique Quint Rachadel	03/08/2012
Victor Hugo Vieira da Luz	23/12/2012
João Gabriel Fontanella	22/09/2012
Thales de Santi Pereira	03/08/2012
Victória Duarte Natividade	04/04/2012

Grupo 2º Período

Criança	Data de Nascimento
Luiza Marachin das Chagas	30/10/2011

Grupo 3º Período

Criança	Data de Nascimento
Kaik Souza A. dos Resis	18/03/2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICASQUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Centro Educacional Infantil Bela Vista

Endereço: AV. Santa Catarina Nº 630, Bela Vista – São José

Telefone: (48) 3346-7614

Diretor: Peri Ouriques

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
I período	3 anos	17	17	-	-	17
II período	4 anos	24	15	-	-	15
III período	5 anos	15	15	-	-	15
TOTAL				47		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
II período	09 - integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: I período

	Criança	Período
01	Chistopher Michel Gonçalves dos Santos	Integral
02	Daniel Pereira da Conceição	Integral
03	Eduardo Carvalho da Conceição	Integral
04	Isadora Hellen de Souza	Integral
05	João Vitor de Souza Sena	Integral
06	Juliany Cardoso Silveira	Integral
07	Laura Molina Kamers Pereira	Integral
08	Luiz Eduardo Gregório Carvalho	Integral
09	Mateus Lima Miguel	Integral
10	Maria Eduarda de Jesus Santana	Integral
11	Patrícia Machado Fernandes	Integral
12	Ramom Miranda Aguiar	Integral
13	Tayná Pereira dos Santos	Integral
14	Victoria Duarte Natividade	Integral
15	Vinicius Ruth Mariano	Integral
16	Wellington Duarte da Silveira	Integral
17	Yasmin Rosa dos Santos	Integral

Grupo: II período

	Criança	Período
01	Anna Sophia da Silva Mascaro	Integral
02	Aniê Clarissa Solia Santana Gomes	Integral
03	Celebe Silva dos Santos	Integral
04	Cristian Cardoso Silveira	Integral
05	Emanuel Teixeira Sena	Integral
06	Giovana Batista Mais	Integral
07	Jair Wesley Barbosa	Integral
08	Larissa Pereira da Conceição	Integral
09	Mateus Silva de Jesus	Integral
10	Nicolas Emmanuel Ficher Schmoeckel	Integral
11	Rayane Helena Melo	Integral
12	Rodrigo Alves de Souza Nunes Filho	Integral
13	Vinicius Roberto Rodrigues de Souza	Integral
14	Wendrick da Silva Avila	Integral
15	Luan Alves	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: III período

	Criança	Período
01	Amabye Bianca Luiz	Integral
02	Ana Sophia da Silva	Integral
03	Alany Aparecida da Silva Vitorio	Integral
04	Daniel de Souza	Integral
05	Davi de Jesus dos Santos	Integral
06	Estela Machado Fernandes	Integral
07	Gabriel Júlio Machado	Integral
08	Gabriel Nunes Muraro	Integral
09	Glória de Mello Fortes	Integral
10	Isllane Andressa Miranda T. de Jesus	Integral
11	Kauã Everton Zuina Castro	Integral
12	Letícia Godoy de Souza	Integral
13	Natália da Silva Duarte	Integral
14	Nicolas da Silva Pereira	Integral
15	Walisson Santos dos Santos	Integral

LISTA DE ESPERA

Cauã Gustavo Ferreira da Silva	3 anos
Higgor Luiz Ferreira	13/09/2012
Hiaggo Luiz Ferreira	13/09/2012

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICASQUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Creche Vinde a Mim as Criancinhas
Endereço: Rua Otto Julio Malina, nº 1306.
Telefone: (48) 3357-9400
Diretor: Artur Feijo Netto

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal A	2 anos a 3 anos	20	21			21
Maternal B	2 anos a 3 anos	20	23			23
Maternal C	2 anos a 3 anos	20	24			24
Maternal D	2 anos a 3 anos	20	22			22

I Período A	3 anos a 4 anos	20	21			21
I Período B	3 anos a 4 anos	20	21			21
I Período C	3 anos a 4 anos	20	22			22
I Período D	3 anos a 4 anos	20	21			21
I Período E	3 anos a 4 anos	20	19			19
II Período A	4 anos a 5 anos	25	24			24
II Período B	4 anos a 5 anos	25	25			25
II Período C	4 anos a 5 anos	25	24			24
II Período D	4 anos a 5 anos	25	26			26
III Período A	5 anos a 6 anos	25	26			26
III Período B	5 anos a 6 anos	25	25			25
III Período C	5 anos a 6 anos	25	26			26
TOTAL				370		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas	Período
I Período C	01	Integral
I Período D	01	Integral
I Período E	01	Integral
II Período A	01	Integral
II Período B	01	Integral
II Período C	01	Integral
II Período D	02	Integral
III Período A	01	Integral
III Período B	01	Integral
III Período C	01	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL A

	Criança	Período
01	Alicia De Oliveira Andrade	Integral
02	Bernardo Cidade Ferrão	Integral
03	Bernardo Gonçalves Luz	Integral
04	Brenda Schneider Da Silva	Integral
05	Emily Cristovão De Melo	Integral
06	Gabriel Feijó Da Costa	Integral
07	Gabriel Vieira Dazio	Integral
08	Gabriela De Souza Melo	Integral
09	Isadora Portella Alves	Integral
10	Julia Souza Da Silva	Integral
11	Kayke Wesley Pereira De Jesus	Integral
12	Ketlyn Costa De Souza	Integral
13	Leonardo Costa Araújo Da Silva	Integral
14	Marcos Fernandes Paulino Viana	Integral
15	Marihany Custódio Dos Santos	Integral
16	Marina Marques Gonçalves De Oliveira	Integral
17	Matheus Domingos Pereira	Integral
18	Monike Natalia Correa Da Silva	Integral
19	Samuel Vieira Torquato	Integral
20	Sofia De Oliveira Mannes	Integral
21	Victor Eduardo Santos De Brito	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL B

	Criança	Período
01	Bruno De Moraes Rahn	Integral
02	Amábilly Martins Da Silva	Integral
03	Arthur Gabriel Izidro Da Silva	Integral
04	Caio Alex Fideles Da Silva	Integral
05	Carlos Rafael Borges Moreira	Integral

06	Daniel Carvalho Brito	Integral
07	Davi De Oliveira Lima	Integral
08	Davi Gatner Wollinger	Integral
09	Davi Lopes De Souza	Integral
10	Guilherme Muniz Trindade	Integral
11	Hellen Caroline Da Mota	Integral
12	João Pedro Teófilo Aleixo	Integral
13	João Victor Vitorino Matos Dos Santos	Integral
14	Kauã Senem Fontoura	Integral
15	Laura Agatha De Souza	Integral
16	Lavinia Fernandes Mariano	Integral
17	Maria Eduarda Da Silva	Integral
18	Maria Julya De Souza	Integral
19	Miguel Otávio De Carvalho	Integral
20	Rihanna Vitória Da Silva Ribeiro	Integral
21	Ronaldy Rodrigues Padilha	Integral
22	Sthefany Cardoso	Integral
23	Vinicius Gabriel Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL C

	Criança	Período
01	Ana Luiza Da Silva	Integral
02	Bernardo Ferreira Cimiano	Integral
03	Bernardo Guerra Pontes	Integral
04	Caroline Do Rosario Vieira	Integral
05	Davi Lucas Furtado Buchele	Integral
06	Djonathan Kagenski	Integral
07	Felícia Envageline Da Cruz Das Neves	Integral
08	Gabriel Marques Mendes	Integral
09	Guilherme Marinho	Integral
10	Henrique Hames Dos Passos	Integral
11	Isabelli Fortunato Dos Santos	Integral
12	Kauã Fábio Machado	Integral
13	Leticia Martins Peres	Integral
14	Lucas Gabriel Amaral Reway	Integral
15	Luiza Corrêa Cascaes	Integral
16	Marco Antonio Gonçalves Neto	Integral
17	Marjory Angelina De Oliveira	Integral
18	Monica Campos	Integral
19	Rafael Da Silveira Félix	Integral
20	Tainá Gabrielly Fortunato	Integral
21	Thayne Corrêa Mendes	Integral
22	Vinicius Rodrigues Herminio	Integral
23	Vitor Beitel Ramos	Integral
24	Yuri Moraes Coutinho	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL D

	Criança	Período
01	Alice Merlin Rocha Filgueiras	Integral
02	Derick Cipriano Liz De Souza	Integral
03	Emilli Rocha Dos Santos	Integral
04	Gabriel Lucas Damásio	Integral
05	Gustavo Marinho	Integral
06	Isadora Pires Da Conceição	Integral
07	João Arthur De Araujo Alvarenga	Integral
08	Josué Ezequiel Jesus	Integral
09	Julia Marques Verissimo	Integral
10	Luisa De Lima	Integral

11	Luiz Fernando Marques Pereira	Integral
12	Maria Júlia Da Silva Goulart	Integral
13	Maria Vitória Da Silva Sonaglio	Integral
14	Matheus Torres Borges Da Silva	Integral
15	Nathalia Costa Sabino Martins De Almeida	Integral
16	Nathalia Matos Vaz	Integral
17	Nathan Eduardo Gonzales Oliveira	Integral
18	Nicolly Matos Vaz	Integral
19	Rhayane Milke Arce	Integral
20	Scarlett Vieira Bittencourt	Integral
21	Vinicius Emanuel Borba Vieira	Integral
22	Yasmin De Souza Felicio	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

I PERÍODO A

	Criança	Período
01	Cinthia Dos Reis De Souza	Integral
02	Claudio Machado Neto	Integral
03	Cristiny Cristiano Martins	Integral
04	Eder Carlos Da Silva	Integral
05	Gabriel Freitas Da Silva	Integral
06	Gustavo De Souza Rodrigues	Integral
07	Isaac Christian Martins De Souza	Integral
08	Isabelly Lúcia Dos Santos	Integral
09	João Pedro Custodio Antonio	Integral
10	Kevin Dos Santos Zilli	Integral
11	Luiz Otávio Da Silva Batista	Integral
12	Manoela Liz Da Cruz Nascimento	Integral
13	Maria Eduarda Matos	Integral
14	Marina Da Silva Hammes	Integral
15	Marlon Adir Da Silva	Integral
16	Marlon Camargo Bello	Integral
17	Nicolas Guilhermi	Integral
18	Rafaela Bartelt Casanova	Integral
19	Théo Machado De Souza Costa	Integral
20	Victor Hugo Vieira Da Silva	Integral
21	Vinicius Vieira Espíndola	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

I PERÍODO B

	Criança	Período
01	Alexsandro Oliveira Manoel	Integral
02	Alisson Camargo Da Silva	Integral
03	Ana Luiza Oliveira Gonçalves Fernandes.	Integral
04	Clara Jeske	Integral
05	Djhoni Henrique Vieira Ligoski	Integral
06	Domínico José Ferreira Marreiros	Integral
07	Henrique Dos Santos De Oliveira	Integral
08	Jéssica Alegre Brum	Integral
09	Júlia Cidade Ferrão	Integral
10	Julio Cezar Veloso Rocha	Integral
11	Kassiane Silva Dos Santos	Integral
12	Laura Lima De Jesus	Integral
13	Lucas Samuel De Âlcantara Barbosa	Integral
14	Maria Clara Roque Bourscheidt	Integral
15	Pedro Augusto Marcelino	Integral
16	Sara Filomeno	Integral
17	Sarah Nass Rossi	Integral
18	Sophie Cristini Andrade Toledo	Integral
19	Tales Da Silva Monteiro	Integral

20	Thayz Karolline Rodakievís Pereira	Integral
21	Yuri Krefta Pacheco	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo I PERIODO C

	Criança	Período
01	Arthur Leal Vizolli	Integral
02	Arthur Souza Ferreira	Integral
03	Davi Oliveira Santiado	Integral
04	Ester Dayume Ferreira. Dos Passos	Integral
05	George Lucas Da Silva	Integral
06	Isabelly Vitória Gewehr Da Costa	Integral
07	Isadora Castanheira De Faria	Integral
08	João Pedro Da Silva Macedo	Integral
09	Kauã Machado	Integral
10	Kayque Dos Santos Zilli	Integral
11	Kenzo Henrique Paulus Furtado	Integral
12	Larissa Paulo Silva Dos Anjos	Integral
13	Luiz Eduardo Rosalvo Dos Santos	Integral
14	Maria Eduarda Carvalho Laurindo	Integral
15	Maria Laura Heinzen Silva	Integral
16	Maria Luiza Barbosa Antunes De Lima	Integral
17	Matheus Henrique De Oliveira Dos Santos	Integral
18	Mel De Oliveira Bueno	Integral
19	Miguel Felipe Pizaia	Integral
20	Rhayan Portella Campos	Integral
21	Wisley Jeremias Souza De Oliveira	Integral
22	Yasmin Michele Dos Santos Da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

I PERIODO D

	Criança	Período
01	Alice Victória Da Silva	Integral
02	Ana Cristina Machado Guimarães	Integral
03	Celio Dos Santos Pereira Junior	Integral
04	Eduardo Da Silva Filho	Integral
05	Isabella Christina Silva Oliveira	Integral
06	Isabella Pedroso Pereira	Integral
07	João Miguel De Melo Silva	Integral
08	Juan Gabriel Fermino Machado	Integral
09	Juliana Dias Dos Santos	Integral
10	Kauan Victor França Dos Santos	Integral
11	Kayque José Borges Vasques	Integral
12	Lucas De Brito Andrade Womer	Integral
13	Mariana Campos Vieira	Integral
14	Maryane D'Espindola De Souza	Integral
15	Matheus Freitas Do Carmo	Integral
16	Miguel Samir Jomaa Santos	Integral
17	Pedro Dos Santos Pereira	Integral
18	Pedro Henrique Candido	Integral
19	Rafaela Dos Santos Meister	Integral
20	Sulyvan Gabryel Oliveira Raquel	Integral
21	Thalles Bernardo De Oliveira	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

I PERIODO E

	Criança	Período
01	Alexia Prais Silva	Integral
02	Alice Schmitz Heberle	Integral

03	Alycia Martins Ribeiro	Integral
04	Ana Beatriz Ouriques Andrade	Integral
05	Ana Carolina Mendes Giacomelli	Integral
06	André Luiz Gaspar	Integral
07	Arthur Alexandre Guerra Marchi	Integral
08	Beatriz Sophia Costa	Integral
09	Davi Antonio Massignani	Integral
10	Eduardo Da Silva Machado	Integral
11	Emily Dos Santos Souza	Integral
12	Gabriel Conceição Da Silva	Integral
13	Gabriel Fernandes Costa	Integral
14	Kauan Adriano Ferreira	Integral
15	Maria Laura Carvalho Da Luz	Integral
16	Nicolay Rafaela Da Silva Zandoná	Integral
17	Pedro Henrique Farias Silveira	Integral
18	Pedro Paulo Ferreira	Integral
19	Victor Horokoski Dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

II PERÍODO A

	Criança	Período
01	Ana Julia Costa	Integral
02	Antony Heberle Bertoti	Integral
03	Davi Eduardo Campos Portella	Integral
04	Davi José Feijó Da Costa	Integral
05	Davi Samuel Mazziero	Integral
06	Débora Damasio	Integral
07	Eduardo Latronico Motta Gipp	Integral
08	Emanuelly Fernandes Gomes	Integral
09	Guilherme Abel Xavier	Integral
10	Júlia De Oliveira Cardoso	Integral
11	Julia De Souza Rosa	Integral
12	Keven Smaid Barbosa	Integral
13	Laryssa Fernandes	Integral
14	Leonardo Jose De Souza	Integral
15	Luiza Helena Santos Pedroso	Integral
16	Maria Eduarda Medeiros W. Regis	Integral
17	Maria Júlia Silva De Oliveira	Integral
18	Mariana Da Rosa Faganello	Integral
19	Mauro D´Avila Tomkelski	Integral
20	Pedro Henrique De Oliveira Teixeira	Integral
21	Rodrigo Vieira Marchetti Dias	Integral
22	Samuel Castanha Da Silva Rosa	Integral
23	Sofia Correa Cascaes	Integral
24	Wesley Angelo Senhorinha Barbosa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

II PERÍODO B

	Criança	Período
01	Beatriz Gomes Filomeno	Integral
02	Bruno Bento Freitas	Integral
03	Carlos Augusto De Oliveira Junior	Integral
04	Davi Martins Andrade	Integral
05	Djonatta Kauan Silvestri Matias	Integral
06	Felipe De Oliveira Barbosa Santiago	Integral
07	Felipe Heberle Bertoti	Integral
08	Gustavo Valvassori	Integral
09	Isabela Giovana Ferreira	Integral
10	Isabelli Rosa Simas Ana	Integral
11	João Pedro Medonça Hermelino Ribeiro	Integral

12	Lara Verissimo Do Nascimento	Integral
13	Larissa Barbosa Libório Brito	Integral
14	Luiz Fernando Torres Gallon	Integral
15	Maria Luiza Moura Rodrigues	Integral
16	Mariana Pereira Delgado	Integral
17	Renata Camille De Souza Da Silva	Integral
18	Renata Valeria Da Rocha Taube	Integral
19	Sofia Feijó Nunes	Integral
20	Sthefany De Jesus Verissimo	Integral
21	Tayana Oliveira Corrêa	Integral
22	Thaís Padilha De Moraes	Integral
23	Vinicius Freitas Silva	Integral
24	Vitor Rafael Camargo Maciel	Integral
25	Yasmin Dos Santos Raulino	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

II PERIODO C

	Criança	Período
01	Alessia Campos	Integral
02	Caiã Goulart Cavalheiro	Integral
03	Cleber Bruch Fonseca	Integral
04	Douglas Adir Da Silva	Integral
05	Enzo Gabriel Rosa Souza	Integral
06	Isadora Gomes De Oliveira	Integral
07	João Eduardo Vieira	Integral
08	João Gabriel Astof De Oliveira	Integral
09	João Roberto Ramos Sant'ana	Integral
10	Júlia Hames Dos Passos	Integral
11	Ketlyn Gabrielli Da Cunha Rodrigues	Integral
12	Luiza Scherer Da Silva	Integral
13	Maria Francieli Lopes De Souza	Integral
14	Maria Luiza Rosa Ferreira	Integral
15	Marianni Do Prado Menegatti	Integral
16	Mateus Carvalho Da Luz	Integral
17	Michel Vieira Espíndola	Integral
18	Natanael Capistrano Lima	Integral
19	Pedro Henrique Santos De Moura	Integral
20	Sulyvan Júnior Oliveira Raquel	Integral
21	Taina Rodrigues Da Conceição	Integral
22	Vinicius Brayan Da Silva Souza	Integral
23	Vítor Cordova Machado	Integral
24	Yasmim De Souza De Almeida	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

II PERIODO D

	Criança	Período
01	Amanda Pereira	Integral
02	Ana Gabrielli Rosa	Integral
03	Ana Luiza Izidro Da Silva	Integral
04	Breno Luiz Cardoso Carvalho	Integral
05	Davi Alves De Souza	Integral
06	Davi Pires Da Conceição	Integral
07	Davi Souza Da Silva	Integral
08	David Dos Passos Pereira	Integral
09	Eliseu Armachuski Da Silva	Integral
10	Felipe Moura Querino	Integral
11	Francielle Dos Santos Laini	Integral
12	Jhon Pedro De Oliveira Angnes	Integral
13	João Lucas De Lima Ferreira	Integral
14	João Victor Nunes Loregian	Integral

15	Larissa Vieira Leite	Integral
16	Lilyane Silva Dos Santos	Integral
17	Maria De Lourdes Barbosa Heinz	Integral
18	Matheus De Andrade	Integral
19	Matheus Do Prado Menegatti	Integral
20	Mikaeli Da Silva Ribeiro	Integral
21	Pedro Henrique Santana	Integral
22	Pietra Machado Kuster	Integral
23	Ryan Rodrigues Coelho	Integral
24	Vinicius Alves Corrêa	Integral
25	Ygor Bielski De Souza	Integral
26	Zaqueu Bodigheimer	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

III PERIODO A

	Criança	Período
01	Ana Julia Correa Cascaes	Integral
02	Ana Luiza Romão Inês	Integral
03	Arthur Muniz Trindade	Integral
04	Bernardo Pereira	Integral
05	Brenda Laureano Da Silva Mello Rodrigues	Integral
06	Cleber Vinicius De Oliveira Dos Santos	Integral
07	Gabriel Bandeira De Oliveira	Integral
08	Gabriela Cristiane Da Silva	Integral
09	Isabella Schmitt De Campos	Integral
10	Isabelli Machado Da Silva	Integral
11	João Henrique Silveira Zambeli	Integral
12	João Pedro Da Silva Costa Corrêa	Integral
13	Jose Vitor Moraes De Lima	Integral
14	Júlya Ferreira Marques	Integral
15	Luis Fabiano Fagundes	Integral
16	Maria Eduarda Schultze Oliveira	Integral
17	Marya Eduarda Timoteo Ribeiro	Integral
18	Matheus Nunes De Souza	Integral
19	Miguel Vaz De Farias	Integral
20	Sara Rebeca Tavares Mota	Integral
21	Sophia Furtado	Integral
22	Vítor Espíndola Dos Santos	Integral
23	Vitoria Dina Costa	Integral
24	Yago Vinicius Se Souza Silva	Integral
25	Yasmim Silva Da Conceição	Integral
26	Yuri Costa Sabino Martins Rigon	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

III PERIODO B

	Criança	Período
01	Ana Julia Bernardo Moreira	Integral
02	Davi Pinto Wernz	Integral
03	Diogo Candido Da Cunha	Integral
04	Eduarda Antonelly Canhola Silva	Integral
05	Enzo Lazzarotto Marafioti	Integral
06	Estefany Sofia Soares Vieira	Integral
07	Gabriel De Souza Rodrigues	Integral
08	Hélder Brayhan De Almeida Alves	Integral
09	Iasmin Maciel Catarina	Integral
10	Julia Cristina Anselmo	Integral
11	Laila Leoneti Packeiser	Integral
12	Luca De Oliveira Matos	Integral
13	Luiz Fillipe Oliveira Da Silva	Integral
14	Maria Eduarda Abreu Do Nascimento França	Integral

15	Max Josue Gonçalves Danielski	Integral
16	Pablo Santos Machado	Integral
17	Pedro Henrique Rodakievis	Integral
18	Rafael Born Hillesheim Da Silva	Integral
19	Raíssa Rodrigues Machado	Integral
20	Raquel Meurer Ramos	Integral
21	Sofia Dina Costa	Integral
22	Thaillon Rodrigo Silva Anastácio	Integral
23	Victória Cristina Germano Hernani	Integral
24	Vinicius Moraes Oleques	Integral
25	Vinicius Vidal Morais	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

III PERIODO C

	Criança	Período
01	Ana Julia Bernardo Moreira	Integral
02	Davi Pinto Wernz	Integral
03	Diogo Candido Da Cunha	Integral
04	Eduarda Antonelly Canhola Silva	Integral
05	Enzo Lazzarotto Marafioti	Integral
06	Estefany Sofia Soares Vieira	Integral
07	Gabriel De Souza Rodrigues	Integral
08	Hélder Brayhan De Almeida Alves	Integral
09	Iasmin Maciel Catarina	Integral
10	Julia Cristina Anselmo	Integral
11	Laila Leoneti Packeiser	Integral
12	Luca De Oliveira Matos	Integral
13	Luiz Fillipe Oliveira Da Silva	Integral
14	Maria Eduarda Abreu Do Nascimento França	Integral
15	Max Josue Gonçalves Danielski	Integral
16	Pablo Santos Machado	Integral
17	Pedro Henrique Rodakievis	Integral
18	Rafael Born Hillesheim Da Silva	Integral
19	Raíssa Rodrigues Machado	Integral
20	Raquel Meurer Ramos	Integral
21	Sofia Dina Costa	Integral
22	Thaillon Rodrigo Silva Anastácio	Integral
23	Victória Cristina Germano Hernani	Integral
24	Vinicius Moraes Oleques	Integral
25	Vinicius Vidal Morais	Integral
26	Valdemar Ribeiro Neto	Integral

LISTA DE ESPERA

MATERNAL

Criança	Data De Nascimento
Kauan Marques Oliveira	27/08/2012
Davi Lucas Furtado Duche	09/09/2012
Agatha Adrielly Machado	09/01/2013
Natail Dos Santos	01/04/2012
Agatha Adrielly Machado Da Silva	09/01/2013
Carlos Eduardo Da Luz Shimbac	13/01/2012
Adriano Yago Dos Santos Gazzoni	18/01/2013
Guilherme Matto Siqueira	31/07/2012
Yasmim Do Nascimento	09/04/2012
Natã Pessoa Schimidtt	04/10/2012
Beatriz Cecilia De Lima	26/12/1012
Yuri Da Silva Machado	13/01/2013
Luiz Fernando Marques Pereira	02/02/2013
Luiz Gustavo Bosquette Lopes Da Silva	19/05/2013
Izadora Sidral	16/03/2013

Luelem Soarez Da Silveira	24/11/2012
Rafael Da Silva Cardoso	17/08/2012
Emanoelly Ramos Da Silveira	31/01/2013
Mabilly Vitória Barbosa Dos Santo	05/02/2013
Livia Oliveira De Liz	15/02/2012
Vitor Gabriel Sá Penha	11/11/2012
Laura Luiza Fernandes	20/08/2012
Gabriel Oliveira Mendes	20/06/2012
Isadora Pacheco Machado	24/03/2013
Emili Vitória Santos Da Silva	05/04/2012
Sofia Belo Da Cruz	07/08/2012
Sara Luiza De Mattos	12/11/2012
Emilly De Matos De Jesus	10/12/2012
Maria Eduarda Da Rocha Varela	14/09/2012
Arthur Rafael Martins João	21/06/2012
Gabriel Da Silva De Medeiros	09/11/2012
Thaylla eduarda f. Eli	26/03/2013
Aleksander roedel soares	12/12/2012
Kauã lorenzen knaul	22/12/2012
Derick cristiano da silva	04/06/2012
Christofer novaes de oliveira	30/01/2013
Joana oliveira mariana	13/04/2012
Mauricio martins	04/02/2013
Joana oliveira mariana	01/01/2013
Nicolas espíndola da silva	29/01/2013
Alexandre b ferreira	29/12/2012
Vitoria machado	05/08/2012
Pedro henrique ribeiro	30/11/2012
Luiz felipe da silva santos	15/06/2012
Julia ferreira	10/07/2012
Ana laura oliveira	30/07/2012
Bárbara oliveira da rosa	15/10/2012

I PERIODO

Criança	Data de Nascimento
Kuan Lincon Zanellato Castilho	08/07/2011
Yan Carlos	03/10/2011

II PERIODO

Criança	Data de Nascimento
Marcos Raul Da Silva Gomes	23/12/2010
Adriana Barbosa Da Silva	25/10/2010
Vitória P. Moraes	10/05/2010
Davi Da Silva Ferreira	02/04/2010
Breno Junior	24/12/2010
Kelvin Silva Leite	02/02/2011

III PERIODO

Criança	Data de Nascimento
Agata Eloise Gomes Vieira	15/04/2009
Caroline Pereira Faustine	11/03/2010
Manoela Espíndola	12/07/2009
Ana Júlia Bernardo Moreira	27/03/2010
Camila De Oliveira Passos	13/05/2009
Pedro Henrique Pereira	24/01/2010
Emily Ferraz Vica	28/10/2009
Luiz Eduardo Satain	25/05/2009
Maria Eduarda Stain	25/05/2009
Emily Lanzaolini Tonioli	29/07/2009
José Emanuel Ferreira Dos Passos	09/08/2009
Moises Viera Doamaral	12/03/2009

Maria Luiza Medeiros Da Silva	18/11/2009
Isabela Mezalira Do Nascimento	31/07/2009
Isadora Lara	28/04/2009
Emanoella Miranda	22/06/2009
Yuri Quirino Postiglione	26/02/2010
Nicolas Santos	21/10/2009
Lucas Da Silva Cardoso	20/06/2009
Stefany Critina De Oliveira	18/01/2010
Natanael Kaik Neri Costa Alves	28/03/2010
Daniel Silva Barbosa	18/08/2009
Enzo Santos Da Silva	12/04/2009
Lucas André Fernandes	02/05/2009
Kauan De Oliveira Dos Santos	12/08/2009
Ani Emanueli Madureira	08/01/2010
Mateus De Lima Vaz	24/03/2010
Felipe Dos Anjos	18/02/2010
Bianca Medeiros	12/11/2009
Rhariton Xavier Filho	20/01/2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Conselho Comunitário Santos Dumont

Endereço: Rua João José de Souza, 15 – Bairro Santos Dumont – São José/SC

Telefone: (48) 3240-8202

Diretor: João Alcidio de Souza

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
IV	02 Anos	17	16	16	16	16
V	03 Anos	22	22	22	22	22
VI	04 Anos	23	23	23	23	23
VII	05 Anos	25	-	-	25	25
TOTAL	62	62	87	86		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
IV	-
V	-
VI	-
VII	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo IV

	Criança	Período
01	Adriano Alves dos Santos	Integral
02	Allan Almir	Integral
03	Bruno Henrique Mattos	Integral
04	Enzo Martins Alves	Integral
05	Gustavo Torquato Raimundo	Integral
06	Ingrid Santos dos Reis	Integral
07	Isabela de Quadros Afonso	Integral
08	Kaue Tonelli de Amorim	Integral
09	Ketlyn Emanuele da Silva	Integral
10	Luiz Henrique Santos de Jesus	Integral
11	Matheus Lucas da Conceição Oliveira	Integral
12	Natally Vitoria dos Santos Santos	Integral
13	Nauany Rosa Souza Paixão	Integral

14	Nicolly Tormes Haskel	Integral
15	Rafaella de Jesus Santos	Integral
16	Rafaely Souza Lima	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo V

	Criança	Período
01	Agnes Vitória Farias Dantas	Integral
02	Alyson José Silva de Oliveira	Integral
03	Ana Beatriz Hilário	Integral
04	Ana Clara Marinho Leão	Integral
05	Aryadne Cristina Angelo	Integral
06	Bernardo Alves Sé	Integral
07	Brendha Castro da Silva	Integral
08	Eduardo Henrique Silveira	Integral
09	Elisa dos Santos Serena	Integral
10	Eloysa Pereira dos Santos	Integral
11	Isaac Jorge Machado	Integral
12	Isaac Silva de Sousa	Integral
13	Isabelli Chaves Mirapalhete	Integral
14	Jhonatan Willian Silva Querino	Integral
15	Maria Júlia Figueiredo de Souza	Integral
16	Matheus Antônio Frederico Miguel	Integral
17	Mikael Nairo Acosta Fernandes	Integral
18	Mirelle Oliveira da Silva Batista	Integral
19	Natan Vinicius Melo dos Santos	Integral
20	Nicolas Teixeira Camilo	Integral
21	Nicolly Lima Padilha	Integral
22	Pablo Henrique S. Castanheiro	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VI

	Criança	Período
01	Agatha de Amorim da Silva	Integral
02	Arthur Abdomim	Integral
03	Daniel da Silva Stffen	Integral
04	Daniel Marcos Torquato Depiné	Integral
05	Davi Silva Rodrigues	Integral
06	Davy Batista Francelino	Integral
07	Érik David Andrade da Silva	Integral
08	Gabriel Rosa dos Santos	Integral
09	Genniffer Ellen Santos Conceição	Integral
10	Gustavo Martins Batista	Integral
11	Gustavo Martins Batista	Integral
12	Isabelle Vergília dos Santos Nascimento de Jesus	Integral
13	Isadora Cristina do Nascimento Luceiro	Integral
14	Isadora Martins Feijó	Integral
15	Kahuan de Oliveira	Integral
16	Kaue Gabriel dos Santos da Silva	Integral
17	Ketlyn Albertiny dos Santos	Integral
18	Lorena Amaro dos Santos	Integral
19	Luis Fernando Jesus dos Santos	Integral
20	Pablo Cristiam Correia	Integral
21	Pablo Henrique Garcia Rocha	Integral
22	Renylsson Neri de Jesus	Integral
23	Roberto Wagner Macedo do Vale	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo VII

	Criança	Período
01	Alessandra Dalpizol Silva da Rosa	Vespertino
02	Ariane Clara Bottega Broerig	Vespertino
03	Bruna das Neves Mello	Vespertino
04	Davi Lucas Lima Alves	Vespertino
05	Eduarda dos Santos	Vespertino
06	Emanuella Miranda	Vespertino
07	Evellyn de Mello	Vespertino
08	Ewellyn Oliveira de Azevedo	Vespertino
09	Gustavo Duarte	Vespertino
10	Izabelly Bastos	Vespertino
11	João Gabriel Ferreira Carlin	Vespertino
12	João Pedro Luz de Freitas	Vespertino
13	João Victor Machado da Silva	Vespertino
14	Kevyllen Lohanny Soares Borges	Vespertino
15	Laryssa Ellen Santos Conceição	Vespertino
16	Lucas Duarte Santos	Vespertino
17	Matheus de Souza de Andrade	Vespertino
18	Melissa Balan	Vespertino
19	Nicolas Kaique do Nascimento	Vespertino
20	Patrick da Rocha Seto Walkowski	Vespertino
21	Rafaela de Souza Ramos	Vespertino
22	Ryan de Azevedo Fonseca	Vespertino
23	Samoel Henrique Vargas	Vespertino
24	Samoel Valter Antero	Vespertino
25	Vitor Mateus Bernardo	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo V

Criança	Data de Nascimento
Aline Silva	12.09.2012
Eduardo Henrique Silveira	07.03.2015
Júlio César	27.12.2012
Lorenzo Martins	10.04.2012
Maya Oliveira	08.04.2012
Paulo Lucas	10.03.2012
Vinícius de Melo	20.06.2012

Grupo VI

Criança	Data de Nascimento
Alanis Dandara	25.03.2011
Ana Calra Alves	21.06.2011
Ana Pereira	24.07.2011
Bernardo Alves	18.10.2011
Bruno Araujo	09.01.2011
Camila dos Santos	07.09.2011
Carlos Miguel	19.08.2011
Emerson dos Santos	12.01.2011
Emily Regina da Silva	10.12.2011
Gabriel Martins	29.07.2011
Gabrielli dos Santos	17.05.2011
Isabel Santos	14.02.2011
João Pedro	10.08.2011
Kethyn de Souza Rosa	26.10.2011
Sofia Bassle Alves	11.12.2011

Grupo VII

Criança	Data de Nascimento
Antônio Gabriel	16.11.2010
Antony Gabriel	16.01.2010

Clara Isabelle	23.06.2010
Daniel da Silva	26.08.2009
Emily Ferraz	2.8.10.2009
Gabriel Cedário Reis	29.11.2010
Heloisa Fernandes	28.10.2010
Isabele Alves da Silva	02.12.2009
Isabele Jesus	21.06.2009
Kauan Roberval	04.08.2010
Kauan Silva	13.07.2009
Kethyn Leandro	18.03.2010
Luan Fabricio	05.05.2010
Maria Eduarda	27.07.2010
Nadiene Virgem	18.10.2010
Natasha Vitória	17.06.2010
Rafael Serpa	12.12.2010
Thalis Manoel	29.03.2009
Thiago Henrique	18.12.2009
Wesley Justem	24.09.2009
Yasmim da Silva	31.01.2009
Yasmim de Souza	20.10.2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Conselho Comunitário de Forquilha
Endereço: Princesa Izabel, nº 413 - Forquilha - São José/SC
Telefone: (48) 3357-2946/ (48) 3094-1612
Diretora: Chirlei Aparecida Jaraceski

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
I	3 – 4	25	4	-	-	21
II	4 – 5	25	-	-	-	25
Misto	3 - 5	25	-	-	7	18
TOTAL				64		

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: 3 – 4

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Demetrio De Assis	Integral
02	Arthur Mauricio Da Rosa	Integral
03	Bernardo Valmor Kras Eiroff	Integral
04	Diogo Florencio	Integral
05	Gabriel Coelho	Integral
06	Gabriel Hames Moura	Integral
07	Isadora Costa Gonçalves	Integral
08	Juliana Eger De Melo	Integral
09	Kaique Oliveira Da Rosa	Integral
10	Marjorie De Oliveira Gonsalves	Integral
11	Marjory Hames Pereira	Integral
12	Maria Julia Soares Duarte	Integral
13	Suellem Prudencio Pereira	Integral
14	Sophia Xavier Dos Santos	Integral
15	Thiago Felipe Fernandes	Integral
16	Carlos Vinicius Bandeira Medeiros	Integral
17	Anderson Da Costa Martins	Integral
18	Lucas Gabriel De Oliveira Nardi	Integral
19	Miguel Cruz De Oliveira	Integral

20	Giovane Alves Dos Santos	Integral
21	Alana Pimentel Machado	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: 4 - 5

	Criança	Período
01	Amabily Marcelino Do Nascimento	Integral
02	Ana Julia Da Costa Ferreira	Integral
03	Ana Julia Da Costa	Integral
04	Ana Heloisa Dantas Carvalho	Integral
05	Bianca Cardoso Gomes	Integral
06	Carlos Eduardo Espindola	Integral
07	Douglas De Oliveira	Integral
08	Erick Almeida De Paula	Integral
09	Gabriel Oliveira Bosquete Mateus	Integral
10	Guilherme Proença Fagundes	Integral
11	Guilherme Dos Santos Da Silva Filho	Integral
12	Guilherme Araujo Da Silva	Integral
13	Joaquim Patricio Caetano	Integral
14	João Victor Pereira Da Silva	Integral
15	Kauã de Souza Gonçalves	Integral
16	Kerlom Pereira	Integral
17	Maria Clara de Oliveira Rodrigues	Integral
18	Mateus Soares de Oliveira	Integral
19	Maria Luiza Santos dos Santos	Integral
20	Priscilla Zeitz da Rosa	Integral
21	Pedro Henrique de Matos	Integral
22	Sonia Maria Teixeira Ferreira	Integral
23	Yasmim Machado Martins	Integral
24	Arthur Elias Sehn	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: Misto

	Criança	Período
01	Higor Dos Santos	Vespertino
02	José Vitor Antunes	Vespertino
03	Maria Vitória Andrade Dos Santos	Vespertino
04	Mikaely Gomes Martins	Vespertino
05	Nicoli Vitória Pimentel	Vespertino
06	Nataly Andriani Souza	Vespertino
07	Nicholas Davi Cardoso Santos	Vespertino
08	Sara Ribeiro Da Silva	Vespertino
09	Alice Beatriz Nogueira	Vespertino
10	Davi Dos Santos Andrade	Vespertino
11	Ana Julia Prates	Matutino
12	Kauã Martins Soares	Matutino
13	Luan Scotti Dos Santos	Matutino
14	Luiz Adriano Tonelli Junior	Vespertino
15	Nathália Cristina Goulart Vieira	Vespertino
16	Enzo José Vieira Candido	Vespertino
17	Dienifer Eluiza Da Costa	Vespertino
18	Evellin Alice Lopes De Oliveira	Matutino

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Ação Social de Barreiros - Creche Anjo da Guarda
Endereço: Rua João Paulo Gaspar, nº 3067 – Bairro Ipiranga – São José/SC
Telefone: (48) 3246-8600 / (48)3246-5989
Diretora: Anizilda Marques Filippi
Coordenadora Pedagógica: Cintia Patrício Torres

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário	1 a 2 anos	15	20	-	-	20
Maternal	2 a 3 anos	15	19	-	-	19
1º Período	3 a 4 anos	15	17	-	-	17
2º Período	4 a 5 anos	15	17	-	-	17
3º Período	5 a 6 anos	15	17	-	-	17
TOTAL				90		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Berçário	-
Maternal	-
1º Período	-
2º Período	-
3º Período	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: Berçário

	Criança	Período
01	Pedro Henrique de Lima	Integral
02	Eduardo Corrêa Pereira	Integral
03	Davi Luiz Borman Fernandes	Integral
04	Mariana Arceno de Souza	Integral
05	João Vitor Barros Eger	Integral
06	Yasmim Carvalho dos Santos	Integral
07	Ariel dos Santos Laini	Integral
08	Vitória Mariah Garcia Zander	Integral
09	Sofia Moreira dos Passos da Silva	Integral
10	Pedro Henrique de Lima	Integral
11	Marjory Victória da Silva de Lima	Integral
12	Ariel Iago F Ribeiro	Integral
13	Nádila Mirella Bittencourt de Araújo	Integral
14	Analyce da Silva Anacleto	Integral
15	Jeisielle Berenda Santana Ramos	Integral
16	José Otávio de Araújo	Integral
17	Arthur Martins da Silva	Integral
18	Aruanny Vitoria Pereira de Araújo Rodrigues	Integral
19	Pyetro Henrique Silva de Oliveira	Integral
20	Sophia Nathali Souza Velho	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: Maternal

	Criança	Período
01	Maria Vitória Soares Rosa	Integral
02	Kerolin Moreira F Furtado	Integral
03	Emily Cristina de Oliveira	Integral
04	Maria Eduarda Sodré	Integral
05	Ister Silva Borges	Integral

06	Júlia Fernandes Costa	Integral
07	Catarina de Alcântara Pedrim	Integral
08	Alice de Alcântara de Medeiros da Silva	Integral
09	Guilherme Odilon do Nascimento	Integral
10	Anelize Fernandes Jarcem	Integral
11	Giovana dos Santos da Cruz	Integral
12	Natan Lisboa Santana Alexandre	Integral
13	Felipe Leandro Viero	Integral
14	Emanuelle Linhares de Oliveira	Integral
15	João Victor Trindade	Integral
16	Maria Laura Bittencourt Bloemer	Integral
17	Emilly Alves do Amaral	Integral
18	João Gabriel Rodrigues de Sousa	Integral
19	Mikael Guilherme Nascimento da Silva	Integral

Grupo: 1º Período

	Criança	Período
01	Miguel do Nascimento Soares	Integral
02	Pedro Antonio Siqueira Rodrigues	Integral
03	Ryan Lucas Chaves da Costa	Integral
04	Bryan Carvalho	Integral
05	Ana Clara Soares	Integral
06	Yago Paust de Oliveira	Integral
07	Gabriel Enzo Carvalho dos Santos	Integral
08	Nicolas dos Santos Maganhin	Integral
09	Yuri Macedo Ribeiro	Integral
10	Eduarda da Silva Pereira	Integral
11	Giovanna Correia Patrício Torres	Integral
12	Matheus Henrique Teixeira dos Santos	Integral
13	Bernardo A Fernandes	Integral
14	Janaina Mariana Nogueira Santos	Integral
15	Isabel Maria Trindade	Integral
16	Murilo Nogueira de Oliveira	Integral
17	Ana Beatriz dos Santos Rodrigues	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo: 2º Período

	Criança	Período
01	Laura Julia Fernandes	Integral
02	Guilherme Roberto S. da Silva	Integral
03	Leonardo de Oliveira Neves	Integral
04	Rihanna C Cavaleiro	Integral
05	Lucas Vieira Borges	Integral
06	Anderson Jhonatan F. de Lima	Integral
07	Maycon Kauan de L. Moreira	Integral
08	José Ricardo dos S. da Silva	Integral
09	Wesley Fernando T. Santos	Integral
10	Nathan Amorim Silva	Integral
11	Isabele Linhares da Silva	Integral
12	Ariele Martins Pereira	Integral
13	Davi Ataíde Fernandes	Integral
14	Kauê Batista Rodrigues	Integral
15	Ana Beatriz M. dos Santos	Integral
16	Vitória Carvalho dos Santos	Integral
17	Franciele dos Santos Laini	Integral

Grupo: 3º Período

	Criança	Período
01	Nicolas Vieira Borges	Integral
02	Taynara Ferrnandes dos Santos	Integral

03	Micaely Nogueira de Oliveira	Integral
04	Walace R. F. Lombardi	Integral
05	Kauê Luiz Bassami Soares	Integral
06	Antony Vinicius Goes Alves	Integral
07	Everton Alexandre da Silveira Junior	Integral
08	Markian B Vieira Prestes	Integral
09	Kaylane Maria Costa	Integral
10	Kamila dos Passos de Oliveira	Integral
11	Lucas Eduardo Gonçalves	Integral
12	Monique Damas Chaves	Integral
13	Davi da Silva Ferreira	Integral
14	Guilherme de Amorim Silva	Integral
15	Marco Antonio Silva Neto	Integral
16	Gabrielly Gorgen de Oliveira	Integral
17	Yasmim Paust de Oliveira	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo: Maternal

Criança	Data de Nascimento
Maycon Ébano da Silva Junior	09/12/2013
Suyane Victória Alves Moreira	03/08/2013
Amanda Miniz Patrício	17/04/2013
Luiz Gustavo Xavier de Oliveira	15/07/2013
Samira Costa	04/06/2013
Gabriel da Silva Duarte	23/07/2013
Jefferson Felipe dos Santos Oliveira Fortes	30/10/2013
Isadora Batista Rodrigues	16/05/2014
Jamile Nunes da Gama	01/04/2014
Larissa Yasmin Vanini Siebre	31/05/2014
Kauan Aparecido da Conceição	10/05/2014
Rafaela da Silva de Souza	23/04/2014

Grupo: 1º Período

Criança	Data de Nascimento
Davi Gustavo Santos D Alves	22/02/2013
Adryan da Silva	05/01/2013
Luan João Filipi da Conceição Bambosa	13/05/2012
Dafny Beatriz Ferreira	27/03/2013
Emily Vitória Santos da Silva	04/05/2013
Gabriel César Pereira de Araújo	11/02/2008
Bryan Manoel Anastácio do Santos	10/02/2013
Eloyze Aparecida Wolf	22/08/2012
Luiz Eduardo Gonçalves	18/06/2012
Rafael Gonçalves	06/01/2013
Heloisa Fernanda Gonçalves	09/07/2012
Luísa de Lima	23/06/2012

Grupo: 2º Período

Não há lista de espera para esse grupo.

Grupo: 3º Período

Criança	Data de Nascimento
Davi Gabriel Richartz Bombazar Andrade	06/11/2009

Obs.: (Temos a Vaga) Aguardando segunda professora para auxiliar no atendimento do Davi, pois o mesmo necessita de cuidado especial - Transtorno Global/ Usa fralda

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Ação Social Salto Do Maróim

Endereço: Rua Ivo José de Souza, 36 – Colônia Santana – São José

Telefone: (48) 3278-0249

Diretora: Gisiéle da Silva Couto

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
1	09 meses à 01 ano e 06 meses	15	16	-	-	16
2	01 ano e 06 meses à 02 anos	20	23	-	-	23
3.1	02 anos à 03 anos	25	25	-	-	25
3.2	02 anos à 03 anos	25	26	-	-	26
4.1	03 anos à 04 anos	25	26	-	-	26
4.2	03 anos à 04 anos	25	25	-	-	25
5	04 anos à 05 anos	25	25	-	-	25
6	05 anos à 06 anos	30	25	-	-	25
TOTAL				189		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
1	-
2	-
3	-
4	-
5	-
6	-

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 1

	Criança	Período
01	Amanda	Integral
02	Caio	Integral
03	Davi de Oliveira Juttel	Integral
04	Eduardo Souza Pruens	Integral
05	Eloah Soares Ferreira	Integral
06	Ezequiel da Silva Vanelli	Integral
07	Larissa dos Santos Carvalho	Integral
08	Laura Antônia Gomes Goedert	Integral
09	Laura Constante Barbosa	Integral
10	Laysa Pruens Flôres	Integral
11	Maryá Muniz Boaventura	Integral
12	Pedro Antônio da Silva Couto	Integral
13	Pedro Henrique Vieira	Integral
14	Samuel Henrique dos Santos Pacheco	Integral
15	Valentina da Silva Espindola	Integral
16	Yuri Pereira Estula	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 2

	Criança	Período
01	Amably Vitória dos Santos	Integral
02	Amanda Manske Santana	Integral
03	Arthur Fernandes Soares	Integral
04	Beatriz Nascimento Antunes	Integral
05	Beatriz Nicolau Lino Carneiro	Integral
06	Davi Luiz Kuhn Costa	Integral
07	Davy Lucas Justino	Integral
08	Davi Felipe Salvador	Integral
09	Enzo Gabriel Soares Kempner	Integral
10	Francielly Sophie Cascaes	Integral
11	Gabrielly Piccinin Urbano	Integral
12	Gustavo	Integral
13	Helena de Souza Vieira da Rosa	Integral
14	Heitor do Nascimento Honorato	Integral
15	Ícaro Araújo Hayden	Integral
16	João Pedro Silva Almeida	Integral
17	José Petry Neto	Integral
18	Kamilly Stephanie Constante	Integral
19	Mariá Welter Silva	Integral
20	Patrick José Martins	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3.1

	Criança	Período
01	Sidney Miguel Gomes dos Santos	Integral
02	Sofia Coelho Lopes	Integral
03	Sulamita Vitória Martins da Silva	Integral
04	Wesley Marques	Integral
05	Sara Farias Hoffmann	Integral
06	Sofia Fagundes Redmann	Integral
07	Sofia Schmidt Souza	Integral
08	Vitória Gonçalves Vieira	Integral
09	Gustavo Mongoni da Silveira	Integral
10	Valentina da Rosa	Integral
11	Luiz Fabiano da Silva	Integral
12	Hudson Fernandes Lima	Integral
13	Gabriela Rodrigues	Integral
14	Enzo Kuster	Integral
15	Laiane Alves da Silva	Integral
16	Suany Lais Schmitt de Sousa	Integral
17	Deivid Davi Rocha Andrade	Integral
18	Alessandro Rosa Corrêa	Integral
19	Pietro do Nascimento Moraes	Integral
20	Victor Anderson Corrêa da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 3.2

	Criança	Período
01	Ana Mikele Schols Coelho	Integral
02	Agatha Muniz Boaventura	Integral
03	Alice Schmidt Souza	Integral
04	Amanda da Silva Felipe	Integral
05	Ana Julia Marafigo	Integral
06	Anderson Antônio dos Santos	Integral
07	Arthur Thomas de Souza	Integral
08	Brendha Ribeiro dos Santos	Integral
09	Cecília de Souza Vilela Costa	Integral
10	Emily Mariana Dias	Integral
11	Erick Nicollas Zandonay	Integral

12	Gabriel Mangoni da Silveira	Integral
13	Heverton Carvalho da Silva	Integral
14	Isadora Bernardo da Motta	Integral
15	Isadora Vieira de Souza	Integral
16	Keilane Dias Nascimento	Integral
17	Kerolyn Gonçalves Schmitt	Integral
18	Luan Gabriel Zandonay	Integral
19	Lucas de Almeida Costa	Integral
20	Maria Fernanda Augusto Pardim	Integral
21	Maria Vitória Andrade dos Santos	Integral
22	Nicolas de Oliveira Juttel	Integral
23	Nicolay Vitória de Carvalho Santos	Integral
24	Sara Farias Hoffmann	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4.1

	Criança	Período
01	Alana de Oliveira	Integral
02	Ana Júlia Reitz	Integral
03	Beatriz Coelho	Integral
04	Beatriz Lopes de Souza	Integral
05	Benjamin Araújo	Integral
06	Bruno Soares Althaus	Integral
07	Carlos Emanuel de Oliveira Pardin	Integral
08	Cauã Silveira Marques	Integral
09	Fábio Daniel Pereira dos Santos	Integral
10	Higor José Kempner Rios	Integral
11	Isabella Andrade Moreira	Integral
12	Joaquim de Moraes	Integral
13	José Vitor da Silva	Integral
14	Kaue Gabriel Clemente dos Santos de Sá	Integral
15	Kay Hernandez Krokosz	Integral
16	Liz Hernandez Krokosz	Integral
17	Luca Hernandez Krokosz	Integral
18	Luan de Andrade Eger	Integral
19	Maria Eduarda Bouvié Rodrigues	Integral
20	Maria Eduarda Duarte de Souza	Integral
21	Maria Vitória da Silva	Integral
22	Maxsuel dos Santos Sena	Integral
23	Nicole Fuck Camargo	Integral
24	Pedro Henrick Pereira	Integral
25	Pedro Ismael Merizio	Integral
26	Pietro do Nascimento Moraes	Integral
27	Victor Anderson Corrêa da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 4.2

	Criança	Período
01	Agatha Lara Marafigo de Abreu	Integral
02	Agnes Barbosa Bernardo	Integral
03	Ana Clara Pfleger Fernandes	Integral
04	Arthur Manoel Vieira	Integral
05	Beatriz Fagundes Anacleto	Integral
06	Brayan Wilpert Gaspar	Integral
07	Bruna Kelss dos Santos	Integral
08	Gustavo Oliveira	Integral
09	Heloísa Schutz Laurindo	Integral
10	Isabela Sotil Ferreira	Integral
11	Jhonatan Fernandes da Rosa	Integral
12	João de Amorim	Integral

13	Kauan Lucas da Silva Costa	Integral
14	Kauê Nascimento dos Santos	Integral
15	Kamily Souza Inácio	Integral
16	Luiz Gustavo Barbosa Borba	Integral
17	Maria Eduarda Kunz	Integral
18	Maria Luiza Pflieger Fernandes	Integral
19	Mariah Lemos Pereira de Souza	Integral
20	Matheus José de Souza	Integral
21	Otávio Augusto Kunrath Gutzeit	Integral
22	Thiago Antônio Luiz	Integral
23	Vitor Bouvie Eger	Integral
24	Wesley Kleber da Silva	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 5

	Criança	Período
01	Aquiles Gabriel dos Santos Rodrigues Cordeiro	Integral
02	Allan da Silva Martendal	Integral
03	André Duarte Kempner	Integral
04	Artur Carniel	Integral
05	Davi dos Santos Dias Cardoso	Integral
06	Davi Floriano Zandonay	Integral
07	Gabriela da Silva	Integral
08	Gabrielly Luciano Constante	Integral
09	Guilherme de Melo	Integral
10	João Victor Constante Nacer	Integral
11	Julia Tomas da Silveira	Integral
12	Kaiky César Zandonay	Integral
13	Kauã Moisés Selunk	Integral
14	Laura Rocha Dávila	Integral
15	Leandro Carlos Gabe	Integral
16	Leonardo José Bento	Integral
17	Luiz Carlos Justino	Integral
18	Luiz Gustavo de Santos de Sá	Integral
19	Luiz Gabriel Haus da Silva	Integral
20	Maria Luiza da Cunha Machado	Integral
21	Matheus Mendes da Silveira	Integral
22	Nicolas Daniel Domingos	Integral
23	Pedro Henrique dos Santos Debortoni	Integral
24	Ruan Carlos Nascimento Amorim	Integral
25	Victor Alves Melo	Integral
26	Yuri Bernardo Pardim	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo 6

	Criança	Período
01	Ana Clara Augusto Pardim	Integral
02	Ana Cristina Lohn Silveira	Integral
03	Ana Kimberlly Moraes Martins	Integral
04	Ariel Estula Fonseca Fontella	Integral
05	Bernardete Aparecida de Moura	Integral
06	Darlan Antunes	Integral
07	Emilly dos Santos Luz	Integral
08	Gustavo da Silva	Integral
09	Henrique dos Santos	Integral
10	Ivo Antônio Hasckel	Integral
11	Julia Tenfen Menezes	Integral
12	Julio Cesar França da Silva	Integral
13	Kauã de Souza Merencia	Integral
14	Kiara Dias Nascimento	Integral

15	Kimberlly Silva Santos	Integral
16	Luara Cristina Borges dos Santos	Integral
17	Lucas Tony de Oliveira Silva	Integral
18	Maria Clara Palma	Integral
19	Mateus Fridolino José Bernardo	Integral
20	Melyssa Ferreira Helps	Integral
21	Rafael Francisco Martins	Integral
22	Sofia Machado da Rosa	Integral
23	Vitor Ribeiro Batista da Cunha	Integral
24	Willian Meurer Alves	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo 01 e 02

Criança	Data de Nascimento
Guilherme	10 meses
Samuel	08/04/2013
Alice	01/10/2014
Luiz Ricardo	13/05/2014
Bernardo dos Santos	05/05/2014
Isabela Cunha	05/02/2014
Enzo Gabriel Pitz	01/10/2014
Wellington Gabriel	17/06/2014
Gabrielli Urbano	01/11/2013
Daniel	11/08/2014
Everton da Silva	31/12/2013
Valentina Andrade Ferreira	08/05/2014

Grupo 03

Criança	Data de Nascimento
Everton Silva	31/12/2013
Iury Fernandes	23/07/2013
Amabile Xavier	25/07/2013
Erick Marly Pruens	28/02/2014
João Pedro	09/03/2014
Djennifer Quito	05/12/2013
Gabrielli Urbano	01/11/2013
Vitor Batista Ferrão	27/11/2013
Gustavo Knaul	26/06/2013
Bernardo da Gama	16/12/2013
Milena Moura	10/12/2014
Isabele Pacheco	04/04/2014
Lunara Albino	08/12/2012
Antony de Freitas	20/09/2012
Cristofer do Nascimento	03/10/2012
Erick Rafael Andreone	18/01/2013
José Renato	16/06/2012
Bruno Gonçalves Dias	22/11/2013

Grupo 05

Criança	Data de Nascimento
João Vitor Inácio	
Luiz Otávio Santos Barbosa	
Fabio Gabriel Soares	
João Vitor Kuhnen	
Monique	30/08/2010
Emanuelly Schneider Albino	04/09/2010
Gustavo Ferraz	17/04/2010
Evelin Ferreira	18/10/2010

Grupo 06

Criança	Data de Nascimento
Pedro Arthur Dutra	13/02/2010
Maria Eduarda Pereira	12/10/2009
Maria Clara	21/11/2009
Bernardo Felipe Pacheco	28/05/2009
Yasmin dos Santos Menich	14/04/2009
Pedro Chaves	19/05/2009
Maria Vitória Bento	16/05/2009
Mateus Gonçalves	13/02/2010
Andréia Mauza	08/07/2009

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Instituição Filantrópica Cristã Príncipe da Paz

Endereço: Pedro Paulo Lohn, nº 244, Jd. Das Palmeiras – São José/SC.

Telefone: (48) 3357-4109.

Diretora: Elisani Cardozo dos Santos.

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário I	0-1	30	21	-	1	22
Berçário II	1-2	30	20	-	1	21
Maternal I	2-3	30	28	-	2	30
Maternal II	3	30	21	-	2	23
Jardim I	3-4	30	21	-	3	24
Jardim II	4	30	26	-	2	28
Jardim III	4-5	30	21	-	5	26
Pré-Escolar	5-6	30	25	-	3	28
TOTAL 240				202		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Berçário I	-
Berçário II	-
Maternal I	-
Maternal II	-
Jardim I	-
Jardim II	-
Jardim III	-
Pré-Escolar	-

ATENDIMENTO ATUAL

Berçário I

	Criança	Período
01	Abner Pereira Nery	Integral
02	Ana Alyce Oliveira dos Santos	Integral
03	Ana Clara G. de Oliveira	Integral
04	Anna Beatriz Ribeiro Pereira	Integral
05	Arthur Lopes Silveira	Integral
06	Bernardo Batista Rupel	Integral
07	Davi Collet Andrade	Integral
08	Daniel Leandro	Integral
09	Emily Adriely Souza Menezes da Silva	Integral
10	Emily Valentina da Silva	Integral
11	Emily dos Santos Benfica	Integral
12	Enzo Serra Ermida da Silva	Integral
13	Erick da Silva Dutra	Integral
14	Gabriel Santos da Silva	Integral

15	Gabriel Zanatta Nunes	Integral
16	Gustavo Duarte Ventura	Integral
17	Gretha Rianna Matozo	Integral
18	Hugo Carlos Assunção Vieira	Vespertino
19	Isabela Vieira Bittencourt	Integral
20	Isac de Assunção Querino	Integral
21	Isadora Weronka	Integral
22	Iara Souza da Rosa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Berçário II

	Criança	Período
01	Issac Trancoso Ferreira	Integral
02	Joana de Avila da Silva	Integral
03	Joaquim Roque de Abreu	Integral
04	Lara Salles Borsatto	Integral
05	Leticia Leandro	Integral
06	Lucca Duarte da Rosa	Integral
07	Lívia Sofia Gomes	Integral
08	Maria Clara dos Reis Melo	Integral
09	Maria Vitória de Andrade Taveira	Integral
10	Miguel Carrera da Silva	Vespertino
11	Nicolly dos Santos Benfica	Integral
12	Nathanny Inácio Littke	Integral
13	Otávio Mizaél Coimbra de Araujo	Integral
14	Pedro Henrique Duarte da Silva	Integral
15	Pedro Luís Silveira dos Santos	Integral
16	Rafaela Paiva Mainardes	Integral
17	Ruan Antonello da Costa	Integral
18	Victor Duarte da Rosa	Integral
19	Vitor Gabriel P. da Silva	Integral
20	Vitor Silva Batistello	Integral
21	Ubriel G. Costa	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Maternal I

	Criança	Período
01	Alana Bernardo	Integral
02	Alice Mansur da Costa	Integral
03	Alice Nascimento Pereira	Integral
04	Andrielly Alice da Silva	Integral
05	Arthur Felipe Zommer dos Santos	Integral
06	Atila Benites Berger	Integral
07	Brayan John V. Medeiros	Integral
08	Caio Rafael de Ramos Coelho	Integral
09	Gabriella de Oliveira Vieira	Integral
10	Heloisa Souto de Souza	Integral
11	Hiago Cesar dos Santos	Integral
12	Igor Monteiro Vambommel	Integral
13	Isabela dos Santos Estuqui	Integral
14	Isadora Galvão da Silva	Integral
15	Kaique Nunes Stefane Dias	Integral
16	Kamili Francini Lunardi	Vespertino
17	Laura Seixas Dutra	Integral
18	Leticia Bogo Laurentino	Integral
19	Leticia Vitória da Silva	Integral
20	Livia da Rosa Monteiro	Integral
21	Manuela de Souza Coimbra	Vespertino
22	Matheus da Luz Heck	Integral
23	Maria Eduarda Paraíso Santana	Integral

24	Maria Luiza Machado	Integral
25	Rafael Amaral Rosa	Integral
26	Rebeca Bambinette	Integral
27	Samilly Dutra Roik	Integral
28	Sarah Tonelli	Integral
29	Vitória da Silva Dolberth	Integral
30	Ygor Pereira dos Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Maternal II

	Criança	Período
01	Ana Beatriz Andrett Sebastião	Integral
02	Ana Beatriz Rodrigues Castro	Vespertino
03	Beatrice Schlup	Integral
04	Bernardo Batista da Luz	Integral
05	Camili Rios	Integral
06	Cauã Gabriel Domingos Mota	Integral
07	Denison Oliveira Ramos	Integral
08	Diogo Rafael Gomes	Integral
09	Fernando dos Santos Borges	Integral
10	Hellen Pereira Schweitzer	Integral
11	João Lucas Moraes de Fraga	Integral
12	Kawan Denison Silva Pinto	Integral
13	Laura Martins Ventura	Vespertino
14	Lucas Gabriel Nunes Silva	Integral
15	Lucas Gonçalves Fernandes	Integral
16	Luana Poliana Dolberth	Integral
17	Luiz Henrique Mercer	Integral
18	Maria Isabelly Soares	Integral
19	Maria Julia Florêncio	Integral
20	Moises junior Alves da Silva	Integral
21	Richard Samuel de Jesus Saldanha	Integral
22	Sofia Duarte Lima	Integral
23	Vinicius de Souza Marafico	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Jardim I

	Criança	Período
01	Amanda Paredes dos Santos	Integral
02	Anna Luiza Silva	Integral
03	Alana Julia Nascimento Pereira	Integral
04	Brayan Alexandre Neckel Tonelli	Integral
05	Cecilia Emanuele L. da Silva	Integral
06	Davi Gevaerd Rodrigues	Integral
07	Enzo Rodrigo Kal Orique	Integral
08	Evellyn Albanás Floriano	Integral
09	Gustavo Henrique G. de Brito	Integral
10	Isadora Albanás Garcia	Integral
11	João Guilherme Maciel	Vespertino
12	Kamilly Antunes da Silva Dutra	Vespertino
13	Lucas Souza da Silva	Integral
14	Matheus Gilberto Peppes	Integral
15	Maria Eduarda R. Martins	Integral
16	Millena Martins Ramos	Vespertino
17	Miguel Nickson Correia	Integral
18	Nycolas Weronka	Integral
19	Pedro Gabriel M. Zanatti	Integral
20	Valentina Silva	Integral
21	Vitor dos Santos	Integral
22	Vitor Helguerade Souza	Integral

23	Weley Matheus Peretti	Integral
24	Yasmin Fernandes Farias	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Jardim II

	Criança	Período
01	Ana Beatriz de Paula	Integral
02	Arthur Marcelino	Integral
03	Beatriz Paiva Mainardes	Integral
04	Carlos Eduardo Pedroso dos Santos	Integral
05	Douglas dos Santos de Brito	Integral
06	Eduarda de Andrade	Integral
07	Felipe de Lima	Integral
08	Gabriela de Camargo	Integral
09	Gabriel de Souza Coimbra	Vespertino
10	Gabriel Thiago G. de Brito	Integral
11	Isabela Barbosa Camargo	Integral
12	Isabelle Oliveira dos Santos	Integral
13	Isabely dos Santos Barcelos	Integral
14	Isadora de Souza	Integral
15	Izaque Fernandes Torquato	Integral
16	Jorge Henrique M. Cardoso	Integral
17	Kaio Roberto A. Miranda	Integral
18	Luiz Gustavo Bursatto Mello	Vespertino
19	Marcelo Souto de Souza	Integral
20	Maria Clara de Andrade	Integral
21	Nicolas Torquato Bitencourt	Integral
22	Paulo Victor B. Souza	Integral
23	Thales Eduardo Domingues Mota	Integral
24	Valentina Lopes Martins	Integral
25	Víctor da Rosa Monteiro	Integral
26	Vinicius Melo Martins	Integral
27	Yasmim Assis	Integral
28	Yasmim Martins Cavalheiro	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Jardim III

	Criança	Período
01	Agatha Alice Pereira	Integral
02	Alan Victor Costa dos Santos	Integral
03	Aline Victória Pereira Silva	Integral
04	Artur Lima Guerra	Integral
05	Davi Antonio de Souza	Integral
06	Eduardo Pedroso Ribeiro Costa	Integral
07	Gabriel de Souza Machado	Integral
08	Gabrielly Lopes Zimmermann	Integral
09	Guilherme José R. Barros	Integral
10	Hemelly B. Cândia da Silva	Integral
11	Higor Pontes O. Scolmeister	Integral
12	Igor Hamod da Silva	Integral
13	Isabelly Áurea de Assunção Querino	Integral
14	Jean Carlo da Silva Filho	Integral
15	Jonas Schmidt Filho	Integral
16	Julia Goulart Alexandre	Integral
17	Julia de Souza	Vespertino
18	Juliana Spriccigo	Vespertino
19	Kédma Rayane S. M. de Andrade	Vespertino
20	Lara Horstmann da Costa	Vespertino
21	Luan Muller da Amorim	Vespertino
22	Luiza Boll	Integral

23	Stefany Souza da Silva	Integral
24	Vinicius Dias Florentino	Integral
25	Vitória Roz Rodrigues	Integral
26	Wesley Inácio Sábino	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Pré-Escolar

	Criança	Período
01	Adrysson Henrique Souza M.	Integral
02	Adrion Gonçalves Borges	Integral
03	Braian Barros	Integral
04	Daniela de Oliveira Vieira	Integral
05	Davi Leandro	Integral
06	Dione Lemos Gomes Filho	Integral
07	Emanuelly Salgueiro dos Santos	Integral
08	Emanueli Rodrigues	Integral
09	Gabriel Medeiros Parente	Integral
10	Guilherme da Silveira Silva	Integral
11	Gustavo Aluizio de Oliveira	Integral
12	Hannely Gonçalves Fernandes	Integral
13	Isabelle Kall	Integral
14	Israel B. dos Santos	Integral
15	João Pedro da C. Marques	Integral
16	Julia dos Santos Scalvi Dias	Integral
17	Kauan Andrett Sebastião	Integral
18	Larissa Vermohlen de Moraes	Vespertino
19	Maria Julia Garcia	Integral
20	Mateus Nunes da Silva	Vespertino
21	Matheus Florencio	Integral
22	Matheus de Lima da Silva	Integral
23	Matheus Tonelli de Souza	Vespertino
24	Sthefany Dutra Machado	Integral
25	Thalita Moreira Flores	Integral
26	Thammy Kelly R. Simas	Integral
27	Vitor Fernandes Soares	Integral
28	Yasmim Maiara de Jesus	Integral

LISTA DE ESPERA

Berçário I e II

Criança	Data de Nascimento
Ágatha Martins Munzfeld	14/08/2013
Devid Gabriel Silva Pinto	23/05/2014
Eloá Alves dos Passos Silva	18/03/2014
Isabella Goulart Barbosa	27/10/2013
Isabely Duarte Pereira	14/03/2015
Laura Denize Zanatto Martins	08/01/2014
Lorena Machado da Silveira	14/07/2013
Lorena Lemes de Brito	11/05/2014
Luiz Eduardo Fedrigo	02/12/2014
Miguel Bruch Martins	10/01/2014
Mayara Maieli Nica	28/07/2014
Pedro Leonar Silva dos Santos	05/04/2014
Sara Cardoso Rodrigues	06/10/2014
Thiago da Conceição	12/08/2013
Valentina Cardoso Rankel	19/03/2014
Vitória Fedrigo Telli	28/04/2013
Vitor Gabriel da Silva	15/01/2014
Vinicius de Araujo Francisco	02/01/2013

Maternal II e I

Criança	Data de Nascimento
Emilly Muniz Errckmann	13/05/2012
Isadora da Silva Ventura	11/05/2012
João Carlos Claudino	26/07/2012
Kauã Lucas Duarte Amaral	03/05/2012
Naiara Naieli Nica	07/05/2012
Vitoria dos Santos Collet	20/10/2012
Nicolle Padilha Fernandes	24/11/2011
Sarah Machado Corrêa	26/04/2011

Pré-Escolar

Criança	Data de Nascimento
Ana Clara Machado da Silveira	30/08/2009
Ingridy Claudino	22/08/2010
Luan Roberto Cardoso	24/12/2010
Michel Alves dos Passos Silva	10/06/2009
Miguel Raulino Duarte Fernandes	07/08/2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICASQUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

CRECHE RENASCER E SOCIEDADE ESPÍRITA

Endereço: Rua Gaivotas, 335 – Jardim Zanellato

Telefone: (48) 3258-1003

Diretora: Ketty Macchio

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade Por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GIV	3 anos	22	22		-	22
GV.1	4 anos	21	21	-	-	21
GV.2	4 à 6 anos	15	15	-	-	15
GVI	5 anos	18	18	-	-	18
GVII	5 à 6 anos	20	20	-	-	20
TOTAL				96		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GV.2	7 - Integral
GVI	3 - Integral
GVII	1 - Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GIV

	Criança	Período
01	Bárbara Pinheiro Guerra	Integral
02	Davi de Araújo de Lima	Integral
03	Eduarda Kulczyk	Integral
04	Marcelo Augusto Silva Copetti	Integral
05	Matheus Guilherme Lemos Martins	Integral
06	Pedro Henrique Miranda da Silva	Integral
07	Nátaly Goulart Silva	Integral
08	Guilherme Rosa Arruda (Desistente)	Integral
09	Raiany da Silva Pereira	Integral
10	Sophia Silva de Oliveira	Integral
11	Thiago Murilo Vieira dos Santos	Integral

12	Victor Becker Riedel	Integral
13	Yasmine da Silva Lino da Rosa	Integral
14	Pedro Corrêa Gazola	Integral
15	Isabela Mariana Gomes	Integral
16	Emanuely Soares Eli	Integral
17	Kauan Jorge Sotil	Integral
18	Evelyn Suyane Gonçalves Novais	Integral
19	Guilherme Vieira Amaral	Integral
20	Josias Fortes Fajardo	Integral
21	Érick Gabriel de Lima Vieira Ferreira	Integral
22	Igor Caetano da Silva Santos	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GV-1

	Criança	Período
01	Ana Luiza Tratz Coelho	Integral
02	Anabelly Freitas	Integral
03	Andryeli Cardoso	Integral
04	Beatriz Leandra dos Santos Ribeiro	Integral
05	Bernardo de Almeida Rosa Garvino	Integral
06	Bianca Vitória Pereira Macedo	Integral
07	Geovanna Vitória Martins Luiz	Integral
08	Carlos Gabriel Nascimento	Integral
09	Emanuely Cristina da Cunha da Silva	Integral
10	Gabriel Enrique dos Santos	Integral
11	Gabriele Luiza dos Santos	Integral
12	João Victor Candido da Silva	Integral
13	Letícia Becker da Silva	Integral
14	Mateus de Souza Conrado	Integral
15	Pedro Henrique Machado Moraes	Integral
16	Sophia Stephani Vieira Alfa	Integral
17	Vinícius da Silva Coutinho	Integral
18	Ruan Riquelme Alves da Cruz Farias	Integral
19	Davi Siqueira Nunes	Integral
20	Rebeca Vitória Santos da Silva	Integral
21	Gustavo Sabino Stein	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GV-2

	Criança	Período
01	Quêrem Alessandra Silva	Integral
02	Ana Julia de Souza	Integral
03	Ana Clara Dias de Almeida	Integral
04	Derick Correa	Integral
05	José Carlos Teixeira Fernandes Pedroso	Integral
06	Kauê Rafael Cabral de Oliveira	Integral
07	Miguel Pereira Aleixo	Integral
08	Yuri Bernardo Pardim	Integral

Grupo GVI

	Criança	Período
01	Anderson Mickae Paulus Schulz	Integral
02	Ágatha Silva Costa (Desistente)	Integral
03	Carlos Henrique de Oliveira	Integral
04	Eduardo Mertens Bach	Integral
05	Fabricio Ossima Costa	Integral
06	Josué Fortes Fajardo	Integral
07	Julia de Oliveira Deon	Integral
08	Luan Jorge Sotil	Integral

09	Leandro Goulart de Lima	Integral
10	Lyssandra Valdevino Cabral	Integral
11	Micaela Mendes dos Santos	Integral
12	Ryan de Oliveira	Integral
13	Vitor dos Santos Souza	Integral
14	Victor da Silva	Integral
15	Tayane Oliveira Ricardo	Integral
16	Isabelly Fogaça da Silveira	Integral
17	Lara Andressa Antunes dos Santos	Integral
18	Matheus C Dias Amaral	Integral
19	Wesley Mikael Bittencourt Nunes	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVII

	Criança	Período
01	Christian Pereira	Integral
02	Claiton Eduardo de Jesus Klaus	Integral
03	Cristofer Amaro de Carvalho	Integral
04	Eduardo da Silva Fernandes	Integral
05	Eyshela Eduarda Soares Félix	Integral
06	Guilherme Silva de Jesus	Integral
07	Katherine Dilma dos Santos	Integral
08	Kaylan Luiz de Oliveira	Integral
09	Luiz Fernando Vieira	Integral
10	Luiza Gabriely Modesto	Integral
11	Marcos Eduardo Shappo Ribeiro	Integral
12	Maria Rosa Novak da Cunha	Integral
13	Matheus Cristiano Dias do Amaral de Freitas	Integral
14	Michel Moreira Pacheco Lourenço	Integral
15	Patrick Javoski Amaral	Integral
16	Richard de Albuquerque Melo	Integral
17	Ronan Krajevski	Integral
18	Sophya de Souza	Integral
19	Ytalo Stenio Neves	Integral
20	André Ferreira da Silva	Integral

LISTA DE ESPERA

G IV

Criança	Data de Nascimento
Graziela Cardoso Rodrigues	14/06/2011
Dafinny Sophia Soares	27/10/2012
Arthur Guilherme Cristovão Guarvino	07/07/2012
Mariana Almeida da Silva	23/08/2011
João Pedro Boaventura	31/01/2012
Micaeli da Cruz Fernandes	31/01/2012
Isac Ariel da Silva de Oliveira	09/09/2011
Murilo Kinetzs	20/08/2013
Gabriel Jesus de Oliveira	06/03/2012
Otávio Vieira Machado	09/10/2012
Henrique Vallenga	12/08/2012
Kauã Manoel dos Santos	16/10/2012
Kendell Miguel	21/04/2012

G VII

Criança	Data de Nascimento
Apolo Matheus Martins da Silva	23/02/2009

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS**

Centro de Educação e Treinamento Esperança

Endereço: Rua São Pedro, nº 1847 – Barreiros - São José/SC- Cep:88.113-250

Telefone: (48) 3246-9397 (48) 9947-1132

Diretor: Antonio Edison da Silva.

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GT-1A	3 anos	14	14	-	-	14
GT-2A	3 anos	16	16	-	-	16
GT-1B	4 anos	18	18	-	-	18
GT-2B	5 anos	18	18	-	-	18
TOTAL				66		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GT-1A	-
GT-2A	-
GT-1B	-
GT-2B	-

ATENDIMENTO ATUAL**Grupo GT-1A**

	Criança	Período
01	Alice Ávila Isaias	Integral
02	André Luiz Gaspar	Integral
03	Arthur Libório Francisco	Integral
04	Arthur Montañó Lisboa	Integral
05	Beatriz Schmitt Pereira	Integral
06	Henrique Marques Machado	Integral
07	Henrique Teles de Oliveira Manoel	Integral
08	Isadora Brucs da Silva	Integral
09	Júlio Cezar Veloso Rocha	Integral
10	Kauã Filipi Prates	Integral
11	Matheus Freitas do Carmo	Integral
12	Pedro Antonio da Luz José	Integral
13	Víctor Luiz Morbi	Integral
14	William Camargo Machado	Integral

Grupo GT-1B

	Criança	Período
01	Amanda Oliveira dos Santos	Integral
02	Ana Laura de Barros Platen	Integral
03	Edison Souza da Rosa Neto	Integral
04	Emilly Vitória Barbosa dos Santos	integral
05	Fernanda Oliveira dos Santos	Integral
06	Gabrielly Costa	Integral
07	João Pedro Carvalho da Silva	Integral
08	José Dirceu Trindade Lacerda Neto	Integral
09	Laís Moraes Batista	Integral
10	Larah Vitória Prá Dutra	Integral
11	Luiz Phelipe de Aquino	Integral
12	Lucio da Costa Castro	Integral
13	Miguel Gelslechter Correia	Integral
14	Otávio Eliseu de Quadros	Integral
15	Pedro Henrique Palmas	Integral
16	Vítor Ezequiel Goncalves	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GT-2A

	Criança	Período
01	Amylee Camargo Machado	Integral
02	Ana Clara Manoel	Integral
03	Erick Vinícius Glatz	Integral
04	Gabriel Ribeiro Rodrigues	Integral
05	Humberto da Rosa Medeiros	Integral
06	Isadora Rosa Medeiros	Integral
07	Kauã de Almeida Alves	Integral
08	Lara Pereira Sampaio Sodré	Integral
09	Larissa Berto da Silva	Integral
10	Leonardo Henrique da Silva	Integral
11	Laura Freire Silva	Integral
12	Letícia de Paula Ortigara	Integral
13	Luiza Marques Rodrigues	Integral
14	Maria Julia Santos de Franca	Integral
15	Mikaelly da Silva	Integral
16	Raiany Siebel	Integral
17	Vanessa Flor da Silva	Integral
18	Taíssa Godinho Marques	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GT-2B

	Criança	Período
01	Ana Luiza Tomé	Integral
02	Brenda Alves Veiga	Integral
03	Davi Augusto da Silva	Integral
04	Davy Tony dos Santos	Integral
05	Diana Alves	Integral
06	Emilly da Silva Pereira	Integral
07	Felipe Gabriel da Luz Chaves	Integral
08	Isaac José Santos Canuto	Integral
09	Isabelle dos Santos Godoi	Integral
10	Isadora Petri	Integral
11	José Carlos Dias Cabral	Integral
12	José Henrique Santana	Integral
13	Júlia Neme	Integral
14	Ketlyn Gabrielli da Cunha Rodrigues	Integral
15	Manuela Vieira Nascimento	Integral
16	Marcos Raul da Silva Gomes	Integral
17	Renan Pontes dos Santos	Integral
18	Victor Hugo Lemes da Silva	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo GT-1A

Criança	Data de Nascimento
Angelica Cristina da Silva Macedo	15/02/2012
Célio Junior	21/02/2012

Grupo GT-2A

Criança	Data de Nascimento
Vitória Karina Goulart	23/03/12

Grupo GT-1B

Criança	Data de Nascimento
John Eduardo Ramos Cardozo	09/01/2011

Bernardo de Almeida Garvino	05/01/2011
Isabella S. Alves	21/01/2011
Ana Elisa Silveira	13/04/2011
Beatriz Tomaz	28/01/2011
Felipe Moura Quirino	17/01/2011

Grupo GT-2B

Criança	Data de Nascimento
Beatriz Cristina de Oliveira Leite	07/12/2010
Junior de Farias Oliveira	23/11/2010
Bryan Vicktor da Silva	08/07/2010
Heloísa G.dos Santos	31/08/2010
Ana Beatriz de Paula	16/11/2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICASQUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim

Endereço: Rua Francisco Antônio da Silva

Telefone: (48) 3257-4078

Diretora: Tatiane Ventura

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade Por sala	Vaga Integral	Vaga Matu- tino	Vaga Vespertino	Total
G II	1 ano e meio a 2 anos	15	11	3	6	20
GIII	2 a 3 anos	20	17	3	2	22
GIV A	3 a 4 anos	25	20	3	5	28
GIV B	3 a 4 anos	25	23	2	2	27
GV A	4 a 5 anos	25	22	3	4	29
GV B	4 a 5 anos	25	21	4	4	29
GVI Matutino	5 a 6 anos	25	-	19	-	19
GVI Vespertino	5 a 6 anos	25	-	-	20	20
TOTAL				194		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GII	01 - Matutino
G III	01 - Vespertino
GIV A	02 - Matutino
GIV B	-
GV A	-
GV B	-
GVI Matutino	06 - Matutino
GVI Vespertino	05 - Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G II

	Criança	Período
01	Ágatha Larrissa de Souza	Vespertino
02	Anna Beatriz Lohn	Vespertino
03	Davi da Silva Mendes	Vespertino
04	Emilly Zimmermann Morche	Integral
05	Gabriela Rodrigues	Integral
06	Giovanna Müller dos Santos	Integral
07	Gustavo Dioniz Franco	Matutino
08	Hudson Fernandes Lima	Integral

09	Kauã Vieira Bunn	Matutino
10	Leonor Valentina de Oliveira	Integral
11	Luan Victor Kielbauskas Barros	Vespertino
12	Lucas Juan de Oliveira Machuca	Integral
13	Lucas Signor de Oliveira	Integral
14	Lucas Varela Pickler	Matutino
15	Melissa Roberta Nobre	Vespertino
16	Pietra Helena Sipriano Shuster	Integral
17	Pietro de Souza Duarte	Vespertino
18	Ryan Bernardo Silva Maucuello	Integral
19	Sophia Yasmim da Silva	Integral
20	Yasmin dos Santos Pinheiro	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G III

	Criança	Período
01	Asafe Gabriel Gomes	Integral
02	Arthur Noberto de Souza	Matutino
03	Bruno Antunes de Almeida	Integral
04	Eduardo Antunes de Almeida	Integral
05	Emanuel da Silva Andrade Buy	Integral
06	Emanuelly Custódio Agostinho	Integral
07	Gabriel Ventura Miranda	Integral
08	Isabelli Oliveira Machado	Integral
09	João Pedro Bauer	Integral
10	Juan Pablo Ribeiro	Integral
11	Julia Isabelly Ostroski da Silva	Integral
12	Leandro Henrique da Silva	Integral
13	Luiz Gustavo Coelho Cândido	Matutino
14	Maria Alice Andrión Machado	Integral
15	Maria Clara Gomes Costa	Integral
16	Maria Julia Kuhn	Matutino
17	Maria Valentina de Oliveira	Vespertino
18	Ryan Camargo Garcia	Integral
19	Rychard Pinheiro Valtrin	Vespertino
20	Samuel Coelho	Integral
21	Vinícius Rosa Bento	Integral
22	Wallace Giovanni Ribeiro	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GIV A

	Criança	Período
01	Alessandro Rosa Corrêa	Integral
02	Amanda Gabriela Fonseca da Rosa	Matutino
03	Ângela Vitória de Souza	Vespertino
04	Arthur Vieira Schmitz	Integral
05	Brenda Mota Pitz	Integral
06	Davi Cardone Ernest	Integral
07	Emanuelly Lopes da Silva	Matutino
08	Emanuelly Waltrick Lorenci	Integral
09	Francisco de Miranda Heinzen	Integral
10	Gabrielly Ribeiro dos Santos	Integral
11	Gustavo Poerschke Zaniskoski	Integral
12	Hemily Aparecida Taborda	Integral
13	Iara Inês de Jesus Breier	Integral
14	João Vicente da Cunha	Integral
15	Joaquim Miguel Porto Hack	Integral
16	Julya do Amaral	Integral
17	Kayque Sotil	Vespertino
18	Leonardo de Jesus Costa	Vespertino

19	Manoela Hoffmann Koester	Vespertino
20	Marcos Francisco Kuhn	Integral
21	Maria Laura Ventura	Integral
22	Murilo Cabral Hoffmann	Integral
23	Nathalia Gesser Pering	Matutino
24	Pablo Henrique Sipriano Schuster	Integral
25	Rafael Araujo de Barros Silva	Vespertino
26	Sofia Macedo Pinto	Integral
27	Victor de Melo	Integral
28	Victor Hugo Kamers	Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GIV B

	Criança	Período
01	Heloá Souza dos Santos	Integral
02	Betina Isabelly de Souza	Integral
03	Bruno Vinicius Pereira	Integral
04	Carlos Eduardo Momm Siqueira	Integral
05	Dayani Aparecida Nascimento	Integral
06	Elizandro Junior Alves Berdini	Vespertino
07	Gustavo Goedert Farias	Integral
08	Gustavo Thibes de Souza	Integral
09	Hagatha Aparecida Medeiros	Integral
10	Isabella Petry	Integral
11	Luize Raíssa Silvy	Integral
12	Manoel Constantino Scotti	Integral
13	Manuela Carrazoni Fagundes	Integral
14	Mario Ricardo Daboit Marconcini	Integral
15	Matheus da Silva Vieira	Integral
16	Matheus Muller	Integral
17	Nayara Gabrielli da Silva Waltrick	Integral
18	Neymar Campos Lins	Integral
19	Nicolas Monteiro Anacleto	Integral
20	Nicole Krister Kempner	Integral
21	Pedro Henrique de Souza	Matutino
22	Rodrigo Junior Procopio	Integral
23	Sophia Alves Veiga	Vespertino
24	Thiago Ribeiro da Rosa	Integral
25	Yasmim Duarte dos Santos	Integral
26	Yasmin Cristini Schmitt	Integral
27	Yuri Barcelos de Medeiros	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVA

	Criança	Período
01	Arthur de Oliveira Cristovam	Integral
02	Alan Flôres Fernandes	Integral
03	Davi Severo Alves Jordão	Integral
04	Davi Silveira Candido	Integral
05	Débora Rayssa Ribeiro e Silva	Integral
06	Gabrieli de Melo	Integral
07	Gabrielly Cabral Zimmer	Integral
08	Gustavo de Moura da Silva	Integral
09	Heloisa Lima de Souza	Integral
10	Henrique Muller Vieira	Integral
11	João Vitor Daminelli de Oliveira	Integral
12	Lavynia Hoffmann Ferreira	Integral
13	Leonardo Barcelos Maia	Vespertino
14	Lorena Pinheiro	Integral
15	Manoel Ramilo	Matutino

16	Maria Eduarda Dutra Moreira	Integral
17	Maria Júlia Junkes	Vespertino
18	Maria Vitória Mendonça	Integral
19	Matheus Momm de Souza	Integral
20	Matheus Saturnino de Souza	Integral
21	Miguel Vieira Sotil	Integral
22	Monique Plaut Domingos	Integral
23	Pâmela de Lima Wundervald	Integral
24	Pedro Americano	Matutino
25	Renzo Arcanjo Mancuello Alves Moreira	Integral
26	Rhafelly Beatriz Duarte Godoi	Integral
27	Vitor Gabriel da Silva	Integral
28	Vitor Hugo Schlichting	Vespertino
29	Yasmin de Souza	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GV B

	Criança	Período
01	Antônio Kauan Souza Silva	Integral
02	Alice Silva de Souza	Matutino
03	Ana Julia de Souza Dutra	Vespertino
04	Beatriz Cândido Bernardo	Matutino
05	Brayan dos Santos da Silva	Integral
06	Brenda Cândido Siqueira	Matutino
07	Brenda Schreiber	Integral
08	Carlos Eduardo Schaffer	Integral
09	Emanuelle Rosa Bento	Integral
10	Emilly Schreiber	Integral
11	Gabriel Freiburger Patrício	Integral
12	Gabriel Justen do Amaral	Integral
13	Gabriel Schmitt da Silva	Vespertino
14	Ianne Alsines da Silva	Integral
15	Isabela Bernardes Fuck	Integral
16	Izabella da Silva Nobre Domingos	Vespertino
17	Laís da Cunha Rodrigues	Integral
18	Larissa Ribeiro Mello dos Santos	Integral
19	Luiza Fernandes Oliveira	Integral
20	Manuella Rabello	Integral
21	Maria Eduarda Fernandez Monteiro	Integral
22	Marina Ribeiro da Silva	Matutino
23	Matheus de Borba Ferreira	Integral
24	Matheus Justen do Amaral	Integral
25	Miguel Felipe Hames	Integral
26	Nicole Ferraz de Lima	Integral
27	Pedro Probst Garcia	Integral
28	Welliton Davi Silvy	Integral
29	Yago dos Santos Pinheiro	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVI MATUTINO

	Criança	Período
01	Aline Camargo Costa	Matutino
02	Ana Luiza Alves Costa	Matutino
03	Ana Luiza Leite dos Santos	Matutino
04	Bruna Oliveira Pachla	Matutino
05	Cristian de Andrade	Matutino
06	Emanuella Muller	Matutino
07	Henrique dos Santos de Moraes	Matutino
08	Iara Julia Dutra Rebelo	Matutino
09	João Pedro da Cunha Francisco	Matutino

10	Larissa Rokoski dos Santos	Matutino
11	Luã de Lima Wundervald	Matutino
12	Maisa Camargo Costa	Matutino
13	Matheus Silva Soletti	Matutino
14	Nicolas Freiburger de Sousa	Matutino
15	Pedro Henrique Fernandes	Matutino
16	Pietra Brianda Branco Madalena	Matutino
17	Ryan Paulo Policarpo de Souza	Matutino
18	Thiago Klein	Matutino
19	Vitória Momm Koerich	Matutino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo GVI VESPERTINO

	Criança	Período
01	Ana Luiza da Rocha Martins	Vespertino
02	Ana Beatriz da Silva	Vespertino
03	Ana Júlia Braatz	Vespertino
04	Bárbara Rocha Pacheco	Vespertino
05	Beatriz Mendes Machado	Vespertino
06	Bernardo Felipe Pacheco	Vespertino
07	Bernardo Ventura Porto	Vespertino
08	Eduarda Lemos Tancini	Vespertino
09	Gabriel Campos de Souza	Vespertino
10	Gabriel Rodrigues de Souza	Vespertino
11	Gustavo Souza Hames	Vespertino
12	José Alessandro Antunes Júnior	Vespertino
13	Lucas Lemos Tancini	Vespertino
14	Mariana Pfaffenzeller Schneider	Vespertino
15	Natalia Eloisa da Silva	Vespertino
16	Natanael Alexandre Bello	Vespertino
17	Nicolas Sperandio Sarmento Bortoli	Vespertino
18	Pietra Alborguete da Rosa	Vespertino
19	Rhadson Dias Cardeal	Vespertino
20	Vitor Miguel de Souza Fischer	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Grupo G II

	Criança	Data de Nascimento
01	Pedro Klettemberg de Oliveira	30/07/2013
02	Gustavo Knaz	26/06/2013
03	Dandhara Fortes da Silva	25/06/2013
04	Gabrielly Arent Lira	11/10/2013
05	Arthur Luiz Silveira	22/08/2013

Grupo G III

	Criança	Data de Nascimento
01	Sophia Perez Viegas do Prado	26/02/2013
02	Felipe Araújo dos Santos	01/03/2013
03	Luiza Souza	08/04/2013
04	Matheus Eliseu Necla	24/04/2013
05	Isabella Barth Tancini	09/11/2012
06	Lincon William Borille	11/12/2012
07	Manuella Ricardo da Cruz	25/12/2012
08	Alexandro Luis R. Freitas	26/11/2012

Grupo G IV A

	Criança	Data de Nascimento
01	Luisa Matos Mesquita	10/03/2012
02	Yasmim Arianny da Silva Barbosa	11/03/2012

03	Mariah Andrade Ferreira	30/07/2012
04	Henrique Pereira Correa	31/07/2012
05	Cayke Camargo Carneiro	02/06/2012
06	Lara Sophia dos Santos Rieg	29/09/2012
07	Nicollas Ribeiro Fernado de Moraes	09/09/2012
08	Antony Lima de Freitas	20/09/2012
09	Christofer do Nascimento	03/10/2012

Grupo G IV B

	Criança	Data de Nascimento
01	Paulo Henrique da Silva Rodrigues	01/03/2011
02	Rayssa Farias Rocha	07/06/2011
03	Guilherme Lopes Lages	31/03/2011
04	Nicollas Ezequiel de Oliveira Chagas	26/10/2011
05	Vinicius Eduardo Moreno Rodrigues	10/03/2011

Grupo G V

	Criança	Data de Nascimento
01	Abimael da Silva Soares	23/10/2010
02	Beatriz do Nascimento Veiga Silva	08/12/2010
03	Jamilly Ferreira Eliseu	20/09/2010
04	João Gabriel Ferreira	14/12/2010
05	Brenda Laureano da Silva M. Rodrigues	10/05/2010
06	Nicollas Hoffmann Martins	12/09/2010

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICASQUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Associação do Centro Educacional e Social Arthur Montanha
Endereço: Zabovari Scheneider, 22 - Bairro Jardim Solemar – São José
Telefone: (48) 3258-6868
Diretor Administrativo: Ivan Rodrigues
Coordenadora Pedagógica: Sônia Regina de Souza

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal	02 a 03 anos	16	09	04	03	16
Jardim I e II	04 a 05 anos	15	14	03	02	16
Período Preparatório	05 a 6 anos	28	18	09	10	28
TOTAL				60		

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Jardim I e II	03 - Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Maternal

	Criança	Período
01	Alice Vaz De Oliveira	Integral
02	Analu Vaz De Oliveira	Integral
03	Clara Mikaelly Zuina Millen	Integral
04	Isabelly Rosana Schurhaus	Integral
05	Kemilly De Mattos	Integral
06	Muriel Henrique R.De Oliveira	Integral
07	Pedro Vinicius Vaz Da Silva	Integral
08	Wilson De Jesus	Integral
09	Stefany	Integral

10	Elisa Kauane Resel De Moraes	Matutino
11	Marcelo Alves Da Silva Júnior	Matutino
12	Ketlyn De Jesus Pires	Matutino
13	Moises Nascimento Soares	Matutino

Jardim I e II

	Criança	Período
01	Ariel Da Silva De Oliveira	Integral
02	Guilherme Dos Santos Cardoso	Integral
03	Gustavo Lourenzo Paz	Integral
04	João Vitor Antunes Da Silva	Integral
05	Kayke Souza Da Silva	Integral
06	Manuela Bernardo Cardoso	Integral
07	Maria Eduarda Hribernik	Integral
08	Melissa Amelco Voltolini	Integral
09	Maria Helena	Integral
10	Douglas	Integral
11	Arthur Emanuel Costa Dos Santos	Integral
12	Letícia Fernandes Da Silva	Matutino
13	Natan Lucas Stein	Matutino
14	Kaio Ribeiro Rodrigues Da Silva	Matutino
15	Karlos Willian S. Do Nascimento	Vespertino
16	Davi Gabriel Duarte	Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Período Preparatório

	Criança	Período
01	Douglas Amelco	Integral
02	Yasmim Geovana Souza De Souza	Integral
03	Kaueh Da Silva	Integral
04	Maria Vitória Dos Santos	Integral
05	Raphael Marcelino Lopes	Integral
06	Francisco Estevan Da Silva	Integral
07	Rafaella Ferreira Rosa	Integral
08	Sofia Oliveira Dos Santos	Integral
09	Yure Ribeiro Espíndola	Matutino
10	Carlos Eduardo C. Oliveira	Matutino
11	Kauane De Jesus Macedo	Matutino
12	Christofer Willian Da Silva	Matutino
13	Maria Eduarda Dos Santos	Matutino
14	Anderson Nascimento Da Silva	Matutino
15	Bianca Oliveira De Lima	Matutino
16	Victor Hugo Nascimento Dos Santos	Matutino
17	Gabriel Francisco Amaral Sales	Vespertino
18	Ana Luiza De Lima Stein	Vespertino
19	Nayani Dos Santos Ilha Da Silva	Vespertino
20	Pedro Henrique Costa Ribeiro	Vespertino
21	Wenzo De Jesus	Vespertino
22	Elisa Costa	Vespertino
23	Ana Vitoria Souza Maia	Vespertino
24	Estefanie Cristina De Oliveira	Vespertino
25	Mariéli Vitória Lopes	Vespertino

LISTA DE ESPERA

Maternal

Criança	Data de Nascimento
Ariadne Estefani da Silva	02/03/2014
David Guilherme de Oliveira	31/01/2014
Ana Clara Mendes Correa	19/02/2013
Rafael da Silva Cardoso	17/08/2012

Emanuel Felipe Dias Americanas	28/02/2013
Pedro Príncipe da Costa Mendes	04/06/2012
Rafael Soter de Oliveira	16/09/2012
Chaimom Edgar Silveira de Souza	17/03/2014
Beatriz Geovana de Lima Stein	16/04/2013
Tiago José Martins Junior	26/06/2013
Sophia Amaral Anselmo	16/09/2013
Maria Eduarda da Rocha Varela	14/09/2012
Maria Julia Ribeiro Varela	21/11/2013
Kainã Messias ribeiro dos Santos	26/05/2014
Brayn Filipini dos Santos	24/06/2014
Endyo Vitória Riboli da Silva	31/07/2013
Beatriz Geovana de Lima Esteves	16/04/2015

Jardim I e II

Não há lista de espera

Período Preparatório

Não há lista de espera

TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO ADITIVO/TA Nº 519/2012-06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Apostilamento ao Termo Aditivo/TA nº 519/2012-06 – Concorrência 005/2012 – Processo 186/2012 – Contratado: WOKYS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA – PEC 3000. O presente Instrumento tem como objetivo o aditamento da "Cláusula Quarta do Termo Aditivo nº 519/2012-06, que dispõe sobre o valor do Contrato" registrado e publicado através do DOM nº 1735 de 05/05/2015, por parte da Administração; A CLÁUSULA QUARTA: Do Valor do Contrato - Termo Aditivo nº 519/2012-06, onde se lê: "O Contrato original era de R\$ 1.692.637,65 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), e vigorará a partir deste termo com o valor total de R\$ 1.782.966,06 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e seis centavos), considerando-se a alteração elaborada por meio do Termo Aditivo nº 519/2012-03" leia-se: "O Contrato original, que era de R\$ 1.692.637,65 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), alterado pelo Termo Aditivo nº 519/2012-03 com o acréscimo de R\$ 9.267,28 (nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), e ainda, considerando-se as alterações do presente termo, o valor global do Termo Aditivo nº 519/2012-06 vigorará com R\$ 1.782.966,06 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e seis centavos). Data da assinatura: 05 de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.127/2015

PORTARIA Nº 127/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor CARLOS EDUARDO DE SOUZA, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de junho de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.128/2015

PORTARIA Nº 128/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor MARCELO GARCEZ, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de junho de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.129/2015

PORTARIA Nº 129/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor FERNANDA DE ANDRADE RIOS, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de junho de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.130/2015

PORTARIA Nº 130/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor JOÃO DAVID GARCIA, do cargo em comissão ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de junho de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.131/2015

PORTARIA Nº 131/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor ALISSON MACHADO ANTONIO, do cargo em comissão ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de junho de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.132/2015

PORTARIA Nº 132/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor ALISSON MACHADO ANTONIO, para exercer o cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.133/2015

PORTARIA Nº 133/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor JOÃO DAVID GARCIA, para exercer o cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.134/2015

PORTARIA Nº 134/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – A Senhora FERNANDA DE ANDRADE RIOS, para exercer o cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.135/2015

PORTARIA Nº 135/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor CARLOS EDUARDO DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.136/2015

PORTARIA Nº 136/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor LEANDRO LEAL JOCHEM, para exercer o cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2015 - SRP - PR Nº 057/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/06/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 057/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA EM LEIVA, COM PLANTIO, PARA A ACADEMIA DE SAÚDE DO BAIRRO SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 7.135/2015 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 37, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.812 DE 29 DE JUNHO DE 2001, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.135/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 37, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.812 DE 29 DE JUNHO DE 2001, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 37, da Lei Municipal nº 4.812 de 29 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. Os Conselheiros Tutelares, no exercício de suas funções receberão subsídio mensal de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

.....

§ 3º A título de indenização dos plantões e sobre avisos realizados mensalmente, será pago para cada Conselheiro Tutelar uma gratificação no valor de R\$ 342,14 (trezentos e quarenta e dois reais e catorze centavos), por mês.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.136/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 78.827,11 (SETENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E VINTE E SETE REAIS E ONZE CENTAVOS), E CONTÉ

LEI Nº 7.136/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 78.827,11 (SETENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E VINTE E SETE REAIS E ONZE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 78.827,11 (Setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e onze centavos), objetivando a construção de uma residência com área de 65,50m2, destinada ao reassentamento da Senhora ANA MARIA DALMORO FELIX, tendo em vista a absorção de sua residência por ocasião das obras de pavimentação asfáltica em CBUQ - acesso às comunidades do interior do Município (Barra do Guamerim, Guamerim, Emboaba) trecho: Início SMO 290 (final do Asfalto de acesso à Sul Vale) e término: intersecção SMO-052 e Rua Sete de Setembro, em consonância com os respectivos projetos.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 78.827,11 (Setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e onze centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 – INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.112 – Construção de obras para reassentamento residencial

por ocasião de obras de pavimentação asfáltica no Município.

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 78.827,11

Art. 3º Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária do Orçamento em execução:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 – INFRAESTRUTURA

26.782.0534.1.071 – Construção de pontes e abrigos de passeiros.

179 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 78.827,11

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 78.827,11 (Setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e onze centavos), objetivando a construção de uma residência com área de 65,50m2, destinada ao reassentamento da Senhora ANA MARIA

DALMORO FELIX, tendo em vista a absorção de sua residência por ocasião das obras de pavimentação asfáltica em CBUQ - acesso às comunidades do interior do Município (Barra do Guamerim, Guamerim, Emboaba) trecho: Início SMO 290 (final do Asfalto de acesso à Sul Vale) e término: intersecção SMO-052 e Rua Sete de Setembro, em consonância com os respectivos projetos.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 78.827,11 (Setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e onze centavos), objetivando a construção de uma residência com área de 65,50m2, destinada ao reassentamento da Senhora ANA MARIA DALMORO FELIX, tendo em vista a absorção de sua residência por ocasião das obras de pavimentação asfáltica em CBUQ - acesso às comunidades do interior do Município (Barra do Guamerim, Guamerim, Emboaba) trecho: Início SMO 290 (final do Asfalto de acesso à Sul Vale) e término: intersecção SMO-052 e Rua Sete de Setembro, em consonância com os respectivos projetos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.137/2015 - INSTITUI O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SANTA CATARINA.

LEI Nº 7.137/2015
INSTITUI O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SANTA CATARINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do anexo I, que dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos de São Miguel do Oeste, conforme estabelecido na Lei Federal 12.305/2010.

Art. 2º. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contem como principais elementos:

I – Diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos gerados no respectivo território;

II – Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento;

III - Programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

IV – Programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

V – Mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

VI - Sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Art. 3º. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta lei, será reavaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos, com a primeira revisão prevista para o ano da elaboração do próximo Plano Plurianual Municipal e as demais sempre em concomitância a este.

§1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º O processo de revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dar-se-á com a participação de toda a comunidade.

Art. 4º. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos engloba integralmente o território do município.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.138/2015 - INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

LEI Nº 7.138/2015
INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico de São Miguel do Oeste/SC, nos termos em Anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento

de água e esgotamento sanitário, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º O Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste/SC e demais prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art. 19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação periódica do Plano instituído por esta Lei, através de gestores do Plano.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, será revisto com periodicidade não superior a quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada seguindo o que determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e estar em compatibilidade com as diretrizes políticas, objetivos e metas:

I - das Políticas Federais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Federal e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos;

III - das Políticas Municipais de Saneamento Básico.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara Municipal, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.139/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.600,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.139/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 12.600,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscientos reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, para a prestação de serviços na área de Gestão Tributária, mais precisamente na abertura, alteração e baixa de empresas mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, além de outros serviços atrelados ao respectivo Programa de Gestão Tributária.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscientos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

01 – SECRETARIA DA FAZENDA

04.129.0030.2.194 – Implementação e custeio do Programa de Gestão Tributária.

3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de

Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com

Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 12.600,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a redução total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.013 – Administração geral dos bens e serviços de responsabilidade do Órgão.

34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 12.600,00

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscientos reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, para a prestação de serviços na área de Gestão Tributária, mais precisamente na abertura, alteração e baixa de empresas mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, além de outros serviços atrelados ao respectivo Programa de Gestão Tributária.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de

2014- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), quinhentos e vinte reais objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas constantes de contratação de Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, para a prestação de serviços na área de Gestão Tributária, mais precisamente na abertura, alteração e baixa de empresas mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, além de outros serviços atrelados ao respectivo Programa de Gestão Tributária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.140/ 2015 - DENOMINA DE "RUA ANILDO CARDOSO" A RUA LOCALIZADA A OESTE DOS LOTES N.º 93-E, E LOTE Nº 93-F DO DESMEMBRAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 887 DE 18 DE ABRIL DE 1978, PODENDO TER SEGUIMENTO EM DIREÇÃO SUL, SITUADA NO BAIRRO JARDIM PEPERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.140/2015

DENOMINA DE "RUA ANILDO CARDOSO" A RUA LOCALIZADA A OESTE DOS LOTES N.º 93-E, E LOTE Nº 93-F DO DESMEMBRAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 887 DE 18 DE ABRIL DE 1978, PODENDO TER SEGUIMENTO EM DIREÇÃO SUL, SITUADA NO BAIRRO JARDIM PEPERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA ANILDO CARDOSO", a Rua localizada ao norte dos Lotes N.º 93- E e Lote Nº93-F, do desmembramento aprovado pelo Decreto nº 887 de 18 de Abril de 1978, podendo ter seguimento em direção sul, situado no Bairro Jardim Peperi, Município de São Miguel do Oeste.

Art.2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.141/2015 - APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ANTÔNIO DOMENIGHINI E OUTROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.141/2015

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ANTÔNIO DOMENIGHINI E OUTROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte do Lote Rural nº 04, com área de 46.398,29m², sito na Secção Guamerim, Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Antônio Domenighini e outros, matriculado no Registro de Imóveis sob o n. 36.432, confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote nº 4 de propriedade de Arai de Albuquerque Porto Alegre; Ao Leste, com a Rua Firmino Dal Bosco, com os Lotes n 1 e 9 da quadra 30 do Loteamento Jardim Peperi, com a Rua Serafim Bedin, e com os Lotes n. 1 e 9 da Quadra 34 do Loteamento Jardim Peperi; Ao Sul, com os Lotes 41, 40 e 39 do Loteamento Domeneguini, com a Rua Dorivaldo Giusti, novamente com os Lote 38, 37, 36 e 35 do Loteamento Domeneguini, com a Rua Ernesto Zanchin, e novamente com os Lotes 34 e 33 do Loteamento Domeneguini, com a Rua Projetada nº 5 e com o Lote n. 27 do Loteamento Domeneguini; e Aa Oeste, com os Lotes Rurais n. 7 e 6, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

I – 46.398,29m², referente a área total do empreendimento;
II – 17.332,20m², referente a área de lotes;
III - 7.922,79m², referente a área de vias públicas;
IV – 17.151,88m², destinados para área de preservação permanente - APP;
V – 1.754,90m², destinados a área de uso institucional;
VI - 2.236,52m², referente a área verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO DOMENEGHINI II".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01, do Loteamento Domeneghini II, com área de 295,00m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote rural nº

por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 21, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com o Lote n. 34, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 23, por linha seca, medindo 23,65m.

XXIII - Lote Urbano nº 23, do Loteamento Domeneghini II, com área de 322,68m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 22, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com o Lote n. 35, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 24, por linha seca, medindo 23,65m.

XXIV - Lote Urbano nº 24, do Loteamento Domeneghini II, com área de 324,00m², sendo 23,65 de área não edificável e 300,35m² de área edificável, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 13,70m; Ao Leste, com o Lote n. 23, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com o Lote n. 36, por linha seca, medindo 13,70m; Ao Oeste, com o Lote Rural n. 06, por linha seca, medindo 23,65m.

XXV - Lote Urbano nº 25, do Loteamento Domeneghini II, com área de 319,10m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 13, por linha seca, medindo 13,53m; Ao Leste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 18,61m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas B e D, em curva, medindo 7,90m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 8,87m; Ao Oeste, com o Lote n. 26, por linha seca, medindo 23,65m.

XXVI - Lote Urbano nº 26, do Loteamento Domeneghini II, com área de 236,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 14, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Leste, com o Lote n. 25, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 27, por linha seca, medindo 23,65m.

XXVII - Lote Urbano nº 27, do Loteamento Domeneghini II, com área de 236,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 15, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Leste, com o Lote n. 26, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 28, por linha seca, medindo 23,65m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28, do Loteamento Domeneghini II, com área de 236,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 16, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Leste, com o Lote n. 27, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 29, por linha seca, medindo 23,65m.

XXIX - Lote Urbano nº 29, do Loteamento Domeneghini II, com área de 236,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 17, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Leste, com o Lote n. 28, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 30, por linha seca, medindo 23,65m.

XXX - Lote Urbano nº 30, do Loteamento Domeneghini II, com área de 276,705m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 18, por linha seca, medindo 11,70m; Ao Leste, com o Lote n. 29, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 11,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 31, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXI - Lote Urbano nº 31, do Loteamento Domeneghini II, com área de 300,35m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 19, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 30, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 32, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXII - Lote Urbano nº 32, do Loteamento Domeneghini II, com área de 300,35m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 20, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 31, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 33, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33, do Loteamento Domeneghini II, com área de 300,35m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 21, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 32, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 34, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34, do Loteamento Domeneghini II, com área de 300,35m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 22, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 33, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 35, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXV - Lote Urbano nº 35, do Loteamento Domeneghini II, com área de 300,35m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 23, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Leste, com o Lote n. 34, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 12,70m; Ao Oeste, com o Lote n. 36, por linha seca, medindo 23,65m.

XXVI - Lote Urbano nº 36, do Loteamento Domeneghini II, com área de 324,00m², sendo 23,65m² de área não edificável e 300,35m² de área edificável, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 24, por linha seca, medindo 13,70m; Ao Leste, com o Lote n. 35, por linha seca, medindo 26,35m; Ao Sul, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 13,70m; Ao Oeste, com o Lote Rural n. 06, por linha seca, medindo 23,65m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37, do Loteamento Domeneghini II, com área de 247,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Leste, com o Lote n. 09, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 24,70m; Ao Sul, com o Lote n. 41, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 38, por linha seca, medindo 24,70m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38, do Loteamento Domeneghini II, com área de 271,70m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Leste, com o Lote n. 37, por linha seca, medindo 24,70m; Ao Sul, com o Lote n. 41, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 39, por linha seca, medindo 24,70m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39, do Loteamento Domeneghini II, com área de 271,70m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Leste, com o Lote n. 38, por linha seca, medindo 24,70m; Ao Sul, com o Lote n. 41, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 40, por linha seca, medindo 24,70m.

XL - Lote Urbano nº 40, do Loteamento Domeneghini II, com área de 340,04m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada A, por linha seca, medindo 9,15m; Ao Leste, com o Lote n. 39, por linha seca, medindo 24,70m; Ao Sul, com o Lote n. 41, por linha seca, medindo 13,79m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 19,66m; Ao Noroeste, com as Ruas Projetadas A e D, em curva, medindo 7,90m;

XLI - Lote Urbano nº 41, do Loteamento Domeneghini II, com área de 588,59m², confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes n. 37, 38, 39 e 40, por linha seca, medindo 45,80m; Ao Leste, com o Lote n. 09, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 12,77m; Ao Sul, com o Lote n. 42, por linha seca,

medindo 145,60m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m.

XLII - Lote Urbano nº 42, do Loteamento Domeneghini II, com área de 591,15m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 41, por linha seca, medindo 45,60; Ao Leste, com os Lotes n. 09 e 01, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 13,00m; Ao Sul, com o Lote n. 43, por linha seca, medindo 45,39m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m.

XLIII - Lote Urbano nº 43, do Loteamento Domeneghini II, com área de 588,39m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 42, por linha seca, medindo 45,39; Ao Leste, com o Lote n. 01, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 13,00m; Ao Sul, com o Lote n. 44, por linha seca, medindo 45,16m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m

XLIV - Lote Urbano nº 44, do Loteamento Domeneghini II, com área de 585,64m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 43, por linha seca, medindo 45,16; Ao Leste, com o Lote n. 01, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 13,00m; Ao Sul, com os Lotes n. 45, 46, 17 e 48, por linha seca, medindo 44,94m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m

XLV - Lote Urbano nº 45, do Loteamento Domeneghini II, com área de 220,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 44, por linha seca, medindo 10,00; Ao Leste, com o Lote n. 01, quadra n. 30 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 22,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 46, por linha seca, medindo 22,00m

XLVI - Lote Urbano nº 46, do Loteamento Domeneghini II, com área de 242,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 44, por linha seca, medindo 11,00; Ao Leste, com o Lote n. 45, por linha seca, medindo 22,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 47, por linha seca, medindo 22,00m

XLVII - Lote Urbano nº 47, do Loteamento Domeneghini II, com área de 242,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 44, por linha seca, medindo 11,00; Ao Leste, com o Lote n. 46, por linha seca, medindo 22,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 48, por linha seca, medindo 22,00m;

XLVIII - Lote Urbano nº 48, do Loteamento Domeneghini II, com área de 572,44m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 44, por linha seca, medindo 12,94; Ao Leste, com o Lote n. 47, por linha seca, medindo 22,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 7,60m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas C e D, em curva, medindo 7,83m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 17,02m;

XLIX - Lote Urbano nº 49, do Loteamento Domeneghini II, com área de 254,46m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 10,00; Ao Leste, com o Lote n. 09, quadra nº 34 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 25,46m; Ao Sul, com o Lote n. 53, por linha seca, medindo 10,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 50, por linha seca, medindo 25,46m;

L - Lote Urbano nº 50, do Loteamento Domeneghini II, com área de 280,06m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 11,00; Ao Leste, com o Lote n. 49, por linha seca, medindo 25,46m; Ao Sul, com o Lote n. 53, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 51, por linha seca, medindo 25,46m;

LI - Lote Urbano nº 51, do Loteamento Domeneghini II, com área de 280,06m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 11,00; Ao Leste, com o Lote n. 50, por linha seca, medindo 25,46m; Ao Sul, com o Lote n. 53, por linha seca, medindo 11,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 52, por linha seca, medindo 25,46m;

LII - Lote Urbano nº 52, do Loteamento Domeneghini II, com área de 301,44m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada C, por linha seca, medindo 7,21m; Ao Leste, com o Lote n. 51, por linha seca, medindo 25,46m; Ao Sul, com o Lote n. 53, por linha seca, medindo 11,85m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 20,41; Ao Noroeste, com as Ruas Projetadas C e D, em curva, medindo 7,91m;

LIII - Lote Urbano nº 53, do Loteamento Domeneghini II, com área de 568,66m², confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes n. 49, 50, 51 e 52, por linha seca, medindo 43,85m; Ao Leste, com o Lote n. 09, quadra n. 34 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 13,00m; Ao Sul, com o Lote n. 54, por linha seca, medindo 43,64m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m;

LIV - Lote Urbano nº 54, do Loteamento Domeneghini II, com área de 565,92m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 53, por linha seca, medindo 43,64; Ao Leste, com os Lotes n. 09 e 01, quadra n. 34 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 13,00m; Ao Sul, com o Lote n. 55, por linha seca, medindo 43,43m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m;

LV - Lote Urbano nº 55, do Loteamento Domeneghini II, com área de 553,08m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote n. 54, por linha seca, medindo 43,43m; Ao Leste, com o Lote n. 01, quadra n. 34 do Loteamento Jardim Peperi, por linha seca, medindo 12,53m; Ao Sul, com os Lotes n. 39, 40 e 41 do Loteamento Domeneguini, por linha seca, medindo 43,22m; Ao Oeste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 13,00m;

LVI - Lote Urbano destinado à Área Verde do Loteamento Domeneghini II, com área 2.236,52m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 66,59m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas B e D, em curva, medindo 7,81m; Ao Leste, com a Rua Projetada D, por linha seca, medindo 93,07m; Ao Sul, com os Lotes n. 36, 37 e 38, por linha seca, medindo 39,50m; Ao Oeste, com a APP, por curva, medindo 144,26 m e com a Área Institucional, por linha seca, medindo 4,80m;

LVII - Lote Urbano destinado à Área Institucional do Loteamento Domeneghini II, com área 1.754,90m², sendo 39,23m² de área não edificável e 1.715,67m² de área edificável, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada B, por linha seca, medindo 71,51m; Ao Leste, com a Área Verde, por linha seca, medindo 4,80m; Ao Sul, com APP, em curva, medindo 42,60m e em linha seca de 3,86m, 22,83m e 13,44m; Ao Oeste, com parte do Lote Rural n. 07, por linha seca, medindo 39,41m;

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável

e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.142/ 2015 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO QUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.142/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO QUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, a seguinte área de terra:

I – Lote Urbano n. 73, do Loteamento Peperi, com área de 884,11m², da Transcrição n. 1.922, do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, SC, que deverá ser lembrada ao imóvel denominado parte da chácara 12, onde está edificado o Ginásio Municipal de Esportes, localizado na Rua Oiapoc.

Art. 2º A área constante dos incisos I do artigo 1º desta lei, passarão a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando o Setor competente da Municipalidade, encarregado de proceder a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.143/2015 - CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA MARTA APROVADO E INSTITUIDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.918, DE 12 DE MAIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.143/2015

CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA MARTA APROVADO E INSTITUIDO PELA LEI MUNICIPAL N. 6.918, DE 12 DE MAIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "Loteamento Santa Marta" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 6.918, de 12 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.145/2015 - DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 36.089, DE PROPRIEDADE DE MAÍRA TOMAZEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.145/2015

DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 36.089, DE PROPRIEDADE DE MAÍRA TOMAZEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 01-A, do Loteamento Tomazel, com área de 1.136,971m², sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde), medindo 44,05m; Ao Leste, com a Chácara J, medindo 25,97m; Ao Sul, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 43,94m; e Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde) medindo 25,49m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 01-AA, com área de 323,681m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde), medindo

11,55m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 01-AB, medindo 25,83m; Ao Sul, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 13,94m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde), medindo 25,49m;

II - Lote Urbano 01-AB, com área de 387,45m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde), medindo 15,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 01-AC, medindo 25,83m; Ao Sul, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 15,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 01-AA, medindo 25,83m;

III - Lote Urbano 01-AC, com área de 419,84m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01-B (Área Verde), medindo 15,00m; Ao Leste, com a Chácara J, medindo 25,97m; Ao Sul, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 15,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 01-AB, medindo 25,83m;

Art. 2º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 02 do Loteamento Tomazel, com área de 704,222m², sendo 19,208m² de área não edificável, sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Sul, com os Lotes Urbanos nºs 03 e 05 do mesmo Loteamento, medindo 25,87m; Ao Leste, com a Chácara I, medindo 26,11m; Ao Norte, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 28,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 04, do mesmo Loteamento, medindo 26,00m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 02-A, com área de 351,00m², confrontando-se: Ao Sul, com os Lotes Urbanos nºs 03 e 05 do mesmo Loteamento, medindo 13,50m; Ao Leste, com o Lote Urbano 02-B, medindo 26,00m; Ao Norte, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 13,50m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 04-B, do mesmo Loteamento, medindo 26,00m;

II - Lote Urbano 02-B, com área de 353,222m², sendo 19,208m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Sul, com o Lote Urbano nº 03 do mesmo Loteamento, medindo 12,37m; Ao Leste, com a Chácara I, medindo 26,11m; Ao Norte, com a Rua Antônio Gonçalves Dias, medindo 14,80m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 02-A, medindo 26,00m;

Art. 3º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 06 do Loteamento Tomazel, com área de 696,694m², sendo 22,506m² de área não edificável, sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Sul, com a Rua sem denominação, medindo 21,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 05, do mesmo Loteamento, medindo 27,00m; Ao Norte, com o Lote Urbano nº 04, medindo 26,00m; Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 22,00m; e Ao Sudoeste, com a esquina da Rua Montese com a Rua sem denominação, num raio de 5,00m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 06-A, com área de 351,00m², sendo 22,506m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Sul, com a Rua sem denominação, medindo 8,20m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 06-B, medindo 27,00m; Ao Norte, com o Lote Urbano nº 04-A, medindo 13,20m; Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 22,00m; e Ao Sudoeste, com a esquina da Rua Montese com a Rua sem denominação, num raio de 5,00m,

II - Lote Urbano 06-B, com área de 345,694m², confrontando-se: Ao Sul, com a Rua sem denominação, medindo 12,80m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 05, do mesmo Loteamento, medindo 27,00m; Ao Norte, com os Lotes Urbanos nºs 04-A e 08-B, medindo 12,80m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 06-A, medindo 27,00m;

Art. 4º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 07 do Loteamento Tomazel, com área de 619,575m², sendo 113,95m²

de área não edificável, sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 25,01m; Ao Leste, com as Chácaras I e J, medindo 26,11m; Ao Sul, com os Lotes Urbanos nº 09 (Área Verde) e nº 10, do mesmo Loteamento, medindo 22,68m; e Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 08, do mesmo Loteamento, medindo 25,94m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 07-A, com área de 313,575m², sendo 112,25m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 07-B, medindo 25,98m; Ao Sul, com os Lotes Urbanos nº 10-B e 10-C, medindo 12,15m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 08-B, medindo 25,94m;

II - Lote Urbano 07-B, com área de 306,00m², sendo 1,70m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 13,01m; Ao Leste, com as Chácaras I e J, medindo 26,11m; Ao Sul, com os Lotes Urbanos nº 09 (Área verde) e nº 10-C, medindo 10,53m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 07-A, medindo 25,98m;

Art. 5º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 08 do Loteamento Tomazel, com área de 670,635m², sendo 84,75m² de área não edificável, sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 21,10m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 07, do mesmo Loteamento, medindo 25,94m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 10, do mesmo Loteamento, medindo 26,10m; Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 20,87m; e Ao Noroeste, com a esquina da Rua Montese com a Rua sem denominação, num raio de 5,00m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 08-A, com área de 348,50m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 8,60m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 08-B, medindo 25,91m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 10-B, medindo 13,75m; Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 20,87m; e Ao Noroeste, com a esquina da Rua Montese com a Rua sem denominação, num raio de 5,00m;

II - Lote Urbano 08-B, com área de 322,135m², sendo 84,75m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Norte, com a Rua sem denominação, medindo 12,50m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 07-A, medindo 25,94m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 10-B, medindo 13,35m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 08-A, medindo 25,91m;

Art. 6º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº 10 do Loteamento Tomazel, com área de 1.038,176m², sendo 4.959m² de área não edificável, sito no Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 36.089, de propriedade de Maira Tomazel, confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes Urbanos nºs 07 e 08 do mesmo Loteamento, medindo 38,65m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 09 (Área Verde), do mesmo Loteamento, medindo 27,00m; Ao Sul, com a Rua Monte Castelo, medindo 33,65m; Ao Sudoeste, com a esquina da Rua Monte Castelo com a Rua Montese, num raio de 5,00m; e Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 22,00m, o qual passará a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 10-A, com área de 391,44m², confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes Urbanos nºs 10-B e 10-C, medindo 28,52m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 10-C, medindo 14,00m; Ao Sul, com a Rua Monte Castelo, medindo 23,65m; Ao Sudoeste, com a esquina da Rua Monte Castelo com a Rua Montese, num raio medindo 5,00m; e Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 8,77m;

II - Lote Urbano 10-B, com área de 374,00m², confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes Urbanos nºs 08-A, 08-B e 07-A, medindo

28,50m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 10-C, medindo 13,01m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 10-A, medindo 28,52m; e Ao Oeste, com a Rua Montese, medindo 13,23m;

III - Lote Urbano 10-C, com área de 272,736m², sendo 4,959m² de área não edificável, confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes Urbanos nºs 07-A e 07-B, medindo 10,15m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 09 (Área Verde), medindo 27,00m; Ao Sul, com a Rua Monte Castelo, medindo 10,00m; e Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 10-A, medindo 14,00m e com o Lote Urbano nº 10-B, medindo 13,01m;

Art. 7º Os proprietários ficam responsáveis pela execução das obras necessárias à implantação e registro do presente desdobramento.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.146/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS AO ESPORTE CLUBE SERRANO DA LINHA SÃO PEDRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.146/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS AO ESPORTE CLUBE SERRANO DA LINHA SÃO PEDRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir ao ESPORTE CLUBE SERRANO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.608.026/0001-44, com sede neste Município, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 2.307, de 12 de abril de 1988, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), destinados a aquisição de um pré-moldado para as obras de edificação da Sede da Entidade, localizada na Comunidade da Linha São Pedro.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta individualizada e vinculada a Instituição bancária oficial, devendo ser movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará à devolução integral do valor atualizado monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município, à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas do recurso financeiro recebido será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta Especial e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e

e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverá obrigatoriamente ser assinada pelos Ordenadores Primários e Secundários.

Art. 9º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 – FUNDAÇÃO MUNIC. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

01 – FUNDAÇÃO MUNIC. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

27.812.0031.2.205 - Transf. a instituições privadas s/fins lucrativos
4.4.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a instituições privadas s/fins lucrativos R\$ 50.000,00

Art. 11. Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

10 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0316.1.924 – Aquis. de área, construção e equipamento de Habitação Populares.

28 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 50.000,00

Art. 12. Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014,

Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 13. Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.147/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS AO CLUBE DE MÃES RAINHA DO LAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.147/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, RECURSOS FINANCEIROS AO CLUBE DE MÃES RAINHA DO LAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir ao CLUBE DE MÃES RAINHA DO LAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.256.966/0001-10, com sede neste Município, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 4.308, de 26 de agosto de 1998, a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), destinados à construção de nova churrasqueira em alvenaria na sede do Clube de Mães.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta individualizada e vinculada a Instituição bancária oficial, devendo ser movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos

nesta Lei acarretará à devolução integral do valor atualizado monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município, à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas do recurso financeiro recebido será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) balancete modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta suplementar e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e
- e) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverá obrigatoriamente ser assinada pelos Ordenadores Primários e Secundários.

Art. 9º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 10. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.244.0031.2.206 - Transf. a instituições privadas s/fins lucrativos

4.4.50.00.00.00.00.0080 - Transf. a instituições privadas s/fins lucrativos R\$ 35.000,00

Art. 11. Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

10 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0316.1.924 – Aquis.de área, construção e equipamento de Habitação Populares.

28 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 35.000,00

Art. 12. Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando instituir dotação

suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 13. Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), objetivando instituir dotação suficiente ao atendimento dos determinantes desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº7.144/2015 - CRIA O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ESPECIALIZADO NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.
LEI Nº 7.144/2015

CRIA O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ESPECIALIZADO NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Distribuição de Leite Especializado, que constitui-se no fornecimento de leite com formulas específicas para as crianças de 0 a 04 anos de idade, que possuam intolerância ao leite materno ou leite de vaca.

Parágrafo único. O presente programa fica vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As formulas que serão atendidas pelo presente Programa:

I – Fórmula a base de soja: elaborada com proteína isolada da soja, isenta de lactose e sacarose, sendo indicado para crianças com intolerância à lactose, galactosemia, ou que alergia ao leite de vaca;

II – Fórmula semielementar: formulações elaboradas a base da proteína de soro de leite ou de soja, extensamente hidrolisadas, sendo indicadas às crianças que apresentem alergia a proteínas de certos alimentos;

III – Fórmula Elementar: elaborada a base de hidrolisado protéico, isenta de lactose, sacarose, frutose, galactose e glúten, sendo indicada para crianças portadoras de intolerância a lactose, celíacos, alérgicos a proteína do leite de vaca;

IV – Fórmula isenta de lactose: composição das fórmulas modificada a base de leite de vaca, sendo isenta de lactose, sendo indicada para crianças que são intolerantes a lactose e celíacos;

V – Fórmula antiregurgitação: indicada para crianças que possuam disfunção fisiológica.

Art. 3º Somente serão fornecidos os leites especializados, aos pacientes oriundos da rede pública de saúde municipal, mediante a apresentação de receituário médico.

Art. 4º As despesas para a execução da presente lei correrão a conta orçamento municipal, para cada exercício financeiro.

Art. 5º Os demais tipos de leite para fins de nutrição das crianças, serão fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante estudo social, que comprove a condição de hipossuficiência da família da criança.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará por ato próprio a presente lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de junho de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 56.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 56/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada Areia média limpa, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 06/07/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: compras@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 17/06/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I - Classificação		
Orgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010
Objetivo do Programa: Recuperação de Ruas a Asfalto		
Justificativa do Programa:		
Ação: Local Tipo Título Produto (UN) Fisica Financeira		
1.093 1 P Recuperação de Ruas a Asfalto UN 01 150.000,00		
II- Descrição das Ações Recuperação de Ruas a Asfalto		
III- Detalhamento das Ações Conta Despesa Descrição da Conta da Despesa Recurso/Detalhamento Ordinário Vinculado Total		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0.1.0000.000000 150.000,00 150.000,00		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I - Classificação		
Orgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	13.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	13.03
Função:	SANEAMENTO	17
Subfunção:	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512
Programa:	AGUA E SANEMANTO BÁSICO	0015
Objetivo do Programa: Saneamento básico.		
Justificativa do Programa:		
Ação: Local Tipo Título Produto (UN) Fisica Financeira		
1.094 1 P Funcionamento e Manutenção da Secretaria de água e Sanemento Básico UN 01 450.000,00		
II- Descrição das Ações Saneamento Básico		
III- Detalhamento das Ações Conta Despesa Descrição da Conta da Despesa Recurso/Detalhamento Ordinário Vinculado Total		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0.1.0000.000000 400.000,00 400.000,00 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0.1.000.000000 50.000,00 50.000,00		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I - Classificação		
Orgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010
Objetivo do Programa: Aquisição de um terreno		
Justificativa do Programa:		
Ação: Local Tipo Título Produto (UN) Fisica Financeira		
1.092 1 P Aquisição de um terreno UN 01 85.000,00		
II- Descrição das Ações		
Aquisição de um terreno		
III- Detalhamento das Ações		
Conta Despesa Descrição da Conta da Despesa Recurso/Detalhamento Ordinário Vinculado Total		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0.1.0000.000000 85.000,00 85.000,00		

LEI Nº 972, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 972, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 236.200,00 (Duzentos e trinta e seis mil e duzentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manutenção da Secretaria De Administração Finanças e Plan. R\$ 40.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.200,00

08 – ENCARGOS GERAIS
08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 116.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
07.01.15.452.0010.2077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria

De Obras R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07.01.15.452.0010.2.078 Func. e Manutenção da Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 236.200,00 (Duzentos e trinta e seis mil e duzentos reais) nas dotações abaixo identificada:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.1.010 – Aquisição de veículo R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03.01.4.122.0003.2.006 – Recadastramento Imobiliário R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.1.012 – Ampliação e Ref. Escola

Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.365.0004.1.011 – Ampliação e Ref. Escola/creches

Ensino Infantil R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04.01.27.812.0005.1.024 – Construção de uma Pista de Skate

R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.2.047 – Funcionamento e Manutenção do Turismo

R\$ 52.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 52.200,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.15.452.0010.1.089 – Reforma e Iluminação da Praça R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 973, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 973, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Cria o Anexo do PPA do Programa Água e Saneamento Básico da Lei nº777/2013, que Dispõe Sobre o PPA 2014/2017”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Anexo do PPA do Programa ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO da Lei nº 777/2013, acrescentando a AÇÃO – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) conforme Plano Plurianual – Programas de Governo.

Parágrafo Único – A nova Planilha descrita no caput deste artigo segue como anexo a esta Lei.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 974, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 974, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Cria a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa Água e Saneamento Básico da LDO, Lei nº914/14”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO da Lei 914/2014 acrescentando a Ação – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico .

Parágrafo Único – A nova Planilha descrita no caput deste artigo segue como anexo a esta Lei.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 975, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 975, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manutenção da Secretaria

De água e Saneamento Básico R\$ 450.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.009 – Aquisição de um terreno para

Área Industrial R\$ 350.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.009.2.065 – Programa de Qualidade da água R\$ 66.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.2.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.2.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

11.01.10.512.0009.1.051 – Saneamento Básico R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 976, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 976, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa Obras e Serviços Públicos da LDO, Lei nº914/14”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei 914/2014 acrescentando a Ação - Recuperação de Ruas a Asfalto .

Parágrafo Único – A nova Planilha descrita no caput deste artigo segue como anexo a esta Lei.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 977, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 977, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Altera o Anexo do PPA do Programa Obras da Lei nº 777/2013, que Dispõe Sobre o PPA 2014/2017”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo do PPA do Programa OBRAS da Lei nº 777/2013, acrescentando a AÇÃO - Recuperação de Ruas a Asfalto no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo.

Parágrafo Único – A nova Planilha descrita no caput deste artigo segue como anexo a esta Lei.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 978, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 978, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.093 – Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 150.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
07.01.26.782.0010.1.069 – Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 112.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

07.01.26.782.0010.1.068 – Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 38.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 979, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 979, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

08 – ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.11.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 65.000,00

3.2.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.073 – Construção de um Muro R\$ 65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 980, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 980, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do programa Obras e Serviços Públicos da LDO, Lei nº 914/14”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei 914/2014 acrescentando a Ação - Aquisição de um Terreno.

Parágrafo Único – A nova Planilha descrita no caput deste artigo segue como anexo a esta Lei.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 981, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 981, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.092 – Aquisição de um Terreno R\$ 85.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.073 – Construção de um Muro R\$ 85.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 982, DE 15 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 982, DE 15 DE JUNHO DE 2015

“Dispõe Sobre a Política Municipal do Idoso e Cria o Conselho Municipal do Idoso - CMI e o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - e Revoga a Lei nº940/2015”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - CMI, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade específica de coordenar a implantação da Política Municipal do Idoso em São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º. O CMI será composto por representantes de órgãos

públicos e da sociedade civil, cabendo-lhes as seguintes funções:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;

II - avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei n. 10.741/03.

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa-lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

X – indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI – acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XII – elaborar o seu regimento interno;

XIII - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XIV - colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XV - assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso.

Parágrafo único - Aos membros do CMI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O CMI é composto de 6 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I – um representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social;

II – um representante da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto;

III - um representante da Secretaria de Administração/Finanças.

VI – três representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo um idoso indicado por entidades do meio

rural ou urbano, um idoso indicado dentre entidades ou grupos de idosos, um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.).

Art. 4º. Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 5º. As organizações não governamentais serão eleitas, a cada 03 (três) anos, titulares e suplentes, em fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios especificados no inciso VI do art. 3º, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituídos, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrer a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º. O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 3 (três) anos, facultada a recondução ou a reeleição.

§ 1º - Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º. As entidades não governamentais representadas no CMI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatíveis à sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 10. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar ato incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do CMI serão substituídos pelos suplentes, automaticamente,

podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 12. O CMI reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O CMI terá a seguinte estrutura:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria;
- III – Comissões;
- IV – Secretaria Executiva;

§ 1º - À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§3º – No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 4º - Às Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 5º - À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 6º - A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

§7º – O Vice-Presidente do CMI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§8º – Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 14. À Secretaria Municipal à qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 15. As Organizações de Assistência Social responsáveis pela execução de programas de atendimento aos idosos devem submetê-los à apreciação do CMI.

Parágrafo Único. As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no CMI (devendo seu Contrato Social ou Estatuto Social ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social), conforme exigências legais.

Art. 16. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI.

Art. 17. As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI, no ano de 2015 e nos subsequentes, constarão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e do Orçamento Municipal, por meio de: Projeto/Atividade – Manutenção e Desenvolvimento das Ações do CMI.

Art. 18. O CMI terá 120 (cento e vinte dias) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação, pela Assembleia Geral, o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º - O Regimento Interno, aprovado pelo CMI, será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá de deliberação e aprovação da maioria absoluta dos Conselheiros.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 20. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

- I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;
- II – transferências do Município;
- III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V – as advindas de acordos e convênios;
- VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;
- VII – outras.

Art. 21. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMI.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, trimestralmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, a ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após análise e aprovação do CMI.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e o controle do CMI, cabendo ao seu titular:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMI;
- II – submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Para a primeira instalação do CMI, o Prefeito Municipal

convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizadas atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 23. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Nº 940/2015.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 – ELABORAÇÃO DO PPA 2014-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 – ELABORAÇÃO DO PPA 2014-2017

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I – Classificação		
Orgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	13.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	13 .03
Função:	SANEAMENTO	17
Subfunção:	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512
Programa:	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	0015
Objetivo do Programa: Saneamento Básico		
Justificativa do Programa:		
Ação: Local Tipo Título		
Produto (UN) Física		
Financeira		
1.094 1 P Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico UN 01 450.000,00		
II- Descrição das Ações Saneamento Básico		
III- Detalhamento das Ações		
Conta Despesa Descrição da Conta da Despesa Recurso/Detalhamento Ordinário Vinculado Total		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		
0.1.0000.000000		
400.000,00 400.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		
0.1.0000.000000 50.000,00		
50.000,00		

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 –ELABORAÇÃO DO PPA 2014-20174

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 –ELABORAÇÃO DO PPA 2014-20174

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I - Classificação		
Orgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07 .01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0010
Objetivo do Programa: Manutenção, Conservação e Melhoria do Serviço Público e as obras de forma geral.		
Justificativa do Programa:		
Ação: Local Tipo Título Produto (UN) Fisica Financeira		
1.093 1 P Recuperação de Ruas a Asfalto UN 01 150.000,00		
II- Descrição das Ações		
Recuperação de Ruas a Asfalto		
III- Detalhamento das Ações		
Conta Despesa Descrição da Conta da Despesa Recurso/Detalhamento Ordinário Vinculado Total		
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 0.1.0000.000000 150.000,00 150.000,00		

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015-FMS
PROCESSO Nº. 40/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 17 de junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 18/2015-FMS, realizar-se-á em 30 de junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 17 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.353/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.353/2015 de 15 de junho de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 144/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 144/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 50/2015-PMS

Processo nº. 112/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SCHIEWE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.155.252/0001-15, estabelecida na Rua Ângelo Schiochet, nº 126, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-520.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de cadeira para suprir a necessidade do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cadeira giratória, espuma injetada, base giratória com capa protetora, base a gás sistema Back System com 02 lavancas de regulagem, regulagem de inclinação e altura do encosto, assento e encosto com curvaturas ergonômicas. Dimensões 700x700x1040 com braço.	01	Unid.	369,00	369,00
TOTAL R\$	369,00				

Valor do contrato: R\$ 369,00 (trezentos e sessenta e nove reais).

Data da Assinatura: 17/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2015-PMS

PROCESSO Nº. 104/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item e data referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇO nº. 46/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I – DO PREÂMBULO:

1. I

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 6.086/2015, de 09 de junho de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria e Decreto Municipal nº. 1.838/2008, DE 08 DE MAIO DE 2008 fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por menor preço GLOBAL, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 1º. de julho de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.13.O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 1º. de julho de 2015 às 08h45min devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

IX - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

9.1. I Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

X - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

10.1 X No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO GLOBAL desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

10.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO GLOBAL, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

Schroeder, 17 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015- SECEL/PMS - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Processo Seletivo nº. 001/2015- SECEL/PMS

Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Osvaldo Jurck, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

I - A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo de Professores, Auxiliares de Sala de Provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados dentro do prazo de validade deste processo seletivo conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo n.º 001/2015.

II - A convocação dos candidatos, que tiveram suas inscrições homologadas, para a realização da prova objetiva, a ser aplicada no dia 21 de junho de 2015. Os candidatos deverão comparecer no Centro Técnico Educacional Werner Ricardo Voigt, Rua Marechal Castelo Branco, 3909 – Centro Norte, Schroeder, SC, com fechamento dos portões às 8h50min, e início das provas objetivas às 9h. Preferencialmente o candidato deve estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões.

III - Para realizar a prova os candidatos deverão estar munidos de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo que é imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação, com fotografia, para ingresso na sala de provas.

Insc.	Nome	Cargo - Especialidade	RG
20885	ADRIANA PRESTES DE SOUZA	Auxiliar de Sala	6414091
23680	ALANA GOMES	Auxiliar de Sala	5016883
22152	ALECSANDRA ANDRESA WALZ	Auxiliar de Sala	6414278
21032	ANDRÉA GIMENEZ DE LIMA COUTO	Auxiliar de Sala	9312132
21571	ANDRESSA DA TRINDADE DA SILVA	Auxiliar de Sala	6326048
21792	ANDRESSA DE SOUZA	Auxiliar de Sala	5683964
22047	BEATRIZ MARLENE COGROSSI WEBER	Auxiliar de Sala	19R/646.723
21881	CAROLINE LANG	Auxiliar de Sala	5596351
21130	CLEIDIMAR GOLDHARDT	Auxiliar de Sala	5810494
21296	CRISLAINY CAMILA DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	5240200
23183	CRISTIANA MARIA BORBA	Auxiliar de Sala	4712756
20990	DAIANA PELLEENSE	Auxiliar de Sala	4292371
23396	DAIANE DE OLIVEIRA FRANÇA COSTA	Auxiliar de Sala	5920827
21164	DAIANE VERGUES	Auxiliar de Sala	5366760
22381	DANIELE ESTHER DALCANALLE	Auxiliar de Sala	4705184
22136	DEBORA MICHELLY OLIVEIRA DA SILVA BORTOLINI	Auxiliar de Sala	6886119

23337	DHYESSICA SANTOS DA COSTA	Auxiliar de Sala	6093563
21288	DJENNIFER BUTENDORFF	Auxiliar de Sala	55701078
23485	EDINA CAMPOS MACHADO	Auxiliar de Sala	4321911
23639	ELENIR BEATRIZ VASEL MOTTA	Auxiliar de Sala	19829655
21326	ELISABETE HORN	Auxiliar de Sala	4153322
22110	EVELIZE BENTO FLORIANI	Auxiliar de Sala	1142009
22861	EVILYN SASSE JORDAN	Auxiliar de Sala	6511491
21679	FABIANE STUY	Auxiliar de Sala	4544106
23248	FERNANDA GREIN	Auxiliar de Sala	47800135
21938	FRANCIELE CRISTINA VOLPI	Auxiliar de Sala	5509108
22900	FRANCIELE MORAES	Auxiliar de Sala	6013356
22969	FRANCIELI STRINGARI	Auxiliar de Sala	5105468
22403	GABRIELA BARBOSA RODRIGUES DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	4153709
22322	GILCIONE VEIBER DE ALMEIDA LIMA	Auxiliar de Sala	6814301
22535	GIRLENE NASARIO NASCIMENTO	Auxiliar de Sala	6530859
20842	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	Auxiliar de Sala	4722678
23272	GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA	Auxiliar de Sala	50059009
22454	GRAZIELE MARINA DA LUZ	Auxiliar de Sala	5509698
22365	ISOLDE FERREIRA STUY	Auxiliar de Sala	38740010
22799	JANAINA WANDA FLORIANO	Auxiliar de Sala	4705393
23078	JANE ANDREA SATIG DA SILVA	Auxiliar de Sala	4407552
23671	JAQUELINE ANDRESSA MORINELI	Auxiliar de Sala	47672439
23124	JENIFER WESSLER	Auxiliar de Sala	6974599
22462	JESSICA MICHELLE FINTA	Auxiliar de Sala	6180012
22390	JOANA REGINA MARSSARO	Auxiliar de Sala	5715185
21539	JOELMA MAIA BRANDAO	Auxiliar de Sala	549325323
21822	JULIANA SILVA DOS SANTOS GONÇALVES	Auxiliar de Sala	4089714
23302	KARIN CHAIANE AMORIN MAGALHAES	Auxiliar de Sala	86329700
23000	KARINE DE SOUZA MENDES	Auxiliar de Sala	6014538
23434	KATIANE STOCKSCHNEIDER	Auxiliar de Sala	45975280
22810	KEROLYM MAYARA BATISTA	Auxiliar de Sala	7045582
21407	LEILA BITTENCOURT	Auxiliar de Sala	5765622
22748	LUANA ELISABETE BIANCHINI BIASI	Auxiliar de Sala	5058788
22780	LUCAS TORRES SÃO FELIÇÃO	Auxiliar de Sala	476285215
23027	LUCIANE ZAMBONI MOREIRA	Auxiliar de Sala	6603784
23523	LUCIANO ARMANDI /BATISTA MACEDO	Auxiliar de Sala	92821129
23310	LUCIENE DO CARMO	Auxiliar de Sala	428835764
22063	LUCINETE COSTA	Auxiliar de Sala	4626278
21750	MARCIA LUZIA MOREIRA DA ROCHA	Auxiliar de Sala	6826502
23540	MARCIA REGINA RIBEIRO ALVARES	Auxiliar de Sala	06159141-8
22187	MARGARETE DE OLIVEIRA VIEIRA	Auxiliar de Sala	38100835
21873	MARGARETE GOMES DE MATTOS	Auxiliar de Sala	6832194
23590	MARIA DOMINIQUE GADOTTI	Auxiliar de Sala	6339985
21962	MARIA SOLOI ANTUNES BORBA KLOSSOSKI	Auxiliar de Sala	519121
23604	MARISETE SILVANIA FRANZNER VARGAS	Auxiliar de Sala	27642313
21989	MAYSA MINELI MARQUES	Auxiliar de Sala	405685671
21091	MIDIA ALVES DE SOUSA FREIRE	Auxiliar de Sala	6929343
22683	NOENICE MASKE MUNDEL	Auxiliar de Sala	33799482
22993	PABLO RAMON BONIN	Auxiliar de Sala	5197739
22292	PATRICIA ADRIANE ALVES	Auxiliar de Sala	5328374
23400	PATRICIA BRIDI PEREIRA	Auxiliar de Sala	4340859sc
21911	PRICILA LOURENÇO	Auxiliar de Sala	4532659
22004	PRISCILA RUDA	Auxiliar de Sala	47055936
22640	ROSANE STAVICKI	Auxiliar de Sala	7225376
21040	RUTH MUNIZ ALVES	Auxiliar de Sala	2,22369E+11
21920	SARA CORDEIRO DEFANTE	Auxiliar de Sala	5240604
23035	SHARON TROCATTI	Auxiliar de Sala	45976511
22667	STEFANNIN THALINN DA SILVA	Auxiliar de Sala	126261322
22721	TAINARA TERRA	Auxiliar de Sala	6339304
21059	TAIRINE LEILA WALZ	Auxiliar de Sala	54796806
22209	TALITA LUZIA MOREIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	6826528
21067	TAMAILA APARECIDA DA SILVA	Auxiliar de Sala	6660573
23450	TATIANA ALBINO DE ABREU	Auxiliar de Sala	68352797
22934	TATIANA TXÁI BITTENCOURT ALBUQUERQUE	Auxiliar de Sala	7167030

22284	TATIANE OLCZYK	Auxiliar de Sala	4723051
23655	VALDINEIA FERREIRA VIERGUTZ	Auxiliar de Sala	7046153
21563	VANESSA MARTINS PINTO	Auxiliar de Sala	5328183
21997	VIVIAN PRISCILA LEMKE	Auxiliar de Sala	5627596
20966	VIVIANE BOLDUAN DA SILVA	Auxiliar de Sala	50054040
22829	ZENILDA MARIANO FERREIRA	Auxiliar de Sala	2240270
23132	ADALGISA ROOS REDECKER	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6922982
21075	ALISONETE DA SILVA BEZERRA BRANDENBURG	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3464694
23140	AMANDA NOVELETTO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4347140
21555	ANA CLAUDIA FEO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	128917870
20915	ANTONIO CÉZAR NOBRE DOS SANTOS	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6777509
22756	ARACI DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2375726
21334	BRUNA CARLA NEUMANN WULF	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6063692
21253	CAROLINE GAEDTKE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6093810
20982	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4544614
20958	CLAUDETE DUARTE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6973930
21652	DANIEL HERMANN PEREIRA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5392723
22195	DANIELE CARNEIRO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	123021347
21849	DANIELE FERNANDA LANGE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	48328936
22357	DJONATAN MAI	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5479287
22888	DJONATAS MACHADO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	48325023
22802	EDILSA SANTOS DA CRUZ	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	86591308
21601	EDNA MARQUES	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4057262
20940	EDNA SILVA MONTEIRO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	310045
23469	ELAINE PINHEIRO DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	45448248
23647	ELIZABETE MENDES DOS SANTOS	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6180286
22713	GISELIA APARECIDA PEREIRA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4190617
21806	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6622113
23051	GLAUCIA GARCIA ROSA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1984564-2
21610	GLEICIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	16079800
22659	GRAZIELE SARDAGNA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4057554
21156	GUILHERME ARTUR CORREA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	45322996
22020	HELLEN CRISTINA SPECHT	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6511875
21520	ISIS FERNANDA LOPES DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	12.801.587-6
22420	JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2981641
21008	JOSIANI MAIOLI DE ANEVAO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	64769189
22241	JOSIE VARGAS DA SILVA ROEHRS	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3073173423
23108	JULIANE SVARCZ STORKI	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6180158
21423	KAROLINE ODWAZNY	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5428077
23477	KELLY BEATRIZ PIGOSSO DO NASCIMENTO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	46604545
21270	LAILA JAISZA MONTEIRO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6240763
22926	LENI FAURO ORTIZ	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2447305
22985	LINÉIA FERNANDA CORA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	53906985
23582	MARCIANA ANDREIA MARCHIORO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2970057
22128	MARISA APARECIDA SOARES MOREIRA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	125805884
21954	MARTHA CRISTINA ROCHA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4532930
23116	MIDIANITA ALEXANDRINA ERTHAL	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	53873866
23280	NADIELI PRISCILA AVANCE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4633971
22179	PAOLA MAROSTICA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6688043
22772	PATRÍCIA BUENO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7475745
23191	PATRÍCIA JANAINA HORNBURG	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	50051709
21644	RAFAEL ZANOTTI	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5604461
23493	RAQUEL FERREIRA CARDOSO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2089851436
20877	REDUZINO OLIVEIRA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	461859-7
21024	RITA DE CÁSSIA BENTHIEN PEREIRA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3058917
22446	ROSANGELA ALMEIDA PAZ	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	92229505
21458	ROSEANE ALVES GOMES	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	10.701.318-0
23361	ROSECLER DE ROSETTES DE MERA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	10182813
21482	SÁMARA DOS SANTOS AZEVEDO DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	296978075
22233	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3688020
21113	SHÁLLY KATLEEM PISKE	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4408691
23612	SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	50166590
23418	SOLANGE DOS SANTOS	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	50733672
21121	SOLANGE LAUERMANN	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	44560419

22942	SOLANGE SILVEIRA ROSA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2984181
21687	SUELLEN FELICIANO GUIMARÃES	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	94343208
23663	TALINE DANIELE PIRES DOS ANJOS KACHINSKY	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4206258
21628	UELLINTON RODRIGUES DA SILVA	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	17135710
21210	VIVIANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7134491
22594	VIVIANE XAVIER	Professor A – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2244629
21474	ANA CLAUDIA BEJE	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4783008
21300	CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	2983247
23019	DANIEL CASTRO BARBOSA	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	1628165-9
23086	DJENANE POMMERENING	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4532617
20931	ELISANGELA KLEIN WOSNIACK	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4057694
21237	FATIMA ROSA FRANCO	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	433549403
20850	JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	6687976
21016	JULIANE FEUSTEL MICHAELSEN	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	5645251
21636	LUCIENE RODRIGUES DA SILVA	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	3816530
22012	MARILZA CORDEIRO	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	78689188
22586	MAYARA CRISTINA DA SILVA BREVINSKI	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	125268285
20893	NAYARA LAPORTE PEREIRA DE ALMEIDA	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	5366079
22543	PAULA SABRINA RUTHES DE QUADROS	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4241998
21695	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	Professor B: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4343734
23531	ADRIANA MARIA DA COSTA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5240891
23426	ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4756681
21180	ALESSANDRA FISCHBORN	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6158270
21431	ANDRESSA VERGUES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5985759
22497	ÂNGELA CRISTINA NOVAIS FERMINIANO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1028514
21580	ANNA ISABELLA DE ARAUJO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1000429024
22160	CÍNTIA TEMIRA TRINOSKI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4769060
21148	CLAUDINEIA BREITKREITZ FERNANDES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	103466261
21369	CLÉIA APARECIDA BUDAL	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3148144
21890	CRISTIANE DECKER STEINBACH	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3576145
21385	CRISTIANE MARIA DA SILVA CAMPOS	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	34486089
21733	DAIANE RAQUEL RITA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4407805
21083	DIONARA FILIPPI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	47050250
22608	ELIZANE TIBURSKI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	84913014
21725	ELIZANGELA RAZIN	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	71949648
22500	ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3633638
22632	ELTON LUIZ LARA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1336191
23094	ESTELA RODRIGUES WOLTER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	45227349
23159	FERNANDA DE CARVALHO SAFATLE	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4171551
22853	GEOVANA SVARZ KLABUNDE	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6108341
21202	GISLEINE PAULA DA SILVA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4285092
22764	GLADIS INES ULSENHEIMER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7094259673
22560	HELENA ALMEIDA E SILVA SAMPAIO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	63341681
23620	IVILENE KOCK REDIVO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	48467553
22845	LAÍS MIRIANY ERNESTO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	108403675
21776	LETICIA BRAGA SCHULKA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4343733
23388	LUCIANA RAFAELA MARCARINI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3378145
23175	LUCIANA RIBEIRO BUENO MARSCHNER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5645135
23221	LUCIANE STUY	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4544105
20923	MARA LUCIA SOARES DA SILVA NUNES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3204466
23060	MARGARETE KUREK DE JESUS	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1852085

21784	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	20070747029
22624	MARIA ELIZABETE SIMÕES SOARES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5016658
21970	NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3,56429E+11
21857	PAMELLA SUELLEN RIBEIRO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	5294695
23345	PAULO ROBERTO BALBINO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	47672724
21229	PRISCILA GRACIELA RONCHI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4633642
22837	RICARDO BENITEZ	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	42242853
21245	RITIELI SILVA DA ROSA KRONBAUER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7078864845
23230	ROSANA FERREIRA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	53669355
23574	RUBIA MAYARA DE SOUZA SILVA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	49863452
23256	SCHEILA REGINA LINO KRÜEGER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3215066
21598	SCHIRLEY RAQUEL DREWS KRUTZSCH	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	29869277
23515	SIDÉUZIA DE JESUS ALVES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	15464482
22098	SILMARA DE FÁTIMA CORDEIRO NEUBURGER	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3169915-4
22489	SIMONE DA CRUZ SILVA KNIS	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7089744
22527	SIMONÍ MUNDSTOCK NUNES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3925779
22578	SIRENE SEGURO GRUCHOSKI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6452962
23264	SIRLEI LOMBARDI	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4408690-3
21768	STEPHANIE COSTA SANTOS HONORAOTO	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	2399949
22870	SUZANE ALVES CORREA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4875077
22977	TASCIANE COUTO LOPES	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6013966
22225	TEREZINHA MEDEIROS	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	53183738
23329	VANESSA DAL-RI RAMLOW	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4153940
21709	VANESSA STACK DO AMARAL	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4339140
21440	VIVIANE GONÇALVES DE JESUS	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4832677
23507	WDSOON PELLEGRINNI E SILVA	Professor B – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1698776
22373	CAROLINE SANOSSIAN	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	28667681-3
22411	CLEITON SOUZA LENCINO	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	4.019.216-4
21261	HELENA CRISTINA FROHLICH	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	6240784
22691	JOÃO FARLEM CUNHA	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	5205539
23167	LIDIANA DA SILVA TAVARES	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	9077325539
22950	REBECA SAO TIAGO	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	M-8.488.084
22250	RÚBIA FINSTERBUSCH ZAREMSKI	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	5212-900
21172	TULIANO STOEBERL	Professor B: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	3771374
21342	BÁRBARA BRETZKE ARAUJO	Professor B: Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	55091474
22918	DEISE LISIANE SOARES LUIZ	Professor B: Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	7045799471
23442	LAURA THALITA BRUCH	Professor B: Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	53245768
21393	EDELTRAUD SCHULZ DA ROSA	Professor B: Língua Est. Alemã – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	1354572
22616	ELIABE NOGUEIRA DA SILVA	Professor B: Língua Est. Inglês – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	42614191-X
22349	JULIANA VIEIRA FABIANI	Professor B: Língua Est. Inglês – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	3311095
23353	MAYRA RUBIA UMLAUF	Professor B: Língua Est. Inglês – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	53661532
22314	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA MENEZES	Professor B: Língua Est. Inglês – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	21400071
20869	ADRIANO DIAS FURTADO	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	4340429
21350	ALEXANDRE RODRIGUES	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	3003532
21199	ALINE GRASIELLE GRUCHOWSKI	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	4074516
21547	ARACELI FERREIRA KUCHLA	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	51425220
22470	ARIANE ULLER PRESTES	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	6180424
23558	CHEIRUM MICHAEL RIBEIRO	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	5073849
21717	DIEGO JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	5390283
23043	GIOVANNI BARUFFI	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	45970459
21377	JEISIBEL DE OLIVEIRA MÜLLER BODDENBERG	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	6339350
22551	PAOLO ADRIANO FERACIN	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	61912665
21105	ROSILENE LITZ	Professor B: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	3169100
21660	GABRIEL FERREIRA FERNANDES	Professor C: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	52166821

23370	JANAINA FIRMO	Professor C: Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	4292746
22080	ANA CAROLINI RAMOS DE SOUZA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4140448
22268	ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	6158850
22705	ELIANE FRANCKE DE AZEVEDO	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4019324
22055	ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3311526
22675	ÉRICA RABELO DOMINGUES	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	88408764
21741	ILETE RIEGEL JUNCKES	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	15817261
21466	ISONETE MATHIAS	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3604644
20907	LINDOMAR SILVA DE JESUS	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4846389
22330	MARIA DE FATIMA BORBA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	192988603
21490	MIRIAN RAMOS	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	45325030
22276	PATRICIA DE LIMA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	7120679
23213	RAQUEL DE OLIVEIRA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	450899822
21504	REGIANE BILESKI	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	3736525
23205	ROSE MARLI TOMASELLI	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	765.665-3
22438	SANDERLY SCHULZ	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	1.498. 780
22039	SARITA BEHLING	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	47054620
21814	SHEILA HELENA SANTOS BORBA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	57684291
21318	SIDINÉIA TOMAZ DE ABREU LEME	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	537760
20974	SUELLIN APARECIDA RIBEIRO	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4433416
22144	VALQUIRIA APARECIDA DA ROSA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	20106645
22896	VERIDIANE FELTRIN JARDIM FEIJÓ DA ROSA	Professor C – Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	4062676401
22730	ANDRÉA MATOS	Professor C: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	3206979
21865	REGINALDO MOURA SILVA	Professor C: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	4568809
21903	TATIANE ZAREMBSKI	Professor C: Geografia – Ens. Fundamental Anos Finais	124945119
21946	EDVANDO SANTOS CORDEIRO	Professor C: Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	374098463
22071	MARIZA GOMES BORCHARDT	Professor C: Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	1583849
21830	JANI JOÃO POSSAMAI	Professor C: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	2446799-5
21415	JONAS FURLAN	Professor C: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	4479300
23299	MYRIANE MENINGUE SARAIVA	Professor C: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	292891192
21512	SONIA IZABEL DZIURKOWSKI FERREIRA	Professor C: Matemática – Ens. Fundamental Anos Finais	6597487-8

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER
Presidente
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

ATA PREGÃO PRESENCIAL 18/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	40/2015
	Data do Processo:	28/05/2015
Folha: 1/1		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 31/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 17 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio

DISPENSA Nº 50/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 112/2015
Data: 17/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: SCHIEWE COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP

Código: 13120

Endereço: R ANGELO SCHIOCHET, 126**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC**CNPJ:** 02.155.252/0001-15**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de cadeira para suprir a necessidade do setor de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Cadeira giratória, espuma injetada, base giratória com capa protetora, base a gás sistema Back System com 02 lavancas de regulagem, regulagem de inclinação e altura do encosto, assento e encosto com curvaturas ergonômicas. Dimensões 700x700x1040 com braço.	UN	369,00	369,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Após contato com várias empresas está possui o preço mais baixo.

Schroeder, 17 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2015 - DL****Processo Nr.: 112/2015
Data: 17/06/2015**

Folha: 2/2

9/6/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Junho de 2015

Valor da Despesa:

369,00 (trezentos e sessenta e nove reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 022/2015 REGISTRO DE PREÇOS - PP 25/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022 DE 18/06/2015

No dia 18 de junho de 2015, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 025/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME com sede na(o) Rua Santa Catarina, 813, sala 02, município de Maravilha, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Senhora Solange Castanha Schimelfenig, portadora do CPF nº 015.942.379-13 e RG 3.400.840 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 13.995.853/0001-52, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Solange Castanha Schimelfenig, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 025/2015 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos. Além disso, vem assegurar as condições adequadas para a escola desenvolver com eficácia o processo ensino e aprendizagem, oportunizando condições de igualdade para todos os estudantes da rede de ensino municipal. Com a distribuição gratuita de material escolar aos alunos propicia um suporte à aprendizagem e alcança uma das metas prioritárias do Governo Municipal, qual seja, Educação Pública de qualidade.

Os dados são conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Und./Quant.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
52	150 caixa	FOLHAS DE OFÍCIO 210X297MM (A4) – 75G/M, CAIXA COM 10 RESMAS CONTENDO 500 FOLHAS EM CADA RESMA. MARCA: REAL PAPER	R\$ 134,35	R\$ 20.152,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

A Detentora da Ata deverá entregar os materiais de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável.

No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2015, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 025/2015 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.
Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SCS COMÉRCIO LTDA ME
SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENIG
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI
CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 023/2015 REGISTRO DE PREÇOS - PP 25-2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023 DE 18/06/2015

No dia 18 de junho de 2015, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 025/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa E.M INFORMÁTICA LTDA EPP com sede na(o) Av. Brasília, nº 2910, centro do Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 00.710.029/0001-67, neste ato representada por seu representante legal Senhor Darci Antônio Schneider, portador do CPF nº 586.054.529-00 e RG 1.710.123, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa E.M INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 00.710.029/0001-67, aqui representada por seu representante legal, Sr. Darci Antônio Schneider, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 025/2015 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos. Além disso, vem assegurar as condições adequadas para a escola desenvolver com eficácia o processo ensino e aprendizagem, oportunizando condições de igualdade para todos os estudantes da rede de ensino municipal. Com a distribuição gratuita de material escolar aos alunos propicia um suporte à aprendizagem e alcança uma das metas prioritárias do Governo

Municipal, qual seja, Educação Pública de qualidade.

Os dados são conforme descrições abaixo discriminadas e constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Und./Quant.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	800 Und.	PAPEL DUPLA FACE NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48X66CM, GRAMATURA 180G. NAS SEGUINTE CORES: VERMELHO, VERDE, AZUL, PRETO, ROSA, AMARELO, ROXO, PRATA E LARANJA. MARCA: REIPEL.	R\$ 0,43	R\$ 344,00
04	200 Und.	COLA EM BASTÃO ATÓXICA, lavável. A base de água com glicerina, rápida, limpa e econômica, com 22gr. MARCA: BRW.	R\$ 3,04	R\$ 608,00
08	1.000 Und.	CARTOLINAS BRANCAS DIMENSÕES 50 X 66, GRAMATURA 150G. MARCA: JANDAIA.	R\$ 0,41	R\$ 410,00
09	500 Und.	CARTOLINAS CORES DIVERSAS: AZUL, VERDE, ROSA E AMARELO, DIMENSÕES 50X66CM, GRAMATURA 150G. MARCA: JANDAIA.	R\$ 0,42	R\$ 210,00
12	500 Und.	PAPEL DUPLEX, DIVERSAS CORES, DIMENSÕES 66X48CM. MARCA: REIPEL.	R\$ 0,83	R\$ 415,00
14	200 Pacote	PALITOS DE CHURRASCO PARA ESPETO, PACOTE COM 100UND DE 25CM. MARCA: THEOTO.	R\$ 3,86	R\$ 772,00
15	400 Pacote	PALITOS DE PICOLÉ COM 100 UNIDADES O PACOTE, COLORIDOS E NÃO COLORIDOS. MARCA: THEOTO.	R\$ 3,83	R\$ 1.532,00
16	50 Caixa	CLIPS GRANDE Nº 08/0 PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 100GR. MARCA: RG	R\$ 3,75	R\$ 187,50
20	25 Caixa	PAPEL CARTÃO, TAMANHO 50X70, ESPESSURA 0,25MM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 50 UND. MARCA: OFF PAPER	R\$ 12,82	R\$ 320,50
21	50 Und.	APAGADOR DE QUADRO, RESINAS TERMOPLÁSTICA, FELTRO E MADEIRA. MARCA: BRW	R\$ 2,20	R\$ 110,00
24	50 rolo	FITA BRANCA 3M COM COLA ADESIVA LARGURA 24MM X 50M. MARCA: 3M	R\$ 6,67	R\$ 333,50
37	150 Caixa	GIZ DE CERA CURTO COM 12 CORES VARIADAS. É ANATÔMICO, NÃO TÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, FABRICADO COM CERAS DE ALTA QUALIDADE E PIGMENTOS, PROPORCIONANDO TRAÇO E COBERTURA DE GRANDES ÁREAS SEM ESFORÇO. COM ESPECIFICAÇÃO DO INMETRO. PESO NO MÍNIMO 112G E 11CM DE ALTURA. MARCA: ACRILEX.	R\$ 3,78	R\$ 567,00
40	20 Pacote	PINCEL ARTÍSTICO Nº 04, Nº 06, Nº 08, Nº 10 E Nº 12, PARA PINTURA. PACOTES COM 12UND CADA. MARCA: CONDOR.	R\$ 21,90	R\$ 438,00
45	500 Und.	RÉGUAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES 30CM. MARCA: WALEU.	R\$ 0,57	R\$ 285,00
			TOTAL:	R\$ 6.532,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(o) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

A Detentora da Ata deverá entregar os materiais de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável.

No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2015, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6

do Edital;

b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 025/2015 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

E.M INFORMÁRICA LTDA EPP

DARCI ANTÔNIO SCHNEIDER

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI

CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 024/2015 REGISTRO DE PREÇOS - PP 25/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024 DE 18/06/2015

No dia 18 de junho de 2015, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 025/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP com sede na(o) Rua 1º de Maio, nº 645, Sala 101, centro do Município de Maravilha/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 04.303.600/0001-80, neste ato representada por seu representante legal Senhor André Luiz Lansing Schnorrenberger, portador do CPF nº 029.962.159-66 e RG 4.315.737 para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.303.600/0001-80, aqui representada por seu representante legal, Sr. André Luiz Lansing Schnorrenberger, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 025/2015 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos. Além disso, vem assegurar as condições adequadas para a escola desenvolver com eficácia o processo ensino e aprendizagem, oportunizando condições de igualdade para todos os estudantes da rede de ensino municipal. Com a distribuição gratuita de material escolar aos alunos propicia um suporte à aprendizagem e alcança uma das metas prioritárias do Governo Municipal, qual seja, Educação Pública de qualidade.

Os dados são conforme descrições abaixo e também constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Und./Quant.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	50 Und.	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE, BIVOLT (110V/220V), 60W. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: JOCAR	R\$ 20,50	R\$ 1.025,00
11	50 Kg	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA, EM RESINA DE E.V.A E RESINA TAQUIFICANTE. PACOTE DE 1KG. 11,2MM/30CM. MARCA: RENDICOLLA.	R\$ 19,20	R\$ 960,00
18	300 caixa	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 C/ 1000 UND. POR CAIXA. MARCA: JOCAR.	R\$ 2,65	R\$ 795,00
29	1.000 Und.	PLACA E.V.A ARTÍSTICO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: MAKE+.	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
30	300 Und.	PLACA E.V.A ESPECIAL, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: EVAMAX.	R\$ 5,35	R\$ 1.605,00
31	100 Und.	PLACA E.V.A POÁ, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: LEO E LEO.	R\$ 5,75	R\$ 575,00
32	100 Und.	PLACA E.V.A QUADRICULADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: KREATEVA.	R\$ 5,75	R\$ 575,00
33	200 Und.	PLACA E.V.A ATOALHADO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: EVAMAX.	R\$ 5,88	R\$ 1.176,00
34	200 Und.	PLACA E.V.A COM GLITER, ESPUMA VINÍLIVA ACETINADA, ATÓXICO, SEM CHEIRO, FLEXÍVEL, MODELAGEM ALTO DESEMPENHO. NAS DIMENSÕES 600X400X2MM. VÁRIAS CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: LEO E LEO.	R\$ 5,40	R\$ 1.080,00
44	50 Rolo	ROLO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE 45X25M, VINIL ESCOLAR, AUTO ADESIVO. MARCA: POLIFIX.	R\$ 35,10	R\$ 1.755,00
46	100 Und.	TESOURA GRANDE, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 21,5CM. MARCA: JOCAR.	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
53	05 Und.	PERFURADOR MANUAL PARA PAPEL – 2 FUROS EM ESTRUTURA METÁLICA, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 40 FOLHAS, DEPÓSITO DE COLETA, DIÂMETRO DO FURO: 6MM. MARCA: JOCAR	R\$ 22,50	R\$ 112,50
			TOTAL:	R\$ 12.823,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos

materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

A Detentora da Ata deverá entregar os materiais de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2015, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 025/2015 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.
Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
ANDRÉ LUIZ LANSING SCHNORRENBERGER
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI
CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 025/2015 REGISTRO DE PREÇOS - PP 25-2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025 DE 18/06/2015

No dia 18 de junho de 2015, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 025/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME com sede na(o) Rua Guaranis, nº 327, Bairro Esplanada, Município de Chapecó/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 14.797.430/0001-90, neste ato representada por seu representante legal Senhor Everton Luiz Buss, portador do CPF nº 077.600.299-69 e RG 5.067.442, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME EPP, inscrita no CNPJ nº 14.797.430/0001-90, aqui representada por seu representante legal, Sr. Everton Luiz Buss, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 025/2015 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos. Além disso, vem assegurar as condições adequadas para a escola desenvolver com eficácia o processo ensino e aprendizagem, oportunizando condições de igualdade para todos os estudantes da rede de ensino municipal. Com a distribuição gratuita de material escolar aos alunos propicia um suporte à aprendizagem e alcança uma das metas prioritárias do Governo Municipal, qual seja, Educação Pública de qualidade.

Os dados são conforme descrições abaixo e também constantes no Anexo “D” do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Und./Quant.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	400 Und.	TESOURA ESCOLAR MÉDIA, LÂMINA DE AÇO INÓX, CABO DE PLÁSTICO REFORÇADO, NO MÍNIMO 13CM, SEM PONTA. MARCA: MAKE.	R\$ 4,39	R\$ 1.756,00
07	600 caixa	LÁPIS DE COR CAIXA GRANDE COM 12 CORES. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: LABRA.	R\$ 4,29	R\$ 2.574,00
13	500 Und.	PAPEL CREPON NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2MX0,48CM, 19GR CORES DIVERSAS. MARCA: ART FLOC.	R\$ 0,67	R\$ 335,00
19	70 Rolo	FITA DUREX COLORIDA 12MM X 10M NAS CORES: VERDE, AZUL, AMARELO, VERMELHO, PRETO, ROSA E BRANCO. MARCA: ADELBRAS.	R\$ 1,70	R\$ 119,00
23	250 Und.	FITA CREPE LARGA 3M. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: MASTERFIX.	R\$ 9,71	R\$ 2.427,50
27	50 Rolo	ROLO DE TNT, GRAMATURA 45GR, 1,40M DE ALTURA X 50M DE COMP. PESO APROXIMADO DE 5,6KG. VÁRIAS CORES. MARCA: SUL BRASIL.	R\$ 55,25	R\$ 2.762,50
36	50 Und.	GRAMPEADOR MÉDIO EM METAL. CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: MAKE.	R\$ 14,84	R\$ 742,00
38	100 Und.	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: RESINA VINILICA, TENSOATIVOS, PLASTIFICANTES E CONSERVANTES, COR BRANCA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL CONTENDO 1000GR. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
39	50 Und.	TUBO DE COLA, COMPOSIÇÃO: POLIACETADO DE VINILA PVA EM DISPERSÃO ACUOSA, COR BRANCA 1000GR. EXTRA FORTE. MARCA: APLICOLA.	R\$ 16,00	R\$ 800,00
41	100 Caixa	COLA GLITER CAIXA COM 06 POTES PLÁSTICOS 23GR CADA, NÃO TÓXICA, SOLÚVEL, EM ÁGUA, COMPOSIÇÃO RESINA DE 'P.V.A, GLITER E CONSERVANTE. DIVERSAS CORES. MARCA: PIRATININGA.	R\$ 10,20	R\$ 1.020,00
47	100 Und.	TINTA SPRAY, USO INTERNO E EXTERNO, SECAGEM RÁPIDA EM RESINA ACRÍLICA, CONTEÚDO 400ML/250G, Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: MUNDIAL.	R\$ 18,60	R\$ 1.860,00
			TOTAL:	R\$ 15.576,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

A Detentora da Ata deverá entregar os materiais de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2015, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 025/2015 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME

EVERTON LUIZ BUSS

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI

CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 026/2015 REGISTRO DE PREÇOS - PP 25/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026 DE 18/06/2015

No dia 18 de junho de 2015, o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 025/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME com sede na(o) Rua Rui Barbosa, nº 208, centro, Município de Cunha Porã/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº. 13.772.057/0001-50, neste ato representada por seu representante legal Senhor Jackson Neimar Pedrassani, portador do CPF nº 041.562.419-39 e RG 4.016.444, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 13.772.057/0001-50, aqui representada por seu representante legal, Sr. Jackson Neimar Pedrassani, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 025/2015 cujo objeto é a possível AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, demandadas pelas secretarias e escolas do município de Serra Alta. Pois, é visto que torna-se imprescindível a aquisição dos itens conforme especificações dos mesmos constantes no Anexo D do Edital em epígrafe, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas rotineiras e as ações operacionais desenvolvidas nos referidos departamentos. Além disso, vem assegurar as condições adequadas para a escola desenvolver com eficácia o processo ensino e aprendizagem, oportunizando condições de igualdade para todos os estudantes da rede de ensino municipal. Com a distribuição gratuita de material escolar aos alunos propicia um suporte à aprendizagem e alcança uma das metas prioritárias do Governo Municipal, qual seja, Educação Pública de qualidade.

Os dados são conforme descrições abaixo e também constantes no Anexo “D” do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Und./Quant.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	500 Und.	COLA ESCOLAR TUBO GRANDE 110GR, LAVÁVEL E ATÓXICA. MARCA: FRAMA.	R\$ 1,30	R\$ 650,00
05	600 Und.	CADERNO DE DESENHO GRANDE, 48 FOLHAS, ESPIRAL GRANDE, COM CAPA E CONTRA CAPA EM PAPEL DUPLEX 225G/M, FORMATO 275mmX200mm. MARCA: CREDEAL.	R\$ 2,00	R\$ 1.200,00
06	1.200 Und.	CADERNOS BROCHURA DE 48 FOLHAS, FORMATO 140MMX202MM COM FOLHAS NÃO RECICLÁVEL. MARCA: CREDEAL.	R\$ 0,99	R\$ 1.188,00
17	50 Caixa	CLIPS MÉDIO Nº 10/0, PRODUZIDO COM ARAME DE AÇO, EMBALAGEM COM 100GR. MARCA: BACCHI.	R\$ 3,90	R\$ 195,00
22	150 Rolo	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGURA MÍNIMA 45MMX50M. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: ADELBRAS 48X45.	R\$ 5,35	R\$ 802,50
25	50 Rolo	FILME DE PVC TRANSPARENTE – 28CMX15M MARCA: WYDA.	R\$ 4,40	R\$ 220,00
26	400 Caixa.	MASSA DE MODELAR CONTENDO 12 UNIDADES, COM PESO MÍNIMO DE 180GR. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: ACRILEX.	R\$ 5,85	R\$ 2.340,00
28	500 Und.	PASTA PLÁSTICA 5CM, COM ELÁSTICO TRANSPARENTE, 100% PLÁSTICA (PP), DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO 245 LARGURA X 335 ALTURAX 50 DORSO MM MARCA: ACP.	R\$ 3,35	R\$ 1.675,00
35	120 Und.	FOLHA DE PAPEL PARANÁ, MEDIDAS 80X100MTS, GRAMATURA 80. Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: VMP.	R\$ 4,05	R\$ 486,00
42	100 Und.	COLA ALTO RELEVO METÁLICA 3D, 35ML, NÃO TÓXICA, RESINA ACRÍLICA, ÁGUA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MICA TRATADA PARA METÁLICA. MARCA: ACRILEX.	R\$ 3,58	R\$ 358,00
43	50 Caixa.	TINTA FACIL SEM GLITER, KIT COM 10 FRASCOS DE 4GR CADA, Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: YOUR.	R\$ 31,80	R\$ 1.590,00
49	50 Caixa.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL, Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: BIC.	R\$ 27,90	R\$ 1.395,00
50	30 Caixa.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA, Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: BIC.	R\$ 27,90	R\$ 837,00
51	30 Caixa.	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR VERMELHA, Conforme demais descrições no Anexo D, do Edital em comento. MARCA: BIC.	R\$ 27,90	R\$ 837,00
			TOTAL:	R\$ 13.773,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos materiais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

A solicitação dos materiais escolares e de expediente será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

A Detentora da Ata deverá entregar os materiais de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

A entrega dos materiais escolares e de expediente fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos materiais, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Administração efetuará o pagamento dos materiais escolares e de expediente entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2015, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.300– Manutenção da Administração Geral - 3.3.90.00

04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2.400– Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.500– Manutenção do Ensino Básico - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.02 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.900– Manutenção do Fundo de Assistência Social - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 025/2015 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 18 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JP EQUIPAMENTOS LTDA M

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI

CPF: 014.831.769-32

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO 094/2015

DECRETO Nº 094, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Organica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada pelos Senhores EVERTON LUIZ SANTOS, MARIA REGINA DE MATOS E REMI DA SILVA SCHEFFER, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 01 de junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

061/2015

DECRETO Nº. 061/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a incluir nova Modalidade de Aplicação no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.139 – Proteção Social Básica
MODALIDADE: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas (75)
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), através da redução da dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.139 – Proteção Social Básica
MODALIDADE: 4.4.90.00.0000 – Aplicações Diretas (77)
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e quinze.

Macon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

DECRETO 060/2015

DECRETO Nº. 060/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), para reforçar as dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil
MODALIDADE: 3.1.90.01.0018 – Aplicações Diretas (53)
FONTE DE RECURSO: 01.0018 – Transferências do FUNDEB (Remuneração dos Profissionais do Magistério) R\$ 92.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (70)
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERV. URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM
PROJ./ATIV.: 26.782.1015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER
MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (100)
FONTE DE RECURSO: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 107.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte do recurso do Provável Excesso de Arrecadação apurados durante o exercício financeiro de 2015 na fonte 0000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 15.000,00 e na fonte 0018 – Transferências do FUNDEB (Remuneração dos Profissionais do Magistério) no valor de R\$ 92.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e quinze.

Macon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 010-2015 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 010/2015.

Pregão Presencial nº. 009/2015

Exclusiva ME / EPP

Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, do tipo MENOR PREÇO, para a aquisição de: MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 02/07/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 17 de Junho de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 797/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 797/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), destinados a INSERIR nova Modalidade de Aplicação no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS

UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj./Ativ.: 01.031.1000.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores na Discussão de Leis e Fiscalização dos Atos Administrativos
Modalidade: 3.3.93.01.000 – Participação em Consórcios Públicos (XXX) R\$ 1.900,00

Fonte de Recurso: 01.000 – Recursos Livres Ordinários

TOTAL R\$ 1.900,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) previstos no artigo 1º desta Lei, fica REDUZIDA a dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS

UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj./Ativ.: 01.031.1000.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores na Discussão de Leis e Fiscalização dos Atos Administrativos
Modalidade: 3.3.90.01.000 – Aplicações Diretas (3) R\$ 1.900,00

Fonte de Recurso: 01.000 – Recursos Livres Ordinários

TOTAL R\$ 1.900,00

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 126/2015

PORTARIA Nº. 126/2015. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal Sr. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, pelo período de 10 (dez) dias, a partir 16 de Junho de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido, nesta data.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO Nº 46 2015 - PMT - CONVOCAÇÃO ENVELOPE NOVAS PROPOSTAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE NOVA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 46/2015 - PMT

Às nove horas do décimo sétimo dia, do mês de junho de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Credenciamento nº 46/2015 – PMT, que tem por objeto o credenciamento de profissionais da área da terapia ocupacional (profissional liberal e/ou através de empresas do ramo) para tratar sintomas causados pela síndrome de Burnout, stress, ansiedade e depressão em profissionais da educação infantil (NEIs e UPEs).

Tendo em vista o exposto na Ata de Julgamento da Habilitação (09/06/2015), e considerando o recebimento de novos envelopes de habilitação apresentados pelos profissionais CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA e GIZELA LEITE, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes de nova documentação de habilitação se realizará no dia 18 de junho de 2015, às 09 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ATA TOMADA DE PREÇO N.º 32 2015 - PMT - AVISO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - FASE PROPOSTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

REFERENTE: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 32/2015 - SEMED

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE PRÉ-ESCOLAR JASMIM, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ADAM, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL.

A Prefeitura de Timbó, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos licitantes, participantes da Tomada de Preço nº 32/2015 - SEMED, que o processo encontra-se suspenso devido ao recurso administrativo interposto pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA-EPP.

Após a publicação, contar-se-á 5 (cinco) dias úteis, igual período de recurso, para interposição das contrarrazões, caso haja interesse, consoante consta no art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/1993.

O recurso será digitalizado e encaminhado para o e-mail das empresas participantes do certame e, estará disponível também, mediante requerimento junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 17 de junho de 2015.
PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

DECRETO Nº 3852, DE 1º DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3852, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Prorroga para 31 de dezembro de 2015, o prazo estabelecido no Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII, da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações e nos termos da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e,

Considerando os termos da Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, que alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, visando possibilitar a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que durante os anos de 2009 a 2011 a municipalidade promoveu adequações na legislação de regência dos cargos, inclusive com o intuito de viabilizar maior acesso de candidatos às vagas necessárias ao funcionamento da administração pública;

Considerando que, em que pese promovidas alterações na

legislação, os concursos públicos e processos seletivos realizados pelo Poder Executivo não engendraram resultado satisfatório, não tendo se preenchido o número suficiente de candidatos inscritos e aprovados ao atendimento da demanda necessária à manutenção dos serviços prestados pela administração pública direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do artigo 90 e incisos, da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

Considerando que compete à municipalidade zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para 31 de dezembro de 2015, o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterados pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 2015.91 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/91

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: Plena e total execução, pela CONTRATADA, do projeto/obra de construção de muro de contenção e rampa de acesso, e pavimentação em paver da Unidade Pré Escolar Beija Flor. Área total muro: 90,00m; área total pavimentação: 650,05m²; área total rampa de acesso: 34,10m², tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 36/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 206.851,12 (duzentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e doze centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Data da Assinatura: 15/06/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 2015.92 - FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/92

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes

CONTRATADO: Construtoria Empreiteira de Mão de Obra Ltda.

OBJETO: A plena e total execução, pela CONTRATADA, do projeto de adequação do sistema preventivo de incêndio (material e mão de obra) do Complexo Esportivo localizado na Rua Gustavo Piske, s/nº, bairro Pe. Martinho Stein (área: 2.596,73m²), tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 03/2015 FME.

VALOR ESTIMADO: R\$ 80.758,37 (oitenta mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Data da Assinatura: 15/06/2015

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

PORTARIA Nº TIMBOPREV-074, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-074, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Exonera o Servidor Público Municipal Inativo Honorato Tonolli, em face do falecimento ocorrido em 20 de maio do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2015 4 00015 253 0005847 42, do Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Município de Timbó/SC,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR HONORATO TONOLLI, Servidor Público Municipal Inativo, aposentado pela Resolução nº 04/86, de 10 de junho de 1986, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 20 de maio do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-075, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-075, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Concede Pensão Por Morte à Rita Trisotto Tonolli, na condição de viúva do Servidor Público Municipal Inativo Honorato Tonolli.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e arts. 7º, 32, 33 e 35 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à RITA TRISOTTO TONOLLI, brasileira, nascida em 23 de janeiro de 1940, portadora do CPF sob nº 421.593.509/15, RG nº 692.717-3, residente na rua Aristiliano Ramos nº 424, Bairro das Capitais, em Timbó-SC, na qualidade de viúva do Servidor Público Municipal Inativo Honorato Tonolli, equivalente à totalidade dos proventos, no valor de R\$ 6.347,72 (seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) a contar da data do óbito, ou seja, 20 de maio de 2015, conforme Processo TIMBOPREV-033/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-076, DE 11 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-076, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Exonera o Servidor Público Municipal Inativo Oswald Hackbarth, em face do falecimento ocorrido em 25 de maio do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito - matrícula nº 107821 01 55 2015 4 00015 257 0005851 14, do Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, Município de Timbó/SC,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR OSWALD HACKBARTH, Servidor Público Municipal Inativo, aposentado pela Portaria nº 351, de 25 de agosto de 1997, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 25 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARA A EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 17/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda ao Projeto de Lei Ordinária nº 17/2015 - Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024).

Iniciativa da Proposição: Poder Legislativo
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 17/2015 que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (2015-2024). Referida Emenda foi protocolada na Secretaria Legislativa em 15 de junho corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 16 de junho, em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 17 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma visa apenas adequar o texto do projeto de lei em comento à Legislação Federal, retirando do inciso III do art. 2.º do texto legal e dos itens 8.6, 8.7 e 8.8 do anexo único expressões como "gênero", "sexualidade", "etnias" etc., substituindo os mesmos pela expressão "todas as formas de discriminação".

Sendo assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor, razão pela qual não há óbices à sua tramitação nesta Casa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Emenda Modificativa n.º 1 ao Projeto de Lei nº 17/2015, estando apto a seguir sua tramitação normal nesta Casa Legislativa.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 17 de Junho de 2015.

Rubens Borchardt	
Presidente	
Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

Três Barras

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRÊS BARRAS

RESOLUÇÃO nº 17/2015

APROVA A MUDANÇA DO CALENDÁRIO

MUNICIPAL DE AULAS DO

ENSINO FUNDAMENTAL

PARA O ANO LETIVO DE 2015.

O conselho Municipal de Educação de Três Barras, de acordo com suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 2.910 de 12 de julho de 2010, que cria o Conselho Municipal de Educação de Três Barras e pelo deliberado em reunião do Conselho, em 11 de junho de 2015.

Art. 1º - Fica aprovada a alteração no Calendário Municipal de aulas do Ensino Fundamental I e II para o Ano Letivo de 2015, no que diz respeito à antecipação de férias dos alunos devido aos Jogos Abertos de Santa Catarina, nos dias: 26,29 e 30 de junho de 2015, seguindo de sua reposição nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 16 de junho de 2015.

Alceu Goestemeier

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 19/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 19/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR DE CASCALHO, ESTEIRA 13 TONELAS E PC 15 TONELADAS, PARA SERVIÇOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h. do dia 30 de junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00h às 13:00 h, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 17 de junho de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 20/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 20/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 20/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA FORNECIMENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 01 de julho de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00h às 13:00 h, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 17 de junho de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

Edital de Pregão Presencial nº 17/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a " aquisição de Cortinas sob medida (com execução e montagem) para o Posto de Saúde.

Entrega dos envelopes até às 14h30min do dia 30/06/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

União do Oeste

PREFEITURA

007/2015

PORTARIA Nº. 007/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE ADICIONAL DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO AO SERVIDOR CLAUDIO BALEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 36 inciso XXIX do Regimento Interno dessa Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica concedido Adicional de Gratificação a servidor CLAUDIO BALEN, portador do RG sob o nº. 2032801 e do CPF nº. 542.442.939-49, ocupante do cargo de DIRETOR, Função de Gratificação pelo exercício de função nos termos do Art. 1º § 4º da Lei Complementar Municipal nº 88 de 12 de junho de 2015.

Art. 2º - O adicional é correspondente ao percentual de 100% (cem por cento) do valor do vencimento básico do Município.

Art. 3º. - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus reais e legais efeitos a 12 junho de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 15 de junho de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Registrada e Publicada em data supra.

EMENDA A LEI ORGÂNICA N. 002/2015

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 002, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Altera o artigo 157 da Lei Orgânica Municipal, que trata do auxílio funeral.

A mesa da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e o prefeito municipal sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Artigo 157 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 157 – O Município prestará auxílio funeral às pessoas que comprovarem residência no município de União do Oeste, efetuando o pagamento de um salário ao requerente mediante a apresentação de nota fiscal e demais documentos pertinentes.”

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 17 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

MARILIA MIORELLI

Servidora Designada

LEI N. 1.028/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.028, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas nesta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no PME anexo a esta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

- INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas nesta Lei.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere à meta 19 do PME anexo a esta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1o O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas nesta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 17 de junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

MARILIA MIORELLI

Servidora Designada

Urussanga

PREFEITURA

ADT 01/26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 26/2015

Data de assinatura: 17/06/2015

Processo de Licitação: 26/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: RODNEI DE NONI

CNPJ/CPF: 780.039.119-15

Objeto: prestação de serviço de trator pneu, item 03, região 03.

Valor Global: R\$ 3.187,50

Aditado em 7,5% do valor total do contrato, conforme permitido em lei.

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial n° 35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 01 de julho de 2015 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a contratação de empresa para realização de almoço (buffet) em comemoração ao Dia dos Idosos, na data de 30/09/2015, no Município de Vargeão, SC, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, assim como dos equipamentos adequados à execução contratual, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 35/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 17 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 029_2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

EDIÇÃO 2 – Alteração de Edital

O Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO as seguintes alterações promovidas no Edital deste Processo Licitatório:

1.0 – ALTERAÇÃO NA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1 – Fica alterada a descrição do Objeto, descrita no Item 2.1 e no Anexo I do Edital:

1.1.1 – Onde se lê:

“Potência líquida do Motor entre 115 (Cento e quinze) a 130 (Cento e trinta) CV”, Passa ser lido: “Potência líquida mínima do Motor de 130 (cento e trinta) CV”.

2.0 – ALTERAÇÃO DA DATA DA SESSÃO DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO PREGÃO:

2.1 – Em razão da alteração, a Sessão de Processamento do pregão será realizada no dia 01 de Julho de 2015, iniciando-se às 10hrs:00min (dez) horas, e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos termos da lei.

3.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital.

Vargem Bonita, 17 de Junho de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA N. 355/2015

PORTARIA N 355/2015

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Maio de 2015, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
471	Antônio Danilo Jardini	01/03/12 à 28/02/13	01/05/15 à 30/05/15
1471	Dilceu Antônio De Bastiani	01/03/14 à 28/02/15	01/05/15 à 30/05/15
1469	João Carlos Bonavigo	08/02/14 à 07/02/15	01/05/15 à 30/05/15
1400	Roseli Roman de Salles	02/04/14 à 01/04/15	01/05/15 à 30/05/15
1354	Vanusa Fochesatto Zimmermann	07/06/13 à 06/03/14	01/05/15 à 30/05/15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 356/2015

PORTARIA N. 356/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "WANDERLEI DA ROCHA", brasileiro, casado, residente no município de Irani-SC, nascido em 15/10/1979, inscrito no CPF n. 024.668.669-35, carteira de identidade n. 14/C 3.614.919, título eleitoral n. 036974250906, para exercer o cargo de "COORDENADOR DE ESPORTES", nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo para atuar no Ginásio de Esportes "Mario Casara" em Campina da Alegria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 357/2015

PORTARIA N. 357/2015

"PRORROGA PERÍODO DE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 06 de Maio de 2015 a 04 de Julho de 2015 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "ADRIANA CHITES CHAVES VESARO", inscrita no CPF n. 044.684.019-07, ocupante do cargo efetivo de "AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 06 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 358/2015

PORTARIA N. 358/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "REJANE ANTUNES DE OLIVEIRA", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 30/10/1978, inscrita no CPF n. 005.101.829-25, carteira de identidade n. 3.711.955, título eleitoral n. 033162120930, para exercer em ESTÁGIO PROBATORIO o cargo de "PROFESSOR DE INGLÊS" – 20 horas, nível III, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2015 de 10 de Março de 2015, homologado pelo Decreto n. 030/2015 de 29 de abril de 2015, com vencimentos de lei a partir de 11 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 11 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 359/2015

PORTARIA N. 359/2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ARCELINA DE CAMPOS FOGAÇA", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 13/02/1959, portadora do CPF n. 439.983.999-68, carteira de identidade n. 11/R 1.300.336, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE EM ATIVIDADE SAÚDE", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 46 (quarenta e seis) dias consecutivos, a contar de 12 de Maio de 2015 a 26 de Junho de 2015 conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01/10/2009 à 30/09/2014.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 360/2015

PORTARIA N. 360/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "ORIDES SANTOS", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 18/03/1957, inscrito no CPF n. 385.222.929-49, carteira de identidade n. 11/R 1.079.752, título eleitoral n. 007848540949, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "SERVENTE", nível 1, classe/referência "A", anexo 3, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovado no concurso público n. 001/2015 de 10 de Março de 2015, homologado pelo Decreto n. 030/2015 de 29 de abril de 2015, com vencimentos de lei a partir de 18 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 361/2015

PORTARIA N. 361/2015

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "ANDRÉ SANCHES", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 28/09/1984, inscrito no CPF n. 048.882.299-88, carteira de identidade n. 4.005.121, título eleitoral n. 041894290949, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "SERVENTE", nível 1, classe/referência "A", anexo 3, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovado no concurso público n. 001/2015 de 10 de Março de 2015, homologado pelo Decreto n. 030/2015 de 29 de abril de 2015, com vencimentos de lei a partir de 18 de Maio de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 362/2015

PORTARIA N. 362/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional da servidora "GLACIELA LURDES LENZI", brasileira, solteira, nascida em 11/02/1980, inscrita no CPF n. 032.635.049-75, ocupante do cargo efetivo de "ENFERMEIRO(ESF)", nível 81 classe/referência "A", passando para o nível 81 classe/referência "E", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 420 (quatrocentos e vinte) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursada, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 363/2015

PORTARIA N. 363/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional do servidor "EDUARDO ROBERTO KORNER ROMANI", brasileiro, solteiro, nascido em 15/04/1989, inscrito no CPF n. 068.984.659-29, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA", nível 13, classe/referência "A", passando para o nível 13 classe/referência "G", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 120 (cento e vinte) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursado, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 364/2015

PORTARIA N. 364/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional do servidor "IVANILTO BASILIO", brasileiro, casado, nascido em 19/06/1964, inscrito no CPF n. 473.872.899-72, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA", nível 13, classe/referência "A", passando para o nível 13 classe/referência "G", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 120 (cento e vinte) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursado, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 365/2015

PORTARIA N. 365/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional do servidor "OLDIR ZONTA", brasileiro, casado, nascido em 19/09/1977, inscrito no CPF n. 023.015.689-46, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA", nível 13, classe/referência "A", passando para o nível 13 classe/referência "G", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 120 (cento e vinte) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursado, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 366/2015

PORTARIA N. 366/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional da servidora "MICHELI CRISTINA DE OLIVEIRA", brasileira, convivente, nascida em 11/01/1983, inscrita no CPF n. 008.097.069-97, ocupante do cargo efetivo de "ENFERMEIRO(ESF)", nível 81 classe/referência "A", passando para o nível 81 classe/referência "D", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 390 (trezentos e noventa) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursada, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 367/2015

PORTARIA N. 367/2015

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional da servidora "LILIANE APARECIDA CHESTER LINS", brasileira, casada, nascida em 31/10/1982, inscrita no CPF n. 044.848.909-09, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE(ESF)", nível 85 classe/referência "A", passando para o nível 85 classe/referência "J", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 280 (duzentos e oitenta) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursada, conforme Parecer Jurídico

preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 368/2015

PORTARIA N. 368/2015

“ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional do servidor “VILMAR COSTA”, brasileiro, casado, nascido em 21/10/1973, inscrito no CPF n. 715.968.449-49, ocupante do cargo efetivo de “OPERADOR MÁQUINAS PESADAS”, nível 16 classe/referência “A”, passando para o nível 16 classe/referência “I”, tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 160 (Cento e sessenta) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursado, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 369/2015

PORTARIA N. 369/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora “MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES ANZOLIN”, inscrita no CPF n. 005.972.559-11, ocupante do cargo efetivo de “AUXILIAR DE ENFERMAGEM”, “LICENÇA PARA CASAMENTO” pelo período de 07 (sete) dias consecutivos a contar de 23 a 29 de Maio de 2015, conforme faculta o artigo 144, capítulo XI do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 26 de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

LEILÃO PÚBLICO 27/2015 - ALIENAÇÃO TERRENO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 23/2015

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 23/2015, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:
Lote 01 - 01 (UMA) PAS/MICROONIB/VW/KOMBI LOTAÇÃO, CAPACIDADE PARA 12 PASSAGEIROS /80CV DE COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2008 E MODELO 2009, ALCOOL/GASOLINA, PLACA MEW 4334, CHASSI: 9BWMF07X29P000434

Lote 02 - de 01 (UM) CAR/CAMINHÃO BASCULANTE, M. BENZ/L 1113, 19.00 T/130CV, MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1983, PLACA MAT 6206 DE COR AMARELA, CHASSI: 34403212622949.

Lote 03 - 01 (UM) PAS/MICROONIB/ FIAT/ DUCATO COMB JAEDI T, CAPACIDADE PARA 19 PESSOAS /127 CV DE COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2007 MODELO 2008, DIESEL, PLACA MFG 7178, CHASSI: 93W244M2382016451.

O interessado deverá se cadastrar até as 09:00 horas do dia 22/06/2015 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 19 de maio de 2015. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA

LEI Nº 3.251/15

LEI Nº 3.251/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a TRANSVAN LTDA ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, o seguinte Incentivo Econômico a Transvan Ltda ME, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 8431/2015:

I – Até 75 (setenta e cinco) horas dos serviços de 02 (dois) caminhões basculantes.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 – FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2015 - FME. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAGEM DE AGASALHOS E UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS PARTICIPAREM DOS JOGOS E EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 01/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/ 9034.

Videira/SC, 17 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2015 - FMAS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, SOB DEMANDA, POR MEIO DE TESTES E OUTROS INSTRUMENTOS PSICOLÓGICOS PERTINENTES, APROVADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, PARA CONTRATAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 01/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015 - PMV RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam ALTERADOS os itens 1.6, 1.12 e 1.12.3 e incluso o item 1.16 do edital do Pregão Presencial nº 80/2015 - PMV, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FEIRAS MULTISSECTORIAIS OU SETORIAIS, OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE STANDS INTERNOS E EXTERNOS E ESPAÇOS EXPOSITIVOS DA EXPO VIDEIRA 2015. Tendo em vista que as alterações e inclusão não implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também no formulário proposta, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 19 de junho de 2015 às 14h00min. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

INPREVID**CONTRATO 02/2015**

CONTRATO INPREVID Nº 002/2015

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

CONTRATO INPREVID Nº 002/2015

Objeto: Realização do Concurso Público INPREVID nº 001/2015

Contratante: INPREVID

Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE

CNPJ: 08.072.361/0001-55

Vigência: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento no prazo de 150 (cento e cinquenta dias), podendo ser prorrogado por igual período.

Valor: R\$ 6.580,00 (Seis mil e quinhentos e oitenta reais)

Videira/SC, 12 de Junho de 2015.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2015

DECRETO N.º 027/2015.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitor Meireles:

JUAREZ LIMA VARELA

- Presidente do CMDCA de Vitor Meireles.

MARCIO JOSE PAVANELLO

- Representante do Departamento Jurídico Municipal.

ADEMAR DOMINGOS FUSINATO

- Representante da Junta Eleitoral no Município.

JEOVANA WINTER

- Representante da Prefeitura Municipal.

ROSANE VIEIRA

- Representante da Diretoria da Mulher e do Conselho Municipal dos Idosos.

Art. 2º - A Comissão ora constituída tomará as providências necessárias a fiel execução do processo de eleição unificada para escolha dos conselheiros tutelares do Município de Vitor Meireles.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de Junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIANº 108/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 011/2015, de 10/06/2015, do CMDCA de Vitor Meireles, resolve:

NOMEAR:

Os membros abaixo relacionados como mesários nas eleições unificadas para conselheiro tutelar na data de 04 de outubro de 2015, para atuarem nas instâncias já estabelecidas pelo TRE:

Escola de Educação Básica Victor Meirelles

MESA 01 – Presidente de Mesa: EDENIR BRANGER FRANÇA; Mesários: ROBERTA SCHMITT, ELVIRA KAMMER e JANETE SCHMIDT MAFRA.

MESA 02 – Presidente de Mesa: DÁRIO MONTAGNA; Mesários: SALÉSIO BOING, SANDRO LUNELLI, CLEITON JÚNIOR MACHADO e LUIZ CARLOS BACKES.

Escola Municipal Salto Dollmann

MESA 01 – Presidente de Mesa: LEONICE MORGENROTH; Mesários: ISOLINA PETERSEN, VERA LÚCIA LUTKE e DENILSON MENEGHELLI.

Escola de Educação Básica Dom Pedro I

MESA 01 – Presidente de Mesa: ROSELI RENGEL SALVADOR; Mesários: JOÃO VENDRAMI, MÁRCIA SCHRAMM NARDI, MARLY TEZINHA MONTIBELLER e ONADIR NARDI.

Escola Municipal Serra da Abelha

MESA 01 – Presidente de Mesa: MARIA BOING; Mesários: IARA APARECIDA LEITE DAUER, ZENITA IGNACZUK, JULIETE MACHADO JEREMIAS e DÉRCIO MARTARELLO.

Unidade Básica de Saúde Alto Ribeirão Fachinal

MESA 01 – Presidente de Mesa: JÉSSICA SPLITTER; Mesários: TEZINHA CESCION, TAINARA RUCHINSKI e ESTÊVÃO RUCHINSKI.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

1 ADITIVO AO PROCESSO Nº 0006/2015

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0006/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Volmir Adamy EPP

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar.

Fica reajustado o valor dos itens 28 em R\$ 15,55; do item 29 em R\$ 14,34; do item 30 em R\$ 14,21. Conforme requerimento e parecer jurídico anexo.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

1 ADITIVO AO PROCESSO Nº 0015/2015

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0015/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Volmir Adamy EPP

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, higiene, limpeza, copa, didático e artesanato destinado aos programas sociais do município de Xanxerê.

Fica reajustado o valor dos itens 02 em R\$ 15,55; do item 03 em R\$ 14,34; do item 04 em R\$ 14,21. Conforme requerimento e parecer jurídico anexo.

Xanxerê-SC, 16 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

2 ADITIVO AO CONTRATO 0098/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0098/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Instituto Oeste Catarinense de Pesquisas Socioeconômicas S/C LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Elaboração de Pesquisa de Opinião Pública para avaliação de Gestão e Levantamento de Demandas Locais de Obras e Serviços Públicos no Município.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima até 08/01/2016, contados a partir de 09/07/2015.

Xanxerê-SC, 17 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

5 ADITIVO AO PROCESSO 0134/2014

Extrato 5º Aditivo ao Processo nº 0134/2014

Inexigibilidade nº 0007/2014

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas médicas e procedimentos especializados, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. Fica aditado ao Processo originário os Procedimentos de Consulta Médica nas especialidades de Neurologia clínica, Endocrinologia Clínica, Reumatologia Clínica e Hematologia Clínica. O Edital e Aditivo encontram-se abertos para os interessados em buscar o credenciamento e estão disponíveis no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares (49) 3441-8542. Xanxerê-SC, 16 de junho de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA LICITAÇÃO Nº 0015/2015

Processo nº 0087/2015 - Chamada Pública com Dispensa de Licitação nº 0015/2015

O Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme descrito no "Anexo I" do Edital, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 38/2009 e nº 26/2013. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, até às 13:45 horas do dia 13/07/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455, Centro, Xanxerê – SC e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone: (49) 3441-8542 ou no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê -SC, 16/06/2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2015

Processo nº 0088/2015 – Dispensa de Licitação nº 0016/2015

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Aquisição de medicamentos destinados a Secretaria Municipal de Saúde, para reposição dos medicamentos consumidos após o tornado que atingiu o município, conforme Decreto de Estado de Calamidade Pública. No valor de R\$ 25.268,00 (vinte e cinco mil duzentos e sessenta e oito reais), com as empresas: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda e AG Kienen & Cia Ltda. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso IV. Xanxerê/SC, 17 de junho de 2015 - Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR Nº 3745/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 3745/2015

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº 001/2015) - Legislativo

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DO ARTIGO 19 A NA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.957/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º: Fica incluído, na Lei Complementar nº 2.957/2007, o Artigo 19 A que concede auxílio alimentação aos servidores do legislativo municipal – com a seguinte redação:

Art. 19 A - O presidente da Câmara de Vereadores fica autorizado a conceder o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a título de auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo, que será incluído na folha de pagamento e devidamente discriminado na forma de verba indenizatória, sendo que o valor a que se refere este artigo será reajustado anualmente com base na variação do INPC.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Artigo 19 A abrangerá todos os servidores, sejam estáveis ou efetivos, sendo que o valor será baseado no orçamento da câmara e em parâmetros de razoabilidade, podendo ser extinto segundo oportunidade e conveniência da presidência.

Art. 2º: modifica-se o artigo 44 da lei 2.957/2007 passando a vigor a seguinte redação:

“ART. 44 – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o funcionário público da Câmara Municipal de Xanxerê fará jus a 01 (um) mês de licença a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração base do cargo efetivo, acrescido dos triênios devidos.

§ 1º - Ficam garantidos até a data da aprovação da presente Lei Complementar os direitos adquiridos de licença a título de prêmio por assiduidade, inclusive pela proporcionalidade do tempo, conforme disposição contida na legislação anterior.

§ 2º - O adicional é devido a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.

§ 3º - O tempo de serviço para a concessão do adicional previsto neste artigo, será contado a partir da data do último benefício concedido ao servidor efetivo.

§ 4º - Para os estáveis, o tempo de serviço para concessão do adicional previsto neste artigo será contado a partir da entrada em vigor da presente Lei.

§5º - A concessão do quinquênio poderá ser feita na forma de afastamento das atividades ou em indenização pecuniária do benefício.

§ 6º - Em caso de indenização pecuniária, esta poderá ser feita de 4 (quatro) formas, a saber: aposentadoria, demissão, exoneração ou em último caso, a requerimento do servidor mediante aprovação da presidência considerando-se a conveniência e oportunidade da conversão em pecúnia.”

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas disposições em contrário em especial nas lei 2.957/2007, 3.024/2008, 3.082/2009, 3.137/2009, 3.328/2011, 3.252/2010, 3.394/2011, 3.478/2012, 3.423/2011 3.608/2013 e 3.645/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 063/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2015

PREGÃO N. 063/2015 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de utensílios e material de cozinha para uso na Secretaria de Educação, Escolas e CEIMs Municipais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 01 de julho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 17 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMAUC

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO Nº 01 CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL

Os municípios de Seara, Xavantina e Arvoredo, representados pelos seus respectivos Prefeitos Municipais, tendo em vista a aprovação nas Câmaras de Vereadores do Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir um Consórcio Público Intermunicipal com personalidade jurídica de direito público, em conformidade com a Lei nº 11.107/2007 e o Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, com base no Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 19 de junho de 2015, firmam o presente Instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Das autorizações legislativas

A formação do Consórcio Público Intermunicipal, com personalidade jurídica de direito público foi autorizado pelas Câmaras de Vereadores, sendo no Município de Arvoredo a Lei nº 1021, de 12 de dezembro de 2014, no Município de Seara a Lei nº 1802, de 12 de março de 2015, e no Município de Xavantina a Lei nº 1416, de 16 de dezembro de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA

Denominação e da área de atuação

O Consórcio se denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, e terá a denominação fantasia ABRIGO INSTITUCIONAL.

A área de atuação do Consórcio será formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

CLAUSULA TERCEIRA

Da finalidade, dos objetivos, dos princípios e das obrigações.

O ABRIGO INSTITUCIONAL terá por finalidade a instituição do Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes, constituindo-se em acolhimento institucional para atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição do poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

A colocação de criança e adolescente no Abrigo Institucional deverá ser medida provisória e excepcional, utilizável como uma forma de transição para colocação em família substituta ou retorno para sua família de origem, não implicando privação de liberdade, conforme o parágrafo 101 da lei 8.069/90.

O ABRIGO INSTITUCIONAL terá por objetivo a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo os seguintes:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Para o cumprimento de sua finalidade e objetivos, o Consórcio deverá atender às obrigações previstas nas orientações técnicas dos serviços de acolhimento, conforme segue:

- I – oferecer uma alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em seus direitos;

II – proporcionar ambiente sadio de convivência;

III – oportunizar condições de socialização;

IV – oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;

V – oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;

VI – garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII – prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física e emocional.

Para o cumprimento das obrigações antes referidas, o Consórcio utilizará, preferencialmente, os recursos da comunidade.

Em caráter excepcional e de urgência, poderá abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

CLAUSULA QUARTA

Da capacidade de atendimento

O contingente de crianças e adolescentes acolhidos no Acolhimento Institucional, é constituído por crianças e adolescentes de 0 (zero) à 18 (dezoito) anos, conforme previsto no art. 101 do ECA, cujos direitos estejam violados ou se encontre em situação de risco social.

A capacidade de atendimento é para até 10 (dez) crianças e adolescentes, garantido com isso a individualização e acompanhamento da vida cotidiana de cada um.

Somente dará entrada no Abrigo Institucional crianças ou adolescentes encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público ou Poder Judiciário) mediante documento.

Em caso de encaminhamento pelo Conselho Tutelar, este deverá fazer a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

O tempo de permanência na Casa Lar será de acordo com a determinação judicial.

CLAUSULA QUINTA

Da equipe técnica

O ABRIGO INSTITUCIONAL será responsável pela contratação da equipe técnica, cuidador e cuidador auxiliar conforme prevê as orientações técnicas do serviço de acolhimento institucional buscando a garantia de atendimento das crianças e adolescentes em acolhimento.

A equipe técnica será composta por:

a) Assistente Social

b) Psicólogo

c) Coordenador

CLÁUSULA SEXTA

Do prazo de duração, sede e foro

O Prazo de duração do ABRIGO INSTITUCIONAL será por tempo indeterminado, e a sede do Abrigo e o foro será no Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

CLAUSULA SÉTIMA

Da possibilidade da inclusão de novos associados

É vedada a admissão de novos sócios.

CLÁUSULA OITAVA

Dos Estatutos

O ABRIGO INSTITUCIONAL será organizado por Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e do contrato constitutivo.

O Estatuto Social será aprovado pela Assembleia Geral e somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

O Estatuto Social e suas alterações produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

CLÁUSULA NONA

Dos critérios para a representatividade do Consórcio perante outras esferas de governo

Ao Presidente do Consórcio competirá representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", mediante decisão da Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

Das normas de convocação e funcionamento da Assembleia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do estatuto.

Os municípios que integram o ABRIGO INSTITUCIONAL terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que quites com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Consórcio, sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente para tratar de assunto específico. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 3 (três) dias úteis, e a reunião extraordinária com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional.

A Assembleia Geral será a instância máxima de decisão do Consórcio, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas neste Contrato e no Estatuto Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Diretoria, eleição e duração do mandato

O ABRIGO INSTITUCIONAL será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos em Assembleia Geral, por escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida re-eleição. Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação. No caso de empate será declarado eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

A eleição da primeira diretoria será realizada na Assembleia Geral para aprovação do Estatuto Social e, as seguintes, serão realizadas no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Do número, das formas de provimento e da remuneração dos empregados do Consórcio e dos casos de contratação temporária.

Para atender as finalidades e objetivos do Consórcio, o quadro de pessoal e remuneração será o constante nos anexos I e II, deste Contrato

A revisão dos salários dos empregados do Consórcio será anual, mediante aprovação da Assembleia Geral.

A contratação dos empregados do Consórcio far-se-á mediante concurso público, exceto para o cargo de coordenador social, considerado cargo de confiança, de livre escolha da Diretoria.

O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Abrigo Institucional, na forma e condições da legislação de cada um.

Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

A Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, Ajustes de Condutas, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Do contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

O ABRIGO INSTITUCIONAL poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

Dos direitos e obrigações dos consorciados

Além dos direitos dos consorciados previstos neste Contrato, os municípios adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas estabelecidas no Estatuto e nos contratos firmados.

O município poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da Assembleia Geral.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

Do regime contábil e financeiro e da publicidade do atos

A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

O ABRIGO INSTITUCIONAL estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado, para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

O ABRIGO INSTITUCIONAL obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso às suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA

Da Gestão do ABRIGO INSTITUCIONAL

Para cumprimento de suas finalidades, o ABRIGO INSTITUCIONAL poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

II – firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;

III - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Do Contrato de Rateio

Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o ABRIGO INSTITUCIONAL são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

A eventual impossibilidade do município consorciado cumprir as obrigações orçamentária e financeira estabelecidas em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o ABRIGO INSTITUCIONAL deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Da Contratação do ABRIGO INSTITUCIONAL por Município

O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2o, inciso III, da Lei no 11.107 de 2005.

O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

CLAUSULA DÉCIMA NONA

Das Licitações Compartilhadas

O ABRIGO INSTITUCIONAL poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1o do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Da Exclusão de Município Consorciado

A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**Da extinção do Consórcio.**

A extinção do Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

IV - O Município de Seara, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Seara.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Do local e das condições para construção do imóvel destinado ao funcionamento do ABRIGO INSTITUCIONAL e da aquisição dos bens móveis.

O terreno onde será construído o imóvel destinado ao funcionamento do Consórcio é de propriedade do Município de Seara e será cedido ao ABRIGO INSTITUCIONAL por meio de termo de comodato que terá validade no período de duração do Consórcio.

As despesas para a construção do imóvel, bem como a aquisição dos bens móveis necessários ao funcionamento do Consórcio, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**Das disposições gerais**

Nenhum município será obrigado permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada por Estatuto Social.

Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA**Das disposições transitórias**

Os controles administrativos e financeiros, os procedimentos licitatórios e de pessoal, enquanto o Consórcio não contar com estrutura adequada para tal finalidade, serão executados por servidores do quadro de pessoal do Município de Seara, ou por entidade ou associação sem fins lucrativos vinculadas diretamente ou indiretamente com os Municípios consorciados.

Após assinatura deste Contrato de Consórcio será elaborado o Estatuto Social, submetido à assembleia especialmente designada para tal finalidade.

Até a realização da Assembleia para aprovação do Estatuto Social o ABRIGO INSTITUCIONAL será administrado pela Diretoria provisória, assim constituída: Presidente: Laci Grigolo – Prefeita de Seara; Vice-Presidente: Janete Paravize Bianchin – Prefeita de Arvoredo. Secretário: José Dalbosco – Prefeito em exercício de Xavantina.

O presente Contrato de Consórcio será publicado na imprensa oficial – Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet em que se poderá obter seu texto integral.

Seara-SC, 21 de maio de 2015.

Prefeita Municipal de Seara
Laci Grigolo

Prefeito em Exercício do Município de Xavantina
José Dalbosco

Prefeita Municipal de Arvoredo
Janete Paravizi Bianchin

Visto:

Roberto Kurtz Pereira
OAB/SC 22.519

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL

GRUPO	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	Vencimento R\$	Carga Horária Semanal
1- SERVIÇOS GERAIS (SEG)	Auxiliar de cuidador	III	06	941,10	40 horas
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	cuidador	II	02	1.057,50	40 horas
	Coordenador Social	I	01	2.142,29	CC
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)	Assistente Social	IV	01	1.668,00	20 horas
	Psicólogo	IV	01	1.668,00	20 horas

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

CARGO: AUXILIAR DE CUIDADOR	
REQUISITOS	ALFABETIZADO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> · Realizar atividades de limpeza geral; · Lavar e passar roupas; · Manter local limpo e arejado; · Realizar todas as refeições conforme cardápio da instituição; · Servir a alimentação aos abrigados; · Auxiliar os monitores, equipe técnica e coordenador quando necessário; · Realizar outras tarefas correlatas à função.
CARGO: CUIDADOR	
REQUISITOS	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> · Garantir, através de sua ação, a proteção à criança e ao adolescente que tiverem seus direitos básicos violados e ou ameaçados, respeitando os preceitos do ECA; · Acolher as crianças e adolescentes com procedimentos que minimizem a situação de fragilidade em que eles (as) se encontram, articulando todos os atendimentos necessários para garantir a proteção integral; · Produzir relatórios contendo informações sobre os atendimentos prestados às crianças e aos adolescentes abrigados; · Garantir a privacidade das informações e repassá-las à coordenação da Casa Lar, tendo em vista que as referidas se constituem na história de vida das crianças e adolescentes atendidos; · Habilidade nos cuidados com crianças e adolescentes; · Realizar toda e qualquer atividade relacionada às crianças e adolescentes abrigadas, tais como cuidados com higiene, frequência escolar, atividades escolares; · Levar e acompanhar as crianças e adolescentes aos atendimentos médico, psicológico e demais relacionados a crianças e adolescentes abrigados; · Responsabilizar pelo desenvolvimento físico, moral e social dos infantes abrigados; · Auxiliar nas atividades domésticas como na elaboração da alimentação, limpeza e cuidados com o espaço físico; · Proporcionar momentos de recreação e discussão sobre a realidade do Abrigo Institucional. · Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente. · Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente). · Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade. · Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida. · Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social); · Realizar outras tarefas correlatas à função.
CARGO	COORDENADOR SOCIAL
REQUISITOS	ENSINO SUPERIOR COMPLETO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> · Coordenar as atividades e ações desenvolvidas no abrigo com disponibilidades semi-integral; · Gestão da entidade; · Coordenação financeira, administrativa e logística; · Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; · Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; · Articulação com a rede de serviços; · Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos; · Levar as crianças e adolescentes ao médico sempre que necessário acompanhado do cuidador; · Planejar atividades culturais e recreativas; · Analisar e verificar as ações realizadas pelos monitores; · Elaborar escala de trabalho para a instituição; · Verificar se os funcionários do abrigo estão realizando suas atividades conforme estabelecido; · Verificar e solicitar a lista de alimentos sempre que necessário; · Agendar os encaminhamentos necessários as crianças e adolescentes; · Manter contato semanal com equipe multiprofissional; · Manter atualizado o banco de dados do abrigo com o CEJA/SC e enviar mensalmente os dados necessários; · Manter arquivo com documentos dos abrigados; · Realizar outras tarefas correlatas à função.
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço. · Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; · Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; · Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; · Encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; · Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; · Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); · Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.
CARGO: PSICÓLOGO	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço. · Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; · Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; · Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; · Encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; · Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; · Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); · Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

ESTATUTO SOCIAL ABRIGO INSTITUCIONAL Nº01
ESTATUTO SOCIAL**TÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, ÁREA DE ATUAÇÃO E FINALIDADE****CAPÍTULO I****Da Denominação e constituição**

Art. 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO SÓCIO-SSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, com a denominação fantasia de “ABRIGO INSTITUCIONAL”, constitui-se sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e integra a administração indireta de todos os entes consorciados.

Parágrafo único. O ABRIGO INSTITUCIONAL rege-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, pela Lei nº 11.107/05 e o Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e demais legislações pertinentes, pelo Protocolo de intenções, o Contrato de Consórcio e o presente Estatuto, subordinando-se ao regime publicistas e às normas e princípios de direito público.

Art. 2º O Consórcio ABRIGO INSTITUCIONAL é constituído pelos seguintes municípios e autorizado pelas respectivas Leis que ratificaram o protocolo de intenções:

I – Arvoredo – Lei nº 1021, de 12 de dezembro de 2014;

II – Seara – Lei nº 1802, de 12 de março de 2014;

III – Xavantina – Lei nº 1416, de 16 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. A representação do Município se dá através do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II**Da sede, foro, duração e área de atuação**

Art. 3º A sede administrativa do ABRIGO INSTITUCIONAL é situada na Avenida Anita Garibaldi nº 371, no cidade de Seara, e o foro da Comarca de Seara, Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Prazo de duração do ABRIGO INSTITUCIONAL será por tempo indeterminado.

Art. 5º A área de atuação do ABRIGO INSTITUCIONAL é formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

CAPÍTULO III**Da finalidade, dos objetivos, dos princípios, das obrigações e capacidade de atendimento**

Art. 6º O ABRIGO INSTITUCIONAL tem por finalidade a instituição do Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes, constituindo-se em acolhimento institucional para atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição do poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º A colocação de criança e adolescente no Abrigo Institucional deverá ser medida provisória e excepcional, utilizável como uma

forma de transição para colocação em família substituta ou retorno para sua família de origem, não implicando privação de liberdade, conforme o parágrafo 101 da lei 8.069/90.

Art. 8º O ABRIGO INSTITUCIONAL tem por objetivo a execução do Serviço de Acolhimento Institucional, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo os seguintes:

I – preservação dos vínculos familiares;

II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III – atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Art. 9º Para o cumprimento de sua finalidade e objetivos, o Consórcio deverá atender às obrigações previstas nas orientações técnicas dos serviços de acolhimento, conforme segue:

I – oferecer uma alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em seus direitos;

II – proporcionar ambiente sadio de convivência;

III – oportunizar condições de socialização;

IV – oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;

V – oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;

VI – garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII – prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física e emocional.

§ 1º Para o cumprimento das obrigações antes referidas, o ABRIGO INSTITUCIONAL utilizará, preferencialmente, os recursos da comunidade.

§ 2º Em caráter excepcional e de urgência, poderá abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

Art. 10. O contingente de crianças e adolescentes acolhidos no ABRIGO INSTITUCIONAL é constituído por crianças e adolescentes de zero à dezoito anos, conforme previsto no art. 101 do ECA, cujos direitos estejam violados ou se encontre em situação de risco social.

Art. 11. A capacidade de atendimento é de até dez crianças e adolescentes, garantido com isso a individualização e acompanhamento

da vida cotidiana de cada um.

Art. 12. Somente dará entrada no ABRIGO INSTITUCIONAL crianças ou adolescentes encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos da Comarca de Seara, mediante documento.

§ 1º Em caso de encaminhamento pelo Conselho Tutelar, este deverá fazer a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

§ 2º O tempo de permanência no ABRIGO INSTITUCIONAL será de acordo com a determinação judicial.

TITULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

CAPÍTULO I

Das normas de convocação e funcionamento da Assembleia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e alteração do estatuto.

Art. 13. A Assembleia Geral será a instância máxima de decisão, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no ABRIGO INSTITUCIONAL, desde que quites com seus compromissos financeiros e demais obrigações estatutárias.

§ 1º O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

§ 3º As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados presentes, com exceção das previstas no Estatuto Social.

Art.14. Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do ABRIGO INSTITUCIONAL.

Parágrafo único. A Assembléia Geral será realizada em primeira convocação, com a presença da totalidade dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora após, com a presença mínima de 2/3 dos consorciados.

Art. 15. Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente do Consórcio, com antecedência de no mínimo três dias úteis, para deliberar sobre:

I – eleição da diretoria;

II – no mês de dezembro, para apreciação do plano de trabalho e do contrato de rateio para o exercício seguinte;

III –na primeira quinzena no mês de fevereiro, para apreciação das contas anuais do exercício anterior;

IV- no mês de abril, para revisão dos salários dos empregados do Consórcio.

Art. 16. A reunião extraordinária será convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de cinco dias úteis, comunicada diretamente aos consorciados e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM, para deliberar sobre:

I – alteração estatutária;

II - convenios, contrato de programa, contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público;

III – redistribuição dos custos da execução dos projetos do município que se retirar do Consórcio;

IV – exclusão de município consorciado;

V – extinção do Consórcio;

VI – deliberar sobre assunto específico.

Parágrafo único. As deliberações de que trata este artigo serão tomadas pelo voto de no mínimo 2/3 dos membros da Assembleia Geral.

TITULO III

DA ESTRUTURA

CAPÍTULO I

Da Diretoria, eleição e duração do mandato, das competencias

Art. 17. O ABRIGO INSTITUCIONAL será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos por escrutínio secreto em Assembléia Geral Ordinária, realizada no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro, para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida reeleição.

§ 1º Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

§ 3º Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

Art. 18. Ao Presidente do Consórcio, entre outras atribuições, compete:

I – presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais e manifestar o voto de qualidade;

II – representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

III – firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad juditia”, mediante decisão da Assembleia Geral;

IV – representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional;

V – encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações, estudos, projetos e proposições do Consórcio;

VI – administrar, contratar e demitir os empregados do Consórcio, nos termos deste Estatuto e do Contrato de Consórcio;

VII – solicitar aos municípios consorciados para que coloquem à disposição servidores e técnicos, para executar projetos, programas e ações de interesse do Consórcio;

VIII – contratar consultorias e empresas de prestação de serviços, de acordo com a decisão da Assembléia Geral;

IX – estabelecer normas internas através de resoluções, sobre atribuições dos empregados, remuneração, vantagens adicionais de salário e outras voltadas ao funcionamento do Consórcio, sempre observando o plano de cargos e salários, bem como a concordância da Assembléia Geral;

X – movimentar os recursos financeiros e autorizar pagamentos;

XI – administrar o patrimônio do Consórcio, visando a sua formação e manutenção;

XII – convocar a Assembléia Geral, nos termos deste Estatuto;

XIII – executar e divulgar as deliberações da Diretoria;

XIV - submeter à apreciação da Assembléia Geral o Regimento Interno que estabelece normas de funcionamento operacional da entidade e o plano de cargos e salários;

XV – submeter à Assembléia Geral de eleição da nova Diretoria, o Orçamento Anual e o Plano de Diretrizes e Metas da Associação;

XVI – submeter para apreciação, na primeira Assembléia Geral do ano, o Balanço Geral do Consórcio, referente ao exercício anterior;

XVII – colocar à disposição dos demais consorciados, quando solicitado, toda a documentação físico-financeira, projetos, programas e relatórios do Consórcio;

XVIII – encaminhar o Balancete Financeiro mensal e o relatório de atividades aos municípios associados, servindo os mesmos de Prestação de Contas das contribuições financeiras à entidade;

XIX – propor à Assembléia Geral a criação ou extinção de Departamentos Técnicos;

XX – administrar e zelar pelo cumprimento das normas do presente Estatuto Social.

Art. 19. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos, licenças ou afastamento.

Art. 20. Ao Secretário, compete:

I – secretariar as reuniões da Diretoria e a Assembléia Geral;

II – auxiliar o Presidente nas tarefas previstas no art. 18, deste Estatuto.

CAPÍTULO II

Do número, das formas de provimento e da remuneração dos empregados do Consórcio e dos casos de contratação temporária.

Art.21. Para atender as finalidades e objetivos do Consórcio, o quadro de pessoal e remuneração será o constante nos anexos I e II, do Contrato de Consórcio.

Art.22. A revisão dos salários dos empregados do Consórcio será anual, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Art.23. A contratação dos empregados do Consórcio far-se-á mediante concurso público, exceto para o cargo de coordenador social, considerado cargo de confiança, de livre escolha da Diretoria.

§ 1º O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 2º Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Consórcio, na forma

e condições da legislação de cada um.

§ 3º Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessação do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

Art.24. A Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, Ajustes de Condutas, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

TÍTULO IV

DA FUNCIONALIDADE E GESTÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

Do contrato de gestão e do termo de parceria

Art.25. O ABRIGO INSTITUCIONAL poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal finalidade.

Parágrafo único. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

CAPÍTULO II

Do regime contábil e financeiro e da publicidade do atos

Art.26. A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art.27. O ABRIGO INSTITUCIONAL está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado, para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

Art. 28. O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso às suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CAPÍTULO III

Forma de contratação do ABRIGO INSTITUCIONAL por Município

Art.29. Para cumprimento de suas finalidades, o ABRIGO INSTITUCIONAL poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 20, inciso III, da Lei no 11.107/2005;

II – firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e

organismos internacionais;

III - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

Parágrafo único. O Contrato que se refere o inciso I, deste artigo, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais;

Art.30. No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Do Contrato de Rateio

Art.31. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art.32. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art.33. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art.34. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes consorciados.

Art.35. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CONSÓRCIO ABRIGO INSTITUCIONAL são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art.36. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art.37. A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir as obrigações orçamentárias e financeiras estabelecidas em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art.38. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art.39. O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior

ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art.40. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o ABRIGO INSTITUCIONAL deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CAPÍTULO V

Das Licitações Compartilhadas

Art.41 O ABRIGO INSTITUCIONAL poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Dos direitos e obrigações dos consorciados

Art. 42. Além dos direitos dos consorciados já previstos neste Estatuto Social, os municípios adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas estatutárias e dos contratos firmados e compromissos assumidos em Assembleia Geral.

Art. 43. O município poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Art. 44. Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

Da Exclusão ou retirada de Município Consorciado

Art.45. A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa, após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

Parágrafo único. A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art.46. Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

Art.47. Nenhum município é obrigado a permanecer consorciado, sendo que sua retirada dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente no art. 44 deste Estatuto Social.

Art.48. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPITULO III

da extinção do Consórcio

Art. 49. A extinção do Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação;

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio;

IV - O Município de Seara, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Seara.

CAPITULO IV

Do local e das condições para construção do imóvel destinado ao funcionamento do ABRIGO INSTITUCIONAL e da aquisição dos bens móveis.

Art. 50. O terreno onde será construído o imóvel destinado ao funcionamento do ABRIGO INSTITUCIONAL é de propriedade do Município de Seara e será cedido por meio de termo de comodato que terá validade no período de duração do Consórcio.

Art. 51. As despesas para a construção do imóvel, bem como a aquisição dos bens móveis necessários ao funcionamento do Consórcio, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

TITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO I

Das disposições transitórias

Art. 52. Os controles administrativos e financeiros, os procedimentos licitatórios e de pessoal, enquanto o Consórcio não contar com estrutura adequada para tal finalidade, serão executados por servidores do quadro de pessoal do Município de Seara, ou por entidade ou associação sem fins lucrativos vinculadas diretamente ou indiretamente com os Municípios consorciados.

Art. 53. Enquanto o ABRIGO INSTITUCIONAL não dispor do imóvel de que trata o art. 51 deste Estatuto, poderá funcionar em imóvel locado, desde que atenda as condições necessárias para as finalidades e objetivos estabelecidos no capítulo II, do Título I, deste Estatuto.

CAPÍTULO II

Das disposições finais

Art.54. O presente Estatuto Social será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet em que se poderá obter seu texto integral.

Seara-SC, 19 de Junho de 2015.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal de Seara

José Dalbosco

Prefeito em Exercício do Município de Xavantina

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal de Arvoredo

Visto:

Roberto Kurtz Pereira - OAB/SC 22.519

EGEM

EDITAL Nº 016.2015 - CHAMAMENTO_CURSO SOBRE O PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E/OU ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL Nº 016/2015

Chamamento para Inscrição no

Curso sobre o Processo de Inscrição de Entidades e/ou Organizações de Assistência Social

1. OBJETIVO DO CURSO

Preparar os conselheiros municipais para a atuação competente no controle social, a partir do conhecimento sobre a Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social.

2. PÚBLICO-ALVO

Conselheiros Municipais de Assistência Social, Secretaria Executiva, Gestor, Representantes das Entidades/Organizações de Assistência Social e Trabalhadores do SUAS.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Luzerna/SC Local: Centro de Eventos São Joao Batista de Luzerna (antigo Seminário) Av. Frei João, Luzerna CEP: 89609-000
Vencimento do boleto de cobrança	06/08/2015
Homologação das inscrições	17/08/2015
Período de realização	20 e 21 de agosto de 2015
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h	PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES 1. Terminologia a ser utilizada 2. Prazo da inscrição 3. Planejamento do conselho 4. Característica das entidades e organizações de assistência social 4.1 Resolução 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social 4.2 Resolução 38 de novembro de 2010, que dispõe sobre entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos
13h30 às 17h30	5. Critérios para a inscrição 6. Condições para a inscrição das entidades de assistência social 7. Documentos que a entidade deve apresentar ao CMAS 8. Análise do requerimento de inscrição e da documentação exigida 9. Parecer quanto ao requerimento de inscrição 10. Deliberação pelo conselho sobre a inscrição das entidades e programas, projetos, serviços e benefícios 11. Cancelamento da inscrição
2º dia	
8h30 às 12h	12. Recursos das decisões de indeferimento e de cancelamento de inscrição 13. Relação do conselho com órgão gestor para inclusão da entidade no cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social - CNEAS 14. Condições para a inscrição das entidades de assistência social 15. Documentos que a entidade deve apresentar ao CMAS
13h30 às 17h30	16. Análise do requerimento de inscrição e da documentação exigida 17. Parecer quanto ao requerimento de inscrição 18. Deliberação pelo conselho sobre a inscrição das entidades e programas, projetos, serviços e benefícios 19. As atribuições dos CMAS diante do processo de inscrição de entidades 20. Plano de acompanhamento das entidades e/ou organizações de Assistência Social

7. DOCENTE**JANICE MERIGO**

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL de 2007 a 2015. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministra capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre metodologia de trabalho com famílias, sobre os serviços de proteção social básica e especial. Ainda ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, na gestão 2009 a 2012.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso

ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 017.2015 - CHAMAMENTO CURSO DE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

EDITAL Nº 017/2015

Chamamento para Inscrição no

Curso de Atualização do Patrimônio Público

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos municipais para o processo de atualização o Patrimônio público de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Controladores Internos, Secretários de Administração, Membros das comissões de patrimônio.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Blumenau / SC Local: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI Rua Alberto Stein, 466 CEP: 89036-200
Vencimento do boleto de cobrança	03/07/2015
Homologação das inscrições	13/07/2015
Período de realização	17 de julho de 2015
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h00	<p>Conceitos básicos</p> <p>Patrimônio público</p> <p>Normas</p> <p>Legislações</p> <p>Classificações</p> <p>Quanto ao domínio</p> <p>Quanto a natureza</p> <p>Quanto ao estado físico</p> <p>Quanto ao inventário: Consumo x Permanente</p> <p>Entrada de bens no acervo patrimonial, incorporação, movimentação e baixa</p> <p>Formação do patrimônio</p> <p>Inventário</p> <p>Incorporação</p> <p>Tombamento</p> <p>Baixa</p> <p>Movimentação</p> <p>Tipos de movimentação</p> <p>Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Patrimonial</p> <p>Crítérios</p> <p>Reconhecimento</p> <p>Mensuração</p> <p>Reavaliação</p> <p>Depreciação</p> <p>Métodos de depreciação</p> <p>Amortização</p> <p>Exaustão</p> <p>Vida útil dos bens</p> <p>Valor residual</p>
13h30 às 17h30	<p>Implementação de Procedimentos de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Patrimonial (Aspectos Práticos em Nível Municipal)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico da realidade dos Municípios Catarinenses na gestão patrimonial - O que temos registrados nos sistemas de informação (cadastros de bens)? - A importância de uma boa padronização cadastral de bens, classificados por grupos, naturezas, tipos etc. e um bom cadastro de centros de custos - Por onde começar? - Definição de critérios no âmbito municipal para o Reconhecimento, Mensuração dos bens que compõem o Patrimônio Público - Data de corte: que data definir? Com que critérios? - Inventário e avaliação: definição de critérios - Conciliação: Inventário/avaliação e saldos das contas patrimoniais (ajustes contábeis) - Definição de critérios de Depreciação, Amortização e Exaustão - Métodos de Depreciação x Tabela de depreciação (como fazer) - Definição de critérios para determinar o valor residual - Definição de critérios de Reavaliação - Baixa de bens - Incorporação de bens imóveis - A manutenção do processo e o papel dos sistemas de informações <p>Gestão do Patrimônio</p> <p>Procedimentos Contábeis e Patrimoniais</p> <p>Organização do setor de Patrimônio</p> <p>Instrumentos de controle</p> <p>Modelos de documentos</p> <p>Fiscalização e controle do patrimônio público</p>

7. DOCENTE

FERNANDO SEDREZ SILVA

É mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2010), possui pós-graduação em nível de especialização em Auditoria Pública pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas - FEPESE (2004), pós-graduação em nível de especialização em Gestão Portuária pela Faculdade Sinergia Sistema de Ensino (2007), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (2002) e graduação em Administração pela Faculdade Sinergia Sistema de Ensino (2007). Atualmente é Secretário de Administração da Prefeitura de Navegantes e professor das disciplinas: Custos; Contabilidade Pública e Auditoria na Faculdade Avantis. Tem experiência na área de administração, com ênfase em administração pública, contabilidade pública e controladoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 018.2015 - CHAMAMENTO_CURSO SOBRE A LEI 13.019_AMOSC

EDITAL Nº 018/2015

Chamamento para Inscrição no

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019

Aspectos Jurídicos e Práticos

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Chapecó/SC Local: acompanhe no site www.egem.org.br
Vencimento do boleto de cobrança	06/07/2015
Homologação das inscrições	16/07/2015
Período de realização	20 e 21 de julho de 2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado

de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	1) O terceiro setor e o Poder Público: arranjos jurídicos e possibilidades 2) A Lei n. 13.019/2014: histórico e visão geral 3) Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 4) A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 5) Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 6) Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 7) Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 8) Prestação de contas: prazos, transparência e controle 9) Vedações e sanções aplicáveis 10) Cuidados especiais aos gestores públicos
8h30 às 12h 13h30 às 17h30	
2º dia	11) Transparência e Controle 12) Plano de Trabalho 13) Chamamento Público 14) Providências Administrativas para Formalização do Terreno 15) Regulamento de Compras 16) Despesas 17) Liberação de Recursos 18) Monitoramento e Avaliação 19) Prestação de Contas
8h30 às 12h	

7. DOCENTES

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (2004). Especialista em Administração Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Regional de Jaraguá do Sul (2007) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (2002). Atualmente é diretor executivo da Federação

Catarinense de Municípios - FECAM e diretor geral da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

MARCOS FEY PROBST

Bacharel em Direito, advogado especializado em Direito Administrativo e Eleitoral, palestrante e conferencista no Estado de Santa Catarina, autor de artigos jurídicos em revistas especializadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 020.2015 - CHAMAMENTO_CURSO SOBRE A LEI 13.019_AMAUC

EDITAL Nº 020/2015

Chamamento para Inscrição no
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019
Aspectos Jurídicos e Práticos

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Concórdia/SC Local: acompanhe no site www.egem.org.br
Vencimento do boleto de cobrança	06/07/2015
Homologação das inscrições	15/07/2015
Período de realização	21 e 22 de julho de 2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado

de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h 13h30 às 17h30	1) O terceiro setor e o Poder Público: arranjos jurídicos e possibilidades 2) A Lei n. 13.019/2014: histórico e visão geral 3) Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 4) A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 5) Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 6) Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 7) Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 8) Prestação de contas: prazos, transparência e controle 9) Vedações e sanções aplicáveis 10) Cuidados especiais aos gestores públicos
2º dia	
8h30 às 12h	11) Transparência e Controle 12) Plano de Trabalho 13) Chamamento Público 14) Providências Administrativas para Formalização do Terreno 15) Regulamento de Compras 16) Despesas 17) Liberação de Recursos 18) Monitoramento e Avaliação 19) Prestação de Contas

7. DOCENTES

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (2004). Especialista em Administração Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Regional de Jaraguá do Sul (2007) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (2002). Atualmente é diretor executivo da Federação

Catarinense de Municípios - FECAM e diretor geral da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

MARCOS FEY PROBST

Bacharel em Direito, advogado especializado em Direito Administrativo e Eleitoral, palestrante e conferencista no Estado de Santa Catarina, autor de artigos jurídicos em revistas especializadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito de Penha

Presidente da EGEM

EDITAL Nº 019.2015 - CHAMAMENTO_CURSO SOBRE A LEI 13.019_AMURC

EDITAL Nº 019/2015

Chamamento para Inscrição no

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019

Aspectos Jurídicos e Práticos

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca das regras advindas da Lei 13.019 quanto as parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e a Sociedade Civil. Esclarecer quanto as principais mudanças nas fases de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas nas transferências voluntárias para as Organizações da Sociedade Civil.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Curitibanos/SC Local: Gaboardi Park Hotel Rua Praça da República Nº200 Centro
Vencimento do boleto de cobrança	02/07/2015
Homologação das inscrições	13/07/2015
Período de realização	16 e 17 de julho de 2015
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal

emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h 13h30 às 17h30	1) O terceiro setor e o Poder Público: arranjos jurídicos e possibilidades 2) A Lei n. 13.019/2014: histórico e visão geral 3) Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014 4) A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação 5) Fase preparatória da parceria voluntária: previsão orçamentária, procedimento de manifestação de interesse social, plano de trabalho, etc 6) Fase de seleção das organizações sociais: chamamento público, comissão de seleção e condições para participação 7) Celebração e execução dos Termos de Colaboração e Fomento: requisitos, despesas, pessoal, comissão de monitoramento etc 8) Prestação de contas: prazos, transparência e controle 9) Vedações e sanções aplicáveis 10) Cuidados especiais aos gestores públicos
2º dia	
8h30 às 12h	11) Transparência e Controle 12) Plano de Trabalho 13) Chamamento Público 14) Providências Administrativas para Formalização do Terreno 15) Regulamento de Compras 16) Despesas 17) Liberação de Recursos 18) Monitoramento e Avaliação 19) Prestação de Contas

7. DOCENTES

ALEXANDRE ALVES

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública pelo Instituto Catarinense de Pós Graduação (2004). Especialista em Administração Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Regional de Jaraguá do Sul (2007) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Para o Desenvolvimento do Alto Vale

do Itajai (2002). Atualmente é diretor executivo da Federação Catarinense de Municípios - FECAM e diretor geral da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

MARCOS FEY PROBST

Bacharel em Direito, advogado especializado em Direito Administrativo e Eleitoral, palestrante e conferencista no Estado de Santa Catarina, autor de artigos jurídicos em revistas especializadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito de Penha

Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - AGIR AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

OBJETO: A presente licitação destina-se a selecionar proposta para a contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificação, quantitativo e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas no respectivo Edital.

A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer das 8h30min até às 9h00min do dia 02/07/2015, na Recepção da sede da AGIR/AMMVI, sito a

Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, Blumenau/SC.

A ABERTURA do certame será dia 02/07/2015 às 9h00min, no local anteriormente citado, na sala de reuniões do 2º andar.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Departamento Administrativo da AGIR ou através do site: www.agir.sc.gov.br.

Blumenau (SC), em 17 de junho de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 361 - PGT - PINHEIRO PRETO

Extrato de Contrato nº 361/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Pinheiro Preto

CONTRATANTE: Município de Pinheiro Preto

CNPJ: 82.827.148/0001-69

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 188/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 525,00 (Quinhentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 363 - PGT - FREI ROGÉRIO

Extrato de Contrato nº 363/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Frei Rogério

CONTRATANTE: Município de Frei Rogério

CNPJ: 01.616.039/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 82/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº

11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 402,85 (Quatrocentos e dois reais e oitenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 364 - PGT - XAXIM

Extrato de Contrato nº 364/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Xaxim

CONTRATANTE: Município de Xaxim

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 49/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.165,00 (Hum mil cento e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 29 dezembro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 365 - PGT - BOM JESUS

Extrato de Contrato nº 365/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Bom Jesus

CONTRATANTE: Município de Bom Jesus

CNPJ: 01.551.148/0001-87

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 73/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 7 parcelas mensais de R\$ 402,86 (Quatrocentos e dois reais e oitenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 08 junho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 366 - PGT - ARVOREDO

Extrato de Contrato nº 366/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Arvoredo

CONTRATANTE: Município de Arvoredo

CNPJ: 95.995.247/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 34/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 maio de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 367 - PGT - BOM JARDIM DA SERRA

Extrato de Contrato nº 367/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Município de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 82.844.754/0001-92

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 78/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 352,50 (Trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 29 maio de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 362 - PGC - CAMPO ALEGRE

Extrato de Contrato nº 362/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Campo Alegre

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Campo Alegre

CNPJ: 83.536.862/0001-60

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 001/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$.2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais) mensais.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - DIMACI SC****DECISÃO****PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Ary Miguel Da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça – SC, CEP: 88.133-531, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
1	CAIXA	AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO
2	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
3	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
4	CAIXA	AGULHA 25X6, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,60MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR AZUL E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO
5	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
6	CAIXA	AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO
7	CAIXA	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
8	CAIXA	AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO
9	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
10	CAIXA	AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
11	CAIXA	AGULHA 30X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMA-NHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE

12	CAIXA	AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO
13	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
14	CAIXA	AGULHA 40X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRE IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
15	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
16	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
17	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
18	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
19	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
20	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE

21	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE
25	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	NÉVOA	NÉVOA
29	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 06CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
30	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
31	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
32	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 12CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
33	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
34	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
35	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
36	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
37	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
38	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
39	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
40	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
41	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
42	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
43	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
44	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
45	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
46	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
47	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE
48	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE

49	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE
50	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE
51	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE
52	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE
59	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	NEVE
60	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA
61	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	NEVE
62	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.	NEVE	NEVE

63	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	NEVE	NEVE
64	UNIDADE	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.	NEVE	NEVE
65	UNIDADE	CURATIVO COM PELÍCULA FINA E TRANSPARENTE DE POLIURETANO SEMI-PERMEÁVEL COM UM ADESIVO HIPOALERGÊNICO QUE NÃO CONTÉM LÁTEX, EM FORMATO OVAL RECORTADO E REFORÇADO NUMA EXTREMIDADE COM UMA FAIXA DE TECIDO MACIO PARA PROPORCIONAR MELHOR FIXAÇÃO EM TORNO DOS CATETERES E DE OUTROS DISPOSITIVOS, DEVE PERMITIR A PASSAGEM DE OXIGÊNIO E UMIDADE PORÉM É IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, INTACTO PROTEGE O LOCAL CONTRA CONTAMINANTES EXTERNOS, COM TIRAS ESTÉREIS DE ADESIVO DE TECIDO MACIO FORNECIDOS COM O CURATIVO PARA AJUDAR A FIXAR OS TUBOS E LÚMENS, ESPECIALMENTE INDICADO PARA SER UTILIZADO EM CATETERES COM MÚLTIPLOS LÚMENS, PESADOS E/OU LOCAIS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO. TAMANHO 7CMX8,5CM.	3M	3M
68	ROLO	CURATIVO TRANSPARENTE EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, CONSTITUÍDO POR UMA PELÍCULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E VAPOR D'ÁGUA, ATUANDO COMO BARREIRA CONTRA LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TAMANHO 10CMX10MT.	3M	3M
77	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	DESCARPACK	DESCARPACK
79	UNIDADE	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	DESCARPACK	DESCARPACK
80	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	MISSNER	AD PELE
81	UNIDADE	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	MISSNER	MISSNER
82	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
83	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
84	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
85	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL20CT20

86	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL20CT30
87	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT20
88	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT25
89	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT30
90	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL40CT20
91	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL50CT20
92	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL60CT20
93	ROLO	FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M
94	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M
95	UNIDADE	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 100MMX4,5M, COM CAPA PROTETORA.	3M	3M
96	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	3M	1262B

98	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC
99	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;	ADLIN	VAGISPEC
100	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC
101	KIT	KIT PAPANICOLAU, TAMANHO "M", O KIT DEVERÁ CONTER: 01 ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, 01 ESCOVA CERVICAL, 01 ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, 01 LUVA E.V.A., 01 ESTOJO PORTA-LÂMINAS E 01 LÂMINA DE VIDRO.	ADLIN	VAGISPEC
102	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	ROCHE	ROCHE
109	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	DESCARPACK	DESCARPACK
110	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	DESCARPACK	DESCARPACK
111	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	DESCARPACK	DESCARPACK
112	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	DESCARPACK	DESCARPACK
116	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCARPACK	DESCARPACK
117	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCARPACK	DESCARPACK
119	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 1,2CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M

120	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPO-ALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M
121	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPO-ALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M
125	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	EMERALD
126	UNIDADE	SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	EMERALD SAFT
127	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE
128	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	SAFETYGLIDE
129	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE
130	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	BD	ULTRALINE

131	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	PLASTIPAK
132	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	EMERALD
133	UNIDADE	SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	EMERALD SAFT
134	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	EMERALD
135	UNIDADE	SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	EMERALD SAFT

136	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	EMERALD SAFT
138	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 3ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	EMERALD SAFT
139	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 5ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	BD	EMERALD SAFT
140	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML PARA INSULINA, COM AGULHA DE 13 X 3,8.	BD	BD
142	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	EMERALD
143	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	EMERALD
144	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	EMERALD
145	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	PLASTIPAK
146	UNIDADE	SERINGAS DESCARTÁVEL DE 60ML, SEM AGULHA, BICO DE CATETER. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	PLASTIPAK
147	UNIDADE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	BIOLAND	BIOLAND

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
103	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML.	NEVE	LIN ÓLEO
141	SERINGA DESCARTÁVEL DE 0,5ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33MM, GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE, A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMBOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
103	O produto apresentado é óleo e não loção conforme solicitado
141	Amostra apresentada foi pacote com 10 unidades e não embalagem individual conforme solicitado

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

Camila Strapazzon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - FUFA

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis - SC, CEP: 88.090-060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
54	BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTÁVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.	CONVATEC	ACTIVE LIFE
57	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E 9 (7,5X15CM) COM CINCO ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	DBS	PIELSANA SACHET

58	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E9 (7,5X7,-5CM) COM TRÊS ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	DBS	PIELSANA SACHET
66	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA (VENOSA E ARTERIAL) PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM 85GR.	CONVATEC	SAF GEL
67	CURATIVO HIDROCOLÓIDE DE BAIXO PERFIL, COM BORDAS DELGADAS, TRANSLÚCIDO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA FRICÇÃO E LINHA DEMARCATÓRIA QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DE TROCA DO CURATIVO. PRODUTO ESTÉRIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DE GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIUTERANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA E VIRAL. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.	CONVATEC	DUODERM SIGNAL
69	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100% DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLITICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 05 CURATIVOS DE 15X15CM.	CONVATEC	AQUACEL AG
70	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100%, DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IONICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLITICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 10 CURATIVOS DE 10X10CM.	CONVATEC	AQUACEL AG
71	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.	CONVATEC	DUODERM CGF
72	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 20X20 CM.	CONVATEC	DUODERM CGF
73	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS. CAIXA COM 05 CURATIVOS TAMANHO 10X10CM.	CONVATEC	DUODERM EXTRA FINO
102	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	ROCHE	ACCU CHEK SAFE T PRO UNO

103	LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML	DBS	PIELSANA PREMIUM
-----	---	-----	------------------

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
55	COLCHÃO SOLTEIRO PNEUMÁTICO. DIMENSÕES INFLAVEL 94,5 X 198 CM. CONFECCIONADO EM POLIVINIL, COMPOSTA DE CÉLULAS UNIFORMES, NO MÍNIMO 125 CÉLULAS, VOLUME DE AR AJUSTÁVEL, CICLO DE AR ALTERNADO, COM ATÉ 60 GRAUS DE POSSIBILIDADE DE INCLINAÇÃO. COM COMPRESSOR 220V, MANGUEIRA DE CONEXÃO COMPRESSOR COLCHÃO, UNIDADE DE CONTROLE DE AR.	SALVAPÉ	BIO AIR

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
55	Dimensões apresentadas não atende ao solicitado

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.

Camila Strapazon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - MACROSUL

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITA-LARES MACROSUL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Julio Bartolomeu Taborda Luiz, nº 270, Bairro Atuba, na cidade de Curitiba – PR, CEP: 82.600-070, inscrita no CNPJ sob o nº 95.433.397/0001-11, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
122	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.	ROSSMAX	SB100

123	OXÍMETRO PORTÁTIL, DISPOSITIVO LEVE, CAPAZ DE FAZER VERIFICAÇÃO PONTUAL E MONITORAMENTO CONTÍNUO DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO. IDEAL PARA PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ACOMPANHANDO SENSORES TIPO CLIP PARA ADULTO E TIPO Y PARA NEONATAL. LCD COLORIDO DE 2,4" EXIBINDO AS LEITURAS DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO, O BRILHO VARIÁVEL DA TELA PERMITE QUE VOCÊ ALTERE A INTENSIDADE DO LCD E ECONOMIZE A ENERGIA DA BATERIA. ALARMES SONOROS E VISUAIS AJUSTÁVEIS. PERMITE EXPORTAR DADOS DO PACIENTE EM TEMPO REAL PARA UM PC USANDO A TECNOLOGIA DE RAIOS INFRAVERMELHO OU CABO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 145 MM (L) × 74 MM (W) × 29 MM (H). PESO APROXIMADO: 210G (INCLUINDO BATERIAS).	ROSSMAX	SA210
		MD	UT-100

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
74	DETECTOR FETAL DE MESA ANALÓGICO, GABINETE CONFECCIONADO EM PSAL POLIESTIRENO DE AUTO IMPACTO, AUTO BRILHO E ANTIOXIDANTE. FAIXA DE MEDIDA DO BCF DE 50 A 240 BATIDAS POR MINUTO. BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DO VOLUME. BOTÃO COM REGULAGEM DE TONALIDADE DE GRAVE E AGUDO. FILTRO MINIMIZADOR DE INTERFERÊNCIAS DURANTE A UTILIZAÇÃO. AUSCULTA DE BATIMENTOS CARDÍACO FETAL A PARTIR DA 10ª SEMANA. ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA COLETIVA. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. CICLAGEM DE 6.000 A 60.000. FREQUÊNCIA DE 2,0 A 2,25 MHZ. ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR FIXADO NA LATERAL DO GABINETE. LED INDICADOR DE EQUIPAMENTO LIGADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO. ALIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DA REDE ELÉTRICA EM 110 OU 220 V 50/60 HZ. ACOMPANHA FRASCO DE GEL PARA CONTATO, FONE DE OUVIDO BIAURICULAR PARA AUSCULTA INDIVIDUAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: (L. P. A.) 200 X 210 X 95 MM.	MD	FD-300D
			FD-300C

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
74	Os modelos apresentados são digitais e não analógicos

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 17 de junho de 2015.
Camila Strapazzon
Presidente Comissão Especial
Resolução nº 0011/2015

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - PRODUVALE**DECISÃO****PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Colibri, nº 425, Bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau – SC, CEP: 89.032-235, inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.263/0001-40, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
2	CAIXA	AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
3	CAIXA	AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
5	CAIXA	AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
7	CAIXA	AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
9	CAIXA	AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
10	CAIXA	AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
11	CAIXA	AGULHA 30X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
13	CAIXA	AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
15	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
16	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR

17	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
18	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
19	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
20	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
21	CAIXA	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
			SOLIDOR	SOLIDOR
24	PACOTE	ALGODÃO EM BOLAS HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100%, ALGODÃO DEVE SER ALTAMENTE ABSORVENTE. PACOTE COM 100 GRAMAS.	NATHALIA	NATHALIA
25	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
33	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
34	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
35	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
36	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
37	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA
38	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MEDI HOUSE	BRUNA

49	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
50	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
51	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
52	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM ² , COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MEDI HOUSE	BRUNA
53	ROLO	ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS.	POLAR FIX	POLAR FIX
56	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
59	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
60	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE

63	UNIDADE	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
64	UNIDADE	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
77	UNIDADE	EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
78	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.	COMPOJET	COMPOJET
79	UNIDADE	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	MEDSONDA	MEDSONDA
80	ROLO	ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	CREMER	CREMER
81	UNIDADE	ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	CREMER	CREMER
82	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
83	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
84	UNIDADE	ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC
85	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
86	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
87	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
88	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
89	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON

90	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
91	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
92	CAIXA	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIOS GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	SHALON	SHALON
93	ROLO	FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
94	ROLO	FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
98	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC
99	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;	ADLIN	VAGISPEC
100	KIT	KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC
101	KIT	KIT PAPANICOLAU, TAMANHO "M", O KIT DEVERÁ CONTER: 01 ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, 01 ESCOVA CERVICAL, 01 ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, 01 LUVA E.V.A., 01 ESTOJO PORTA-LÂMINAS E 01 LÂMINA DE VIDRO.	ADLIN	VAGISPEC
104	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	LEMGRUBER	LEMGRUBER
105	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	LEMGRUBER	LEMGRUBER
106	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	LEMGRUBER	LEMGRUBER
107	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	LEMGRUBER	LEMGRUBER

108	PAR	LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	LEMGRUBER	LEMGRUBER
109	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	SUPERMAX	SUPERMAX
110	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SUPERMAX	SUPERMAX
111	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SUPERMAX	SUPERMAX
112	CAIXA	LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SUPERMAX	SUPERMAX
113	PACOTE	MANTA SMS, 40X40CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
114	PACOTE	MANTA SMS, 50X50CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
115	PACOTE	MANTA SMS, 60X60CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.	POLAR FIX	POLAR FIX
116	CAIXA	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
119	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 1,2CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
120	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
121	ROLO	MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	CREMER	CREMER
125	UNIDADE	SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
129	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
131	UNIDADE	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR

132	UNIDADE	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
134	UNIDADE	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR
141	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL DE 0,5ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33MM, GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE, A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMBOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	INJEX	INJEX

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS EM DILIGÊNCIA

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
26	ROLO	ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO COM 1KG.	MEDI HOUSE	MEDI HOUSE
74	UNIDADE	DETECTOR FETAL DE MESA ANALÓGICO, GABINETE CONFECCIONADO EM PSAI POLIESTIRENO DE AUTO IMPACTO, AUTO BRILHO E ANTIÓXIDANTE. FAIXA DE MEDIDA DO BCF DE 50 A 240 BATIDAS POR MINUTO. BOTÃO LIGA OU DESLIGA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DO VOLUME. BOTÃO COM REGULAGEM DE TONALIDADE DE GRAVE E AGUDO. FILTRO MINIMIZADOR DE INTERFERÊNCIAS DURANTE A UTILIZAÇÃO. AUSCULTA DE BATIMENTOS CARDÍACO FETAL A PARTIR DA 10ª SEMANA. ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA COLETIVA. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. CICLAGEM DE 6.000 A 60.000. FREQUÊNCIA DE 2,0 A 2,25 MHZ. ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR FIXADO NA LATERAL DO GABINETE. LED INDICADOR DE EQUIPAMENTO LIGADO E PRONTO PARA USO IMEDIATO. ALIMENTAÇÃO REALIZADA ATRAVÉS DA REDE ELÉTRICA EM 110 OU 220 V 50/60 HZ. ACOMPANHA FRASCO DE GEL PARA CONTATO, FONE DE OUVIDO BIAURICULAR PARA AUSCULTA INDIVIDUAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: (L. P. A.) 200 X 210 X 95 MM.	MD	MD
75	FRASCO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.	LUCKMANN	LUCKMANN

76	GALÃO	DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCO FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.	LUCKMANN	LUCKMANN
96	CAIXA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	CRISTOFOLI	CRISTOFOLI
102	CAIXA	LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.	PROLIFE	PROLIFE
122	UNIDADE	OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTEIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.	SOLMEDICA	SOLMEDICA
124	CAIXA	PAPEL CREPADO 50X50CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS. COM REGISTRO NA ANVISA.	POLAR FIX	POLAR FIX
127	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT

Justificativa: Será promovida diligência em conformidade com o Art. 14 da resolução 005 de 16 de março de 2015.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
126	UNIDADE	SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
128	UNIDADE	SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
133	UNIDADE	SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
135	UNIDADE	SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
136	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A MESMA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT

137	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 20ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
138	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 3ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT
139	UNIDADE	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 5ML, SEM AGULHA, EM POLI-PROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.	LABOR IMPORT	LABOR IMPORT

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
126	O produto apresentado não possui dispositivo de segurança
128	O produto apresentado não possui dispositivo de segurança
133	O produto apresentado não possui dispositivo de segurança
135	O produto apresentado não possui dispositivo de segurança
136	O produto apresentado não possui trava de segurança
137	O produto apresentado não possui trava de segurança
138	O produto apresentado não possui trava de segurança
139	O produto apresentado não possui trava de segurança

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Para os bens em diligência, será efetuada nova decisão.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 17 de junho de 2015.
Camila Strapazzon
Presidente Comissão Especial
Resolução nº 0011/2015

CIS/AMUREL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015 - CAT

1. PREÂMBULO

1.1.O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel – CISAMUREL, inscrito no CNPJ sob nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67 - sala B, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal (SC), comunica a todos quantos interessar possa que, em atendimento da decisão proferida pelos Prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de abril do corrente ano, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, institui e torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE, exclusivo em diagnóstico por CATETERISMO CARDÍACO, nos termos e condições estabelecidos neste instrumento de chamamento.

2. OBJETO

2.1. O Presente Chamamento Público tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE, conforme constam nos itens abaixo, para fins de atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde, conforme as necessidades do CISAMUREL, a saber:

2.1.1 – CATETERISMO CARDÍACO R\$ 800,00

2.2. O preço acima, é considerado como preço máximo aceito pelo Consórcio.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos de Credenciamento a serem firmados entre as partes.

3.2. O credenciamento objetiva oferecer aos Municípios consorciados o direito de escolher quem lhes prestará os serviços pretendidos, baseados nas suas necessidades técnica e no grau de confiança depositado no profissional ou clínica escolhida.

3.3. Fica permitido o credenciamento a qualquer momento, de qualquer interessado, desde que atenda aos requisitos fixados neste ato convocatório.

3.3.1. Após a publicação do presente edital, o CONSÓRCIO, receberá os documentos exigidos para o credenciamento, e procederá à análise e julgamento no prazo de até cinco dias úteis, contados a partir do seu recebimento.

4. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

4.1. Para obter o credenciamento, o interessado deverá protocolar

junto à sede do CONSÓRCIO, requerimento devidamente preenchido e assinado, na forma do anexo I, cumprindo as disposições pertinentes à habilitação, constantes neste edital.

4.2. Os documentos de credenciamento, bem como o requerimento preenchido, deverão ser entregues em envelope no CISAMUREL e identificado em sua parte externa com os dados do interessado.

4.3. Toda documentação apresentada pertinente ao requerimento de credenciamento deverá estar redigida em língua portuguesa, admitida a citação de termos técnicos em outra língua, datilografada ou impressa.

4.3.4. A apresentação de requerimento de credenciamento implica na aceitação plena e irrevogável de todas as normas e condições expressas no presente edital e seus anexos.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1 Poderão requerer o credenciamento junto ao CONSÓRCIO, pessoas jurídicas legalmente habilitadas e aptas a realizar o serviço constante do item 2, objeto deste certame, sendo vedado à participação de empresas sob a forma de consórcio, e também as estrangeiras.

5.1. O número de procedimentos a serem contratados se dará a critério das necessidades dos consorciados, considerando a capacidade de atendimento do credenciado e primando-se pela humanização do atendimento aos beneficiários.

5.2. Conceitua-se neste edital, procedimento nos mesmos termos do item 2.1.1, supra descrito.

6. DA HABILITAÇÃO

Deverão ser apresentados os seguintes documentos, para a comprovação da Habilitação:

6.1. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

6.2. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com situação regular perante SRF – Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou

estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda do Município sede da pessoa jurídica;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 01 de maio de 1943.

6.3. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de colação de grau em curso superior, do(a) profissional(is) responsável(is) devidamente registrado;
- b) Comprovação de especialização ou residência médica do(s) profissional(is) responsável(is) de acordo com o serviço ao qual está requerendo o credenciamento;
- c) Prova de registro da empresa e do(s) profissional(is) responsável(is) junto à entidade profissional/Conselho Regional, de acordo com o serviço que busca o credenciamento;
- d) Comprovação de que o profissional indicado tenha vínculo com a empresa a ser credenciada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - d.1) Cópia da carteira de trabalho e/ou ficha de registro de empregados (FRE), que demonstrem a identificação do profissional;
 - d.2) Cópia da última alteração contratual da empresa proponente, no caso do profissional ser sócio da mesma.

6.4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES quanto ao processo de Habilitação

6.4.1. Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade serão considerados como válidos por 60 (sessenta) dias da emissão, exceto àqueles previstos em lei.

6.4.2. Não será deferida a habilitação e/ou o credenciamento do interessado que deixar de apresentar, junto ao requerimento do anexo I, quaisquer dos documentos exigidos, ou se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, inválidos, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

6.4.3. Para possíveis intimações, deverá ser apresentada uma declaração, fazendo constar no referido documento seus telefones de contato (inclusive fone/fax) e endereço eletrônico, ciente de que esta será a forma de comunicação oficial entre o Consórcio e o prestador credenciado.

6.4.4. O CONSÓRCIO poderá, a qualquer momento, exigir dos prestadores nova comprovação dos requisitos de habilitação, como pressuposto para manutenção da condição de credenciado.

6.4.5. O CONSÓRCIO poderá, a qualquer momento, exigir dos prestadores a exibição de documento original, cuja apresentação inicial se deu por fotocópia.

7. DOS PREÇOS

7.1. O valor (preço) do serviço a ser pago pelo Consórcio, para a realização de cada serviço (unitário), é aquele previsto no item "2" deste edital, considerado preço máximo aceitável pelo consórcio, sendo o mesmo aceito pelo Colegiado de Saúde da Amurel.

8. DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

8.1. Os serviços serão realizados pelo credenciado em seu próprio estabelecimento ou em outro por ele previamente indicado, desde que prévia e formalmente informado ao Consórcio.

8.2. O prazo para a execução dos serviços, após a autorização emitida pelas Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados, não poderá ultrapassar trinta (30) dias. A prestação de serviço, após este prazo, não obriga o Consórcio ao referido pagamento.

8.3. O prazo do contrato de credenciamento, para prestação dos serviços objeto do presente edital, será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, desde que haja manifesto interesse formal entre as partes, até o limite previsto na lei 8666/93 para serviços de natureza contínua.

8.4. O Consórcio editará atos com objetivo de disciplinar as rotinas de execução dos serviços, cuja observância pelo credenciado será obrigatória.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. Para cobrir as despesas decorrentes da contratação dos serviços, a serem contratados, serão utilizados recursos vinculados provenientes de contrato de rateio celebrado com os municípios consorciados, na seguinte dotação orçamentária:

DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os serviços poderão ser faturados a cada 30 (trinta) dias, sempre acompanhados da nota fiscal, e dos demais documentos de consultas ou exames exigidos pela legislação do SUS e por normas do Consórcio.

10.2. Nenhum pagamento será processado ao credenciado penalizado, enquanto este não tiver pago a multa imposta pelo CONSÓRCIO.

10.3. O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis da apresentação da nota fiscal-fatura e respectivos documentos comprobatórios da prestação do referido serviço.

11. DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

11.1. A Documentação e os termos do requerimento relativos a este Credenciamento serão analisados pela coordenação e homologados pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio, ou por quem este designar.

11.2. Após o recebimento dos envelopes de documentação, o CONSÓRCIO decidirá pelo credenciamento, ou não, mediante decisão.

11.3. O interessado/credenciado será comunicado formalmente da decisão.

11.4. A inabilitação do interessado, ultimados os possíveis procedimentos recursais, importa em preclusão do seu direito de se credenciar junto ao CONSÓRCIO, até que este apresente novos documentos em compatibilidade com as exigências deste edital.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Em face do indeferimento do credenciamento, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da

intimação da respectiva decisão.

13. DO CONTRATO

13.1. A obtenção do credenciamento possibilita, ao credenciado, celebrar com o CONSÓRCIO, contrato de prestação de serviço, cuja minuta consta do anexo II deste edital.

13.2. Cada credenciado será notificado a comparecer na sede do CONSÓRCIO, para a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. A ausência e/ou a recusa injustificada caracterizará desistência da contratação.

13.3. O inadimplemento parcial de obrigação contratual, e/ou a prática de qualquer ato caracterizado como ilícito administrativo, implicam as seguintes sanções, podendo ser cumulativas:

13.3.1. Advertência.

13.3.2. Multa de 10 (dez) vezes o valor do procedimento objeto do descumprimento.

13.3.3. Suspensão do contrato de credenciamento ou descredenciamento;

13.3.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Consórcio, e consequente Declaração de Inidoneidade, exarada pelo Conselho Deliberativo-Fiscal do Consórcio, enquanto perdurar os motivos da punição.

13.4. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, enquanto esta não tenha pago a multa imposta pela CONSÓRCIO. Fica possibilitada a compensação da multa com eventuais pagamentos que sejam devidos a empresa contratada.

14. DO DESCRENCIAMENTO E SUSPENSÃO DO CONTRATO

14.1. O Credenciado poderá, desde que não prejudique o tratamento dos beneficiários, solicitar ao Consórcio, formalmente, o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.2. O CONSÓRCIO, em verificando o descumprimento das condições estabelecidas neste edital/contrato, poderá interromper temporariamente a execução do contrato até a decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, decidirá pela suspensão ou descredenciamento da instituição.

Parágrafo único. Constituem motivos para a suspensão temporária do contrato e/ou descredenciamento o descumprimento de quaisquer exigências contidas no contrato ou edital, especialmente:

- I - atender aos beneficiários de forma discriminada e prejudicial, devidamente comprovada;
- II - exigir garantias, tais como cheques, promissórias ou caução, para o atendimento aos beneficiários;
- III - cobrar diretamente do beneficiário valor referente a serviço prestado, a título de complementação de pagamento pelo serviço autorizado;
- IV - reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente;
- V - agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CONSÓRCIO e/ou aos Municípios consorciados;
- VI - deixar de comunicar ao Cis/Amurel qualquer alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e objeto social, no prazo de até 10 dias, a contar da data da alteração;

14.3. O descredenciamento realizado conforme previsto no item 14.2 deste, e nos incisos I a VIII, do artigo 78, da Lei 8666/93,

impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento daquele profissional por interstício mínimo de 06 (seis) meses.

14.4. Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade que solicitar o descredenciamento, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Secretaria de Saúde do Município Consorciado, ou do próprio Cis/Amurel.

14.5. O descredenciamento não eximirá a entidade da responsabilidade em relação aos serviços executados e de outras que legalmente lhe possam ser imputadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Cópia do presente edital e seus anexos, informações e/ou quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto à coordenação do CISAMUREL durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas.

15.2. Constituem seus anexos:

Anexo I – Modelo de Requerimento; (página 09)

Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo; (páginas 10 a 13)

15.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

15.4. Este edital passará a ser parte integrante do contrato a ser celebrado como se nele estiver transcrito.

15.5. Aplicam-se a este edital as regras da lei 8666/93.

15.6. Qualquer solicitação de informações ou esclarecimentos sobre o edital, deverá ser efetuado por escrito, as quais serão respondidas no prazo máximo de 48 horas.

16. DO FORO

O foro para dirimir questões judiciais pertinentes ao presente edital é o da Comarca de Tubarão (SC).

Tubarão (SC), 16 de junho de 2015.

JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL
Prefeito de Gravatal

ANEXO I REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ilustríssimo Senhor
JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL
Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Amurel.

NOME DO REQUERENTE:
..... ;
CNPJ:
..... ;
ENDEREÇO:
..... ;
TELEFONE P/AGENDAMENTO:
e-mail:

Através do presente, venho perante Vossa Excelência, nos termos do edital de Credenciamento nº. 001/2015, requerer o credenciamento para a prestação de serviços pertinentes a exames clínicos, conforme segue:

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

ITEM DO EDITAL PARA CREDENCIAMENTO:

02.02.11.001-7 - CATETERISMO CARDÍACO

Declaro ter ciência de todos os itens/cláusulas do edital nº. 001/2015, manifestando concordância aos termos do mesmo, pelo que, apresento a documentação em anexo.

Declaro ainda assumir inteira responsabilidade pela autenticidade de todas as informações prestadas e de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se fizerem necessários.

Tubarão (SC), 16 de junho de 2015.

REQUERENTE**ANEXO II MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. /2015**

O CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), de ora em diante simplesmente denominado de CONSÓRCIO, neste ato representado por seu Presidente, e, de outro lado, a , bairro Centro, , de ora em diante simplesmente denominado de CREDENCIADA, nos termos do Edital de Credenciamento nº. 001/2015, com fundamento no art. 25, caput, da lei federal n. 8.666/93, acordam a prestação de serviços nos termos previstos nas seguintes cláusulas:

I - OBJETO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO:

1. A CREDENCIADA prestará ao CONSÓRCIO e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, serviços identificados no item: Grupo-02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub-Grupo-11, da Tabela Sigtap/Datasus e item 2 do Edital de Credenciamento nº. 001/2015, descrito no item "2" abaixo.

II - CONTRAPRESTAÇÃO À CREDENCIADA:

2. Pelo serviço prestado (unitário e por código), o CONSÓRCIO pagará à CREDENCIADA:
GRUPO 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica
Sub-Grupo 11 – Métodos Diagnósticos em Especialidades:
02.11.02.001-0 – CATETERISMO CARDÍACO
..... R\$ 800,00

3. O pagamento será realizado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação da nota fiscal-fatura e respectivos documentos comprobatórios da prestação do referido serviço.

4. O preço ajustado inclui todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como comerciais, operacionais, trabalhistas e fiscais, ficando o CONSÓRCIO isento de quaisquer outros pagamentos.

5. Os serviços deverão ser faturados com emissão de nota fiscal correspondente e acompanhados do suporte documental legal exigido pelo SUS (requisição médica e 01 via da guia do CIS, fornecida/autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde).

III - REGIME DE EXECUÇÃO:

6. O fornecimento será executado na forma de execução indireta, por regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei 8.666/93.

7. É vedado a terceiros a execução dos serviços objeto do presente credenciamento.

8. É vedada a subcontratação, salvo expressa e prévia autorização do CONSÓRCIO.

9. O presente contrato não obriga o CONSÓRCIO à utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados.

IV - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

10. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00

V - OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO:

11. Constituem obrigações do CONSÓRCIO:

I - fornecer as informações necessárias à prestação dos serviços;

II - realizar os pagamentos devidos no prazo ajustado;

VI - OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

12. Constituem obrigações da CREDENCIADA:

I - executar o(s) serviço(s) objeto do presente contrato, no prazo máximo de até trinta dias, após a solicitação e ou autorização, emitida pelas respectivas Secretarias Municipais de Saúde, ficando ciente, que a execução após o mencionado prazo, não obriga o CONSÓRCIO ao pagamento.

II - prestar os serviços objeto do presente contrato, no seguinte endereço: Rua Menino Deus, nº. 376, anexo ao Hospital de Caridade – 2º andar, bairro Centro, Florianópolis (SC);

III - comunicar eventual mudança de endereço, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

IV - manter o local onde prestará os serviços objeto do presente contrato em perfeito estado de conservação, de forma a ser um ambiente limpo, higiênico e apresentável;

V - manter vigentes e regulares as licenças e autorizações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, como alvará de funcionamento, alvará sanitário e, se for o caso, licença ambiental;

VI - apresentar os documentos referentes aos serviços prestados em ordem e com condições perfeitas de legibilidade;

VII - prestar informações ou apresentar documentos complementares, no prazo assinalado, quando solicitado;

VIII - manter em bom estado de conservação e funcionamento os equipamentos, aparelhos, instrumentais clínicos necessários para a correta execução dos serviços;

IX - abster-se de cobrar qualquer valor complementar do usuário;

X - cumprir, por sua conta e risco, todas as exigências legais para o desenvolvimento de suas atividades;

XI - pagar todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo os tributos (impostos, taxas e contribuições) incidentes;

XII - reparar os danos causados ao CONSÓRCIO, aos Municípios consorciados ou aos usuários, desde que tenha dado causa ao mesmo;

XIII - utilizar pessoal devidamente capacitado e, sendo o caso, devidamente registrado no órgão competente;

XIV - informar ao CONSÓRCIO ou aos Municípios consorciados qualquer fato que possa inviabilizar ou interferir na prestação dos serviços

VII - VIGÊNCIA:

13. O presente contrato vigorará até 31/12/2015, podendo ser prorrogado, nos termos Art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

VIII - RISCOS E RESPONSABILIDADE:

14. A CREDENCIADA:

I - assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando o CONSÓRCIO isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade;

II - assume inclusive, responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tiver que contratar para prestação/execução dos serviços objeto do presente contrato;

III - assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

IX - NEGATIVA DE VÍNCULO DE EMPREGO:

15. O presente contrato não implicará em vínculo de nenhuma natureza, inclusive de emprego, entre os sócios da CREDENCIADA e/ou seus auxiliares e empregados e o CONSÓRCIO, e vice-versa, sendo cada uma das partes exclusivamente responsável por tais relações

X - DESCREDENCIAMENTO:

16. A CREDENCIADA poderá desde que não prejudique o tratamento dos beneficiários, solicitar ao CONSÓRCIO, formalmente, o credenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17. O CONSÓRCIO poderá, em se verificando o descumprimento das condições estabelecidas neste edital/contrato, interromper temporariamente a execução do contrato até a decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, decidirá pelo credenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao seu corpo clínico.

18. Constituem motivos para a suspensão temporária do contrato e/ou credenciamento o descumprimento de quaisquer exigências contidas neste contrato ou edital ou incidência nas hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93, especialmente:

I - atender aos beneficiários de forma discriminada e prejudicial, devidamente comprovada;

II - exigir garantias, tais como cheques, promissórias ou caução, para o atendimento aos beneficiários;

III - cobrar diretamente do beneficiário valor referente a serviço prestado, a título de complementação de pagamento dos serviços autorizados;

IV - reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente;

V - agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Consórcio ou aos seus Consorciados.

VI - deixar de comunicar ao Consórcio qualquer alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e objeto social, no prazo de até 30 dias, a contar da data da alteração;

19. O credenciamento realizado conforme previsto no item 17, e nos casos dos incisos I a VIII, do artigo 78, da Lei 8666/93, impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 06 (seis) meses.

20. Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade

que solicitar o credenciamento, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da respectiva Secretaria de Saúde do Município consorciado.

21. O credenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

XI - FISCALIZAÇÃO:

22. Fica facultado ao CONSÓRCIO, para a normal fiscalização dos serviços objeto do presente contrato, a vistoria no local da prestação dos mesmos, bem como, a requisição de informações necessárias, a qual a CREDENCIADA deverá cumprir no prazo máximo de cinco dias.

XII - NORMAS DE REGÊNCIA:

23. Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da lei 8666/93.

24. Fica fazendo parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem expressas, as cláusulas constantes do edital de Credenciamento nº. 001/2015.

25. O CONSÓRCIO poderá editar atos com vistas a disciplinar as rotinas para a execução dos serviços, cuja observância pela CREDENCIADA é obrigatória.

XII - FORO:

26. Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão, para dirimir quaisquer questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem acordados, assinam os Contratantes, o presente instrumento, em três vias de igual teor, na presença de testemunhas.

Tubarão (SC), de de 2015.

JORGE LEONARDO NESI

Presidente do Consórcio Sócio Administrador

Testemunhas:

CIRSURES

LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

CIRSURES

URUSSANGA - SC

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2015-CIRSURES

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 1.600 m² de geomembrana (Polietileno de alta densidade) com espessura 1,5 mm. Prazo para entrega máximo: do produto e instalação, até 15 (quinze) dias após homologação. Condições de pagamento: Em 3 (três) parcelas iguais, mediante a emissão de nota fiscal.

Recebimento dos envelopes: até às 14:30 horas do dia 30 de junho de 2015, na Sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC.

Abertura dos envelopes: às 14:30 horas do dia 30 de junho de 2015.

Edital: O edital estará à disposição dos interessados das 08 hs às 12 hs e das 13 hs às 17 hs, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC. Maiores informações pelo telefone (0**48)3465-0306 ou pelo e-mail: gerencia@cirsures.sc.gov.br.

Renata de Brida Rosso

Pregoeira